

PIXO

REVISTA DE ARQUITETURA, CIDADE E CONTEMPORANEIDADE

alternativas para a cidade I

n.37, v.10
outono de 2026

PIXO

REVISTA DE ARQUITETURA, CIDADE E CONTEMPORANEIDADE

alternativas para a cidade I

n.37,v.10
outono de 2026

Foto: Gustavo Nagib.

CIDADE CONTEMPORANEIDADE

Rua Benjamin Constant, n. 1359, Pelotas,
Rio Grande do Sul, Brasil, Telefone: [53] 3284 55 11
https://wp.ufpel.edu.br/cmaisc/
e-mail: revistapixo@gmail.com

A Revista Pixo é uma publicação conjunta dos Grupos de Pesquisa (CNPq) “Cidade+Contemporaneidade”, do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU), da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e “Arquitetura, Derrida e Aproximações”, do Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura (PROPAR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Revista digital disponível em:

https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/pixo/index

ISSN 2526-7310

Editores Responsáveis
EDUARDO ROCHA
FERNANDO FREITAS FUÃO

Editores Associados
GUSTAVO NAGIB
KATIA ATSUMI NAKAYAMA

Comitê Científico e Conselho Editorial
ADRIANA ARÁUJO PORTELLA
ADRIANA GONI MAZZITELLI
ADRIANE BORDA ALMEIDA DA SILVA
ALEXANDRE PEREIRA SANTOS
ANA MARIA ALBANI DE CARVALHO
ANA PAULA VIECELI
ANDRÉ DE OLIVEIRA TORRES CARRASCO
ANGELA MARIA ENDLICH
ANGELA RAFFIN POHLMANN
BÁRBARA DE BÁRBARA HYPOLITO
BEATRIZ DORFMAN
CARLA GONÇALVES RODRIGUES
CARLOS NIGRO
CARMEN ANITA HOFFMANN
CAROLINA CLASEN
CAROLINA CORRÊA ROCHEFORT
CAROLINA MENDONÇA FERNANDES DE BARROS
CELMA PAESE
CHRISTIANO PICCIONI TORALLES
CLÁUDIA MARIZA MATTOS BRANDÃO
CRISTHIAN MOREIRA BRUM
CRISTINE JAQUES RIBEIRO
DÉBORA SOUTO ALLEMAND
DIRCE ELEONORA NIGRO SOLIS
EDUARDA AZEVEDO GONÇALVES
EDUARDO GRALA DA CUNHA
ELIANA MARA PELLERANO KUSTER
EMANUELA DI FELICEFÁBIO BORTOLI
FERNANDA TOMIELLO
FRANCESCO CARERI
FRANCISCO DE ASSIS DA COSTA
GISELE SILVA PEREIRA
GUSTAVO DE OLIVEIRA NUNES
HARTMUT GÜNTHER
HAYDEÉ BEATRIZ ESCUDERO
HELENE GOMES SACCO CARBONE
IAZANA GUIZZO
IGOR GUATELLI
JAMES MIYAMOTO
JOSÉ CARLOS MOTA
JOSIANE FRANKEN CORRÊA
JUAN MANUEL DIEZ TETAMANTI
JULIAN GRUB
LALINE ELISANGELA CENCI,
LAURA LOPES CEZAR
LAURA NOVO DE AZEVEDO
LAURA RUDZEWICZ
LISANDRA FACHINELLO KREBS
LIZIANE DE OLIVEIRA JORGE
LORENA MAIA RESENDE
LUANA PAVAN DETONI
MARCELO ROBERTO GOBATTO
MARC WEISS
MÁRCIO PIZARRO NORONHA
MARIA IVONE DOS SANTOS
MARKUS TOMASELLI
MAURICIO COUTO POLIDORI
PAOLA BERENSTEIN JACQUES
PAULO AFONSO RHEINGANTZ
PRISCILA PAVAN DETONI
RAFAELA BARROS DE PINHO
RAQUEL PURPER
RITA DE CÁSSIA LUCENA VELLOSO
ROBERTA ROBERTA KRAHE EDELWEISS
SHIRLEY TERRA LARA DOS SANTOS
SYLVIO ARNOLDO DICK JANTZEN
TAÍS BELTRAME DOS SANTOS
THAIS DE BHANTHUMCHINDA PORTELA
VALENTINA MACHADO
VANESSA FORNECK
VICENTE MEDINA

Equipe Técnica
LUANA PAVAN DETONI
JAQUELINE TAKAHASHI

Suporte Técnico
EDUARDO DA SILVA E SILVA

Revisão Linguística
ANA DOS SANTOS MAIA
PIERRE MOREIRA DOS SANTOS

Diagramação
EDUARDO ROCHA

Fotos das capas
GUSTAVO NAGIB

apresentação

A 37ª Edição da Revista PIXO, organizada a partir da chamada temática “Alternativas para a cidade no Capitaloceno”, propõe uma reflexão crítica sobre os modos contemporâneos de produção, apropriação e transformação das cidades diante da intensificação das crises climáticas, ecológicas, sociais e políticas que caracterizam o Capitaloceno. Partindo da compreensão de que tais crises não constituem fenômenos isolados, mas expressões de um modelo histórico de exploração da natureza, dos territórios e das formas de vida, o dossiê reúne contribuições que investigam práticas, experiências e imaginários capazes de tensionar as lógicas urbanas dominantes e de apontar outras possibilidades de habitar o mundo. Nesse contexto, acolhem-se pesquisas que abordem alternativas urbanas construídas a partir da justiça socioambiental, da adaptação às mudanças climáticas, das infraestruturas ecológicas, das cidades sensíveis, dos comuns urbanos, das experiências comunitárias, das pedagogias do território, das caminhografias, das cartografias críticas, das práticas projetuais insurgentes, dos saberes locais e das relações entre arquitetura, urbanismo, paisagem e ecologia, reconhecendo que pensar alternativas para a cidade implica imaginar futuros mais justos, resilientes e comprometidos com a diversidade das formas de vida.

A PIXO – Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade é uma revista digital trimestral (primavera, verão, outono e inverno), dedicada à publicação de artigos, ensaios, entrevistas e resenhas, redigidos em português, inglês ou espanhol, organizados em números temáticos. Sua abordagem multidisciplinar se volta às questões da sociedade contemporânea, especialmente nas relações entre arquitetura e cidade, habitando as fronteiras da filosofia, das artes e da educação, com o objetivo de fomentar ações projetuais, críticas e afectivas comprometidas com uma ética e estética urbana sensível à diversidade de modos de existir.

A revista é uma iniciativa conjunta dos Grupos de Pesquisa (CNPq) Cidade+Contemporaneidade, do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU), da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), e Arquitetura, Derrida e Aproximações, do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura (PROPAR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Agradecimento as revisoras e revisores da edição: Isabella Khaun Maricatto, Vanessa Bosenbecker, Flávio Bragaia, Fernando Tulio Salva Rocha Franco, Lívia Paula Zanelli de Morais, Carolina Ritter, Bárbara de Bárbara Hypolito, Sara Rebello, Flavio Higuchi Hirao, Aline Silva Santos, Tais Beltrame dos Santos, Ruth Cuiá Troncarelli, Maísa Fonseca de Almeida, Francine Mariliz Gramacho Sakata, Mariana Cicuto Barros, Maitê Bueno Pinheiro, Guilherme Reis Ranieri, José Henrique Carlúcio Cordeiro, Aline da Silva Escórcio Ribeiro, Paula Neumann Novack, Janaina Stédile, Tarcísio Dorn de Oliveira, Lisandra Fachinello Krebs, Tatiana Reis, Shirley dos Santos, Fernanda Cantarim Lorena Maia, Vanessa Forneck, Silvia Helena Cardoso, Larissa Morschbacker, Fernanda Tomiello, Celma Paese, Luana Pavan Detoni, Gabriel Fernandes Jordana Berchon, Gabriele Vargas, Hugo Kamiya e Fernando Fuão.

Eduardo Rocha, Gustavo Nagib e Katia Atsumi Nakayama
Outono de 2026

sumário

editorial

ALTERNATIVAS PARA A CIDADE I
Capitaloceno e crise urbana: contradições e alternativas socioespaciais...10-13
Gustavo Nagib e Katia Atsumi Nakayama

autor@s convidad@s

OS QUINTAIS QUE HABITAMOS E QUE NOS HABITAM
Da invencionática à contaminação das cidades do Capitaloceno.....16-33
Doriane Azevedo e Flora Monte Alegre Olmos Fernandez

ENTRE PICOS
Skate, apropriação e conflitos no espaço urbano da Arena Pantanal/MT.....34-63
Guilherme Montanher Lucatto de Oliveira Silva, Diego Antonio Gomes de Sousa, Tatiana Francischini Brandão dos Reis e Katia Atsumi Nakayama

artigos e ensaios

ESPAÇO EM CONFLITO E ONTOLOGIAS EM DISPUTA
O impacto das megaestruturas nas comunidades Mapuche do Chile à luz do *Buen Vivir*.....66-81
Nátali Roberta de Sousa Nuss e Rodolfo Zelada Arenas

GEOPOLÍTICA DO CAPITALOCENO
Estruturação de con$ensos, mudanças climáticas e (algo de) patrimônio cultural.....82-99
Rossanna Prado Perez

DA COOPERATIVA AO DISTRITO CRIATIVO
Uma potencialidade coletiva ameaçada de gentrificação.....100-119
Daniel Pereyron, Anelis Rolão Flôres, Clarissa de Oliveira Pereira, Francisco Queruz, Gustavo Gonçalves Cougo

THE THICKNESS OF STORYTELLING…
making sense of Capitalocene from the Global South.....120-135
Gianluca Perseu, Tia Dianing Insani, Selma Joana Moreno Rivera e Thuli Ndlovu

HABITAR A TERRA
Cosmotécnicas frente à des-futurização do design moderno.....136-155
Mário Victor Marques Margotto e Clara Luiza Miranda

ESPAÇOS DE INTERMEDIARIDADE
Entre estranhamentos e possibilidades.....156-169
Paula Marques Braga

A CONTRAPAISAGEM DOS ENTES E VIVENTES
Por uma metodologia Anti-Paisagística.....170-185
Jadyson Arthur da Silva, Ana Beatriz P. R. do Rêgo, Clarice Marina S. Maceno e João Felipe P. Cavalcante

JUSTIÇA AMBIENTAL E DIREITO À CIDADE NA SUPERAÇÃO DO RACISMO AMBIENTAL BRASILEIRO.....186-203
Paula Mello Oliveira Alquati e Samuel Crissandro Tavares Ferreira

MINERAÇÃO, DESLOCAMENTOS E CONFLITOS NO CAPITALOCENO
A produção do espaço nos reassentamentos do Projeto Minas-Rio.....204-219
Gabriel Mateus Silva Leite, Paôla da Conceição Campos Malta e Letícia Nörnberg Maciel

CAPITALOCENO E O COLAPSO DOS MODELOS SUSTENTÁVEIS
Uma perspectiva crítica da paisagem do Parque Estadual dos Pireneus em Pirenópolis/GO.....220-235
Isabela Fernanda Veiga e Wagner de Souza Rezende

PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E MODOS DE HABITAR EM TERRITÓRIOS ENERGÉTICOS
Estudo etnográfico em Candiota/RS.....236-249
Rosilene Oliveira Silva e Luana Pavan Detoni

REESTRUTURAÇÃO URBANA E APAGAMENTO HÍDRICO EM CARIACICA/ES
O Caso do Rio Formate.....250-273
Isabela Teodoro Pinheiro, Miguel Maria Ribeiro da Silva e Clara Luiza Miranda

BRAÇO MORTO
Rastros do arroio Santa Bárbara em Pelotas/RS.....274-293
Valentina de Farias Betemps da Silva, Lívia Marques Boyle e Daniela Vieira Goularte

CRISE CLIMÁTICA, ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E DOENÇAS
Jardim América/RJ.....294-319
James Miyamoto, Michele dos Santos Pereira Paes Henriques, Luis Carlos Madeira Domingues, Antonio Krishnamurti Beleño de Oliveira, Andréa Araujo de Vasconcellos, Rafaela Raffaele Corrêa Vidal e Aruan Diogo Braga

ENTRE CASAS E ÁGUAS
Diagnóstico participativo habitacional, infraestrutura urbana e a natureza nas Doquinhas, Pelotas/RS.....320-337
Natália dos Santos Petry, Luísa de Azevedo dos Santos, Luana Helena Loureiro Alves dos Santos e Nirce Saffer Medvedovski

PRODUÇÃO (IN)FORMAL DA CIDADE
Territórios populares, periferização e dinâmicas habitacionais em Avaré/SP.....338-363
Barbara Caetano Damasceno e Matheus Augusto Almeida da Silva

LIMITES E ALTERNATIVAS DO PLANO DE TRABALHO SOCIAL NOS EMPREENDIMENTOS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NO CONTEXTO DO CAPITALOCENO.....364-391
Sara Rebello Tavares, Maciej John Wojciechowski e Kelly Roberta Ferracini

AVALIAÇÃO PÓS OCUPAÇÃO
Unidades habitacionais na Vila Farroupilha em Pelotas/RS.....392-411
Juliana de Oliveira Plá, Luísa de Azevedo dos Santos, Dara Elisa dos Santos Bandeira e Nirce Saffer Medvedovski

CRISES HUMANITÁRIAS E MODOS DE HABITAR EM CABO DELGADO
Continuidades e rupturas no contexto do reassentamento.....412-429
Miguel Maria Ribeiro da Silva, Clara Luiza Miranda e Liziane de Oliveira Jorge

CRISE URBANA NAS METRÓPOLES E A URGÊNCIA DE HABITAÇÃO SOCIAL
Perspectivas entre Rio de Janeiro e Nova Iorque.....430-451
Ethel Pinheiro Santana e Maria Lucia Vianna Pecly

MOBILIDADES FORÇADAS E ALTERNATIVAS URBANAS
Reassentamento e produção do espaço em Cabo Delgado no capitaloceno.....452-475
Miguel Maria Ribeiro Da Silva, Clara Luiza Miranda e Liziane de Oliveira Jorge

O PROJETO URBANO COMO INSTRUMENTO MOBILIZADOR
Explorando alternativas à crise urbana.....476-507
André de Oliveira Torres Carrasco

DA MORFOLOGIA PÚBLICA AO ENCLAVE GLOBAL
Notas Sobre Bicocca, Porta Nuova e o Urbanismo Contemporâneo.....508-531
Janaina Almeida Stédile

PROJETAR COM A PAISAGEM
Novos paradigmas para o projeto de urbanismo no século XXI.....532-549
Lauhana Amanda Kern, Eric Fassina, Daiane Regina Valentini e Renata Franceschet Goettems

CAMINHAR NA CIDADE DO CAPITALOCENO
Cartografando uma praça de Belo Horizonte.....550-563
Vitor Giulianetti Barros e Evandro Fiorin

A COMUNIDADE DA BARRA E O DIREITO AO TRANSPORTE EM PELOTAS/RS.....564-573
Rogério Quintanilha, Antônio Gabriel Alves Júnior, Thuani Domingues de Souza Moraes e Vinícius Vieira dos Santos

MOBILIDADE A PÉ E ENVELHECIMENTO
A caminhabilidade segundo a perspectiva da pessoa idosa de Belo Horizonte/MG.....574-601
Ryane Moreira Barros, Carlos Lobo e Leandro Cardoso

parede

AS IMAGENS E A IMPOTÊNCIA DA IMAGINAÇÃO
O Parque do Ingá como canteiro de obras 604-611
Amanda Cari Fahur e Luciano Bernardino da Costa

TRAVESSIAS QUE FAZEM PAISAGEM.....612-617
Gabriela Kehrwald

editorial



Foto: Gustavo Nagib

ALTERNATIVAS PARA A CIDADE I
Capitaloceno e crise urbana: contradições e alternativas socioespaciais

Gustavo Nagib[1] e Katia Atsumi Nakayama[2]

Embora o debate entre membros da União Internacional das Ciências Geológicas, em 2024, resultou em rejeitar a oficialização do Antropoceno enquanto unidade cronoestratigráfica, este conceito generalizou-se no século XXI entre os mais diversos campos do conhecimento científico e correntes teórico-metodológicas empenhados em analisar os impactos que as atividades humanas provocam no sistema Terra. Paralelamente, outros conceitos surgiram a fim de complementar ou redirecionar a produção acadêmica, sobretudo a partir de uma abordagem crítica, estabelecendo razões mais específicas ou menos generalizantes para o atual quadro de crise ecológica, a exemplo do termo *Capitaloceno*, que adquire maior precisão ao apontar o capitalismo como o seu principal responsável e ao considerar os processos que perpetuam as desigualdades socioambientais. Reconhecendo-se a atualidade e a importância deste debate em suas diversas escalas – mundial, nacional, regional e local –, mas tomando-se a(s) cidade(s) e o urbano como centralidade analítica, é possível identificar um quadro generalizado de crises que dificilmente poderão ser superadas sem a tomada coletiva de consciência e de decisões que descoloniza práticas e discursos referentes à ideia de *natureza*.

Reunir os textos desta edição foi, antes de tudo, um exercício de leitura atenta e sensível. Chegaram trabalhos que contemplam uma ampla diversidade de abordagens, escalas e contextos, a exemplo das tensões e disputas em uma praça pública de Belo Horizonte, dos impactos de um parque eólico sobre comunidades Mapuche no sul do Chile, do tamponamento de um arroio em Pelotas, dos efeitos das mobilidades forçadas em uma província moçambicana etc. Ao longo da avaliação de muitos trabalhos preciosos, constatamos a recusa em tratar a crise ecológica contemporânea como resultado de uma humanidade abstrata. É a partir desta perspectiva que a natureza se converte em ativo, que a moradia se transforma em produto financeiro, que os rios continuam sendo tamponados pela perpetuação do urbanismo rodoviarista e que o traçado do transporte coletivo expressa processos de invisibilização territorial. Contudo, as brechas também estão presentes e, nelas, as alternativas.

A palavra *alternativa*, presente no título deste dossiê – *Alternativas para a cidade* –, não traduz uma expectativa de otimismo acrítico de nossa parte. Ela designa a possibilidade de insistir e resistir nestas brechas, de localizar práticas, saberes e insurgências a partir de pesquisas e experiências já em curso. Assim, organizamos este número 37 em quatro eixos principais: *crises e alternativas*; *natureza, território e conflitos socioambientais*; *habitação, precariedade e assentamentos*; *projeto, paisagem e mobilidade*. O conjunto é precedido por dois textos de autores convidados e encerrado por dois ensaios visuais. Os dois textos de autores convidados que abrem a edição tratam, cada um a seu modo, de ideias e práticas que nos conduzem a novos modos de experienciar o espaço urbano. Em **Os quintais que habitamos e que nos habitam: da invencionática à contaminação das cidades do Capitaloceno**, Doriane Azevedo e Flora Monte Alegre Olmos Fernandez tomam o quintal como lugar e percorrem trajetórias que vão do chão batido da antiga Cuiabá às lajes de São Paulo. Este transbordamento encontra sua contraparte em **Entre picos: skate, apropriação e conflitos no espaço urbano da Arena Pantanal/MT**, de Guilherme Montanher Lucatto de Oliveira Silva, Diego Antonio Gomes de Sousa, Tatiana Francischini Brandão dos Reis e Katia Atsumi Nakayama. Onde as primeiras encontram poesia na miudeza, os segundos encontram disputa: os espaços livres do entorno da Arena Pantanal, resíduo de um grande projeto urbano da Copa de 2014, foram convertidos por skatistas em lugar de lazer e sociabilidade, para depois passarem por desmonte, realocação e apagamento.

O primeiro eixo deste número – *crises e alternativas* – reúne trabalhos que discutem as contradições do Capitaloceno e as possibilidades de transformação diante da crise ecológica. No artigo **Espaço em conflito e ontologias em disputa: o impacto das megaestruturas nas comunidades Mapuche do Chile à luz do *Buen Vivir***, Nátali Roberta de Sousa Nuss e Rodolfo Efrain Zelada Arenas questionam os efeitos das megaestruturas e o modo como elas incidem sobre territórios indígenas. Rossanna Prado Perez, por sua vez, em **Geopolítica do Capitaloceno: estruturação de con$ensos, biotecnologia e (algo de) patrimônio cultural**, amplia a escala da discussão ao questionar as relações entre geopolítica, mudanças climáticas e soberania dos Estados no contexto do Capitaloceno, discutindo o neoextrativismo a partir dos Consensos de Washington, dos Commodities e da Descarbonização.

O artigo de Daniel Pereyron, Anelis Rolão Flôres, Clarissa de Oliveira Pereira, Francisco Queruz e Gustavo Gonçalves Cougo, **Da cooperativa ao distrito criativo: uma potencialidade coletiva ameaçada de gentrificação**, recupera a história da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, fundada em Santa Maria e, a partir desta trajetória, os autores a interpretam como um modelo de produção coletiva do espaço urbano. Já os autores Gianluca Mascali Perseu, Tia Dianing Insani, Selma Joana Moreno Rivera e Thuli Ndlovu, em **The thickness of storytelling: making sense of the Capitalocene from the Global South**, deslocam a discussão para o próprio procedimento de pesquisa. A partir da oficina *In-Visible Walls*, realizada com pesquisadores da América Latina, da África e da Ásia, os autores tomam a narrativa e a montagem como dispositivos epistêmicos para a produção de conhecimento contra-hegemônico diante da crise ecológica contemporânea.

Três textos fecham este primeiro eixo. Mário Victor Marques Margotto e Clara Luiza Miranda, em **Habitar a terra: cosmotécnicas frente à des-futurização do design moderno**, partem das enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul para discutir a dimensão ontológica do projeto. Seguidos por Paula Marques Braga, em **Espaços de intermediaridade: entre estranhamentos e possibilidades**, que traduz o *in-between* de Bhabha para a arquitetura e o urbanismo a partir de pesquisa desenvolvida em Santa Fé, na Argentina. Já Jadyson Arthur da Silva, Ana Beatriz P. R. do Rêgo, Clarice Marina S. Maceno e João Felipe P. Cavalcante, em **A contrapaisagem dos entes e viventes: por uma metodologia anti-paisagística**, discutem as vulnerabilidades no ensino de paisagismo no que se refere à incorporação dos povos originários e seres mais-que-humanos como produtores de paisagem.

No segundo eixo – *natureza, território e conflitos socioambientais* –, Paula Mello Oliveira Alquati e Samuel Crissandro Tavares, em **Justiça ambiental e direito à cidade na superação do racismo ambiental brasileiro**, desenvolvem sua análise a partir da Amefricanidade e Confluências Afropindorâmicas. Já Gabriel Mateus Silva Leite, Paôla da Conceição Campos de Malta e Letícia Nörnberg Maciel, em **Mineração, deslocamentos e conflitos no Capitaloceno: a produção do espaço nos reassentamentos do Projeto Minas-Rio**, analisam os deslocamentos compulsórios

1 Pesquisador do Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GAsPERR). Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP).
2 Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Arquiteta e urbanista, Mestra e Doutora em Gestão Urbana pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).

promovidos pela *Anglo American* em Alvorada de Minas e Conceição do Mato Dentro.

Isabela Fernanda Veiga e Wagner de Souza Rezende, em **Capitaloceno e o colapso dos modelos sustentáveis**: **uma perspectiva crítica da paisagem do Parque Estadual dos Pireneus em Pirenópolis/GO**, discutem os conflitos relacionados ao neoextrativismo no Cerrado e à desterritorialização de grupos minoritários no Parque Estadual dos Pirineus, cujos limites territoriais ainda não estão consolidados. Rosilene Oliveira Silva e Luana Pavan Detoni, em **Produção do espaço urbano e modos de habitar em territórios energéticos**: **Estudo etnográfico em Candiota/RS,** acompanham a cidade por meio de caminhadas etnográficas, diários de campo e leituras morfológicas, compondo um retrato das famílias corporativas, de sua convivência com poeira, fumaça e ruído, e da instabilidade aberta pela venda da usina.

Nos dois últimos textos deste segundo eixo, Isabela Teodoro Pinheiro, Miguel Ribeiro e Clara Luiza Miranda, em **Reestruturação urbana e apagamento hídrico em Cariacica/ES: o caso do rio Formate**, percorrem a supressão de um curso d'água desde as primeiras alterações jesuíticas de traçado até a implantação da Rodovia Leste-Oeste, discutindo um processo de invisibilização. E Daniela Vieira, Livia Boyle e Valentina Betemps, em **Braço morto: rastros do arroio Santa Bárbara em Pelotas/RS**, cartografam um arroio aterrado no centro histórico e chamam de "rastrodetecção" o registro produzido pela "caminhografia urbana".

O terceiro eixo – *habitação, precariedade e assentamentos* –, reúne oito artigos. Em **Crise climática, assentamentos precários e doenças: Jardim América/RJ**, James Miyamoto, Michele Henriques, Luis C. Domingues, Antonio Krishnamurti, Andréa de Vasconcellos, Rafaela Raffaele e Aruan Braga propõem a noção de "sindemia urbana" para descrever a interação entre riscos socioclimáticos, precariedade habitacional e insuficiência de saneamento, além de que a sobreposição de riscos físicos, ecológicos e sociais se compreende por abordagens participativas. Neste mesmo eixo, Natália dos Santos Petry, Luísa de Azevedo dos Santos, Luana Helena Loureiro Alves dos Santos e Nirce Saffer Medvedovski, em **Entre casas e águas: diagnóstico participativo habitacional, infraestrutura urbana e a natureza nas Doquinhas, Pelotas/RS**, aplicam diagnóstico participativo e identificam oportunidades para Soluções Baseadas na Natureza. E Bárbara Caetano Damasceno e Matheus Augusto Almeida da Silva, em **Produção (in)formal da cidade**: **territórios populares, periferização e dinâmicas habitacionais em Avaré/SP,** discutem a questão da informalidade na estrutura das cidades brasileiras.

Sara Rebello Tavares, Maciej John Wojciechowski e Kelly Roberta Ferracini, no artigo **Limites e alternativas do plano de trabalho social nos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida no contexto do Capitaloceno**, por sua vez, sistematizam a experiência desenvolvida em um residencial, onde o Desenvolvimento Comunitário Baseado em Ativos foi adotado como método e as hortas comunitárias e escolares se tornaram o resultado visível de uma tentativa de romper com a condição de "bairro dormitório". Já Juliana de Oliveira Plá, Luísa de Azevedo dos Santos, Dara Elisa dos Santos Bandeira e Nirce Saffer Medvedovski, em **Avaliação pós-ocupação: unidades habitacionais na Vila Farroupilha em Pelotas/RS**, examinam vinte unidades entregues pelo programa estadual e mostram, por meio de entrevistas semiestruturadas, maquetes e cartas ilustrativas, como a rigidez do layout limita a apropriação e a adaptação ao ciclo familiar.

Completam este eixo outros três textos. No artigo **Crises humanitárias e modos de habitar em Cabo Delgado: Continuidades e rupturas no contexto do reassentamento**, Miguel Ribeiro, Clara Luiza Miranda e Liziane de Oliveira Jorge analisam a sobreposição entre conflito armado e eventos climáticos extremos na referida província moçambicana e defendem que a reconstrução dialogue com a arquitetura vernacular e com as práticas de design social. No artigo **Crise urbana nas metrópoles e a urgência de habitação social: perspectivas entre Rio de Janeiro e Nova Iorque**, Ethel Pinheiro e Maria Lucia Vianna Pecly analisam lógicas habitacionais em duas cidades do capitalismo ocidental e ações de baixo para cima. E, no artigo **Mobilidades forçadas e alternativas urbanas: reassentamento e produção do espaço em Cabo Delgado no capitaloceno,** de Miguel Maria Ribeiro Da Silva, Clara Luiza Miranda e Liziane de Oliveira Jorge**,** retoma-se o território de Cabo Delgado para examinar a contradição entre os modelos oficiais de reassentamento e as práticas comunitárias.

O quarto eixo – *projeto, paisagem e mobilidade* – inicia-se com o artigo **O projeto urbano como instrumento mobilizador: explorando alternativas à crise urbana**, de André de Oliveira Torres Carrasco, no qual se discute o caráter crônico da crise urbana brasileira e os limites do planejamento diante dela, defendendo, assim, a revisão de categorias e procedimentos do projeto como mobilizador de setores não hegemônicos da sociedade. Na sequência, Janaina Almeida Stédile, em **A morfologia pública e o enclave global: notas sobre Bicocca e Porta Nuova**, analisa intervenções urbanas em duas antigas áreas fabris de Milão, evidenciando diferentes formas de produção do espaço e suas relações com as dinâmicas do capitalismo contemporâneo. Já o trabalho de Lauhana Amanda Kern, Eric Fassina, Daiane Regina Valentini e Renata Franceschet Goettems, intitulado **Projetar com a paisagem: novos paradigmas para o projeto de urbanismo no século XXI,** volta-se ao estudo de uma unidade de paisagem na borda urbanizada de Erechim, a partir de metodologias de análise da paisagem e da proposição de diretrizes de intervenção urbana.

Os três últimos artigos exploram relações entre corpo, movimento e deslocamento. Vitor Giulianetti Barros e Evandro Fiorin, em **Caminhar na cidade do Capitaloceno: cartografando uma praça de Belo Horizonte**, cartografam uma praça no centro de Belo Horizonte a partir do caminhar e do parar, e propõem que a pausa deliberada provoca um desvio na engrenagem da cidade. Rogério Penna Quintanilha, Antônio Gabriel Alves Júnior, Thuani Domingues de Souza Moraes e Vinícius Vieira dos Santos, em **A comunidade da Barra e o direito ao transporte em Pelotas/RS**, apresentam a realidade de uma comunidade pesqueira tradicional, marcada pela ausência de acesso regular ao transporte coletivo e pela luta pelo reconhecimento de suas necessidades, saberes, história e existência. Ryane Moreira Barros, Carlos Lobo e Leandro Cardoso fecham este eixo com o artigo **Mobilidade a pé e envelhecimento**: **a caminhabilidade segundo a perspectiva da pessoa idosa de Belo Horizonte/MG,** que, a partir da escuta de pessoas idosas em grupos focais, discute os desafios da caminhabilidade na capital mineira.

Encerramos este número 37 com duas séries fotográficas. Em **As imagens e a impotência da imaginação: o Parque do Ingá como canteiro de obras**, Amanda Cari Fahur e Luciano Bernardino da Costa percorrem o referido parque de Maringá e encontram marcas de pneu na terra, faixas interditando trilhas, uma estátua de tucano atrás do isolamento: o "Canteiro de obras", de Walter Benjamin, lhes serve ao mesmo tempo de metáfora e de método para se aproximar de um espaço em vias de imobilização. Em **Travessias que fazem paisagem**, Gabriela Kehrwald reúne fotografias feitas em Rondonópolis durante o processo de trabalho final de graduação. Entre viadutos, o rio Vermelho e corpos que atravessam concreto suspenso, a autora apresenta "como a infraestrutura corta", "como o verde resiste" e como "a vida insiste em continuar".

Há muito mais a explorar. Continuamos no número 38. Boa leitura!

autor@s convidad@s



Foto: Gustavo Nagib.

OS QUINTAIS QUE HABITAMOS E QUE NOS HABITAM
Da invencionática[1] à contaminação das cidades do Capitaloceno

THE BACKYARDS WE INHABIT AND THAT INHABIT US
From invencionática[2] to contamination in the cities of the Capitalocene

Doriane Azevedo[3] e Flora Monte Alegre Olmos Fernandez[4]

Resumo
Este artigo investiga o quintal como um lugar geopsíquico (que habitamos e nos habitam), onde as dimensões subjetivas e materiais se entrelaçam em uma “dobra topológica”, percorrendo memórias — do chão batido de Cuiabá às lajes de São Paulo — para desafiar a lógica produtivista no Capitaloceno. A partir do “prest’tenção”, da escuta, da “invencionática” de Manoel de Barros, e das “artes do notar” de Anna Tsing, o artigo reivindica o direito ao encantamento e aproximação das miudezas como ferramentas científicas. A partir desse percurso investigativo, o quintal é apreendido em diversas camadas como rugosidade, território de intimidade e “socialidade mais que humana”, capaz de contaminar a cidade e subverter a “expressão reta” da urbanização institucionalizada, transbordando seus limites e se aproximando do quintal e suas múltiplas manifestações - rua-quintal; parque-quintal; praia-quintal, criando tantas outras. Conclui-se que a poética dos quintais oferece brechas insurgentes para a construção de futuros habitáveis.
Palavras-chave: quintais; lugar geopsíquico; socialidade; artes do notar; “invencionática”.

Abstract
This article investigates the backyard as a geopsychic place (which we inhabit and which inhabits us), where subjective and material dimensions intertwine in a “topological fold,” traversing memories — from the beaten ground of Cuiabá to the rooftops of São Paulo — to challenge the productivist logic of the Capitalocene. Based on “prest’tenção”, listening, and Manoel de Barros’s “invencionática” , and Anna Tsing’s “arts of noticing,” the article claims the right to enchantment and the approximation of minutiae as scientific tools. Based on this investigative journey, the backyard is understood in several layers as roughness, a territory of intimacy and “more-than-human-sociality,” capable of contaminating the city and subverting the “straight expression” of institutionalized urbanization, overflowing its limits and approaching the backyard and its multiple manifestations— street-backyard; park-backyard; beach-backyard, creating so many others. It is concluded that the poetics of backyards offer insurgent loopholes for the construction of habitable futures.
Keywords: backyards; geopsychic place; sociality; arts of noticing; “invencionática”.

De onde partimos

Este artigo apresenta-se como um desdobramento crítico e sensível das atividades realizadas pelo Grupo de Pesquisa Pró-Lugar + SEL/RJ, durante o ano de 2024. Ao longo de cinco ciclos de discussões, transitamos por temáticas que relacionam paisagem e o habitar em diversas escalas[5]. No entanto, foi no ciclo intitulado “Os quintais que habitamos” que fomos atravessadas por uma necessidade de reflexão que extrapolasse o objeto geográfico e arquitetônico estrito, conduzindo-nos a um mergulho em nossas próprias subjetividades e memórias.

A proposta aqui delineada busca retomar as referências fundamentais que compuseram esse ciclo — a dimensão poética de Manoel de Barros (2015); a resistência da sociobiodiversidade urbana em Rita Montezuma (2023/2024); as releituras espaciais urbanas na Amazônia de Aelton Dias Costa (2016);a potência coletiva do projeto Fazendinhando de Ester Carro (2021); a noção de parque em rede e a valorização das relações socioculturais na implantação de corredores verdes, de Jacileda Santos (2024) e, ainda; atuação de Juliana Tângari, no projeto “Comida & Cidades”. Para lançar um novo olhar sobre o que o quintal representa para nós, compreendemos que investigar o quintal exige uma postura de "prest’tenção", da “escuta”; do “olhar de perto e de dentro” (Magnani, 2002) e aplicar as “artes do notar” (Tsing, 2024), abordagens que nos levam a observar as miudezas e aquilo que é visto como "inútil", desafiando a lógica automatizada da cidade Capitaloceno.

Nesta escrita, que assume o risco da errância e da poética como método, buscamos "transver o mundo" e “desformar” a realidade posta. Trata-se de exercitar o que a poética de Barros nos convida para com o olho vê(r) e a lembrança revê(r), mas é com a imaginação e o acolhimento do outro que permite subverter a “expressão reta” da lógica institucionalizada que não sonha e “transver o mundo”. O quintal surge, portanto, como rugosidade, memória e hospitalidade, um palco onde a vida cotidiana estabelece limites que nos permitem experimentar, criar e reinventar o mundo. Ao revisitarmos nossos quintais da vida — do chão batido da antiga Cuiabá aos terraços e lajes da metrópole São Paulo — questionamos como essa poética pode contaminar (no sentido proposto por Anna Tsing, 2024) a cidade e as práticas científicas, reivindicando geografias e arquiteturas mais plurais, inclusivas e encantadas.

1 "Invencionática" é um neologismo criado por Manoel de Barros, que significa a arte ou o campo da invenção, da imaginação e da criatividade poética, em oposição à "informática" (o informar), focando em dar novo sentido às coisas e criar o novo a partir do que parece sem importância, resgatando um olhar infantil para o mundo.
2 “Invencionática” is a neologism created by Manoel de Barros, which means the art or field of invention, imagination, and poetic creativity, as opposed to "informatics" (informing), focusing on giving new meaning to things and creating something new from what seems unimportant, reviving a childlike view of the world.
3 Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela FAUUSP. Cuiabana. Desde 2009, é docente na FAET/UFMT. Coordena o Grupo de Pesquisa e Extensão Estudos de Planejamento Urbano e Regional - ÉPURA e o Programa de Extensão ÉPURAinQUADRANTES, dedicando-se à análise crítica e ação propositiva de políticas de planejamento do território e da paisagem em Mato Grosso. Integra a Rede Quapá-SEL e o Observatório de Cidades, Vilas e Territórios Amazônicos - AMAZONICIDADES.
4 Doutora em Arquitetura pelo PROARQ. Paulistana. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Projetos de Espaços Livres Urbanos. Também atua na organização de oficinas e atividades de escuta, educação (cidadã e não formal) e participação com crianças. Integra os grupos de pesquisa PROLUGAR +SEL/RJ e Lab Quapá.

5 Os cinco ciclos de discussões relacionaram os espaços livres, a(s) paisagem(ns) com o habitar, transitando por diversas temáticas e escalas - “as cidades, as ruas, os quintais, as fronteiras e infância que habitamos”, envolvendo leituras de textos literários e acadêmicos e palestras, apresentando diversas camadas de cada um dos temas de discussão.

Memória, poesia e lugar como caminho para Invencionática sobre quintais

Em seus poemas, brincando e errando com as palavras, Manoel de Barros nos dá pistas sobre o que explorava em seu quintal. Guiando-nos por um passeio pelos detalhes, revelava um microcosmo de intimidade só seu (e nosso?) de significado e beleza na simplicidade do cotidiano. Mas, qual era, realmente, o seu quintal? Da sua casa na cidade? Da sua fazenda no coração do Pantanal? Do seu Eu? Essas perguntas nos conduzem a dialogar com o entendimento de lugar geopsíquico (Dias, 2022), onde a dimensão interna possui maior peso que a externa na forma como nos relacionamos com o espaço. Para a estudiosa, o lugar se faz na linguagem; é uma "dobra topológica" que, como uma banda de Möbius, permite o trânsito contínuo entre o mundo interior e o geográfico, num movimento que altera e ressignifica o entendimento desses.

Passamos a assumir o quintal como (esse) lugar geopsíquico, que começa a (re) conhecer essa dobra contínua entre o mundo interior e o mundo exterior (e de um sobre o outro), e se constituindo na linguagem, no corpo e na memória, as experiências vividas se inscrevendo na paisagem, ao mesmo tempo em que a materialidade do lugar participa da constituição subjetiva daqueles que o habitam.

Juliana Dias (2022) nos auxilia com essa análise para além da morfológica, e que vem ao encontro de nossa proposta de entender o quintal como um lugar que se faz na linguagem e na intersecção entre os mundos interno e externo, onde a dimensão interior aflora de maneira mais intensa na forma como nos relacionamos com o espaço. Assim, a partir da memória, nos reencontramos com experiências e realidades vividas e, com a brincadeira com as palavras, também experimentamos criar outras realidades a partir do entrelaçamento dos nossos mundos externos e internos. É como nossa percepção de quintal, que não se limita apenas a um suporte físico atrás da casa, mas a (qualquer?) um território de intimidade e partilha que nos habita, em um processo constante de transformação e desformação.

É como pensar que esse quintal vai para a rua e, muitas vezes, pode ser a própria rua, como “Quando a Casa [Quintal] Vira Rua [Quintal]” (Arno Vogel et al., 1981), para ser visto por outros. Entretanto, essa fronteira é fluida. Quando os rituais de sociabilidade, como as cadeiras na calçada ou as festas de santo, ocupam o espaço público, ocorre uma inversão: o privado se torna significante comum. Mas talvez, pensando em como esse quintal, ao nos contaminar, contaminava a (nossa) rua, a (nossa) cidade, o (nosso) mundo.

Essa fluidez entre dentro e fora, entre casa, rua e cidade, foi nos revelando que o quintal não podia ser definido apenas por limites físicos (rígidos), mas precisava revelar, também, as relações de intimidade, pertencimento e partilha. Quando o quintal transborda para a rua, não se trata apenas de ocupação do espaço público, mas da expansão de uma lógica de habitar que reconfigura o comum a partir do afeto, da convivência e da presença.

Essa contaminação, como definida por Tsing (2024), é a transformação a partir do encontro; é o que nos forma na medida em nos abrimos para os outros. O quintal, ao contaminar a cidade, propõe uma "socialidade[6] mais que humana", onde humanos e não humanos criam mundos de forma colaborativa, apesar de uma predisposição individualista das relações capitalistas.Os poemas de Manoel de Barros nos trazem

6 Partimos da compreensão que sociabilidade é, normalmente, lida como relação de convivência em uma comunidade humana. Ao incorporarmos as reflexões de Anna Tsing (2024), passamos a nos apropriar do termo “socialidade” neste texto, apresentada pela estudiosa como um chamado para a descrição crítica de um mundo onde projetos de vida humanos e não humanos estão emaranhados e são inseparáveis.

múltiplos entendimentos para o habitar (a partir) dos quintais: desde que, a partir da potência desses espaços, há uma disposição interna para vivenciá-los. Em suas falas, “despalavras” que convoca para a intimidade, num sentido de misturar, perder as bordas entre um e outro, numa exposição íntegra que revela, sem um filtro de um certo raciocínio lógico que tolhe nossa existência e abre campo para a experiência.

Tendo em vista essas elucubrações, nesse exercício de escrita, ou nesse mergulho, que aceitava o convite para desvelar outras camadas desse mundo interior<>exterior - rua - cidade - mundo -, adentrar nesse quintal nos tornava corajosas, chegando devagarinho, que perguntamos: vocês estão dispostos a se contaminar?

Devaneios pelos quintais da memória

Aqui, a partir dos devaneios de nossas memórias sobre quintais, buscamos explorar os diversos significados e as relações com os temas, leituras, palestras, discussões ao longo (e depois) dos ciclos sobre o habitar.

Entre nós, havia uma criança que viveu entre quintais de chão batido de piçarra (Figura 1), da pedra canga e cristal, o lugar do brincar (ou eram iniciações das experiências místicas da vida?). Aprendia a manusear utensílios, imaginando cozinhar deliciosas comidinhas de terra e folhas. “Criava” vaquinhas e outros animais, combinando manga verde e palitinhos. Sob a sombra de mangueiras, cajueiros, jabuticabeiras, ateiras e o grande pé de cajazinho, acompanhava a vovó e a mamãe na lida de desenhar listras no chão com a vassoura piaçava, criando montes de folhas e frutas que alimentavam os pés das árvores e a horta.

Essas práticas cotidianas de manejo e cuidado materializam o que Montezuma (2023) denomina sociobiodiversidade, uma reserva de natureza domesticada onde a memória biocultural preserva saberes ancestrais através da oralidade. Repetíamos a história secular, de quintais cuiabanos que “salvaram uma cidade” durante períodos de isolamentos forçados pelas lutas e guerras. Nesses espaços, “[...] a varanda [...] aberta para o quintal, tornou-se um dos traços marcantes da casa cuiabana" (Freire, 1997). O quintal cuiabano, mapeado por uma geografia das texturas, cores e cheiros, é uma rugosidade que resiste ao tempo acelerado da metrópole, mantendo vivo o "olhar de perto e de dentro" (Magnani, 2002) que nos ensina a "prest’tenção" nas miudezas do mundo.

“A lembrança residual dos tempos de escassez e extrema penúria, vividos por Cuiabá no século XVIII, talvez tenha contribuído para que o costume de plantar quintais tenha lançado raízes tão profundas entre os cuiabanos” (Freire, 1997). O espaço do lote urbano, de características coloniais, obedecia a um padrão organizacional rigoroso: “corpo da casa, varanda e cozinha, pequeno pátio interno onde se localizava o poço, forno, plantas ornamentais; plantas medicinais horta e árvores frutíferas” distribuídas estrategicamente, dos cítricos próximos à casa às bananeiras e cajazeiras ao fundo. Essa estrutura, descrita por viajantes como Hercules Florence como um "aspecto risonho e pitoresco" (De Lamônica Freire, 1997: 81-85), revela o que Santos (2012) denomina rugosidades: pedaços de tempos históricos que resistem à homogeneização do espaço urbano.





Figura 1 - Registros das memórias nos quintais Cuiabanos, entre 1978 e 1980. Fonte: Acervo Fotográfico da Família Azevedo.





Figura 2 - Quintais, crianças e criação de mundos, 1990 e 1992. Fonte: Fonte: Acervo Fotográfico da Família Fernandez.

Assim como os quintais cuiabanos e muitos outros brasis afora, com suas diversas culturas muitas vezes invisibilizadas por visões hegemônicas, Rita Montezuma (2025) fala da potência e multiplicidade de modos de habitar e sentidos dos quintais. Em sua pesquisa vinculada ao Quilombo Cafundá Astrogilda, destaca como os quintais quilombolas recolocam a relação entre a produção alimentar e a cidade. Nas bordas entre a cidade e a Floresta da Tijuca, essa forma de produção alimentar também amortece o impacto da urbanização e rompe com as separações binárias entre cidade-campo, cidade-floresta. Como as cidades poderiam incorporar as lógicas dos quintais? Essa perspectiva dialoga com a necessidade de incorporar essa lógica ao planejamento das cidades, conforme discutido por Juliana Tângari[7] , em sua palestra “Comida e Cidades”, que defende políticas para a transição dos sistemas alimentares com apoio de hortas urbanas e, por Jacileda Santos (2025), ao evidenciar que, a constituição de um sistema (em rede) de parques, é muito mais que ligar os elementos-parques, mas devem revelar as relações socioculturais de apropriações desses lugares, como no caso de Salvador.

Na sabedoria vernacular, Vovó e Mamãe ensinavam as primeiras lições etnográficas do "prest’tenção", que se sedimentou como um imperativo de presença e sobrevivência. No comunicar cuiabano, "prest’tenção" era uma convocação que exigia alinhamento de todos os sentidos; o corpo todo deveria se dedicar aos conselhos, discussões, transcendendo o mero ato biológico de ouvir, para se tornar um gesto de entrega absoluta ao encontro. Décadas depois, compreendemos que esse gesto era, em essência, o “Olhar de Perto e de Dentro” (Magnani, 2002), um posicionamento epistêmico que valoriza as Miudezas, a Intimidade e a “Inutilidade”. Esse olhar permite a fluidez entre o público e o privado e constitui uma forma de resistência ao olhar “De Longe e de Fora”, característico da indiferença institucionalizada e dos apagamentos do Capitaloceno. Como aponta a metapoética de Manoel de Barros, esse exercício exige a “invencionática” para “transver o mundo” e encontrar a essência das coisas onde o raciocínio lógico não alcança. Acreditem, a Vovó e a Mamãe eram melhores que todas as Redes Sociais juntas, pois dominavam as “artes do notar” (Tsing, 2024), a escuta sensível, imprescindível para a sobrevivência colaborativa em qualquer tempo, especialmente em tempos de precariedade das relações.

Entre nós, uma Paulistana jovem pesquisadora participou, em 2024, de uma série de atividades com a ONG CoCriança, realizando caminhadas com crianças pelo bairro e entorno escolar. Nessa vivência, percebeu-se outro tempo e outros modos de habitar a rua-quintal, que muitas vezes são tolhidos pela pressa dos adultos. Com as crianças entre 3 e 4 anos, a mudança de comportamento entre um passeio e outro foi reveladora: se no primeiro momento andavam de mãos dadas e com expressões mais contidas, na segunda vez, sentindo-se mais confiantes, experimentaram formas diferentes de percorrer o lugar. Passaram a brincar com os elementos no espaço público, explorando seus corpos em relação com o entorno, equilibrando em linhas e guias, subindo nas bolotas (balizadores de concreto), e se movimentando de uma forma mais livre, com gestos alegres e atentos.

7 No dia 25 de junho de 2024, Juliana Tângari, Advogada, Diretora do Instituto Comida do Amanhã, apresentou a palestra intitulada “Comida & Cidades” no encontro semanal do Grupo Prolugar + SELRJ. Dedicou sua fala na discussão sobre a relação entre sistemas alimentares e cidades, abordando desafios, potencialidades, regulamentação, fomento e incentivo nas agendas das agriculturas urbanas e rurais. O trabalho do Instituto se volta à implementação de ações que buscam ampliar o debate público e influenciar políticas para a transição dos sistemas alimentares.





Figura 3 - (Re)descoberta dos Quintais na Cidade Grande, 2003.
Fonte: Acervo Fotográfico da Família Azevedo.









Figura 4 - Quintais e o Cultivo da Vida em Família, acima, 1965 ou 66. Abaixo, 1981. Fonte: Acervo Fotográfico da Família Azevedo.

Essas crianças exercitavam as “artes do notar”, com uma curiosidade aguçada que observa tudo ao redor — o tempo, os ruídos, os animais e até o lixo —, coletando frutas, folhas e objetos que chamavam a atenção. Ao adentrar no quintal de um coletivo de mulheres, o tempo se lentificou nessa parte do percurso e as crianças ficaram compenetradas, e puderam conhecer e reconhecer algumas plantas comestíveis, também explorar a terra e interagir com minhocas. Essas experiências contribuem para nosso entendimento de que, as possibilidades de se tornar quintal dependem das condições internas e de um contexto que possibilita vínculos de confiança e que essa relação possibilita transformar a relação com o tempo.

Seus quintais foram contaminados pela experiência de conversar com as infâncias, influenciada, ainda, por encontros com Gabriela Romeu em palestras e publicações, que investiga os quintais da infância com “um olho virado para dentro e outro virado para fora” [8], estabelecendo uma conversa de suas experiências de infância com os encontros com as crianças nos quintais. Em sua obra “Lá no meu quintal: O brincar de meninas e meninos de Norte a Sul” [do Brasil], Gabriela Romeu e Marlene Peret (2019), convocam a pensar o quintal em sentido de espaço de brincar, onde a disposição para a intimidade e o lúdico demandam um contorno, uma estrutura que estabeleça um limite e assegure um espaço de confiança para poder se arriscar, e se revelar com e para o outro. Este cenário é o que Winnicott (1975), em “Brincar e a Realidade”, define como espaço potencial: a zona indeterminada e aberta para experiência entre a realidade interna e a externa.

Essa perspectiva de lugar, que se faz na linguagem e no encontro de subjetividades, reforça a compreensão do quintal como um lugar geopsíquico, onde é necessário com-preender que o que vivemos em nosso mundo interior e que se faz presente nas relações que estabelecemos com o mundo externo, sendo que a dimensão interna possui, muitas vezes, maior peso na forma como nos relacionamos com o espaço, portanto, habitar a infância é uma abertura para a investigação das possibilidades de sentidos que os elementos compõem.

Também nos contaminamos pelas reflexões de Carol Classen (2023), que apresentou no Ciclo, “as Infâncias que habitamos”, reafirmando que as crianças possuem um modo próprio de experienciar a cidade — “criançar” — revelando uma curiosidade e disponibilidade para experimentar sentidos que remetem ao frescor dos primeiros encontros. É um outro caminho que também valoriza as miudezas e a inutilidade das coisas, abrindo uma possibilidade infinita de leitura e criação de mundos. Através dessa lente, o pequeno transforma-se em gigante: é a menina que se torna princesa quando veste vestido de flores, ou as crianças que brincam de comer (pedras) em seu quintal (Figura 2).

Nas restrições impostas às experiências nas metrópoles, sufocadas nas dinâmicas produtivistas sem espaço para relação mais próxima, e mesmo com a verticalização, o quintal também se apresenta em outros contextos, e vai recebendo outros nomes e dimensões: a área comum de edifícios, lugares que por muitas vezes perdem (ou ganham) sentido de quintal. Por outro lado, transforma-se em quintais os espaços de partilha do comum, da intimidade e do fazer coletivo.

8 https://www.editorapeiropolis.com.br/jornalista-e-documentarista-gabriela-romeu-lanca-livro-com-etnografia-da-crianca-do-sertao/



Figura 5 - Quintais de Vida e Morte, entre as décadas de 1940 e 50. Fonte: Acervo Fotográfico da Família Azevedo.



Figura 6 - Parque-Quintal do Encantamento - Sítio Burle Marx, 2015. Fonte: Acervo Fotográfico da Família

A Paulistana cresceu em um apartamento em uma cidade grande, mas isso não significa sem experiência de quintal. Com a casa sempre cheia, de crianças e adultos partilhando brincadeiras, transformando o que estava disponível em elementos que faziam parte das histórias que criaríamos. Também cheia de atividades de muito movimento, escalando janelas, a barriga do papai e muros, dançando, correndo, pulando, andando de patins, em lembranças de muitos momentos de pouca supervisão de adultos. Essa capacidade de subverter a função original dos objetos, transformando o espaço doméstico em território de aventura, evidencia que o quintal, antes de ser uma métrica externa, é um lugar geopsíquico, e mesmo sob as restrições da cidade grande, a vida era cheia de atividades de muito movimento e envolvimento.

Nessa experimentação do corpo e do mundo, nem tudo era flores, quantos machucados! Brincando de saltar da mesa terminou em clavícula quebrada, corte na testa, ao escorregar no sofá, fora os inúmeros arranhões e torções: “Flora, coitada, ‘tá sempre machucada”. Memórias que ainda ressoam o desejo de testar os limites. Algumas experiências saíram caras, como entender a beleza de objetos de uma bolsa jogados pela janela do carro neste mundo capitalista, sem uma bronca “merecida”?

Na mesa, nas refeições, os sofás e camas eram os quintais de saber histórias do mundo e da família, partilhas de momentos memoráveis e travessuras da minha mãe durante a infância, perto dela éramos “boazinhas”. Essa partilha remete ao que Christian Dunker (2020) define como a dialética entre o comum e o íntimo. Para o autor:

> A partilha do comum é também uma institucionalização da forma de fazer, de gerir e de agir junto. A partilha do íntimo é uma forma comunitária de estar, de dividir incertezas e promessas. Podemos pensar este comum como uma origem, mas também um comum por vir, um comum a construir. Tais zonas de indeterminação que constituem o comum e o íntimo podem ser definidas como uma espécie de furo ou de incompletude das esferas (pública e privada) (Dunker, 2020, p. 25).

Essas “zonas de indeterminação” manifestavam-se na criatividade absoluta. Uma vez em Itatiba, na casa de uma das amigas de minha mãe, criamos nossa própria casa, utilizando dos materiais de construção que ali estavam, analogias entre as formas dos objetos com os materiais transformaram tijolos de concreto em mesa, e pedras em bolo. Aqui, o quintal se configura não pelo suporte físico, mas pelas relações estabelecidas e pelo deslocamento para um tempo próprio. O quintal, enquanto espaço físico, era o espaço comum do prédio, as casas dos amigos, parques, as praias, em todos os lugares onde era possível um deslocamento para um tempo próprio, em momentos intensos de partilha, possibilitando experimentar diferentes interações não só com as pessoas, mas com os elementos que se encontravam nos lugares, vivenciando, através da imaginação, castelos, florestas e oceanos. Quantos mundos são possíveis de se criar nos quintais! Esse exercício de dar novos sentidos ao que é “inútil” é a própria “invencionática” em curso: a capacidade de desformar o mundo real para que o sonho semeie a realidade.

A transição para a vida adulta traz novas camadas a essa percepção. A Cuiabana, na casa dos 25, foi morar em apartamento em cidade grande, resignificando o quintal, e descobrindo que a cidade, e todas as suas belezas e mazelas, reproduziam em outra escala, as belezas e mazelas vividas nos seus quintais da infância (Figura 3). Essa percepção multiescalar (Montezuma, 2023) conecta o micro ao macro: o cuidado com o vaso na varanda é o mesmo cuidado necessário para com a floresta (urbana, das praças, dos canteiros).



Figura 7 - Praias-quintais - paisagem em transformação. 2022.
Fonte: Acervo Fotográfico da Família Fernandez.



Figura 8 - Quintais dos bichos e socialidade. Acima, 2024/2025. Abaixo, 2018. Fonte: Fonte: Acervos Fotográficos das Famílias Fernandez e Azevedo.

Mas, ainda nas antigas memórias das conversas nos quintais, aprendíamos sobre as histórias e o cultivo da vida (em família): como a Mamãe vivia sua primeira juventude, e como gostava de cultivar flores, adorava samambaias, lírios do amazonas e antúrios vermelhos (aqueles mesmos que adornavam nossa varanda e quintal) e também plantas medicinais. Entre o manejo da vida vegetal, que integra essa memória da sociobiodiversidade domesticada, e as manifestações de carinho, era o que permitia, a partir do quintal, a humanização do espaço diante da impessoalidade urbana, pois o quintal também era o lugar de momentos com seus filhos, momentos de carinho (cheios de abraços, beijos e cafunés), momentos de comemoração, como o primeiro dia de aula no Prezinho (Figura 4).

Contudo, o quintal não era apenas o lugar de vida, mas também o lugar onde aprendíamos que a vida é (in)finita. Nas místicas quintaladas dos velórios, era o espaço do experienciar e do conhecer, entre muitas coisas a (dor da) perda (Figura 5). Crescíamos sabendo da vida e da morte. Registros marcavam o sofrimento da Vovó ao perder dois de seus anjinhos, assim como o velório da (Bisa)Vó Cili - filha de Tundá, índia Boróro e um português. No quintal, o luto era comunitário, silencioso ou ruidoso: as diferentes gerações e linhagens se conheciam: tios, tias, primos, agregados, e os amigos das famílias. Passávamos a (re)conhecer a diversidade humana em sua totalidade: aqueles que se recolhiam em um cantinho, apartados pela dor e pela saudade; outros, que tentavam mostrar que velório também era lugar de alegria, pela celebração da vida do morto. Ouvia-se sobre a “morte bonita” da Família Moura: morreram igual passarinhos, dão um suspiro fundo e o coração se despede. Quando os quintais acolhiam a morte como parte da vida, abrigavam o ritual coletivo da hospitalidade, revelam uma socialidade que aceita a vulnerabilidade e a impermanência como partes inseparáveis do habitar. O quintal, portanto, também era o lugar onde aprendíamos a ser humanos, cercados por plantas, afetos e o silêncio necessário para ouvir o coração se despedir.

Contato com mundo - resgate dos nossos quintais

Se, por um lado, o nosso espaço íntimo pode criar e transformar mundos a partir do encontro com outras pessoas, o encontro com um conjunto de não humanos em cidades, regiões com alguns de seus lugares, tem o dom de nos transportar para outro lugar, do sonho, da imaginação (Figura 6). Para nós, é assim em lugares como o Sítio Burle Marx, com toda sua exuberância e diversidade, com plantas gigantes que muitas vezes só vemos em filmes (ou em nossas florestas). A fantasia e o desejo de outra forma de habitar o mundo se mostram possíveis através do parque-quintal, e a nossa dimensão interna e imaginação transvendo a realidade física.

Nesse contexto, e mesmo diante de eventos extremos, a lógica do quintal (re) existe. A Paulistana lembra da (grande) chuva em Ubatuba, tromba d’água que transforma a paisagem, deixando uma série de troncos ao longo da praia. Itamambuca, que é também praia-quintal, com outras possibilidades de explorar um mesmo/outro lugar pela primeira vez (Figura 7). As transformações das paisagens ao longo do tempo nos fazem perder a familiaridade com lugares que antes habitávamos, criando um novo campo de experimentação e abrindo caminhos para outros modos de relação. Assim como o matsutake [9] emerge nas ruínas e perturbações (Tsing, 2024), a praia-quintal

9 O matsutake (*Tricholoma matsutake*) é um cogumelo selvagem e aromático, considerado uma iguaria *gourmet* de altíssimo valor no Japão. Em seu livro, Tsing (2024) utiliza a trajetória deste fungo, que floresce em solos pobres e florestas perturbadas pela ação humana, para estruturar sua reflexão sobre a vida e a "socialidade mais que humana" que podem persistir e criar outros mundos em meio às ruínas e precariedades do capitalismo contemporâneo.



Figura 9 - Quintais públicos e os cotidianos, entre as décadas de 1950 e 60. Fonte: Acervo da Família Azevedo.



Figura 10 - Manifestações Coletivas que borram as fronteiras entre as ruas e quintais - casamento , 1950; festa, carnaval Arrianu Suassunga, manifestação, 2024 e 2025. Fonte: Bruno Cardoso (abaixo à esquerda), acervos Fotográficos das Famílias Fernandez (coloridas à direita) e Azevedo (preto e branco).

revela que a vida e o brincar encontram caminhos de colaboração e sobrevivência nas frestas do Capitaloceno e na força da “invencionática”.

E assim, reafirmamos que a fantasia e desejo de outra forma de habitar o mundo através dos quintais. Nesse contexto, Rita Montezuma (2023) mostra a potência dos espaços físicos que denominamos como quintal para um modo de existência que contrasta com as formas de produção antropocêntricas capitalistas. Nesse sentido, os quintais ampliam a possibilidade de coexistência com outros seres (Figura 8). Quintal pode ser o lugar de sentir o sol e o vento, tocar as pedras, cuidar das plantas, brincar com bichos que nos ajudam a “voltar” para o encantamento do mundo, nosso primeiro mundo - quintais - nos oferece para viver. Essa vivência, definida por Anna Tsing como uma socialidade mais que humana: uma partilha que ensina que a socialidade entre humanos e não humanos é possível e necessária. Trata-se de reconhecer que os não humanos também são sociais e que nossos projetos de vida estão emaranhados com os deles (Tsing, 2019).

Kopenawa (que foi um contaminador dos nossos quintais) nos provocou a pensar como o Quintal pode contaminar a Cidade. Ele nos fala a partir da cosmologia Yanomami, que entende que o pensamento do “povo da mercadoria” é aprisionado e fixado na propriedade (Kopenawa; Albert, 2015), enquanto o quintal opera pela lógica da contaminação, entendida como a transformação mútua através do encontro (Tsing, 2024). Mas antes, eram os quintais resultado da contaminação da Natureza? Por esses Brasis, quantos de nós não entendíamos o “espaço exterior”, o espaço público, como (extensão de) nossos quintais?

Essa diluição de fronteiras entre o público e privado manifestava-se na lida cotidiana: no dia a dia da Cuiabá Antiga, era a pesca de lambari no Córrego da Prainha, ou os banhos no Rio Cuiabá e no Coxipó, lembranças da família toda: Vovó e três de seus cinco filhos na beira do rio, os finais de semana ou férias na casa das primas, mais banhos de rio, as brincadeiras nas cachoeiras, as manifestações de carinho e as partilhas (Figura 9). Memórias que revelam as “artes do notar” (Tsing, 2024), ao registrar uma sensibilidade para com os ritmos temporais e os fluxos da vida que resistiam à aceleração urbana que se anunciava.

Como o quintal pode contaminar a cidade?

A potência do quintal não se encerra nos limites do lote; ela transborda. Das cidades do Mato adentro às Metrópoles Brasileiras, muitas festas começam e terminam nos quintais, mas, muitas delas se expandem e contaminam as cidades. Os casamentos, procissões, as festas de santo, manifestações populares como os blocos de carnaval, são Manifestações Coletivas que transformam as ruas em quintais (Figura 10). Essa metamorfose do espaço público em território de intimidade e hospitalidade é registrada como o momento em que a “rua vira casa”. Ao contrário da impessoalidade das novas tipologias urbanas, nesses rituais, a rua deixa de ser apenas um atalho ou via de passagem (Vogel et al, 1985, p. 24), para se tornar um significante comum, regido por uma política de negociação permanente e afetiva (Montezuma, 2023).

Os quintais que habitamos abrem portais para imaginação, criação e significação dos quintais que nos habitam, que por sua vez modificam os quintais que habitamos em processo contínuo de transformação. Lembrar e atentar às miudezas e a potência dos quintais em experimentar e criar outros modos de relação nos trazem a esperança de contaminar a cidade capturada pelo Capitaloceno.

Considerações que não se findam

Ao percorrer as dobras deste texto, percebemos que falar de quintais não é apenas descrever um anexo da casa ou uma tipologia de espaço livre; é, antes de tudo, exercitar uma ética do olhar. O esforço reflexivo iniciado a partir das atividades no grupo PROLUGAR + SEL/RJ ao longo de 2024, conduziu-nos a um entendimento de que o quintal é um lugar geopsíquico: uma dobra onde a memória (da infância, da vida adulta…) e a urgência política do presente se encontram em um movimento de mútua contaminação.

Os poemas de Manoel de Barros, os trabalhos de (e orientados por) Rita Montezuma, a luta por políticas públicas de segurança alimentar empreendidas por Juliana Tângari e a discussão sobre uma Rede de Parques enquanto espaços verdes e socioculturais defendida por Jacileda Santos, nos mostraram múltiplos entendimentos para o habitar dos quintais e a nossa disponibilidade para vivenciá-los. Por isso, revisitar “Os Quintais que Habitamos” nos fez repensar o quanto fomos contaminadas por essas experiências da vida à fora e o quanto, hoje, contaminamos nossas ações por essa poética dos “Quintais que nos Habitam”.

O "prest’tenção", a “escuta”, o “olhar de perto e de dentro” tornam-se nossos caminhos de investigação, que nos ensinam que para habitar a cidade no Capitaloceno é preciso aprender as “artes de notar” as miudezas, que o capitalismo, normalmente, descarta como inútil. Nossa maturidade neste tema reside em compreender que o quintal é aquilo que insiste em viver e florescer apesar das ruínas impostas pelo povo da mercadoria.

Não nos dedicamos a pesquisas que apenas cataloguem tipos e seus aspectos físicos, mas a uma que aceite o desafio de desformar o mundo, no caminho de desnaturalizar a opressão e o silenciamento das ancestralidades para que caminham as cidades. Significa entender que o nosso quintal é maior do que o mundo porque ele é capaz de hospedar a alteridade, a finitude dos nossos mortos, as quedas e suas cicatrizes e o riso das nossas crianças que ainda escalam janelas e desenham listras no chão com a vassoura piaçava.

Reivindicamos, portanto, o direito ao encantamento como ferramenta científica. Acreditamos que a cidade pode ser contaminada pela lógica do quintal, tornando-se um território de hospitalidade e tempos lentos, onde o encontro não seja mediado pelo valor de troca, mas pela disposição interna para a vivência. Este texto não termina aqui; ele é um convite para que cada leitor puxe o seu próprio alarme do silêncio e saia por aí a desformar o que está posto.

Afinal, se a “expressão reta não sonha”, é na sinuosidade desse lugar psíquico - dos nossos quintais- que encontramos as brechas para construir futuros habitáveis. Que nossas memórias continuem a vibrar em nossas lembranças, pois onde quer que haja uma vaquinha (de palitinhos e manga verde) , ou uma comidinha (de pedra), sempre haverá a possibilidade de um novo mundo.

Nesse processo de escrita, ao relembrarmos e compartilharmos nossas experiências de quintal, transitando entre nossos mundos internos e externos, fomos compondo uma percepção ampliada sobre o quintal que se transforma a cada troca e momento. Trazendo a potência dos antigos quintais cuiabanos com sua delicadeza em memórias de um tempo mais lento, de muito carinho e afeto, muitas vezes difícil de acessar nas metrópoles (paulistas), que por sua vez, se reinventa para criar espaços quintaleiros onde não há muitos quintais (de fato), mas ainda assim, há “quintais insurgentes”, pois persiste a necessidade de lugares que possam acolher a partilha, a intimidade, a inutilidade, a resistência, a mistura, a experimentação, a criação e o encantamento, alimentos para a invencionática.

Agradecimentos

Ao grupo de pesquisa Prolugar + SEL/RJ e aos familiares e amigos ainda presentes, fisicamente, ou em nossas memórias.

Referências

BARROS, Manoel de. *Livro sobre nada.* Rio de Janeiro: Record, 1996.

BARROS, Manoel de. *Meu quintal é maior do que o mundo* [recurso eletrônico] / Manoel de Barros ; 1. ed. - Rio de Janeiro : Objetiva, 2015.

CARRO, Ester. Fazendinhando. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, n. 15, p. 38-45, dez. 2021.

CLASEN, Carolina M. Criançar o urbanismo: uma contribuição da infância para a discussão das cidades. *Oculum Ensaios,* [S. l.], v. 20, 2023. Disponível em: https://periodicos.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/5285. Acesso em: 14 out. 2024.

COSTA, Aelton, et al. A atuação dos quintais produtivos como r-existências territoriais: Experiências agroecológicas na ilha de Caratateua em Belém/PA. REVISTA TOCANTINENSE DE GEOGRAFIA, 2021.

DELAMONICA FREIRE, Júlio de. *Por uma Poética Popular da Arquitetura*. Cuiabá: EdUFMT, 1997.

DIAS, Juliana Maddalena. *Lugar Geopsíquico*. [S.l.]: Editora Alfa, 2022.

DUNKER, Christian. *A Paixão da Ignorância*. São Paulo: Contracorrente 2020

GRÁCIA-RODRIGUES, Kelcilene. O substrato do poético em “As lições de R.Q.”, de Manoel de Barros. *Texto Poético*, v. 6, n. 9, 2010.

KOPENAWA, David. Na cidade. In: KOPENAWA, David; ALBERT, Bruce. *A queda do céu*: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 421-438.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. jun. 2002, p. 11-29, 2002. T Disponível em: https://doi.org/10.1590/s0102-69092002000200002. Acesso em: 24 mar. 2020.

MONTEZUMA, R. Sobre Geografia(s) e quintais. Giramundo: Revista de Geografia do Colégio Pedro II, [S. l.], v. 10, n. 20, p. 19–28, 2025. DOI: 10.33025/grgcp2.v10i20.4444. Disponível em: https://portalespiral.cp2.g12.br/index.php/GIRAMUNDO/article/view/4444. Acesso em: 28 ago. 2025.

ROMEU, Gabriela; PERET, Marlene. *Lá no meu quintal:* o brincar de meninas e meninos de Norte a Sul. São Paulo: Peirópolis, 2019.

SANTOS, Jacileda. A noção de parque em rede e a implantação de corredores verdes urbanos. In Org. TÂNGARI et al. *XVIII COLÓQUIO QUAPA-SEL: SELS E MUDANÇAS DO CLIMA:* (trans)formações, conflitos territoriais e injustiças socioambientais. Rio de Janeiro: Ed ProArq/Ed Paisagens Híbridas, 2025.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*: fundamentos técnicos e metodológicos da Geografia. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

TSING, Anna Lowenhaupt. *O cogumelo no fim do mundo*: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo. São Paulo: n-1 edições, 2024.

TSING, Anna Lowenhaupt. *Viver nas ruínas:* socialidade mais que humana. [S.l.]: Mil Folhas do IEB, 2019.

VOGEL, Arno; MELLO, Marco Antonio da Silva Mello. *Quando a rua vira casa*: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. São Paulo: Projeto, 1985.

WINNICOTT, D. W. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

ENTRE PICOS
Skate, apropriação e conflitos no espaço urbano da Arena Pantanal/MT

BETWEEN SPOTS
Skateboard, appropriation and conflict in the urban space of Arena Pantanal/MT

Guilherme Montanher Lucatto de Oliveira Silva[1], Diego Antonio Gomes de Sousa[2], Tatiana Francischini Brandão dos Reis[3] e Katia Atsumi Nakayama[4]

Resumo
Este artigo investiga a prática do skate na Arena Pantanal, em Cuiabá/MT, e suas interpretações por diversos agentes. Por meio da análise de notícias, entrevistas semi-estruturadas, relatos orais, visitas a campo e documentos audiovisuais produzidos pelos skatistas no local, buscou-se analisar como a construção desse Complexo-Arena, inserido em um contexto de Grandes Projetos Urbanos(GPUs) realizados na região de Cuiabá no período da Copa do Mundo de 2014, passou a se configurar como uma Mancha de lazer e lugar de sociabilidade para os skatistas. A partir disso, avaliam-se as diferentes visões sobre o skate pelo poder público, o poder privado e os skatistas locais, e as tensões geradas a partir da construção/desmonte/realocação de espaços voltados para essa prática. Conclui-se com um panorama das distintas atribuições que esses agentes imprimem à mesma prática, sejam elas: diversão, cultura, esporte e lucro.
Palavras-chave: skate; apropriação; desmonte; apagamento; mercantilização do espaço.

Abstract
This article investigates the practice of skateboarding at the Arena Pantanal in Cuiabá/MT, and its interpretations by various agents. Through the analysis of news reports, semi-structured interviews, oral accounts, site visits, and audiovisual documents produced by skateboarders at the site, the article sought to analyze how the construction of this Comples-Arena, which is inserted in a context of Large Urban Projects (LUPs) carried out in the Cuiabá region during the 2014 World Cup, came to be configured as a leisure area and a place of sociability for skateboarders. Based on that, the article evaluates the different views on skateboarding held by public authorities, private entities, and local skateboarders, and those generated from the construction/dismantling/relocation of spaces used for this practice. We conclude with an overview of the attributions that these agents assign to the practice, be they: fun, culture, sport, and profit.
Keywords: skateboarding; appropriation; dismantling; erasure; commodification of space.

1 Graduando de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), integrante do grupo de pesquisa e extensão ÉPURA/UFMT.
2 Graduando de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), entusiasta das questões do *skateboarding*.
3 Arquiteta e Urbanista (UFRN). Pesquisadora no Laboratório Paisagem, Arte e Cultura (LabParc-FAUUSP) Doutora em Ciências pela Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e de Design da Universidade de São Paulo (FAUUSP).
4 Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Doutora e Mestre em Gestão Urbana pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).

Introdução

A prática do skate ocorre principalmente no espaço livre público[5], que não é apenas um suporte físico, mas também palco da vida pública, lugar simbólico e cultural onde se expressam diferentes interesses e disputas pelas suas produção e apropriação. Nesse sentido, destacamos a importância de se compreender como os grupos sociais, nas suas práticas cotidianas contra-hegemônicas, constroem suas identidades e relações de pertencimento a partir da apropriação do espaço, entendida como uma forma de produzi-lo. Neste trabalho, focamos na prática do *street skate*[6] como processo de resistência que transforma o espaço urbano em suas múltiplas dimensões.

As práticas aqui analisadas focam nas tensões entre as ações do Estado — por meio planejamento, de projetos urbanos e arquitetônicos —, nas ações dos setores imobiliário/construtivo, nas práticas cotidianas, nas dinâmicas e nos interesses no espaço apropriado pelos *streeteiros*[7]. Desse modo, evidenciamos, neste artigo, a relevância de observar e documentar as transformações produzidas no processo de apropriação do entorno da Arena Pantanal, em Mato Grosso, pelos skatistas de Cuiabá e Várzea Grande — desde a inserção de obstáculos e a valorização espontânea do espaço pela prática, até as novas ocupações seguidas de apagamento. Em especial, exploramos aqui os deslocamentos materiais e simbólicos, decorrentes do processo de mercantilização no “capitaloceno” e suas consequências: o apagamento dessas apropriações e as mudanças nos modos de encontro e sociabilidade de grupos na cidade.

Investigamos, assim, o *espaço vivido* pelos praticantes nas áreas externas da Arena Pantanal[8] que, ao se tornar um *pico*[9], passou a representar um lugar para a comunidade do skate, mas que, ao longo do tempo, sofreu um processo de desmonte e “domesticação[10]”.

5 Segundo Miranda Magnoli “O espaço livre é todo espaço não ocupado por um volume edificado (espaço-solo, espaço-água, espaço-luz ao redor das edificações a que as pessoas têm acesso) (Magnoli, 2006, p. 179). Partindo dessa noção, entendemos o espaço livre público como todo espaço livre de edificação, sem envoltório - cobertura e vedação, cuja propriedade do solo é pública.
6 Entendemos o *street skate* como prática de skate de rua, mais próximo do ambiente urbano cotidiano. Diferente das pistas tradicionais do *street park*, as pistas do *street skate* mimetizam a cidade vivenciada por seus praticantes; por isso suas pistas incorporam corrimãos, escadarias, arquibancadas e outros obstáculos utilizados nas manobras.
7 Segundo Giancarlo Machado (2011, p. 25) os skatistas adeptos da modalidade *street skate* muitas vezes se denominam como *streeteiros.*
8 Construído para sediar jogos na copa do mundo de 2014, o estádio Arena Pantanal integra um complexo esportivo e de lazer de Mato Grosso que também conta com o ginásio Aecim Tocantins, o Palácio das Artes Marciais Lusso Sinohara, áreas de estacionamento, extensos espaços livres públicos onde são realizados eventos culturais diversos, escola de nível fundamental e médio, além da recente Arena Skate Plaza.
9 Segundo Giancarlo Machado são “denominados de picos (sendo esta uma categoria nativa), tais equipamentos (como bancos, corrimãos, hidrantes, quinas, bueiros, paredes, bordas de concreto, inclinações etc.) são avaliados pelos praticantes em função de suas texturas, inclinações e asperezas, as quais, a depender de certas condições materiais, permitem a realização de manobras, ou seja, de técnicas corporais realizadas com um skate” (Machado, 2017, p. 27).
10 O *Mockumentary,* demonstra as diferentes formas de apropriação do espaço urbano pelos skatistas e separa os picos em “domesticados” e “não domesticados”. Nessa compreensão os picos domesticados são espaços concebidos especificamente para a prática do skate, enquanto os “não domesticados” configuram quaisquer estruturas que não foram planejados para essa prática mas que são informalmente utilizados pelos praticantes. SPOTS: A Research Piece On Modern Street Skating, Youtube. Disponível em:<https://youtu.be/N9oY7I720vw?si=4PInCbvEWmjntaS9>, Acesso em: 17 nov 2025.

Nesse sentido, no interior dos grupos de skate existem diferentes olhares e perspectivas sobre as suas práticas e conflitos e, por isso, não intentamos assumir ou representar uma única versão dessas narrativas, mas sim, evidenciar as distintas práticas, os interesses e as disputas que produzem esses territórios. Trata-se, portanto, de um estudo e uma primeira aproximação crítica da área, realizadas por meio da percepção teoricamente orientada de discentes do curso de Arquitetura e Urbanismo, também *streeteiros*[11].

A investigação é delineada por uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, uma vez que buscamos lançar um olhar aproximado da realidade estudada elucidando as especificidades das dinâmicas socioespaciais que lá se expressam, com ênfase para os conflitos do contínuo processo de produção dos picos da Arena Pantanal. Para isso, além da revisão bibliográfica especializada, são mobilizadas fontes primárias e secundárias de pesquisa, em especial, notícias e vídeos produzidos e disponibilizados por diferentes mídias de skate da região (*full videos*[12] e vídeo partes[13]). Acrescenta-se a estes meios, a realização de incursões à campo e entrevistas semi-estruturadas junto a outros skatistas *usadores*[14] desse espaço e envolvidos nas suas transformações. Esses procedimentos metodológicos foram fundamentais para a construção de um retrospecto histórico, em forma de linha do tempo, que estrutura a compreensão das transformações que ocorrem no espaço hoje ocupado pelo complexo Arena Pantanal e suas implicações para a comunidade de skatistas das cidades de Várzea Grande e Cuiabá, entre os anos de 2010 e 2025.

O artigo está estruturado em três partes. Em um primeiro momento abordamos o contexto teórico que ampara discussões apresentadas. Na sequência, apresentamos os resultados encontrados na pesquisa, amparando-nos na linha do tempo e suas respectivas análises. E, por fim, na terceira parte, são delineadas as considerações finais.

O fazer-cidade por meio do *street skate*

Diferente de outras expressões de contracultura e formas de apropriações alvo de embate no espaço público, como a pixação ou *lambe-lambe* nas quais a crítica à cidade é o produto da prática, a "Maneira de fazer" (Certeau, 2014, p. 41)[15] dos skatistas opera de uma forma singular, já que eles agenciam uma crítica performática[16] que se dá através das manobras. Dessa forma, a apropriação crítica do espaço é transitória, porém é o que garante a legitimação entre pares desse *pedaço*[17] (Magnani, 2002), além do registro das manobras.

Do iniciante ao profissional, a prática de gravar suas *linhas*[18] é muito importante no universo do skate, desde a consolidação desta prática em mídias impressas nos anos 1980 (como em revistas especializadas de skate), dos *full videos* e vídeo partes nos anos 1990 (em fitas VHS), vídeos em canais de Youtube, nos anos 2000 e, mais recentemente, a partir dos anos 2010, nas redes sociais. Em consonância com essa afirmação, Giancarlo Machado afirma que nas práticas atuais, os skatistas:

> [...] portam os mais variados tipos de equipamentos – câmeras portáteis, câmeras profissionais, filmadoras, celulares e até drones –, que são utilizados com diferentes finalidades. Uma cena corrente é a circulação de dois skatistas por entre os obstáculos, sendo um realizando manobras e o outro fotografando-o ou filmando-o. [...][19](Giancarlo Machado. 2017, p. 74).

Por isso, o registro das performances serve como uma maneira de imprimir nos picos, a visão de cada skatista, como a manobra escolhida e o estilo. É dessa forma que os skatistas guardam um mapa mental dos picos em que cada um *mandou*[20] cada manobra, como mencionado pela skatista Alexis Sablone em palestra para o canal *The world around summit* 2024:

> Assim como em outras práticas criativas, em que o trabalho de uma/um artista pode ser referenciado, mas não deve ser copiado, no *skateboarding* princípios similares se aplicam, então assim que um skatista performa e documenta uma manobra específica em um pico específico, outros skatistas não vão repeti-la, eles encontrarão suas próprias maneiras de se mover e interagir com aquele espaço [...] Nesse sentido, através de sua performance singular, skatistas deixam suas marcas na cidade, e recebem um certo tipo de "propriedade" nos picos em que investiram tempo, paixão e visão. E eu não me refiro à "propriedade" em um sentido capitalista, porque o que é apropriado nesse contexto não tem nenhum valor financeiro inerente, e pode ser compartilhado com outros skatistas que continuam a interpretar e reinterpretar os mesmos espaços de novas maneiras. No entanto, na comunidade do skate, é através desse processo que a identidade de diferentes indivíduos se torna significativamente arraigada a certas estruturas e lugares na cidade (Alexis Sablone *Presents Skatespace*

11 Os discentes autores da presente investigação, além de assumirem o papel de pesquisadores, são praticantes da modalidade *skate street*, frequentadores do Arena Pantanal e, portanto, estão inseridos no universo de pesquisa.
12 Full vídeo é um dos termos cunhados pela comunidade para se referir a vídeos que registram as práticas de skate, costumam ter mais edição nos vídeos e participação de diversos skatistas. Por isso, trata-se de uma peça audiovisual mais longa, podendo durar de 20 minutos a até mais de 1 hora, com meses até anos de produção, compilando manobras de vários skatistas.
13 A Vídeo Parte é composta por trechos mais curtos de 1 a 20 minutos com apenas um ou alguns praticantes.
14 Adotamos a terminologia "usador" no lugar "usuário" por nos referirmos aos usos espontâneos e qualitativos do espaço pelos skatistas, desvinculados da noção de propriedade e consumo do espaço. Essa concepção se ampara na discussão conduzida pela geógrafa Odette Seabra no texto: SEABRA, Odette. A insurreição do uso. In: MARTINS, José de Souza(org.). Henri Lefebvre e o retorno à dialética. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
15 "Essas 'maneiras de fazer' constituem as várias práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural" (Certeau, 2014, p. 41).
16 Segundo Iain Borden (2019, p. 238-239) "os skatistas engajam com os espaços, superfícies e construções da cidade de uma maneira altamente positiva; eles criam não só uma mobilidade física, como uma mudança de ideias, uma crítica dos espaços em seu entorno". Tradução livre dos autores a partir do original em inglês: "*In this way, skaters engage city spaces, surfaces and buildings in a highly positive manner - they create not only a physical mobility but a shifting of ideas, a critique of spaces around them*"..
17 De acordo com Magnani (2002, p. 19-22): "O termo na realidade designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade."
18 No contexto da prática do skate, linhas são entendidas como sequências de manobras ininterruptas.
19 De acordo com Giancarlo Machado (2024, p. 74): Essas funções de fotografar e filmar "[...] são realizadas, respectivamente, por tais fotógrafos e videomakers quando a intenção é a publicação de imagens em matérias na mídia especializada (revistas, vídeos etc.) e em campanhas publicitárias ou, então, por qualquer skatista sem perícia para executá-las profissionalmente, mas que intenta captar as imagens apenas para guardá-las em arquivos pessoais ou para compartilhá-las em redes sociais virtuais, em aplicativos como Facebook, Instagram, WhatsApp, dentre outros".
20 Para fazer uma aproximação com os termos dos skatistas, neste texto estaremos usando a expressão "*mandar*", "*mandando*" e "*mandou*" como sinônimos para "realizar uma manobra de skate".

Underexplored Terrain, 02:22-04:09, 2024, Tradução nossa[21]).

Nesse sentido, os skatistas não observam um corrimão ou uma escada sob uma ótica de apropriação formal; todos os equipamentos urbanos e objetos passam a ser interpretados como possíveis obstáculos, que podem ser apropriados de formas diversas. Desta forma, eles colocam em prática o *Olhar Skatista*[22]. Os skatistas também se organizam em *crews*[23] para gravarem seus *rolês*[24] e registrarem as manobras e os picos onde mandaram cada uma delas. Nesses grupos há dois tipos principais de praticantes: os que andam *for fun*[25] e aqueles que visam se profissionalizar na prática (*pro*).

Os skatistas que buscam carreira profissional costumam seguir a seguinte trajetória: participam de campeonatos locais/regionais, nos quais são avaliados pelas *linhas* que conseguem mandar procurando não cometer erros — à procura de boas colocações —, gravam vídeo partes ou *full videos* em que exibem *tricks*[26] em busca de patrocínio de marcas e, quando conseguem ser contratados por alguma dessas marcas, os skatistas podem criar seu *Pro Model*[27], que é mais uma etapa para consolidar-se como profissional.

Nessa busca por profissionalização a produção de *full videos* e vídeo partes é essencial, visto que é através desses registros que os praticantes podem demonstrar a sua forma de andar de skate e imprimir suas interpretações no espaço. Fica claro, ao assistir aos vídeos de profissionais de *street skate*, a preferência pela gravação em picos de rua em relação à gravação em pistas, já que a incerteza, o movimento dos carros, a disputa pelo espaço livre público, com os pedestres, cria uma performance desafiadora, e mostra como o skatista supera as quedas, conflitos e obstáculos para consolidar suas manobras.

Dessa forma, se compreende porque os skatistas *street* valorizam os picos de rua, já que, diferente das pistas formais, os obstáculos "não domesticados" oferecem infinitas possibilidades de performance, tanto para os que visam se profissionalizar, quanto para os que apenas desejam realizar suas manobras *for fun*.

21 Tradução livre dos autores a partir do original em inglês: "*Like in other creative disciplines, when an artist work can be referenced, but should not be duplicated, in skateboarding similar principles apply, so once a skater performs and document a particular trick in a particular spot, other skaters won't repeat it, they'll find their own to move and interact with the site[...] in this way, through singular performance, skaters leave their mark in the city, and are afforded a kind of ownership in the places that they've invested their time, passion and vision into. And I don't mean ownership in a capitalist sense, because what's claimed here has no inherent financial value, and can be shared by other skaters who continue to interpret and reinterpret the same spaces in new ways. Nevertheless, the skate community is through this process that the identity of individual skaters becomes meaningfully linked to particular structures and places in the city*." Alexis Sablone: Alexis Sablone Presents Skatespace Underexplored Terrain | THE WORLD AROUND SUMMIT 2024. Youtube, 9 de julho de 2024. Disponível em:<https://youtu.be/afzr7K78XP8?si=Uf_sKj3z2tw-DlPw>, Acesso em: 17 nov. 2025 (02:22-04:09).

22 De acordo com Giancarlo Machado (2011, p. 26) o olhar skatista é a maneira com a qual os *streeteiros* olham para os equipamentos urbanos, atribuindo novos significados a partir de sua prática.

23 O termo *bonde/crew* designa-se a um grupo de praticantes que se reúnem para andar de skate e gravar suas manobras.

24 O termo rolê é uma expressão entre os skatistas que se refere ao ato de andar de skate.

25 A prática de skate *for fun*, por diversão, está relacionada ao lazer. Já a prática de skate profissional, também conhecida como *pro*, vincula-se à carreira de atleta skatista.

26 De acordo com Giancarlo Machado (2017, p. 335) *tricks* são o mesmo que manobras.

27 No contexto profissional, a prática do skate está vinculada a uma série de valores, práticas e sociabilidades que perpassam pela relação dos atletas com marcas patrocinadoras. Nessa cena, é comum a parceria de skatistas e marcas para o desenvolvimento de produtos, vinculados à prática do skate, com a identidade dos atletas - também entendida como Pro Model. A skatista brasileira Vitória Mendonça, por exemplo, tem shapes trucks e outros acessórios com sua identidade. Disponível em:<Vitória Mendonça lança pro model de trucks pela Venture - Divas Skateras>, Acesso em: 17 nov 2025.

O *street skate*, a modalidade principal abordada no presente artigo, tem como suporte principal os espaços livres públicos. Nesse sentido, para além de *remar*[28], os seus praticantes geralmente são vistos dando rolês nas ruas em *crews* em busca de novos picos.

A prática dos *streeteiros* consiste majoritariamente em três tipos de manobra: as de solo, as manobras de bordas, *grinds*[29] e os *gaps*[30]. Para tanto, algumas características de infraestrutura são desejadas por esses praticantes nos picos, como, por exemplo: os pisos mais lisos, para que as rodas do skate possam deslizar por maiores distâncias nas manobras de solo. Já para aquelas de borda/*grinds*, que consistem em deslizar o skate por superfícies como bancos, corrimãos e meios-fios, os skatistas buscam obstáculos de diferentes níveis de altura e com materiais que possam deslizar com auxílio de suas velas[31]. Por fim, para os *gaps*, os skatistas procuram por escadas, patamares e muros de arrimo, visto que o objetivo é transpor um obstáculo[32].

Esse tipo de prática dos *streeteiros* costuma ocorrer em áreas de intersecção entre espaços livres públicos e privados, como calçadas, praças corporativas e as áreas edificadas, tais como shoppings e estacionamentos, já que seus praticantes estão sempre em busca de novos obstáculos no ambiente urbano — independente da propriedade do solo e das suas respectivas regulações. Ao ocuparem espaços ordenados pela técnica e pela política, os skatistas subvertem transitoriamente os seus "códigos de postura" produzindo um sem-número de desvios às normas e consequentes conflitos com os outros usadores do espaço. Isto porque o "olhar skatista" desses *praticantes ordinários*[33] do espaço é orientado por interesses e desejos vinculados às possibilidades da prática do skate, nem sempre consonantes aos interesses impressos na cidade por outros agentes. Por esse motivo, entende-se a prática do skate de rua como um uso dissensual e conflituoso do espaço urbano, uma maneira "teimosa" de reinventar sentidos e usos da cidade, que atua nas brechas, reivindicando a atividade criativa e participante na produção da cidade.

Apesar dessa ser a principal forma de uso dos espaços pelos skatistas *street*, eles também se utilizam de pistas/skate plazas[34], picos e pistas *DIY*[35]. Estas últimas destacam-se por incorporar objetos informalmente estruturados pelos skatistas enquanto obstáculos voltados para as suas manobras. Exemplos disso são os aproveitamentos de corrimãos soldados e parafusados em novo

28 No contexto da prática de skate, o ato de remar é entendido como movimento de impulso com o pé feito pelos praticantes, para ganhar velocidade e se locomover nas pistas.

29 *Grinds* são uma categoria de manobras onde os eixos do skate (*trucks*) deslizam sobre alguma superfície.

30 *Gaps* são obstáculos entre dois espaços sobre os quais os skatistas saltam, como por exemplo, entre duas superfícies de mesmo nível em que transponham um obstáculo, ou entre superfícies de níveis diferentes, como do topo até a base de uma escada ou talude.

31 Velas de parafina são usadas pelos skatistas para permitir que o skate deslize pelos obstáculos, deixando suas marcas de uso nos equipamentos urbanos.

32 Conforme descrito na "Cartilha de espaços skatáveis" (Prefeitura Municipal de São Paulo, 2016, p. 4): "Ajustes de nível do terreno, como patamares, escadas, arquibancadas, rampas e muros de arrimo tornam-se, sob a ótica desses praticantes, estimulantes obstáculos."

33 A partir de Michel de Certeau (2014), entendemos os praticantes ordinários do espaço como sujeitos —- individuais e coletivos —- que produzem formas de existência criativas, muitas vezes indisciplinadas, no âmbito de realização de suas vidas, na vida cotidiana.

34 Pistas que simulam os obstáculos da cidade e geralmente contam com obstáculos de diferentes modalidades tais como *mini ramps*, *half pipes* e outros obstáculos *street* como corrimãos, bancos e caixotes.

35 Lema/Palavra de ordem reincorporada pelo movimento *punk* na década de 1970, o *Do It Yourself* (*DIY*), faça você mesmo, refere-se à possibilidade de agir na criação e na transformação da própria realidade através de ações autônomas, sem o amparo de técnicos e profissionais. No contexto da prática do skate, os picos *DIY* são aqueles auto produzidos pelos praticantes, com equipamentos desenvolvidos coletivamente para a prática.

local; bancos para manobras de borda; cones de trânsito; além de diversos outros objetos e equipamentos que são vistos como obstáculos pelos skatistas.

Dessa maneira, as skate plazas e as pistas *DIY* fornecem um contexto com menos incertezas e possíveis confrontos, sendo utilizadas tanto para novos skatistas adquirirem uma *base*[36], quanto para os praticantes que andam há mais tempo. Ainda assim, os picos de rua são procurados principalmente por skatistas que almejam se profissionalizar, como descreve Giancarlo Machado:

> [...] apesar de buscarem boas colocações em campeonatos realizados em pistas, muitos skatistas priorizam a captação de imagens nas ruas [...]. A prática do skate nas ruas não se submete a determinadas regras, tais como as encontradas em muitas pistas e campeonatos [...] (Giancarlo Machado. 2017, p. 281).

Práticas como as do skate, quando não institucionalizadas e realizadas em pistas formalmente voltadas para esse fim, configuram formas de uso contra-hegemônico do espaço que escapam aos modelos formais de ordenamento e produção da cidade. Ao produzir usos inesperados e criativos dos espaços da cidade, esses usos evidenciam a dimensão do cotidiano e, conforme afirma Ana Fani Allessandri Carlos (2007), o *lugar* é constituído pela experiência vivida, pela repetição dos gestos e pela materialização das relações sociais que conferem sentido aos espaços. Assim, "o lugar guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo" (Carlos, 2007, p. 13).

Ao discutir sobre o conceito de *lugar,* Carlos (2007) também menciona a tríade *cidadão-identidade-lugar* e reitera a relação do corpo, enquanto primeira medida do espaço, e a apropriação do espaço. Tais concepções revelam o corpo como mediador fundamental da relação e apropriação com a cidade, dimensão essencial para o skate, sendo essa, uma prática corporal que (re)inscreve o espaço com seus sentidos e manobras.

> É evidente, então, que há um certo afeto criado entre os skatistas e a concretude da cidade, uma sensibilidade que vai além de uma percepção instrumental, política e urbanística, o que provoca, destarte, impactos e redefinições nos embates pelos espaços [...] (Machado, 2017, p.116).

Para Michel de Certeau (2014) essas práticas e formas de apropriação são *táticas* do cotidiano, que transformam os espaços planejados em lugares vividos, produzindo sentidos, vínculos que se materializam na repetição dos gestos, na experiência corporal e na criação de usos imprevistos. Essa dinâmica exemplifica o que Henri Lefebvre (2001) entende por apropriação: um processo ativo de transformação do espaço, que ganha sentido à medida em que produz essas experiências vividas e significados, se opondo ao espaço *concebido*[37]. A apropriação coletiva realizada pelos skatistas se inscreve nesse contexto e resiste às imposições homogeneizadoras e hegemônicas que caracterizam as cidades contemporâneas e as lógicas de mercantilização.

36 Base é o termo utilizado pelos skatistas que se refere ao domínio técnico das manobras.

37 Dimensão central da produção do espaço, o espaço concebido refere-se às relações de produção, à prática dos planejadores e ao "saber". Também entendido como *representação do espaço*, produzido pelos tecnocratas, penetrados pelo "saber" e pela ideologia de forma articulada, é o espaço dominante em uma sociedade —- modo de produção (Lefebvre, 2001). O espaço concebido se articula a outras duas dimensões da produção do espaço —- percebido e vivido, indissociavelmente.

Como argumenta Lefebvre (2001) o avanço do espaço produzido pelas racionalidades do Estado e do mercado, tende a suprimir usos espontâneos na cidade. Essa tendência é especialmente visível quando se observa a consolidação da lógica da *cidade-empresa* (Vainer, 2011), em que espaços públicos e infraestruturas urbanas passam a ser geridos como ativos econômicos, orientados por estratégias de competitividade, eficiência e atratividade. Pedro Fiori Arantes (2010) complementa essa crítica ao mencionar a questão do ambiente construído associado a ideia de marca, operando sob uma produção imagética, baseada na estetização e no espetáculo.

Influenciado por essas lógicas, se consolidam diversos projetos na cidade, em especial, destacam-se as intervenções arquitetônicas e urbanas de grande porte, muitas vezes articuladas às estratégias de reposicionamento global das cidades. Conhecidos como Grande Projetos Urbanos (GPU) e concebidos no contexto de crise capitalista, quando o modelo da expansão econômica do Pós-Guerra dava sinais de esgotamento e os governos locais passaram a disputar investimentos no mercado global de capitais, esse projetos caracterizam-se por intervenções urbanas pontuais, que mobilizam instrumentos urbanísticos de exceção e pressupõem uma profunda atuação governamental frequentemente articulada aos setores privados (Nobre, 2018). Os megaeventos mundiais — esportivos e/ou culturais — tais como a Copa do Mundo, são ocasiões-chave para implementação desses projetos uma vez que a sua realização implica, necessariamente, o consumo do lugar e pressupõe grandes investimentos em equipamentos como arenas-estádios e museus, além de infraestrutura urbana, hoteleira e de transportes.

Estas intervenções, presentes em muitas cidades brasileiras, também fazem parte do processo de produção do espaço para subordinar o território às necessidades do capital (Rolnik, 2015) e à construção de cenários urbanos controlados, nos quais o conflito e o uso cotidiano espontâneo são frequentemente neutralizados.

Nessas lógicas, as práticas que não produzem "valor" de troca, ameaçam a sua produção ou tensionam hegemonias pré-estabelecidas, tendem a ser deslegitimadas, controladas e suprimidas por mecanismos de controle social. Considerando a cidade um acúmulo de camadas históricas cujas permanências e descontinuidades estão intimamente relacionadas às relações sociais de poder (Lefebvre, 2016), entendemos que as marcas materiais e simbólicas, representações históricas de outros tempos, tendem a ser retratadas em função do poder que determinados grupos sociais exercem para registrá-las e perpetuá-las. Nesse sentido, em função dos interesses desses grupos, relações sociais de grupos minoritários são sistematicamente perseguidas e, muitas vezes, apagadas.

Um exemplo disso, no contexto do *street* skate, refere-se à emblemática proibição da prática na capital paulista, em 1988, pelo seu então prefeito Jânio Quadros. Este importante conflito decorrente da marginalização da prática urbana, hoje atenuada, desvela as disputas pelo uso da cidade e evidencia as resistências às tentativas de controle dos corpos, uma vez que aproximadamente 200 skatistas, àquela época, protestaram contra a medida restritiva (Brandão, 2014).

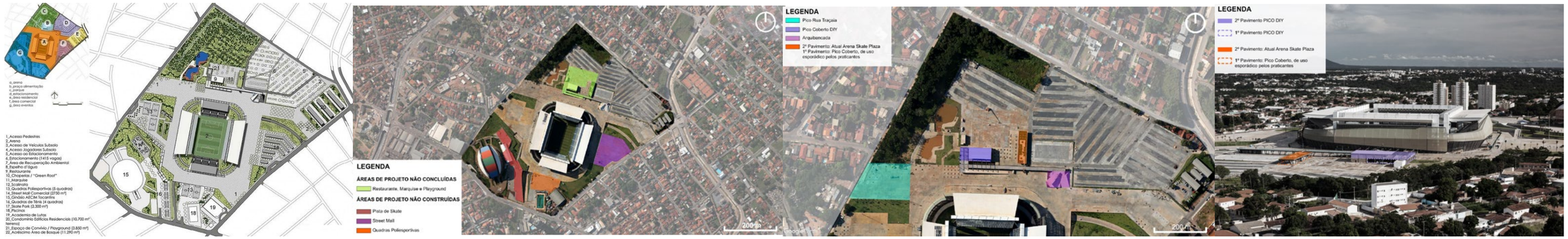


Figura 1- Projeto Arena Pantanal. Fonte: Revista Vitruvius, Ano 12, Fev. 2012.. Figura 2 - =Imagem de Satélite da Arena Pantanal em 29/04/2014. Fonte: Imagem do Google Earth, editada pelos autores..

Na capital mato-grossense, em um contexto mais recente, também foram conduzidas tentativas de coerção da prática de skate na representativa praça Alencastro[38] através de repressão policial e do confisco de skates, em 2014, mesmo ano da copa do mundo. Essas intimidações suscitaram uma organização de skatistas em torno do movimento intitulado “Movimento Alencastro livre” o qual, reivindicando o direito de ocupar o espaço público da cidade, amparou-se nos *slogans* “#Alencastrolivre!” e “#Skatistanãoébandido”.

Essas e outras tentativas de silenciamento dos praticantes e apagamento das práticas de skate serão retomadas em outros picos na cidade de Cuiabá, conforme o caso estudado na presente investigação, cujos desdobramentos e conflitos serão esmiuçados na sequência.

Os picos da Arena[39]: contextualização em linha-do-tempo

O complexo Arena Pantanal, concebido como um GPU para sediar os jogos da Copa do Mundo de 2014, começou a ser construído em 2010 no local do antigo Estádio Governador José Fragelli (o “Verdão”) no bairro Cidade Alta, em Cuiabá/MT. Inserido no conjunto de obras de infraestrutura realizadas em Cuiabá e Várzea Grande para o evento, o estádio-arena deveria ter sido concluído até dezembro de 2012. No entanto, sucessivas interrupções, alterações de planejamento e mudanças na gestão estadual das obras da Copa postergaram sua entrega para abril de 2014.

Nesse contexto de intervenções rápidas e orientadas por grandes investimentos para a Copa do Mundo, a Arena Pantanal foi apresentada como um projeto “sustentável”, recebendo em 2011 o Selo Floresta Viva do Instituto Ação Verde[40], conferido a empreendimentos com iniciativas voltadas à redução de emissões de carbono. A

38 Parece-nos importante ressaltar a relevância da praça Alencastro no contexto da capital Mato-Grossense uma vez que ela também integra os picos da cena *streeteira* de Cuiabá - e Várzea Grande. A referida praça, atualmente ladeada pelo Palácio Alencastro, sede da prefeitura do município e marca da arquitetura modernista de Cuiabá, acumula camadas históricas de outros tempos e está intrinsecamente relacionada aos lugares de exercício de poder da capital. Para além de representar funções governamentais, a praça comporta atualmente diferentes usos como manifestações religiosas, políticas e culturais, além de abrigar populações vulnerabilizadas.

39 Para fins de adotar termos próximos dos usadores do espaço, será feita a compressão do nome “Arena Pantanal” para “Arena” e os dois termos serão tratados como sinônimos.

40 “O Certificado de Neutralização de Carbono. O selo ‘Floresta Viva’ reconhece que a emissão de gases do efeito estufa em 19 meses de obra da construção da Arena Pantanal, de abril de 2010 a novembro de 2011, estimado em 23.819,92 toneladas de carbono, está sendo neutralizada com o plantio de 171.504 árvores no município de Santo Antônio de Leverger.” Disponível em:<MidiaNews | Arena Pantanal recebe selo de neutralização de carbono>, Acesso em: 30 nov. 2025.

obtenção desse tipo de certificação evidencia a inserção do projeto em o que Vainer (2011) define como uma estratégia de planejamento, nos quais selos e discursos de responsabilidade ambiental são mobilizados como elementos de valorização de equipamentos da cidade. Por isso, é relevante mencionar que esses selos acabam por mascarar as contradições estruturais inerentes aos impactos dos GPUs: a extensa impermeabilização do solo, o consumo excessivo de recursos e as infraestruturas voltadas para o espetáculo.

O programa arquitetônico da Arena Pantanal previa, além da infraestrutura esportiva do estádio de futebol, a implantação de equipamentos de uso coletivo: choperias, *playground*, amplas áreas de recuperação ambiental e quadras poliesportivas na área externa. Contudo, grande parte dessas previsões não se concretizou na obra finalizada, principalmente, os setores de Praça de Alimentação (B) e de Eventos (G).

A não execução desses elementos resultou em extensas áreas externas sem tratamento urbanístico/paisagístico, configurando um amplo descampado de concreto: um espaço árido, impermeabilizado e desprovido de infraestrutura qualificada, bastante distinto da proposta original do projeto. Esse cenário marcado por ausências é perceptível na comparação entre a Figura 1, que apresenta o projeto original, e a Figura 2, que mostra a imagem de satélite do contexto atual da Arena.

Paradoxalmente, foi justamente a presença desses extensos espaços livres, de aproximadamente 300 mil m², revestidos com concreto[41] e marcados pela ausência de mobiliário, que mobilizou a apropriação do entorno do estádio-arena pelos skatistas. Isto porque esses espaços são skatáveis[42], como reforçado por um dos praticantes entrevistados[43]:

41 Assim como acontece no Skate Parque Orla em Porto Alegre - RS, na consagrada Praça Roosevelt, em São Paulo - SP, e acontecia na Praça Alencastro em Cuiabá, antes das reformas de 2017, quando foi alterado o revestimento da referida praça, limitando as suas possibilidades de apropriação para a prática do skate.

42 Termo que se refere a espaço que tem características físicas que propiciam a prática do skate, sejam os mais diversos elementos arquitetônicos construídos. A acepção do termo que será empregada neste artigo, vai ao encontro com o conteúdo da da cartilha “Espaços skatáveis: orientação para a adequação de espaços públicos abertos à prática de esportes urbanos" (Prefeitura Municipal de São Paulo, 2016).

43 Neste artigo adotamos nomenclaturas relacionadas à vegetação nativa de Mato Grosso, ocultando os nomes de skatistas entrevistados, com vistas à preservação de suas identidades no âmbito da pesquisa. Assim, todas e todos os *streeteiros* tiveram seus nomes substituídos por nomes de palmeiras e árvores.

Figura 3 - Imagem de Satélite da Arena Pantanal em 29/04/2014. Fonte: Imagem do Google Earth, editada pelos autores. Figura 4 - Imagem dos Picos abordados no presente artigo, editados pelos autores sobre a fotografia de autoria de Nelson Kon (2014). Fonte: Nelson Kon para ArchDaily

Então, [...] aqui em Cuiabá a gente não tem muito lugar assim, que nem a Arena […] na verdade, nem tem, eu acho… (Um lugar) que tem o solo muito [...] grande, sabe. Que seja largo, sabe. (Um lugar) que você pode dar muitas voltas (e) que dê pra andar de skate (Pequi, em entrevista, 2025)[44][45].

O mesmo entrevistado ratificou que as primeiras ocupações da Arena Pantanal pelos *streeteiros* remetem ao final de 2013 e início de 2014, período anterior à inauguração do estádio, quando as obras do complexo ainda estavam em curso. Naquele momento, conforme narrado pelo entrevistado Pequi, os skatistas passaram a utilizar os espaços livres circundantes do estádio inserindo — informalmente — alguns obstáculos para a prática de manobras, a despeito das restrições de uso da área. Assim, antes mesmo da inauguração oficial da Arena Pantanal, no dia 02 de abril de 2014, a "Arena" já havia sido estreada pelos skatistas, inclusive com a inserção de seus próprios obstáculos.

Esse primeiro momento de ocupação dos skatistas no local é marcado pela apropriação da escadaria que dá acesso à rua Traçaia, e que por isso, no presente artigo denominamos[46] de "Pico da rua Traçaia". Esse espaço, foi possível de ser apropriado enquanto as obras aconteciam e, por isso, foi aos poucos recebendo equipamentos produzidos pelos próprios skatistas (*DIY*), como, por exemplo: caixotes, uma *hubba*[47] e um tambor, construídos através do movimento dos skatistas do Projeto Skate Arena[48]. Até hoje esse pico é caracterizado por uma iluminação precária e pouco fluxo de pessoas, quando comparado aos demais espaços livres públicos do complexo. O referido pico se situa ao lado de uma densa área verde, delimitada no projeto inicial enquanto área de recuperação ambiental (ver Figura 3).

Logo após o Pico da rua Traçaia, uma nova área do complexo foi apropriada pelos *streeteiros*. Aqui denominado de "Pico *DIY*" ou "Pico coberto *DIY"*, esse espaço compreendia uma área coberta adjacente ao estacionamento e situada ao fundo do setor norte da Arena Pantanal. De acordo com o projeto arquitetônico inicial da Arena, a área contemplaria uma choperia e um restaurante — o que não foi realizado, conforme já mencionado (ver Figura 1, espaços 9 e 10 da legenda e Figura 3).

É possível observar a apropriação do pico coberto na vídeo parte do skatista profissional Izael Miranda, publicado em 27 de outubro de 2014 (ver Figura da linha do tempo). Ao fundo do vídeo podemos notar a presença de dois corrimãos, dois caixotes de madeira e duas rampas 45°. Por isso, essa vídeo parte registra o começo da ocupação espontânea desse espaço e confirma como esse pico foi concebido a partir de várias intervenções *DIY* dos skatistas.

Após o fim dos jogos da Copa (2014), os *streeteiros* continuaram utilizando os espaços da rua Traçaia e o pico coberto *DIY*, os quais atraíram outros praticantes do *street skate*, como pode ser confirmado ao se observar os vídeos produzidos entre 2015 e 2017 (Rir filmes; Bimestral Video Phone). Esse movimento orgânico — e gradativo — de ocupação dos espaços livres públicos do complexo pelos skatistas, iniciado entre 2013 e 2014 foi consolidado no dia 21 de junho de 2017, com a celebração do *Go Skate Day*[49] — primeiro evento que foi apoiado pelo Estado do Mato Grosso.

Assim, considerando o seu uso, o complexo rapidamente se tornou uma *mancha*[50] (Magnani, 2002) de lazer da cidade, na qual os skatistas passaram a ocupar os *pórticos*[51], como nos espaços próximos à rua Traçaia e o espaço coberto (Pico *DIY*), identificando-os como um potencial para a prática. Nesses locais, os *streeteiros* continuaram a mandar suas linhas, falar sobre skate e imprimir seus usos nos espaços, configurando espaços centrais de sociabilidade desses praticantes.

No final do ano de 2014, a filial da Rede Globo no Mato Grosso, na sua coluna de esportes, publicou a seguinte matéria "Arena Pantanal 2014: inauguração, morte, Copa do Mundo e muitos jogos". Divulgada em 25 de dezembro, a referida matéria tece uma breve retrospectiva dos eventos que ocorreram na Arena ao longo do ano. Entre os seus destaques, evidencia-se a prática do *street skate* no local, conforme pode ser constatado no seguinte trecho: "Projetada para ser multiuso, a Arena Pantanal recebeu poucos eventos além do futebol. O grande diferencial é seu espaço externo, que tem sido usado para caminhadas e corridas, e esportes como ciclismo, skate e patins." (Globo Esporte, 2014 - grifo nosso). O trecho dessa matéria retifica como o complexo Arena foi rapidamente apropriado para as mais diversas práticas, dentre as quais, o skate. Ainda, o material jornalístico explora diversos usos e atividades que ocorreram no complexo a fim de contrapor as narrativas que elegem esse GPU como elefante branco: "O temor de que a Arena Pantanal seria um elefante branco após a Copa do Mundo não se confirmou." (Globo Esporte, 2014).

Aproximadamente um ano após a sua inauguração, a Arena Pantanal já havia se consolidado como pico de skate no imaginário coletivo dos skatistas e de parte da população cuiabana[52]. Conforme retratado no acervo documental consultado, caracterizado por matérias jornalísticas voltadas à divulgação da prática, 2015 foi um ano importante para a cena *streeteira* da capital, uma vez que, nesse ano foi realizado o primeiro evento oficial, organizado pelos próprios praticantes, mediante apoio da associação de skatistas e de bandas de rock sediado no complexo, o qual também contemplou uma programação de shows de rock. Acrescenta-se a isso, que naquele ano, os espaços livres públicos da Arena foram objeto de novas intervenções por parte dos skatistas — que lá instalaram novos obstáculos *DIY* utilizados como cenário de sete vídeo partes registradas nesse período.

44 Informação levantada em entrevista realizada junto ao skatista Pequi, no dia 24/11/2025, através da plataforma Google Meet.

45 Optamos por não corrigir os erros de ortografia e vícios de linguagem; todas as falas dos entrevistados foram transcritas preservando a maneira que foram proferidas.

46 Neste artigo, para facilitar a nomenclatura e apresentação dos espaços atribuímos nomes aos mesmos. Essas denominações não correspondem àquelas utilizadas pelos próprios *streeteiros*.

47 Trata-se de um equipamento de manobra similar a um caixote contínuo em que há tratamento em uma de suas bordas para o deslizar do shape e eixos do skate.

48 O Projeto Skate/Arena realizado em 2019 por skatistas locais foi uma iniciativa para criar novos obstáculos e se apropriar do pico que já era utilizado, nomeado neste artigo como "Pico da rua Traçaia". Disponível em: <https://www.instagram.com/tv/B2hvRGxlkVE/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==>. Acesso em: 29 nov. 2025.

49 *Go Skate Day* é um evento anual produzido pelos skatistas que tem por objetivo celebrar e visibilizar a prática do skate. Realizado em diversas cidades do mundo, quase sempre no dia 21 junho, os praticantes envolvidos no evento costumam realizar uma *skateata* pelas cidades, atravessando vários picos. Após a referida peregrinação, os skatistas se reúnem em um marco da cena do skate de suas respectivas cidades. No contexto de Cuiabá, o *Go Skate Day* tem sido realizado, nos últimos anos, na Arena Pantanal - reforçando, portanto, a importância desse pico no contexto dos praticantes do skate da capital.

50 De acordo com Magnani (2002, p. 23), "Diferentemente do que ocorre no pedaço, para onde o indivíduo se dirige em busca dos iguais, que compartilham os mesmos códigos, a mancha cede lugar para cruzamentos não previstos, para encontros até certo ponto inesperados, para combinações mais variadas. Numa determinada mancha sabe-se que tipo de pessoas ou serviços se vai encontrar, mas não quais, e é esta a expectativa que funciona como motivação para seus frequentadores."

51 Segundo Magnani (2002, p. 23), "Trata-se de espaços, marcos e vazios na paisagem urbana que configuram passagens. Lugares que já não pertencem à mancha de cá, mas ainda não se situam na de lá; escapam aos sistemas de classificação de uma e outra e, como tal, apresentam a "maldição dos vazios fronteiriços".

52 Especialmente os demais usadores do complexo.

Nos vídeos de 2015 (ver figuras na linha do tempo) observa-se que, após um ano de uso, a área do Pico *DIY* começou a ter problemas decorrentes da falta de manutenção, como o acúmulo de resíduos, luminárias quebradas e problemas de drenagem nos canteiros. Esses acontecimentos sinalizaram o início de um proposital e sistemático abandono desse espaço pela gestão do complexo da Arena mas não pelos *streeteiros* - que continuaram a utilizá-lo a despeito das más condições de conservação do pico.

Nesse mesmo ano, os skatistas e outros usadores construíram, no Pico da rua Traçaia, duas rampas metálicas, de dois metros de altura, que permanecem ainda hoje no local, além de rampas de madeira e uma *funbox*[53], já removidas. Em outro sentido, no final do ano de 2016, surgiram as primeiras sinalizações do Governo do Estado de Mato Grosso e da Associação de Skatistas de Cuiabá (SECOM-MT, 2016), de que seria construída uma pista de skate oficial, institucionalizada, no complexo da Arena Pantanal, quando o secretário adjunto de Esportes e Lazer[54], sinalizou: "Vamos ocupar um espaço na esquina do Aecim Tocantins, uma área com destaque muito grande e que hoje está ociosa. Vamos contribuir com a categoria que é grande, mas não tem lugar adequado para treinar".

No ano de 2016, apesar da diminuição na produção de vídeos, na Arena como um todo, o processo de ocupação do complexo da Arena Pantanal pelos skatistas não diminuiu; em "Sessão na Arena 2#" (Bimestral Video Phone, 2016) fica clara a inserção de novos obstáculos *DIY*, como uma *mini ramp*[55] e uma *picnic table*[56] no Pico da rua Traçaia. Por outro lado, nota-se a diminuição do uso do Pico *DIY* em função, especialmente, da instalação de um posto da polícia militar (HNT, 2015) no segundo pavimento da estrutura, o que indiretamente impôs um novo código de uso no local e levou à redistribuição dos skatistas nos picos, evidenciando o estabelecimento de novas *táticas* de ocupação desses espaços. Isto porque, conforme pontuado anteriormente, a referida prática foi, e continua sendo, marginalizada e reprimida por alguns agentes. Portanto, a chegada do citado posto implicou, no rearranjo espacial dessa forma de ser/estar no espaço — e possivelmente da conduta — dos *streeteiros* naquele contexto.

Ainda assim, devido à persistência dos outros picos da Arena, esta continuou desempenhando expressiva relevância simbólica e material para os skatistas de Cuiabá e Várzea Grande, que mantiveram a prática do skate mesmo que os desdobramentos dessa escolha implicassem em novos conflitos. Exemplo da insistência dessa atividade no contexto urbano estudado é a escolha do complexo esportivo para a realização de um evento de skate, com premiações, no Pico da rua Traçaia. O vídeo "Skate Livre Cuiabá" (Rir Filmes, 2016), que registrou o evento, é ilustrativo dessa questão e comprova a ampla aderência da cena *streeteira* ao complexo, conforme pode ser observado na linha do tempo.

Após a realização desse evento, no ano seguinte, 2017, durante a já mencionada *Go Skate Day*, houve a consolidação da Arena como marco de sociabilidade e de memória da prática do skate da região de Cuiabá e Várzea Grande. O *Go Skate Day* consistiu em uma passeata realizada por skatistas e escoltada pela Polícia Militar de Policiamento de Trânsito Urbano e Rodoviário do Estado, e teve como ponto de chegada o pico da rua Traçaia. Uma vez no local, os praticantes realizaram atividades durante todo o dia, dentre as quais, *best trick*[57], desafio de *ollie* mais alto, *game of skate*[58], *etc*. Além disso, o evento contou com uma infraestrutura de equipamento de som fomentada pela Associação Mato-Grossense de Skate (AMTSK) e o incentivo do Governo do Estado de Mato Grosso, através do apoio nas premiações e escolta da passeata feita pelos guardas de trânsito.

Por meio dos registros de vídeo partes, pode-se observar a apropriação de um terceiro espaço da Arena pelos skatistas[59], que neste estudo nomeamos de "Arquibancada", localizada próxima do Pico *DIY* coberto - atual Arena Skate Plaza. Esse espaço adjacente ao fluxo principal da Arena, área na qual as pessoas praticam caminhada, andam de bicicleta e patins, entre outras atividades, é pouco iluminado. Nessa arquibancada há um uso pontual dos skatistas, visto que estes utilizam o referido pico para mandar manobras específicas, como aquelas que envolvem *gaps* (ver Figura 03).

Essa consolidação da Arena no imaginário coletivo dos skatistas de Cuiabá e Várzea Grande fica evidente quando analisamos a produção de vídeo partes. Observando o material divulgado pelas produtoras Rir e Bimestral, há, no total, quinze vídeo partes em que aparecem manobras sendo realizadas na Arena em um período de aproximadamente dois anos[60], um vídeo a cada dois meses, em média. Uma quantidade relevante de produções independentes que ocorrem em um cenário com poucas *skateshops*[61] e marcas com investimentos no cenário local. Desde 2014, o uso desses espaços pelos skatistas se tornou cada vez mais frequente, consolidando o Arena Pantanal como um dos picos mais importantes da região, unindo diferentes *bondes*, que passaram a se encontrar, registrar suas manobras e se apropriar do local.

Contudo, os *rolês* e essa produção de material foi paralisada pela pandemia de Covid-19, quando a Arena Pantanal foi convertida em um centro de triagem (Mídia News; Globo G1, 2020) — para testagens, consultas e tratamento de pacientes da covid.

A crise sanitária mundial teve implicações importantes em todas as atividades. Sendo assim, em 2020, quase não houve a publicação de cenas e manobras. O posto policial anteriormente alocado nas imediações do Pista coberta *DIY*, foi transferido para as dependências do ginásio Aecim Tocantins. Ao entrar em desuso, o antigo posto policial tornou-se um espaço sem manutenção pública. Esse esvaziamento institucional possibilitou o retorno do uso pelos skatistas, que não seriam intimidados pela presença dos policiais.

Esse longo período de fechamento afetou a comunidade do skate, que permaneceu sem poder utilizar o local. Assim como afirma a descrição em postagem do perfil Matizskatecrew (2021), no Instagram:

53 *Funbox*: um tipo de equipamento em formato de caixa, com duas rampas nas laterais, que permitem que os skatistas mandem manobras de salto ou de borda.
54 Pedro Luiz Sinohara.
55 *Mini ramp:* uma rampa de skate em formato de "U" mas que tem dimensões reduzidas se comparada com uma outra categoria de rampa em "U" os *half pipes*.
56 *Picnic Table* é um obstáculo de skate que tenta reproduzir a forma e as proporções das mesas de estadunidenses de *picnic*.
57 *Best trick:* trata-se de quando vários skatistas realizam suas melhores manobras em um obstáculo, com ou sem intuíto de competição.
58 Tipo de jogo entre dois ou mais skatistas onde um deles *manda* uma manobra e os demais devem reproduzir.
59 Definimos o ano de utilização do pico da arquibancada com base no registro mais antigo publicado de skatista mandando manobras nesse espaço: Rir Filmes. Rir Part - Murilo Todeschini. Youtube, 4 de novembro de 2017.
60 O período de observação inicia em 14 de novembro de 2017, com a vídeo parte "Rir Part - Murillo Todeschini", e finaliza com a publicação da vídeo parte "Bimestral Video Phone #9 - Fevereiro/Março 2020" realizada em 28 de março de 2020.
61 Para fazer uma aproximação com os termos dos skatistas, usaremos o estrangeirismo *skateshop* que se refere às lojas especializadas em produtos voltados para a prática do skate.

> A Arena Pantanal é um pico clássico para a história do skate cuiabano e mato-grossense. Muitos dos obstáculos foram construídos pelos próprios skatistas locais e é um lugar para os skatistas da cidade. Ultimamente não está sendo possível acessar o local por conta das normas de segurança contra a COVID-19. Esperamos que possamos acessar o local o quanto antes…Enquanto isso o que nos resta é a saudade (Matizskatecrew, 2021).

Os *rolês* no complexo só vieram a ser retomados com a reabertura da Arena Pantanal para o público externo, em 25 de outubro de 2021, um ano e sete meses após a suspensão das atividades (Globo G1, 2021). O reflexo da reabertura na realização de vídeo partes é perceptível um ano depois, considerando que muitas delas têm longos períodos de gravação e edição. Assim, os primeiros materiais apenas foram publicados no ano seguinte (2022), como a vídeo parte do skatista Deyvison Guedes, na *Black Media*[62], e o *full video* "CERRADO" (Matizskatecrew, 2022).

Conforme destacado, a ocupação — ou o abandono, ainda que transitórios — de alguns picos da Arena, estão por vezes intimamente relacionados às intervenções formais realizadas nas suas imediações. Sobre isso, após o período mais crítico da pandemia, percebe-se que o Pico da Rua Traçaia recebeu menor protagonismo, e o Pico coberto *DIY* ganhou maior visibilidade, o que pode ser ilustrado nas vídeo partes[63], que evidenciam a predileção pelo Pico *DIY* e diminuição da ocupação do Pico da Rua Traçaia, após o cercamento da Arena Pantanal.

Assim, ao longo dos anos de 2022 e 2023, as mudanças no Pico *DIY* foram significativas. Ainda que já tivesse ocorrido anteriormente — em 2014 — a apropriação deste Pico pelos skatistas, voltou a ser mais intensa, com a implementação de dois caixotes, dois corrimãos e alguns obstáculos improvisados — cones e lixeiras. A contínua locação e construção de obstáculos reforçou o uso do pico *DIY*, o que ratifica uma "segunda" consolidação do espaço pelos *streeteiros*.

Esse processo de desuso e tentativa de retomada da área pelos skatistas é descrito por Buriti[64]:

> Acho que… papo de 2023, que era… pô, não tinha nada, não tinha nem luz, eu lembro lá. A gente tinha que chegar cedo, dava umas … seis horas, umas sete horas, já tava tudo escuro, mesmo no escuro a gente dava um jeito de continuar andando lá. Já faz bastante tempo [...] Ninguém podia andar direito. Ainda tinha que pular pra usar… por causa dos guardinhas, aí tinha que andar escondido lá (Buriti, em entrevista, 2025).

No ano de 2023, conforme relato de Buriti, a AMTSK ocupou o espaço e adicionou novos obstáculos que complementaram o pico dos skatistas, conforme relato:

> Aí, começaram a construir (mais obstáculos para o espaço, com apoio da AMTSK, Monster *energy drinks e,* a marca local, *Wiplash company*), né. O Bob[65] mesmo, pegou… primeiro trancou lá, né. Ninguém podia andar direito. Ainda tinha que pular pra… por causa dos guardinhas, aí tinha que andar escondido lá. Aí que começaram a construir. Fizeram uns negócios de madeira top lá (Buriti, em entrevista, 2025, grifo nosso).

Apesar desta consolidação ser evidente, a ocupação do Pico coberto *DIY* não foi oficial, conforme atesta o depoimento de Pequi (2025):

> Não foi dado o lugar pra gente, especificamente. Que seria o lugar pra sempre…(por) questões políticas também e tal. Apesar da associação ter conseguido o lugar, lá. Ficou com a gente, né, um tempo. Mas,[…] ainda bem… que em troca, né... "moeda de troca", [...] construíram aquela pista lá em cima (Atual Arena Skate Plaza) (Pequi, em entrevista, 2025, grifo nosso).

A continuidade dessa apropriação no espaço fomentou o reconhecimento do lugar de modo que, em 2023, a "Pista da Arena" ganhou projeção e sediou alguns eventos. Entre os mais expressivos destaca-se a seletiva do campeonato regional do centro-oeste — evento promovido pela *Monster Energy Drinks* —, além do projeto social "Espia Siminina[66]". O evento com a *Monster* trouxe visibilidade e alguns obstáculos novos para a Pico *DIY*. Apesar do sucesso dos eventos, no ano seguinte, a Pico *DIY* sofreu um desmonte; esse espaço que tinha novamente se consolidado e se tornando um "lugar" para os skatistas da região — tanto pela longa história de ocupação, quanto pela repercussão nacional e pelas características físicas — como corrobora Lobeira ao ser questionado sobre a Pico *DIY* "Cara eu sinto… não vou mentir, eu sinto bastante falta daquele espacinho que a gente tinha lá embaixo. Tanto pela… lembrança, nostalgia […] tanto quanto uma proteçãozinha a mais, mano… um tetinho." (Lobeira, em entrevista, 2025)[67]. Na mesma direção, Buriti aponta:

> Ah! Tenho muita memória boa lá. Que eu… eu e os meus amigos, né. A gente subia de… de ônibus pra lá. Aí era muita risada, muita diversão. Aí sempre, no final também, eu lembro que a gente comprava uma Coca e fica bebendo lá na arquibancada, rindo… e brincando sempre. Tipo… porque o skate, acho que, nunca foi só um esporte, né. Foi, tipo, algo que se constrói, que é algo que é tipo uma família, né. Você sempre vai ter amigos e alguém te ajudando ali (Buriti, em entrevista, 2025).

Em 2024, o Pico *DIY* foi desmontado para receber a 10ª edição da exposição de arquitetura CASACOR Mato-Grosso. Entre junho e outubro de 2024, os organizadores da CASACOR passaram a publicar os anúncios do evento, cujo tema foi: "De presente, o agora", visando destacar a valorização da produção cultural e dos saberes ancestrais, com um olhar atento para a construção de um futuro sustentável. Nesse momento os skatistas se manifestaram nas redes sociais contra a intervenção: "Todo mundo comemorando mais N sabem oq fizeram prq ter esse espaço tiveram q passar por cima da comunidade do skate só pra demonstrar uma arquitetura papo bglh sacanagem

62 Fundada em 2013, a *Black Media* é uma das maiores revistas promotoras do skate com repercussão nacional. Disponível em: <https://blackmediaskate.com/>. Acesso em: 01 dez. 2025.
63 A título de exemplo a já citada "CERRADO" (Matizskatecrew, 2022).
64 Entrevista realizada junto ao skatista Buriti, no dia 19/11/2025, de forma presencial.
65 Roberto "Bob" Peron, então presidente da Associação Mato-grossense de Skate (AMTSK) e da Federação Mato-grossense de Skate (FMTSK).
66 O projeto Espia Siminina, faz parte das atividades do Diva Skateras, projeto criado em Cuiabá, em 2006, por Estefânia Lima, com o objetivo de incentivar o protagonismo feminino e a diversidade no skate. Disponível em : <https://divaskateras.com.br/blog/segunda-edicao-do-espia-siminina-destaca-nova-geracao-do-skate-em-cuiaba-e-capacita-futuras-profissionais-da-cena/29/07/2025/>. Acesso em: 01 dez. 2025.
67 Entrevista realizada junto ao skatista Lobeira, no dia 19/11/2025, de forma presencial.

isso” segue outro comentário “Destruirão a única pista de skate coberta de Cuiabá”[68]

Logo após o anúncio da CASACOR, no dia 09 de julho, a página de instagram @ eusouskatista, administrada pelo skatista Marcelo Sanzoni, publicou um vídeo em que relatava que a pista — a qual chamamos de Pico *DIY* — teria sido demolida para a realização do evento de arquitetura. Além disso, o comunicador afirma que a FMTSK iria construir uma pista, no espaço onde se situava o *green roof*, com um prazo de 45 dias[69].

Nesse período, ao passo em que a AMTSK[70] se mobilizava para construir a Arena Skate Plaza, com uma empresa especializada na construção de pistas de skate, a rede social da CASACOR continuou a publicar registros dos preparativos para o evento, por meio de uma série de vídeos intitulados “Diário De Obra”, em que é possível acompanhar as intervenções.

Durante esse período de preparação, os diretores do evento da CASACOR, concederam entrevistas ao Hipernotícias TV, nas quais afirmaram, sobre a “revitalização”[71] da área e as ações recentes da empresa, que:

> Então o que a gente deseja é que, passada a CASACOR, que aquele prédio definitivamente ele seja entregue à população, que seja refeito um estudo,[...] pra que isso após a CASACOR tenha uma finalidade nobre, que até então, ali servia de abrigo pra moradores de rua, pra usuários de droga e foi investido muito dinheiro ali, pra acabar sendo um ponto de consumo de droga ou um abrigo pra moradores de rua , então o que a gente deseja é que pós CASACOR a gente tenha ali um espaço com muita vida, dedicado ao esporte, ao lazer, às famílias, à cultura, arte, esse é o nosso maior desejo (Luiz Queiroz, então diretor da CASACOR, HNZTV, 2024)[72].

Na reta final do projeto, as pretensões dos organizadores do evento para o futuro daquele espaço ficavam ainda mais claras, revelando que nesta edição a CASACOR ocuparia 2.600 m², distribuídos em 28 ambientes, do espaço que estaria “inacabado e abandonado”, enfrentando problemas de ordem estrutural e de uso, segundo a diretora do evento que também fez um apelo ao governo: ”Nossa esperança é que, após a mostra, o Governo conceda o espaço à iniciativa privada, transformando-o em um ponto de lazer, cultura e convivência para a comunidade”[73] (CBN Cuiabá, 2024).

68 Comentários de skatistas usuários do espaço no mesmo post. 27 de junho de 2024. Instagram: @ casacormt. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/C8u3Qb5Oucu/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==>. Acesso em: 02 de dezembro de 2025.

69 Marcelo Sanzoni protesta contra o evento de arquitetura e a possível demolição da pista 11 de julho de 2024. Instagram: @eusouskatista. Disponível em <https://www.instagram.com/reel/C9S6-wWv5-_/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=NTc4MTIwNjQ2YQ==>. Acesso em: 02 de dezembro de 2025.

70 Mobilizamos as duas siglas para enfatizar o alinhamento entre as diretorias; Bob Peron presidia ambas.

71 CASACOR vai revitalizar obra que deveria ter sido entregue na Copa de 2014.Disponível em: 10 de julho de 2024. <https://www.hnt.com.br/cuiabanalia/casacor-vai-revitalizar-obra-que-deveria-ter-sido-entregue-na-copa-de-2014/420958>. Acesso em: 02 de dezembro de 2025.

72 CASACOR MT revitaliza prédio anexo à Arena Pantanal. Youtube, 20 de setembro de 2024. Disponível em: <https://youtu.be/rL02nHwcpyM?si=Xy2SHjrMKvZpAk2e>. 27min18seg .Acesso em: 02 de dezembro de 2025.

73 Obras da mostra entram em reta final; público pode esperar legado de ancestralidade, arte e inovação. CBN Cuiabá, 17 de outubro de 2024. Disponível em: <https://www.cbncuiaba.com.br/2024/10/17/obras-da-casacor-entram-em-reta-final-publico-tera-legado-de-ancestralidade-arte-e-inovacao/>. Acesso em: 28 de janeiro de 2026.

Durante esse período, segundo relatos coletados em entrevistas, os skatistas que costumavam utilizar o Pico *DIY* passaram a ocupar outros espaços enquanto esperavam a Arena Skate Plaza ser finalizada e que, após o evento, o local voltasse a dar lugar ao Pico *DIY* Pequi, 2025).

> [...] mas esse tempo intermédio entre um lugar e outro, né… de falta de pista, com certeza afetou nosso rolê. Porque aqui a gente não tem muita pista de skate, né. [...] agora que tem umas pista espalhada. [...] mas, pista… pista mesmo, igual a Arena, só a Arena (Pequi, em entrevista, 2025).

A CASACOR foi realizada, e o espaço que fora uma vez o pico *DIY*, após o evento, foi coberto por tapumes — condição esta que se mantém (novembro de 2025).

Enquanto o evento acontecia, a inauguração da Arena Skate Plaza, foi anunciada para o dia 22 de fevereiro de 2025. Ocupando uma área de 840m² dos quais 420m² são a pista de concreto polido. A pista se caracterizava pela tipologia skate *street* e o circuito de manobras mimetiza o ambiente urbano - com obstáculos que seguiam as orientações da FMTSK (Portal Leiagora, 2024).

No dia da inauguração, o evento contou com a presença do então secretário da SECEL-MT, que afirmou na ocasião: “Estamos entregando um espaço moderno e seguro para a prática do skate e a convivência da comunidade. É uma revitalização que, além de atender uma modalidade esportiva, deixou o entorno da Arena ainda mais funcional e atrativo”[74] SECEL-MT (2025).

A construção da nova pista gerou interpretações diversas entre os grupos de skatistas; por um lado, a nova pista concretizava a realização de um antigo sonho, já que a recém-inaugurada Plaza atendia às especificações da Confederação Brasileira de *Skateborading* (CBSK)[75]; por outro lado, alguns dos *streeteiros* relembravam como o Pico *DIY* possuía uma área maior para a prática, quando comparada àquela da Plaza.

Essa diversidade de interpretações dentro do grupo dos *streeteiros* fica evidente, ao observar os skatistas que buscam se profissionalizar, majoritariamente favoráveis às ações de apoio aos campeonatos e às construções de pistas, por parte da SECEL-MT; e, ao analisar os relatos dos skatistas que participaram ativamente na transformação do antigo que Pico *DIY,* que compreendiam-no como um *lugar*.

> Essa galera que anda nas Olimpíadas *fazem* parte disso… eles só estão aproveitando da onda, né, pra *surfar,* que tem que aproveitar mesmo [...] financeiramente, dizendo e tal. [...] Aí vem a questão de marca, que já surfa em cima disso também, das marcas globais. Aí vem a questão política também, que vem surfar em cima disso, então […] O skatista não esquecendo seu papel principal ali, né? De skatista mesmo, não só de um esportista, *né*? Assim, óóó (ironiza) o Skate esportivizado, né? [...] acaba não conhecendo essa outra parte que é a essência do skate, do skate de rua, skate com toda a comunidade (Pequi, em entrevista, 2025).

74 Secel entrega nova pista de skate do Complexo Arena Pantanal neste sábado (22), SECEL-MT, 21 de fevereiro de 2025. Disponível em: https://www.ager.mt.gov.br/web/sec/w/secel-entrega-nova-pista-de-skate-do-complexo-arena-pantanal-neste-s%C3%A1bado-22-.Acesso em: 13 de dezembro de 2025.

75 A Confederação Brasileira de *Skateborading* (CBSK) é a instituição que organiza as competições de skate em nível nacional.

2010



2011



Arena Pantanal recebe estruturas metálicas da arquibancada

2013



Jun/2013: Primeiro momento de ocupação da Arena por skatistas, segundo nossos entrevistados.

2014



2014: Primeiro jogo sediado na Arena Pantanal, jogos da copa de 2014, uso do entorno do local como espaço de lazer e primeiro video de skate publicado com a Arena como pano de fundo.

2015



Videos que têm como pano de fundo o Pico COberto DIY, desde 2015

2015: mais produtoras de video de skate locais surgiram, instalaçao do posto da Policia Militar

2016



2016:Arena passa a contar com estádio-escola, o Associação Cuiabana de Skate(a ASMTSK ainda não existia) busca a criação de uma pista de skate na Arena Pantanal

2017



2017:Passeata dos skatistas no Go skate Day

2018



2019

2020



2020: Início da Pandemia do Covid-19, período no qual os limites da Arena foram fechados por grades.

2021



2022

Pico coberto sendo palco de competições Regionais

2023



2024



07/2024: No início do mês o perfil de Instagram da CASACOR publica imagens anunciando o evento, que mostram o PICO DIY. No final de julho o desmonte é realizado.

12/2024: Pico DIY Tomado o vazio Fonte: dos autores

2025



2025:22/02 Inauguração da Arena Skate Plaza, 29/10 é anunciada a construçaõ da maior pista de skate da América Latina, no Parque Novo Mato Grosso, na Região de Cuiabá

Playlist com os videos da linha do tempo

Figura 5 - Linha do Tempo.

Como é explicitado no relato de Pequi, o viés do esporte não é o único no universo do skate — principalmente na modalidade *street*, que, por definição, traz a experiência no meio urbano em sua “espinha dorsal”. Nesse sentido, iniciativas de ocupação por meio de táticas organizacionais e espontâneas, como o Pico *DIY*, são essenciais no modo de ser dos *streeteiros*. Nesse sentido, fica evidente porquê as práticas de domesticação e apagamento dessas iniciativas espontâneas dos skatistas são deletérias, de forma geral, para a vivência desses praticantes. Apagamento esse, que ocorre ao associar — como visto na maioria das peças publicitárias da CASACOR — o espaço do pico a “abrigo de moradores de rua”, “usuários de drogas” e “abandonado” e sem uma “finalidade nobre” (Luiz Queiroz, 2024).

Posteriormente, ao observar a inauguração da pista da Arena Skate Plaza sob a ótica do poder público, é possível perceber, na fala do então Secretário da SECEL-MT, o interesse no skate sob uma ótica do esporte, que destaca a repercussão do skate olímpico e as iniciativas do governo nesse sentido — como o Parque Novo Mato Grosso[76]. Aponta como o espaço do *green roof* era, até o momento da inauguração da pista da skate plaza, ocupado por pessoas “marginalizadas” e agora é frequentado por famílias e “atletas profissionais”[77]. Retomando assim, a estratégia de vincular o skate *street*, quando praticado no espaço institucional, ao viés do esporte.

Considerações finais

A partir da retrospectiva e análise sobre os usos da Arena Pantanal pelos *streeteiros*, buscamos refletir sobre como o universo do skate tensiona o uso dos espaços públicos e privados nas cidades. Observamos também, como o poder público, na figura de agenciador do espaço, muitas vezes, aliado ao interesse de empresas privadas no lucro gerado a partir da produção do mesmo — frequentemente se sobrepõem e corroboram para formas de apagamento e domesticação da prática. Desse modo, os skatistas locais da Arena mostram como resistem, criticam e reinventam a cidade por meio dos seus usos ordinários e práticas cotidianas, criando seus *lugares*; sejam eles públicos, privados, livres ou edificados; tanto em pistas, plazas, arenas, quanto em arquibancadas que não foram pensadas para esse uso.

O fenômeno aqui explorado busca desvelar o choque, em todas as suas contradições, sobre a interpretação de um mesmo espaço. Ao contrapor o “ComplexoArena-Projeto-GPU”, com a “Arena-Cotidiana-Citadina”, buscamos evidenciar os processos que fazem a “aridez da institucionalidade” constantemente negar aos agentes que, de maneira teimosa, se apropriam e trazem vitalidade aos espaços. A partir disso, fica claro que, no caso do skate — em um processo de mais de dez anos de constante ocupação —, os praticantes ainda não são reconhecidos em sua plenitude, mas, condicionalmente. Assim, eles são reorganizados no espaço, para um local que não compõem seus imaginários de *lugar*, mas sim em espaço onde não “incomodam”.

76 O Parque Novo Mato Grosso é um Complexo de obras de infraestrutura cinza, construído pelo Governo de Mato Grosso, na região de Cuiabá, voltado para o turismo, eventos esportivos e que conta com a atual, maior pista de skate da América Latina, Olharconceito, 29 de outubro de 2025. Disponível em: <https://www.olharconceito.com.br/noticias/exibir.asp?id=26077&noticia=imagens-aereas-mostram-construcao-da-maior-pista-de-skate-da-america-latina-em-cuiaba>. Acesso em: 30 de janeiro de 2026.

77 Olhar Esportivo. 22 de fevereiro de 2025. Instagram: @olharesportivo. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DGbjvZ8va4T/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=NTc4MTIwNjQ2YQ==>. Acesso em: 30 de janeiro de 2026.

Dado o exposto, é evidente que o skate de rua é, por essência, polissêmico — tal qual o campo onde ele é praticado: a rua e a cidade. Ambas as esferas da prática, a competição esportivizada e a expressão corporal urbana, fazem parte de uma mesma sociabilidade dentro do universo do skate. Nessa perspectiva, tentativas como as apresentadas na Arena Pantanal, de apagar dez anos de prática e resistência, é o oposto de como se deveria pensar o uso desses espaços públicos. Fica claro que a Arena e outros espaços públicos apropriados para a prática do skate necessitam de projetos que, assim como o skate, sejam capazes de tentar conciliar os usos institucionais e competitivos com os usos ordinários e urbanos.

Referências

AGIER, Michel. 2015. Do direito à cidade ao fazer-cidade: O antropólogo, a margem e o centro. *Mana:* Estudos de Antropologia Social, v. 21, n. 3: 483-498, 2015.

ARANTES, Pedro Fiori. *Arquitetura na era digital-financeira:* desenho, canteiro e renda da forma. 2010. Tese (Doutorado) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BRANDÃO, Leonardo. De Jânio Quadros à Luiza Erundina: uma história da proibição e do incentivo ao skate na cidade de São Paulo. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História.* São Paulo, n. 49, p. 293-326, 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/17861>. Acesso em: 29 nov. 2025.

BORDEN, Iain. *Skateboarding and the city:* a complete history. London ; New York; Bloomsbury academic, 2019.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no / do mundo*. São Paulo: FFLCH/USP, 2007.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano:* 1 artes de fazer. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

DINIZ, Nelson; HERMES DA SILVA, Luciano. “O skate e a produção social doespaço público”. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7.,Vitória, 2014. Anais... Vitória: AGB, 2014. Disponível em:http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1403971542_ARQUIVO_ArtigoCBGFinalizado.pdf.

DINIZ, Nelson; HERMES DA SILVA, Luciano. “Contra-uso skatista de espaços públicos no Rio de Janeiro”. Revista Eletrônicade Estudos Urbanos e Regionais, ano 7, n. 27, pp.18-25, 2017. Disponível em:http://emetropolis.net/system/artigos/arquivo_pdfs/000/000/202/original/emetropolis27_art1.pdf?1485999132.

LEFEBVRE, Henri. *La production de l’espace.* 4 édition Paris : éditions Anthropos, 2000.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade.* São Paulo: Editora Centauro, 2001.

MACHADO, Giancarlo Marques Carraro. *De "carrinho" pela cidade:* a prática do street skate em São Paulo. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. DOI:10.11606/D.8.2011.tde-05062012-160404.Acesso em: 2025-11-28.

MACHADO, Giancarlo Marques Carraro. *A cidade dos picos:* a prática do skate e os desafios da citadinidade. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. DOI:10.11606/T.8.2018.tde-26032018-122700. Acesso em: 2025-11-28.
MACHADO, Giancarlo Marques Carraro. **A cidade do skate:** sobre os desafios da citadinidade. São Paulo: Hucitec, 2022.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* v. 17, n.49, p.11-29, junho de 2002.

MAGNOLI, Miranda Martinelli. *Espaços livres e urbanização:* Uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

MAGNOLI, Miranda Martinelli. Espaço livre - objeto de trabalho. *Paisagem e Ambiente,* São Paulo, Brasil, n. 21, p. 175–197, 2006. DOI: 10.11606/issn.2359-5361.v0i21p175-197. Disponível em: https://revistas.usp.br/paam/article/view/40249.. Acesso em: 10 out. 2025.

NOBRE, Eduardo Alberto Cusce. *Do Plano Diretor às operações urbanas consorciadas:* A ascensão do discurso neoliberal e dos grandes projetos urbanos no planejamento paulistano. Tese (Livre docência) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Espaços skatáveis: orientação para a adequação de espaços públicos abertos à prática de esportes urbanos". São Paulo: Secretaria de Gestão Urbana, 2016. Disponível em: < https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/04/Cartilha-espacos-skataveis.pdf >.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares:* a colonização da terra e da moradia na era das finanças. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SEABRA, Odette. A insurreição do uso. In: MARTINS, José de Souza(org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética.* São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

VAINER, Carlos B. *Pátria, empresa e mercadoria:* notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: Arantes, Otília et al. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2013.

Vídeo partes

BLACK MEDIA. Deyvison Guedes - Sem Pressa - [Porão]. Youtube, 27 de fevereiro de 2022. 7min4s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u5k5cxPli0Q>. Acesso em: 22 de janeiro de 2026.

BLACK MEDIA. IN.PULSO - REMA SKATE SHOP. Youtube, 30 de agosto de 2024. 27min23s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZcEEeKs9kFQ>. Acesso em: 22 de janeiro de 2026.

BLACK MEDIA. Nata Filmes - Vamo Andá? 2. Youtube, 26 de novembro de 2024. 29min39s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7K0a5t8q6BE>. Acesso em: 22 de janeiro de 2026.

BIMESTRAL VIDEO PHONE. Solinho na Arena Pantanal. Youtube, 6 de outubro de 2015. 0min56s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ipl3DWuZWLQ>. Acesso em: 21 de janeiro de 2026.

BIMESTRAL VIDEO PHONE. Danilo nx 2015. Youtube, 26 de outubro de 2015. 1min9s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eWF5LUysWEU>. Acesso em: 21 de janeiro de 2026.

BIMESTRAL VIDEO PHONE. Sessão na Arena #1. Youtube, 12 de novembro de 2015. 3min33s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xAmFrLPhKLs>. Acesso em: 21 de janeiro de 2026.

BIMESTRAL VIDEO PHONE. Sessão na Arena #2. Youtube, 25 de novembro de 2016. 3min14s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hMZTAXdleDY>. Acesso em: 21 de janeiro de 2026.

BIMESTRAL VIDEO PHONE. Rolê 2017. Youtube, 4 de fevereiro de 2018. 3min55s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mKA5miXu1Do>. Acesso em: 22 de janeiro de 2026.

BIMESTRAL VIDEO PHONE. Bimestral Video Phone - outubro/novembro 2018. Youtube, 7 de dezembro de 2018. 5min10s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tie35Uo3-aQ>. Acesso em: 22 de janeiro de 2026.

BIMESTRAL VIDEO PHONE. Bimestral Video Phone #2 - dezembro/ janeiro de 2018/19. Youtube, 31 de janeiro de 2019. 3min53s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=733arUWxTks>. Acesso em: 22 de janeiro de 2026.

BIMESTRAL VIDEO PHONE. Bimestral Video Phone #3 - Fevereiro/ Março de 2019. Youtube, 31 de março de 2019. 9min31s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OtM-qJq8QjI>. Acesso em: 22 de janeiro de 2026.

BIMESTRAL VIDEO PHONE. Bimestral Video Phone #4 - Abril/ Maio de 2019. Youtube, 3 de junho de 2019. 11min5s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5xTlaSnr538>. Acesso em: 22 de janeiro de 2026.

BIMESTRAL VIDEO PHONE. Bimestral Video Phone #5 - Junho/ Julho de 2019. Youtube, 2 de agosto de 2019. 8min11s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tZp4cg__0oU>. Acesso em: 22 de janeiro de 2026.

BIMESTRAL VIDEO PHONE. Bimestral Video Phone #6 - Agosto/Setembro de 2019. Youtube, 3 de outubro de 2019. 11min31s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tXxjLoV8IRA>. Acesso em: 22 de janeiro de 2026.

BIMESTRAL VIDEO PHONE. Henrique Bruno - Bimestral Parte. Youtube, 2 de dezembro de 2019. 5min13s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=su064fXd9S0>. Acesso em: 22 de janeiro de 2026.

BIMESTRAL VIDEO PHONE. Bimestral Video Phone #7 - Outubro/Novembro - Especial 1 ano. Youtube, 3 de dezembro de 2019. 16min39s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hvW7uAM6Itg>. Acesso em: 22 de janeiro de 2026.

BIMESTRAL VIDEO PHONE. Bimestral Video Phone #8 - Dezembro/Janeiro de 2020. Youtube, 1 de fevereiro de 2020. 15min4s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7X87xSPp7Qw>. Acesso em: 22 de janeiro de 2026.

BIMESTRAL VIDEO PHONE. Bimestral Video Phone #9 - Fevereiro/Março 2020. Youtube, 28 de março de 2020. 11min24s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=H4HcsDnyVEQ>. Acesso em: 22 de janeiro de 2026.

BIMESTRAL VIDEO PHONE. “MEMÓRIA CHEIA” - Bimestral Video Phone. Youtube, 9 de março de 2023. 14min24s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MW_0uYh0cTc>. Acesso em: 22 de janeiro de 2026.

BIMESTRAL VIDEO PHONE. ESPIA SIMININA - DIVAS SKATERAS. Youtube, 25 de março de 2023. 5min22s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=C9wZazgFfEU>. Acesso em: 22 de janeiro de 2026.

BIMESTRAL VIDEO PHONE. SELETIVA REGIONAL CENTRO-OESTE - AMTSK. Youtube, 14 de agosto de 2023. 12min9s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fvAU0X4msog>. Acesso em: 22 de janeiro de 2026.

BIMESTRAL VIDEO PHONE. BIMESTRAL MIXTAPE VOL.1 - HUGO 4.0. Youtube, 7 de junho de 2024. 11min27s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nny72e8KDxE>. Acesso em: 22 de janeiro de 2026.

CEMPORCENTO SKATE. IZAEL MIRANDA - VIDEO PARTE. Youtube, 17 de julho de 2025. 2min58s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IhaLIbo_MLg>. Acesso em: 22 de janeiro de 2026.

MATIZSKATECREW. CERRADO. Youtube, 5 de novembro de 2022. 29min20s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Y-HApOeHKP8>. Acesso em: 22 de janeiro de 2026.

MATIZSKATECREW. ARENAMIX VOLUME 01. Youtube, 28 de janeiro de 2023. 3min34s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Hb3m5RCfXZ4>. Acesso em: 22 de janeiro de 2026.

MATIZSKATECREW. ARENAMIX VOLUME 02. Youtube, 30 de janeiro de 2023. 4min28s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4ugD5Y2SW4Y>. Acesso em: 22 de janeiro de 2026.

MATIZSKATECREW. ARENAMIX VOLUME 03. Youtube, 15 de julho de 2023. 6min34s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DIbNznDFurM>. Acesso em: 22 de janeiro de 2026.

MATIZSKATECREW. RAW FILES MATIZ SKATE CREW. Youtube, 31 de outubro de 2023. 2min17s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bOXMerNDUCU>. Acesso em: 22 de janeiro de 2026.

MATIZSKATECREW. PLAGE - SKATE VIDEO. Youtube, 3 de junho de 2024. 4min25s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DzX41M127_U>. Acesso em: 22 de janeiro de 2026.

MIRANDA, Izael. Izael Miranda Spot - Arena Pantanal. Youtube, 27 de outubro de 2014. 2min22s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=okM5GmhyiUA>. Acesso em: 26 de novembro de 2025.

RIR FILMES. Uma linha com… Deyvison Guedes. Youtube, 15 de fevereiro de 2015. 0min36s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mXjBxjxBcv4>. Acesso em: 21 de janeiro de 2026.

RIR FILMES. Uma linha com… Robson Formiguinha. Youtube, 4 de março de 2015. 0min45s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=idA-Yv-7fX0>. Acesso em: 21 de janeiro de 2026.

RIR FILMES. Uma linha com… Hugo Leão. Youtube, 14 de abril de 2015. 0min34s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=idA-Yv-7fX0>. Acesso em: 21 de janeiro de 2026.

RIR FILMES. Uma linha com… Igor Calixto. Youtube, 27 de abril de 2015. 0min43s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jlKK1Qj0lTU>. Acesso em: 28 de novembro de 2025.

RIR FILMES. Skate Livre Cuiabá. Youtube, 5 de dezembro de 2016. 4min58s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hTS2b_XEyqg>. Acesso em: 21 de janeiro de 2026.

RIR FILMES. Go Skate Day 2017 - CUIABÁ - MT. Youtube, 29 de agosto de 2017. 3min59s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3aulDMNIhlg>. Acesso em: 21 de janeiro de 2026.

RIR FILMES. Rir Part - Murillo Todeschini. Youtube, 4 de novembro de 2017. 6min47s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OibB0FeSr10>. Acesso em: 21 de janeiro de 2026.

RIR FILMES. Rir Part - Irineu Filho. Youtube, 31 de agosto de 2018. 4min46s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mDjsfVN2LsM>. Acesso em: 22 de janeiro de 2026.

RIR FILMES. Go Skate Day Cuiabá - MT 2019. Youtube, 16 de julho de 2019. 4min19s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=l276ftBWHvo>. Acesso em: 22 de janeiro de 2026.

RIR FILMES. Full Video Rir. Youtube, 3 de dezembro de 2019. 26min4s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WYZ8YohOz7c&t=1s>. Acesso em: 22 de janeiro de 2026.

RIR FILMES. Sessão RiR#1. Youtube, 20 de junho de 2022. 3min26s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_vINdCw5ISc>. Acesso em: 22 de janeiro de 2026.

Notícias

Associação quer suspender demolição do estádio Verdão. Portal Mato Grosso, 22 de fevereiro de 2010. Disponível em: <https://portalmatogrosso.com.br/associacao-quer-suspender-demolicao-do-estadio-verdao/>. Acesso em: 25 de janeiro de 2026.

Novo Verdão: Divulgada imagens do entorno do estádio. MixtoNet, 10 julho de 2010. Disponível em: <https://www.mixtonet.com/2010/07/novo-verdao-divulgada-imagens-do.html>. Acesso em: 25 de janeiro de 2026.

Arena Pantanal recebe estruturas metálicas da arquibancada. Gov-MT, 18 de julho de 2011. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20140421082158/http:/www.mt.gov.br/imprime.php?sid=176&cid=68029>. Acesso em: 25 de janeiro de 2026.

Antigo Ipase. Resistência Skateboard. Disponível em: <https://resistenciaskateboard.blogspot.com/p/antigo-ipase.html>. Acesso em: 25 de janeiro de 2026.

Da construção à demolição: Estádio Verdão e suas histórias. Globo Esporte, 31 de março de 2014. Disponível em: <https://ge.globo.com/mt/noticia/2014/03/da-construcao-demolicao-estadio-verdao-e-suas-historias.html>. Acesso em: 25 de janeiro de 2026.

'Santos B' perde muitos gols e não sai do zero contra o Mixto em Cuiabá. Globo Esporte, 2 de abril de 2014. <https://ge.globo.com/jogo/copa-do-brasil-2014/02-04-2014/mixto-santos.html>. Acesso em: 25 de janeiro de 2026.

Arena Pantanal e sua linha do tempo da construção a inauguração. Globo Esporte, 2 de abril de 2014. <https://ge.globo.com/mt/noticia/2014/04/arena-pantanal-e-sua-linha-do-tempo-da-construcao-inauguracao.html>. Acesso em: 25 de janeiro de 2026.

Arena Pantanal / GCP Arquitetos. ArchDaily. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/601414/arena-pantanal-slash-gcp-arquitetos?ad_medium=office_landing&ad_name=article>. Acesso em: 25 de janeiro de 2025.

Governo de MT fecha a conta e Arena Pantanal é a sétima mais cara do país. Globo Esporte, 9 de junho de 2014. Disponível em: <https://ge.globo.com/mt/copa-do-mundo/noticia/2014/06/governo-de-mt-fecha-conta-e-arena-pantanal-e-setima-mais-cara-do-pais.html>. Acesso em: 25 de janeiro de 2026.

Padrão Fifa? Com fogos, filas e ambulantes, Arena Pantanal discorda. UOL, 14 de junho de 2014. Disponível em: <https://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2014/06/14/padrao-fifa-com-fogos-filas-e-ambulantes-arena-pantanal-discorda.htm#fotoNav=1>. Acesso em: 25 de janeiro de 2026.

Arena Pantanal 2014: inauguração, Copa do Mundo e muitos jogos. Globo Esporte, 25 de dezembro de 2014. Disponível em: <https://ge.globo.com/mt/noticia/2014/12/arena-pantanal-2014-inauguracao-morte-copa-do-mundo-e-muitos-jogos.html>. Acesso em: 25 de janeiro de 2026.

Governo vai instalar base de Polícia Militar na Arena Pantanal. HNT, 11 de maio de 2015. Disponível em: <https://www.hnt.com.br/politica/governo-vai-instalar-base-da-policia-militar-na-arena-pantanal/43315>. Acesso em: 28 de janeiro de 2026.

Arena Pantanal recebe evento mundial de skate com shows de rock. Olhar Conceito, 21 de junho de 2015. Disponível em: <https://www.olharconceito.com.br/noticias/exibir.asp?id=8219&noticia=arena-pantanal-recebe-evento-mundial-de-skate-com-shows-de-rock>. Acesso em: 25 de janeiro de 2026.

Instituições de saúde e segurança atuam na Arena Pantanal. Midia News, 4 de setembro de 2015. Disponível em: <https://www.midianews.com.br/cotidiano/instituicoes-de-saude-e-seguranca-atuam-na-arena-pantanal/241737>. Acesso em: 25 de janeiro de 2026.

Pista de skate será construída na área do Aecim Tocantins. SECOM-MT, 19 de dezembro de 2016. Disponível em: <https://www.procon.mt.gov.br/web/mt/w/5512158-pista-de-skate-sera-construida-na-area-externa-do-aecim-tocantins>. Acesso em: 26 de janeiro de 2026.

Conselho da Juventude do MT consegue aprovar implementação de Pista de Skate na Arena Pantanal. CSB, 10 de maio de 2018. Disponível em: <https://csb.org.br/noticias/conselho-juventude-mt-consegue-aprovar-implementacao-pista-skate-arena-pantanal>. Acesso em: 26 de janeiro de 2026.

Skate para divas: grupo cuiabano realiza evento nacional pelo esporte. O Livre, 20 de julho de 2019. Disponível em: <https://olivre.com.br/skate-para-divas-grupo-cuiabano-realiza-evento-nacional-pelo-esporte>. Acesso em: 26 de janeiro de 2026.

Entorno da Arena Pantanal será fechado para o público. Midia News, 31 de março de 2020. Disponível em: <https://www.midianews.com.br/cotidiano/entorno-da-arena-pantanal-sera-fechado-para-o-publico/373071>. Acesso em: 26 de janeiro de 2026.

PM inaugura nova sede do 10º Batalhão no Ginásio Aecim Tocantins. PM-MT, 10 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.indea.mt.gov.br/pt/web/pm/-/14113655-pm-inaugura-nova-sede-do-10-batalhao-no-ginasio-aecim-tocantins>. Acesso em: 26 de janeiro de 2026.

Estádio da Copa será usado como centro de triagem de Covid-19 em Cuiabá. Globo G1, 10 de julho de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/07/10/estadio-da-copa-sera-usado-como-centro-de-triagem-de-covid-19-em-cuiaba.ghtml>. Acesso em: 26 de janeiro de 2026.

Arena Pantanal: ex-elefante branco. UOL. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/reportagens-especiais/arena-pantanal-ex-elefante-branco-da-copa-chega-a-elite-apos-sete-anos/#cover>. Acesso em: 26 de janeiro de 2026.

Secretaria começa obras de reforma da Arena Pantanal para o Cuiabá receber jogos da Série A do Brasileiro. Só Notícias, 27 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.sonoticias.com.br/esportes/secretaria-comeca-obras-de-reforma-da-arena-pantanal-para-o-cuiaba-receber-jogos-da-serie-a-do-brasileiro/>. Acesso em: 26 de janeiro de 2026.

Arena Pantanal recebe melhorias e vira palco de jogos da elite do futebol do Brasil. RD News, 28 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.rdnews.com.br/esportes/conteudos/144911>. Acesso em: 26 de janeiro de 2026.

Rua próxima à Arena Pantanal ficará fechada durante os jogos da Copa América. Prefeitura de Cuiabá, 11 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.cuiaba.mt.gov.br/noticias/rua-proximo-da-arena-pantanal-ficara-fechada-durante-os-jogos-da-copa-america>. Acesso em: 26 de janeiro de 2026.

"A Arena Pantanal é um dos melhores estádios do mundo", diz vice-presidente da Conmebol. Midia News, 14 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.midianews.com.br/cotidiano/a-arena-pantanal-e-um-dos-melhores-estadios-do-mundo-diz-vice-presidente-da-conmebol/400992>. Acesso em: 26 de janeiro de 2026.

Skate em MT: o cenário onde faltam pistas e sobram sonhos. O Livre, 8 de agosto de 2021. Disponível em: <https://olivre.com.br/skate-em-mt-o-cenario-onde-faltam-pistas-e-sobram-sonhos>. Acesso em: 26 de janeiro de 2026.

Cuiabá anuncia volta do público à Arena Pantanal neste sábado. Midia News, 28 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.midianews.com.br/cotidiano/cuiaba-anuncia-volta-do-publico-a-arena-pantanal-neste-sabado/408132>. Acesso em: 26 de janeiro de 2026.

Área externa da Arena Pantanal, em Cuiabá, será reaberta após 1 ano e 7 meses. Globo G1, 23 de outubro de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2021/10/23/area-externa-da-arena-pantanal-em-cuiaba-sera-reaberta-apos-1-ano-e-7-meses.ghtml>. Acesso em: 26 de janeiro de 2026.

Como está a Arena Pantanal 8 anos depois da Copa do Mundo Brasil?! Primeira Página, 5 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://primeirapagina.com.br/infraestrutura/como-esta-a-arena-pantanal-8-anos-depois-da-copa-do-mundo-no-brasil/>. Acesso em: 26 de janeiro de 2026.

Competição feminina de skate na Arena Pantanal tem recorde de inscritas com menos de 12 anos. Olhar Conceito, 22 de março de 2023. Disponível em: <https://www.olharconceito.com.br/noticias/exibir.asp?id=22553&noticia=competicao-feminina-de-skate-na-arena-pantanal-tem-recorde-de-inscritas-com-menos-de-12-anos&edicao=1>. Acesso em: 26 de janeiro de 2026.

Campeonato de skate feminino tem recorde de inscritas em Cuiabá (MT). Cemporcento Skate, 22 de março de 2023. Disponível em: <https://cemporcentoskate.com.br/fiksperto/campeoanto-de-skate-feminino-tem-recorde-de-inscritas-em-cuiaba-mt/>. Acesso em: 26 de janeiro de 2026.

Seletiva regional centro-oeste de skate em Cuiabá (MT). Cemporcento Skate, 26 de julho de 2023. Disponível em: <https://cemporcentoskate.com.br/eventos/seletiva-regional-centro-oeste-de-skate-em-cuiaba-mt/>. Acesso em: 26 de janeiro de 2026.

Em Cuiabá, skatistas de MS vão em busca de vaga para o Campeonato Brasileiro. Gov-MT do Sul, 2 de agosto de 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ms.gov.br/em-cuiaba-skatistas-de-ms-vao-em-busca-de-vaga-para-o-campeonato-brasileiro/>. Acesso em: 26 de janeiro de 2026.

Arena Pantanal completa 10 anos de inauguração; relembre o primeiro jogo e dados históricos. Globo Esporte, 2 de abril de 2024. Disponível em: <https://ge.globo.com/mt/futebol/noticia/2024/04/02/arena-pantanal-completa-10-anos-de-inauguracao-relembre-o-1o-jogo-e-dados-historicos.ghtml>. Acesso em: 26 de janeiro de 2026.

Casacor MT 2024: datas e local são anunciados! CASACOR, 27 de junho de 2024. Disponível em: <https://casacor.abril.com.br/pt-BR/noticias/noticias/casacor-mt-2024-datas-local>. Acesso em: 26 de janeiro de 2026.

Arquitetas se unem para transformar espaço abandonado na Arena Pantanal em restaurante da Casacor. Olhar Conceito, 7 de dezembro de 2024. Disponível em: <https://www.olharconceito.com.br/noticias/exibir.asp?id=24750&noticia=arquitetas-se-unem-para-transformar-espaco-abandonado-na-arena-pantanal-em-restaurante-da-casacor&edicao=1>. Acesso em: 26 de janeiro de 2026.

Complexo da Arena Pantanal ganha nova pista de skate com mais de 800m² de área total. Globo Esporte, 2 de março de 2025. Disponível em: <https://ge.globo.com/mt/noticia/2025/03/02/complexo-da-arena-pantanal-ganha-nova-pista-de-skate-com-mais-de-800m.ghtml>. Acesso em: 26 de janeiro de 2026.

projetos 133.05: Arena Pantanal - vitruvius. Disponível em : <https://vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/12.133/4203> Acesso em: 26 de novembro de 2025.

Nova pista de skate do Complexo Arena Pantanal é inaugurada. Disponível em : <https://leiagora.com.br/nova-pista-de-skate-do-complexo-arena-pantanal-e-inaugurada/> Acesso em: 26 de novembro de 2025.

artigos e ensaios

Foto: Gustavo Nagib.

ESPAÇO EM CONFLITO E ONTOLOGIAS EM DISPUTA
O impacto das megaestruturas nas comunidades Mapuche do Chile à luz do *Buen Vivir*

SPACE IN CONFLICT AND ONTOLOGIES IN DISPUTE
The impact of megastructures on Mapuche communities in Chile in light of Buen Vivir

Nátali Roberta de Sousa Nuss[1] e Rodolfo Efrain Zelada Arenas[2]

Resumo
Este artigo analisa conflitos socioespaciais e ontológicos decorrentes da implantação de megaestruturas em territórios indígenas, tomando como objeto de estudo o projeto Parque Eólico Cuatro Vientos, e sua incidência sobre comunidades Mapuche no Chile. Partindo de uma abordagem de natureza teórica e exploratória, articula-se o conceito de rugosidade com as epistemologias do Sul, especificamente as noções de Buen Vivir e a colonialidade do poder. Tenciona-se investigar como a produção capitalista do espaço, pautada no desenvolvimento técnico e na extração de recursos, colide com a cosmovisão Mapuche, que o concebe como entidade sagrada, no Capitaloceno. Seus resultados apontam que as megaestruturas operam como dispositivos de violência epistêmica, perpetuando uma lógica colonial que desconsidera direitos da natureza e dinâmicas de apropriação afetiva e espiritual do espaço. Contribui-se com o campo do Urbanismo propondo uma leitura decolonial dos conflitos territoriais, que evidenciam a necessidade de se incorporar a pluriversalidade no planejamento urbano.
Palavras-chave: capitaloceno; *Buen Vivir*; Mapuche; Chile; Parque Eólico Cuatro Vientos.

Resumen
This article analyzes socio-spatial and ontological conflicts arising from the implementation of megastructures in Indigenous territories, taking as its object of study the Cuatro Vientos Wind Farm project and its effects on Mapuche communities in Chile. Based on a theoretical and exploratory approach, it articulates the concept of roughness with Southern epistemologies, specifically the notions of Buen Vivir and the coloniality of power. The study aims to investigate how the capitalist production of space, grounded in technical development and resource extraction, collides with the Mapuche worldview, which conceives space as a sacred entity, within the Capitalocene. The findings indicate that megastructures operate as devices of epistemic violence, perpetuating a colonial logic that disregards the rights of nature and the dynamics of affective and spiritual appropriation of space. The article contributes to the field of Urbanism by proposing a decolonial reading of territorial conflicts, highlighting the need to incorporate pluriversality into urban planning.
Keywords: capitalocene; Buen Vivir; Mapuche; Chile; Cuatro Vientos Wind Farm.

1 Doutoranda em Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (UFRJ), Mestre em Urbanismo pelo mesmo programa (UFRJ/2024) e Paisagista pela Escola de Belas Artes (UFRJ/2021).
2 Doutorando em Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (UFRJ), Mestre em Arquitetura pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (PUC-RIO/2019) e Arquiteto pela Facultad de las Ciencias de la Construcción y Ordenamiento Territorial (Universidad Tecnológica Metropolitana/2011).

Introdução

A produção do espaço contemporâneo, hegemonicamente moldada pelas dinâmicas do capital global, impõe lógicas de ordenamento que, não raro, ignoram as preexistências socioculturais dos territórios. Nesse cenário, o espaço é uma dimensão relacional e múltipla, onde distintas trajetórias históricas colidem, conforme aponta Massey (2008). Todavia, a razão instrumental moderna tende a reduzir o território a um mero suporte de recursos, invisibilizando as ontologias locais e perpetuando o que se pode denominar de colonialidade do poder (Quijano, 2005; Miglievich-Ribeiro, 2014). Este artigo problematiza essa tensão ao analisar como a implementação de infraestruturas de grande porte – ou megaestruturas – em territórios indígenas reitera práticas de violência epistêmica e espacial.

Seguindo tal entendimento, o objeto central de estudo desta pesquisa é o projeto do Parque Eólico Cuatro Vientos e seus impactos sobre as comunidades Mapuche no sul do Chile (Figuras 1 a 4). O recorte analítico e territorial foca na fricção entre a instalação destas megaestruturas energéticas – a partir de 2026, no município de Llanquihue –, justificadas sob o discurso do desenvolvimento sustentável e da transição energética, e a cosmovisão Mapuche, que atribui ao espaço significados espirituais, afetivos e relacionais (Zelada, 2019). Temporalmente, o estudo debruça-se no momento atual, em que a pressão por novos projetos de energia renovável intensifica os conflitos fundiários e ontológicos na América Latina, evidenciando as contradições de um modelo de progresso que, paradoxalmente, ameaça formas de vida ancestrais.

Desse modo, a questão central que orienta este trabalho é: de que maneira as megaestruturas, ao serem implantadas em territórios indígenas, operam como dispositivos de supressão cultural e como isso se articula com a manutenção de perspectivas coloniais de dominação da natureza? Para responder a essa indagação, o objetivo geral é investigar os conflitos socioespaciais decorrentes da sobreposição da lógica tecnocrática do Parque Eólico Cuatro Vientos sobre as *rugosidades* – marcas físicas e simbólicas de vivências passadas e presentes (Santos, 1996) – do território Mapuche. Já no que é relativo aos objetivos específicos, estes incluem: (a) identificar as dissonâncias entre o planejamento estatal/privado e o *Küme Mongen* (*Buen Vivir*/Bem Viver) Mapuche; e (b) discutir as implicações desse conflito à luz das teorias do pós-colonialismo e da decolonialidade (Miglievich-Ribeiro, 2014; Escobar, 2005).

Metodologicamente, este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza teórica e exploratória. Assim, o desenho da pesquisa baseia-se em uma revisão bibliográfica crítica e na análise documental do projeto em questão, articulando dados técnicos do empreendimento com a literatura sobre ontologias políticas e territórios da diferença. Sua natureza da evidência é, portanto, interpretativa, buscando não apenas descrever os impactos físicos, mas compreender as disputas de sentido que emergem quando diferentes visões de mundo tencionam ocupar o mesmo lugar geográfico, sem que haja um diálogo intercultural ou justiça cognitiva (Santos, 2007).

A relevância deste estudo para o campo do Urbanismo e para o Planejamento Urbano reside na urgência de se descolonizar o pensamento que guia as práticas de projeto e gestão do espaço. Ao trazer à tona conceitos como *Buen Vivir* (Acosta e Martínez Abarca, 2018; Gudynas, 2011) e a crítica à modernidade eurocentrada, o artigo contribui para o debate sobre novas epistemologias espaciais que considerem a *pluriversalidade*



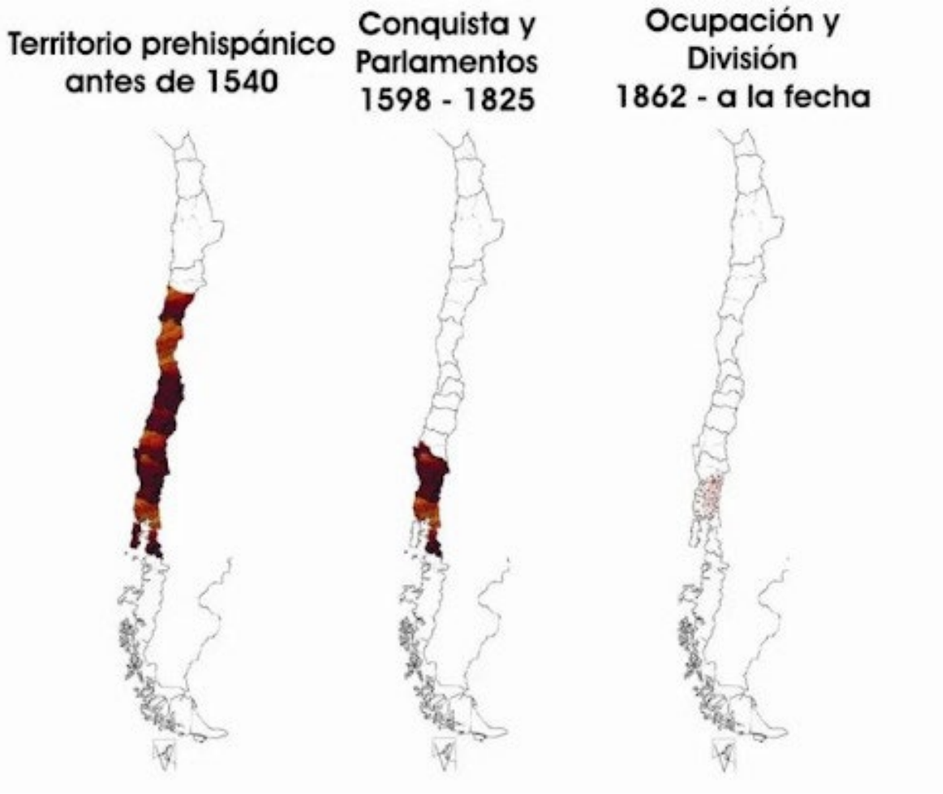


Figura 1 - Esquema do território ancestral Mapuche no contexto americano. Fonte: Elaboração própria, 2019, baseada em Ministério de Obras Públicas (Chile), 2016. Figura 2 - Território ancestral Mapuche no contexto americano. Fonte: Melin et al., 2017.Figura 3 - Evolução territorial Mapuche no Chile em específico. Fonte: Bravo, 2015.

(Escobar, 2005). Os resultados preliminares indicam que, sem uma revisão ética e política dos processos de intervenção territorial, as chamadas *soluções verdes* correm o risco de reproduzir as velhas hierarquias coloniais, transformando territórios de vida em zonas neoextrativistas (Svampa, 2019).

A colonialidade do poder e a produção do espaço hegemônico

A Modernidade impõe uma racionalidade espacial eurocêntrica e excludente que consolida uma forma de produção do espaço que marginaliza outras ontologias. Segundo Miglievich-Ribeiro (2014), a razão moderna, mais do que um modelo de pensamento, apresenta-se como uma práxis racional da violência que silencia saberes não ocidentais. Essa lógica opera através da *colonialidade do poder*, conceito de Quijano (2005) que explica como as hierarquias raciais e epistêmicas continuam a estruturar o mundo mesmo após o fim do colonialismo administrativo. No Urbanismo, isso se reflete na imposição de um ordenamento territorial que prioriza a técnica e o lucro em detrimento da vida e da cultura. Assim, o planejamento espacial hegemônico atua como um braço secular da colonização, desenhando o território como uma superfície abstrata pronta para uma exploração sob novos padrões.

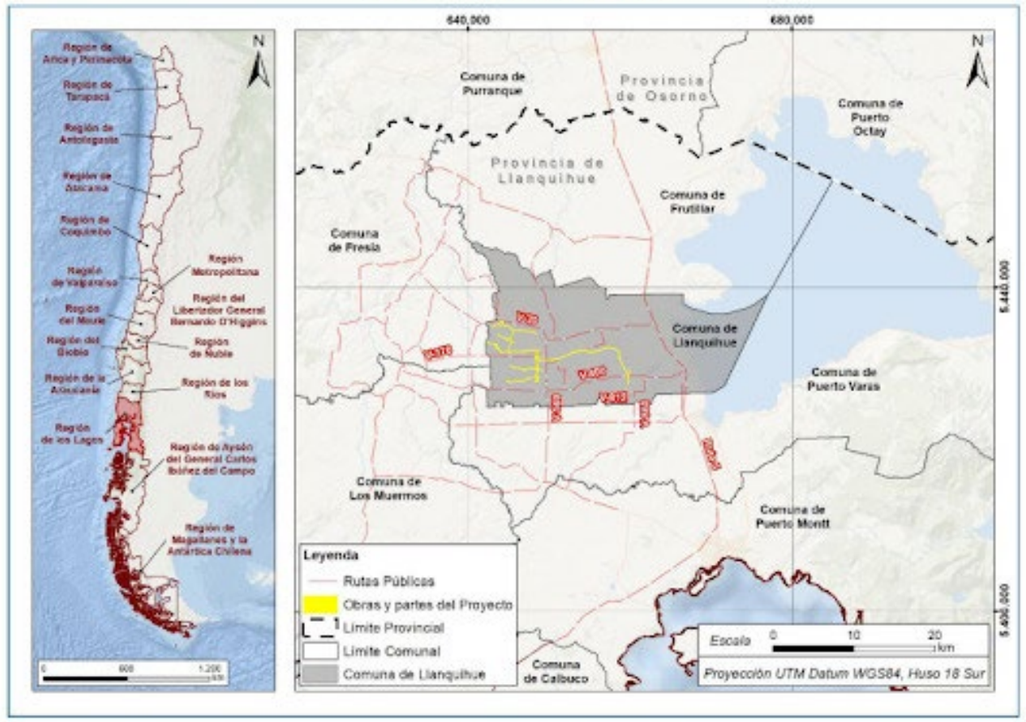
Contrapondo-se à visão estática, o espaço deve ser compreendido como uma esfera de multiplicidade e relações interconectadas. Massey (2008) argumenta que o espaço é o produto de inter-relações, desde o imenso global até o ínfimo íntimo, e está sempre em processo de fazer-se. Essa perspectiva desafia a narrativa linear do desenvolvimento, que tenta enquadrar todas as geografias em uma única temporalidade histórica liderada pelo Norte Global. Reconhecer o espaço como simultaneidade de histórias pendentes é o primeiro passo para descolonizar a geografia. Portanto, o território de forma alguma é um palco passivo, haja vista que distintas trajetórias socioculturais coexistem e disputam legitimidade sobre ele.

Dessa forma, pode-se dizer que a globalização neoliberal atualiza os mecanismos de espoliação territorial característicos do período colonial clássico. Ao promover a livre circulação de capitais e a instalação de grandes infraestruturas, o sistema econômico global ignora as fronteiras ontológicas das comunidades locais (Escobar, 2005). Svampa (2019) aponta que essa dinâmica cria espaços de exceção onde as leis ambientais e os direitos humanos são flexibilizados em nome do progresso. As comunidades tradicionais, vistas como obstáculos ao desenvolvimento positivista, sofrem um processo de desterritorialização que vai além da perda física da terra. Consequentemente, essa modernização forçada reitera a divisão internacional do trabalho e a subalternização dos povos do Sul Global, mas em especial os originários.

Nesse contexto, suposta neutralidade da ciência, em geral, e da técnica no planejamento urbano, em específico, estabelece uma condição pós-política (Swyngedouw, 2009) que serve como camuflagem para interesses hegemônicos. O discurso técnico-científico, muitas vezes utilizado para justificar megaempreendimentos, desqualifica os conhecimentos ancestrais rotulando-os como mitos ou folclore sem validade prática (Miglievich-Ribeiro, 2014). Essa violência epistêmica, portanto, impede que as comunidades afetadas participem das decisões sobre seus próprios territórios ou que, pelo menos, não o façam de forma horizontal. Em suma, o Urbanismo, quando não crítico, torna-se ferramenta de reprodução dessa colonialidade, validando intervenções que destroem modos de vida em nome do consenso especialista em torno de uma eficiência técnica – que, nesse caso específico, até pode assumir uma postura pseudo-ecológica.

O termo *pseudo-ecológico* está sendo empregado aqui pois é importante situar que não basta discutir e enfrentar questões ambientais de maneira deslocada com a cultura intrínseca a esses espaços. A esse respeito, Mike Davis (1998) argumenta que é impossível dissociar a natureza da política, definindo a crise urbana contemporânea não como um acidente geográfico, mas como uma mistura complexa de riscos naturais e contradições sociais, onde a vulnerabilidade ambiental é ativamente construída por decisões políticas e econômicas.

Figura 2-1. Ubicación del Proyecto



Fuente: GAC

Figura 4 - Resumo Projeto Executivo SEIA (Servicio de Evaluación de Impacto Ambiental). Fonte: Colbún S.A., 2024.

Tais decisões têm se manifestado por meio de diferentes instrumentos ao longo do tempo, permitindo a invasão e a expropriação de terras desde o século XIX até as atuais estruturas políticas que, a partir de uma dimensão ambiental, continuam perpetuando o uso do espaço como fonte de acumulação de capital.

> Em cada um dos principais meios da existência social cujo controle é disputado por indivíduos, e de cujas vitórias e derrotas se formam as relações de exploração/dominação/conflito que constituem o poder, os elementos componentes são sempre historicamente heterogêneos (Quijano, 2010, p. 79).

Portanto, nesse caso, a disputa pelo controle da natureza, que se materializa por meio de artefatos técnicos destinados à exploração de um recurso natural (o vento), mediante instrumentos que asseguram a reprodução do capital em detrimento da cultura Mapuche, têm historicamente invisibilizado, total ou parcialmente, formas de vida alheias à lógica do capital.

Ontologias políticas e territórios da diferença

Inclusive, é exatamente por essa razão que a análise dos conflitos territoriais exige uma abordagem de ontologia política que reconheça a existência de múltiplos mundos, principalmente quando se discute espaços autóctones. Escobar (2005) define esses embates não apenas como lutas por recursos, mas como disputas entre diferentes formas de conceber a realidade e a vida. Enquanto a ontologia capitalista vê a natureza como um objeto externo a ser dominado, as ontologias indígenas a percebem como uma extensão do próprio corpo social e espiritual. Ignorar essa diferença primordial leva a diagnósticos superficiais que tratam a resistência indígena como mero atraso à lógica de desenvolvimento em voga ou intransigência irracional. Por consequência, a inteligibilidade do território indígena pressupõe a suspensão de categorias analíticas hegemônicas, abrindo espaço para a legitimação das ontologias e saberes locais e uma leitura da paisagem mediada pela cosmovisão dos povos originários.

Tal conjunção se insere dentro do conceito de *territórios da diferença*, que emergem como espaços de resistência à lógica homogeneizante do capital global. Esses territórios são marcados por práticas econômicas, ecológicas e culturais que desafiam a preponderância do mercado e propõem outras formas de relação com o espaço (Escobar, 2005). No cenário latino-americano, a agência política de comunidades indígenas transcende a gramática jurídica da propriedade privada, reivindicando o território como uma extensão ontológica do corpo coletivo e espaço de interdependência radical. A salvaguarda desses territórios constitui mais do que uma barreira à degradação ambiental, na medida em que opera como uma estratégia de sobrevivência epistêmica, visto que a biodiversidade é indissociável da agrobiodiversidade cultural que a maneja.

Nesse sentido, revela-se a incongruência de uma transição energética que, sob a égide da sustentabilidade, impõe projetos como o Parque Eólico Cuatro Vientos em detrimento da integridade territorial das comunidades Mapuche. A estrutura de desenvolvimento proposta com base nas diretrizes do desenvolvimento sustentável, ainda que incorpore o povo Mapuche por meio de mecanismos de informação e participação, revela-se insuficiente para influenciar de maneira significativa os processos de transformação territorial.

Dessa forma, a resistência territorial, para além da luta pela integração dos seus povos na participação durante o desenvolvimento de projetos e mesmo com a sua inclusão, prefigura a defesa do que Escobar (2005) também articula, o *Pluriverso*, ou seja: a possibilidade de coexistência de mundos distintos, lógica que contrapõe-se à monocultura do tempo linear e do espaço abstrato e a-histórico criticado por Lefebvre (2000).

Adicionalmente, a noção de *lugar* transcende a localização geográfica, constituindo-se como o alicerce da identidade e da memória coletiva. Tomando Milton Santos como base, é possível afirmar que o lugar é onde as rugosidades do tempo se acumulam e dão sentido à existência presente. É no lugar que as relações globais se concretizam e impactam a vida cotidiana das pessoas, gerando sentimentos de pertencimento ou de exclusão. A supressão dos lugares pela imposição de megaestruturas, operando através do que Santos (1996) define como verticalidades – vetores de uma racionalidade externa e hegemônica –, oblitera as referências identitárias.

Contudo, embora se advogue a favor da coexistência de distintas cosmovisões, o multiculturalismo não garante justiça cognitiva (Santos, 2007). As políticas de multiculturalismo liberal falham ao não questionarem as estruturas de poder que geram a desigualdade. Embora promovam a tolerância e o reconhecimento superficial da diversidade, elas mantêm intacta a matriz colonial que subordina os saberes indígenas aos conhecimentos ocidentais (Miglievich-Ribeiro, 2014). Tal abordagem legitima políticas públicas como as que se discute neste estudo. A real justiça cognitiva exige mais do que inclusão; exige a transformação das instituições para que diferentes sistemas de conhecimento possam dialogar horizontalmente. Sem essa alteração de perspectiva, as consultas prévias e audiências públicas, dentro de espaços convidados de participação cidadã (Miraftab, 2009), tornam-se rituais burocráticos de validação do consenso despolitizante que suprime o dissenso (Swyngedouw, 2009). O desafio, portanto, reside em avançar em um confronto mais direto das assimetrias de poder.

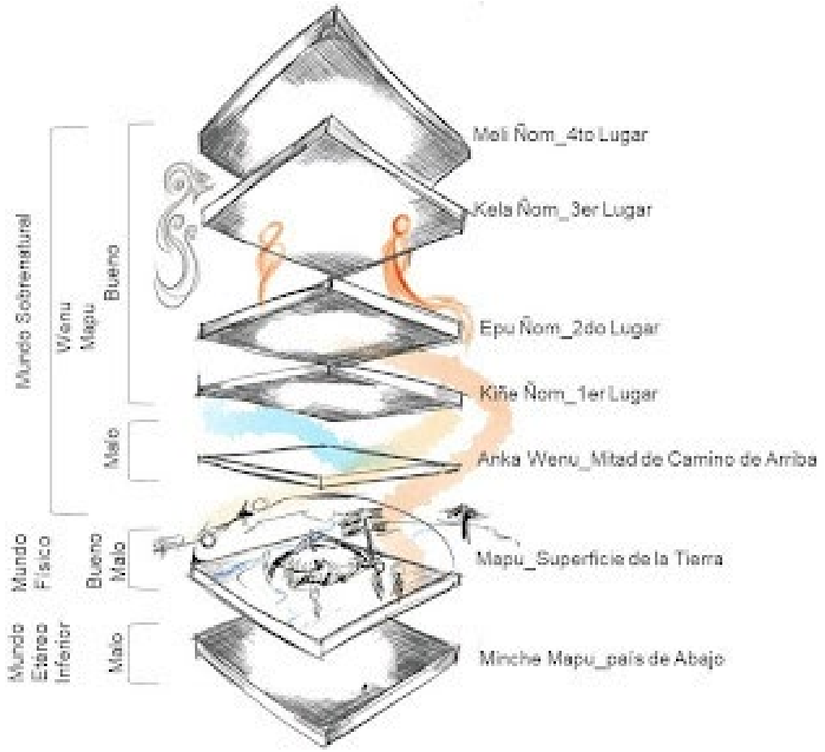


Figura 5 - Relações verticais do espaço, segundo a cosmovisão Mapuche. Fonte: Elaboração própria, 2026.

A cosmovisão Mapuche e o paradigma do Buen Vivir

Reconhecendo que a crise socioambiental se materializa dialeticamente no espaço urbano, produto social hoje regido pelas dinâmicas do *capitaloceno* (Moore, 2016), torna-se imperativo identificar transformações estruturais que apontem para a superação desse modelo. As insurgências necessárias frente a esse cenário de acumulação e desigualdade encontram eco no paradigma do Bem Viver (ou *Küme Mongen*). Este conceito desafia o desenvolvimento predatório ao rejeitar a premissa moderna do crescimento infinito, propondo em seu lugar a harmonia ecossistêmica e a centralidade da vida. Ao confrontar a lógica do capital com a *ética do suficiente* (Acosta, 2016), o Buen Vivir oferece as bases epistemológicas para imaginar cidades outras que contestem à arquitetura da destruição promovida pelo modelo neoextrativista vigente.

Embora o conceito de *capitaloceno* seja fundamental para diagnosticar as responsabilidades do capitalismo na crise instalada no espaço urbano, a superação desse quadro exige ainda, sobretudo, a descolonização da ideia de natureza. Na cosmovisão Mapuche e andina, a natureza (*Pachamama* ou *Mapu*) é sujeito de direitos e possui agência própria. Diferente da visão antropocêntrica, onde o homem é o senhor e possuidor da terra, aqui o ser humano é apenas um fio na teia da vida (Acosta, 2016). Essa perspectiva implica que rios, montanhas e florestas devem ser respeitados não por sua utilidade econômica, mas sim por sua existência intrínseca. Para comunidades Mapuches, a violação desses direitos naturais é vista como uma transgressão grave que desequilibra o cosmos e gera doenças sociais e espirituais.

As rugosidades no território Mapuche funcionam como arquivos vivos da memória e da espiritualidade do seu povo. As marcas do passado – cemitérios (*eltun*), locais cerimoniais (*guillatuwe*) e marcos de batalhas – continuam a organizar o espaço presente; isto é, não são inerciais, posto que são resistências ativas que impedem a total fluidez do capital sobre o território (Zelada, 2019). Elas ancoram a comunidade no tempo e no espaço, servindo como pontos de referência para a transmissão da cultura



Figura 6 - Relações horizontais do espaço, segundo a cosmovisão Mapuche. Fonte: Ministério de Obras Públicas (Chile), 2016.

às novas gerações (Figura 5 e 6). Destruir ou cercar essas rugosidades é um ato de apagamento histórico que atinge o cerne da identidade Mapuche.

Considerando estes elementos em permanente conflito dentro de um território, pode-se dizer que é justamente nele em que se articulam as formas das relações sociais, ou seja, onde elas se constroem ou desaparecem no contexto das suas dinâmicas externas e internas. Sendo assim, sem território as relações sociais desaparecem ou ficam fragilizadas em máximo grau. No caso da cultura Mapuche, mais do que suas relações sociais, também suas relações espirituais são gravemente abaladas.

Por isso, a dimensão espiritual é determinante para o ordenamento e o uso do solo nas comunidades Mapuche. A crença na existência de espíritos guardiões (*Ngen*) em nascentes, matas e montanhas estabelece regras estritas de interdição e respeito. Áreas que o planejamento urbano tecnicista considera ideais para a instalação de torres eólicas podem ser (e frequentemente são) locais sagrados onde a intervenção humana é proibida ou restrita. Ignorar essa geografia ancestral resulta em conflitos inegociáveis, pois o valor espiritual não é compensável financeiramente. Portanto, o planejamento territorial deve incorporar essa camada invisível, porém real, da paisagem para evitar a imposição de uma violência epistêmica sobre esses povos.

Estudo de caso: O Conflito do Parque Eólico Cuatro Vientos

Verifica-se, pois, que a implantação do Parque Eólico Cuatro Vientos ilustra a continuidade das práticas coloniais sob a roupagem da transição energética. O projeto, ao introduzir aerogeradores de grande porte em terras ancestrais, reproduz a lógica de ocupação que desconsidera a presença prévia e os direitos consuetudinários (Aylwin; Cuadra, 2011). As infraestruturas funcionam como vetores de fragmentação territorial, cortando caminhos antigos e alterando a morfologia da paisagem sagrada (Figura 7). Para o Estado e a empresa, o território é um mapa de ventos e curvas de nível; para



Figura 7 - Foto-montagem do projeto do Parque Eólico Cuatro Vientos presente no Informe Antropológico de Grupos Humanos Indígenas. Fonte: Colbún S.A., 2024.

os Mapuche, é o corpo da mãe terra sendo perfurado. Essa desconexão revela que a dita energia limpa pode ser, de algum modo, socialmente suja se reproduzir métodos de implantação autoritários.

A narrativa da sustentabilidade global frequentemente oculta a criação do que a Ecologia Política vai chamar de zonas de sacrifício (Acselrad, 2009). A narrativa da urgência climática mobilizada para legitimar o Parque Eólico Cuatro Vientos atua como um dispositivo discursivo de neutralização do dissenso (Swyngedouw, 2009), estigmatizando a oposição indígena como um entrave ao desenvolvimento. Paradoxalmente, observa-se uma inversão da justiça ambiental: as comunidades que historicamente garantiram a preservação da biodiversidade são as mesmas que agora suportam as externalidades negativas da crise ecológica global.

Nesse processo, o território Mapuche é funcionalizado como um enclave de extração energética destinado ao abastecimento de metrópoles distantes, sem contrapartidas locais efetivas. Além disso, o encontro forçado entre a infraestrutura industrial e o modo de vida rural Mapuche gera uma fricção espacial destrutiva. A chegada de maquinário pesado, fluxo de trabalhadores externos e ruído constante altera o cotidiano das comunidades. A presença física das torres eólicas ainda introduz uma escala monumental que esmaga a escala humana e vernácula das habitações locais (*Ruka*). Ademais, a especulação fundiária e as promessas de compensação financeira geram divisões internas, corroendo a solidariedade comunitária. O resultado é um território fraturado, onde a coesão social é sacrificada em nome da eficiência energética.

Cabe assinalar que, no Chile, os investimentos em infraestrutura energética vêm apresentando um crescimento expressivo nas últimas décadas, impulsionados, sobretudo, pelas projeções de aumento da demanda de energia em outros espaços urbanos e produtivos do país. Tal dinâmica tende a privilegiar interesses econômicos e estratégicos de escala nacional, frequentemente relegando a segundo plano as necessidades, demandas e formas de apropriação territorial das comunidades locais.

Sector Productivo	agosto 2024		agosto 2025		Variación	
	N° de Proyectos	Inversión MMU$	N° de Proyectos	Inversión MMU$	N° de Proyectos	Inversión MMU$
Agropecuario	0	0,00	1	0,35	1	0,35
Energía	12	1.391,34	9	3.677,14	-3	2.285,79
Equipamiento	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Forestal	1	5,90	0	0,00	-1	-5,90
Infraestructura de Transporte	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Infraestructura Hidráulica	3	120,21	3	4,37	0	-115,84
Infraestructura Portuaria	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Inmobiliarios	6	311,35	2	32,21	-4	-279,14
Instalaciones fabriles varias	1	0,00	0	0,00	-1	0,00
Minería	5	44,55	1	5,00	-4	-39,55
Otros	8	243,60	6	1.883,45	-2	1.639,85
Pesca y Acuicultura	3	1,66	0	0,00	-3	-1,66
Saneamiento Ambiental	2	7,64	3	8,36	1	0,72
Total general	**41**	**2.126,25**	**25**	**5.610,87**	**-16**	**3.484,62**

Fuente: Reporte Estatístico Projetos no Sistema de Avaliação de Impacto Ambiental (SEIA).

https://energia.gob.cl/panel/reporte-de-proyectos

Figura 8 - Tabela de evolução dos investimentos em energia entre 2024 e 2025 em comparação com outros setores produtivos. Fonte: Ministério de Energia (Chile), 2025. Disponível em: https://energia.gob.cl/panel/reporte-de-proyectos.

Os próprios indicadores oficiais evidenciam esse cenário. Conforme dados do Sistema de Avaliação de Impacto Ambiental (SEIA) e do *Reporte de Proyectos en Construcción e Inversión en el Sector Energía* (janeiro de 2025), elaborado pelo Ministério da Energia do Chile, o setor apresenta os seguintes indicadores:

- Capacidade total em operação de 37.061 MW;
- 69% da matriz energética composta por fontes renováveis;
- 50% da capacidade total proveniente de Energias Renováveis Não Convencionais (ERNC);
- Projeção de capacidade instalada total de 38.620 MW até novembro de 2025.

Em síntese, esses dados revelam a continuidade da expansão do setor energético chileno e o incremento dos investimentos destinados à ampliação da capacidade de geração de energia. A tabela abaixo (Figura 8) demonstra, por sua vez, a evolução desses investimentos entre os anos de 2024 e 2025, evidenciando a centralidade assumida pela infraestrutura energética nas estratégias contemporâneas de desenvolvimento do país.

O chamado *capitalismo verde*, portanto, não rompe com a lógica de acumulação, mas reconfigura a colonialidade da natureza sob novas matrizes tecnológicas (Lander, 2012). E assim sendo, a oposição ao projeto Cuatro Vientos representa uma reafirmação do direito de um modo de vida alternativo. As comunidades Mapuche, ao resistirem, estão praticando o que se chama de *reexistência*, reinventando suas formas de luta e fortalecendo sua identidade frente à ameaça (Escobar, 2005). Eles utilizam os próprios conceitos de direitos humanos e legislação internacional (como a Convenção 169 da OIT) para defender sua cosmovisão. Essa resistência ilumina as falhas da democracia liberal e aponta para a necessidade de um estado plurinacional que reconheça a autonomia territorial. Em última instância, a resistência Mapuche transcende a disputa local, erigindo-se como uma crítica civilizatória contundente à racionalidade instrumental moderna. Ela interpela a sociedade global a reconfigurar suas bases ontológicas e compelem a questionar a viabilidade do projeto moderno-

colonial frente ao colapso sistêmico do Antropoceno.

Infraestrutura Jurídica

Os processos anteriormente mencionados somente se tornam viáveis mediante a existência de estruturas de poder capazes de legitimá-los e operacionalizá-los. Nesse sentido, os dispositivos jurídicos e os instrumentos de planejamento territorial desempenham papel fundamental na viabilização de intervenções em escala espacial e geográfica, inserindo-as nas estratégias de desenvolvimento promovidas pelo Estado. Como consequência, tais mecanismos contribuem para a reprodução de formas de apropriação e uso do espaço alinhadas às dinâmicas de acumulação capitalista. Conforme argumenta Limonad et al.:

> O planejamento territorial não se traduz, pura e simplesmente, no planejamento do território nacional, mas sim em um complexo conjunto de intervenções, conduzidas por diferentes agentes institucionais e atores sociais, em distintos setores e escalas (Limonad et al., 2021, p. 10).

Sob essa perspectiva, o planejamento constitui um campo de disputas no qual diferentes interesses, racionalidades e projetos territoriais são articulados e hierarquizados. A implementação de empreendimentos de grande porte demanda uma complexa estrutura normativa e institucional que estabelece parâmetros para intervenções em múltiplas dimensões, abrangendo aspectos sociais, geográficos, hidrológicos, geológicos, arqueológicos, faunísticos e florísticos. Tais instrumentos, em tese, buscam regular os impactos decorrentes desses projetos, definindo procedimentos de avaliação, mitigação e compensação.

No caso das comunidades Mapuche localizadas no território de implantação do Parque Eólico Cuatro Vientos, foram realizadas instâncias de diálogo e participação comunitária, acompanhadas do financiamento de algumas iniciativas de pequena escala voltadas à subsistência local. Contudo, essas ações mostram-se insuficientes para promover o fortalecimento, a expansão ou a reprodução ampliada da cultura e dos modos de vida Mapuche. A assimetria entre os investimentos direcionados à expansão da infraestrutura energética e aqueles destinados ao desenvolvimento local evidencia um desequilíbrio significativo nas oportunidades de crescimento e no suporte oferecido pela estrutura estatal.

Além disso, dentro das possibilidades estabelecidas pelo ordenamento jurídico chileno, a natureza não é reconhecida como sujeito de direitos. Essa concepção implica que as formas de apropriação e gestão dos recursos naturais permanecem subordinadas aos interesses humanos e, mais especificamente, aos interesses de grupos que detêm poder econômico e político para influenciar decisões relativas à configuração de territórios que, frequentemente, não habitam nem vivenciam cotidianamente.

Dentro dessa conjuntura, a proposição de reconhecer a natureza como sujeito de direitos adquire centralidade. A noção de *igualdade biocêntrica*, desenvolvida por Eduardo Gudynas, constitui uma importante contribuição teórica para a construção de alternativas ao paradigma desenvolvimentista dominante. Ao atribuir valor intrínseco a todas as formas de vida, independentemente de sua utilidade econômica para os seres humanos, essa perspectiva amplia os horizontes da proteção territorial e abre caminho para concepções de desenvolvimento fundamentadas em relações mais equilibradas entre sociedade e natureza, convergindo com os princípios do *Buen Vivir* e com as críticas contemporâneas aos limites do desenvolvimento sustentável convencional.

Resultados

A análise dos instrumentos de planejamento do Parque Eólico Cuatro Vientos revela uma cartografia que omite sistematicamente a geografia sagrada Mapuche. Enquanto os mapas da engenharia detalham com precisão curvas de nível e potenciais eólicos, eles deixam em branco os espaços de significação espiritual, como os *menoko* (zonas de pântano sagrado) e os *rewe* (altares cerimoniais). Pode parecer acidental, mas essa supressão é, na realidade, um produto da razão moderna que só reconhece o que pode ser mensurado e mercantilizado. Consequentemente, a folha em branco sobre a qual se projeta a infraestrutura é, na realidade, um palimpsesto denso de ancestralidade. O efeito é a devastação de lugares vitais para o equilíbrio cosmológico da comunidade, validada por uma burocracia cega à diferença ontológica.

Associado a isso, os processos de licenciamento ambiental também demonstram uma incapacidade estrutural de traduzir os impactos de ordem subjetiva para a linguagem administrativa. O Sistema de Avaliação de Impacto Ambiental (SEIA) fragmenta o território em variáveis isoladas – ruído, sombra, flora e fauna – fracassando em capturar a integridade da experiência de vida Mapuche. Para as comunidades, o dano a um elemento natural reverbera em todo o tecido espiritual e social, uma complexidade que as matrizes capitalocênicas não se interessam em processar. Assim, o que para a empresa é apenas uma mitigação de ruído, para os povos originários pode significar a interrupção da comunicação com os *Ngen* (espíritos donos da natureza). Tal incomensurabilidade evidencia que os atuais mecanismos de governança ambiental operam como dispositivos de violência epistêmica (Miglievich-Ribeiro, 2014).

Do mesmo modo, a inserção física das torres eólicas introduz ainda uma escala monumental que desestrutura as práticas cotidianas do *Küme Mongen* (*Buen Vivir*/ Bem Viver). A presença ostensiva das máquinas e a restrição de circulação imposta pelas zonas de segurança rompem os circuitos de reciprocidade e troca que sustentam a economia comunitária (Acosta, 2016). Onde antes havia livre trânsito para a coleta de ervas medicinais (lawen) e o pastoreio, erguem-se agora barreiras físicas e simbólicas que, em certa medida, privatizam o horizonte. Essa transformação converte um território de uso comum e ancestral em um espaço vigiado e corporativo, alienando os habitantes de seu próprio meio. A infraestrutura, portanto, não traz somente eletricidade, considerando-se que é imposta ainda uma nova ordem espacial que inviabiliza a reprodução material e cultural da vida Mapuche.

A investigação confirma que a transição energética, no seio da lógica de mercado, reproduz a lógica colonial das *zonas de sacrifício*. O projeto Cuatro Vientos, legitimado pelo discurso global da descarbonização, transfere os custos ambientais e sociais da geração de energia para comunidades vulneráveis do Sul Global (Escobar, 2005). Os resultados apontam que os benefícios energéticos são exportados para os centros industriais e urbanos, restando às comunidades locais apenas a degradação da paisagem e a divisão social. Essa dinâmica reforça a crítica de que o *colonialismo verde* (Bringel; Lang; Manahan, 2023) mantém as mesmas hierarquias de poder do extrativismo fóssil, alterando apenas a mercadoria extraída. O território Mapuche é, assim, reduzido a um mero insumo para a manutenção do estilo de vida insustentável das metrópoles.

Por todas as razões demonstradas anteriormente, a resistência das comunidades Mapuche ao projeto não deve ser lida como um entrave ao progresso, visto que caracteriza a enunciação de um projeto político-epistêmico alternativo. Ao articularem conceitos como autodeterminação e direitos da natureza, os movimentos locais produzem um conhecimento sofisticado que desafia a hegemonia do desenvolvimento neoliberal. Eles expõem as contradições de um modelo que destrói a natureza para

supostamente salvá-la, propondo em seu lugar uma ética do cuidado e da coabitação. Essa *reexistência* territorial (Escobar, 2005) corrobora que a preservação da biodiversidade está intrinsecamente ligada à garantia dos direitos territoriais indígenas. Consequentemente, o conflito em torno do Cuatro Vientos é, em última análise, uma lição sobre os limites da modernidade e a urgência de pluriversos onde seja possível a existência de “um mundo onde caibam muitos mundos"[3].

Considerações finais

Em síntese, a análise do caso Cuatro Vientos evidencia que o conflito territorial transcende a dimensão material, situando-se no campo das disputas ontológicas sobre o significado da existência. Enquanto a racionalidade técnica do projeto busca maximizar a eficiência energética através da homogeneização do espaço, a cosmovisão Mapuche luta pela manutenção de um mundo onde a natureza, os espíritos e os humanos convivem em reciprocidade. Tal incompatibilidade demonstra que as ferramentas atuais de planejamento são insuficientes para mediar realidades tão díspares, pois operam dentro de uma lógica monocultural que invisibiliza a diferença. Conclui-se, portanto, que a imposição de megaestruturas em territórios indígenas, mesmo sob a justificativa da sustentabilidade, perpetua a colonialidade do poder ao negar a legitimidade de outros modos de habitar.

Afere-se ainda que as rugosidades espaciais, marcas indeléveis do tempo e da cultura no território, impõem limites reais à abstração do capital global. Embora o Estado tente tratar o espaço como uma tabula rasa, as memórias inscritas na paisagem – cemitérios, caminhos antigos e lugares cerimoniais – resistem e tensionam a implementação do projeto. Essas rugosidades são forças ativas que organizam a resistência presente, isto é, não são meramente vestígios do passado. Assim, o estudo reafirma a tese de Milton Santos de que o espaço é inseparável das instâncias sociais que o produziram, tornando impossível uma intervenção neutra que não considere a espessura histórica do lugar.

O campo do Urbanismo e do Planejamento Urbano, além do mais, deve enfrentar o desafio imperativo de descolonizar suas teorias e práticas. A persistência de modelos de desenvolvimento que operam como vetores de supressão cultural exige uma mudança de paradigma em direção ao que Boaventura de Sousa Santos (2007) denomina como uma ecologia de saberes, onde o conhecimento técnico dialoga horizontalmente com as sabedorias ancestrais. É necessário, por isso, superar a visão do planejador como um especialista externo que ordena o caos, para assumir o papel de mediador intercultural comprometido com a justiça cognitiva e espacial. Dessa forma, o planejamento deixa de ser um instrumento de dominação para se tornar uma ferramenta de co-construção de territórios plurais e democráticos.

Torna-se urgente estabelecer, de maneira ampla e efetiva, condições que garantam a permanência das comunidades em seus territórios sem comprometer sua base material de existência, bem como os elementos culturais, simbólicos e espirituais intrinsecamente vinculados a esses espaços. A questão territorial, dentro desse entendimento, ultrapassa a dimensão física da terra, incluindo sistemas de conhecimento, práticas sociais, formas de pertencimento e modos específicos de relação com a natureza construídos ao longo de gerações.

3 Máxima zapatista (Morel, 2023).

Entretanto, sob a lógica dominante da produção capitalista do espaço, o território é permanentemente concebido como recurso econômico destinado à geração de riqueza e à acumulação de capital. Nessa circunstância, as culturas indígenas tendem a ser tratadas de forma marginal, muitas vezes reduzidas a elementos acessórios dos processos de licenciamento e adequação normativa. Sua consideração passa a responder mais à necessidade de cumprimento de exigências legais do que a um compromisso factual com a preservação e a continuidade histórica de seus modos de vida.

A filosofia do *Buen Vivir*, assim, oferece uma perspectiva alternativa a essa racionalidade. Ao valorizar os saberes ancestrais e as formas tradicionais de habitar o território, propõe uma compreensão mais abrangente das relações entre sociedade e natureza, que não se limita ao atendimento formal de requisitos institucionais. Dessa forma, as experiências e cosmovisões dos povos originários devem ser reconhecidas como fontes legítimas de conhecimento e orientação para a construção de modelos mais justos de organização social.

Ainda sob esse ponto de vista, entende-se que a estrutura jurídica deve ser capaz de assegurar as condições necessárias para a reprodução dos modos de vida que contribuem para a manutenção do equilíbrio dos ecossistemas. Isso implica reconhecer a sociedade como parte integrante de uma totalidade socioecológica mais ampla, na qual o bem-estar coletivo não seja medido prioritariamente pelos níveis de consumo ou pela capacidade de acumulação material. Ao contrário, requer a valorização de formas de existência pautadas na reciprocidade, no cuidado com a natureza e na preservação das condições que sustentam a vida em suas múltiplas manifestações.

Por fim, depreende-se que a resistência Mapuche e a filosofia do *Buen Vivir* oferecem roteiros fundamentais para repensar a crise civilizatória contemporânea. Ao defenderem a sacralidade da terra e a interdependência de todas as formas de vida, essas comunidades apontam para horizontes pós-desenvolvimentistas que priorizam a reprodução da vida sobre a acumulação de capital. O reconhecimento político e jurídico desses territórios da diferença não se limitam a uma questão de reparação histórica, levando em conta que isso se trata, na verdade, de uma condição *sine qua non* para a sobrevivência planetária frente ao colapso ecológico.

Referências

ACOSTA, Alberto. *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

ACOSTA, Alberto; MARTÍNEZ ABARCA, Mateo. Buen Vivir: An Alternative Perspective from the Peoples of the Global South to the Crisis of Capitalist Modernity. *The Climate Crisis*, South Africa, v. 1, p. 131-157, 2018.

ACSELRAD, Henri. *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

AYLWIN, José; CUADRA, Ximena. *Los desafíos de la sustentabilidad y los derechos de los pueblos indígenas en Chile en el contexto de la economía global*. Santiago: Observatorio Ciudadano/IWGIA, 2011.

BRAVO, Patrícia. 2015. La Reconstrucción Del Lof Tradicional Mapuche Como AlternativaContrahegemónica de Organización Social y Productiva. In: InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade 1 (3): 8–31. https://doi.org/10.18766/2446-6549/interespaco.v1n3p8-31.

BRINGEL, Breno; LANG, Miriam; MANAHAN, Mary Ann. Colonialismo verde: raíces históricas, manifestaciones actuales y su superación. *Papeles de relaciones ecosociales y cambio global*, Madrid, n. 163, p. 11-20, 2023.

COLBÚN S.A. *Parque Eólico Cuatro Vientos*. Santiago: Colbún, [2024]. Disponível em: https://www.colbun.cl/. Acesso em: 10 out. 2025.

DAVIS, Mike. *Ecology of Fear: Los Angeles and the Imagination of Disaster*. New York: Metropolitan Books, 1998.

ESCOBAR, Arturo. *Territórios de diferença: lugar, movimentos, vida, redes. Belo Horizonte: UFMG, 2005.*

GUDYNAS, Eduardo. Buen Vivir: Today's tomorrow. *Development*, v. 54, n. 4, p. 441-447, 2011.

LANDER, Edgardo. *A economia verde: o lobo na pele de cordeiro*. Rio de Janeiro: TNI/ Via Campesina, 2012.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. 4. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

LIMONAD, Ester; MONTEIRO, João C.; MANSILLA, Pablo (orgs.). Planejamento territorial volume 1: reflexões críticas e perspectivas. São Paulo: Editora Max, 2021.

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MELIN, M., MANSILLA, P., y ROYO, M., 2017. MAPU CHILLKANTUKUN ZUGU: Descolonizando el Mapa del Wallmapu, Construyendo Cartografía Cultural en Territorio Mapuche [en línea]. Temuco: Pu Lof. Disponível em: https://www.oidp.net/docs/repo/doc558.pdf.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Por uma razão decolonial: desafios ético-político-epistemológicos à cosmovisão moderna. *Civitas*, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 66-80, 2014.

MINISTERIO DE OBRAS PÚBLICAS (Chile). *Guía de diseño arquitectónico mapuche para edificios y espacios públicos.* Santiago: Dirección de Arquitectura, 2016

MIRAFTAB, Faranak, *Insurgent Planning: Situating Radical Planning in the Global South*, Planning Theory, v. 8, n. 1, p. 32–50, 2009.

MOORE, Jason W. (Org.). *Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism*. Oakland: PM Press, 2016.

MOREL, Ana Paula M. "Um mundo onde caibam muitos mundos": as palavras verdadeiras de educadores zapatistas. *Revista de Antropologia*, v. 66, p. e210610, 2023.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

ORTIZ, Raúl. Etnogênese e resistência mapuche no período colonial: alguns apontamentos críticos. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 19., 2008, São Paulo. *Anais [...]. São Paulo: ANPUH-SP*, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Novos Estudos - *CEBRAP*, São Paulo, n. 79, p. 71-94, 2007.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SVAMPA, Maristella. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências.* São Paulo: Elefante, 2019.

TANURO, Daniel. *O impossível capitalismo verde*. São Paulo: Editora Castac, 2012.

ZELADA, Rodolfo. Rugosidades mapuches en la construcción de lugares contemporáneos. 2019. *Dissertação* (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

GEOPOLÍTICA DO CAPITALOCENO
Estruturação de con$ensos, mudanças climáticas e (algo de) patrimônio cultural

THE GEOPOLITICS OF CAPITALOCENE
Structuring of consensuses, climate change and (a little about) cultural heritage

***Rossanna Prado Perez*[1]**

Resumo
O artigo apresenta a relação complexa entre geopolítica internacional e mudanças climáticas, a partir da questão da soberania nacional e do poder ecológico-ambiental dos Estados frente à estruturação do neoextrativismo no Capitaloceno, dada através de três consensos políticos. Estes foram estabelecidos com o fim da Guerra Fria na década de 1980, especialmente para implementação na América Latina e Caribe: o Consenso de Washington, o Consenso dos Commodities e o Consenso da Descarbonização. A seguir, apresenta as geopolíticas incidentes nos três documentos internacionais sobre mudanças climáticas: a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima ou UNFCCC, o Acordo de Paris e o Marco de Sendai 2015-2030, onde é analisado o tema da preservação do patrimônio cultural como uma forma de gestão de riscos de desastres locais.
Palavras-chave: mudanças climáticas; geopolítica; neoextrativismo; riscos; patrimônio cultural.

Abstract
This article presents the complex relationship between international geopolitics and climate change from the standpoint of national sovereignty and the ecological-environmental power of national States facing the structuring of extractivism in the Capitalocene, shown through three political consensuses established at the end of the Cold War in the late 1980's, especially for implementation in Latin America and the Caribbean: the Washington Consensus, the Consensus for Commodities, and the Consensus for Decarbonization. Then, it shows the geopolicies in place in the three international documents on climate change, the United Nations Framework Convention on Climate Change, the Paris Agreement, and the Sendai Framework Disaster Risk Reduction (2015-2030), in which the matter of preserving cultural heritage is analyzed as a means for risk management in local disasters.
Keywords: climate change; geopolitics; neoextractivism; risks; cultural heritage.

1 Doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural ICH-UFPEL, Mestre pelo mesmo Programa (UFPEL/2019). Bacharel em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH-UFRGS/1995).

Introdução

Nos últimos 50 anos, as mudanças climáticas e os impactos socioambientais marcaram a América Latina e o Caribe, assim como tecnopolíticas de dependência econômica baseadas na extração de matérias-primas, capitais e, também, na extração de possíveis futuros dos países em desenvolvimento. Segundo os relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas - IPCC[2], o planeta levará centenas de anos para recuperar as temperaturas dos níveis pré-industriais, e seriam necessárias outras centenas para a efetividade de ações de regeneração ambiental para recuperar ecossistemas impactados (tanto em ambiências urbanas, rurubanas ou rurais). A dimensão e a iminência da tragédia em curso é silenciada, apresentada parcialmente ou é desconectada da realidade por diversas razões - talvez para evitar pânico, talvez pelo silêncio sobre a justa responsabilização dos países desenvolvidos frente às perdas e danos causados. Tais danos econômicos e não-econômicos, materiais e imateriais e, principalmente, ambientais de ordem inimaginável, fazem parte das diretrizes internacionais de busca por Justiça Climática. Trata-se de um problema "maldito" (Merke, 2025) de difícil abordagem por sua complexidade, porém torna-se desafiante e necessário enfrentá-lo ao menos estabelecendo ações de mitigação e adaptação na América Latina.

O artigo apresenta a relação complexa entre geopolítica internacional e mudanças climáticas, a partir da questão da soberania nacional e do poder ecológico-ambiental dos Estados frente à estruturação do neoextrativismo no Capitaloceno, dada através de consensos políticos, onde a participação social inexiste. Para isso, aprofunda-se na construção histórica destes órgãos no cenário de perdas ambientais ininterruptas (baseadas na lógica cartesiana de domínio da natureza incorporada pelo capitalismo desenvolvimentista), que afeta o planeta como um todo.

Sabe-se que as nações produtoras de grandes contingentes de gases de efeito estufa - GEE e demais compostos que aceleram o aquecimento global não chegaram a consensos durante as 30 (trinta) Conferências das Partes - COPs sobre o fim dessas emissões, assim como tampouco chegaram a consensos quanto à responsabilização sobre os danos, para além dos GEE. Ano a ano, as COPs são palcos geopolíticos de negociações sem determinações efetivas. Deve ser considerado que, nas normativas de cada jurisdição, as Nações detêm a posse soberana dos territórios compreendidos nos seus limites geopolíticos, o que permitiria a criação de "geopoderes" (Parenti, 2022) locais e reais, dados pela administração dos territórios juridicamente delimitados, enquanto função pública nacional do estado capitalista. Porém isso permitiria uma construção simbólica das riquezas naturais locais nos chamados países do Terceiro Mundo - as quais seriam, segundo Moore (2022), fontes históricas de natureza barata. Esse geopoder criado baseado nas reservas (finitas) de recursos naturais permitiria que determinados produtos "nacionais" pudessem ser negociados, comercializados e comoditizados a partir de negociações realizadas por estruturas financeiras externas – as quais, por sua vez, teriam vínculos subsidiários com esse Estado e/ou com outros órgãos de financiamento público, visando favorecimentos comerciais.

Pergunta-se se tal geopoder poderia ser colocado nas mesas de negociações dos Estados-Parte, para além dos interesses e *lobbies* das indústrias de combustíveis fósseis, entre os tantos interesses privados neoextrativistas (Svampa, 2019). Seria possível? Esse pretendido papel dos Estados como agentes ambientais de suas próprias reservas legais frente aos oligopólios nacionais e internacionais tornar-se-

2 O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) é o órgão das Nações Unidas responsável por avaliar as evidências científicas relacionadas às mudanças climáticas.

ia crucial para a manutenção, prolongamento e/ou desfecho da crise climática. No entanto, há inúmeros interesses nas negociações que inviabilizam que os órgãos públicos/Estados reorganizem suas matrizes energéticas e as estruturas de vida em grandes centros urbanos, onde concentra-se a maioria da população contemporânea. A representatividade política de soberania nacional que permitiria negociar a concessão de posse/uso de recursos naturais através de contratos para exploração, também permitiria regulamentar a emissão de CO^2 e as queimadas a nível nacional, como prioridade política? Oficialmente, sim.

Entender o Estado como regulador das leis de uso e propriedade sobre os territórios permite o que Parenti (2022) chama de "importância biofísica da geografia do Estado como lugar dos valores de uso da natureza" (Parenti, 2022, p. 283). Segundo o autor, a partir de uma leitura de uma ecologia política do valor, os Estados poderiam "dispor" das naturezas, humanas e não-humanas contidas em seus territórios, baseados nas relações de poder que lhes foram outorgadas. O valor de produção, que interessa ao capital e às estruturas do capitalismo enquanto sistema social, precisa de "insumos" e matérias-primas baratas vinculadas aos processos de "transformação da paisagem na geografia do capitalismo" (Moore, 2022), nos quais capital e poder desenvolvem-se, através da teia da vida. Nesse sentido, entender os meios biótico e abiótico, materiais e imateriais de cada nação como valores patrimoniais que compõem a identidade nacional (e com risco de perda real), exigiria compor legislações e políticas públicas nacionais que permitissem geri-los dentro de dimensões de justiça social e climática, tanto nas esferas do local quanto do global.

Segundo Eduardo Galeano ([1971] 2025) e Jason W. Moore (2022), os processos de colonização estabeleceram a apropriação da terra e da natureza — incluindo populações locais — como base da acumulação de capital. Na contemporaneidade, essas dinâmicas não desaparecem, mas se reconfiguram em formas mais complexas de exploração e dependência. Os atuais processos de colonialismo energético põem em xeque o modelo civilizatório baseado no desenvolvimento ilimitado (Acosta, 2016): quando os recursos naturais, porque finitos, passaram a tornar-se caros, buscaram-se fontes de insumos para as novas e lucrativas atividades de bioengenharia e sustentabilidade. Conforme Saito (2024), tais buscas pautadas na descarbonização e nas novas tecnologias há décadas seguem os preceitos do desenvolvimentismo financeiro. De acordo com a teoria econômica das mudanças climaticas[3] ou Tese de Equilíbrio de W. Nordhaus (apud Saito, 2024), com o desenvolvimento seriam geradas novas tecnologias de descarbonização para enfrentar as mudanças climáticas - e, com elas, a humanidade suportaria o aumento de 3,5°C na temperatura média global, prognosticado para o ano 2100 - ou seja, o financiamento da bioengenharia seria a resposta otimista do sistema capitalista fundamentando políticas públicas pelo mundo.

Mesmo inviabilizando a destruição ambiental resultante (herança para as próximas gerações), segundo a Teoria "para a economia, não fazer nada contra as mudanças climáticas é a melhor solução" (Saito, 2024, p.18). Esta fere os Princípios jurídicos da Recuperação Ambiental e da Equidade Intergeracional (Soares, 2009), - princípios que interferem nas margens de lucro e levariam a um decrescimento econômico - e continua incidindo no Capitaloceno, conforme pode ser visto nos resultados das COPs, isentando os Estados-Parte da responsabilidade de reparação integral de danos ambientais. Este cenário agudiza-se na América Latina e, principalmente, nos núcleos urbanos, onde habitantes de regiões marcadas pela segregação social e racismo ambiental sofrem os efeitos das mudanças climáticas (nas secas e ondas de calor, nos desastres/deslizamentos e enchentes, etc.) ano a ano, sem ter as mudanças necessárias nas políticas públicas - que deveriam estar tornando-se preventivas, com foco na redução de riscos de desastres (RRD), assistência social e segurança.

Ao longo do tempo as soberanias nacionais que dispõem dos bens sob sua jurisdição geram mecanismos de defesa e de gestão pública que, no entanto, privilegiam o fluxo de capitais externos visando gerar capital interno (permitindo participar/agradar o mercado financeiro). Ao legislar nacionalmente sobre normativas internacionais de riqueza, como a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), estas passam a ter mais valor relativo sobre parâmetros mensuráveis, recebendo mais atenção do poder público do que atividades sem parâmetros economicamente mensuráveis - como extensas áreas de queimadas de florestas nativas, deliberadamente provocadas em terras públicas, áreas de proteção permanente, parques ambientais e reservas indígenas.

Nas normativas internacionais tais comparações tornam-se impossíveis, devido à diversidade de parâmetros nacionais de cada nação necessários para dimensionar/quantificar os valores relativos de perdas ambientais e danos intrínsecos sem ter no entanto uma normativa internacional específica, aceita e realmente implementada pelas Nações para isso. Por exemplo, calcular em termos de diversidade de flora (quantidade de indivíduos vegetais perdidos em cada metro quadrado queimado/desmatado) e, em termos de diversidade de fauna (indivíduos animais perdidos em cada metro quadrado queimado/desmatado) exigiria parâmetros não-econômicos de mensuração de perdas e danos, para além dos danos e perdas relacionados diretamente às mudanças climáticas. Ao destruir ecossistemas inteiros, além dos impactos na geologia e hidrografia associadas, bem como os inúmeros e permanentes danos e impactos nos meios de vida das comunidades locais, comprometem-se regiões inteiras, desarticulando redes de abastecimento e de sobrevivência dos territórios compostos em uso ancestral. Como tal investigação comparativa não está nos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável para 2030, fica a pergunta sobre quais parâmetros teriam que ser estabelecidos para isso e qual seria o (real) interesse em quantificar essas perdas, posto que tal porte de destruição se efetua e se repete, sem custos e/ou sanções a seus agentes, a nível nacional e/ou internacional, ao longo de séculos e, hoje, com o aval do neoliberalismo (e do Nobel de Nordhaus). Segundo Bringel e Svampa (2023), o mecanismo que permitiria tal destruição seria o neoextrativismo, enquanto liberalização comercial e econômica iniciada na década de 1980, consolidada como prática internacional na década de 1990.

Neoextrativismo: IPCC e Consensos em ação

Em meio a essa falta, pela difícil mensuração de perdas ambientais nos atuais contextos de ausência de normativas internacionais consolidadas para isso, houveram iniciativas de reunir dados ambientais alcançando reconhecimento. Em 1988 foi criado o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (ONU Meio Ambiente) e pela Organização Meteorológica Mundial (OMM). Tornou-se o organismo internacional responsável por reunir e avaliar as evidências científicas relacionadas às mudanças climáticas, gerando pesquisas, dados e, principalmente, Relatórios. O Primeiro Relatório de Avaliação (AR1) do IPCC, publicado em 1990, estabeleceu as bases científicas globais para o clima, recomendando não ultrapassar a temperatura a 1,5ºC acima dos níveis pré-industriais, além de implementar medidas nacionais voltadas para: redução de emissões de GEE, repensar o uso da terra e da agricultura, repensar a matriz energética baseada em combustíveis fósseis, fazer gestão costeira, estabelecer educação para riscos

3 William D. Nordhaus, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 2018 (com Paul Romer), especialista em economia das mudanças climáticas. IN: Steve Keen, Gabinete do Vice-Reitor da UCL - : Pesquisa . IN: https://www.ucl.ac.uk/news/2020/sep/nobel-prize-winning-economics-climate-change-misleading-and-dangerous-heres-why

climáticos e precificação de carbono. Tais recomendações foram seguidas em parte, e continuam sendo objetivos necessários e urgentes.

Ao fim da Guerra Fria seguiu-se o início da globalização econômica (oportunamente, Nordhaus publicou sua tese em 1991), causando um aumento explosivo da emissão de CO^2 (Saito, 2024) a nível mundial. Em 1992 ocorreu a ECO-92, no Rio de Janeiro, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, gerando a Convenção-Marco sobre Mudanças Climáticas (ONU, 1992) sem, no entanto, haver comprometimento real frente às recomendações climáticas. Para o controle e a redução das emissões de GEE nos países desenvolvidos, em 1997 foi assinado o Protocolo de Kyoto, no Japão (ONU, 1997), definindo metas aos Estados-membros. Porém, uma condição do Protocolo era que este seria ratificado com o apoio de 55 membros da Convenção, o que se deu em 2005: após 15 anos (sem regulamentação), os países passaram a comprar e vender créditos de carbono. Ainda assim, em 2007 o IPCC ganhou o Prêmio Nobel da Paz, junto a Al Gore, pelo AR4 (Fourth Assessment Report), relatório que lançou as bases para um acordo pós-Kyoto, buscando limitar o aquecimento mundial a 2°C.

O neoextrativismo que caracterizou a economia internacional da década de 1990 foi resultado de um consenso entre diversos atores financeiros que promoveram a globalização neoliberal – entre eles o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) – chamado de "*Consenso de Washington"* (Bringel & Svampa, 2023, p. 52). Este acordo impôs uma série de políticas de ajustes econômicos estruturais em países da América Latina, visando que estes permitissem volumosas negociações comerciais de matérias primas, bens naturais e gêneros de *commodities* através da nova Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Assim, a ALCA contou com o apoio de diversos governos e, como contrapartida, estabeleceu um ciclo progressista na região. Porém também gerou ondas contrárias de protestos das comunidades locais, entre eles o surgimento do Fórum Social Mundial (FSM) como espaço de denúncia e de busca de alternativas, rumo a outros mundos possíveis. As injeções financeiras nos mercados regionais latino-americanos também geraram o fortalecimento de grandes grupos privados internacionais, pelo aumento dos preços das matérias-primas e de bens de consumo – uma nova "oportunidade econômica" de riqueza rápida: surge o "*Consenso dos Commodities*" (Bringel & Svampa, 2023, p. 54), fase neoliberal de agroexportação na qual as economias latinas se voltaram para a produção extensiva no setor primário. Esta foi facilitada através de processos de arrendamento e/ou grilagem de territórios, além da expansão do agronegócio de *commodities.* Um exemplo, a produção brasileira de soja em larga escala, voltada para a alimentação/rações de animais e produção de carnes para exportação, foi agraciada com isenções fiscais específicas para a implementação de biotecnologias voltadas à produção transgênica e o uso de agrotóxicos de alto teor contaminante, impactando as cadeias produtivas limítrofes dos cultivos pré-existentes e contaminando ecossistemas inteiros, como no caso do Bioma Pampa, na Campanha Gaúcha. Como resposta surgiram movimentos populares de repudio ao sistema de uso da terra, como o MST (1994), que lutava pela reforma agrária e direitos sociais no campo.

No Brasil, a produção da agroindústria de exportação obedece a normativas e serviços de controle sanitários e ambientais a nível nacional – como regulamentação e liberação de produtos, normas de uso e comercialização etc. - articulada a redes de investimentos financeiros privados, presentes nas estruturas de poderes políticos públicos em forma de vereadores, deputados estaduais e federais liberais, além de lobistas. Ao longo do tempo, estes agentes públicos permitiram o afrouxamento da legislação e da fiscalização dos organismos institucionais de controle sobre as práticas produtivas, mesmo quando altos teores de contaminação e riscos para a vida humana foram cientificamente associados às atividades. Invisibilizando tais resultados e mantendo as estruturas de poder associadas a indústrias produtivas em larga escala, foram estabelecidos "padrões de normalidade de mercado" com parâmetros de regulação de políticas públicas de cunho neoliberal, afetando todas as esferas da vida contemporânea[4]. Em meados da segunda década do século XXI, a partir da ascensão de governos de direita em vários países, segundo os autores deu-se o fim do ciclo progressista dos *commodities* reforçando o neoextrativismo, implementando desregulamentações a fim de garantir e ampliar poderes financeiros sobre os territórios, desconectando as terras subsidiadas do abastecimento alimentar regional como um todo e comprometendo os vetores de abastecimento alimentar interno, eminentemente urbanos. Em diversos países surgiram movimentos populares de resistência em oposição ao potente neoextrativismo[5], focados contra grandes empreendimentos e indústrias com elevados impactos e danos socioambientais. Estes movimentos comunitários e eco-territoriais propunham alternativas de desenvolvimento local, como o "Buen Vivir", os movimentos comunitários e os direitos da natureza, conectados dentro do Paradigma do Cuidado (Bringel & Svampa, 2023, p. 55).

A partir dos dados sobre as situações anteriores e o crescimento dos índices de contaminação por GEE, trazidos pelos Relatórios de Avaliação AR4 - Ciência das Mudanças Climáticas (2007) e AR5 - Mudanças Climáticas (2014) do IPCC alertando para as tendências preocupantes do aquecimento global, em 2015 foi realizada na França a COP 21, na qual foi firmado o Acordo Climático de Paris (UNFCCC, 2015). Hoje com 195 países signatários, definiu metas para o controle e a redução das emissões de GEE dos países desenvolvidos e, com ele, entraram na conta os países em desenvolvimento. Segundo o Acordo, cada país signatário estabeleceria suas Contribuições Nacionais Determinadas (NDC, Nationally Determined Contributions) assumindo o compromisso de chegar a níveis reduzidos de emissões de GEE rumo a emissões zero, para chegar à diminuição do aquecimento global a menos de 2°C (preferencialmente 1,5°C) acima dos níveis pré-industriais, a transição para energias limpas e o fim do consumo de combustíveis fósseis. Com esta prerrogativa internacional, constituiu-se um consenso que visou a mudança de matriz energética – o "*Consenso da Descarbonização*", segundo Bringel e Svampa (2023), o qual propunha a mudança gradual de uso dos combustíveis fósseis pelas energias "limpas", oficializando a venda de créditos de carbono como ativo financeiro das Contribuições Nacionais Determinadas e, com isso, aumentando o papel (e o poder) de "atores não-estatais" na gestão do clima mundial (Budini, D'Angelo e Greggo, 2024)[6]. As 169 metas da Agenda 2030 (ONU, 2015a) e os 17 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio/ Sustentável (ODS) (ONU, 2015b), também lançados em 2015, são gerenciados pelo Fórum Político de alto nível sobre o desenvolvimento sustentável.[7] Os !7 ODS são

4 Estes efeitos foram sentidos principalmente nas cidades, em que o neoliberalismo e a especulação financeira acirraram lutas sociais, gerando reações da sociedade civil como o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST).O movimento surgiu em 1997, como uma extensão urbana do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com o objetivo de organizar os trabalhadores das cidades e lutar pelo direito constitucional à moradia digna e à reforma urbana.

5 Em meio ao barateamento de alimentos industrializados ultraprocessados prejudiciais à saúde humana, cuja fiscalização e liberação competem aos Estados nacionais, a agricultura de subsistência continua fornecendo alimentos frescos para as grandes cidades do continente - em sua maioria limitando essa produção a alimentos com facilidade de logística e comercialização.

6 Esta definição de atores não estatais reúne numa categoria diferentes setores sociais, como organizações da sociedade civil, empresas, instituições financeiras, governos subnacionais, comunidades locais e povos indígenas, porém reflete grandes assimetrias quanto a seus poderes econômicos e sua efetividade da atuação nas negociações dos Acordos de clima. IN: Budini, D'Angelo e Greggo,.As múltiplas escalas de ação não-estatal na governança do clima: do consenso global em torno da transição energética aos conflitos ambientais no Triângulo do Lítio. Rev. Carta Inter., Belo Horizonte, v. 19, n. 3, e1467, 1-28 pg,, 2024. IN: DOI: 10.21530/ci.v19n3.2024.1467

7 https://sdgs.un.org/

geralmente apresentados de forma didática, visando a divulgação das medidas e a colaboração de todas as pessoas para salvar o planeta[8].

Porém, a pesquisa, implementação e a produção de formas de energias limpas[9] e as mudanças tecnológicas correspondentes geraram uma corrida por minerais específicos para a produção de baterias, componentes[10] e infraestruturas de geração e guarda de energia. Hoje estas se mantêm em curso, através de "novas" formas de extrativismo verde no Terceiro Mundo, causando impactos em diversos âmbitos - principalmente conflitos, pobreza e desorganização social nos países em desenvolvimento que dispõem desses "recursos naturais". Foram geradas novas formas de controle econômico, social e territorial nas quais a transição energética passou a envolver acordos de investimentos e gestão de ativos financeiros de capitalismo sustentável (*greenwashing*), como as COPs que se seguiram demonstraram. Ao mesmo tempo, aprofundou-se a exploração de minerais estratégicos para a implementação e funcionamento das tecnologias de geração de energia limpa, fundamentais para a manutenção do modo de vida urbano contemporâneo, hiper informatizado e desvinculado de referências ambientais.

Apesar de que, a nível internacional a transição energética foi estabelecida entre os Estados-parte do Acordo de Paris, grandes corporações financeiras de países desenvolvidos continuam mantendo a produção e o consumo de combustíveis fósseis como matriz energética principal. Esta continuidade ocorre por serem conglomerados que abastecem/suprem combustíveis para a maioria das estruturas de mobilidade urbana das grandes cidades e dos modais de transporte internacional (rodoviário, hidroviário, ferroviário e aeronáutico), contanto que continuem atuando em prol da transição energética. Para isso, segundo Bringel e Svampa (2023), o paradoxo se baseia na "retórica da sustentabilidade", baseada em potencialidades tecnológicas e de inovação, investimentos verdes, linhas de financiamento climático e soluções baseadas na natureza, as quais compõem o novo imperialismo ecológico e o colonialismo verde, como foi visto na COP 30, em 2025. A dificuldade da mudança de matriz energética ocorre pela dificuldade de implementar novas mecânicas urbanas de consumo, deslocamentos, trabalho, etc., sem realmente modificar o cotidiano através do decrescimento. As políticas públicas de mudança energética nos centros urbanos exigem acordos financeiros, contratos de suprimentos, financiamento para pesquisa e inovação e, principalmente, mudanças das mentalidades (hoje voltadas para o hiperconsumo individual que deverão voltar-se para o decrescimento, através de modos de vida comunitários e sustentáveis).

Neste contexto policrise, para Bringel e Svampa (2023) o papel do Estado se transformou ao longo dos três consensos: no Consenso de Washington, foi marcado pela lógica do Estado Mínimo; no Consenso dos *Commodities* a lógica era de um Estado "moderadamente regulador", ligado ao capital internacional e, no Consenso da Descarbonização em que estamos, a sua lógica é a do neoestatismo planificador, quase um Estado eco-corporativo, que regulamenta várias formas de economia verde e promove fundos privados e financeirização da natureza, através dos créditos de carbono (onde as transições ecológicas se confundiriam com as transições corporativas). Enquanto no Consenso dos *Commodities* os produtos e minerais valorizados foram os produtos alimentícios, hidrocarbonetos e os minerais cobre, ouro, prata, estanho, bauxita e zinco, o Consenso da Descarbonização continua negociando esses produtos e minerais, acrescidos dos minerais críticos para a transição energética, como lítio, cobalto, grafite, índio e as terras raras. No entanto, a responsabilização dos Estados sobre as quantidades gigantescas de GEE emitidas, principalmente pelos países desenvolvidos, torna-se uma dívida a pagar aos países em desenvolvimento, que concentram a maior parte dos desastres climáticos sem infra-estruturas de contenção e/ou linhas de financiamento para prevenção de risco de desastres, acumulando destruições sobre reconstruções.

Os cenários de emergência climática se dão sobre situações de inércia por parte das administrações públicas. O Neoextrativismo se instala nos nucleos urbanos através da financeirização dos espaços públicos (Harvey, 2012) quando, através de pressões econômicas e alianças politicas, o territorio das cidades torna-se mais um dos *commodities* que permite gerar lucros pela especulação imobiliária/financeira. As práticas se repetem de cidade em cidade na América Latina e se imiscuem em práticas cotidianas da administrações municipais, como a desestabilização de infra-estruturas cinzas pré-existentes visando contratos superfaturados, privatização de serviços e espaços públicos, gentrificação de ambiências funcionais e históricas como conduta neoliberal naturalizada, e o triste compromentimento dos recursos naturais existentes – águas, arroios, arborização urbana constituída, florestas nativas, zonas de matas ciliares, zonas de inundação natural, etc. – principalmente em áreas com riscos climáticos históricos.

Em linhas gerais, os 3 Consensos apresentam continuidades no quesito exploração capitalista, reconfigurando-se de acordo com as "crises"/tendências e perspectivas de geração de capital através da superexploração humana e natural, desde que as principais empresas/conglomerados estabeleçam consensos como linha de atuação da geopolítica econômica mundial. Nas três situações houveram manifestações das comunidades dos territórios atingidos pelos empreendimentos, que foram reprimidas, silenciadas e tachadas como sendo "contra o progresso e a geração de empregos". Estabelecendo monopólios nos setores produtivos, financeiros e de comunicação, a prática se repete, gerando gigantes fontes de exploração e de controle de informações/mídias nos países em desenvolvimento, que caracterizam o atual momento do Capitaloceno no qual estamos vivendo. Segundo os autores, cada Estado nacional poderia vir a recuperar uma certa autonomia caso houvesse mobilização social interna para isso (Bringel & Svampa, 2023, p. 64). Propõem compor uma descarbonização sobre bases de justiça geopolítica e de decrescimento do metabolismo social do Norte Global, enquanto forma de justiça climática global. Desta forma, seria possível estabelecer formas de pós-extrativismo em uma transição ecossocial, bem como a responsabilização pela dívida ecológica histórica para com os povos do Sul Global, vinculada às dívidas externas dos países (p. 65-66)[11]. Em meio à policrise civilizatória que avança em direção aos limites ecológicos do planeta, a luta social e política por justiça climática – vendo a energia como um direito das populações urbanas, rurubanas e rurais, hoje – permitiria alavancar uma transformação internacional de cunho ecossocial (Bringel & Svampa, 2023, p. 68). Os papéis dos atores políticos frente às mudanças climáticas exigem protagonismos que, de forma acelerada, eliminem as causas do aquecimento global, e permitam a reorganização dos órgãos de fiscalização nacionais e a institucionalização de políticas climáticas justas.

8 Cabe destacar que a cultura e o patrimônio cultural, enquanto formas de expressão da vida, não fazem parte dos 17 ODS. Há movimentos para inclusão dos ODS 18 - Igualdade racial, ODS 19 - Arte, Cultura e Comunicação e ODS 20 - Povos Originários e Comunidades tradicionais. IN: .https://www.guiaagenda2030.org/

9 Como sistemas de transportes elétricos, parques eólicos, construção de usinas de hidrogênio, entre outros.

10 Segundo matéria da Frente Parlamentar da Mineração Sustentável (FPMin), as baterias de íons para carros elétricos usam minerais como lítio, cobalto, níquel, manganês, grafite, alumínio, cobre, ferro, terras raras, nióbio, entre outros (Estado de São Paulo, 2024b).

11 A campanha "Quién debe a quién?", na virada do século, retomada pelo *Movimento Dívida pelo Clima:* em 23 de fevereiro de 2023, pediu a anulação da dívida externa do Sul Global para uma transição justa rumo a uma reconfiguração do sistema financeiro internacional.

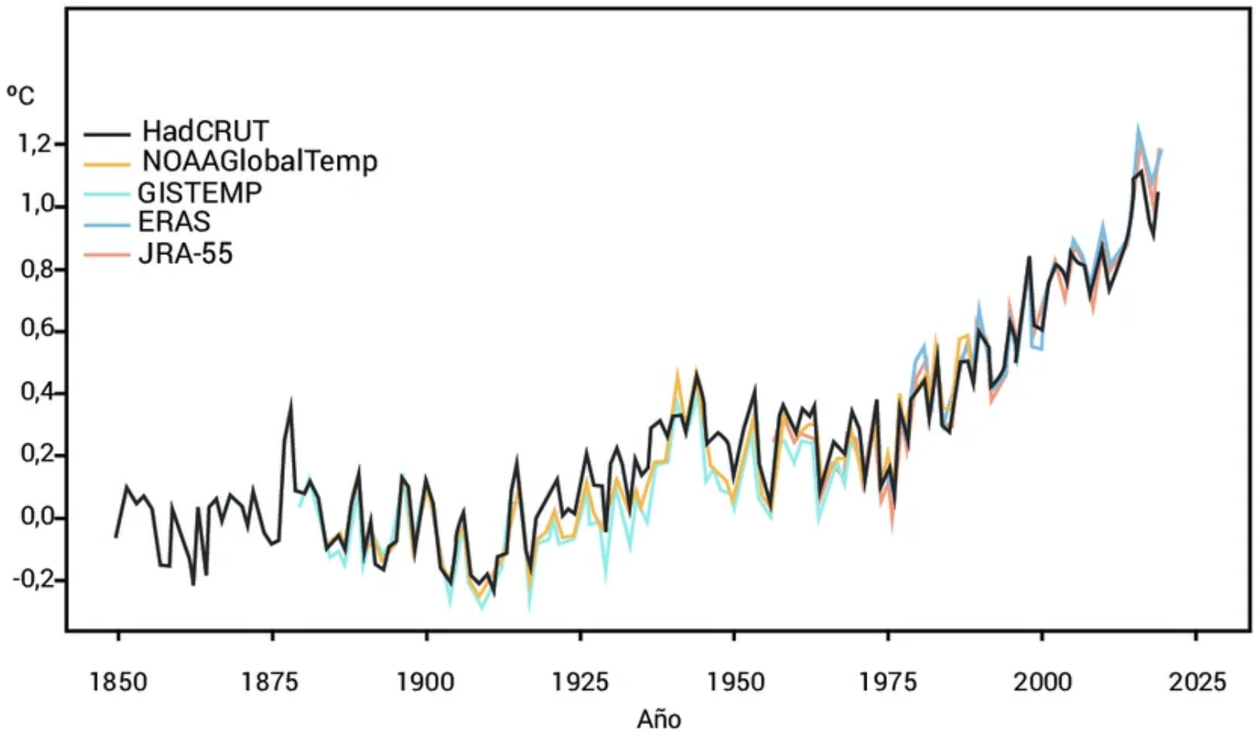


Figura 1 - Gráfico de temperaturas históricas na América Latina e Caribe. Fonte: OMM (2025)

Documentos geopolíticos das mudanças climáticas

A seguir serão apresentados os três principais documentos-escopo internacionais de entendimento das mudanças climáticas atuais, em busca da relação entre a geopolítica neoextrativista e a soberania política decisória dos Estados-parte. Estes seriam: a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (ONU, 1992), conhecida como UNFCCC (do original em inglês United Nations Framework Convention on Climate Change), o Acordo de Paris (UNFCCC, 2015) e o Marco de Sendai 2015-2030 (UNDRR, 2015).

- A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, ou CNUMAD (ONU, 1992), foi realizada no Rio de Janeiro em 1992, sendo conhecida como a Cúpula da Terra. Ali foi elaborado o texto que gerou a Convenção (aprovada em 1994), o primeiro acordo internacional que propôs compromissos quantificados para estabilizar e reduzir as emissões de GEE[12], além do reconhecimento da dependência por combustíveis fósseis, que devia acabar. Pela Convenção, as Nações-parte se reuniriam em Conferências das Partes ou COPs anuais (sem caráter vinculante, decisório ou regulamentador), atualizadas por protocolos de compromisso de responsabilidade comum[13]. A primeira COP ocorreu em 1995, em Berlim, quando o princípio anunciado da Convenção-Quadro era de que os GEE lançados na atmosfera seriam naturalmente absorvidos, com o tempo. Como as emissões antrópicas[14] de GEE aumentaram de modo exponencial nas últimas décadas, os gases de efeito estufa após emitidos[15] já não conseguem ser naturalmente absorvidos pela atmosfera, continuando ali por décadas ou séculos, e gerando aquecimento (Figura 1). Desde seu surgimento, o IPCC recomenda tomar medidas nacionais como a mitigação, que busca diminuir o impacto das causas, e a adaptação, que objetiva cuidar dos efeitos nas atividades humanas (AR 6, WG3, 2022). Porém, sabe-se que recomendações de organismos internacionais não possuem força de lei dentro dos Estados nacionais.

- Nos últimos 30 anos o aumento das temperaturas a nível global causou violentos impactos nas regiões da América Latina e Caribe, compostas por países em desenvolvimento com alto grau de exposição e vulnerabilidade. São regiões carentes de infraestruturas de real proteção contra riscos de desastres, em especial em áreas com multirriscos[16] que, proporcionalmente, emitem baixas cargas de GEE (posto que a geração de energia é majoritariamente hidráulica) quando comparadas aos países desenvolvidos (com histórico de uso de energias fósseis) (AR 6,WG3,2022), porém sofrem graves consequências do aquecimento global, pela degradação ambiental, pobreza, desenvolvimento urbano não planejado, governanças frágeis, falta de estruturas protetivas, orçamentos e planejamentos de gestão de riscos (UNDRR, 2019).

- O Acordo de Paris (UNFCCC, 2015), resultado da COP21 de 2015, é um tratado internacional juridicamente vinculativo que passou a vigorar em 2016, visando combater as alterações climáticas e mitigar os seus impactos nos 195 países que fazem parte dele, com validade até 2030. A principal meta do Acordo estabelece manter 1,5°C de aquecimento global e declara que, para efetivar isso, as emissões globais precisam ser cortadas em cerca de 50%, de 2020 a 2030. Tem como objetivo fortalecer as respostas às ameaças da mudança do clima e reforçar a capacidade dos países para lidar com os impactos gerados por essa mudança. Para isso, estabelece aos Estados-Parte as Contribuições Nacionais Determinadas - NDCs de emissão de GEE - porém, não estabelece um compromisso de redução das metas com força legal. Também reconhece que haverá perdas e danos causados pelas emissões das nações desenvolvidas, que já entram nos balanços gerais a cada cinco anos - mas sem a devida responsabilização dos países emissores. Como as decisões entre as 195 nações devem ser por consenso, inviabiliza-se a tomada de decisões geopolíticas definitivas sobre o tema. No Brasil, a meta de Contribuições Nacionais Determinadas - NDC entregue à ONU em novembro de 2024 estabeleceu a meta de reduzir as emissões líquidas de GEE do país entre 59% e 67% até 2035, em comparação

12 CO^2 como causa do aquecimento global, e o óxido nitroso é 280 vezes mais potente.
13 A responsabilidade comum diferenciada dá-se pela quantidade de produção de GEE correspondente aos países desenvolvidos, diferente da produção dos países em desenvolvimento. Constituía metas voluntárias, a serem definidas por cada estado-parte. O primeiro foi o Protocolo de Kyoto (ONU, 1997), substituído pelo Acordo de Paris (UNFCCC, 2015).
14 Em linhas gerais, as causas antrópicas são um produto direto do uso de tecnologias e fontes de energia baseadas em petróleo, substâncias contaminantes, exploração de recursos naturais e concentração populacional em centros urbanos.
15 Segundo o Programa para o Meio Ambiente da ONU, o dióxido de carbono (CO^2), o metano e o óxido nitroso são os principais GEEs. O CO^2 perdura na atmosfera por até mil anos, o metano, por cerca de uma década, e o óxido nitroso, por aproximadamente 120 anos. Com base em um cálculo de 20 anos, o metano é 80 vezes mais potente do que o que o CO^2 como causa do aquecimento global, e o óxido nitroso é 280 vezes mais potente.
16 Multirrisco significa (1) a seleção de múltiplos riscos principais que o país enfrenta e (2) os contextos específicos onde eventos perigosos podem ocorrer simultaneamente, em cascata ou cumulativamente ao longo do tempo, e levando em consideração os potenciais efeitos inter-relacionados. Glossario UNDRR. "Perigo". IN: https://www.undrr.org/terminology/hazard Acesso em 10 de junho de 2026.

aos níveis de 2005 (MMAMC, 2024). Orientada pelo Plano Clima (Comitê Interministerial Sobre Mudança Do Clima, 2025), essa meta foi ampliada após o Pacto entre os Três Poderes pela Transformação Ecológica[17], assinado pelos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) do Brasil em agosto de 2024[18]. Com a realização da COP 30 (em novembro de 2025, na cidade de Belém do Pará) no Brasil, a Cúpula do Clima de Belém e setores do Governo prepararam documentos e normativas[19][20], visando compor um quadro nacional robusto rumo à sustentabilidade ambiental. Porém, como a regulação estatal coexiste com a expansão de mecanismos de mercado (como os créditos de carbono), a pretendida transição ecológica tende a se confundir com processos de financeirização verde, pela pressão do sistema sobre os órgãos condutores das políticas públicas específicas. Este "papel" de nação-referência, no entanto, estaria por ser delineado - o que implicaria em mudanças estruturais profundas na ordem econômico-político-social do país.

- O Marco de Sendai para a Redução de Risco de Desastres 2015-2030 (UNDRR, 2015) foi aprovado em 2015, na Terceira Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Redução de Risco de Desastres, em Sendai, Miyagi (Japão). Este Marco foi antecedido pelo Marco de Ação de Hyogo 2005-2015 (ONU, 2005) e, anteriormente, pela Estratégia de Yokohama para um Mundo Mais Seguro: Diretrizes para a prevenção dos desastres naturais, a preparação para casos de desastre e a mitigação de seus efeitos (UNDRR, 1994). Com sua adoção em 1994, gerou um Plano de Ação e a Estratégia Internacional para a Redução de Desastres (UNDRR, 1999), de 1999. O documento é um acordo internacional que estabelece diretrizes para reduzir os riscos de desastres e fortalecer a resiliência das pessoas. Prioriza investimentos na prevenção de perdas futuras, através de uma gestão eficaz do risco de desastres contribuindo para o desenvolvimento sustentável. Para isso, busca criar alianças de assessoria estratégica, como a Plataforma Mundial para a Redução de Risco de Desastres[13], que tem como meta a redução substancial do risco e das perdas ocasionadas pelos desastres - tanto em vidas, meios de subsistência e saúde, como em bens econômicos, físicos, sociais, culturais e ambientais das pessoas, das empresas, das comunidades e dos países. Enquanto medidas integradas e inclusivas, espera-se que possibilitem aumentar a preparação para resposta e recuperação e que fortalecer a resiliência.

17 O Pacto pela Transformação Ecológica entre os Três Poderes do Estado Brasileiro tem por objetivo promover a sustentabilidade ecológica, o desenvolvimento econômico sustentável, a justiça social, ambiental e climática, e a resiliência a eventos climáticos extremos, atuando de forma harmoniosa e integrada pela promoção da transformação ecológica, a partir de medidas legislativas, administrativas e judiciais (Brasil, 2024a).
18 O Pacto entre os Três Poderes está baseado no Plano de Transformação Ecológica (PTE) de 2023, que estabelece três grandes objetivos, focados nas áreas de emprego e produtividade, sustentabilidade ambiental e justiça social (Brasil, 2024).
19 Documentos da COP30, acesso em 26/11/2025.
20 Documentos da Cúpula do Clima de Belém, acesso em 26/11/2025.

- No Brasil, o Marco de Sendai estrutura-se a partir do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil 2025–2035 (PN-PDC)[21], um modelo integrado entre os governos federal, estadual e municipal. O Sistema Integrado de Informações sobre Desastres S2ID[22] (S2ID, 2024), plataforma do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil foi criada em 2024 e permite solicitar recursos do Governo Federal para ações de resposta e de recuperação, registrar desastres e solicitar reconhecimento, além de informações sobre ocorrências e gestão de riscos e desastres já ocorridos entre 2013 e 2022. O Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN) é uma instituição pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação de apoio técnico e científico ao Governo Federal nas áreas de monitoramento de riscos, sistemas de alerta precoce e prevenção de impactos decorrentes de desastres naturais, como inundações, deslizamentos de terra e secas[23].

Nesse sentido, os três documentos examinados trazem condutas específicas sendo que, tanto a Convenção-Quadro (ONU, 1992) quanto o Acordo de Paris (UNFCCC, 2015) estabelecem condutas a serem seguidas em âmbito internacional pelos Estados-Parte, em forma de recomendação. Respeitando as soberanias nacionais, mas sem ter poder deliberativo, trabalhando com a esfera de aprovações por consenso – difícil – entre 195 países, esse formato fez com que as negociações por unanimidade se tornassem complexas e tensas, postergando ano após ano o objetivo central de reduzir as emissões globais de gases de efeito estufa - GEE. Como o Marco de Sendai 2015-2030 estabelece diretrizes e ações seguindo prioridades, a nível local e nacional, regional e mundial, facilita-se o entendimento das ameaças/perigos, da vulnerabilidade e da resiliência necessária em cada país. Ao utilizar o risco de perda como vetor de ação, o Marco de Sendai torna-se um documento de valor para a preservação, de acordo com a diversidade cultural e natural a ser salvaguardada. Hoje, o Escritório das Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres - UNDRR, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e a Organização Meteorológica Mundial - OMM coletam dados sobre perdas e danos por desastres, dentro da linha de Conhecimento de Risco, visando a geração de um sistema de rastreamento de desastres para eventos perigosos, bem como previsões de perdas e danos a eles relacionados (UNDRR, 2025). Produzindo modelagens de riscos específicas - área em expansão baseada em dados sobre exposição, vulnerabilidade e capacidade -, pode-se calcular o provável custo de perdas, ou seja, a proporção das perdas em comparação com a exposição total a determinado evento, no caso, climático. Nesse sentido, o entendimento básico é de que sempre será mais importante e econômico prevenir que remediar.

Gestão de riscos de desastres climáticos e patrimônio cultural local

A Declaração sobre as Responsabilidades das Gerações atuais para com as Gerações futuras (UNESCO, 1997) cita, no seu Preâmbulo, que nessa etapa da história correm perigo a própria existência da Humanidade e o meio ambiente. No Artigo 4 - preservação da vida na Terra, traz que ao receber a Terra em herança temporal,

21 Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil, 2025-2035. IN: https://www.gov.br/mdr/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/protecao-e-defesa-civil-sedec/20251110_PNPDC__V4_PGduplacompactado.pdf
22 Note-se que, apesar de manter como foco o atendimento após o desastre, trata-se de uma versão nacional já em funcionamento e operacional, que reúne e sistematiza os dados sobre os desastres de vários tipos ocorridos no Brasil.
23 https://www.gov.br/cemaden/pt-br

cada geração deverá usar os recursos naturais razoavelmente, sem comprometer a vida com modificações nocivas dos ecossistemas, e sem que o progresso científico e técnico causem prejuízos à vida na terra.

Entende-se que, frente a riscos de desastres cientificamente confirmados e informados, os bens culturais, materiais e imateriais possam e devam ser geridos com anterioridade, de acordo com o Princípio da Prevenção, com o tratamento adequado de salvaguarda conforme a natureza de cada conjunto. Espera-se que sejam efetivamente salvaguardados para as gerações futuras, segundo as recomendações dos documentos doutrinais nas esferas do Patrimônio, como a Carta de Veneza (ICOMOS, 1964), a Convenção Internacional de Patrimônio Cultural e Natural (UNESCO, 1972), a Conferência de Nara (UNESCO, 1994), a Carta de Burra (ICOMOS, 2013 – conservação baseada em valores), e a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003). Segundo Soares (2009), seria possível o uso e a fruição dos bens culturais e ambientais pelas futuras gerações obedecendo ao Princípio da equidade intergeracional, sempre que se estabeleça a valoração da biodiversidade e minimizando os efeitos nocivos do neoextrativismo. No artigo 5º, o Marco de Sendai 2015 -2030 traz a urgência de estruturar a prevenção de riscos, inclusive na esfera do patrimônio cultural:

> 5. É urgente e fundamental prever o risco de desastres, planejar medidas e reduzi-lo para proteger de modo eficaz as pessoas, as comunidades e os países, seus meios de subsistência, sua saúde, seu patrimônio cultural, seus ativos socioeconômicos e seus ecossistemas, reforçando sua resiliência (UNDRR, 2015, p. 10).

Torna-se fundamental compor estudos de modelagem de risco voltados para bens e sítios patrimoniais das regiões da América Latina. Num futuro próximo poderão ser pensados, com base nas experiências consolidadas das Ciências do Patrimônio frente a riscos de perdas e desaparecimento de bens e manifestações culturais[24]. Segundo Pereira et al. (2023), para superar a ausência de dados sobre temas correlatos às mudanças climáticas e patrimônio, “é de suma importância o desenvolvimento e a alimentação de uma base de dados de índices ambientais (...) que relacione adequadamente os danos patrimoniais com as mudanças climáticas” (Pereira et al., 2023, p. 27). Nesse sentido, o Comitê Brasileiro do ICOMOS Mudanças Climáticas e Patrimônio (ICOMOS BR, 2022) recomendou a implementação de Planos Nacionais de Ação, nos quais há previsão de uma plataforma digital. No caso, esta poderia reunir dados para compor modelagens de risco: a partir de uma base estruturada de dados específicos da área, que subsidiaria as modelagens necessárias, formada a partir de bases de dados dos órgãos de preservação de patrimônio a nível federal, estadual e municipal. Com isso, seria possível registrar ocorrências pretéritas de desastres em lugares com condições geomorfológicas similares, relacionando-as com as ocorrências prognosticadas. Porém, sua elaboração esbarra na *expertise* para produção e sistematização desses dados históricos sobre áreas com risco de perda. Ainda assim, seria um estudo futuro necessário.

24 Cf. as Diretrizes Operativas da Convenção PCI 2003, na avaliação dos expedientes de candidatura para as listas de PCI internacional (UNESCO, 2018, Item 1.8, Ponto 29, pg. 38).

Conclusão

Infelizmente, o neoextrativismo insiste em sua relação de poder sobre a natureza, e a geopolítica internacional do Capitaloceno mal-ensina que os mercados têm prioridade ante as pessoas. Mesmo tendo pouca responsabilidade/participação na emissão de GEE, causa principal das mudanças climáticas, os países das regiões da América Latina e Caribe apresentam grandes contingentes de pessoas concentradas em cidades e núcleos urbanos e rurubanos expostos a eventos climáticos extremos, acirrados pela modificação secular das suas ambiências, seus territórios e modos de vida tradicionais. O artigo buscou demonstrar que é necessário entender o papel de diversos agentes sociais “invisiveis” que exercem influência/pressão nas tomadas de decisão/normativas nacionais, à medida que atuam sobre as políticas públicas incidentes no cotidiano contemporâneo, e que, com isso, definem o papel dos Estados - integrantes ativos ou não dos organismos internacionais, que têm seu papel de assessoria/recomendações a tomadores de decisão.

Apesar da profusão de organismos e instituições, com respectivas recomendações de boas práticas, os Relatórios do IPCC tornaram-se fonte de referências confiáveis sobre o estado do clima global, assim como a coordenação de riscos encaminhada pela Oficina das Nações Unidas para a Redução de Riscos de Desastres – UNDRR - que, cabe recordar, são entidades da Organização Mundial das Nações Unidas (ONU), ou seja, compactuam de entendimentos comuns sobre o modo de vida ocidental capitalista e suas estruturas de geração de bem-estar. A responsabilidade sobre a regeneração dos ecossistemas impactados nos últimos 50 anos, bem como a retomada das ambiências naturais protetivas nos centros urbanos passariam pelo entendimento da complexidade biótica e abiótica na qual estamos inseridos, indicando que o principal caminho de ação se daria através da justiça climática.

Referências

ACOSTA, Alberto. O Bem-viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Trad. T. Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

BRASIL. Novo Brasil - Plano de Transformação Ecológica. Governo Federal - Ministério da Fazenda. Cartilha, Brasilia - DF, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/transformacao-ecol ogica-novo-brasil/cartilha/cartilha-novo-brasil>. Acesso em 30/04/2025

BRASIL. Plano Clima. Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima. Secretaria Nacional de Mudança do Clima - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Plataforma Brasil Participativo - em elaboração, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/smc/plano-clima>. Acesso em 24/11/2025.

BRINGEL, Breno, SVAMPA, Maristella. Del “Consenso de los Commodities” al “Consenso de la Descarbonización”. Revista Nueva Sociedad. Nº 306, julio-agosto de 2023. p. 51-70.

ESTADO DE SP. O que foi o Protocolo de Quioto e o que é o Acordo de Paris? Portal de Educação Ambiental. 27 de julho de 2024. 2024a. Disponível em: < https://semil.sp.gov.br/educacaoambiental/prateleira-ambiental/o-que-foi-o-protocolo-de-quioto- e-o-que-e-o-acordo-de-paris/>. Acesso em: 24/05/2025.

ESTADO DE SP. Frente Parlamentar da Mineração Sustentável (FPMin). Bateria de carros elétricos pode ter mais de 300kg de minerais. 1 de outubro de 2024. 2024b. Disponível em: < https://mineracaosustentavel.org.br/bateria-de-carros-eletricos-pode-ter-mais-de-300kg-de-mine rais/>. Acesso em: 17/05/2025.
GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. Trad. S. Faraco. Reedição comemorativa aos 50 anos do lançamento em espanhol, 1971 - 2021. Porto Alegre : L&PM, 2025.

HARVEY, David. O direito à cidade. Revista Lutas Sociais, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012. https://www4.pucsp.br/neils/downloads/neils-revista-29-port/david-harvey.pdf >. Acesso em 12/10/2025.

ICOMOS BR. Mudanças Climáticas e Patrimônio Cultural. Representantes de países participantes da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2022. Comitê Científico sobre Mudanças Climáticas e Patrimônio – ICOMOS/BRASIL. 04/11/2022. Disponível em:<https://www.icomos.org.br/single-post/mudan%C3%A7as-clim%C3%A1ticas-e-patrim%C3%B4nio-cultural>. Acesso em 11/07/2024.

IPCC. The Intergovernmental Panel on Climate Change. Relatório de Síntese AR4: Mudanças Climáticas 2007. Setembro de 2007. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar4/syr/>. Acesso em 24/07/2024.

IPCC. Relatório de Síntese AR5: Mudanças Climáticas 2014. Outubro de 2014. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar5/syr/>. Acesso em 24/07/2024.

IPCC. Relatório Especial sobre Mudanças Climáticas e Cidades. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/special-report-on-climate-change-and-cities/> Acesso em: 09/06/2026.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. 2a ed. São Paulo : Companhia das Letras, 2020.

MALINOSKI, A., GONZATTO, M., LOPES, R. A enchente de 24.- Porto Alegre : BesouroBox, 2024.

MERKE, Federico. El cambio climático como problema maldito. Libros del més, Revista Le Monde diplomatique, edición Cono Sur. Las garras de Estados Unidos sobre América Latina. N°318, Dezembro de 2025. Disponível em: <https://www.eldiplo.org/notas-web/el-cambio-climatico-como-problema-maldito/>. Acesso em 25/11/2025.

MMAMC. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Brasil entrega à ONU nova NDC alinhada ao Acordo de Paris. Publicado em 13/11/2024, atualizado em 29/05/2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/brasil-entrega-a-onu-nova-ndc-alinhada-ao-acordo-de paris#:~:text=Esse%20compromisso%20reflete%20o%20alinhamento%20do%20Brasil% 20com%20as%20metas%20do%20Acordo%20de%20Paris.&text=Dessa%20forma%2C%20o%20Brasil%20estar%C3%A1%20alinhado%20ao,acordado%20na%20COP28%2C%20em%20 Dubai%2C%20em%20 2023 >. Acesso em 21/04/2025.

MOORE, Jason W. (Org.) Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo. Trad. A. Xerxenesky, F. Silva e Silva. São Paulo: Elefante, 2022.

NEWELL, P. (2016). A economia política da mudança (climática): transições energéticas de baixo carbono sob o capitalismo. In: Di Muzio, T., Ovadia, JS (orgs.) Energia, capitalismo e ordem mundial. Série de Economia Política Internacional. Palgrave Macmillan, Londres. https://doi.org/10.1057/978-1-137-53915-1_8

OMM-Nº 1290. Estado do Clima Global 2021 - Declaração sobre o Clima. Organização Meteorológica Mundial (OMM), Genebra: 2022. Disponível em: <https://library.wmo.int/records/item/54530-estado-del-clima-mundial-en-2021?language_id=13 &back=&offset=>. Acesso em 28/05/2024.

ONU. Organização das Nações Unidas. Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. Cúpula da Terra, Rio de Janeiro - Brasil. 1992. Disponível em: <https://unfccc.int/process-and-meetings/what-is-the-united-nations-framework-convention-on-cl imate-change >. Acesso em 28/03/2024.

ONU. Transformar nuestro mundo: la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible. 25 de septiembre de 2015. 2015a. Disponível em: <https://unctad.org/system/files/official-document/ares70d1_es.pdf >. Acesso em: 15/03/2024.

ONU. Nações Unidas Brasil. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 2015. 2015b. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 28/05/2024.

PARENTI, Christian. Criação de ambiente no Capitaloceno: a ecologia política do Estado. In: MOORE, Jason W. (Org.) Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo. Trad. A. Xerxenesky, F. Silva e Silva. São Paulo: Elefante, 2022, p. 272-301.

PEREIRA, Natalia, PAES, Carina, PASINI, Pâmela. Patrimônio, sustentabilidade e mudanças climáticas: estado da arte e perspectivas para um mundo informatizado. In: PAES, Carina, GONÇALVES, P.H. As mudanças climáticas em sítios com valor cultural. São Paulo: Blucher, 2023. p. 13-30.

SAITO, Koehei. O Capital no Antropoceno. Trad. C. Gomes. São Paulo: Boitempo, 2024.

S2ID. Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - S2ID. Plataforma do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres, 2024. Disponível em: < https://s2id.mi.gov.br/paginas/index.xhtml>. Acesso em 27/04/2025.

SOARES, Inês V. P. Direito ao (do) patrimônio cultural brasileiro. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

SVAMPA, Maristella. As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. Trad. L. Azevedo. São Paulo : Elefante, 2019.

UNDRR. Marco de Sendai para la Reducción del Riesgo de Desastres 2015-2030. Tercera Conferencia Mundial sobre la Reducción del Riesgo de Desastres. Sendai - Japón. 14 a 18/03/2015. Disponível em: <https://www.preventionweb.net/files/resolutions/N1516720.pdf>. Acesso em 15/03/2024.

UNDRR. 2017. Terminologia do Quadro de Sendai sobre a Redução do Risco de Desastres . "Perigo". Disponível em: <https://www.undrr.org/terminology/hazard> . Acesso em 10 de junho de 2026.

UNESCO. Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. 17ª Sessão, Paris - França. 17 de Outubro a 21 de Novembro de 1972. IN: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em 19/03/2025.

UNESCO. Documento de Nara sobre a autenticidade do património cultural. UNESCO, ICCROM e ICOMOS. Nara - Japão. 1 a 6 de novembro de 1994. Disponível em: <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/35%20Documento%20de%20Nara%20sobre%20aut enticidade%201994.pdf>. Acesso em 24/07/2024.

UNESCO. Declaración sobre las Responsabilidades de las Generaciones Actuales para con las Generaciones Futuras. Conferencia General de la UNESCO, 29ª Reunión, Paris - Francia, 1997. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000110827_spa>. Acesso em 24/07/2024.

UNESCO. Convención para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial. Paris - Francia. 2003. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540_spa>. Acesso em 19/03/2025.

UNESCO. Textos Fundamentales de la Convención para la Salvaguardia del Patrimônio Cultural Inmaterial de 2003. Edición 2018. Disponível em: <https://ich.unesco.org/doc/src/2003_Convention_Basic_Texts-_2018_version-SP.pdf>. Acesso em 16/09/2024.

UNFCCC. Acuerdo de París. Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático. COP 21 y CMP 11. Paris - Francia, 30 de noviembre a 12 de diciembre de 2015. Disponível em: <https://unfccc.int/sites/default/files/spanish_paris_agreement.pdf>. Acesso em 28/07/2024

DA COOPERATIVA AO DISTRITO CRIATIVO
Uma potencialidade coletiva ameaçada de gentrificação

THE COOPERATIVE TO THE CREATIVE DISTRICT
A collective potential threatened by gentrification

Daniel Pereyron[1], Anelis Rolão Flores[2], Clarissa de Oliveira Pereira[3], Francisco Queruz[4] e Gustavo Gonçalves[5]

Resumo
A Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (CCEVFRGS) foi fundada em 1913, em Santa Maria, a partir de um movimento social dos trabalhadores da Rede Ferroviária, que teve como intuito o abastecimento de bens de consumo à preços competitivos. Teve seu apogeu nas primeiras décadas do século XX, quando, além do fornecimento dos bens de consumo, edificou e atendeu não só a cidade sede, mas parte do seu entorno. A metodologia de abordagem qualitativa deste artigo baseou-se na pesquisa bibliográfica, na identificação, mapeamento e espacialização da produção da CCEVFRGS, bem como na análise dos primeiros impactos na estrutura existente. Podemos constatar a consequência da desvalorização da ferrovia e o aumento das dificuldades financeiras, encerrando suas atividades e deixando, além do patrimônio edificado, um legado cultural da memória ferroviária, presente no Distrito Criativo Centro-Gare, espaço urbano em transformação, que corre o risco de gentrificação, a partir dos novos usos.
Palavras-chave: centro histórico de Santa Maria; distrito criativo; patrimônio ferroviário; cooperativa; gentrificação.

Abstract
The Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (CCEVFRGS), founded in 1913 in Santa Maria from a social movement organized by railway workers, aimed at supplying consumer goods at competitive prices. The cooperative reached its peak during the first decades of the twentieth century, when, in addition to providing consumer goods, it constructed facilities and served not only its host city but also part of its surrounding region. The qualitative methodological approach adopted in this article is based on bibliographic research, as well as the identification, mapping, and spatialization of the CCEVFRGS's built production, and an analysis of the initial impacts on the existing urban structure. The study identifies the consequences of the railway's devaluation and the resulting financial difficulties, which ultimately led to the cessation of the cooperative's activities, leaving behind, in addition to its built heritage, a cultural legacy of railway memory now embodied in the Centro-Gare Creative District, an urban area undergoing transformation and facing the risk of gentrification as a result of new uses.
Keywords: historic center of Santa Maria; creative district; railway heritage; cooperative; gentrification.

1 Doutorando em Geografia pelo PPGGEO/UFSM, Mestre em Engenharia Civil pelo PPGEC/UFSM (2008), graduado Arquiteto e Urbanista pela UFSM (2004), Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Franciscana (UFN) desde 2010. Atuou como Vice-presidente do Instituto de Planejamento de Santa Maria (IPLAN-SM) de 2017 a 2018 e como Presidente de 2018 a 2022.
2 Doutora (2019) e mestre (2006) em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPAR/UFRGS). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Ritter dos Reis (2001). Atualmente é diretora de extensão da Universidade Franciscana (UFN), membro da Cátedra Unesco UniTwin Cidade que Educa e Transforma e professora da graduação (UFN).
3 Doutora em Arquitetura pela ETSAB-UPC de Barcelona/ES, Arquiteta e Urbanista pela UNISINOS, Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Franciscana (UFN). É pesquisadora no grupo de pesquisa ITAD_Inovação e Tecnologia em Arquitetura e Design, da UFRGS. Docente da graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFN desde 2011. Atualmente coordena o grupo de extensão Mapeando Memórias da UFN.
4 Doutorando em Desenvolvimento Regional (PPGDR/UNISC), Mestre em Construção Civil pelo Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil PPGEC/UFSM (2007), Especialista em Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural (CECREPAC / UFSM / 2005), Graduado Arquiteto e Urbanista pela UFSM (2000), Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Franciscana (UFN). Membro titular do Conselho de Patrimônio Histórico e Cultural de Santa Maria.
5 Doutorando e Mestre em Ensino de Humanidades e Linguagens (2025), pela Universidade Franciscana. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES). Graduado em Administração (2023), também pela UFN e membro da Cátedra Unesco UniTwin Cidade que Educa e Transforma.

Introdução

A evolução da malha ferroviária no Rio Grande do Sul propiciou desenvolvimento e uma ampla distribuição de mercadorias ao longo da sua área de atuação. Foi a partir desta espacialização, somada às necessidades das forças trabalhadoras da ferrovia, que em 1913 surge em Santa Maria a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (CCEVFRGS), uma organização social que instalou no Estado uma ampla rede de filiais, com distribuição de bens de consumo, organização de escolas de ensino médio e profissionalizantes, farmácias, hospitais, e demais equipamentos de apoio aos cooperativados.

Santa Maria foi o município de origem da cooperativa, mas esta não ficou restrita à sua matriz, estendeu-se por diversas cidades gaúchas, equipando e abastecendo filiais ao longo da malha ferroviária. Enquanto as concessionárias, governo estadual e federal, possuíam equipamentos urbanos, como estações, depósitos de carros, locomotivas, caixas d'água, entre outros, que se localizavam à margem dos trilhos, a CCEVFRGS promoveu uma série de outros equipamentos, não relacionados diretamente à concessionária ferroviária, mas que foram grandes promotores da formação de uma sociedade e um ciclo específico (Queruz, 2023).

Não ficando restrita a uma entidade econômica, a CCEVFRGS constituiu um modelo de produção coletiva do espaço urbano, cujos efeitos para a disputa de sentidos e usos da cidade consolidaram um contraponto relevante à lógica mercantil hegemônica. Interessa, portanto, apropriar-se da experiência da CCEVFRGS e do legado urbano deixado à cidade de Santa Maria, para tomá-los como possível contranarrativa ao capitaloceno, no sentido proposto por Haraway (2016): uma perspectiva crítica que desloca a atenção de uma responsabilidade humana abstrata para as formas históricas de acumulação que transformam territórios, bens e relações em recursos econômicos No caso analisado, o conceito não explica genericamente toda mudança urbana, mas orienta a observação de processos concretos, como a conversão do patrimônio em ativo, a privatização ou o condicionamento dos usos e o enfraquecimento de redes coletivas no território em que se instalou o Distrito Criativo Centro-Gare.

Partimos da perspectiva de que os arranjos cooperativos constituídos pela CCEVFRGS e a (i)materialidade ferroviária herdada do final do século XIX e início do século XX podem vir a configurar alternativas históricas à maneira individualizante de apropriação do espaço urbano. Ao promover equipamentos urbanos públicos e coletivos, passíveis de serem compartilhados com toda a comunidade, esses arranjos tensionam usos

hegemônicos da cidade, deixando brechas para modos outros de ocupação, apropriação e, com isso, subjetivação do espaço.

O Distrito Criativo Centro-Gare, criado em 2021 sobre os remanescentes desse patrimônio ferroviário, representa simultaneamente uma oportunidade de requalificação urbana e um campo de tensão entre a preservação da memória coletiva e a especulação imobiliária. A hipótese central deste artigo é que a economia criativa, quando dissociada de mecanismos consistentes de participação comunitária e controle social, pode reproduzir aspectos da lógica excludente do capitaloceno e criar condições potencialmente gentrificadoras, sem que isso permita afirmar, de antemão, a consolidação da gentrificação[6] no território.

A questão que orienta a análise é compreender em que medida a requalificação associada ao Distrito Criativo preserva a função coletiva do patrimônio ferroviário e em que medida amplia sua conversão em valor econômico. Retomar a história do território, considerando os marcadores socioterritoriais constitutivos de sua identidade e que hoje são atravessados pela desigualdade que caracteriza o capitaloceno, implica, sobretudo, interrogar quanto ao tipo de revitalização e de requalificação falamos quando nos referimos aos benefícios da economia criativa. Que cidade se produz? Para quem e a partir de quais memórias? Que sujeitos são mobilizados nessa construção? Apostamos nessa discussão para aproximar Santa Maria para construir futuros possíveis que superem a lógica do capitaloceno.

Este artigo tem como objetivos: (a) analisar o legado urbano e arquitetônico da CCEVFRGS em Santa Maria; (b) caracterizar o processo de formação do Distrito Criativo Centro-Gare; e (c) identificar e problematizar as tensões entre preservação patrimonial, economia criativa e gentrificação nesse território. Para tanto, adota-se uma abordagem qualitativa apoiada em pesquisa bibliográfica e documental, levantamento físico das edificações remanescentes e análise morfológica comparativa entre usos históricos e atuais. O recorte espacial concentra-se nas edificações e nos conjuntos vinculados à CCEVFRGS em Santa Maria, especialmente na área abrangida pelo Distrito Criativo Centro-Gare. O recorte temporal intersecciona a formação da cooperativa, desde 1913, às condições observadas no levantamento realizado em 2025, com atenção particular às transformações posteriores à criação do Distrito, em 2021.

Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, considerada adequada para a análise de fenômenos urbanos complexos que envolvem dimensões históricas, simbólicas e socioespaciais. Os procedimentos metodológicos organizam-se em três etapas complementares.

Na primeira, realizou-se pesquisa bibliográfica e documental, abrangendo: (a) revisão da literatura sobre a CCEVFRGS e o patrimônio ferroviário de Santa Maria, com ênfase nos textos de Mello (2010), Alcântara (2015), Konrad (2020) e Flôres (2007); (b) levantamento de documentos institucionais relativos ao Distrito Criativo Centro-Gare, incluindo mapas, editais e publicações da Prefeitura Municipal de Santa Maria e da Universidade Federal de Santa Maria (2024); e (c) consulta a fontes primárias como o Relatório de 1920 da CCEVFRGS e registros fotográficos históricos.

Na segunda etapa, procedeu-se com registro fotográfico e georreferenciamento das edificações remanescentes da CCEVFRGS em Santa Maria. Foram identificadas 23 edificações ou conjuntos edificados originalmente associados à cooperativa, observando-se localização, estado de conservação, propriedade e usos atuais, condições de acesso identificáveis no levantamento e grau de alteração tipológica em relação à configuração histórica.

A terceira etapa consistiu na análise morfológica e interpretativa, orientada por três critérios analíticos: (1) continuidade ou ruptura de uso em relação à função histórica original; (2) grau de permanência da identidade socioespacial do território, considerando a presença dos moradores e usuários originais; e (3) tensão entre valor de uso e valor de troca (Lefebvre, 2015) nas intervenções promovidas pelo Distrito Criativo. As informações documentais, o levantamento de campo e o referencial teórico foram cotejados para articular a descrição histórica e a análise crítica. Como a pesquisa não incluiu levantamento de dados sistemáticos, seus resultados permitem identificar mudanças de uso, pressões e condições potencialmente gentrificadoras, mas não afirmar categoricamente o processo de gentrificação percebido.

O contexto histórico

Em 1872, o governo imperial propôs a implantação da rede ferroviária denominada Projeto Geral de uma Rede de Vias Férreas Comerciais e Estratégicas para a Província de São Pedro do Sul. Este projeto não se restringia a objetivos econômicos, mas também a ocupação de territórios com baixa densidade demográfica e a salvaguarda estratégica das fronteiras internacionais.

No ano de 1873, o Imperador Dom Pedro II autoriza o estudo técnico e a exploração da estrada de ferro que ligasse Porto Alegre à Uruguaiana, cujas obras iniciaram em 1877. Ainda no final do século XIX, dado o desenvolvimento no Vale do Rio dos Sinos com a presença da imigração alemã no estado, foi implementada a ligação férrea entre a capital, São Leopoldo (1874) e Novo Hamburgo (1876). Com a evolução da rede ferroviária, foram inaugurados os trechos até Cachoeira do Sul (1883), Santa Maria (1885) e Cacequi (1890), que mais tarde foi ligada à rede de Porto Alegre – Novo Hamburgo. Posteriormente foram implantadas as redes Rio Grande – Cacequi (1900) e interligando a rede Santa Maria – Marcelino Ramos, em 1910, o que permitiu a ligação com o restante da rede no país (Mello, 2010).

Mello (2010) acrescenta que, neste período, entre o final do século XIX e início do século XX, foram implantados diversos trechos, administrados por diretorias independentes, configurando a malha ferroviária do estado, conforme pode ser observado na Figura 1. Em 1889, praticamente toda a malha foi unificada e arrendada à companhia belga *Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil*, que a operou até 1919. Durante este tempo, a Companhia Belga passou por dificuldades financeiras e deixou de investir na rede, cenário no qual, em 1913, foi fundado o Syndicato Cooperativista dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, precursor da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (CCEVFRGS). Em 1920, o governo do Estado assume a rede ferroviária, dado o mau estado de conservação e irregularidade dos transportes, entretanto, apesar das melhorias, não conseguiu oferecer a resposta esperada, passando a tutela da rede à União, em 1959, quando foi criada a Rede Ferroviária Federal (RFFSA).

6 O vocábulo gentrificação, usado pela primeira vez, provavelmente, pela socióloga britânica Ruth Glass na obra *London: aspects of change* (1964), onde a autora descreveu e analisou mudanças na organização espacial da cidade de Londres. O termo refere a um fenômeno urbano presente em diversas temporalidades e espacialidades: o deslocamento, processual ou súbito, de residentes e usuários com condições de vida precárias de uma localidade para outra, para dar lugar à apropriação de residentes e usuários com maior status econômico e cultural (IPHAN, 2025).

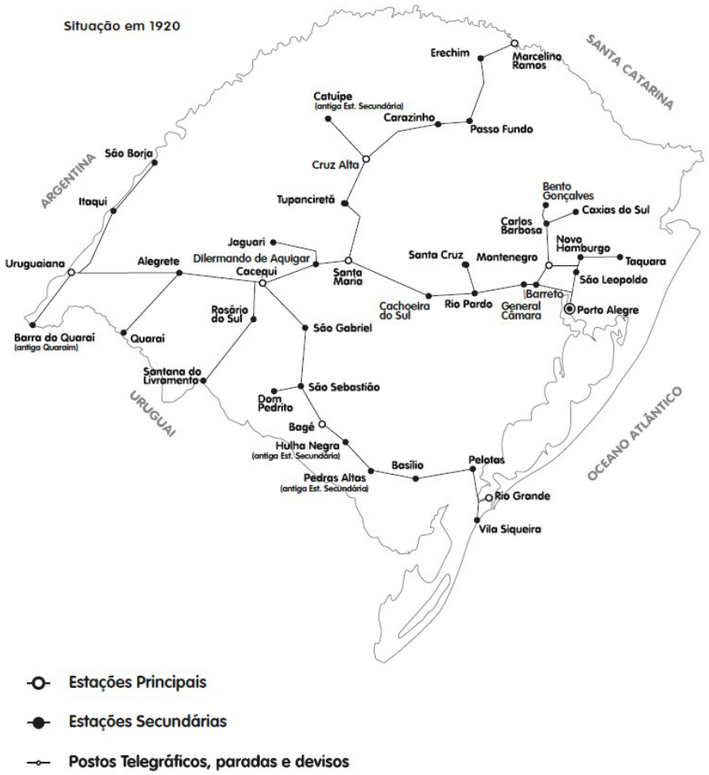


Figura 1 – A evolução da malha ferroviária no Estado do RS. Fonte: Silva (2010).

Tochetto (2016) indica que o período de implantação e operação da malha ferroviária constituiu um marco de significativa transformação urbana e de expressivo desenvolvimento social no município de Santa Maria. A partir de 1889, com a chegada da comissão de engenheiros encarregada de estudar o traçado da ferrovia que ligaria a cidade de Rio Grande a São Paulo, Santa Maria consolidou-se como o principal ponto de entroncamento ferroviário do Estado. Essa condição conferiu-lhe destaque no cenário estadual, tornando-a um importante núcleo de conexão entre linhas férreas, parada de viajantes e entreposto comercial entre a região da fronteira, a serra e a capital, Porto Alegre.

> O desenvolvimento da rede ferroviária e das comunicações, ao mesmo tempo em que impulsionou as atividades econômicas, possibilitou alterações nos hábitos das populações. Desta forma a ferrovia materializava o imaginário de comunidades de uma ideia de modernidade onde a velocidade, as máquinas, as estruturas de ferro, o burburinho das multidões, eram as tintas principais (Mello, 2010, p.106).

A presença da ferrovia alterou também o traçado urbano da cidade e criou uma rede de serviços, comércios, escolas e instituições (Konrad, 2020). Além disso, a ferrovia, ao funcionar como um motor propulsor no desenvolvimento regional, influenciou a morfologia dos espaços intraurbanos, principalmente com a instalação de estações, oficinas e depósitos, em muitos casos por meio das edificações da CCEVFRGS (Mello, 2010). Não se tratava, portanto, somente da infraestrutura logística, visto que a ferrovia produziu um território urbano específico, com relações sociais e identidades coletivas próprias.

A Cooperativa de consumo

Mello (2010) descreve o início embrionário da Cooperativa, a partir da greve de 1906 e a negativa por parte da Companhia Belga em conceder um aumento de 30% nos salários, resultou na criação da *Economat*, uma organização que fornecia produtos com preços cerca de 40% mais baratos dos praticados à época. A distribuição destes produtos acontecia ao longo das linhas férreas, atendendo muitos trabalhadores, o que acabou criando descontentamento com as instituições e organizações comerciais locais que viam neste tipo de empreendimento uma prática desleal.

> Os ferroviários de Santa Maria formavam uma categoria bastante diversificada, com a presença de trabalhadores negros, alemães, italianos, portugueses, judeus, entre outros. Em que pese suas diferenças internas, os ferroviários logo se destacariam por sua capacidade de organização e poder de barganha. Os baixos salários, as constantes demissões e os acidentes de trabalho foram respondidos com frequentes greves e com a criação de uma forte cultura de solidariedade de classe e apoio mútuo.
>
> Durante as greves, as famílias dos ferroviários ajudavam a impedir que os trens saíssem e procuravam convencer os fura-greves a aderir aos movimentos. As mulheres tinham uma ação destacada nesses momentos, criando uma rede de apoio para manter a subsistência das famílias. (Konrad, 2020).

Inspirados pelo pensamento socialista utópico do inglês Robert Owen, no ano de 1913 criou-se em Santa Maria a CCEVFRGS, com sede na Vila Belga, bairro operário construído, em 1907, pela Companhia Belga (Konrad, 2020).

Mello (2010, p.122) destaca que, em 27 de abril de 1916, aprovou-se a “Acta de dissolução e incorporação do Sindicato Cooperativista dos Empregados da V.F.R.G.S. à Cooperativa de Consumo dos Empregados da V.F.R.G.S.”, na qual oficializou-se a instalação definitiva da cooperativa, delineando, também, os seus objetivos institucionais. Entre eles, destacavam-se: a manutenção de armazéns destinados ao fornecimento de gêneros de uso e consumo pessoal e doméstico a preços acessíveis aos associados; a aplicação de seu patrimônio, lucros e rendimentos em benefício exclusivo, geral e proporcional dos mesmos, de forma direta ou indireta. Os projetos então iniciados, direcionados à melhoria das condições de subsistência dos trabalhadores ferroviários, avançavam com relativa autonomia, uma vez que se tratava de uma cooperativa voltada unicamente para os ferroviários, ativos, aposentados e familiares.

Além de proporcionar a aquisição de bens de consumo, a CCEVFRGS criou o Fundo de Beneficiência, que assegurava 30% de seus rendimentos anuais para serem investidos em educação. Por meio deste fundo, a Cooperativa construiu, em 1922, a Escola de Artes e Ofícios, cujo objetivo era capacitar mão-de-obra especializada para as demandas da ferrovia. As iniciativas da cooperativa também voltaram esforços para saúde, com a construção do hospital Casa de Saúde, além de farmácias, padaria, matadouro e açougues, armazéns, fábrica de sabão, torrefação e moagem de café, fábrica de bolachas e confecções (Alcântara, 2015).

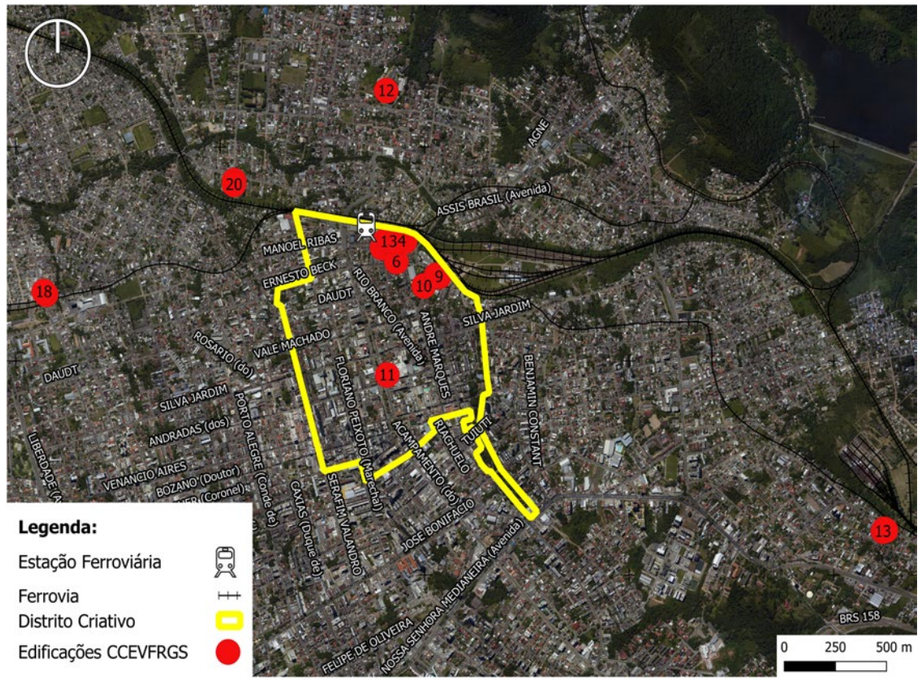


Figura 2 – Distribuição das edificações da CCEVFRGS em Santa Maria. Fonte: dos autores, 2025.

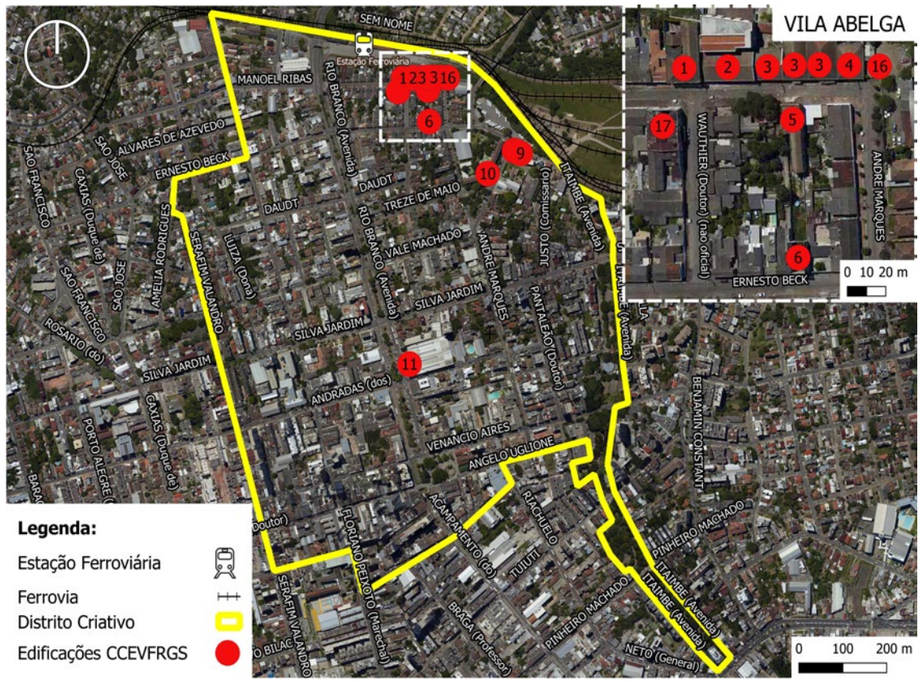


Figura 3 – Edificações da CCEVFRGS na área central de Santa Maria. Fonte: dos autores, 2025.

A produção arquitetônica da CCEVFRGS

Conforme descrito anteriormente, a CCEVFRGS proporcionava aos cooperados uma série de benefícios e serviços. Para dar conta desses atendimentos, foram construídas diversas edificações. Com sede administrativa localizada na própria Vila Belga[7], em Santa Maria, ainda contava com os pavilhões de armazéns, farmácia, padaria com fábrica de massas, fábrica de confecções, torrefação e moagem de café, matadouro e açougue, lenheira, tipografia e marcenaria, depósitos e a Escola de Artes e Ofícios Masculina e Feminina. A seguir, estão demonstradas nas Figuras 2 e 3 as edificações pertencentes ao patrimônio edificado da CCEVFRGS em Santa Maria:

A presença de filiais da CCEVFRGS nas demais cidades do Estado em que atuou, ocorria de forma diferenciada em número e tipo de atendimento. Em algumas cidades eram implantados apenas armazéns, enquanto outras, além desses, também recebiam farmácias e escolas de nível médio e profissionalizantes. Os primeiros armazéns foram implantados em Santa Maria, Rio Grande e São Leopoldo, este último, posteriormente foi transferido para Porto Alegre. Depois, seguiram as instalações em Passo Fundo, Bagé, Cruz Alta, Cacequi, Montenegro, Ramiz Galvão, Olimpo, Uruguaiana, Alegrete, Santiago, Porto Conde, Taquara, Diretor Pestana e Pelotas. Além destas filiais instaladas permanentemente, algumas localidades recebiam pequenos armazéns provisórios, em trechos onde ocorriam obras, ao longo da rede ferroviária (Alcântara, 2015; Mello, 2010).

Também podemos destacar os primeiros prédios ocupados pela cooperativa, a primeira sede, já demolida, o Armazém Central em sua configuração original, possuía frente para duas ruas, entretanto foi modificado com o passar dos anos, inclusive perdendo a característica de esquina, quando a construção da nova Sede Administrativa ocupou o espaço da via pública, em 1933, mantém as características originais de sua construção, a edificação de dois pavimentos destaca-se do conjunto predominantemente térreo (Mello, 2010).

Na Figura 5, percebe-se a primeira sede (1), a Sede Administrativa (2), o Armazém Central (3) e o conjunto de pavilhões do Depósito Central e Farmácia, construídos em 1925 (4).

O conjunto possuía também um prédio, construído em 1922/23, destinado à padaria no pavimento térreo e à escola de moças no segundo pavimento, entretanto a busca por vagas na escola feminina superou as capacidades do espaço, o que motivou a ocupação de todo o prédio pela escola. Posteriormente foi construído, em 1962, o prédio para receber integralmente a fábrica de massas e bolachas (Alcântara, 2015). Com a crescente demanda pela escola de moças, a cooperativa construiu uma nova edificação, compatível com as suas necessidades, a Escola de Artes e Ofícios Feminina Santa Terezinha do Menino Jesus. A escola se instalou no seu prédio definitivo no ano de 1930, onde hoje funciona a Escola Estadual de Ensino Médio Manoel Ribas. Para tanto, o prédio da antiga escola deu lugar à fábrica de confecções da Cooperativa. Ainda, conforme Alcântara (2015) a escola teve sua formação inspirada nos Liceus Franceses, onde além da formação acadêmica intelectual, também eram ensinadas práticas como, costura, bordado, culinária, pintura, música, dentre outras atividades. Também dispunha da modalidade de internato e além do ensino teórico e de ofícios, a escola também formava para o exercício do magistério, o que proporcionou às alunas trabalharem para a própria Cooperativa como professoras nas escolas turmeiras ao longo da viação férrea

Em 1941, dentro da categoria de edificações, voltadas para suprir os produtos de consumo da comunidade de trabalhadores, foi construído o prédio para abrigar o açougue, fábrica de sabão e torrefação e moagem de café (Alcântara, 2015), estas edificações estão demonstradas na Figura 6.

7 VILA BELGA: Conjunto residencial operário, construído entre 1906 e 1911 pela concessionária Belga *Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer Sud-Ouest Brésilien*, composto de 84 residências cuja finalidade era abrigar as famílias ferroviárias, de várias nacionalidades (Lopes, 2002).

Figura 4 – Edificações pertencentes ao patrimônio edificado da CCEVFRGS. Fonte: dos autores, 2025.

Nº	EMPREENDIMENTO	USO ATUAL	PROPRIETARIO
1	Sede Administrativa CCEVFRGS	gastronomia/eventos	privado
2	Armazém CCEVFRGS	educação/cultura	privado
3	Depósito Central CCEVFRGS	comércio	CCEVFRGS
3	Setor de expedição de mercadorias -RFFSA	comércio	CCEVFRGS
3	Depósito Central CCEVFRGS	comércio	CCEVFRGS
4	Farmácia	comércio	CCEVFRGS
5	Padaria e Fábrica de Massas	sem uso/vazio	privado
6	Fábrica de Confecções	sem uso/vazio	privado
7	AÇOUGUE	sem uso/vazio	privado
8	FÁBRICA DE SABÃO	sem uso/vazio	privado
9	Fábrica de Café	sem uso/vazio	privado
10	Escola Feminina Santa Teresinha do Menino Jesus	educação	público
11	Escola Industrial Hugo Taylor - Masculina	comércio	privado
12	CASA DE SAUDE	saúde	público
13	Complexo Km 3 - Armazém, Açougue, Farmácia, matadouro e salsicharia	comércio	privado
14	Complexo Km 3 - Armazém, Açougue, Farmácia, matadouro e salsicharia	comércio	privado
15	Complexo Km 3 - Armazém, Açougue, Farmácia, matadouro e salsicharia	comércio	privado
16	LENHEIRA	sem uso/vazio	privado
17	ASSOCIAÇÃO DOS FERROVIARIOS	sem uso/vazio	público
18	Núcleo Inspetor Goulart - prédio único com diversas funções	demolido	privado
18	Núcleo Inspetor Goulart - prédio único com diversas funções	demolido	privado
19	Depósito Ir. Marista Estanislau José	demolido	privado
20	Grupo Escolar Rui Barbosa	demolido	privado

A Escola de Artes e Ofícios voltada ao público masculino começou a ser construída no ano de 1918 e teve a inauguração da primeira edificação em 1922, com 124 alunos e quatro professores em quatro cursos distintos. No mesmo ano ingressaram mais 114 alunos no curso noturno para adultos, com as disciplinas de aritmética, geometria, português e francês. No ano de 1925, foram inauguradas as oficinas para as disciplinas técnicas, que contavam com ajustagem, eletricidade, soldagem pintura e modelagem, entalhe e tornearia em madeira, marcenaria, estofaria, ferraria, fundição e tornearia mecânica. Todas com equipamentos adquiridos pela CCEVFRGS, vindos da Europa (Alcântara, 2015).

No ano de 1930 foi inaugurado o novo prédio, que ampliava a capacidade e os serviços de atendimentos aos estudantes, que contava com ensino regular, técnico, biblioteca, internato e espaços administrativos ocupados pelos professores. No ano de 1933 o número de alunos atingia 789 alunos na seção masculina, sendo 561 externos e 100 internos e 128 em aulas noturnas. Em 1937 a escola foi renomeada como Escola de Artes e Ofícios Hugo Taylor e Escola Industrial Hugo Taylor em 1943, mantendo-se assim até o encerramento das atividades em 1986 (Alcântara, 2015). Na Figura 7, podem ser observadas a fachada do primeiro prédio construído (1), o momento da inauguração das oficinas (2) e as fachadas das ampliações posteriores (3 e 4).

As dificuldades financeiras da Cooperativa também eram refletidas nos serviços ofertados, a partir de 1960 a escola industrial passou por momentos de desestruturação e venda de bens para saldar dívidas, formou sua última turma em 1962, sendo desativada em 1986. Em 1990 foi vendida para iniciativa privada e passou a ter diferentes usos, até que em 2007 foi reformada por uma rede de supermercados.

A assistência à saúde fazia parte dos planos da CCEVFRGS, o que motivou a construção do Hospital Casa de Saúde. O hospital teve seu primeiro bloco inaugurado em 1931, após o término da construção das escolas masculina e feminina. O atendimento não era exclusivo aos cooperados, entretanto estes tinham sistema de pagamentos diferenciados. O prédio do hospital passou por sucessivas ampliações e atualmente segue ativo. Além das edificações construídas pela CCEVFRGS expostas anteriormente, ainda podem ser contabilizados os armazéns localizados no Km 3, denominados Estação Otávio Lima, que atualmente pertencem à particulares.



Figura 5 – Primeiras edificações da CCEVFRGS. Fonte: Relatório 1920 COOPFER, 1921 (1); Alcântara, 2015 (2 a 4).

Todo este conjunto tinha como principal objetivo servir de apoio e melhorar a qualidade de vida do trabalhador da Viação Férrea, desde os engenheiros até os funcionários da linha, os operários da manutenção dos trilhos. Essa estrutura não impactou apenas os funcionários, mas a sociedade em geral, no momento em que serviu de suporte para várias atividades que não estavam disponíveis ou eram incipientes na cidade.

Do ponto de vista morfológico, o conjunto edificado da CCEVFRGS em Santa Maria compõe um sistema coeso e articulado, distribuído entre a área central e a Vila Belga. Essa sobreposição de temporalidades na estrutura física do conjunto é ela mesma um documento das transformações sociais e econômicas da cooperativa.

O fim da CCEVFRGS

Durante seus anos de vigor econômico, a CCEVFRGS ofereceu uma ampla variedade de produtos e serviços de alta qualidade aos ferroviários, sendo reconhecida por “eminentes economistas como uma das maiores cooperativas da América Latina” (Mello, 2010, p. 241). O autor ainda acrescenta que a crise tornou-se evidente no final da década de 1940, quando uma série de acontecimentos, tanto internos quanto externos, passaram a abalar progressivamente as estruturas sociais e econômicas da entidade, como grandes investimentos, sem a devida previsão orçamentária, a concessão de crédito acima das capacidades e as iniciativas de suprir demandas públicas reprimidas, em atenção aos seus cooperativados, foram práticas que contribuíram para o agravamento das dificuldades administrativas da CCEVFRGS. Ainda segundo Flôres (2008), a falta dos repasses mensalmente descontados, nas folhas de pagamento dos cooperativados, comprometeu significativamente a saúde financeira da Cooperativa, o que acabou forçando a instituição a arcar com os juros e preços elevados, já que não dispunha de recursos para negociar compras à vista.

A saúde da Cooperativa se deteriorava ao passo que o sistema ferroviário era negligenciado e desvalorizado no país. O déficit em suas contas levou ao encerramento de atividades comerciais e a venda do seu patrimônio para sanar dívidas. Suas últimas unidades foram fechadas em 1997, mesmo período em que a malha ferroviária foi concedida à iniciativa privada, através da arrendatária América Latina Logística (ALL).



Figura 6 – 1ª Escola de moças, posterior fábrica de confecções (1); Escola Santa Terezinha do Menino Jesus (2); Padaria (3); Açougue, fábrica de sabão e torrefação e moagem de café (4). Fonte: Alcântara (2015).



Figura 7 – Fotos da Escola de Artes e Ofícios em diferentes períodos. Fonte: Alcântara (2015).

Portanto, a lógica do capitaloceno modifica o território, desarticulando as relações sociais, apagando sua memória e suprimindo os vínculos gerados pelo pertencimento. Um novo capítulo que busca o resgate se inicia, mas a dúvida sobre a reconstrução da rede, do território, da (i)materialidade, permanece.

Do ponto de vista analítico, o declínio da CCEVFRGS ilustra com precisão a lógica do capitaloceno: a desarticulação de arranjos coletivos de produção e uso do espaço urbano em favor de interesses privados, com o consequente apagamento das memórias e identidades coletivas associadas. Como afirma Lefebvre (2015), quando os valores de troca predominam sobre os valores de uso, o resultado é a dissolução dos vínculos entre as pessoas e os lugares que habitam.

A Escola Industrial Hugo Taylor, por exemplo, encerrou suas atividades em 1986, foi vendida à iniciativa privada em 1990 e, após diferentes usos, foi reformada em 2007 para abrigar uma rede de supermercados. Esse percurso — de escola técnica cooperativa a equipamento comercial de grande escala — sintetiza a trajetória do conjunto: do espaço coletivo ao espaço mercantil, com perda irreversível de camadas de significado histórico,social e cultural. O capitaloceno regendo a lógica da mercantilização e produzindo espaços de submissão ao sistema econômico em detrimento do patrimônio cultural, material e imaterial, da identidade ferroviária.

Distrito Criativo Centro-Gare

O Distrito Criativo Centro-Gare surgiu como uma proposta coletiva atrelada a uma política pública municipal, no ano de 2021, com o objetivo de relacionar o espaço público e a latente memória ferroviária santa-mariense aos propósitos de cooperação e desenvolvimento de um território que vivenciou a efervescência do período promovido pela ferrovia nos anos de 1920 a 1960 e seu posterior declínio e abandono. A conformação deste espaço coletivo contou com a colaboração entre o setor público e o setor privado, entre sociedade civil e a academia, em grupos de trabalho organizados com o objetivo de elaborar um levantamento, demonstrado na Figura 8, para posterior diagnóstico, execução de ações necessárias à gestão[8] e funcionamento deste território.

> Os distritos criativos são territórios nas cidades onde se desenvolvem e se potencializam atividades de economia criativa e cultura. Estes espaços são estratégicos para a conexão de pessoas criativas com o espaço urbano. A cidade de Santa Maria, desde o ano de 2021, entendendo a importância destas conexões e de valorizar o território do centro histórico da cidade, constrói o Distrito Criativo Centro-Gare (UFSM, 2024).

Desde meados do século XX, e com especial intensidade nos primeiros anos do século XXI, a economia da cultura tem se consolidado como uma das mais relevantes e promissoras matrizes de geração de riqueza e de promoção do desenvolvimento humano. Nesse contexto, passou a ocupar posição central nas agendas intelectual, econômica, social e política em escala global, afirmando-se como um campo estratégico de reflexão, formulação de políticas públicas e intervenção social (Mattana; Noro, 2024).

Com efeito, os Distritos Criativos não são pensados isoladamente, mas embasados pelas redes de colaboração entre pessoas, entidades, órgãos públicos, empresas e todo organismo produtivo e criativo da cidade (UFSM, 2024). Foi com esse intuito que um grupo misto de trabalho iniciou o levantamento das atividades presentes no território central de Santa Maria para, em um primeiro momento, reconhecer as práticas desenvolvidas neste espaço.

8 Inicialmente o modelo de governança do Distrito Criativo Centro-Gare ocorria em três níveis, conforme Lubeck (2024): a instância máxima (assembleia colegiada composta por um representante de cada organização partícipe da iniciativa, todos com direito a voto); o nível estratégico (Comitê Gestor e Coordenação Executiva); nível executivo (Comitê Executivo que se divide em um comitê por dimensão). A governança é composta pelo poder público, universidades, entidades, sindicatos e sociedade civil. Ainda, a partir dos 1758 problemas apontados, foram elencadas 4 dimensões (Ambiente Natural e Construído; Governança e Políticas Públicas; Economia Criativa e Identidade e Recursos Culturais), 41 objetivos estratégicos e 237 ações. No ano de 2025 o modelo está passando por modificações.

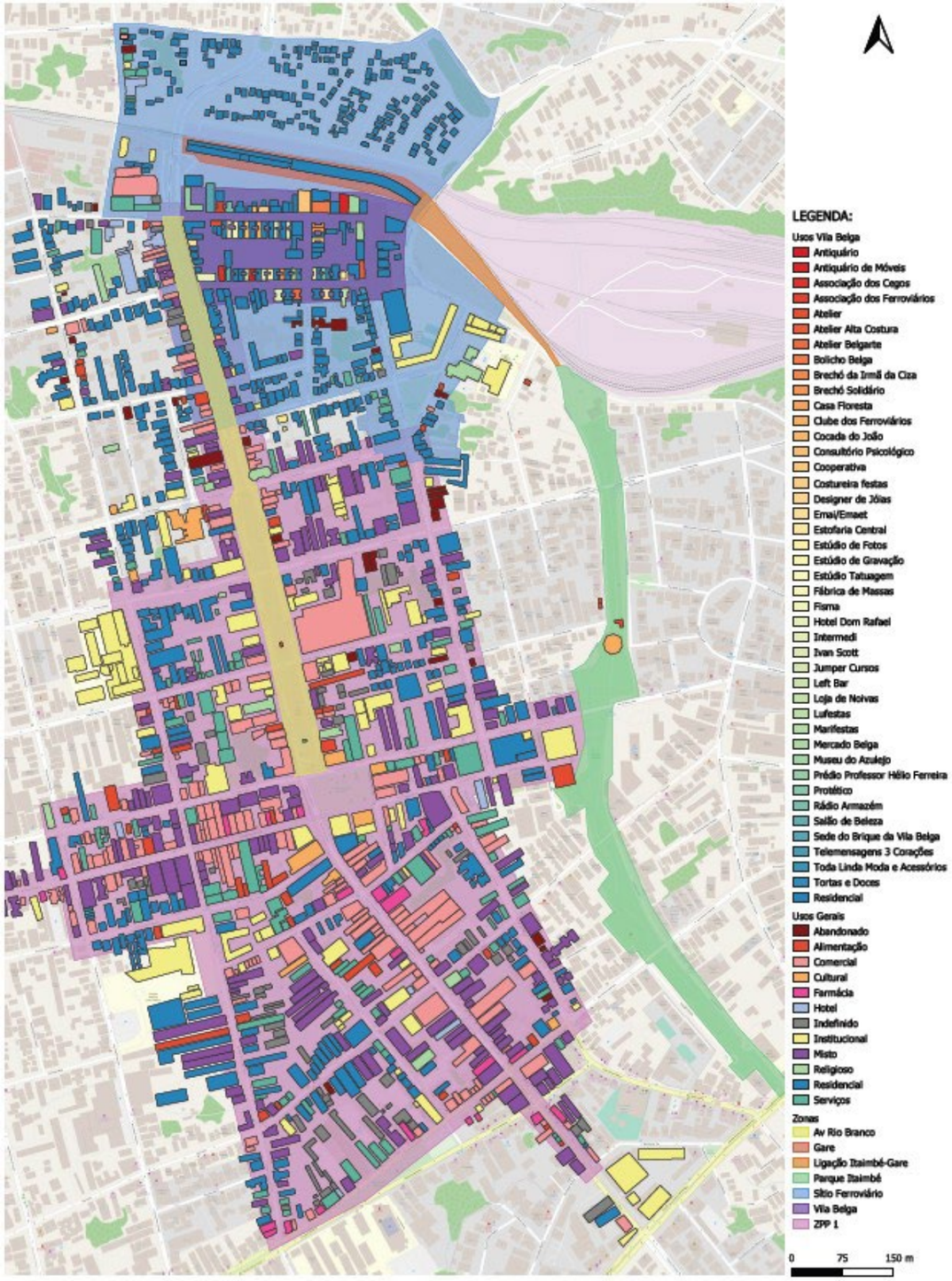


Figura 8 - Mapa do Distrito Criativo Centro-Gare, com a identificação dos diversos usos. Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Maria (2022).

Um Distrito Criativo se fundamenta na Economia Criativa e na preservação do patrimônio cultural local. Contudo, sem a devida precaução, as atividades propostas para a preservação, que incluem a ocupação e a apropriação do espaço pela comunidade, tendem a converter-se em mercantilização, gerando, consequentemente, os processos de gentrificação.

A Economia Criativa, nesse sentido, pode ser compreendida como um conjunto de atividades econômicas baseadas no conhecimento e em ativos criativos, com potencial para gerar renda, trabalho e desenvolvimento socioeconômico. Sua abrangência, contudo, não se limita à dimensão mercadológica, uma vez que articula aspectos econômicos, culturais e sociais e pode contribuir para a inclusão social, a diversidade cultural e o desenvolvimento humano (UNCTAD; PNUD, 2012).

Dentro deste contexto, que inicialmente considerou a comunidade e o desenvolvimento de economia criativa, podemos observar as estratégias mercadológicas do espaço surgindo como uma ameaça de especulação imobiliária e, consequente, gentrificação. O capitalismo influencia a configuração do espaço, a articulação das relações e já podemos perceber a valorização das edificações, a ponto de afastar alguns dos moradores originais, fortemente conectados com as origens ferroviárias.

A gentrificação, impulsionada pelo capitaloceno e pela desconsideração das demandas da população residente, é um processo que pode já ser observado no distrito criativo. Estratégias como fortalecimento e visibilidade do local, gestão do ambiente construído, que incluam políticas, programas sociais, estabelecimento de parcerias e controle de índices, são necessárias e possíveis. Medidas como congelamento de aluguéis e políticas federais de auxílio aos proprietários, embora utilizadas em outros contextos internacionais, tornam-se irreais quando aproximadas da realidade local. Nessa perspectiva, a preservação do conjunto de edificações tombadas, ou não, deste território se apresenta como uma potencialidade de construção de pertencimento e, também, como uma ameaça de esvaziamento de significado cultural.

Ressaltamos que o capitaloceno, por meio da mercantilização da cultura, da criatividade e da inovação, produz a gentrificação, porém a gentrificação opera em múltiplos sistemas de poder (Kern, 2022). Reconhecer o processo e propor estratégias que operem com organizações, com movimento locais e coalizões, a fim de pressionar alterações na legislação de uso do solo e dar visibilidade a perda de identidade local, também permitem refrear o processo. Para tanto, esse potencial não se realiza em abstrato. É preciso que o entorno, ou seja, coletivos de moradores, ferroviários e descendentes, ex-cooperados, trabalhadores do entorno, agentes culturais e todos os interessados no uso comum, estejam envolvidos no processo. Esses são os sujeitos que, ao reivindicar seu direito ao espaço, e de ser nele, abreviam a espetacularização da cidade e o seu afastamento da própria memória, que também é coletiva.

Esses lugares guardam em si um manancial de potencialidades que tendem à esterilização quando dispostas à espetacularização proporcionada pelo capital. Vide o caso das cidades-gêmeas na fronteira entre Brasil e Uruguai, que conforme relatam Forneck e Rocha (2024), adotam, ao cruzar a fronteira, uma filosofia patrimonial completamente distinta. Enquanto o lado brasileiro ou as abandona ou as cerca, atitudes fortemente relacionadas à fragilização dos vínculos com o espaço, sobretudo quando coloca os valores de troca em detrimento dos valores de uso, os uruguaios apostam na refuncionalização do lugar, o transformando em equipamento urbano, ao retomar o transporte de passageiros, mas também preservando os prédios na intenção de que sejam, novamente, lugares de troca e encontro. Forneck e Rocha (2024, p. 790) se referem, inclusive, a um estado de aguardo para descrever esses sítios, sugerindo que, mesmo no abandono, permanecem como reserva de potencialidades para outros



Figura 9 – Antiga Sede Administrativa (esquerda) e Armazém Central (direita). Fonte: dos autores, 2025.

usos, encontros e formas de pertencer.

Tal leitura nos permite tensionar o modo como, em Santa Maria, o patrimônio ferroviário é mobilizado pelo Distrito Criativo Centro-Gare, ora como ativo a ser explorado, ora como o lastro que mantém a memória preservada. No Distrito Criativo Centro-Gare, essa tensão atravessa o legado da CCEVFRGS. Os antigos armazéns, a sede administrativa e as fábricas que compunham o sistema cooperativo são partes de um equipamento urbano construído para sustentar formas coletivas de abastecimento e trabalho, mas também de identidade coletiva e cuidado.

O recente edital lançado pela prefeitura para concessão da Estação Férrea para sua exploração comercial, acompanhado de audiência pública para apresentação da proposta à população, concretiza a encruzilhada. De um lado, a promessa de revitalização e requalificação pela dinamização econômica do Distrito Criativo. De outro, as preocupações com a possibilidade de que a gestão privada aprofunde processos de gentrificação e restrinja os usos coletivos, controlando quem entra e quem sai e dificultando a presença de antigos moradores e trabalhadores.

Nesta conjuntura podemos analisar o patrimônio edificado do Distrito Criativo sob a ótica do uso, da sustentabilidade e das relações entre comunidade e memória, comunidade e pertencimento. Considerando as edificações que compõem o conjunto tombado, em nível estadual e federal, elencadas anteriormente, vinculadas com o Estado ou com o capital de diversas origens, como agentes de fortalecimento da identidade cultural e da transformação das dinâmicas do espaço.

As edificações elencadas anteriormente que fizeram parte da construção de um sistema cooperativo, de suporte ao trabalho, atualmente seguem a lógica das intervenções urbanas em centros históricos que tem como objetivo sua requalificação e preservação. Porém ao analisarmos o conjunto remanescente verificamos que a antiga Sede Administrativa da Cooperativa e o antigo Armazém Central, são as únicas edificações de maior porte que foram ocupadas após a definição do Distrito Criativo, a primeira de propriedade privada utilizada para aluguel comercial, gastronomia e eventos e a segunda para instalar o Labcriativo e Edutech, equipamento pertencente à prefeitura voltado à economia criativa. Dentre as edificações de maior porte, na área central, ainda pode-se destacar a antiga Associação dos Ferroviários, que está desocupada, mas foi fruto do concurso Iconicidades, promovido pelo Governo do Estado e será a sede da Escola Municipal de Artes Eduardo Trevisan (EMAET). Conforme pode ser observado na Figura 9, em primeiro plano à direita a antiga Associação dos Ferroviários e à esquerda a Sede Administrativa seguida do Armazém Central, em seus novos usos.

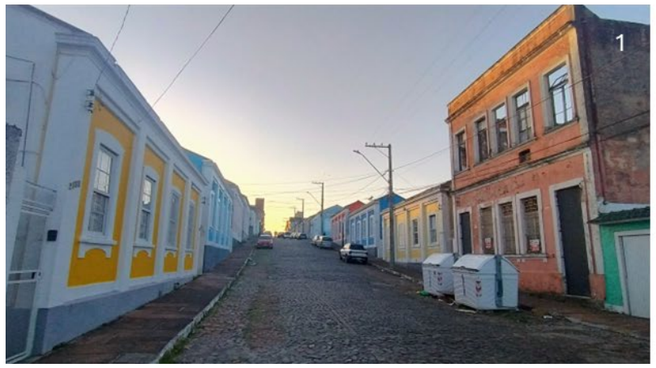




Figura 10 – 1ª Escola de Artes e Ofícios Feminina (1) e Antiga Escola Industrial Hugo Taylor, atual Carrefour (2). Fonte: dos autores, 2025.

Algumas construções ainda mantêm o uso, embora tenham tido sua administração transferida para o poder público e ou parcerias público-privadas, como a antiga Escola Feminina Santa Teresinha do Menino Jesus, atual Escola Estadual Manoel Ribas (Maneco) e o Hospital Casa de Saúde. Já os pavilhões do depósito central e a Escola Industrial Hugo Taylor possuem uso comercial anterior, sendo que a escola foi transformada em um supermercado (Figura 10), em 2007.

Existem várias edificações do conjunto que estão abandonadas ou sem uso, como a Fábrica de Confecções (imagem 1 da Figura 10), a Fábrica de Massas e Bolacha e a Fábrica de Gelo, Carvão, Sabão e Torrefação de Café (imagens 1, 3 e 4 da Figura 6).

Já no conjunto de 84 residências da Vila Belga, que pertenciam ao conjunto de bens da concessionária, e não à cooperativa, está iniciando já são perceptíveis as trocas do uso residencial pelo comercial, com foco na questão turística atrelada ao patrimônio. Entretanto, o entorno não tombado já sofre com a pressão da especulação imobiliária e sua consequente descaracterização ou demolição. Apesar do processo e da concepção do distrito terem seguido uma metodologia alinhada com a ideia do patrimônio como âncora, cultural e econômica, a mentalidade local parece ainda não assimilar a necessidade de construção para com a comunidade, principalmente considerando os descendentes dos trabalhadores ferroviários, e a necessidade de manutenção das edificações que conformam ainda o seu entorno, o seu cenário ferroviário.

Ações de melhorias no contexto urbano realizadas a partir da pesquisa pública que embasou o desenvolvimento do 1º Distrito Criativo, como iluminação urbana, requalificação do pavimento e inserção de mobiliário urbano, já demonstram uma valorização da região, com o surgimento de novos empreendimentos. Entre esses, podemos destacar o Registro de Imóveis de Santa Maria (RISM), Museu Franciscano e nova agência do Sicredi, conforme demonstrado na Figura 11. Entretanto, podemos perceber uma crescente relação entre a chegada dos novos empreendimentos e a desocupação de alguns imóveis que abrigavam empreendimentos estabelecidos neste território há décadas, como o restaurante que ocupava o terreno onde foi construído o RISM, o sobrado de uso residencial que muda de uso com a instalação da sede do Sicredi, que prestes a inauguração requalifica as edificações vizinhas com uma pintura cinza e ao valorizar os imóveis aumenta o valor comercial destes, o que ocasiona a desocupação do estabelecimento comercial, que ocupava a loja térrea.

Contudo, essa valorização não se processa sem contradições. A análise dos casos identificados aponta para uma correlação entre a instalação dos novos empreendimentos e o deslocamento de estabelecimentos consolidados há décadas no território — fenômeno característico dos processos de gentrificação comercial. Preserva-se, assim, a materialidade do conjunto edificado, mas dissolve-se o tecido







Figura 11 – agência do Sicredi (1), nova sede do RISM (2) e Museu Franciscano (3). Fonte: dos autores, 2025.

socioeconômico que lhe conferia vida e identidade, o paradoxo central que Lefebvre (2015) associa à primazia do valor de troca sobre o valor de uso no espaço urbano.

O patrimônio que é preservado da ruína física, quando passa à esfera privada, corre sério risco de perder características fundamentais, como a possibilidade de ocupação e apropriação, para lembrar Lefebvre (2015). Cria-se um paradoxo enorme, preserva-se o prédio enquanto dissolve a alma do lugar. A memória não está somente nas paredes, mas enraizada nas relações das pessoas com esses espaços, cujo apagamento leva à esterilização do território.

A gentrificação leva, inevitavelmente, à esterilização, ao apagamento da memória e, principalmente, à constituição de uma cidade espetáculo (Jacques, 2006). Nesta cidade espetacularizada, não há tempo de espera. Pelo contrário, a vida se acelera e se organiza em progressão geométrica.

Considerações finais

No ano de 2025, das 23 edificações remanescentes apresentadas neste estudo, conforme pôde ser observado no quadro da Figura 4, apenas 2 seguem com o mesmo tipo de atividade desde sua construção, o hospital e a Escola Manoel Ribas, entretanto 4 foram demolidos e 7 estão sem uso. Do total dos pavilhões, 9 têm uso comercial, a antiga sede administrativa que atende na área da gastronomia e eventos e apenas 4 seguem pertencentes à Cooperativa e estão alugados.

O Distrito Criativo foi delimitado e proposto a partir de estudos e ações preparatórias que serviram para articular por meio da economia criativa atrelada ao patrimônio ferroviário: instituições participantes, iniciativa privada e comunidade. Estes estudos iniciais embasaram diversos projetos públicos e privados, assim proporcionando uma perceptível renovação e ocupação de edificações antigas, anteriormente abandonadas ou subutilizadas.

A história de formação do conjunto ferroviário, de seu patrimônio material e imaterial, está baseada nas relações de cooperação econômica, social e cultural, ultrapassando o território e impactando a cidade como um todo. A partir da implantação da rede ferroviária federal, da instalação da primeira estação e da consolidação urbana de uma vila operária no prolongamento de uma avenida que levava ao progresso, Avenida Progresso, atual Avenida Rio Branco, podemos concluir que o território é vivo e em constante transformação. O território é composto por práticas econômicas, culturais, por manifestações e principalmente composto pelas práticas de salvaguarda do patrimônio ambiental urbano.

Porém, já conseguimos observar o processo de gentrificação, gerado pelo capitaloceno, por meio da substituição da população residente, do aumento do valor imobiliário, a troca das atividades comerciais e a demolição de edificações não inventariadas. A população inicialmente substituída denuncia as transformações que virão a partir de projetos previstos para área, assim como a ameaça direta ao patrimônio ferroviário. No entanto este processo poderá ser refreado por meio de ações do poder público e principalmente da comunidade, da organização dos grupos remanescentes e da sociedade local que já reconhece o valor identitário da área.

Para tanto, precisamos desconstruir a lógica que afasta a comunidade das suas memórias e construir um espaço cooperativo, retornar a cooperativa, retornar a (i) materialidade, para propor estratégias que evitem a expansão da gentrificação. Afinal, este processo ainda pode ser revertido com estratégias de inclusão, que permitam o diálogo e que ultrapassem a limitação de leis decretos, necessários, mas que quando associados de forma proativa com a comunidade influenciam positivamente nas suas realidades.

Referências

ALCÂNTARA, Marina de. *Patrimônio edificado pela CCEVFRGS: identificação de unidades em Santa Maria/RS.* 2015. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Santa Maria - UFSM.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO (UNCTAD); PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Relatório de economia criativa 2010*: economia criativa, uma opção de desenvolvimento viável. Brasília, DF: Secretaria da Economia Criativa/Ministério da Cultura; São Paulo: Itaú Cultural, 2012.

IPHAN. *Dicionário do Patrimônio Cultural: Gentrificação - Verbete.* Brasilia, 2024. Online. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/unidades-especiais/centro-lucio-costa/dicionario-do-patrimonio/verbetes/g/gentrificacao. Acesso em: 26 nov. 2025.

FLÔRES, João Rodolpho Amaral. *Fragmentos da história ferroviária brasileira e rio-grandense: fontes documentais, principais ferrovias, Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS), Santa Maria, a "Cidade Ferroviária"*. Santa Maria: Palotti, 2007.

FORNECK, Vanessa; ROCHA, Eduardo. Mapas sensíveis nos territórios abandonados de estações férreas na fronteira Brasil-Uruguai. Etnográfica. *Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, n. 28 (3), p. 773-799, 2024. Disponível em: https://journals.openedition.org/etnografica/17300. Acesso em: 26 nov. 2025.

KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. *Lugares de memória dos trabalhadores #42: Cooperativa dos ferroviários, Santa Maria (RS)*. LEHMT, 16 jul. 2020. Online. Disponível em: https://lehmt.org/lugares-de-memoria-dos-trabalhadores-42-cooperativa-dos-ferroviarios-santa-maria-rs-glaucia-vieira-ramos-konrad/. Acesso em: 17 out. 2025.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade.* São Paulo: Ed. Centauro, 2015.

JACQUES, Paola Berenstein. Elogio aos errantes. *In:* JEUDY, Henri Pierre; JACQUES, Paola Berenstein. *Corpos e cenários urbanos*: territórios urbanos e políticas culturais. Salvador: EDUFBA, 2006.

KERN, Leslie. *Gentrification Is Inevitable and Other Lies.* London: Verso Books, 2022.

LOPES, C.E.J. *A Compagnie Auxiliare de Chemis de Fer au Brésil e a cidade de Santa Maria no Rio Grande do Sul.* 2002. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Programa de Doutorado Arquitetura de Gaudí, Universidade Politécnica da Catalunha, Barcelona, 2002.

LUBECK, Elisa; et al. O Território Imembuy e o desenvolvimento territorial sustentável do Distrito Criativo em Santa Maria - RS. *UFSM no Distrito Criativo Centro-Gare,* Santa Maria*,* 2.ed., p. 25-39, 2024. Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/470/2025/07/E-book-Distrito-Criativo-Entrega-Final.pdf Acesso em: 25 nov. 2025.

MATTANA, Luciano; NORO, Greice de Bem. PodCriá: Estratégia de Marketing de Conteúdo para o Distrito Criativo Centro-Gare. *UFSM no Distrito Criativo Centro-Gare,* Santa Maria*,* 2.ed., p. 217-235, 2024. Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/470/2025/07/E-book-Distrito-Criativo-Entrega-Final.pdf Acesso em: 25 nov. 2025.

MELLO, Luis Fernando da Silva. *O pensamento utópico e a produção do espaço social: a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul.* 2010. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

QUERUZ, Francisco. *A Cooperativa dos Ferroviários.* Diário de Santa Maria, p. 25, 24 de fev. de 2023.

SCHLEE, Andrey Rosenthal. A mancha ferroviária de Santa Maria. In: SEMINÁRIO TERRITÓRIO, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA. Santa Maria, 2002. *Anais...* ICOMOS/UFSM, 2002. p. 94-107.

TOCHETTO, Daniel. *Santa Maria: uma história precursora do planejamento urbano no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Corag/CAU-RS, 2016.

UFSM no Distrito Criativo Centro-Gare, Santa Maria*,* 2.ed., 2024. Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/470/2025/07/E-book-Distrito-Criativo-Entrega-Final.pdf Acesso em: 25 nov. 2025.

THE THICKNESS OF STORYTELLING
…making sense of Capitalocene from the Global South

A ESPESSURA DA NARRAÇÃO
…dando sentido ao Capitaloceno a partir do Sul Global

Gianluca Mascali Perseu[1], Tia Dianing Insani[2], Selma Joana Moreno Rivera[3] e Thuli Ndlovu[4]

Abstract
This article proposes storytelling as a critical method for perceiving, communicating, and understanding the Capitalocene in urban territories of the Global South. Drawing from a workshop held in Berlin with researchers from Latin America, Africa, and Asia, the work brings together situated stories and visual provocations, weaving a collective understanding of how capitalist urban experiences are lived and narrated across different contexts. More than representing experience, narrative and montage operate here as methodological, political, and epistemic devices—modes of inquiry that reveal how ways of dwelling, remembering, and resisting are shaped by capitalist logics in contemporary cities. In the face of fragmentation, exclusion, and socio-ecological crisis, the article affirms storytelling as a situated technology of knowledge—a collective, political, and counter-hegemonic gesture of world-building in the Global South.
Keywords: storytelling/narrative; montage; Global South cities; Anthropocene and Capitalocene.

Resumo
Este artigo propõe a narrativa como um método crítico para perceber, comunicar e compreender o Capitaloceno nos territórios urbanos do Sul Global. A partir de uma oficina realizada em Berlim com pesquisadores da América Latina, África e Ásia, o trabalho reúne histórias situadas e provocações visuais, tecendo uma compreensão coletiva sobre como as experiências urbanas capitalistas são vividas e narradas em diferentes contextos. Mais do que representar a experiência, a narrativa e a montagem operam aqui como dispositivos metodológicos, políticos e epistêmicos — modos de investigação que revelam como as formas de habitar, lembrar e resistir são moldadas pelas lógicas capitalistas nas cidades contemporâneas. Diante da fragmentação, exclusão e crise socioecológica, o artigo afirma a narração de histórias como uma tecnologia situada de conhecimento — um gesto coletivo, político e contra-hegemônico de construção de mundos no Sul Global.
Palavras-chave: narrativa; montagem; cidades do Sul Global; Antropoceno; Capitaloceno.

1 PhD Candidate in Urban and Regional Planning (Technische Universität Berlin), Master of Urban and Regional Planning (Federal University of Rio Grande do Sul).
2 PhD Candidate in Urban and Regional Planning (Technische Universität Berlin), Master of Urban and Regional Planning (Diponegoro University).
3 Master of Urban Design (University of Melbourne), Architect (Universidad Nacional Autónoma de México).
4 Master of Town and Regional Planning (University of Pretoria).



Figure 1 - Diagram indicating the location of the storytellers. Source: the authors, 2025.

Introduction

Africa and Asia, South America and North America—this work emerges from the encounter of eighteen researchers from diverse territories of the Global South (Figure 1). The process described in this article stems from the *In-Visible Walls* Workshop, held on June 25, 2025. Proposed, organized, and mediated by the authors, the workshop formed part of the Doctoral Training Program of the Global Center of Spatial Methods for Urban Sustainability (GCSMUS). Gathered in Berlin, participants engaged in a collective exercise of provocation, production, discussion, and the rendering-visible of narratives.

The procedure of this article is to narrate how these stories were provoked, produced, communicated, and subsequently assembled. How they were discussed and what symptoms emerged. It seeks to understand, from this process, how multiple fragments of experience can be brought together to problematize what it means to inhabit the Capitalocene from the frayed edges of the Global South. The juxtaposition of these localized narratives seeks to bring forth new meanings, or ones previously rendered invisible—operating not as totalizing syntheses, but as a series of radical alternatives: ethical, political, and sensorial frameworks through which we might cross-examine our compromised urban realities and imagine more democratic, inclusive experiences.

The workshop is thus understood as a narrative practice of montage—simultaneously an investigative posture and a device for generating knowledge through friction (Warburg, 2012; Jacques, 2015). What follows is not a passive archive or mere documentation of a past event, but an active proposition: that storytelling is a gesture of assembling differences, confronting institutionalized invisibilities, and constructing shared meaning amidst ongoing planetary crises.

Let us assume narrative here, following the work of Walter Benjamin (1987; 2015) and Paul Ricoeur (1994; 2002), as the cultural transmission of lived, earthly experience—a practice that both expresses and produces the intricate entanglements between the human, the non-human, and the world itself through the discursive making of the world. In a non-representational manner, storytelling as the act of narration both makes sense of experience and (de)naturalizes modes of being in the world. Bringing in an understanding on the role of subjectivities and processes of subjectivation (Guattari; Rolnik, 2010) as techno-cultural products, we argue that storytelling in fact operates as a device for configuring meanings, opinions, images, and the cultural imaginary on a collective scale. Moreover, amidst hegemonic authorization regimes, in which the places of those who can and cannot participate are established by enunciations of power (Guattari; Rolnik, 2010), storytelling becomes a pivotal instrument for disputing dominant worldviews amidst massive processes of subjectivation, in which indifference to each other and to nature is systematically and hegemonically produced.

In this regard, Walter Benjamin's Berlin Chronicle (2015 [1932]) inspires this work both formally and conceptually. Composed by the assembly of multiple narrative fragments, it stands as an unfinished work in which a non-linear, incomplete, and heterogeneous text comes together as a means of making sense of the city and the world. Incompleteness as a narrative praxis denotes a radical openness: it yields a text that actively claims to be rearranged, reworked, and resignified by its interlocutors. The strength of Benjamin's chronicle lies in this incompletion, offering an invitation to dig deeper into the urban soil rather than presenting tidy conclusions.

Our approach adapts this formal experiment to our globalized, interconnected era by ensuring there is not a single city, not a single author, and not a single chronicle under review. While Berlin functions here as our physical meeting point—one in which the role of the wall crosses over multiple semiotic layers—, this article navigates a multitude of cities, told by a multiplicity of voices. These narratives do not merge into a homogeneous, reassuring chorus; instead, they coexist, intersect, and occasionally collide. Each story remains fiercely situated, anchored in a specific territory, yet resonant far beyond its own borders. Together, they form a mobile archive, a shifting and remarkably incomplete constellation of terrestrial experience in the Global South. From this stubborn defense of multiplicity and difference emerges what is here understood as the *thickness of storytelling*: a layering of meanings whose careful excavation, we argue, may illuminate alternative ways of building and inhabiting a world deeply occupied with its own ruin.

The thickness of storytelling

To narrate is, as Paul Ricoeur (1994; 2002) suggests, to produce meaning from the dimension of worldly experience. This experience must be understood not in the manner of detached scientific experimentation, but as that which rawly and affectively happens to us in the world (Larrosa, 2017). Narrative, hence, acts as a vital mediator between life and knowledge, bridging human existence and the symbolic forms through which we signify and communicate. Crucially, once configured through storytelling, experience does not enclose meaning; it opens a threshold for the reading and understandings of others. The open dimension of storytelling, in which the reader can potentially take up an active role in the invention of meaning, derives from the openness of experience itself and the many modes in which the world can be experimented, perceived, signified and communicated.

Over the second half of the twentieth century, narrative extrapolated the field of Linguistics, expanding into the social sciences. From an object of study to a distinct perspective for investigating reality from the collective, dissensual, and therefore political dimension of human existence (Arfuch, 2018), it has been gaining ground in the urban studies, where disputes for the meanings of landscape reveal multiplicities of versions of reality that materialize in contemporary settlements.

However, a crucial distinction must be made between narrative as a perspective, and storytelling as a live, embodied practice. While narrative offers the structural and epistemological framework for configuring and investigating reality, it is through the active, communal practice of storytelling—in the deeply relational, artisanal sense articulated by Benjamin (1987 [1936])—that these accounts find collective resonance. Storytelling is more than the passive transmission of information; it is an active composition of meaning and of modes of being together on Earth. Through technical devices of enunciation, these storytelling practices express the intricate entanglements between the human, the non-human, and nature.

If the act of telling stories participates in the production of collective subjectivities, it does so by shaping opinions, making images, and weaving imaginaries. By opening up alternative channels of expression, it actively challenges the systemic silencing of marginalized voices and offers a critical ground for disputing worldviews that treat the environment and vulnerable human lives with engineered detachment.

It is precisely within this landscape—where the possibilities of coexistence amid global crises emerge as our central theme—that storytelling emerges as a triadic tool:

- *Methodologically*, storytelling is not treated as a passive object or a mere practice under examination; rather, it is investigated through narrative—a perspective for accessing and assessing the raw multiplicity of lived experiences on Earth.

- *Politically*, storytelling invokes difference as a core political principle. It generates a space where diverse modes of life are juxtaposed, where they collide and actively dispute the meanings and power dynamics that produce urban landscape itself.

- *Epistemologically*, storytelling dismantles the myth of the detached observer. It opens up a mode of investigating the social world in which the researcher is never neutral, but rather deeply and affectively implicated in the very phenomena they are invested in.

Through this perspective, participants—both narrators and interlocutors, including the researcher—are invited to situate themselves, to remember, to understand, and ultimately, to form alliances amid the ecological and existential challenges of contemporaneity. In this regard, while concepts like the *Anthropocene* and the *Capitalocene* originated within the natural sciences, they have become vital coordinates for the Humanities because they illuminate ecological, social, and political crises that are deeply entangled. We mobilize the term 'Capitalocene' here following Danowski and Viveiros de Castro (2014): not merely as a cold geological marker, but as a violent symptom of the capitalist, Western, and colonial predominance over both human and non-human modes of existence. This regime of authorization, in which some modes of being are naturalized to the detriment and erasure of others, does not simply exploit resources; it actively shapes practices of life, colonizes the imagination, and enforces a homogenization of possible futures. This perspective intensifies the disconnection between the Earth and its inhabitants, unraveling shared rhythms, ecosystems, and ancestral modes of dwelling.

In a Foucauldian sense, and drawing especially on the theory of subjectivation developed by Félix Guattari and Suely Rolnik (2010 [1986]), the Capitalocene operates through the systemic capture of world-making—dictating our perceptions, affects, meanings, and the profoundly unequal forms of inhabiting a fractured planet. It yields a severe thinning of human experience and a ruthless capture of collective attention. For the Humanities, this crisis demands an active investigation into how these systemic ruptures are intimately lived, perceived, and resisted.

If the Capitalocene enforces an anesthetized indifference and hollows out our sensibility, then the active reclamation of storytelling becomes a counter-hegemonic gesture. Stories potentially reinscribe presence and attention back into world-making, acting as localized zones of resistance where body, memory, and territory co-constitute one another through relational entanglements.
To confront this captured reality without falling into the trap of producing a singular, authoritative counter-narrative, this work deploys montage as an aesthetic-political practice (Jacques, 2015) of work with narrative. In urban studies, a narrative perspective allows us to treat the city as a palimpsest—a multi-layered surface where hidden stories wait to be excavated, but where we also inevitably collide with dominant discursive regimes. Drawing on a historical constellation that spans from the interwar avant-gardes to contemporary counter-narratives (Benjamin, 1987; Warburg, 2000; Didi-Huberman, 2007), montage functions here as a tool to bring distinct narratives together, offering a complex, kaleidoscopic way of apprehending contemporary landscape production (Jacques, 2015).

Ultimately, montage serves as our core operational procedure for working with storytelling. By bringing fragmented, highly localized narratives into close proximity, we allow different points of view to confront one another. This composition does not seek a harmonious synthesis; rather, it forces the unfinished, the plural, and the contradictory to coexist within the same space, allowing their irreducible differences to remain visible. It is precisely in the intervals, fissures, and interstices of these combined stories that new meanings become possible, offering us a methodological tool to crack open consolidated urban hegemonies and unfasten the meanings of 21st-century terrestrial experience. It is this exact commitment to friction and the subversion of automatic perception that structured our empirical experiment: a collaborative narrative workshop carried out in Berlin.

Part 1: Refining the gaze

The workshop began with a direct provocation, inviting participants to reflect through image and word:

> With Berlin as the meeting ground of multiple cultures—and with the Berlin Wall as a symbol of historical, political, and imaginative relevance—what walls, concrete or symbolic, do you cross in your cities and in your everyday lives? What separates you from others? Where are the fissures—and how might we break through these walls?

Each participant selected a single visual image, drawn from their own lived or observed experiences. While some chose to contribute personal photographs they had taken themselves, others sourced images from the internet that directly spoke to the questions posed by the invitation. Regardless of their origin, these visuals served as the anchor for a brief narrative responding to a shared matrix: *What is the context of this image? In what ways does it express the proposed theme? How does it relate to your community and your culture?*



What is the context? The image relates to public demonstrations against finance bill in 2024 by the youth. The demonstrations took place in the capital city which forced the Government to drop the bill all together. How does it express the proposed theme? The image expresses the invisible wall that the stakeholders within the urban space often ignore. The thin line between creating a socially and economically vibrant metropolis and social and economic equality and justice. This demonstration and any other demonstrations completely disrupted city life together with its social and economic enterprises. It seemed that the only way that the citizen could get attention to air their frustration against years of economic oppression. How does it relate to you, your community and/or your culture? It is up to the stakeholders to re-imagine the city and break the invisible wall, by not only creating a socially and economically vibrant metropolis but also ensuring equitable access to social and economic opportunities.

Robert Koech, Nairobi

The eighteen contributions, collected prior to the workshop, were edited by the facilitators onto individual A4 sheets, with the image on one side and the text on the other. The intent was to allow word and image to exert tension upon one another, producing layers of meaning and opening interpretive possibilities even before the collective montage exercise began.

This initial phase thus constitutes the inaugural gesture of narrative montage: refining the gaze so that difference—between images, voices, stories, and territories—can be perceived in its full density, even before being assembled.

To break perceptual habits and create space for estrangement, the workshop shifted toward a physical, collective methodology designed to challenge how we interpret images beyond the obvious. Following Didi-Huberman (2015), this approach treats the image not as a closed, passive reflection of reality, but as something that must be actively opened up—exposed to an analysis that uncovers its latent conflicts. Understood this way, the image operates as a vital device: it does not merely express pre-existing positions, but actively produces collective subjectivities and newly configured modes of perception. Seated in a circle, each participant held their sheet with the image facing outward, so that only the rest of the group could see it. The images then began to circulate through the room, passed from hand to hand to the rhythm of instrumental music. This silent movement was accompanied by a spoken sequence of rhetorical questions, designed not to clarify or decode, but to suspend habitual seeing and deliberately provoke doubt:

What does this image show?
Who appears in it?
Is it possible to tell where it was produced?
Is there a distinction between foreground and background?
Which colors dominate?
What do you imagine exists outside the frame?
Does something seem to be missing?
Would the image make sense upside down?
What changes when you bring your face close to the paper?
Does the image evoke any sound?
How do you feel when observing it?
And how would you feel if you were in this place—is it warm or cold? Welcoming or hostile?
What stands out?
What blends into the environment?
What could be there?
What would completely change the meaning of the image?

This moment of silent contemplation did not aim to fix meaning, but to open it. The methodological intention was clear: to install doubt, destabilize immediate readings,

Figure 2 - A narrative from Nairobi. Source: aljazeera.com/video/newsfeed/2024/6/25/protesters-storm-parliament-building-in-nairobi Last accessed 09.10.2025.



On the 25th of September 2021, feminist collectives in Mexico City, intervened Christopher Colombus monument and renamed its roundabout known as the "Anti-monument of the women who fight". Today, a metal silhouette of a girl with her fist up is surrounded with an installation with protests and it is a landmark at Reforma Avenue, am emblematic place in Mexico City. Authorities have placed metal walls to protect the stone basement of the original sculpture designed and fabricated in France during the XX century. These metal barriers appear to be protecting heritage, but it could also be capturing two sides of a new order of urban decolonized heritage. How can ecological, indigenous and vulnerable feminist narratives can re-write notion of: What gets preserved in a city?

Joana Moreno Rivera, Mexico City



On the right-hand side of the image is Imizamo Yethu informal settlement, meaning "our efforts". A name that carries both pride and struggle. On the other side of the forested divide lies Hout Bay's (Cape Town) suburbia suggesting: abundance, vitality and security. The dense tapestry of informal homes tells a different story—one of survival and the daily labour of the excluded. The forest acts as both barrier and metaphor: not quite a wall, but a space that absorbs and obscures the tensions between two unequal worlds. Inequality builds walls without bricks: in access, opportunity, and dignity. The small trickles of greenery in Imizamo Yethu signifies the abstract efforts pushing against boundaries– there is hope! This is not just a map of division, but of determination. It necessitates seeing hope where there seems to be none and consciously seeking to dismantle not only the physical separations but the mental and systemic ones that sustain them.

Thuli Ndlovu, Johannesburg, South Africa

cultivate ambiguity, and allow uncertainty to take space. By shifting the gaze from automatic recognition to sensitive investigation, the exercise prepared the ground so that, when the narratives were later read and shared, they would be received not as explanations but as propositions—interpretive gestures, triggers for possible worlds.

Methodologically, these visual materials do not function as objective data or detached representations of territory. Sourced diversely—from personal photographs to journalism and social media—the internet and personal archives are treated here as a circulating repository of media fragments. Within the workshop, these images were deliberately removed from their original digital flows and isolated on physical sheets, transforming them into affective, unstable visual devices. Rather than serving as passive documents to be decoded or verified for historical accuracy, they were operationalized to trigger memory, spark collective friction, and generate new subjectivities through open-ended group interpretation.

This initial stage thus constitutes the inaugural gesture of narrative montage: refining the gaze so that difference—between images, voices, stories, and territories—can be perceived in its full density even before it is formally assembled.

Part 2: Narratives from the Global South

From this visual choreography, the stories emerged—each carrying the weight of lived experience while also offering an opening gesture toward the perspectives of others. Listening unfolded organically: there was no predetermined order. Speech arose through resonance with the previous narrative or by another participant's invitation. Below, we present a few of the narratives produced and discussed. For each of them, we present the main arguments pointed out by each narrator, as well as some themes that emerged from the discussion.

The first account (Figure 2) erupted as a shock, bringing forth the social and political climate of Nairobi, Kenya.

In the image, the rigid geometry of concrete pavement dominates the foreground, while in the background, a dense mass of bodies dissolves into tear gas, waving flags, and collective motion. Mundane urban order—materialized by standard traffic signs—clashes with the raw, disruptive force of the mobilizing crowd.

This narrative documents the 2024 protests against the Finance Bill, led primarily by youth in the Kenyan capital. Their mobilization ultimately forced the government to withdraw the proposal. The narrator framed this scene as the materialization of a structural wall routinely ignored by planners: the violent boundary separating aggressive metropolitan development from fundamental social and economic survival. The group's debate emphasized how protests interrupt daily urban life and, although they may create discomfort, are vital in expressing frustrations built up after years of systemic oppression. The narrator argued that urban managers must reimagine the city, dismantling this invisible wall by promoting not only economic vitality but also equitable access to opportunity. Participants added that populations also exercise inventive forms of agency, even at the scale of everyday practice.

This gesture of public claim-making opened up a conversation about what it means to demand visibility and justice in spaces where policy often constructs walls against the very people it seeks to govern. The symbolism of the green branches—signs of peaceful resistance—echoed across the group. From this resonance, the next account emerged from Mexico City (Figure 3).

On 25 September 2021, feminist collectives intervened in the monument to Christopher Columbus, renaming its roundabout the 'Anti-Monument of Women Who Fight'. A silhouette of a young girl with a raised fist—surrounded by protest installations—now stands as a landmark along *Avenida Reforma*, one of the most emblematic axes of Mexico City.

Authorities have placed metal walls to supposedly protect the sculpture's base—designed and fabricated in France during the twentieth century—from being vandalized. However, the collective subverted these barriers, turning them into a raw canvas for political graffiti. The narrator analyzed how ecofeminist and Indigenous narratives have the potential to break through official heritage constraints, transforming the preservation site into a decolonial urban shout. During the workshop, this prompted an intense critique of the politics of memory: how institutions selectively freeze certain colonial legacies while actively suppressing living struggles. The group focused on how grass-roots communities formalize counter-narratives within contested urban spaces, highlighting the permanent state of irresolution that defines the contemporary public sphere.

The discussion then pivoted from the symbolic reclamation of monuments to the structural imposition of macro-scale segregation, turning to the aerial analysis of Cape Town (Figure 4).

The theme of difference and urban autonomy also appears in this narrative, in which an image widely circulated online as a symbol of spatial inequality is interrogated. To the right, the narrator explains, lies Imizamo Yethu, an informal settlement whose name means 'our efforts'. An ambiguity between pride and struggle seems to coexist. To the left, enveloped by greenery and low-density luxury housing, are the suburban neighborhoods of Hout Bay, commonly associated with abundance and security by its inhabitants.

Figure 3 - A narrative from Mexico City. Source: instagram.com/expresocampeche Last accessed 29.11.2025.

Figure 4 - A narrative from Cape Town. Source: megacurioso.com.br/artes-cultura/108668-retratos-da-desigualdade-fotos-de-drone-revelam-contrastes-sociais-do-ceu.htm Last accessed 29.11.2025.



My home city, Semarang, is a coastal city facing continuous challenges of tidal flood. The picture (credit: Kota Kita Foundation) shows remnants of sinking and destroyed houses because of tidal flooding over years. As much as water is important part in people's life, it could become a barrier that slowly but surely uproot people from their possession, livelihood, community, and significant part of their identity. This kind of barrier, sometimes that comes from the very elements that are supposed to be supporting us, also present in my journey in academia. Government, instead of ensuring knowledge and science thrive, moves towards commercialization of higher education. It is manifested in age limit for prospective lecturers/researchers, non-merit based qualifications, and inclination of anti-science approach in policy decision.

Tia Insani, Semarang, Indonesia

Figure 5 - A narrative from Semarang. Source: kumparan.com/kumparannews/esai-foto-terancam-tenggelam-1yLBPwSz6hg/full Last accessed 09.10.2025.

The narrator warns that the forest acts as both barrier and metaphor—not quite a wall, but a filter that absorbs and obscures tensions between unequal worlds. Inequality erects walls without bricks—in access, opportunity, or dignity. Yet the small patches of green within Imizamo Yethu evoke persistence. Hope remains, participants suggested. This is not solely an image of division, but of determination: it demands that one perceive hope even where everything appears engulfed, and calls for the deliberate dismantling of physical, mental, and systemic barriers that sustain inequality. The contrast between one side and the other expresses spatially how social regimes are configured and maintained.

The narrative in Figure 5 emerged in a discussion on the material dimension of inequality. The coastal city of Semarang has long faced rising tides and recurrent flooding. The image shows remnants of a home submerged and destroyed by the slow, relentless advance of the water.

Participants discussed how water shapes people's lives, yet can also become a barrier that displaces, impoverishes, and de-identifies entire communities. In the narrator's account, this environmental process echoes her own academic journey: rather than fostering knowledge, the government has increasingly commodified higher education—imposing age limits, dubious criteria, and anti-scientific policy decisions. Barriers, then, appear not only in territorial form but as expressions of power over the social locations of individuals and groups.

The workshop conversations stressed how many of the barriers shaping our experiences arise precisely from elements that should sustain and connect us. Participants highlighted that this uneven topology of power produces continuous tension between proximity and distance. To give form to this ambiguity—between structuring inequality and narratives of resilience that attempt to emerge through it—participants turned to the figures of paths and borders, such as coastal geographies, institutions, and literal pathways and walls, expressing both limits and possibilities present in the stories. The production of images as a weaving of space, time, and subjectivity was understood by the group as a device for perceiving over-arching themes and delineating broader urban phenomena.

Continuing an inward exploration of the wall, the narrative in figure 6 depicts the bedroom of two siblings who, with their mother, have lived since birth in a 24 m² space. Because the property belongs to the Crown Property Bureau, any structural or permanent modification to the architecture is strictly prohibited, forcing the inhabitants to negotiate their lives within fixed spatial constraints.

The narrator detailed the rigorous, non-verbal micro-negotiations required for the two inhabitants to perform daily chores and maintain privacy without encroaching on one another. "Everyone has their invisible walls. We do not invade each other's space", the account by one of them informs. This delicate, everyday negotiation inspired reflections



This photo captures a scene from my thesis informant's room. Here, two study desks define the shared space of a brother and sister who, along with their mother, have occupied this 24 sq. meters room since birth. As the shophouse is owned by the Royal Family, interior modifications are impossible; residents must arrange their lives within these limitations. I often wondered how they navigated daily routines—sleeping, studying, resting, or making calls—without disturbance. One sibling shared, "Everybody has their own invisible walls. We don't invade others' space" For me, this was difficult to imagine how someone could manage such a situation. This case inspires my thinking on the affective relation of space and the sensitivity of home dwellers, also highlighting how the concept of public housing requires further research concerning state-owned property.

Piyathep Tanmahasmut, Bangkok, Thailand

on spatial sensitivity, affective relations in cohabitation, and the intersection among hyper-density, dignified shelter, and private property.
A similar erosion of domestic autonomy under the pressure of real estate capital emerged in the account of Kolkata (Figure 7).

The photograph, taken by the narrator herself, captures two similar cats lying across from one another directly atop a wall separating two properties. Locked in a state of near-perfect mirroring, their bodies draw attention to the boundary line itself. Through this symmetry, the house in the background ceases to be a simple backdrop; it emerges as a structural double of the home next to which the photographer stands. This visual echo immediately destabilizes the wall, turning a mundane partition into a critical question about the unseen spaces behind it: do these domestic environments mirror each other in size, color, and geometry? Do they reproduce the exact same conditions of occupancy, privacy, and socio-spatial containment? What are such walls separating?

In 2021, under pandemic restrictions, Birati—a rapidly expanding district north of Kolkata—was caught between past and future. Built by refugees from former East Pakistan, its single- and two-story homes with small courtyards once formed a permeable community fabric.

But real-estate pressure intensified: many of these homes were sold to developers and replaced with three- or four-story buildings. The "walls" that emerged were not only concrete ones but shifts in habits: where neighbors once circulated freely, privacy now dominates. Only stray cats, the narrator notes, continue their routes unchanged.

Participants reflected on walls as metaphors for territorial dynamics and temporal transformation—becoming thicker as communal ways of living recede under the pressure of urban capital. This opened space to address another historical layer: colonial segregation.

Figure 8, taken by the narrator from the internet, frames the monumental entrance gate to Semarang's Chinatown (Pecinan Semarang), an architectural threshold hanging over a busy street. A string of red lanterns and traditional Chinese roof contours are imposed onto an everyday urban scene filled with motorbikes, commercial signs, and overhead wires. By capturing this historic monument amidst modern traffic, the image brings forward a deep temporal friction: the gate ceases to be a mere decorative or tourist landmark and reveals itself as a historical boundary device. This visual layering invites an interrogation into the invisible divisions hardcoded into the city's fabric. It forces us to look past the vibrant street life to see how an architectural artifact, originally built to contain and separate a population group, continues to dictate the threshold between different urban worlds.

Figure 6 - A narrative from Bangkok. Source: Photo by Piyathep Tanmahasmut, 2025.



In 2021, COVID-19 restrictions were still in place but the lockdown restrictions were eased a bit in West Bengal. Birati is a fast-growing locality that falls in the North 24 Parganas but is part of greater Kolkata, more so now due to its proximity to the Netaji Subhash Chandra Bose International Airport and the upcoming East-West Metro. Most of the older residences in Birati are modest one or two-storey houses with small yards built over the years by enterprising refugees from erstwhile East Pakistan (now Bangladesh). The walls around these houses are symbolic, growing more formidable as the pressures of modern life endanger the old community way of life. A lot of these houses are being sold off to real estate "promoters" to make way for more profitable three-four storey flats. Earlier neighbours could freely move in and out of houses but families live more privately now. Only the way of the ubiquitous stray cats remains fairly unchanged…

Pratyasha Nath, Kolkata, India

Figure 7 - A narrative from Kolkata. Source: Photo by Pratyasha Nath, 2025.

Semarang's Chinatown has existed since the colonial period and remains a symbol of the ethnic segregation that shaped the city. Dutch administrators divided the territory by population groups such as Europeans, Chinese, Arabs, and pribumi (Indigenous people), imposing gates and walls that structured physical and social boundaries. Today's landscape still bears these traces, reminding us how racial classifications and spatial devices once structured (and still reverberate through) modes of life, trajectories, and senses of belonging.

From this narrative, discussions turned to the persistence of such boundaries in contemporary cities: how material and symbolic walls continue to produce inequality, how historic hierarchies reappear in new forms of segregation, and how each participant recognizes, in their own context, the barriers shaping their everyday lives and the strategies—individual or collective—for resisting and transforming them.

Figure 9 became well known online, being chosen by this story's narrator for establishing a lethal juxtaposition between a soldier in full camouflage kneeling with a rifle, and a young man lying defenseless on his back with a face mask pulled down around his chin. By framing this heavily armed institutional force directly over an exposed body, the image forces a raw confrontation with state violence.

On 17 June 2025, during protests against police brutality, a street vendor was killed by a bullet fired by the police—a tragic irony: he left home to sell face masks and returned as a statistic, shot in the head. The scene laid bare a parallel city in which informal workers survive in constant tension with authorities. Amid tear gas and daily demonstrations, the fissures of a system that protects some while crushing others become visible.

What separates these lives is not only income or power, but the normalization of violence against the most vulnerable. Yet the narrative ends where denunciation meets hope: the desire for these walls to fall—not through abstract reforms, but through mourning, indignation, and the collective refusal to accept that some lives remain treated as expendable.
This political demand to dismantle the structures that crush vulnerable populations brought the workshop's focus to a story from Porto Alegre (Figure 10), where a very different kind of wall exposed the fatal frailty of trying to segregate a city from its territory.

The frame splits into clear layers: a dry avenue at the bottom is separated by a thin barrier from historic port warehouses trapped in brown floodwater. By showing this tense coexistence of routine infrastructure and severe flooding, the photograph exposes a profound metabolic fracture, turning a physical barrier into a symptom of an urban landscape built on the vulnerable illusion of walling out nature.

The author's narrative reconstructs the trajectory of Porto Alegre's Mauá Wall, from its origins after the 1941 flood to its collapse during the storms and flood of 2024.



The Chinatown area of Semarang has existed since the colonial era and stands as a symbol of ethnic segregation in Semarang. During that time, the Dutch segregated residential areas based on ethnic groups, with each area separated by walls or gates. The population was demographically divided into three classes: Europeans (first class), Chinese and Arab communities (second class), and the indigenous population (third class). The presence of gates reinforced both residential and cultural segregation. It clearly shows that how physical barriers—like gates—and social classifications were used to divide people based on ethnicity and perceived privilege. The gates, however, reflect how Semarang's urban landscape was shaped by colonial planning and cultural boundaries.

Jurike Winarendri, Semarang, Indonesia

Figure 8 - A narrative from Semarang. Source: pinterest.com/pin/gapura-pecinan-semarang--584905070378809885/ Last accessed 29.11.2025.

Navigating between memory and forgetting, the account shows how a structure conceived to protect the city became a symbol of vulnerability, revealing the effects of political negligence, the erosion of technical expertise, and urbanistic illusions that sought to replace infrastructure with aesthetics.

Among participants, the narrative opened fertile ground for reflecting on how disasters are socially produced. Parallels emerged with other cities where critical infrastructures have been abandoned, where institutional memory deteriorates, and where the most vulnerable bear the cost of accumulated omissions. The discussion also addressed the ambivalent role of walls and urban barriers—sometimes protective, sometimes exclusionary—and how these structures shape relations of power, belonging, and security. Rather than closing a story, the narrative reopened questions about collective responsibility, care for territory, and the need to re-encounter water as a constitutive element of urban life, not an enemy to be forgotten.

Part 3: Leaving Traces of Existence

Once the narrative circle came to an end, the work of storytelling did not conclude, it merely changed form. What had been spoken in shared presence became an exhibition: a material constellation of memories, images, and ideas installed in the Faculty of Architecture at the Technische Universität Berlin. In an open and accessible circulation space, each contribution was printed and displayed alongside a presentation poster and the flag of each participant's country of origin—signaling the plurality of worlds gathered there in a cartography of experiences that was at once shared and divergent.

The narratives, now visible to the broader academic community, remained as traces of something simultaneously intimate and profoundly political. They offered no conclusions but rather clues—fragments of lives shaped by contested landscapes, pieces of earthly existence made communicable through the encounter between image and word.

By occupying a public space within the university, the exhibition brought the Global South into the everyday rhythms of a Northern institution. It interrupted the abstraction of urban theory with the intimacy of lived experience. It invited passersby to pause, read, feel, and perhaps remember. It expanded the workshop's circle to include others—not as mere spectators but as potential interlocutors in an ongoing conversation about inequality, belonging, resistance, and hope.

Its very format—the visual and the narrative in dialogue, side by side—echoed the structure of the workshop. Just as the circle had set images in motion and opened questions, the exhibition resisted linearities and hierarchies. There was no starting point or destination. Viewers could approach from any angle, remain as long as they wished, and carry with them whatever stayed. In this openness resided the strength of the assembly: an invitation to relationship, to response, to continuity.



On June 17, 2025, in Nairobi, a hawker was shot by police during protests against police brutality, a tragic irony. As one newspaper reported, ‘He came to sell masks but left with a bullet through his head.’ In Nairobi, informal workers (hawkers and street vendors) live in a parallel city, where they are constantly at odds with authority. Tear gas clouds and daily protests expose the cracks in a system that protects some and crushes others. What separates us isn't just wealth or power, but a deep-rooted normalization of violence against the vulnerable. As far as I am currently, it is my hope that these walls fall through our collective grief, anger, and refusal to accept that some lives matter less.

Dorine Odhiambo, Nairobi, Kenya

Figure 9 - A narrative from Nairobi. Source: instagram.com/p/DLAgUx1tHzO/ Last accessed 29.11.2025.

Clues, by nature, do not solve a mystery—they deepen it. They call us to follow, interpret, speculate. By leaving these traces of existence, participants affirmed that their stories are not sealed artifacts but active forces. Each narrative remained incomplete, open to new readings, to other stories, to different montages. In this sense, the exhibition was not a final act of communication but a practice of hospitality—welcoming difference, creating space, offering testimony as a form of presence. These were not universal stories but situated ones; they did not generalize—they particularized. And it is precisely through this specificity that they resonated far beyond themselves.

That which emerges

Reading these narratives not as isolated testimonies but as fragments of a shared montage calls for another mode of interpretation—one that does not seek a unifying thread but is instead guided by the resonances, dissonances, and recurrences that surface when stories encounter one another. Through the gesture of montage, something distinct is produced: a mobile constellation of critical coordinates that reveals how the Capitalocene, rather than an abstract global epoch, operates through highly localized, violent spatial design. The juxtaposition of these narratives cracks open the consolidated urban hegemonies of the Global South, revealing that the micro-territories of everyday life are active battlegrounds of memory, containment, and structural resistance.

A transversal thread produced by this montage is the operational continuity between historical and contemporary mechanisms of socio-spatial containment. When the colonial gates of Semarang are placed in direct friction with the modern, real estate-driven privatization of Kolkata’s Birati district, the wall reveals itself not as a static architectural artifact, but as an evolving technology of social ordering. The explicit ethnic segregation engineered by Dutch colonial administrators in Indonesia does not disappear in the 21st century; instead, it is re-coded through the aggressive financialization of housing in India. In both cases, the materialization of the wall—whether a monumental stone archway or a private concrete element—regulates the visibility and circulation of those who may or may not enter a space. The wall is therefore an expression of regimes of authorization. By reading such images together, it ceases to be a neutral urban partition and emerges as a symptom of unequal control logics that dictates who belongs and who is cast out.

This systemic capture of world-making operates simultaneously across the macro-scale of environmental segregation and the micro-scale of domestic subjectivity. The stark, aerial metabolic fracture of Cape Town (Figure 4)—where a lush forest filter actively obscures the violent proximity between low-density luxury and the packed tin roofs of Imizamo Yethu—finds a profound, interior echo in the 24-square-meter shophouse room in Bangkok (Figure 6). In both contexts, the inhabitants are forced to negotiate their existence against rigid, pre-constructed boundaries designed by sovereign or



Porto Alegre, 1941: a deluge submerged the city, not only drowning its streets and buildings, but also unsettling the collective imagination. In response to the waters’ unrelenting force, the Mauá Wall was then devised and built – alongside dikes and pumps – as a concrete promise of protection. By the turn of the 21st century, calls to bring down the wall began to resurface. Visions of a reconnected waterfront, of a city once again touching the Guaíba Lake, gained traction. Experts agreed. The market applauded. The wall, they said, stood in the way of progress. Then came the rains of April, May and June of 2024 – rains that did not stop. Floodwaters surged once more across the whole state. Porto Alegre, along with over 430 other cities, was overtaken. More than half a million people were forced from their homes. Decades of disinvestment had eroded the public infrastructure and the memory needed to operate the city’s floodgates. Despite countless acts of solidarity, mobilization and aid, local government response was absent. No meaningful measures were taken to mitigate the disaster, nor to prepare for those yet to come in this new era of climate emergency. A year later, the waters are rising again as these words are being written.

Gianluca Perseu, Porto Alegre, Brazil

Figure 10 - A narrative from Porto Alegre. Source: matinaljornalismo.com.br/parentese/ensaio-parentese/fukushima-e-porto-alegre-paralelismos-e-perpendicularidades Last accessed 29.11.2025.

corporate power—be it the wealthy suburban landscape or the prohibitive regulations of the Crown Property Bureau. Yet, by forcing these scales into a single interpretive frame, we perceive the micropolitical resistance that survives within subaltern spaces. The small patches of green defiantly sprouting inside Imizamo Yethu and the non-verbal, intimate micro-negotiations of daily routines between the siblings in Bangkok are not merely survival strategies; they are localized acts of world-building. They represent a stubborn refusal to allow human and non-human entanglements to be entirely hollowed out by the predatory logics of urban capital.

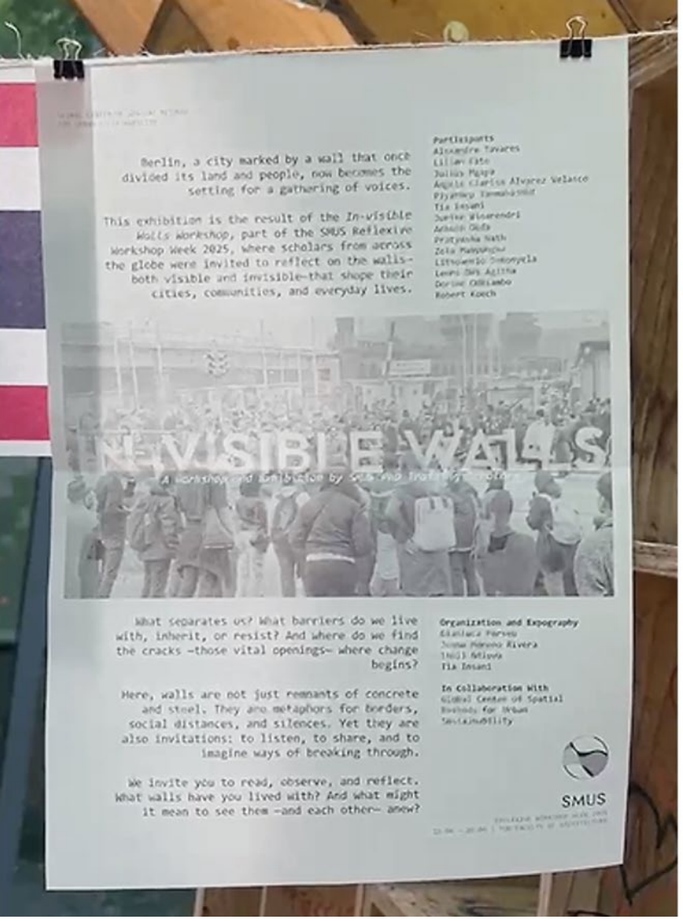
Ultimately, this montage reveals that the contemporary city of the Global South is a deeply unstable palimpsest, perpetually caught between institutionalized omission and embodied refusal. When we juxtapose the state-sanctioned violence on the streets of Nairobi (Figure 2, Figure 9) and the ecofeminist subversion of colonial monuments in Mexico City (Figure 3) with the catastrophic collapse of infrastructure along Porto Alegre’s Mauá Wall (Figure 10), the illusion of the modern, controlled city completely unravels. The street vendor shot for selling face masks and the historic port warehouses marooned in brown floodwater are twin expressions of the same structural trauma: a system that treats both marginalized lives and natural ecosystems as disposable resources. Porto Alegre's failed wall, built on the urbanistic illusion of completely severing the city from its river, directly mirrors the militarized barriers designed to insulate power from public indignation.

The cross-reading of these fragments demonstrates that disasters—whether ecological, economic, or militarized—are socially and politically produced. Rather than offering a reassuring counter-narrative, this visual assembly forces the incomplete, the plural, and the deeply contradictory to breathe side by side, providing a relational method to navigate our compromised planetary reality without yearning for administrative closure.

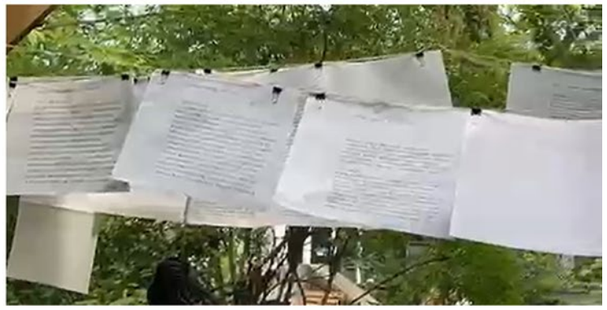
Some considerations

This collective experiment in narrative montage was not designed to produce answers, solutions, operational solutions, or definitive spatial models. Its purpose was to operationalize another way of knowing—one that emerges from localized encounters, conceptual resonance, and the slow, relational labor of sharing and listening. At a time when knowledge production is increasingly subordinated to metrics, acceleration, and instrumentalization, this work reaffirms storytelling as a slow, situated, and relational practice capable of restoring critical attention and sensitive inquiry to an age of engineered indifference.

As an epistemological gesture, narrative montage challenges traditional disciplinary boundaries and the hierarchies that sustain them. It calls forth the co-presence of affect and analysis, personal memory and political critique, situated perspective







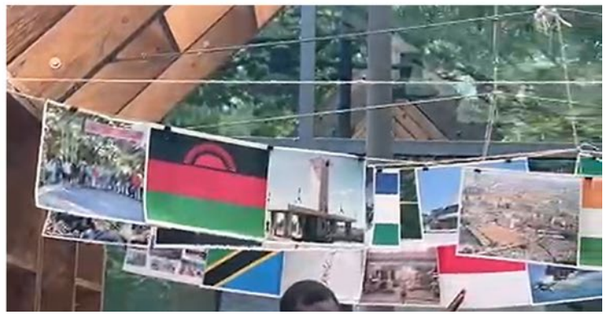


Figure 11 - Exhibition of the narratives at the Technische Universität Berlin. Source: the authors.

and collective inquiry. It does not aim to resolve contradictions, but to inhabit them. It does not universalize, but insists on the singular and the partial as conditions for producing knowledge. In this sense, it resonates with critiques of the Anthropocene and the Capitalocene, which highlight the limits of totalizing visions and call for multiple perspectives, both human and nonhuman, through which the world may be apprehended.

Methodologically, this approach positions storytelling, not as mere data, but as the perspective through which we work with data. The situated stories assembled here are constitutive of territory; they carry memory, trauma, and spatial possibility. They map what metrics and abstract masterplans systematically obscure: the uneven textures of everyday life, localized structures of feeling, slow infrastructural violence, and the micro-politics tactics spatial resistance. Working with this sensitive material requires care. It demands a non-extractive, dialogical, interpretive practice that treats knowledge as an unstable property co-produced in relation, rather than an objective commodity to be harvested from afar.

Politically, this collaborative assembly demonstrates that alternative modes of dwelling are already being lived, narrated, and constructed at the margins of formal governance, entirely outside dominant regimes of authorization. The stories gathered here render visible not only the material walls that divide but also the micropolitical gestures—crossing, naming, and reclaiming—that fracture institutional authority. Rather than romanticizing urban precarity or marginalization, the project maps the complexity of survival and creativity in contexts of historical abandonment, state repression, and historical neglect. It shifts the focus of urban studies from detached abstraction to an intense proximity with specific people, places, gestures, and relations, marking the exact threshold where politics meets radical intimacy, and where knowledge emerges from proximity, not distance.

Epistemologically, storytelling forces a critical reconsideration of authorship, voice, and representation. It destabilizes the figure of the detached urban expert and clears space for a polyphonic, collective production of meaning. This text, like the workshop from which it emerged, is structurally open-ended, comprising fragments, clues, and traces meant to invite further rearrangements, interventions, and political alignments. In a landscape defined by socio-ecological exhaustion and violent division, the act of assembling fragmented stories ceases to be a mere academic exercise and reveals itself as an urgent ethical and political commitment to inhabiting a compromised world together.

References

ARFUCH, Leonor. *Memória e autobiografia*: explorando as fronteiras. Belo Horizonte: UFMG, 2018.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov (1936). In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política:* ensaios sobre literatura e história da cultura. 3rd ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. pp. 197–221.

BENJAMIN, Walter. *Crônica de Berlim.* São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

DANOWSKI, Deborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Há mundo por vir***?** Ensaio sobre os medos e os fins. Florianópolis: Cultura e Barbárie; Instituto Socioambiental, 2014.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Un conocimiento por el montaje*. Interview by Pedro G. Romero, 2007. Available at: arquivodeemergencia.wordpress.com/anotacoes/conocimientomontajedidihubermann/ Accessed on: March 3, 2020.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *A semelhança informe:* ou o gaio saber visual segundo Georges Bataille. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015 [1995].

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica:* cartografias do desejo. 9th ed. Petrópolis: Vozes, 2010. (Original work published 1986).

JACQUES, Paola Berenstein. Montagem Urbana: uma forma de conhecimento das cidades e do urbanismo. In: JACQUES, P.; BRITTO, F.; DRUMMOND, W. (Eds.). *Experiências metodológicas para a compreensão da complexidade da cidade contemporânea.* Salvador: EDUFBA, 2015.

LARROSA, Jorge. *Tremores:* escritos sobre experiência. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Volume 1. Campinas: Papirus, 1994.

RICOEUR, Paul. Arquitectura y narratividad. In: MUNTAÑOLA, Josep (Ed.). *Architectonics:* Arquitectura y hermenéutica. Barcelona: Edicions UPC, 2002. pp. 9–29.

WARBURG, Aby. *The Renewal of Pagan Antiquity: Contributions to the Cultural History of the European Renaissance*. Los Angeles: Getty Research Institute, 2000.

WARBURG, Aby. *Atlas Mnemosyne.* Madrid: Akal, 2012.

ISSN 2526-7310 PIXO n.37, v.10 outono de 2026

HABITAR A TERRA
Cosmotécnicas frente à des-futurização do design moderno

DWELLING THE EARTH
Cosmotechnics in the face of the defuturing of modern design

Mário Victor Marques Margotto[1] e Clara Luiza Miranda[2]

Resumo
Em meio à crise socioambiental contemporânea, o horizonte de expectativas converge para o signo da catástrofe ecológica que caracteriza o habitar nos tempos do Antropoceno. Nesse contexto, o artigo propõe uma reflexão sobre o papel ontológico do design, demonstrando como as práticas modernas de projeto e suas formas de ocupação da terra participam da destruição de futuros, além de investigar ontologias do design enraizadas em cosmotécnicas que desvelem outros designs possíveis. O texto estrutura-se em duas abordagens. Primeiro, discute os conceitos de des-futurização e capitalismo de catástrofe, tomando as inundações no Rio Grande do Sul (2024) como fio condutor para elucidar como o design moderno opera enquanto gerador de insustentabilidade. Segundo, reflete sobre o conceito de cosmotécnica, em diálogo com as experiências agroecológicas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e da Teia dos Povos, no intuito de entrever outros modos de projetar e habitar a terra.
Palavras-chave: design ontológico; des-futurização; catástrofe climática; cosmotécnicas.

Abstract
Amid the contemporary socio-environmental crisis, the horizon of expectations converges toward the sign of ecological catastrophe that characterizes dwelling in the times of the Anthropocene. In this context, the article proposes a reflection on the ontological role of design, exploring how modern design practices and their forms of land occupation participate in the destruction of futures, while investigating design ontologies rooted in cosmotechnics that could unveil other possible designs. The text is structured in two approaches. First, it discusses the concepts of defuturing and disaster capitalism, taking the 2024 floods in Rio Grande do Sul as a guiding thread to elucidate how modern design operates as a generator of generalized unsustainability. Second, it reflects on the concept of cosmotechnics, in dialogue with the agroecological experiences of the Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) and Teia dos Povos, aiming to glimpse other ways of designing and dwelling the earth.
Keywords: ontological design; defuturing; climate catastrophe; cosmotechnics.

1 Doutorando em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFES), Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo mesmo programa (UFES/2021) e Arquiteto e Urbanista pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo (UFES/2018).
2 Doutora em Comunicação e Semiótica (PUC-SP/2004), Mestra em Arquitetura e Urbanismo pela Escola de Engenharia de São Carlos (USP/1997) e Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UnB/1986).

Introdução: habitar nos tempos do Antropoceno

Em meio à crise socioambiental contemporânea, abordamos os imaginários sobre o horizonte de expectativas que convergem para o signo da catástrofe. Nessa perspectiva, o colapso civilizatório traduz-se, enquanto acontecimento, na catástrofe ecológica que se situa no nosso horizonte temporal. Como argumenta Angus (2023, p. 138), isso não se dá apenas porque as mudanças catastróficas sejam iminentes, mas porque "se não forem tomadas medidas em breve, tais mudanças se tornarão inevitáveis". Nesse sentido, a catástrofe climática talvez seja *o acontecimento* que altera profundamente as nossas expectativas de futuro e a nossa relação com o tempo histórico (Chakrabarty, 2013). Para Hartog (2013, p. 15), além de habitarmos um "tempo presentista", em que o presente se torna hegemônico, hoje o futuro não é "mais visto como promessa, mas como ameaça; sob a forma de catástrofes, de um tempo de catástrofes que nós mesmos provocamos". Faz-se presente, nesse contexto, em nível global, a ampliação da conscientização da crise ecológica que se agudiza no século XXI.

Os processos engendrados pela Revolução Industrial, e aprofundados no período pós-Segunda Guerra Mundial, com o desenvolvimento de uma economia baseada nos combustíveis fósseis, na exploração desenfreada de recursos naturais e na produção massiva de resíduos, resultaram em mudanças irreversíveis no sistema Terra (Angus, 2023). Presenciamos uma profunda alteração dos padrões de variabilidade dos indicadores biofísicos, adentrando em um mundo não análogo em que, conforme Angus (2023, p.147), "o clima global está fora do padrão de variabilidade do Holoceno. Estamos em terra incógnita, um território desconhecido denominado Antropoceno". A aceleração dos processos intensivos de exploração dos recursos naturais pelo capitalismo resulta hoje em reações cada vez mais imprevisíveis e dificilmente detectáveis. Trata-se daquilo que Stengers (2015) denomina *intrusão de Gaia*, a qual perturba a ordem das temporalidades e revela uma *ruptura metabólica*, nos termos marxianos (Foster, 2005), enquanto há profunda alienação humana em relação à natureza gestada pelo capital e pelo determinismo tecnológico.

Nesse panorama, o artigo expõe, como elemento basilar desta crise, o campo ampliado do design, entendido aqui não apenas criador de espaços e de objetos, mas como uma agência que elabora e modula formas de habitar e de ser-no-mundo. Dessa forma, partimos do pressuposto de que o design possui uma dimensão ontológica, ou seja, do vir-a-ser da cultura[3]. Segundo Escobar (2016, p. 12, p. 129, tradução nossa), "o design é ontológico porque cada objeto, ferramenta, serviço ou narrativa em que está envolvido cria formas particulares de ser, saber e fazer", ou seja, "o design gera as estruturas da possibilidade humana (e de outros seres da Terra)"[4]. Da mesma maneira, sintetiza Fry (2020, p. 5, tradução nossa): "os designers desenham um mundo desenhado, que chega pelo design, que desenha as suas ações e objetos, ou mais simplesmente: **nós** desenhamos o nosso mundo enquanto o nosso mundo nos desenha"[5]. Tudo aquilo que produzimos, ao mesmo tempo, nos molda, criando nossas condições de habitabilidade.

3 Projeto, em latim, é *projectum* (Cesca, 2016), significa "lançar adiante", quer dizer: *pro-jetar* dirige-se ao futuro, partindo da "necessidade de se pensar a posteridade para a existência de hoje, para dar a existência de hoje uma dimensão a respeito do futuro" (Argan, 1993, p. 159). O equivalente de *projeto*, em inglês, é *design* (de-signar), e como verbo (*to design*): "projetar", diria Flusser (2007, p. 184), para tornar "possível uma nova forma de cultura". O projeto exprime uma intenção ou objetivo (*dessein*) — em francês, *dessein* é homófono de *dessin* (design).
4 No original: "El diseño es ontológico porque cada objeto, herramienta, servicio o, incluso, narrativa en los que está involucrado, crea formas particulares de ser, saber y hacer" (Escobar, 2016, p. 12); e "el diseño genera, inevitablemente, las estructuras de posibilidad humanas (y de otros seres de la Tierra)" (Escobar, 2016, p. 129).
5 No original: "[…] designers design in a designed world, which arrives by design, that designs their actions and objects, or more simply: we design our world, while our world designs us" (Fry, 2020, p. 5).

A contribuição central do trabalho consiste em demonstrar, por um lado, como as práticas modernas de projeto e as suas formas de ocupação da terra participam da destruição de futuros possíveis e, por outro, apontar para ontologias políticas do design enraizadas em cosmotécnicas que possam abrir caminhos para modos de habitar mais sustentáveis. Nesse ponto, aludem-se às expressões de Malcom Ferdinand (2022, p. 56) de *habitar colonial* e *fazer habitar*, no sentido de *fabricação*, implicando na "engenharia dos humanos e dos ecossistemas".

Convém, desde já, delimitar o que entendemos por *design moderno*, termo que percorre todo o argumento deste trabalho. Dada a polissemia da palavra moderno, referimo-nos aqui não a um período estilístico específico, mas ao paradigma projetual hegemônico que se consolida com a industrialização e se fundamenta numa ontologia dualista — que separa natureza e cultura, sujeito e objeto — e numa racionalidade instrumental que concebe o mundo como recurso disponível e manipulável (Hui, 2020). Trata-se do design enquanto tecnologia política da modernidade capitalista ocidental (Escobar, 2016), e não de qualquer atividade projetual em si. Reconhecemos, ainda, que esse paradigma não é incontestado: a própria contestação de sua pretensão universal já vem sendo articulada por designers de transição, movimentos sociais e abordagens decoloniais, dos quais este texto procura se aproximar.

Escobar (2016, p. 11) situa os tempos atuais como a crise de um modelo civilizatório — o da modernidade capitalista ocidental — e argumenta que os modos de projetar da cultura se apresentam como componentes indissociáveis dessa crise. Segundo o autor, as políticas públicas, o planejamento do desenvolvimento e o próprio design constituem "tecnologias políticas fundamentais da modernidade e elementos-chave na constituição moderna de um mundo único globalizado"[6] (Escobar, 2016, p. 15, tradução nossa), pois encerram o futuro no interior de um modelo cultural hegemônico e insustentável (Fry, 2020).

Ao serem consideradas as ferramentas de configuração espacial e material da vida cotidiana, o design participa ativamente da produção de mundos e maneiras de fazer-mundo, estabelecendo as condições concretas para determinados modos de habitar em detrimento de outros. Quando o planejamento urbano moderno estabelece zoneamentos funcionais que separam trabalho, moradia e lazer, não está apenas organizando o espaço, mas configurando, ontologicamente, formas de vida marcadas pela dependência do automóvel, pelo individualismo, pela instrumentalização da vida e pela ruptura com modos comunitários de sociabilidade tradicionais. Da mesma forma, quando o design industrial moderno privilegia a obsolescência programada e a produção em massa de objetos descartáveis, está participando ativamente da construção de uma relação instrumental e predatória com os recursos naturais.

Nessa linha, Fry (2020) argumenta sobre os *efeitos desfuturizantes* do design moderno devido à sua contribuição para as "condições sistêmicas de insustentabilidade estrutural, que eliminam múltiplos futuros possíveis"[7] (*apud* Escobar, 2016, p. 40, tradução nossa), seja sob a ideologia do plano, seja sob a ideologia do desenvolvimento. Nessa seara, nossa abordagem desses conceitos será atravessada por discussões que envolvem a catástrofe que sucedeu no Rio Grande do Sul, em 2024, aliada ao conceito de *capitalismo de desastre* elaborado por Klein (2008). Esse acontecimento permite observar concretamente como decisões de design (como projeto urbano e arquitetônico, gestão pública e planejamento infraestrutural) participam na produção de vulnerabilidades socioambientais e como, no contexto da catástrofe, reproduzem-se as mesmas lógicas desfuturizantes do capitalismo moderno.

Da mesma maneira, se a ideia de des-futurização coloca que o design produz futuros na mesma medida em que suplanta outros mundos, humanos e não-humanos, agrega-se a compreensão de que o design moderno e o capitalismo de catástrofe integram, de diferentes formas e em diversos níveis (materiais, sociais, econômicos, políticos, epistemológicos), um *modo de habitar colonial* (Ferdinand, 2022). Segundo Ferdinand (2022), tal modo de habitar consolidou-se a partir de um sistema extrativista dentro de *trocas econômicas desiguais* entre as nações colonizadoras e as suas colônias, entre o centro e a periferia, que ainda se mantêm em funcionamento. Essas trocas revelam uma "ruptura metabólica" que permitiram e ainda permitem a exploração e o esgotamento de nutrientes do solo nas periferias do Sul Global para o enriquecimento das nações colonizadoras, ao mesmo passo em que transformam "suas periferias em *plantations*, em extensões materiais e humanas que tinham como finalidade a satisfação dos desejos do centro" (Ferdinand, 2022, p. 73). Portanto, por exemplo, há o descompasso inalterável entre o que é produzido para consumo direto (e interno) e o que é destinado à exportação, ao processamento e ao uso industrial.

Por outro lado, como contraponto ao design moderno e ao habitar colonial, e tomando-se esse mesmo contexto histórico atual, abordaremos algumas possibilidades de design por meio dos princípios agroecológicos presentes nas experiências históricas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e da Teia dos Povos. Esses princípios podem ser compreendidos enquanto *cosmotécnicas* (Hui, 2020, p.39), ou seja, "formas específicas de unificação entre cosmos, moral e atividades técnicas que emergem de contextos culturais e geográficos particulares". Trata-se de práticas de design territorial participantes na construção de territórios em confluência com o meio ambiente por meio das quais a organização socioespacial e econômica está pautada nos saberes relacionais dos povos originários com a terra, na transição agroecológica e na agricultura familiar, no reflorestamento e na restauração de biomas (Ferreira, 2020). Essas experiências podem desvelar algumas linhas de fuga frente à monocultura do agronegócio, ao desmatamento e às técnicas que desestabilizam o tempo da natureza (Angus, 2023). Trata-se de vislumbrar outros modos de habitar e de projetar territórios em que o MST e a Teia dos Povos apresentam exemplos frutíferos.

Tomando de empréstimo os termos de Stengers (2018) acerca de sua *proposição cosmopolítica*[8], apresenta-se aqui uma proposta modesta de não dizer o que são ou o que deveriam ser tais conceitos e eventos, "mas [antes] de fazer pensar". Trata-se, fundamentalmente, de um exercício reflexivo que busca perceber "a forma como [tais elementos terão] 'desacelerado' os raciocínios", criando "a ocasião de uma sensibilidade um pouco diferente no que concerne aos problemas e situações que nos mobilizam" (Stengers, 2018, p.443). Essa desaceleração do pensamento engloba, portanto, interpelar diferentes modos de projetar e fazer-mundo no âmbito da corrente crise climática e socioambiental.

6 No original: "Hoy diríamos (ontológicamente) que las políticas públicas y la planificación del desarrollo, así como gran parte de lo que se denomina diseño, son tecnologías políticas fundamentales de la modernidad y elementos clave en la constitución moderna de un solo mundo globalizado" (Escobar, 2016, p. 15).
7 No original: "El teórico australiano del diseño Tony Fry habla de los 'efectos desfuturizantes' del diseño moderno, es decir, de la contribución del diseño a las condiciones sistémicas de insostenibilidad estructurada que eliminan múltiples futuros posibles" (Escobar, 2016, p. 40).

8 De acordo com Stengers (2018), a proposição cosmopolítica não se constitui a partir do *cosmos* dos antigos, organizado e fechado em si, e, portanto, de um cosmopolitismo em que o ponto de partida seria a compreensão de que todos sejam iguais, mas antes a própria alteridade, a co-existência de distintas cosmovisões, ou seja, da *pluralidade ontológica* (Hui, 2020), um pluriverso de projetos horizontais e relacionais, conforme Escobar (2016).

Des-futurização: o design moderno e a produção de insustentabilidade

O conceito de des-futurização: a dimensão ontológica do design moderno

O conceito de *des-futurização* (*defuturing*) foi concebido e desenvolvido pelo teórico do design Tony Fry (2020) e constitui uma ferramenta analítica para compreender os efeitos ontológicos do design moderno. De forma sintética, a *des-futurização* pode ser definida como o próprio terreno pelo qual o futuro é negado, compreendendo-se que a atividade do design futura ou desfutura, isto é, que os objetos e o conjunto de técnicas que conformam a cultura nos enquadram[9] em modos de ser e habitar o mundo. O autor atribui ao design moderno as "condições sistêmicas de insustentabilidade estruturais que eliminam múltiplos futuros possíveis" [10] (Escobar, 2016, p. 40, tradução nossa). Nesse sentido, o termo refere-se ao impacto negativo do design frente à insustentabilidade planetária de forma generalizada.

Fry (2020) considera que o design, desde uma perspectiva ontológica, cria e destrói mundos possíveis simultaneamente. Cada decisão de projeto, cada artefato criado, cada sistema implementado não apenas produz determinadas condições de existência, mas também impossibilita outras. Por exemplo, as culturas, como o pasto, a soja, e a urbanização no Rio Grande do Sul, ao avançarem sobre a planície de inundação e de suas imediações, mediante as intervenções antrópicas diretas e indiretas, assim como supressão da vegetação endógena, alterações nos canais (construção de barragens), "impermeabilizações ao longo das vertentes e dos fundos de vale, afetam o escoamento das chuvas mesmo em cidades de topografia relativamente plana" (Moura, 2024, on-line). Esse modelo de colonização da terra produz espaço agricultável e habitável às custas de condições naturais "pela ocupação de ambientes reguladores (banhados e margens de cursos d'água)", afetando assim o ciclo hidrológico e a função da planície da retenção e absorção das cheias, uma vez que o volume da água das precipitações, "que ficaria antes retido e absorvido pelo solo, chega aos cursos d'água, fluindo rapidamente, favorecendo as inundações, elevando o nível do curso e podendo atingir as edificações próximas" (Moura; Basso; Strohaecker, 2013, p. 248).

Isso se equipara ao design industrial quando este privilegia o extrativismo predatório, materiais não biodegradáveis e processos produtivos baseados em combustíveis fósseis, não apenas criando produtos específicos, mas participando historicamente da destruição das condições de habitabilidade que permitem a vida humana tal como a conhecemos. Daí provém a necessidade de reelaboração do design que, todavia, defronta sua incapacidade de lidar adequadamente com as consequências do seu impacto socioambiental e ontológico (Fry *et al.,* 2015, p. 168). Logo, o conceito de des-futurização consiste numa ferramenta prática para a *comunidade do design* — os chamados *designers de transição* por Escobar (2016).

Uma das premissas da abordagem da des-futurização parte da mudança e ampliação de entendimento do próprio campo do design, cuja transição hoje considera até mesmo a possibilidade de redesenhar o clima, conforme Latour (2014). Segundo Fry *et al.* (2015, p. 133, tradução nossa), vivemos em uma transição "para um mundo onde o artificial (e não mais a natureza) constitui o horizonte, o meio e as condições determinantes da nossa existência"[11]. Nesse contexto, o conceito de des-futurização consiste em um projeto simultaneamente ontológico e pedagógico. Trata-se menos de uma questão de *resolução de problemas* do que de um *projeto ontológico* dirigido à formação e sustentação de um sujeito capaz de desenvolver o potencial humano, em oposição ao destrutivo, a partir do mundo artificial que habitamos. A des-futurização se dispõe a promover uma espécie de pedagogia, evocando novas e ancestrais formas de agir e de intervir no mundo. O termo prescreve ao design "a reformulação crítica do que é em favor do que poderia ser"[12] (Fry *et al.*, 2015, p. 139, tradução nossa).

No design moderno, o vazio no horizonte temporal, também no espacial — geralmente uma fronteira ou terra supostamente *selvagem* não cultivada —, era operado como oportunidade civilizatória, uma *tabula rasa*. Isso resultava do processo de seleção por meio de uma cultura hegemônica baseada em uma temporalidade unilateral (Hui, 2020), imposta sobre a multiplicidade dos tempos de outras naturezas-culturas, em consonância com um espaço isótropo, generalista e disciplinar. Por sua vez, os métodos da terra arrasada constituem o chão e a base do capitalismo extrativista que efetua um processo de seleção mediante estratégias insidiosas de desterritorialização, desenraizamento e de despossessão. Por fim, como alerta Fry (2020, p. 238, tradução nossa), "a des-futurização nos mostra que o que já foi posto em prática, e que atua como uma agência que desfutura, deixa claro que tudo o que construímos o fazemos em um espaço povoado de estruturas, objetos, escombros e terras devastadas"[13].

No Sul do Brasil, o avanço das fronteiras, no Século XIX e na década de 1940, se deu sob o argumento de vencer o *vazio demográfico* (Passos; Pivatto, 2018), mediante o apagamento da população indígena, negra, cabocla, das pradarias, dos vales, rios, lagoas e banhados. O mesmo objetivo mantém-se no novo fundamento. No fim do Século XX, Fernando Henrique Cardoso declarou aos líderes do agronegócio: "[...] juntos, nós vamos encontrar os caminhos viáveis para transformar o Brasil realmente num grande celeiro para o mundo" (Cardoso, 1998, *apud* Pompeia, 2021, p. 133). A fabricação desse *celeiro* assentava-se "na ideia — falaciosa — de infinitude de terras disponíveis a serem exploradas no território nacional, que implicava ignorar os direitos de povos indígenas (Carneiro da Cunha, 2012, *apud* Pompeia, 2021, p. 133), comunidades quilombolas e outros grupos tradicionais, bem como a importância de florestas biodiversas". A coalização entre Estado e Agronegócio projetou 80 milhões de hectares agricultáveis nos cerrados, "com potencial para multiplicar por nove a produção de soja e milho" (Fernandes, 1998 *apud* Pompeia, 2021, p. 134); e "destinar 64% das terras brasileiras à agricultura" (Garcia, 1997, *apud* Pompeia, 2021, p. 134). Conforme o Cadastro Rural Agropecuário da Embrapa (2022), pastos, lavouras e silvicultura ocupam, em 2021, 30,2% do território brasileiro, sendo proprietária de 33,2% de áreas de proteção ambiental.

Des-futurização e catástrofe: reflexões a partir das enchentes no Rio Grande do Sul

O fator crítico da des-futurização pode ser melhor compreendido quando confrontado à palavra *catástrofe*, evento traumático de crise da experiência humana. A noção de transição está presente nos dois termos, pois eles incorporam o paradoxo de

9 O termo *enquadramento* (*enframed*) utilizado por Fry (2020) remete ao conceito de composição, esquema ou estrutura (*Gestell*) trabalhado por Heidegger (2012) a respeito da questão da técnica moderna. Este enquadramento situa a *essência da técnica moderna* como uma percepção de mundo que coloca e situa todos os entes à disposição para exploração infinita em benefício do aparato técnico-científico-industrial.
10 O design, enquanto uma das ferramentas mais poderosas do empreendimento moderno capitalista ocidental, atuaria na produção da *não existência de mundos* (des-futurização), sendo esta a sua frequente ocupação ontológica, como uma espécie de *ontologia de devastação dominante* (Escobar, 2016, p. 30).
11 No original: "[…] to a world where the artificial (and no longer nature) constitutes the horizon, medium and determining conditions of our existence" (Fry *et al*., 2015, p. 133).
12 No original: "[…] design is ever the critical reworking of what-is in favor of what could be" (Fry *et al.,* 2015, p. 139).
13 No original: "Defuturing shows us what has already been put in place that acts as an agency that defutures, it makes clear that whatever we construct we do so in the midst of a populated space of structures, objects, rubble and wastelands" (Fry, 2020, p. 238).

temporalidades complexas. Solnit (2020, p. 4) assinala a sinonímia entre as palavras catástrofe e *desastre*, que significam sucessivamente *passar através* e *suplantar*. O desastre transforma "o mundo e a forma como o percebemos". Para a autora, nessas condições "a mudança não só é possível, como é inevitável". O desastre "começa repentinamente e nunca termina totalmente. Em muitos aspectos cruciais, o futuro não se parecerá com o passado" (Solnit, 2020, p. 456). Nossa abordagem do termo des-futurização será atravessada pela discussão das enchentes que ocorreram no Rio Grande do Sul, em 2024, evento que permite observar concretamente como decisões de design (projeto urbano, arquitetônico e de planejamento territorial) participam da produção de catástrofes socioambientais.

Pode-se incluir essa catástrofe, parcialmente, no quadro de ressignificação do design. As inundações que atingiram o Rio Grande do Sul, em 2024, representam uma resultante de como a ontologia do design moderno opera historicamente por processos desfuturizantes. Aproximadamente, setenta por cento do território estadual foi atingido, resultando em terra arrasada, com centenas de mortos e feridos, milhares de desabrigados e deslocados, além de prejuízos incalculáveis. O evento decorre da simultaneidade de fatores meteorológicos e climáticos que produziram um volume intenso e persistente de chuva. Conforme Marengo *et al.* (2024, p. 206), o evento extremo no estado foi causado pela combinação de quatro fatores: rios voadores, ventos alísios de leste transportando umidade da Amazônia; ar mais quente e úmido devido ao Atlântico Tropical aquecido; bloqueio atmosférico no Pacífico Sul e o El Niño. Essa interação resultou em dias seguidos de tempestades intensas na região. Entretanto, a extensão e a gravidade do impacto socioambiental devem-se, fundamentalmente, a decisões de projeto e de planejamento territorial acumuladas ao longo de décadas. Para Marengo *et al.* (2024, p. 218), a incapacidade dos governos de lidarem com a alta vulnerabilidade foi determinante para o desastre e os seus "impactos generalizados". O rompimento da comporta no dique do Guaíba e as inundações em Porto Alegre não foram causados por eventos climáticos extremos, mas sim por falhas tecnológicas que agravaram os impactos.

Do ponto de vista do design urbano e do planejamento territorial, a catástrofe resulta de uma série de escolhas que configuram o que Fry (2020) denomina efeitos desfuturizantes. A urbanização indevida de áreas de amortecimento das bacias hidrográficas representa uma decisão de projeto que privilegia a expansão imobiliária em detrimento da preservação de áreas fundamentais para a regulação hídrica. Trata-se de um exemplo concreto de como o planejamento urbano moderno opera ignorando as características históricas e geográficas dos territórios. A região hidrográfica do Guaíba, que abriga nove bacias hidrográficas distribuídas entre planalto, depressão e parte do litoral, possui características climáticas que favorecem o regime chuvoso. O planejamento territorial que desconsidera essas especificidades geográficas e ecológicas participa ativamente na produção da catástrofe.

O manejo inadequado dos biomas e dos rios, a negligência com as infraestruturas de proteção contra inundações e o desmonte do serviço público relativo ao planejamento, à gestão e ao gerenciamento de risco de desastres representam decisões que configuram um modo de habitar e, consequentemente, de projetar o território marcadamente desfuturizante. Quando os sistemas de drenagem são subdimensionados, quando as áreas de várzea são impermeabilizadas, quando as infraestruturas de proteção são deixadas em estado precário ou são inadequadas, não se trata apenas de negligência administrativa, mas de escolhas de projeto que materializam uma determinada ontologia do design (moderno): aquela que privilegia o curto prazo dos resultados, o lucro imediato e a lógica especulativa em detrimento da sustentabilidade de longo prazo. Essas decisões criam condições sistêmicas de insustentabilidade que eliminam condições de habitabilidade de vastas regiões.

Não obstante, a facilitação da legislação ambiental e o descrédito dos alertas dos institutos de monitoramento meteorológico completam o quadro de um modelo de planejamento e projeto territorial que opera segundo a lógica do design moderno e da des-futurização. Esse roteiro possui paralelos com outros desastres ambientais, como do Furacão Katrina, em Nova Orleans, ocorrido no ano de 2005. Tais desastres, como argumenta Ferguson (2021, p. 10), combinam a "falha do operador e administrativa". Se os modernos fizeram da *revolução* uma *rotina*, como observa Sloterdijk (2006), o capitalismo tardio faz o mesmo com os desastres, visto que estes se tornam oportunidades imperdíveis para negócios lucrativos.

Em menos de um mês de persistente alagamento, a Prefeitura de Porto Alegre formalizou parceria com uma empresa estadunidense que faria a consultoria para a recuperação da cidade, sendo responsável pela gestão de recursos financeiros, estruturação do plano e gestão do comitê de crise. A mesma empresa prestou consultoria à gestão pública após os desastres do Furacão Katrina e no rompimento das barragens de Mariana e Brumadinho. Emerge aqui o que Klein (2008) designou *capitalismo de desastre*, conceito que descreve o método de se prevalecer do "trauma coletivo" tanto para lucrar, quanto para capturar os bens públicos e apagar as "comunidades ali enraizadas". No decurso do Katrina, em meio à terra arrasada e aos milhares de mortos, feridos, desabrigados e deslocados, os capitalistas do desastre vislumbravam "oportunidades excepcionais" (Klein, 2008, p. 20). Como reforça Stengers (2015), não é à toa que a catástrofe de New Orleans foi tão marcante.

Se o design moderno, conforme Fry (2020), cria o futuro como um vazio a ser preenchido seletivamente, o capitalismo de desastre, indefinidamente, cria o vazio para ser explorado até a exaustão. Por fim, ambos atuam sobre os escombros ou ruínas dos outros ou nas suas próprias. A catástrofe, nesse sentido, não representa uma ruptura com a lógica do design moderno, mas sua intensificação. O momento pós-desastre não inaugura necessariamente uma mudança de paradigma, mas frequentemente aprofunda as mesmas lógicas desfuturizantes que produziram a catástrofe. Quando consultorias internacionais são contratadas para gerir a recuperação, quando soluções tecnocráticas são impostas sem participação das comunidades afetadas, quando a reconstrução privilegia grandes obras de infraestrutura em detrimento de soluções locais baseadas na natureza, reproduz-se o mesmo modelo de design que criou as vulnerabilidades que possibilitaram a catástrofe.

Um episódio subsequente ao desastre ilustra de forma explícita a relação entre des-futurização e modo de habitar colonial. Em novembro de 2024, produtores rurais gaúchos, parte deles com terras arrasadas pelas enchentes e inundações, desembarcaram no município de Altamira, no Pará, em busca de pelo menos quarenta mil hectares de terras para arrendar e semear com soja. Eram plantadores de monocultura destinada à exportação que, ao invés de reavaliarem o modelo produtivo que contribuiu para a vulnerabilidade de suas terras, buscam reproduzi-lo em outro território. Altamira, que atravessava um período extremamente quente e seco, deparou-se com a possibilidade iminente do aumento do desmatamento e queimadas oriundos do empreendimento, podendo ampliar os impactos no clima da região e o avanço sobre terras indígenas e áreas de conservação (Martins, 2024).

O avanço migratório sulista para o Norte é recorrente. Conforme Alves (2005), a migração vinda do Sul, com centro no Rio Grande do Sul, tem impulsionado a ocupação das fronteiras agrícolas nacionais. Desde o século XIX, essa corrente se expandiu para o Norte, focando em estados que possuem áreas de cerrado, promovendo agricultura modernizada. Alves (2005) aponta que a dimensão diminuta da propriedade dos colonos e a prática de especulação fundiária levaram, em primeiro lugar, à ocupação das terras devolutas e, depois, à migração para o Norte — inclusive a Amazônia Legal,

por colonos sulistas descendentes de imigrantes estrangeiros. A produção moderna de *commodities* agrícolas para exportação exigia crédito, propriedades maiores que garantissem a produção em larga escala, de modo que esse processo acarretou no remembramento e na concentração fundiária. Não é paradoxal que desse processo, conforme Navarro (2002), simultaneamente proceda a emergência e a organização do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no Rio Grande do Sul.

Ressalta-se que tal migração meridional foi acompanhada por um movimento migratório generalizado das áreas rurais no Brasil, entre 1970 e 1980, período em que o país passou por um processo acelerado de industrialização e de urbanização, guiado por um modelo de desenvolvimento centrado na indústria e apoiado pelo Estado tecnoburocrático e militar, conforme Davidovich (1987). O Estado intensificou sua atuação para favorecer a expansão do capital e estruturar cidades. Dinâmicas globais também influenciaram fortemente esse cenário, com grandes investimentos estrangeiros e a modernização agrícola, provocando o êxodo rural e reforçando o perfil urbano excludente — marcado por periferias em crescimento desordenado e desigualdades persistentes (Davidovich, 1987).

Seja no Cerrado, seja na Amazônia, a expansão das *commodities* mantém o regime de produção que também impactou os biomas no Rio Grande do Sul ao longo da sua história. Negando as causas catastróficas da agricultura predatória, esse modelo reforça seu aspecto desfuturizante e o modo de habitar colonial sobre a terra, acarretando na despossessão das terras e dos povos que ali residem. Trata-se de um exemplo paradigmático de como o design territorial moderno, baseado na monocultura extrativista, opera segundo a lógica da terra arrasada: quando um território é esgotado, busca-se outro para reproduzir o mesmo processo de exploração. Esse movimento não apenas destrói as condições ecológicas dos territórios, mas também elimina outras possibilidades de habitar e de se relacionar com a terra, despossuindo povos de seus lugares de vida e de suas formas ancestrais de cultivo.

Nesse sentido, Fry *et al.* (2015, p. 136-137) advertem sobre a necessidade do campo e da atividade do design em reconhecer o seu *significado histórico* e, por conseguinte, distinguir as implicações de sua agência frente à futuridade, entre as dimensões futurizantes e desfuturizantes. O paradoxo da des-futurização evoca a história para refletir e agir contra o que foi feito e organizar a capacidade de tornar possível um futuro como um *tempo de hospitalidade*. O paradoxo do design é que passa a depender do pensamento da história, porque *o design projeta no contexto do tempo.* Ferguson (2021, p. 7) lembra que, nos desastres, aqueles que tentam prevê-los dificilmente serão ouvidos. No reverso disso, a catástrofe também alude à superação e à mudança brusca de direção na experiência histórica. Conforme enuncia Haraway (2019, p. 68, tradução nossa), "[a]s urgências têm outras temporalidades, e estes tempos são os nossos. Estes são os tempos em que temos que pensar, estes são os tempos de urgência que necessitam de histórias"[14].

14 No original: "Las urgencias tienen otras temporalidades, y estos tiempos son los nuestros. Estos son los tiempos que tenemos que pensar, estos son los tiempos de urgencias que necesitan historias" (Haraway, 2019, p. 68).

Cosmotécnica e agroecologia: outros modos de projetar e habitar a terra

O conceito de cosmotécnica: para além da universalidade da técnica moderna

Essas histórias que menciona Haraway (2019) dizem respeito a práticas concretas. Na esteira de Stengers (2015, p. 201-202), fazem menção a "histórias técnicas" que "afirmem sua pluralidade, pois não se trata de construir um modelo, e sim uma experiência prática", com o intuito "de repovoar o deserto devastado de nossa imaginação". Nesse contexto, queremos interpelar outras sensibilidades de mundo, práticas dormentes e práticas insurgentes que possam desvelar outras maneiras de habitar a terra e de repensar o design. Compreende-se que o design moderno e os processos oriundos da *globalização unilateral* (Hui, 2020, p. 24), que transformaram não só a natureza em meio de dominação e manipulação, mas também a terra e o cosmos "em um imenso sistema tecnológico", carregam consigo um modo de habitar colonial via design moderno que fomenta um cenário histórico de insustentabilidade generalizada (Fry, 2020), em nível planetário — os tempos do Antropoceno.

Para tal, faz-se necessário uma virada epistemológica e ontológica rumo a um *pluriverso* (Escobar, 2016), no qual distintas cosmovisões e formas de habitar o mundo se realizem por mútua fecundidade criadora. Este é o projeto de um *pluralismo ontológico* proposto por Hui (2020) ao conceber o conceito de *cosmotécnica*. As cosmotécnicas podem ser definidas como a "unificação do cosmos e da moral por meio das atividades técnicas, sejam elas para a criação de produtos ou de obras de arte" (Hui, 2020, p. 39). O conceito emerge como crítica à suposta universalidade da técnica moderna[15] e à dicotomia entre uma técnica moderna e uma suposta técnica pré-moderna. Segundo Hui (2020, p.39), "[n]ão há apenas uma ou duas técnicas, mas muitas cosmotécnicas. Que tipo de moralidade, qual cosmos e a quem ele pertence e como unificar tudo isso variam de uma cultura para outra, de acordo com dinâmicas diferentes". Dessa maneira, a proposição de Hui (2020) consiste em afirmar que

> [...] a técnica é, em essência, motivada e limitada por especificidades geográficas e cosmológicas. Se quisermos reagir às perspectivas de autoextinção global, precisaremos retornar a um discurso cuidadosamente elaborado sobre localidades e a posição que o humano ocupa no cosmos. Para que isso seja possível, precisamos antes de tudo rearticular a questão da tecnologia e ser capazes de conceber uma multiplicidade de cosmoéticas — e não apenas duas (a pré-moderna e a moderna) (Hui, 2020, p. 89).

Haveria, portanto, uma miríade de cosmotécnicas pautadas em cosmoéticas atreladas ao lugar do qual elas emanam, pois as técnicas fazem parte não apenas de um suposto universal antropológico relativo às necessidades humanas, mas também dos contextos dos quais emergem. Pois, até o momento, conforme o pensador, aquilo que compreendemos por globalização tem sido, em sua maior parte, "um processo que emana de um só lado e traz consigo a universalização de epistemologias particulares e, através dos meios técnico-econômicos, a elevação de uma visão de mundo regional ao *status* de metafísica supostamente global" (Hui, 2020, p. 23). Contra essa globalização unilateral da técnica moderna, o conceito de cosmotécnica permite reconhecer e valorizar outras formas de organização das relações entre cosmos, moral e técnica. No campo do design, isso implica reconhecer que existem múltiplas formas de projetar e habitar territórios, cada uma enraizada em contextos cosmológicos e

15 Para embasamento desta discussão, ver o ensaio-conferência de Heidegger (2012) *A questão da técnica.*

geográficos específicos, e que essas diferentes formas não representam estágios em um desenvolvimento linear rumo à técnica moderna da sociedade moderna industrial, mas ontologias distintas e igualmente válidas de fazer-mundo.

Agroecologia como cosmotécnica: as experiências do MST e da Teia dos Povos

Dentro desse cenário, a agroecologia, enquanto um modelo de cultivo da terra aliado à preservação dos ecossistemas e da biodiversidade local, apresenta recursos técnicos particularmente interessantes para pensar outras possibilidades de design territorial. Trata-se de sistemas agroecológicos sofisticados e diversificados, formas de cultivo de alimentos que levam em conta as interações entre plantas, animais, fungos e pessoas que manejam esses sistemas. A agroecologia pode ser compreendida como uma cosmotécnica específica, ou seja, como uma forma particular de unificar cosmos, moral e atividades técnicas de cultivo da terra que emerge de contextos culturais e geográficos determinados e que se diferencia radicalmente da técnica agrícola moderna baseada na monocultura extrativista.

Joelson Ferreira (2020), ou Mestre Joelson, liderança do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e da Teia dos Povos, reside no assentamento Terra Vista em Arataca, município localizado na região litoral sul da Bahia. O assentamento passou pela transição agroecológica e hoje é referência na produção e venda de cacau, além do chocolate fabricado pelas próprias famílias assentadas. A produção do chocolate veio para suprir as necessidades econômicas do assentamento com a criação de uma fábrica e uma marca próprias, mas também trouxe um retorno social que se disseminou por meio de escolas, universidades e institutos técnicos que tomam o local como referência para o aprendizado. No caso do plantio do cacau, é utilizado o sistema cabruca, um sistema ecológico de cultivo agroflorestal em que o cacau é produzido na floresta, construindo uma relação entre ecossistema e produção familiar. Como descreve Ferreira (2020, p. 19), "[a] mata é muito densa, então precisa abrir um buraco para entrar luz para plantar o cacau, mas ao mesmo tempo deixar as árvores grandes para proteger dos raios solares". Assim, essa tecnologia também preserva a Mata Atlântica local.

Do ponto de vista do design territorial, o sistema cabruca representa uma cosmotécnica radicalmente distinta da monocultura moderna. Enquanto a monocultura opera segundo a lógica da *tabula rasa* eliminando a vegetação nativa para implementar uma única cultura segundo padrões industriais uniformes, o sistema cabruca trabalha com o bioma e a floresta existente, adaptando o cultivo às características do ecossistema local. Trata-se de uma forma de design que não impõe uma ordem externa ao território, mas que emerge das especificidades geográficas e ecológicas do lugar. A técnica aqui não é universal, mas enraizada no conhecimento profundo da Mata Atlântica, de seus ciclos, de suas espécies, de suas interações ecológicas. Essa é a essência da cosmotécnica: a unificação entre um cosmos específico, a Mata Atlântica, uma moral específica, o cuidado com o ecossistema e a produção familiar, por meio de atividades técnicas específicas, o cultivo agroflorestal.

No início do assentamento Terra Vista, adotou-se o modelo convencional de produção agrícola com práticas como a utilização de insumos químicos, adubos sintéticos, corte e queima das áreas para o plantio, produção de monoculturas, dentre outras práticas comuns na agricultura moderna (Oliveira; Sabioni, 2021). A transição agroecológica, em grande parte, veio pela necessidade, pois ao seguir e aplicar os mesmos princípios capitalistas de produção e de cultivo do solo, tal empreendimento esgotou-se e se mostrou insustentável para os assentados. Segundo Ferreira (2020), com o objetivo de alcançar e assegurar a autonomia do assentamento e buscar a soberania alimentar, foi necessário realizar a transição agroecológica para estabelecer um outro sistema produtivo, mais sustentável e horizontal.

Essa narrativa de transição é fundamental para compreender a agroecologia não como um retorno romântico ao passado, mas como uma reelaboração crítica das técnicas de cultivo a partir da experiência concreta de fracasso do modelo moderno no âmbito da crise climática. Trata-se de habitar um outro tempo com a terra, distinto do tempo da monocultura industrial, dependente das sementes geneticamente modificadas e dos agrotóxicos das grandes empresas do setor. A agricultura moderna impõe um tempo acelerado, marcado pelos ciclos curtos da produção em massa e pela lógica da máxima produtividade no menor tempo possível. A agroecologia, ao contrário, trabalha com os tempos da natureza, com os ciclos ecológicos, com a lenta formação do solo fértil por meio da matéria orgânica, com as interações complexas entre as diferentes espécies que compõem o agroecossistema.

Agroecologia e resiliência territorial: o caso do assentamento Integração Gaúcha

Os impasses, contradições e outras chaves de leitura possíveis no enlace entre agroecologia, cosmotécnica e design territorial tornam-se mais evidentes quando comparamos os impactos das inundações no Rio Grande do Sul sobre diferentes sistemas de cultivo. Houve perdas consideráveis de plantio em diversas regiões e propriedades rurais do estado. Segundo a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), cerca de três milhões de hectares de terras perderam a fertilidade após o impacto das enchentes que devastaram o estado (Audi, 2024). Sob o regime da monocultura destinada à exportação, majoritariamente da soja, várias dessas terras não resistiram às enchentes e inundações, perdendo a fertilidade do solo que pode levar meses ou até anos para recuperação.

Sob o modelo agroecológico de produção, na relação entre a agricultura e o meio ambiente e no manejo ecológico dos recursos naturais, alguns assentamentos do MST, mesmo tendo a perda total de seu plantio, conseguiram retomar sua produção em menos de três meses após o desastre. Foi o que ocorreu no assentamento Integração Gaúcha, em Eldorado do Sul, região metropolitana de Porto Alegre. A grande diferença em relação aos impactos da inundação foi o tipo de manejo do solo realizado pelos assentados que, em vez de deixar a terra apenas com o plantio da estação, mantém uma cobertura vegetal rica. Além disso, em vez de produzirem só um determinado tipo de produto, respeitam as épocas dos alimentos e fazem rotação de culturas, brecando a erosão e a perda de fertilidade do solo (Audi, 2024).

Do ponto de vista do design ontológico, essa diferença de resiliência diante da catástrofe ilustra de forma concreta a distinção entre práticas futurizantes e desfuturizantes. A monocultura representa um design territorial que maximiza a produtividade no curto prazo às custas da destruição das condições de fertilidade de longo prazo. Ao eliminar a cobertura vegetal diversificada, ao deixar o solo exposto diretamente, ao implementar uma única cultura que extrai sempre os mesmos nutrientes, a monocultura participa ativamente da degradação do solo e da terra. Quando a catástrofe chega, esse sistema tende a colapsar completamente. A terra arrasada pela inundação torna-se literalmente improdutiva, pois suas condições de fertilidade já haviam sido previamente degradadas pelo próprio sistema de cultivo.

A agroecologia, pelo contrário, representa um design territorial que estabelece possibilidade de resiliência. A cobertura vegetal diversificada protege o solo da erosão. A rotação de culturas mantém, ou até aumenta, sua fertilidade. As interações ecológicas complexas entre diferentes espécies criam um sistema robusto capaz de absorver choques. Quando a catástrofe chega, o sistema sofre, mas não colapsa completamente. As condições de fertilidade foram construídas e mantidas ao longo do tempo, permitindo uma recuperação relativamente rápida. Trata-se de um exemplo paradigmático de prática futurizante: um design que não apenas produz no e para

o presente, mas que constrói as condições para a produção futura com bases e conhecimentos tradicionais e ancestrais enraizados (cosmotécnica).

Essa comparação permite compreender de maneira concreta a dimensão ontológica do design territorial. Não se trata apenas de diferentes técnicas agrícolas, mas de diferentes formas de ser e de habitar o território. A monocultura configura uma relação instrumental e extrativista com a terra, entendida como recurso a ser explorado. A agroecologia configura uma relação de cuidado e reciprocidade, entendendo a terra como parceira na produção da vida. Essas são ontologias distintas que produzem futuros radicalmente diferentes. A primeira destrói as condições de sua própria continuidade. A segunda constrói essas condições.

Design ontológico e saberes ancestrais: cosmopolítica e transição agroecológica

Inserida no histórico latifundiário do Brasil, a tendência à prática da monocultura, como é o caso da soja, uma cultura exógena que requer muita água e tecnologia para se adaptar à realidade geográfica brasileira, fomentou a concentração de terra e a expulsão dos camponeses, seja para os centros urbanos, seja para a manutenção de condições precárias de trabalho no campo, despossuindo-os de terras e de seus lugares de vida. Tal prática gerou a devastação de biomas locais, o Pampa e a Mata Atlântica, no Rio Grande Sul, por exemplo, e a extinção dos modos de vida centenários, colonizando outras terras e avançando ao longo do tempo para outras regiões como o Centro-Oeste e o Norte do país. Em escala mecanizada e transgênica, esses impactos sobre os biomas e ecossistemas oriundos da ocupação inadequada da terra geralmente tentam ser corrigidos com base em alta tecnologia, reforçando as práticas da monocultura extrativista e da agricultura extensiva e predatória. Não obstante, mantém-se o desequilíbrio das trocas econômicas desiguais na extração voltada ao comércio exterior e da "ruptura metabólica" — da alienação do humano com a natureza.

No que diz respeito à compreensão ontológica do design territorial, designam-se embates entre as formas de afetar e produzir-mundo futurizantes e desfuturizantes. A atuação falha dos governos municipais e estadual e do legislativo estadual como causadora da gravidade e da dimensão territorial dos danos socioambientais, no Rio Grande do Sul, revela aspectos desfuturizantes registrados historicamente desde a gênese da colonização latifundiária brasileira, conforme elaboramos. O latifúndio assume a tendência à prática da monocultura que, progressivamente, torna-se produção em escala mecanizada e transgênica, afetando os biomas com ocupação inadequada. Decorre ainda na ampliação da concentração fundiária e tecnológica, bem como na segregação dos pequenos agricultores que perdem suas "bases culturais tradicionais". Esses agricultores inserem-se no MST "para [tentar] restabelecer uma vida camponesa em meio à monocultura extrativista" (Alves; Silveira; Ferreira, 2008, p. 84).

O MST, "nascido no Brasil meridional", faz do estado do Rio Grande do Sul um "laboratório para diferentes iniciativas", como as cooperativas, a educação no campo, a concepção de novas formas de luta (Navarro, 2002, p. 198), e a adesão à agroecologia. Esta ocorre tanto por princípio quanto por necessidade de adaptação aos biomas regionais e de produtividade em face à pequena propriedade (Beling; Cancelier; Flores, 2019). Desde a década de 1980, o MST é um movimento que se reinventa na medida em que a conjuntura impõe a luta pela posse da terra e do território e avança para outros termos e pautas. Conforme Navarro (2002, p. 198), "[c]riando padrões de sociabilidade diferenciados [...] no mundo rural, é provavelmente a mais extraordinária mudança político-institucional nos anos recentes, pois oportuniza novas e promissoras possibilidades de ação política e de intervenção no campo brasileiro".

O movimento agora coteja a Reforma Agrária não apenas com a realização da função social da terra e da propriedade, mas também com "a conservação do meio ambiente, uso racional dos bens comuns e a construção de relações de trabalho humanizadas e dignas, tanto no campo quanto nas cidades" (Lopes, 2023). Mesmo com seus problemas organizacionais verticalizados (Navarro, 2002), tal postura mostra uma notável capacidade adaptativa em face às necessidades socioambientais, às inovações tecnológicas e ao novo estatuto do saber na globalização, assimilando sociabilidades diversas como a luta antirracista, feminista, de gênero e, ainda, a recuperação dos saberes tradicionais e ancestrais dos povos originários e da terra — evidenciando seu potencial de futuridade. Enxergamos aí a conexão da tecnologia com as necessidades da comunidade e as contingências dos biomas regionais (cosmotécnicas). Ainda, vemos a prática de solidariedade em antagonismo com a expectativa das elites de subalternidade das famílias sem-terra. Neste sentido, o MST exercitou suas tecnologias hospitaleiras e de solidariedade, tanto entre seus membros quanto com os demais afetados, como foi o caso das chuvas e inundações no Rio Grande do Sul.

Nesse cenário, segundo Ferreira (2020), a transição do lema *ocupar e resistir* para *ocupar, resistir e produzir* do MST, mesmo com as contradições internas do próprio movimento, traduz uma mudança operativa e de mentalidade frente às resistências e violências das empresas detentoras do monopólio de sementes e químicos, dos grandes proprietários rurais e concentradores de terra, da imprensa, e do próprio Estado. Daí surge, nos movimentos sociais campesinos, a busca por autonomia, via cultivo da terra, aliada aos princípios da agroecologia, da agricultura familiar e da soberania alimentar. Tal autonomia só poderia ser alcançada, segundo os princípios do MST e da Teia dos Povos, conforme Joelson Ferreira (2020), com o estabelecimento de uma produção que atendesse não apenas as famílias assentadas e os comércios locais, mas que se redistribuísse por meio de diversas instâncias materiais e imateriais, com a criação de escolas e fábricas, mas também com a ligação em rede com institutos, estudantes, pesquisadores, com os povos indígenas, quilombolas, pescadores e povos de terreiros, estabelecendo-se uma *coalisão cosmopolítica* (Pimentel, 2023) de troca entre saberes e práticas sobre a terra e os territórios: a Teia dos Povos[16].

Não obstante, inclui-se a agroecologia no quadro de uma cosmotécnica pautada em uma cosmoética do lugar, em consonância com a terra, mas também com os saberes tradicionais e ancestrais dos povos da terra, como as sementes crioulas que demandam mais tempo de cultivo e exigem mais cuidado. No cenário brasileiro, evidentemente é um grande desafio, ao mesmo tempo que se mostra como um potencial de pluriverso (Escobar, 2016) pelo qual poderiam desvelar outras possibilidades para se repensar o design e os modos de habitabilidade que gera. Diante do histórico colonial e latifundiário brasileiro, Ferreira (2020) reforça o resgate dos saberes tradicionais, assim como do passado de disputa desigual pela terra e do modo de produzir extrativista que se estabeleceu daí, tomados como chave de compreensão para um projeto futuro de sociedade cosmopolítica, sendo um fundamento base para a Teia dos Povos e para a transição agroecológica. Como explica Ferreira (2020):

> Tudo o que a gente está fazendo tem uma longa história. Os povos originários estão aqui nessa terra há mais de dez mil anos. Nós estamos dando continuidade ao que fizeram nossos antepassados. Nada melhor do que honrar nossos antepassados, cuidar do que nos ensinaram para que possamos construir uma nova e futura sociedade. Se não temos passado, não temos presente e, não tendo presente,

16 Ver Ferreira, J.; Felício, E. *Por terra e território: caminhos da revolução dos povos no Brasil.* Prefácio de TünyCwe Wazahi Tremembé (Rosa Tremembé). Arataca, BA: Teia dos Povos, 2021.

> não teremos futuro. Nós começamos a entender que nossa luta vem da luta histórica dos povos originários. Sem a discussão da terra e do território, não é possível trabalhar a agroecologia. [...]. O capital nos fez máquinas. Nós precisamos desfazer essas máquinas que estão dentro de nós, produzir outro tempo. Através da agroecologia, construir outro tempo, que não é o tempo ocidental, não é o tempo do relógio. É o nosso tempo. O tempo das marés. O tempo dos Orixás, dos Encantados. Quando chega, ninguém pode marcar esse tempo. Mas nós temos que respeitá-lo. O tempo da fala, dos povos que não tiveram fala, que perderam a fala. Só eles podem determinar o tempo em que vão falar, os anciãos, que têm coisas boas para transmitir. Estamos trabalhando para isso, pode demorar cem anos, mil anos, mas nós vamos chegar lá (Ferreira, 2020, p.10-27).

Essa passagem sintetiza de forma precisa a relação entre cosmotécnica, temporalidade e design ontológico. A agroecologia aqui não é apenas uma técnica agrícola, mas uma forma de habitar o tempo e o espaço radicalmente distinta da habitabilidade gestada pela modernidade capitalista ocidental. O tempo do capital e do relógio, linear e uniforme, que caracteriza a produção industrial moderna, é confrontado com outros tempos: o tempo das marés, dos Orixás, dos Encantados, dos anciãos. Esses são os tempos das cosmotécnicas enraizadas nas éticas locais, como os saberes da agroecologia. São tempos enraizados nos ciclos da natureza e nas cosmologias dos povos originários. Produzir outro tempo por meio da agroecologia é, fundamentalmente, produzir outros modos de habitar o mundo e, consequentemente, outras ontologias do design: para Escobar (2016), elaborar um design para o pluriverso; para Hui (2020), bifurcar o futuro rumo ao pluralismo ontológico.

Considerações finais: por outros modos de habitar a terra

Neste texto, elaboramos uma reflexão, por meio da tessitura de teorias, conceitos, fatos e acontecimentos, como uma proposição voltada tanto para uma crítica da crise civilizatória moderna ocidental e do design moderno (seu fundamento), acarretada por uma *ontologia de um só mundo*, quanto para a possibilidade de transição rumo a um mundo pluriversal, horizontal e sustentável (Escobar, 2016, p. 93). Este pode ser sucintamente descrito nos termos do Movimento Zapatista: *um mundo onde caibam muitos mundos*.

Não obstante, a contribuição do artigo para o campo do design pode ser sintetizada em três dimensões. Primeiro, demonstramos como o conceito de *des-futurização* de Fry (2020) permite compreender a dimensão ontológica do design moderno enquanto produtor de condições sistêmicas de insustentabilidade que eliminam futuros possíveis. Por meio da análise dos acontecimentos no Rio Grande do Sul, em 2024, e suas relações com decisões de planejamento territorial, urbanização de áreas de risco e negligência com infraestruturas de proteção, explicitamos como o design não trata meramente de instrumentos técnicos neutros, mas participa ativamente da configuração de modos de habitar desfuturizantes. A catástrofe climática, nesse sentido, não representa uma ruptura com a lógica do design moderno, mas sua intensificação através do *capitalismo de desastre* (Klein, 2008).

Segundo, ao introduzir o conceito de *cosmotécnica* de Hui (2020), no debate sobre design ontológico e agroecologia, apontamos para a necessidade de um pluralismo ontológico que reconheça múltiplas formas de unificar cosmos, moral e atividades técnicas. Contra a globalização unilateral da técnica moderna, que opera segundo a lógica da *tabula rasa* e da universalidade abstrata, as cosmotécnicas emergem de contextos geográficos e cosmológicos específicos, enraizadas nos saberes de lugares e comunidades particulares. A agroecologia, conforme praticada pelo MST e pela Teia dos Povos, exemplifica uma cosmotécnica que unifica um cosmo específico, os biomas brasileiros, como a Mata Atlântica e o Pampa, com uma moral específica, o cuidado com a terra e a busca por soberania alimentar, por meio de técnicas específicas como a rotação e a conjugação de culturas.

Terceiro, por meio da comparação entre os impactos das inundações ocorridas no Rio Grande do Sul sobre sistemas de monocultura e sistemas agroecológicos, enfatizamos a distinção entre práticas de design desfuturizantes e futurizantes. Enquanto a monocultura representa a produtividade no curto prazo às custas da destruição das condições de fertilidade de longo prazo, a agroecologia representa um design que constrói resiliência e sustentabilidade ao trabalhar em consonância com os ciclos ecológicos e as especificidades dos territórios. A capacidade dos assentamentos de recuperar sua produção em três meses, enquanto áreas de monocultura permaneciam improdutivas, ilustra de forma emblemática como diferentes ontologias do design produzem possibilidades de futuro radicalmente distintos.

Trata-se de uma proposição não muito distante do conceito de des-futurização, ou seja, de uma mudança ontológica e epistemológica em busca de *retrabalhar* o que foi feito — uma reversibilidade entendida não como retorno a um estado anterior, mas como *retrabalhabilidade* das condições de habitabilidade, em diálogo com abordagens sensíveis ao contexto natural local. De fato, nossa ambição quer ser modesta, pois não se trata da pretensão à universalidade, mas de conexões profícuas e abrangentes. Tomando-se as potências de um projeto que almeja uma pluralidade ontológica frente à ubiquidade moderna e à globalização das técnicas coloniais, capitalistas e modernas — processo predominantemente assimétrico, embora não inteiramente unilateral, do qual também emergem adaptações e apropriações —, no âmbito do Antropoceno, tais potências desvelam modos de habitar e de projetar que auxiliem na construção de futuros na confluência de saberes tradicionais e ancestrais, e onde floresçam distintas formas de fazer-mundo (cosmopolítica).

Dessa forma, no contexto de manutenção da produção capitalista marcada pela monocultura extrativista e pela agricultura predatória, depreendemos dos princípios e realizações dos movimentos sociais como o MST e a Teia dos Povos, em sua transição rumo à agroecologia, exemplos concretos de como outras ontologias do design são possíveis. Essas experiências não representam soluções prontas a serem replicadas universalmente, mas apontam para a necessidade e a possibilidade de rearticular as relações entre design, território e cosmos a partir de especificidades locais e saberes enraizados. Na construção de territórios e na implementação de cosmotécnicas em confluência com a terra, essas práticas indicam caminhos para habitar os tempos de catástrofe não através da reprodução das mesmas lógicas que produziram a crise, mas por meio da abertura para outros mundos possíveis.

Agradecimentos

À Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro destinado ao desenvolvimento dessa pesquisa.

Referências

ALVES, F. D.; SILVEIRA, V. C. P.; FERREIRA, E. R. Territorialização camponesa, identidade e reproduções sociais: os assentamentos rurais na metade sul do Rio Grande do Sul**.** *Revista Campo-Território***,** Uberlândia, v. 2, n. 4, p. 82-97, ago. 2008. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11828. Acesso em: 12 out. 2025.

ALVES, V. E. L. A mobilidade sulista e a expansão da fronteira agrícola brasileira. *Agrária (São Paulo. Online)***,** *[S. l.]*, n. 2, p. 40-68, 2005. Disponível em: https://revistas.usp.br/agraria/article/view/80. Acesso em: 12 out. 2025.

ANGUS, I. *Enfrentando o Antropoceno:* capitalismo fóssil e a crise do sistema terrestre. Tradução de Glenda Vicenzi e Pedro Davoglio. São Paulo: Boitempo, 2023.

ARGAN, G. C. A História na Metodologia do Projeto. *Revista Caramelo*, São Paulo, n. 6, p. 156-170, 1993.

AUDI, A. Produção do MST no Rio Grande do Sul manteve solo preservado mesmo após enchentes. *Agência Pública***,** 2024. Disponível em: https://apublica.org/2024/10/producao-do-mst-no-rs-manteve-solo-preservadoapos-enchentes/. Acesso em: 10 nov. 2024.

BELING, H. M.; CANCELIER, J. W.; FLORES, C. R. Os condicionantes ambientais e a produção orgânica no Assentamento Filhos de Sepé, Viamão/RS. *Geografia Ensino & Pesquisa,* v. 23, p. e48, 2019.

CESCA, V. *Dicionário Genealógico Latino-Português.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

CHAKRABARTY, D. O clima da história: quatro teses. *SOPRO*, n. 91, jul. 2013. Disponível em: https://www.culturaebarbarie.org/sopro/n91.html. Acesso em: 17 jun. 2024.

DAVIDOVICH, F. Transformações do quadro urbano brasileiro: período 1970-1980. *Revista Geográfica,* n. 105, p. 53-76, jan./jun. 1987. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/40992539. Acesso em: 13 out. 2025.

EMBRAPA. *Análises do Cadastro Rural Agropecuário: Resultados.* EMBRAPA, 2022. Disponível em: https://www.embrapa.br/car-2021/resultados. Acesso em: 12 out. 2025.

ESCOBAR, A. *Autonomía y diseño:* la realización de lo comunal. Popayán: Universidad del Cauca. Sello Editorial, 2016.

FERDINAND, M. *Uma ecologia decolonial:* pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu, 2022.

FERGUSON, N. *Catástrofe:* uma história de desastres – das guerras às pandemias – e o nosso fracasso em aprender como lidar com eles. São Paulo: Planeta, 2021.

FERREIRA, J. Terra Vista, Terra-mãe: existência grandiosa no campo. Série Políticas da Terra, *Caderno de Leituras,* n. 111, p. 01-27, ago. 2020. Belo Horizonte: Chão da Feira. Disponível em: https://chaodafeira.com/catalogo/caderno111/. Acesso em: 17 mar. 2025.

FLUSSER, V. *O mundo codificado:* por uma filosofia do design e da comunicação. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

FOSTER, J. B. *A ecologia de Marx:* materialismo e natureza. Tradução de Maria Tereza Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FRY, T. *Defuturing:* a new design philosophy. London: Bloomsbury, 2020.

FRY, T.; DILNOT, C.; STEWART, S. C. (Eds.). *Design and the Question of History.* London: Bloomsbury, 2015.

HARAWAY, D. *Seguir con el problema***:** generar parentesco en el Chthuluceno. Traducción de Helen Torres. Bilbao: Consonni, 2019.

HARTOG, F. *Regimes de historicidade:* presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HEIDEGGER, M. *Ensaios e conferências.* 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

HUI, Y. *Tecnodiversidade.* São Paulo: Ubu Editora, 2020.

KLEIN, N. *Doutrina do Choque:* a ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LATOUR, B. Um Prometeu cauteloso? Alguns passos rumo a uma filosofia do design. *Agitprop: Revista brasileira de design***,** São Paulo, v. 6, n. 58, jul./ago. 2014.

LOPES, A. Reforma Agrária Popular. *MST,* 2023. Disponível em: https://mst.org.br/reforma-agraria-popular/. Acesso em: 11 out. 2024.

MARENGO, J. A. *et al.* O maior desastre climático do Brasil: chuvas e inundações no estado do Rio Grande do Sul em abril-maio 2024. *Estudos Avançados*, São Paulo, Brasil, v. 38, n. 112, p. 204-227, 2024. Disponível em: https://revistas.usp.br/eav/article/view/240819. Acesso em: 12 out. 2025.

MARTINS, R. M. Com terras devastadas pelas enchentes, agronegócio gaúcho vai à Amazônia plantar soja. *Sumaúma***,** dez. 2024. Disponível em: https://sumauma.com/com-terras-devastadas-pelas-enchentes-agronegocio-gauchos-vai-a-amazonia-plantar-soja/. Acesso em: 12 out. 2025.

MOURA, N. S. V. O descontrole na urbanização das áreas úmidas do RS construiu a maior catástrofe climática do nosso tempo. Entrevista especial com Nina Moura. Entrevista concedida a Patrícia Fachin. *Instituto Humanitas Unisinos,* [s. l.], 04 jun. 2024. Disponível em: https://ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/639957-o-descontrole-na-urbanizacao-das-areas-umidas-do-rs-construiu-a-maior-catastrofe-climatica-do-nosso-tempo-entrevista-especial-com-nina-moura. Acesso em: 12 out. 2025.

MOURA, N. S. V.; BASSO, L. A.; STROHAEKER, T. M. Indicadores ambientais da bacia hidrográfica do Arroio do Salso, município de Porto Alegre – RS, *Boletim Gaúcho de Geografia,* Porto Alegre, Brasil, n. 40, p. 236-253, maio 2013. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/215497/000891759.pdf?sequence=1. Acesso em: 10 jun. 2026.

NAVARRO, Z. Mobilização sem emancipação: as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, B. de S. (Org.). *Produzir para viver:* os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 189-232.

OLIVEIRA, F. V. B. de.; SABIONI, S. C. Produção de alimentos agroecológicos no Assentamento Terra Vista, Arataca-BA. In: SOUZA, C. da S.; SABIONI, S. C.; LIMA, F. de S. (Orgs.). *Agroecologia: métodos e técnicas para uma agricultura sustentável* - Volume 1. Guarujá, SP: Científica Digital, 2021. p. 97-117.

PASSOS, A. A.; PIVATTO, N. P. Saber do espaço e colonização regional: constituição territorial e expedições geográficas no sudoeste do Paraná, *Confins (Online),* n. 3, 2018. Disponível em: http://journals.openedition.org/confins/15462. Acesso em: 12 out. 2025.

PIMENTEL, S. K. Teia dos Povos: estratégias cosmopolíticas agroecológicas na formação de uma rede de autonomias no sul da Bahia. *Revista de Antropologia,* São Paulo, Brasil, v. 66, 2023. Disponível em: https://revistas.usp.br/ra/article/view/204551. Acesso em: 12 out. 2025.

POMPEIA, C. *Formação política do agronegócio.* São Paulo: Editora Elefante, 2021.

SLOTERDIJK, P. *Esferas III:* espumas. Madrid: Ediciones Siruela, 2006.

SOLNIT, R. *Un paraiso en el infierno:* las extraordinarias comunidades que surgen en el desastre. Madrid: Capitán Swing Libros, 2020.

STENGERS, I. A proposição cosmopolítica. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros,* Brasil, n. 69, p. 442-464, abr. 2018.

STENGERS, I. *No tempo das catástrofes.* São Paulo: Cosac Naify, 2015.

ESPAÇOS DE INTERMEDIARIDADE
Entre estranhamentos e possibilidades

SPACES OF INTERMEDIARITY
Between estrangements and possibilities

***Paula Marques Braga*[1]**

Resumo
A partir do conceito de In-Between e, de forma complementar, In-Betweeness, propõe-se a reflexão sobre o conceito de Intermediaridade / Espaços de Intermediaridade, considerando possibilidades e formas de aplicação no campo da Arquitetura e Urbanismo. Parte-se da ideia de que será possível caminhar no sentido de uma definição, considerando ainda uma visão ampliada, contando com questionamentos que perpassam as leituras em relação a espaços de sobreposição, hibridismo e espaços borrados, por exemplo, entendendo suas distinções. Busca-se verificar, no ineditismo da pesquisa em que este trabalho se inscreve, como esta noção de Intermediaridade pode contribuir para a investigação das dimensões simbólicas do espaço público, das relações de memória e pertencimento, práticas sociais, culturais e movimentos de resistência, impactando na paisagem, particular, ou suscetível a processos de banalização.
Palavras-chave: atmosferas espaciais; dimensão cultural; imaginários; intermediaridade.

Abstract
From the concept of In-Between, and, in a complementary way, In-Betweeness, this work proposes a reflection on the concept of Intermediarity / Spaces of Intermediarity, considering possibilities and forms of application within the field of Architecture and Urbanism. The discussion starts from the premise that it will be possible to move toward a definition, while also embracing an expanded view, guided by questions that arise from readings related to overlapping spaces, hybridism, and blurred spaces, for example—while acknowledging and clarifying their distinctions. The research seeks to examine, within the originality of the broader, unprecedented investigation in which this work is situated, how the notion of Intermediarity may contribute to exploring the symbolic dimensions of public space, relationships of memory and belonging, social and cultural practices, and resistance movements—elements that shape the landscape, whether distinctive or vulnerable to processes of banalization.
Keywords: spatial atmospheres; cultural dimension; imaginaries; intermediarity.

1 Doutora em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo (IAU USP/2013), Mestre em Urbanismo pelo Programa de Pós Graduação em Urbanismo (PUCCAMP/2008) e Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (PUCCAMP/2005). Professora visitante na Faculdade de Educação Física (UNICAMP/2026). Pesquisadora do Laboratório de Estudos do Ambiente Urbano Contemporâneo (LEAUC / IAU USP).

Estabelecendo o campo conceitual

O presente artigo apresenta reflexões conceituais resultantes de pesquisa desenvolvida no âmbito do projeto de pós-doutorado no exterior realizado com bolsa auxílio do CNPq, no contexto do projeto de pesquisa intitulado “Das atmosferas e intermediaridades de um urbanismo menor: epistemologias de uma (outra) arquitetura”, coordenado pelo professor Manoel Rodrigues Alves, chamada N.º 14/2023, em apoio a Projetos Internacionais de Pesquisa Científica, Tecnológica e de Inovação. O projeto de pós-doutorado, apresentado no projeto global sob o título “Paisagem urbana, processos de banalização e urbanismo menor: possibilidades de novas reflexões e análise crítica de processos de intervenção urbana”, foi desenvolvido, no período de fevereiro a julho de 2025, junto à Universidad Nacional del Litoral, Argentina, contando com a supervisão do professor Julio Arroyo. O resultado final, intitulado “Paisagem, caminhar e Intermediaridade: Percepções do espaço vivido. Aproximações em Santa Fé, Argentina”, apresenta os aportes possibilitados à pesquisa a partir das discussões realizadas, das pesquisas em campo desenvolvidas e do aprofundamento teórico, fruto da relação entre teoria e prática, contribuindo para o incremento das questões propostas pelo projeto.

Considerando o aporte teórico do projeto, três conceitos foram essenciais à pesquisa, que são Atmosferas Espaciais, Intermediaridade e Urbanismo Menor. Ao longo da pesquisa, as questões acerca do conceito de Intermediaridade revelaram-se especialmente enriquecedoras ao debate que se propõe, a análise de dinâmicas urbanas, considerando as possibilidades de aplicação neste contexto. É este conceito que se pretende destacar no âmbito deste artigo.

Ao conceito de Atmosfera espacial, que deriva de estudos realizados por Guimarães (2023) a partir da obra do filósofo Peter Sloterdijk, incorporou-se a noção de paisagem e essa entendida como a relação de um conjunto de aspectos sociais, espaciais, funcionais, visuais e culturais (Braga, 2013), o que inclui entendimentos sobre particularidades e banalização da paisagem a partir de processos de intervenção (Muñoz, 2008 e Pardo, 2004). Essa relação foi interessante quando da análise e produção das cartografias em relação aos espaços públicos definidos nos estudos de campo.

No que se refere à Intermediaridade, que se origina no campo dos estudos culturais a partir dos textos de Bhabha (2013), que trabalha com o termo In-Between, traduzido para o português, com aplicação no mesmo campo do saber, como Entre-lugar, é preciso construir sua compreensão, para fundamentar uma aplicação, que transite ao campo da Arquitetura e Urbanismo, nos possibilitando uma compreensão multidisciplinar do termo, aqui adotado como Intermediaridade. Nesse sentido, os aportes trazidos por Arroyo (2022) quanto aos conceitos de bordas, limites e fronteiras, contribuindo para a leitura do território e das dinâmicas que nele se processam, associados às noções de território, base material, e territorialidade, atribuição de sentido ao lugar através das formas de apropriação (Haesbaert, 1999 e 2007).

Por fim, quanto ao conceito de Urbanismo Menor, o entendimento quanto às identidades (Barros, 2024) é essencial, pois a ideia de pertencimento tem relação com as disputas pelo reconhecimento e legitimação de formas de se apropriar e, portanto, existir no espaço urbano. Os diferentes entendimentos quanto à abrangência que o Urbanismo Menor possa ter enquanto conceito vem sendo discutido no grupo, visto que há distintas interpretações quanto ao papel do Estado nesses processos, a escala e tipo de intervenção e o grau de resistência que representam.

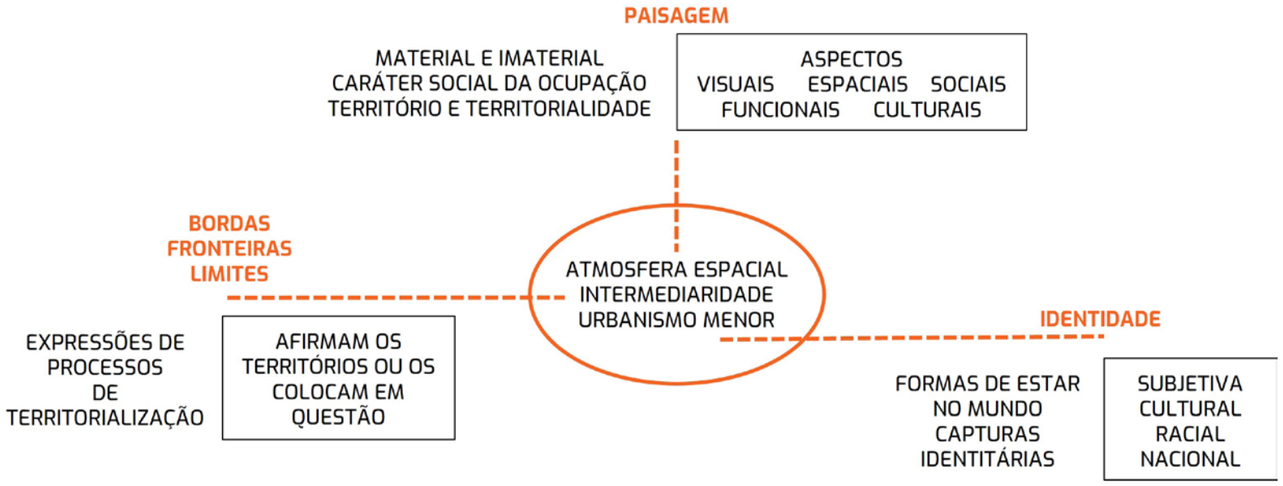


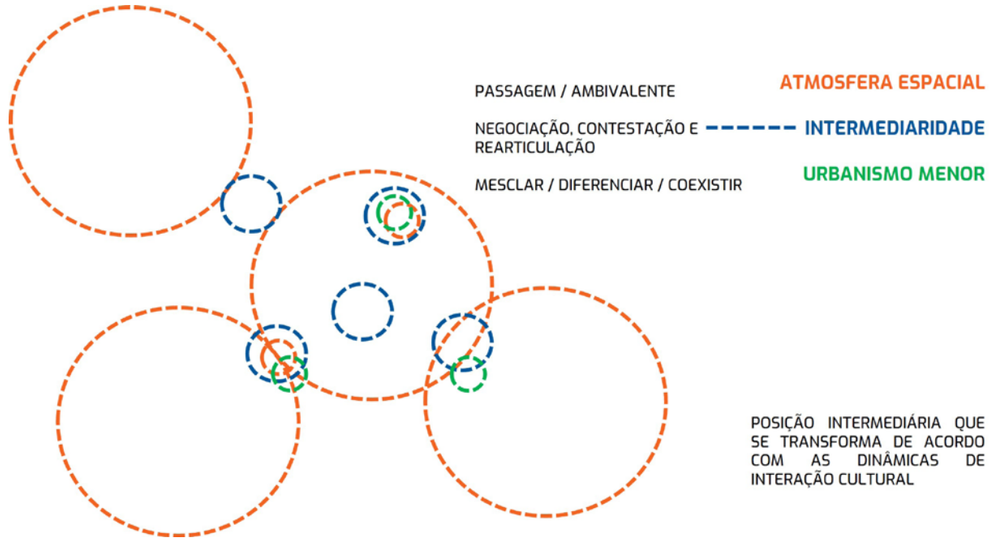
Figura 1 - Conceitos centrais, Atmosfera Espacial, Intermediaridade e Urbanismo Menor, e os conceitos complementares a cada um que foram auxiliares na construção do entendimento dos conceitos e na sua aplicação no campo de estudos empíricos. Fonte: Braga, 2025.

Avançando nesse desenvolvimento teórico, em que se somam as perspectivas trazidas por cada autor já apresentado, chega-se à construção de uma relação possível entre os três conceitos, observando-os no contexto das dinâmicas urbanas nos espaços públicos, que é nosso campo de investigação.

Ao representar graficamente as diferentes atmosferas espaciais, o diagrama permite visualizar, de forma sintética, processos, tensões, interações, formas de apropriação, identidades e pertencimentos, que definem os diferentes espaços da cidade. Assim, mais do que um esquema fixo, propõe-se esse diagrama como um instrumento analítico auxiliar à interpretação de dinâmicas, identificação de pontos de intermediaridades e compreensão de como se constituem esses espaços, como se transformam e se sobrepõe, no conjunto de camadas que imprimem à vida na cidade experiências particulares. A composição do diagrama propõe, portanto, uma leitura das dinâmicas urbanas considerando-se os conceitos, que são representativos de processos em curso na cidade.

Nesse modelo, vemos representados diferentes tipos de atmosferas. Algumas se configuram de modo unitário, com forte carga identitária, pouco interferindo, ou sendo afetada, por outras, correspondendo a experiências particulares. Outras se tocam, indicando pontos de ligação, mas ainda assim mantendo funcionamento majoritariamente independente. Há ainda aquelas que, além de apresentarem suas características próprias, mesclam-se em determinados momentos, compartilhando elementos. Essa disposição das atmosferas e a caracterização de suas particularidades pode ser analisada a partir do olhar a esses pontos entre, em que se manifesta a intermediaridade. Quando as atmosferas não se tocam, esse espaço intermediário tende a ser mais evidente. Por outro lado, nos casos em que existem interações e sobreposições, ele pode tornar-se mais ou menos complexo ou conflitivo. Ainda, observadas as dinâmicas urbanas que se processem, no interior de uma mesma atmosfera pode emergir um espaço de intermediaridade, e dessa situação, até mesmo uma nova atmosfera pode ser identificada.

Observa-se, nesses pontos, uma maior propensão às expressões de um Urbanismo Menor, justamente pela dinâmica de disputa que esses espaços intermediários comportam. Entende-se aqui como Intermediaridade uma situação imprecisa entre culturas, formas de apropriação e territorialidades. Constitui-se um campo para reflexão sobre o sentido e significado do espaço e da espacialidade inerente à vida humana (lugar, cidade, território), em que questões poderão ser tratadas sem hierarquização.



Deste modo, permite-se que o estabelecido tradicionalmente conviva ou seja tensionado pelo que surge do conflito ou de forma espontânea, modos alternativos, e muitas vezes de minorias, de apropriação e criação de espaços e modos de pertencer a ele.

Em síntese, o diagrama não apenas organiza visualmente as atmosferas, mas também evidencia zonas de intermediaridade como campo para o surgimento de novas dinâmicas espaciais e sociais, com a atribuição de novos significados. Mais do que representar uma realidade específica, ele constitui uma abstração conceitual de um conjunto de possibilidades relacionais e processuais presentes na produção do espaço urbano, oferecendo um instrumento analítico capaz de orientar a leitura de situações concretas. Ao permitir identificar sobreposições, tensões, continuidades e potenciais pontos de transformação, o diagrama se apresenta como um recurso metodológico para compreender o caráter processual e relacional do espaço urbano, podendo ser mobilizado em diferentes contextos e estudos de caso.

Essa perspectiva abre caminho para as análises mais aprofundadas sobre como se constituem, disputam e se reconfiguram os espaços intermediários em distintas realidades urbanas. Inserido no campo dos estudos do Capitaloceno, que abarca um amplo horizonte de transformações urbanas, este trabalho busca compreender as relações entre dinâmicas econômicas, processos culturais e produção do espaço que configuram as cidades contemporâneas. Nesse contexto, as intermediaridades revelam-se especialmente relevantes por constituírem espaços onde diferentes lógicas, temporalidades e formas de apropriação coexistem, entram em tensão e se renegociam continuamente. São territórios capazes de evidenciar os efeitos das dinâmicas de acumulação, circulação e valorização do espaço, mas também as possibilidades de resistência, reinvenção e atribuição de novos significados. O diagrama, portanto, não apenas evidencia a complexidade das dinâmicas urbanas, mas também contribui para compreender como as transformações associadas ao Capitaloceno se materializam e são vividas no cotidiano, manifestando-se em processos de permanência e mudança, conflito e negociação, homogeneização e singularidade. Sua plasticidade conceitual permite, assim, múltiplas interpretações e conexões, mantendo-se aberto às especificidades de cada prática, experiência e contexto urbano analisado.

Figura 2 - Diagrama conceitual em que se apresenta as possibilidades de composição entre os conceitos, como representações de dinâmicas urbanas, uma ferramenta conceitual que permite organizar e explicitar relações complexas, resultado de aspectos diversos que configuram a experiência urbana. Fonte: Braga, 2025.

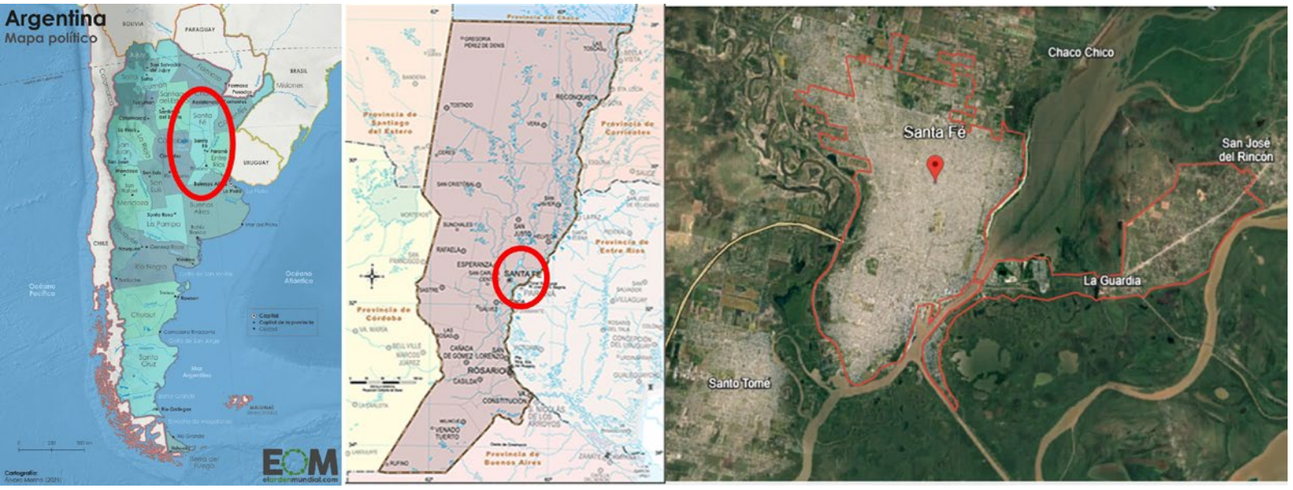


Figura 3 - Estudo de caso, localização e dados populacionais. Argentina, 45,54 milhões (2023). Província de Santa Fé, 3.556.552 (2022). Cidade de Santa Fé, 403.878 (2022). Fonte: https://elordenmundial.com/mapas-y-graficos/mapa-politico-argentina; https://mapoteca.educ.ar/.files/index.html.1.html; Google Maps.

Definindo o campo de estudo

O campo de investigação definido para este estudo foi a cidade de Santa Fé, Argentina. Ainda que a pesquisa histórica não seja o foco desta investigação, a compreensão da sua formação história e política auxilia na leitura e análise dos aspectos culturais e sociais que marcam as dinâmicas e formas de apropriação impressas no espaço urbano, que se relacionam diretamente com a pesquisa. Um breve panorama objetivou a contextualização da cidade que recebe a investigação, não apenas como campo de verificação dos conceitos, mas como espaço para sua definição.

Em uma análise sobre a história da cidade e seu desenvolvimento nos séculos XX e XXI, Rubinzal (2022) reúne diferentes autores que refletem sobre o quanto, política e cultura, interferem na vida social da cidade. Destacam-se, para o foco deste trabalho, os discursos e práticas vinculados aos espaços públicos, afetando a construção de identidades, das práticas que interferem nos modos de vida na cidade. Ao longo de seu desenvolvimento, e com intenção de modernização da cidade, obras importantes se destacam, como o conjunto de habitações de interesse social no Bairro Centenário (1978) e o redesenho da Costanera (1980-1990) como espaço de convívio e lazer. Devido às suas características particulares, estes se tornaram os dois primeiros elementos urbanos a serem analisados como objetos empíricos da investigação.

O campo de análise proposto na pesquisa foi sendo ampliado progressivamente, ultrapassando o recorte inicial, incorporando áreas de diferentes setores da cidade. Esse percurso pelos distintos contextos urbanos de uma mesma cidade possibilitou reconhecer, em cada área, suas especificidades. Ao observar o conjunto, evidenciam-se os contrastes e convergências, enriquecendo ainda mais o exercício de aplicação dos conceitos. Ao reunir mais elementos, perspectivas e situações, a pesquisa se fortalece e se abre para interpretações mais complexas, a depender do tema que se queria explorar de forma mais específica, oferecendo subsídios para interpretações mais densas e desdobramentos diversos a partir do projeto de pesquisa.



1. COSTANERA
2. CAMINHO DO PRADO ESPANHOL
3. PARQUE FEDERAL
4. PARQUE GARAY

5. PRAÇA 25 DE MAIO
6. PRAÇA DAS TRÊS CULTURAS
7. PARQUE DEL SUR

8. ESTAÇÃO MITRE
9. BAIRRO CENTENARIO

A. BOULEVARD PELLEGRINI E GÁLVEZ
B. PEATONAL SAN MARTIN
C. AVENIDA GOVERNADOR FREYRE
D. AVENIDA JUAN JOSÉ PASO
E. RUA PEDRO VITTORI
F. AVENIDA GENERAL LÓPEZ

CLUBE ATLÉTICO
*. UNION
**. COLON

MAPEAR

Dada a extensão da área a ser estudada e da complexidade que trabalhar com um grande conjunto de elementos representa, a estruturação da metodologia foi essencial, a fim de se garantir que todas as áreas passassem pelo mesmo processo de registro e análise. Deste modo, busca-se garantir a qualidade das informações quando da realização das análises à luz dos conceitos. A fim de estabelecer o procedimento a ser adotado para o desenvolvimento dos estudos cartográficos em cada área, estabeleceu-se uma estrutura que engloba desde o caminhar como forma de aproximação com o espaço, para a elaboração das cartografias como processo, até as análises finais. Como resultado, cada área passou a contar com um conjunto cartográfico de representação que engloba:

1. Palavra-chave que a representa, definida a partir dos estudos em campo;

2. Mapa geral para referência de localização;

3. Mapas de aproximação de pontos de interesse identificados na pesquisa de campo;

4. Conjunto fotográfico;

5. Palavras-chave de identificação e composição da paisagem particular a cada área.

Os espaços selecionados para análise abrangem parques, praças, áreas voltadas para o rio, espaços comerciais, estruturas ferroviárias e bairros residenciais, reunindo situações urbanas marcadas por diferentes formas de apropriação, uso e transformação do espaço. Ao longo dos percursos realizados em campo e dos processos cartográficos desenvolvidos, foi possível reconhecer, por exemplo, na Costanera, Prado Espanhol, Parques (Federal, Garay e Del Sur), distintas relações entre lazer, paisagem e permanência. Na peatonal San Martin e na Praça 25 de Maio, destacaram-se a intensidade dos fluxos, os encontros cotidianos e as atividades comerciais e institucionais. Já a estação Mitre e o Bairro Centenário trouxeram à análise questões relacionadas à memória urbana, às transformações territoriais e às permanências inscritas na paisagem, enquanto a Praça das Três Culturas revelou articulações entre referências históricas, culturais e usos contemporâneos do espaço.

Figura 4 - Vista aérea de Santa Fé com a localização das áreas de estudo e os eixos de comunicação definidos. Os pontos 1 (Costanera) e 9 (Bairro Centenário) foram os primeiros espaços analisados e, a partir das experimentações de diferentes percursos entre eles, os demais espaços e percursos foram sendo estabelecidos. Fonte: Base Google Earth, intervenções Braga, 2025.

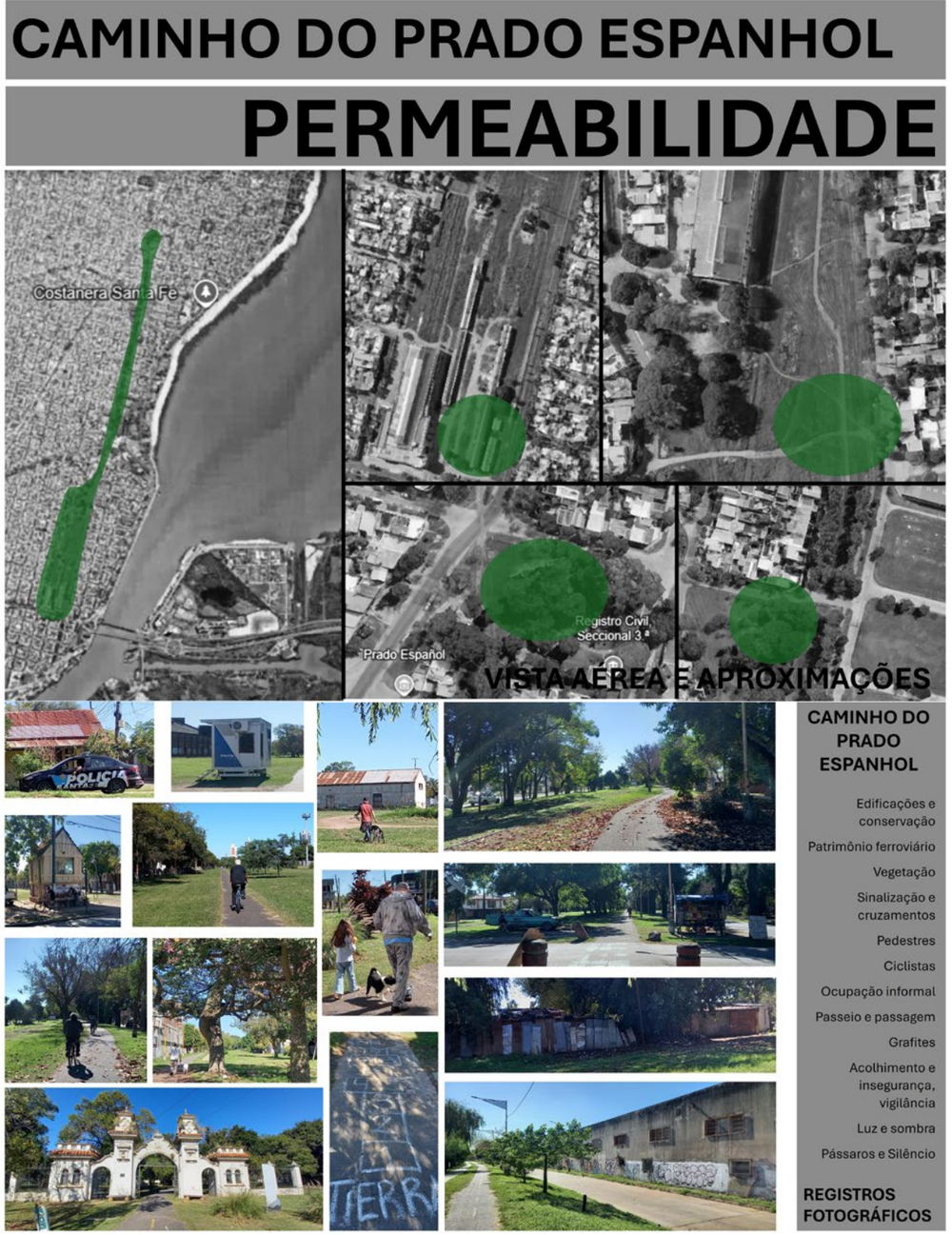


Figura 5 - Exemplo de material cartográfico produzido. Caminho do Prado Espanhol, onde se questiona a permeabilidade, ao mesmo tempo em que comunica centro e periferia através da ciclovia e apresenta pontos de travessia de um lado a outro desse eixo, nem sempre essa permeabilidade é desejada, bairros de rendas distintas ocupam cada um dos lados e marcam a paisagem, aqui policiada. FONTE: BRAGA, 2025.

Entretanto, o interesse principal desta análise não reside na caracterização individual destas áreas, mas nas relações que podem ser estabelecidas entre elas. Compreendidos como parte de um sistema de relações, esses espaços permitiram observar diferentes modos de produção e experiência de cidade, marcados também pela localização e renda (ao norte uma população de maior poder aquisitivo, ao sul, a presença de população em situação de vulnerabilidade). Em cada contexto manifestam-se distintas intensidades, relações entre circulação e permanência, apropriação e controle, memória e transformação, centralidade e marginalidade, evidenciando que as dinâmicas urbanas não se distribuem de forma homogênea no território. A observação desses diferentes contextos revelou contrastes, continuidades, aproximações e tensões que dificilmente seriam percebidos a partir da análise de uma única área.

Foi justamente a partir desse conjunto heterogêneo de experiências urbanas, construídas pelo caminhar, pela observação e pelos processos cartográficos, que emergiram os elementos necessários para a construção dos diagramas analíticos. As recorrências observadas em campo, assim como as distinções, sobreposições e tensões identificadas entre os espaços estudados, possibilitam reconhecer atmosferas, relações e zonas de intermediaridade que ultrapassam os limites de cada área individualmente considerada. Os diagramas apresentados a seguir constituem, portanto, sínteses analíticas elaboradas a partir dessas observações, tornando visíveis processos, relações e dinâmicas urbanas que se manifestam de formas distintas e conectadas no conjunto da cidade.

Análises e a cidade como campo de estudos

A partir dos percursos realizados, das cartografias elaboradas e do aporte conceitual estruturado, passa-se às análises que permitem não apenas identificar os conceitos em campo, mas compreende-los a partir da experiência empírica. A relação entre teoria e observação manifesta-se por meio de dois movimentos complementares, a corroboração, que busca reconhecer em campo elementos que dialogam com os conceitos mobilizados, e a confrontação, que submete esses mesmos conceitos às especificidades da experiência urbana observada. O campo, portanto, não atua apenas como espaço de validação, mas também como instância de análise e revisão, deslocamento e aprofundamento conceitual.

Os conceitos Atmosferas Espaciais, Intermediaridade e Urbanismo Menor foram mobilizados como ferramentas de leitura de processos urbanos. Mais do que categorias destinadas à classificação dos espaços analisados, constituem instrumentos para acompanhar dinâmicas, relações e transformações observadas na cidade. Considerando a cidade como um campo em permanente transformação, esses conceitos não são entendidos como modelos estáticos, mas como auxiliares ao acompanhamento de processos dinâmicos.

As cartografias produzidas e os percursos realizados permitiram reconhecer cada área estudada como uma paisagem singular, que reúne uma composição própria de materialidades, usos, sons, ritmos, memórias, temporalidades e experiências. Estas, de forma isolada, a partir de sua força, ou na relação com outras paisagens, poderão compor atmosferas específicas que podem variar em escala e intensidade. Desta forma, passa-se a entender, no âmbito desta pesquisa, que as atmosferas não estão “no lugar”, como se fossem qualidades fixas. Elas se formam no encontro entre o lugar e quem passa, e podem mudar de escala, havendo atmosferas amplas e outras mínimas, a depender das interações que se processem. Não sendo estáticas, estas atmosferas se alteram conforme o modo como são percebidas e atravessadas.

A Intermediaridade, por sua vez, mostrou-se um operador de leituras essencial. Assim, esse conceito permite analisar e classificar não apenas espaços físicos, mas situações espaciais, sociais e simbólicas de transição, móveis, múltiplas e contingentes. Elas não são dados fixos do território, mas campos que se redesenham à medida que a paisagem e a composição das atmosferas são percebidas de novos modos. A percepção das atmosferas e dos espaços de Intermediaridade é um processo contínuo, sujeito à reinterpretação do espaço vivido.

O caminhar revelou-se fundamental para essa percepção pois possibilitou uma aproximação gradual com os espaços estudados, tornando visíveis aspectos que dificilmente seriam captados por formas rápidas ou distanciadas de observação. Enquanto prática cotidiana e metodológica, possibilita uma experiência em escala

humana da cidade, revelando camadas do espaço que não são acessíveis em deslocamentos velozes ou instrumentais.

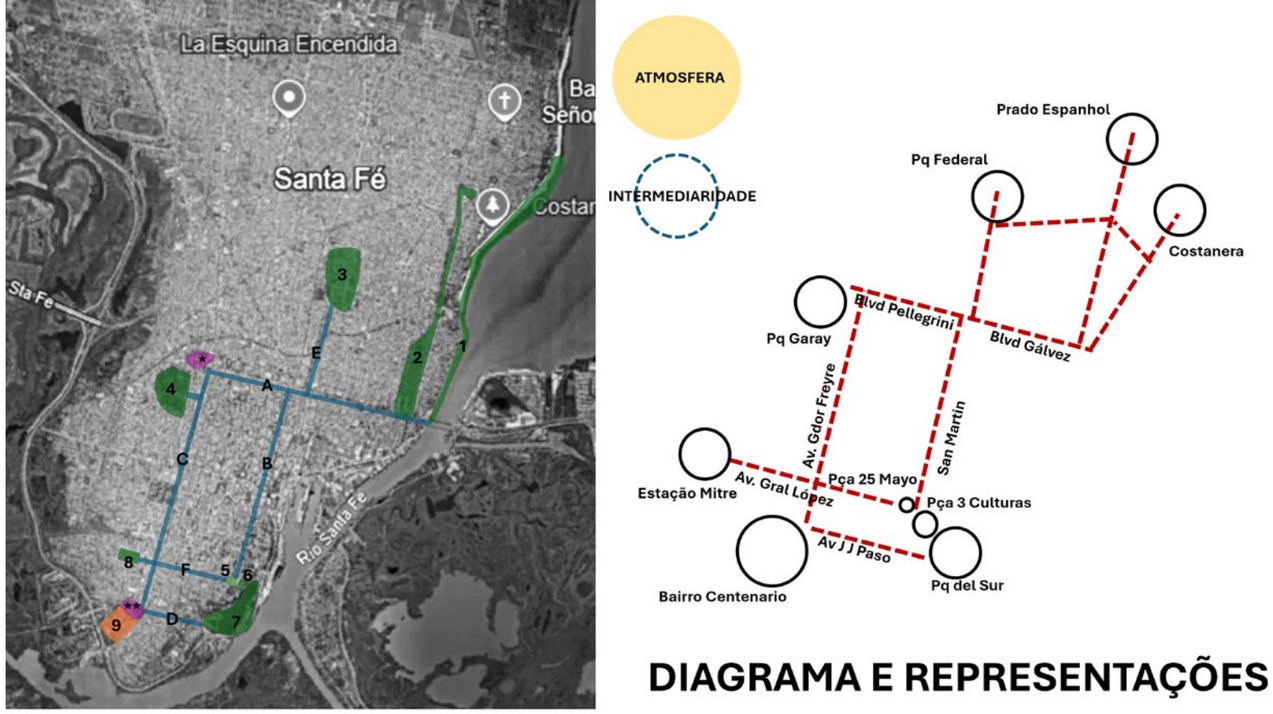
A cidade, nesse sentido, é um campo contínuo de negociações sensíveis, e o caminhar, mais do que observação, é uma forma de transformar a própria experiência urbana e os modos como nos colocamos no espaço. Como uma experiência individual e coletiva, também podem ser modificados os sentidos de identidade e de pertencimento atribuídos aos lugares. Nesse sentido, abrigam processos e, lugares que, à primeira vista, poderiam parecer transitórios, indefinidos, mas que guardam potências, podem se tornar espaços de transformação, de reinvenção, de resistência. É nesse contexto que se estabelece a possibilidade de formas de expressão de um Urbanismo Menor. São ações que podem ser fixas ou efêmeras, ou de alguma forma incorporadas pelo poder público, denomine-se essa ação como legitimação, disciplinarização, assimilação, neutralização, seja pelo Estado ou pelas Instituições, diante de ações mais restritas ou processos de resistência, de ruptura, de oposição ao sistema.

Quando se atenua a busca por formas consolidadas e aprimora-se a escuta atenta aos processos, revela-se a densidade do espaço vivido. Assumir que os conceitos serão, deste modo, formas de acompanhar a dinâmica inerente ao espaço urbano e processo de configuração e reconfiguração das formas de aproximação e atribuição de significados, entendendo a impermanência como o que de fato é constante na cidade, a aplicação dos conceitos ganha a potência de também serem dinâmicos, assim como os processos que acompanha.

Partindo do mapa da área de estudo, optou-se pela sua representação através de um diagrama, para tornar mais visível a aplicação dos conceitos. Neste diagrama, cada espaço público é representado como um círculo preto e em vermelho tracejado estão as vias principais que os conectam. As atmosferas são representadas por uma mancha laranja claro, cujas sobreposições resultam em tonalidades mais escuras, revelando suas interações. Os espaços de intermediaridade são destacados por circunferências azuis tracejadas, cujo tamanho representa a intensidade das relações ou tensões observadas. Os diagramas passam a representar, desta forma, uma progressão da análise da relação entre as áreas estudadas.

As atmosferas e os espaços de Intermediaridade foram observados e analisados à medida que os percursos e as percepções de cada paisagem eram registrados e incorporados à área de abrangência para análise. O ponto de partida estabelecido foi a Peatonal San Martin, importante calçadão de comércio e serviços que cruza a cidade de norte a sul. Outro eixo de circulação fundamental ao estabelecimento do sistema de percursos foi o Boulevard Gálvez, uma importante avenida com largo caminho arborizado para pedestres ao centro, com intensa atividade noturna. Este boulevard conecta a Costanera, um espaço amplo que acompanha a orla do rio e acolhe atividades diversas, como caminhadas, pescaria e feiras aos finais de semana. Completando esta definição inicial de percursos e espaços a observar está a Praça 25 de Maio, local de fundação da cidade, ponto de história e que abriga o palácio do governo. O conjunto de diagramas resultante permitiu identificar atmosferas, observar suas sobreposições, aproximações e distanciamentos, bem como acompanhar deslocamentos, enfraquecimentos ou reforço de espaços de intermediaridade. Mais do que representar espacialmente as áreas estudadas, os diagramas possibilitaram compreender processos de identificação, apropriação e construção de pertencimento nos espaços públicos de Santa Fé, evidenciando o caráter dinâmico e relacional da experiência urbana.

Ampliando-se os percursos e incorporando novas áreas, a composição dos diagramas permitiu identificar a mudança da paisagem como um dos principais marcadores



da Intermediaridade. Ao mesmo tempo em que determinadas atmosferas se aproximam, se sobrepõe e reforçam, compondo unidades mais amplas, os espaços de intermediaridade deslocam-se e mudam de intensidade. Esse movimento evidencia que a percepção desses fenômenos não depende exclusivamente das características física do espaço, mas também das experiências construídas ao longo dos percursos, do tempo de permanência e dos processos de apropriação que interferem na percepção e transformam a relação entre sujeito e cidade.

Assim, como demostrado no conjunto de diagramas abaixo, ao norte, Costanera, Prado Espanhol e Parque Federal, passam a constituir uma ampla atmosfera. Estes três espaços são marcados por intenso uso público, tratamento paisagístico e diversidade de atividades. Além das atividades relacionadas, o que permite identificar um sentido de unidade, há caminhos intermediários que os interligam, favorecendo essa leitura. De forma semelhante, ao sul, a Praça 25 de Maio e a praça das Três Culturas compartilham a função de local de história e resgate da memória da cidade desde sua fundação, com museus e igrejas abertas à visitação. A proximidade com o Parque Del Sur, espaço de caminhadas, práticas esportivas e contemplação, completa essa atmosfera ampliada. A facilidade de comunicação propiciada pela Peatonal San Martin completa esta macroatmosfera. A percepção desta interlocução é construída com o tempo, com a disponibilidade ao caminhar, criando espaços de familiaridade, permitindo que o estranhamento inicial possa ser transformado em uma relação cotidiana.

Os diagramas produzidos ao longo da pesquisa evidenciam a composição de atmosferas em diferentes escalas, bem como o deslocamento, enfraquecimento ou o reforço dos espaços de intermediaridade à medida em que novas áreas são incorporadas à análise. Observou-se que determinados espaços de intermediaridade inicialmente percebidos no interior de uma atmosfera podem perder intensidade e serem dissolvidos com o tempo. Embora os elementos físicos que os caracterizam permaneçam presentes, o tempo de permanência, a familiaridade construída pelos percursos e os processos de apropriação do espaço passam a exercer influência crescente sobre sua percepção.
À medida que os vínculos com os lugares se fortalecem e os percursos se tornam mais familiares, atmosferas antes percebidas de forma fragmentada tendem a se articular em composições mais amplas e integradas. Nesse processo, espaços de

Figura 6 - À esquerda, a vista aérea de Santa Fé com a localização das áreas de estudo e os eixos de comunicação definidos. À direita, a representação em forma de diagrama. Fonte: Base Google Earth, intervenções e diagrama Braga, 2025.

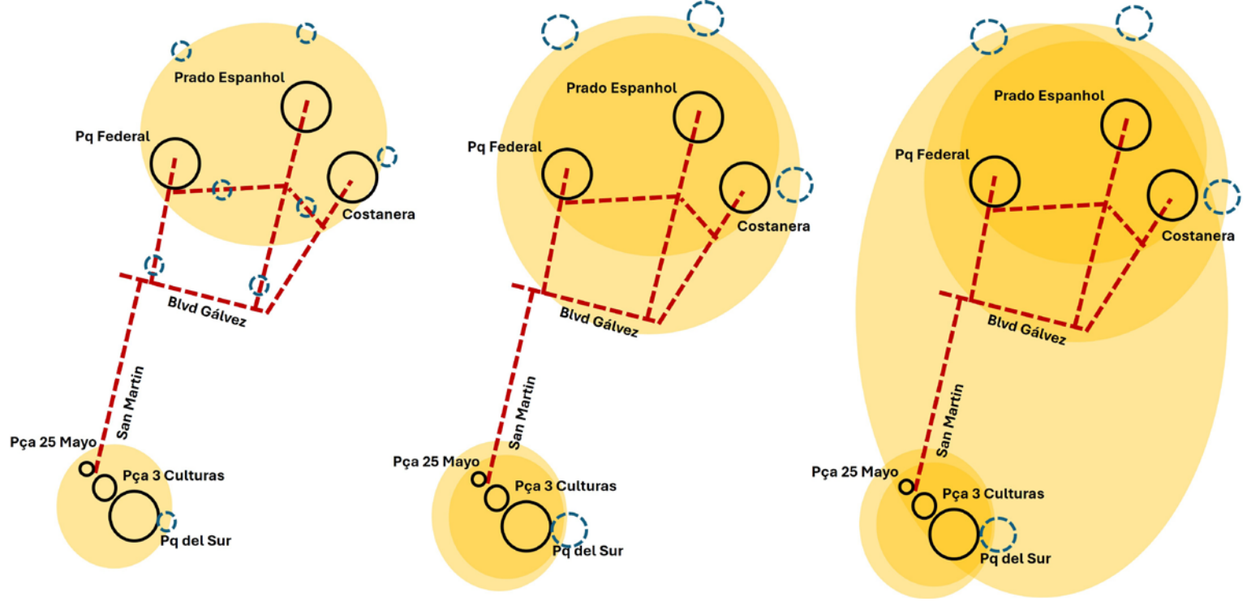


Figura 7 – Exemplo de diagramas desenvolvidos. Incorporação dos espaços públicos e eixos de comunicação. Composição das atmosferas, que se tornam mais marcantes na interação entre os elementos e, na medida em que estas se destacam, o deslocamento dos pontos de intermediaridade, que se reforçam. Fonte: Braga, 2025.

intermediaridade deslocam-se para novas áreas, frequentemente situadas nas bordas dessa macroatmosfera que se forma. Neste processo, o Parque Garay é incorporado à macroatmosfera constituída. Ainda que deslocado dos demais espaços públicos, o boulevard como eixo de comunicação facilita a aproximação deste que também é um parque com qualidade paisagística e amplas áreas de estar. A incorporação deste parque ao sistema possibilita ainda a criação de novos percursos, como a avenida Governado Freye, que tem desenho semelhante ao Boulevard, uma ampla avenida arborizada com caminho de pedestres ao centro. Estabelece-se assim uma nova rota à Estação Mitre e ao Bairro Centenário, uma outra forma de acesso e novas leituras das relações espaciais com estas áreas que são, dentre todas, as que mais abrigam uma população vulnerável. Enfatiza-se, deste modo, os marcadores sociais também como ferramentas essenciais à compreensão das dinâmicas urbanas instituídas e dos limites invisíveis colocados.

Como os diagramas demonstram, ainda que conectados pelos percursos, a Estação Mitre, antiga estação que hoje, após reivindicações populares, abriga um centro cultural e uma feira popular, e o Bairro Centenário, conjunto habitacional que se volta ao miolo de quadra como espaço de convívio para os moradores, conformam uma atmosfera de relativa unidade entre si, distinta daquela observada no conjunto das demais áreas analisadas. Esta situação reforça o espaço de intermediaridade que se estabelece entre estas atmosferas. Nesse caso, ainda que a circulação entre os diferentes espaços seja contínua, determinadas características (históricas, econômicas e culturais) serão mais determinantes do que o próprio tempo de permanência para a constituição de atmosferas. O espaço de intermediaridade apresenta-se, assim, como um campo de possibilidades, de um vir a ser, que pode ainda transformar-se com o tempo. Esse aspecto revela outro ponto importante sobre a intermediaridade, sua percepção varia conforme o ponto de vista adotado.

Quando observada a partir de uma atmosfera já consolidada, a intermediaridade pode ser percebida como um campo de incertezas, estranhamento ou insegurança quanto ao que está do outro lado, além de seus limites. Entretando, quando vivenciada a partir de sua própria condição intermediária, ela passa a oferecer uma perspectiva ampliada, capaz de colocar diferentes atmosferas em relação.

Observar e caminhar, o momento de permanecer e o de transitar, constituem formas complementares de perceber a cidade. Estes processos permitem uma análise não da busca por uma condição do que é, mas do entendimento de que a dinâmica de

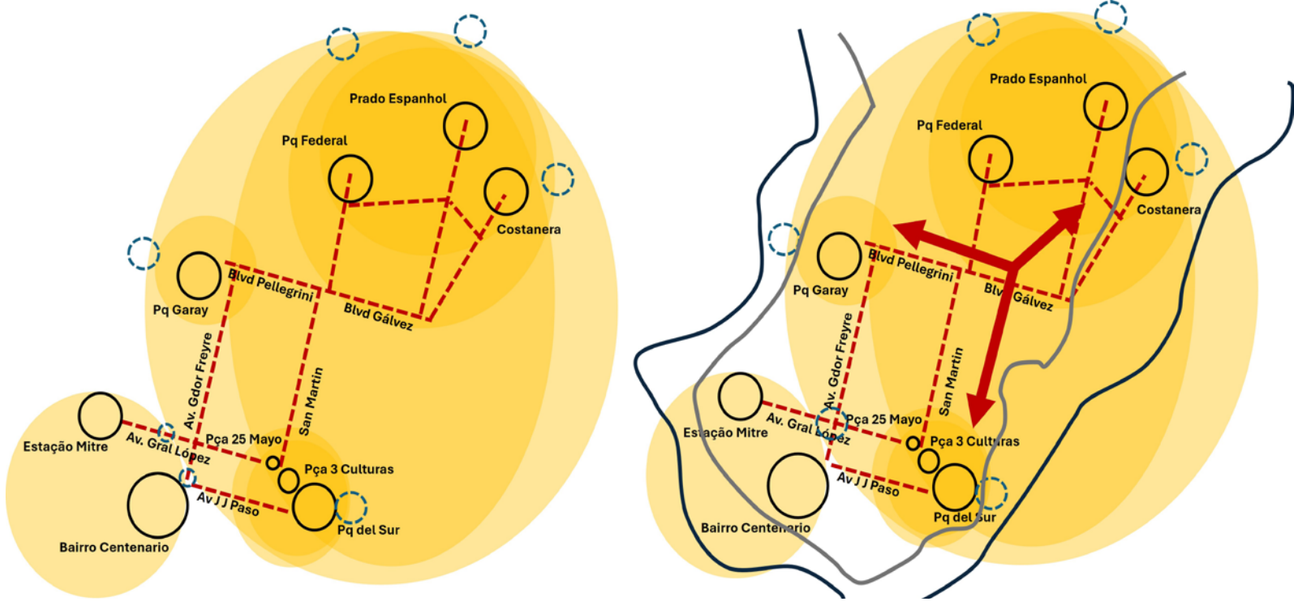


Figura 8 - No diagrama da esquerda, a incorporação da Estação Mitre e do Bairro Centenário. À direita, o diagrama final, incluindo em cinza a via que margeia a área de estudo e o rio em azul. As setas indicam as possibilidades de descolamento dentro da maior atmosfera que se forma e os pontos de intermediaridade que marcam seus limites. Fonte: Braga, 2025.

que é feita a vida urbana revela um universo de pequenas coisas, ora mais sutis, em outros momentos mais evidentes e marcantes. Nesse sentido, os conceitos Atmosferas espaciais e Intermediaridade mostram-se adequados ao dialogarem mais com a dinâmica da cidade do que com a análise estática que encerra um espaço em uma definição que o limita.

Tanto para o entendimento das atmosferas quanto dos espaços de intermediaridade, elementos físicos, materiais, são essenciais. No entanto, as subjetividades construídas na relação com o espaço urbano podem ser mais potentes. Isso torna-se visível na macroatmosfera constituída a partir da incorporação de novas área ao percurso.

Onde estas intermediaridades se reforçam, aí sim os campos de disputas, dos limites mais duros de serem transpostos se revelam. Além do movimento como ponto chave para se entender a aplicação dos conceitos, o ponto de vista a partir do espaço em que se está, para o caso da intermediaridade, revelou-se essencial. Se estou dentro de uma atmosfera bem definida e olho para esse espaço intermediário, ele poderá gerar estranhamento e um certo senso de distanciamento. Ao contrário, se me coloco neste espaço de intermediaridade, ele passa a adquirir outra caraterística, o das possibilidades. É justamente nessa condição que a intermediaridade revela sua potência analítica.

Considerações finais

Considerando-se que tanto as atmosferas quanto os espaços de intermediaridade configuram-se como conceitos que tratam de realidades intrinsecamente dinâmicas, em que práticas e usos podem sofrer movimentos, as expressões culturais, de apropriação e/ou contestação, serão sempre uma possibilidade, ou seja, um espaço em constante negociação. Não apenas possibilidade, mas são elementos estruturadores do próprio espaço. Quando as dinâmicas se alteram, se reconfiguram, expressões do urbanismo menor poderão emergir, caracterizado pela emergência de práticas cotidianas que escapem às lógicas hegemônicas de planejamento. Entende-se que os conceitos investigados não se apresentam como categorias fixas, são modulados em função da experiência, da situação empírica, que tem sua própria forma e assim, capazes de serem aplicados diante da diversidade e variações que a empiria apresente. Nos estudos urbanos, os conceitos se relativizam na condição local, dialogando com temporalidades, materialidades e práticas sociais e culturais características a cada

local. A riqueza destes estudos reside justamente na diversidade de possibilidades de aplicação dos conceitos sob a perspectiva de cada área em estudo. Este exercício da relação entre conceitos e empiria revelou o potencial destes conceitos como campo de investigação, na medida em que podem ser aplicados, e assim auxiliar na análise de espaços e situações em movimento, uma abordagem metodológica capaz de acompanhar processos, transformações e instabilidades que caracterizam o espaço urbano contemporâneo.

Referências

ARROYO, Julio. Arquitectura urbana y espacio público. In: ARROYO, J. (Org.). *Arquitectura y Estado*. Santa Fé: Ediciones UNL, 2022. p. 31–65.

BARROS, Douglas. *O que é Identitarismo?* São Paulo: Boitempo, 2024.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BRAGA, Paula Marques. *Intervenções urbanas em áreas centrais históricas: paisagens particulares versus a banalização da paisagem.* Contradições entre a preservação do patrimônio cultural e a promoção do turismo em intervenções realizadas no centro histórico de Salvador e no Bairro do Recife. 2013.Tese de doutorado - Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU/USP).

GUIMARÃES, Camila Ferreira. *Atmosferas patrimoniais. Espaços públicos patrimonializados em Minas Gerais.* 2023. Tese de doutorado - Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU/USP).

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org). *Manifestações da cultura no espaço.* Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999, p. 169-190.

HAESBAERT, Rogério.Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de; HAESBAERT, Rogério (Org). *Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos.* Rio de Janeiro: Access, 2007, p. 33-56.

MUÑOZ, Francesc. *Urbanalización. Paisajes comunes, lugares globales.* Barcelona: Gustavo Gili, 2008.

PARDO, José Luis. *La banalidad.* Barcelona: Anagrama, 2004.

RUBINZAL, Mariela (Org.). *La política y la cultura bajo la lupa.* Santa Fe, siglo XX-XXI. Santa Fe: Ediciones UNL, 2022.

A CONTRAPAISAGEM DOS ENTES E VIVENTES
Por uma metodologia Anti-Paisagística

THE COUNTER-LANDSCAPE OF BEINGS AND LIVING BEINGS
For an Anti-Landscaping Methodology

Jadyson Arthur da Silva[1], Ana Beatriz P. R. do Rêgo[2], Clarice Marina S. Maceno[3] e João Felipe P. Cavalcante[4]

Resumo
A produção e o ensino da paisagem nas escolas de arquitetura e urbanismo brasileiras permanecem enraizados na lógica colonial, que separa humano e natureza e legitima apenas o arquiteto como produtor autorizado do espaço. Essa perspectiva eurocentrada marginaliza saberes ancestrais e desqualifica a atuação de povos originários e seres mais-que-humanos na conformação da paisagem, contribuindo para a degradação ambiental e crises que caracterizam o Capitaloceno. Objetivamos problematizar a colonialidade do paisagismo, articulando reflexões teóricas com práticas comunitárias e baseadas na natureza que evidenciam alternativas para a produção paisagística. Utiliza-se da revisão de literatura, visita de campo e análise de experiências coletivas para apontar diferentes caminhos metodológicos para o ensino e prática paisagística contemporânea. Como resultado, formulamos bases para epistemologias confluentes, capazes de evidenciar humanos e não-humanos como co-criadores da paisagem, fortalecendo cosmopercepções ancestrais e práticas insurgentes no enfrentamento da crise urbana e ambiental, configurando assim, o que entenderemos por contrapaisagem.
Palavras-chave: paisagismo contracolonial; práticas insurgentes; saberes ancestrais.

Resumen
The production and teaching of landscape architecture in Brazilian Architecture and Urbanism schools remain rooted in the colonial logic, which separates humanity and nature and legitimizes only the architect as the authorized producer of the space. This Eurocentric perspective marginalizes ancestral knowledge and disqualifies the role of indigenous people and more-than-human beings in the design of the landscape, contributing to the environmental degradation and the crises that characterize the Capitalocene. We aim to problematize the coloniality of landscape architecture, articulating theoretical reflections with community-based and nature-based practices that highlight alternatives for landscape production. Literature review, field visits, and analysis of collective experiences are used to point out different methodological paths for contemporary landscape teaching and practice. As a result, we formulated foundations for alternative epistemologies, which can highlight humans and non-humans as co-creators of the landscape, strengthening ancestral cosmoperceptions and insurgent practices in confronting the urban and environmental crisis, therefore defining what we will understand as counter-landscape.
Keywords: counter-colonial landscape architecture; insurgent practices; ancestral knowledge.

1 Graduando pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UFAL).
2 Graduanda pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UFAL).
3 Graduanda pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UFAL).
4 Graduando pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UFAL).

Introdução

A lógica da produção da paisagem no Brasil, bem como o ensino de paisagismo nas escolas de arquitetura e urbanismo, permanece assentada na condição colonial que distingue o ser humano da natureza (Veríssimo, 2020) e afirma o arquiteto-paisagista – historicamente entendido como o homem branco cisheteronormativo – como único detentor do saber e, portanto, único agente capacitado para produzir o espaço. Consequentemente, os povos que diferem desta lógica imposta pela academia e pelo mercado não são considerados capazes de intervir na paisagem, tornando-se dependentes do saber acadêmico. Nessa mesma estrutura colonial, os seres mais-que-humanos[5] (animais, entidades, corpos d'água, florestas, entre outros) também são vistos enquanto inaptos a produzir paisagem (*ibidem*), sendo reduzidos a condição de recursos e, portanto, passíveis de dominação e exploração, justificando assim, práticas como o desmatamento e a poluição do solo, rios e mares.

Em contraponto a essa visão, observamos que coletividades como os povos das florestas, das águas, das favelas, dos quilombos e demais populações que constituem formas autônomas de organização social e cosmopercepções[6] (Oyěwùmí, 2021) fora da máquina colonial-capitalista, participam ativamente dos processos de construção da paisagem. Esses grupos, ao reconhecerem a potência dos entes (presenças espirituais, ancestrais e encantadas) e viventes (humanos, animais, plantas, rios, matas e demais elementos que compõem os ciclos da existência) na concepção e transformação do espaço, entendem-se como parte estruturante e inseparável da natureza.

Essa lógica de dominação colonial é o que fundamenta o processo de destruição contínuo e desenfreado que hoje reconhecemos como Capitaloceno[7]. A negação do humano como parte da natureza, pilar do desenvolvimentismo capitalista, pode ser evidenciada pelo crescente número de desmatamentos florestais no Brasil (World Resources Institute, 2025); pela elevação da temperatura global, que no ano de 2024 chegou a 1,5°C, causando uma redução na extensão do território propício para a sobrevivência de insetos, plantas e vertebrados (Relatório Copérnico, 2024); e pelas ondas de calor que atingem os países com cada vez mais frequência, levando ao adoecimento e a morte de parte da população, como exemplificado pela estimativa de 2.300 mortes, em 2025, em um período de 10 dias, em 12 países da Europa (Withers; Abnett, 2025).

No Brasil, essa crise se manifesta também em desastres-crimes causados por grandes empresas extrativistas, como os casos de Brumadinho e Mariana, em Minas Gerais, e, mais recentemente, na cidade de Maceió, Alagoas. Este último, decorrente da exploração de sal-gema em área urbana pela Braskem S.A., resultou no desmonte de bairros inteiros e no deslocamento forçado de mais de 57 mil habitantes (Bulhões et al. 2025).

5 Criado em 1990 pelo filósofo estadunidense David Abram, o conceito de mais-que-humanos (More Than Human) surge com o intuito de reconhecer a vida na terra como parte de um cosmo terrestre "que inclui manifestamente a cultura humana, mas que também excede a cultura humana" (Brum et al, 2023).
6 A noção de cosmopercepção (*worldsense*, em inglês), formulada por Oyèrónkẹ́ Oyěwùmí (2021), questiona a importância da visão nas epistemologias ocidentais. Em oposição à ideia de "cosmovisão", centrada no olhar como principal via de conhecimento, a autora propõe uma percepção de mundo enraizada em outras formas de sensibilidade (como a escuta, o toque e o sentir compartilhado), derivadas das experiências e contextos africanos. Trata-se de uma afirmação da pluralidade de modos de existir e produzir sentido, em ruptura com a lógica colonial e eurocentrada.
7 O termo Capitaloceno, criado por Jason W. Moore, surge como alternativa ao Antropoceno, atribuindo, para além da atividade humana, ao sistema capitalista a responsabilidade pelo colapso socioambiental.

Assim, este artigo busca fomentar um debate crítico e propositivo, dentro do ensino e produção de arquitetura e urbanismo, articulando reflexões teóricas e práticas que apontem para a construção de novas epistemologias e metodologias de projeto. Dessa forma, pretendemos, aqui, contribuir para a discussão decolonial dentro dos estudos da paisagem e produção paisagística, de forma que se reconheça a interdependência entre seres humanos e não humanos, pautada em saberes ancestrais e coletivos, através da proposição de alternativas urbanas insurgentes à lógica de dominação e exploração que caracteriza o Capitaloceno e ameaça a própria sobrevivência da vida no planeta.

Dessa forma, temos como principal objetivo deste artigo questionar, dentro da crítica à colonialidade, a noção de paisagismo e a produção acadêmico-profissional da paisagem. Para tanto, pretende-se refletir sobre o ensino de paisagismo e o currículo das escolas de arquitetura e urbanismo; investigar o papel absoluto atribuído ao homem na produção da paisagem e a distinção humano-natureza; compreender de que formas outros seres e entes constroem as paisagens; e propor bases metodológicas para uma prática paisagística contracolonial.

Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, de natureza crítico-propositiva, que articula a revisão teórica com a análise de práticas concretas. O percurso metodológico inicia-se com uma revisão crítica da literatura para construir o arcabouço conceitual sobre a colonialidade do poder e da natureza.

Em um segundo momento, a investigação volta-se para o estudo de campo em territórios no interior do estado de Alagoas, localizados na região do Planalto da Borborema, buscando compreender *in loco* outros modos de produzir a paisagem. Foram realizadas visitas ao município de Viçosa, para analisar as relações dos seres humanos e não-humanos com as águas, nos rios Caçamba e Paraíba, e com as áreas remanescentes de mata atlântica na cachoeira do povoado de Anel, bem como ao Quilombo Gurgumba, localizado no município. Também realizamos uma trilha até a Bica do Alcides, nos remanescentes de mata atlântica do município de Palmeira dos Índios, território historicamente indígena (os quais, hoje, sofrem com problemas de demarcação de terra), para aprender sobre diferentes formas de construir paisagem. A coleta de dados privilegiou a observação participante e a escuta ativa com a população local.

Por fim, a terceira etapa consiste na articulação entre o referencial teórico e os dados levantados, interpretando-os a partir da crítica à colonialidade, para formular bases metodológicas e epistemológicas de um paisagismo contra-hegemônico. A análise dos dados foi orientada pela identificação de situações em que humanos e mais-que-humanos atuavam conjuntamente na conformação da paisagem. Como resultado disso, a pesquisa sistematiza princípios para uma prática paisagística contracolonial, fundamentados na biointeração e no compartilhamento. Posteriormente, esses princípios são articulados aos referenciais decoloniais e contracoloniais, permitindo a elaboração de uma proposta metodológica de contrapaisagem voltada ao ensino, ao projeto e à intervenção paisagística.

As paisagens silenciadas nas escolas de arquitetura

Ao analisar as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, elaboradas pelo Ministério da Educação (Brasil, 2025), que definem como os currículos das escolas de graduação de arquitetura e urbanismo devem ser orientados, em âmbito nacional, percebemos, dentre as diretrizes apresentadas, o incentivo ao ensino e prática inclusivos e que valorizam formas sustentáveis de ocupação dos territórios. Ao longo do documento, identificamos pontos importantes para a compreensão de uma produção contracolonial da paisagem, como: a valorização da qualidade socioambiental dos espaços; a consideração dos fatores sociais, econômicos, históricos, políticos, culturais, ambientais, geracionais, étnico-raciais, de gênero e de orientação sexual como determinantes na compreensão da produção do espaço e na concepção da Arquitetura da Paisagem; a relação intrínseca entre teoria e prática; e a importância da vivência das diversas realidades.

Além disso, o texto destaca como fundamental para o egresso em arquitetura e urbanismo ter uma visão holística e humanista sob a prática profissional, comprometido com a responsabilidade social e com o desenvolvimento sustentável. Ainda, é evidenciada a necessidade da adoção de perspectivas interdisciplinares, multidisciplinares e transdisciplinares na prática, de forma a permitir a adoção de soluções diversas, que se ampliam para além dos campos da arquitetura e urbanismo tradicionais.

No entanto, o documento ainda apresenta uma visão eurocêntrica do ensino da arquitetura, urbanismo e paisagismo, de forma que é enfatizada, na grade curricular, a importância do ensino da história e cultura portuguesa para o entendimento da formação do espaço brasileiro, como é destacado no trecho à seguir:

> Art. 15. Os conteúdos de Teoria e História da Arquitetura, do Urbanismo e da Arquitetura da Paisagem compreendem o estudo crítico das condições socioeconômicas e culturais de produção do espaço habitado pela atividade humana, e devem enfatizar as diversas influências culturais na formação do espaço brasileiro e latino-americano, abordando a história e a cultura portuguesa, africana e indígena e dos povos imigrantes (Brasil, 2025, p. 7).

Mesmo que sejam citadas as contribuições africanas e indígenas, é possível perceber que há, dentro das normativas das escolas de arquitetura e urbanismo, uma supervalorização do conhecimento produzido pelo norte global, em detrimento das produções contracoloniais, o que reflete uma noção colonial de produção e disseminação do conhecimento. Essa condição pode ser observada tanto pela predominância de abordagens técnico-científicas oriundas do norte global, quanto pela ausência de diretrizes que incentivam, de forma explícita, a incorporação de cosmopercepções, epistemologias e práticas territoriais produzidas por povos indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais. Para além de uma questão de conteúdo, essa lógica também se manifesta na própria estrutura curricular, organizada a partir da fragmentação disciplinar do conhecimento e da separação entre sujeito e objeto, teoria e prática, natureza e cultura. Como consequência, formas de conhecimento fundamentadas na oralidade, na experiência, na ancestralidade e nas relações comunitárias tendem a ocupar posições marginais no processo formativo, reproduzindo uma concepção colonial de produção e legitimação do conhecimento.

As DCNs também destacam que os Planos Pedagógicos Curriculares (PPCs) devem prever em sua organização a diversificação dos cenários de ensino e aprendizagem. Uma interpretação disso poderia prever o incentivo ao contato dos estudantes com outros locais de aprendizado, para além da sala de aula, incluindo territórios indígenas e quilombolas, áreas de preservação ambiental, comunidades ribeirinhas, favelas, entre outros. Entretanto, nenhuma dessas formas de conhecimento é evidenciada no documento, que trata apenas da diversificação dos cenários como uma forma de possibilitar ao estudante vivenciar presencialmente a realidade profissional, desvalorizando outros ambientes de aprendizagem que não sejam escritórios de arquitetura e urbanismo:

> Art. 31. O PPC deverá, ainda, prever em sua organização curricular: [...] V - a diversificação dos cenários de ensino e aprendizagem, possibilitando ao estudante vivenciar presencialmente a realidade profissional, a organização do trabalho em Arquitetura e Urbanismo e as práticas interprofissionais colaborativas (Brasil, 2025, p. 11).

Assim, o documento reforça a visão de que apenas o profissional arquiteto e urbanista é o detentor do conhecimento, mantendo a estrutura colonial e a hierarquia entre os saberes acadêmicos-profissionais e tradicionais.

Com a instituição dessas diretrizes em julho de 2025, os cursos de arquitetura e urbanismo no Brasil tem até 2 anos, a partir dessa data, para a implementação destas em suas grades curriculares. No entanto, mesmo com as diretrizes instituídas, nem sempre elas são aplicadas efetivamente e em sua totalidade, como evidenciado a seguir na análise do PPC da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Através do documento, foi possível perceber que o PPC da FAU/UFAL prioriza uma formação técnica em detrimento das questões crítico-reflexivas da produção e ocupação do espaço. Isso pode ser observado na distribuição das disciplinas: ao passo que 67% da carga horária obrigatória ofertada é composta pelas matérias dos setores de ensino Linguagem, Representação e Projeto de Arquitetura (LRP) e Tecnologia (TEC), as disciplinas relacionadas às áreas de Planejamento, Urbanismo e Paisagismo (PUP), somadas às Atividades Curriculares de Extensão (ACE), ocupam apenas 26% da carga horária obrigatória. Essa desproporção, por si só, não constituiria necessariamente um problema se, nas disciplinas de LRP e TEC, fossem incorporadas metodologias e saberes não hegemônicos (como as tecnologias ancestrais dos povos originários e quilombolas) o que, no entanto, raramente ocorre, à medida que esses saberes são desqualificados e desvalorizados. Dessa forma, as noções de arquitetura, urbanismo e paisagismo que se afastam da lógica eurocêntrica e colonial acabam restritas a um conjunto reduzido de disciplinas, que representam apenas cerca de um quarto da formação oferecida.

Considerando o ensino de paisagismo, o PPC prevê como disciplinas obrigatórias: ACE 1 - Identidade, Cultura e Desenvolvimento, ofertada no primeiro período do curso; Introdução ao Projeto de Arquitetura Urbanismo e Paisagismo, no segundo período do curso; e as disciplinas de Projeto de Paisagismo 1 e 2, ofertadas no terceiro e quarto período, respectivamente. Além disso, são previstas matérias eletivas como: Projetos Especiais em Urbanismo e Paisagismo; e Planejamento e Projeto de Paisagismo, que, apesar de previstas no PPC, dificilmente são ofertadas.

Na ementa dessas disciplinas, as bases teóricas e as referências bibliográficas indicadas partem majoritariamente de uma perspectiva erudita tradicional, com foco na especificação botânica e no desenho técnico, afastando as possíveis reflexões críticas sociais, ambientais e político-culturais, fundamentais para a compreensão da produção do espaço e para a concepção da paisagem, indicadas pelas DCNs. Tais referências são compostas, sobretudo, por homens brancos cis-heterossexuais do norte global e reforçam uma teoria clássica e colonial do entendimento da paisagem, não reconhecendo o trabalho de importantes pensadores críticos da America Latina e do Brasil e, principalmente, da região nordeste e do estado de Alagoas. Somado a isso, observa-se a exclusão de teóricos negros e indígenas, que integram em suas pesquisas e produções as cosmopercepções de seus povos. De tal modo, há uma promoção do discurso e produção da paisagem deslocada da realidade local, que acarreta em uma prática profissional paisagística defasada e que desconsidera importantes questões sócio-históricas do lugar.

Em contrapartida, dentro das salas da aula da FAU/UFAL, é possível identificar iniciativas desenvolvidas por docentes, que mesmo sob as orientações eurocentradas do PPC, fogem da lógica colonial hegemônica e subvertem as normas ao introduzir em suas disciplinas noções como “saberes ancestrais” e “arquitetura e urbanismo contra-hegemônicos”, por meio da leitura de produções de autores quilombolas e indígenas, como António Bispo do Santos (2023) e Ailton Krenak (2019). Entretanto, tais práticas, apesar de se mostrarem um avanço contra a reprodução do discurso capitalista e tecnicista, são ações pontuais, não institucionalizadas, e, portanto, não têm a sua continuidade efetivamente garantida.

Dessa forma, entende-se que as normativas para o ensino de paisagismo, dentro das escolas de arquitetura e urbanismo, são pautadas sob uma noção de neutralidade e universalidade que, na prática, reforça uma lógica patriarcal, racista e cisheteronormativa (Rolnik, 2023). Nesse sentido, o homem-branco-arquiteto-paisagista entende a paisagem como passível de dominação e, deste modo, a reprodução desse discurso dentro da academia nega a complexidade das experiências de outros corpos e identidades que habitam o território (Berth, 2016).

A análise das DCNs e do PPC da FAU/UFAL evidencia que a formação paisagística ainda opera majoritariamente sob referenciais eurocentrados, limitando o reconhecimento de outras formas de produção do espaço. Essa constatação reforça a necessidade de construir abordagens pedagógicas capazes de incorporar saberes ancestrais, comunitários e ecológicos na formação profissional. Assim, cabe analisar essa relação que separa o humano do natural, bem como os seus efeitos na conformação da paisagem.

Colonialidade e a cisão dicotômica: da Cosmofobia à Biointeração

A humanidade tem se distanciado cada vez mais de seu entendimento enquanto integrante da natureza. Se posicionando, não apenas enquanto entidade estranha ao conceito de natureza, como também superior a essa ideia. Santos (2023) aponta que,

> Dentro do reino vegetal, todos os vegetais cabem, dentro do reino mineral, todos os minerais cabem. Mas dentro do reino animal não cabem os humanos. Os humanos não se sentem como entes do ser animal. Essa desconexão é um efeito da cosmofobia (Santos, 2023, p. 8).

Para o autor, a cosmofobia é o princípio que rege a lógica colonial de acumulação, expropriação e desconexão humano-natureza. Este princípio, fundamentado no medo do cosmos, é o raio transformador das diferentes manifestações da vida e da natureza em matéria-prima, mercadoria (*ibidem*).

Nesse sentido, a cosmofobia é a chave necessária para entendermos não só a desconexão do humano-natureza, como da própria lógica em que está fundamentada a colonialidade. Isso, porque a lógica cosmofóbica de mercantilização do cosmos está enraizada numa cosmovisão monoteísta e monista, que privilegia a universalidade (unicidade) em detrimento de cosmopercepções politeístas e pluristas, praticadas por povos contra-colonizadores, como os indígenas e quilombolas (Santos, 2015; 2023).

A colonialidade do poder, conforme formulada por Quijano (2005), constitui um padrão global de dominação que opera por meio da classificação social e da hierarquização de saberes, culturas e formas de existência. É dentro desse sistema de subordinação, em que a natureza é redefinida e passa a figurar o lugar de recurso, subordinada à lógica

do capital, que vários intelectuais conceituam a Colonialidade da Natureza (Walsh, 2008). Essa colonialidade se manifesta, para além da mercantilização da natureza, despropriando-a do lugar de ente e desqualificando toda e qualquer prática que a reconheça enquanto sujeito ativo. Como resultado disso, temos uma consolidação da dicotomia eurocêntrica: Humano *versus* Natureza.

A permanência dessa lógica pode ser observada em iniciativas contemporâneas como o Fundo para Transição Ecológica Justa (FTEJ), proposto para a COP30. Apesar de apresentado como mecanismo de enfrentamento da crise climática, o Fundo mantém a natureza subordinada à lógica financeira, transformando ecossistemas em ativos econômicos e privilegiando soluções técnico-financeiras em detrimento dos saberes e práticas territoriais de povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Dessa forma, a crise é tratada como um problema de gestão de recursos, e não como consequência das estruturas cosmofóbicas e coloniais que sustentam sua produção.

Contudo, é fundamental ressaltar que, apesar da persistência desses esforços em consolidar a dicotomia eurocêntrica, essa separação entre humano e natureza não é universal, mas uma invenção específica do pensamento ocidental. A crítica à universalidade das categorias binárias, como a demonstrada por Oyèrónkẹ́ Oyěwùmí (2002) em seus estudos sobre a sociedade Yorùbá, que não se guia por binarismos de gênero, serve como um poderoso análogo para a dicotomia humano-natureza, uma vez que a separação rígida é uma imposição ocidental. Em contraste, as cosmopercepções afroindígenas brasileiras desmantelam essa cisão ao colocar o humano intrinsecamente ligado à totalidade da vida e da terra.

Neste contexto de desconstrução, a figura de Exú (Èṣù), divindade da cosmopercepção Yorùbá, presente ainda hoje nas religiões afrobrasileiras, emerge como um poderoso exemplo da anulação da cisão binária que rege o pensamento ocidental. Exú é o agente articulador e mensageiro que transita entre o Òrún (céu/mundo invisível) e o Aiyé (terra/mundo visível) (Prandi, 2001). Sua essência reside na mobilidade, na contradição e na totalidade. Exú não é estático, nem se conforma à lógica linear de "ou isso, ou aquilo".

Tal visão de mundo, não dicotômica, que reconhece a interconexão como estado original da vida, é o fundamento para o entendimento de que a paisagem é resultado não apenas da contribuição humana, mas da intervenção combinada de múltiplos agentes. Contrapondo a lógica colonial, a biointeração (Santos, 2015) surge como uma crítica ao sistema colonial e propõe um modelo alternativo de sociedade e coexistência. Para isso, Antonio Bispo dos Santos (2015) fundamenta a biointeração na prática de conviver e aprender com a mata, com a terra, com as águas, com o vento, com a lua e o sol, com as pessoas e com os animais. A biointeração, prática já concretizada nas cosmopercepções quilombolas e indígenas, transforma trabalho em vida e arte, negando filosoficamente e de forma prática a separação.

É na lógica biointerativa que o entendimento dos entes e viventes, enquanto produtores da paisagem, ganha materialidade. Nessa cosmopercepção, a natureza não é um cenário estático, um pano de fundo a ser moldado, mas um conjunto de forças e agentes múltiplos e dinâmicos, com anseios, práticas e particularidades próprias. Nesse entendimento, os Viventes são os seres orgânicos (animais, plantas, os rios, os mares, a chuva, o vento, as montanhas, entres outros) com quem se estabelecem relações materializadas a partir dos corpos e os Entes são as entidades espirituais e/ou ancestrais que regem, protegem e articulam o espaço por meio das relações.



Figura 1 - Caminho da água formado pelas chuvas. Fonte: Acervo pessoal dos autores, 2025.

Destarte, a paisagem não é o produto que resulta da técnica humana (do arquiteto paisagista), mas sim de um complexo processo de ordenamento, concepção e produção do território, que, por sua vez, emerge da interação incessante entre os seres humanos e mais-que-humanos, entre os entes e viventes. O reconhecimento da natureza como sujeito, assim como a não dissociação do humano enquanto natureza, não parte apenas de uma abstração teórica, mas se fundamenta nas práticas não-ocidentais, consolidadas pelos povos afroindígenas.

Quando a paisagem fala: cosmopercepções no encontro entre águas, trilhas e quilombos

O estudo de campo, ao proporcionar a imersão em diferentes paisagens (percurso da trilha, Bica do Alcides, cachoeira do Anel, Rio Caçamba e quilombo Gurgumba), possibilitou o entendimento de como as cosmopercepções podem ser percebidas e instauradas nesses espaços. Ao manter a atenção em usar todos os sentidos, pudemos observar como os sons, os ventos, as águas, os animais, e os demais elementos que nos rodeavam, para além de comporem as paisagens, também se caracterizavam como agentes transformadores delas.

Ao longo das trilhas, percebemos que, tanto as águas da chuva, como os corpos d'água, conformaram as paisagens, deixando marcas significativas (Figura 1). Nos momentos mais cruciais da descida até a cachoeira, eram nos caminhos pré estabelecidos pelas águas pluviais onde víamos que deveríamos seguir. As chuvas ditavam o percurso mais rápido até o rio, esclarecendo para os outros seres (nós inclusos) o melhor trajeto a ser feito.





Figura 2 e 3 (da esquerda para direita, respectivamente) - Cachoeira com fluxo intenso de água e cachoeira com fluxo moderado de água. Fonte: Acervo pessoal dos autores, 2025 e 2024.

Ainda, percebemos como os diferentes fluxos das águas do rio impactam as percepções. Nesta visita, em comparação ao contato realizado meses antes, o rio que forma a Cachoeira do Anel encontrava-se mais cheio (Figura 2), com um fluxo de água mais intenso, o que aumentava a vazão da cachoeira e tornava nossa permanência dentro da água mais difícil. Nessas condições, os acessos, os usos e as experiências corporais eram significativamente alterados.

Em contrapartida, durante o período de estiagem (Figura 3), permanecer dentro d'água era mais confortável, a correnteza apresentava menor intensidade e o banho era facilitado. Além disso, a maior visibilidade de pedras modificava a experiência visual do lugar. Assim, salientamos que tais transformações ocorrem independentemente da ação humana, evidenciando que aquele ambiente possui dinâmicas próprias, produzidas pelas relações entre seus diversos seres compartilhantes. Naquele contexto, nós, seres humanos, éramos apenas mais um elemento em interação com o território. As observações indicam que os corpos d'água não apenas compõem a paisagem, mas participam ativamente de sua conformação física e perceptiva, definindo percursos, acessibilidades e experiências corporais.

Além disso, também foi possível notar a interação dos animais com a paisagem, que estabelecem uma relação confluente com o espaço habitado. Animais de grande porte, como bois e cavalos, deixavam marcas nítidas em sua passagem: ao pisotearem a vegetação rasteira e baixarem os matos, abriam novas direções e criavam caminhos que, posteriormente, podiam ser seguidos por outras espécies. Para além desses animais, os de pequeno porte, como cachorros (Figura 4), também ocupam um papel importante nas dinâmicas territoriais observadas. Habituados à presença humana e às relações cotidianas de compartilhamento do espaço, reconheceram nossa aproximação de forma amistosa e passaram a acompanhar nosso deslocamento, conduzindo-nos espontaneamente por parte do percurso até o Rio Caçamba.





Figura 4 - Cachorros caminhando à nossa frente e atrás de nós. Fonte: Acervo pessoal dos autores, 2025. Figura 5 - Quilombo Gurgumba com destaque para as habitações. Fonte: Acervo pessoal dos autores, 2025.

A interação observada evidencia que diferentes espécies participam ativamente da construção dos percursos e das dinâmicas territoriais, influenciando deslocamentos e formas de ocupação do espaço. Diante dessa experiência, pudemos perceber, e reafirmar, o poder de transformação que os outros seres, para além dos humanos, possuem, como também observamos como a vida em confluência com estes seres pode ser benéfica para a construção do viver comunitário.

Por fim, cabe destacar a maneira como a comunidade do quilombo Gurgumba se relaciona com a vegetação, as águas e os animais, que contrasta fortemente com aquela predominante nas áreas urbanas. A disposição das casas no território (Figura 5) evidencia essa lógica: elas se inserem em meio às arbóreas, arbustivas e forrações já existentes, permitindo a convivência harmoniosa entre todos os elementos, sem hierarquias entre o que é construído e o que é da terra. O cuidado com o território também se manifesta na atenção dedicada ao Rio Paraíba, que acompanha o caminho até o quilombo e o atravessa, sendo tratado como parte viva do cotidiano. Da mesma forma, a presença constante de animais, como cães, bois, bodes, cavalos e galinhas, revela uma dinâmica em que o espaço é compartilhado, e não disputado. Essa forma de se relacionar, que rompe com a lógica colonial de separação entre "humano" e "natureza", expressa uma ética de biointeração entre seres e reinos. Trata-se de uma cosmopercepção de compartilhamento, que reconhece a importância simultânea do vegetal, do animal e do espiritual, e que produz uma prática confluente de habitar o território e de construir a paisagem.

As reflexões realizadas permitiram identificar três aspectos centrais para a formulação da contrapaisagem: (i) a atuação das águas como agentes modeladores da paisagem; (ii) a participação de diferentes espécies na definição dos percursos, usos da terra e manejo do território; e (iii) a existência de práticas de biointeração que reconhecem humanos e mais-que-humanos como compartilhantes do espaço. Esses elementos constituem a base empírica da proposta metodológica apresentada na seção seguinte.

Desenvolvendo a Contrapaisagem: Metodologias compartilhantes para um Anti-paisagismo

A produção paisagística para o sistema colonial se sustenta na figura do arquiteto-paisagista como o autor central dessa área, refletindo a ideia cartesiana que separa o humano da natureza. Para desmantelar essa estrutura é imperativo questionar: qual o papel do arquiteto numa prática antipaisagistica, que reconhece os entes e viventes como epistemologia fundante e agentes ativos na paisagem? A resposta para esse questionamento reside na destruição da crença de que algum processo criativo acontece de forma individualizada. Assim como reconhece a afroperspectiva (Nogueira, 2014), a coletividade, bem como o corpo, a oralidade e a ancestralidade, como fundamentos epistemológicos que validam o entendimento de que nada é feito de maneira individual. Isso porque o que somos é resultado dos nossos ancestrais e das nossas vivências em comunidade.

Desse modo, a contrapaisagem, elaborada neste trabalho, não é um modelo fixo ou uma sequência rígida de procedimentos. Trata-se de uma orientação metodológica composta por princípios capazes de guiar processos de ensino, projeto e intervenção paisagística. Sua aplicação depende das especificidades de cada território, mas pressupõe sempre a escuta, a observação participante, a valorização dos saberes locais e o reconhecimento dos entes e viventes como agentes da paisagem.

Nesse contexto, a biointeração fornece a chave para essa virada: o papel do profissional se desloca de autor para compartilhante do processo. Aqui não cabe mais ao arquiteto ditar o projeto, pelo contrário, seu ofício se concentra na percepção aprofundada e na articulação sensível. O conhecimento técnico-acadêmico torna-se apenas uma das vozes na mesa de negociação do projeto, cujos principais insumos são as potências, anseios e necessidades manifestados pelos entes e viventes. Portanto, a paisagem é entendida como um processo vivo e autônomo, um produto emergente do compartilhamento de saberes e da ação combinada interespécies.

O compartilhamento constitui um princípio metodológico central da contrapaisagem, orientando formas de atuação baseadas na reciprocidade e na corresponsabilidade entre os diferentes agentes do território, uma vez que:

> Chegamos como habitantes, em qualquer ambiente, e vamos nos transformando em compartilhantes. [...] somos compartilhantes desde que tenhamos nascido aqui ou que tenhamos uma relação de pertencimento. E quando digo relação de pertencimento [...], falo de uma relação com o ambiente como um todo, com os animais e as plantas (Santos, 2023, p. 38).

Santos (2023) defende também, que o compartilhamento é uma prática que se difere da troca,

> Porque a troca significa trocar um relógio por um relógio, um objeto por outro objeto, enquanto no compartilhamento temos uma ação por outra ação, um gesto por outro gesto, um afeto por outro afeto. E afetos não se trocam, se compartilham. **O compartilhamento é uma coisa que rende** (Santos, 2023, p. 36, grifo nosso).

Assim sendo, para operar sob a égide do compartilhamento, a prática paisagística deve ser dotada de ferramentas que rompem com a priorização da razão técnica e da visão eurocêntrica. Uma dessas ferramentas é a percepção ativa, que deve ir além da observação visual e racional. É fundamental para isto mobilizar os múltiplos sentidos (escuta, olfato, paladar, tato, o sonho, entre outros) para apreender a paisagem como conjunto das múltiplas vidas que ali coexistem. É essa percepção expandida que permite acessar os conhecimentos presentes no território e a potência no agenciamento do espaço pelos seres que ali vivem.

No que diz respeito ao arcabouço, a prática deve adotar a transversalidade, operando sob uma cosmopercepção não dicotômica que rompa definitivamente com a separação Humano *versus* Natural. Inspirados pela figura de Exú, a metodologia deve ser holística, pluriversal e transitar entre mundos, integrando os saberes acadêmicos, os saberes ancestrais e as diferentes espiritualidades com idêntica importância epistemológica.

Por fim, a colaboração é o princípio ético fundamental: criar com, e não projetar para. O processo de intervenção deve ser radicalmente respeitoso e situado, reconhecendo os entes e viventes daquela paisagem como os atores centrais. O conhecimento daqueles que compartilham o território é igualmente, ou mais importante que o saber acadêmico hegemônico. Essa postura exige a renúncia da síndrome de salvador[8], garantindo que nenhum modelo externo e universal seja imposto sobre a realidade local.

Ainda que rejeitemos a rigidez de um “roteiro” ou “receita de bolo”, cabe a este trabalho a responsabilidade de propor um caminho ético de ingresso e atuação no território. Em vez de uma sequência de etapas engessadas, delineamos três momentos de postura que devem orientar a prática do compartilhante, transformando o projeto paisagístico de intervenção em processo de conexão com o lugar. Esses três momentos, apresentados a seguir, subvertem a ordem colonial, exigindo do profissional a humildade radical e o profundo respeito às cosmopercepções locais, desde o primeiro contato.

O primeiro momento é **Chegar**: implica em uma imersão profunda e uma postura de aluno na comunidade, com o objetivo de conhecer as cosmopercepções e reconhecer os seres humanos e mais-que-humanos que produzem e regem a vida naquele território. Nas experiências de campo realizadas nesta pesquisa, esse momento se manifestou pela observação dos percursos conformados pelas águas, pela atenção às interações entre diferentes espécies e pela escuta das formas locais de relação com o território.

O segundo momento é **Pedir licença**: nessa fase, materializam-se os processos participativos, que devem, contudo, romper com o formato instrumentalizado e burocrático dos mapeamentos e oficinas clássicas do poder público. Estes processos são concebidos como práticas simultaneamente de pesquisa, projeto e celebração, exigindo uma presença total do praticante. É a oportunidade ética de aprender as tecnologias ancestrais inerentes ao território e de escutar as

8 A Síndrome de Salvador (do inglês, *Savior Complex*) refere-se à tendência, frequentemente inconsciente, de indivíduos pertencentes a grupos hegemônicos de se colocarem como agentes primários e necessários para "resgatar" ou "solucionar" os problemas de comunidades marginalizadas, como os povos quilombolas e indígenas. Essa postura reforça a crença na superioridade do saber externo e nega a agência e a autonomia das comunidades. Historicamente, essa lógica pode ser associada a figuras como a Princesa Isabel, cuja ação abolicionista (Lei Áurea) frequentemente invisibiliza o papel central da luta e da resistência dos próprios povos escravizados.

necessidades que se manifestam diretamente daquele ecossistema. Nesse sentido, o projeto é o encontro entre as múltiplas vozes, sendo a licença o reconhecimento de que a intervenção é um ato de coautoria e não de imposição. O contato com a comunidade do Quilombo Gurgumba evidenciou a importância de compreender previamente as formas locais de habitar, cultivar e compartilhar o espaço antes da proposição de qualquer ação externa.

O terceiro e último é **Compartilhar**: trata-se de transformar o projeto em uma ação autônoma para a comunidade. O profissional precisa garantir que o processo projetual e sua execução sejam feitos de tal modo que a precisão técnica-acadêmica não se faça necessária para a continuidade da vida e do manejo local. A entrega final não é um artefato técnico, mas a concretização de uma carta de amor à vida e à comunidade, onde a responsabilidade pelo futuro da paisagem repousa nas mãos e nas relações dos próprios entes e viventes. Nessa perspectiva, o projeto não se encerra na entrega de um produto final, mas na construção de condições para que a própria comunidade conduza os processos futuros de cuidado e transformação da paisagem.

Os três momentos apresentados constituem princípios éticos-metodológicos orientadores da contrapaisagem, e, não têm a intenção de produzir enquadramentos metodológicos, ou, elaborar protocolos de atuação. Apesar disso, apontam-se possibilidades de aplicação desses princípios em diferentes escalas de atuação, buscando evidenciar como podem contribuir para práticas paisagísticas comprometidas com a biointeração, o compartilhamento e o reconhecimento dos entes e viventes como agentes da paisagem.

No ensino da arquitetura e urbanismo, a contrapaisagem implica ampliar os espaços de aprendizagem para além da sala de aula e do ateliê tradicional. Visitas de campo, mapeamentos sensoriais, observação participante e a participação de lideranças indígenas, quilombolas e comunitárias como produtoras de conhecimento tornam-se estratégias fundamentais para a formação profissional.

Já no processo projetual, a contrapaisagem desloca o arquiteto da posição de autor central para a de participante de processos compartilhados. Antes da definição de propostas formais, torna-se necessária a identificação dos agentes humanos e mais-que-humanos presentes no território, bem como das relações ecológicas, culturais e espirituais que estruturam a paisagem. Consequentemente, nas propostas interventivas resultantes, em vez de substituir dinâmicas locais, busca-se reconhecer e potencializar percursos produzidos pelas águas, caminhos utilizados por animais, espécies associadas às práticas comunitárias e formas locais de manejo e cuidado da terra.

Com o objetivo de sistematizar esses apontamentos, o Quadro 1 demonstra como os momentos de Chegar, Pedir licença e Compartilhar podem operar em processos de ensino e processo projetual. Evidentemente, não se trata de um modelo prescritivo ou de uma sequência rígida de etapas, mas de referências que podem assumir diferentes configurações conforme as especificidades de cada território, comunidade e contexto de atuação. Sua função é explicitar possibilidades de aplicação prática dos princípios da contrapaisagem, reforçando seu caráter metodológico e processual.

Momento	Aplicações em procedimentos acadêmicos (ensino)	Aplicações em processos projetuais
Chegar	Imersões territoriais, visitas de campo, mapeamentos sensoriais	Percepção participante e reconhecimento dos agentes da paisagem
Pedir licença	Oficinas, rodas de conversa e escuta de saberes locais	Construção coletiva de diretrizes projetuais
Compartilhar	Produção coletiva de conhecimento	Coautoria das decisões e soluções e gestão comunal e contínua dos processos

Quadro 1 - Quadro-síntese das aplicações metodológicas da contrapaisagem. Fonte: Elaborado pelos autores, 2026.

Por fim, a contrapaisagem se afirma como uma orientação metodológica aberta, situada e relacional, cuja operacionalização depende das especificidades culturais, ecológicas e históricas de cada território, e que busca contribuir para a construção de práticas paisagísticas contracoloniais comprometidas com a preservação, a regeneração e a continuidade da vida.

Considerações finais

O artigo revela, diante das análises realizadas quanto ao ensino e a produção do paisagismo e da Colonialidade da Natureza, a necessidade de descolonizar o pensamento e a prática paisagística, no sentido de promover uma mudança ontológica, necessária diante do Capitaloceno. Os resultados da pesquisa permitiram sistematizar princípios metodológicos para uma prática paisagística contracolonial fundamentada na biointeração, no compartilhamento e na valorização dos saberes não hegemônicos.

Ressaltamos o reconhecimento dos entes e viventes como componentes importantes da concepção projetual, de modo que a figura do arquiteto-paisagista seja entendida como parte, e não como centro, do processo. Ainda, defende-se a paisagem orientada pela preservação e regeneração da vida, para além da técnica e do capital, reafirmando cosmopercepções que situam a existência como relação, e não como domínio. Assim, descolonizar o paisagismo implica rearticular saberes, sensibilidades e práticas que foram historicamente subordinadas.

Ao escutar as paisagens silenciadas e reconhecer suas múltiplas vozes (humanas ou não), abrimos caminho para um projeto de mundo em que o viver, o projetar e o habitar emergem como práticas confluentes. Nessa perspectiva, o paisagismo deixa de ser apenas uma disciplina e torna-se uma ontologia relacional, capaz de sustentar futuros mais justos, plurais e vivos. A proposta apresentada busca contribuir para a ampliação das formas de ensinar, projetar e intervir na paisagem, reconhecendo a pluralidade de agentes que participam de sua produção e manutenção.

Como contribuição específica, este artigo sistematiza uma proposta metodológica de contrapaisagem estruturada em três momentos (chegar, pedir licença e compartilhar) articulando observações de campo, referenciais contracoloniais e práticas de biointeração. Espera-se que essa proposição possa subsidiar experiências de ensino, projeto e intervenção paisagística comprometidas com formas plurais de produzir e habitar a paisagem.

Referências

BERTH, Joice. O Caminho da equidade no Planejamento do Espaço Urbano. In: *Revista Arquitetas Invisíveis.* Pioneiras, V.01, 2016, p.73-74.

BULHÕES, Júlia; RÊGO, Ana; SANTOS, Giselle; RIZZO, Mirella; SANTOS, Caroline. Neoextrativismo na América Latina e o desastre-crime decorrente da mineração em área urbana em Maceió-AL (produção do espaço urbano e regional). *Anais do XXI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional.* Campina Grande: Realize Editora, 2025. Disponível em: https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/122796. Acesso em: 21 set. de 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 1, de 25 de julho de 2025. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 30 jul. 2025. Disponível em: https://www.in.gov.br/. Acesso em: 11 jun. 2026.

BRUM, Eliane; RODRÍGUEZ-GARAVITO, César. Por um mundo mais-que-humano. *SUMAÚMA - Jornalismo do Centro do Mundo,* 13 nov. 2023. Disponível em: https://sumauma.com/por-um-mundo-mais-que-humano/. Acesso em: 16 nov. 2025.

COPERNICUS. *Why do we keep talking about 1.5°C and 2°C above pre-industrial era.* [S. l.: s. n.], 2024. Disponível em: https://climate.copernicus.eu/why-do-we-keep-talking-about-15degc. Acesso em: 21 set. 2025.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo.* São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NOGUERA, Renato. Denegrindo a educação: um ensaio filosófico para uma pedagogia da pluriversalidade. *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação (RESAFE)*, n. 18, p. 62–73, 2012. DOI: 10.26512/resafe.v0i18.4523. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/resafe/article/view/4523. Acesso em: 14 nov. de 2025.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ́. *A Invenção das Mulheres: Construindo um Sentido Africano para os Discursos Ocidentais de Gênero.* Salvador: EDUFBA, 2021.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ́. Visualizing the Body: Western Theories and African Subjects. In: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds). *The African Philosophy Reader. New York: Routledge,* 2002, p. 391-415. Disponível em: https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oy%C3%A8r%C3%B3nk%E1%BA%B9%CC%81_oy%C4%9Bw%C3%B9m%C3%AD_-_visualizando_o_corpo.pdf. Acesso em: 10 abr. 2025.

PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos Orixás.* 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *Perspectivas latino-americanas.* Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

ROLNIK, Raquel. Por cidades femininas feministas. In: *FEMINISMURBANA um projeto teórico político.* FAPERJ. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *A Terra dá, a terra quer.* São Paulo: Ubu Editora/ Piseagrama, 2023.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, Quilombos, Modos e Significados.* Brasília: INCTI/UnB, 2015.

VERÍSSIMO, Celine. Paisagismo, colonialidade e saberes insurgentes. *Revista LABVERDE,* São Paulo, v. 10, n. 1, p. 13-28, 2020.

WALSH, C. Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado. *Tabula Rasa [online]*, jul/dez. 2008, p.131-152.

WITHERS, Alison; ABNETT, Kate. Onda de calor na Europa pode ter causado 2.300 mortes, estimam cientistas. *CNN Brasil,* 9 jul. 2025. Online. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/onda-de-calor-na-europa-pode-ter-causado-2-300-mortes-estimam-cientistas/. Acesso em: 21 set. de 2025.

WORLD RESOURCES INSTITUTE. Fires Drove Record-breaking Tropical Forest Loss in 2024. *Global Forest Review*, Washington, DC, 21 maio de 2025. Online. Disponível em: https://gfr.wri.org/latest-analysis-deforestation-trends. Acesso em: 21 set. 2025.

JUSTIÇA AMBIENTAL E DIREITO À CIDADE NA SUPERAÇÃO DO RACISMO AMBIENTAL BRASILEIRO

ENVIRONMENTAL JUSTICE AND THE RIGHT TO THE CITY IN OVERCOMING BRAZILIAN ENVIRONMENTAL RACISM

Paula Mello Oliveira Alquati[1] e Samuel Crissandro Tavares[2]

Resumo
Neste texto, procuramos trabalhar correlações entre o direito à cidade e a justiça ambiental, com ênfase no racismo ambiental e na colonialidade. Inicialmente, contextualizamos a análise a partir dos conceitos de Amefricanidade e Confluências Afropindorâmicas, ampliando a compreensão das experiências e epistemologias afro-americanas e indígenas. Nosso estudo foi construído em uma perspectiva teórica alinhada à decolonialidade, a fim de investigar a relação entre urbanização, racismo e injustiças ambientais, desafiar as epistemologias hegemônicas para valorizar contribuições intelectuais afrocentradas. Em nossa leitura, compreendemos que a colonialidade e o racismo estrutural moldaram as cidades brasileiras, perpetuando desigualdades socioespaciais. A justiça ambiental e o direito à cidade foram apresentados como fundamentais para a construção de uma sociedade mais equitativa.
Palavras Chave: direito à cidade; racismo ambiental; decolonialidade.

Abstract
This article explores the correlations between the right to the city and environmental justice, with particular emphasis on environmental racism and coloniality. Initially, the analysis is contextualized through the concepts of Amefricanity and Afropindoramic Confluences, broadening the understanding of Afro-American and Indigenous experiences and epistemologies. The study is grounded in a decolonial theoretical perspective, aiming to investigate the relationship between urbanization, racism, and environmental injustices, while challenging hegemonic epistemologies and valuing Afro-centered intellectual contributions. From this perspective, coloniality and structural racism are understood as key factors that have shaped Brazilian cities, perpetuating socio-spatial inequalities. Environmental justice and the right to the city are presented as fundamental principles for the construction of a more equitable society.
Keywords: right to the city; environmental racism; decoloniality.
.

1 Doutora em Política Social e Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pelotas. Professora do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense.
2 Doutor em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande.

Introdução

Este artigo aborda as interseções entre o direito à cidade e a justiça ambiental, com um foco particular no racismo ambiental e na lógica colonial. A relevância deste estudo se dá em um contexto em que as desigualdades socioespaciais e as injustiças ambientais são exacerbadas pelas heranças coloniais e pelas estruturas racistas que moldam as cidades contemporâneas. Nosso objetivo é ampliar a compreensão das experiências e epistemologias afro-americanas e indígenas, utilizando os conceitos de Amefricanidade e Confluências Afropindorâmicas, para examinar como essas populações são afetadas e resistem às dinâmicas de exclusão urbana e degradação ambiental.

A partir de uma revisão teórica de autores como Lélia Gonzalez, Aníbal Quijano e Frantz Fanon, além de análises críticas de processos de urbanização e políticas públicas, este estudo adota uma abordagem decolonial para investigar a relação entre urbanização, racismo e injustiças ambientais. Argumentamos que a colonialidade e o racismo estrutural moldaram as cidades brasileiras de maneira a perpetuar desigualdades socioespaciais, marginalizando populações racializadas.

Almejamos através deste trabalho, ainda, realizar uma discussão e reflexão teórica no que tange o Direito à Cidade (Lefebvre,2004) e a Justiça Ambiental (Ascelrad, 2002; Bullard, 1993) como processos de superação ao Racismo Ambiental (Herculano; Pacheco, 2006) em nossa sociedade, mas não perdendo a relação que há entre a racionalidade colonial que fundou esses dispositivos de desigualdades, racismos e explorações como forma de perpetuar a dominação da metrópole (Europa) nas colônias. É essencial ampliarmos as discussões teóricas e perspectivas epistemológicas para além daquelas que já fazem parte do constructo e dos alicerces de uma cultura intelectual colonial ou colonizadora. Tecemos nossa reflexão a partir de mestras, professores, filósofas e outras pessoas que agem, sentem, pensam e possibilitam a construção de alternativas e paradigmas diferentes daquelas impostas por uma lógica de monocultura do pensamento, ou de uma monocultura da mente (Shiva, 2003).

Na construção dessas reflexões, trabalhamos então, inicialmente, com o aparato teórico da colonialidade, a fim de tecer as ideias de raça e racismo sob a ótica decolonial. Como um desdobramento da lógica racializada das cidades no Brasil, olhamos para os processos de urbanização e relação centro-periferia como um elemento dependente da lógica racista da sociedade brasileira. Procuramos trazer também conectivos que permitam perceber a relação entre a desigualdade socioeconômica, a degradação ambiental e a opressão territorial na conformação do racismo ambiental. Na sequência, abordamos a ideia de direito à cidade e de justiça ambiental. Ainda que, na elaboração deste texto, utilizemos autores com diferentes enfoques temporais, teóricos e geográficos, ao oscilar entre autores ocidentais e decoloniais, compreendemos que toda teoria possui elementos contingentes que dependem e se atualizam conforme as condições sociais se modificam.

Destacamos a necessidade urgente de políticas públicas inclusivas que promovam a justiça social e ambiental, desafiando as epistemologias coloniais e valorizando as contribuições culturais afrocentradas. Ao final, discutimos como a justiça ambiental e o direito à cidade são fundamentais para a construção de uma sociedade mais equitativa e inclusiva, propondo caminhos para transformar o espaço urbano em um lugar de equidade e diversidade.

A ficção da raça: uma herança colonial Amefricana

Entendemos como imprescindível começarmos a reflexão sobre a dita Afro-América a partir de conceitos como Amefricanidade (Gonzales, 2020) e Confluências Afropindorâmicas (Santos et.al, 2022) para que possamos alargar a compreensão das experiências e epistemologias existentes atualmente e, também, antes dos processos de dominação colonial. Da mesma forma, compreendemos que o termo indígenas, para se referir aos milhares de grupos étnicos existentes aqui nas américas, é uma construção insustentável e racista, tendo em vista que é uma construção social e histórica realizada pelos dominadores, por parte dos colonizadores, portanto, uma expressão colonial (Krenak, 2019).

Ansiamos pela discussão de perspectivas teóricas contra-colonialistas (Santos et.al, op.cit, p.19) para que possamos visualizar outras formas de ser, existir, resistir e pensar, na incumbência de apontar os perigos de uma história única (Adichie, 2009), de sobreviver à narrativa europeia imposta como verdadeira e trazer à tona não somente o pensamento afrodiaspórico e/ou afropindorâmico, mas também as suas experiências sociais, culturais e históricas que sobreviveram e sobrevivem as inúmeras imposições e violências nos últimos cinco séculos.

Se observarmos o processo de colonização perceberemos que nele, encontram-se, as diversas maneiras de opressão e de subjugação das populações americanas, africanas, asiáticas e oceânicas. A colonialidade, conceito forjado por Aníbal Quijano (1992) como ideia e poder político estabeleceu as principais maneiras de dominação dos povos e de seus territórios. Dentre elas, podemos citar o racismo que é a base estrutural desta sociedade.
Para Quijano (op.cit., p.12):

> [...] a estrutura colonial de poder produziu as discriminações sociais que posteriormente foram codificadas como "raciais", étnicas, "antropológicas" ou "nacionais", conforme os momentos, os agentes e as populações implicadas. Essas construções intersubjetivas, produto da dominação colonial por parte dos europeus, foram inclusive assumidas como categorias (com pretensão "científica" e "objetiva") de significação a histórica, ou seja, como fenômenos naturais e não como parte da história do poder. Essa estrutura de poder foi e ainda é o marco dentro do qual operam as outras relações sociais, de tipo classista ou estamental. De fato, se observamos as linhas principais da exploração e da dominação social em escala global, as linhas matrizes do poder mundial atual, sua distribuição de recursos e de trabalho entre a população do mundo, é impossível não ver que a vasta maioria dos explorados, dominados e discriminados são precisamente os membros das "raças", "etnias" ou "nações" nas quais foram categorizadas as populações colonizadas, no processo de formação desse poder mundial, desde a conquista da América em diante (Tradução livre).

O racismo, como elemento fundante da colonização europeia na Afro-América (ou América Afro-Latina?), configurou inúmeras contradições e violências que se perpetuam até a atualidade, compreendendo, por mais que as colônias tenham passado por processos de democratização, no estabelecimento de suas repúblicas nos séculos XIX e XX, que quase nada se transformou da perspectiva racial, ou seja, as sociedades seguiram operadas através das lógicas de discriminação racial.

Nesse sentido, a ideia cunhada por Lélia Gonzalez (1988) com a categoria Amefricanidade revela que o sistema de dominação é o mesmo em todas as sociedades amefricanas: o racismo, presente em todos os níveis de pensamento e prática social, que estabelece uma hierarquia racial e cultural na qual a África é posicionada como um continente obscuro. A autora evidencia que, como americanos, possuímos contribuições próprias para o mundo panafricano e destaca a importância de reafirmar as experiências e particularidades da América sem romper os laços históricos e culturais com a África. Assim, a Amefricanidade propõe uma perspectiva afrocentrada, que possibilita a construção de uma identidade étnica plural e aberta à totalidade americana, ao “resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo” (ibidem, p. 77). Trata-se, portanto, de uma categoria que denuncia a colonialidade e, ao mesmo tempo, afirma a potência criadora e epistêmica das populações afro-americanas na formação das Américas.

A dominação colonial operou a partir de um racismo que manteve os corpos não brancos, especialmente negros e indígenas, na condição de subalternos, constituindo os segmentos mais explorados da sociedade. No Brasil, isso se deu através da ideologia do branqueamento, que considera a cultura ocidental branca como a única portadora de valores verdadeiros e universais. Essa ideologia fragmenta a identidade étnica, nega os elementos culturais não brancos e não ocidentais (Gonzalez, op.cit).
De acordo com Fanon (1968, p.30-31):

> [...] a estrutura colonial de poder produziu as discriminações sociais que posteriormente foram codificadas como "raciais", étnicas, "antropológicas" ou "nacionais", conforme os momentos, os agentes e as populações implicadas. Essas construções intersubjetivas, produto da dominação colonial por parte dos europeus, foram inclusive assumidas como categorias (com pretensão "científica" e "objetiva") de significação a histórica, ou seja, como fenômenos naturais e não como parte da história do poder. Essa estrutura de poder foi e ainda é o marco dentro do qual operam as outras relações sociais, de tipo classista ou estamental. De fato, se observamos as linhas principais da exploração e da dominação social em escala global, as linhas matrizes do poder mundial atual, sua distribuição de recursos e de trabalho entre a população do mundo, é impossível não ver que a vasta maioria dos explorados, dominados e discriminados são precisamente os membros das "raças", "etnias" ou "nações" nas quais foram categorizadas as populações colonizadas, no processo de formação desse poder mundial, desde a conquista da América em diante (Tradução livre).

A ideia de raça cumpriu um papel fundamental na construção do mito da superioridade do colonizador pelos colonizados, que objetiva a exploração e a opressão. Parte-se de uma estratégia que constitui bases exploratórias e excludentes, agindo pela perpetuação de uma estrutura de dominação que se utiliza da cor da pele como marcador e justificativa das desigualdades. Corroboramos com a afirmação de Vieira (2023, p.21), de que “na constituição do racismo está a ação proferida por pessoas não negras de desapropriação da possibilidade de uma pessoa negra ser considerada humana. O racismo não apenas segrega, mas também animaliza”.

A razão colonial, ao criar a ficção da raça e a hierarquização dos seres humanos baseado na cor da pele, arrancou das vidas não brancas sua qualidade política, abordada em Agambem (2007) no Homo Sacer, uma figura que representa um ser humano cuja vida pode ser tirada impunemente. Esse conceito é central para entender como certas

vidas são excluídas da proteção legal e política, mas ao mesmo tempo estão sujeitas ao poder soberano. Agambem quando divide a vida em duas componentes, Vida Nua (Zoe) e Vida Política (Bios), distingue entre aquela que fica considerada como uma vida biológica simples, a vida Nua, reservada aos colonizados, e uma outra, a vida qualificada, vida política, reservada para os colonizadores.

Na modernidade ocidental, a ação colonializante passa a inserir a Zoe em seu domínio, resultando numa configuração em que a vida biológica se torna subjugada por aqueles que alçam ao direito a exercer uma vida Bios, que integra a qualidade política e dominante. A inclusão da vida nua, a Zoe, no domínio político leva a um paradoxo em que a política moderna se define pela capacidade de excluir e incluir vidas na esfera jurídica e política. Esse processo cria uma zona de indistinguibilidade entre a vida e a lei, no qual para o poder soberano é facultada a decisão sobre quais vidas têm a permissão de serem vividas ou não.

Ao refletirmos sobre o processo de colonização não poderemos deixar de destacar que todo esse processo de dominação (Santos, 2018) e de etnocídio (Todorov, 2003), não foi somente uma simples ocupação do território, mas também foi caracterizado, aparece registrado em bulas papais e outras fontes historiográficas da época, no extermínio de milhares de populações pertencentes a culturas milenares, no apagamento da memória e de epistemologias, na expropriação de seus territórios e na transformação deles em riquezas para as coroas e mercados europeus e na escravização e utilização violenta de outros povos como força motriz compulsória de trabalho. Sem falar nas inúmeras outras violências físicas e mentais realizadas pelos europeus nesse processo de colonização.

Cabe o reforço de que tal dominação pela via da submissão das populações negras não se deu sem resistências. Pelo contrário, muitas foram as formas de resistência por parte dos povos que foram trazidos da África e dos povos americanos (contra colonizadores) que aqui já estavam estabelecidos, frente aos povos europeus (colonizadores), agentes da colonização. O território punge a possibilidade de se fazer e refazer na diáspora (no caso dos africanos), a sua cultura, as suas epistemologias etc.
Nesse campo de tensões, resistem as possibilidades de criarem e recriarem modos de vida em consonância com as culturas contra hegemônicas. Conforme Santos (2018, p.22),

> Assim sendo, vamos tratar os povos que vieram da África e os povos originários das Américas nas mesmas condições, isto é, independentemente das suas especificidades e particularidades no processo de escravização, os chamaremos de contra colonizadores. O mesmo faremos com os povos que vieram da Europa, independentemente de serem senhores ou colonos, os trataremos como colonizadores. É sabido que o povo da África, ao chegar ao Brasil, imediatamente se rebelou contra os colonizadores, deles escapando de várias maneiras: adentrando-se pelas matas virgens, reconstituindo os seus modos de vida em grupos comunitários contra colonizadores, formando comunidades em parceria com os povos nativos, em determinados casos organizados como nômades, outras vezes ocupando um território fixo.

A cor da pele se torna, portanto, na lógica moderno-colonial, um elemento que empurra populações inteiras a uma condição de vida nua, desumanizada, criminalizada. Desterritorializados, apagados, segregados, os negros no processo de urbanização brasileira do período republicano viraram “classes perigosas” (Chalhoub, 1996). Numa condição de exploração, de zoologização e de múltiplas violências, no pós-abolição as populações que antes serviam de mão de obra escravizada foram empurradas para fora da cidade tradicional. Esse deslocamento cinturões de pobreza ao redor da cidade, que passaram a receber novas marcas: a de territórios das classes perigosas, da criminalização pela cor da pele, e a pecha de mercadoria sem valor, num momento em que o ideal de “progresso” capitalístico passava pelo desejo de branqueamento da população brasileira.

Gonzalez (2018, p.65) aponta que:

> É nesse sentido que o racismo – enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas - denota sua eficácia estrutural na medida em que estabelece uma divisão racial do trabalho e é compartilhado por todas as formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas. Em termos de manutenção do equilíbrio do sistema como um todo, ele é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema da estratificação social. Desnecessário dizer que a população negra, em termos de capitalismo monopolista, é que vai constituir, em sua grande maioria, a massa marginal crescente.

Observamos que a “filosofia consiste sempre em criar conceitos” (Deleuze, 1992, p.170), por isso, é questão central, ampliarmos reflexões, levantarmos categorias e apontar conceitos que possam indicar a pluriversidade epistemológica das existências de nossa sociedade, ao passo que também possamos “denegrir a filosofia e o pensamento” (Noguera, 2011). Precisamos coreografar em busca de conceitos, epistemologias, filosofias, categorias e percepções carregadas de perspectivas étnico-raciais de nosso povo e por que não, de nossa ancestralidade.

Precisamos de afroperspectivas para que possamos pensar e nos reconfigurar, como afirma o filósofo Noguera (ibidem, p.10-11) reflete:

> No caso, da filosofia ocidental, a coruja tem funcionado como o animal-símbolo. A coruja remete à deusa Atenas, muitas vezes chamada, em sua versão romana, de coruja de Minerva. A coruja funciona como símbolo da sabedoria. É importante que fique retinto, para denegrir a filosofia, enegrecer o pensamento filosófico, ou, produzir uma filosofia de cor é necessário fazer da filosofia uma coisa de preto. O que isso significa? Não quero dizer que existe algo que pertence aos indígenas, outras coisas que só podem ser ditas por asiáticos ou caminhos que só podem ser trilhados por negras e por negros, ou ainda, algumas verdades seriam, apenas, brancas. Não se trata disso. Mas, talvez, o contrário. Entendo que existem forças que ficaram invisíveis, modos de pensamento que foram relegados às margens. Por essa razão, não podemos ficar restritos à produção filosófica ocidental e aos seus signos. Mas, podemos e devemos criar outros signos. É neste sentido que, no caso da filosofia afroperspectivista, o animal-símbolo é a galinha d’angola. A filosofia afroperspectivista faz do trabalho de filósofas e filósofos, a arte de ciscar, espalhar e deslocar conceitos. Se a coruja observa e contempla numa visada de 360º ou como disse Hegel no prefácio da Filosofia do Direito, a coruja só alça vôo no crepúsculo; a galinha d’angola cisca no terreiro, se mantém na terra, atada à imanência, ciscando no alvorecer ou no crepúsculo. Diferente do caráter contemplativo da coruja, animal com gosto para observar e esperar o melhor momento para a abordagem da presa; a galinha d’angola é rodante, cisca no terreiro, transforma qualquer instante

> no melhor momento para seus movimentos. A galinha d'angola está para a filosofia afroperspectivista, assim como a coruja está para a filosofia ocidental. A comparação não serve para hierarquizar, tampouco definir o tipo mais apropriado de animal para a filosofia. Apenas, buscar deixar retinto que a filosofia afroperspectivista a precisa de outros assentamentos, outras forças para se compor e existir.

A afroperspectividade, segundo Renato Noguera (2011), representa uma mudança profunda de ponto de vista, de perspectiva, pois propõe compreender o mundo a partir das experiências, racionalidades e sensibilidades negras, rompendo com a centralidade eurocêntrica que estruturou nossa sociedade. Ao reconhecer as epistemologias africanas e afro-diaspóricas como modos legítimos e potentes de produzir conhecimento, ela revela a necessidade de revisarmos as bases coloniais que moldaram nossas instituições, narrativas e relações sociais. Faz-se necessário então, recriar a sociedade, nessa perspectiva, o que significa desmontar lógicas que historicamente hierarquizaram vidas, naturalizaram desigualdades e apagaram outros modos de existir. Assim, a afroperspectividade oferece ferramentas críticas e criativas para superar estruturas coloniais e construir novos modelos de convivência, educação, política e cultura, gerando um horizonte mais plural, justo e aberto às múltiplas formas de humanidade. Nessa senda, pensemos e repensemos o que temos instituído como raça e raça e racismo, pois entendemos que racismo é algo que mesmo sendo algo criminoso e pérfido, é algo estrutural e nossa sociedade, algo que age e existe de forma naturalizada, principalmente como estrutura de poder para a dominação (Almeida, 2019). O racismo não é apenas um "problema ético, uma categoria jurídica ou um dado psicológico, é, sim, uma relação social, que se estrutura política e economicamente na sociedade (Almeida et.al, 2021).

Para Almeida (2019, p. 18):

> Há grande controvérsia sobre a etimologia do termo raça. O que se pode dizer com mais segurança é que seu significado sempre esteve de alguma forma ligado ao ato de estabelecer classificações, primeiro, entre plantas e animais e, mais tarde, entre seres humanos. A noção de raça como referência a distintas categorias de seres humanos é um fenômeno da modernidade que remonta aos meados do século XVI. Raça não é um termo fixo, estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico. Assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas. Foram, portanto, as circunstâncias históricas de meados do século XVI que forneceram um sentido específico à ideia de raça. A expansão econômica mercantilista e a descoberta do novo mundo forjaram a base material a partir da qual a cultura renascentista iria refletir sobre a unidade e a multiplicidade da existência humana. Se antes desse período ser humano relacionava-se ao pertencimento a uma comunidade política ou religiosa, o contexto da expansão comercial burguesa e da cultura renascentista abriu as portas para a construção do moderno ideário filosófico que mais tarde transformaria o europeu no homem universal (atentar ao gênero aqui é importante) e todos os povos e culturas não condizentes com os sistemas culturais europeus em variações menos evoluídas. Falar de como a ideia de raça ganha relevância social demanda a compreensão de como o homem foi construído pela filosofia moderna. A noção de homem, que para nós soa quase intuitiva, não é tão óbvia quanto parece: é, na verdade, um dos produtos mais bem-acabados da história moderna e exigiu uma sofisticada e complexa construção filosófica.

Gonzalez (1988), Fanon (1968) e Almeida (2019) são autores negros que abordam o racismo na sociedade ocidental, cada um a partir de uma perspectiva distinta. Gonzales (op.cit.) explora o racismo pela lente cultural, destacando a constituição de um racismo à brasileira, também chamado de racismo por denegação. Esse se manifesta de forma disfarçada, através de discriminação velada e do reforço de estereótipos negativos, mantendo a invisibilidade da produção intelectual negra e perpetuando o mito da democracia racial. Fanon (1968) adota uma abordagem psicossocial, focada nas experiências de dominação colonial. O autor analisa o racismo como uma violência colonial desumanizante que internaliza a inferioridade racial nos colonizados, tornando-se uma violência compulsória e cotidiana sobre seus corpos. Almeida (op.cit.), por outro lado, analisa o racismo como um fenômeno estruturante das sociedades, enraizado nas instituições e práticas sociais. Ainda, destaca como essas estruturas perpetuam desigualdades raciais e favorecem determinados grupos, em detrimento de outros.

Sob essa perspectiva, a "ficção da raça" não é apenas um discurso, mas um instrumento de produção de realidades desiguais. A cidade moderna — herdeira direta do projeto colonial — é um espaço que reproduz hierarquias raciais através de sua própria estrutura: a segregação territorial, o acesso desigual à infraestrutura e os processos de gentrificação evidenciam que a lógica racializada segue determinando quem pode habitar, circular e usufruir da cidade. A exclusão espacial, portanto, é inseparável da exclusão racial.

Entender o racismo como elemento constitutivo da modernidade capitalista, como propõem Fanon (1968) e Mbembe (2018), implica reconhecer que o espaço urbano é uma extensão dos mecanismos coloniais de controle sobre corpos e territórios. O que se observa nas cidades latino-americanas é a atualização dessa herança: a colonização não desapareceu, mas se reconfigura em formas de violência institucional, ambiental e simbólica. Assim, discutir o racismo ambiental e o direito à cidade significa desnudar as estruturas de poder que naturalizam a desigualdade e desafiar a própria ideia de progresso urbano associada ao pensamento ocidental. Reforçamos que é válido, analisarmos as dimensões do Direito à Cidade e da Justiça Ambiental pelo viés de Frantz Fanon, Lélia González, Achille Mbembe e Renato Noguera, com intuito de abordar tais questões de forma a favorecer um diálogo contínuo sobre colonialismo, racismo, subjetividade negra e possibilidades de libertação, cada um atuando em épocas e contextos distintos, mas contribuindo para um mesmo projeto: desmontar a lógica racial moderna e reinventar o humano no Direito à Cidade e para a Justiça Ambiental.

Racismo Ambiental: nexos entre a desigualdade socioeconômica, degradação ambiental e a opressão territorial.

A bibliografia socioambiental contemporânea evidencia que as desigualdades estruturais do capitalismo global se materializam tanto nas condições ecológicas quanto nas dinâmicas territoriais que moldam a vida das populações, principalmente no caso do território brasileiro, considerando sua desorganização territorial. Nesse contexto, o conceito de *racismo ambiental*, desenvolvido por Robert D. Bullard (1993), constitui marco analítico fundamental para compreender a forma como populações racializadas, comunidades tradicionais e segmentos periféricos são desproporcionalmente expostos a riscos ambientais. Segundo o autor, a localização preferencial de empreendimentos

poluentes, a precariedade de infraestrutura básica e a vulnerabilidade diante de eventos climáticos extremos nesses territórios não decorrem de fenômenos aleatórios, mas da operacionalização histórica de práticas institucionais e políticas que produzem e reproduzem desigualdades ambientais. Logicamente que no caso dos eventos climáticos extremos (como os vivenciados no Rio Grande do Sul em 2024), percebemos que tais fenômenos potencializam os problemas já vivenciados pelas comunidades e populações me vulnerabilidade de vários aspectos. De igual modo, percebemos que as comunidades racializadas e marginalizadas pelo Estado foram as primeiras a serem alcançadas pelas cheias, chuvas e outras. Assim, o racismo ambiental configura-se como expressão espacializada do racismo estrutural.

Do mesmo modo, as contribuições de Acselrad (2004) reforçam a necessidade de compreender essas desigualdades como parte de um campo político mais amplo, definido pela disputa sobre quem participa, quem decide e quem suporta os ônus das políticas de uso do território. Reforçamos as contribuições elencadas pelo próprio pesquisador, que coloca que o espaço é produzido por forças sociais, e por isso, os sujeitos, as coletividades e as populações devem estar cientes das diferentes violências (simbólicas ou físicas) que vivenciam e que seguem sendo vivenciadas. Os impactos socioambientais, não são vivenciados e experienciados de forma igualitária na sociedade, ou seja, empreendimentos como hidrelétricas, portos, rodovias, indústrias e outros projetos desenvolvimentistas, sempre afetarão de forma mais direta comunidades tradicionais ou povos que dependem diretamente da natureza, retirando a sua subsistência do meio natural. Da mesma forma, o acúmulo de capital retirado através desses empreendimentos, não retorna para as comunidades afetadas diretamente. Do mesmo modo o Estado, através da educação, saúde, segurança e transporte, não alcança as populações periféricas, rurais, ribeirinhas, pretas, negras, pardas, indígenas ou até mesmo regiões majoritariamente ocupadas por migrantes.

Para Acselrad (2004), a noção de justiça ambiental ultrapassa o reconhecimento da desigual distribuição dos riscos, implicando a defesa do direito das populações vulnerabilizadas de participar ativamente dos processos decisórios que afetam seus ambientes de vida. A justiça ambiental, nesse sentido, não se restringe à mitigação de danos, mas abrange a democratização do planejamento territorial e a ampliação das capacidades coletivas de autodeterminação dos grupos historicamente marginalizados. Por isso que o mesmo autor analisa as questões de Conflitos Ambientais como indicadores dos inúmeros desequilíbrios que se perpetuam em nossa sociedade capitalista e desenvolvimentista, que só acumula e nunca reparte de igual modo.

A análise de Ferreira (et al. 2021) amplia essa perspectiva ao articular a **crise sanitária** e a crise ecológica como dimensões entrelaçadas da desigualdade socioambiental contemporânea. De acordo com os autores, eventos como a pandemia de COVID-19 atuam de modo a intensificar as vulnerabilidades preexistentes, evidenciando “comorbidades ambientais” em razão de fatores como a ausência de saneamento, moradia inadequada, insegurança alimentar e inserção precária no mercado de trabalho. Dessa forma, as crises sanitária e ecológica evidenciam não apenas a insuficiência de políticas públicas, mas também a lógica estrutural que converte territórios marginalizados em espaços de sacrifício, defendidos por Acselrad (2004) como estrutura central da lógica das injustiças ambientais, e consequentemente, do Racismo Ambiental.

Nesse cenário, a reflexão de Henri Lefebvre acerca do Direito à Cidade oferece importante aporte teórico para a compreensão da dimensão urbana das injustiças socioambientais. Para Lefebvre (1968), o espaço urbano é produto social, resultante de relações de poder e mediações políticas que definem quem tem acesso a bens, serviços e condições dignas de existência. O Direito à Cidade, enquanto princípio normativo e horizonte político, implica o direito à participação, ao uso e à transformação do espaço urbano. Assim, quando populações periféricas e racializadas são sistematicamente privadas de ambientes saudáveis, infraestrutura adequada, áreas verdes e capacidade de incidir nas decisões urbanísticas, verifica-se a negação estrutural desse direito.

A articulação entre as contribuições de Bullard, Acselrad, Ferreira (et al) e Lefebvre evidenciam que as injustiças ambientais constituem fenômenos multifacetados, atravessando dimensões raciais, territoriais, sanitárias e urbanas. As desigualdades socioambientais contemporâneas não podem, portanto, ser compreendidas isoladamente; ao contrário, revelam a necessária integração entre a crítica ao racismo ambiental, a defesa da justiça ambiental, a análise das crises interligadas que afetam populações vulnerabilizadas e a reivindicação do Direito à Cidade como princípio de democratização socioespacial. Em conjunto, esses referenciais teóricos apontam para a urgência de um projeto político orientado à emancipação social, à equidade e à sustentabilidade, capaz de enfrentar as múltiplas dimensões da desigualdade que estruturam as relações entre sociedade, ambiente e território.

Desse modo, afirmamos que tanto o Direito à Cidade quanto a Justiça Ambiental criticam a ordenação capitalista do espaço, marcada pela especulação imobiliária, segregação socioespacial, o domínio dos espaços e territórios por meio da força repressora e armada, assim como a transformação de certas áreas em “zonas de sacrifício”. A luta por cidades mais justas, inclusivas e sustentáveis passa, portanto, pela articulação desses dois referenciais, reconhecendo que a justiça ambiental é condição para o acesso pleno à cidade, e que a efetivação do Direito à Cidade é necessária para combater as desigualdades ecológicas e promover ambientes saudáveis para todas as populações. Dessa articulação emerge um horizonte político comum: a construção de cidades que garantam vida digna, participação plena e equidade socioambiental.

Direito à cidade e justiça ambiental: diálogos possíveis

A vida urbana, de acordo com Mumford (2004), oscila entre a materialização e a abstração, em que tanto as estruturas físicas quanto as ideias subjetivas adquirem significado e valor simbólico através das formas construídas na cidade. Para o autor, o planejamento urbano exerce uma função essencial no processo de dar forma e concretude aos elementos simbólicos e culturais de uma sociedade, expressando, portanto, modos de vida, relações de poder e valores compartilhados.

Para Harvey (2012), em seu artigo O direito à cidade, a urbanização está intimamente ligada ao desenvolvimento do capitalismo, atuando como uma solução para os problemas de excedente de capital. A busca por terrenos lucrativos para a produção e absorção desse excedente, influencia a política capitalista e impõe obstáculos que devem ser superados para que a expansão capitalista continue.

A produção e a organização do espaço urbano, para Harvey (ibidem), são considerados elementos essenciais para a consolidação da justiça social. Ele investiga como o capitalismo configura o espaço de maneira a perpetuar desigualdades, enfatizando a necessidade de uma transformação urbana que promova equidade e inclusão. Além disso, Harvey destaca a importância do direito coletivo à cidade, onde a população pode influenciar o processo urbano para atender às necessidades sociais, além das demandas do mercado. Em Espaços de Esperança (Harvey, 2009), o autor argumenta que o espaço é uma construção social que reflete as relações de poder e as desigualdades inerentes ao sistema capitalista. Para ele, a urbanização deve ser uma oportunidade para democratizar o controle sobre a produção e uso do espaço, permitindo, assim, um desenvolvimento urbano baseado na justiça espacial e social.

É premente destacar, aqui, a diferença, localizada em Lefebvre (Lefebvre, 2004, p.54), entre a cidade e o urbano para uma melhor compreensão dos argumentos de Harvey anteriormente mencionados.

> Se a realidade social implica formas e relações, se ela não pode ser concebida de maneira homóloga ao objeto isolado, sensível ou técnico, ela não subsiste sem ligações, sem se apegar aos objetos, às coisas. Insistimos muito neste ponto, metodológica e teoricamente importante. Há, portanto, uma ocasião em uma razão para se distinguir a morfologia material da morfologia social. Talvez devêssemos introduzir aqui uma distinção entre a cidade, realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico – e por outro lado o "urbano", realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento.

A reflexão de Henri Lefebvre (2004) complementa essa perspectiva ao diferenciar "cidade" e "urbano". Para o autor, a cidade é o espaço físico, concreto e sensível, enquanto o urbano é uma realidade social em movimento, constituída por relações e práticas que transcendem o espaço material. Essa distinção é fundamental para compreender que o direito à cidade não se reduz ao acesso à infraestrutura urbana, mas implica o direito de participar da produção e da significação do espaço — de habitá-lo e transformá-lo.

Conforme Alquati e Ribeiro (2022, p.6), nos deparamos, então, nessa lógica gentrificada da urbanização brasileira, com uma paracidade:

> A paracidade se torna o lugar onde os direitos são negados, onde a existência se transforma em resistência, é a não cidade. É o lugar da vida nua, onde a cidadania vira apenas um sonho. [...] de "cidade ilegal". A favela, esse assentamento espontâneo para onde os que não conseguem se tornar consumidores da cidade são empurrados, não chega a ser ilegal. Pois para ser ilegal é preciso existir algum direito. Para os moradores da favela, assim como para os territórios colonizados, persiste a não existência dos direitos.

Essa paracidade, que não é reconhecida no território legal e formal que constituiu as cidades brasileiras, se constitui como um território segregado e racializado, como apontado em pesquisas sobre a urbanização de diferentes cidades brasileiras. Processos semelhantes foram abordados por Pesavento (1994), Chalhoub (1996) e Rolnik (1997), ao tratar da constituição das favelas em Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo. Nos três casos, uma repetição: a segregação espacial e a pobreza se constituíam lado a lado com a população negra, mostrando que a periferização e a pobreza têm uma cor bem determinada na constituição das cidades brasileiras.

A Lei de Terras de 1850 e o conjunto de Leis Abolicionistas, marcaram o processo de periferização de grande parte das cidades brasileiras. Com a ampliação do contingente de ex-escravizados nas cidades, deu-se início a um planejamento urbano marcado pelo discurso da salubridade dos espaços e da expulsão das populações racializadas para as periferias, com a proibição dos cortiços e sub-habitações. Limpar as cidades, nesse sentido, significava também branqueá-las, retirar de seu centro as populações pauperizadas e as marcas da violência colonial.

A lógica de dominar e de subordinar também se expressa em nossa sociedade, na organização espacial e urbana, assim como nas dimensões socioambientais, nas maneiras de apropriação e expropriação do meio socioambiental. Desta forma, compreendemos que a degradação ambiental caminha ao lado da destruição colonial, ao passo que legitima e determina as desigualdades urbanas. A racionalidade colonial e racista impõe ao espaço urbano as inúmeras desigualdades, perpetuando injustiças de cunho socioambientais e empurrando as populações de constituição afropindorâmica, para os piores e mais miseráveis territórios. No caso brasileiro, é naturalizada a constituição dos bairros negros, como favelas, subúrbios, periferias, regiões ribeirinhas e outras, como áreas onde as etnias mais racializadas em nossa sociedade sejam abandonadas e permaneçam em estado de marginalidade social e histórica (Junior, 2019).

Contida na ideia da cidade como produto em relação ao avanço da cidade capitalista, exacerbam-se os processos de segregação espacial e de gentrificação. Ao passo que a cidade passa a ser um produto capitalista, seu crescimento se dá de modo consonante com o valor de mercado, com a expansão urbana, ocorre muitas vezes uma valorização de áreas que anteriormente eram voltadas às populações pauperizadas. Nesse ciclo de cidade produto, violência e branqueamento das regiões mais valorizadas pelo mercado, ocorre a criação de novas e cada vez mais distantes periferias, empurrando novamente essas populações para locais sem infraestrutura e condições dignas.

De acordo com Cordero (2016):

> A gentrificação configura uma teia de dimensões que compreende âmbitos demográficos, econômicos, políticos, culturais, imaginários e simbólicos; no entanto, deve-se prestar atenção na relação que existe entre a chegada e o deslocamento, tanto de pessoas como de práticas sociais e atividades econômicas. Este binômio gera a criação de tensões em que estão em jogo a apropriação física e simbólica do espaço, e devem ser interpretadas a partir da ótica do conflito urbano.

A articulação entre o direito à cidade e a justiça ambiental é especialmente relevante no contexto latino-americano, onde a urbanização capitalista, herdada da lógica colonial, perpetua a segregação territorial e o racismo estrutural. A gentrificação, por exemplo, opera como uma forma contemporânea de expulsão das populações pobres e racializadas, transformando o território em mercadoria e reproduzindo um padrão urbano excludente. Enfrentar esses processos exige repensar a cidade não como objeto técnico, mas como espaço político, cultural e existencial, no qual as diferenças devem ser reconhecidas e valorizadas.

A colonialidade, nesse aspecto, possui um ciclo recursivo de ação, com a expulsão de habitantes, que não conseguem pagar pela terra mercadorizada, para as regiões degradadas, distantes e sem infraestrutura urbana adequada. Ao passo que a cidade avança sobre esses espaços e a infraestrutura melhora, seus habitantes são novamente levados a deixar aqueles locais por falta de condições econômicas, e levados a buscar áreas ainda mais distantes e degradadas. Tal ação se dá de modo articulado entre iniciativa privada e poder público, através de um planejamento urbano excludente.

O direito à cidade, em nossa concepção, extrapola as liberdades individuais de circular na cidade e acessar os equipamentos urbanos. Outrossim, perfaz um direito político coletivo, que abarca a possibilidade de transformação socioespacial do espaço urbano. Compreendemos essa transformação como um caminho que não está dado a priori, e que possui múltiplas dimensões. Não há como pensar o direito à cidade como um elemento estritamente jurídico formal, descolado das necessidades, além de materiais, simbólicas da população. Nesse sentido, o direito à cidade é compreendido como um direito humano de dimensão transindividual.

Para Bragato (2014, p.221):

> O legado antropocêntrico moderno nos diz que o indivíduo humano ocupa a posição de superioridade entre todos os seres e que a racionalidade é o caráter distintivo do humano. Daí a dignidade humana ter-se tornado indissociavelmente ligada à ideia de racionalidade. Ocorre que na tradição europeia moderna, racional não é simplesmente o ser pensante e inteligente. O sujeito racional moderno caracteriza-se pelo pensar e pelo raciocinar livre das emoções e orientado ao domínio e à instrumentalização do mundo, o que gerou uma nova e dominante perspectiva cultural própria das sociedades industriais. Neste ponto, já se observa uma notável delimitação do campo semântico deste aparentemente neutro conceito, a demonstrar que, no fundo, a pertença à humanidade tornou-se dependente da adequação a certos padrões culturais, considerados superiores. Isso pode ser mais facilmente observável quando se verifica que o oposto, ou seja, formas de vida não caracterizadas pelo individualismo e pela supremacia da ciência foram rotuladas como irracionais, porque primitivas, selvagens ou inferiores.

Ao reconhecer o direito à cidade como um direito humano, admitimos que o projeto dos direitos humanos, conforme uma perspectiva moderna, ocidental e eurocêntrica, não é universal nem universalizável, pois contém contradições inerentes como excluídos/incluídos, emancipação/exploração e dominantes/dominados. Apesar dessas contradições e das frequentes violações, Tosi (2005) ressalta a importância de entender a relevância dos direitos humanos além das suas determinações históricas. Assim, os direitos humanos em geral, e o direito à cidade em particular, devem ser vistos como utopias com uma perspectiva decolonial, como caminhos que orientam a busca por uma sociedade mais justa, igualitária e aberta às diferenças.

As problemáticas que se apresentam no urbano são diversas, principalmente como consequências das inúmeras desigualdades e contradições do sistema econômico e político hegemônico em nossa sociedade. Compreendemos que esse mesmo sistema é neoliberal que opera através de uma lógica de discriminações e de gentrificação, nas quais essas mesmas lógicas desprezam e marginalizam a diversidade e a pluralidade que não se encaixam no padrão configurado como correto dessa mesma sociedade. Essas abstrações civilizatórias apontadas por Krenak (2019), são poderosas nesse processo de exclusão das populações e de determinados grupos sociais e étnicos, principalmente porque optam especificamente por aqueles que não se encaixam em um determinado padrão imposto pela sociedade.

Fanon (1968) aborda a desumanização do colonizado, por meio da imposição de uma identidade subjugada pelo colonialismo, fenômeno que pode ser visto como uma parte das abstrações civilizatórias criticadas por Krenak (op.cit). O processo de colonização não só desumaniza os indivíduos, mas também desvaloriza suas conexões com a terra e a natureza. A visão de mundo que Krenak (op.cit.) critica, que separa o ser humano da natureza, é a mesma que permite a desumanização dos colonizados descrita por Fanon (op.cit.).

Essa visão justifica a exploração tanto dos recursos naturais quanto dos povos considerados inferiores. De modo análogo, Mignolo (2017) faz uma crítica radical à modernidade ocidental e aos seus padrões de colonização do tempo e do espaço. Os três autores expõem diferentes dimensões da dominação colonial, ambiental, psicológica e epistemológica, e propõem resistências que valorizam as epistemologias, identidades e conexões com a natureza dos povos subalternizados.

Racismo ambiental e colonialidade se articulam de modo a amplificar a degradação dos recursos naturais em favor da cidade enquanto produto capitalista, de modo que:

> [...] o que mais nos chama a atenção são as condições nas quais estamos vivenciando e experenciando tais transformações e que, infelizmente, nos pegam em meio a várias crises, dentre elas as de gestão dos Estados capitalistas em relação as populações. Isso se intensifica de modo negativo se formos observar os países subdesenvolvidos ou aqueles em que a desigualdade é abissal, como é o caso do Brasil, onde os impactos sobre a população em vulnerabilidade está sendo e será catastrófico (Ferreira et.al, 2021, p. 179).

Ao relacionar esses aportes à justiça ambiental, compreende-se que a organização do espaço urbano é também um espelho das hierarquias raciais e sociais. As populações negras, indígenas e periféricas, historicamente marginalizadas, são as que mais sofrem os efeitos das injustiças ambientais — seja pela exposição a riscos, pela ausência de infraestrutura básica ou pela exclusão de políticas públicas. Assim, o direito à cidade e a justiça ambiental convergem como projetos emancipatórios, orientados à democratização do espaço urbano e à reparação das desigualdades socioambientais.

Destacamos a lógica depredativa que está operando em nossa sociedade, que coloca não somente uma condição exploratória para a natureza humana, mas estabelece somente uma condição de expropriação e de degradação para a natureza não-humana, ou seja, fazendo com que o meio socioambiental esteja imbricado com a questão da degradação ambiental e com a invisibilidade social de determinados grupos, que possuem um acesso desigual aos recursos e as oportunidades no espaço da cidade.

Considerações Finais

Procuramos, neste texto, abordar a relação entre temas que são caros à formação social, cultural e ambiental das sociedades afro-americanas e indígenas no contexto de colonização e racismo ambiental. A colonização europeia, com suas bases racistas e hierarquizantes, influenciou e influencia a estrutura social e espacial das cidades brasileiras. O racismo, como uma ferramenta de dominação, perpetuou desigualdades e exclusão, transformando a vida das populações negras e indígenas.

Os conceitos de Amefricanidade e Confluências Afropindorâmicas, cunhados por Lélia Gonzalez, são fundamentais para compreender a riqueza e complexidade das culturas afro-americanas, e foram utilizados no sentido de ampliar a compreensão das experiências e epistemologias afro-americanas e indígenas na análise da intersecção entre racismo ambiental e urbanização. Ao enfatizar a interconexão entre as heranças africanas e indígenas, propomos, desse modo, uma visão afrocentrada da identidade brasileira.

A relação entre o direito à cidade e a justiça ambiental é crucial para superar o racismo ambiental. As populações racializadas são frequentemente as mais afetadas pelas injustiças ambientais, sendo empurradas para periferias e áreas menos favorecidas, onde enfrentam maiores riscos ambientais e sociais. A gentrificação é por nós entendida como um processo que marginaliza e exclui as populações não brancas e pobres das cidades brasileiras, e como tal, aponta para a necessidade de políticas que combatam radicalmente sua continuidade, através de processos de inclusão e reconhecimento da diferença. A urbanização capitalista enquanto processo que perpetua desigualdades, deve ser revista, e enfatizando a importância de recriar o espaço urbano de maneira

que promova a justiça social e espacial.

Apontamos para a necessidade de se adotarem perspectivas teóricas decoloniais, no intuito de desafiar a razão pautada nas perspectivas coloniais e na monocultura do pensamento e, assim, promover alternativas de existência e resistência que valorizem as culturas e epistemologias afro-americanas e indígenas. Sublinhamos, ainda, a importância de um olhar para o racismo enquanto um elemento estruturante da sociedade moderna ocidental, que se manifesta nas práticas cotidianas e que perpetua a desvalorização das contribuições intelectuais e culturais afrocentradas. A valorização dessas culturas, ainda marginalizadas, apresenta-se como uma forma de resistência ao racismo e à opressão, bem como de acesso aos direitos, entre eles à cidade e à justiça ambiental, mas, além disso, à afirmação da dignidade humana e ao respeito a essas populações.

Referências

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental e construção social do risco. *Desenvolvimento e meio ambiente*, Caxambu, v. 5, n. 1, p. 49-60, jan./jun. 2002.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Os perigos de uma história única*. In: CONFERÊNCIA ANUAL – TEDGLOBAL, 2009, Oxford: TED, 2009, p. 21-24. Disponível em: https://www.geledes.org.br/chimamanda-adichie-o-perigo-de-uma-historia. Acesso em: 23 jun. 2024.

AGAMBEM, Giorgio. *Homo Sacer*: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.

ALMEIDA, Silvio; DEVULSKY, Alessandra; OLIVEIRA, Dennis de; FARIAS, Marcio; BORGES, Rosane. *Marxismo e questão racial*: Dossiê Margem Esquerda. São Paulo: Boitempo, 2021.

ALQUATI, Paula Mello Oliveira; RIBEIRO, Cristine Jaques. No limite da cidade. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 1-10, jul. 2022.

BRAGATO, Fernanda Frizzo. Para além do discurso eurocêntrico dos direitos humanos: contribuições da descolonialidade. *Novos Estudos Jurídicos*, Itajaí, v. 19, n. 1, p. 201-230, abr. 2014.

BULLARD, Robert D. *Confronting environmental racism*: voices from the grassroots. Boston: South End Press, 1993.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril*: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CORDERO, Adrián Hernández. Gentrificación: origenes y perspectivas. *Cardinalis*,[S. l.], n. 6, p. 91-113, jul. 2016.

DELEUZE, G. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992, p. 170.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FERREIRA, Samuel Crissandro Tavares; CORRÊA, Alisson Souza; CHAIGAR, Vânia Alves Martins. Comorbidades socioambientais para a condição juvenil: a educação ambiental e popular como enfrentamento da juventude à pandemia e aos demais flagelos do capital. *Ambiente & Educação* v. 26, n. 2, p. 155-189, dez. 2021, p. 179.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92, n. 93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*: Ensaios, Intervenções e Diálogos Rio Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. *Cultura, etnicidade e trabalho*: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: Primavera para as rosas negras, 2018.

HARVEY, David. *O direito à cidade*. Lutas Sociais, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012.

HARVEY, David. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Loyola, 2009.

HERCULANO, Selene; PACHECO, Tania. *Racismo ambiental*, o que é isso. Rio de Janeiro: FASE, 2006.

JUNIOR, Henrique Cunha. Bairros negros: a forma urbana das populações negras no brasil. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 11, p. 65-86, 2019.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 3. Ed. São Paulo: Centauro, 2004.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, [S.l.], v. 32, n. 94, p. 1-18, jun. 2017.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história*: suas origens, transformações e perspectivas. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

NOGUERA, Renato. Denegrindo a filosofia: o pensamento como coreografia de conceitos afroperspectivistas. *Griot: revista de filosofia*, [S.l], v. 4, n. 2, p. 1-19, 2011.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os pobres da cidade*. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. *Peru Indígena*, Lima, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei*: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

SANTOS, Antônio Bispo dos; MUMBUCA, Ana; MAIA, Joviano; RUFINO, Luiz. *Quatro Cantos*. São Paulo: N-1 edições, 2022.

SANTOS, Antônio Bispo dos. Somos da terra. *Cicatrizes da escravização*, v. 29075, p. 22, 2018.

SHIVA, Vandana. *Monoculturas da Mente*: Perspectivas da Biodiversidade e da Biotecnologia. São Paulo, Gaia, 2003.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América*: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TOSI, Giuseppe. *Direitos Humanos*: história, teoria e prática. João Pessoa: Editora Universitária, 2005.

VIEIRA, Maicon Farias. *Narrativas de Nèg*: ecos de temas-encruzilhadas das vozes negras de migrantes docentes e de uma negro linguística aplicada. 2023. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Pelotas, 2023, p. 21.

MINERAÇÃO, DESLOCAMENTOS E CONFLITOS NO CAPITALOCENO
A produção do espaço nos reassentamentos do Projeto Minas-Rio

MINING, DISPLACEMENTS AND CONFLICTS IN THE CAPITALOCENE:
The production of space in the resettlements of the Minas-Rio

Gabriel Mateus Silva Leite[1], Paôla da Conceição Campos de Malta[2] e Letícia Nörnberg Maciel[3]

Resumo
Este artigo objetiva analisar os desdobramentos dos processos de deslocamento compulsório e reassentamento resultantes da atuação da mineradora Anglo American por meio do Projeto Minas-Rio. A pesquisa, baseada em revisão de literatura e análise de relatórios técnicos, foca nos municípios de Alvorada de Minas e Conceição do Mato Dentro, em Minas Gerais, buscando compreender os impactos sociais, ambientais e econômicos associados ao reassentamento involuntário. Os resultados evidenciam a precariedade da infraestrutura, a insuficiência do suporte técnico e as dificuldades para a retomada das atividades produtivas e dos vínculos comunitários. A partir de uma leitura crítica do neoextrativismo e do Capitaloceno, o estudo demonstra como o modelo de produção do espaço associado à mineração intensifica conflitos territoriais e injustiças socioambientais. Conclui-se que os reassentamentos analisados não garantem condições adequadas de reparação, sendo necessário fortalecer mecanismos participativos de planejamento territorial e construir alternativas voltadas à justiça socioambiental.
Palavras-chave: Reassentamentos involuntários; Impactos socioambientais; Reparação.

Abstract
This article aims to analyze the outcomes of the processes of compulsory displacement and resettlement resulting from the activities of the mining company Anglo American through the Minas-Rio Project. Based on a literature review and the analysis of technical reports, the research focuses on the municipalities of Alvorada de Minas and Conceição do Mato Dentro, in the state of Minas Gerais, Brazil, seeking to understand the social, environmental, and economic impacts associated with involuntary resettlement. The results reveal inadequate infrastructure, insufficient technical support, and difficulties in restoring productive activities and community ties. Drawing on a critical perspective of neo-extractivism and the Capitalocene, the study demonstrates how the spatial production model associated with mining intensifies territorial conflicts and socio-environmental injustices. It concludes that the analyzed resettlements fail to ensure adequate conditions for reparation, highlighting the need to strengthen participatory territorial planning mechanisms and to develop alternatives aimed at socio-environmental justice.
Keywords: Involuntary resettlements; Socio-environmental impacts; Reparation.

1 Mestrando em Sustentabilidade Socioeconômica Ambiental pelo Programa de Pós-graduação em Sustentabilidade Socioeconômica Ambiental (UFOP). Engenheiro Civil e Arquiteto e Urbanista pela Escola de Minas (UFOP/2017/2022). E-mail: gabrielmsleite8@gmail.com
2 Mestre em Ciências pelo Programa de Pós Graduação em Tecnologias para o Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ/2018). Engenheira Agrônoma pela mesma universidade (UFSJ/2016). E-mail: paolacamposufsj@gmail.com
3 Doutoranda em Educação Ambiental pelo Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Mestrado em Antropologia (2017) e graduação em Antropologia (2014), ambos pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: lnornberg@gmail.

Introdução[4]

Este artigo objetiva analisar os desdobramentos dos processos de deslocamento compulsório e reassentamento resultantes da atuação da mineradora Anglo American por meio do Projeto Minas-Rio, com foco nos municípios de Alvorada de Minas e Conceição do Mato Dentro, em Minas Gerais. Busca-se analisar os riscos e impactos associados ao reassentamento involuntário, destacando suas implicações sociais, ambientais e econômicas.

A discussão proposta dialoga com o debate acerca do Capitaloceno, compreendido como uma forma histórica de organização da natureza orientada pela lógica da acumulação capitalista, na qual os custos socioambientais do desenvolvimento são sistematicamente transferidos para populações e territórios periféricos (Moore, 2022). Nesse contexto, os grandes empreendimentos minerários configuram-se como importantes agentes de transformação territorial, promovendo profundas reconfigurações espaciais e alterando as condições de reprodução social, econômica e cultural das comunidades atingidas. O debate aqui mobilizado permite interpretar os processos de reassentamento não apenas como desdobramentos da atividade minerária, mas como parte constitutiva da própria dinâmica de produção do espaço no Capitaloceno, marcada por assimetrias socioespaciais e conflitos territoriais.

O Projeto Minas-Rio, desenvolvido pela empresa Anglo American Minério de Ferro Brasil, configura-se como um dos maiores empreendimentos minerários do Brasil e opera por meio de um sistema integrado que abrange diferentes etapas da cadeia produtiva do minério de ferro. O complexo é composto por minas a céu aberto, uma planta de beneficiamento responsável pelo processamento inicial do minério, um mineroduto de 529 km de extensão, uma planta de filtragem e um terminal de exportação localizado no Porto do Açu (Ausenco, 2025). A extração a céu aberto e o beneficiamento a úmido de minério de ferro é realizada nos municípios de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, contando ainda com estruturas em Dom Joaquim, todos localizados no interior do estado de Minas Gerais. Essa infraestrutura de grande porte evidencia não apenas a dimensão do projeto, mas também a complexidade logística envolvida na exploração, beneficiamento, transporte, exportação do minério de ferro extraído e, principalmente, impactos socioambientais.

O estado de Minas Gerais destaca-se como o maior produtor de minérios do país, e essa mineração exerce grande interferência nos processos de gestão e planejamento territoriais. A multinacional Anglo American, com sede no Reino Unido, exemplifica o

4 A pesquisa aqui apresentada constitui um recorte de um estudo mais amplo, originalmente publicado nos anais do *1º Simpósio Internacional sobre Meio Ambiente, Desenvolvimento e Crise do Capital: Conflitos e Impactos Socioambientais da Mineração*, realizado em maio de 2025. Desde então, o trabalho passou por atualizações e aprofundamentos, incorporando novos dados e análises que ampliam a compreensão sobre os reassentamentos involuntários no contexto do Projeto Minas-Rio. Além disso, o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

modelo de neoextrativismo[5]. A instalação da mina a céu aberto e de sua infraestrutura associada resultou no deslocamento compulsório de diversas famílias, sendo algumas reassentadas na fazenda Piraquara, no município de Conceição do Mato Dentro (MG), e na fazenda Simão Lavrinha, no município de Congonhas do Norte (MG). No entanto, os reassentamentos têm apresentado falhas de infraestrutura, no suporte técnico para a retomada das atividades produtivas, na preservação das relações comunitárias e suas tradicionalidades.

> A construção de projetos de infraestrutura de ordens e portes distintos, na maioria dos casos, se sobrepõem a terrenos já ocupados, sejam eles públicos ou privados, que podem resultar na remoção dos moradores locais, bem como no impacto à fauna e à flora. No caso da remoção de moradores, o processo possui caráter compulsório e com frequência resulta no deslocamento involuntário e reassentamento dos que habitam na área requerida para a construção do empreendimento. Os impactos associados à aquisição de terras, incluindo o reassentamento involuntário, podem impor severas dificuldades à vida das pessoas afetadas (Gerheim, 2021, p.10).

O ato de desapropriação é regulamentado no âmbito federal pelo Decreto-Lei nº 3.365 de 21 de junho de 1941, que trata da desapropriação por utilidade pública, podendo ser realizado pela União, estados, municípios, Distrito Federal e territórios. Segundo o decreto-lei, quando for realizada a desapropriação de uma área urbana informal ocupada predominantemente por população de baixa renda, é necessário que o órgão responsável preveja medidas compensatórias. Essas medidas têm o objetivo de garantir que as famílias não fiquem desamparadas e lhes sejam ofertadas novas moradias, indenização de benfeitorias ou uma compensação em dinheiro que seja suficiente para que a família consiga se reestabelecer em outro lugar. Para que isso aconteça, é necessário que haja um cadastro prévio de todos os moradores. No entanto, apesar da existência de regulamentação do ato, a realidade da remoção compulsória não é simples e afeta os modos de existência das famílias e comunidades, além de causar transtornos e possibilitar o rompimento de laços sociais e familiares.

O Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) estabelecem diretrizes que defendem o deslocamento forçado como última alternativa, devendo ser planejado de forma a assegurar a recomposição socioeconômica das populações atingidas (Banco Mundial, 2016; OCDE, 1992). Contudo, no caso do Projeto Minas-Rio, observa-se que as famílias reassentadas enfrentam dificuldades para reativar suas atividades produtivas e não terem acesso adequado a serviços essenciais, como transporte, educação e saúde. Além disso, a ruptura social e cultural dificulta sua adaptação ao novo contexto.

Diante desse cenário, a pesquisa fundamenta-se em dados levantados pelo Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (ATI39/NACAB) e em revisão teórica sobre deslocamento compulsório e mineração, visando evidenciar as limitações do modelo de reassentamento adotado e apontar caminhos para a construção de estratégias mais efetivas de reparação.

5 O neoextrativismo é uma categoria analítica forjada na América Latina, uma vez que o extrativismo é um tipo de acumulação que passou a ser exercida de forma maciça já desde o início da invasão da América por europeus (Svampa, 2019).

Desenvolvimento

Mineração e colonialismo contemporâneo: o caso Minas-Rio

A exploração mineral desempenhou um papel central na colonização da América Latina, influenciando a organização territorial, social, política e cultural da região. Iniciada no período colonial, essa dinâmica persistiu ao longo dos séculos, adaptando-se a diferentes contextos e manifestando-se em formas contemporâneas, como o "neoextrativismo" (Milanez; Losekann, 2016). Durante a economia colonial, a extração e exportação de minérios foram fundamentais para a acumulação de capital de países europeus, especialmente a Espanha, consolidando um modelo econômico baseado na exploração intensiva dos recursos naturais (Aráoz, 2020).

Desde o século XVI, a exploração de prata e ouro abastecia Portugal e Espanha sem benefícios para os territórios explorados, sendo viabilizada pelo trabalho escravizado de indígenas e africanos (Aráoz, 2020). Essa maneira violenta de habitar a terra, bastante característica da colonização europeia, criou nas Américas um *habitar colonial* que era geograficamente subordinado a outro espaço, sendo no primeiro praticada a exploração da terra com fins comerciais (Ferdinand, 2022). Maristella Svampa (2019, p. 32) destaca que “o extrativismo perpassa a longa memória do continente e de suas lutas, define um modo de apropriação da natureza, um padrão de acumulação colonial, associado ao nascimento do capitalismo moderno”.

No Brasil, o modelo extrativo amplia desigualdades e impactos socioambientais, enquanto discursos de sustentabilidade podem ocultar violações de direitos humanos e ambientais (Kruse; Cunha, 2021). Empreendimentos de grande impacto, como no caso do modelo minerário praticado no Brasil, podem afetar diretamente a disponibilidade e a qualidade de água de determinada localidade, o que representa um retrocesso quanto aos Direitos Humanos à Água e ao Saneamento (DHAS) das comunidades que habitam a região afetada (Bastos; Fraga, 2024). O reconhecimento da necessidade de ter acesso universal à água potável, segura e acessível, além de saneamento básico, é um direito humano essencial e fundamental. O direito à água potável e ao saneamento como essenciais durante a assembleia geral das Nações Unidas (ONU) no dia 28 de julho de 2010, através da Resolução 64/292.[6]

Do período colonial ao neoliberalismo atual, a mineração perpetua a relação desigual entre um centro e uma periferia, caracterizada pela exploração intensiva dos recursos naturais e seus impactos socioambientais (Ferrari *et al.*, 2023). Para Svampa (2019), essa lógica extrativista permanece atrelada a um modelo desenvolvimentista que ignora a participação social, agravando a violação de direitos humanos. Horacio Aráoz (2020) reforça que o extrativismo constitui um legado colonial persistente, mantendo-se como elemento estruturante da economia e da organização territorial.

Svampa (2019) relaciona o neoextrativismo ao desenvolvimentismo, um modelo que intensifica a exploração de recursos não renováveis, negligencia a participação social e favorece a violação de direitos humanos. Nesse contexto, o Brasil se destaca simultaneamente como um dos maiores exportadores de minérios e um dos países com mais conflitos ambientais e altos índices de violência (GESTA/UFMG, 2018).

6 A Resolução 64/292 de 28/07/2010 está disponível em: https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n09/479/38/pdf/n0947938.pdf

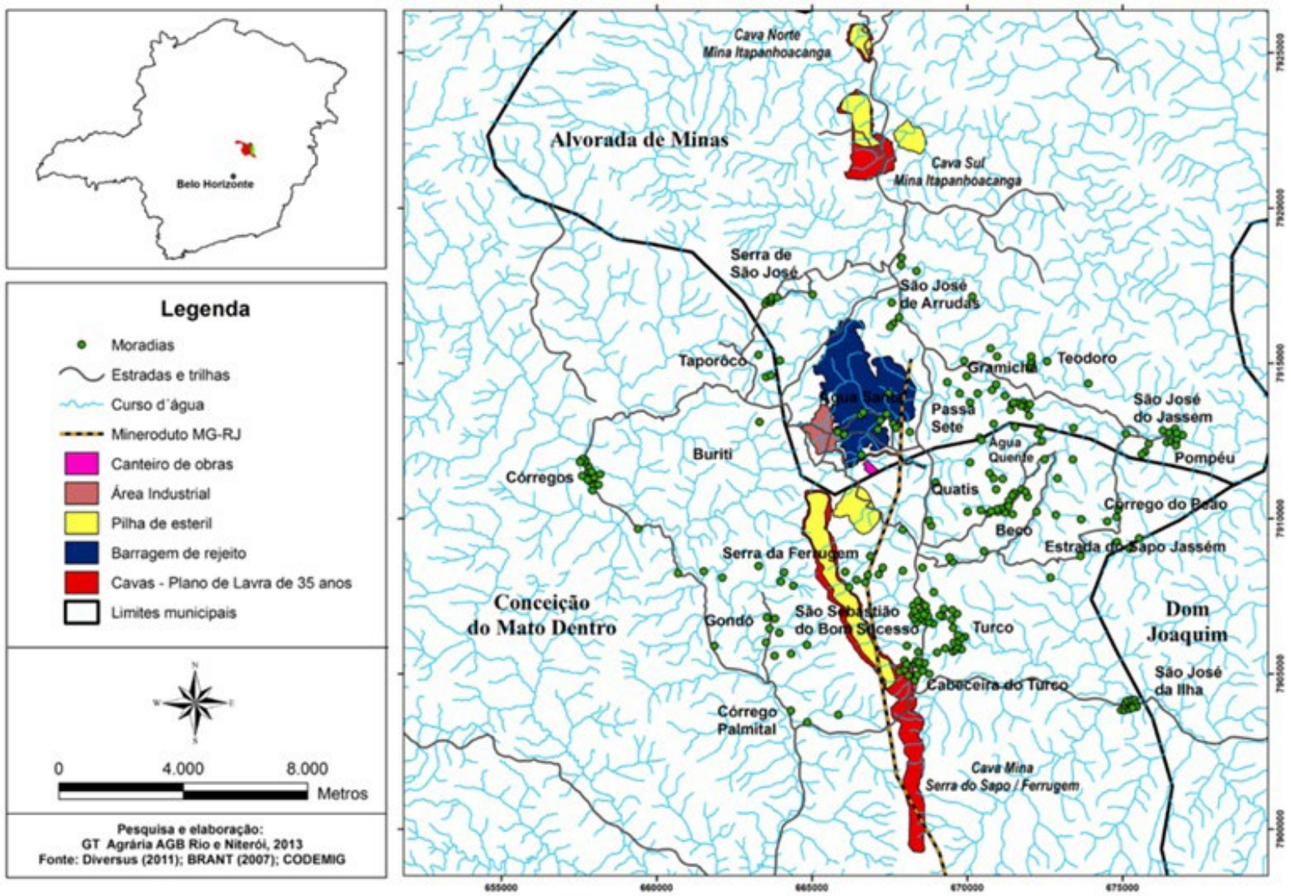


Figura 1 - Localização do Projeto Minas-Rio e comunidades atingidas do entorno. Fonte: Barcelos, 2013.

Esse cenário evidencia a superexploração do trabalho e a financeirização da natureza, ampliando desigualdades no acesso e uso dos recursos naturais (Ferrari *et al.*, 2023).

Inserido nesse modelo de neoextrativismo e grandes empreendimentos, o Projeto Minas-Rio se destaca como uma lavra a céu aberto de 12 km, localizada nos municípios de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, em Minas Gerais, Brasil. A área ocupada se estende por 3.880 hectares e abrange as serras do Sapo, Ferrugem e Itapanhoacanga, impactando diversos territórios ao seu redor (Barcelos, 2018). Considerado um dos maiores projetos minero-portuários do mundo, o Minas-Rio integra mineração e infraestrutura logística em larga escala, com produção voltada para exportação. Iniciado em 2007, tem como objetivo fornecer minério de ferro para a Europa e China, além de processar subprodutos no Complexo Industrial e Portuário do Açu (Barcelos *et al.*, 2013).

Originalmente desenvolvido pela empresa Minas-Rio Mineração S/A, do grupo MMX, fundado por Eike Batista, o projeto passou ao controle da multinacional britânica Anglo American em 2008, por um investimento de aproximadamente US$ 5,5 bilhões (Duarte, 2022). A Anglo American, atuante em diversas regiões do mundo, mantém no Brasil dois projetos principais: além da mineração de ferro em Minas Gerais e Rio de Janeiro, voltada ao mercado global, opera também um projeto de níquel em Goiás, destinado à indústria de aço inoxidável (Barcelos, 2018). Fazendo parte do complexo de estruturas da mineradora no território, o mineroduto do Sistema Minas-Rio, com 529 km de extensão, transporta 26,5 milhões de toneladas de minério por ano, ligando Conceição do Mato Dentro ao Porto do Açu (Anglo American, 2014).

Observações sobre os reassentamentos involuntários: Fazenda Piraquara e Fazenda Simão Lavrinha

A instalação de grandes empreendimentos, como o Projeto Minas-Rio, resulta em problemas significativos, sendo um dos mais graves a imposição do deslocamento compulsório de populações. Esse deslocamento forçado provoca a desestruturação das territorialidades construídas historicamente pelas comunidades locais. Como consequência desses deslocamentos, surgem os reassentamentos involuntários, que se manifestam de diferentes formas em diversos territórios afetados. De acordo com o Dicionário Crítico da Mineração, o Reassentamento Involuntário pode ser definido como:

> Ação resultante tanto de grandes obras, empreendimentos e projetos de infraestrutura urbana e rural como de desastres sociotecnológicos e ambientais. Implica na relocação forçada de grupos de pessoas e populações com diferentes perfis, modos de vida e formas de composição familiar dos lugares onde residiam e estruturavam suas vidas para uma outra localidade. Pode vir a provocar impactos negativos e violações aos direitos dos atingidos devido a alterações nos contextos sociais, espaciais, ambientais, econômicos e culturais das comunidades (Gomide, 2018, p.193).

No Brasil não existe um marco legal federal que regule e assegure os processos de reassentamento involuntário, o que faz com que a OP 4.12 do Banco Mundial seja a principal referência para as propostas elaboradas por empresas e agentes governamentais sobre o tema. Essa lacuna normativa gera a insegurança de que tais diretrizes não sejam suficientes para proteger adequadamente os direitos das pessoas e comunidades afetadas. A ausência de uma regulamentação compromete a efetividade das medidas de proteção e acompanhamento das populações reassentadas, deixando-as vulneráveis a práticas que nem sempre garantem uma reparação justa e adequada de seus direitos e condições de vida.

No contexto do Projeto Minas-Rio, as primeiras famílias deslocadas compulsoriamente estavam localizadas na Área Diretamente Afetada (ADA), conforme definido no Estudo de Impacto Ambiental, ainda durante a Licença Prévia da Fase I. Essas famílias eram das localidades de Água Santa e Ferrugem/Mumbuca. Para seu reassentamento coletivo, foi criado em 2009 o Programa de Negociação Fundiária, parte do Plano de Controle Ambiental, necessário para a emissão da Licença de Instalação do projeto (NACAB, 2023).

Compreende-se que a modalidade de reassentamento coletivo envolve toda uma comunidade e deve garantir além da restituição das moradias familiares, a preservação dos laços culturais e de vizinhança prevalecentes na situação original, além de infraestrutura, bens e serviços essenciais para a manutenção dos modos de vida. Isso inclui a disponibilização de bens coletivos como postos de saúde, igrejas, escolas, áreas aptas para o plantio, espaços para a criação de animais, entre outros. Recentemente, as negociações de reassentamento envolveram famílias situadas no "entorno do empreendimento", conforme definido Anglo American. A empresa classificou essas negociações como "voluntárias", uma vez que a transferência dos núcleos familiares para outras áreas era apresentada como uma opção por meio do Programa de Negociação Opcional (PNO). Este programa tinha como público-alvo as famílias integrantes do Programa de Convivência que manifestavam o desejo de se afastar do empreendimento, por não desejarem continuar convivendo com os danos socioambientais decorrentes da atividade minerária, tais como poeira, ruído, vibrações e o medo do rompimento de barragens. A empresa ofereceu lotes em reassentamentos



Figura 2 - Reassentamento Piraquara - Conceição do Mato Dentro/MG. Fonte: dos autores, 2025.

coletivos rurais, como na Fazenda Piraquara e Fazenda Simão Lavrinha, e também em moradias urbanas no Bairro Jardim Bouganville, em Conceição do Mato Dentro, originalmente destinado a trabalhadores da mineração (NACAB, 2023).

Desde 2019 o NACAB atua como Assessoria Técnica Independente (ATI) para as comunidades afetadas pela expansão da mina do Sapo, da Anglo American, com o objetivo de garantir a proteção de seus direitos. Sua atuação foi estabelecida como uma condicionante da licença ambiental para a expansão da mina, incluindo em seu escopo o assessoramento aos reassentamentos decorrentes das negociações com a empresa. Como parte das ações no território, foram realizados cadastros socioambientais das populações atingidas e reassentadas nos reassentamentos Fazenda Piraquara e Fazenda Simão Lavrinha.

A Fazenda Piraquara, localizada a cerca de 10 km do distrito de Conceição do Mato Dentro, na localidade de Farinha Fina, foi adquirida pela Anglo American para estabelecer reassentamentos rurais e possui cerca de 235,45 hectares. Já a Fazenda Simão Lavrinha está situada no município de Congonhas do Norte, a aproximadamente 12 km de seu distrito sede. A propriedade possui uma área total de 523 hectares, dos quais 331 hectares (63,32%) são ocupados por pastagens e pelas recentes unidades habitacionais (NACAB, 2023a).

De acordo com a ATI 39/NACAB, os reassentamentos em Piraquara e Simão Lavrinha apresentam semelhanças, como o parcelamento das áreas em lotes de aproximadamente 3 ha para cada núcleo familiar. No entanto, a distribuição das terras não respeitou o tamanho das propriedades originais, o que limita a continuidade das atividades produtivas, como o cultivo e a criação de animais. As vias de acesso são precárias e as áreas apresentam topografia acidentada. A paisagem foi severamente alterada, com unidades habitacionais modulares inseridas em pastagens, sem vegetação nativa significativa. As produções agrícolas nos reassentamentos estão em estágio inicial, enquanto nas propriedades originais as famílias já possuíam cultivos em fase avançada (NACAB, 2023a).



Figura 3 - Reassentamento Simão Lavrinha - Congonhas do Norte/MG. Fonte: dos autores, 2025.

As negociações para o reassentamento têm sido feitas individualmente, sem um planejamento coletivo claro, e não há diretrizes definidas para o uso dos terrenos em sintonia com os laços culturais e as territorialidades das comunidades. Além disso, não há infraestrutura adequada ou espaços de uso cultural coletivo, o que limita o fortalecimento da comunidade e o desenvolvimento sustentável. Por essas razões, é possível afirmar que tanto a Fazenda Piraquara quanto a Fazenda Simão Lavrinha não podem ser considerados reassentamentos coletivos, mas sim terras da Anglo American alocadas de forma fragmentada para as famílias reassentadas (NACAB, 2023).

Impactos do reassentamento na vida das comunidades

Nos reassentamentos rurais observa-se a precariedade da infraestrutura e ausência de planejamento adequado para atender as famílias reassentadas. Equipamentos e espaços de uso coletivo, como escolas, postos de saúde, centros de serviços, igrejas, cemitérios e áreas de lazer, como parques, quadras, campos de futebol e praças não foram implantados. A falta de comércios, serviço, pavimentação nas vias locais, problemas de saneamento – somada à inexistência de coleta de lixo e indícios de contaminação da água de consumo humano em determinados pontos – agravam ainda mais as condições de habitação (NACAB, 2023a).
A padronização dos projetos habitacionais desconsiderou as especificidades das famílias reassentadas. O modelo único de moradia, replicado em todas as unidades, não permite adaptações às diferentes configurações familiares, dificultando ajustes estruturais, como a ampliação de quartos conforme as necessidades ao longo do tempo. Diversas famílias relatam problemas construtivos, incluindo fissuras, trincas, desprendimento de revestimentos, infiltrações e a utilização de materiais de baixa qualidade, comprometendo a durabilidade e o conforto das habitações.

No cadastro socioambiental realizado pela ATI39/NACAB, as famílias foram questionadas sobre o conhecimento de propostas para a retomada das manifestações culturais e festividades nos reassentamentos. Os resultados indicaram que nove famílias do reassentamento Fazenda Piraquara (69,3%) e oito do Simão Lavrinha (53,4%) afirmaram desconhecer ou relataram a inexistência dessas iniciativas. Esses

dados evidenciam a ruptura dos vínculos culturais, religiosos e sociais anteriormente consolidados no território de origem. No levantamento sobre a preservação das práticas tradicionais, foram feitas perguntas sobre atividades comuns nos territórios de origem. Em ambos os reassentamentos rurais, a produção artesanal de farinha de mandioca e polvilho foi a mais mencionada como inviável de ser mantida, seguida pelas técnicas tradicionais de fabricação de queijo e cachaça. Os reassentados também relataram perdas relacionadas ao conhecimento sobre plantas medicinais, antes amplamente utilizadas no contexto ecológico anterior (NACAB, 2023a). Esses impactos evidenciam prejuízos às atividades tradicionais consolidadas nas comunidades de origem, afetando não apenas os modos de produção, mas também as referências culturais, as formas de interação social e a maneira como os moradores atribuíam significado ao ambiente e ao seu território.

O Programa de Reestruturação Produtiva nos reassentamentos coletivos

Desde o início do Projeto Minas-Rio, o Programa de Reestruturação Produtiva (PRP) passou por diferentes versões. A primeira, lançada em 2009 como "Programa de Reestruturação Produtiva de Atividades Econômicas Diretamente Afetadas", visava atender às Condicionantes 51 e 57 da Licença Prévia, com o objetivo de manter o nível de produção econômica das famílias reassentadas e minimizar os impactos decorrentes da perda de seus territórios de origem (Anglo American, 2009).

O escopo geral do programa se voltava à mitigação de impactos negativos às famílias a serem compulsoriamente deslocadas, aos produtores rurais e aos proprietários comerciais e de serviços "das vizinhanças das estruturas minerárias" (*op. cit.*, p. 3). Também tinha o intuito de apoiar o "desenvolvimento econômico" diante as "oportunidades advindas com a chegada do empreendimento" (*op. cit*). Ao longo do tempo, os problemas socioeconômicos e socioambientais vivenciados nas comunidades situadas no entorno do Projeto Minas-Rio foram aumentando. Em busca de caminhos para o resgate da vida econômica, as comunidades passaram a buscar amparo no Programa de Reestruturação Produtiva, que se viu sob alterações; a mais recente delas consta de junho de 2021, justificada pelo reconhecimento de que o Projeto Minas-Rio se relaciona a:

> [...] mudanças nas relações sociais preexistentes e, ademais, nas formas de ocupação do espaço e nos meios de produção, com potencial perda de empregos no setor primário em decorrência da mudança na vocação econômica da região ou, muitas vezes, com a interrupção das atividades produtivas nas propriedades afetadas e/ou impactos indiretos nas atividades produtivas nas propriedades do entorno (Anglo American, 2021b, p. 3).

Os reassentamentos Fazenda Piraquara e Fazenda Simão Lavrinha não têm garantido a restituição das condições de vida anteriores ao Projeto Minas-Rio. Para uma análise mais detalhada das condições socioeconômicas relacionadas à adaptação e desenvolvimento no novo contexto socioecológico, foram utilizadas as informações do Cadastro Socioambiental aplicado pela ATI39/NACAB e suas interações em campo nos reassentamentos Piraquara e Simão Lavrinha. O cadastro revelou que nos territórios de origem havia uma forte tradição produtiva rural, com destaque para a produção agrícola e pecuária, abrangendo hortifruticultura, criação de animais de diferentes portes, além do cultivo de plantas medicinais e ornamentais e a fabricação de alimentos processados como doces, queijos, farinhas, quitandas, entre outros produtos (NACAB, 2023a). No entanto, os dados indicam uma redução geral na produção em comparação com a realidade produtiva anterior. No reassentamento Piraquara, todas as famílias relataram essa queda, enquanto no reassentamento rural Simão Lavrinha, mais da metade das famílias – oito de um total de quinze (53,34%) – também apontaram essa redução (NACAB, 2023a).

Casos registrados pela Assessoria Técnica apontam falhas do programa nos reassentamentos, como denúncias sobre a insuficiência de insumos e infraestrutura para a produção agropecuária, incluindo a falta de adubo, sementes, mudas e alimentação animal, tendo os reassentados que custear por conta própria. Somado a isso, a falta de assistência técnica compromete a produtividade das propriedades, agravada ainda pela escassez de água em quantidade e qualidade adequadas (NACAB, 2023b).

Embora o programa tenha como objetivo potencializar a produção e garantir o bem-estar social, ele não assegura assistência técnica contínua, acompanhamento psicossocial ou estruturação de cadeias produtivas com base nos modos de vida anteriores. O apoio à produção rural é limitado a três anos após a realocação, o que se mostra insuficiente para garantir a estabilidade da produção e da renda. Os cursos de capacitação oferecidos não consideram as vocações produtivas das comunidades, e os insumos, quando disponibilizados, são entregues sem um planejamento adequado da produção (NACAB, 2023b).

As famílias não possuem estrutura para armazenamento e processamento da produção, pois as benfeitorias não reprodutivas, como currais e galpões, não são restituídas nos reassentamentos, gerando ônus financeiro e limitando a produção animal e beneficiamento de alimentos. Com isso, as famílias precisam comprar alimentos em mercados, encarecendo o custo de vida e comprometendo sua segurança alimentar. O auxílio-alimentação recebido pelos reassentados é concedido por apenas dois anos, sem reajuste pela inflação, e as cestas básicas não atendem às preferências alimentares das famílias (NACAB, 2023b).

A inefetividade do PRP revela uma série de deficiências estruturais que comprometem sua aplicação nos reassentamentos. As principais críticas ao programa incluem a falta de participação das comunidades no planejamento das ações, a inadequação da assistência técnica, a ausência de estratégias para a retomada da produção, a descontinuidade do fornecimento de insumos e a falta de avaliação da situação socioeconômica das famílias.

Desafios para a retomada dos modos de vida tradicionais

O reassentamento Piraquara apresenta relativa homogeneidade na origem das famílias, o que poderia favorecer laços comunitários e trocas sociais, fortalecendo a continuidade das práticas culturais, de trabalho e lazer entre os reassentados. No entanto, a ausência de espaços coletivos, como igrejas, campos de futebol e centros comunitários, limita essa interação e dificulta a socialização. Além disso, as áreas verdes circundantes, por serem de preservação permanente, impedem práticas tradicionais como a coleta de lenha e ervas medicinais, atividades que anteriormente faziam parte da rotina dos moradores e que, agora, são inviáveis no novo ambiente (NACAB, 2023a).

Por sua vez, na Fazenda Simão Lavrinha, encontram-se atualmente 15 famílias reassentadas, provenientes de diferentes comunidades: oito de Água Quente, quatro do Beco, duas do Sapo e uma da Cabeceira do Turco. Essa diversidade de origens poderia, em teoria, enriquecer as trocas culturais e a interação entre os reassentados, já que cada grupo traz consigo conhecimentos e experiências distintas. Entretanto, assim como em Piraquara, a falta de espaços voltados à convivência coletiva dificulta a adaptação e a construção de uma identidade comum para o novo território. A ausência de infraestrutura para lazer e encontros reforça o isolamento entre as famílias e limita a recriação de práticas comunitárias consolidadas no passado (NACAB, 2023a).

A Conferência Rio+20, realizada em 2012, reafirmou o Princípio nº 10 da Rio-92, que destaca a importância da participação cidadã na gestão ambiental, bem como o direito de acesso à informação e à reparação de danos. O princípio reforça que o Estado deve não apenas disponibilizar informações sobre impactos ambientais, mas também assegurar a participação ativa das comunidades atingidas nas decisões que envolvem suas condições de vida:

> A melhor maneira de tratar questões ambientais é assegurar a participação, no nível apropriado, de todos os cidadãos interessados. No nível nacional, cada indivíduo deve ter acesso adequado a informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, inclusive informações sobre materiais e atividades perigosas em suas comunidades, bem como a oportunidade de participar de processos de tomada de decisões. [...]
>
> Deve ser propiciado acesso efetivo a procedimentos judiciais e administrativos, inclusive no que diz respeito à compensação e **reparação de danos**. (ONU, 1992, s/p. Grifo nosso)

Segundo Márcia Leuzinger e Solange da Silva (2017), para que os sujeitos possam participar das decisões relativas a problemas ambientais, é preciso garantir que eles tenham acesso à informação. Isso porque somente conhecendo quais são os problemas e suas causas é que as pessoas têm capacidade de participar da gestão dos espaços e bens ambientais. Além disso, para as autoras supracitadas, o princípio da participação: "[...] é um dos princípios basilares do direito ambiental global e conforma as ideias de democracia e de governança dos espaços e dos bens ambientais, envolvendo não apenas Estados, mas organizações não governamentais, empresas e grupos locais, que podem ou não ser tradicionais" (Leuzinger; Silva, 2017, p.137).

Fato é que o Brasil é signatário do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, desenvolvido em 1992, no Fórum Global. Além do estabelecimento de princípios a serem seguidos pelos países signatários, o tratado também desenvolveu o estabelecimento de algumas diretrizes, que tratam, entre outros temas, da sensibilização da população para a constituição de conselhos populares de gestão ecológica e gestão do ambiente para debater e decidir sobre problemas e políticas ambientais. Soma-se a este tratado, ainda, outros documentos que promovem a participação popular em tomadas de decisões e dos quais o Brasil também é signatário, como: Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Estratégia Interamericana para a Participação Pública na Tomada de Decisão sobre o Desenvolvimento Sustentável e as Diretrizes do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente para o desenvolvimento da legislação nacional sobre o acesso à informação, participação pública e acesso à justiça em matéria ambiental (Leuzinger; Silva, 2017).

A relação entre meio ambiente e saúde é outro aspecto fundamental a ser considerado no contexto dos reassentamentos. Desde sua criação, em 1948, a Organização Mundial da Saúde define a noção de saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças. Para que essa concepção se efetive no contexto dos reassentamentos, é necessário considerar não apenas a infraestrutura básica, mas também os fatores ambientais e sociais que influenciam a qualidade de vida das populações deslocadas. Noemi Andrade e Estela Scandola (2021) sistematizaram a legislação federal que relaciona saúde e meio ambiente, destacando que a Constituição Federal de 1988 assegura o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado – o que inclui, no presente caso, garantir condições de reprodução dos antigos modos de vida das populações atingidas. Essa garantia, no entanto, esbarra na falta de planejamento adequado dos reassentamentos, onde as famílias são relocadas sem que sejam levadas em conta suas necessidades socioculturais e econômicas.

O deslocamento compulsório causado pelo projeto Minas-Rio não tem como consequência apenas a criação de um novo endereço para as famílias reassentadas, mas também afeta as suas relações sociais e culturais, impactando diretamente a forma como interagem com o novo espaço. Marc Augé (2012) diferencia "lugar", que é carregado de história, identidade e relações sociais, de "não-lugar", um espaço impessoal e desprovido de vínculos comunitários. Os territórios originais das famílias reassentadas eram lugares nos quais as relações comunitárias haviam sido consolidadas ao longo do tempo, enquanto os reassentamentos foram concebidos de maneira padronizada, sem considerar as especificidades culturais e sociais dos moradores. Dessa forma, os reassentamentos se configuram como não-lugares, sem identidade, sem raízes históricas e sem vínculos que fortaleçam o senso de pertencimento entre seus habitantes.

Eduardo Viveiros de Castro (2015, p.18) afirma que o Brasil foi transformado em uma "corporação empresarial coberta a perder de vista por monoculturas transgênicas e agrotóxicas, crivada de morros invertidos em buracos desconformes de onde se arrancam centenas de milhões de toneladas de minério para exportação" – uma crítica que aponta para a metamorfose do território brasileiro em uma paisagem degradada, onde a lógica da mercadoria substitui a da vida. Assim, o extrativismo predatório se reproduz sob novas formas a dependência colonial e aprofunda a desigualdade socioambiental. Sob a ótica do Capitaloceno, os danos socioambientais e o deslocamento de populações devido à mineração é a clara manifestação de um regime geopolítico onde uma minoria global, alienada da realidade social da terra explorada, transfere os custos socioecológicos de seu estilo de vida imperial para comunidades distantes. O extrativismo altera integralmente os fluxos hidroenergéticos, os ciclos de nutrientes e a própria energia criativa do trabalho humano. E aqui entendemos que o conceito de Capitaloceno ultrapassa a definição clássica do capitalismo como um simples sistema econômico e social, ele deve ser compreendido como uma estratégia de organização da natureza, constituindo uma ecologia-mundo multiespécie, situada e intrinsecamente capitalista (Moore, 2022).

É sob essa ótica do extrativismo predatório que se inserem os conflitos territoriais contemporâneos. Portanto, no caso específico do Minas-Rio, a reparação não deveria se resumir apenas ao reassentamento das famílias em novos espaços, mas também incluir infraestrutura e condições que respeitem sua história, cultura e identidade coletiva. Isso significa que um reassentamento efetivo não deve ser apenas uma transferência de moradia, mas sim um processo que leve em consideração as práticas, hábitos e relações comunitárias dos reassentados. A ausência de políticas públicas que assegurem essa transição impacta diretamente a saúde física e mental das populações atingidas, comprometendo sua qualidade de vida e a continuidade de suas antigas tradições.

Portanto, ao analisar o reassentamento sob a ótica do direito à reparação e da necessidade de manutenção dos modos de vida das populações deslocadas compulsoriamente, fica evidente que as soluções adotadas até o momento ainda não são suficientes. É fundamental que políticas públicas sejam desenvolvidas para garantir que esses espaços se transformem em verdadeiros lugares de pertencimento, onde as famílias possam reconstruir suas vidas com dignidade e autonomia.

Considerações finais

As dinâmicas de exploração mineral na América Latina evidenciam a continuidade de um modelo extrativista que remonta ao período colonial, o qual ainda perpetua desigualdades sociais e provoca impactos ambientais significativos. O caso do Projeto Minas-Rio exemplifica como grandes empreendimentos minerários, sob o discurso do desenvolvimento, promovem profundas transformações territoriais sem a devida participação das populações atingidas em processos de tomada de decisão. A fragmentação dos processos de licenciamento ambiental, a omissão de danos socioambientais e a marginalização das comunidades afetadas demonstram a persistência de um modelo que privilegia interesses econômicos, colocando em segundo plano os direitos humanos e a preservação da natureza.

A partir dos dados apresentados, evidencia-se que os reassentamentos não têm garantido condições adequadas para a retomada da produção e o restabelecimento dos modos de vida das famílias atingidas. A falta de planejamento, suporte técnico e infraestrutura tem gerado vulnerabilização socioeconômica, comprometendo a segurança alimentar e a autonomia produtiva das famílias. Para que o Programa de Reestruturação Produtiva cumpra seu papel, é essencial a adoção de estratégias pautadas no planejamento participativo, governança compartilhada e suporte técnico contínuo, de modo a favorecer que os reassentamentos sejam espaços de desenvolvimento sustentável e não de precarização das condições de vida das populações atingidas.
Nesse sentido, as políticas públicas devem assegurar que os reassentamentos respeitem as subjetividades culturais, sociais e econômicas das populações deslocadas involuntariamente. A reparação socioambiental vai além de compensações financeiras, devendo garantir às famílias condições para manter práticas essenciais à sua reprodução social, como o cultivo agrícola e a criação de animais.

Dessa forma, experiências de reassentamento pautadas pela participação social, valorização das territorialidades e reconstrução das condições materiais e simbólicas de reprodução da vida podem contribuir para alternativas ao modelo extrativista predominante. Mais do que mitigar impactos, trata-se de promover formas de ocupação e gestão do território comprometidas com a justiça ambiental, a democratização das decisões e a sustentabilidade socioecológica, elementos fundamentais para pensar alternativas para a cidade e o urbano no Capitaloceno.

Referências

ANDRADE, Noemi A. de; SCANDOLA, Estela M. R. Educação Ambiental e a promoção da saúde: a intencionalidade do (des)encontro. *Revista GeoPantanal*, Corumbá-MS, n.30, p.199-215, jan./jun. 2021.

ANGLO AMERICAN. *Mineroduto do Sistema Minas-Rio conta com mais de 133 mil toneladas de aço e 44 mil tubos*. 18 dez. 2014. Disponível em: https://brasil.angloamerican.com/pt-pt/imprensa/noticias/year2014/18-12-2014. Acesso em: 12 dez. 2024.

ANGLO AMERICAN. *Programa de Reestruturação Produtiva de Atividades Econômicas Diretamente Afetadas*. Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A. Geonatura. Plano de Controle Ambiental. Documento nº PG-007-AF-03/09-v0. Belo Horizonte, MG, 16 de março de 2009.

ANGLO AMERICAN. *Programa de Negociação Opcional. Plano de Controle Ambiental (PCA). Projeto de Extensão da Mina do Sapo.* Ferreira Rocha, julho de 2021a.

ANGLO AMERICAN. *Programa de Reestruturação Produtiva.* Processo nº 00472/2007/006/2013, Processo nº 00472/2007/008/2015, Processo nº 00472/2007/009/2016. Julho 2021b.

ARAOZ, Horacio. *Mineração, genealogia do desastre:* extrativismo na América como origem da modernidade. São Paulo: Elefante, 2020, 324 p.

AUGÉ, Marc. *Não lugares:* introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas, SP: Ed. Papirus, 2012, 111 p.

AUSENCO. *Minas-Rio: Mineroduto de concentrado de ferro mais extenso do mundo.* Disponível em: https://ausenco.com/pt/projects/minas-rio/ Acesso em agosto de 2025.

BANCO MUNDIAL. *Forcibly displaced: toward a development approach supporting refugees, the internally displaced, and their hosts*. Washington DC, 2016.1941

BASTOS, Rafael K. Xavier; FRAGUAS, Lauro Magalhães.Mineração e violações do direito humano à água: relatos de Minas Gerais. In: BASTOS, R. *et al* (orgs.). *Direitos Humanos à Água e ao Saneamento no Brasil.* Disponível em: https://ondasbrasil.org/wp-content/uploads/2024/07/Dossie-DHAS-ONDAS.pdf Acesso em outubro de 2025.

BARCELOS, E. A. da S. *Geografia e grandes projetos:* ecologia, política e economia no capitalismo de fronteira. 560 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

BARCELOS, E. *et al*. *O Projeto Minas-Rio e Seus Impactos Socioambientais:* Olhares desde a perspectiva dos atingidos - Relatório Preliminar. Rio de Janeiro – Minas Gerais, 2013.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 3.365 de 21 de junho de 1941.* Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3365.htm Acesso em setembro de 2025.

CARVALHOSA, Natália. *"Fora Daqui Não Sei Andar"***:** Movimentos de Roça, Transformações Sociais e Resistência da Honra em Comunidades Rurais de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

COLETIVO MARGARIDA ALVES DE ASSESSORIA POPULAR. *Dossiê Denúncia: Ameaças e violações ao direito humano à água em Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, Minas Gerais.* 09 jun. 2017. Disponível em: https://issuu.com/coletivomargaridaalves/docs/dossi__viola____odireito____gua Acesso em: 08 set. 2024.

DUARTE, L. F. da C. *Da terra arada à terra arrasada:* um estudo sobre a lógica costumeira das relações de terra e trabalho e a luta por direitos do campesinato de Conceição do Mato Dentro – MG. 203 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

FERDINAND, Malcom. *Uma ecologia decolonial:* Pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu Editora, 2022, 320 p.

FERRARI, Júnia; FONTES, Renato; CARNEIRO, Karine; MICHELOTTI, Fernando; SILVA, Giliad de Souza. *Neoextrativismo em territórios minerados.* In: XX ENANPUR, 23-26 maio 2023, Belém. Anais [...]. Belém: ANPUR, 2023. Disponível em: https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/07/sl-33.pdf. Acesso em: 12 dez. 2024.

GERHEIM, Ana Carolina M;. *Deslocamento involuntário e reassentamento: conflitos e complexidades na busca de alternativas*. Dissertação (Mestrado em Análise e Gestão de Políticas Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, Rio de Janeiro, 2021, 40p.

GESTA/UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. *Transformações socioambientais e violações de direitos humanos no contexto do empreendimento Minas-Rio em Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim, Minas Gerais.* Estudo preliminar – GESTA/UFMG, PoEMAS, Coletivo Margarida Alves de Assessoria Popular, MAM, REAJA. Outubro de 2018.

GOMIDE, Caroline Siqueira; *et al.* (orgs)*. Dicionário crítico da mineração.* Marabá: Guana Editorial, 2018.

KRUSE, B. C.; CUNHA, L. A. G. Reflexões críticas acerca do desenvolvimento (in) sustentável. *Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Seropédica*, v. 15, n. 3, p. 5-30, 2021.

LEUZINGER, Marcia D.; SILVA, Solange T. da. O princípio da participação e a criação e gestão das áreas protegidas na perspectiva do direito ambiental global. *Revista de Direito Internacional*, v. 14, n. 3, 2017, p. 134-146.

MILANEZ, B.; LOSEKANN, C.. *Desastre no Vale do Rio Doce*, 2016.

MOORE, Jason W. Introdução. *In*: MOORE, Jason W. (org.). *Antropoceno ou Capitaloceno?* Natureza, história e a crise do capitalismo. São Paulo: Elefante, 2022. p. 12-24.

NACAB - NÚCLEO DE ASSESSORIA ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS POR BARRAGENS. *Ofício nº 084.2023. Relatório Técnico n° 004/2023* **-** Análise da situação socioeconômica, socioambiental, sociocultural, psicossocial e de direito à moradia adequada das famílias estabelecidas em ativos da Anglo American para reassentamentos rurais – Fazenda Piraquara e Fazenda Simão Lavrinha. Conceição do Mato Dentro, 2023a, 157 p. Disponível em: https://nacab.org.br/notas-tecnicas/. Acesso em: 17 mar. 2025.

NACAB - Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens. *Ofício nº 098.2023. Nota Técnica nº 012/2023* - Análise de efetividade do Programa de Reestruturação Produtiva. Conceição do Mato Dentro, 2023b, 55 p. Disponível em: https://nacab.org.br/notas-tecnicas/. Acesso em: 20 mar. 2025.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. *Guidelines on aid and environment No. 3* - Guidelines for aid agencies on involuntary displacement and resettlement in development projects. Paris, 1992.

ONU. Declaração do Rio de Janeiro. *Estudos Avançados*, v. 6, n. 15, agosto de 1992.

OSTROM, Elinor. Governing the Commons: the Evolution of institutions for collective action. Cambridge University Press, 1990.

RIBEIRO, Job A. G.; CAVASSAN, Osmar. Os conceitos de ambiente, meio ambiente e natureza no contexto da temática ambiental: definindo significados. In: *Góndola, Enseñanza y Aprendizaje de las Ciencias*, v.8, n.2, jul/dez 2013, p.61-76.

SVAMPA, Maristella. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina:* Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019, 192 p.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Prefácio: o recado da mata. *In*: KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu:* palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 11-41

CAPITALOCENO E O COLAPSO DOS MODELOS SUSTENTÁVEIS
Uma perspectiva crítica da paisagem do Parque Estadual dos Pireneus em Pirenópolis/GO

CAPITALOCENE AND THE COLLAPSE OF SUSTAINABLE MODELS
A Critical Perspective on the Landscape of the Pireneus State Park in Pirenópolis, Goiás

Isabela Fernanda Veiga[1] e Wagner de Souza Rezende[2]

Resumo
Este artigo objetiva mapear e descrever o colapso do urbanismo sustentável diante do Capitaloceno na cidade de Pirenópolis-Goiás, através da análise da relevância dos parques regionais como instrumento de conservação e acesso à justiça ambiental. Aproximando a crise sistêmica da política ecológica às discussões teóricas sobre o potencial de ruptura do Capitaloceno, este estudo discute, através do mapeamento dos atores envolvidos no processo de produção e uso do território, os impactos da urbanização extensiva no Cerrado goiano. O Parque Estadual dos Pireneus, instituído em 1987, ainda com limites territoriais não consolidados, revela, na sua dinâmica territorial, a expansão dos movimentos exploratórios, como o neoextrativismo, induzindo a expulsão e a desterritorialização de grupos minoritários. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, que faz uso da análise documental como ferramenta para mapeamento das controvérsias institucionais oriundas do debate acerca dos indicadores sociais relacionados à crise ambiental e ecológica na região Centro-Oeste do Brasil.
Palavras-chave: Capitaloceno; paisagem; neoextrativismo; Parque Estadual dos Pireneus.

Abstract
This article aims to map and describe the collapse of sustainable urbanism in the face of the Capitalocene in the city of Pirenópolis-Goiás, through an analysis of the relevance of regional parks as an instrument of conservation and access to environmental justice. Bringing the systemic crisis of ecological policy closer to theoretical discussions about the potential for rupture of the Capitalocene, this study discusses, based on the mapping of the actors involved in the process of production and use of the territory, the impacts of extensive urbanization in the Cerrado of Goiás. The Pireneus State Park, established in 1985, with territorial boundaries that are still not consolidated, reveals, in its territorial dynamics, the expansion of exploratory movements, as neo-extractivism, leading to the expulsion and deterritorialization of minority groups. Methodologically, this is a qualitative study that uses documentary analysis as a tool for mapping institutional controversies arising from the debate on social indicators related to the environmental and ecological crisis in the Central-West region of Brazil.
Keywords: Capitalocene; landscape; neo-extractivism; Parque Estadual dos Pireneus.

1 Arquiteta e Urbanista pela Universidade Estadual de Goiás (UEG/2020). Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Projeto e Cidade pela Universidade Federal de Goiás (PPG Projeto e Cidade/FAV/UFG).
2 Professor Adjunto da Universidade Federal de Goiás (UAECSA/UFG). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Projeto e Cidade (PPG Projeto e Cidade/FAV/UFG). Doutor em Urbanismo Contemporâneo (Projetos Urbanos) pela FAU/Mackenzie e Mestre em Teoria da Arquitetura pelo NPGAU/UFMG. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela EA/UFMG.

Introdução

Frente às novas condições resultantes das transformações físicas do ecossistema, ocasionadas sobretudo por meio da prática de princípios norteadores do capitalismo, emergem novas interpretações das causas da instabilidade climática. A legitimação dos impactos ambientais decorrentes da interferência humana na natureza, rompe com conceitos anteriormente difundidos no campo da ciência e estabelece uma nova correlação entre a atual crise ecológica e a sucessão do Holoceno por uma nova época geológica. O Antropoceno reconhece a organização e modo de viver da humanidade como força geológica prejudicial aos ecossistemas e às próprias condições de vida (Crutzen e Stoermer, 2000). A ideia do Antropoceno possibilitou debates e narrativas complementares, ou por vezes divergentes, de seus princípios norteadores, suscitando novos modelos e implicações teóricas (Bonneuil e Fressoz, 2024). O Capitaloceno, neologismo derivado de capital e Antropoceno, é o termo adotado para se referir ao estado de colapso consequente de ações antrópicas que direcionam e o colocam como agente causador da crescente degradação do ecossistema (Moore, 2022).

O Capitaloceno atribui à soma das ações de uma minoria dominante a responsabilidade das mudanças climáticas e transformações geomorfológicas. Entendimento em que a natureza é submetida às dinâmicas capitalistas, atestando por meio da paisagem seu desequilíbrio ecológico. O desafio enfrentado é produto direto de novos movimentos e dinâmicas exploratórias, como o neoextrativismo referente ao pós-extrativismo colonial, um modelo socioterritorial, como afirma Svampa (2019). Princípio originado durante a escalada de governos progressistas na América Latina, abrange as práticas tradicionais de extração e amplia a exploração para campos territoriais, políticos e econômicos. Segundo Marques (2015), trata-se de um modelo produtivo associado às práticas de consumo e produção acelerada de excedentes, segundo o qual

> (o) homem, por seu egoísmo tão pouco clarividente em relação a seus próprios interesses, por sua inclinação a explorar tudo que está à sua disposição, em suma, por sua incúria por seu porvir e pelo de seus semelhantes, parece trabalhar para o aniquilamento de seus meios de conservação e a destruição de sua própria espécie. Destruindo por toda a parte os grandes vegetais que protegiam o solo para obter objetos que satisfazem sua avidez momentânea, ele conduz rapidamente à esterilidade o solo que ele habita (...) Dir-se-ia que o homem está destinado a exterminar a si próprio, após tornar o globo inabitável (p.14).

A superexploração da natureza, reforçada pela ausência de diretrizes e regulamentações ambientais que limitem a ação dos processos antrópicos, tem assegurado os desafios referentes à execução do manejo ambiental, potencializando os impactos da ação humana sobre a paisagem, sob o risco de acelerar a problemática natural-ecológica e ocasionar danos permanentes. A consciência destes processos elencados na crise, permite a construção de um mecanismo de debate que simplifica as relações oriundas destes múltiplos cenários e dinâmicas envolvidas entre paisagem, território e conflitos (Acosta, 2018).

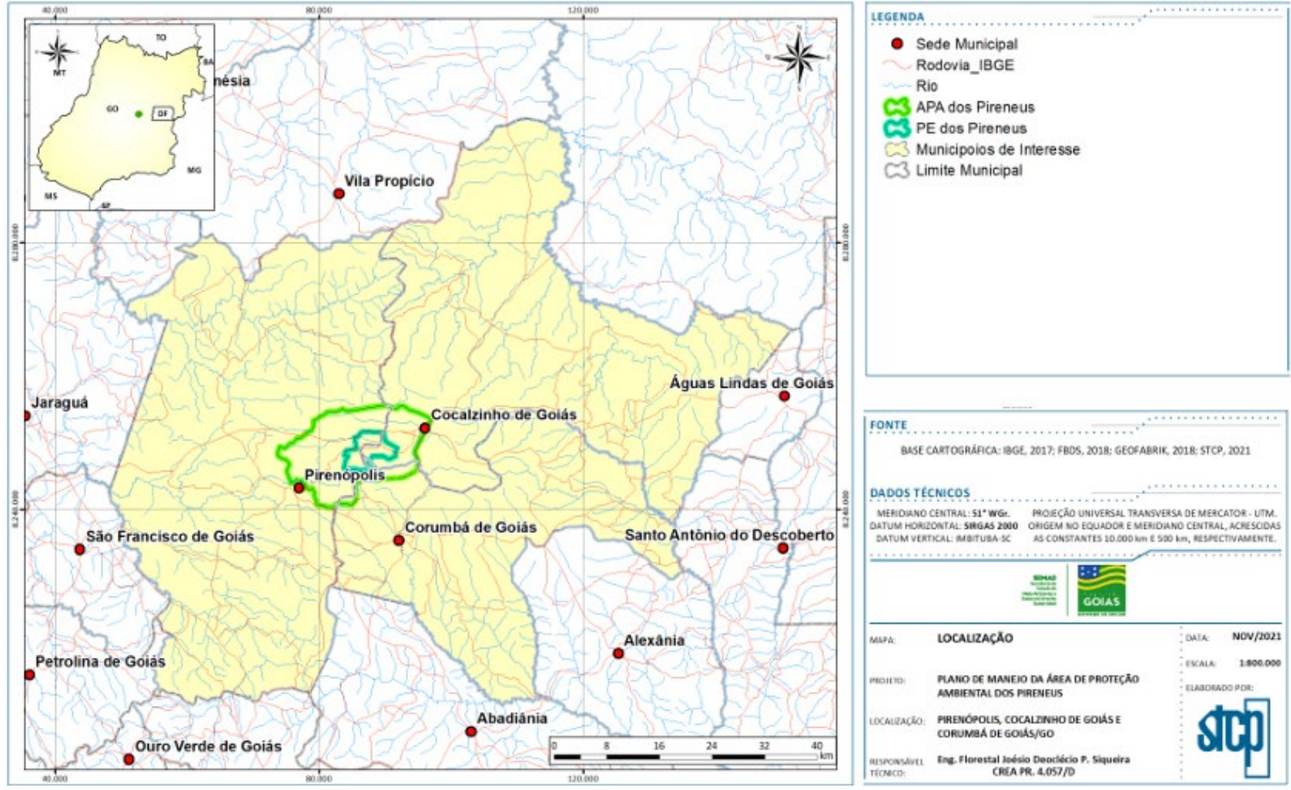
A interpretação proposta nesta pesquisa desenvolve-se a partir da análise crítica da elaboração, e da aplicabilidade, do planejamento ambiental voltado às Unidades de Conservação (UC), bem como dos territórios híbridos que emergem dos processos plurais em constante atuação. O foco recai sobre os limites e potencialidades desses instrumentos diante da intervenção do Capitaloceno nas dinâmicas e arranjos territoriais, evidenciando como tais forças reconfiguram paisagens e intensificam tensões socioambientais. Nesse contexto, destaca-se a insuficiência da implementação do plano de manejo do Parque Estadual dos Pireneus, oficialmente instituído em 1987 e localizado entre os municípios de Cocalzinho, Corumbá e Pirenópolis, em Goiás. A análise busca compreender de que forma a fragilidade desse planejamento contribui para a reprodução de desigualdades e para a vulnerabilidade ambiental do território.

Nesse sentido, a questão que orienta o estudo é: **de que maneira a criação institucional do parque, mesmo na ausência de instrumentos efetivos de gestão democrática participativa, contribuiu para a intensificação de conflitos socioambientais e para a promoção de injustiças ambientais no território?** Esta pesquisa fundamenta-se na hipótese de que a institucionalização do Parque Estadual dos Pireneus, realizada sem mecanismos eficazes de implementação, financiamento e participação social, acabou por reproduzir assimetrias de poder e favorecer a consolidação de lógicas neoextrativistas.

Diante do contexto da formação do parque, interpretamos que, ao invés de garantir proteção e conservação da paisagem natural, o processo de institucionalização redesenhou o espaço, urbano e rural, de forma a tensionar formas democráticas e equitativas de apropriação do território, reforçando práticas de desterritorialização associadas a novas formas de extrativismo. A sobreposição de múltiplas territorialidades e o hibridismo social presentes no parque, longe de serem reconhecidos como elementos de diversidade e riqueza cultural, estão subordinados a interesses que privilegiam a exploração econômica. Assim, o estudo busca compreender como a ausência de mecanismos participativos e de políticas públicas consistentes não apenas fragiliza a gestão ambiental, mas também legitima a reprodução de desigualdades históricas, dificultando o acesso à justiça ambiental e comprometendo a sustentabilidade das dinâmicas territoriais (Lourenço, 2019)

Tomando como referencial a vulnerabilidade da paisagem do Parque Estadual dos Pireneus e seu entorno, tem como objetivo geral compreender os processos que impossibilitam sua não consolidação, as implicações da continuidade desse formato e o colapso dos modelos sustentáveis enquanto política pública alinhada ao Capitaloceno. Identificando os atores e dinâmicas que tensionam o uso democrático do território, examinando os conflitos socioambientais resultantes da reprodução de assimetrias de poder e avaliando possibilidades de justiça ambiental a partir do cenário de desterritorialização acelerada promovida pelos processos neoextrativistas que dominam a região (Sauer, 1998).

Este estudo adota uma abordagem metodológica qualitativa, estruturada a partir de levantamento documental e visitas de campo, que constituem os principais instrumentos de coleta de dados. A investigação se ancora nos conceitos de Capitaloceno e paisagem como dispositivos analíticos para interpretar os múltiplos processos de apropriação da Natureza pelo capital, constituindo paisagens híbridas. A análise evidencia que os modelos de desenvolvimento sustentável vigentes não respondem de forma eficaz às dinâmicas neoextrativistas que incidem sobre os territórios. A contextualização da crise sistêmica e o aprofundamento teórico sobre o Capitaloceno orientam a construção da argumentação, que busca correlacionar suas implicações ao desequilíbrio da paisagem e às barreiras de acesso à justiça ambiental. O percurso metodológico privilegia a verificação sistemática de dados por meio da literatura especializada e de análises críticas que sustentam a fundamentação do trabalho.



A pesquisa mobilizou diferentes ferramentas de investigação, incluindo a análise de produções bibliográficas sobre o Capitaloceno e o exame de documentos relacionados à formação do Parque Estadual dos Pireneus. Esses materiais foram articulados a leituras da paisagem e das dinâmicas territoriais, considerando aspectos de conservação, conflitos socioambientais, turismo e pressões extrativistas no entorno do parque. A metodologia incorporou ainda atos normativos, instrumentos legislativos, pareceres ambientais e produções acadêmicas, compondo uma triangulação entre fontes institucionais, científicas e jornalísticas. Essa estratégia permitiu construir interpretações críticas sobre as transformações da paisagem no contexto do Capitaloceno. Como recurso complementar, o diário de campo foi utilizado como ferramenta essencial para operacionalizar o quadro conceitual e articular narrativas plurais acerca do parque e de suas influências nos territórios adjacentes. Nesse sentido, o exame das dinâmicas territoriais buscou articular observações de campo, registros fotográficos e interpretação documental de modo a evidenciar as disputas em torno do uso, da apropriação e da conservação do espaço.

Assim, com este trabalho pretendemos oferecer subsídios para a reformulação de políticas de conservação que integrem dimensões sociais, culturais e econômicas, além de contribuir para o debate sobre justiça ambiental, neoextrativismo e o papel das unidades de conservação no contexto do capitaloceno na América Latina. Compreendendo como UC sem acompanhamento administrativo adequado configuram espaços de injustiça ambiental afetando diretamente a comunidade local e a preservação da biodiversidade do cerrado rupestre de altitude. que integrem dimensões sociais, culturais e econômicas.

Figura 1 - Localização Área de Proteção dos Pireneus e Parque Estadual dos Pireneus e situação em relação ao estado de Goiás. Fonte: Plano de Manejo Área de Proteção Ambiental dos Pireneus.

Capitaloceno, neoextrativismo e narrativas políticas da paisagem

A noção crítica do Capitaloceno, orientada a partir do discurso das ciências sociais, emerge do pensamento social e político que denomina o capital como o responsável pelos eventos devastadores sobre o planeta. Rompendo com convenções estabelecidas nas discussões do Antropoceno, as diferenças entre as interpretações dos termos extrapolam a esfera semântica. Enquanto no conceito de Antropoceno "subjaz a ideia de a ação do homem molda o sistema Terra" (Marques, 2015), o Capitaloceno fundamenta a incapacidade do Antropoceno em apontar e questionar os atores causadores das atuais interações destrutivas entre sociedade e natureza, por atribuir à humanidade em totalidade a força central da crise sistêmica. A atribuição recai então nas práticas de consumo, cobiça e princípios neoliberais (Matarazzo, 2021).

Jason Moore (2022), um dos principais autores a questionar os princípios elementares do Antropoceno, articula a perspectiva imperialista e decolonial à formação do cenário de instabilidade. Debate que possibilitou a difusão do tema para além do campo científico ao legitimar os recursos de análise do campo político. Seus argumentos evidenciam o percurso do capitalismo e identifica sua gênese de acumulação e produção frente à recursos exploratórios finitos, entendendo-o como uma forma de organizar a natureza, influindo nos processos de transformações físicas do ecossistema. Nas suas palavras,

> [o] colapso do capitalismo hoje é — e ao mesmo tempo não é — a velha história da crise e do fim do capitalismo. O capital progressivamente internaliza os custos da mudança climática, a perda massiva de biodiversidade, a intoxicação, as epidemias e muitos outros prejuízos biofísicos, ao passo que novos movimentos ganham força. Estes desafiam não apenas a distribuição desigual do capitalismo, mas a própria maneira como pensamos a respeito do que está sendo distribuído. Há um esgotamento dessa valoração da realidade empreendida pelo capitalismo que é, simultaneamente, interno ao capital, e abre espaço para novas políticas ontológicas externas ao sistema de valores — e em resposta direta a seu colapso (Moore, 2022, p. XX).

Independente dos agentes causadores do fenômeno, é inegável o avanço de eventos climáticos provocados pela ascensão da crise ecológica e mudanças climáticas, a natureza se torna efeito do humano e suscetível à compulsividade expansiva do capital (Marques, 2015). Os efeitos incalculáveis da continuidade das atuais dinâmicas de ações antrópicas sugerem significativa redução da biodiversidade e uma projeção desbalanceada de distúrbios socioambientais. Replicar este discurso de desenvolvimento dominante é reproduzir lógicas que, segundo Acosta (2017), colocam em risco a existência da humanidade e,

> [...] paulatinamente, a inviabilidade do estilo de vida dominante. O crescimento material sem fim poderia culminar em suicídio coletivo. A concepção – equivocada – do crescimento baseado em inesgotáveis recursos naturais e em um mercado capaz de absorver tudo o que for produzido não tem conduzido nem conduzirá ao desenvolvimento (p.42).

Quanto mais nos aproximamos do contexto latino-americano, onde emergem elementos de decolonialidade do modo socioeconômico atuante, percebemos que os discursos eurocêntricos ou hegemônicos se deparam com dinâmicas sociais e políticas contra hegemônicas, originando rupturas nas noções de território e paisagem. As adaptações a este processo são consequentes da escalada dos círculos viciosos entre ecossistema, práticas sociais e mudanças descontínuas, um reflexo do avanço do capital natural e surgimento de novos regimes extrativistas.

A atual condição ecológica reflete assim as contradições do capitalismo, fundamentando novas abordagens críticas e reformulando alternativas, um pensamento comum entre estudiosos marxistas que explora a inconsistência da continuidade dos ideais neoliberais, correlacionando a resolução da crise ecológica à superação deste sistema. As propostas alinhadas ao capital defendem um consumo consciente e limpo, algo incapaz de ocorrer perante a continuidade do capitalismo, conforme Moore (2022). Segundo este discurso, a ruptura ideológica, proporciona novas lógicas de ação, fundamentais para a consistência e equilíbrio do ecossistema. Este discurso contra-hegemônico sustenta a abordagem ecossocialista, um princípio do pensar ecológico fundamentado a partir dos ideais marxistas (Lowy, 2014).

Apesar do avanço do debate de retomada e preservação do meio ambiente, o prosperar capitalista consolida práticas exploratórias com predomínio na exploração de bens naturais, o conceito de neoextrativismo é elaborado como referência a este processo de caráter extrativista e pós-colonial. Diferentemente do extrativismo tradicional, o neoextrativismo está correlacionado com a escalada de governos progressistas na América Latina, caracterizado para Svampa (2019), como um modelo ativo de captação do excedente institucionalizado pelo Estado com efeitos permanentes no desequilíbrio da redistribuição social. Contudo, o caráter econômico alinhado às práticas de mercado, ocasiona produto similar ao modelo antecessor, com impactos sociais e ambientais semelhantemente negativos.

O neoextrativismo reforçou instituições capitalistas, garantindo ao grupo um maior domínio no território e subordinação do Estado frente ao modelo. A apropriação de recursos naturais através dos extrativismos acentuou a degradação, caracterizando-se como um dos agentes causadores de maior impacto nas atuais transformações dos ecossistemas. Diante da dinâmica de um ecoturismo acelerado, a mercantilização da paisagem torna-se uma política econômica de comodities, um efeito da tendência extrativista de organização do turismo rural justaposto ao urbanismo extensivo (Cruz, 2006).

Anseio dos aglomerados urbanos, a natureza como fonte de atividade econômica pode impulsionar o processo de produção e consumo, promovendo o desenvolvimento local em diferentes escalas. Para mais de gerador de capital, o turismo representa um agente transformador social e do meio ambiente, capaz de envolver as esferas políticas, sociais, naturais e econômicas. A fim de controlar os impactos negativos do intenso consumo e extrativismo no território, a definição de diretrizes reguladoras, é um mecanismo capaz de envolver as esferas socioambientais se elaboradas através de estratégias de planejamento. Para sua efetividade, deve atentar ao desenvolvimento sustentável.

> A paisagem reflete o equilíbrio ecológico ou atesta seu desequilíbrio. Nesse sentido, ela pode representar um fator de estímulo à conservação do entorno ou alerta contra sua degradação, ou ainda, um chamado à sua recuperação. A paisagem pode, assim, ser um sensor da qualidade ambiental. (Emídio, 2006)

A noção de paisagem, a partir desse paradigma, exige uma abordagem democrática, onde o Estado atue como interlocutor de um planejamento democrático. Legitimando a importância de intervenções na natureza que concedam a possibilidade de configurar a paisagem a partir de um referencial socioambiental e de ruptura à mentalidade hierárquica capitalista. A interpretação dos processos de territorialização do espaço

como ponto de partida para o alcance da prosperidade em meio ao colapso ambiental, é instrumento de grande valia para o êxito na elaboração de modelos e diretrizes sustentáveis.

A resistência dos modelos sustentáveis frente ao Capitaloceno

O paradigma moderno responsável por estabelecer as bases das atuais relações socioambientais, moldou as esferas críticas dos campos sociais, colocando homem e natureza em campos opostos ao legitimar o domínio das ações antrópicas sobre o território. Impactos intrinsecamente ligados aos efeitos das dinâmicas do Capitaloceno implicados na paisagem e modo de viver. Baseados nos princípios do capital, o favorecimento às políticas econômicas alinhadas ao sistema de desenvolvimento vigente, ilustram o processo de exclusão e degradação que antecederam a formalização das primeiras UC.

Sob os pilares da preservação são fundamentados modelos sustentáveis cujas projeções estruturais representam as relações sujeito e natureza. Vinculado ao interesse pela preservação, a patrimonialização da paisagem natural propusera a promoção da manutenção das relações territoriais, institucionais e socioambientais. O vislumbre por paisagens intocadas também auxiliou na fundamentação dessa filosofia, ecoando na criação e gestão desses parques. Assim, o manejo ambiental e a garantia de defesa dos ecossistemas buscaram amparar às vulnerabilidades locais e possibilitar a proteção da paisagem morfológica, através do controle de intervenções antrópicas, recuperando áreas de interesse social e científico (Simmel, 2009).

> Os parques regulamentam o espaço, promovendo interações específicas entre o ambiente e a sociedade. Assim, podem ser percebidos sob o foco de diferentes olhares, influenciadas por múltiplas escalas e valores. As diversas identidades do espaço aumentam a complexidade da gestão dos parques. Logo, o conhecimento sobre o conjunto de representações da sociedade sobre essas UC é um componente importante de preservação, pois subsidia um manejo que considera as dimensões humanas dos parques (Pimentel, 2008, p. 54).

Um breve histórico desse contexto no Brasil revela que o SNUC, Sistema Nacional de UC, foi concebido numa tentativa de padronizar técnicas de manejo, categorizar as UC e potencializar seu papel e função de preservação. Diferenciando tipologias definidas e hierárquicas por meio da definição de grupos e controles distintos de conservação. A exemplo dos países pioneiros na criação de parques naturais, a determinação de diretrizes que garantiam a todo cidadão o direito pela preservação e a implantação de instrumentos que viabilizassem sua efetividade, foram inseridas e promulgadas em leis governamentais, onde o Estado se compromete a propiciar sua implementação. A definição dos primeiros Parques Nacionais, deu-se durante a década de trinta e foi intensificada durante a década de oitenta, momento em que as pautas ambientais adquirem relevância no contexto social e político.

A formalização de UC, por sua vez, foi insuficiente para oportunizar sua regularização. Questões externas derivadas do consumo, urbanização e avanço tecnológico acrescem aos fatores mencionados, produzindo impactos ambientais em variadas escalas e contribuindo para a perda de características morfológicas daquela paisagem. Confirmação de que os problemas enfrentados não se restringem aos fatores ecológicos, mas à fatores sociopolíticos e econômicos.



O desequilíbrio de interesses socioambientais e econômicos reforçou interesses corporativos, aliando o Estado ao mercado, através de normativas flexíveis, oferta de subsídios e passividade frente ao avanço degradativo da natureza. Consonante a problemática, as disputas territoriais legitimam políticas favoráveis à dominação sistêmica e atribuições de domínio. Ainda segundo Pimentel (2008), verifica-se uma maior disposição do Estado em instituir novos parques do que efetivamente administrá-los, o desinteresse em assumir as responsabilidades legais e políticas, somados a escassa destinação financeira para as ações de manutenção impedem a consolidação dessas áreas de conservação, ocasionando os denominados “Parques de papel”, entidades formalizadas, mas desprovidas de implementação.

O agravamento do problema se deu pela concepção de áreas de proteção sem o devido estudo e com abstração da territorialidade. As limitações ocasionadas por uma falta de manejo, prejudicaram o monitoramento e a efetivação de suas diretrizes fundamentais. Segundo Salmona, Ribeiro e Matricardi (2014), a implementação dos parques alcança seu êxito apenas se tais diretrizes forem exercidas, devendo contar, com plano de manejo, infraestrutura e fiscalização. Por não estar entre as pautas prioritárias legislativas e pelo alinhamento do Estado à modelos característicos do Capitaloceno, não há comprometimento para efetivar modelos eficazes de preservação e os investimentos são limitados, justificado, segundo Pimentel, pela visão de que as UC podem representar a geração de conflitos.

> Criar UC sem a perspectiva de implantá-las provocam inúmeros problemas regionais, além de prejudicar a relação da instituição e da unidade com as comunidades locais. Dentre esses problemas, podem-se citar: expectativas não-atendidas, desapropriação sem indenização, lucro e produção cessante, desestabilização cultural, déficit tributário pela redução de produção e paralisação do processo de desenvolvimento regional, todas culminando com a insatisfação regional e desgaste do nome e imagem institucionais. (Lima; Ribeiro; Gonçalves, 2005)

Figura 2 - Marco Inicial Parque Estadual dos Pireneus anterior ao cercamento e fiscalização. Fotografia por Ana Paula Oliveira Faria, 2020.

Grande parte desses entraves está relacionado no reforço de políticas neoliberais e na ausência de um planejamento que promova a ruptura desse modelo de desenvolvimento, previamente estabelecido à criação de áreas de proteção, que tendem a criar assimetrias de poder e gerar agravantes que se acumulam limitam a atuação dos parques. Entretanto, o comprometimento com sua consolidação e o cumprimento de suas diretrizes devem solucionar a problemática ao beneficiar variados campos, afastando a associação atual de que as UC são instrumentos ineficazes e vulneráveis.

O monitoramento das condições biológicas e ações diretas nas UC é um instrumento fundamental para a validação de seu plano de ação. As noções de impacto e degradação incorporadas às percepções sociais subsidiam a reparação de medidas implementadas e parâmetros para indicadores de desenvolvimento. O monitoramento dessas interações é, segundo Pimentel (2008), “a principal fonte de problemas para a gestão”. O entendimento dessas múltiplas escalas e processos possibilita a aplicação do conhecimento científico e planejamento de áreas de proteção. A partir desse prognóstico negativo de riscos e vulnerabilidades, as medidas preventivas das UC devem se alinhar às práticas da agenda socioambiental para assim frear com as reconfigurações socioambientais no Capitaloceno.

As multiplicidades da paisagem do Parque Estadual dos Pireneus

Remanescente do cerrado, o Parque Estadual dos Pireneus foi instituído em 1987, com o objetivo de proteger a região serrana e proporcionar a preservação das espécies endêmicas de fauna e flora. Compreendido entre os municípios de Cocalzinho, Corumbá de Goiás e Pirenópolis, o parque possui área estabelecida de 2.833 hectares e acesso direto através dos municípios de Pirenópolis e Cocalzinho. Corresponde a segunda Unidade de Conservação de proteção integral estabelecida em Goiás e é formado por sítios de valor geocientífico, sociocultural e econômico, reunindo um conjunto geomorfológico diversificado com formações rochosas e características singulares do Cerrado rupestre de altitude. Particularidades derivadas de seu relevo e hidrografia, resultantes das características do quartzito e formações rochosas de resistência ao intemperismo e à erosão que contribuíram para as elevações e cachoeiras da região, um atrativo geocientífico, turístico e econômico.

A região é igualmente marcada por uma expressiva dimensão histórica que resgata o período colonial brasileiro, cuja ocupação foi influenciada diretamente por seus aspectos geológicos. O povoamento da área deu-se durante o ciclo do ouro, no século XVIII, junto às bandeiras lideradas por Manoel Rodrigues Tomar. Às margens do Rio das Almas e no entorno do Pico dos Pireneus, estabeleceu-se as Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte, atual município de Pirenópolis. A exploração aurífera iniciada logo após sua descoberta, estendeu-se até o esgotamento do mineral nas décadas seguinte. A pecuária e plantio tornaram-se a principal fonte econômica local, período de estagnação na economia da região, sendo sucedido pela exploração do quartzito e turismo.

A extração iniciada no início do século XX foram instaladas nas atuais zonas de amortecimento do Parque Estadual dos Pireneus, tornando-se a atividade econômica predominantes aos municípios circunscritos em seus limites. Após a construção de Brasília na década de 1960, a reconstrução identitária de Pirenópolis estimulou a crescente do turismo, posteriormente baseada no turismo sustentável e ancorado nas paisagens cênicas possibilitadas pela geomorfologia local. Contudo, “anterior a qualquer legislação que disciplina a atividade de mineração, a exploração de quartzito acumulou, ao longo de pouco mais de um século, um grande passivo ambiental”, conforme Faleiro e Lopes (2011, p.01). A incorporação do turismo, como atividade econômica, evidenciou o processo de degradação natural e fragilidades da paisagem da Serra dos Pireneus. Como forma de mitigar os impactos e possibilitar a sustentabilidade ambiental e cultural, a formalização do parque como unidade de conservação ocorreu através da Lei n° 10.321 e a regulamentação, em outubro de 1997, junto ao Decreto n° 4.830.

> Art. 1º - É criado o PARQUE ESTADUAL DOS PIRINEUS, nos municípios de Pirenópolis, Corumbá e Cocalzinho de Goiás, abrangendo a área dos Picos dos Pirineus, suas serras e encostas. Art. 2º - O Parque criado por esta lei destina-se a preservar a flora, fauna e os mananciais ali existentes, protegendo sítios naturais de excepcional beleza e assegurando condições de bem-estar público. Art. 3º - O Poder Executivo tomará, ainda no corrente ano, as necessárias providências à exata delimitação da área, desapropriações e regulamentação do uso do Parque Estadual dos Pireneus (Goiás, 1987).

A relevância da área contribuiu ainda para a instituição da Área de Proteção Ambiental dos Pireneus, em fevereiro de 2000, por meio do Decreto Estadual n° 5.174, com o objetivo de disciplinar as atividades econômicas locais e ordenar a ocupação do solo, procurando resguardar os recursos ecossistêmicos e conciliar o uso à presença humana. A criação, motivada pela crescente do urbanismo extensivo e turismo desordenado, propunha a regulamentação do ecoturismo, preservação do entorno do Parque Estadual dos Pireneus, melhores condições de vida para a população residente e disciplinar as atividades econômicas locais. A gestão, de competência dos municípios, foi direcionada à Secretaria do Meio Ambiente de Pirenópolis. Apesar da delimitação das UC e direcionamento de gestão administrativa, o Parque Estadual dos Pireneus e a Área de Proteção dos Pireneus nunca foram efetivamente implementados, carecendo de recursos financeiros, infraestrutura e aplicação das normativas.

Embora ainda não tenha sido efetivamente implementado, em 2023, o Poder Executivo do Estado de Goiás, instituiu a SEMAD (Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável), com a atribuição de gerir, executar e fiscalizar as UC do estado. Ao final de 2024, por meio da Portaria nº 75/2024, o plano de manejo do Parque Estadual dos Pireneus foi estabelecido, com zoneamento demarcado, dimensões e medidas definidas e propondo soluções para problemas predominantes. O documento considerou os aspectos culturais da região e a forma de ocupação e uso do território, buscando conciliá-los ao modelo de desenvolvimento sustentável. No entanto, devido a não aplicabilidade das normativas de conservação a partir de sua concepção viabilizou a vulnerabilidade da região, onde os limites indefinidos, a ausência no controle de acesso e ao uso direto, além da prevalência de atividades extrativistas e predatórias em seu entorno, permitiram a prevalência do cenário exploratório, expulsões e a dominância do interesse econômico privado, originando conflitos socioambientais.

As mínimas ações de regulamentação gerenciadas anteriormente pelos órgãos responsáveis pelo manejo e manutenção do Parque Estadual dos Pireneus, foram insuficientes frente aos impactos ocasionados pelo avanço do extrativismo e turismo desordenado. Processo que viabilizou o avanço da degradação e uso incontido do território, interferindo na restrição de direitos e cerceamento do acesso democrático do parque para a comunidade. Deste modo, a influência dos sistemas societários diante da territorialidade pode atuar como instrumento de poder e dominância no espaço e interferir ou direcionar o pertencimento identitário. Em convergência, a desvalorização da representação sociocultural e apropriação da natureza, pode ocasionar resistências e levar a descaracterização do território, como apontado por Andrade (2018), são os



Figura 3 - Detritos da Pedreira da Prefeitura situada na Área de Proteção Ambiental dos Pireneus, Pirenópolis/GO. Fotografia por Ana Paula Oliveira Faria, 2020.

valores simbólicos que possibilitam relações de identidade, assim, o território cultural antecede o território político e econômico. O autor afirma que

> [...] há de se reconhecer que compreender os meandros e as particularidades das relações que regem as sociedades não é tarefa fácil, entretanto, incorporar a ela o propósito de “territorializar” a análise e colocar em evidência os atributos geográficos que influenciam e são influenciados pelos sistemas societários podem ser ainda mais difíceis. Considera-se mais emblemático quando sob tais territórios são impostos mecanismos legais e normativos específicos que restringem o campo de atuação e o uso do território, como é o caso das UC (Andrade, 2018, p. 171).

As limitações ocasionadas por uma falta de manejo, prejudicaram o monitoramento e a efetivação de suas diretrizes fundamentais, consequência de inconsistências que impossibilitou que fosse completamente instituída enquanto unidade de proteção integral. As lacunas ocasionadas pela inaplicabilidade administrativa, por sua vez, estão correlacionadas às ações dos atores que influem nas dinâmicas territoriais e são responsáveis por reforçar vulnerabilidades no processo de conservação e preservação do cerrado rupestre. Condição favorável à continuidade e consolidação de práticas sistêmicas, como o neoextrativismo, através da exploração de minérios, madeira, agropecuária e turismo.

As práticas de exploração dos recursos naturais direcionaram a ocupação local. A exploração aurífera e de quartzito extraídos desde o período colonial de forma rudimentar e em maioria por lavra de céu aberto. O controle não adequado, somado aos séculos de exploração transformaram a paisagem local, por meio da remoção da cobertura vegetal, contaminação dos afluentes e acúmulo de rejeitos e minérios. Resultando em tensões socioambientais que antecederam a delimitação do parque e mobilizaram a comunidade local, como a implosão da Mina do Abade em 1887, após



Figura 4 - Primeira missa realizada no Pico dos Pireneus em 1927. Fonte: Universidade Federal de Goiás. Disponível em: https://festaspopulares.iesa.ufg.br/p/550-a-festa-do-morro-pirenopolis-g

revolta iniciada pela privação das águas do Rio das Almas, por contaminação derivada da exploração indevida de minérios.

A formalização da Unidade de Conservação favoreceu a ampliação dos conflitos, para além do âmbito ambiental, as questões fundiárias, restrições de acesso e conflitos políticos emergiram como novos focos de atrito, reforçando as vulnerabilidades já existentes no processo de conservação. Os embates entre Estado e iniciativa privada pelo domínio do território se prolongaram durante todo o processo de institucionalização. Os proprietários de locais pressionaram pela estruturação de RPPNs - Reserva Particular de Patrimônio Natural, a iniciativa garantiria a permanência das terras pela iniciativa privada, além de incentivos fiscais e financeiros para estimular a preservação ativa da biodiversidade do cerrado rupestre. Contudo, a liberação não foi concedida para todas as unidades e o Estado deu continuidade no modelo de preservação integral. Parte da iniciativa privada conseguiu frente ao IBAMA a permissão para a criação de RPPNs, as alegações eram pautadas em menções à outras UC, que após desapropriadas não tiveram subsídio suficiente podendo ser classificadas como “Unidades no Papel”, àquelas criadas pelo poder público sem acompanhamento administrativo e que houvesse continuidade em investimentos necessários para sua consolidação (Salmona, Ribeiro e Matricardi, 2014).

A política fundiária, urbana e rural, perdurou pelas décadas seguintes, fator de discussão que ainda se põe como empecilho para a gestão territorial. A ausência de infraestrutura e demais problemas na gestão alimentaram a narrativa dos proprietários das áreas do entorno como aspectos negativos à ocupação. Uma recente reformulação das diretrizes e conselho atuante busca solucionar ou minimizar a problemática, a instalação de pontos de infraestrutura, controle no acesso e regulamentação de atividades nas áreas internas do parque, estão entre as ações iniciais para controle e efetivação do Parque Estadual do Pireneus. Apesar do esforço, as novas dinâmicas socioespaciais multiplicaram os agentes, impactos e modelos de atuação na Área de Proteção dos Pireneus. A apropriação da região pelo neoextrativismo e o alinhamento do plano de

manejo às políticas neoliberais ocasionam um desterritorialização e paisagens frágeis com fachadas favoráveis à exploração intensiva.

> Para minimizar ou mesmo evitar tais impactos sobre as UC são definidas as zonas de amortecimento (Zas), que constituem áreas-tampão em torno das unidades, onde as atividades humanas são regradas tendo em vista a manutenção dos processos ecológicos no interior da unidade. A ZA não faz parte da UC, tampouco impede o desenvolvimento de atividades econômicas junto a ela, nem requer desapropriação das terras. Mas a ZA é essencial para o manejo da UC, pois possibilita ao gestor da unidade definir um zoneamento do entorno nos limites da ZA, estabelecer medidas de controle e negociar com as comunidades locais sobre o uso dessa área (Ganem, 2015).

Paralelo às disputas fundiárias, as normas de proteção integral do parque romperam com tradições culturais e práticas populares enraizadas. As restrições impostas, visando a conservação do cerrado, limitaram manifestações populares comumente realizadas no território do parque, como a Romaria em Louvor à Santíssima Trindade, comumente intitulada como Festa do Morro. A tradição, iniciada em 1927, foi impactada com a imposição de limitações à realização de práticas tradicionais do evento. Diante dos impasses e descontentamento em detrimento da desconsideração dos valores culturais e devoção da comunidade, os romeiros se organizaram e instituíram uma Associação de Romeiros, em 2016, negociando diretamente com a administração do parque a continuidade do evento. A mobilização da comunidade teve como desfecho a promulgação da Lei Estadual n°22.569, em 2024, que reconheceu o evento como Patrimônio Imaterial de Goiás e instituiu bases legais que asseguraram sua continuidade.

Desse modo, como forma de controle espacial e influência nas relações sociais, a territorialidade pode atuar como instrumento de poder e dominância no espaço e pertencimento identitário. Em convergência, a desvalorização da representação sociocultural e apropriação da natureza, pode ocasionar resistências e levar a descaracterização do território, como apontado por Andrade (2018), sendo os valores simbólicos que possibilitam relações de identidade, assim, o território cultural antecede o território político e econômico.

Assim, as disputas territoriais, conflitos ambientais e as resistências contra os atuais processos de desenvolvimento local, explicitam a crise ecológica e seus atores, evidenciando a importância de uma organização na dimensão espacial que desafiem os preceitos convencionais de apropriação do território. A partir desse princípio compreende-se que os conflitos ambientais devem atuar como atores sociais, fazendo-se necessário a participação da comunidade e elaboração de um planejamento que contemple princípios socioambientais. Modelo que deve considerar o parque como local para discussão de práticas sociais, tendo como princípio central a articulação ética entre a preservação da biodiversidade e sociedade.

Nesse contexto, a recente aprovação do plano de manejo representa um avanço institucional. Sua efetividade depende da capacidade real de implementação, da alocação de recursos humanos e financeiros compatíveis com as demandas da unidade e, sobretudo, da vontade política de enfrentar os interesses consolidados que se beneficiam da fragilidade do poder público. Para que essa articulação se concretize, é imprescindível superar a lógica setorial que historicamente separou a gestão ambiental das dinâmicas sociais e econômicas locais.

Algumas considerações acerca do colapso dos modelos sustentáveis

O contexto de ruptura e as novas condições consequentes das transformações da natureza, fomentaram o surgimento de interpretações capazes de compreender a gênese da instabilidade climática e sua relação direta com os princípios estruturantes do capitalismo. A validação do Capitaloceno enquanto fenômeno antrópico e correlacionado com a crise ecológica rompeu com paradigmas tradicionais e imputou às dinâmicas capitalistas a responsabilidade do desequilíbrio ecológico e subjugação da paisagem. A elaboração de modelos sustentáveis, em teoria, propôs alternativas aos impactos negativos no ambiente, contudo, o alinhamento de princípios de desenvolvimento resultou em um reforço às práticas neoextrativistas ao reafirmar o Capitaloceno.

As significativas reconfigurações no território do Parque Estadual dos Pireneus ocasionadas em decorrência de pressões antrópicas associadas às políticas neoliberais, implicaram novos desafios à sua gestão ambiental. A conversão da natureza como bem econômico reforçou a expansão de atividades neoextrativistas na região e de um modelo de urbanismo extensivo que acentuou a degradação e ocasionou a incorporação de um processo de “turistificação” na área. Dessa forma, a degradação ambiental avançou, à medida que o acesso democrático e uso direto do parque enquanto bem comum, tornava-se restrito à comunidade. Por sua vez, a proteção formal do território não impediu a permanência de dinâmicas exploratórias, revelando os limites de uma conservação dissociada de enfrentamentos estruturais.

Alinhada às discussões conduzidas neste trabalho, a premissa é de que a regulamentação do território não pode se limitar à produção de normas, mas deve estar vinculada a políticas socioambientais efetivas, capazes de articular Estado, comunidade e paisagem. As intervenções devem ser precedidas de planejamento, gestão participativa, fiscalização contínua e investimento institucional, instrumentalizando a legislação de modo a impedir que o interesse econômico se sobreponha à conservação. Alternativa de orientação às dinâmicas que atenuam os impactos do neoextrativismo a partir do Capitaloceno e desencadeada por atores externos e processos de acumulação capitalista. Desafio que reside no domínio não exclusivo do poder público e submisso ao capital, barreira para a garantia da efetividade do planejamento socioambiental.

Ao aplicar as normativas, o plano de ações deve considerar a relação comunidade, território e paisagem, percepção indispensável para a organização de uma rede de relações sociais que abranja variados campos e escalas espaciais e temporais para a construção do território. Uma mudança estrutural na relação entre Estado, sociedade e território, baseada na transparência na gestão, participação efetiva dos atores locais, investimento em infraestrutura e fiscalização, e a adoção de uma nova racionalidade socioambiental que subordine o curto prazo dos interesses econômicos à manutenção da conservação e preservação de ecossistemas.

Referências

ACOSTA, Alberto. O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução: Tadeu Breda. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

ACOSTA, Alberto; BRAND, Ulrich. Pós-extrativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista. São Paulo: Editora Elefante, 2018.

ANDRADE, E. A. Gestão territorial e conflitos socioambientais no Parque Estadual dos Pireneus (GO). 2018. 535 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

BONNEUIL, Christophe; FRESSOZ, Jean-Baptiste. O acontecimento Antropoceno: a Terra, a história e nós. Campinas: Editora Unicamp, 2024.

SALMONA, Y.; RIBEIRO, F.; MATRICARDI, E. Parques “no papel” conservam? O caso do Parque dos Pireneus em Goiás. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v. 34, n. 2, p. 295–310, 2014.

CRUTZEN, P. J.; STOERMER, E. F. The “Anthropocene”. The IGBP Global Change Newsletter 41, 2000, p. 17–18.

CRUZ, Rita de Cássia A. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. 2006, Anais. Buenos Aires: CLACSO/ Universidade de São Paulo, 2006.

EMÍDIO, Teresa. Meio ambiente & paisagem. São Paulo: Editora SENAC, 2006.

FALEIRO, Flávio Fernandes; LOPES, Luciana Maria. Aspectos da mineração e impactos da exploração de quartzito em Pirenópolis-GO - DOI 10.5216/ag.v4i11.11968. Ateliê Geográfico, Goiânia, v. 4, n. 3, p. 148–162, 2011. DOI: 10.5216/ag.v4i3.16655. Disponível em: https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/16655. Acesso em: 7 jun. 2026.

FOSTER, John Bellamy. A ecologia de Marx: materialismo e natureza. Tradução: Maria Teresa Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GANEM, R. S. Zona de Amortecimento em Unidades de Conservação. Legislação e políticas públicas. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. p. 6-9. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/items/58f69aa4-4fd6-447b-a3eb-11b9cd2c94c7. Acesso em: 05 de novembro de 2025.

GOIÁS. Lei Ordinária nº 10.321, de 20 de novembro de 1987. Cria o Parque Estadual dos Pireneus e dá outras providências. *Casa Civil do Estado de Goiás*, Goiânia, 1987. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/85280/lei-10321. Acesso em: 10 nov. 2026.

GOIÁS. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Plano de Manejo do Parque Estadual dos Pireneus. Goiânia: SEMAD, 2024. Disponível em: https://goias.gov.br/meioambiente/wp-content/uploads/sites/33/2024/03/PM_PE-Pireneus_rev02.pdf. Acesso em: 08 de novembro de 2025.

GUDYNAS, Eduardo. Direitos da natureza: Ética biocêntrica e políticas ambientais. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

LOWY, Michael. O que é ecossocialismo? São Paulo: Cortez Editora, 2° Edição, 2014.

LOURENÇO, Daniel Braga. Qual o valor da natureza? Uma introdução à ética ambiental. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

MARQUES, Luiz. Capitalismo e colapso ambiental. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1° Edição, 2015.

MATARAZZO, Gustavo; SALES, Gilberto. Antropoceno e Organizações: Reflexões sobre Governança Ambiental em Unidades de Conservação. Revista Gestão & Conexões, Vol. 9, 2021.

MOORE, Jason W. (org.) Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo. São Paulo: Elefante, 2022.

PIMENTEL, Douglas de Souza. Os "parques de papel" e o papel social dos parques. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2008. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11150/tde-13102008-134757/. Acesso em: 28 de maio, 2025.

SAUER, Carl Ortwin. A Morfologia da Paisagem. In.: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (org). Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro, 1998

SIMMEL, Georg. A filosofia da paisagem. Trad. Artur Mourão. Covilhã, 2009.

SVAMPA, Maristella. As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro eco-territorial e novas dependências. São Paulo: Editora Elefante, 1° Edição, 2019.

PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E MODOS DE HABITAR EM TERRITÓRIOS ENERGÉTICOS
Estudo etnográfico em Candiota/RS

PRODUCTION OF URBAN SPACE AND WAYS OF DWELLING IN ENERGY TERRITORIES
An Ethnographic Study in Candiota, Rio Grande do Sul

Rosilene Oliveira Silva[1] e Luana Pavan Detoni[2]

Resumo
Este artigo apresenta um estudo etnográfico sobre o habitar urbano em Candiota/RS, cidade marcada pela mineração de carvão e pela geração termelétrica. A pesquisa justifica-se pela relevância de compreender os impactos socioespaciais e ambientais em territórios dependentes de combustíveis fósseis, especialmente no contexto do Capitaloceno e da transição energética. O objetivo foi analisar como famílias corporativas vivenciam o cotidiano e constroem vínculos com a cidade. O método articulou observação participante, caminhadas etnográficas, registros fotográficos e diários de campo, em diálogo com atividades de extensão do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, envolvendo mapeamentos e leituras morfológicas. Os resultados evidenciam relações entre trabalho, moradia e pertencimento, além de sensibilidades socioambientais ligadas à poeira, fumaça e ruídos das usinas. Conclui-se que práticas cotidianas, memórias e estratégias adaptativas revelam formas de enfrentar transformações econômicas, urbanas e laborais em contextos de instabilidade.
Palavras-chave: habitar; etnografia; antropologia urbana; planejamento urbano; Candiota.

Abstract
This article presents an ethnographic study of urban dwelling in Candiota, Rio Grande do Sul, a city shaped by coal mining and thermoelectric power generation. The research is justified by the relevance of understanding the socio-spatial and environmental impacts on territories dependent on fossil fuels, especially within the context of the Capitalocene and the energy transition. The objective was to analyze how corporate families experience everyday life and establish bonds with the city. The methodology combined participant observation, ethnographic walks, photographic records, and field diaries, in dialogue with extension activities developed by the Architecture and Urbanism program at the Federal University of Pelotas, including mapping and morphological analyses. The results highlight relationships between work, housing, and belonging, as well as socio-environmental sensitivities related to dust, smoke, and noise from the power plants. It is concluded that everyday practices, memories, and adaptive strategies reveal ways of coping with economic, urban, and labor transformations in contexts of instability.
Keywords: dwelling; ethnography; urban anthropology; urban planning; Candiota.

1 Doutoranda e mestra em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (PPGAnt/UFPel), Mestra em Antropologia pelo mesmo programa (UFPel),especialista em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), licenciada em História e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: rosilenesilva87@gmail.com
2 Doutora em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS). Mestra e graduada em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU/UFPel). Professora na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelota e integrante do Grupo de Pesquisa CNPq Cidade+Contemporaneidade e da Mikripoli (Rede de Pesquisadores de Pequenas Cidades). E-mail: luana.detoni@ufpel.edu.br

Introdução

A cidade de Candiota, localizada na região da Campanha, cresceu à sombra do setor minerário e energético, empreendimento estatal que, desde a década de 1960, reconfigura de maneira significativa as dinâmicas urbanas e sociais do território. A formação do município está vinculada à implantação do complexo termelétrico e minerário, bem como à atuação da Companhia Riograndense de Mineração (CRM), que não apenas transformou a paisagem, mas instituiu modos de habitar, trabalhar e se relacionar com o meio ambiente. A urbanização desenvolveu-se de forma articulada à industrialização energética e minerária, conformando uma cidade polinucleada organizada em núcleos residenciais e operários que expressam a hierarquia do trabalho e as formas de organização social e espacial associadas aos setores elétrico e minerário.

A cidade foi construída a partir da lógica da produção de energia e da extração mineral, evidenciando como o urbano se inscreve em um projeto técnico e político. Nesse contexto, o habitar configura-se, na perspectiva de Michel de Certeau (1998), como prática cotidiana que reinventa o espaço vivido em meio às estruturas que organizam o uso e a circulação na cidade.

Nesse sentido, o artigo articula metodologias etnográficas da Antropologia Urbana e abordagens morfológicas do Planejamento Urbano para compreender o território polinucleado de Candiota, relacionando a produção do espaço urbano às experiências sensoriais, afetivas e modos de habitar. A partir da dissertação A cidade que cresceu à sombra da Usina: sobre o habitar das famílias corporativas na cidade de Candiota/RS (Silva, 2021), desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGANT/UFPel), e do projeto de extensão Planejamento Urbano em Candiota, vinculado ao curso de Arquitetura e Urbanismo da mesma universidade, o estudo evidenciou como formas urbanas, infraestruturas e fronteiras espaciais são apropriadas, narradas e ressignificadas no cotidiano das famílias corporativas.

Nas últimas décadas, Candiota passou a concentrar, de maneira mais evidente, os efeitos das transformações econômicas, políticas e ambientais vinculados à reestruturação do setor energético, à privatização de empresas estatais e às pressões contemporâneas da crise climática. Neste contexto, a transição energética implica considerar não apenas a substituição de matrizes fósseis, mas também a preservação dos territórios e dos modos de vida associados a biomas específicos, como o Pampa, historicamente tensionado por atividades extrativas (UFRGS, 2025).

O fechamento de fases da usina, a redução dos postos de trabalho e a incerteza quanto à permanência nas moradias das vilas operárias produziram um cenário de instabilidade em relação ao futuro urbano da cidade. Durante a pesquisa de campo, realizada entre 2019 e 2020, esses processos se manifestaram por meio de especulações acerca da privatização do complexo carbonífero de Candiota, especialmente a Usina Termelétrica Fase C. Anos depois, tais projeções se concretizaram com a venda da usina à empresa Âmbar Energia, evidenciando como decisões macroeconômicas incidem diretamente sobre o território e sobre as expectativas de futuro dos moradores.

A repercussão da venda tornou ainda mais visíveis as tensões observadas durante o trabalho de campo, demonstrando como processos de desestatização e decisões econômicas em larga escala afetam diretamente o território, repercutindo nas dinâmicas de trabalho, mobilidade e pertencimento entre moradores historicamente vinculados ao setor carbonífero.

Esse contexto evidenciou um conjunto de questões ainda pouco exploradas pela literatura sobre cidades minerárias e industriais. Apesar da ampla produção acerca da mineração, da urbanização industrial e das formas de desenvolvimento associadas ao carvão no sul do Brasil, ainda são escassos os estudos que investigam, sob uma perspectiva etnográfica, como as famílias corporativas experienciam e ressignificam o habitar em um cenário de transição energética e desaceleração das atividades termelétricas. Permanecem pouco compreendidos os modos pelos quais as práticas cotidianas, vínculos afetivos e sociabilidades locais são reconfigurados diante das transformações econômicas e políticas que atravessam Candiota. Essa lacuna analítica fundamenta a realização do presente estudo.

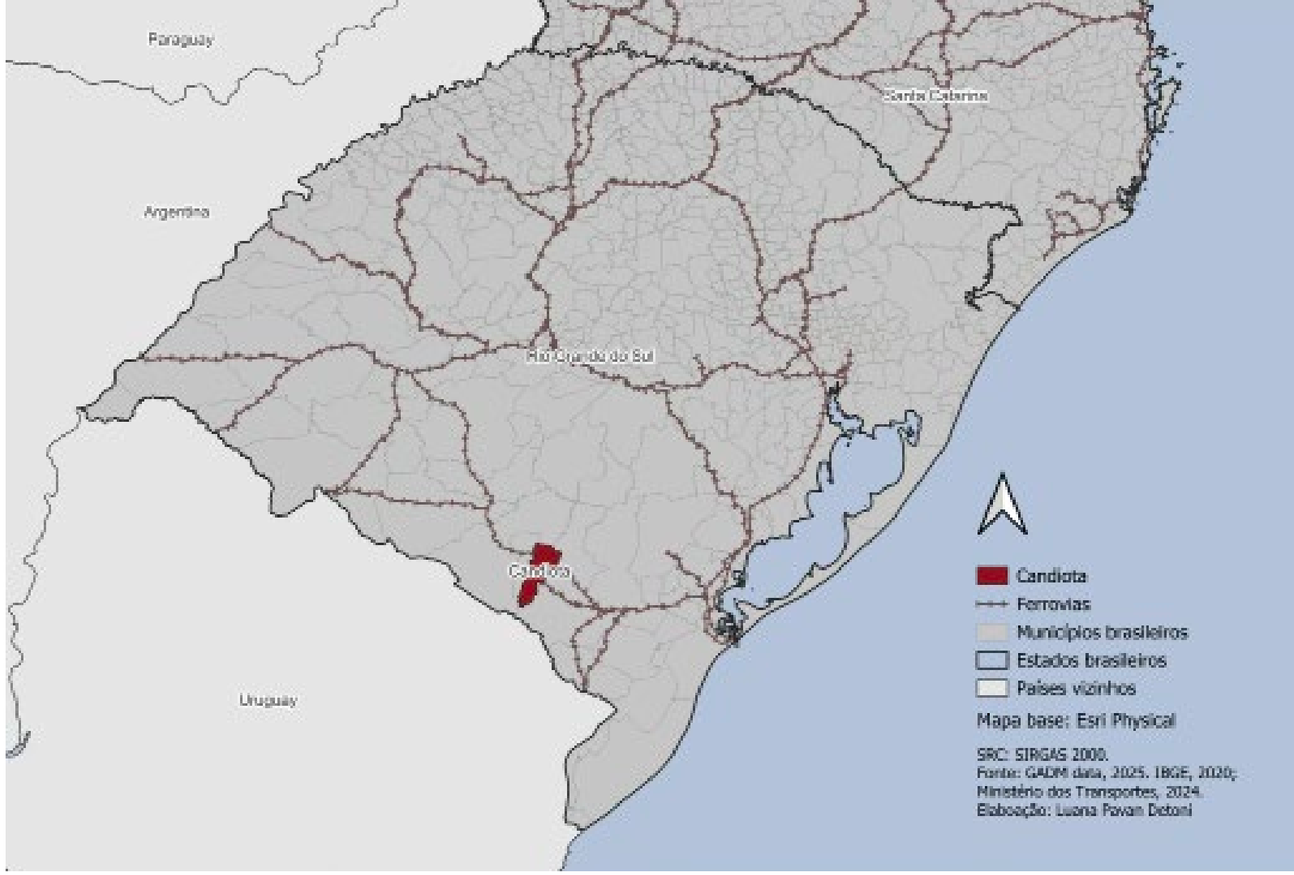
Diante dessa insuficiência, emerge a seguinte pergunta de pesquisa: como os modos de habitar das famílias corporativas evidenciam as transformações urbanas, socioambientais e afetivas em uma cidade moldada pelo carvão, e quais alternativas emergem das práticas cotidianas frente às incertezas da transição energética?

A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender cidades extrativistas no contexto do Capitaloceno, entendido aqui como chave interpretativa para analisar as relações entre urbanização, matrizes fósseis e degradação ambiental. Em Candiota, essas dinâmicas manifestam-se de forma situada, incidindo sobre práticas cotidianas, vínculos afetivos e expectativas de futuro das famílias corporativas diante da crise do carvão e da transição energética. Assim, o município constitui um caso emblemático para refletir sobre como processos globais são vividos localmente e incorporados às experiências do habitar urbano.

O objetivo deste estudo consiste em analisar como as famílias corporativas experienciam e ressignificam o habitar em Candiota diante das transformações urbanas, ambientais e políticas que redefinem o destino do município. Os resultados apresentados neste artigo articulam-se em torno dos seguintes movimentos: (1) descrever o contexto histórico do município de Candiota, relacionado à formação urbana de cidade polinucleada; (2) articular a abordagem teórica e metodológica, etnográfica e morfológica que guia o presente estudo; (3) analisar as práticas cotidianas das Vilas Residencial e Operária, a fim de identificar táticas de habitar, formas de resistência cotidiana e sentidos de pertencimento que emergem nesse contexto.

Contexto Histórico do Município de Candiota

A história de Candiota está diretamente relacionada à consolidação da mineração do carvão mineral e à implantação das usinas termelétricas, atividades que moldaram o espaço urbano, o cotidiano e as relações sociais locais. A ocupação do território iniciou-se no século XIX, associada à pecuária extensiva e à formação das estâncias características do Pampa gaúcho. Ao longo do tempo, a introdução da agricultura e a consolidação das propriedades rurais estruturaram a base econômica e social da região. Posteriormente, a presença de jazidas de carvão mineral conferiu ao município uma nova centralidade produtiva, orientando sua caracterização energética e influenciando os processos de urbanização. A Figura 1 apresenta a localização geográfica de Candiota no contexto do estado do Rio Grande do Sul, na porção Oeste da metade Sul, próxima à fronteira nacional com o Uruguai.



O carvão mineral, base da conformação socioeconômica de Candiota, foi identificado no século XVIII pelo militar francês Emílio Luiz Mallet, durante a Guerra da Cisplatina. Na década de 1850, iniciaram-se os primeiros estudos ao seu aproveitamento sistemático e, em 1863, o Império brasileiro concedeu a primeira autorização oficial para sua lavra. Contudo, foi apenas no século XX que a exploração comercial se consolidou, com a abertura das primeiras minas e a implantação de infraestruturas destinadas ao transporte do carvão. Mais do que marcos cronológicos, esses eventos inauguraram um processo de urbanização extrativista, no qual a organização do território passa a ser ditada pela disponibilidade do recurso mineral. A autorização imperial não apenas permitiu a exploração econômica, mas estabeleceu as bases de uma dependência de matrizes fósseis que configura a identidade e a morfologia de Candiota até os dias atuais, subordinando a lógica do habitar urbano às demandas de um projeto técnico e político de produção energética. Dessa forma, o início da lavra no século XIX pode ser compreendido como o marco zero da inserção de Candiota nas dinâmicas do Capitaloceno, onde a produção do espaço urbano é inseparável da degradação ambiental e da exploração intensiva de recursos.

Nesse contexto, a implantação da ferrovia no distrito do Seival desempenhou papel central na articulação entre a extração carbonífera e os centros urbanos regionais, viabilizando o escoamento da produção e impulsionando a urbanização local. A infraestrutura ferroviária integrou áreas minerárias às dinâmicas econômicas regionais, contribuindo para a consolidação de Candiota como território estratégico no circuito energético e industrial do sul do Rio Grande do Sul. Com o avanço da rodoviarização no Rio Grande do Sul, nas décadas seguintes, entretanto, o modal ferroviário perdeu centralidade, alterando a dinâmica econômica municipal.

Figura 1- Localização do município de Candiota. Fonte: Autoras, 2026.

A década de 1950 marcou uma inflexão significativa no desenvolvimento regional com a implantação da Usina Termelétrica Candiota I. Em 1951, o Decreto-Lei nº 1.523 criou a Comissão Executiva de Candiota, responsável pelos estudos técnicos e pela construção do empreendimento, vinculado ao Plano de Eletrificação Estadual de 1943 (Iphae, 1994). A obra, iniciada em 1953 com participação das empresas francesas Alston, Stein e Roubax, estendeu-se até 1961, quando a usina entrou em operação (Centro da Memória da Eletricidade, 2001). Embora tenha funcionado até 1974, seu impacto sobre a organização espacial e social do município foi significativo, resultando na atração de trabalhadores, na formação de vilas operárias e na consolidação de identidades vinculadas ao trabalho industrial.

O processo de industrialização estruturado a partir da atuação da
Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) intensificou essa transformação, configurando Candiota como um território de dependência econômica e simbólica do setor minerário e energético. A inauguração da Usina Presidente Médici — Fase A, em 1974, e Fase B, em 1985, estabeleceu uma infraestrutura residencial e institucional associada ao trabalho, composta por moradias padronizadas, clubes, escolas, unidades de pronto atendimento e cooperativas. A hierarquia dos postos laborais refletia-se na distribuição espacial das vilas: engenheiros e técnicos residiam na Vila Residencial, enquanto operários e serventes ocupavam a Vila Operária. Essa organização socioespacial pode ser interpretada como expressão de uma lógica de ordenamento territorial vinculada à produção energética, na qual as hierarquias laborais se materializam na configuração urbana. Ao subordinar o desenho da cidade à estrutura de comando da usina, Candiota passou a refletir as relações de poder associadas ao setor carbonífero, contribuindo para a reprodução de distinções sociais e ocupacionais por meio da distribuição desigual dos espaços de moradia e trabalho.

Esse arranjo contribuiu para a configuração de uma cidade polinucleada, composta por sete núcleos: Seival, Dario Lassance, Vila Operária, Vila Residencial, João Emílio, São Simão e Bairro União. A Figura 2 apresenta a disposição espacial desses núcleos, evidenciando a fragmentação territorial e a centralidade das unidades produtivas na organização urbana de Candiota. Tal configuração urbana não decorre apenas da distância física entre os núcleos, mas também de uma lógica de planejamento orientada pelas demandas produtivas da mineração e da geração de energia.

Em 2010, a inauguração da Usina Presidente Médici – Fase C, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), reafirmou o papel estratégico de Candiota na matriz energética nacional. Entretanto, a desativação das Fases A e B, em 2018, provocou forte impacto social entre trabalhadores aposentados e suas famílias, que passaram a relatar a sensação de ruptura de um ciclo histórico associado às gerações corporativas.

A esse cenário se somaram as incertezas relacionadas à privatização da Eletrobras CGT Eletrosul e ao risco de leilão das moradias das vilas, intensificando percepções de insegurança e instabilidade social. A instabilidade gerada pelo desmonte das infraestruturas estatais e pela venda da usina expõe a lógica de descarte intrínseca à urbanização extrativista. No Capitaloceno, o território é explorado enquanto é produtivo para o capital energético e, ao enfrentar a transição, a cidade herda a precariedade e o ônus ambiental. As incertezas das famílias corporativas demonstram que a transição energética não é apenas uma mudança técnica, mas um momento crítico de enfrentamento de um modelo de desenvolvimento que priorizou a extração em detrimento da sustentabilidade dos modos de vida locais. Em 2021, a divulgação da proposta de alienação dos imóveis pela empresa gerou apreensão entre cerca de 1,5 mil moradores das vilas operárias e residenciais, conforme noticiado pelo portal Brasil de Fato (2021). Após anos de incertezas, contudo, as casas foram finalmente doadas



aos residentes em 2025, encerrando um prolongado período de tensão e redefinindo as relações entre Estado, empresa e comunidade local (Tribuna do Pampa, 2025).

Paralelamente, novas empresas passaram a atuar no território, assumindo a operação da Usina Presidente Médici (Fase C) e a Usina Pampa Sul, introduzindo uma lógica corporativa distinta daquela vinculada ao período estatal. O cotidiano das famílias permaneceu marcado pela presença de fumaça, poeira e resíduos provenientes da queima do carvão, compondo uma experiência sensorial frequentemente narrada pelos moradores nas observações etnográficas, como a sujeira constante, o cheiro de enxofre e a necessidade diária de limpeza das casas (Silva, 2021).

O percurso histórico de Candiota evidencia, assim, a estreita relação entre trabalho, habitação e urbanização industrial. O carvão, identificado no século XVIII e explorado comercialmente ao longo do século XX, estruturou não apenas a economia local, mas também as formas de viver, circular e construir pertencimento. Desse modo, compreender o presente urbano da cidade — marcado pela dispersão dos núcleos, pela dependência energética e pela permanência das desigualdades socioespaciais — implica reconhecer como suas trajetórias foram constituídas à sombra de suas chaminés. A compreensão dessa formação histórica e espacial permite avançar para os referenciais que orientam a leitura etnográfica e morfológica das práticas urbanas em Candiota.

Olhares etnográficos e morfológicos sobre o urbano

A etnografia e os estudos de morfologia urbana constituem referências teóricas e metodológicas centrais para compreender as práticas sociais e espaciais que estruturam o cotidiano das famílias corporativas em Candiota. Enquanto a etnografia

Figura 1- Localização do município de Candiota. Fonte: Autoras, 2026.

permite apreender as experiências, narrativas e sensibilidades associadas ao habitar, a morfologia urbana possibilita analisar como as formas espaciais, as infraestruturas e os arranjos territoriais expressam processos históricos, econômicos e socioambientais.

A morfologia urbana compreende o estudo da forma das cidades e de suas relações com os processos sociais e ambientais (Lamas, 1993; Oliveira, 2018). Nesse campo, a forma urbana não é entendida apenas como resultado das dinâmicas sociais, tampouco como elemento determinante da vida urbana, mas como uma dimensão fundamental da cidade, articulada a aspectos culturais, econômicos, políticos, ambientais e temporais (Polidori; Peres; Tomiello, 2020). Tal perspectiva permite compreender a configuração espacial como parte constitutiva das experiências urbanas, evidenciando como infraestrutura, hierarquias espaciais e padrões de ocupação influenciam práticas cotidianas e modos de pertencimento.

No caso de Candiota, a leitura morfológica contribuiu para compreender a constituição de uma cidade polinucleada vinculada à mineração e à geração de energia, na qual vilas operárias, infraestruturas industriais e deslocamentos cotidianos configuram relações específicas entre trabalho, moradia e urbanização. A análise das formas urbanas, associada aos levantamentos realizados no âmbito do projeto de Planejamento Urbano da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPel, permitiu identificar como o espaço urbano materializa hierarquias laborais, dinâmicas de segregação e processos de dependência econômica relacionados ao setor carbonífero.

Segundo José Guilherme Cantor Magnani (2002), o trabalho etnográfico deve produzir conhecimento “de perto e de dentro”, atento às perspectivas dos interlocutores e às formas pelas quais constroem significados sobre o espaço urbano. A etnografia também pode ser relacionada à noção de duração, destacando a importância de acompanhar trajetórias, deslocamentos e temporalidades que moldam a vida urbana. Essa abordagem aparece ao afirmar que o trabalho de campo exige “uma atenção flutuante e uma escuta atenta às narrativas que revelam a espessura da vida cotidiana” (Eckert; Rocha, 2003, p. 4).

No contexto de Candiota, essa perspectiva foi fundamental para compreender como as famílias corporativas constroem continuidades e descontinuidades em seus modos de habitar, especialmente diante das transformações técnicas, territoriais e simbólicas associadas ao carvão e à transição energética. Acrescenta-se ainda a importância de “estranhar o familiar”, sobretudo quando o pesquisador compartilha referências socioculturais com o grupo investigado (Velho, 1981). No caso deste estudo em Candiota, a pesquisadora, ainda no mestrado em Antropologia, compartilhava de experiências com as famílias corporativas; já o grupo de professores e alunos da atividade extensionista não tinham vivência anterior no contexto urbano em questão.

A noção de habitar compreende, segundo Michel de Certeau (1998), percursos, táticas e modos cotidianos de invenção do espaço. Tal perspectiva permitiu compreender como as famílias corporativas reconfiguram o viver em Candiota diante das transformações urbanas, ambientais e políticas. As táticas, entendidas como modos de adaptação e produção de sentidos no cotidiano, evidenciaram como os moradores das Vilas Residencial e Operária lidam com as fronteiras entre casa, trabalho, vizinhança e cidade.

O caminhar como gesto metodológico, associado às proposições de Tim Ingold (2015), destaca a atenção sensível ao percurso e ao espaço vivido. Esse enfoque torna-se particularmente pertinente em cidades como Candiota, nas quais a infraestrutura industrial, os ritmos de trabalho e a presença minerária configuram modos específicos de viver e circular.



1. **Vila Operária.** Fonte: Autores, 2018/2.
2. **São Simão.** Fonte: Autores, 2018/2.
3. **João Emílio.** Fonte: Autores, 2018/2.
4. **Seival.** Fonte: Autores, 2018/2.
5. **Dario Lassance.** Fonte: Autores, 2018/2.
6. **Vila Residencial.** Fonte: Autores, 2018/2.

Somam-se ainda as reflexões a partir de Michel Foucault (1987) sobre espaço, poder e organização do trabalho, fundamentais para compreender como as empresas mineradoras e suas vilas estruturam modos de vida.

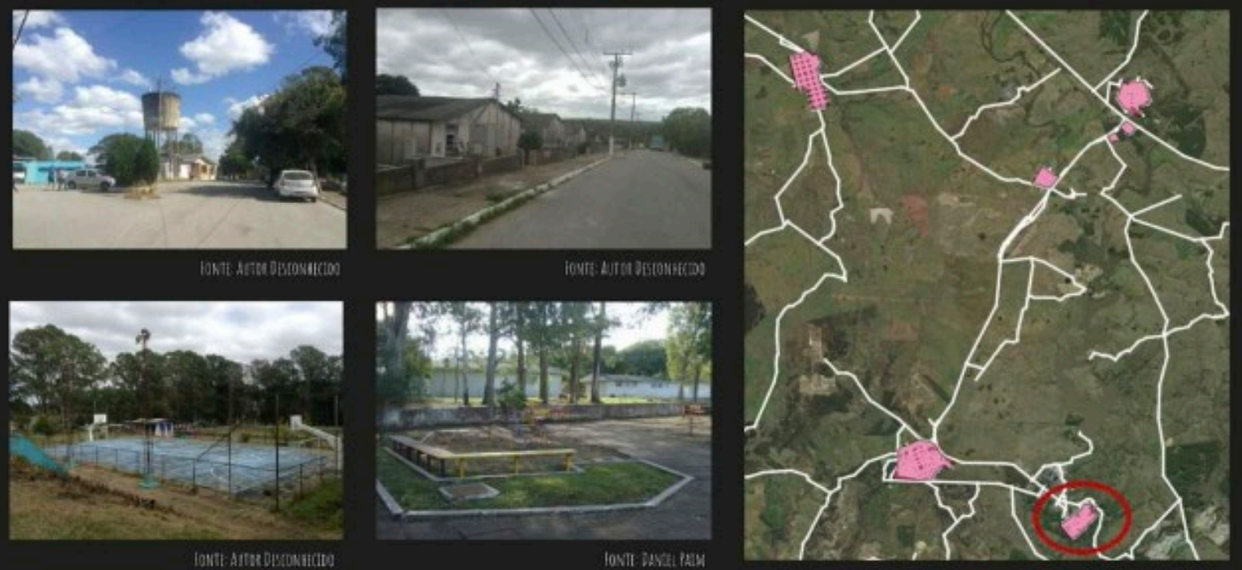
Com base nesse referencial teórico, a metodologia adotada fundamentou-se na etnografia como prática de aproximação, convivência e construção compartilhada de sentidos no campo. Em articulação com as abordagens da morfologia urbana, a pesquisa buscou compreender simultaneamente as experiências cotidianas dos moradores e as formas espaciais que estruturam o território de Candiota.

Além das interações cotidianas da pesquisadora com os moradores, o trabalho de campo articulou-se às atividades desenvolvidas no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPel, orientadas pelos professores Maurício Couto Polidori, Luana Pavan Detoni e Bárbara Hypólito, vinculados ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Entre o segundo semestre de 2018 ao longo de 2019, foram realizados exercícios in loco voltados à análise da forma urbana e das dinâmicas socioespaciais do município.

A pesquisa privilegiou a observação participante, as caminhadas etnográficas, os registros fotográficos e a escuta atenta das narrativas produzidas pelos interlocutores, especialmente nas Vilas Residencial e Operária. O trabalho de campo estruturou-se a partir de gestos interligados — ver, ouvir, caminhar, fotografar e escrever — compreendidos como modos de apreender o território por meio da experiência situada e das materialidades urbanas.

A partir desse percurso teórico-metodológico, tornou-se possível analisar como práticas cotidianas, espacialidades urbanas e vínculos comunitários estruturam

Figura 3 – Registros fotográficos dos núcleos urbanos que compõem o município de Candiota/RS. Fonte: Acervo da disciplina de Planejamento Urbano, FAURB/UFPEL, 2018.



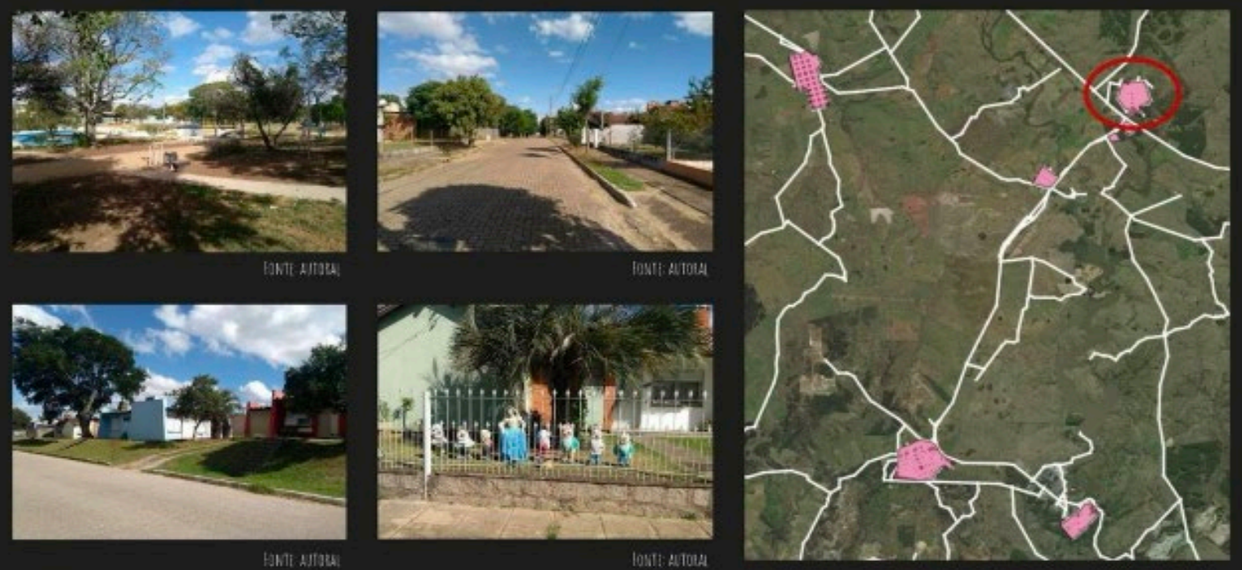


Figura 4 – Vila Residencial, Candiota/RS. Fonte: Acervo da disciplina de Planejamento Urbano, FAURB/UFPEL, 2019.

modos de habitar atravessados pelas transformações do setor energético e minerário. Embora as observações também tenham contemplado outros núcleos urbanos, como Dario Lassance, Seival, João Emílio e Bairro União, a investigação concentrou-se principalmente nas Vilas Residencial e Operária, por constituírem espaços emblemáticos das relações entre trabalho, moradia e urbanização no contexto energético de Candiota.

O habitar das famílias corporativas

Em Candiota, o habitar das famílias corporativas é atravessado pelas relações entre trabalho, infraestrutura energética e organização espacial das vilas. A configuração polinucleada do município, associada à presença das usinas termelétricas e da mineração do carvão, produziu formas específicas de circulação, pertencimento e sociabilidade diretamente vinculadas às hierarquias do trabalho industrial.

O trabalho de campo ocorreu nos núcleos urbanos de Candiota, nos arredores das usinas, nas áreas minerárias e nos trajetos que conectam vilas, rodovias e equipamentos urbanos. Esses espaços foram compreendidos não apenas como cenários, mas como elementos constitutivos da própria produção do dado etnográfico (Silva, 2021). Os registros fotográficos apresentados na Figura 3 evidenciam as distintas ambiências urbanas do município. A praça da Vila Operária revela maior vitalidade urbana, associada à concentração populacional e à intensidade das interações cotidianas. Os núcleos de São Simão e João Emílio destacam-se pelo caráter predominantemente residencial, configurando áreas de uso dormitório. Em Seival, a presença de ruínas remete às camadas históricas de ocupação e às memórias vinculadas a um tempo anterior à atividade minerária. Já Dario Lassance concentra funções político-administrativas, reforçadas pela localização da prefeitura municipal. Por fim, a Vila Residencial expressa de maneira mais evidente a ambiência característica desse

Figura 5 – Vila Operária, Candiota/RS. Fonte: Acervo da disciplina de Planejamento Urbano, FAURB/UFPEL, 2019.

território energético, marcada pela proximidade com as infraestruturas industriais e pelos modos de vida associados ao complexo termelétrico.

As caminhadas etnográficas realizadas nos diferentes núcleos urbanos permitiram observar como as distâncias, os vazios urbanos, a presença e a ausência de infraestruturas interferem nas experiências dos moradores. Caminhar pela Vila Residencial, marcada por ruas arborizadas e moradias padronizadas (Figura 4), contrastava com os percursos realizados na Vila Operária, caracterizada por outras materialidades, sonoridades e dinâmicas de convivência (Figura 5). Acompanhando deslocamentos cotidianos — da casa ao trabalho, da vila ao ponto de ônibus, entre equipamentos urbanos e áreas produtivas —, tornou-se possível identificar redes de solidariedade, ritmos urbanos e formas de apropriação do espaço que revelam como a cidade é vivida e ressignificada por seus habitantes.

As vilas organizam-se segundo hierarquias laborais que espacializam as posições ocupadas pelos trabalhadores no complexo industrial. A Vila Residencial abrigava engenheiros e técnicos, enquanto a Vila Operária concentrava carpinteiros, pedreiros e demais operários. Esse arranjo, identificado nos levantamentos realizados pela turma de Arquitetura e Urbanismo vinculada ao projeto de planejamento urbano, evidencia como o espaço urbano reproduz e materializa uma ordem de trabalho (Silva, 2021). Os relatos coletados demonstram ainda os ritmos de vida regulados pelos deslocamentos cotidianos entre casa e trabalho.

A moradia nas vilas operárias não constituía apenas um benefício funcional, mas integrava um arranjo socioespacial que articulava trabalho, domesticidade e vida comunitária. A oferta de serviços, escolas, pronto atendimento, clubes, áreas esportivas, cooperativas e equipamentos institucionais reforçava a centralidade da usina na organização da vida cotidiana. Nesse contexto, o espaço urbano operava

como extensão das relações produtivas, estruturando vínculos de pertencimento e dependência entre moradores, empresa e cidade.

As experiências narradas pelos interlocutores revelam uma forte dimensão afetiva associada às vilas. Memórias de infância, convivência entre vizinhos, brincadeiras nas ruas e relações de proximidade aparecem associadas à ideia de estabilidade e continuidade. Essas experiências evidenciam temporalidades sobrepostas, nas quais trajetórias familiares, identidades profissionais e vínculos comunitários se entrelaçam ao longo de diferentes gerações.

Ao mesmo tempo, o cotidiano das vilas também é marcado por práticas de adaptação e reinvenção dos espaços urbanos. Pequenas modificações nas moradias, usos informais de ruas e praças, circulação entre os núcleos e apropriações não previstas pelos planejamentos institucionais demonstram modos cotidianos de produzir familiaridade e permanência. Essas práticas revelam como os moradores reinterpretam e transformam os espaços regulados pelas lógicas empresariais, produzindo formas próprias de habitar e circular pela cidade.

As sensibilidades ambientais associadas ao funcionamento das usinas aparecem como um dos aspectos mais recorrentes nas narrativas dos moradores. A presença constante de fumaça, poeira e ruídos integra a experiência cotidiana das famílias, sendo frequentemente descrita como parte inseparável da vida em Candiota. Em alguns relatos, tais elementos aparecem naturalizados como consequência inevitável da atividade minerária; em outros, surgem associados a incômodos, problemas respiratórios e preocupações ambientais.

Os moradores distinguem diferentes formas de poluição, classificadas localmente como “poluição branca” e “poluição preta”, mobilizando saberes construídos a partir da convivência prolongada com o carvão e com as usinas termelétricas (Silva, 2021, p. 28-29). Poeira acumulada nas casas, cheiro de enxofre e necessidade constante de limpeza constituem elementos recorrentes nas observações de campo, compondo uma percepção sensorial específica desse espaço urbano-industrial. Tais percepções sensoriais, classificadas localmente como 'poluição branca' e 'preta', funcionam como a face da crise climática global manifestada na escala do ambiente doméstico. No contexto do Capitaloceno, o cheiro de enxofre e a fuligem nas paredes deixam de ser apenas incômodos locais para se tornarem a evidência física da dependência de matrizes fósseis, evidenciando o custo ambiental da produção energética industrial.

As transformações recentes no setor energético repercutiram diretamente sobre as experiências das famílias corporativas. O encerramento das operações das Fases A e B da usina produziu uma ruptura percebida coletivamente, afetando vínculos de trabalho, perspectivas de permanência e formas de convivência construídas ao longo de décadas. Muitos moradores aposentados referem-se a esse processo como uma desagregação socioespacial das vilas, associando o fechamento das atividades industriais à perda de centralidade econômica e simbólica da cidade.

Nesse contexto, as incertezas relacionadas à privatização das empresas estatais e ao futuro das moradias intensificaram percepções de insegurança e instabilidade. As mudanças no setor energético reconfiguraram territorialidades, pertencimentos e expectativas de futuro, especialmente em um município historicamente estruturado pela mineração e pela geração de energia.

Candiota exemplifica processos característicos do Capitaloceno, nos quais cidades dependentes de matrizes fósseis enfrentam os efeitos sociais, ambientais e econômicos da transição energética. Diante desse cenário, as famílias corporativas mobilizam memórias, redes de solidariedade e práticas comunitárias como formas de enfrentar o declínio dos postos de trabalho e as incertezas sobre o futuro urbano.

A vitalidade das sociabilidades locais, o cuidado com os espaços compartilhados e a permanência de vínculos comunitários revelam modos de resistência cotidiana que ultrapassam interpretações estritamente econômicas sobre a crise do carvão. As narrativas produzidas pelos moradores oferecem, assim, elementos para pensar o planejamento das cidades energéticas e minerárias a partir das experiências daqueles que vivem diretamente as transformações do ciclo energético e industrial.

Considerações Finais

O presente estudo buscou compreender como o habitar urbano em Candiota se constituiu a partir da articulação entre trabalho, moradia e práticas cotidianas em um território historicamente marcado pelo ciclo minerário e energético. As experiências das famílias corporativas evidenciaram que o espaço urbano não pode ser compreendido apenas como resultado de políticas estatais ou decisões técnicas, mas como campo de significações continuamente produzido pelos sujeitos que vivem, percorrem, narram e reinterpretam a cidade e suas transformações.O estudo atingiu seu objetivo ao demonstrar que o habitar em Candiota é uma forma de permanência cotidiana às instabilidades do Capitaloceno.

O percurso metodológico, fundamentado na observação participante, nas caminhadas etnográficas e na escuta das narrativas dos moradores, permitiu compreender as Vilas Residencial e Operária como um arranjo socioespacial que materializa simultaneamente hierarquias laborais, formas de convivência e modos específicos de pertencimento. As práticas cotidianas observadas — capazes de desconfigurar usos institucionais, fronteiras urbanas e espacialidades planejadas — mostraram-se centrais para compreender a produção do urbano em Candiota, evidenciando táticas por meio das quais os moradores enfrentam as imposições e incertezas de um território moldado pela mineração e pela geração de energia.

Ao longo do trabalho de campo, tornou-se evidente que as transformações recentes do setor energético — como o fechamento de unidades,os processos de privatização, as mudanças na gestão dos empreendimentos e as incertezas relacionadas à permanência nas moradias — incidem diretamente sobre a vida urbana local. Esses processos produziram sentimentos de descontinuidade e instabilidade, afetando modos de vida que, durante décadas, estruturaram sociabilidades, ritmos cotidianos e vínculos comunitários. As experiências narradas pelos moradores revelam, assim, como decisões de ordem macroeconômica são vividas de forma situada, produzindo efeitos concretos sobre territorialidades, expectativas e imaginários de futuro.

O material etnográfico evidenciou ainda que as questões socioambientais constituem a dimensão central do habitar em Candiota. Experiências relacionadas à poeira, à fumaça, aos ruídos e às texturas do carvão compõem atmosferas que atravessam o cotidiano e configuram modos específicos de perceber e qualificar o espaço urbano. Essas vivências expressam dinâmicas próprias de cidades energéticas e minerárias, nas quais trabalho, ambiente e urbanização se entrelaçam na construção de significados e de críticas às dinâmicas produtivas. Ao mesmo tempo, a permanência de redes comunitárias, memórias corporativas e práticas coletivas demonstra a força das sociabilidades locais como formas de enfrentamento das incertezas associadas à transição energética.

Compreender Candiota implicou, portanto, reconhecer a densidade histórica de suas formas urbanas e a complexidade das experiências que constituem seus modos de habitar. Nesse sentido, a interlocução entre etnografia e morfologia urbana mostrou-se fundamental para articular práticas espaciais, formas urbanas e experiências sensíveis produzidas no cotidiano das vilas e dos núcleos urbanos do município.

Por fim, este estudo contribuiu para ampliar as reflexões sobre cidades energéticas e minerárias no contexto do Capitaloceno, evidenciando como práticas espaciais, memórias afetivas e sociabilidades locais tornam-se fundamentais para planejar futuros urbanos em territórios atravessados por instabilidades produtivas e desafios ambientais. As trajetórias das famílias corporativas analisadas demonstraram que, mesmo diante de incertezas da transição energética, a cidade permanece como espaço de disputa, permanência e reinvenção cotidiana, oferecendo elementos para repensar o urbano em regiões historicamente dependentes de matrizes fósseis.

Referências

BRASIL DE FATO. *Privatização da Eletrobras pode desabrigar 1,5 mil pessoas em Candiota* (RS). 23 jul. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/23/privatizacao-da-eletrobras-pode-desabrigar-1-5-mil-pessoas-em-candiota-rs\>. Acesso em: 26 nov.2025.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. *Histórico da Usina Candiota I.* Rio de Janeiro, 2001.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer.* Petrópolis: Vozes, 1998.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. O tempo e a cidade: notas para uma etnografia da duração. *Revista de Antropologia*, v. 46, n. 1, p. 1-22, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão.* Petrópolis: Vozes, 1987.

INGOLD, Tim. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição.* Petrópolis: Vozes, 2015.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (IPHAE) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado. *Inventário sobre a Usina Termelétrica Candiota I.* Porto Alegre, 1994.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade.* Lisboa: Dinalivro, 1993.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana.* São Paulo: Terceiro Nome, 2002.

OLIVEIRA, Vitor (Org.) Diferentes abordagens em morfologia urbana: contributos luso-brasileiros Porto: FEUP. Disponível em: https://vitoroliveira.fe.up.pt/pdf/diferentes-abordagens-em-morfologia-urbana.pdf Acesso em: 26 nov. 2025.

POLIDORI, Maurício Couto; PERES, Otavio Martins, TOMIELLO, Fernanda. Modelagem e morfologia urbana com o PeopleGrid. *urbe, Rev Bras Gest Urbana* [Internet]. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20190234. Acesso em: 26 nov. 2025.

SILVA, Rosilene Oliveira. *A cidade que cresceu à sombra da usina: sobre o habitar das famílias eletricitárias na cidade de Candiota/RS.* 2021. 105 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

TRIBUNA DO PAMPA. Moradores das vilas operárias de Candiota recebem doação das casas após cinco anos de espera. Candiota, 2025. Disponível em: <https://www.tribunadopampa.com.br\>. Acesso em: 26 nov.2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. *Acervo da disciplina de Planejamento Urbano – FAUrb/UFPel (2018-2019).* Disponível em: https://planurbfaurbufpel.wixsite.com/inicio/2018-2. Acesso em: 26 nov. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Transição energética justa está entrelaçada à preservação do Bioma Pampa. *Jornal da UFRGS*, Porto Alegre, 2025. Disponível em: https://www.ufrgs.br/jornal/transicao-energetica-justa-esta-entrelacada-a-preservacao-do-bioma-pampa/. Acesso em: 29 dez. 2025.

VELHO, Gilberto. *Observando o familiar.* Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ISSN 2526-7310 PIXO n.37, v.10 outono de 2026

REESTRUTURAÇÃO URBANA E APAGAMENTO HÍDRICO EM CARIACICA/ES
O caso do Rio Formate

URBAN RESTRUCTURING AND WATER ERASURE IN CARIACICA/ES
The case of the forma river

Isabela Teodoro Pinheiro[1], Miguel Ribeiro[2] e Clara Luiza Miranda[3]

Resumo
Este trabalho investiga o processo de supressão hídrica do rio Formate, na Macrorregião Sul de Cariacica (ES), integrante da bacia do rio Jucu. O curso d'água vem sofrendo canalização, poluição e ocupações irregulares, que comprometem sua preservação. A análise parte do período jesuítico, quando ocorreram as primeiras modificações em seu traçado, até a reconfiguração urbana iniciada em 2007 com a implantação da Rodovia Leste-Oeste (BR-471), que intensificou esse processo. A pesquisa, de abordagem qualitativa e documental, combina análise histórica, cartográfica e crítica do discurso urbanístico para investigar como o planejamento territorial sacrifica os recursos hídricos locais. Os resultados indicam cerca de 12 km de canalização e um processo de invisibilização simbólica do rio. Compreende-se o caso do Formate como expressão local da crise socioambiental urbana própria do Capitaloceno, em diálogo com o eixo temático deste dossiê.
Palavras-chave: Rio Formate; Macrorregião Sul; apagamento; planejamento urbano; Capitaloceno.

Abstract
This study investigates the process of water erasure affecting the Formate River, in the Southern Macroregion of Cariacica (ES), part of the Jucu River basin. The watercourse has undergone channelization, pollution, and irregular occupation, threatening its preservation. The analysis spans from the Jesuit period, when the first alterations to its course occurred, to the urban restructuring initiated in 2007 with the construction of the Leste-Oeste Highway (BR-471), which intensified this process. This qualitative, documentary study combines historical, cartographic, and discourse analysis to investigate how territorial planning sacrifices local water resources. Results indicate roughly 12 km of channelization and a process of symbolic invisibilization of the river. The Formate River case is understood as a local expression of the urban socio-environmental crisis associated with the Capitalocene, in dialogue with this dossier's thematic axis.

1 Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFES), Mestra em Arquitetura e Urbanismo (UFES). Email: teodoropinheiroisabela@gmail.com, ORCID: https://orcid.org/0009-0007-5378-0855.
2 Doutorando em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFES), Mestre em Design e Multimédia (Universidade Pedagógica de Maputo, Moçambique/2018). Email: slayribeiro@gmail.com, ORCID: https://orcid.org/0009-0003-4152-7917.
3 Doutora em Comunicação e Semiótica (PUC-SP/2004). Professora no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e no Departamento de Arquitetura e Urbanismo (UFES). Email: claravix50@gmail.com, ORCID: http://lattes.cnpq.br/9723975125785156.

Keywords: Formate River; Southern Macroregion; erasure; urban planning; Capitalocene.

Introdução
Segundo Dean (1996), o ser humano transforma o mundo natural em paisagem, ambientes domesticados, aparados e moldados para atender a algum uso prático ou a padrões estéticos convencionais, ou, de forma ainda mais inquietante, em 'espaço' planícies desertas niveladas por rolos compressores, sobre as quais se manifesta, nas construções humanas, o ápice do narcisismo da espécie. Essa leitura de Dean dialoga diretamente com o debate sobre o Capitaloceno, conceito que situa o capitalismo, e não a humanidade em geral, como motor da atual crise socioambiental e da subordinação da natureza à lógica de acumulação eixo temático ao qual este artigo se vincula. Entre as muitas contradições da formação das cidades brasileiras, está a das águas; nesse contexto, este artigo visa analisar o processo de apagamento hídrico do rio Formate na Macrorregião Sul de Cariacica no Estado do Espírito Santo. Integrante da bacia hidrográfica do rio Jucu, o rio vem enfrentando impactos ambientais relevantes como canalização, poluição e ocupações irregulares nas suas margens, comprometendo sua existência. O rio Formate possui cerca de 40 quilômetros de extensão, sendo seu primeiro percurso localizado no município de Cariacica, na região da Reserva Duas Bocas, seguindo Viana e Vila Velha, onde deságua no oceano Atlântico no Estado do Espírito Santo.

Ao longo de sua extensão, o rio ocupa áreas com usos diversos, desde fazendas a locais de pastagens destinadas à criação de gado, plantação de café e banana; na outra parte é ocupada pelos arranjos urbanos do município (Cariacica, 2013). Os rios capixabas eram utilizados pelos primeiros colonizadores, os Jesuítas, como estradas hídricas, para terem acesso ao território mais interno da capitania do Estado. Estas estradas hídricas eram utilizadas para escoar parte da produção das fazendas do interior, responsáveis por manter o colégio Jesuíta instalado na Capitania do Espírito Santo em meados de 1718 (Bittencourt, 1987).

Nessa época o rio Formate era mais um afluente do rio Jucu, principal fonte de abastecimento do Estado, sendo o Jucu responsável por 80% do abastecimento, especialmente para a Região Metropolitana da Grande Vitória, o que demonstra a importância do rio Formate na formação do território de Cariacica (Pereira, 2011).

Os rios constituem elementos chaves na formação das cidades, dentre eles, o mais relevante o motor de transformação da paisagem; uma vez alterada, de modo articulado, reflete suas alterações sobre os cursos d'água. O rio Formate, assim como demais rios do Estado do Espírito Santo, passou por transformações, expondo mudanças em seus aspectos físicos e ambientais (D'ávila, 2017).

No que se refere aos aspectos físicos, Santos (2022) observa que os usos da terra impactam direta ou indiretamente na bacia do rio. A expansão urbana, sem dúvida, influencia diretamente nas pressões exercidas sobre os recursos hídricos. Isso ocorre porque, além de se instalar em áreas naturalmente destinadas a ambientes fluviais, práticas como a supressão da vegetação, o tamponamento, os desvios, o assoreamento e o despejo de efluentes afetam de forma significativa os cursos d'água (Santos, 2022).

Os rios capixabas não escapam a esse fato e passam pelos mesmos transtornos. Da mesma forma que em outras cidades, a urbanização do estado do Espírito Santo reproduz a mesma regra nacional: intensa, rápida, concentrada e desigual, fatos que criam graves problemas. Nesse contexto, a presente pesquisa tem como objetivo analisar o processo de apagamento do rio Formate no município de Cariacica-ES, examinando

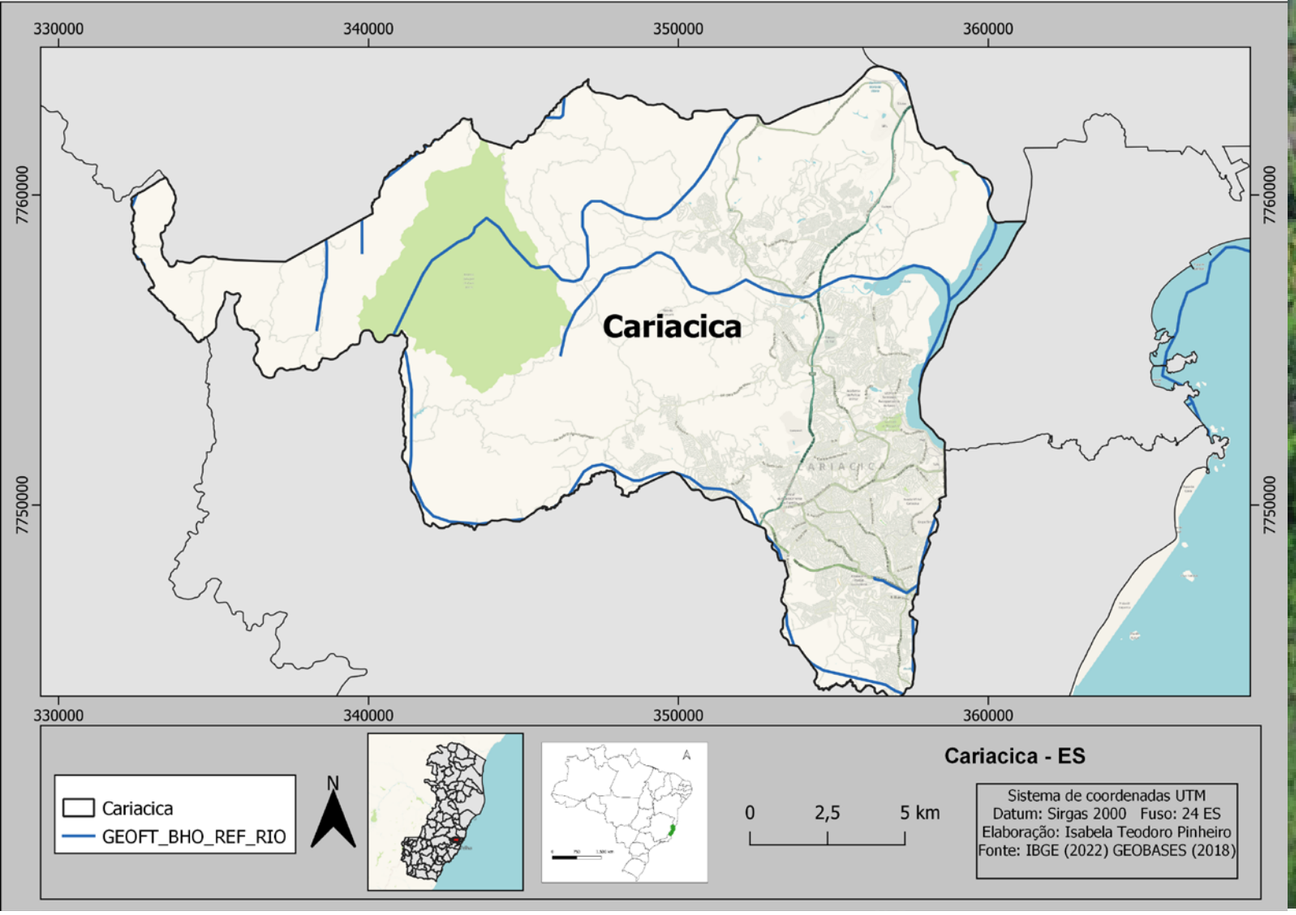


Figura 1 - Mapa de localização rio Formate em Cariacica. Fonte IBGE, (2022). Elaborado pela autora (2025).

as transformações socioespaciais decorrentes do processo de reestruturação urbana no município (Pereira, 2011).

A partir desta análise, procura-se identificar as principais alterações urbanas que favorecem o processo de desaparecimento do rio Formate, sobretudo no que concerne à sua capacidade de se preservar diante dos avanços dessa reestruturação, como as intervenções de canalização, a contaminação, entre outras particularidades que colocam em risco a continuidade do próprio rio e do ecossistema que abriga (Silva et al., 2025).

Revisão de Literatura

Nesta seção, propõe-se verificar o atual processo de degradação do rio Formate, a princípio revisitando seu papel histórico dentro do município. Desta maneira, o referencial teórico apresenta uma análise articulada dos aspectos históricos, socioambientais e técnicos que ajudam a elucidar o fenômeno de apagamento dos rios urbanos, com foco específico no rio Formate.

Rio Formate

O rio Formate fica localizado entre três municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV): Cariacica, Viana e Vila Velha; apesar de passar por estes municípios, o rio é pouco conhecido pelos capixabas e moradores da RMGV. O rio Formate nasce a cerca de 660 m de altitude, na Reserva Biológica Duas Bocas, no município de Cariacica, e percorre aproximadamente 32 km até o rio Marinho e o Canal das Neves (Silva et al., 2025).



Historicamente, as áreas próximas ao leito do rio Formate passaram por ocupações progressivas, impulsionadas pelo aumento populacional, especulação imobiliária e pela negligência de instrumentos de ordenamento territorial capazes de respeitar as zonas de inundação natural. Essas ocupações, muitas vezes clandestinas ou consolidadas sob fragilidades institucionais, promoveram a impermeabilização extensiva do solo, ocasionando o aumento dos picos de vazão durante eventos de chuvas intensas (Silva et al., 2025).

Além da pressão urbana, o rio Formate apresenta desafios significativos no que se refere à gestão integrada de seus recursos hídricos. Parte de sua bacia encontra-se inserida em áreas de conservação ambiental, como a Reserva Biológica de Duas Bocas, fundamental para o abastecimento de água potável de Cariacica e da Região Metropolitana da Grande Vitória (IJSN, 2008). Apesar disso, trechos do rio sofrem com poluição difusa, desmatamento das matas ciliares e lançamento de efluentes domésticos, comprometendo tanto a qualidade da água quanto a biodiversidade associada.

Adicionalmente, o rio Formate é regulamentado por três Planos Diretores Municipais distintos: o de Viana (Lei Ordinária nº 2.829/2016), o de Cariacica (Lei Complementar nº 111/2021) e o de Vila Velha (Lei Complementar nº 65/2018). Esses documentos estabelecem zoneamentos que, em alguns casos, não apresentam complementaridade ou diálogo entre si, resultando em caracterizações divergentes das margens do rio conforme o município em que se situam.

Essa ausência de articulação entre os planos municipais e os mecanismos de gestão repercute diretamente no Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) da sub-bacia do rio Formate, cuja integração ainda é insuficiente, conforme detalhado no Plano Municipal

Figura 2 - Confluência do Rio Formate entre municípios. Fonte: Silva et al., 2025.

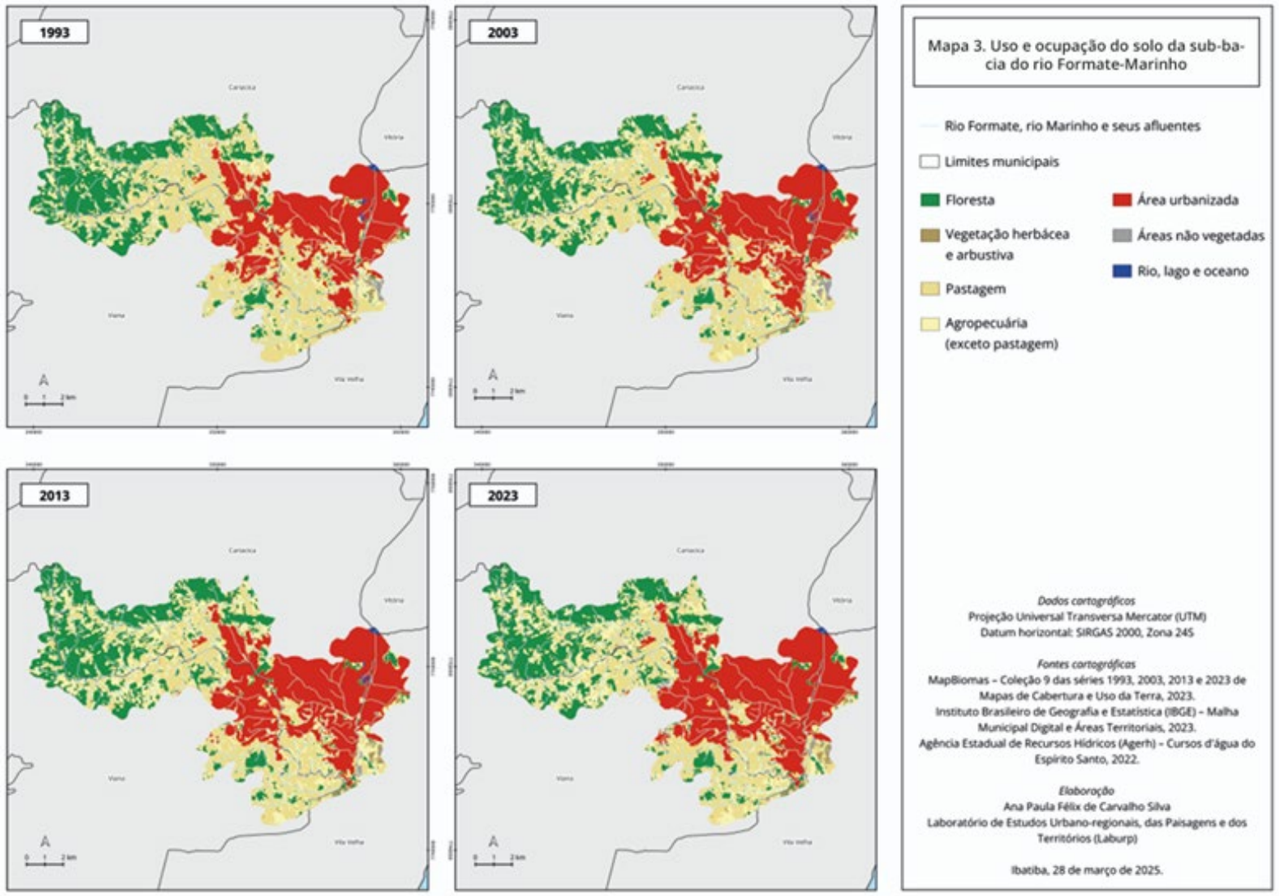


Figura 3 - Evolução do uso e ocupação do solo, bacia do rio Formate. Fonte: Silva et al., 2025.

de Saneamento Básico de Cariacica (2013). Considerando que os rios Formate e Marinho delimitam fronteiras administrativas entre Viana, Cariacica e Vila Velha, observa-se que suas margens frequentemente apresentam condições sanitárias desiguais, evidenciando a necessidade de políticas públicas coordenadas e de uma gestão hídrica integrada que assegure a sustentabilidade ambiental e a equidade no uso dos recursos hídricos.

Dessa forma, o rio Formate configura-se como um território híbrido, no qual se entrecruzam dinâmicas ecológicas, urbanísticas e institucionais que evidenciam as contradições do processo de metropolização da Grande Vitória. Sua trajetória, da nascente em área de proteção integral até os trechos degradados próximos às zonas densamente urbanizadas, expressa a tensão entre preservação e uso intensivo do espaço, marcada tanto pela ausência de articulação entre instrumentos de gestão quanto pela desigualdade socioespacial de suas margens.

Ao mesmo tempo em que se constitui como recurso estratégico para o abastecimento e para a sustentabilidade regional, o rio é vulnerabilizado por práticas que o reduzem a um elemento secundário da expansão urbana. Portanto, compreendê-lo em sua complexidade demanda não apenas a análise de seus aspectos físicos e ambientais, mas, sobretudo, o reconhecimento de que sua gestão integrada é condição indispensável para promover justiça territorial, resiliência hídrica e sustentabilidade no contexto metropolitano capixaba.

Apagamento Hídrico

O conceito de apagamento hídrico refere-se ao processo pelo qual os cursos d'água desaparecem da paisagem urbana devido a intervenções como canalizações, aterros e impermeabilização do solo, resultando em sua marginalização e invisibilidade no cotidiano das cidades. Esse fenômeno está intimamente ligado à forma como as cidades se desenvolvem e se relacionam com seus recursos hídricos (Silva et al., 2025).

Os territórios têm sido progressivamente alterados no decorrer de processos que marcam o crescimento urbano brasileiro. Causa-nos especial preocupação as margens de recursos hídricos, uma vez que estes têm sofrido intensas agressões a ponto de muitas vezes não serem reconhecidos como parte da cidade. Ao serem suprimidos da paisagem, acabam também sendo esquecidos no imaginário coletivo (Almeida; Alvim, 2023).

Borsagli (2016) evidencia que, ao se traçar uma linha histórica acerca das intervenções em rios urbanos, observa-se que as soluções propostas para mitigar os problemas relacionados às águas urbanas tais como o tamponamento, desvio de cursos d'água e a execução de obras de infraestrutura pesada, revelaram-se insuficientes para enfrentar a complexidade desses processos. Ao invés de equacionar os conflitos urbanos e ambientais, tais intervenções contribuíram para intensificar os impactos negativos, seja pela amplificação das enchentes, seja pela degradação dos ecossistemas fluviais e pela desconexão da sociedade com seus cursos d'água.

Cada território carrega sua identidade própria, originada por processos específicos que incidem sobre o ambiente natural, resultando em usos muitas vezes desrespeitosos com o ambiente. Entendemos a presença da água nos espaços urbanos como componente essencial para a manutenção dos ecossistemas, mas também como integrador da sociedade. Do ponto de vista econômico e simbólico-cultural, rios, riachos, lagoas e lagos precisam ser tratados responsavelmente nos processos de expansão urbana, o que de fato não acontece na realidade (Almeida; Alvim, 2023).

Rios Invisíveis da Metrópole Mineira

Para Borsagli (2016), no livro Rios Invisíveis da Metrópole Mineira, o rio é sistematicamente desconsiderado do espaço urbano, ainda que seu traçado fosse amplamente conhecido. Esse processo revela que a modernização da capital mineira implicou não apenas em transformações físicas, mas também em um apagamento simbólico dos cursos d'água, reduzindo-os a obstáculos ao projeto urbano. A relação histórica entre sociedade e rios marcada pela ocupação das margens como locais de atração para o agrupamento humano, foi substituída por uma lógica de negação, na qual a água deixou de ser elemento estruturante do espaço para se tornar um problema a ser contido e ocultado.

A planta cadastral da Cidade de Minas, apresentada ao Governo Estadual em 1895, é um exemplo dessa contradição: celebrada como expressão de vanguarda do urbanismo republicano, buscava se contrapor ao cenário de insalubridade das cidades coloniais, apresentando-se como símbolo de ordem, higiene e progresso. No entanto, tal racionalidade urbanística, ao mesmo tempo em que pretendia exercer um rígido controle estatal sobre o crescimento da cidade, consolidou a invisibilização dos rios como parte de um ideal de modernidade (Borsagli, 2016).

Em 1898, três anos após a planta cadastral ser apresentada, a cidade de Minas foi inaugurada às pressas, com aproximadamente 12 mil habitantes, em sua maioria funcionários públicos, operários e imigrantes; nesta época inicia-se a retificação e a canalização dos córregos da zona urbana, por ordem dos administradores, e o despejo de esgotos passa a ser feito nas águas dos rios. Apesar da incômoda situação sanitária da nova capital, e motivo de preocupação de um dos médicos da diretoria de Higiene

da época, a exposição aos demais cursos d'água que recebem esgotos foi ignorada. E mesmo com a capital apresentando uma população de 15.000 habitantes no período, certamente o pequeno despejo de esgotos já compromete a qualidade das águas do modesto ribeirão, utilizadas para o consumo pelas populações ribeirinhas (Borsagli, 2016).

A construção da rede de esgoto estabelecida para atender a cidade mineira, além de pequena, não possuía continuidade em outros locais; a construção de uma estação de tratamento de esgoto apenas tinha sido mencionada no papel, e dele não tinha saído. Apenas no ano de 1981 seria estabelecida uma legislação ambiental para a gestão dos afluentes, sendo essa direcionada a atender a produção industrial. E os rios urbanos e os demais elementos naturais pagaram mais uma vez um alto preço pelo mau planejamento (Borsagli, 2016).

Segundo o engenheiro Saturnino de Brito, o traçado geométrico e inflexível criado para a cidade nos primeiros anos do século XX não permitia uma harmonia entre as cidades e os seus rios. Outro agravante que vitimava os rios urbanos, um problema antigo e ignorado por parte das administrações municipais nas três primeiras décadas da capital, era o contínuo assoreamento do leito causado pelo carreamento de detritos oriundos da abertura de ruas ainda não calçadas e das construções; a terra movimentada entupia a rede de esgoto, e bueiros também eram carregados para os córregos, tendo como seu destino final o ribeirão Arrudas (Borsagli, 2016).

O ano de 1924 ficou marcado como o início das grandes obras de canalização dos rios urbanos de Belo Horizonte; tal retificação e canalização dos córregos e rios permitiriam a expansão urbana e a valorização dos lotes da região. Para se ter uma ideia, no ano de 1928 foram aprovadas 47 subdivisões, criando no total 1.156 quarteirões e cerca de 14.900 lotes; a estação de esgoto citada acima, conforme diversos relatórios da época, tinha se tornado utopia (Borsagli, 2016).

Além de problemas com despejos de esgoto nos córregos e rios, Belo Horizonte passou a sofrer com as enchentes urbanas, resultado do mau planejamento da cidade; o rápido crescimento urbano, a metropolização e a desordem, o esmagamento dos rios pela pressão urbana dos anos de 1946/1970, os prejuízos e os transtornos causados à população trouxeram novamente à tona a questão das águas urbanas, até então esquecidas pela população e o poder público (Borsagli, 2016).

Apesar do pleno conhecimento dos rios, como já citado, as obras para encaixotamento das águas evoluíam a cada gestão; enquanto a rede de coletores de esgotos era expandida, a canalização e a cobertura dos cursos d'água continuavam a pleno vapor, sendo uma dessas obras considerada de caráter de urgência pela gestão de 1971/1972: a cobertura do curso d'água para abertura de avenidas. Registros fotográficos feitos na época, juntamente com pequenos filmes, demonstram como o curso d'água elemento marginal, que não respeitava nada nem ninguém foi então colocado no seu devido lugar (apagado ou encaixotado), para não atrapalhar a vida da população (Borsagli, 2016).

Alessandro Borsagli (2016), sobre os rios invisíveis da metrópole mineira, fornece um marco historiográfico e cartográfico para compreender como processos urbanos de canalização, aterro e impermeabilização produziram a marginalização e a ocultação dos cursos d'água em Belo Horizonte, articulando evidências documentais, cronologias e registros de campo para reconstruir a trajetória espacial e política destes corpos hídricos (Borsagli, 2016).

Essa perspectiva crítica reforça a necessidade de compreender os rios urbanos não apenas como obstáculos à expansão urbana, mas como elementos estruturantes do território, cuja gestão deve estar ancorada em princípios de integração ecológica, planejamento territorial articulado e justiça socioambiental. Assim, o planejamento urbano que se anunciava inovador não apenas apagou a memória hídrica do território, mas também legou à metrópole mineira problemas socioambientais persistentes, como enchentes recorrentes e a fragmentação da relação entre cidade e natureza (Borsagli, 2016).

A contribuição principal de Borsagli reside em deslocar a hidrografia urbana do campo meramente físico para o âmbito da história urbana e das decisões de planejamento, demonstrando que a perda de visibilidade dos rios é tanto um efeito técnico quanto um produto político, com implicações diretas para risco de cheias, degradação ambiental e gestão territorial.

Empreendedores Jesuítas

Para compreender as transformações ocorridas no rio Formate, é fundamental retomar o período das primeiras intervenções humanas promovidas pelos Jesuítas, que remontam ao Brasil colonial. Nesse contexto, Bittencourt (1987) destaca a presença de missionários Jesuítas na Capitania do Espírito Santo, os quais, diante da necessidade de sustentar o colégio Jesuíta de Vitória, estabeleceram diversas propriedades rurais por volta de 1718. Entre essas, destaca-se a Fazenda Araçatiba, uma das principais produtoras de açúcar da época, situada às margens do rio Formate, em território que hoje integra os municípios de Cariacica e Viana.

A procura de soluções seguras para escoar a produção destas fazendas até o município de Vitória, sem ameaças para as canoas, levou os Jesuítas a construírem, em 1740, um canal conectando o rio Formate a um pequeno rio que, por sua vez, desemboca na baía de Vitória. A intervenção realizada produziu a elevação no volume de água do rio Marinho, elevando o canal fluvial ao longo de aproximadamente dois séculos (1740-1950); posteriormente, o rio Formate foi totalmente ligado ao rio Marinho, passando a desaguar nele (D'avila, 2017).

Na década de 50, uma terceira intervenção foi realizada no rio Formate em função do abastecimento da capital Vitória e adjacências: foi construído um canal que recolhe água do rio Marinho, num ponto de derivação a aproximadamente 5 km da baía de Vitória. A contribuição de água proveniente do rio Formate e do rio Jucu agora se uniam, formando um fluxo único, capaz de sustentar com grandes volumes o rio Marinho e o canal, denominado canal Marinho, também conhecido como Canal da CESAN Companhia Espírito Santense de Saneamento (D'avila, 2017).

A partir da década de 1970, percebe-se uma redução no uso do rio Formate para transporte, sua função inicial registrada. Nos anos de 1980, nota-se um crescimento nas atividades imobiliárias; criação de loteamentos regulares e irregulares e conjuntos habitacionais contribuem para a apropriação do espaço nos arredores do rio Formate. Ao longo dos séculos, especialmente a partir do século XX, com a intensificação do processo de urbanização nas cidades, sobretudo na região metropolitana de Vitória, os rios Formate e Marinho, atravessados pelas primeiras intervenções, começam a ser impactados pelo despejo de esgoto doméstico e industrial sem tratamento. Grandes empresas, como a Real Café e a Braspérola, estabeleceram-se no município de Cariacica, contribuindo para a deterioração da qualidade da água do rio Formate, tornando-a inadequada para consumo e prejudicando a fauna aquática (D'avila, 2017).





Figura 4 - FAZENDA Araçatiba em Viana (ES) [Imagem]. Facebook, 2021. Figura 5 - Sanchotene, Fernando. Vista parcial do Rio Formate – Cariacica, tendo suas águas poluídas com manchas de óleo. Cariacica-ES, 1979.

A expansão urbana na década de 1990 sobre o Formate ocorreu majoritariamente no município de Viana, enquanto em Cariacica a ocupação ainda se dava de forma lenta naquela época. A ocupação irregular das margens e o aumento da impermeabilização do solo nas bacias dos rios Formate e Marinho colaboraram para a diminuição da infiltração da água, intensificando os problemas de inundações e alagamentos, especialmente em áreas urbanizadas de municípios como Cariacica. No Espírito Santo, vários cursos d'água tiveram seus volumes reduzidos e passaram por mudanças expressivas em suas características ambientais. Entretanto, as origens dessas modificações nem sempre são coincidentes, considerando que cada rio tem sua própria trajetória (Silva et al., 2025).

É comum observar na bacia do rio Formate processos de ocupação e urbanização sobre córregos e nascentes que, em alguns casos, ficam totalmente ocultos por obras de drenagem e pavimentação. À medida que o espaço urbano se expande, ele requer áreas que acabam sendo ocupadas pelos corpos d'água presentes nas cidades. Frequentemente, esses espaços resultam do estreitamento de rios e córregos, que são canalizados ou soterrados para abrir caminho às vias rodoviárias. Para Santos (2022), o processo de ocupação e urbanização não é a única fonte de impacto sobre os rios; o autor destaca que a atividade agrícola também gera danos expressivos nos rios.

Com o fluxo bastante reduzido de água que corre sobre um leito assoreado, sua única função é a condução das águas pluviais e residuais de sua bacia hidrográfica (D'avila, 2017). Segundo Silva et al. (2025), apesar dos diversos desafios enfrentados, desde desvios até a poluição, o rio Formate resiste firmemente. Desde sua nascente, o rio é utilizado para captação de água para consumo humano, para a agropecuária, para o lazer e, quando localizado em área urbana, suas margens são ocupadas e estreitadas por construções como empresas, residências, pontes, canais de captação de água, além de receber esgotos, dejetos e diversos tipos de resíduos.

Urbanização e impactos ambientais na bacia do rio Formate

Meio de circulação e fonte de recursos, os rios proporcionam a sobrevivência das civilizações e estreitam a relação do homem com a água. Segundo Porath (2003), os rios surgem com frequência na formação e no desenvolvimento das cidades. Tradicionalmente, o ser humano usufrui dos recursos para futuramente ocultá-lo no espaço, que se desenvolve sem dar importância ao potencial ecológico e ambiental de seus rios.

No território brasileiro, o crescimento urbano ocorreu, em grande parte, ao longo dos cursos d'água. Diversos desses rios, devido ao intenso processo de urbanização em suas margens e, em alguns casos, sobre seu próprio leito, acabaram desaparecendo. Sem um planejamento apropriado, muitos passaram a ser utilizados unicamente como áreas de descarte de resíduos, ficando desconectados da dinâmica e da vida urbana (Penna, 2017).

O uso excessivo e irresponsável dos recursos naturais, sobretudo no setor industrial, provocou uma série de impactos ambientais em diferentes escalas de tempo e espaço (Carneiro; Miguez, 2011). Além de comprometer a qualidade da água, as áreas urbanas promovem alterações significativas no ciclo hidrológico, cuja intensidade varia conforme o ritmo de crescimento populacional e o nível de urbanização. A natureza da cobertura do solo mantém relação direta com as mudanças hidrológicas e seus respectivos efeitos.

Ao longo do tempo, as áreas situadas nas proximidades do rio Formate foram sendo gradualmente ocupadas, impulsionadas pelo crescimento populacional, pela especulação imobiliária e pela ausência de aplicação efetiva de instrumentos de ordenamento territorial que considerassem as zonas de inundação natural. Muitas dessas ocupações, frequentemente irregulares ou legitimadas em contextos de fragilidade institucional, resultaram em ampla impermeabilização do solo, elevando os picos de vazão durante períodos de chuvas intensas (Silva et al., 2025).

Conforme levantamento do Instituto Jones Santos Neves, as enchentes que ocorrem em áreas urbanas e rurais nas regiões do rio Formate apresentam uma frequência tão recorrente que já se incorporou à rotina das comunidades locais. A bacia hidrográfica do rio Formate expõe, de maneira clara, as contradições entre a expansão urbana desordenada e a necessidade de uma gestão integrada dos recursos hídricos (IJSN, 2008).

Diante desse cenário, gestores e consultores passaram a considerar inevitável a adoção da canalização como solução para o controle das inundações e para a dragagem de sedimentos, sob o argumento de que, no curto prazo, apenas intervenções de caráter estrutural seriam viáveis (IJSN, 2008).

O processo de canalização do rio Formate indica uma tensão clássica no planejamento hidrológico urbano: por um lado, a tendência de obras pesadas como solução imediata; por outro, ações preventivas baseadas na recuperação das áreas de várzea, na aplicação rigorosa das normas de uso do solo e na mobilização comunitária. Do ponto de vista de um pesquisador, é essencial questionar o modelo de intervenção que mantém o ciclo de impermeabilização, adensamento urbano e dependência de obras onerosas, que exigem manutenção contínua (Santos, 2022).

Segundo Santos (2022), o surgimento de enchentes repentinas nas cidades não está relacionado apenas ao volume das precipitações, mas também ao padrão de ocupação do solo e à falta de áreas de amortecimento natural. Na bacia do rio Formate, é recorrente a presença de ocupações e obras urbanas sobre córregos e nascentes que, em certos casos, são totalmente ocultadas por sistemas de drenagem e pavimentação. Com o avanço da urbanização, espaços antes destinados a corpos hídricos passam a ser incorporados ao tecido urbano. Esse processo, muitas vezes, resulta no afunilamento de rios e córregos, que são canalizados ou cobertos para dar lugar às construções. A urbanização, de fato, exerce fortes impactos sobre uma bacia hidrográfica.

Conforme apontam Carneiro e Miguez (2011), o planejamento urbano só produzirá resultados eficazes e sustentáveis se for desenvolvido a partir de uma abordagem



Figura 6 - A Gazeta, reportagem e inundação do Rio Formate em diferentes anos (2005, 2013, 2025).

integrada da realidade. Assim, segundo os autores, é essencial articular as dimensões físico-territoriais e ambientais com os aspectos socioeconômicos e administrativos, abrangendo as esferas municipal, regional ou metropolitana, quando aplicável e nacional.

A análise do caso da bacia hidrográfica do rio Formate demonstra como a urbanização desordenada, relacionada à ausência de planejamento e à priorização de obras estruturais para intervenção, aumenta os problemas hidrológicos e ambientais, seja nas grandes ou pequenas cidades. Diante desse cenário, torna-se imprescindível adotar uma abordagem integrada de gestão, que concilie a preservação e recuperação das áreas naturais com políticas públicas eficazes, fiscalização rigorosa e participação ativa da comunidade, garantindo, assim, a sustentabilidade ambiental e urbana no longo prazo.

Reestruturação Urbana

Constituída e usufruída de maneira desigual, a cidade encontra-se em permanente transformação, marcada por um tempo em que tudo se desloca e se altera com rapidez. Nesse cenário, surgem constantemente novidades em diferentes campos, tornando ultrapassadas tanto as tecnologias quanto as edificações nos centros urbanos (Lima, 2022).

Como observa Lynch (2011), a cidade decorre da atuação de múltiplos agentes, que constantemente alteram sua configuração. Desse modo, ainda que possa permanecer estável por determinado período, encontra-se sempre sujeita a transformações em seus aspectos mais específicos. No âmbito urbano, a reestruturação busca substituir a configuração existente por outra considerada mais funcional às demandas do capital e dos demais agentes que produzem o espaço.

A reestruturação permite a constante recriação das formas urbanas, que se transformam acompanhando a evolução do modo de produção capitalista. Nesse contexto, Brenner (2013) ressalta que, embora o espaço não seja fixo ou preestabelecido, o 'tecido do espaço social continua sendo reorganizado por diversos processos de reestruturação'. Essa reorganização contínua do espaço social sob o capitalismo é, justamente, um dos processos que a literatura sobre o Capitaloceno busca nomear e criticar: a subordinação sistemática do território e de seus rios à lógica de acumulação. A reestruturação expressa uma alteração na forma original e uma configuração diferente da vida social, econômica e política, combinando construção, reconstrução, desmoronamento e tentativas de reconstrução. Resultado de conflitos entre o velho e o novo, sobrepondo o já existente (Soja, 1993).

Logo, o fenômeno de reestruturação torna-se responsável por processos de mudança do espaço urbano e sua reconfiguração territorial, presente na Macrorregião Sul (vide tópico 2.6), onde o território passa por um processo de suburbanização, urbanização e transformação (Smith, 2007). O autor também observa a oportunidade de valorização desta parte "subdesenvolvida".

Logo, o fenômeno de reestruturação torna-se responsável por processos de mudança do espaço urbano e sua reconfiguração territorial, presente na Macrorregião Sul (ver seção Reestruturação da Macrorregião Sul Cariacica-ES, a seguir), onde o território passa por um processo de suburbanização, urbanização e transformação (Smith, 2007). O autor também observa a oportunidade de valorização desta parte subdesenvolvida.

Reestruturação da Macrorregião Sul Cariacica/ES

Cariacica é um dos municípios que constituem a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), localizado na sua porção centro-oeste, no estado do Espírito Santo. Possui extensão territorial de 279,718 km² e faz divisa com os municípios de Vitória, Vila Velha, Serra e Viana (IBGE, 2020). A gleba do município de Cariacica é cortada por três importantes eixos rodoviários que constituem o atual tecido urbano da cidade, direcionando as zonas de expansão e de adensamento: a BR-101, a BR-262 e a Rodovia Estadual ES-080 (Vieira, 2019).

A Macrorregião Sul de Cariacica fica localizada a oeste do município, próximo a Vila Velha e Viana. A influência da sua localização foi um dos pontos-chave para a construção da Rodovia Leste-Oeste (Rodovia ES-471). Segundo Pinheiro e Miranda (2023), a Rodovia foi proposta como o novo eixo de desenvolvimento econômico-social metropolitano. Durante cerca de quatrocentos anos, essa área foi vista como um território rural (em uso ou em repouso), até ser influenciada pelos processos de reestruturação ligados à passagem do modelo agrícola para o industrial e à adoção da produção flexível na RMGV.

Consequentemente, a Macrorregião Sul fica fora dos processos de desenvolvimento municipal e intraurbano dos anos de 1890 a 1960, quando, pausadamente, começa a ser urbanizada de forma desapropriada em termos fundiário-urbano, infraestrutural e mesmo no que se refere à precariedade dos domicílios (Pinheiro; Miranda, 2023).

Além disso, a Macrorregião fica de fora das transformações municipais provocadas pela abertura de rotas para Minas Gerais (durante o governo de Rubim, em 1815), bem como da implantação de estradas e ferrovias (séculos XIX e XX), tampouco integrando o processo de industrialização associado à urbanização desses corredores, na década de 1950, que favoreceu a área de Cariacica situada próxima à Baía de Vitória e à Macrorregião central (Campos Junior, 2012). Isso resulta na permanência histórica da estagnação socioespacial da macrorregião sul.

A partir de 2007, quando se inicia a obra da Rodovia Leste-Oeste (Rodovia ES-471), a região passa por um choque de urbanização, termo de Lees, Shin e López-Morales (2016), constituído por intervenções de médio e alto padrão sobre terra periurbana de baixo custo, contígua a bairros autoconstruídos, sem infraestrutura. Contudo, o choque de urbanização descrito acima não aparece em todo o lado ao mesmo tempo; manifesta-se em pontos ou polos de crescimento de intensidade variável. No caso da Macrorregião Sul, o crescimento se destaca na altura dos bairros Jardim Campo

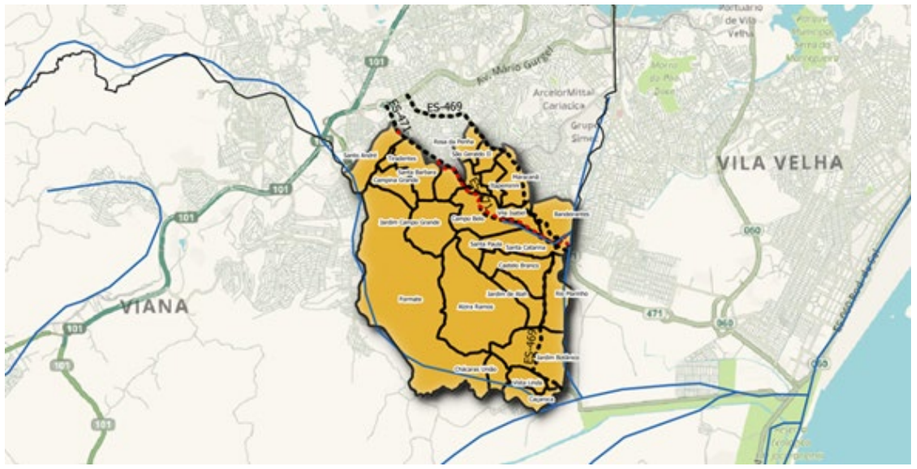


Figura 7 - Fonte: Massa d'água: GEOBASES, localização da Macrorregião Sul de Cariacica, proximidade com o município de Vila Velha e Viana. Por Isabela Pinheiro, 2025.

Grande e Campo Belo, sendo este segundo um bairro/loteamento privado instalado em toda sua extensão.

O mapa abaixo (Figura 8) evidencia que a Macrorregião Sul, situada no entorno da Bacia do Rio Formate, configura-se como uma área vazia. Em contrapartida, o recorte analisado revela-se como zona urbana e próxima a polos industriais. Observa-se ainda a presença significativa de afluentes do Rio Marinho e da Bacia do Rio Formate que atravessam o recorte espacial nas proximidades da Rodovia Leste-Oeste (Romanelli; Stelzer, 2012).

Segundo Romanelli e Stelzer (2012), a obra da Rodovia Leste-Oeste (Rodovia ES-471) é um daqueles instantes em que olhares externos a Cariacica se materializam em um mesmo lugar. De um lado, o setor privado requisitando uma via mais apropriada para o transporte de carga pesada entre o porto de Capuaba e a malha rodoviária federal; de outro, o governo estadual buscando suprir as conexões ausentes no sistema Transcol. A Rodovia foi inteiramente desenhada sobre o curso do córrego Campo Grande, ignorando sua existência.

Além do córrego Campo Grande, estima-se que ao menos três cursos hídricos distintos tenham sido canalizados durante a implementação da Rodovia: o Rio Marinho, que recebeu canalização como parte das obras de infraestrutura da rodovia; o Córrego Maria Preta, também canalizado no trecho do Corredor Sudeste interligado à Leste-Oeste; e parte do Córrego Campo Grande, com galerias construídas entre a rua Honório Fraga e o canal da Leste-Oeste (Espírito Santo, 2023).

A canalização dos córregos mencionados anteriormente contribuiu para que as áreas no entorno da Rodovia Leste-Oeste passassem a registrar alagamentos um problema que antes não ocorria na região. Em um estudo realizado em 2019, autoridades confirmaram que as obras da rodovia alteraram a dinâmica de escoamento das águas pluviais. Ao direcionar essas águas para galerias subterrâneas, o volume passou a escoar em maior quantidade, com mais velocidade e intensidade. No esquema abaixo, elaborado pela Prefeitura de Vila Velha, observa-se como a impermeabilização do solo causada pela obra contribuiu diretamente para os alagamentos (Gazeta Online, 2019).

Diante do exposto em relação à reestruturação da Macrorregião Sul, entendemos o espaço urbano como expressão espacial de processos sociais. Assim, o espaço da cidade capitalista é reflexo tanto das ações que se realizam no presente quanto daquelas que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas em

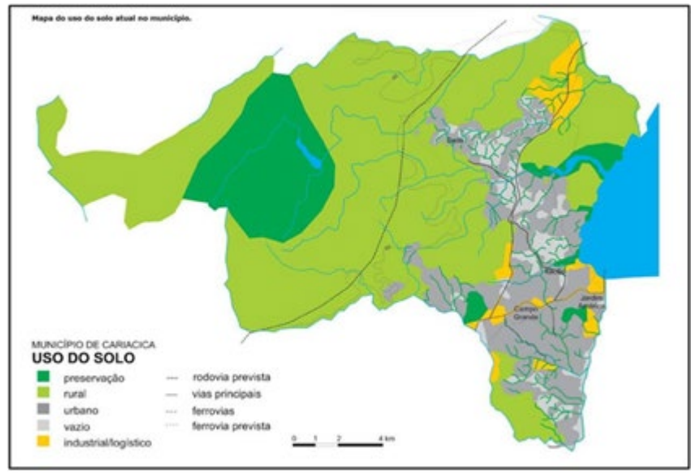


Figura 8 - Planejamento Sustentável da Cidade, Agenda Cariacica (2010-2030, p. 9.52)

formas espaciais do presente (Corrêa, 1989).

Nesse percurso, Campos Jr. (2002) destaca que, por se tratar de um processo histórico, o espaço possui determinadas condições materiais e simbólicas essenciais à produção em geral e à reprodução da vida humana. Trata-se do resultado da interação entre sociedade e natureza, configurada historicamente, que, no estágio avançado do capitalismo, se articula a outras relações, abrindo novas possibilidades para a reprodução do capital. Compartilhamos dessa perspectiva e, por isso, consideramos fundamental a análise das formas de construção do espaço urbano.

A Rodovia Leste-Oeste está prestes a se consolidar como o principal eixo de escoamento das cargas destinadas à exportação e importação, além de atuar como vetor de atração para novos e diversos investimentos nas áreas ao seu redor, abrangendo ao menos três municípios da Grande Vitória. Vila Velha, Cariacica e Viana já registram o interesse de empresas, especialmente dos ramos de logística e comércio exterior, em se estabelecer nas proximidades da rodovia (Oliveira, 2023).

A expectativa é que se consolidem polos logísticos ao longo da Rodovia Leste-Oeste, conforme explica o secretário interino de Transporte e Obras Públicas, Valdir Uliana. Empresas ligadas ao comércio exterior devem transferir suas sedes para localidades mais próximas ao complexo portuário de Vitória. Em Viana, segundo a secretária de Planejamento, Carla Lugon, há diversas empresas em busca de terrenos próximos à rodovia. A prefeitura, segundo ela, irá revisar o Plano Diretor Municipal (PDM), permitindo que áreas atualmente classificadas como rurais sejam convertidas em zonas industriais, possibilitando assim a instalação de novos polos produtivos (Vitória, ES, 2010).

O eixo, além de viabilizar o deslocamento logístico na região, promoveu a valorização fundiária das áreas por onde se insere. No que se refere à implantação de novas rodovias, é inegável que qualquer traçado, ainda que conte com infraestrutura precária, exerce impactos significativos sobre o território. O acesso transforma-se em um ponto de inflexão irreversível: uma vez estabelecido, abre caminho para novas formas de ocupação e, na ausência de planejamento e controle adequados, converte-se em um vetor de dinâmicas imprevisíveis (Romanelli; Stelzer, 2012).

Diante do contexto apresentado, é possível verificar que a reestruturação da Macrorregião Sul, originada pela Rodovia, foi o primeiro fator para o processo de apagamento do Rio Formate, sendo este em parte canalizado durante a obra da

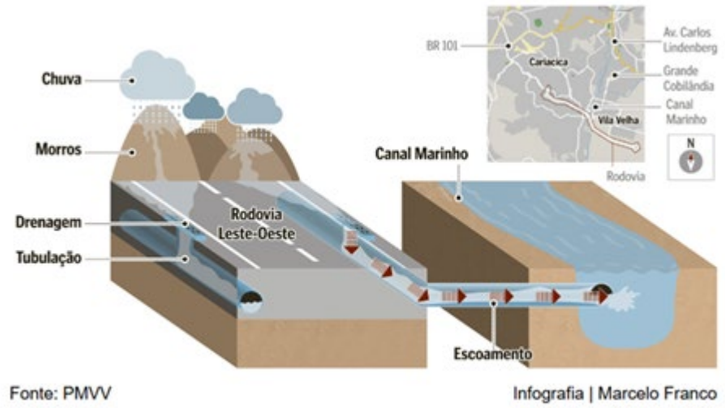


Figura 9 - Escoamento das águas, PMVV, por Marcelo Franco (2019).

Rodovia. A reestruturação da Macrorregião Sul de Cariacica evidencia a imposição de uma lógica de desenvolvimento pautada pela fluidez econômica e pelo aproveitamento logístico, que redesenha o território segundo os imperativos da circulação e da acumulação do capital.

A Rodovia Leste-Oeste, enquanto infraestrutura estruturante, catalisa transformações profundas na paisagem, promovendo o apagamento de elementos naturais como o rio Formate, ao mesmo tempo em que intensifica a valorização fundiária e os conflitos sobre o uso e ocupação do solo. Tais processos reiteram a fragilidade dos mecanismos de planejamento urbano em garantir justiça territorial e socioambiental, sobretudo em áreas periurbanas historicamente negligenciadas. Diante disso, torna-se urgente refletir sobre o papel do Plano Diretor e das políticas públicas de gestão de águas urbanas como instrumentos capazes ou não de mitigar os efeitos deletérios da urbanização excludente e de promover a sustentabilidade dos sistemas urbanos em transformação.

Gestão de águas urbanas

O crescimento das áreas urbanizadas nas cidades está especialmente associado ao aumento de áreas impermeabilizadas, contribuindo para a ocorrência das chamadas enchentes urbanas. Em função desse contexto, a consciência sobre a importância de uma gestão integrada das águas urbanas avançou nos discursos políticos e técnicos, impulsionada pela incorporação de novos paradigmas voltados ao tratamento das águas urbanas, em especial ao manejo das águas pluviais nas cidades (Righetto, 2009).

Os sistemas de drenagem urbana têm como finalidade essencial assegurar o escoamento das águas pluviais nas áreas urbanizadas, evitando inundações. As precipitações coletadas pela infraestrutura de drenagem, por meio das bocas de lobo, têm como destino final os cursos d'água naturais da região, como córregos e rios (NIP, 2016).

A ocupação e o uso do espaço no município de Cariacica geraram diversas contradições, refletidas em um forte processo de degradação socioambiental. Nascentes foram aterradas e ainda continuam a ser; rios recebem esgoto diretamente e perderam grande parte da mata ciliar; os serviços de saneamento básico permanecem insuficientes, já que a maior parte do esgoto é despejada na natureza sem tratamento adequado. Manguezais seguem sendo receptores de esgoto bruto, além de funcionarem como áreas para descarte de resíduos e enfrentarem constantes pressões para serem aterrados e ocupados. Os bairros apresentam ruas estreitas, pouca arborização, ausência de espaço para calçadas e escassez de áreas públicas, como praças (Cariacica, 2013).

Desde 2008, o município de Cariacica dispõe de um Plano Diretor de Drenagem Urbana (PDDU), porém, até o momento, não foi aprovada uma Lei Municipal para regulamentá-lo, tampouco o plano foi atualizado em conformidade com a Política Nacional de Saneamento. A gestão hídrica adotada em Cariacica é progressiva e integrada, incluindo ações operacionais como limpeza e desassoreamento; projetos estruturais, tais como macrodrenagem, obras civis e parques lineares; iniciativas ambientais voltadas à recuperação da mata ciliar e à conservação de nascentes; além do incentivo à participação comunitária e à colaboração entre municípios para planejamento e fiscalização. Tais medidas têm como objetivo evitar alagamentos, melhorar a qualidade da água e proteger os recursos hídricos do Rio Formate. No entanto, ainda persistem desafios relacionados à articulação entre os municípios, à fiscalização contínua e à expansão do manejo sustentável da bacia hidrográfica como um todo (Cariacica, 2013).

Embora Cariacica disponha de diretrizes técnicas e políticas direcionadas à gestão das águas urbanas, a ausência de regulamentação efetiva e a fragmentação das ações interinstitucionais dificultam sua implementação plena. O contraste entre os avanços conceituais no planejamento e as práticas ainda marcadas por omissões, degradações ambientais e ausência de infraestrutura reflete os desafios estruturais da urbanização desigual instalada no município.

Metodologia

Este artigo deriva de pesquisa de doutorado em desenvolvimento, que investiga a formação da Macrorregião Sul de Cariacica-ES a partir de sua localização estratégica. Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter documental e interpretativo, combinando análise histórica, cartográfica e crítica do discurso urbanístico. Segundo Lakatos (2017), a característica da pesquisa documental é tomar como fonte de coleta de dados apenas documentos, escritos ou não, que constituem o que se denomina de fontes primárias. Diante do exposto, foi realizada a coleta de três fontes variáveis, fontes escritas, fontes secundárias, contemporâneas ou retrospectivas, sobre o rio Formate, buscando entender como o rio, ora importante para o deslocamento, hoje passa por um processo silencioso de apagamento.

As fontes primárias consultadas foram: planos diretores de Cariacica, Vila Velha e Viana; legislação urbana; relatórios de órgãos estaduais como IJSN e Agerh. As fontes secundárias são: literatura acadêmica sobre rios urbanos, apagamento hídrico, reestruturação metropolitana e justiça socioambiental. Foram priorizados documentos que relacionam diretamente transformações territoriais e intervenções sobre corpos hídricos, como o caso do livro Rios Invisíveis da Metrópole Mineira, de Alessandro Borsagli. Considera-se pertinente estabelecer um paralelo com a produção acadêmica que se debruça sobre o apagamento dos rios em áreas urbanas, especialmente em Belo Horizonte, onde tal temática já constitui uma linha de pesquisa consolidada característica de planejamento urbano local semelhante ao caso do rio Formate, visto como um obstáculo no meio do caminho onde suas águas percorrem.

Análise documental e cartográfica foi realizada para identificar mudanças no traçado, uso e ocupação da bacia do rio Formate. Conforme a Figura 3, é possível verificar um aumento na ocupação urbana ao longo da bacia do rio ao longo dos anos. Os Planos Diretores de Cariacica, Viana e Vila Velha foram consultados como fontes primárias

de contextualização normativa da bacia, sem constituir, nesta etapa da pesquisa, uma análise sistemática de seu conteúdo o que se indica como desdobramento futuro do trabalho. Foi realizada, ainda, comparação teórica entre o caso do Formate e referências nacionais e internacionais sobre rios invisíveis, apagamento hídrico e ecologia política da urbanização.

Operacionalmente, essa triangulação consistiu em: (i) observar temporalmente os mapas de uso e ocupação do solo da bacia (Figura 3), acompanhando o avanço da mancha urbana sobre a área de influência do rio Formate; (ii) cruzar esses dados com registros de imprensa sobre enchentes do rio Formate em diferentes anos (Figura 6), relacionando os eventos de inundação ao processo de canalização e impermeabilização do solo; e (iii) cotejar essas evidências empíricas com o referencial teórico sobre apagamento hídrico e reestruturação urbana, sobretudo o paralelo com o caso de Belo Horizonte (Borsagli, 2016), para situar o Formate dentro de um debate mais amplo.

Esta triangulação metodológica permite compreender o apagamento hídrico não apenas como fenômeno físico-ambiental, mas como expressão de uma racionalidade territorial que privilegia a fluidez logística e a valorização fundiária em detrimento da preservação socioambiental.

Resultados e Discussão

Os achados deste estudo indicam que o rio Formate, apesar de ainda estar presente no contexto urbano, revela evidências nítidas de um processo de eliminação física, simbólica e funcional ora um rio importante e desconhecido para a população municipal, outrora um rio apagado. Conforme a análise documental inicial realizada pelo Instituto Jones dos Santos Neves em 2008, cerca de 12 km do rio foram canalizados em seu percurso urbano nas regiões com maior concentração populacional.

Também foi observado um fenômeno de invisibilização simbólica, no qual o rio perde destaque e importância no ambiente urbano. Segmentos canalizados e encobertos, juntamente com a ocupação irregular das margens, colaboram para que o Formate deixe de fazer parte da paisagem e da memória coletiva da região, passando a ser um elemento ausente da identidade urbana no meio do caminho tinha um rio que não existe mais (IJSN, 2008).

Por último, ressalta-se que, embora existam instrumentos de gestão dos recursos hídricos previstos nos planos urbanos de Cariacica, as iniciativas de preservação têm sido esporádicas e pouco coordenadas entre os municípios que integram a bacia hidrográfica, como discutido na seção anterior. Essa contradição revela a dificuldade de aplicar uma abordagem integrada no gerenciamento das águas urbanas.

Esses achados, lidos à luz do referencial teórico, evidenciam um apagamento hídrico em contexto periférico-metropolitano, articulado a uma lógica logística de expansão urbana (Rodovia Leste-Oeste), o que amplia a discussão sobre rios invisíveis além das capitais consolidadas como Belo Horizonte (Borsagli, 2016). Diferentemente do apagamento clássico, associado à modernização higienista ou à industrialização central, o Formate mostra um processo de apagamento por infraestrutura logística, em que rodovias e polos industriais subordinam o curso d'água à racionalidade da circulação e do capital global.

A análise dos dados, integrada ao quadro teórico, demonstra que o processo de eliminação do rio Formate reflete um padrão de planejamento urbano predatório, conforme Almeida e Alvim (2023), em que a expansão da cidade avança sobre os corpos d'água sem considerar suas funções ambientais e simbólicas. Os cursos d'água, elementos constitutivos da paisagem, são frequentemente tratados como obstáculos durante o planejamento urbano ou a ocupação de novas áreas, sendo submetidos a diversas intervenções, como canalização, ocupação irregular e despejo de esgotos, embora sua presença faça parte intrínseca do espaço urbano (Borsagli, 2016).

A canalização detectada, adotada como medida imediata para controlar enchentes, corrobora o que a literatura sobre manejo de águas pluviais chama de resposta estruturante (Righetto, 2009), ainda que limitada, pois, ao mesmo tempo que controla as inundações, pode piorar as condições urbanas em situações climáticas extremas.

A invisibilização simbólica do rio no imaginário urbano reforça o fenômeno dos rios invisíveis, que passam a ser percebidos apenas como sistemas de escoamento, desconectados da sua paisagem original. Assim, o Formate não é apenas um rio apagado de Cariacica: ele se torna um exemplo paradigmático de como a urbanização contemporânea, orientada pela logística e pela valorização fundiária, produz novos modos de invisibilizar e destruir corpos hídricos.

Baseado no caso de Belo Horizonte, apresentado por Borsagli (2016), o rio Formate confirma teorias já existentes citadas pelo autor. Aqui, o Formate se mostra não apenas como um rio em processo de apagamento, mas como um laboratório para pensar a relação do rio com a cidade, principalmente em casos de regiões periféricas, como o caso da Macrorregião Sul, ora em desenvolvimento, ora esquecida.

Conclusão

A trajetória do rio Formate, analisada a partir da perspectiva histórica, cartográfica e discursiva, demonstra que o apagamento hídrico em Cariacica não é apenas resultado de transformações locais, mas expressão de uma racionalidade territorial mais ampla, vinculada à lógica logística contemporânea. A canalização, o desvio de cursos d'água e a invisibilização simbólica não se explicam apenas pela urbanização acelerada ou pela pressão imobiliária, mas pela integração da Macrorregião Sul a fluxos econômicos e infraestruturas que subordinam os rios à fluidez do capital (Pinheiro, Miranda, 2023).

A alteração de um curso d'água dentro da cidade, seja por canalização ou desvio de curso, é muito negativa no contexto urbano; os resultados da alteração de um curso d'água são diversos, desde inundações até o aumento na velocidade da água, entre outros. Apesar de conhecidos seus efeitos negativos, essa prática vem sendo repetida nas cidades brasileiras, e em especial no município de Cariacica. Essas intervenções refletem, muitas vezes, a prioridade dada ao crescimento urbano rápido e à expansão imobiliária, em detrimento da preservação ambiental e da qualidade de vida dos habitantes. No caso de Cariacica, a canalização e o desvio do rio Formate evidenciam uma falta de planejamento integrado e de políticas públicas eficazes para a gestão dos recursos hídricos.

O conceito de apagamento logístico dos rios, proposto neste estudo, permite compreender que, em contextos periféricos metropolitanos, os corpos hídricos tornam-se obstáculos a serem eliminados em nome da valorização e da circulação global de mercadorias através de rodovias (Pinheiro, Miranda, 2023). Essa categoria amplia o debate acadêmico sobre rios invisíveis, situando o Formate como um caso paradigmático para pensar a ecologia política da urbanização contemporânea.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa mostrou que a triangulação entre análise documental, cartográfica e crítica do discurso é capaz de revelar não apenas as

intervenções físicas sobre o rio, mas também os silêncios institucionais e as contradições entre planejamento urbano e práticas de ocupação. Assim, o Formate emerge como um território híbrido, no qual se entrelaçam dinâmicas ecológicas, urbanísticas e políticas. Seu primeiro percurso, dentro da Reserva Duas Bocas, permanece preservado; ao longo do restante do seu corpo, em área urbana ou em fase de urbanização, segue vitimado.

Como consequência, além dos impactos ambientais, a população enfrenta riscos crescentes de enchentes e a perda progressiva de espaços naturais ao longo do rio Formate, que poderiam funcionar como áreas de resiliência urbana. Portanto, é fundamental repensar essas práticas e buscar soluções que conciliem o desenvolvimento urbano com a conservação do rio Formate, valorizando seu papel ecológico e social.

Conclui-se, portanto, que o caso do rio Formate ultrapassa a escala municipal de Cariacica e oferece um campo fértil para a reflexão teórica e prática sobre as contradições da urbanização contemporânea. Mais do que denunciar a sua degradação, trata-se de propor novos caminhos para a reconciliação entre cidade e água, em que rios não sejam apagados, mas valorizados como elementos estruturantes do território e da vida urbana. O rio Formate, apesar das inúmeras intervenções apresentadas ao longo deste artigo, ainda resiste bravamente na paisagem onde atravessa. Esse processo, lido à luz do debate sobre o Capitaloceno proposto neste dossiê, ilustra em escala local como a produção capitalista do espaço urbano converte corpos hídricos em obstáculos descartáveis diante da fluidez logística e da valorização fundiária. O que nos preocupa é até quando o rio vai suportar as pressões urbanas no território.

Referências

ALMEIDA, André Araújo; ALVIM, Angélica Tanus Benatti. Apagar e esquecer: rios e paisagens como memória cultural de Fortaleza, Brasil. In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE INOVAÇÃO, UNIVERSIDADE E CIDADE (SIIU), 2023, Lisboa/Recife. Anais [...]. Lisboa/Recife: Universidade de Lisboa; Universidade Federal de Pernambuco, 2023. DOI: https://doi.org/10.5821/siiu.12770. Acesso em: 16 jul. 2025.

AGÊNCIA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS (AGERH). Relatório de Situação dos Recursos Hídricos do Espírito Santo. Vitória, 2020.

BITTENCOURT, G. A ocupação do território e o problema da mão de obra. In: BITTENCOURT, G. Formação econômica do Espírito Santo. Rio de Janeiro: Cátedra, 1987. cap. 2, p. 30-52.

BORSAGLI, Alessandro. Rios invisíveis da metrópole mineira. [S. l.]: Edição do Autor, 2016. 429 p. ISBN 978-85-920509-4-8.

BRENNER, Neil. Reestruturação, reescalonamento e a questão urbana. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), v. 17, p. 198-220, 2013.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Aglomerados Subnormais 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

CARNEIRO, Paulo Roberto Ferreira; MIGUEZ, Marcelo Gomes. Controle de inundações em bacias hidrográficas metropolitanas. São Paulo: Annablume, 2011. 300 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1989.

CARIACICA (Município). Agenda 21 Cariacica. Cariacica: Prefeitura Municipal, 2013. Disponível em: https://issuu.com/fabionecta/docs/agenda_cariacica_web. Acesso em: 14 jul. 2025.

CARIACICA (Município). Lei Complementar nº 111, de 2021. Plano Diretor Municipal de Cariacica. Cariacica, 2021. Disponível em: https://cariacica.legislacaocompilada.com.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/C1112021.html. Acesso em: 14 jul. 2025.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos T. A construção da cidade: formas de produção imobiliária em Vitória. Vitória: Flor e Cultura, 2002.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos T. Reestruturação produtiva na Região Metropolitana da Grande Vitória: manifestações socioespaciais em Cariacica. Geografares, Vitória, n. 13, p. 284-311, 2012.

CIDREIRA, Jefferson Henrique; SILVA, Josué da Costa. "Geografias imaginárias": as estradas aquáticas na (des)construção das representações estereotipadas do espaço da Pan-Amazônia. Terr@Plural, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-13, 2021.

CUNHA, Luís Henrique H.; COELHO, Maria Célia N. Política e gestão ambiental. In: GUERRA, Antônio José Teixeira; CUNHA, Sandra Batista da (org.). A questão ambiental: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 41-79.

CUNHA, L. F.; PEREIRA, R. S. Paisagem hídrica e cidade: desafios e possibilidades de reintegração dos rios ao tecido urbano. Pensar Acadêmico, Manhuaçu: UNIFACIG, 2020. Disponível em: https://www.unifacig.edu.br/pensar-academico. Acesso em: 12 set. 2025.

D'ÁVILA, Wilson Pimenta da Silva. Uma abordagem socioambiental das transformações ocorridas no rio Marinho – Vitória, Espírito Santo. Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade, Curitiba, v. 12, n. 6, p. 1-X, jan./jun. 2017. ISSN 2319-2856.

DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ENGECORPS; ETEP. Plano Diretor de Drenagem Urbana do Município de Vitória (PDDU). Vitória, 2008.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Mobilidade e Infraestrutura (Semobi). Obras do Corredor Leste-Oeste serão retomadas. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2023. Disponível em: https://semobi.es.gov.br/obras-do-corredor-leste-oeste-serao-retomadas. Acesso em: 3 ago. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Saneamento (Sedurb). Plano de Desenvolvimento Urbano e Integrado (PDUI) da Região Metropolitana da Grande Vitória. Vitória: Sedurb, [s. d.]. Disponível em: https://sedurb.es.gov.br/Media/Sedurb/PDAU/PDGV-P6.2%20-%20TOMO%20I.pdf. Acesso em: 14 jul. 2025.

GAZETA ONLINE. Entenda por que a Leste-Oeste piora alagamentos em Cariacica e Vila Velha. Vitória: A Gazeta Online, 21 maio 2019. Disponível em: https://www.agazeta.com.br/es/gv/entenda-por-que-a-leste-oeste-piora-alagamentos-em-cariacica-e-vila-velha-0519. Acesso em: 3 ago. 2025.

GORSKI, Maria Cecília Barbieri. Rios e cidades: ruptura e reconciliação. 2008. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Mackenzie, São Paulo, 2008.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). Relatório do diagnóstico das bacias hidrográficas dos rios Jucu, Formate e Marinho na Região Metropolitana da Grande Vitória, Produto 3. Vitória: Acquatool Consultoria, 2008. Disponível em: https://sedurb.es.gov.br/Media/sedurb/Licitacoes/P03.Rel_Hidrologia_Anexo%20A_compressed.pdf. Acesso em: 11 jul. 2025.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). Atlas digital da Região Metropolitana da Grande Vitória. Vitória: IJSN, 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LEES, Loretta.; SHIN, Hyun Bang.; LÓPEZ-MORALES, Ernesto. Planetary gentrification (Urban Futures). Hoboken, NJ: Wiley, 2016. E-book.

LIMA, Luiz Henrique Marques. Os agentes capitalistas e a produção do espaço urbano de São José do Rio Preto/SP. 2022. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

LUCA, Tania Regina de. Práticas de pesquisa em história. São Paulo: Contexto, 2020. 144 p.

LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

NIP DO BRASIL; PROFILL. Elaboração de projeto executivo para enquadramento dos corpos de água em classes e plano de bacia para os rios Santa Maria da Vitória e Jucu. Relatório Técnico 3, v. 1. [S. l.]: Projeto de Restauração e Conservação da Biodiversidade e dos Recursos Hídricos no Estado do Espírito Santo, 2016.

OLIVEIRA, Janete. Produção do espaço urbano: uma análise a partir da infraestrutura no contexto da rodovia ES-471. 2023. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2023.

PENNA, Tainah Virgínia Cypriano. Rios urbanos e paisagem: do convívio à negação em Cachoeiro de Itapemirim-ES. 2017. 193 f. Dissertação (Mestrado) – [instituição não especificada], 2017.

PEREIRA, Ernandes de Oliveira. O olhar humanista cultural sobre as percepções e representações dos povos ribeirinhos do Formate. 2011. 171 f. Dissertação (Mestrado) – [instituição não especificada], 2011.

PEREIRA, Marcelo. Rio Formate transborda e traz transtorno a Cariacica e Viana. A Gazeta, Vitória, 13 jun. 2005. Cidades, p. 10.

PINHEIRO, Isabela Teodoro. A reestruturação urbana no entorno da Rodovia Leste-Oeste (471-ES): uma nova Cariacica, a quem ela está destinada? 2024. 170 f. Dissertação (Mestrado) – [instituição não especificada], Vitória, 2024.

PINHEIRO, Isabela Teodoro; MIRANDA, Carlos Loureiro. A construção de uma nova Cariacica (ES) e a lógica do extrativismo urbano. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 15., 2023. Anais [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2023. Disponível em: https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/102523. Acesso em: 14 fev. 2024.

PORATH, Soraia Lehnen. A paisagem dos rios urbanos: a presença do Rio Itajaí-Açu na cidade de Blumenau. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA. Plano Diretor de Drenagem Urbana (PDDU). Cariacica: Prefeitura Municipal, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA. Plano Municipal de Saneamento Básico de Cariacica. Cariacica: Prefeitura Municipal, 2013. Disponível em: https://arsp.es.gov.br/Media/arsi/Saneamento/Municipios%20Regulados/Cariacica/3PMSB_Cariacica2013.pdf. Acesso em: 14 jul. 2025.

ROMANELLI, M. A. C.; STELZER, P. Agenda Cariacica 2010-2030: meio urbano e rural — uso e ocupação do solo. Cariacica: [s. n.], 2012.

RIGHETTO, Antonio Marozzi Manejo de águas pluviais. Rio de Janeiro: ABES, 2009. (Projeto PROSAB). Acesso em: 26 jun. 2025.

SANTOS, Carlos dos. Bacia de drenagem do rio Formate: contribuições geográficas sobre os impactos da ação antrópica. 2022. 171 f. Dissertação (Mestrado) – [instituição não especificada], 2022.

SILVA, Ernandes. Desenvolvimento e sustentabilidade na região do Caparaó: uma análise socioeconômica. 2022. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022. Disponível em: https://sappg.ufes.br/tese_drupal//tese_5051_ernnades.pdf. Acesso em: 14 jul. 2025.

SILVA, A. P. F. C. et al. Gestão de recursos hídricos e urbanização em bacias hidrográficas da Grande Vitória. [S. l.: s. n.], 2025.

SMITH, Neil. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), v. 11, p. 15-31, 2007.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E SANEAMENTO (Sedurb). Relatório do diagnóstico das bacias hidrográficas dos rios Jucu e Santa Maria da Vitória Anexo A. Vitória: Sedurb, 2025. Disponível em: https://sedurb.es.gov.br/Media/sedurb/Licitacoes/P03.Rel_Hidrologia_Anexo%20A_compressed.pdf. Acesso em: 14 jul. 2025.

SOJA, Edward W. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

TUCCI, Cecília Alves de. Arte, paisagem e território: apontamentos para uma abordagem interdisciplinar. Estudos Avançados, São Paulo, v. 21, n. 59, p. 83-100, 2007. Disponível em: https://revistas.usp.br/eav/article/view/10295/11943. Acesso em: 14 jul. 2025.

VIEIRA, Maycon. O negócio por trás do modelo de regularização fundiária: o caso de Cariacica (ES). 2019. 141 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

VILLAÇA, Flávio. As ilusões do plano diretor. São Paulo: MDR, 2005. Disponível em: https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/RegularizacaoFundiaria/Ilusoes_Plano_Diretor.pdf. Acesso em: 9 mar. 2025.

VIANA (Município). Lei Ordinária nº 2.829, de 2016. Plano Diretor Municipal de Viana. Viana, 2016. Disponível em: https://cmviana.splonline.com.br/legislacao/norma.aspx?id=13256. Acesso em: 14 jul. 2025.

VILA VELHA (Município). Lei Complementar nº 65, de 2018. Plano Diretor Municipal de Vila Velha. Vila Velha, 2018. Disponível em: https://legislacao.vilavelha.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/C652018.html. Acesso em: 14 jul. 2025

BRAÇO MORTO
Rastros do arroio Santa Bárbara em Pelotas/RS

BRAÇO MORTO
Traces of the Santa Bárbara stream in Pelotas/RS

Valentina de Farias Betemps da Silva[1], Livia Marques Boyle[2] e Daniela Vieira Goularte[3]

Resumo
O presente trabalho trata de uma experimentação cartográfica na cidade de Pelotas-RS, realizada sob a ótica da saúde planetária, e direcionada a um curso d'água aterrado na década de 1960, na região histórica da cidade: o arroio Santa Bárbara. Essa cartografia busca um olhar crítico em relação à urbanização que parte do desmembramento de cursos hídricos, em prol de uma malha urbana que segue a marcha do Capitaloceno, e reflete acerca das consequências sociais, ecológicas, memoriais e até ontológicas da supressão/deslocamento de corpos d'água. A partir do método-instrumento da caminhografia urbana, criou-se um registro de rastrodetecção desse corpo hídrico apagado da malha pelotense. Por fim, reflete-se acerca das controvérsias que cercam o processo, e de que modo a rastrodetecção pode contribuir como uma prática que permita atentar para a crise socioambiental presente no espaço urbano, e leva a pensar em planejamentos alternativos para futuros possíveis.
Palavras-chave: cartografia; saúde planetária; caminhografia urbana; rastrodetecção; Arroio Santa Bárbara.

Abstract
This work presents a cartographic experiment in the city of Pelotas-RS, conducted from the perspective of planetary health, focusing on a watercourse, which was filled during the 1960s in the city's historical region: the Santa Bárbara stream. This cartography seeks a critical perspective on urbanization that stems from the dismemberment of watercourses, in favor of an urban fabric shaped by the advance of Capitalocene, and reflects on the social, ecological, memorial, and even ontological consequences of the suppression/displacement of water bodies. Using the method-instrument of urban walkography, a trace-detection record of this water body, erased from the city's grid, was created. Finally, the paper reflects on the controversies surrounding this process, and how trace-detection can contribute as a practice that pays attention to the socio-environmental crisis present in urban spaces, and thinks about alternative planning for potential futures.
Keywords: cartography; planetary health; urban walkography; track detection; Santa Bárbara Stream.

1 Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFPel) e Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UFPel/2024).
2Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFPel) e Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UFPel/2024).
3 Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFPel), Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPel/2021) e Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UFPel/2006).

Introdução

O presente trabalho foi apresentado como articulação final no âmbito da disciplina *Cartografias: Tecnopolíticas e Geopoéticas*, do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo (PPGAU-IAU) da Universidade de São Paulo (USP) ministrada pelos professores David Sperling e Luciano Bernardino da Costa, durante o primeiro semestre de 2025. Nela, nos foi proposto o desenvolvimento de uma experimentação cartográfica sob a ótica da saúde planetária.

Ao pensar um processo cartográfico experimental relacionado ao tema emergente da saúde planetária, fomos mobilizadas de imediato pelas enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul, e desenvolvemos uma cartografia a partir do nosso chão, na cidade de Pelotas-RS. Partimos do entendimento de que a saúde planetária compreende a relação intrínseca entre a saúde humana e a saúde dos sistemas naturais que sustentam a vida no planeta. Nesse sentido, as enchentes que afetaram grande parte do estado e os graves impactos sociais delas decorrentes configuram sintomas evidentes das graves mudanças climáticas e ambientais globais.

Eventos extremos dessa natureza estão associados às alterações dos ciclos pluviométricos que, por sua vez, relacionam-se ao aumento da temperatura média global, intensamente impulsionado pelas atividades humanas. Esse problema está diretamente ligado à ideia de Antropoceno, termo inicialmente proposto por Paul Crutzen, e que ganhou ampla repercussão ao alertar o mundo sobre como as ações humanas estariam exercendo impactos de magnitude planetária, produzindo alterações nas camadas estratigráficas da Terra. Contudo, para diversos especialistas, o conceito de Antropoceno apresenta limitações, ao atribuir genericamente à humanidade a responsabilidade pelas transformações ambientais em curso. Para eles, esse conceito homogeneiza diferentes processos históricos e formas de organização social, e obscurece o papel desempenhado pelo modo de produção capitalista na intensificação da degradação ambiental. Entre as diversas propostas conceituais, que buscam identificar com maior precisão as origens históricas e estruturais da atual crise ecológica, o termo Capitaloceno destaca-se por evidenciar o papel central das dinâmicas de acúmulo de capital e exploração da natureza na produção do adoecimento planetário (Moore, 2022).

Mirando essa ferida recente – as enchentes de 2024 – detivemos nosso olhar numa cicatriz antiga que ainda pulsa, de modo presente, no nosso espaço: o arroio Santa Bárbara. Esse curso d'água cruzava parte do centro histórico da cidade até a década de 1960, e foi suprimido da paisagem. Contudo, ao menor volume de chuva, as águas encontram seus caminhos, ocupando seu curso original, e a memória do território sempre retorna. Na enchente, o banhado do arroio se mostrou, submergindo parte da cidade. Ao caminhar no território em busca desse curso que insiste em tentar fluir, se torna nítida *uma cicatriz, uma costura pulsante* que transpassa a cidade. No leito do Braço Morto[4] do Santa Bárbara, encontramos *dois trechos vivos - semi amputados, membros morto-vivos*, que nos incitam a refletir criticamente sobre a forma como os humanos vêm há muito tempo cometendo injustiças ambientais.

4 *Braço Morto* é uma expressão local e coloquial, atribuída ao antigo leito do arroio Santa Bárbara, principal curso d'água da Bacia Hidrográfica do Arroio Santa Bárbara. A expressão combina a palavra *braço*, que em termos hidrológicos se refere a um dos afluentes que integram uma rede hidrográfica, mas que neste caso não se aplicaria, tecnicamente, por se tratar do principal curso hídrico da bacia. Estima-se portanto, que o termo *braço* faça analogia ao membro do corpo humano, como parte de um todo orgânico. A palavra *morto* faz alusão ao *rio morto*, que se refere a um curso d'água que perdeu sua função ecológica, seja por causas naturais, ou devido à ação humana.

A experiência cartográfica nos possibilitou uma leitura crítica do espaço urbano como lugar de análise, compartilhamento e construção coletiva de consciência. Ainda que situada em uma escala local e circunscrita, essa experiência permitiu identificar uma pequena amostra de uma crise sistêmica mais ampla. Trata-se de uma crise que evidencia a dissociação entre seres humanos e natureza, cujas raízes estão associadas à racionalidade moderna ocidental e ao ideal de progresso contínuo. Sob essa lógica, a natureza é frequentemente concebida como recurso a ser explorado e colocado a serviço dos interesses humanos, contribuindo para a intensificação dos desequilíbrios socioambientais que caracterizam nossas cidades na contemporaneidade.

O objetivo deste trabalho é retratar uma breve experiência de aterramento[5] e reflexões acerca dos rastros desse corpo. Por meio da caminhografia urbana (Rocha e Santos, 2024) e da rastrodetecção (Kemmer, 2024), para o registro de relações mais-que-humanas (Sperling, 2024), buscando nos envolver e entender os processos que levaram à perturbação do Santa Bárbara, articulando investigação sensível e crítica. A partir disso, esses rastros são tratados, configurando uma forma de tensionamento da realidade posta e seus desdobramentos, procurando outros modos de pensar o espaço urbano no contexto da saúde planetária.

A cidade das águas: memória e território

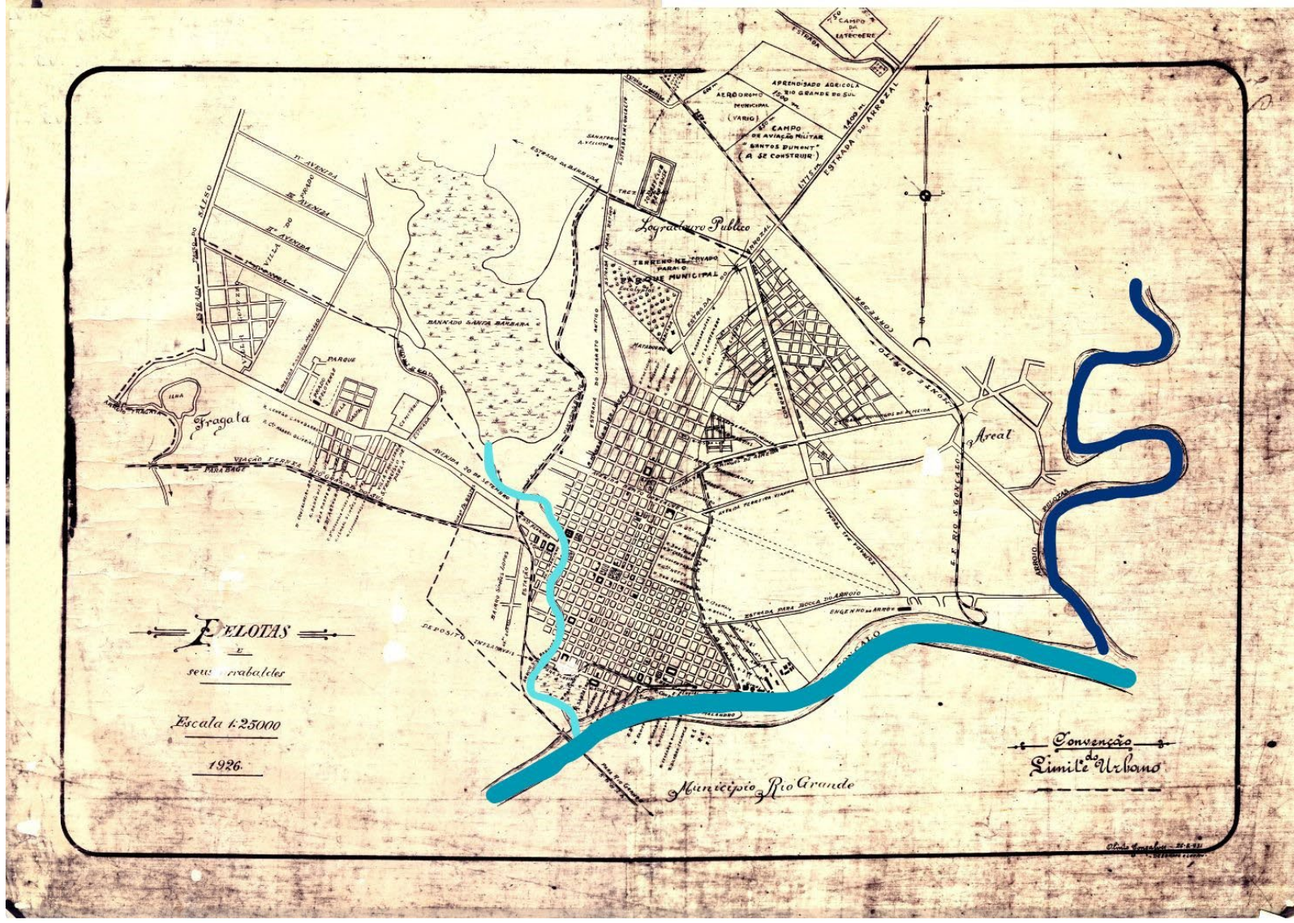
Historicamente, Pelotas sofre com essa relação conflitante entre o homem e a natureza[6]. A cidade caracteriza-se pela abundância de cursos d'água, e pela sua relação dicotômica com esses corpos hídricos. De um lado, essa riqueza natural favoreceu o transporte hidroviário, que contribuiu para impulsionar o povoado emergente no início do século XIX, garantindo-lhe expressivo desenvolvimento econômico e contingente populacional. Por outro lado, a preservação das margens desses cursos, fundamental para a manutenção da saúde ambiental e do bem-estar humano, foi ignorada, e seus leitos foram gradativamente ocupados pelo avanço da urbanização. Quando os níveis d'água aumentam e buscam suas margens, mas no lugar destas encontram ruas, casas, entre outras construções feitas pelo homem, eles causam transtornos à população – e a vítima torna-se algoz.

Para sair do lugar comum é preciso reconhecê-lo. Situar nossa experiência cartográfica no tempo e espaço tradicionais faz parte deste processo. Com isso, retornamos na cronologia que, contudo, se mostra como uma camada visível e atual desse chão.

O povoado que deu origem à freguesia de São Francisco de Paula, e posteriormente à cidade de Pelotas, ergueu-se na coxilha limitada pelo canal de São Gonçalo e o arroio Santa Bárbara. Esse arroio ligava o banhado Santa Bárbara até o canal São Gonçalo. Datada de 1812, a freguesia teve suas origens vinculadas à produção do charque às margens do arroio Pelotas, atividade iniciada por volta dos anos de 1780. Nessa época o arroio Santa Bárbara tinha peixes, embarcações de pesca e passeio, salsos-chorões e lavadeiras (UCPel, 2009).

O crescimento do espaço urbano ao longo do século XIX, avançou em direção ao Santa Bárbara, dando início às contradições da urbanização e a coexistência do luxo e do lixo. Durante a segunda metade do século XIX, Pelotas equiparava-se à capital

5 Aterramento aqui significa tirar os humanos da centralidade, e inseri-los junto aos não-humanos em conjuntos de seres multiespécies, como atores que agem na rede que compõem as *zonas críticas* de Gaia (Latour; Lenton, 2019 *apud* Sperling, 2024).
6 Vídeo com imagens antigas das enchentes na cidade de Pelotas.Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/C6wFyOFglwm/?igsh=MTgyemR0a2kxc2o2>. Acesso em: jul. 2025.

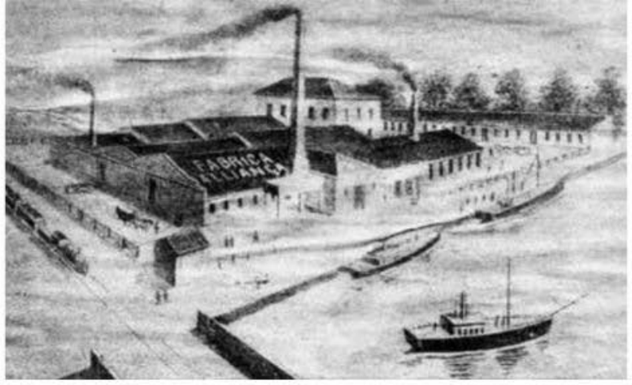


da província, tanto nos aspectos de produção econômica, população, construções e equipamentos públicos, quanto no desenvolvimento de atividades sociais e culturais, por isso era reconhecida como Atenas Rio-Grandense (Magalhães, 2012). Em contrapartida, o arroio Santa Bárbara, cuja beleza natural somava-se ao espaço urbano, teve suas águas límpidas gradativamente contaminadas pelos despejos de resíduos diversos - domésticos, industriais e hospitalares - da população *ateniense*.

Após décadas de estudos e análises em prol de solucionar o estorvo que o arroio havia se tornado para a população, a solução encontrada pelas autoridades foi o seu desterramento, traduzido naquele contexto antropocêntrico, progressista, higienista e modernista - a base do modelo do capitaloceno - como obras públicas para melhorias da qualidade de vida da população. A obra de canalização e desvio do arroio ocorreu em 1968, junto com a construção da Barragem e da Estação de Tratamento de Água, e com a instituição do I Plano Diretor de Pelotas. Juntos, esses projetos prometiam a solução do problema do saneamento, do abastecimento de água, e do ordenamento e modernização do território (Peter, 2004).

As narrativas dominantes dizem que o alto índice de poluição e as enchentes, decorrentes do adensamento populacional em torno do arroio, tornaram-o uma ameaça à saúde pública, devendo ser canalizado e desviado. As narrativas *dominadas* reconhecem a insolência humana em não coexistir em harmonia com seres não humanos ou mais-que-humanos (cursos hídricos e seu ecossistema), e possivelmente, também reconheçam a covardia por contaminar, e posteriormente expulsar, desterrar e banir do seu próprio território esses mesmos seres.

Figura 1 - Mapa histórico da cidade de Pelotas datado de 1926: em azul claro o arroio Santa Bárbara; em azul o canal São Gonçalo; e em azul escuro o arroio Pelotas.



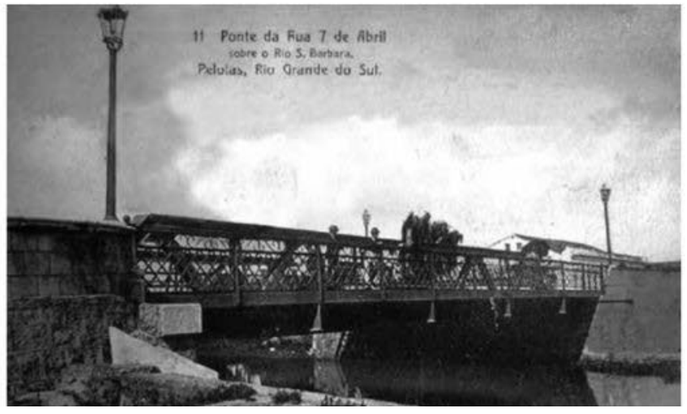






Figura 2 - Conjunto de imagens do Arroio Santa Bárbara no seu curso original. Fonte: Acervo Almanaque do Bicentenário de Pelotas Volumes 1, 2 e 3 - adaptado pelas autoras, 2012/2025.

A rastrodetecção e o chão como testemunha de violências

Laura Kemmer (2024), cientista urbana alemã, nos apresenta diferentes obras artísticas que expressam uma tradição de seu país, chamada *Spurensicherung*[7], cujo escopo era a coleta e documentação de evidências de acontecimentos no contexto do pós-Guerra, na cidade de Berlim: "[...] os chãos de Berlim como feridas abertas cujos solos conservam histórias de dominação e de violência humana" (Kemmer, 2024, p.89). Nesses exemplos, aponta o chão como principal objeto de estudo, veículo e testemunha das políticas de urbanização em questão, tidas como ambientalmente violentas. A partir dos rastros expostos, a autora articula reflexões críticas acerca da ecologia, evidenciando a grande controvérsia do constante distúrbio de um indivíduo vivo, que alimenta, hospeda e serve de substrato para tantos outros indivíduos, incluindo seu maior agressor.

Kemmer (2024) cita Sybille Krämer (2007), filósofa alemã, que trata da rastrodetecção como um ato banal, desempenhado por pessoas em suas rotinas comuns, representando uma prática *reflexiva, crítica e transformadora*. A filósofa relaciona o exercício a um rastreamento sensorial, que se configura a partir de três aspectos. O primeiro dos aspectos do rastro diz respeito a uma ausência, ou seja, a **presença** de um rastro indica a ausência de alguma outra coisa. O segundo aspecto trata da **materialidade** de um rastro, sua visibilidade sugere estar indicando algo, os rastros *mostram, mas não falam*. O último aspecto é o entendimento desses como **perturbadores**, isto é, um rastro só se configura após a perturbação de alguma coisa: "[...] um traço manifesta uma forma de violência, ele exemplifica o poder de se inscrever e de deixar uma marca." (Kemmer, 2024, p.82).

7 Traduzida como *reter traços* ou *rastrodetecção* (Kemmer, 2024).

A cientista entende os exercícios de rastrodetecção como ferramentas de denúncia de processos antiambientais, eurocêntricos e brancos, que fomentam movimentos ecopolíticos, reivindicando uma justiça ambiental (Kemmer, 2024). Além disso, destaca a importância de um método afetivo-sensorial na aproximação com esses rastros, partindo do tocar, cheirar, sentir et cetera:

> [...] as ecologias evidenciadoras [...] permitem manter um balanço frágil entre a responsabilização das autoridades públicas pelas múltiplas trajetórias da violência urbana e, ao mesmo tempo, as diversas práticas corporais, sensoriais e afetivas de reivindicar formas alternativas de reparação e de cura planetária (Kemmer, 2024, p.97).

David Sperling e Ana Luiza Nobre (2024) também trabalham com o conceito do chão como testemunha da urbanização. Para isso, reúnem uma antologia de trabalhos que mapeiam pegadas remanescentes da ação humana sobre o solo, sob um ponto de vista crítico perante a produção urbana capitalista, com o pretexto de articular sobre as violências contra o espaço. Intitulado de *Atlas do Chão*, o conjunto das obras apresentadas critica a reprodução geográfica física em sistemas GIS[8], de modo a evidenciar disfunções no conteúdo destas, e dão luz a mapeamentos cartográficos não convencionais, buscando leituras sob óticas marginalizadas, que partem de reflexões mobilizadas pelo *colapso social-ambiental-urbano-político*. Por meio de um atlas de imagens, pensando nas políticas de aterramento, são expressos sentidos e afetos atrás de outros futuros para seus chãos.

8 Sistema de Informação Geográfica.

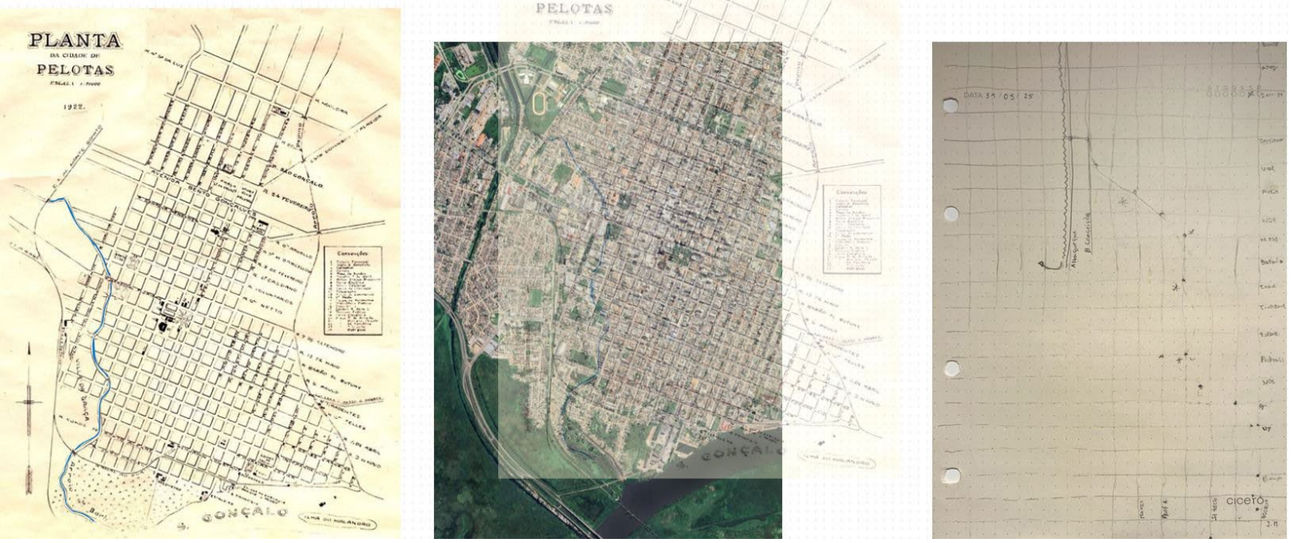


Figura 3 - À esquerda - mapa datado de 1922, em azul destacamos o curso do arroio Santa Bárbara. Ao centro - a sobreposição de mapas 1922 x 2025; mais ao sul enxerga-se o encontro do arroio com o canal São Gonçalo. À direita - o nosso mapa, que nos guiou analogicamente pelas passadas águas do Santa Bárbara. Fonte: À esquerda - Acervo do Neab; Ao centro - Google Earth e acervo do Neab, manipulado pelas autoras; À direita - autoras, 2025.

Com esses, entendendo a importância de olhar nosso território, repleto de história, e entendendo o curso d'água como uma ferida que tentaram apagar – e que nunca cicatrizou. Partimos à caminhada.

Procedimento metodológico: caminhografia urbana como método-instrumento

> Caminhamos para encontrar perguntas e respostas, [...] para criar pistas para uma cidade outra, [...] que reverta o sentido idealizado da arquitetura (Rocha e Santos, 2023).

Assim como a rastrodetecção, a caminhografia presta atenção em aspectos subjetivos de um objeto, e quer entendê-lo sob um ponto de vista. Ela registra, joga e cria. Ela parte para registrar o encontro com algo ou alguém; ela transmuta em jogo, na experimentação; e acaba na criação de algo novo (Rocha e Santos, 2023). Aqui, procuramos entender o processo que apagou esse corpo, e possíveis evidências da sua forma inicial, associando os métodos para pensar a urbanização sob a perspectiva da saúde planetária. Caminhamos como forma de investigação poética, buscando os rastros desse curso d'água posto de lado pela cidade. Para encontrá-lo, trabalhamos em três etapas: a preparação, as incursões em campo – onde se registra e joga – e a elaboração – onde se cria.

A preparação se deu no chão do texto, da pesquisa histórica, da coleta de informações. Agenciando conceitos, em busca das teorias e discutindo visões, nessa etapa elegemos a rastrodetecção como ferramenta de análise para produção caminhográfica. Ordenamos os possíveis trajetos, buscando mensurar o tempo necessário, o horário propício, treinando o olhar para prestar atenção e se deixar envolver ao mesmo tempo.

As incursões naturalmente buscaram construir um mapa, sobrepondo o antigo traçado do curso à malha urbana atual. Com isso, fomos coletivamente ao encontro do Santa Bárbara. Tentamos encontrá-lo, olhando para o chão, para os muros, para os ares. Prestando atenção aos seres que testemunharam as políticas de seu desmembramento, participam das tragédias naturais e indicam nosso futuro. Caminhamos em busca do percurso original do arroio, que foi totalmente desviado, por cortar o centro da cidade. Desde o seu encontro com o canal São Gonçalo, no bairro do Porto, mais ao sul; até onde encontrava seu banhado, hoje sob o terreno da rodoviária da cidade, no bairro Fragata, mais ao norte.



Figura 4 - A cicatriz do Santa Bárbara. Fonte: autoras, 2025.

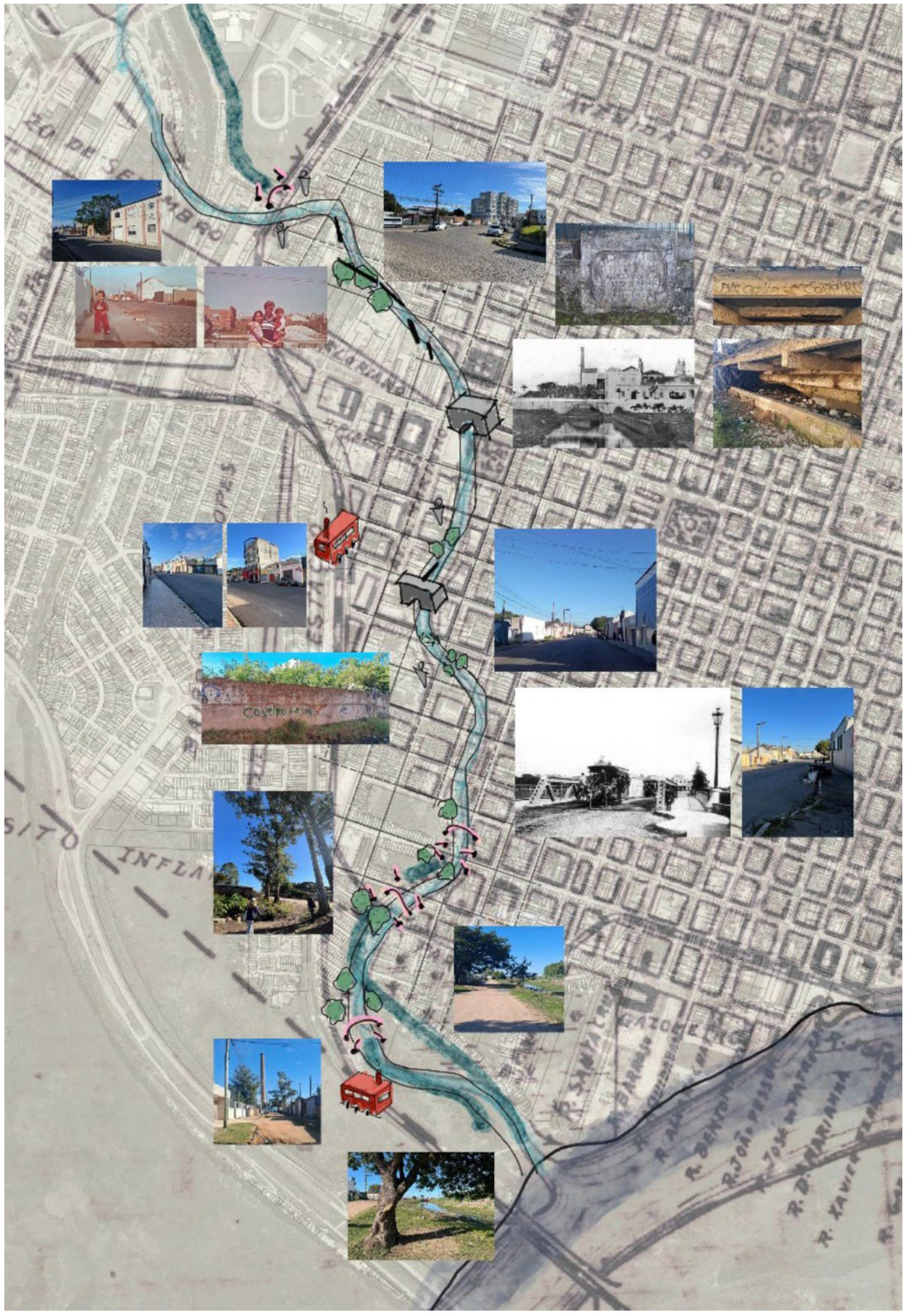


Figura 5 - Rastros ao longo do Braço Morto do Santa Bárbara. Fonte: autoras, 2025.

Durante o trajeto, registramos o que encontramos. Além de transitar, buscamos por meio de todos os sentidos ler o ambiente com nossa experiência sensível, extrapolando as informações dos sistemas tradicionais. Com esses encontros, produzimos registros fotográficos, escritos, desenhados, falados e experienciados. Produzimos novas ideias.

O jogar aparecia quando nos deixamos ser paradas, ao invés de pararmos alguém – atraindo, no lugar de retrair. Essa abertura é o que cria espaço para novas expressões subjetivas, novas regras. As impressões do corpo não são apenas físicas, são psíquicas. Os relatos se relacionavam à substancial presença do curso, onde foi aterrado e onde encontramos seus restos – moradores o recordam a cada cheia.

Acabamos na criação, escrevendo. Tally Jr. (2015) diz que escrever é como desenhar um mapa, e fazer um mapa é como contar uma história. Assim, desenhamos as operações sofridas pelo Santa Bárbara. Elaboramos uma imagem do trecho *amputado*, conectado à *deiscências semi-amputadas*, que formam essa cicatriz urbana que frequentemente inflama. Essas nos lembram dele, enquanto ele não volta, até o próximo mês de maio. O Braço Morto, o leito aterrado, o canal desviado, as vegetações persistentes, as áreas alagáveis, as pontes, os resquícios na malha urbana, a topografia.

“Historicamente, mapas controlam e abrem formas de ver. Operam neles regimes de visibilidade, do que pode e não pode ser visto” (Sperling, 2024, p. 60). Em nossa experiência cartográfica, partimos de mapas tradicionais, concebidos como dispositivos de poder sobre o espaço, aqueles que controlam, e fomos em direção a uma abertura para novas formas de ver. Com a caminhografia, nossos corpos acessaram lugares e visualizamos aquilo que os mapas não mostram. Nos deslocamos de uma perspectiva cartográfica apreendida de forma abstrata sobre a nossa cidade, para uma experiência estética e sensível.

> Caminhamos para ir de encontro ao que a cidade faz, pede, e leva. Em transurbância ou no ziguezague deleuziano, por vezes desafiadores, somos tomadas por contradições, controvérsias e transbordamentos de situações vividas. (Rocha e Santos, 2023)

Processos em curso: produção subjetiva

> Cartografar é acompanhar processos (Kastrup e Barros, 2009, p.52)

A ideia de inserção em um processo em curso é algo que perpassa – transpassa, atravessa, flui – por todo esse trabalho. Começamos pelo meio: meio da história, meio do caminho geográfico, no meio do curso do arroio. Um meio que não é para chegar a um fim, como tantos outros meios, mas para ser percorrido. O percurso do processo revela ao cartógrafo, mais que ao lugar, ele mesmo e seu próprio olhar, alí refletido. Isabelle Stengers (2000) nos apresenta a intenção da ciência moderna “de tornar 'verdadeiramente verdadeiros', descobertos, e não inventados, os seres cujo testemunho fidedigno o laboratório produz" (Stengers, 2000, p.111). Esse olhar não nos cabe em um contexto tão complexo, cheio de nuances.

Assim, nos inserimos no processo para “[...] desenhar a rede de forças à qual o objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado, dando conta de suas modulações e de seu movimento permanente. Para isso é preciso, num certo nível, se deixar levar por esse campo coletivo de forças” (Kastrup e Barros, 2009, p.57).



Produzir subjetividade, aceitar que essa não é a verdade absoluta, mas uma das verdades. Isso não significa que o processo é incerto e sem regras, muito pelo contrário. Significa que nos libertamos do pensamento de que é preciso desenvolver a pesquisa, passamos a nos envolver nela (Krenak, 2020).

Dentro dessa envoltória de sentidos, os três aspectos do rastreamento sensorial estabelecidos por Krämer (2007 *apud* Kemmer, 2024, p. 82) - presença , materialidade e o aspecto perturbador do rastro – se apresentaram. No que tange a presença dos rastros, foram diversos os registros: de elementos naturais e construídos, de elementos antigos e novos, de elementos da cidade legal e da cidade informal. Muitos deles, sutis.

Primeiro e segundo aspectos do rastreamento sensorial: presença e materialidade do rastro

Em nossa busca, caminhamos por onde percorreria o antigo leito do arroio. Nesse percurso, conversamos com poucos ocupantes do espaço que passaram por nós: “muito lixo aqui né?” “eu quase comprei uma casa que construíram em cima desse rio” “esse canal vem lá do centro, passa ali por trás e chega lá na rodoviária” “sempre que chove, alaga tudo do lado de lá”. Todos curiosos com a nossa presença que mapeia uma ausência: carregávamos celulares, cadernos, pranchetas; caminhávamos em manhãs ensolaradas de sábados, após dias úteis chuvosos, olhando para todos os lados; nos perguntávamos se estaríamos incomodando.

Fora as impressões na memória local, detectamos algumas físicas, presenças com materialidades. Em meio à urbanização, diversos terrenos baldios localizados pontualmente sobre o antigo leito, neles observamos a existência dominante de seres não-humanos, predominantemente verdes, com forte tendência ao crescimento nas fachadas e calçadas. Numa cidade úmida, locais com mais umidade que o usual passam muitas vezes despercebidos, mas o exercício da atenção do cartógrafo nos levou a detectá-los. E quanto mais em direção ao Braço Morto – vivo – e seu encontro com o canal São Gonçalo, mais emergia desse chão a água, suprindo os seres que ali se desenvolvem.

No exercício de atenção às fachadas identificamos algumas diferenças de temporalidade entre as edificações que ficavam à margem do curso do arroio, e as que estavam sobre o antigo leito. A arquitetura histórica, muita característica e cara ao centro pelotense, desaparecia onde uma vez teria passado o corpo d’água, dando lugar a edifícios de arquitetura contemporânea, terrenos baldios (como já mencionado) murados e alguns estacionamentos.

Figura 6 - Rastros verdes do Santa Bárbara. Fonte: autoras, 2025.



Mais próximo ao centro da cidade, as curvas de nível e as pequenas alterações do traçado viário demarcaram os rastros. Ir em direção ao outro extremo, o encontro do Santa Bárbara com seu banhado – ao norte –, foi como percorrer a beira de um rio. Na esquina da Rua Sete de setembro com a Rua Marcílio Dias (Figura 8, segunda linha, terceira foto), a malha viária apresenta um caminho curvo tão natural que não poderia ter sido desenhado por mão humana. É um rastro mais-que-humano. E corresponde exatamente ao curso do Santa Bárbara nos mapeamentos históricos. Nos registros cartográficos estudados, a partir de uma vista superior ortogonal, percebemos também lotes irregulares, indicando esse mesmo antigo percurso do arroio.

No imaginário coletivo dos pelotenses a cidade de Pelotas é praticamente plana. Contudo, no centro da cidade existem desníveis que indicam a topografia original do arroio. Em nossa caminhografia percorremos algumas dessas ruas, que às vezes caem suavemente, e às vezes têm um desnível que nega o senso comum, configurando subidas e descidas raras na estrutura viária do centro. Os dias ensolarados não nos permitiram buscar por áreas inundadas, no entanto encontramos em um ponto, um princípio de alagamento: aos fundos de um grande lote gramado, sobre as antigas águas do arroio.

O mais expressivo, e simbólico, dos rastros que indicam que o arroio Santa Bárbara cortava o centro da cidade é a Ponte de Pedra da Praça Cipriano Barcelos (figura 10). Sobre ela, sob ela e no entorno dela, transitam diariamente inúmeros usuários – à pé, de bicicleta, ou de automóvel –, que pisam e até moram no leito aterrado do arroio. Aqui reencontramos o *Coveiro da Cova* (figura 10, segunda linha, segunda foto), que parece uma assinatura urbana, um pseudônimo, relacionado à demarcação simbólica de um território, e que coincide com o território ocupado pelo antigo arroio, pois identificamos essa assinatura em outros muros que cercam o braço morto. Os pelotenses não percebem a estrutura inusitada, a placa quase apagada pela umidade que aponta sua reforma (figura 10, segunda linha, quarta foto), sua praça enterrada adjacentemente (figura 10, primeira linha, terceira foto), eles transitam com pressa pelo centro comercial e histórico da cidade. E é esse alto nível de ocupação que indica a motivação do aterramento. Sua presença é o que demarca o trajeto natural do arroio, que em algum momento serviu ao desenvolvimento econômico da cidade, e em outro momento foi visto como empecilho à sua devida ocupação.

Figura 7 - Edifícios contemporâneos ocupam o antigo leito do Santa Bárbara. Fonte: autoras, 2025.



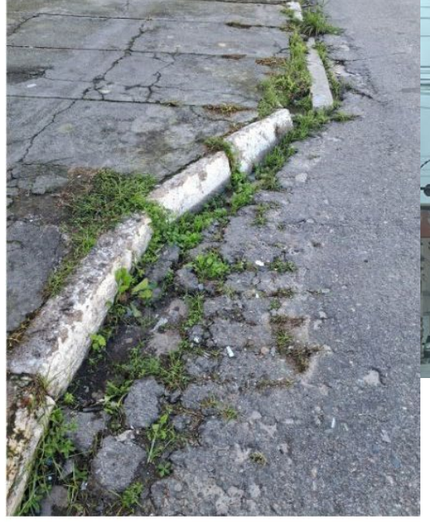





Figura 8 - Elementos sinuosos. Fonte: autoras, 2025.

Por fim, apresentamos os mais evidentes vestígios de uma existência passada, partes do próprio corpo desmembrado, o(s) Braço(s) Morto(s) do Santa Bárbara. Ficamos surpresas ao encontrar suas extremidades, geograficamente localizadas às margens da centralidade urbana, nas periferias, ele resiste. Mais ao sul, quando o arroio encontra o canal São Gonçalo, ele (*re)nasce* surgindo por baixo de uma residência (Figura 11, primeira linha, quarta foto). Nesse ponto ele cruza um conjunto residencial, servindo como área de lazer dos moradores. Ao norte ele faz um movimento parecido, surgindo por baixo de uma rua (Figura 11, segunda linha, terceira foto). Com seu aparecimento ele divide duas significativas ocupações, também residenciais, servindo como fundo dos lotes, que começam a poucos centímetros de suas margens.

Terceiro aspecto do rastreamento sensorial: o aspecto perturbador (análise crítica)

A *arte de saber* ler rastros, em alemão *Spurenlesen*, representa o rastreamento sensorial por meio do tocar, cheirar e do sentir. Essa expressão foi cunhada por Krämer (2007) ao relacionar etimologicamente a palavra *Spur*, que no idioma alemão significa o ato de deixar uma marca no solo, uma pegada, com a palavra *Spüren*, que significa a prática de sentir, o sensorial (Kemmer, 2024). O rastreamento sensorial nos foi oportunizado nessa experiência cartográfica, quando cada uma vivenciou a sua experiência individual, mas que em diversos momentos aspectos comuns da experiência foram compartilhados coletivamente. Para além dos sentidos, a mente reflexiva atuando em conjunto neste rastreamento sensorial, possibilitou a produção de subjetividades.






A nossa caminhada tinha um ponto de partida e uma intenção, fora isso, o rumo era incerto. Mesmo com toda a preparação, nesses momentos somos postos a prova: propôr-se ao encontro requer inventividade, o despojamento das certezas para deixar-se envolver como possível pelo encontro com o território. Não sabíamos do que tratava-se o braço morto – ou os braços mortos, como viríamos a descobrir. Quando vimos pela primeira vez o trecho não aterrado do canal, saindo por baixo da última casa assentada sobre o leito soterrado, sentimos uma emoção que foi intensificada pelo som do trem que se aproximava, e que traz uma memória afetiva, nostálgica, tornando aquele momento especial por este duplo encontro. O rastro do trem indica a permanência de uma infraestrutura de transporte que ainda sobrevive a duras penas. Na sequência, andando na margem do então arroio Santa Bárbara, visualizamos uma ponte de madeira azul a vários metros de distância, em meio à vegetação que não nos permitia enxergar o horizonte, o que despertou outra sensação, um misto de entusiasmo e receio. O entusiasmo pelo fato de *saber* que o curso d'água, recentemente descoberto, se estendia por um longo caminho pela frente, apesar desse caminho ser completamente desconhecido. O receio pelo fato de estar em um território desconhecido, cercado por ocupações dos dois lados da margem, e por não saber como chegar até a ponte azul. Optamos por dar a volta, e nesse caminho o cheiro do eucalipto queimado que pairava no ar pressupunha que o calor estava presente em algum(ns) lugar(es) naquela manhã fria de outono.

Dentre os diversos rastros encontrados, tem-se, lado a lado, dois *rastros monumentais*: a Ponte de Pedra, rastro identificado como um monumento histórico de significativa importância relacionada ao arroio Santa Bárbara; e o POP Center, um centro de compras popular, construído precisamente sobre o antigo leito do arroio, cujo porte monumental configura uma barreira visual para a paisagem da Praça Cipriano Barcelos, antiga Praça Pedro II. Suas posições confrontantes promovem uma tensão, uma relação monumental contraditória. O propósito de um monumento é manter uma memória viva. "Ele é uma defesa contra o traumatismo da existência, um dispositivo de segurança. [...] Desafio à entropia, à ação dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas" (Choay, 2006, p.18). Enquanto a Ponte de Pedra busca exercer seu propósito de manter viva a memória do arroio Santa Bárbara, o POP Center atua na contramão, soterrando e dispersando a memória territorial do antigo leito do arroio (figura 13).

De acordo com Robert Smithson (1966), O POP Center, pode ser considerado um monumento entrópico, com ausência de sentido, um lugar imerso em *oblivion* e na experiência do alheamento, cujos exemplos são os "centros de descontos e lojas de promoções com suas fachadas estéreis. Seus interiores constituem-se de labirintos com mercadorias primorosamente empilhadas: fileira por fileira só aumenta a alienação do consumidor" (Smithson, 1966 *apud* Telles, 2010, p. 82).

Figura 9 - A topografia do Santa Bárbara. Fonte: autoras, 2025.

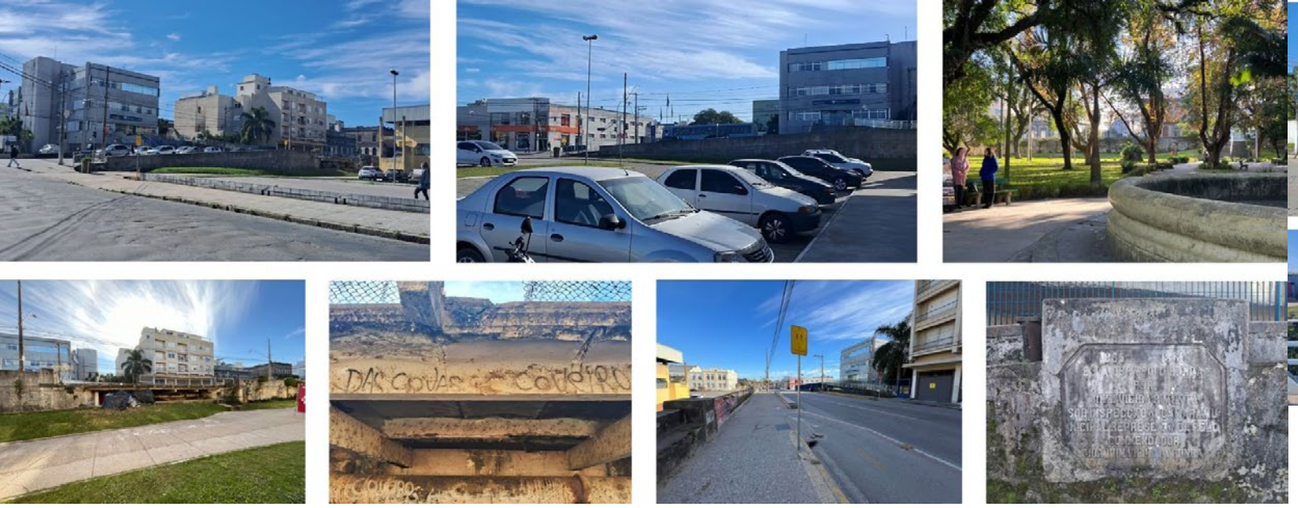


Figura 10 - Diferentes ângulos da ponte que cruzava o arroio. Fonte: autoras, 2025.

O aterramento e a urbanização sobre o antigo leito do arroio, promoveram uma considerável transformação na paisagem, que carrega consigo a tensão entre a memória e o esquecimento. Os rastros detectados na paisagem documentam a ausência, e instigam a um *dever de memória* (Ricoeur, 2008), em relação ao nosso meio ambiente, e à saúde planetária. Um *dever* de responsabilidade, não apenas individual, mas coletivo, de conhecermos nossa história, nos posicionarmos criticamente diante dos fatos passados, reconhecermos os erros cometidos para evitarmos que sejam repetidos no futuro. O *dever de memória* não se limita a um compromisso ético de não esquecer, e de honrar as vítimas, ele busca a justiça e a reconciliação.

Kemmer (2024) nos apresenta a potencialidade da *rastrodetecção* como método científico em estudos de espacialidades contemporâneas, envolvendo movimentos artísticos, desenvolvendo consciências ecopolíticas, e reivindicando justiça ambiental e novas formas de reparação. Nesse contexto, a autora escreve sobre o movimento *rios ocultos* de São Paulo como um caso poderoso de recuperação das memórias e presenças de populações indígenas e negras na cidade, e de resistência ao apagamento histórico da relação entre essas populações junto aos rios. Ademais, ela traz o conceito de *ecologia evidenciadora*, desenvolvida na teoria feminista, para mostrar que "evidenciar não é apenas uma prática que acontece entre o cidadão e o Estado, mas que as 'naturezas' urbanas e elementos como o solo e os sedimentos fornecem provas *indisciplinadas* em si mesmas que muitas vezes trazem poderosas reivindicações de justiça ambiental e reparação de todos os tipos" (p. 76).

O direito aos rios é uma reivindicação associada ao dever de memória que os rastros nos instigam. Esses seres não humanos têm o direito de existir e fluir naturalmente, de terem sua integridade preservada, com a manutenção saudável de suas funções essenciais, e de serem restaurados caso de degradação ou poluição.

Controvérsias: morto-vivo

> Como exatamente os traços reconfiguram o espaço e a representação espacial? E como pode ser entendida a busca de traços dentro do solo urbano, e não apenas sob o solo, como uma metodologia, para tornar essas transformações criticamente visíveis? (Kemmer, 2024, p.82).

Perante os rastros cartografados, em especial os que dizem respeito ao fenômeno de perturbação, é possível ir para um outro nível dialógico ao abordar a ideia de controvérsia. Já na própria história desse território encontramo-nos com controvérsias:



Figura 11 - Braço Morto - trecho sul, próximo ao Canal São Gonçalo. Fonte: autoras, 2025.

o arroio Santa Bárbara, como palco de retratos de riqueza e miséria, de memória e esquecimento, de progresso e degradação, de centralidade e marginalidade, humanos e natureza.

O Braço Morto foi visto por nós, inicialmente, como uma cicatriz que pulsa, latente e ardente, gerando o incômodo da contradição. A controvérsia do fluxo d'água, fechado para evitar as enchentes, mas que ainda tem suas extremidades abertas, como feridas, que transbordam aos borbotões ainda assim. Por vezes cicatriz, por vezes ferida aberta, deiscência. Que tipo de ideia produziu essa realidade? Que dispositivo (Agamben, 2005) sustenta essa solução? Certamente, um dispositivo que corrobora com a ideia de tornar dócil e previsível esse corpo não humano, que parece ter vontade própria. Nossa hipótese entende que é o Capitalismo, como um sistema complexo, que deseja disciplinar esse afluente. Por meio de diversos dispositivos articulados – discursos, instituições, leis, práticas, etc – o Capitalismo é capaz de moldar as formas e funções das cidades de acordo com seus interesses, e ainda mais, controlar o comportamento dos indivíduos, produzindo suas subjetivações. Casos como o apresentado neste trabalho exemplificam a herança deixada pela Era do Capital para o Planeta Terra, consolidando-se assim o Capitaloceno.

Stengers (2000) constrói uma outra possibilidade que acolhemos, partilhada também por Bruno Latour (2018)[9]: *as cosmopolíticas*. Segundo os autores, cosmopolíticas são o processo contínuo de construção de um mundo comum entre entidades heterogêneas. Em nossas aproximações ao objeto de estudo, percebemos a presença dessas heterogeneidades. O curso d'água que era usado como espaço aprazível e meio de locomoção, foi também local de descarte de resíduos do charque e das indústrias. Em nossas caminhadas, encontramos diversas coexistências contraditórias na contemporaneidade: humanos e não humanos, antigo e recente, centro e também margem, morto e ao mesmo tempo vivo. A maior das contradições é o Braço Morto do Santa Bárbara estar vivo - poluído, degradado, em estado de abandono - e com suas extremidades abertas. O membro mal amputado revela os dispositivos violentos criados para sustentar uma ideia de mundo. Talvez o processo proposto pelas cosmopolíticas seja o princípio de outros modos de pensar o espaço urbano no contexto da saúde planetária, de um diálogo entre mundos capaz de diminuir o abismo que os separa.

9 Tradução de Stelio Marras de "Whose cosmos? Which cosmopolitics? A commentary on Ulrich Beck's peace proposal" in Common Kftnowledge, v. 10, issue 3, Fall 2004, p. 450-462. Tradução francesa: "Quel cosmos? Quelle cosmopolitiques ". In: Jacques LOLIVE e Olivier Soubeyran (orgs.). L'émergence des cosmopolitiques. Colloque de Cerisy, Collection Recherches. Paris: La Découverte, 2007, p. 69-84.



Figura 12 - Braço Morto - trecho norte, próximo à rodoviária de Pelotas. Fonte: autoras, 2025.

Considerações finais

Frente a cartografia produzida e suas reflexões, algumas considerações se fazem necessárias. A primeira é de que foi uma experiência sensível da emergência climática que mobilizou esse trabalho, levando-nos a um olhar crítico sobre os processos violentos de urbanização que buscam subjugar a natureza. Esses mesmos processos levaram um curso d'água caro à história da nossa cidade a uma posição de contradição. A segunda consideração trata do encontro dos rastros por meio da caminhografia, expressos desde pequenos elementos até grandes monumentos. Esses que por vezes nos servem como pequenas memórias de uma natureza passada, e por vezes dão lugar e abraçam *novas* águas, que invadem o ambiente que lhe roubamos. Que nos indicam um acontecimento daquele lugar passado, e nos mostram vislumbres do futuro. Passado e presente se mesclam, mostrando-se simultaneamente, e é a experiência sensorial que aponta e revela a realidade.

Um terceiro ponto, por fim, é considerar que o modo de produção capitalista é uma construção histórica em transformação, e assim como outros sistemas, não são permanentes. Já encontram-se em curso novas formas, experiências e perspectivas que propõem modos alternativos, de habitar o mundo e tecer relações mais recíprocas entre humanos e mais-que-humanos. Um olhar crítico sobre a cidade e a arquitetura não deve se ater apenas à materialidade, mas, sobretudo, compreender e abrir diálogo sobre os diferentes modos de vida, os valores e as relações que elas produzem e sustentam. O Santa Bárbara vive – e quer viver.



Figura 13 - À esquerda - Ponte de Pedra ao fundo e POP Center (edifício amarelo) à direita. À direita - Foto histórica que retrata o arroio Santa Bárbara atravessando o espaço urbano, e ao fundo a ponte referenciada na Figura 10. Fotos registradas de local e ângulo próximos. Fonte: À esquerda - autoras, 2025. À direita - Pelotas Antiga, sem data/2024. Disponível em: https://www.facebook.com/Olharessobrepelotas/posts/em-1835-ano-em-que-foi-elevada-cidade-pelotas-j%C3%A1-envolvia-o-arroio-santa-b%C3%A1rbara/2547692005337989/. Acesso em: Jul. 2025.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? *In:* A exceção e o excesso. *Revista Outra Travessia*, n.5, 2005.

BARROS, Laura P.; KASTRUP, Virginia (2009). Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana de (org.). *Pistas do Método da Cartografia.* Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, p. 52-75.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio.* 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006. 288p.: il.

KEMMER, Laura. Spurensicherung - Reter traços. O chão urbano como arquivo de ecologias reparadoras. *arte :lugar :cidade*, v. 1, n. 2, p. 72-100, 1 nov. 2024. Disponível em: https://www.periodicos.uff.br/arte-lugar-cidade/article/view/65124/37977. Acesso em: jun. 2026.

KRENAK, Ailton. *A vida não é útil.* São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LATOUR, Bruno. Qual cosmos, quais cosmopolíticas? Comentário sobre as propostas de paz de Ulrich Beck. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, Brasil, n. 69, p. 427–441, 2018. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v0i69p427-441. Disponível em: https://revistas.usp.br/rieb/article/view/145662. Acesso em: 11 jun. 2026.

MAGALHÃES, Mário Osório. *Pelotas Princesa* (livro comemorativo ao bicentenário da cidade). Pelotas: Diário Popular, 2012. 150 ps.

MOORE, Jason W. [Org.] Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo / organizado por Jason W. Moore; tradução de Antônio Xerxenesky, Fernando Silva e Silva – São Paulo; Elefante, 2022. 344p.

PETER, Glenda Dimuro. *Santa Bárbara o Braço Morto do arroio que ainda vive na memória.* Trabalho de Conclusão do Módulo I. Curso de Especialização em Conservação de Patrimônio em Centro Urbanos. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/UFRGS. Porto Alegre, RS, 2024.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento.* Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2007.

ROCHA, Eduardo.; SANTOS, Taís. B. dos. *Verbolário da caminhografia urbana*. Pelotas-RS: Editora Caseira, 2024.

ROCHA, Eduardo.; SANTOS, Taís. Como é a caminhografia urbana? Registrar, jogar e criar na cidade. *Arquitextos*, São Paulo, ano 24, n. 281.05, Vitruvius, out. 2023. <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/24.281/8923>. Acesso em: jun. 2026.

SMITHSON, Robert. Um passeio pelos monumentos de Passaic, Nova Jersey. *Arte & ensaios*. Rio de Janeiro: UFRJ, ano XVII, n. 19, 2009.

SPERLING, David. Cartografias e geopoéticas: grafias e poéticas de mundo mais-que-humanos. Questões Transversais. *Revista de Epistemologias da Comunicação*. v.12. n23. Jan.2024.

SPERLING, David; NOBRE, Ana Luiza. Ground Atlas: ground, map, connect. *In*: *Anais SIGraDi 2023: XXVII International Conference of the Ibero-American*, 1., 2024, Punta del Este, p. 1349-1360.

STENGERS, Isabelle. *L'invention des sciences modernes*. Paris: La Decouverte,1993.
TALLY JR. Robert. TO DRAW A MAP IS TO TELL A STORY: INTERVIEW WITH DR. ROBERT T. Taly Jr. ON GEOCRITICISM. Katiuscia Darci (Org.). *REVISTA FORMA*. V. 11. PRIMAVERA 2015. p. 27-36. ISSN 2013-7761.

TELLES, Martha. Robert Smithson: a memória e o vazio na paisagem entrópica contemporânea. *Artes e Ensaios*. v.20 n.20 (2010): Em suspensão.

UCPEL. *O canal Santa Bárbara***.** Projeto Viva o Santa. Julho, 2009. Disponível em: https://vivaosanta.wordpress.com/2009/07/09/o-canal-santa-barbara/. Acesso em: jun. 2026.

ISSN 2526-7310 PIXO n.37, v.10 outono de 2026

CRISE CLIMÁTICA, ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E DOENÇAS Jardim América/RJ

CLIMATE CRISIS, PRECARIOUS SETTLEMENTS AND DISEASES Jardim América/RJ

James Miyamoto[1], Michele Henriques[2], Luis C. Domingues[3], Antonio Krishnamurti[4], Andréa de Vasconcellos[5], Rafaela Raffaele[6] e Aruan Braga[7]

Resumo
O artigo analisa a relação entre riscos socioclimáticos, vulnerabilidades socioambientais e incidência de doenças em assentamentos precários do Sul Global, com enfoque no bairro Jardim América, na cidade do Rio de Janeiro. Evidencia-se que a intensificação das mudanças climáticas, aliada à precariedade habitacional, insuficiência de saneamento e desigualdade socioeconômica criam um contexto de sindemia urbana, no qual múltiplos fatores sociais, ambientais e climáticos interagem e potencializam impactos na vida e na saúde, provocando maior prevalência de determinadas doenças em territórios vulneráveis. Assim, compreender a sobreposição de riscos físicos, ecológicos e sociais por meio de abordagens integradas e participativas, considerando a realidade local, são essenciais para desenvolver políticas públicas capazes de reduzir os impactos de eventos climáticos extremos e fortalecer a resiliência de populações residentes em assentamentos precários. Busca-se uma postura regenerativa em sua mais ampla acepção, em que o direito à cidade seja democratizado.
Palavras-chave: riscos socioclimáticos; sindemia; vulnerabilidade socioambiental.

Abstract
This article examines the relationship between socio-climatic risks, socio-environmental vulnerabilities, and disease incidence in precarious settlements in the Global South, focusing on the Jardim América neighborhood in the city of Rio de Janeiro. The study demonstrates that the intensification of climate change, combined with inadequate housing conditions, insufficient sanitation infraestructure, and socioeconomic inequality, creates a context of urban syndemic in which multiple social, environmental, and climatic factors interact and amplify adverse impacts on people's lives and health, leading to a higher prevalence of certain diseases in vulnerable areas. Understanding the overlap of physical, ecological, and social risks through integrated and participatory approaches that take local realities into account is essential for developing public policies capable of reducing the impacts of extreme climate events and strengthening the resilience of populations living in precarious settlements. The study seeks a regenerative approach in its broadest sense, in which the right to the city is democratized.
Key-words: socioclimatic risks; Syndemic; socioenvironmental vulnerability.

1 Professor-Titular da FAU/UFRJ. Professor-Permanente do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB-FAU/UFRJ). Coordena o Laboratório de Ecologia Urbana (LEUr-PROURB-FAU/UFRJ). É um dos editores da revista Thésis. Presidente da ANPARQ.
2 Doutoranda em Urbanismo (PROURB/FAU/UFRJ), integra o Laboratório de Ecologia Urbana (LEUR); Mestre em Urbanismo (PROURB/FAU/UFRJ), Arquiteta e Urbanista (UFES). Atua na Prefeitura de Vitória, desde 2002, com experiência em projetos de urbanização, habitação social, regularização fundiária e recuperação ambiental.
3 Doutor em Urbanismo (PROURB-UFRJ), Mestre em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR-UFRJ), servidor público pela Fundação Oswaldo Cruz, atuando na área de saúde urbana e promoção de territórios sustentáveis e saudáveis.
4 Professor Adjunto da PUC-Rio, coordenador do Mestrado Profissional em Engenharia Urbana e Ambiental, doutor em Engenharia Civil pela COPPE/UFRJ e cofundador do Laboratório de Metodologias de Projeto (LAMPRO).
5 Arquiteta e Urbanista, doutoranda em Urbanismo pela UFRJ, Mestre em Engenharia Urbana e Ambiental com dupla diplomação pela PUC-Rio e TU-Braunschweig e Mestre em Administração Pública pela FGV-Rio. É servidora pública pela Fiocruz, desde 2013, lotada, atualmente, na Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde.
6 Professora de Projeto de Arquitetura da FAU-UFRJ. Pesquisadora do Programa de Pós Graduação em Urbanismo (PROURB) no Laboratório de Ecologia Urbana (LEUr) e no Núcleo de Pesquisa e Documentação (NPD).
7 Aruan Braga é doutorando em Urbanismo (PROURB-FAU/UFRJ), mestre em Políticas Públicas (IE/UFRJ) com bacharelado em Ciências Sociais (IFCS/UFRJ) e licenciatura em Sociologia (FE/UFRJ). Trajetória acadêmica e profissional focada em gestão e avaliação de políticas públicas, governança territorial e planejamento urbano.

Introdução

De acordo com o reconhecido IPCC (2023), há uma *alta confiança* de que a influência humana é a principal razão para as recentes emergências climáticas que se testemunham no planeta. Em linhas gerais, as causas estão associadas ao aumento das emissões globais de gases de efeito estufa, potencializadas por padrões insustentáveis de uso de energia e da terra, por modelos de produção e consumo predatórios, cujas desigualdades se manifestam em diferentes escalas, entre regiões e grupos sociais (IPCC, 2023). Em 2023, segundo a *World Meteorological Organization* (WMO, 2024), a temperatura média na superfície terrestre chegou a aproximadamente 1,45ºC acima da temperatura média monitorada entre 1850-1900. Assim, aquele ano até então foi reconhecido como o mais quente dos últimos 174 anos. Não parece se tratar de um fato isolado, mas de uma progressão da temperatura média cada vez mais visível, em que, em 2024, se atingiria 0,10ºC a mais que o ano anterior e superaria a temida barreira do 1,50ºC acima da temperatura pré-industrial (WHO, 2025).

A *United Nations Office for Disaster Risk Reduction* - UNDRR (2021, p. 9) destaca que "os riscos de desastres relacionados aos efeitos das mudanças climáticas são a nova face das cidades da América Latina e Caribe", o que ratifica a originalidade da pesquisa. O estudo destaca alguns pontos importantes ao identificar que mais da metade das cidades da região com populações iguais ou superiores a 500 mil pessoas apresentam pelo menos uma grande vulnerabilidade aos riscos [ditos] naturais. Não por coincidência, as regiões com maior fragilidade ambiental são aquelas também caracterizadas pela pobreza estrutural e desequilíbrio socioeconômico. Entende-se como uma forte hipótese que essa nova realidade de uma crise climática parece exacerbar um quadro em que a fragilidade social de grupos mais pobres é exposta a mais riscos devido aos extremos climáticos. Deve-se sublinhar que este processo é histórico e encontra raízes nas inequidades socioeconômicas, associadas às decisões políticas e de planejamento que mantém ou acentuam as desigualdades, ações de governança controversas, dentre outras razões, que pressionam determinados grupos menos protegidos e, que por consequência, tornam-se reféns dos eventos ambientais (Acserald, 2001; Acserald, 2015; Sant´Anna, 2018).

Cabe ressaltar que os riscos socioclimáticos resultam da interação entre as ações humanas, ameaças climáticas, vulnerabilidade e exposição de unidades ecossistêmicas potencialmente afetadas por estes eventos: "[a] gravidade dos impactos de eventos climáticos e meteorológicos extremos e não-extremos depende fortemente do nível de vulnerabilidade e exposição a esses eventos" (IPCC, 2012, p. 67). O objetivo primário

desta investigação é identificar a correlação entre os potenciais extremos climáticos e a maior incidência de doenças em assentamentos precários. Como objetivos específicos, o estudo busca alertar sobre situações iminentes de exposição a riscos de doenças, a fim de mitigar os impactos nas populações de assentamentos precários. A relevância do tema centra-se no desenvolvimento ainda incipiente, quantitativa e qualitativamente, de estudos que relacionem a fragilidade socioambiental e as questões urgentes do clima, principalmente, no contexto do Sul Global (Fernández; Koplow-Villavicencio; Montoya-Tangarife, 2023).

O artigo propõe analisar os impactos relacionados com os riscos socioclimáticos, em especial, aqueles decorrentes de inundações, enchentes e alagamentos resultantes de chuvas intensas, cuja frequência e gravidade pode ser ampliada pelos efeitos da crise climática. Utilizando o conceito de *sindemia urbana* como expressão da convergência de riscos e vulnerabilidades, destaca-se a existência de um desequilíbrio na exposição para os mais pobres, em decorrência dos modelos hegemônicos e desiguais de urbanização das cidades. Para fundamentar o debate foi estabelecido um estudo de caso em comunidades localizadas ao longo das margens do Rio Acari, nas proximidades da foz, no bairro do Jardim América, Região Administrativa de Vigário Geral, na cidade do Rio de Janeiro.

Por meio de uma abordagem interdisciplinar e participativa que articula análises territoriais, socioambientais e sanitárias, o estudo combina revisão bibliográfica, análise de dados censitários e geoespaciais, observações de campo, entrevistas e oficinas participativas com moradores e lideranças locais. A estratégia central busca integrar o conhecimento técnico-científico às experiências e percepções da população por meio de uma construção colaborativa dos impactos dos eventos climáticos na saúde da população. Desse modo, procura-se construir uma compreensão mais abrangente das vulnerabilidades socioclimáticas, reconhecendo os saberes locais como elemento fundamental para a produção do conhecimento e para o debate acerca das soluções em assentamentos precários.

Sindemia urbana: interação entre ambiente, vulnerabilidade e saúde

Segundo as Nações Unidas, aproximadamente 1,1 bilhões de pessoas vivem em favelas ou assentamentos similares (UN, 2024, p.30), com a expectativa de que seja atingido o patamar de 2 bilhões nos próximos 30 anos. Especificamente em países da América Latina e Caribe, uma em cada quatro pessoas do universo da população urbana vive em assentamento informal (CEPAL, 2018). No Brasil, de acordo com o Censo Demográfico 2022: Favelas e Comunidades Urbanas, publicado em novembro/2024, a população residente em 12.348 *favelas e comunidades urbanas* é de 16.390.815 pessoas (IBGE, 2024, p. 73), o que equivale a 8,1% da população do país. Em 2010, havia 6.329 *Aglomerados Subnormais* – nomenclatura utilizada pelo IBGE até o Censo Demográfico 2010 – nos quais viviam 11.425.644 pessoas, ou seja 6,0% da população do país naquela ocasião (IBGE, 2024). Trata-se de uma população predominantemente urbana e fortemente crescente. Assim, ao considerar que "as vulnerabilidades humanas e ecossistêmicas são interdependentes" e que "aproximadamente 3,3 a 3,6 bilhões de pessoas vivem em contextos altamente vulneráveis ao clima" (IPCC, 2023, p. 5), pode ser estabelecida uma hipótese que justifica a relevância e urgência do tema.

As próprias características e atributos recorrentes em favelas, observados pela UN-Habitat (2003): deficiência de serviços básicos; precariedade das edificações; alta densidade demográfica; condições insalubres de moradia e localização em lugar de perigo (valões de esgoto, falta de calçamento, despejo irregular de resíduos, ambiente poluído, locais sujeitos a alagamento, proximidade de plantas industriais com emissões tóxicas ou despejo de resíduos, áreas sujeitas a deslizamento), dentre outras, que se referenciam diretamente à pobreza e à exclusão social, induzem à compreensão de que um quadro de comorbidade social pode propiciar uma incidência atipicamente maior de doenças:

> [o]s múltiplos e redundantes processos de determinação social da saúde presentes no processo de produção e reprodução urbana definem ambientes prejudiciais à saúde que, nas favelas, estão associados aos efeitos nocivos da pobreza e da marginalização da população residente em relação ao setor formal da economia e aos processos políticos de decisão (Domingues, 2024, p. 133-134).

Em geral, essas características, fortemente relacionadas a inequidades e exclusão social, são inerentes aos movimentos hegemônicos de acumulação do capital que concentram renda e reproduzem desigualdades, acentuando o contraste na oferta de equipamentos e serviços públicos, infraestrutura e sistemas de transporte em relação a diferentes camadas socioeconômicas. Neste quadro, torna-se ainda mais grave, a absoluta indiferença e descaso do poder público em universalizar o direito à moradia e o direito à cidade. Além disso, dinâmicas imobiliárias especulativas e hostis obrigam os mais pobres a residirem em condições de informalidade quase absoluta na estrutura e dinâmica urbana, muitas vezes, ocupando áreas impróprias à moradia, nas piores localizações das cidades.

Bullard (2000 [1994]) afirma que o local onde os mais pobres vivem é um dos fatores determinantes para o seu bem-estar, precariedade de infraestrutura e condições inadequadas de moradia podem submetê-los a maiores ameaças ambientais e a problemas de saúde que poderiam ser facilmente evitados. O que se observa é uma situação que não apenas de desigualdade na exposição aos riscos e impactos ambientais, mas também uma menor velocidade nas respostas diante de eventos extremos:

> [e]mbora intimamente relacionada, a justiça ambiental é um tema mais amplo, que não se concentra apenas nos padrões distributivos injustos dos fatores ambientais, mas também em outras dimensões relacionadas, como relações de poder, motivadores institucionais, movimentos sociais e práticas corretivas (Fernández; Koplow-Villavicencio; Montoya-Tangarife, 2023, p.1).

Ou seja, o *assentamento precarizado* antecede o *assentamento precário*. Nesta linha, Acselrad (2015, p.58) afirma que a caracterização objetiva das condições de vulnerabilidade se defronta com dificuldades recorrentes: "a de não se considerar a vulnerabilização como um processo e a condição de vulnerabilidade como uma relação".

Esse cenário enfrentado pelos pobres urbanos expõe um processo sindêmico nas cidades, que em linhas gerais, pode ser caracterizado como um quadro no qual comorbidades sociais, de saúde, de infraestrutura, ambientais e climáticas se sobrepõem e se potencializam mutuamente, agravando situações de fragilidade e vulnerabilidade. A maneira como a emergência climática global se manifesta nos assentamentos precários demonstra que não se trata de um problema meramente ambiental, mas sim de uma crise profundamente atravessada por desigualdades históricas, sociais e espaciais. É necessário desmistificar que o desastre esteja relacionado apenas com questões naturais, determinadas injustiças ambientais precisam ser vistas como tal, fenômenos que são construídos a partir de condições urbanas, ambientais e sociais, e não fatalidades apenas relacionadas com eventos naturais (Acselrad, 2015; Davis,

2013 [2006]; Porto, 2012; Souza, 2019).

Originalmente, o antropólogo-médico Merrill Singer cunhou o termo *sindemia* para se referir à maior vulnerabilidade de pobres urbanos à AIDS, no início dos anos 1990, definindo-o como: “um conjunto de problemas de saúde estreitamente interligados e mutuamente intensificados que afetam significativamente o estado geral de saúde de uma população dentro do contexto de uma configuração perpetuante de condições sociais nocivas” (Singer, 1996, p.99). O conceito destaca que a interação entre duas ou mais doenças e a sobreposição de fatores ambientais, sociais e culturais frente a um quadro de epidemia trazem consequências mais impactantes para grupos vulneráveis, e, essas consequências não são resultado apenas de fatores biológicos, mas diretamente influenciados pelas condições socioambientais das populações e dos territórios.

O conceito voltou ao centro do debate com a Pandemia da COVID-19 em discussões e trabalhos relacionados com saúde pública, mas ainda é muito pouco utilizado nas análises urbanas. Entretanto, autores como Mendenhall (2017, p.889) defendem que a análise sindêmica, para além do debate específico na área da saúde, pode contribuir para compreender a vulnerabilidade urbana:

> a teoria da sindemia oferece uma abordagem inovadora na maneira de entender porque as doenças se concentram em populações desproporcionalmente afetadas pela pobreza, exclusão social, violência de gênero, mudança climática, deslocamento decorrente de atividades agrícolas ou desperdícios industriais ou poluição e outras formas de estresse social e ambiental.

Doenças como tuberculose, malária, doenças respiratórias, doenças digestivas, esquistossomose, doença de Chagas e leptospirose são mais comuns em favelas do que em áreas ditas formais e podem ser atribuíveis a questões multifatoriais, como o baixo nível das condições de habitabilidade dos assentamentos em função da falta de infraestrutura; a excessiva aglomeração; a carência de drenagem e esgoto; a disposição inadequada de resíduos; a falta de ventilação das edificações, dentre outros fatores, além disso, deve-se pontuar a existência de doenças não transmissíveis e lesões associadas à violência e acidentes de trânsito (Domingues, 2024; Corburn, Sverdlik, 2017; Hagan *et al.*, 2016).

A fim de exemplificar, serão apresentadas algumas pesquisas que correlacionam assentamentos precários e doenças. Em estudo realizado em Salvador, Bahia, Riley *et al*. (2007, p.4) identificaram, em pesquisa iniciada em 1996, uma proporção de 10 casos de leptospirose em cada 100.000 pessoas e afirmaram: “o principal fator de risco para a aquisição da manifestação da doença foi ser residente em favela. Mais de 95% dos casos ocorreram em favelas da cidade”. A leptospirose é uma doença infecciosa, causada pela bactéria *Leptospira* e é transmitida pelo contato com a urina de animais, principalmente ratos, recorrentemente em casos de enchentes ou contato com águas contaminadas. As complicações, se não tratadas, podem levar à icterícia, insuficiência renal, hemorragia pulmonar e até mesmo à morte.

Outra doença estudada, a tuberculose (TB), é causada pelo bacilo *Mycobacterium tuberculosis*, com alta transmissibilidade aérea, e é associada às condições de pobreza e exclusão social: “em 2022, foram notificados 80.369 casos novos da doença no Brasil, o que mantém o país entre os prioritários no mundo para o controle da TB, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS)” (BRASIL, 2024, p.9). Houve 5.596 mortes em decorrência da doença. De acordo com Flores *et al*. (2017, p.311):“[n]o Brasil, a doença afeta, principalmente, as periferias urbanas – as favelas e as áreas degradadas dos grandes centros – e geralmente está associada à fome, às más condições de moradia e saneamento básico, ao uso e abuso de álcool, tabaco e outras drogas e às doenças imunossupressoras como a AIDS”. Ou seja, a doença é reconhecida como um problema multifatorial em que busca-se reduzir sua incidência no Brasil a menos de 10 casos por 100 mil habitantes em 2035. A título de ilustração, em 2021, no Brasil, “foram notificados 68.271 casos novos de TB, o que equivale a um coeficiente de incidência de 32,0 casos por 100 mil” (BRASIL, 2022, p.7). Trata-se da menor incidência da doença dos últimos 10 anos, em que o pico máximo aconteceu em 2019, com 37,1 casos por 100 mil habitantes (BRASIL, 2022, p.10). Embora, geralmente, afete o pulmão, a TB pode atingir outros órgãos, como rins, gânglios linfáticos e intestino, por exemplo, podendo levar a óbito.

É importante ser cauteloso na atribuição de problemas de saúde humana às mudanças climáticas globais, pois há questões multifatoriais envolvidas: “[o]s modelos de previsão global produzem valores pouco confiáveis quando aplicados no nível regional. A maior parte dos modelos leva em consideração os fluxos de energia entre solo, ar e oceano, mas subestimam o papel do uso e da cobertura da terra nesses fluxos” (Barcellos *et al*., 2009, p.287). No entanto, é oportuno reconhecer que “as grandes cidades se caracterizam pela geração de calor e a sua cobertura por construções diminui a percolação de água de chuva, e aumenta o fluxo ascendente de ventos, o que as torna vulneráveis para efeitos de aquecimento e enchentes” (Barcellos *et al*., 2009, p.288). Assim, as variações de temperatura e precipitação podem se tornar mais intensas, com “alteração de ecossistemas e de ciclos biogeoquímicos, que podem aumentar a incidência de doenças infecciosas” (Barcellos *et al*., 2009, p. 292) e influenciar na “dinâmica das doenças de veiculação hídrica, como a leptospirose, as hepatites virais, as doenças diarréicas etc. Essas doenças podem se agravar com as enchentes ou secas que afetam a qualidade e o acesso à água” (Barcellos *et al*., 2009, p. 292).

Assim, é possível se estabelecer uma associação entre os riscos identificados em regiões com intensa precipitação e fortemente alagáveis, que ensejam um quadro típico de pobreza, saneamento inadequado e degradação ambiental, com foco particular em doenças vetoriais como dengue e malária ou de origem infecciosa como leptospirose, hepatite e diarreia, com forte vinculação ao aumento de casos relacionado às condições dos ecossistemas locais (Barcellos *et al*., 2009, p.295). Especificamente nos países tropicais e subtropicais, como no Brasil, algumas pesquisas destacaram a dengue como principal causa de morbidade ou mortalidade associadas ao aumento da temperatura e dos índices de precipitação, com especial atenção aos surtos epidêmicos presentes no país, a partir do ano de 2005.

Riscos, perigos e vulnerabilidades

A abordagem acadêmica em relação ao conceito e à percepção de risco recebeu do sociólogo Ulrich Beck uma contribuição crítica que refletia sobre a transformação do risco de natureza natural para um risco que se associava ao processo tecnológico e, portanto, à ação humana. Esses riscos teriam se tornado progressivamente incalculáveis, invisíveis e afetando a todos de forma sistêmica, demandando uma nova ética de responsabilidade, a reavaliação da capacidade das instituições tradicionais de controlar esses riscos e uma reorientação das práticas sociais e políticas.

Os trechos a seguir expressam as ameaças de então, quando afirma: “naquela época, elas - as ameaças - podiam ser atribuídas a uma subprovisão de tecnologia higiênica. Hoje, elas têm sua causa numa superprodução industrial” (Beck, 2011, p.26), bem como a nova realidade dos riscos ambientais *invisíveis* da radioatividade, das “toxinas e poluentes presentes no ar, na água e nos alimentos e aos efeitos de curto e longo

prazo deles decorrentes sobre plantas, animais e seres humanos" (Beck, 2011, p.27). Para alguns autores os conceitos de *perigo* e *risco* são tratados de maneira equivalente, sem que seja feita uma distinção clara entre eles. Souza (2019), no entanto, defende uma separação conceitual entre os termos. O autor coloca que o perigo "corresponde a uma fonte de ameaça" (Souza, 2019, p.135), que podem ser enchentes, deslizamentos ou mesmo uma contaminação por indústrias poluidoras ou depósitos de lixo, mas que não necessariamente precisam ser constantes, podem acontecer eventualmente, em função de determinadas circunstâncias e eventos. O risco, por outro lado, segundo o autor (Souza, 2019, p.136) está relacionado com "a probabilidade estimada de ocorrência" somada à "magnitude estimada do impacto", sendo assim, o risco de certa forma pode ser entendido como a concretização do perigo.

A partir de um entendimento similar, Porto (2012, p.110) incorpora o debate na questão do risco à saúde, ao questionar o uso indistinto dos termos perigo e risco, "para expressar tanto uma condição potencialmente danosa à saúde quanto a probabilidade que tal dano ocorra de fato". Segundo o autor, o risco, inclusive o risco à saúde, é um conceito que envolve simultaneamente a ameaça real à saúde, entendida como perigo, e a chance desta ameaça se concretizar. Além disso, incorpora ao entendimento do risco um terceiro fator fundamental que é a vulnerabilidade das populações e territórios expostos ao risco.

> A concretização do risco em termos de seus efeitos à saúde - degradação ambiental, sofrimento, doenças e mortes evitáveis - dependerá essencialmente de três aspectos: 1. A magnitude do perigo ou ameaça [...]. 2. A probabilidade da ocorrência [...]. 3. A extensão e vulnerabilidade das populações e territórios afetados (Porto, 2012, p.110-111).

De modo semelhante, Souza (2019) destaca a importância de se considerar a vulnerabilidade da população afetada por riscos ambientais, uma vez que, estes riscos possuem tanto um componente natural, relacionado com as características físicas dos terrenos ou com o clima, por exemplo, e outro social, relacionado com processos que contribuem para agravar essas condições, como a ocupação das encostas e a impermeabilização das cidades. Entretanto, um quadro de maior vulnerabilidade pode agravar ainda mais os efeitos e as consequências de determinados eventos. De acordo com o autor, a vulnerabilidade é essencialmente histórico-cultural, um quadro de superposição de carências. Para ele, a vulnerabilidade

> é o retrato do grau de exposição de uma população, e em especial de classes e grupos sociais determinados, a certos perigos e riscos, em função de sua pequena capacidade de se proteger ou evitar danos, nos marcos de fenômenos como segregação residencial, pobreza, pouco acesso à informação e incerteza, entre outros (Souza, 2019, p.139).

Esse entendimento também é reforçado por Cutter (2011) ao defender que a ciência da vulnerabilidade envolve, simultaneamente, tanto aspectos físicos, relacionados com os elementos de exposição ao risco, quanto aspectos sociais, relacionados com a propensão da população exposta a ser mais gravemente afetada por esta exposição. A autora defende uma abordagem que integre os sistemas sociais, naturais e artificiais, ao afirmar que

> embora seja importante entender os sistemas e processos naturais que dão origem aos riscos, não é possível compreender completamente o impacto de tais processos ou acontecimentos naturais, a menos que se examine a forma como esses sistemas interagem com a sociedade (Cutter, 2011, p. 60).

Nesse sentido, a análise do risco não pode estar desvinculada da compreensão da vulnerabilidade socioambiental a que estão expostos moradores de determinadas áreas da cidade, como no caso dos assentamentos precários. O termo vulnerabilidade é utilizado por várias disciplinas e áreas distintas do conhecimento, carregando este caráter polissêmico. Porto (2012) propõe que uma abordagem transdisciplinar do conceito de vulnerabilidade pode contribuir para ampliar a compreensão dos problemas ambientais de natureza mais complexa, atuando como um conceito integrador das várias ciências envolvidas no tema. O autor afirma que a importância na utilização dos conceitos integradores está na

> sua capacidade de fornecer analogias e metáforas que facilitem a comunicação entre distintos paradigmas, profissionais, populações atingidas e demais pessoas que não são especialistas, tendo por referência algumas ideias-chave inerentes ao conceito. No caso da vulnerabilidade, isso significa discutir as qualidades básicas que estabeleçam relações de semelhança entre as distintas abordagens desenvolvidas pelas ciências fisicalistas, as biológicas, as sociais e humanas, e o senso comum advindo das vivências, cultura e conhecimentos locais (Porto, 2012, p. 176).

Segundo Cutter (2011), a ciência da vulnerabilidade tem origem no potencial de perda e de impacto negativo que os sistemas naturais e artificiais geram ao interagir com a sociedade, por exemplo, no caso de um deslizamento de encostas sobre moradias, de uma grande enchente ou do rompimento de uma barragem em direção a uma cidade.

A natureza desigual e excludente da urbanização não garante as mesmas condições de acesso à moradia adequada e segura em todas as áreas. Os riscos ambientais são consideravelmente maiores para os mais pobres e moradores de áreas menos valorizadas, gerando um desequilíbrio na exposição e nas consequências de eventos extremos (Acselrad, 2002; Souza, 2019). Conforme destacado por Davis (2013 [2006], p.128), esses moradores

> trocam a segurança física e a saúde pública por alguns metros quadrados de terra e alguma garantia contra o despejo. São os povoadores pioneiros de pântanos, várzeas sujeitas a inundações, encostas de vulcões, morros instáveis, montanhas de lixo, depósitos de lixo químico, beiras de estradas e orlas de desertos.

Desse modo, é urgente trazer a dimensão social de assentamentos mais pobres típicos de países com forte desequilíbrio socioeconômico: "os problemas ambientais (ecológicos e sociais) não atingem igualmente todo o espaço urbano. Atingem muito mais os espaços físicos de ocupação das classes sociais menos favorecidas do que os das classes mais elevadas" (Coelho, 2001, p.27). Mais ainda, Coelho contribui na compreensão ecossistêmica dos processos socioeconômicos, políticos, culturais, físico-químicos, dentre outros, ao afirmar que:

> A ausência de teorias dos processos sociais implica a superficialidade da compreensão do social e de suas interrelações com o meio biofísico. Duas relutâncias precisam ser vencidas: (1) dos cientistas físicos em entender os princípios de estruturação da sociedade; e (2) dos cientistas sociais de familiarizarem-se com os princípios básicos da física, da mecânica e da química, e com os processos que

incluem a interação em características físicas e morfológicas, isto é, as interações entre materiais do solo, água, vegetação, gravidade, transporte, redeposição de materiais e movimentos de massa (Coelho, 2001, p.31-32).

Em assentamentos precários, como as favelas, a infraestrutura e os serviços urbanos são insuficientes e as situações de risco e vulnerabilidade são agravadas pelas contingências dos lugares onde a população se instala. Os impactos ambientais são mais percebidos pela população mais pobre, pois, como não podem arcar com os custos de uma moradia em áreas mais seguras, acabam se expondo aos riscos ambientais de áreas mais suscetíveis a desastres e que oferecem risco a saúde (Acselrad, 2002; Coelho, 2018; Davis, 2013 [2006]; Souza, 2019).

Nesse sentido, a compreensão do conceito de vulnerabilidade pressupõe não apenas a identificação das circunstâncias que colocam em risco os locais e as populações, mas também os fatores que aumentam ou reduzem a capacidade de resposta diante de ameaças. Ao estar diretamente relacionada com o potencial para a perda, a vulnerabilidade será tanto maior, quanto menor a capacidade de recuperação da população afetada (Acselrad, 2002; Cutter, 2011; Souza, 2019).

Segundo Porto *et al.* (2021) as condições de vida e os processos de produção de determinados territórios podem contribuir ou não para melhoria das condições de sustentabilidade, cuidado e saúde, sendo assim, para fazer frente não apenas à crise climática, mas a todas as crises contemporâneas (social, sanitária, ecológica, política e civilizatória) que incidem sobre as cidades, e, ainda mais sobre territórios vulneráveis, é preciso um enfoque socioambiental emancipatório e crítico, que envolva a participação dos atores envolvidos, moradores, lideranças e movimentos sociais.

Jardim América, RJ: contexto urbano, saneamento e ocupação

Para fundamentar o debate foi estabelecido como estratégia metodológica a utilização de um estudo de caso para analisar, em um contexto específico, as interações entre riscos climáticos, precariedade urbana, vulnerabilidades socioambientais e saúde coletiva. A proposta do estudo de caso busca compreender a produção das vulnerabilidades sócioclimáticas e seus desdobramentos sobre as condições de vida da população, em especial as relacionadas com a incidência de doenças. Mais do que apenas ilustrar os conceitos mobilizados, a investigação procura colocá-los em diálogo com as experiências e interpretações dos moradores, articulando leituras técnicas e saberes locais.

O recorte da pesquisa priorizou trabalhar com assentamentos precários localizados às margens de cursos d'água e que sofram efeitos de eventos climáticos extremos relacionados a chuvas intensas e que estejam expostos a riscos hidrológicos, como, alagamentos, enchentes, inundações e enxurradas. A prioridade neste recorte foi resultado da avaliação dos dados disponibilizados pelo Atlas Digital dos Desastres no Brasil (Brasil, 2025), referentes aos registros oficiais da Secretaria Nacional de Proteção de Defesa Civil dos desastres ocorridos no Brasil entre os anos de 1991 a 2024. Segundo o Atlas, na cidade do Rio de Janeiro, neste período, quase 80% dos registros de desastre foram do tipo hidrológico e destes, mais de 60% estavam relacionados com chuvas intensas, alagamentos e enxurradas (Brasil, 2025).

Dois eventos extremos relacionados a chuvas na cidade do Rio de Janeiro, em 2019 e 2024, deixaram desabrigadas ou desalojadas 3,2 mil pessoas e 3,1 mil pessoas, respectivamente (Brasil, 2025). Como a região da Zona Norte da cidade concentra um grande número de assentamentos precários que sofrem com os efeitos de desastres hidrológicos, partiu-se da análise das sub bacias hidrográficas para definição da área de estudo (Figura 1).

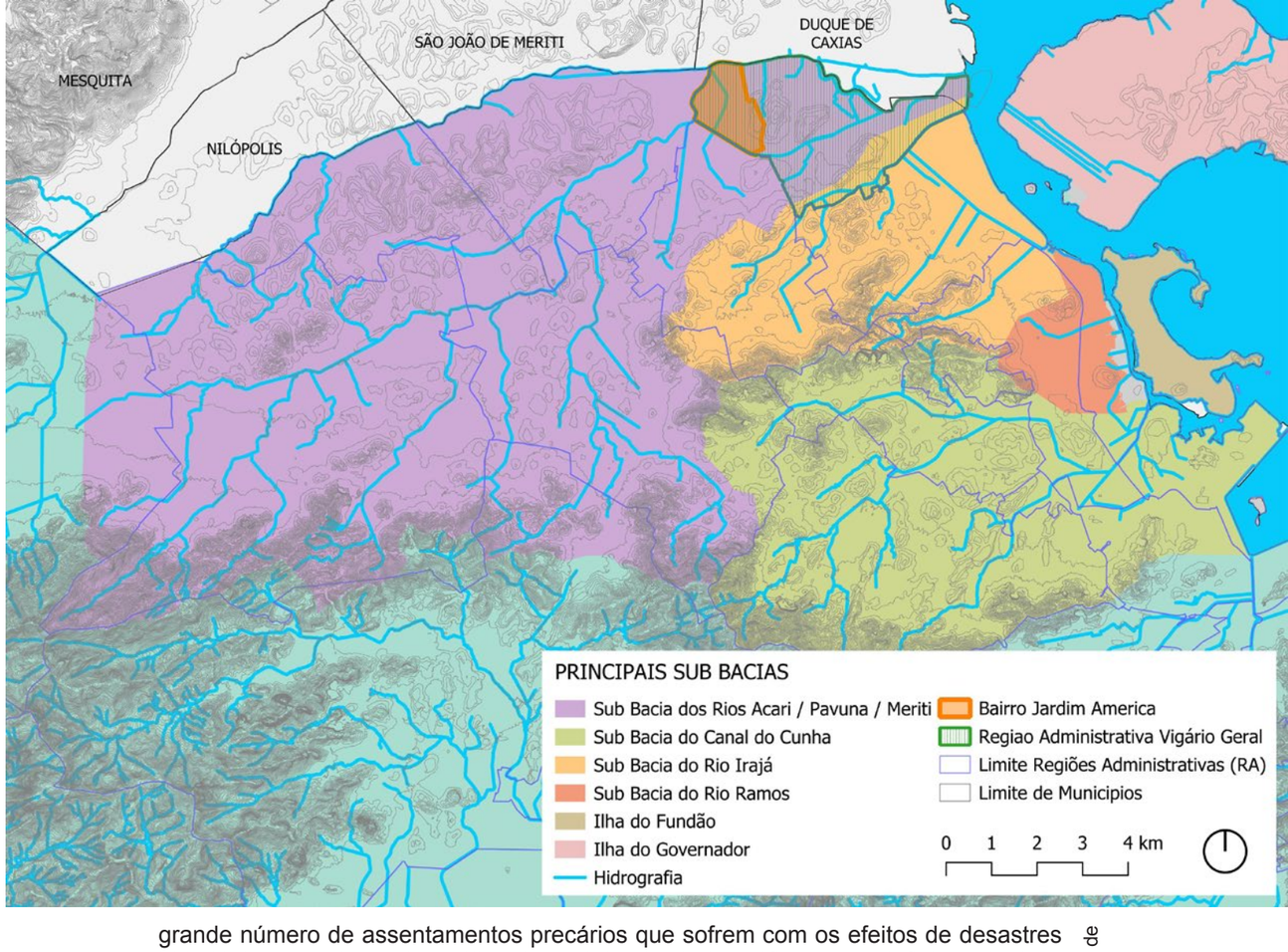


Figura 1 - Principais Sub Bacias Hidrográficas da região estudada na cidade do Rio de Janeiro-RJ. Fonte: Elaboração dos autores, a partir de dados do DataRio (2025).

A definição do bairro Jardim América se deu a partir da sua localização na porção mais baixa da sub bacia dos rios Acari, Pavuna e Meriti, na foz de um curso d'água, local onde naturalmente se acumulam maiores volumes de água, principalmente quando não ocorre o escoamento e a vazão adequados, e pela presença de ocupação em áreas ambientalmente frágeis com moradias em faixas lindeiras do rio, falta de infraestrutura de saneamento adequada, negligência do Estado e ausência de políticas regulares de proteção frente a eventos extremos (Figura 2).

A partir desta definição, o estudo adotou uma abordagem qualitativa que, embora tenha sido complementada com análise de dados censitários e geoespaciais, priorizou uma perspectiva interdisciplinar e participativa, articulando análises territoriais, socioambientais e sanitárias, observações de campo, entrevistas e oficinas participativas com moradores e lideranças locais. A estratégia central buscou integrar o conhecimento técnico-científico às experiências e percepções da população por meio de uma construção colaborativa dos impactos dos eventos climáticos na saúde da população.

Desse modo, foram combinadas produção de mapas utilizando dados geoespaciais disponíveis nos órgãos oficiais com visitas de campo acompanhadas por lideranças comunitárias e moradores locais, possibilitando o reconhecimento do território a observação direta de aspectos físicos, ambientais e urbanos, tais como condições de infraestrutura, ocupação do solo, características habitacionais e elementos associados à exposição a riscos socioambientais.



Figura 2 - Visão do Rio Acari na região do bairro Jardim América. Fonte: dos autores (2024).

O bairro Jardim América, Região Administrativa de Vigário Geral, está localizado na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, próximo à rodovia Presidente Dutra (Figura 3), na Área de Planejamento 3 (AP-3). Trata-se de uma ocupação originalmente planejada, em 1957, na forma de Parque Proletário, em terreno essencialmente plano. Os Parques Proletários foram conjuntos habitacionais populares implantados, a partir dos anos 1940, concebidos como solução provisória do governo para o reassentamento dos moradores de favelas, muitos da Zona Sul. Não existia água encanada e instalações sanitárias adequadas, portanto, mantinham os problemas de saneamento básico existentes nas favelas, fazendo deste um projeto que obedecia a uma política de controle e reeducação social sem considerar o acesso a uma moradia digna (Rodrigues, 2014).

Alguns rios marcam a paisagem do lugar: o estreito rio dos Cachorros, urbanizado e retificado, o rio Acari e o rio Pavuna (Figura 4). Dezenas de imóveis de dois a três pavimentos se equilibram fragilmente em um terreno lodoso, com traços característicos de mangue, com vegetação com raízes aéreas e fauna com a presença de crustáceos, aves típicas e répteis, às margens do leito do rio Acari (Figura 5). Trata-se de um curso d´água, com correnteza normalmente tênue, que encontra o rio Pavuna e que, por seguinte, deságua na Baía de Guanabara. Normalmente, as alterações cíclicas do nível das águas da baía de Guanabara, com subidas e descidas periódicas, não representam impactos graves à população residente às margens, porém fortes precipitações concomitantes à maré alta (preamar) podem representar uma séria ameaça.

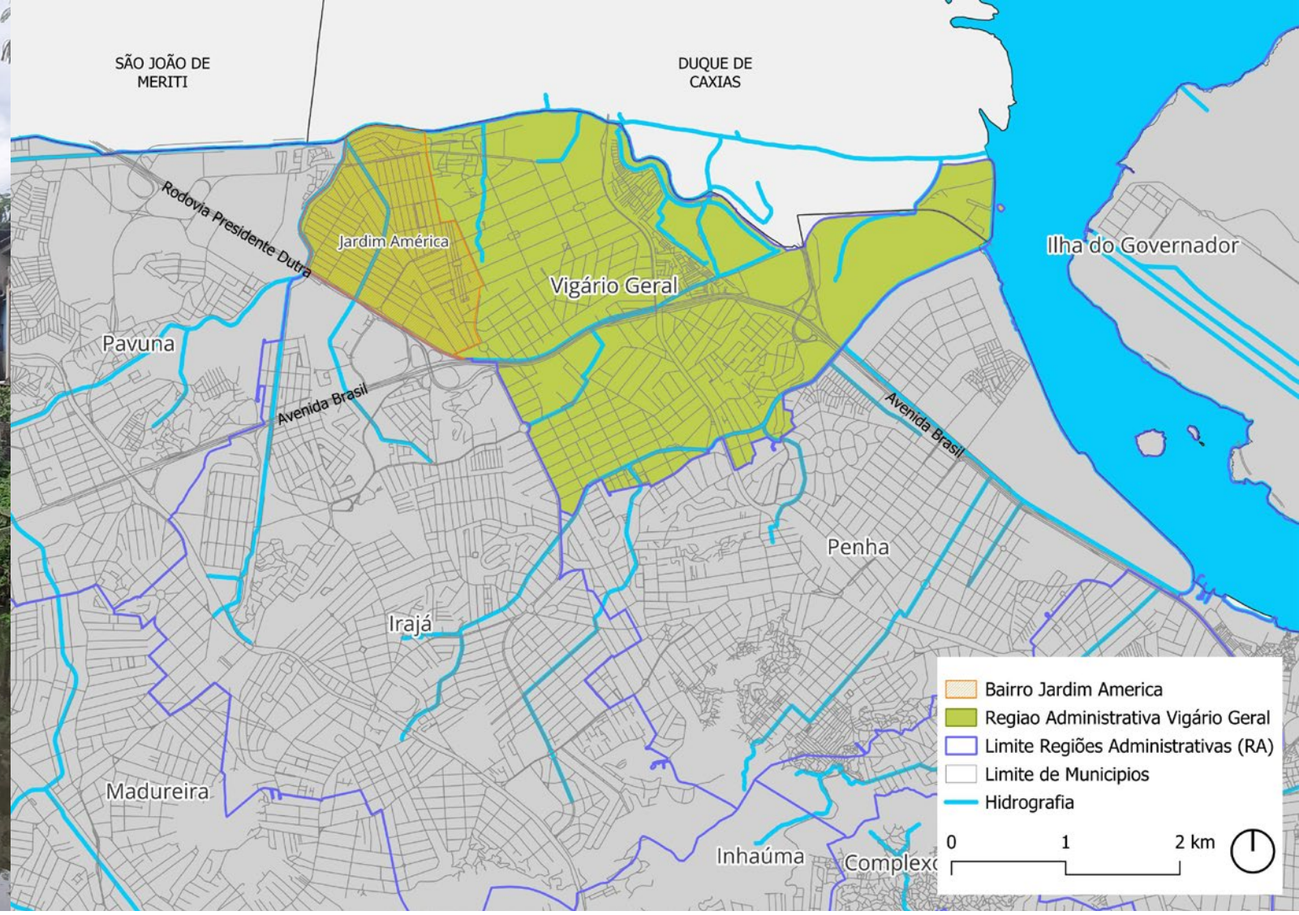


Figura 3 - Localização do bairro Jardim América e da Região Administrativa de Vigário Geral, Zona Norte do Rio de Janeiro-RJ. Fonte: Elaboração dos autores, a partir de dados do DataRio (2025).

Embora haja diversas favelas na região, atraem particular atenção da pesquisa aquelas localizadas imediatamente às margens do Rio Acari. Na margem direita está localizada a comunidade de Rodolfo Chambelland e na margem esquerda estão localizadas as comunidades de Nova União, Terra Encantada e Beira Rio (Figura 6).

A disponibilização, pelo IBGE (2024), dos dados agregados por setor censitário possibilitou o levantamento de informações específicas de cada uma das comunidades estudadas, permitindo uma análise preliminar das características socioeconômicas do território.

Segundo os dados do mais recente Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2024), as favelas da margem esquerda do Rio Acari: Nova União, Terra Encantada e Beira Rio possuem juntas 2217 moradores, sendo 1176 do sexo feminino (53,04%) e 1041 do sexo masculino (46,96%). A distribuição etária da população indica que 535 pessoas têm menos de 14 anos (24,13%), 449 têm entre 15 e 24 anos (20,25%), 1007 têm entre 25 e 59 anos (45,42%) e 226 têm mais de 60 anos (10,19%). Em relação às informações de cor ou raça levantadas pelo IBGE (2024), nas favelas Nova União, Terra Encantada e Beira Rio 73,51% dos moradores se declaram pretos ou pardos.

No caso da favela da margem direita, Rodolfo Chambelland, a população é de 386 moradores, sendo 205 do sexo feminino (53,11%) e 181 do sexo masculino (46,89%), praticamente a mesma proporção encontrada na Nova União, Terra Encantada e Beira Rio. A distribuição etária é de 62 pessoas com menos de 14 anos (16,06%), 50 pessoas entre 15 e 24 anos (12,95%), 188 pessoas entre 25 a 59 anos (48,70%) e 86 pessoas com mais de 60 anos (22,28%). Em relação às informações de cor ou raça, 53,25% se declaram pretos ou pardos.

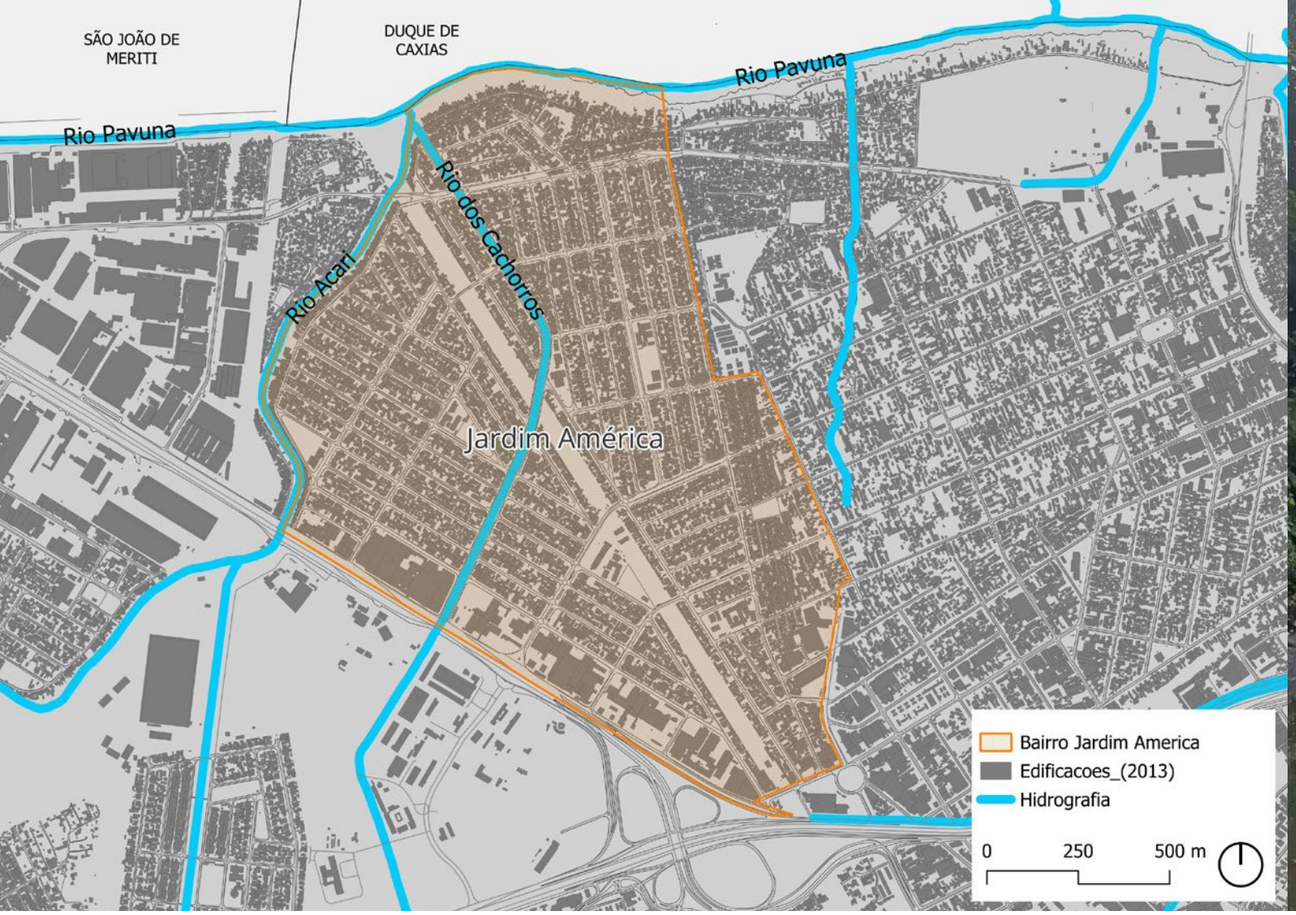


Figura 4 -Principais rios do bairro Jardim América. Fonte: Elaboração dos autores, a partir de dados do DataRio (2025).

Quanto ao número de domicílios, o IBGE (2024) identificou 759 domicílios na Nova União e 161 domicílios em Rodolfo Chambelland. Nas duas favelas, a maior parte dos domicílios têm entre 2 a 4 moradores: 62,85% na Nova União e 68,94% em Rodolfo Chambelland.

Uma leitura preliminar dos dados do Censo, combinada com a percepção nas visitas de campo, indicam uma diferenciação do perfil socioeconômico entre as duas margens do rio. Embora os dois lados do rio tenham sido resultado de uma ocupação espontânea da faixa de proteção das margens, observa-se que a comunidade de Rodolfo Chambelland (Figura 7), mantém características urbanas e de infraestrutura muito próximas a do restante do bairro Jardim América, pertencente ao projeto original de loteamento, além de moradias com padrão construtivo e acabamentos melhores que as comunidades Nova União, Terra Encantada e Beira Rio, cuja maior precariedade pode ser constatada na face dos imóveis voltada para o Rio Acari (Figura 8). Embora a vulnerabilidade frente ao risco de inundações atinja a região como um todo, como pode ser verificada no mapa de suscetibilidade a inundações (Figura 9), a capacidade de resistir ou se recuperar frente a um evento extremo é menor nas comunidades de Nova União, Terra Encantada. Não é por acaso, que ao longo da margem esquerda vários imóveis apresentem problemas estruturais, agravando uma condição já muito precária.

Para além da questão da precariedade das moradias, a avaliação de aspectos relacionados com o saneamento é crucial para compreender a incidência de doenças relacionadas com os riscos hídricos nos assentamentos precários.



O Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), vinculado à Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA) do Ministério das Cidades, reúne diversas informações de quatro componentes do saneamento básico: água, esgoto, manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais. De acordo com o SNIS (2022), em uma amostragem de 92,5% dos municípios brasileiros e 97,5% da população total, há apenas 52,2% de tratamento de esgoto em referência à água consumida. São 90.276.796 pessoas sem coleta de esgoto, equivalente a 44,5% da população e 32.037.802 pessoas sem acesso regular à água, equivalente a 15% da população.

Na região metropolitana do Rio de Janeiro, embora a situação seja ligeiramente melhor, há apenas 71,1% de tratamento de esgoto em referência à água consumida. Há 4.227.156 pessoas sem coleta de esgoto, equivalente a 35,3% da população e 1.350.345 pessoas sem acesso regular à água, equivalente a 11,6% da população (Ministério das Cidades, 2022).

Os dados do último Censo (IBGE, 2024) revelaram um quadro preocupante. Embora todos os domicílios tenham declarado ter acesso à água encanada, apenas pouco mais de 30% dos domicílios estão ligados a uma rede de coleta de esgoto, mesmo considerando as ligações à rede pluvial. O mais assustador é o percentual de domicílios que lançam esgoto diretamente no rio, equivalente a 68,12% das unidades domiciliares na Nova União, Terra Encantada e Beira Rio e 65,22% em Rodolfo Chambelland. Outro aspecto que chama a atenção na região, é que, apesar de quase a totalidade dos domicílios se declararem atendidos por coleta de resíduos sólidos, é intensa a presença de lixo ao longo das margens do rio, não apenas o que é trazido pela correnteza, mas principalmente, o decorrente do descarte inadequado dos moradores locais.

Figura 5 - Imóveis ao longo do Rio Acari. Fonte: dos autores (2024).



Figura 6 - Localização das favelas e comunidades urbanas estudadas. Fonte: Elaboração dos autores, a partir de dados do IBGE (2024) e do DataRio (2025).

Chuvas torrenciais, em uma região desprovida de infraestrutura de drenagem e esgoto adequada, causam enchentes aos rios da região e alagam as ocupações próximas, fragilizando ainda mais as estruturas já precárias das edificações, em geral, em técnica espontânea com uso de concreto e vedações em alvenaria, provocando a destruição do patrimônio conquistado a duras penas e a contaminação das reservas de água, dentre outros efeitos negativos. A proximidade com o rio torna-se um fator de grande preocupação para os moradores e quanto mais próximos, mais vulneráveis aos efeitos dos riscos (Figura 10).

Embora o levantamento de dados oficiais e as visitas de campo tenham possibilitado uma leitura da realidade urbano ambiental do território, para o reconhecimento dos reflexos dos problemas identificados e da crise socioclimática na vida dos moradores, estas análises não são suficientes. Em especial, a relação direta entre a ocorrência de eventos climáticos extremos e o aumento do registro de doenças nas comunidades estudadas, não foram passíveis de análise a partir de informações disponibilizadas pelos canais oficiais, pois os registros se referem a um bairro como um todo, não permitindo uma análise mais localizada.

Nesse contexto, a proposta de realização de uma oficina com os moradores tornou-se ainda mais relevante. Assim, como defendido por Escobar (2010 [2008]), os movimentos sociais devem ser vistos como produtores de conhecimento e este conhecimento deve ser utilizado para produzir análises e estudos. O potencial epistêmico das histórias locais oferece algumas das fontes mais significativas para a ação política e para construções alternativas de mundo.



A oficina participativa foi realizada em 13 de setembro de 2025, na Paróquia Santo Rosa de Lima, no bairro Jardim América, reunindo moradores e lideranças comunitárias em uma atividade de caráter qualitativo, fundamentada na técnica de grupo focal e orientada pelos princípios da coprodução de conhecimento. O propósito da oficina foi promover uma aproximação do projeto de forma acolhedora e transparente com a população para reconstituir a história urbana e social de Jardim América, e, com base nos relatos e vivências dos moradores, identificar como os eventos extremos decorrentes das mudanças climáticas são percebidos e vivenciados pela comunidade, bem como quais os rebatimentos destes eventos nas dinâmicas do território e na maior incidência de doenças.

A oficina foi estruturada a partir de perguntas norteadoras que, com o apoio de imagens relacionadas com eventos extremos no bairro, conduziram a discussão, de modo que os moradores puderam relatar memórias, preocupações, expectativas e insatisfações. A metodologia da oficina foi estruturada em três momentos complementares. A primeira de apresentação e boas vindas, na qual se realizou a apresentação do projeto e de cada um dos membros da equipe, seguida da obtenção do consentimento dos participantes e das expectativas com a oficina. Num segundo momento, a discussão foi conduzida a partir de uma linha do tempo do bairro, levantando a percepção dos moradores sobre o aumento da frequência e intensidade de eventos extremos e de quais problemas de saúde poderiam estar associados aos eventos climáticos. Por fim, a discussão se deu acerca dos impactos relacionados com os eventos climáticos, as redes de apoio que os moradores possuem e como as inundações, enchentes e alagamentos afetam a rotina e a saúde dos moradores. Essa última etapa tinha como objetivo, avaliar não somente o problema imediato, mas a capacidade de recuperação da comunidade após um evento.

Figura 7 - Imóveis da comunidade Rodolfo Chambelland. Fonte: dos autores, 2026.



Figura 8 - Ocupações ao longo da margem esquerda do Rio Acari. Fonte: dos autores (2024).

Os participantes foram convidados a debater os temas apresentados e relatar suas próprias vivências, produzindo uma narrativa compartilhada sobre as transformações territoriais, os processos de urbanização, a ocorrência dos eventos climáticos, os impactos sobre o cotidiano e as condições de saúde, as estratégias comunitárias de enfrentamento e as redes formais e informais de apoio. A metodologia se demonstrou muito rica, pois, questões que não estavam diretamente identificadas nas perguntas norteadoras surgiram a partir dos relatos dos moradores. Todo o processo foi registrado por meio de gravações audiovisuais, registros fotográficos e anotações sistemáticas, incluindo a identificação de referências espaciais relevantes em base cartográfica do território.

Nas discussões, os moradores destacaram principalmente as consequências das chuvas de 2024, que resultaram no transbordamento do Rio Acari e inundações em vários locais do bairro. As principais preocupações relatadas estavam relacionadas com o risco de contaminação da água utilizada para o consumo, pois foram registrados muitos casos de diarréia, após a inundação. Os participantes da oficina relacionaram estes casos com o consumo de água contaminada e a circulação em ruas alagadas com presença de lixo e esgoto. Nesse sentido, uma queixa recorrente foi que mesmo após o fim das chuvas, a água acumulada nas ruas demorava muito para escoar, perenizando os riscos e impactos.

Um outro ponto interessante levantado foi que nem sempre está no foco da discussão das consequências dos eventos climáticos extremos, são os efeitos destes desastres na saúde mental da população. Uma moradora relatou a incidência de problemas de ansiedade, depressão e pânico, além do agravamento de problemas cardíacos.



O debate levantou por um lado a importância da mobilização e articulação da população para lutar por melhorias junto ao poder público, mas por outro, destacou o papel fundamental das redes de apoio da comunidade no caso de desastres. Essa articulação entre pesquisadores e moradores pode ser um caminho para a construção de alternativas capazes de adaptar e preparar os territórios das favelas para o enfrentamento dos efeitos das mudanças climáticas, buscando soluções que garantam a construção de cidades mais justas, seguras e sustentáveis.

Resultados parciais e discussões

Os resultados demonstram que a precariedade habitacional e a insuficiência de infraestrutura básica, especialmente de saneamento e drenagem urbana, são determinantes centrais para o agravamento dos riscos socioambientais e dos consequentes desastres relacionados com os eventos climáticos. Nas comunidades estudadas (Nova União, Terra Encantada, Beira Rio e Rodolfo Chambelland), mais de 65% dos domicílios lançam esgoto diretamente no rio Acari, o que não apenas compromete a qualidade ambiental do curso d'água, mas também potencializa a transmissão de doenças de veiculação hídrica como leptospirose, hepatites virais e diarreias infecciosas. Essa realidade, reiterada por estudos anteriores (Riley *et al*. 2007; Barcellos *et al*., 2009; Hagan *et al*., 2016), confirma a hipótese de que a associação entre mudanças climáticas e condições precárias de moradia e saneamento reforça o ciclo de adoecimento e vulnerabilização.

Figura 9 - Áreas com alta suscetibilidade a inundações. Fonte: Elaboração dos autores, a partir de dados IBGE (2024), RIGeo (2018) e DataRio (2025).



Figura 10 - Vista aérea do Rio Acari na região entre as comunidades Rodolfo Chambelland e Nova União. Fonte: Google Earth, 2025.

Outro resultado relevante está na dimensão humana e comunitária da vulnerabilidade. A oficina realizada com moradores revelou percepções locais que expandem a leitura técnica do risco. A população identifica não apenas as doenças físicas associadas aos eventos climáticos, mas também os impactos na saúde mental, como ansiedade, depressão e pânico, decorrentes das perdas materiais e do medo constante de novas inundações. Essa dimensão subjetiva é frequentemente invisibilizada nas análises de risco e saúde urbana, mas aqui aparece como um indicativo da amplitude social da crise climática, cujos efeitos ultrapassam a materialidade da infraestrutura e atingem a dimensão psicológica e comunitária.

A realidade observada no Jardim América reflete um padrão que se repete em múltiplas cidades do Sul Global. A rápida expansão das favelas e assentamentos informais, associada à fragilidade das políticas públicas de habitação e urbanização, cria um contexto em que os desafios de mitigação e adaptação aos eventos climáticos se tornam crescentemente complexos. É nesse ponto que se evidencia a relevância das reflexões de Riley *et al.* (2007, p.6), que explicitam que a resposta à crise socioambiental nas favelas precisa de ações imediatas e contextualmente situadas, ao pontuarem que:

> [o]s moradores de favelas constituem uma população urbana distinta, cuja avaliação e necessidades de saúde exigem abordagens inovadoras e soluções focadas que não podem esperar pela eliminação da pobreza e da desigualdade. Embora a redução da pobreza, o autoempoderamento e a eliminação da disparidade sejam objetivos importantes e valiosos para a melhoria da assistência à saúde nessas comunidades, a velocidade de desenvolvimento e o tamanho das favelas urbanas tornam a concretização desses objetivos enormemente desafiadora.

A análise empírica reforça que o Jardim América se insere em uma lógica de zona de sacrifício urbano (Souza, 2019), nas quais populações racializadas e empobrecidas permanecem expostas a riscos extremos, naturalizados por políticas públicas fragmentadas e ineficazes. Nas comunidades de Nova União, Terra Encantada e Beira Rio, nas quais verificou-se os maiores níveis de precariedade de urbanização, infraestrutura e condições de moradia, os dados censitários evidenciam que mais de 70% dos moradores se autodeclararam pretos ou pardos. Ao compararmos com a própria comunidade de Rodolfo Chambelland, que apresenta uma condição urbana e de moradia um pouco melhor, identificamos que cerca de 50% dos moradores se autodeclararam pretos ou pardos. A relação entre as vulnerabilidades socioambientais e a dimensão racial do território são fundamentais para compreender as múltiplas faces do racismo ambiental no contexto brasileiro.

Do ponto de vista metodológico, a principal contribuição da pesquisa reside na combinação entre dados técnicos e saberes locais. A inclusão da escuta comunitária, inspirada em Escobar (2010 [2008]), reafirma a importância de reconhecer os moradores como produtores de conhecimento sobre o território. As falas e percepções recolhidas durante a oficina demonstram que os moradores não apenas compreendem as relações entre enchentes, contaminação da água e doenças, mas produzem informações e desenvolvem redes de solidariedade e estratégias de sobrevivência e resiliência que precisam ser valorizadas nas políticas públicas de mitigação e adaptação climática.

Conclusões provisórias

A análise do caso do Jardim América, na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, evidencia de modo contundente a interseção entre crise climática, vulnerabilidade socioambiental e saúde pública em assentamentos precários do Sul Global. A partir da integração de dados censitários, informações cartográficas, observações de campo e uma oficina participativa com os moradores, o estudo destaca que o território expressa um quadro de sindemia urbana, conceito que sintetiza a sobreposição de vulnerabilidades urbanas, sociais, ambientais e climáticas que amplificam a exposição a doenças e a degradação das condições de vida.

O artigo demonstra ainda que a vulnerabilidade territorial do Jardim América está fortemente associada à sua história de formação urbana. A origem como Parque Proletário, política habitacional marcada pela provisoriedade e pela exclusão, revela a persistência de um modelo de urbanização que responsabiliza as populações mais pobres pela reprodução da sua moradia, levando-os a ocupar áreas nas quais os riscos ambientais e sanitários são maiores. Tal constatação reforça a tese de autores com Acselrad (2001; 2015) e Davis (2013 [2006]) sobre a produção social do risco, na qual o modo como as decisões políticas e econômicas moldam a distribuição desigual dos perigos na cidade. Nesse sentido, a favela não é uma condição acidental e espontânea, mas uma consequência estrutural da urbanização desigual.

Do ponto de vista teórico, o artigo contribui ao articular as categorias de sindemia, risco e vulnerabilidade sob uma lente crítica do campo do urbanismo, buscando superar uma análise meramente técnica dos processos relacionados com os eventos climáticos que incidem sobre os assentamentos precários. A discussão de Beck (2011) sobre a sociedade de risco e Souza (2019) sobre a distinção entre perigo e risco ajuda a compreender que os desastres enfrentados nas favelas não decorrem apenas de eventos naturais, mas de processos sociais e políticos que condicionam a exposição e limitam a capacidade de resposta. Ao incorporar as leituras de Porto (2012; 2021) e Cutter (2011), a pesquisa reforça a necessidade de abordagens transdisciplinares que integrem aspectos urbanos, físicos, ambientais, sociais, culturais e históricos da

vulnerabilidade.

Conclui-se, por ora, que o caso do Jardim América é representativo de um cenário mais amplo do Sul Global, em que a crise climática aprofunda as desigualdades urbanas e sanitárias. O artigo propõe uma leitura integrada, que ultrapassa a dicotomia entre ambiente e cidade, na busca de soluções, situando a favela como território estratégico para repensar os paradigmas de justiça ambiental, planejamento urbano e saúde coletiva. Sua contribuição mais significativa está em evidenciar que a crise climática é também uma crise urbana e social, e que o enfrentamento dessa realidade exige tanto o conhecimento técnico quanto a sensibilidade política e epistêmica para reconhecer os saberes locais como parte ativa na construção de cidades mais justas e saudáveis. A favela, longe de ser um problema ambiental urbano, é um ponto de partida para repensar a cidade.

Referências

ABDULLAH, Nur Athen Mohd Hardy; DOM, Nazri Che; SALLEH, Siti Aekball; SALIM, Hasber; PRECHA, Nopadol. The association between dengue case and climate: A systematic review and meta-analysis. *One Health*, v.15, 1 dez. 2022. Doi: https://doi.org/10.1016/j.onehlt.2022.100452. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2352771422000842?via%3Dihub. Acesso em: 1 jul. 2025.

ACSELRAD, Henri. *Vulnerabilidade social, conflitos ambientais e regulação urbana:* O Social em Questão. Rio de Janeiro: PUC/Rio, no. 33, janeiro-junho, 2015, p.57-67.

ACSELRAD, Henri. *Justiça ambiental e construção social do risco.* Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 5, Jan-Jun/2002. Curitiba: Editora UFPR, 2002.

ACSELRAD, Henri. *A duração das cidades:* sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BARCELLOS, C.; SABROZA, P. C. Socio-environmental determinants of the leptospirosis out breakof 1996 in western Rio de Janeiro: A geographical approach. *International Journal of Environmental Health Research*, v. 10, n. 4, p. 301–313, 2000.

BARCELLOS, Christovam; MONTEIRO, Antonio Miguel Vieira; CORVALÁN, Carlos; Gurgel, Helen; CARVALHO, Marilia Sá; ARTAXO, Paulo; HACON, Sandra; RAGONI, Virginia. Mudanças climáticas e ambientais e as doenças infecciosas: cenários e incertezas para o Brasil. *Epidemiol. Serv. Saúde*, Brasília, v. 18, n. 3, p. 285-304, Set. 2009. doi: http://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742009000300011. Acesso em: 25 jun. 2025.

BARCELLOS, Christovam; MATOS, Vanderlei; LANA, Raquel Martins; LOWE, Rachel. Climate change, thermal anomalies, and the recent progression of dengue in Brazil. *Scientific Reports*, v. 14, n. 1, 1 dez. 2024. Doi: https://doi.org/10.1038/ s41598-024-56044-y. Disponível em: https://www.nature.com/articles/s41598-024-56044-y. Acesso em: 25 jun 2025.

BECK, Ulrich. *Sociedade de risco:* rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2011.

BORG, Frederikke Højgaard; ANDERSEN, Johanne Greibe; KAREKEZI, Catherine; YONGA, Gerald; FURU, Peter; KALLESTRUP, Per; KRAEF, Christian. Climate change and health in urban informal settlements in low – and middle – income countries: a scoping review of health impacts and adaptation strategies. *Global Health Action*. Taylor and Francis Ltd., 1 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis. *Caderno de Indicadores da Tuberculose:* tuberculose sensível, tuberculose drogarresistente e tratamento preventivo / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, Departamento de HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis.Brasília : Ministério da Saúde, 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Boletim Epidemiológico* – Tuberculose. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. *Atlas Digital de Desastres no Brasil.* 2025. Disponível em: https://atlasdigital.mdr.gov.br. Acesso em: out.2025.

BULLARD, Robert D. *Dumping in Dixie:* Race, Class and Environmental Quality. 3. ed., Boulder: Westview Press, 2000 [1994].

CARDONA, Omar-Dario; AALST, Maarten K. van. Determinants of risk: exposure and vulnerability. In: FIELD, Christopher B. *et al*. (eds.). *Managing the Risks of Extreme Events and Disasters to Advance Climate Change Adaptation*. Cambridge University Press, Cambridge, UK, and New York, NY, USA, 2012, p. 65-108.

CEPAL. COMISSIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. *Panorama Social de América Latina*, 2018. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/ server/api/core/bitstreams/5a4765e3-47c5-4ed2-bf2d-273af7927e4f/content. Acesso em: 21 abr. 2025.

COELHO, Maria Célia N. Impactos ambientais em áreas urbanas – teorias, conceitos e métodos de pesquisa. In: GUERRA, Antonio J. T.; CUNHA, Sandra B. da. *Impactos ambientais urbanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CUTTER, Susan L. *A ciência da vulnerabilidade:* modelos, métodos e indicadores. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 93. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2011.

CORBURN, Jason; SVERDLIK, Alice. Slum Upgrading and Health Equity. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, nº 14, 2017. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5409543/. Acesso em: 22 abr. 2025.

DAVIS, Mike. *Planeta Favela.* 1. ed. revisada. 2. reimp. São Paulo: Boitempo, 2013 [2006].

DATARIO. *Portal de dados abertos da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.* Disponível em: https://www.data.rio/. Acesso em: mar/2025.

DOMINGUES, Luis C. S. M. *Urbanismo e saúde.* Política pública e urbanização de favelas. Caso referência: PAC Urbanização de Assentamentos Precários – Complexo de Manguinhos no Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós Graduação em Urbanismo, 2024.

ESCOBAR, Arturo. *Territorios de diferencia:* Lugar, movimientos, vida, redes. Popayán, Colombia: Envión Editores, 2010 [2008].

FELZEMBURGH, Ridalva D. M.; RIBEIRO, Guilherme; COSTA, Federico; REIS, Renato B.; HAGAN, José E.; MELENDEZ, Astrid; FRAGA, Deborah; SANTANA, Francisco; MOHR, Sharif; SANTOS, Balbino dos; SILVA, Adriano; SANTOS, Andréia; RAVINES, Romy; TASSINARI, Wagner; CARVALHO, Marília; REIS, Mitermayer; KO, Albert I. Prospective Study of Leptospirosis Transmission in an Urban Slum Community: Role of Poor Environment in Repeated Exposures to the Leptospira Agent. *PLOS Neglected Tropical Diseases*, v. 8, n. 5, 2014.

FERNÁNDEZ, Ignacio C.; KOPLOW-VILLAVICENCIO, Thomas; MONTOYA-TANGARIFE, Claudia. *Urban environmental inequalities in Latin America:* a scoping review. World DevelopmentSustainability, no. 2, 2023, p.1-12.

FLORES, Aline R. A. *et al*. Atuação do serviço social na ação programática da tuberculose. In: Brasil. Ministério da Saúde. Grupo Hospitalar Conceição. *Tuberculose na atenção primária à saúde* / organização de Sandra Rejane Soares Ferreira, Porto Alegre: Hospital Nossa Senhora da Conceição, 2017, p.311-328.

FREITAS, Carlos Machado de; SILVA, Diego Ricardo Xavier; SENA, Aderita Ricarda Martins de; SILVA, Eliane Lima; SALES, Luiz Belino Ferreira; CARVALHO, Mauren Lopes de; MAZOTO, Maíra Lopes; BARCELLOS, Christovam; COSTA, André Monteiro; OLIVEIRA, Mara Lúcia Carneiro; COVARLÁN, Carlos. Desastres naturais e saúde: Uma análise da situação do Brasil. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 19, n. 9, p. 3645–3656, 2014.

GUBLER, D. J. Dengue, Urbanization and globalization: The unholy trinity of the 21 st century. *Tropical Medicine and Health*, 2011.

HAGAN, José E.; MORADA, Paula; COSTA, Federico; CAPIAN, Nicolas; RIBEIRO, Guilherme; WUNDER JR., Elsio A.; FELZEMBURGH, Ridalva D. M.; REIS, Renato B.; NERY, Nivison; SANTANA, Francisco S.; FRAGA, Deborah; SANTOS, Balbino L. dos; SANTOS, Andréia C.; QUEIROZ, Adriano; TASSINARI, Wagner; CARVALHO, Marilia S.; REIS, Mitermayer G.; DIGGLE, Peter J.; KO, Albert I. Spatiotemporal Determinants of Urban Leptospirosis Transmission: Four-Year Prospective Cohort Study of Slum Residents in Brazil. *PLOS Neglected Tropical Diseases*, v. 10, n. 1, 15 jan. 2016.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2022:* Favelas e Comunidades Urbanas. Resultados do Universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes& id=2102134. Acesso em: jul. 2025.

IPCC. INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. *Climate Change:* Synthesis Report 2023. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/downloads/report/ IPCC_AR6_SYR_SPM.pdf. Acesso em: 21 abr. 2025.

IPCC. INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. Climate Change 2014: Impacts, Adaptation and Vulnerability. *Contribution of Working Group II to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*, 2014. Disponível em: https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/03/ar5_wg2_spmport-1.pdf. Acesso em: 8 jul. 2025.

IPCC. INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. *Managing the Risks of Extreme Events and Disasters to Advance Climate Change Adaptation*, 2012. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/managing-the-risks-of-extreme-events-and-disasters-to-advance-climate-change-adaptation/. Acesso em: 6 jul. 2025.

KO, A. I.; GALVÃO REIS, M.; RIBEIRO DOURADO, C. M.; JOHNSON JR., W. D.; RILEY, L. W. Urban epidemic of severel eptospirosis in Brazil. *Lancet*, v. 354, n. 9181, p. 820–825, 4 set. 1999.

LÓPEZ, María. S; GÓMEZ, Andre A.; MÜLLER, Gabriela V.; WALKER, Elisabet; ROBERT, Michael A; ESTALLO, Elizabet L. Relation ship between Climate Variables and Dengue Incidence in Argentina. *Environmental Health Perspectives*, v. 131, n. 5, 1 mai. 2023.

MENDENHALL, Emily. Syndemics: a new path for global health research. *The Lancet*, vol. 389, p.889-891, 04 mar. 2017.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Guia para o Mapeamento e Caracterização de Assentamentos Precários.* Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

MINISTÉRIO DAS CIDADES - Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA). *Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS/2022.* Disponível em: https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/ snis/painel. Acesso em: 05 mai. 2025.

PORTO, Marcelo Firpo. *Uma Ecologia Política dos Riscos:* princípios para integrarmos o local e o local na promoção da saúde e da justiça ambiental. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012.

PORTO, Marcelo Firpo; ROCHA, Diogo Ferreira da; FASANELLO, Marina Tarnowski. *Saúde, Ecologias e Emancipação:* conhecimentos alternativos em tempos de crise(s). São Paulo: Hucitec Editora, 2021.

REIS, Renato; RIBEIRO, Guilherme; FELZEMBURG, Ridalva; SANTANA, Francisco; MOHR, Sharif; MELENDEZ, Astrid; QUEIROZ, Adriano; SANTOS, Andréia; RAVINES, Romy; TASSINARI, Wagner; CARVALHO, Marília; REIS, Mitermayer; KO, Albert I. Impact of environment and social gradient on Leptospira infection in urban slums. *PLOS Neglected Tropical Diseases*, v. 2, n. 4, abr. 2008.

REISINGER, Andy; REISINGER, Andy; HOWDEN, Mark; VERA, Carolina; GARSCHAGEN, Mathias; HURLBERT, Margot; KREIBIEHL, Sylvia; MACH, Katharine J.; MINTENBECK Katja; O'NEIL, Brian; PATHAK, Minal; PEDACE, Roque; PÖRTNER, Hans-Otto; POLOCZANSKA, Elvira; CORRADI, Maisa Rojas; SILLMANN, Jana; AALST, Maarten van; VINER, David; JONES, Richard; RUANE, Alexander C.; RANASINGHE, Rosh. *The Concept of Risk in the IPCC Sixth Assessment Report:* A Summary of Cross-Working Group Discussions. Genebra: Intergovernmental Panel on Climate Change, 2020, p.1-15.

RIGeo - Repositório Institucional de Geociências. *Carta de suscetibilidade a movimentos gravitacionais de massa e inundação:* município do Rio de Janeiro, 2018. RJ. Disponível em: https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/20329. Acesso: mar. 2025.

RILEY, Lee W.; KO, Albert I; UNGER, Alon; REIS, Mitermayer. Slumhealth: Diseases of neglected populations. *BMC International Health and Human Rights*, nº 7, 2007. doi: 10.1186/1472-698X-7-2 Disponível em: https://bmcinthealthhumrights.biomedcentral.com/ articles/10.1186/1472-698X-7-2. Acesso em: 01 mai. 2025.

RODRIGUES, Rute Imanishi. *Os Parques Proletários e os Subúrbios do Rio de Janeiro:* aspectos da Política Governamental para as Favelas entre as Décadas 1930 e 1960. Rio de Janeiro: Ipea, 2014.
SANT´ANNA, André A. Not so natural: unequal effects of public policies on the occurrence of disasters. *Ecological Economics*, nº 152, 2018.

SINGER, Merill. A dose ofdrugs, a touchofviolence, a case of AIDS: conceptualizingthe SAVA syndemic. *Free Inquiry* – Gangs, Drugs&Violence, vol. 24, no. 2, nov./1996, p.99-110.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Ambientes e territórios:* uma introdução à ecologia política. 1. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

SOUSA, Tatiane Cristina Moraes de; AMANCIO, Flavia; HACON, Sandra de Sousa; BARCELLOS, Christovam. Doenças sensíveis ao clima no Brasil e no mundo: revisão sistemática. *Revista Panamericana de Salud Publica / Pan American Journal of Public Health Pan American Health Organization*, 2018.

TAUIL, P. L. Controle de doenças transmitidas por vetores no Sistema Único de Saúde. 2002. *Informe Epidemiológico do SUS*, v. 11, n. 2, p. 59–60, jun. 2002. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/pdf/iesus/v11n2/v11n2a01.pdf. Acesso em: 8 jul. 2025.

TEIXEIRA, Maria Glória; COSTA, Maria da Conceição; BARRETO, Florisneide; BARRETO, Maurício Lima. *Dengue:* vinte e cinco anos da reemergência no Brasil. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.25, supl. 1, p. S7-S18, 2009.Doi: https://doi.org/10.1590/S0102-311X2009001300002. Disponível em: http://w3.datasus.gov.br/siasih/siasih.php. Acesso em: 28 jun. 2025.

UN – United Nations. *The Sustainable Development Goals Report – 2024*, 2024. Disponível em: https://unstats.un.org/sdgs/report/2024/The-Sustainable-Development-Goals-Report-2024.pdf. Acesso em: 23 abr. 2025. e-ISBN: 978-92-1-358976-2.

UN – United Nations. *11. Sustainable cities and communities.* Make cities and human settlements inclusive, safe, resilient and sustainable. Disponível em: https://unstats.un.org/sdgs/report/2023/goal-11/. Acesso em: 26 abr. 2025.

UN-HABITAT – UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME. *The challenge of slums. Global report on human settlements 2003.* London/Sterling: Earthscan Publications Ltd., 2003.

UNDRR – UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION. *Regional Assessment Report on Disaster Risk in Latin America and the Caribbean*, 2021.

WMO-WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION. *WMO confirms 2024 as warmest year on record at about 1.55°C above pre-industrial level*, WMO,10 jan. 2025. Disponível em: https://wmo.int/news/media-centre/wmo-confirms-2024-warmest-year-record-about-155 degc-above-pre-industrial-level Acesso em: 26 abr. 2025.

WMO-WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION. *State of the Global Climate 2023.* Geneva: WMO, no 1347, 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Quantitative risk assessment of the effects of climate change on selected causes of death, 2030s and 2050s.* WHO, 2014. Disponível em: http://apps.who.int/iris/handle/10665/134014. Acesso em: 2 jul. de 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Climate change and health.* WHO, 2018. Disponível em: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/climate-change-and-health. Acesso em: 30 jun. 2025.
WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Quantifying environmental health impacts.* WHO, 2007. Disponível em: http://www.who.int/quantifying_ehimpacts/en.Acesso em: 8 jul. 2025.

XAVIER, Diego Ricardo; BARCELLOS, Christovam; BARROS, Heglaucio da Silva; MAGALHÃES, Monica de Avelar Figueiredo Mafra; MATOS, Vanderlei Pascoal de; PEDROSO, Marcel de Moraes. Organização, disponibilização e possibilidades de análise de dados sobre desastres de origem climática e seus impactos sobre a saúde no Brasil. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 19, n. 9, p. 3657-3668, 2014.

ENTRE CASAS E ÁGUAS
Diagnóstico participativo habitacional, infraestrutura urbana e a natureza nas Doquinhas, Pelotas/RS

BETWEEN HOUSES AND WATERS
Participatory housing assessmen, urban infrastructure, and nature in the Doquinhas, Pelotas/RS

Natália dos Santos Petry[1], Luísa de Azevedo dos Santos[2], Luana Helena Loureiro Alves dos Santos[3] e Nirce Saffer Medvedovski [4]

Resumo
O artigo apresenta um recorte de uma ação de extensão do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo JoãoBem, articulada a uma pesquisa de mestrado sobre resiliência climática e Soluções Baseadas na Natureza (SBN). As iniciativas ocorrem na microrregião das Doquinhas, em Pelotas (RS), território marcado por vulnerabilidade socioambiental, precariedade habitacional, infraestrutura urbana insuficiente e recorrentes episódios de cheias. O trabalho envolve diagnóstico participativo habitacional, levantamento da infraestrutura existente e identificação de oportunidades para a aplicação de SBN como estratégia de requalificação urbana e ambiental. Busca-se compreender as condições habitacionais e socioambientais, analisando como abordagens integradas podem contribuir para soluções mais sustentáveis. O estudo reconhece o território como expressão dos desafios urbanos contemporâneos e como um campo fértil para refletir sobre novas formas de habitar, fortalecer a relação com a natureza e promover o direito à cidade.
Palavras-chave: vulnerabilidade social; mapeamento habitacional; estratégias ambientes; soluções baseadas na natureza; Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo.

1 Arquiteta e Urbanista formada pela Universidade Luterana do Brasil (2008), campus Santa Maria. Mestra em Engenharia Civil pelo PPGEC/UFRGS (2015). Doutora em Engenharia pelo PPGCI/UFRGS (2021). Professora adjunta na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, Coordenadora do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo JoãoBem (EMAU João).
2 Arquiteta e urbanista formada pela Universidade Federal de Pelotas (2014). Especialista em Habitação Social e Direito à Cidade pela Universidade Federal da Bahia, Nucleação de Pelotas (2018). Mestre em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU-UFPel) (2019). Atua como profissional autônoma no Escritório de Arquitetura e Urbanismo denominado Gracia Arquitetura na cidade de Pelotas/RS desde 2014. Colaboradora do NAURB e coordenadora adjunta do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo João Bem (EMAU). Doutoranda do PROGRAU UFPEL, na linha Cidade e Sociedade.
3 Arquiteta e Urbanista formada pela Universidade Federal de Pelotas (2023), atualmente cursa o mestrado em Arquitetura e Urbanismo pelo PROGRAU - UFPel. Desde 2018, colabora com o Núcleo de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (NAUrb) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.
4 Professora Titular da Universidade Federal de Pelotas (1980 - atual), atuando no curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo e no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU). Bolsista em Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora – DT. Professora Nucleada da Especialização Assistência Técnica em Habitação e Direito à Cidade - PPGAU/UFBA. Pós Doutoranda junto ao PósArq/ UFSC período Fev.2023 – Fev. 2024.

Abstract
The article presents an excerpt from an outreach initiative of the JoãoBem Model Office of Architecture and Urbanism, articulated with a master's research project on climate resilience and Nature-Based Solutions (NBS). The initiatives take place in the Doquinhas micro-region, in Pelotas (RS), a territory marked by socio-environmental vulnerability, precarious housing conditions, insufficient urban infrastructure, and recurrent flooding events. The work involves a participatory housing assessment, a survey of existing infrastructure, and the identification of opportunities for applying NBS as a strategy for urban and environmental revitalization. The aim is to understand the housing and socio-environmental conditions of the area and to analyze how integrated approaches can contribute to more sustainable solutions. The study recognizes the territory as an expression of contemporary urban challenges and as fertile ground for reflecting on new ways of inhabiting, strengthening the relationship with nature, and promoting the right to the city.
Keywords: social vulnerability; housing survey; environmental strategies; nature-based solutions; Model Office of Architecture and Urbanism.

Introdução

O direito à moradia digna permanece como um dos principais desafios estruturais nas cidades brasileiras, expressando desigualdades profundas no acesso à habitação adequada, à infraestrutura urbana mínima e à segurança socioambiental. O déficit habitacional evidencia que esse problema vai além da falta de unidades, envolve também a existência de moradias inadequadas ou subqualificadas, caracterizando um déficit habitacional de natureza qualitativa (FJP, 2021).

No Brasil, os dados mais recentes revelam que, em 2022, o déficit habitacional total alcançou cerca de 6,2 milhões de domicílios, o que corresponde a aproximadamente 8,3% de todas as habitações ocupadas no país (Tamietti, 2024). Além disso, a pesquisa aponta que mais de 26,5 milhões de domicílios urbanos apresentam algum tipo de inadequação, seja por carências estruturais, de saneamento, de localização ou de infraestrutura urbana.

No contexto do Sul, no Rio Grande do Sul (RS), o déficit relativo é de 5,9%, essa média estadual oculta desigualdades internas relevantes. Conforme levantamento recente da Secretaria Estadual de Habitação, no estado vivem aproximadamente 197.778 famílias em situação de moradia precária, com moradias inadequadas, ônus excessivo com aluguel ou coabitação forçada.

Na cidade de Pelotas, entre os seus aproximadamente 325 mil habitantes, mais de 36 mil vivem em favelas, o que representa 11,2% da população municipal. Em comparação, no Rio Grande do Sul esse percentual é de 3,8%, e no Brasil, de 8,07% (IBGE, 2023). De acordo com Medvedovski *et al*. (2022), esses números evidenciam a profundidade do déficit habitacional qualitativo no município, resultado tanto do histórico de implantação de loteamentos públicos com urbanização incompleta quanto da ocupação de áreas ribeirinhas, cujas condições de infraestrutura e permanência não foram plenamente asseguradas como política pública.

Esses recortes mostram que o problema não se restringe à falta de casas, mas alcança múltiplas dimensões da habitação: qualidade construtiva, infraestrutura urbana, regularidade fundiária e adequação ambiental. Essa abordagem amplia o conceito de "déficit" para além do quantitativo, alcançando um déficit qualitativo, que considera as condições reais de habitar e de convivência com o território.

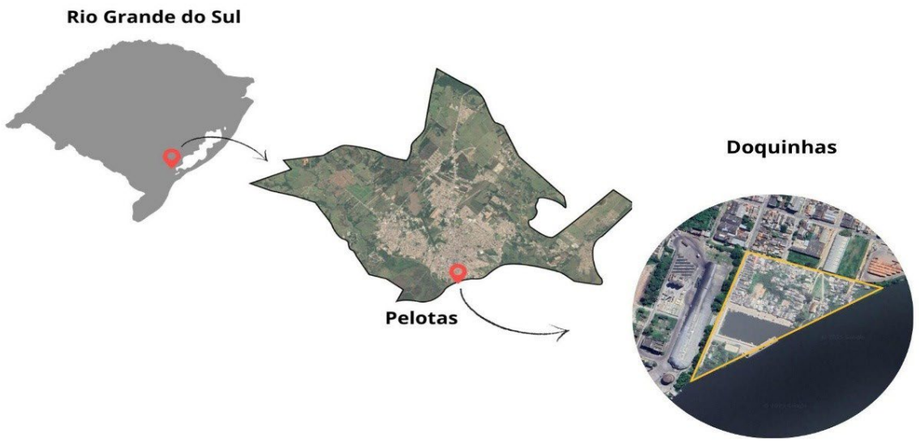


Figura 1 - Localização da área das Doquinhas. Fonte: Elaborado pelas autoras, 2025. A paisagem local é marcada pela presença de um atracadouro, conhecido popularmente como "Quadrado" (Figura 2), uma infraestrutura histórica que hoje serve como ponto turístico e oferece aos visitantes acesso direto às margens do canal, além de atuar como um dique de proteção (Reckziegel, Fernandes e Polidori, 2008).

O caso insere-se em um contexto mais amplo, em uma zona marcada pela desigualdade socioespacial e pela consolidação de área ocupada à margem de um curso d'água, uma zona ambientalmente frágil, como no caso do Canal São Gonçalo. Assim como em muitas cidades brasileiras de médio porte, o processo de urbanização excludente resultou na formação de territórios populares onde o acesso à terra urbanizada e à moradia digna foi substituído por estratégias autônomas de ocupação e autoconstrução (Maricato, 2011; Maricato, 2000).
Nesse cenário, os moradores constroem cotidianamente soluções para habitar e adaptar-se às condições adversas, configurando modos de viver que revelam tanto a carência de políticas públicas efetivas quanto a potência de boas práticas locais.

A partir da leitura do território, da escuta dos moradores através do diagnóstico, buscou-se compreender as formas de habitar, os problemas relacionados à infraestrutura do lugar e das moradias, reconhecendo esses núcleos familiares e seu cotidiano, principalmente no contexto de resistência e adaptação às águas. A pesquisa de mestrado, desenvolvida em paralelo, aprofunda essa reflexão, pois investiga o potencial de aplicação de Soluções Baseadas na Natureza (SBNs) como ferramenta de requalificação ambiental e resiliência urbana nesse mesmo contexto, articulando duas frentes que se complementam.

Nesse sentido, a aplicação das Soluções Baseadas na Natureza (SBN) configuram uma mudança no paradigma do planejamento urbano e na gestão de riscos climáticos, transcendendo a dependência exclusiva da engenharia convencional. Segundo a definição oficial de Cohen-Shacham *et al.* (2016, p. 5, tradução nossa) as SBN são: "ações para proteger, gerenciar de forma sustentável e restaurar ecossistemas naturais e modificados que enfrentam desafios sociais de forma eficaz e adaptativa, beneficiando simultaneamente as pessoas e a natureza".

O conceito ganhou força como uma resposta direta aos desafios impostos pelas mudanças climáticas, pela urbanização acelerada e pela degradação ambiental. Ele propõe uma transição da dependência exclusiva da engenharia cinza, que é rígida e cara, para a adoção de infraestruturas verdes ou infraestruturas naturais (Tucci, 2020).

A principal vantagem das SBN sobre a infraestrutura cinza é sua multifuncionalidade. Enquanto um canal de concreto é monofuncional (apenas transporta água), uma SBN, como um parque linear inundável, não apenas gerencia o risco de inundação, mas



Figura 2 - Atracadouro conhecido popularmente como "Quadrado". Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas, Felipe Lopes, 2023.

gera uma série de co-benefícios essenciais para a qualidade de vida urbana. Estes co-benefícios incluem a melhoria do microclima, a redução do consumo de energia, a melhoria da qualidade do ar e da água, o fomento à biodiversidade, a promoção da saúde física e mental e a criação de espaços de lazer e recreação (Fraga, 2020).

O objetivo deste trabalho é compreender as condições habitacionais e socioambientais de um quarteirão localizado na região das Doquinhas, em Pelotas (RS), a partir da aplicação de um diagnóstico participativo habitacional, do levantamento da infraestrutura existente e articulação dessa leitura às potencialidades de implementação de Soluções Baseadas na Natureza como estratégia de resiliência urbana e requalificação ambiental em um território popular. Busca-se, assim, discutir como abordagens integradas podem contribuir para a formulação de estratégias mais sustentáveis e inclusivas, reconhecendo o território estudado como expressão dos desafios urbanos contemporâneos e como campo fértil para refletir sobre novas formas de habitar, relacionar-se com a natureza e exercer o direito à cidade em contextos de vulnerabilidade.

Região das Doquinhas

Este trabalho é realizado em parte da região das Doquinhas, que se situa na zona portuária do município de Pelotas, Rio Grande do Sul, às margens do Canal São Gonçalo (Figura 1). Trata-se de um assentamento informal consolidado que exemplifica a tensão entre a urbanização excludente e a resistência de comunidades ribeirinhas em áreas de sensibilidade ambiental. A comunidade transcende a definição de aglomerado subnormal, constituindo-se como um "território-água", onde a sua identidade está intrinsecamente ligada aos recursos hídricos (Ribeiro, 2010).

A comunidade dessa região se originou a partir da expansão do bairro Porto. A ocupação do local ocorreu de maneira desordenada, muitas vezes como resultado da realocação de moradores da área do antigo Gasômetro, substituída pela fábrica da Olvebra. Essa falta de planejamento urbano resultou em problemas significativos desde a origem na década de 1950-1970, como a ausência de saneamento básico e impactos ambientais negativos, incluindo o despejo de esgoto no solo e na água (Barros, 2009).



Figura 3 - Comparação da ocupação urbana ao longo de 23 anos sobre áreas de banhado residual, com destaque para o centro das quadras e as margens do Canal São Gonçalo. Fonte: Google Earth - adaptado pelas autoras, 2025.

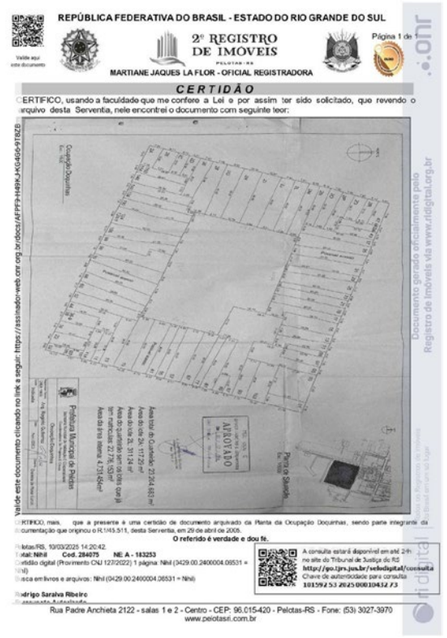
O processo de ocupação se deu por meio de ações individuais de posseiros que usavam o solo de maneira informal. As construções eram realizadas pelos próprios moradores, muitos de baixa renda, que dependiam da pesca e da venda de capim Santa Fé para sobreviver. Com o passar do tempo, a comunidade conseguiu acesso a serviços básicos como água e eletricidade. No final da década de 1970, a saturação da área levou à venda de posses e à substituição parcial dos moradores originais. Mais tarde, na década de 1990, com a instalação de um dos *campi* da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) na região, o "Quadrado" sofreu um processo de valorização imobiliária. Em resposta às pressões externas, a Associação dos Moradores das Doquinhas foi criada, sendo reestruturada em 2005 para fortalecer a organização política local.

A constituição desse território de resistência inscreve-se em uma lógica de exclusão socioespacial que marca as cidades brasileiras. Ao longo das décadas, políticas de remoção e urbanização seletiva impulsionaram a formação de assentamentos informais em áreas ambientalmente frágeis e juridicamente instáveis. Tais espaços, embora desassistidos pelo poder público, são intensamente produzidos por seus moradores, que neles constroem redes de pertencimento e modos próprios de habitar.

Do ponto de vista urbanístico, a evolução da ocupação (Figura 3) demonstra o avanço sobre o banhado residual e áreas de ocupação irregular no centro da quadra. Essa relação da comunidade com a água é complexa e dual: envolve tanto interações positivas, como a pesca e a valorização da paisagem natural, quanto negativas, como a supressão de banhados.

Reckziegel, Fernandes e Polidori (2008) observam que, apesar dos esforços de regularização fundiária, entre eles o projeto urbanístico da “Ocupação Doquinhas”, desenvolvido em 2004 em ação extensionista do EMAU pelo arquiteto Rogério Gutierrez e pela acadêmica Daniela de Oliveira Caetano (Figura 4), os problemas estruturais persistem. O projeto previa, inclusive, a criação de acessos ao banhado e às áreas úmidas por meio das vias que margeiam a quadra, indicando uma intenção de preservação ambiental e de promoção do uso público dessas zonas.

Contudo, o projeto não foi seguido e os desafios permanecem: saneamento inadequado, poluição, degradação ambiental e falta de infraestrutura básica. A distância entre as diretrizes planejadas e a realidade construída resultou em um quadro de invisibilidade


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

2º REGISTRO DE IMÓVEIS

MARTIANE JAQUES LA FLOR - OFICIAL REGISTRADORA

CERTIDÃO

Rua Padre Anchieta 2122 - salas 1 e 2 - Centro - CEP: 96.015-420 - Pelotas-RS - Fone: (53) 3027-3970
www.pelotasri.com.br

Figura 4 - Processo de Parcelamento de Solo desenvolvido pelo EMAU JoãoBem em 2004 na ocupação das Doquinhas. Fonte: 2° Registro de Imóveis de Pelotas, 2024.

institucional, no qual grande parte das edificações sequer aparece nos cadastros oficiais (Figura 5).

Apesar das ações comunitárias e da liderança local, o território enfrenta problemas recorrentes relacionados à precariedade habitacional, à insuficiência de infraestrutura urbana e à vulnerabilidade frente a eventos climáticos extremos. Morfologicamente, apresenta alta densidade construtiva e elevado grau de impermeabilização do solo, características críticas para uma área de banhado, cuja função depende da capacidade de absorção natural.

Atualmente, a comunidade abriga cerca de 154 famílias, muitas delas pescadores e que vivem há anos no território. Essa permanência, sustentada por redes de solidariedade e pela atuação de lideranças locais como o Instituto Hélio D’Angola, demonstra que, para além da vulnerabilidade física, a região das Doquinhas é um espaço de potência e tecnologia social, utilizando aqui o conceito de Kapp e Cardoso (2013) onde a comunidade desenvolve estratégias próprias de resiliência.

Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo JoãoBem: O projeto de extensão

O EMAU JoãoBem da FAUrb/UFPel configura-se como um coletivo estudantil orientado pelos princípios da autogestão, da transdisciplinaridade, do compromisso coletivo e da solidariedade. Através da Extensão busca fortalecer a autonomia discente e promover processos de formação a partir de práticas colaborativas baseadas em decisões compartilhadas entre todos os membros e demais interessados. Tem como finalidade incentivar e desenvolver ações participativas voltadas tanto ao público interno quanto externo da instituição, articulando reflexão crítica e prática pedagógica.

Para além do debate acadêmico, o EMAU dedica-se à realização de atividades que envolvem intervenção direta, experimentação projetual e troca de saberes entre comunidade universitária e sociedade civil. Aberto à participação de todos os estudantes de Arquitetura e Urbanismo e demais interessados, o escritório constitui-se como um espaço inclusivo, que valoriza o diálogo, a co-criação e a construção coletiva de soluções. Essa abertura qualifica o processo participativo e contribui para a mobilização social em torno das questões urbanas e habitacionais. Ativo desde



Figura 5 - De cima para baixo: Mapa de lotes cadastrados na Prefeitura Municipal de Pelotas e Mapa de lotes existentes atualmente. Fonte: MUB - Pelotas e levantamento realizado pelas autoras através de ortofoto, 2025.

1989, surge como um eixo essencial, permitindo que os alunos vivenciem na prática a complexidade de projetar, construir e reconstruir espaços que impactam diretamente na vida das populações. Reestruturado em 2022, segue desempenhando um papel fundamental na formação de futuros arquitetos e urbanistas, preparando-os não apenas tecnicamente, mas também para os desafios éticos e sociais da profissão.

O JoãoBem, em seu processo de reorganização, passou a atuar em múltiplas frentes de trabalho, dentre as quais se destacam: (1) Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS); (2) Canteiro Experimental e ações coletivas; e (3) Ações emergenciais. Esta última frente, emerge como resposta direta ao agravamento da emergência climática que tem atingido diversos municípios, especialmente no estado do Rio Grande do Sul, impactado pela enchente de maio de 2024, sendo o território das Doquinhas, na cidade de Pelotas/RS, um exemplo dessa realidade. Nesse contexto, conhecer e reconhecer os territórios mais vulnerabilizados, bem como compreender as dinâmicas da urbanização local, torna-se imprescindível, sobretudo diante dos eventos climáticos extremos que vêm afetando essas populações. É a partir dessa necessidade que se estrutura a ação de extensão EMAU Emergencial, um projeto dedicado à realização de ações coordenadas voltadas ao diagnóstico participativo da situação habitacional das áreas atingidas pela enchente.

O projeto articula três pilares fundamentais: (a) realização de diagnósticos participativos em áreas vulneráveis afetadas por eventos climáticos extremos; (b) desenvolvimento de metodologias eficazes para análise e intervenção em crises habitacionais; e (c) capacitação de estudantes para o diálogo social e atendimento qualificado às demandas das comunidades impactadas. Sendo uma ação formativa e socialmente comprometida, que conecta o ensino à realidade concreta dos territórios em situação de risco e vulnerabilidade.

O EMAU Emergencial, inicialmente, teve colaboração de alguns laboratórios e instituições: o Projeto "Requalificação Urbana Participativa no Enfrentamento das Emergências Climáticas", do Núcleo de Pesquisas em Arquitetura e Urbanismo (NAUrb) da FAUrb/UFPel; o Programa de Extensão Sustentabilidade no Habitat Social, ligado ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Pelotas (UCPel) e o Escritório Modelo do Curso de Edificações do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul rio-grandense (Emedi IFSul). Posteriormente, à disciplina de Requisitos Curriculares de Extensão (RCE) da FAUrb/UFPel, foi associada ao projeto. Inicialmente contou com 38 participantes (8 docentes e 30 discentes), da UFPel e da UCPel, iniciando no 1° semestre de 2024. Foram estabelecidas algumas metas, sendo elas desenvolvidas a partir das seguintes etapas: caminhografia urbana, levantamento aéreo e fotográfico, caracterização das edificações, levantamento da infraestrutura urbana e aplicação do diagnóstico participativo territorial. A ação começou na região das Doquinhas, uma comunidade próxima da FAUrb, com acesso facilitado aos estudantes pela proximidade com a Instituição, iniciando as atividades em junho de 2024.

Neste artigo, apresenta-se as etapas de: caminhografia urbana, levantamento da infraestrutura urbana e os resultados parciais da aplicação do diagnóstico participativo para o quarteirão delimitado pelas ruas Coronel Alberto Rosa, Travessa Um Coronel Alberto Rosa, Rua Bento Martins e Rua João Manoel, conhecido localmente como “Quadrado”.

Metodologia

Para o desenvolvimento do presente trabalho, adotou-se uma metodologia quali-quantitativa, onde se realizou caminhografia urbana e o diagnóstico territorial, dividida em trabalho de campo e análise espacial. Nesta primeira etapa do trabalho, o foco concentrou-se na quadra delimitada pela Travessa Coronel Alberto Rosa, pela Rua Coronel Alberto Rosa, pela Rua João Manoel e pela Rua Bento Martins.

a. Caminhografia urbana: reconhecimento do território

No primeiro contato com o território, o grupo iniciou com o reconhecimento do local, através da caminhografia, buscando mapear, desenhar, fotografar, filmar, narrar e conversar com a cidade na cidade, pensando nos lugares como produtores de subjetividade, um processo que ocorre através do caminhar, explorando a cidade com o corpo atento (Rocha e Santos, 2023).
Foi realizado um percurso com deslocamento iniciando pela Rua Travessa Alberto Rosa, que localiza-se em frente ao atracadouro “Quadrado”, passando pela Rua Alberto Rosa, Rua João Manoel, até a Rua Bento Martins. Ao longo da caminhografia urbana se explorou o território analisando e avaliando as consequências das águas sobre esta porção da cidade.

b. Diagnóstico participativo territorial

Uma das etapas de maior relevância para o reconhecimento e análise do território foi a caracterização da população local e quais os impactos causados pelas enchentes. Sendo elaborado um questionário (instrumento de coleta de dados), com a finalidade de entender e se aproximar da realidade das pessoas que ali residem. Este questionário foi estruturado com base no Instrumento de Diagnóstico Habitacional Municipal: Manual de Campo (Ferreira, 2022) que foi utilizado anteriormente com o apoio do CAU/BR pelo IAB/PR e o Núcleo Maringá. O questionário estruturado para a ação do EMAU foi adaptado para a realidade da cidade de Pelotas e da região de estudo, sendo estruturado de forma digital em uma plataforma gratuita (*Google Forms*), de forma a

facilitar a coleta e análise de dados.

A partir desta base, foram realizados ajustes pontuais no questionário com o encerramento deste processo na aplicação teste do diagnóstico participativo, sendo realizada uma entrevista em uma das residências da região, chamada de “Entrevista Zero”, com foco em observar como se deu a realização da aplicação, bem como atentar aos pontos que poderiam melhorar a dinâmica e a praticidade das perguntas, tanto para o entrevistado quanto para o entrevistador.

Salienta-se que, antes da ida a campo para aplicação do diagnóstico, foram realizados treinamentos com os estudantes, tanto presenciais quanto *online*. Nessas formações, apresentou-se a estrutura do questionário, discutindo-se cada questão individualmente e esclarecendo dúvidas relativas a termos específicos e à utilização da plataforma digital.

Também foram abordadas orientações sobre postura, abordagem e identificação dos estudantes junto aos moradores, bem como a forma adequada de conduzir determinadas perguntas, a fim de evitar constrangimentos ou dúvidas durante as entrevistas. Nessa área, denominada “Quadrado”, o diagnóstico foi aplicado em aproximadamente 60% das unidades habitacionais existentes no quarteirão, sendo visitadas 49 unidades habitacionais, garantindo a escuta qualificada das demandas locais.

As visitas foram organizadas por equipes, sendo inicialmente acompanhadas por no mínimo um professor e dois alunos, sendo aplicado o diagnóstico no mínimo em duplas. Buscou-se intercalar turnos e horários, com intuito de abranger ao máximo o número de moradores. A fim de otimizar e organizar quais unidades habitacionais foram visitadas, além dos mapas e fotos, que auxiliaram na identificação, cada professor ficou responsável por uma face de quadra, sendo a equipe da UCPel responsável pelas unidades da rua Bento Martins e a equipe da UFPel pelas ruas Travessa Coronel Alberto Rosa, Rua Coronel Alberto Rosa e Rua João Manoel. Posteriormente, os alunos visitavam somente as unidades ainda não entrevistadas, tentando abranger ao máximo a participação.

O instrumento de coleta de dados foi submetido ao comitê de ética da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pelotas, CAAE 89621825.7.0000.5317, estruturado em formato de formulário, organizado em cinco blocos principais. O primeiro bloco tratou das condições de realização das entrevistas, com o registro de informações como: data, horário e disponibilidade de moradores nas residências no momento da visita. Essas informações foram importantes para identificar turnos do dia e os dias da semana com maior presença de pessoas nas residências, servindo de referência para a organização das saídas de campo e futuras ações na região.

O segundo bloco concentrou a coleta de dados sobre a composição familiar e o perfil dos moradores, por meio de perguntas relacionadas à faixa etária, às relações de parentesco entre os moradores e o número de pessoas que residem nos domicílios visitados. O terceiro bloco concentrou-se na identificação geográfica das residências entrevistadas, buscando compreender a percepção dos moradores sobre a localização de seus domicílios dentro do município, com especial atenção à delimitação do bairro e ao posicionamento dentro do quarteirão.

O quarto bloco abordou questões relacionadas aos dados socioeconômicos dos entrevistados e de suas famílias, incluindo perguntas sobre a renda mensal familiar, e sobre o recebimento de auxílios governamentais.

Por fim, o quinto e mais extenso bloco, que representa o objetivo principal do formulário, abordou tanto as características físicas das habitações visitadas quanto às dinâmicas familiares no interior desses espaços, além da análise relativa as infraestruturas existentes no lugar. Ainda, investigou-se a situação de posse dos domicílios, com ênfase na existência ou ausência de documentação formal, aspecto fundamental para a atuação direta do EMAU Emergencial JoãoBem. Foram elaboradas questões sobre os materiais de construção das edificações, o número de pavimentos e compartimentos, e sobre o conforto térmico, além da relação entre os cômodos e seus usos, como a quantidade de dormitórios, a existência de banheiros e outros aspectos relevantes do ambiente construído.

Algumas questões sensíveis não foram feitas diretamente aos entrevistados. Os alunos observaram visualmente aspectos das edificações, como irregularidades nas ligações de energia e saneamento, estruturas comprometidas e o estado geral de conservação das residências. A partir dessas informações, são apresentadas as perguntas de caráter conclusivo, que visam identificar os danos diretos causados pelas enchentes nos domicílios visitados, desde o comprometimento da estrutura e a necessidade de limpeza até prejuízos específicos em mobiliários e/ou eletrodomésticos. Ao final da entrevista, realizou-se um levantamento das famílias que declararam necessidade de doações, como roupas, alimentos e/ou móveis, bem como daquelas que já foram atendidas. Neste artigo serão apresentados os resultados referentes ao: perfil sociodemográfico das famílias, tempo que a família reside na edificação, situação da moradia, ano de construção da edificação e a percepção dos residentes quanto a quesitos básicos infraestrutura urbana.

c. Levantamento da infraestrutura urbana

Nesta etapa, foi realizada uma visita de campo para o levantamento técnico da infraestrutura urbana de todas as faces do quarteirão. Foi verificada a existência de rede de abastecimento de água, postes de iluminação pública, caixas de inspeção de esgoto sanitário, elementos de drenagem urbana (guia, sarjeta, grelhas, bocas de lobo e caixas de inspeção) bem como o seu posicionamento.

Resultados

O instrumento de coleta de dados se mostrou uma ferramenta importante para a realização do diagnóstico participativo territorial da área das Doquinhas. Estima-se que os dados foram coletados em pelo menos 60% das unidades habitacionais existentes no local.

Para compreender o perfil sociodemográfico das famílias entrevistadas, os dados revelam um predomínio de moradores em faixas etárias mais avançadas: 24,5% têm entre 51 e 60 anos e outros 24,5% possuem mais de 60 anos, seguidos pela faixa de 41 a 50 anos (18,4%). A maior parte dos respondentes se identifica como responsável pelo domicílio (73,5%), enquanto 14,3% são filhos(as) ou enteados(as), e 8,2% correspondem a outros graus de parentesco. No que diz respeito à composição domiciliar, prevalecem residências ocupadas por duas pessoas (30,6%), seguidas por domicílios com três moradores (22,4%) e moradores solitários (16,3%). Casos com seis ou mais residentes são pouco frequentes (4,1%), indicando baixa incidência de coabitação ampliada.

Em relação à renda, observa-se que a maior parte das famílias vive com 1 a 3 salários mínimos mensais (57,1%), enquanto 40,8% recebem entre 0 e 1 salário mínimo. Apenas 2% possuem renda superior a três salários mínimos, evidenciando a predominância de

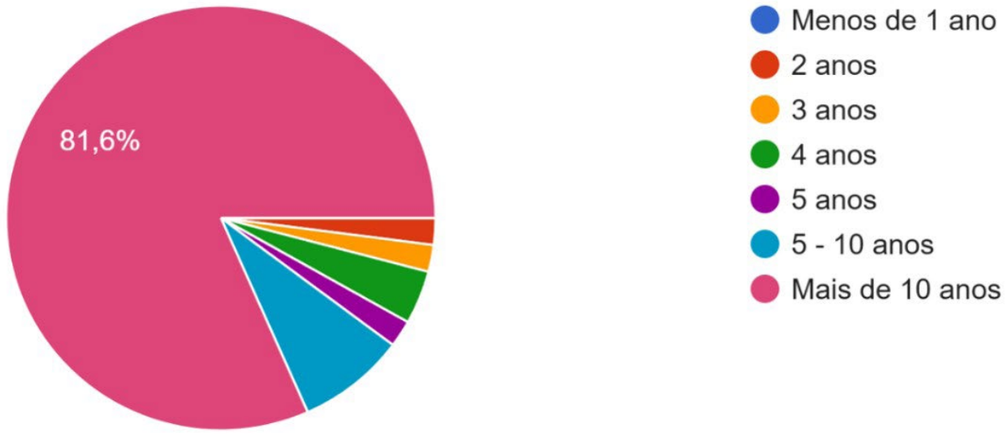


Figura 6 - Gráfico referente aos anos das construções nas Doquinhas. Fonte: EMAU JoãoBem, 2025.

baixos rendimentos no território. Ademais, mais da metade das famílias entrevistadas não recebe qualquer tipo de auxílio governamental; apenas 38,8% relatam acesso a benefícios sociais, sendo o Bolsa Família o mais recorrente. Auxílios emergenciais vinculados à reconstrução foram mencionados por somente 11 moradores.

A análise do tempo de permanência das famílias no território revela uma ocupação consolidada: 81,6% dos entrevistados residem no local há mais de dez anos, enquanto 8,2% afirmam viver na área entre cinco e dez anos (Figura 6).
Quanto à situação de moradia (Figura 7), a grande maioria declara possuir casa própria (89,8%), seguida por 6,1% que ocupam o imóvel, enquanto os demais se distribuem entre arrendamento, cessão ou outras formas de uso.

Entretanto, ao se investigar a titularidade do imóvel, observa-se um cenário significativamente distinto: apenas 34,9% afirmam possuir documentação formalizada. A maioria, 39,5%, declara não possuir qualquer tipo de título, e o restante apresenta respostas intermediárias, como “está em usucapião”, “tem o título, mas não registrou”, “está em processo de compra e venda”, “a documentação está no cartório”, “não fez a transferência” ou “o processo está tramitando”. Considerando tais situações como ausência de garantia plena da propriedade, o percentual de famílias sem título regularizado alcança 65,1%, evidenciando uma ampla insegurança fundiária no território.

Em relação ao ano de construção das edificações, 26% dos entrevistados não souberam informar o período de implantação. Entre os demais 74%, os relatos indicam construções datadas desde a década de 1960, com maior concentração de edificações erguidas a partir dos anos 1990 e início dos anos 2000 (Figura 8), reforçando o caráter gradativo e autoconstruído do processo de ocupação local.

No que se refere à infraestrutura urbana, observa-se que o acesso às moradias é dividido igualmente entre vias pavimentadas e não pavimentadas: 50% das famílias residem em ruas asfaltadas, enquanto os outros 50% utilizam vias de terra. Em relação ao passeio público, a maior parte das residências não dispõe de calçada (51%), seguida por 32,7% que possuem calçada pavimentada. Ademais, 14,3% das moradias

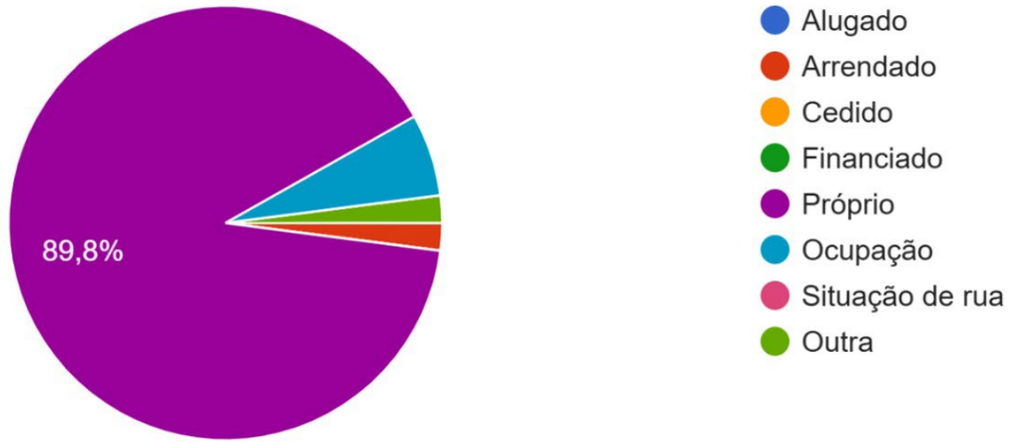


Figura 7 - Gráfico referente à situação da moradia nas Doquinhas. Fonte: EMAU JoãoBem, 2025.

não apresentam sequer o limite do passeio definido, e apenas 2% possuem calçadas parcialmente pavimentadas.

Quanto aos materiais empregados nos passeios, predominam superfícies de chão batido (60,4%), seguidas por calçadas em concreto (22,9%), asfalto (6,3%), concreto com revestimento cerâmico (6,3%) e pedra natural (4,2%). No que diz respeito à iluminação pública, 93,9% dos entrevistados afirmam que a rua é plenamente atendida, enquanto 6,1% relatam atendimento parcial.
Por fim, verifica-se que o abastecimento de água e energia elétrica é amplamente garantido por concessionárias públicas: 98% das moradias são atendidas pelo SANEP e a totalidade das unidades habitacionais possuem fornecimento de energia pela CEEE Equatorial. Esses dados evidenciam um cenário de cobertura relativamente alta para serviços essenciais, ainda que marcado por precariedades significativas em mobilidade, acessibilidade e qualificação dos espaços públicos.

Quanto à infraestrutura de escoamento de águas pluviais, 49% identificaram boca de lobo ou grelhas, 24,5% meio-fio, 20,4% sarjeta e 6,1% sarjetão, sendo que 40,8% não identificaram nenhuma dessas infraestruturas na via. Já em relação ao esgotamento sanitário, temos uma variedade de respostas, com 31,3% conectando seu esgoto na rede pública, 25% utilizando fossa séptica não ligada a rede, e sim a um sumidouro, 20,8% destinando diretamente para uma vala, 12,5% destinando a uma fossa que está conectada à rede de esgoto pública e 8,3% destinando as áreas de banhado (águas). Ainda assim, 40,8% dos entrevistados afirmam não reconhecer nenhum desses elementos de drenagem em seu entorno, evidenciando lacunas significativas na infraestrutura pluvial.

Em relação ao esgotamento sanitário (Figura 9), observa-se um cenário heterogêneo e marcado pela coexistência de soluções formais e alternativas. Do total de entrevistados, 31,3% conectam o esgoto diretamente à rede pública; 25% utilizam fossa séptica associada a sumidouro, sem ligação com o sistema coletivo; 20,8% destinam o esgoto para valas a céu aberto; 12,5% possuem fossas que, embora instaladas, estão conectadas à rede pública; e 8,3% informam o descarte em áreas de banhado, indicando fragilidade ambiental e sanitária.

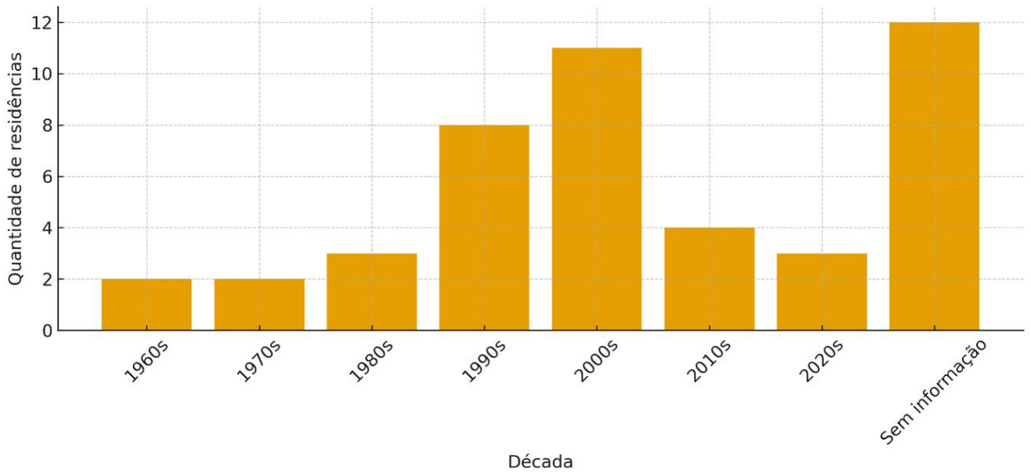


Figura 8 - Gráfico referente aos anos das construções nas Doquinhas. Fonte: EMAU JoãoBem, 2025.

No que se refere aos eventos de alagamentos e enchentes, 75,5% dos entrevistados relataram já terem sido impactados, muitos deles de forma recorrente. Os relatos evidenciam padrões repetidos de danos, com destaque para a perda de móveis e eletrodomésticos, além de comprometimentos estruturais, como pisos que se desfazem ou cedem, e a presença persistente de umidade e mofo que afeta paredes, revestimentos e mobiliário. Diversos moradores mencionam a entrada de água por pátios, ralos ou dormitórios, resultando em alagamentos parciais e comprometimento de ambientes inteiros. Em casos mais graves, foram descritos danos como o colapso de estruturas e a perda de materiais de construção.

Ainda que minoritários, alguns entrevistados afirmaram não ter sofrido prejuízos, seja porque evacuaram seus pertences a tempo ou porque suas residências estão elevadas em relação à cota da rua. De modo geral, os dados apontam para fragilidades construtivas e uma capacidade limitada de enfrentamento frente às enchentes, reforçando a vulnerabilidade socioambiental do território.

Com base nas informações disponíveis no GeoPelotas (Pelotas, 2024), aliadas à caminhografia e às observações realizadas em trabalho de campo, foi possível caracterizar a infraestrutura urbana existente nas faces que compõem o quarteirão conhecido como quarteirão do Quadrado, considerando os sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem pluvial (Figura 10).

Na Rua Bento Martins, constatou-se a completa ausência de dispositivos de drenagem e saneamento, tais como caixas de inspeção, grelhas, bocas de lobo, guia e sarjeta. A via apresenta apenas postes de eletrificação e iluminação pública, condição que implica significativa precariedade na infraestrutura e compromete diretamente a qualidade de vida dos moradores.

Na Travessa Um Coronel Alberto Rosa, verificou-se a presença de sarjeta, elemento fundamental para o escoamento superficial, restrita ao trecho de encontro com a Rua Coronel Alberto Rosa. A via conta ainda com rede de abastecimento de água, duas caixas de inspeção do sistema de esgotamento sanitário e quatro postes de eletrificação e iluminação pública.



Figura 9 - Gráfico sobre destinação do esgoto sanitário. Fonte: EMAU JoãoBem, 2025.

Na Rua João Manoel, identificou-se infraestrutura mais estruturada, composta por rede de abastecimento de água, cinco caixas de inspeção de esgotamento sanitário, duas caixas de inspeção de águas pluviais e duas grelhas de captação, além de seis postes de eletrificação e iluminação.

Por fim, na Rua Coronel Alberto Rosa, observou-se a infraestrutura mais completa dentre as vias analisadas. A rua apresenta rede de abastecimento de água, guia e sarjeta ao longo da quadra, uma boca de lobo localizada na esquina com a Rua João Manoel e uma grelha na esquina com a Travessa Um Coronel Alberto Rosa. Ademais, foram identificadas dez caixas de inspeção de esgoto sanitário e cinco postes de eletrificação e iluminação pública.

Considerando os resultados obtidos no diagnóstico territorial e no levantamento da infraestrutura urbana existente, observa-se que as soluções convencionais de drenagem — baseadas predominantemente em infraestrutura cinza — apresentam limitações estruturais diante dos desafios hidrológicos e socioambientais da região. Nesse contexto, destaca-se uma das principais vantagens das Soluções Baseadas na Natureza (SBN): sua multifuncionalidade, que permite integrar funções hidráulicas, ecológicas e sociais de forma complementar à infraestrutura instalada.

A seleção de tipologias de SBN para a região das Doquinhas exige, portanto, um exame cuidadoso de suas particularidades ambientais e sociais. O diagnóstico produzido pelas pesquisas que fundamentam este artigo indica que a área encontra-se assentada sobre um antigo banhado aterrado, marcado por um lençol freático superficial frequentemente aflorante; baixa capacidade de infiltração, decorrente da saturação do solo; elevada impermeabilização associada à consolidação urbana informal; mistura recorrente entre águas pluviais e esgoto sanitário durante eventos de cheia; e proximidade direta com o Canal São Gonçalo, cuja variação do nível d’água intensifica o retorno das cheias.

Essas condições tornam pouco eficazes SBN dependentes de infiltração profunda, como jardins de chuva tradicionais, valas de infiltração ou trincheiras drenantes. Diante desse cenário, o território demanda soluções adaptadas, combinando mecanismos naturais e dispositivos hidráulicos capazes de: (a) retardar o escoamento superficial; (b)



Figura 10 - Levantamento da infraestrutura existente. Fonte: EMAU JoãoBem, 2025.

aumentar a capacidade de armazenamento temporário; (c) permitir o fitotratamento das águas; (d) reduzir o aporte poluente ao canal; e (e) mitigar os alagamentos recorrentes.

Assim, propõe-se a adoção de um sistema híbrido de microdrenagem, articulando elementos naturais, técnicas de bioengenharia e infraestrutura hidráulica, sendo as quatro tipologias mais adequadas descritas a seguir:

Wetlands construídos e jardins de chuva impermeabilizados: Diferentemente das versões convencionais, que funcionam a partir da infiltração lenta para o aquífero, estes dispositivos são adaptados para áreas de solos saturados. Com fundo impermeabilizado por manta ou geomembrana, funcionam como bacias de detenção vegetadas, capazes de armazenar temporariamente águas pluviais e liberar o fluxo de maneira controlada. Dentre as suas funções principais estão: amortecimento de picos de cheia; filtragem natural de sedimentos e contaminantes; criação de *microhabitats*, entre outros. Os *wetlands* construídos podem ser integrados às áreas internas da quadra e às bordas próximas ao canal, funcionando como “esponjas urbanas”.

Biovaletas vegetadas superficiais: As biovaletas são canais rasos e alongados, preenchidos por substrato e vegetação nativa que reduz a velocidade do escoamento superficial e contribui para a filtragem inicial da água. Diferente das sarjetas convencionais ao integrar elementos ecológicos e permitir maior resiliência frente à sobrecarga hidráulica. Em um território altamente vulnerável ao refluxo do Canal São Gonçalo, valas vegetadas são alternativas eficientes às tubulações rígidas, frequentemente bloqueadas ou colapsadas.

Fitorremediação integrada aos dispositivos biohidráulicos: A fitorremediação ou fitotratamento, utiliza plantas aquáticas, macrófitas e espécies ribeirinhas para remover contaminantes presentes na água. Esse processo biológico é essencial em áreas onde águas pluviais se misturam com esgoto, como observado no local. Os seus benefícios estão ligados a redução da carga orgânica, retenção de sólidos suspensos, melhoria da qualidade da água despejada no canal e mitigação de riscos sanitários em períodos de cheia. Espécies adaptadas a ambientes alagadiços, comuns nos banhados do extremo sul gaúcho, podem ser utilizadas para potencializar o desempenho dos *wetlands* e biovaletas.

Telhado Vegetado: O telhado verde é um sistema construtivo que se caracteriza por ser uma cobertura de vegetação implementada sobre telhados, coberturas ou lajes de edificações. Existem muitas variações de telhados verdes. A composição depende do objetivo principal da estrutura, podendo ser aplicadas diferentes tipologias combinadas em um único projeto (CGEE/OICS, 2023). Os telhados vegetados, apresentaram taxas médias de retenção entre 55% e 79%, dependendo da tipologia construtiva e do regime climático. Essa estratégia, além de contribuir para o controle hidrológico, favorece o conforto térmico e a eficiência energética em ambientes urbanos (Gobatti 2022).

Importante destacar que a aplicação de SBN na área das Doquinhas não busca a renaturalização total de um ambiente já consolidado, o que seria tecnicamente inviável e socialmente excludente. A proposta é construir infraestruturas híbridas, que combinem tecnologias ecológicas com dispositivos mecânicos, como: bombas de recalque e válvulas de retenção.

O conjunto de SBN descrito constitui um caminho viável e tecnicamente consistente para aumentar a resiliência hídrica das Doquinhas, qualificando o ambiente sem romper os vínculos históricos, culturais e afetivos que estruturam esse território-água. Ao articular sistemas naturais, infraestruturas híbridas e participação comunitária, abre-se a possibilidade de um modelo de adaptação climática sensível às especificidades locais, socialmente justo e ambientalmente eficaz.

Considerações Finais

A análise integrada do diagnóstico habitacional e do levantamento sobre Soluções Baseadas na Natureza (SBN) evidencia que a microrregião das Doquinhas conforma um quadro estrutural de vulnerabilidade socioambiental, no qual as precariedades físicas das moradias, muitas delas autoconstruídas, antigas e marcadas por sucessivas sobreposições de reformas, articulam-se a déficits históricos de infraestrutura urbana, especialmente no que se refere aos sistemas de drenagem, saneamento e manejo de águas pluviais. Os relatos acerca do período de construção revelam significativa heterogeneidade temporal e indicam a ausência de um planejamento cumulativo, resultando em ocupações adaptadas às condições imediatas de necessidade habitacional. A permanência prolongada das famílias e a predominância de unidades habitacionais próprias, ainda que destituídas de regularização fundiária formal, sugerem um território consolidado, no qual vínculos comunitários e trajetórias históricas desempenham papel decisivo para qualquer perspectiva de intervenção.

A infraestrutura urbana, por sua vez, apresenta-se de forma desigual: mais da metade das vias carece de infraestrutura adequada e, embora o serviço de coleta de resíduos sólidos ocorra regularmente, parte dos moradores relata acúmulo de lixo no lote ou em seu entorno imediato, o que interfere negativamente na relação entre população e ambiente. No tocante ao saneamento, a coexistência de redes públicas, fossas rudimentares e despejos em valas ou áreas de banhado configura um sistema híbrido e frágil, suscetível à contaminação e à sobrecarga em períodos de cheia.

Nesse cenário, a análise das SBN demonstra potencial significativo para mitigar parte desses impactos, sobretudo no enfrentamento das cheias recorrentes, na qualificação dos espaços livres e na recomposição da relação entre habitação, solo e água. A integração das SBN com os resultados apresentados ao longo deste trabalho não constitui apenas uma resposta técnica aos problemas identificados, mas representa um desdobramento direto das evidências empíricas observadas no território. O conjunto de dados, que contempla fragilidades na drenagem urbana, precariedade da infraestrutura sanitária, recorrência de alagamentos, vulnerabilidade socioambiental e

limitações construtivas das moradias, reforça a necessidade de soluções capazes de operar de maneira articulada em múltiplas escalas.

Nesse sentido, as SBN propostas demonstram aderência ao diagnóstico produzido: contribuem para a mitigação dos impactos das cheias recorrentes, para a qualificação do ambiente construído, para o incremento da capacidade de manejo das águas pluviais e para a redução de riscos associados à saúde e à habitabilidade. Assim, as tipologias selecionadas respondem não apenas às condições hidroambientais identificadas, mas também se alinham às demandas sociais, territoriais e infraestruturais que emergem dos resultados, configurando um caminho viável para a requalificação urbana e para o fortalecimento da resiliência climática na região das Doquinhas.

Desse modo, a convergência entre os dados habitacionais e as potencialidades das SBN reforça a pertinência de uma abordagem territorial multiescalar, apta a integrar melhorias físicas das moradias, com destaque para a possibilidade de atuação via Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), a estratégias de adaptação climática e a processos participativos. Tal integração revela-se fundamental para promover maior resiliência urbana e ampliar o direito à cidade para os moradores deste território.

Referências

BARROS, Lânderson Antória; LIHTNOV, Dione Dutra; VIEIRA, Sidney Gonçalves. Contextualização Histórica na Formação do Bairro Porto de Pelotas e os Problemas Urbano-Ambientais no Loteamento das Doquinhas. XVIII CIC - Congresso de Iniciação Científica; *XI ENPOS - Encontro de Pós-Graduação*; I Mostra Científica, Universidade Federal de Pelotas, 2009.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE); OBSERVATÓRIO DE INOVAÇÃO PARA CIDADES SUSTENTÁVEIS (OICS). Telhado verde. In: *Catálogo Brasileiro de Soluções baseadas na Natureza*. Brasília, DF: CGEE/OICS, 2023. Disponível em: https://catalogo-sbn-oics.cgee.org.br/solucoes/telhado-verde/. Acesso em: 29 nov. 2025.

COHEN-SHACHAM, Emmanuelle; WALTERS, Gretchen; JANZEN, Christine; MAGINNIS, Stewart (ed.). *Nature-based solutions to address global societal challenges*. Gland, Switzerland: IUCN, 2016. xiii, 97 p. Disponível em: https://portals.iucn.org/library/node/46191. Acesso em: 29 nov. 2025.

FERREIRA, Jeanne Caroline Versari. *Instrumento de diagnóstico habitacional municipal: manual de campo*. Ilustrações de Álvaro Roberto de Lara Júnior. Maringá, PR: Núcleo Maringá do IAB/PR, 2022.

FRAGA, Raiza Gomes. *Soluções baseadas na Natureza: elementos para a tradução do conceito às políticas públicas brasileiras*. 2020. 177f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Déficit Habitacional*. Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/category/app/deficit-habitacional/\>. Acesso em: 29 nov. 2025.

GOBATTI, Lucas; LEITE, Brenda Chaves Coelho. Vegetated roofs rainwater management experimental research in Brazil: A georeferenced exhaustive review of a continental-size country. *Cleaner Production Letters*, v. 3, p. 100013, 2022. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2666791622000112. Acesso em: 12 out. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo demográfico 2022: características dos domicílios e perfil dos moradores – resultados do universo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://www.ibge.gov.br. Acesso em: 27 de novembro 2025.

KAPP, Silke; CARDOSO, Adauto Lúcio. Marco teórico da Rede Finep de Moradia e Tecnologia Social - Rede Morar T.S. *Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, n. 17, p. 194-220, 2013.

MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121-192.

MEDVEDOVSKI, Nirce Saffer; CARRASCO, André de Oliveira Torres; LIMA-SILVA, Fernanda; BAUMGARTEM, Cassius; GALBIATTI, Flávia Pagnoncelli; DUTRA, Janice; RIBEIRO, Rodolfo Barbosa; THOFEHRN, Felipe. Urbanização de Assentamentos precários na cidade de Pelotas: entre a insuficiência da ação local e a pouca aderência aos incentivos federais. In: NUNES DA SILVA, Madianita; CARDOSO, Adauto; DENALDI, Rosana. (Orgs.) *Urbanização de favelas no Brasil: trajetórias de políticas municipais*., ed.1. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022, v.1, p. 339 - 370.

PELOTAS. GeoPelotas: sistema de informações geográficas do município de Pelotas. Pelotas: Prefeitura Municipal de Pelotas, 2024. Disponível em: https://geopelotas.pelotas.rs.gov.br/. Acesso em: 19 novembro 2025.

RECKZIEGEL, Simone; FERNANDES, Gabriel Silva; POLIDORI, Maurício Couto. Memórias da comunidade das Doquinhas – lembranças de seus moradores. In: XVII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA; *X ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO*, 2008, Pelotas. Anais... Pelotas: [s.n.], 2008.

RIBEIRO, Wagner Costa. Riscos e vulnerabilidade urbana no Brasil. Scripta Nova: *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. 14, n. 331, p. 1–20, 2010. Disponível em: https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-331/sn-331-65.htm. Acesso em: 3 maio 2025

ROCHA, Eduardo; SANTOS, Tais Beltrame dos. (2023). Como é a Caminhografia Urbana? Registrar, jogar e criar na cidade. *Arquitextos*, 281, ano 24, São Paulo, out. 2023.

TAMIETTI, Gabriel. *Brasil registra déficit habitacional de 6 milhões de domicílios*. Fundação João Pinheiro. 24 abr. 2024. Disponível em: https://fjp.mg.gov.br/brasil-registra-deficit-habitacional-de-6-milhoes-de-domicilios/. Acesso em: 29 nov. 2025.

TUCCI, Carlos Eduardo Morelli (org.). Hidrologia: ciência e aplicação. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS: ABRH, 2020. 943 p. (Coleção ABRH, v. 4). ISBN 978-85-7025-924-0.

ISSN 2526-7310 PIXO n.37, v.10 outono de 2026

PRODUÇÃO (IN)FORMAL DA CIDADE
Territórios populares, periferização e dinâmicas habitacionais em Avaré/SP

(IN)FORMAL PRODUCTION IN THE CITY
Popular territories, peripheralization, and housing dynamics in Avaré/SP

Bárbara Caetano Damasceno[1] e
Matheus Augusto Almeida da Silva[2]

Resumo
Este artigo tem como objetivo examinar o padrão periférico de ocupação urbana a partir dos territórios populares produzidos formal e informalmente, cuja materialização revela as contradições presentes no modelo capitalista de urbanização. Partindo de uma abordagem teórico-empírica, a investigação analisa como as formas de apropriação e transformações promovidas pelos segmentos de menor renda podem se revelar enquanto mecanismos insurgentes e práticas alternativas para enfrentar a crise urbana, além de permitir repensar o próprio planejamento e a política habitacional. No cenário atual, problemas sociais antes restritos às grandes metrópoles passaram a se deslocar para cidades de diferentes portes demográficos, o que torna a análise do espaço urbano ainda mais complexa. Neste contexto, a fim de investigar como os territórios populares concorrem e complementam a produção da cidade e da moradia, mesmo em realidades não metropolitanas, este estudo adota como recorte empírico a cidade de Avaré, no interior de São Paulo.
Palavras-chave: produção do espaço urbano; provisão habitacional; territórios populares; autoconstrução; Avaré.

Abstract
This article aims to examine the peripheral pattern of urban occupation based on formally and informally produced popular territories, whose materialization reveals the contradictions present in the capitalist model of urbanization. Based on a theoretical-empirical approach, the research analyzes how the forms of appropriation and transformation promoted by lower-income segments can reveal themselves as insurgent mechanisms and alternative practices to address the urban crisis, in addition to allowing for a rethinking of planning and housing policy itself. In the current scenario, social problems previously restricted to large metropolises have shifted to cities of different demographic sizes, which makes the analysis of urban space even more complex. In this context, in order to investigate how popular territories compete with and complement the production of the city and housing even in non-metropolitan realities, this study adopts the city of Avaré, in the interior of São Paulo, as its empirical focus.
Keywords: production of urban space; housing provision; popular territories; self-construction; Avaré.

1 Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (FAU USP), Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual Paulista (FAAC UNESP, 2021) e Arquiteta e Urbanista pela Universidade Metodista (FEAU UNIMEP, 2018).
2 Graduando em Arquitetura e Urbanismo (UNEDUVALE).

Introdução

> Favela, vila, quebrada, gueto, comunidade, mocambo, maloca, barraco, morro, alagado, núcleo, complexo, aglomerado, assentamento. São muitos os nomes para designar um conjunto nada homogêneo de espaços urbanos, de lugares de moradia popular no Brasil e na América Latina. Não raro, são acompanhados por adjetivos como informal, ilegal, irregular, subnormal, precário... particularmente quando se associam àqueles lugares intervenções urbanas que, de algum modo, carregam um status de “não cidade”. Não cidade? Cidade, não. Cidade parece não ser palavra digna ou suficiente para significar esses espaços (Santo Amore; Leitão, 2019, p. 17).

Independentemente da terminologia adotada, Balbim (2023) destaca a dicotomia presente no conhecimento comum sobre as cidades brasileiras que, em geral, são caracterizadas pela discrepância entre a cidade formal e a informal. Para Santos et al. (2017), isso ocorre pelo fato de que, no contexto latino-americano, a produção do espaço urbana se dá através de mecanismo mercadológicos híbridos entre a formalidade e a informalidade que, longe de ser uma condição transitória, revelam mecanismos de reprodução do capitalismo através da forma urbana. Com efeito, se de um lado há uma porção minimamente planejada, dotada de infraestrutura e serviços, com oportunidades e urbanidades, do outro se revela uma “não cidade” distinta, inclusive em sua paisagem, cujos traços revelam o completo oposto.

Mais do que mera coincidência, para Dias, Valadão e Santos (2025), a materialização dessas dinâmicas em nossas cidades revela o papel estruturante que o capitalismo assumiu frente às transformações sociais e territoriais, aprofundando assimetrias históricas. Aproximando este debate do conceito de Capitaloceno, isto também revela como a crise urbana é resultado direto da lógica de acumulação que é acompanhada de uma exploração desenfreada e uma concentração de poder econômico e político, perpetuada por agentes que moldam as relações sociais e o próprio espaço construído a partir de suas escolhas econômicas e institucionais (Machado, 2025).

Em geral, a ótica hegemônica de planejamento tradicional visualiza os territórios populares pela ausência de regulação fundiária, assim como pela sobreposição das condições de carência de infraestrutura, precariedade urbanística e, principalmente, pela inadequação habitacional. Entretanto, compreendendo esses espaços como expressão de uma lógica de manutenção de desigualdades dentro do sistema capitalista (Santos et al., 2017), estudos acadêmicos recentes do campo crítico do planejamento passaram a reivindicar uma leitura mais ampla desses espaços, reconhecendo-os como expressões legítimas da luta social e da resistência pelo direito à cidade e à moradia.

Ao analisar os países capitalistas periféricos – entre os quais incluem o Brasil –, Davis (2006) argumenta que, desde a segunda metade do século XX, esses territórios populares ditos como informais têm sido a principal forma de absorção do contingente populacional dos segmentos de menor renda que ingressaram no urbano a partir do impulso do processo de industrialização e de urbanização. Dessa forma, dado o seu enraizamento na estrutura das cidades brasileiras, é forçoso reconhecer que esses assentamentos informais não são uma exceção, mas a regra.

Em distintos arranjos de formação social e espacial, a ocupação informal desses territórios ocorre primariamente em áreas periféricas de baixo interesse para o mercado imobiliário, pouco a pouco se convertendo em áreas urbanas consolidadas

que, popularmente, se conhecem por favelas ou ocupações. Lançando mão de todos os recursos humanos, financeiros, materiais, espaciais e políticos disponíveis, os assentamentos informais são a própria cidade e se mostram como uma forma de resistência frente a uma conjuntura permanente de exclusão dos agentes que residem nesses locais (Machado da Silva, 2016; Santo Amore; Leitão, 2019).

No entanto, quando se analisa o espaço urbano periférico, é importante destacar que a sua forma urbana e o espaço construído também são provenientes da ação direta de agentes privados e do próprio Estado brasileiro. No que se refere à atuação pública, isso ocorre por meio da implementação de políticas habitacionais de interesse social, seja pela entrega de unidades prontas ou pela comercialização de lotes urbanizados. Seja qual for a forma de provisão, nota-se que ao longo dos anos esses territórios vêm passando por processos graduais de modificação realizados pelos moradores tanto em função da evolução das necessidades cotidianas quanto pelas demandas de manutenção física.

Amplamente debatidos na literatura nacional, os espaços urbanos resultantes da provisão habitacional também integram os territórios populares socialmente estigmatizados, embora com níveis menores de precariedade urbana e habitacional. A diferença neste caso é que a sua forma de implementação e apropriação ocorreu formalmente. A despeito disso, em ambos os casos – isto é, seja através de uma produção feita pelos próprios moradores ou intermediada por agentes privados e públicos – o resultado é a existência de grandes territórios populares periféricos produzidos (in)formalmente, acompanhados da massificação do fenômeno da autoconstrução.

No cerne dessa questão encontra-se o fato de que, conforme analisado por Kowarick (1993), a condição social da parcela mais pobre da população – sua distribuição no espaço urbano, assim como suas condições habitacionais e seu acesso a outros bens e serviços essenciais à vida – espelha, ao nível espacial, o modelo segregador que opera no âmbito das relações econômicas capitalistas. O autor também analisa que essa questão se revela como um produto das relações sociais que se consolidaram pela reprodução de um padrão espoliativo, no qual uma ampla parcela da população brasileira foi sujeita a condições de exploração tanto no ambiente de trabalho quanto no ambiente da vida.

Para controlar a sua própria condição de existência, os grupos mais pobres e vulneráveis precisam travar duas lutas independentes: sendo uma delas referente ao local de trabalho, motivada pelo anseio de boas circunstâncias laborais, e outra no local de moradia, representada pela necessidade de existir e residir na cidade (Harvey, 1982). “Essa é a realidade das cidades brasileiras. Queira-se ou não, há que se enfrentar que não é normal, e tampouco natural, essa profunda desigualdade” (Balbim, 2023, p. 18).

O resultado físico-territorial dessa equação é de um aparente caos urbano, expressão de uma luta histórica, embora mais do que nunca atual, pela possibilidade de sobrevivência e permanência em nossas cidades. Problematizando a leitura desses espaços populares em oposição a uma determinada ordem, Sampaio (1988) evidencia como esse discurso está carregado de preconceitos que, para além do campo político, estão enraizados na prática do urbanismo, no planejamento urbano e na arquitetura. No entanto, para o autor, a noção de oposição entre ordem e desordem é um discurso vazio e uma pseudoverdade. Isto porque, ao confrontar esses argumentos, esses conceitos se desmancham em falácias.

Para além da estigmatização das periferias, Ferreira (2017) afirma que há um ataque à dignidade dos moradores desses territórios populares, que acabam sendo categorizados como subclasse. Em uma análise mais profunda e contundente, o autor argumenta que isso se deve ao fato de que, em uma sociedade capitalista na qual a identidade do sujeito é constituída a partir da sua capacidade de consumo, a aquisição de mercadorias postas à venda – como é o caso da terra e da moradia – permite a sua filiação social. Levando isso em conta, quem está fora desse circuito é a parcela da sociedade considerada indesejada.

Diante dessa realidade, o que se vê são discursos ou programas políticos que se voltam para um enfrentamento das mazelas urbanas e habitacionais através da remoção das ocupações e favelas, e da construção de grandes conjuntos habitacionais em áreas periféricas. Com isso, ignoram as assimetrias nas formas de produção e de apropriação do espaço urbano, revelando uma agenda pública que visualiza esses territórios populares ou as necessidades por moradia como meros problemas, quando, na realidade, eles expõem um sistema que não deixa alternativas aos segmentos não solváveis, somado a um Estado incapaz de incorporar os mais pobres à estrutura de planejamento vigente.

Afastando-se de uma visão maniqueísta dos territórios populares, ao mesmo tempo em que se evita uma romantização das condições de desigualdades e das precariedades neles encontradas, é necessário direcionar o olhar para esses espaços, não pelos elementos que lhes faltam, mas por sua diversidade, visto que são áreas constituídas e constituintes das nossas cidades. Dito de outra forma, pensar esses territórios é pensar a cidade (Valladares, 2005; Santo Amore; Leitão, 2019). Não por outra razão, Balbim (2023) destaca como esses espaços, especialmente aqueles ditos informais, concorrem e complementam a produção do espaço urbano. A saber, o presente estudo dedica-se a debater justamente essa questão, com foco em analisar a relação entre o processo de periferização dos territórios populares e as dinâmicas habitacionais em cidades pequenas do interior paulista.

Além da introdução, o artigo foi estruturado em três seções. Na primeira, são abordadas as formas de produção do espaço urbano e da moradia, com foco na análise crítica entre o planejamento urbano tradicional e as práticas insurgentes – “de baixo pra cima” – de agentes socialmente excluídos na luta por moradia. Na sequência, amplia-se a leitura acadêmica predominante, construída em torno do padrão periférico de ocupação e da compreensão da autoconstrução como um fenômeno restrito às grandes metrópoles, e são analisados os processos de periferização e as dinâmicas habitacionais em espaços formais e informais, com destaque para as particularidades das cidades pequenas. Por fim, a terceira seção é dedicada à investigação empírica, avaliando como os territórios populares transformam a realidade urbana e os principais aprendizados decorrentes das práticas desses agentes, tendo como recorte de análise a cidade de Avaré.

Produção social da cidade, planejamento urbano e a luta pelo direito à moradia

Na periferia do capitalismo, as cidades são marcadas pela presença de distintos problemas sociais urbanos, sendo o da habitação o principal deles. Expressão de uma crise histórica e estrutural, a questão remonta às origens de nossa formação social hierárquica, aos modelos de desenvolvimento adotados e aos respectivos ordenamentos territoriais. Além disso, tais problemas estão diretamente relacionados ao padrão de modernização capitalista, à intensa industrialização tardia e ao padrão desigual de urbanização. Sendo assim, para que seja possível analisar o atual estágio da crise da moradia brasileira, que em última análise reflete a própria crise urbana, é necessário compreender como as dimensões espaciais, sociais, e econômicas interagem ao longo do processo de produção da cidade.

As cidades, quando analisadas em sua dimensão espacial, são produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais. Portanto, para além de um resultado histórico e social, são uma construção humana, cuja materialidade revela a indissociabilidade entre o espaço e a sociedade que nele habita (Carlos, 2004). Desse modo, a autora afirma que a produção da cidade é uma prática socioespacial que revela, em última instância, a própria produção ininterrupta da vida. Em complemento, sendo a cidade também um resultado das relações capitalistas, sua dimensão econômica ainda evidencia a importância de entendê-la para elas como produto da acumulação de capital, cujas condições para sua realização definem a estrutura urbana (Carlos, 2017).

Sobre isso, e considerando o contexto do Capitaloceno, é possível posicionar o capitalismo como elemento central nas relações sociais e econômicas, cujo impacto na produção do espaço urbano se reflete diretamente nas condições de vida e de moradia dos mais pobres. Machado (2025) observa como os aspectos fundamentais de nossa sociedade, como bens e serviços, passam a operar a partir de uma lógica mercadológica dominada por uma minoria que transforma desproporcionalmente o território e reforça desigualdades históricas. Além disso, é preciso reconhecer que – sobretudo pela atuação ambígua e oscilante do Estado – essas dinâmicas de ordem econômica e social cada vez mais têm se materializado no ordenamento jurídico e institucional, impactando a efetivação do direito à cidade e à moradia (Dias; Valadão; Santos, 2025).

Apesar das distintas hierarquias e escalas de cidades, Santos (2002) interpreta que a forma espacial, como conhecemos, é resultado direto de combinações particulares do capital, dos distintos meios de produção, dos processos de trabalho, de técnicas específicas e, sobretudo, da ação de diferentes agentes presentes nas cidades. Revela-se, portanto, a uma dimensão social das cidades, representada por esses agentes. Importa observar que as cidades são justamente os locais de atuação desses grupos – historicamente com estratégias e práticas espaciais distintas – que, dotados de interesses próprios, contradições e geradores de conflitos, transformam e produzem cotidianamente o território a partir de suas ações (Carlos; Souza; Sposito, 2013).

Embora não seja objetivo deste trabalho aprofundar a análise das distintas formas de atuação desses grupos, buscamos diferenciá-los para, em seguida, concentrar a atenção nas formas de produção social da cidade e, especialmente, da moradia dos segmentos populares. Essa escolha metodológica justifica-se porque o objeto de investigação do presente artigo é a análise do padrão periférico de ocupação urbana a partir dos territórios populares produzidos tanto formal quanto informalmente. Para esse fim, Corrêa (2013) propõe uma categorização relevante desses agentes, distinguindo-os em: proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, Estado, e grupos socialmente excluídos.

Em linhas gerais, Carlos, Souza e Sposito (2013) argumentam que os agentes econômicos, formados pelos proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários e promotores imobiliários, estão interessados em apropriar-se da terra urbana por seu valor de troca, a fim de atender aos próprios interesses de desenvolvimento de suas atividades capitalistas e de obtenção de lucro com essa mercadoria. Em contraste, identificam-se os agentes sociais excluídos, que visualizam a terra por seu valor de uso, mas também como condição básica e indispensável para o desenvolvimento da vida, que se realiza especialmente para fins de moradia, analisa Harvey (1982).

Por fim, mas não menos importante, a isso soma-se o Estado, que – distante de ser um agente neutro ou externo às relações sociais – desempenha uma função ambígua na produção do espaço urbano, ao regular a arena na qual esses interesses conflitantes se enfrentam. Trata-se de um agente que, no contexto econômico, político e social, possui uma atividade produtiva que não se limita exclusivamente ao espaço urbano. Isto porque, ainda que as suas múltiplas formas de atuação possam demandar grandes áreas urbanas, Rodrigues (2020) afirma que a sua principal atividade é a regulação através da criação de leis e normas específicas com a finalidade de organizar e ordenar a unidade territorial sob sua jurisdição.

Salvo os proprietários dos meios de produção, grupo que mais consome o espaço urbano devido a um perfil de atuação focado na implantação de grandes centros produtivos e uma alta demanda por infraestrutura urbana (Rodrigues, 2020), todos os demais agentes atuam e interferem diretamente, em maior ou menor grau, na dinâmica habitacional de uma cidade. Não obstante essas diferenças, o ponto comum entre todos eles é que a terra urbana assume papel central para suas formas de produção, sendo disputada e apropriada de forma desigual a depender do seu capital econômico e político. Neste sentido, há uma inseparabilidade entre os processos sociais e esses agentes, materializam-se na forma de ambiente construído (Corrêa, 2013).

A cidade é, portanto, uma composição de partes heterogêneas resultante dos fragmentos produzidos por esses diferentes agentes. Ainda assim, em sua soma geral, ela é constituída em grande medida por setores residenciais que se diferenciam tanto do ponto de vista urbanístico quanto das condições de moradia. Isso evidencia a existência de uma cisão socioespacial marcante nas cidades, que não deixa de ser o espelhamento da sociedade de classes existente e das formas desiguais de produção da cidade e da moradia. É nesse contexto em que a terra urbana e a habitação se tornam objeto de interesse generalizado e passam a ser amplamente discutidas.

De acordo com Corrêa (2013), esses agentes, com capital ou sem, formal ou informalmente organizados, contribuem para o estabelecimento de tensões urbanas – mais ou menos intensas, entretanto permanentes – em torno dessas duas mercadorias. Dessa forma, para além de uma contradição básica, esses processos se revelam como um problema para grande parcela da população que acessa de forma desigual à terra urbana e à habitação. Sobre isso, “as desigualdades viram diferenças, porque uma parte da sociedade, de fato, no plano econômico, no político e no social, participa precariamente da vida urbana e da sociedade de consumo, ou participa de forma qualitativamente diferente” (Sposito, 2013, p. 129).

Assim como ocorre na produção da cidade, a produção da moradia também é marcada pela atuação desses mesmos agentes, pautadas pela contraposição entre o valor de uso e o valor de troca. Se, de um lado, agentes econômicos, em especial proprietários fundiários e promotores imobiliários, se apropriam da habitação como mercadoria, buscando nela a realização do capital e a ampliação da renda fundiária; de outro, os grupos socialmente excluídos a veem como condição para a reprodução da vida cotidiana. Nesse sentido, tão crucial quanto identificar quem são esses agentes que produzem o espaço, é compreender suas respectivas formas de produção da moradia, pois nelas se revelam as estratégias que consolidam, perpetuam ou contestam a lógica desigual da cidade capitalista.

Em um esforço interpretativo, Jaramillo (1982) contribuiu para o campo dos estudos urbanos latino-americanos ao examinar a coexistência de diferentes formas de produção do espaço construído, entre elas: doméstica (autoconstrução), por encomenda, de mercado (capitalista) e, por último, estatal. A começar pela autoconstrução, o autor afirma que esta categoria de produção se destaca por ser a única na qual o consumidor final da mercadoria também é o produtor direto. Realizada de forma extensiva pelos segmentos de menor renda e em condições de informalidade urbana e edilícia em áreas periféricas, essa modalidade tem como finalidade a produção da moradia, dada a incapacidade desses agentes de acessar o mercado formal.

No caso da produção por encomenda ou de mercado, ambas possuem um sentido geral de acumulação de capital. Ainda assim, cada uma se materializa no espaço de forma particular. A encomenda, de modo semelhante ao que ocorre com a doméstica, caracteriza-se por ser extensiva, horizontalizada e por empregar técnicas construtivas mais tradicionais. Já a de mercado, além de ampliar progressivamente o seu impacto no espaço urbano, apresenta-se como intensiva, verticalizada e pautada por técnicas de construção mais desenvolvidas, analisa Moura (2017). Em suma, essas duas modalidades de produção do espaço se inscrevem na lógica de produção do espaço urbano como formas de absorção do capital excedente (Harvey, 2011).

Quanto à produção do estatal, Jaramillo (1982) observa que o Estado é um importante produtor da moradia enquanto uma mercadoria, cujas dinâmicas e categorias adotadas no processo produtivo não podem ser comparadas às categorias anteriores. Além disso, entre as distintas atividades produtivas desempenhadas por ele no sistema urbano, sua produção se diferencia pelo fato de se destinar ao consumo de outros agentes. Nessa perspectiva, Iacovini (2019) aponta que, distante tanto das formas propriamente capitalistas de produção privada (acumulação e circulação mercantil) ou quanto da encomendada (valor de uso), a produção estatal é uma intermediação entre ambas e a autoconstrução.

A análise dos agentes sociais produtores do espaço urbano revela como variadas formas de produção do espaço estruturam tanto a cidade quanto a moradia. Cada uma dessas formas envolve distintos agentes, desde o usuário final (na produção doméstica) a trabalhadores assalariados, agentes de capital e até o próprio Estado. O modo como cada agente controla a produção, interfere no acesso à terra urbana e à habitação, determinando não somente a morfologia, mas também quem pode ou não se beneficiar do espaço construído. Assim, a dinâmica urbana e habitacional reflete a sobreposição e disputa entre esses agentes e formas, mostrando como as condições de produção influenciam o padrão de urbanização, acesso e apropriação do espaço urbano.

No contexto brasileiro e, tendo em vista os objetivos analíticos estabelecidos no trabalho, destaca-se que tanto os grupos socialmente excluídos – cujo acesso à cidade ocorre de forma informal e o acesso à moradia se dá através da autoconstrução – quanto o Estado brasileiro, cuja sua atuação formal se dirige à produção da cidade e da moradia através da transferência de propriedade, desempenham papel central na relação com os segmentos de menor renda. Sendo assim, dentro do contexto capitalista de produção do espaço urbano e da habitação, é principalmente por meio da ação destes dois agentes e de suas respectivas formas de produção que se conforma o que aqui se entende por territórios populares. Eles são, portanto, elementos chaves na produção da cidade e da moradia.

Reflexo de um processo excludente de urbanização, os territórios (in)formais onde os mais pobres da sociedade residem são áreas urbanas heterogêneas, quase sempre localizadas perifericamente na malha urbana e com altos índices de precariedade urbana e habitacional. Em constante transformação, esses locais são fruto de sucessivas ações, como a abertura de loteamentos em novas frentes periféricas de expansão feitas por agentes públicos ou privados, o surgimento de ocupações de terra em áreas ambientalmente frágeis, o aumento da densidade em favelas mais consolidadas em áreas com baixo interesse do mercado imobiliário, o lançamento de conjuntos habitacionais de interesse social em periferias já consolidadas ou em novas áreas ainda mais afastadas, dentre outros.

Embora múltiplos problemas se sobreponham nesses territórios, é preciso destacar que eles refletem uma estrutura robusta, porém falha, de planejamento urbano, a qual, segundo Maricato e Cunha (2022), revela uma distância entre a retórica e a prática, além de revelar conflitos em torno da produção do espaço urbano. Isso ocorre porque instrumentos urbanísticos, leis e planos que deveriam ordenar o espaço frequentemente se distanciam das reais necessidades dos territórios populares periféricos, aprofundando desigualdades e precariedades. Portanto, a análise do padrão periférico de ocupação urbana deve se atentar para essas limitações, a fim de compreender os desafios urbanos e habitacionais dos grupos ainda imersos em condições de espoliação.

Nota-se que, no Brasil, apesar do aprofundamento das desigualdades socioespaciais, há um avançado arcabouço legal voltado à promoção de cidades social e territorialmente mais justas. Entretanto, sua efetividade nas cidades é muito baixa (Maricato; Cunha, 2022). Como coloca Whitaker (2022), isso resulta em um Estado fraco devido à instrumentalização e a captura da estrutura pública pelos interesses privados, bem como à produção segregadora do espaço urbano, cujos efeitos diretos são a manutenção de uma desigualdade funcional que dificulta a superação do quadro de crise urbana. Essa característica do aparato estatal brasileiro, de acordo com o autor, revela uma prática de “contraplanejamento permanente”. Em outras palavras, lança luz a uma dinâmica intencional de não planejamento do espaço.

Diante desse cenário, observa-se a existência de insurgências como resposta à insuficiência e à exclusão promovidas pelo planejamento estatal e, em última instância, pelo mercado. Essas práticas – fora das estruturas institucionais e ligadas às lutas urbanas travadas por segmentos tradicionalmente excluídos de menor renda –, buscam combater a precarização das condições de vida urbana, apontam Morais e Pires (2022). Para os autores, ao combinar resistência e transgressão, o planejamento insurgente se pauta por ações diretas no território – sem recusar canais formais de diálogo com o Estado quando necessário – em oposição à ordem dominante que, além de omissa, invisibiliza os territórios populares e os respectivos atores que aí residem.

Miraftab (2016) afirma que, frente a uma crise de legitimidade que nega direitos individuais e coletivos, é preciso reconhecer essas práticas alternativas como instâncias capazes de fazer cidade. Na realidade brasileira, este tipo de planejamento toma forma principalmente nos assentamentos informais, mas também podem ser encontradas em outros tipos de territórios populares que, além de induzirem rupturas e criarem novos mecanismos de produção do espaço urbano e da moradia, permitem que a população faça valer a sua força na disputa pelo espaço urbano e viabilize alternativas para si própria (Miraftab, 2016; Morais; Pires, 2022). Com efeito, tais práticas acabam desafiando e tensionando o planejamento urbano tradicional, reavendo o protagonismo historicamente negado pelas estruturas institucionais.

Fica particularmente evidente a íntima relação entre os territórios populares, as insurgências urbanas e o direito à cidade, simbolizando uma articulação entre diferentes grupos sociais excluídos presentes nas cidades frente a uma permanente crise urbana e dos processos desiguais de produção capitalista e de urbanização. Por este motivo, as diversas formas de resistência e luta que emergem, como expressões das necessidades humanas essenciais, precisam ser reconhecidas e, mais do que isso, atendidas pela sociedade e pelo Estado por meio de políticas públicas (Ferrara; Gonsales; Comarú, 2019). No limite, essas práticas não somente reivindicam políticas públicas mais efetivas, mas também caminham na direção de cidades menos excludentes.

Urbanização, segregação socioespacial e interiorização do desenvolvimento

Apesar de as dinâmicas descritas na seção anterior se aplicarem – em maior ou menor grau – a todas as cidades brasileiras, é evidente que os estudos teóricos e empíricos em torno das lógicas do processo de urbanização e da produção do espaço urbano se debruçam principalmente sobre os contextos dos grandes centros urbanos e metrópoles. Dessa forma, nota-se que ainda são incipientes as investigações acadêmicas sobre a questão urbana em diferentes realidades, sobretudo aquelas que permitam a caracterização das formas de produção do espaço e da moradia em cidades pequenas e médias, como é o caso de Avaré e de muitas outras cidades. A despeito disso, desde a segunda metade do século XX, essas cidades passaram a enfrentar problemas antes restritos às metrópoles, tornando ainda mais complexo o quadro urbano brasileiro.

Deák e Schiffer (2015) observam que a urbanização brasileira se intensificou doravante os anos de 1930, acelerando-se a partir da década de 1950 na ocasião da implementação do projeto nacional-desenvolvimentista durante a Era Vargas. Como se sabe, a região sudeste do país foi aquela onde esse processo se deu de maneira mais acentuada, tomando forma através da concentração industrial em áreas metropolitanas e do alto fluxo migratório para essas localidades, o que assinalou uma grande oportunidade de concentração de capital e crescimento econômico. Porém, a combinação do acelerado processo de industrialização e de uma intensa urbanização trouxe profundas transformações qualitativas e morfológicas que estruturaram o espaço urbano de forma definitiva e cujos efeitos são sentidos até hoje.

Por esta razão, até a segunda metade do século passado, a rede urbana era fragmentada, desarticulada e concentrada em poucas grandes cidades, uma vez que a industrialização no período resultou em um crescimento metropolitano vertiginoso, induzindo a concentração econômica e demográfica nessas regiões (Otero, 2016). Entretanto, a partir das décadas de 1960 e 1970, houve uma inflexão desse modelo, quando um conjunto de ações e políticas voltadas à descentralização industrial e à interiorização do desenvolvimento, especialmente do setor secundário, favoreceram o desenvolvimento de realidades urbanas fora do circuito metropolitano, conforme analisado por Ascher (2001).

Por meio do II Plano Nacional de Desenvolvimento - PND – implementado entre 1975 e 1979, ainda durante o regime militar – que era, por essência, um plano econômico com a finalidade de aprofundar a industrialização no país, conferir maior eficiência para alguns ramos produtivos e ainda reduzir a dependência externa através da expansão da economia interna, bem como equilibrar o sistema urbano-regional e atenuar o fluxo migratório, diversas cidades foram beneficiadas e passaram a se desenvolver (Amorim Filho; Serra, 2001; Otero, 2016). Com efeito, tais esforços não somente se fizeram sentir pela intensificação do desenvolvimento urbano e econômico, como também pela diversificação e aceleração das dinâmicas demográficas, que resultaram em uma reestruturação do espaço urbano.

Importante destacar que, até esse momento, o interior do estado de São Paulo era um dos poucos territórios com um conjunto de centros intermediários minimamente articulados em forma de uma rede urbana, herança do complexo cafeeiro, que permitiu que essas cidades se apresentassem como locais aptos para o espraiamento da indústria (Negri, 1994). Essa característica induziu e facilitou que a desconcentração industrial se direcionasse em especial para as cidades médias do interior paulista, resultando um processo que contribuiu para a consolidação de redes urbanas não metropolitanas com diferentes articulações e espacialidades, argumentam Goulart, Terci e Otero (2017).

O outro lado da moeda foi que, a partir desse momento, diversas problemáticas urbanas emergiram e se intensificaram nessas cidades. Isto porque, para Cano (2011), não tardou para se observar que não foram apenas as indústrias que migraram das metrópoles para os centros urbanos menores, mas também os problemas urbanos antes restritos a elas. É justamente por isso que, de acordo com Negri (1994), a expansão industrial no interior foi acompanhada do crescimento de graves problemas até então inexistentes. Por conseguinte, hoje, diferentes centros urbanos interiorizados do país padecem dos mesmos problemas, dos quais destacam-se aqueles relacionados ao transporte coletivo, saneamento, habitação, falta de escolas e de leitos hospitalares, segurança pública e poluição ambiental.

Isto ocorreu pelo fato de que, dentre outras especificidades que devem ser analisadas em cada localidade, o processo de interiorização do desenvolvimento – que contou com uma participação decisiva do Estado brasileiro por meio de uma atuação articulada que envolveu, especialmente, os governos estaduais e municipais –, apesar de ter contribuído para que muitas cidades médias se afirmassem como economias urbanas industrializadas, esse movimento ocorreu paralelamente ao agravamento de diversos problemas urbanísticos, resultantes do descompasso entre a expansão econômica capitalista e a distribuição das benesses urbanas.

Com isso, ainda que até mesmo as pequenas cidades situadas no entorno dessas médias tenham se beneficiado da expansão do mercado de trabalho, do crescimento econômico regional e da melhoria geral da infraestrutura e dos serviços, não demorou muito para que se agravassem de forma irreversível os problemas urbanísticos, que nada mais são do que sintomas do descompasso entre a expansão econômica capitalista e a produção do espaço, conformando cenários sem precedentes nessas cidades de especulação imobiliária, piora das condições de vida, desigualdades socioespaciais, degradação ambiental, necessidades por moradia, periferização e favelização. Assim, não é mais incomum encontrar cidades que reproduzem, ainda que em menor escala, contextos urbanos muito semelhantes aos das metrópoles.

Dito isso, retomamos o argumento de que a análise das cidades brasileiras permite verificar que a estrutura urbana reflete um modelo de urbanização impulsionada por um processo capitalista de perfil industrial que, historicamente, foi marcado por uma intensa exploração da força de trabalho e na exclusão social (Maricato, 1996). Sobre isso, Bueno (2008) observa que a transição para um Brasil moderno ocorreu sem a superação do atraso herdado do período colonial, resultando na combinação de relações arcaicas e modernas. Portanto, verifica-se a sobreposição de processos que se desenvolveram de forma desigual entre diferentes classes sociais, grupos étnico-raciais e entre as distintas regiões do país.

À vista disso e, somado às ações dos agentes que atuam na produção do espaço urbano, com diferentes graus de intensidade, as cidades passaram a expressar cada vez mais contradições de ordem social e econômica, influenciando tanto sua organização espacial quanto o surgimento e agravamento dos problemas urbanos (Santos, 1993). O efeito disso é uma distribuição explicitamente desigual da população no espaço urbano, mas também no acesso à moradia, cujos desdobramentos implicam perda na qualidade de vida urbana para determinados grupos, de acordo com Battaus e Oliveira (2016), que pode ser sintetizado como um processo de precarização das condições urbanas e habitacionais.

No que tange às precárias condições encontradas nas cidades, se é fato que “a produção do espaço urbano se dá por uma lógica segregadora”, conforme analisado por Whitaker (2022, p. 18), é oportuno observar que esse processo passou a caracterizar a realidade brasileira desde o final do século XIX, período historicamente marcado pela transição

das relações senhorial-escravistas para o modo burguês-capitalista. Esse fenômeno, entretanto, intensificou-se ainda mais com a passagem do modelo agrário-exportador para o urbano-industrial (Valladares, 1991; Maricato, 2004). Nesses termos, pode-se afirmar que, no Brasil, apesar da atualidade do tema da precarização do espaço urbano no atual estágio do capitalismo financeirizado, trata-se de um fenômeno antigo que tem acompanhado o desenvolvimento social, econômico e espacial do país.

Concomitantemente, é preciso destacar o problema social da habitação, que se consolidou como um dos principais desafios a serem enfrentados em território nacional. Justamente por esse motivo, não é possível analisar o processo de precarização do espaço urbano de forma dissociada da problemática habitacional, uma vez que as causas de ambos têm origem na combinação de fatores como a urbanização excludente e a desigualdade socioeconômica. Não por outra razão, Whitaker (2022) argumenta que as cidades brasileiras já nasceram como espaços excludentes, tendo a segregação sido utilizada como um instrumento permanente de dominação espacial, que ocorreu – e ainda ocorre – por meio da exclusão dos mais pobres do direito à cidade.

Além disso, para Denaldi (2003), o crescimento das nossas cidades foi acompanhado do crescimento de habitações precárias, como cortiços, favelas e loteamentos periféricos, que historicamente surgiram como alternativas habitacionais para os segmentos de menor renda excluídos do mercado imobiliário formal. Assim, sobretudo nos grandes centros urbanos e metrópoles do país, o lugar dos pobres nas cidades sempre foi muito bem definido (Santos et al., 2017; Kowarick, 2013). É nesse contexto que Maricato (2003) analisa como a distribuição do ônus da urbanização ocorre de forma desigual a partir de um recorte de classe, cujos reflexos se manifestam no padrão de desenvolvimento e produção das cidades brasileiras. Nitidamente marcadas pela segregação urbana, as melhorias no espaço urbano costumam ocorrer quando há interesse da classe dominante, criando um sistema com fortes laços herdados da sociedade colonial que, baseada em privilégios, busca cada vez mais o distanciamento social e espacial entre as classes.

Surgem, nesse contexto, quiçá uma das principais expressões espaciais e sociais da urbanização excludente brasileira, mas também de luta: as favelas, que – resultantes de práticas insurgentes resultante da necessidade por moradia e inserção na cidade – evidenciam o afastamento forçado de determinados grupos em relação à cidade formal. Como se sabe, os moradores desses territórios populares passaram a ocupar terrenos cada vez mais distantes dos núcleos urbanos consolidados. Embora essa realidade tenha sido alterada, em razão da melhoria das condições gerais de infraestrutura ao longo das últimas décadas, ainda persistem áreas não urbanizadas e sem acesso a serviços básicos, como abastecimento de água encanada e esgotamento sanitário, argumenta Maricato (1996).

Como alternativa de sobrevivência ao processo de exclusão, Maricato (2003, p. 154) analisa que essas áreas ocupadas são justamente aquelas rejeitadas pelo mercado imobiliário ou áreas públicas vazias ou subutilizadas. De todo modo, localizam-se em regiões periféricas das cidades que são desvalorizadas, especialmente à beira de córregos, em encostas de morros, ou em terrenos sujeitos a enchentes e outros riscos, regiões poluídas, ou até mesmo áreas de proteção ambiental. Sobre esta última, a autora observa que a vigência de legislação de proteção e a ausência de fiscalização determinam tal desvalorização. O resultado dessa periferização e segregação é que, além da conformação de áreas urbanas extremamente precárias, as moradias aí produzidas também estão distantes das condições dignas necessárias para a vida.

A esses territórios populares periféricos mais precários somam-se áreas criadas a partir da atuação do Estado, mais especificamente através da implantação de conjuntos habitacionais que, embora se diferenciem pela qualidade urbanística e arquitetônica quando comparadas às favelas, ainda assim são expressão da segregação imposta aos mais pobres. Desse modo, é forçoso reconhecer que esse processo impõe problemas em distintas escalas e dimensões a esses segmentos mais pobres, como reflexo da sobreposição de aspectos adversos de ordem econômica, social e espacial. Conforme análise feita por Maricato (2003, p. 152),

> a segregação urbana ou ambiental é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma. À dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.) somam-se menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. A lista é interminável.

Isto posto, a abordagem combinada dos temas da urbanização, segregação e interiorização do desenvolvimento revela a íntima relação entre o crescimento econômico capitalista, a pauperização das condições urbanas e formação dos territórios populares no Brasil. Porém, esses processos não se manifestam de forma linear em todas as cidades. A produção acadêmica costuma privilegiar os grandes centros urbanos e metrópoles, mas é fundamental considerar as especificidades de cada localidade, sobretudo das cidades médias e pequenas. Isto se deve ao fato de que a materialidade do processo de urbanização assume diferentes formas conforme o papel exercido por cada cidade na rede urbana, além de sofrer interferência dos múltiplos fatores históricos, econômicos e institucionais que contribuem tanto para conformar a estrutura urbana quanto para a formação dos territórios populares.

Enquanto nas metrópoles há uma intensificação dos problemas sociais e urbanos, reflexo de seu protagonismo político, econômico e simbólico em escala nacional, nas cidades médias e pequenas, cuja centralidade é mais regional e cuja atuação está voltada para a gestão de áreas do entorno, tais desafios tendem a se apresentar de maneira distinta – geralmente associados à precariedade dos serviços públicos e a limitações institucionais e estruturais no planejamento urbano, conforme argumentam Soares e Melo (2010). Nesses contextos, a menor diversificação das atividades produtivas e a capacidade limitada de investimento público contribuem para potencializar certos problemas urbanos, ainda que a escala territorial envolvida possibilite soluções – ao menos nos aspectos físico e territorial – mais viáveis em comparação às grandes cidades. Ademais, observa-se que o avanço do processo de urbanização costuma ocorrer sem o adequado acompanhamento de políticas públicas, perpetuando desigualdades e carências estruturais nessas localidades.

A despeito da menor escala dos conflitos urbanos em comparação aos grandes centros, as cidades médias e, sobretudo, as pequenas também reproduzem a lógica da produção desigual do espaço (e da moradia). No que tange aos territórios populares, o Estado desempenha papel central na conformação e estruturação das periferias, seja pela limitação do modelo das políticas habitacionais de interesse social implementadas ou pela execução pontual de programas que, embora tenham como horizonte o combate às necessidades habitacionais e a melhoria das condições de vida, acabam reforçando o quadro de segregação socioespacial. Paralelamente, o setor privado atua de forma

complementar, apropriando-se das oportunidades geradas pela expansão urbana, infraestrutura e pela valorização da terra. Por outro lado, as ocupações ou favelas se apresentam em menor número e dimensão, embora também sejam parte integrante do processo de periferização e estratificação do espaço urbano.

De todo modo, os territórios populares concorrem e complementam a produção da cidade e da moradia, principalmente quando analisada as periferias urbanas. Assim, a generalização da precariedade urbana e habitacional também é um traço recorrente dessas localidades, ainda que a escala seja menor. Nesses territórios, onde se sobrepõem condições de formalidade e informalidade, a ausência de infraestrutura adequada, a distância dos equipamentos públicos e, em alguns casos, a carência de serviços básicos reforçam a condição de vulnerabilidade social de seus moradores. Tal cenário não somente lança luz sobre a permanência da dinâmica excludente de urbanização, como também permite compreender o surgimento e o fortalecimento de práticas insurgentes como estratégias cotidianas de apropriação, transformação e produção do espaço segundo as necessidades desses segmentos de menor renda, revelando outras formas de planejar e habitar, ainda que à margem do planejamento e dos instrumentos de gestão urbana.

Nestes termos, conforme será abordado na próxima seção do artigo a partir do recorte empírico da cidade de Avaré, cumpre destacar que todas as temáticas do urbano e da habitação até então tratadas – inseridas dentro do processo geral de urbanização – revelam fenômenos múltiplos e multidimensionais que não deixam de atravessar as pequenas cidades, conclui Damiani (2006). Isto porque, apesar das diferenças em termos de contextos políticos, econômicos e sociais de cada realidade, o modelo capitalista de desenvolvimento econômico adotado, de urbanização desigual e de produção do espaço urbano e da moradia, é um elemento comum em todas as cidades brasileiras, fazendo com que elas se assemelhem quanto à estruturação socioespacial e nas formas de distribuição dos territórios populares.

Dinâmicas de produção (in)formal da cidade e da moradia no interior paulista

Avaré, cidade pequena do sudoeste paulista, está inserida na Região Geográfica Imediata que leva seu nome e possui uma classificação de terceiro nível hierárquico na rede urbana brasileira, sendo considerada um Centro Sub-Regional B. Embora apresente atividades de gestão menos complexas em relação a outras cidades maiores, sua importância e influência se reafirmam regionalmente por atuar como polo de serviços e bens para cidades menores do seu entorno (IBGE, 2018). Com área territorial de 1.213 km² e densidade demográfica de 76,51 hab/km², registrava, em 2010, uma taxa de urbanização em torno de 96%, percentual equivalente à média estadual e acima da média nacional. Localizada a 266 km da capital do estado, é classificada como estância turística e, no ano de 2025, alcançou uma população total estimada em 96.450 habitantes, segundo dados censitários do IBGE (2025a; 2025b), conforme ilustrado na Figura 1.

Com economia baseada essencialmente no setor de serviços, que corresponde a 63,8% do Produto Interno Bruto – PIB, Avaré também conta com significativa participação do setor industrial (16,4%), seguida pela administração pública (14,5%) e, por fim, pela agropecuária (5,3%), segundo Caravelas (2025). Embora atualmente seja considerada o principal centro político, agropecuário e estudantil do Vale do Paranapanema, cumpre esclarecer que sua importância regional remonta desde a primeira metade do século XX, em função de sua participação na economia nacional através da cafeicultura e da cotonicultura (Alesp, 2010). Ainda nesse período, a cidade vivenciou maior desenvolvimento a partir da dinamização econômica, refletida no crescimento

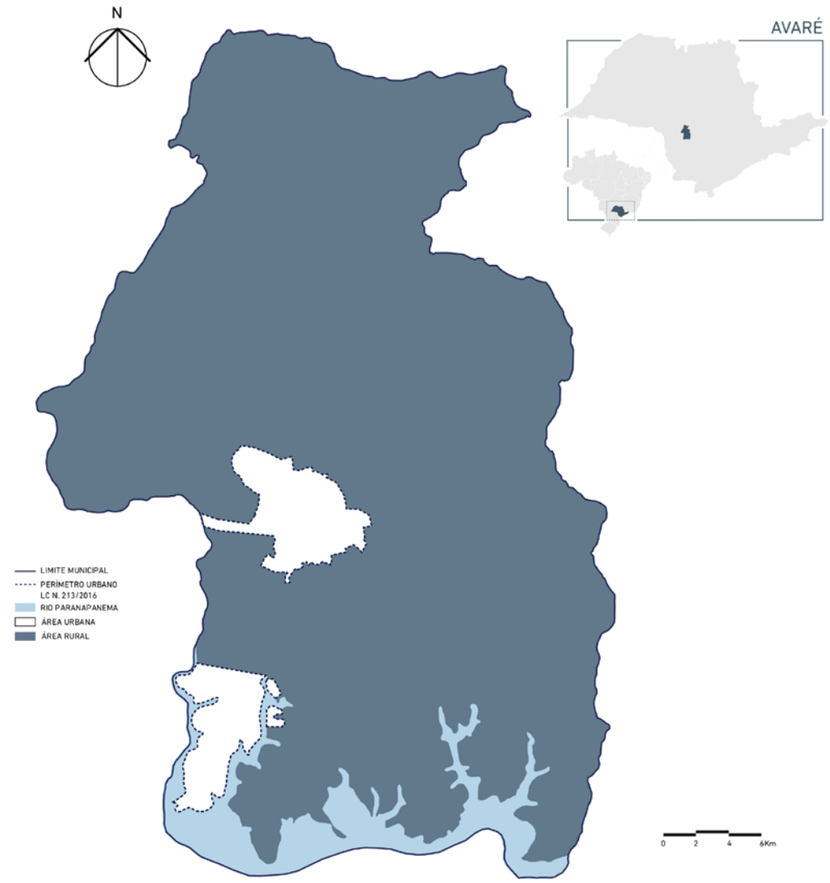


Figura 1 – Localização do município de Avaré, SP. Fonte: Elaboração própria com dados de Avaré, 2016.

populacional, o que a consolidou de forma gradual como um centro de referência para cidades menores próximas.

E, ainda que o estudo deste município possa ser considerado de importância secundária em razão de sua escala, os estudos urbanos e habitacionais sobre pequenas cidades do interior paulista ainda constituem um objeto pouco explorado na literatura. Assim, este trabalho busca contribuir para os estudos urbanos, considerando que, assim como ocorreu em outras cidades cuja importância regional foi consolidada por diferentes ciclos de crescimento econômico que impactaram o crescimento populacional, Avaré apresenta, na atualidade, uma série de problemas urbanos. Portanto, embora seja essencial compreender a realidade dos municípios médios e grandes, a superação da crise urbana somente poderá ocorrer a partir do conhecimento da realidade existente em todas as cidades que compõem a rede urbana.

A despeito do baixo percentual de áreas urbanas ocupadas e, por conseguinte, de famílias residindo em favelas, assim como da considerável produção habitacional para os segmentos de menor renda, implementada tanto Estado quanto pelo mercado, ao longo das últimas décadas Avaré vêm apresentando – de forma progressiva – um processo de pauperização do espaço urbano. Isso evidencia que nem mesmo as cidades pequenas estão isentas dos impactos perversos da generalização do sistema capitalista, que inevitavelmente produz desigualdades socioeconômicas e territoriais (Santo Amore; Leitão, 2019). Nesse sentido, o caso avareense configura-se também como um paradigma do avanço da precarização não apenas nos territórios populares informais, mas também nos territórios formais.

Expostas essas considerações iniciais, buscaremos analisar empiricamente as dinâmicas habitacionais de Avaré a partir dos territórios populares (in)formais. Contudo, cabe ressaltar que, para os fins analíticos propostos no trabalho, entende-se como territórios populares as áreas urbanas periféricas caracterizadas, particularmente, pela presença massiva de um perfil populacional de menor renda, cujo uso principal do solo corresponde a residências unifamiliares ou multifamiliares. De acordo com Canettieri (2025), esses territórios, inseridos em um processo de urbanização periférica, apresentam práticas heterogêneas que, no limite, configuram estratégias de reprodução social refletidas na espacialidade produzida.

Segundo o autor, compreender essa diversidade é essencial, pois, por um longo período, as periferias foram vistas como espaços homogêneos – tanto social quanto territorialmente – e, consequentemente, como se todas fossem territórios uniformes. Apesar disso, pesquisas recentes têm procurado acompanhar a dinamicidade cotidiana aí presente e ressaltar suas diferenças, de modo a possibilitar o reconhecimento da diversidade desses territórios. Esta é uma condição fundamental para uma compreensão mais fiel da realidade das periferias e das práticas que esses grupos desenvolvem para garantir sua própria existência na cidade. Por fim, também cumpre destacar que os territórios populares são formados pela complexa combinação de lógicas formais e informais de produção do espaço urbano e da moradia.

Para tanto, em um primeiro momento deteremos em explorar brevemente os rumos da urbanização e sua relação com o crescimento demográfico de Avaré nas últimas décadas. De acordo com dados do IBGE (2025), desde 1960 o município já apresentava um perfil predominantemente urbano, embora, na época, ainda registrasse uma taxa de urbanização de apenas 57,56%. Nos anos seguintes, entretanto, observou-se um aumento expressivo da população, de modo que esse percentual, em apenas uma década, alcançou quase 80%. Além disso, assim como ocorreu em outras cidades do interior paulista, a partir da segunda metade do século XX, as taxas de crescimento demográfico intensificaram-se à medida que esses municípios passaram a apresentar redução da população rural, seguida do aumento de novos moradores de outras localidades na cidade e maior desenvolvimento econômico.

Com uma formação territorial que remonta a 1875 (Atlas Brasil, 2025), os primeiros registros cartográficos indicam que a constituição da cidade se concentrava na porção sul do Ribeirão Lajeado, conformando o que hoje se reconhece como área central. Gradualmente, a porção norte deste curso d'água também passou a ser urbanizada. Com a inauguração da ferrovia em 1896, Santos (2017) aponta que a cidade se expandiu na direção leste, ao longo do antigo leito ferroviário, estabelecendo um dos primeiros eixos significativos de expansão urbana de Avaré. No entanto, após a desativação dessa primeira linha férrea e sua posterior substituição, em 1953, por novos trilhos situados mais ao sul da cidade, a malha urbana rapidamente passou a avançar também nessa direção, chegando, nos anos seguintes, a transpô-la.

Portanto, desde a segunda metade do século XX, os principais eixos de expansão da cidade já haviam se estabelecido, inclusive definindo as áreas onde os territórios populares se localizariam. A Figura 2 mostra que, embora a cidade apresente um padrão de expansão horizontal e periférica, as áreas ocupadas por segmentos de menor renda estão situadas ainda mais distantes e nos limites do perímetro urbano. Essas áreas foram fundamentais não apenas para consolidar frentes periféricas de expansão, mas também para configurar novas periferias, especialmente na região noroeste. É importante destacar que, em termos de dimensão territorial, a atuação conjunta do Estado, por meio da implantação de grandes conjuntos habitacionais, e do mercado, pela abertura de loteamentos residenciais, permite verificar que esses são os principais agentes de produção do espaço na escala local.



Portanto, assim como ocorre em outras cidades, a realidade avareense também exemplifica que "os processos de formação de áreas de pobreza nas periferias urbanas são fenômenos multifacetados, compostos pela influência de numerosos agentes com ações estratégicas e vinculados à diferenciação e à segregação socioespacial" (Santos et al., 2017, p. 430). Com efeito, é possível observar a existência de dois polos periféricos principais em Avaré – ao norte e ao sul – que concentram grande parte dos territórios populares da cidade. Nessas regiões, nota-se uma composição tipológica heterogênea: em algumas áreas predominam territórios populares formados exclusivamente pela produção pública de novas moradias, enquanto em outras prevalecem ocupações irregulares em áreas remanescentes de outros loteamentos feitos pelo setor privado.

A Figura 3, que tem como recorte os bairros Vila Cidade Jardim e Conjunto Habitacional Egydio Martins da Costa, evidencia o papel significativo desempenhado pelo Estado na composição urbana da porção sul da cidade. Sendo alvo de intervenções de programas públicos em nível estadual e federal, nota-se que a produção urbana e habitacional da região foi fortemente impactada pela implantação de grandes conjuntos habitacionais de interesse social, que, inclusive, se somaram e contornaram a única área ocupada irregularmente por segmentos de menor renda no extremo sul do município. Em 2016, o Plano Diretor já havia identificado essa ocupação e a classificado como Zona Especial de Interesse Social - ZEIS 2, destinada à promoção da regularização fundiária e urbanística, bem como à implantação de equipamentos públicos.

Observa-se, portanto, a coexistência de uma produção formal do espaço e da moradia com outra que, ao menos inicialmente, poderia ser classificada como informal. Entretanto, apesar das diferenças nas formas de urbanização e na qualidade arquitetônica – ao menos em termos superficiais – entre áreas produzidas formal e informalmente, ao longo dos últimos anos, à medida que melhorias progressivas foram implementadas pelo Estado na ocupação e que os moradores dos conjuntos habitacionais e outros loteamentos privados passaram a modificar as suas casas, essas diferenças, no que diz respeito à paisagem e morfologia urbana, tornaram-se menos perceptíveis. A despeito disso, ainda é possível verificar que os níveis de precariedade na área ocupada, especialmente nas moradias autoconstruídas, continuam mais evidentes.

Figura 2 – Territórios populares identificados em Avaré, SP. Fonte: Elaboração própria com dados de Avaré, 2016; CDHU, 2025. SMH, 2025.





Figura 3 – Territórios populares conformados pela presença de conjuntos habitacionais de interesse social, loteamentos residenciais de mercado e ocupações informais em Avaré, SP. Fonte: Elaboração própria com dados do Google Earth.

No caso da Figura 4, que compreende os bairros Conjunto Habitacional Camargo, Conjunto Habitacional Padre Emílio Immos, Residencial Avaré I e Jardim Vera Cruz, observa-se que a atuação do Estado, por meio da provisão habitacional, foi fundamental para a consolidação periférica da região norte de Avaré desde o início dos anos 2000. Localizada no limite do perímetro urbano, essa porção da cidade é caracterizada pela uniformidade do desenho urbanístico e do padrão construtivo. Resultado de uma produção estatal formal do espaço e da moradia promovida, é compreensível que apresente um menor grau de precariedade em comparação a outros territórios. No entanto, cabe destacar que as modificações graduais realizadas pelos moradores podem "descaracterizar" o projeto original, transformando o formal em informal do ponto de vista edilício, a depender do nível das intervenções e de sua conformidade à legislação vigente.

De acordo com Carvalho, Leitão e Santo Amore (2025), as camadas de autoconstrução nos territórios populares – neste caso, nos conjuntos habitacionais – em sua maioria refletem expressivas ampliações realizadas pelos próprios moradores e permitem elucidar como a autoconstrução, longe de ser um processo restrito a territórios ocupados ou favelas, exerce função crucial na atualização da forma e da vida dos mais pobres. Para os autores, essa constatação tensiona a mitificação que envolve a provisão em larga escala de conjuntos habitacionais como solução total para o enfrentamento do problema social da moradia, uma vez que sua rigidez não permite satisfazer todas as necessidades de uso, transformação da vida e até mesmo outras necessidades não classificáveis desses indivíduos. Nesse sentido, a descaracterização antes mencionada é, na verdade, um imperativo de adequação da vida no ambiente construído.

Por último, mas não menos importante, a Figura 5 revela trechos da malha urbana próximos ao antigo leito ferroviário onde – embora ainda se observe maior proporção de áreas formais produzidas pelo mercado – há uma presença significativa de ocupações irregulares. Nesses territórios, assim como em seu entorno, concentram-se as porções de maior precariedade urbana e habitacional em comparação ao restante da cidade. Isso ocorre porque, embora as áreas resultantes do parcelamento do solo pelo setor privado tenham sido produzidas de forma regular, o mesmo não se aplica à totalidade das moradias nelas existentes. Dessa forma, os indivíduos ou grupos que adquirem esses lotes recorrem à autoconstrução para erguer suas habitações. Consequentemente,





Figura 4 – Territórios populares conformados exclusivamente pela presença de conjuntos habitacionais em Avaré, SP. Fonte: Elaboração própria com dados do Google Earth.

diversos trechos da malha urbana vêm apresentando uma crescente fusão entre o formal e o informal, borrando seus limites.

Exemplos como os verificados em Avaré, assim como ocorre em outras cidades do país, evidenciam a necessidade de diferenciação entre irregularidade urbanística e fundiária e precariedade habitacional. Para melhor elucidar, embora tais condições possam se sobrepor nos territórios populares, é fundamental destacar que, enquanto a irregularidade não é um elemento exclusivo dos segmentos de menor renda e tem relação com a titularidade ou propriedade – podendo decorrer da produção do espaço urbano realizada por diferentes grupos sociais –, a precariedade está relacionada primordialmente aos aspectos físicos ou ao ambiente construído e pode assumir múltiplas dimensões e distintas formas na cidade, conforme conclui Denaldi (2022).

O atual cenário avareense revela a complexa concomitância de distintas lógicas de produção do espaço urbano e, principalmente da moradia, em que o formal e o informal coexistem, concorrem e se transformam mutuamente, como ocorre em diferentes periferias das cidades brasileiras. Com efeito, é comum observar situações em que áreas inicialmente formalizadas passam a exibir características informais, enquanto porções informais do território, por sua vez, podem ser objeto de melhorias e processos de regularização que as integram parcialmente a malha urbana formal da cidade. Ainda assim, subsiste uma parcela significativa do espaço urbano que permanece à margem desse processo de formalização, reproduzindo e, em certa medida, delimitando o lugar dos segmentos populares na cidade, sejam seus territórios reconhecidos oficialmente ou não.

Manifesta-se nesses territórios, portanto, práticas insurgentes – que emergem de baixo para cima – com potencial não apenas de produzir a cidade, mas também de modificar o ambiente construído. Ainda assim, é necessário reconhecer que essas ações possuem diferentes potenciais de alteração e de apropriação do espaço, a depender do agente produtor. No caso específico de Avaré, observou-se que os níveis de precariedade urbana variam de acordo com os agentes sociais que produzem o espaço e a modalidade de oferta habitacional. Nos conjuntos habitacionais, embora exista uma estrutura urbanística e arquitetônica mais rígida, os moradores, progressivamente, têm se apropriado desses espaços e os transformado de acordo com as suas necessidades

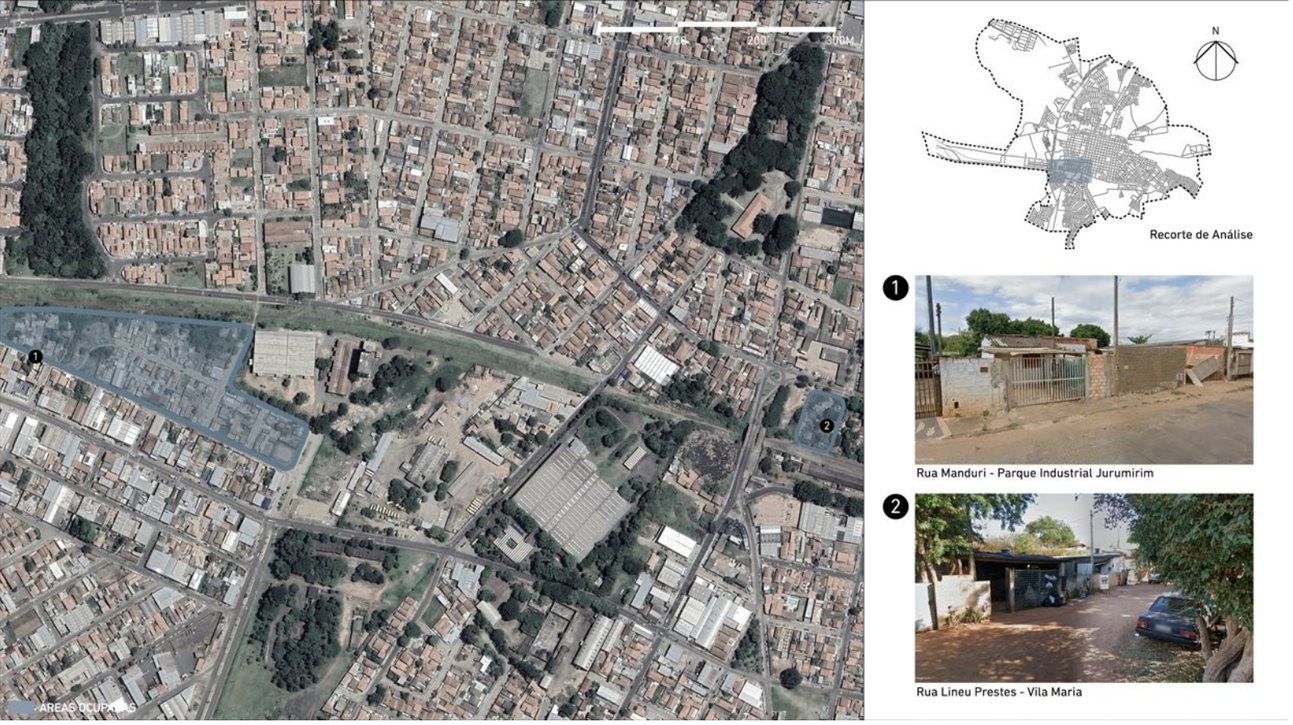


Figura 5 – Territórios populares conformados pela presença de loteamentos residenciais de mercado e ocupações irregulares em Avaré, SP. Fonte: Elaboração própria com dados do Google Earth.

de reprodução da vida. Ainda assim, contrariamente, os territórios resultantes da ação do poder público são os mais inadequados em termos de inserção urbana.

Já as ocupações – mais bem localizadas na malha urbana avareense –, são áreas onde ocorre uma sobreposição de irregularidade e precariedade, sintomática de um processo dual de autoconstrução tanto do espaço quanto na moradia. No entanto, é preciso reconhecer a exposição que esses indivíduos e famílias estão a diversas situações de insegurança, risco e vulnerabilidade. Nos loteamentos residenciais de mercado ofertados aos segmentos de menor renda, observam-se níveis significativos de precariedade, que se revelam sobretudo nas construções autoproduzidas. É justamente por isso que, historicamente, Cardoso (2016) relaciona a irregularidade e a precariedade a uma produção realizada tanto por grupos socialmente excluídos quanto por mecanismos de mercado, colocando-as como essenciais na análise do padrão periférico de ocupação urbana

Apesar das “limitações que se colocam ao planejamento e à gestão urbano-habitacional no âmbito dos pequenos municípios do país, onde os recursos financeiros, institucionais e administrativos impõe desafios distintos dos encontrados em médios e grandes centros” (Akaishi, 2011, p. 41), fica evidente que o planejamento estatal tradicional tem apresentado pouca capacidade de garantir direitos a parcelas da população tradicionalmente excluída em cidades de diferentes dimensões e contextos urbanos, conclui Freitas (2019). Segundo o autor, a resposta à falha do planejamento, imersa em promessas superficiais de inclusão, consiste nas práticas não-oficiais, por vezes conflituosas, cujo potencial de insurgência tem permitido aos segmentos populares mudarem o equilíbrio de forças e repensar a participação pública, o próprio planejamento e as políticas públicas.

Em suma, a análise dos territórios populares de Avaré aponta que, nas áreas produzidas informalmente, evidencia-se uma forma de planejamento insurgente, marcada pela urgência de grupos socialmente excluídos em se inserirem na cidade. Trata-se, deste modo, do resultado da espoliação urbana imposta aos segmentos mais pobres por meio da ausência ou insuficiência de políticas públicas. Tal processo, forjado em contextos de vulnerabilidade, coloca essas pessoas em situações frequentes de conflito tanto com o Estado quanto com o mercado e outros grupos. Com essas ocupações, segundo Nascimento (2019), configura-se um espaço interno com dinâmicas próprias e peculiares, frequentemente em contraste com os ambientes regidos pela atuação do poder de polícia urbanística estatal, revelando modos alternativos de organização, apropriação e produção do espaço e da moradia.

Observa-se fenômeno semelhante nos loteamentos residenciais promovidos por agentes do setor privado e destinados aos segmentos de renda mais baixa. Com menor potencial de transformação do território, uma vez que há uma distinção entre o agente produtor do espaço urbano e da moradia, o elemento da autoconstrução (sem regulação) permanece essencial para a conformação do ambiente construído. Nesse contexto, a insurgência desses grupos não se manifesta diretamente como oposição à hegemonia estatal – até mesmo por se tratarem, em geral, de áreas formais –, mas emerge da necessidade de assegurar um espaço para moradia e garantir suas próprias condições de reprodução da vida. Sendo assim, configuram-se como áreas menos conflituosas, embora ainda suscitem questionamentos sobre a atuação do Estado na efetivação do direito à moradia digna.

Por fim, nos conjuntos habitacionais públicos, as práticas insurgentes resultam do esforço de adequação dos moradores aos padrões rígidos impostos pelos projetos urbanísticos e, sobretudo, arquitetônicos, que frequentemente entram em conflito com as necessidades cotidianas e futuras das famílias, levando a reconfigurações desses territórios para melhor atender às especificidades dessa população. Trata-se, segundo Carvalho, Leitão e Santo Amore (2025), de um incremento na oferta pública, realizada em sua maioria sem qualquer regulação, que tensiona o modelo de produção em massa e reafirma, mesmo nos territórios formais, a autoconstrução como uma forma de consolidação da moradia dos mais pobres. Nesse sentido, os autores destacam como a lógica de planejamento urbano e habitacional hegemônica negligência diversos direitos.

Considerações finais

Em que pesem as diferenças regionais e locais, é evidente que a estrutura urbana brasileira resulta de um modelo capitalista de urbanização e produção do espaço – incluindo a moradia –, cujo efeito socioespacial manifesta-se na conformação de cidades desiguais, marcadas pela dicotomia entre o formal e o informal. Nesse processo e, considerando as dinâmicas socioeconômicas e territoriais do Capitaloceno na contemporaneidade, destaca-se o padrão periférico de ocupação urbana, que evidencia a presença marcante de territórios populares onde residem os segmentos de menor renda e grupos socialmente excluídos, cujo acesso à cidade pode ocorrer por meio de práticas “de baixo para cima”, de mecanismos estatais ou mesmo pela ação do mercado imobiliário. É justamente dessa ação conjunta e, não raras vezes, contraditória, que se materializam as periferias.

Tanto nas condições de acesso à cidade quanto à moradia, o fenômeno da autoconstrução manifesta-se como elemento essencial para a compreensão das diferentes formas de apropriação, proposição e transformação promovidas pelos mais pobres nos locais onde residem, revelando não apenas um tipo de planejamento alternativo diante da crise urbana, mas também expondo a limitação das políticas públicas no enfrentamento das mazelas urbanas e das necessidades habitacionais. Sendo assim, é preciso reconhecer que esses territórios populares constituem elementos fundamentais para a compreensão da estrutura urbana, das formas de produção da cidade (e da moradia) e dos agentes envolvidos nesse processo e, em última instância, para o repensar dos limites do planejamento tradicional e das políticas que dele são decorrentes.

A despeito do protagonismo que as grandes cidades e metrópoles assumem na temática do urbano — onde os problemas atingem dimensões mais dramáticas —, é importante destacar que as cidades médias e pequenas também vêm enfrentando uma generalização e, em alguns casos consolidação, da precariedade urbana e habitacional. Nessas realidades menores, refletem-se os efeitos perversos resultantes da articulação entre o processo de urbanização capitalista, tanto histórico quanto contemporâneo, a desigualdade socioespacial e a formação de grandes territórios populares nas periferias. Ainda que as condições nesses territórios não apresentem o mesmo nível de precariedade daqueles que se consolidaram ao longo do século XX, a periferização do espaço urbano permanece como condição para o desenvolvimento das cidades.

Com efeito, os segmentos mais pobres e os grupos socialmente excluídos são cada vez mais inseridos ou compelidos a buscar áreas urbanas mais distantes como local de moradia, movimento este que é acompanhado por uma ação combinada do Estado e do setor privado na abertura de novas frentes periféricas de expansão ou na consolidação de áreas distantes já existentes. No caso de cidades pequenas como Avaré, a periferização reflete dinâmicas mais recentes de produção do espaço, experienciadas principalmente a partir da virada do século XX para o XXI, mas que foram suficientes para definir a estrutura socioeconômica da cidade. Soma-se a isso o fato de que a menor diversificação das atividades produtivas, as dificuldades institucionais e a limitada capacidade de investimento público contribuem para potencializar os problemas urbanos a longo prazo, em vez de solucioná-los.

O estudo empírico de Avaré, cidade pequena do interior paulista, revela um cenário urbano em que as periferias, mais especificamente os territórios populares, são resultado da coexistência entre o formal e o informal. Isso evidencia a concomitância de distintas lógicas de produção do espaço urbano e, sobretudo, da moradia, em que a autoconstrução constitui uma estratégia de adequação espacial e física à vida cotidiana. Dessa dinâmica resultam situações em que áreas urbanas constituídas formalmente para os segmentos de menor renda, seja por políticas do Estado ou pela oferta do mercado imobiliário, ao longo dos anos passam a apresentar características urbanas e habitacionais informais. Por outro lado, nota-se que, enquanto áreas construídas informalmente por meio de ocupações, embora possam ser objeto de melhorias e regularização que as integrem à malha urbana, uma parcela significativa permanece à margem da formalização.

Nesses territórios populares, cumpre observar que a precariedade urbana e habitacional apresenta diferentes gradações. Se fosse possível hierarquizá-las, o estudo revela que, enquanto os conjuntos habitacionais constituem territórios formais e menos precários do ponto de vista urbanístico e habitacional, o mesmo não se pode dizer dos loteamentos residenciais promovidos pelo mercado imobiliário. Embora o desenho urbano seja formal segundo a legislação municipal vigente, as moradias precisam ser construídas pelos próprios moradores, de modo que o resultado é uma combinação entre o formal e o informal, o que aumenta a probabilidade de que essas moradias autoproduzidas apresentem níveis médios e altos de precariedade. Já as ocupações são os territórios populares em que impera o informal, fruto de uma exclusão social intensa, e onde tanto os aspectos urbanísticos quanto, principalmente, os físicos das moradias apresentam o maior grau de precariedade de toda a cidade.

A análise dos territórios populares avareenses evidencia como esses espaços concorrem na produção do espaço urbano, se transformam mutuamente e são elementos-chave para compreender a estrutura urbana. Eles também demonstram como as formas de apropriação e as transformações insurgentes promovidas por esses grupos podem se revelar como mecanismos e práticas de enfrentamento da crise urbana, além de possibilitar o repensar do planejamento. Isso porque lançam luz sobre as lacunas deixadas pelo Estado em termos de adequação das políticas urbanas e habitacionais voltadas aos grupos mais pobres e vulneráveis, ao mesmo tempo em que promovem lógicas alternativas de apropriação do solo e da moradia a partir das necessidades reais. Soma-se a isso o fato de que impulsionam movimentos de auto-organização na reivindicação de direitos e na transformação coletiva do espaço, o que pode resultar – ainda que de modo precário e improvisado – em novas formas de habitar, planejar e gerir o espaço, superando modelos hegemônicos tradicionais.

Referências

ALESP. *Avaré, a terra do verde, da água e do sol.* ALESP - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. São Paulo, 22 jul. 2010. Estâncias Paulistas. Online. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=316664. Acesso em: 03 out. 2025.

AMORIM FILHO, Oswaldo; SERRA, Rodrigo Valente. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente. *Cidades médias brasileiras.* Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

ATLAS BRASIL. *Perfil.* Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - ATLAS BRASIL. Online. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/350450. Acesso em: 29 set. 2025.

AKAISHI, Ana Gabriela. Desafios do planejamento urbano-habitacional em pequenos municípios brasileiros. *Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)*, São Carlos, Brasil, n. 14, p. 41 - 50, 2011.

ASCHER, François. Metropolização e transformação dos centros das cidades. In: MEYER, Regina Maria Prosperi. *Os centros das metrópoles:* reflexões e propostas para a cidade demográfica do século XXI. São Paulo: Terceiro Mundo; Viva o Centro; Imprensa Oficial do Estado, 2001.

AVARÉ. *Lei Complementar nº 213, de 29 de março de 2016. Dispõe sobre a revisão do Plano Diretor da Estância Turística de Avaré e adota outras providências*. Online. Disponível em: https://camaraavare.sp.gov.br/planodiretor.php. Acesso em: 30 set. 2025.

BALBIM, Renato Nunes. A produção internacional da ideia de informalidade urbana e os “núcleos urbanos informais” no Brasil. *Revista Ciência & Trópico,* Recife, v. 47, n. 1, p. 13 - 34, 2023.

BATTAUS, Danila de Alencar; OLIVEIRA, Emerson Ademir. O direito à cidade: urbanização excludente e política urbana brasileira. *Lua Nova*, São Paulo, 97, p. 81 - 106, 2016.

BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil:* arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 7. ed. São Paulo: Estação Liberdade; FAPESP, 2017.

BUENO, André. O arcaico e o moderno no Brasil: variações em torno de uma educação interrompida. Revista Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 259 - 282, 2008.

CANETTIERI, Thiago. Territórios periféricos e as geografias da reprodução social crítica: heterogeneidade de práticas na urbanização periférica. Revista Brasileira de Estudos U*rbanos e Regionais (RBEUR)*, v. 27, n. 1, p. 1 - 30, 2025.

CANO, Wilson. Questão Regional e Urbanização no Desenvolvimento Econômico Brasileiro Pós-1930. In: CANO, Wilson. *Ensaios sobre a crise urbana do Brasil.* Campinas: UNICAMP, 2011.

CARDOSO, Adauto. Lucio. Assentamentos precários no Brasil: discutindo conceitos. In: MORAIS, Maria da Piedade; KRAUSE, Cleandro Henrique; LIMA NETO, Vicente Correia. *Caracterização e tipologia de assentamentos precários:* estudos de caso brasileiros. Brasília: IPEA, 2016.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Uma leitura sobre a cidade. *Cidades*, v. 1, n. 1, p. 11 - 30, 2004.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-Tempo da vida cotidiana na metrópole.* São Paulo: Labur Edições, 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri.; SOUZA; Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *A produção do espaço urbano:* escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

CARAVELAS. *Pesquisa por municípios.* Online. Caravelas Dados Estatísticos. Disponível em: caravela.info/regional/avaré---sp. Acesso em: 03 out. 2025.

CARVALHO, Pedro; LEITÃO, Karina Oliveira; SANTO AMORE, Caio. Camadas de autoconstrução na moradia popular latino-americana: o conjunto se transforma com a chegada da favela. *Revista Thésis*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, 2025.

CDHU. *Consultar Produção habitacional.* Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU. Produção Habitacional. Online. Disponível em: https://www.cdhu.sp.gov.br/producao-habitacional/consultar-producao-habitacional. Acesso em: 10 set. 2025.

CORRÊA, Roberto. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA; Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *A produção do espaço urbano:* escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

DAMIANI, Amélia Luisa. Cidades médias e pequenas no processo de globalização: apontamentos bibliográficos. In: AMALIA, Inés Geraiges de Lemos; SILVEIRA, María Laura; ARROYO, Mónica. *América Latina:* cidade, campo e turismo. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO; São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

DAVIS, Mike. *Planeta favela.* São Paulo: Boitempo, 2006.

DEÁK, Csaba. Prefácio. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Terezinha Ramos. *O processo de urbanização no Brasil.* 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2015.

DENALDI, Rosana. Políticas de urbanização de favelas: evolução e impasses. 2003. 229f. Tese Doutorado em Arquitetura e Urbanismo - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

DENALDI, Rosana. Identificação e caracterização da precariedade habitacional: desafios conceituais e metodológicos. In: KRAUSE, Cleandro; DENALDI, Rosana. *Núcleos urbanos informais:* abordagens territoriais da irregularidade fundiária e da precariedade habitacional. Brasília: IPEA, 2022.

DIAS, Larissa Lemos; VALADÃO, José de Arimatéia Dias; SANTOS, Ana Paula Silva dos. Capitaloceno na prática: o marco temporal e a disputa territorial no Brasil. *Revista da UFMG*, Belo Horizonte, v. 32, p. 1 - 38, 2025.

FERRARA, Luciana Nicolau; GONSALES, Talita Anzei; COMARÚ, Francisco de Assis. Espoliação urbana e insurgência: conflitos e contradições sobre produção imobiliária e moradia a partir de ocupações recentes em São Paulo. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 21, n. 46, 2019.

FERREIRA, Allan Ramalho. O abandono urbanístico da favela carioca e sua retomada biopolítica: estudo sobre o desvio e o estigma espaciais e suas repercussões sobre o estatuto jurídico do morador. *Revista Brasileira de Direito Urbanístico – RBDU,* Belo Horizonte, ano 3, n. 4, p. 47 - 81, 2017.

FREITAS, Clarissa Sampaio. Planejamento insurgente? insights de duas décadas do direito à cidade em Fortaleza, Brasil. *City, analysis of urban trends, culture, theory, policy, action*, 23 (3), p. 285 - 305, 2019.

GOULART, Jefferson Oliveira; TERCI, Eliana; OTERO, Estevam Vanale. *Desenvolvimento e planejamento urbano em cidades médias.* São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. *Espaços & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, São Paulo, n. 6, p. 6 - 35, 1982.

HARVEY, David. *O enigma do capital.* São Paulo: Boitempo, 2011.

IACOVINI, Victor. Elementos para análise da produção de infraestrutura: o debate latino-americano e apontamentos para o caso brasileiro. In: *XVIII ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL – XVIII ENANPUR*, 18., Natal: 2019. p. 1 - 25.

IBGE. *Regiões de influência das cidades:* 2018. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro, 2020.

IBGE. *Portal cidades*. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília, 29 set. 2025. Online. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/avare/panorama. Acesso em: 29 set. 2025a.

IBGE. *Panorama Censo 2022 - Avaré (SP)*. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Coordenação de Geografia. Brasília, 30 set. 2025. Online. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/. Acesso em: 30 set. 2025b.

JARAMILLO, Samuel. Las formas de producción del espacio construido en Bogotá. In: COBOS, Emilio Pradilla (Org.). *Ensayos sobre el problema de la vivienda en México.* Cidade do México: Latina Unam, 1982.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

KOWARICK, Lúcio. Cortiços: a humilhação e a subalternidade. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 49 - 77, 2013.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. *Fazendo a cidade:* trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.

MACHADO, Carlos José Saldanha. *Capitaloceno:* o que é?. Rio de Janeiro: CNPq, Fiocruz, SUS – Ministério da Tecnologia e Inovação e Ministério da Saúde, 2025.

MARICATO, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo:* ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

MARICATO, Ermínia. *Habitação e cidade.* 7. ed. São Paulo: Atual, 2004.

MARICATO, Ermínia; CUNHA, Tales Fontana Siqueira. Planejamento urbano no Brasil: a distância entre a retórica e a prática. *Cadernos Jurídicos*, São Paulo, ano 23, n. 62, p. 85 - 99, 2022.

MIRAFTAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)*, Recife, v. 18, n. 3, p. 363 - 377, 2016.

MORAIS, Michelle Campos; PIRES, Eber Marzulo. Práticas insurgentes em direção a uma renovação do planejamento urbano. In: *25ª ASSOCIAÇÃO DAS ESCOLAS E FACULDADES DE ARQUITETURA PÚBLICAS DA AMÉRICA DO SUL (ARQUISUR)*, 25., Porto Alegre, 2022. *Anais…* Porto Alegre: FAU/UFRGS, 2022. p. 163.

MOURA, Rafael Costa de. Jaramillo e as formas de produção do espaço construído: uma base para a discussão do modelo centro-periferia. In: *XVII ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL (ENANPUR)*, 17., São Paulo: 2017. *Anais…* São Paulo: FAU/USP, 2017. p. 121.

NASCIMENTO, Manoel. É a favela o modelo de um "urbanismo insurgente"? Pistas para um estudo das formas disciplinar e securitária de produção do espaço urbano de Salvador (1946-1988). *Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades,* Salvador, n. 246, p. 140 - 168, 2019.

NEGRI, Barjas. Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990). 1994, 268f. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

OTERO, Estevam Vanale. Reestruturação Urbana em Cidades Médias Paulistas: a cidade como negócio. 2016. 324f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

SAMPAIO, Heliodório. Ordenar a desordem urbana: ou notas de um discurso vazio. *Rua,* Salvador, v. 1, p. 11 - 30, 1988.

SANTO AMORE, Caio; LEITÃO, Karina. Introdução – Favela de nome, cidade de fato. In: FERREIRA, Lara; OLIVEIRA, Paula; IACOVINI, Victor. *Dimensões do intervir em favelas:* desafios e perspectivas. São Paulo: Peabiru TCA / Coletivo LabLaje, 2019.

SANTOS, Evelyze. *Entre eixos:* um novo olhar sobre o sítio ferroviário de Avaré. 2017, 123f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”.

SANTOS, Milton. *Urbanismo no Brasil.* São Paulo: EDUSP, 1993.

SANTOS, Milton. *Por uma nova geografia.* São Paulo: Editora Edusp, 2002.

SANTOS, Alexandre Pereira; POLIDORI, Maurício Couto; PERES, Otavio Martins; SARAIVA, Marcus Vinicius. O lugar dos pobres nas cidades: exploração teórica sobre periferização e pobreza na produção do espaço urbano Latino-Americano. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 9 (3), p. 430 - 442, 2017.

SMH, Secretaria Municipal de Habitação de Avaré. Conjuntos habitacionais de interesse social. Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-Sic) - Setor de Protocolos. Acesso em: 19 set. 2025.

SOARES, Beatriz Ribeiro; MELO, Nágela Aparecida. Cidades médias e pequenas: reflexões sobre os desafios no estudo dessas realidades socioespaciais. LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel (Orgs.). *Cidades médias e pequenas:* teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: SEI, 2010.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escala, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA; Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *A produção do espaço urbano:* escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

RODRIGUES, Arlete Moysés. O direito à cidade e à moradia nas cidades brasileiras. *Espaço e Economia - Revista Brasileira de Geografia Econômica*, 24, p. 1 - 25, 2022.

RODRIGUES, Ana Paula Cascaes. Uma visão sobre os agentes produtores do espaço urbano: o caso de Macapá – AP. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 8307 - 8319, 2020.

VALLADARES, Licia do Prado. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI, Renato. *Corporativismo e desigualdade:* a construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro: Rio Fundo; IUPERJ, 1991.

VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela:* do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

WHITAKER, João Sette. A forma urbana patrimonialista: limites da ação estatal na produção do espaço urbano no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)*, v. 24, p. 1 - 24, 2022.

LIMITES E ALTERNATIVAS DO PLANO DE TRABALHO SOCIAL NOS EMPREENDIMENTOS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NO CONTEXTO DO CAPITALOCENO

LIMITS AND ALTERNATIVES OF THE SOCIAL WORK PLAN IN THE DEVELOPMENTS OF THE MINHA CASA MINHA VIDA PROGRAM IN THE CONTEXT OF THE CAPITALOCENE

Sara Rebello Tavares[1], Maciej John Wojciechowski[2] e Kelly Roberta Ferracini[3]

Resumo
O artigo analisa os limites e as possibilidades do Trabalho Social nos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) a partir de uma leitura crítica das relações entre política habitacional, produção do espaço urbano e Capitaloceno. Com base em revisão bibliográfica, análise documental e sistematização da experiência desenvolvida no Residencial São João dos Pinheiros, em Artur Nogueira (SP), discute-se como a localização periférica dos empreendimentos e a lógica de valorização fundiária contribuíram para a reprodução de desigualdades socioespaciais e para o enfraquecimento da integração bairro-cidade. Em resposta a esses limites, examina-se a incorporação do Desenvolvimento Comunitário Baseado em Ativos (DCBA) como método de fortalecimento comunitário e de ampliação da participação social. Os resultados indicam que iniciativas construídas a partir dos ativos locais favoreceram processos de pertencimento, articulação coletiva e apropriação do território, apontando possibilidades de revisão metodológica do Trabalho Social em programas habitacionais de interesse social.
Palavras-chave: Minha Casa Minha Vida; Capitaloceno; trabalho social; Desenvolvimento Comunitário Baseado em Ativos; direito à cidade.

Abstract
This article examines the limits and possibilities of Social Work in housing developments funded through the Minha Casa Minha Vida Program (PMCMV) from a critical perspective that connects housing policy, urban production of space, and the Capitalocene. Drawing on literature review, document analysis, and the systematization of experiences developed in the São João dos Pinheiros housing complex, located in Artur Nogueira, São Paulo State, the study discusses how peripheral siting strategies and land speculation dynamics have contributed to the reproduction of socio-spatial inequalities and weakened neighborhood-city integration. In response to these limitations, the article explores the adoption of Asset-Based Community Development (ABCD) as a method for community strengthening and enhanced social participation. The findings suggest that initiatives grounded in local assets fostered a stronger sense of belonging, collective organization, and territorial appropriation, indicating potential pathways for revising Social Work methodologies within social housing programs.
Keywords: Minha Casa Minha Vida; Capitalocene; social work; Asset-Based Community Development; right to the city.

1 Pós-Doutoranda, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo (FEA/USP). E-mail: sararebello@gmail.com.
2 Doutor em Planejamento e Gestão do Território, Universidade Federal do ABC (UFABC). E-mail: matias.john.w@gmail.com.
3 Mestre em Planejamento e Gestão do Território, Universidade Federal do ABC (UFABC). E-mail: kellyferracini@gmail.com.

Introdução
Os programas habitacionais constituem um dos principais instrumentos de política pública voltados à redução do déficit habitacional e à ampliação do acesso à moradia. Ao buscar garantir condições adequadas de habitação para parcelas da população historicamente excluídas do mercado formal de terras e imóveis, desempenham papel relevante na inclusão social e na melhoria das condições de vida. Entretanto, sua implementação envolve desafios complexos, relacionados não apenas à produção de unidades habitacionais, mas também à inserção urbana, ao acesso a serviços públicos e à integração dos beneficiários à dinâmica da cidade.

Entre essas iniciativas, destaca-se o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), direcionado principalmente às famílias de baixa e média renda. Estruturado a partir de subsídios públicos, linhas de financiamento e parcerias com o setor privado, o programa buscou ampliar o acesso à moradia em escala nacional, ao mesmo tempo em que estimulou a atividade da construção civil e setores associados da economia. Pela magnitude dos investimentos mobilizados e pelo volume de unidades produzidas, consolidou-se como a principal política habitacional brasileira das últimas décadas.

Consolidado como o maior programa de habitação popular já executado no Brasil, segundo a Secretária de Comunicação Social do governo, até o primeiro semestre de 2025, o PMCMV já havia entregado mais de 6 milhões de unidades habitacionais, e anunciou até o final de 2026, a promessa de entregar mais 2 milhões de moradias. Além disso, o programa apresentou enraizamento e permanência enquanto políticas mesmo diante de trocas de governo (instituído em 2009, no governo do Luiz Inácio Lula da Silva (PT), seguido pela Dilma Roussef (PT) 2011-2016, Michel Temer (MDB) 2026-2018, e apesar da reformulação para o Programa Casa Verde e Amarela no governo do Jair Bolsonaro (PL) 2019-2022, com o retorno do Luiz Inácio Lula da Silva (PT) 2023 até o presente momento). Esse histórico de magnitude e manutenção da política evidenciam que, mesmo diante de diferentes forças políticas e de conjunturas variadas, o direito à moradia continua sendo reconhecido como componente, primeiro de demanda da população, e, segundo, mas sobretudo, como componente estratégico da política social no Brasil.

Entretanto, apesar do programa tornar-se a principal política habitacional do país nas últimas décadas, ele apresenta enormes desafios. No que diz respeito ao desenho da política, sua amplitude de atuação, complexidade de gestão interfederativa e de parcerias privadas evidenciaram, como já apontando por inúmeros avaliadores de políticas públicas e outros trabalhos acadêmicos, três pontos críticos: i) a financeirização do ciclo da terra, que direciona a produção para terrenos baratos e periféricos, resultando em conjuntos habitacionais desconectados da cidade, (ii) a aceleração de metas e prazos, que privilegia a quantidade de unidades entregues em detrimento da qualidade urbana; e (iii) a incapacidade municipal de planejar e integrar os empreendimentos ao tecido existente, em razão de déficits técnicos, orçamentários e institucionais.

Esses elementos revelam limites estruturais do programa, marcados pela ênfase na produção em larga escala em áreas de expansão urbana, pela baixa integração dos empreendimentos com infraestrutura e serviços públicos essenciais — como mobilidade, saúde, educação e cultura —, pela fragmentação institucional e pelas frequentes reformulações nos modelos de financiamento e nas faixas de renda atendidas. Em conjunto, tais entraves comprometem a capacidade do PMCMV de

assegurar qualidade habitacional, localização adequada, integração socioespacial e, de fato, a redução efetiva do déficit habitacional.

No âmago da crítica urbana contemporânea, essa captura ganha contornos específicos no cenário do Capitaloceno. Adotando a formulação de Jason W. Moore (2016), o Capitaloceno desloca a gênese da crise socioambiental e das desigualdades estruturais da responsabilidade genérica da espécie humana – Antropoceno -, para o sistema econômico capitalista como o principal motor de produção e reprodução socioespacial. Essa perspectiva é crucial, pois ao enfatizar os marcadores históricos e espaciais de classe, desigualdade e assimetria de poder, ela revela que uma parcela significativa da humanidade, além de excluída da participação plena na economia dominante, sofre severamente os impactos de suas lógicas predatórias.

É nesse contexto que o PMCMV pode ser compreendido como uma expressão particularmente relevante dessas dinâmicas. Diversos estudos apontam que a implementação do programa esteve fortemente articulada aos interesses do setor da construção civil e do mercado imobiliário, contribuindo para processos de valorização fundiária e expansão urbana periférica (Klink, Souza, 2017; Rolnik, 2015; Maricato, 2011). A busca por terrenos de menor custo favoreceu a implantação de empreendimentos em áreas mais afastadas dos centros urbanos, frequentemente marcadas por déficits de infraestrutura, equipamentos públicos e serviços. Embora com intensidades distintas, esse padrão foi observado tanto em cidades de pequeno porte quanto em grandes áreas metropolitanas. O direito à moradia, que deveria ser garantido como um bem social, é subvertido e transformado em uma plataforma de rentabilidade financeira e acumulação para o capital imobiliário, paradoxalmente, reforçando as estruturas de desigualdade que deveria combater (Klink, 2013; Maricato, 2011).

Obrigatório nas intervenções habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), o componente de Trabalho Social adiciona-se a tal cenário. O trabalho social surge como uma tentativa de operacionalizar a transição e o assentamento dos beneficiários nos conjuntos habitacionais consolidados (Torquato; Santos, 2022). Na teoria, constitui um instrumento multidimensional, participativo e reflexivo, que visa, conforme a Portaria MCID nº 75, de 28 de janeiro de 2025, "promover a participação e a inserção social da população beneficiária no território ou empreendimento, visando à melhoria das condições de vida, à concretização de direitos sociais, à articulação das políticas públicas e à garantia da sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados" (BRASIL, 2025, p. 1). Contudo, sua aplicação revela os entraves contidos no programa, derivados, mais uma vez, da combinação entre lógicas empresariais, fragilidade institucional e esvaziamento do sentido político do planejamento participativo. Alguns deste entraves incluem a gestão territorial fragmentada, os tempos acelerados e falta de processos reflexivos e emancipatórios e a lógica empresarial do trabalho social como peça de compliance (Torquato; Santos, 2022)[4].

A hipótese central é que há uma disjunção estrutural entre a forma com que o capital e a máquina pública implementam conjuntos periféricos em ritmo acelerado como política habitacional e os instrumentos tradicionais de trabalho social designado dentro da própria política. Para enfrentar tal descompasso, propõe-se o adensamento metodológico do PTS a partir da abordagem de Desenvolvimento Comunitário Baseado em Ativos (DCBA) e práticas territoriais de integração, que visam articulação das escalas institucionais, exercício do planejamento como processo de emancipação comunitário e a integração bairro-cidade.

A partir disso, apresentamos a experiência de implementação do PTS do Bairro São João dos Pinheiros, conhecido como o bairro das “casinhas” no município de Artur Nogueira, pertencente a Região Metropolitana de Campinas, Estado de São Paulo, discutindo os limites e as potencialidades do DCBA, e como essa nova proposta pode ser um caminho possível para operacionalizar emergentes possibilidades socio-participativas que apontam para práticas ecológicas e de transformações comunitárias concretas no território.

O desenvolvimento deste trabalho abrange três eixos articulados. Primeiro, discute-se como uma política pública social de habitação pode ser capturada pela lógica de acumulação do capital imobiliário, produzindo segregação socioespacial e reforçando desigualdades urbanas e ambientais. Em seguida, analisa-se criticamente o Trabalho Social em Habitação, evidenciando seus limites estruturais e a potencialidade da metodologia DCBA como caminho para promover maior integração entre bairro e cidade. Na sequência realizamos uma caracterização do território e do empreendimento São João dos Pinheiros em Artur Nogueira. Por fim, apresentam-se os efeitos da ativação de ativos comunitários, a partir da experiência empírica no bairro São João dos Pinheiros, destacando proposições para a revisão no desenho metodológico do PTS na escala dos programas habitacionais.

As contradições do Programa Minha Casa Minha Vida no contexto do Capitaloceno

Moore (2016) inicia a seção de agradecimentos do livro *Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism* relatando um diálogo com Andreas Malm, à época doutorando na Universidade de Lund e atualmente professor de ecologia humana na mesma instituição, quando Malm coerentemente fez a seguinte colocação: “Esqueçam o Antropoceno, deveríamos chamá-lo de Capitaloceno” (2016, p. 11), sintetizando que as dinâmicas inerentes às mudanças geológicas e ambientais eram fruto das complexas relações entre capital, poder e natureza. Assim, o Capitaloceno surge como uma contraposição a nomenclatura do Antropoceno. No entanto, esse debate em torno da denominação da época geológica marcada pela intervenção humana ultrapassa uma disputa meramente terminológica, e revela uma crítica epistemológica e política acerca das causas estruturais da crise ecológica contemporânea (Crist, 2016).

O termo Antropoceno, embora relevante ao reconhecer a atuação humana como força geológica (Crutzen, 2005; Lewis e Maslin, 2015), apresenta limitações conceituais significativas (Barcelos, 2019). Sua principal fragilidade reside na noção de que a humanidade, de forma homogênea, seria responsável pelo colapso ambiental, colocando em uma posição marginal e superficial as profundas desigualdades históricas, sociais e econômicas que caracterizam a produção dos impactos ecológicos. Ou seja, o cerne da crítica está no fato do conceito do Antropoceno, que significa a *Era do Homem,* atribuir a qualquer homem o mesmo poder de impacto no meio ambiente, certo excepcionalismo humano (Haraway, 2016). Implicou dizer que toda a humanidade é igualmente responsável pela crise ecológica, desconsiderando que a maior parte das emissões de gases de efeito estufa, da exploração de recursos e da degradação ambiental foi (e continua sendo) gerada por uma minoria da população mundial e por um modelo econômico específico, cuja lógica de funcionamento não pode ser imputada indistintamente a toda a espécie humana (Moore, 2016).

Nesse contexto, emerge a proposição do Capitaloceno, formulada como alternativa analítica crítica, um outra narrativa que “constrói um tensão heurística importante em

4 Embora existam legislações, portarias e normativas mais recentes relacionadas ao Trabalho Social em empreendimentos habitacionais de interesse social, optou-se por apresentar apenas aquelas vigentes no período de execução do Trabalho Social no Residencial São João dos Pinheiros, em Artur Nogueira (SP). Essa escolha visa garantir a adequada contextualização histórica e institucional da intervenção analisada, considerando o arcabouço normativo que orientava as ações à época de sua implementação.

torno das categorias de sujeito, da ideia de tempo e espaço e humanidade" (Barcelos, 2019, p. 3), recolocando as dinâmicas sociais e econômicas no sentido mais amplo - comércio mundial, imperialismo, a estrutura de classes, as relações de gênero, as ordens raciais e muito mais – em uma posição não marginal e superficial nos estudos ambientais e da natureza. Santos (2001) apontou como o espaço social é produzido historicamente e reflete as relações de poder e exclusão do capitalismo, evidenciando que os territórios e a apropriação da natureza são moldados por processos que combinam economia, política e cultura, tornando inseparáveis as dimensões sociais e ambientais na análise da crise contemporânea.

Soma-se a isso, apontar o agente causal e predador nesse contexto do *anthropos* (o ser humano em geral) para o sistema capitalista. O Capitaloceno resume que as dinâmicas responsáveis por impulsionar o planeta para um novo estado geológico, sobretudo, estado de crise, não derivam da humanidade em geral, mas de um regime histórico particular, cuja formação remonta o fastígio do mercantilismo, e se intensifica com a industrialização acelerada.

> Em vez disso, o Capitaloceno significa o capitalismo como uma forma de organizar a natureza — como uma ecologia mundial capitalista, multiespécie e situada. Tentarei usar a palavra com parcimônia. Houve muitos outros jogos de palavras — Antropoceno (Parikka 2014), econoceno (Norgaard 2013), tecnoceno (Hornborg 2015), misantropoceno (Patel 2013) e, talvez o mais interessante, mantropoceno (Raworth 2014). Todos são úteis. Mas nenhum captura o padrão histórico básico da história mundial moderna como a "Era do Capital" — e a era do capitalismo como uma ecologia mundial de poder (Moore, 2016, p. 6).

O capitalismo, enquanto sistema socioeconômico, estrutura-se a partir de processos que produzem e reproduzem dinâmicas socioespaciais sobre a exigente e constante necessidade de acumulação ilimitada de capital, impondo a expansão permanente da extração e do consumo de recursos naturais, transformando a natureza em mercadoria a ser apropriada e convertida em valor. A natureza (compreendida em diferentes perspectivas como o espaço) não é "exterior" ao capital, mas parte constitutiva de sua lógica de reprodução. O capitalismo depende da apropriação gratuita ou subvalorizada de trabalho humano, energia e recursos naturais, produzindo crises ecológicas e sociais como resultado recorrente de sua dinâmica expansiva. Dessa dinâmica expansiva emergem mecanismo que funcionam como organização da exploração de diferentes formas, criando hierarquias que legitimam a apropriação desigual de recursos.

A dimensão política do Capitaloceno, por sua vez, é analisada por Christian Parenti (2016), ao demonstrar que o Estado moderno atua como agente ativo na reprodução da dinâmica exploratória. No sentido geral, o Estado desempenha um papel central na formulação e implementação de políticas públicas, assumindo a responsabilidade de promover objetivos sociais, econômicos e ambientais. Em suma, sua ação busca reduzir desigualdades, ampliar o acesso a serviços essenciais e gerar ganhos sociais, organizando recursos e regulando práticas para transformar demandas sociais em políticas efetivas que impactem positivamente a vida da população. Mas, longe de ser apenas regulador, o Estado constitui-se como parte da engrenagem da acumulação, transformando a natureza em infraestrutura e valor econômico - crítica essa já levantada por Castells (1972), Lefebvre (2001) e Harvey (2013).Tanto a ação do Estado, quanto todo o ciclo de formulação das políticas públicas são permeadas por um campo de forças que privilegia a valorização do capital em detrimento do equilíbrio da dimensão na qual ela mira, seja social, econômica, cultural, ambiental. Assim, ações e políticas que visam corrigir distorções sociais acabam, paradoxalmente, alimentando as mesmas estruturas que as produzem.

Essa captura da dimensão política pelo capital manifesta-se na forma como os programas de redistribuição, habitação e infraestrutura são convertidos em instrumentos de reprodução ampliada da lógica capitalista. A exemplo das noções de sustentabilidade ou justiça social, ambas e outras, muitas vezes, são incorporadas de modo instrumental pelo sistema capitalista, que neutralizando seu potencial transformador social, conseguem ampliando seu potencial de mais valia. Como lembra Harvey (2011), o capitalismo possui uma notável capacidade de absorver críticas e convertê-las em novas oportunidades de acumulação. O autor, baseado na crítica marxista à economia política, aponta a distinção entre o ser do capital de seu aparente ser, considerando ambos como determinações contraditórias de sua efetividade. Uma contradição dançante entre acumulação e crise, inerente a sua própria identidade, contudo, essa contradição tende a se manifestar apenas como reprodução ampliada, com capacidade de contornar, em um período médio e longo, os efeitos negativos da crise. Esse lado negativo da própria identidade do sistema deve, em todas as instâncias, ser compreendido como uma imanência estrutural do capital, e não como efeitos externos a ele.

Portanto, argumentamos que a compreensão da dimensão política do Capitaloceno oferece uma perspectiva analítica potente para compreender como políticas públicas e agenda/ação do estado desenhadas para promover o equilíbrio social — como o Programa Minha Casa, Minha Vida — tendem a ser apropriadas por dinâmicas do sistema que reforçam a desigualdade e a fragmentação socioespacial. Dessa forma, discorremos as engrenagens capturadas pela lógica do capital que estruturam a política habitacional brasileira contemporânea, particularmente a que se consolidou no âmbito do PMCMV, em pelo menos três pontos críticos que revelam um conjunto de mecanismos implícitos operando para além da provisão de unidades habitacionais. O primeiro ponto crítico diz respeito à financeirização do ciclo da terra, que abarca três mecanismos baseados na racionalização do capital, são eles: (i) a conversão da terra em ativo financeiro; (ii) aquisição de terrenos periféricos; e (iii) o aprofundamento da fragmentação socioespacial.

A financeirização do ciclo da terra refere-se à incorporação do solo urbano às dinâmicas do capital financeiro, deixando de ser apenas suporte físico da produção para operar como ativo especulativo. Nesse processo, descrito por autores, como Klink e Barcelos (2017), a valorização da terra passa a depender de instrumentos financeiros, expectativas de renda futura, securitização e estratégias de investimento imobiliário. Essa lógica redefine a produção do espaço urbano ao orientar decisões de incorporação, estabelecer padrões de expansão e intensificar a especulação fundiária. Assim, o acesso ao solo e sua localização passam a ser condicionados por uma racionalidade financeira que reforça a mercantilização do território.

No contexto brasileiro, os efeitos dessa lógica capturaram PMCMV. Na primeira fase do programa, o anúncio de contratar 1 milhão de moradias destinadas a famílias de diferentes faixas de renda em todo o país, e os vultosos aportes financeiros, mobilizaram intensamente o mercado imobiliário. Processo de conversão do uso do solo, incorporação de áreas rurais, ampliação do perímetro urbano, mudanças e revisões em zoneamentos, planos diretores, legislações urbanísticas e coeficientes de aproveitamento estimularam dinâmicas especulativas que reconfiguraram a produção habitacional no período, e seguiram-se nas fases subsequentes (Bonduki, 2014).

Diversos autores, como Rolnik (2015), Shimbo (2012) e Tone (2015) identificam o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) como um dos principais vetores da financeirização da habitação no Brasil, orientando decisões de incorporação, definindo

padrões de expansão e intensificando práticas especulativas. Embora apresentado como política social, o programa consolidou uma nova posição do Estado — produtor direto da habitação para indutor e gestor das condições de funcionamento do mercado, por meio do acesso ao crédito, ampliação da liquidez da demanda, dentre outros, que viabilizou a atuação de incorporadoras financeirizadas, institucionalizando a moradia como ativo financeiro e fortalecendo a lógica de rentabilidade do capital imobiliário.

> Não há dúvida de que o setor imobiliário e, especialmente, as incorporadoras financeirizadas e seus investidores foram altamente beneficiados pelo programa, já que esse não só os salvou da derrocada, como impulsionou o valor de suas ações. [...] de qualquer forma, impulsionado pelo programa, o crédito habitacional passou de 1,55% do PIB do país, em 2006, para 3,48% em 2010 e 6,73% em 2013 (Rolniik, 2015, p. 305 – 306).

Assim, o Estado assume papel estrutural na reprodução do capitalismo contemporâneo, operando como catalisador da expansão do capital sobre o território. Como aponta Paulo Alas (2023), utilizando-se da pauta do déficit habitacional, a política habitacional passou a abrir novos espaços de valorização, articulando interesses hegemônicos e garantindo as condições para a contínua expansão do capital imobiliário. Assim, ao promover a financeirização do solo e da habitação, o Estado fortalece as dinâmicas que sustentam o sistema capitalista em múltiplas escalas, moldando a cidade segundo imperativos financeiros e não sociais.

Assim o PMCMV, em vez de romper com a lógica histórica de produção periférica da habitação popular, contribuiu para sua reprodução em novas escalas. Rolnik (2015) observa que a localização dos empreendimentos passou a responder, em grande medida, à disponibilidade de terrenos de baixo custo, frequentemente situados em áreas distantes dos centros urbanos e com oferta limitada de infraestrutura e serviços. Nesse contexto, a expansão habitacional articulou-se aos processos de valorização fundiária e à dinâmica do mercado imobiliário. Sob a perspectiva do Capitaloceno, tal processo evidencia como a produção de novas periferias urbanas permanece associada às estratégias de reprodução do capital.

A leitura de Maricato (2011) reforça esse diagnóstico ao situar a produção habitacional do PMCMV dentro de uma longa história de urbanização brasileira caracterizada pela “produção social da ilegalidade” e pela transformação das periferias em zonas de sacrifício urbano e ambiental. Em suas análises, o mercado imobiliário opera sobre um estoque de terras que foram intencionalmente abandonadas pelo Estado ou tratadas como “não-cidade”, acumulando passivos ambientais, riscos geológicos ou sanitários. O programa habitacional, ao se expandir sem romper com essa lógica, acabou funcionando como avalista dessa geografia da precariedade. A aquisição de terrenos periféricos — muitas vezes localizados próximos a lixões, várzeas inundáveis, matas degradadas ou loteamentos clandestinos — não apenas reproduziu desigualdades socioespaciais, mas sancionou a transformação da vida periférica em vida exposta.

Na prática, a lógica de aquisição de terrenos pelos empreendimentos de Faixa 1 seguiu um padrão: terrenos baratos, muitas vezes situados em áreas rurais em processo de transição, com infraestrutura subdimensionada ou inexistente. A política social, assim, converteu-se em motor de expansão imobiliária periférica, configurando aquilo que os autores descrevem como “urbanização por atacado”, produzida em larga escala e depois delegada aos moradores para resolver, por conta própria, o deficit urbano. Do ponto de vista do Capitaloceno, essa relação se traduz na fusão entre Estado e capital imobiliário na produção do espaço urbano, nos quais o ônus da urbanização recai desproporcionalmente sobre os beneficiários moradores das áreas periféricas.

O segundo ponto crítico foca na aceleração de metas e prazos, que prioriza a quantidade de unidades e a rápida execução das obras. Este ritmo acelerado não é uma mera escolha administrativa, mas reflete a própria temporalidade acelerada do capital, marcada pela compressão dos tempos produtivos, pela urgência permanente e pela pressão por ciclos curtos de investimento. Tal dinâmica, conforme discute Harvey (1992) em suas análises sobre a compressão espaço-tempo, subordina o planejamento e a qualidade da produção social à racionalidade da acumulação rápida do capital.

Finalmente, o terceiro ponto crítico diz respeito a incapacidade municipal de planejar e integrar os empreendimentos ao tecido urbano, frequentemente diagnosticada como um déficit técnico ou orçamentário, deve ser compreendida no contexto do que autores como Moore (2016) descrevem como o regime do Estado barato. Essa condição estrutural se manifesta em instituições fragilizadas, sistematicamente sem dotação orçamentária e cuja orientação principal é viabilizar a expansão do capital, em vez de regulá-lo e ordenar a vida urbana. Essa fragilidade estrutural do poder local, que Maricato (2001) já identificava na gestão urbana brasileira, limita severamente a capacidade dos governos municipais na ordenação do território e fomenta a reprodução de periferias mal planejadas e carentes de infraestrutura e serviços.

Em suma, as contradições observadas na política habitacional são manifestações urbanas e espaciais de dinâmicas estruturais inerentes ao Capitaloceno, onde a lógica de acumulação e a valorização imobiliária se sobrepõem às necessidades sociais e à qualidade da vida urbana. A consequência direta dessa racionalidade é a produção de empreendimentos que rompem o vínculo orgânico entre bairro e cidade. Os conjuntos habitacionais resultantes configuram-se como espaços funcionalizados, homogêneos e isolados, desprovidos de densidade histórica, pedagógica e simbólica — verdadeiros não-lugares. Como argumenta Carlos (2011), o ato de habitar, que envolve práticas de encontro, reconhecimento e apropriação criativa do espaço, é reduzido ao ato de morar, um uso estritamente funcional e empobrecido, condicionado por uma urbanização que transforma os indivíduos em usuários e consumidores de infraestrutura mínima. Nos empreendimentos periféricos, o cotidiano é marcado pela ausência de equipamentos públicos, pela precariedade da mobilidade e pela distância dos circuitos econômicos e culturais da cidade. Assim, a política pública que deveria promover integração termina produzindo segregação, não apenas espacial, mas também social e simbólica.

Essa fragmentação territorial se reflete na dimensão social, gerando a erosão da fibra comunitária. As famílias que chegam aos empreendimentos, muitas delas oriundas de assentamentos informais com redes consolidadas de sociabilidade, veem-se subitamente deslocadas para territórios novos, homogêneos e desconhecidos. As tensões internas, a ausência de regras coletivamente construídas, a fragilidade da gestão condominial e a falta de espaços públicos qualificados produzem um ambiente de vulnerabilidade constante (Paz; Diniz, 2020). A sociabilidade não emerge espontaneamente em territórios fragmentados; ao contrário, ela requer tempo, continuidade e vínculos, elementos que dificilmente se formam quando a política habitacional opera sob a lógica do deslocamento e da urgência administrativa. Assim, o tecido social é continuamente tensionado e, em muitos casos, rompido, resultando em comunidades frágeis, com baixa capacidade de ação coletiva e expostas a conflitos internos.

Nesse cenário, o trabalho social, que deveria atuar como eixo estruturante da integração comunitária, torna-se uma peça de compliance assumindo a função de garantir o cumprimento de exigências normativas necessárias à liberação de recursos e à conclusão formal do empreendimento. Paz e Diniz (2020) demonstram que o trabalho social, frequentemente elaborado tardiamente e sem participação dos beneficiários, opera como dispositivo administrativo destinado a registrar atividades, produzir relatórios

e conferir aparência de legitimidade ao processo. A lógica empresarial impõe prazos rígidos, metas quantitativas e uma relação instrumental com as famílias, esvaziando o potencial transformador do trabalho social e convertendo-o em etapa burocrática da produção habitacional (Torquato; Santos, 2022). Compreender essas dinâmicas é fundamental para a formulação de metodologias de intervenção que ultrapassem o simulacro da inclusão habitacional e avancem rumo à construção de cidades mais justas, democráticas e ambientalmente sustentáveis, capazes de romper, e não de reproduzir, a lógica danosa do Capitaloceno.

Trabalho Social em Habitação de Interesse Social: a metodologia Desenvolvimento Comunitário Baseado em Ativos (DCBA) para a integração bairro-cidade

O Desenvolvimento Comunitário Baseado em Ativos (DCBA) adotado pelo Trabalho Social no Residencial São João dos Pinheiros oferece uma abordagem metodológica dos territórios impactados por desigualdades estruturais e pela lógica do Capitaloceno. Em contraste com metodologias tradicionais centradas em diagnósticos de carências - que enfatizam déficits, vulnerabilidades e "problemas sociais" -, o DCBA parte do reconhecimento de ativos locais: talentos, vínculos, saberes, recursos comunitários, espaços subutilizados, redes e organizações (Kretzmann; Mcknight, 1993; Mathie; Cunningham, 2003). Trata-se de uma inversão deliberada de perspectiva, crítica em contextos nos quais populações periféricas têm seus conhecimentos e capacidades sistematicamente invisibilizados, ao mesmo tempo em que são forçadas a suportar os custos socioambientais da urbanização financeirizada.

Ao mobilizar o DCBA, o Trabalho Social reposiciona a comunidade como sujeito do planejamento e não apenas como "público-alvo" de políticas urbanas. Tal reposicionamento é central para construir processos bottom-up capazes de resistir à produção desigual do espaço urbano. Em vez de reproduzir a lógica assistencialista, a metodologia incorpora práticas de fortalecimento social que emergem da própria comunidade, como se evidencia na Campanha "Lixo Bom é Lixo na Caçamba" e na Gincana Ecológica, onde modelos de governança colaborativa foram ativados, integrando associações historicamente rivalizadas, juventudes, trabalhadores informais, escolas e vizinhos de bairros limítrofes. No horizonte do Capitaloceno, esses processos configuram-se como contra dispositivos frente a uma urbanização que trata periferias como zonas de sacrifício ambiental e social.

Nesse sentido, o DCBA assume um papel explicitamente político: torna-se uma contraproposta ao urbanismo neoliberal e à fragmentação socioespacial associada à financeirização da habitação. Ao colocar no centro ativos comunitários – hortas conectadas à educação básica, processos de reciclagem vinculados à gestão de resíduos, incubadoras de negócios femininos e juvenis, reocupação de espaços públicos abandonados –, o DCBA revela como moradores podem criar infraestruturas mínimas de cuidado, alimentação, convivência e sustentabilidade capazes de produzir qualidade urbana em contextos onde o Estado falhou ou atuou de forma fragmentada. Assim, o DCBA se apresenta como uma estratégia de "urbanismo insurgente" gerando novos imaginários urbanos e abrindo caminhos de planejamento que não dependem exclusivamente da racionalidade estatal ou da lógica mercantil.

Do ponto de vista teórico-metodológico, o DCBA parte da premissa de que cada comunidade possui um conjunto único de capacidades que pode ser canalizado para o desenvolvimento comunitário (Kretzmann; Mcknight, 1993). Em vez de concentrar energia na identificação e gestão de passivos, a abordagem investe, desde o início, tempo e recursos na identificação de ativos presentes em indivíduos, associações e instituições, bem como na construção de espaços dialógicos capazes de traduzir esses ativos, frequentemente formulados como sonhos e aspirações, em ações concretas de transformação.

Esses ativos não se limitam a habilidades tecnomotoras ou conhecimentos formais. O DCBA enfatiza capacidades relacionais, organizacionais, simbólicas e políticas: vínculos de confiança, redes de solidariedade, experiências associativas, saberes populares, trajetórias de luta, referências identitárias. O mapeamento de sonhos e ativos, tal como aplicado no Trabalho Social em habitação de interesse social, busca justamente explicitar essas dimensões frequentemente silenciosas, conectando o que as pessoas já fazem, sabem e desejam com oportunidades concretas de desenvolvimento comunitário – no bairro, na escola e na cidade.

É importante sublinhar que uma abordagem baseada em ativos não nega a existência de demandas, carências e violações de direitos. Elas emergem inevitavelmente ao longo do processo de mobilização e organização social. A diferença metodológica está na inversão de prioridade: a aposta desloca-se da manutenção de passivos sociais para a ativação daquilo que tem potencial dinâmico para superar, parcial e progressivamente, esses desafios. Essa escolha é particularmente relevante no contexto do Capitaloceno, em que a narrativa dominante tende a associar periferias apenas a problemas (violência, lixo, "informalidade"), e o DCBA recusa essa redução, recolocando essas áreas como lugares de produção de soluções.

Componentes e escalas estruturantes do Desenvolvimento Comunitário Baseado em Ativos (DCBA)

A espinha dorsal do DCBA é fundamentada em três conceitos interligados, a saber: agência, empoderamento e emancipação. O conceito de agência do sujeito social. Inspirada na noção de desenvolvimento como liberdade de escolha (Sen, 1999), a abordagem entende agência como a "capacidade de grupos ou indivíduos de fazer escolhas propositais em suas vidas" (Samman; Santos, 2009, p. 3), ou, como sintetiza Sen, como aquilo que uma pessoa é livre para realizar em busca de valores que considera importantes (Sen, 1999). O exercício dessa agência depende do acesso a recursos nas esferas humana, social e psicológica - saúde, educação, senso de identidade, pertencimento, autoconfiança -, bem como de recursos e capacidades coletivas, como ter voz, sentir-se representado e dispor de poder para organização coletiva (Samman; Santos, 2009).

Para que os sujeitos possam exercer a agência, é indispensável que identifiquem e valorizem suas próprias habilidades e oportunidades. Essas habilidades vão além de competências técnicas: dizem respeito à capacidade de ler o contexto, reconhecer janelas de oportunidade e tomar decisões em um "mundo de possíveis" sempre limitado, mas passível de ser ampliado. Ibrahim e Alkire (2007) e Rowlands (1997) ajudam a detalhar essa dimensão ao distinguir diferentes formas de poder: *poder sobre* (controle sobre decisões pessoais), *poder de* (capacidade de agir em domínios específicos, inclusive na esfera doméstica), *poder com* (capacidade de agir coletivamente) e *poder dentro* (autoconfiança, autoestima, sentido de dignidade). Essas quatro formas de poder são mobilizadas de maneira articulada quando processos como o LabIdeias ou a Gincana Ecológica convidam moradores a transformar frustrações em projetos concretos.

A segunda dimensão é o empoderamento, entendido como o processo pelo qual indivíduos e coletivos passam a se posicionar de forma mais favorável na disputa por recursos, oportunidades e reconhecimento no interior do território, do mercado e do ambiente institucional (Ibrahim; Alkire, 2007). Em termos operacionais, o empoderamento pode ser visto como resultado de uma estrutura tripla de ações,

incluindo atividades que resgatam valor econômico, social, cultural e simbólico dos sujeitos (ampliação do capital social, atividades que fortalecem as capacidades de decisão, especialmente sobre caminhos de vida, vocações e engajamentos coletivos (poder político) e iniciativas que reforçam autoestima, autoconfiança e autovalorização (poder psicológico).

Isso implica que as ações do DCBA precisam combinar acesso à informação, inclusão em espaços de decisão, transparência e fortalecimento da capacidade organizacional local, uma vez que a agência é influenciada diretamente pelos ativos individuais e coletivos disponíveis (Narayan, 2002).

A terceira dimensão é a emancipação, que coloca no centro a valorização do encontro e da linguagem entre facilitadores e sujeitos protagonistas. A emancipação aqui é etendida como processo dialógico em que as pessoas podem se envolver criticamente, aprender com as experiências dos outros, reconhecer o valor de suas próprias subjetividades e conectar interesses individuais a projetos coletivos (Kretzmann; Mcknight, 1993). Em termos concretos, trata-se de criar condições para que os sonhos não sejam apenas enunciados, mas possam ser traduzidos em estratégias negociadas de ação, em diálogo com as possibilidades e limites do contexto. Em territórios como o São João dos Pinheiros – atravessados por passivos ambientais, estigmas históricos e captura de políticas públicas por lógicas financeiras –, essa dimensão emancipatória é fundamental para que o desenvolvimento comunitário não se reduza a adaptação resignada à precariedade, mas se configure como disputa ativa por outro futuro territorial.

Ainda é importante ressaltar a abordagem multidimensional e multiescalar do DCBA, exercido de forma articulada em pelo menos três escalas: micro (indivíduos e domicílios), meso (comunidade) e macro (território mais amplo, município, redes interinstitucionais) (Samman; Santos, 2009). Cada uma delas envolve estruturas sociais, instituições e campos de oportunidade específicos, e nenhuma pode ser entendida isoladamente.

Na escala micro, a unidade domiciliar – e os sujeitos que a compõem – é o ponto de partida. É nesse nível que são mapeados sonhos, ativos, tentativas de empreender, trajetórias de migração, redes de apoio, experiências de trabalho e cuidado. Do ponto de vista metodológico, isso implica realizar mapeamentos qualitativos e quantitativos sensíveis às diferenças internas (gênero, ciclo de vida, raça/cor, posição no mercado de trabalho), bem como promover momentos de escuta e diálogo que permitam às pessoas nomearem suas aspirações e capacidades. No caso do Residencial São João dos Pinheiros, isso se expressa em entrevistas domiciliares, rodas de conversa e oficinas com perfis específicos (mulheres, jovens, idosos), que depois alimentam processos de mobilização para formações, hortas, gincanas e iniciativas econômicas.

A escala meso corresponde à escala comunitária, onde os sonhos e ativos identificados na esfera micro podem ser acolhidos, articulados e potencializados. Isso supõe a existência – ou a construção – de estruturas como associações de moradores, conselhos gestores comunitários, grupos de trabalho temáticos ou "incubadoras de sonhos" comunitárias. É nesse plano que se torna possível transformar aspirações individuais em agendas coletivas: o desejo de uma moradora de cozinhar pode se articular a um grupo de alimentação comunitária; o interesse de jovens em grafite e comunicação pode compor campanhas educativas; preocupações isoladas com o lixo podem se transformar em Gincanas Ecológicas. No São João dos Pinheiros, a criação e fortalecimento do Conselho Gestor Comunitário (CGCom) e a própria reconfiguração da associação de moradores são exemplos dessa escala meso em ação.

A escala macro envolve o entorno ampliado do bairro e o conjunto de instituições e políticas que incidem sobre o território – município, políticas setoriais, programas estaduais e federais, organizações da sociedade civil, redes de economia solidária, entre outros. Na abordagem DCBA, essa escala não é concebida como um receptáculo fixo e hierárquico, mas como uma "teia em construção", sujeita a negociações, reconfigurações e brechas (Mathie; Cunningham, 2003). Trabalhar na escala macro, em um projeto de ação social em habitação de interesse social, implica constituir instâncias de interlocução como o Grupo Interinstitucional do Poder Público (GIPP), mapear programas e projetos potencializadores, realizar ciclos de formação com parceiros institucionais e ampliar a visibilidade do bairro na agenda pública da cidade. Em última análise, a leitura escalar do DCBA reitera o entrelaçamento entre agência, empoderamento e emancipação na escala individual, comunitária e municipal. Para que sonhos individuais e coletivos se concretizem em uma perspectiva de desenvolvimento comunitário, é necessário fortalecer habilidades que permitam "pular escalas", expandindo continuamente o horizonte de escolhas. De um lado, isso exige valorização e ativação dos ativos presentes na comunidade; de outro, requer flexibilidade institucional e abertura do ambiente de políticas públicas para acolher e impulsionar projetos que nascem "de baixo".

Caracterização do território e do empreendimento São João dos Pinheiros em Artur Nogueira

O município de Artur Nogueira, integrante da Região Metropolitana de Campinas (RMC), apresenta uma configuração territorial marcada tanto por sua inserção regional quanto por características ambientais específicas associadas ao que localmente se denomina "questão das águas". Com área aproximada de 178 km² e população de 51.456 mil habitantes (Censo, 2022), o município possui densidade demográfica de 289,04hab/km² e apresenta um Produto Interno Bruto em torno de R$ 1,7 bilhão e um PIB per capita de aproximadamente R$ 30,6 mil, revelando uma economia diversificada, na qual o setor de serviços se destaca como principal componente, seguido pela indústria, administração pública e atividades agropecuárias.

Em termos de organização territorial, Artur Nogueira tem experienciado um movimento expressivo de expansão urbana, sobretudo nas áreas periurbanas, onde se intensificam processos de ocupação, implantação de conjuntos habitacionais e transformação do uso do solo. Essa expansão ocorre em zonas frequentemente marcadas pela presença de áreas verdes, cursos d'água e transições paisagísticas, o que exige maior integração entre planejamento urbano, política ambiental e equipamentos sociais.

Nesse contexto insere-se o Residencial São João dos Pinheiros, empreendimento do programa Minha Casa Minha Vida – Faixa 1, tendo sua obra iniciada em 2014 e concluída em 2016. O empreendimento foi implantado em um dos vetores de expansão da cidade, em área de transição entre zonas urbanizadas e espaços de caráter rural ou natural. Essa localização periurbana marca fortemente sua configuração espacial, conferindo ao residencial tanto desafios de acesso e infraestrutura quanto potencialidades para ações ambientais e produtivas, como hortas e áreas de uso comunitário.

A formação urbana do empreendimento é resultado de um processo de adensamento habitacional voltado a atender famílias de baixa renda inscritas no CadÚnico. Mais de 3.500 famílias foram cadastradas ao longo do processo de implementação do empreendimento. O contingente beneficiário foi de 640 famílias, representando mais de 2.500 pessoas, provenientes de diferentes regiões da cidade, de heterogeneidade social e de diversidade de arranjos familiares - essa diversidade imprimia ao conjunto habitacional a necessidade de ações sociais robustas, voltadas à integração,

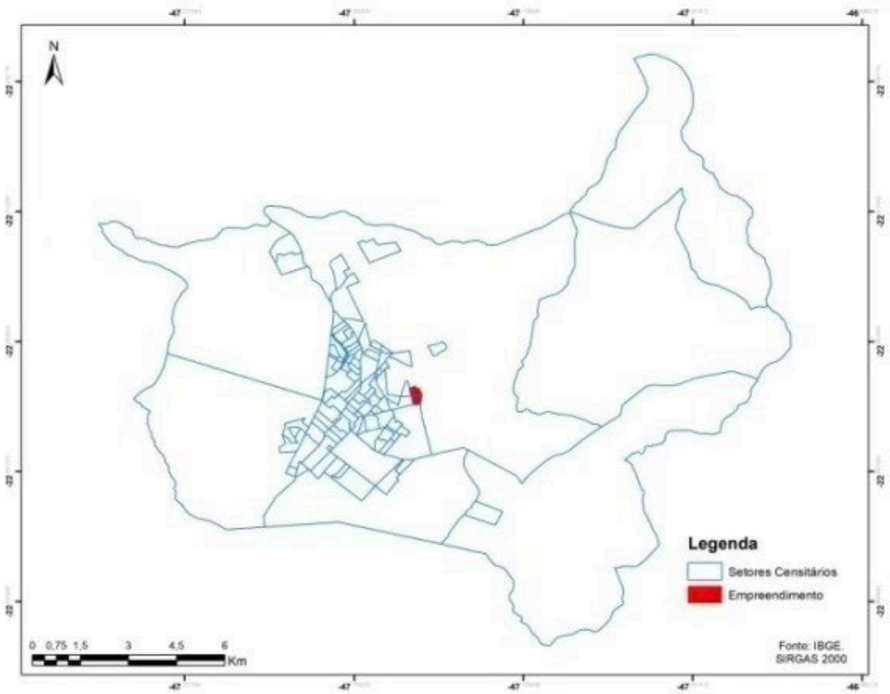


Figura 1 – Localização do empreendimento PMCMV Faixa 1 São João dos Pinheiros no município de Artur Nogueira. Fonte: dos autores, 2020.

fortalecimento comunitário e geração de renda.

A implantação do residencial também se deu em uma área marcada por tipificação arquitetônica padronizada e infraestrutura ainda em consolidação, ou seja, como promessa futura da gestão pública, com deslocamento do tempo de entrega das unidades habitacionais e efetiva implementação de infraestrutura e serviços básicos, como unidades de saúde e escolas. Nesse contexto, espaços públicos, estruturas remanescentes da obra e áreas verdes passaram a assumir papel estratégico para a vida comunitária. Elementos como o antigo almoxarifado da construtora, as praças, o campo de futebol e a área destinada à possível horta comunitária tornaram-se pontos de interesse coletivo, indicando carência, mas também oportunidades de apropriação social do território.

O Residencial São João dos Pinheiros apresenta um deslocamento significativo em relação ao tecido urbano consolidado de Artur Nogueira, situando-se em um vetor de expansão da cidade marcado por características periurbanas e transição entre áreas urbanizadas e espaços ainda pouco densificados. Essa localização confere ao empreendimento uma condição de relativa perifericidade funcional, expressa tanto na distância física em relação a equipamentos estruturantes como o hospital municipal, o centro da cidade e serviços públicos essenciais, quanto na limitada integração viária com os demais bairros. A ausência ou insuficiência de transporte público regular no residencial acentua essa condição, dificultando o acesso cotidiano da população a serviços de saúde, educação, comércio e oportunidades de trabalho, além de reforçar padrões de isolamento socioespacial. Assim, o empreendimento se insere em um contexto no qual a fragilidade das conexões urbanas amplia a vulnerabilidade das famílias residentes, evidenciando a necessidade de políticas de mobilidade, infraestrutura e serviços que reduzam o distanciamento físico e social em relação ao núcleo urbano principal.



Figura 2 – Imagem de satélite Google Earth do empreendimento PMCMV Faixa 1 São João dos Pinheiros no município de Artur Nogueira. Fonte: Google Earth, 2020.

O trabalho social no Residencial São João dos Pinheiros teve início apenas em 2020, configurando um atraso significativo em relação à ocupação do empreendimento, cujas famílias já residiam no local desde 2016. Essa defasagem temporal implicou desafios adicionais para a equipe técnica, que encontrou uma comunidade já estruturada em suas dinâmicas próprias e demandas acumuladas, exigindo uma abordagem metodológica sensível às trajetórias prévias dos moradores. A implementação das ações coincidiu com o contexto crítico da pandemia de COVID-19, que impôs restrições sanitárias severas e exigiu a reformulação de procedimentos, estratégias de mobilização e formas de acompanhamento social. Nesse cenário, tornou-se necessário repensar integralmente o Plano de Trabalho Social, incorporando metodologias remotas, comunicação digital, protocolos de proteção e novos arranjos de participação comunitária, assegurando a continuidade das atividades e a proteção das famílias em situação de vulnerabilidade.

A criação do Grupo Institucional do Poder Público (GIPP) em Artur Nogueira

A criação do Grupo Institucional do Poder Público (GIPP) em Artur Nogueira, formalizada pelo Decreto nº 058/2021, resultou de um processo prévio de mobilização que articulou diferentes frentes: a entrada de equipes municipais no território, o engajamento das secretarias envolvidas com o Plano de Trabalho Social (PTS) e a formação das associações de moradores do empreendimento. Esse movimento inicial foi decisivo para que o colegiado surgisse ancorado nas necessidades concretas do residencial, garantindo que suas funções de deliberação, fiscalização e coordenação das políticas de pós-ocupação estivessem conectadas à realidade local, em consonância com as diretrizes da Portaria nº 464/2018 (Brasil, 2018).

A mobilização comunitária desempenhou papel estruturante nesse processo. As reuniões realizadas com a Associação de Moradores do Bairro São João dos Pinheiros e suas lideranças possibilitaram consolidar uma representação social legítima e comprometida com as demandas do empreendimento. A inclusão formal de um



Figura 3 – Mapa da localização periurbana do Residencial São João dos Pinheiros no município de Artur Nogueira e distâncias dos principais equipamentos urbano e do centro da cidade. Fonte: dos autores, 2020.

representante da associação na composição do GIPP reforçou essa legitimidade, permitindo que o colegiado incorporasse o conhecimento territorial dos moradores e que suas decisões refletissem as prioridades percebidas pelos próprios beneficiários. Esse arranjo fortaleceu o diálogo entre gestão pública e comunidade, contribuindo para que o trabalho social se desenvolvesse com maior precisão e responsividade.

No âmbito institucional, a prefeitura conduziu uma articulação intersetorial abrangente, envolvendo secretarias como Assistência e Desenvolvimento Social, Saúde, Educação, Planejamento, Obras, Meio Ambiente, Esporte e Lazer, Cultura, Agricultura, Segurança e Trânsito, além das áreas Jurídica e Administrativa. A construção de um entendimento compartilhado sobre a relevância do GIPP para o PTS foi fundamental para consolidar um compromisso coletivo entre as pastas. Esse alinhamento permitiu transformar a intenção política em um mecanismo operativo, garantindo que o colegiado contasse com representantes capazes de promover ações integradas, padronizar procedimentos e responder de forma coordenada às demandas complexas do território.

A formalização do GIPP pelo Decreto nº 058/2021 consolidou esse processo ao conferir base legal e estabilidade institucional ao colegiado. A definição de composição, atribuições e competências tornou obrigatória a participação das secretarias no acompanhamento e execução do trabalho social, integrando-o à rotina administrativa municipal e reduzindo a dependência de iniciativas pontuais ou personalizadas. Assim, o decreto não apenas institucionalizou um arranjo já em funcionamento, como também reconheceu a importância do esforço prévio de mobilização e articulação que havia permitido sua construção.

O caso de Artur Nogueira distingue-se, contudo, pela influência explícita de abordagens orientadas pelo Desenvolvimento Comunitário Baseado em Ativos (DCBA) e por práticas territoriais de integração, uma vez que o GIPP é um componente obrigatório Portaria nº 464/2018 (Brasil, 2018). Em vez de se limitar a cumprir exigências normativas, o processo valorizou capacidades existentes no território — como lideranças locais, redes de apoio, iniciativas comunitárias e saberes cotidianos — utilizando-as como ponto de partida para a construção de soluções. E foi a partir desse mapeamento de ativos e projetos previamente desenhados com a comunidade que procedeu as ações de articulação entre escalas institucionais. Os projetos (entende-se como ‘sonhos’) da comunidade promoveu a institucionalização do GIPP como instrumento de planejamento para o fortalecimento comunitário e reforçou a conexão entre o bairro e a cidade. Como resultado, o GIPP passou a operar não apenas como um colegiado administrativo, mas como um espaço estratégico de mediação entre moradores e poder público, apresentação de demandas e de agendas.

Essa dinâmica representou uma vantagem substancial para o desenvolvimento do PTS em um empreendimento de Habitação de Interesse Social voltado a famílias de baixa renda. A incorporação de ativos comunitários permitiu diagnósticos mais precisos, maior aderência territorial das ações e um ambiente de corresponsabilidade, ampliando o potencial de sustentabilidade das intervenções. Ao integrar práticas participativas, articulação intersetorial e reconhecimento das especificidades locais, o processo de formação do GIPP em Artur Nogueira demonstrou o potencial do arranjo institucional em superar limites comuns às políticas habitacionais. Dentre muitas ações realizadas no PTS, serão abordadas quatro que tiveram seu desenvolvimento operacionalizado por meio da estrutura do GIPP.

Experiências do Trabalho Social no Residencial São João dos Pinheiros: entre o Desenvolvimento Comunitário Baseado em Ativos e o Capitaloceno

A seção que se segue apresenta e discute quatro experiências centrais do Trabalho Social no Residencial São João dos Pinheiros, compreendidas aqui como dispositivos concretos de reconstrução da relação bairro–cidade em um contexto marcado pela lógica do Capitaloceno. Uma das teses centrais deste artigo é que o êxito relativo do Trabalho Social não pode ser explicado apenas pela execução correta de um plano de ações, mas, sobretudo, pela capacidade de enraizar essas ações em duas lógicas complementares e interescalares: a relação bairro–escola e a relação bairro–cidade. Em um empreendimento PMCMV periférico, geograficamente isolado e atravessado por estigmas históricos ligados ao antigo lixão municipal e à fragmentação socioespacial, restituir essas conexões deixou de ser um detalhe operacional e passou a constituir um gesto estrutural de justiça territorial.

Nos termos do Capitaloceno, periferias urbanas tendem a ser tratadas como espaços descartáveis, zonas de sacrifício ambiental e repositórios de passivos urbanos. A desconexão entre bairro e cidade aprofunda ciclos de marginalização que combinam isolamento físico, estigma social, precarização de serviços, baixa circulação econômica e ausência de oportunidades. É justamente contra essa lógica que o Trabalho Social, ancorado na abordagem do Desenvolvimento Comunitário Baseado em Ativos (DCBA), procura operar. Em vez de tomar a periferia como território de déficit, o DCBA identifica e mobiliza ativos – associações, mulheres, jovens, escolas, espaços públicos, saberes locais – para constituir pontes duradouras entre o cotidiano do residencial e as redes econômicas, políticas e simbólicas da cidade.

As quatro experiências analisadas, (1) o processo de planejamento e gestão do território com a associação de moradores, (2) o LabIdeias, (3) as hortas comunitárias e escolares e a (4) Gincana Ecológica – materializam essa aposta em escalas distintas, mas articuladas. O fortalecimento da associação transforma uma entidade formal fragilizada em estrutura comunitária de mediação com o poder público municipal. O LabIdeias abre canais para que o trabalho, a criatividade e os projetos econômicos de mulheres e jovens circulem para além dos limites do residencial, disputando lugar

na economia urbana. As hortas, ao vincular bairro e escola, inscrevem o São João dos Pinheiros no planejamento educacional e ambiental do município, deslocando a imagem de “bairro do lixão” para a de referência em práticas pedagógicas e de produção de alimentos. A Gincana Ecológica, por sua vez, mobiliza uma ampla rede interinstitucional e midiática em torno da questão do lixo, recolocando o bairro no mapa político da cidade.

Tomadas em conjunto, essas experiências demonstram que a cidade não “chega” espontaneamente à periferia; ela precisa ser construída politicamente a partir de processos metodologicamente estruturados de fortalecimento comunitário. Ao articular ativos locais, vínculos interinstitucionais e dispositivos de participação, o Trabalho Social contribui para reverter, ainda que parcialmente e sob forte disputa, os efeitos socioambientais e simbólicos do Capitaloceno na escala urbana, afirmando o São João dos Pinheiros não apenas como produto da urbanização financeirizada, mas como sujeito na produção de alternativas territoriais.

Planejamento e gestão do território comunitário com a associação de moradores

O fortalecimento da associação de moradores do Residencial São João dos Pinheiros constitui o eixo estruturante do Trabalho Social e um laboratório privilegiado para pensar as tensões entre planejamento “de baixo para cima” e a forma como o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) se inscreve na lógica do Capitaloceno (Moore, 2016; Malm, 2016). Em muitos casos, a associação de moradores tende a ser concebida, em muitos projetos, como mero interlocutor formal, convocado para “validar” decisões previamente tomadas, e não como sujeito de planejamento.

A abordagem do Desenvolvimento Comunitário Baseado em Ativos (DCBA), tal como formulada por Kretzmann e McKnight (1993) e aprofundada por Mathie e Cunningham (2003), rompe deliberadamente com essa lógica ao deslocar o foco da carência e da queixa para a agência e a construção de capacidades coletivas (Kretzmann; Mcknight, 1993; Mathie; Cunningham, 2003). Em sintonia com essa literatura, o DCBA é compreendido como uma abordagem que centraliza a identificação dos ativos encontrados na comunidade e mobiliza indivíduos, associações e instituições a se unirem para identificar, realizar, desenvolver e impulsionar oportunidades latentes, em contraposição a abordagens centradas em demandas e passivos sociais. Ao aplicar esse marco à realidade do São João dos Pinheiros, o Trabalho Social passa a olhar a associação não como um problema a ser administrado – atravessada por disputas internas, histórico de conflitos e desconfiança dos moradores – mas como um ativo estratégico para organizar a vida comunitária, pactuar prioridades e construir pontes com a cidade.

Ações com associação de moradores consistiu em um conjunto estruturado de ações formativas e práticas, totalizando 250 horas de capacitação comunitária, realizadas de forma online e com alguns encontros presenciais ao longo de dois anos. Esse processo incluiu o desenvolvimento colaborativo de quatro eventos comunitários — a Festa de Natal “Magia da Sinergia”, a Gincana Ecológica, a Festa Juninha e o Mutirão do Jardim — que atuaram como espaços de aplicação dos conteúdos trabalhados, como educação ambiental, integração comunitário, desenvolvimento econômico e de fortalecimento da participação local. Somados, esses eventos mobilizaram aproximadamente 1.000 moradores, promovendo engajamento, integração social e o aprendizado coletivo em torno da organização comunitária.

Enquanto as plataformas de orientação da governança urbana tendem a enfatizar conselhos, comissões e fóruns formais como locus privilegiado da participação, autores como Miraftab, Escobar e Simone chamam atenção para “urbanismos insurgentes” e



práticas de autogoverno que frequentemente emergem à margem ou em tensão com os formatos institucionais de planejamento (Miraftab, 2009; Escobar, 2008; Simone, 2004). A associação do São João dos Pinheiros situa-se justamente nesse entre-lugar: ela é, ao mesmo tempo, uma instituição formalmente reconhecida e um espaço em disputa, atravessado por dinâmicas de poder locais e pelo legado de políticas urbanas que historicamente trataram a periferia como zona de sacrifício.

Na prática, o Trabalho Social estruturou um processo continuado de planejamento comunitário com a associação, combinando oficinas de mapeamento socioterritorial, leitura crítica do diagnóstico, construção de agendas de ação e acompanhamento compartilhado de atividades. Esse processo não foi linear nem isento de conflitos, mas produziu algo que a literatura sobre desenvolvimento comunitário frequentemente destaca como condição de sustentabilidade: a capacidade da comunidade de se perceber como sujeito de trajetória histórica e não apenas como objeto de intervenção (Mathie; Cunningham, 2003). A associação passou a assumir papéis centrais na concepção e execução da Gincana Ecológica, na mobilização para as hortas escolares e de quintal, na interlocução com o poder público para avançar a minuta da lei de hortas escolares e no apoio às mulheres e jovens envolvidas no LabIdeias.

LabIdeias: microempreendedorismo, economia solidária e urbanismos do cuidado

O LabIdeias, enquanto programa de fomento a iniciativas econômicas locais, inscreve-se em uma tradição de experiências de economia solidária, empreendedorismo popular e trabalho autônomo em periferias urbanas que vem sendo amplamente discutida na literatura brasileira e internacional. Paul Singer e Adriane Ferrarini, por exemplo, enfatizam como formas associativas de produção, comercialização e consumo podem constituir alternativas parciais à economia capitalista hegemônica, especialmente em contextos de desemprego estrutural e precarização do trabalho (Singer, 2002; Ferrarini

Figura 4 - Oficina de planejamento e gestão comunitária: construção do plano de ação comunitária. Associação dos Moradores do Bairro Nosso Sonho. Fonte: dos autores, 2021.

et al., 2018). Ao mesmo tempo, autoras feministas como Silvia Federici e Amaia Pérez Orozco alertam para o risco de que políticas que incentivam o “empreendedorismo” transfiram para as mulheres a responsabilidade individualizada pela sobrevivência familiar, sem enfrentar as estruturas de exploração que produzem desigualdades de gênero e classe (Federici, 2012; Pérez Orozco, 2014).

O desenho do LabIdeias no Residencial São João dos Pinheiros se move justamente nesse campo de tensão. Em vez de adotar uma lógica de empreendedorismo meritocrático, centrada em cursos padronizados de “educação empreendedora”, o Trabalho Social procurou articular o LabIdeias à abordagem do DCBA, tomando como ponto de partida o mapeamento de sonhos, talentos e experiências prévias das mulheres e jovens do bairro (Kretzmann; Mcknight, 1993). Em lugar de oferecer um “cardápio” de negócios possíveis, o processo buscou identificar iniciativas já em curso – produção de alimentos, costura, serviços de beleza, atividades culturais, entre outras – e apoiá-las com mentorias, redes de apoio e, em alguns casos, equipamentos compartilhados. O objetivo não era simplesmente “inserir” essas pessoas no mercado, mas construir condições para que suas práticas pudessem se fortalecer como estratégias de desenvolvimento comunitário enraizadas no território.

Essa opção metodológica dialoga diretamente com a dimensão de agência do DCBA, entendida na literatura de desenvolvimento como a capacidade de grupos ou indivíduos de fazer escolhas propositais em suas vidas e de ampliar o leque de trajetórias possíveis (Mathie; Cunningham, 2003; Federici, 2012). Ao reconhecer que as mulheres do residencial já mobilizavam uma série de capacidades e redes – ainda que muitas vezes invisibilizadas – o LabIdeias operou como catalisador, em vez de impor modelos externos de negócio. Ao mesmo tempo, na lógica do empoderamento descrita por experiências de desenvolvimento comunitário e economia solidária, o programa combinou três dimensões: valorização econômica, social e simbólica das participantes; fortalecimento de suas capacidades decisórias; e construção de autoconfiança e reconhecimento mútuo (Singer, 2002; Ferrarini et al., 2018).

O vínculo com a relação bairro–cidade aparece com clareza na medida em que o LabIdeias não se restringe ao circuito interno do residencial. A articulação com redes municipais – como associações comerciais, programas de apoio ao microempreendedor individual, organizações da sociedade civil e políticas de assistência social – exemplifica a dimensão macro do DCBA, que enfatiza a importância de “pular escalas” para ampliar o horizonte de escolhas e oportunidades (Mathie; Cunningham, 2003). Ao conectar iniciativas econômicas do residencial com demandas e mercados existentes na cidade, o LabIdeias desafia a lógica do PMCMV como “bairro dormitório” e reafirma o direito do São João dos Pinheiros de participar da economia urbana, não apenas como força de trabalho barata, mas como produtor de bens, serviços e cultura.

Hortas comunitárias e escolares: natureza, educação e justiça socioambiental

As hortas comunitárias e escolares do São João dos Pinheiros são um caso paradigmático de solução baseada na natureza (SbN) produzida de baixo para cima, em um contexto marcado pela história de degradação ambiental associada ao antigo lixão e à precariedade da infraestrutura urbana. A literatura sobre agricultura urbana e SbN tem destacado o potencial de hortas para promover segurança alimentar, fortalecer laços comunitários, melhorar microclimas e qualificar espaços públicos, especialmente em periferias urbanas (Mcclintock, 2014). Ao mesmo tempo, autores críticos como McClintock alertam para o risco de que certas formas de agricultura urbana sejam cooptadas por discursos de “revitalização verde” que contribuem, direta ou indiretamente, para processos de gentrificação e deslocamento de populações vulneráveis (McClintock, 2014).



Figura 5 - Hortas Comunitárias: alunos da Escola Estadual José Amaro Rodrigues recebendo material e ferramentas para construção da horta escolar e reciclagem de material orgânico dos refeitórios para adubar as hortas. Fonte: dos autores, 2022.

Do ponto de vista do DCBA, as hortas dão materialidade a três dimensões fundamentais. Primeiro, mobilizam capacidades individuais (conhecimentos de cultivo, práticas de cuidado, saberes populares sobre plantas e alimentos) e as inscrevem em um projeto coletivo (Kretzmann; Mcknight, 1993). Segundo, funcionam como espaços de empoderamento, nos quais crianças e adultos experimentam formas de decisão compartilhada sobre o uso de um bem comum – a terra – e sobre a distribuição dos produtos cultivados. Terceiro, operam como dispositivos de emancipação, na medida em que alteram a forma como o bairro se vê e é visto: de lugar associado ao lixo, passa a ser reconhecido como espaço de produção de alimento, conhecimento e cuidado ambiental. Nessa linha, a literatura sobre desenvolvimento comunitário sublinha que soluções inovadoras, inspiradoras e, quando possível, economicamente viáveis podem gerar a dinâmica necessária para que a comunidade busque soluções endógenas e duradouras com autonomia, fortalecendo identidade e pertencimento ao lugar (Mathie; Cunningham, 2003; Mcclintock, 2014).

A interface bairro–escola é um dos aspectos mais relevantes dessa experiência. A literatura sobre third places e “infraestruturas de cuidado” tem mostrado que escolas podem funcionar como nós centrais de redes de apoio comunitário, sobretudo em territórios periféricos (Oldenburg, 1989). Ao aproximar a associação de moradores da escola, por meio da co-gestão das hortas e de atividades como a Gincana Ecológica, o Trabalho Social contribuiu para reconfigurar a escola não apenas como equipamento estatal, mas como espaço compartilhado de planejamento e intervenção territorial. Essa aproximação tem implicações diretas para a relação bairro–cidade: à medida que a escola se torna referência municipal em hortas escolares, o São João dos Pinheiros deixa de ser apenas um loteamento periférico e passa a ocupar lugar na agenda política e pedagógica da cidade.

Gincana ecológica e campanhas cívicas: mobilização, conflito e reescrita do estigma territorial

A Gincana Ecológica e as campanhas cívicas de mobilização ambiental, sintetizadas na frase “Lixo bom é lixo na caçamba”, constituem talvez o momento mais visível da articulação entre DCBA, participação comunitária e crítica ao padrão de urbanização do Capitaloceno. Em muitos empreendimentos PMCMV, a gestão do lixo, a degradação de áreas comuns e a baixa qualidade dos serviços de limpeza urbana convertem-se rapidamente em indicadores materiais e simbólicos de fracasso: reforçam estigmas, produzem conflitos entre vizinhos e entre o bairro e o poder público, e alimentam narrativas de que “os moradores não sabem cuidar” do que receberam. A literatura sobre racismo ambiental e injustiça socioambiental mostra que esse tipo de discurso frequentemente desconsidera a histórica negligência estatal e a concentração de passivos ambientais em territórios de baixa renda, responsabilizando as vítimas pelos problemas estruturais (Bullard, 1990; Pellow, 2002).

A experiência da Gincana Ecológica no São João dos Pinheiros dá uma resposta frontal a esse enquadramento. Em vez de tratar o lixo como problema individual ou moral, o Trabalho Social – em diálogo com a associação, a escola e o GIPP – reconstrói o tema como questão pública, acionando múltiplos atores: moradores de diferentes faixas etárias, lideranças associativas com histórico de rivalidade, comerciantes locais, secretarias municipais e meios de comunicação. A gincana não é apenas um evento de coleta de resíduos; ela é desenhada como processo formativo, festivo e político, no qual o bairro aparece como protagonista de uma ação de interesse da cidade.

Do ponto de vista teórico, essa experiência se aproxima do que a literatura sobre urbanismos insurgentes descreve como “repertórios de ação” que reconfiguram o uso de espaços públicos e a percepção de territórios estigmatizados (Miraftab, 2009; Escobar, 2008; Simone, 2004). A gincana é, simultaneamente, uma prática de educação ambiental, uma estratégia de reconstrução do pertencimento e um gesto de disputa de narrativas: o bairro deixa de ser o lugar do “lixo abandonado” para se afirmar como comunidade organizada capaz de mobilizar centenas de pessoas em torno de um objetivo comum. Ao envolver escolas, igrejas, associações e órgãos públicos, a iniciativa também concretiza a multidimensionalidade da agência descrita no DCBA, ao articular diferentes formas de poder – poder sobre, poder de, poder com e poder dentro – na construção de respostas concretas a problemas vividos cotidianamente (Mathie; Cunningham, 2003).

A própria concepção da Gincana Ecológica foi marcada pela lógica de ativos. Em vez de partir do déficit – “as pessoas não cuidam do lixo” – o processo identificou capacidades preexistentes: grupos juvenis engajados, professores interessados em trabalhar temas ambientais, lideranças com experiência em organização de eventos, artistas locais, espaços públicos disponíveis para atividades coletivas (Kretzmann; Mcknight, 1993). O Trabalho Social atua como facilitador para que essas capacidades sejam conectadas em uma “teia em construção”, expressão que remete à ideia, presente no DCBA, de que a escala macro deve ser compreendida como campo aberto de articulações e oportunidades, e não como estrutura rígida e determinada (Mathie; Cunningham, 2003).

Ao mesmo tempo, a gincana evidencia a dimensão conflitiva do desenvolvimento comunitário, frequentemente subestimada em leituras mais harmonizadoras do DCBA. A mobilização em torno do lixo reativa memórias dolorosas relacionadas ao antigo lixão, ao estigma de morar “no fim da cidade” e à percepção de abandono pelo poder público. Autores como Bullard e Pellow lembram que injustiças ambientais são inseparáveis de desigualdades raciais, de classe e territoriais; no contexto brasileiro, periferias habitadas majoritariamente por trabalhadores de baixa renda, em sua maioria



negros, são desproporcionalmente expostas a riscos ambientais e associadas a ideias de sujeira, desordem e periculosidade (Bullard, 1990; Pellow, 2002). A gincana, ao expor e negociar essas memórias, transforma a dor em ação coletiva, mas não apaga o conflito. Ela o ressignifica.

Por fim, a Gincana Ecológica é também um dispositivo privilegiado de articulação bairro–cidade. Ao atrair a atenção da mídia local, envolver secretarias municipais e estabelecer compromissos públicos em torno da melhoria da coleta, do destino de resíduos e da recuperação de áreas degradadas, a iniciativa faz com que o São João dos Pinheiros deixe de ser um ponto cego na cartografia urbana. Ela mostra, na prática, o que a literatura do DCBA afirma em termos teóricos: que a questão escalar da abordagem reitera o entrelaçamento entre a escala de agência, empoderamento e emancipação individual com a escala comunitária e do município, e que, para concretizar sonhos individuais e coletivos, é necessário fortalecer as habilidades que permitam “pular escalas” (Kretzmann; Mcknight, 1993; Mathie; Cunningham, 2003).

Sob o marco do Capitaloceno, a Gincana Ecológica e as campanhas cívicas associadas a ela podem ser vistas como experimentos de justiça territorial que se opõem à naturalização da precariedade ambiental nas periferias (Moore, 2016; Malm, 2016). Ao transformar o lixo em tema de ação coletiva, a comunidade recusa tanto a posição de vítima passiva quanto a culpabilização moralizante, afirmando-se como sujeito político capaz de propor, negociar e monitorar soluções – ainda que parciais e em disputa – para problemas forjados por décadas de urbanização desigual.

Figura 6 - Gincana Ecológica: Mutirão de Limpeza do Bairro São João dos Pinheiros. Fonte: dos autores, 2022.

Considerações Finais

Nas últimas décadas, a produção acadêmica convergiu para a compreensão de que a implantação periférica dos empreendimentos do Minha Casa Minha Vida (PMCMV) não representou um desvio pontual, mas constituiu o próprio eixo estruturante da política. A lógica de aquisição de terras de baixo custo — frequentemente localizadas em áreas distantes, ambientalmente frágeis ou previamente rejeitadas pelo mercado imobiliário — acabou por definir uma geografia de expansão urbana baseada na ocupação planejada de periferias. Esse movimento articulou interesses públicos e privados em torno da valorização futura desses territórios, convertendo a política habitacional em vetor de expansão imobiliária. Interpretado à luz do Capitaloceno, esse padrão evidencia que o PMCMV não apenas reproduziu desigualdades socioespaciais existentes, mas integrou-se a uma lógica de urbanização orientada pela maximização financeira.

O Trabalho Social, entendido como campo de mediação, torna-se espaço de resistência cotidiana ao modelo segregador do PMCMV financeirizado, especialmente quando articulado a práticas comunitárias que fortalecem agência e capacidade de decisão. Os quatro eixos tradicionais — mobilização comunitária; plantão social e articulação com a rede; educação ambiental e sanitária; e geração de trabalho e renda — podem ser reinterpretados a partir da abordagem DCBA, que desloca a lógica assistencialista e organiza a intervenção a partir de sonhos, ativos e potencialidades locais. No Residencial São João dos Pinheiros, iniciativas como hortas escolares e comunitárias, Gincana Ecológica, fortalecimento da associação de moradores e o LabIdeias constituíram práticas “de baixo para cima” que produziram pertencimento, novas formas de uso do espaço e alternativas concretas ao planejamento top-down.

Ao priorizar a identificação de lideranças, a coautoria no desenho das ações, o acolhimento qualificado das demandas e a integração entre educação ambiental e organização comunitária, o DCBA reforça agência, empoderamento e emancipação. O mapeamento de talentos e projetos de vida orienta iniciativas econômicas que fazem sentido para o território, ampliando horizontes de escolha e fortalecendo a autogestão. Esse eixo dialoga diretamente com a dimensão da agência: ao serem chamados a planejar e decidir, os moradores deixam de ocupar o lugar de beneficiários passivos e passam a atuar como coautores do trabalho social.

O DCBA como uma abordagem baseada em ativos não ignora os passivos sociais, conflitos, violações de direitos ou situações de vulnerabilidade. Ao contrário, o trabalho social torna-se espaço de acolhimento das reais demandas e de construção de encaminhamentos, em diálogo com a rede de políticas públicas. A diferença é que tais demandas são tratadas em continuidade com o processo de fortalecimento de agência e empoderamento, e não como instâncias isoladas de “gestão de problemas”. Assim, a existência de um espaço permanente de escuta e encaminhamento é condição para que as escolhas dos sujeitos – e não apenas as necessidades identificadas de fora – orientem a intervenção.

No eixo da educação ambiental e sanitária, o DCBA permite deslocar o foco de campanhas moralizantes para processos de formação que articulem conhecimento, consciência crítica, comportamento e participação. A educação ambiental passa a ser pensada como oportunidade de mobilização e organização social, especialmente quando integrada a ações multigeracionais e vinculada a redes institucionais relevantes (escolas, saúde, limpeza urbana). Experiências como as hortas escolares e comunitárias e a Gincana Ecológica exemplificam essa interface: ao mesmo tempo em que promovem práticas concretas de cuidado com o ambiente, produzem pertencimento, identidade territorial e novas formas de uso do espaço urbano – elementos centrais para a emancipação.

Por fim, o eixo da geração de trabalho e renda ganha densidade quando articulado ao mapeamento de sonhos, talentos e aspirações individuais e coletivas. Em vez de oferecer pacotes padronizados de “inclusão produtiva”, o DCBA propõe que iniciativas econômicas – como o LabIdeias – sejam desenhadas a partir dos ativos já existentes e dos projetos de vida das pessoas. A partir do mapeamento e da mobilização social e institucional, atores territoriais podem identificar processos mais adequados para concretizar seus sonhos, reorganizar-se coletivamente, co-gerir recursos de fomento e celebrar iniciativas endógenas. Nesse processo, agência, empoderamento e emancipação são trabalhadas de forma integrada: as pessoas expandem seu horizonte de escolha, ampliam sua capacidade de decisão e passam a se ver como sujeitos legítimos de iniciativas econômicas, culturais e políticas no território.

Em síntese, a interface entre DCBA e trabalho social em habitação de interesse social permite reinterpretar os quatro eixos tradicionais à luz de uma aposta metodológica que centraliza o protagonismo comunitário e reconhece que, em contextos marcados pela captura da política habitacional pelo capital – expressão privilegiada do Capitaloceno –, o desenvolvimento comunitário só pode ser sustentável se ancorado em ativos, sonhos e capacidades que emergem das próprias periferias urbanas e de suas conexões com a escola e com a cidade.

Agradecimentos

A primeira autora agradece o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processo nº25/00667-2.

Referências

ALAS, Paulo. O peso da terra: habitação, terra pública e rentismo no Programa Minha Casa, Minha Vida. 2023. Tese (Doutorado em Habitat) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

BARCELOS, Eduardo Álvares da Silva. Antropoceno ou Capitaloceno: da simples disputa semântica à interpretação histórica da crise ecológica global. Revista Iberoamericana de Economia Ecológica, v. 31, n. 1, p. 1-17, 2019. Disponível em: https://redibec.org/ojs/index.php/revibec/article/view/356 . Acesso em: 24 nov. 2025.

BONDUKI, Nabil. Cem anos de construção da política pública de habitação no Brasil: o desafio de uma arquitetura para a maioria. In: BONDUKI, Nabil. Os pioneiros da habitação social no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2014. v. 1, p. 1-129.

BULLARD, Robert D. Dumping in Dixie: race, class, and environmental quality. Boulder: Westview Press, 1990.

CARDOSO, Adauto Lúcio; DENALDI, Rosana (org.). *Urbanização de favelas no Brasil: um balanço preliminar do PAC*. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2011.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

CRIST, Eileen. On the poverty of our nomenclature. In: MOORE, Jason W. (ed.). Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism. Oakland: PM Press, 2016. p. 14-32.

CRUTZEN, Paul J. Human impact on climate has made this the “Anthropocene Age”. New Perspectives Quarterly, v. 22, n. 2, p. 14-16, 2005. DOI: 10.1111/j.1540-5842.2005.00739.x.

ESCOBAR, Arturo. *Territories of Difference: place, movements, life, redes*. Durham: Duke University Press, 2008.

FEDERICI, Silvia. *Revolution at Point Zero: housework, reproduction and feminist struggle*. Oakland: PM Press, 2012.

FERRARINI, Adriane Vieira; LAVILLE, Jean-Louis; HILLENKAMP, Isabelle; GAIGER, Luiz Inácio; VERONESE, Marília Veríssimo. Empreendimento econômico solidário e empresa social: ampliando abordagens e integrando conceitos no diálogo Norte-Sul. *Polis: Revista Latinoamericana*, Santiago, n. 49, p. 299-322, 2018.

FIX, Mariana de Azevedo Barreto. Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HARAWAY, Donna J. Staying with the trouble: Anthropocene, Capitalocene, Chthulucene. In: MOORE, Jason W. (ed.). *Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism*. Oakland: PM Press, 2016. p. 34-76.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, David. Os enigmas do capital. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. Os limites do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

IBRAHIM, Solava; ALKIRE, Sabina. Agency and empowerment: a proposal for internationally comparable indicators. *Oxford Development Studies*, v. 35, n. 4, p. 379-403, 2007. DOI: 10.1080/13600810701701897.

KLINK, Jeroen. Development regimes, scales and state spatial restructuring: change and continuity in the production of urban space in Metropolitan Rio de Janeiro, Brazil. International Journal of Urban and Regional Research, v. 37, n. 4, p. 1168-1187, 2013.

KLINK, Jeroen; SOUZA, Marcos Barcellos de. Financeirização: conceitos, experiências e a relevância para o campo do planejamento urbano brasileiro. Cadernos Metrópole, v. 19, n. 39, p. 379-406, 2017.

KRETZMANN, John P.; McKNIGHT, John L. Building communities from the inside out: a path toward finding and mobilizing a community’s assets. Evanston: Institute for Policy Research, 1993.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à cidade***.** São Paulo: Centauro, 2001.

LEWIS, Simon L.; MASLIN, Mark A. Defining the Anthropocene. Nature, v. 519, n. 7542, p. 171-180, 2015. DOI: 10.1038/nature14258.

MALM, Andreas. Fossil Capital: the rise of steam power and the roots of global warming. London: Verso, 2016.

MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2011.

MATHIE, Alison; CUNNINGHAM, Gord. From clients to citizens: asset-based community development as a strategy for community-driven development. Development in Practice, v. 13, n. 5, p. 474-486, 2003. DOI: 10.1080/0961452032000125857.

MCCLINTOCK, Nathan. Radical, reformist and garden-variety neoliberal: coming to terms with urban agriculture’s contradictions. Local Environment, v. 19, n. 2, p. 147-171, 2014. DOI: 10.1080/13549839.2012.752797.

MIRAFTAB, Faranak. Insurgent planning: situating radical planning in the Global South. Planning Theory, v. 8, n. 1, p. 32-50, 2009. DOI: 10.1177/1473095208099297.

MOORE, Jason W. Introduction: Anthropocene or Capitalocene? Nature, history, and the crisis of capitalism. In: MOORE, Jason W. (ed.). Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism. Oakland: PM Press, 2016. p. 1-11.

MOORE, Jason W. The rise of cheap nature. In: MOORE, Jason W. (ed.). Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism. Oakland: PM Press, 2016. p. 78-115.

NARAYAN, Deepa (ed.). *Empowerment and poverty reduction: a sourcebook*. Washington, DC: World Bank, 2002.

OLDENBURG, Ray. *The Great Good Place: cafes, coffee shops, community centers, beauty parlors, general stores, and other hangouts at the heart of a community*. New York: Paragon House, 1989.

PARENTI, Christian. Environment-making in the Capitalocene: political ecology of the state. In: MOORE, Jason W. (ed.). Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism. Oakland: PM Press, 2016. p. 166-183.

PAZ, Rosangela Dias Oliveira da; DINIZ, Tânia Maria Ramos de Godoi. Trabalho social em habitação: contradições, convocações e redefinições políticas. In: PAZ, Rosangela Dias Oliveira da (org.). *Serviço social e trabalho social em habitação*: requisições conservadoras, resistências e proposições. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2020. p. 21- 49.

PELLOW, David N. *Garbage wars: the struggle for environmental justice in Chicago*. Cambridge, MA: MIT Press, 2002.

PÉREZ OROZCO, Amaia. *Subversión feminista de la economía: aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2014.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROYER, Luciana de Oliveira. Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas. 2009. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SAMMAN, Emma; SANTOS, Maria Emma. Agency and empowerment: a review of concepts, indicators and empirical evidence. Oxford: Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI), University of Oxford, 2009. (OPHI Research Paper, n. 10).

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.* 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 174 p.

SEN, Amartya. *Development as freedom*. New York: Alfred A. Knopf, 1999.

SHIMBO, Lúcia Zanin. Habitação social, habitação de mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. Belo Horizonte: C/Arte, 2012.

SIMONE, Abdou Maliq. People as infrastructure: intersecting fragments in Johannesburg. Public Culture, v. 16, n. 3, p. 407-429, 2004.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TONE, Beatriz Bezerra. São Paulo, século XXI: valorização imobiliária e dissolução urbana. 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

TORQUATO, Shirley; SANTOS, Verônica Cristina de Oliveira dos. O trabalho social na habitação: construindo caminhos para a efetivação do direito de morar. *Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política*, Vila Velha, v. 19, n. 2, p. 83-97, jul./dez. 2022.

ISSN 2526-7310 PIXO n.37, v.10 outono de 2026

AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO
Unidades habitacionais na Vila Farroupilha em Pelotas/RS

POST-OCCUPANCY EVALUATION
Housing units in Vila Farroupilha, Pelotas/RS

Juliana de Oliveira Plá[1], Luísa de Azevedo dos Santos[2], Dara Elisa dos Santos Bandeira[3], Nirce Saffer Medvedovski[4]

Resumo
O artigo analisa, através da dinâmica da Avaliação Pós-Ocupação (APO) 20 unidades habitacionais entregues em 2024 às famílias na Vila Farroupilha, em Pelotas/RS, pelo programa estadual A Casa É Sua. Atrelado à reflexão acerca dos debates de Capitaloceno, o estudo investiga como a lógica da produção habitacional, baseia-se nos padrões mínimos e padronização em massa, que tensiona o direito à moradia e o direito à cidade em um cenário de resiliência socioambiental da população em vulnerabilidade. A metodologia priorizou a comunicação com os moradores, por meio de entrevistas semiestruturadas, uso de maquetes e cartas ilustrativas, além de análise técnica. A discussão fundamenta-se na compreensão da moradia como elemento identitário e multidimensional, abordando conceitos como habitabilidade, funcionalidade, privacidade, espaciosidade e densidade ocupacional. Os resultados apontam que a rigidez do layout e o atendimento integral aos critérios básicos de dimensionamento, limitam a apropriação do espaço e a adaptação aos diversos perfis familiares e às mudanças no ciclo familiar.
Palavras-chave: habitação social; avaliação pós-ocupação; uso e apropriação do espaço; funcionalidade habitacional; produção do espaço.

Abstract
Through the dynamics of Post-Occupancy Evaluation (POE), this article analyzes 20 housing units delivered in 2024 to families in Vila Farroupilha, in Pelotas/RS, by the state program 'A Casa É Sua'. Linked to reflections on the Capitalocene debates, the study investigates how the logic of housing production relies on minimum standards and mass standardization, which strains the right to housing and the right to the city within a context of socio-environmental resilience of vulnerable populations. The methodology prioritized communication with residents through semi-structured interviews, the use of physical models and illustrative cards, alongside technical analysis. The discussion is grounded in understanding housing as an identity-driven and multidimensional element, addressing concepts such as habitability, functionality, privacy, spaciousness, and occupational density. The results indicate that layout rigidity, combined with full compliance only with basic dimensioning criteria, limits space appropriation and adaptation to diverse family profiles and changes in the family life cycle.
Keywords: social housing, post-occupancy evaluation, space use and appropriation, housing functionality; production of space.

1 Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPel/2018). Especialista em Educação Profissional com Habilitação para a Docência (IFSUL/2012). Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e urbanismo (UFPel/2008).
2 Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFPel). Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFPel/2019). Especialista em Habitação Social e Direito à Cidade (UFBA/UFPel, 2018). Arquiteta e Urbanista (UFPel/2014).
3 Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFPel). Pós-graduanda em Arquitetura Comercial e Merchandising e em Arquitetura Aplicada à Saúde, Bem-Estar e Neurociências (Uninter). Arquiteta e Urbanista (UFPel/2024)
4 Professor Titular da Universidade Federal de Pelotas e atuando no curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo (1980) e no Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo PROGRAU (2008).

Introdução

O presente artigo[5] tem por finalidade avaliar as unidades habitacionais construídas junto à Vila Farroupilha, no Fragata, na cidade de Pelotas/RS, a partir do programa estadual A Casa É Sua e entregues no ano de 2024 para 20 famílias. Pretende-se responder questões relativas à adequação do modelo habitacional ofertado, como: os usos projetados comparados às atividades efetivamente desenvolvidas nos espaços, a adequação destes às normas e legislações atuais, e as possibilidades de flexibilização da unidade habitacional. Para a coleta, obtenção e análise dos dados, o método utilizado foi centrado em facilitar a comunicação com o usuário, sendo para isso aplicadas: entrevista semiestruturada, maquetes e cartas ilustrativas e análise técnica.
Quando se discute a qualidade do ambiente construído, reconhece-se que ela resulta de um equilíbrio entre múltiplas dimensões, extrapolando os aspectos meramente econômicos. Diversos são os estudos que buscam índices e indicativos (Jorge, 2012; Boueri, 2004; Ono, 2018) que melhorem a qualidade de empreendimentos de habitação de interesse social novos ou já implementados. A avaliação pós-ocupação (APO) através de diversos mecanismos de pesquisa e levantamentos centralizados nos usuários é capaz de indicar caminhos e posturas a serem aplicados.

Neste contexto, sendo o sistema capitalista o eixo da crise socioambiental, manifestada no espaço urbano através da mercantilização da moradia, da produção de espaços, conjuntos ou programas habitacionais periféricos desprovidos de equipamentos de sustentação das necessidades cotidianas, acaba por refletir em uma redução das escalas da qualidade do produto para morar ficando restrito ao juízo financeiro para a execução (Rolnik, 2015; Harvey, 2011).

O conceito de moradia ultrapassa a necessidade física, é algo identitário. Bonduki (2001) refere-se à casa própria como sinônimo de ascensão social, progresso material, estabilidade e segurança, mesmo que essa seja construída de forma irregular. Permite que seus habitantes se organizem para a vida cotidiana e tenham previsão de melhorias através de ampliações futuras, à medida que as condições financeiras se tornem mais favoráveis.

Entre os conceitos mais frequentes considerados à luz das relações biunívocas entre ambiente e comportamento do espaço doméstico temos o espaço pessoal, a territorialidade e a densidade ocupacional (Ono et al., 2018). O primeiro contempla as questões da privacidade, regula a proximidade das interações entre os mesmos, os limites, já o segundo está relacionado ao grupo, à personalização do espaço, à capacidade de adaptação dos mesmos à suas necessidades pelos seus usuários, e o terceiro diz respeito à percepção das densidades ocupacionais por diferentes grupos, sendo importante nas diferentes escalas, desde a macroescala até a micro (Ono et al., 2018).

5 O artigo se origina das atividades de Avaliação Pós Ocupação (APO) desenvolvidas na Disciplina de Avaliação Pós Ocupação do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Em relação à densidade ocupacional, quando se trata da promoção de habitação social no Brasil, a sobreposição de atividades em um mesmo ambiente acaba gerando estresse e limitando o desenvolvimento pessoal, diferente dos países desenvolvidos, que costumam incorporar aos programas habitacionais variáveis como o tamanho e a composição familiar, buscando adequar os espaços às necessidades reais dos moradores (Ono *et al.,* 2018).

Castello (2007) destaca que a relação entre os indivíduos e os espaços construídos envolve dimensões espaciais e psicológicas, pois influencia diretamente a percepção humana, tornando-se mais positiva quando tais espaços apresentam determinadas qualidades. Kenchian (2011) complementa essa compreensão ao afirmar que a moradia é o elemento que mais impacta o uso e o convívio do indivíduo, caracterizando-se por ser o abrigo principal e mais antigo do homem, seja ele um usuário isolado ou inserido em um grupo familiar.

Dessa forma, questões relativas à habitabilidade, à funcionalidade, à espaciosidade e à privacidade são importantes, principalmente em contextos de moradia social. Como apontado por Villa e De Carvalho (2012) a produção habitacional atual, ao se limitar a padrões mínimos e espacialidades reduzidas, compromete esses parâmetros, resultando em unidades pouco adaptáveis, mas frequentemente modificadas pelos usuários e incapazes de responder aos modos de morar contemporâneos. Nesse sentido, a habitabilidade é entendida como a capacidade da moradia de garantir condições adequadas e duráveis de uso, acompanhando as transformações familiares e sociais. Tal qualidade depende da funcionalidade, ou seja, da organização eficiente dos ambientes para acolher atividades domésticas como convívio, trabalho e estudo. Quanto à espaciosidade, está relacionada à oferta de áreas adequadas para acomodar pessoas e mobiliário, permitindo sobreposições de usos e futuras ampliações; e à privacidade, assegurada pelo arranjo dos espaços de modo a evitar interferências indesejadas e preservar a intimidade dos moradores. Assim, os autores reforçam a necessidade de projetos mais amplos, flexíveis e de qualidade superior para a habitação de interesse social.

No que se refere à espaciosidade, especialmente quando associada à possibilidade de futuras ampliações, a flexibilidade torna-se central. Jorge (2012) destaca que a justificativa mais recorrente para a adoção do conceito de flexibilidade está vinculada às transformações nos hábitos e preferências da sociedade contemporânea, que inevitavelmente influenciam a configuração e o uso do ambiente doméstico. A autora aponta que essa noção envolve diversas dimensões, como a adaptabilidade, a participação, a polivalência, ou multifuncionalidade, a elasticidade, a mobilidade e a evolução, e enfatiza que no campo da arquitetura, a flexibilidade decorre da articulação entre natureza espacial, tecnologia construtiva, programa arquitetônico e necessidades dos usuários.

Portanto, a padronização dos projetos em construções de habitação de interesse social, pode até permitir a construção em massa, facilitando o cronograma da obra, a compra dos materiais e as etapas da execução, resultando na redução do custo final do empreendimento, seja este de origem pública ou privada. Porém, a padronização de soluções arquitetônicas dos programas habitacionais populares no país acaba por atender a um modelo de usuários específicos, com uma tipologia de planta que não corresponde à diversidade de conformações familiares existentes. O grau maior de flexibilidade das unidades residenciais permite uma adequação do produto originalmente entregue moldando-se aos inúmeros perfis ou às alterações que a vida acaba trazendo para uma família ao longo do tempo.

Assim, especificamente, pretende-se identificar os espaços existentes nas unidades habitacionais e as funções que desempenham no cotidiano das famílias, verificar se as áreas e dimensões das habitações atendem aos parâmetros e normas técnicas vigentes e analisar o potencial de flexibilidade espacial dessas unidades, considerando possibilidades de ampliações futuras.

Sobre o lugar e o programa habitacional " A casa é sua"

A região onde foram construídas as unidades habitacionais de estudo (Figura 1), fica situada na zona urbana da cidade de Pelotas/RS, especificamente localizada na região administrativa do Fragata. Foi escolhida devido ao seu contexto social, um território que iniciou sua ocupação a partir de 1939, devido ao crescimento da cidade de Pelotas na direção noroeste, neste caso, ao longo da Avenida Duque de Caxias (Xavier, 2010). Com essa expansão, surgiram os primeiros loteamentos, principalmente voltados para a classe trabalhadora, além de conjuntos habitacionais populares. A partir dos anos 90 iniciam as ocupações irregulares, localizadas nos limites dos loteamentos populares existentes.

Historicamente, a Vila Farroupilha foi construída pela comunidade, através da autoconstrução. Tem origem a partir do vazio deixado pelo desenvolvimento do Fragata, na sua parte alta, limítrofe ao setor habitacional formal, ao setor industrial e ao centro da cidade. Com a industrialização, o vazio acabou sendo ocupado, visto que possui uma proximidade a estes lugares, principalmente indústrias e centro, tanto que ocorreu em 1982 a inauguração do Terminal Rodoviário nesta região. A ocupação tem mais de uma origem, com reassentamentos de pessoas em situação de risco, algumas atingidas por enchentes e migração de famílias da zona rural da região, principalmente no período em que a economia do município apresentava uma dinâmica relacionada à indústria alimentícia (Alves, 2020 *apud* Medvedovski et al., 2022).

Por último, em 2024, foram entregues pela prefeitura municipal, por meio do programa A Casa é Sua, 20 unidades habitacionais populares, casas térreas, construídas na divisa com a Vila Farroupilha, dando frente para uma grande área verde (Ribeiro, 2024). As habitações analisadas estão localizadas a 400 m da Rodoviária do município (Figura 1), a qual possui acesso por uma das principais entradas da cidade de Pelotas, pela Av. Pres. João Belchior Marques Goulart, próximas à zona de banhado e às habitações mais consolidadas do entorno.

O território está classificado como uma Área Especial de Interesse Social - AEIS tipo I (Figura 2), que é área "pública ou privada localizada em áreas de preservação ambiental, ocupada por população de baixa renda, em que haja interesse público em promover a regularização fundiária, recuperação ambiental, produção, manutenção e recuperação de habitação de interesse social" (Pelotas, 2008, p.40).

Conforme Navarete (2010), a Vila Farroupilha fica junto a microrregião Fraget, originária de um conjunto de seis vilas (Farroupilha, Real, Guabiroba, Elza e Treptow) denominadas Vilas Fraget, de acordo com suas iniciais. O autor aponta que a Av. Carlos Gotuzzo Giacoboni tornou-se uma linha divisória na região, separando diferentes realidades dentro do mesmo lugar. O mesmo autor relata que a presença do banhado e a degradação ambiental aumentam a insalubridade, agravada pela possibilidade de enchentes, algo recorrente na localidade, afetada inclusive no último evento climático no ano de 2024.

As novas unidades habitacionais entregues pela prefeitura estão próximas a esta região de banhado (uma área protegida), com famílias que vivem em situação de precariedade há anos. Como parte da solução de uma problemática habitacional



Figura 1 - Imagem de satélite do território onde estão as unidades habitacionais do A Casa é Sua.. Fonte: Autoras, 2025.

existente nessa mesma região, foram selecionadas em sua maioria famílias que já residiam neste mesmo bairro, realizando-se pequenas realocações dentro da mesma região. Salienta-se que a região foi contemplada pelo Programa de Aceleração do Crescimento - Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP) e ainda está em processo de regularização fundiária, porém o desenvolvimento do trabalho de APO, parte do projeto desenvolvido para o programa A Casa é Sua - Município, um Programa Habitacional do do Estado do Rio Grande do Sul, instituído a partir da Lei n°16.138/2024, que dispõe sobre a Política Estadual de Habitação de Interesse Social (PEHIS).

O programa que tem por objetivo “garantir moradia digna e segura à população em condições precárias de habitabilidade”, aponta que as propostas:

> “devem ser em edificações verticais ou térreas, com no mínimo 40 m² (quarenta metros quadrados) de área construída, e implantadas em lotes isolados, de particulares ou do município, providos de infraestrutura básica (rede de água, rede de energia elétrica e solução de esgoto sanitário), ou sob a forma de loteamento em áreas do município, com projetos aprovados e licenciados” (RIO GRANDE DO SUL, 2024).

A modalidade em questão atua em cooperação por meio de repasse de recursos do Estado para os municípios, que complementam o valor das unidades habitacionais, com no mínimo 30% do valor do estado. O programa especifica que, além de adequação às características regionais culturais e climáticas, a adoção de técnicas construtivas e materiais de acordo com as normas técnicas pertinentes, devem ser previstas ampliações da unidade com técnicas construtivas de fácil execução, além do cuidado com a acessibilidade na unidade.

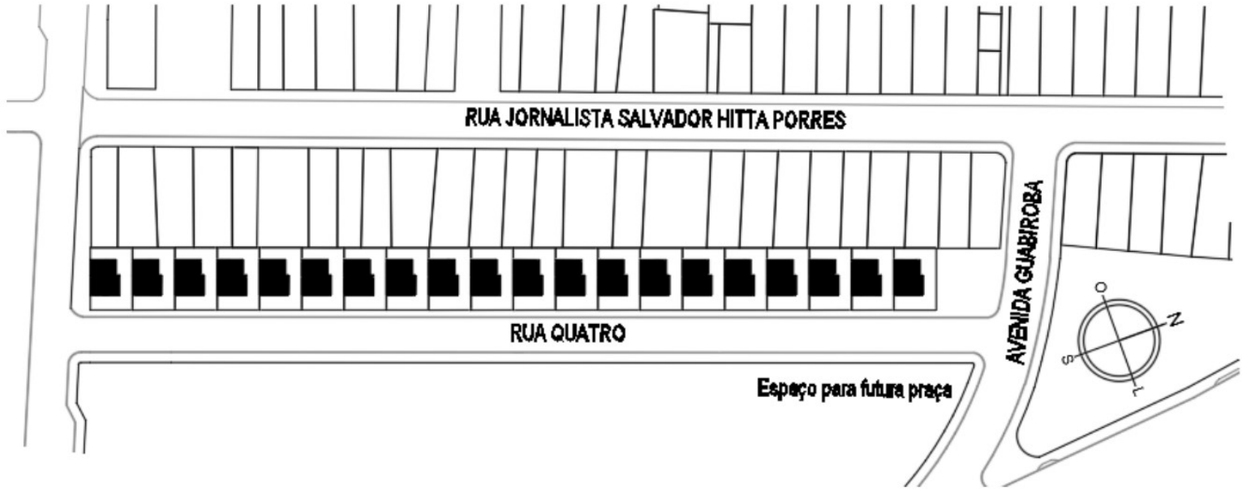


Figura 2 - Planta de situação e localização das 20 unidades. Fonte: autoras, 2025.

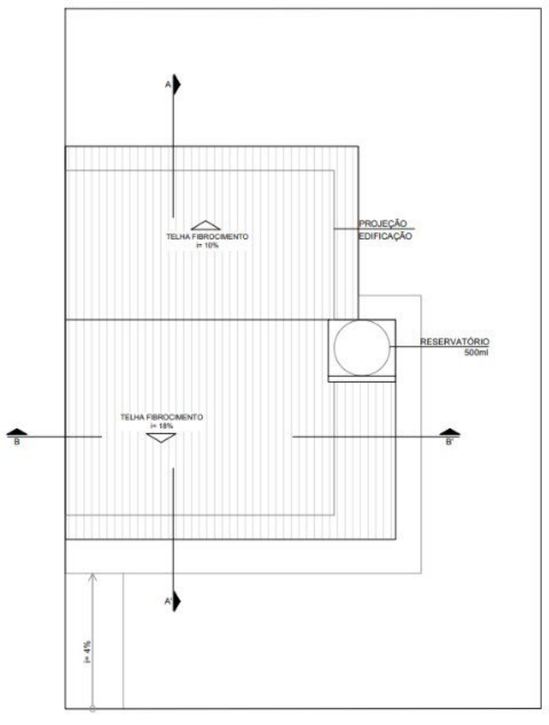
O projeto

O projeto entregue pela Prefeitura Municipal de Pelotas e aprovado pelo programa A Casa é Sua possui uma área total de 44,70 m². As unidades estão implantadas no lote alinhadas em uma das laterais (Figura 2), possuindo um recuo lateral de 2,48 m e um recuo de ajardinamento de 4 m. As unidades estão inseridas em lotes de 9,83 m de frente por 14,46 m de fundos, com área superficial de 142,14 m². A implantação da edificação desenvolve um espaço de pátio nos fundos do terreno com 3,34 m de comprimento.

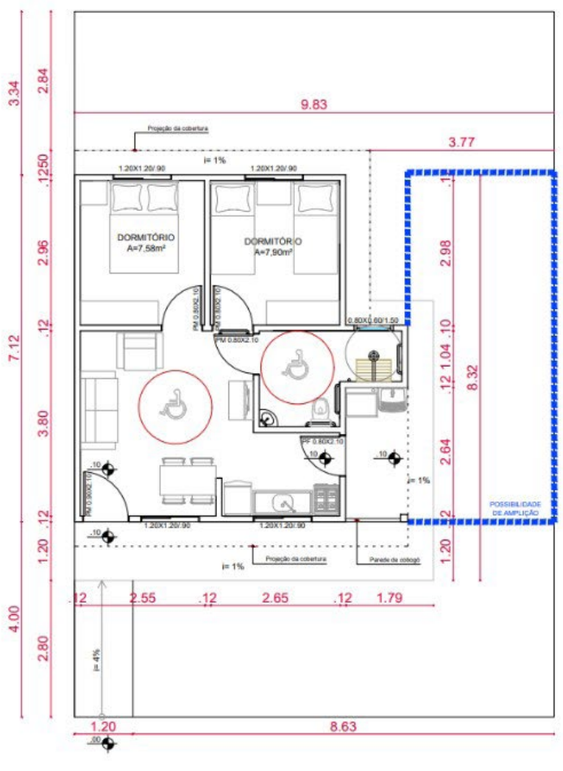
Cada unidade habitacional possui dois quartos, um banheiro, uma sala de estar/jantar e uma cozinha conjugada, além de área de serviço coberta e aberta anexa à cozinha. A planta é organizada tendo como ponto central o espaço da sala de estar e jantar, assim, todos os ambientes se conectam de forma direta a estes. O ambiente destinado à área de serviço, ao lado da cozinha, permite um acesso secundário à residência, pelo recuo lateral, um acesso que pode atender a função de garagem para veículos.

Construída em alvenaria de tijolos de seis furos e laje de concreto com cobertura em fibrocimento, a edificação está apoiada na fundação em radier. No projeto é possível identificar adequação das dimensões dos ambientes de sala e sanitário para a acessibilidade universal, assim como das portas de acesso principal, portas para os dormitórios e sanitário (Figura 3b). As janelas são de alumínio, com sistema de correr em duas folhas sem uso de veneziana, persiana ou escuro. As portas internas são de madeira semioca e a porta principal é de madeira maciça. Todas as unidades possuem um reservatório superior de 500 L e recolhimento de esgoto primário e secundário através de sistema de fossa destinado para recolhimento da pública de tratamento.

As casas foram entregues sem muros, fechamentos ou cercas laterais e frontais, ficando a cargo do morador realizar posteriormente. Nas áreas externas, tanto privadas quanto públicas, como os passeios, não há nenhum tipo de vegetação, nem mesmo rasteira. Conforme planta baixa (Figura 3b), o projeto prevê uma futura área de ampliação na lateral esquerda da edificação, se conectando à área de serviço.



03 PLANTA_DE_COBERTURA
1:50



02 PLANTA_BAIXA
1:50





Figura 3 - Desenhos técnicos das unidades - a)Planta de Cobertura e b)Planta Baixa. Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão de Pelotas, 2024.

Metodologia

Para avaliar as unidades habitacionais do programa “A Casa é Sua” foi estruturada a adoção de métodos variados, centrados na pessoa e no ambiente, sendo utilizados três métodos de aplicações, objetivando a integração dos resultados. O total de unidades habitacionais construídas foi de 20, sendo aplicados os métodos em 12 unidades, conforme descrição abaixo:

Entrevista semiestruturada

A técnica de entrevista semiestruturada, uma das técnicas mais utilizadas em pesquisas na área das ciências sociais, permite aprofundar e/ou confirmar hipóteses a respeito do objeto ou grupo de estudo. Como método de estudo centrado na pessoa, foi aplicada de forma presencial uma entrevista semiestruturada, sendo utilizada uma ferramenta online e gratuita, que permite criar questionários, sendo facilmente acessível através de um navegador ou dispositivo móvel, o *Google Forms*, parte do *Google Workspace*. Na entrevista semi-estruturada (i) foram coletados dados socioeconômicos - idade, escolaridade, renda familiar, número de moradores -, (ii) foram realizadas perguntas relacionadas ao processo participativo da etapa de projeto - como se deu o processo cadastral? Em que momento souberam da contemplação da unidade? Se visitaram ou foram convidados a acompanhar a obra? Houve escolha da unidade habitacional? Ocorreu algum processo participativo na etapa de projeto? O projeto em algum momento foi apresentado para a família em alguma das etapas? Após a entrega, houve orientação sobre o lote e a unidade habitacional? (iii) foram realizadas perguntas em relação à coesão social, pertencimento - Se a família já morava no bairro, região ou proximidade? Conheciam-se as outras famílias contempladas? Receberam algum auxílio para mudança? O que trouxeram da antiga moradia? Quem estava presente no dia da entrega do imóvel? E se após a entrega ocorreram visitas de assistentes sociais e/ou técnicos da construção?

Apesar da entrevista ser organizada para respostas objetivas, o entrevistado era incentivado a explanar sobre o assunto, garantindo assim a investigação mais aprofundada por parte das entrevistadoras. Para a aplicação do questionário houve a preocupação de utilizar termos e expressões de conhecimento comum. Assim como para a aplicação da segunda metodologia, com o uso de maquetes e cartões autoexplicativos.

Maquete e cartas ilustrativas

Como método de estudo centrado no ambiente, aplicou-se um processo de comunicação com os residentes utilizando uma maquete física da unidade habitacional, na escala 1:25, associada ao uso de cartas ilustrativas (figura 4) que representavam as atividades desempenhadas no âmbito doméstico, conforme Silva (1982), Villa e Ornstein (2013). Com a finalidade de mapear os usos indicados em projeto e os usos aplicados pelos usuários, optou-se por um modelo tridimensional, excluindo a linguagem técnica da representação gráfica bidimensional. A mesma foi produzida em MDF, sendo possíveis uma visualização mais clara e uma maior compreensão dos ambientes da residência pelos entrevistados.

Foram adotados nove usos, ou funções domésticas, que foram associados a uma cor, sendo elas: repousar (branco), trabalhar (rosa), alimenta-se (verde-claro), higienização pessoal (verde-água), manutenção doméstica (vermelho), estudar (roxo), guardar (azul-escuro), convívio familiar (amarelo) e brincar (laranja).

Após uma conversa introdutória com os moradores e aplicação da entrevista semiestruturada, era realizada a atividade metodológica. A dinâmica iniciava após uma breve explanação sobre as cartas e cores que estavam associadas aos diferentes usos nos ambientes. Depois era apresentada a maquete, sendo os usuários incentivados a mostrarem os ambientes, o acesso, a fachada e a demarcar os seus usos utilizando

Figura 4 - Aplicação do mapa comportamental com uso de maquete e cartas. Fonte: Autoras, 2024

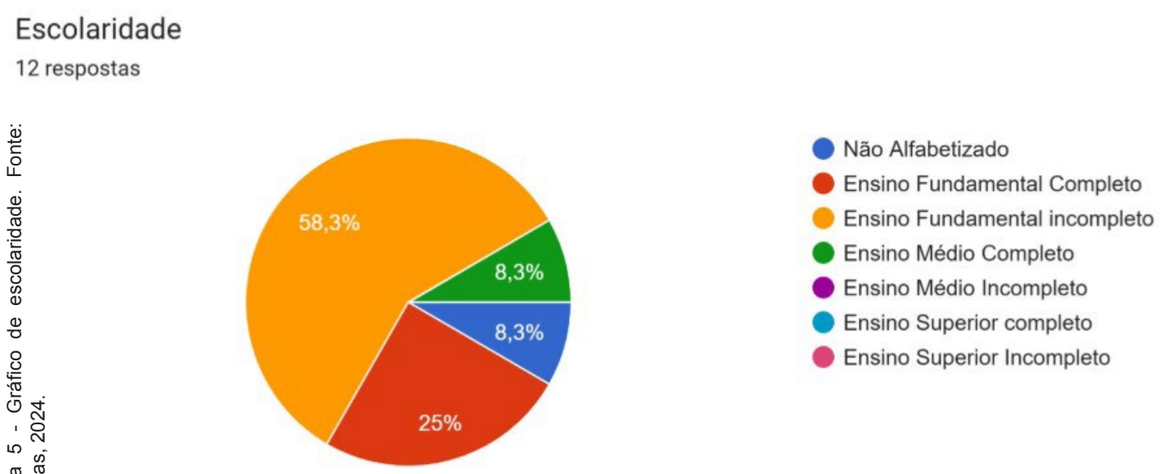


Figura 5 - Gráfico de escolaridade. Fonte: Autoras, 2024.

bolinhas coloridas que estavam associadas às atividades das cartas (Figura 4), sendo auxiliados em caso de dúvidas.

Análise técnica Projeto/Expansões

Os projetos de habitações de interesse social se desenvolvem inevitavelmente em duas direções, sendo a redução da qualidade de técnicas construtivas e acabamentos e a redução de metragem destinada para cada espaço, impactando na qualidade e funcionalidade. A adequação da metragem dos compartimentos, os usos destinados a estes e áreas de circulação foram aspectos que nortearam a análise técnica do projeto das unidades habitacionais, visto a importância da habitabilidade, da funcionalidade, da espaciosidade e da privacidade em contextos de moradia social. Para esta análise, foram utilizados os estudos de Silva (1982) em que o autor faz uma análise sobre a morfologia dos espaços da habitação de interesse social em relação aos usos e espaços próprios para a execução destes.

Além disso, a análise foi complementada por referências normativas vigentes. A Lei Municipal nº 5.528/2008 (Código de Obras) foi utilizada para verificar as diretrizes gerais das edificações, como as dimensões mínimas dos ambientes, através dos raios de giro. Também foi considerada a NBR 15575:2013, que define requisitos e critérios de desempenho para edificações habitacionais, tanto em seus elementos isolados quanto no conjunto. Essa norma apresenta, ainda, uma tabela (Figura 5) relacionando atividades essenciais, ambientes e o mobiliário necessário para o uso originalmente previsto em cada cômodo. Complementarmente, consultou-se a NBR 9050:2020, referente à acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, uma vez que o projeto analisado corresponde a uma unidade acessível, destinada majoritariamente a beneficiários idosos.

Resultados

Em relação às entrevistas semiestruturadas, dos 12 entrevistados, 25% possuem entre 20 e 39 anos, 25% entre 40 e 59 anos e 50% entre 60 e 79 anos, sendo a maioria dos moradores selecionados idosos. Em relação à escolaridade (figura 6) 58,3% declaram ter o ensino médio incompleto, 25% o ensino fundamental completo e somente 8,3% ensino médio completo e 8,3% ensino superior completo, revelando um perfil educacional marcado por baixa escolaridade.

A distribuição da renda familiar (Figura 7) demonstra um quadro de significativa vulnerabilidade socioeconômica entre os moradores, 58,3% recebem 1 salário mínimo,





16,7% menos de 1 salário mínimo, 16,7% dois salários mínimos e 8,3% não possuem uma renda fixa. A composição familiar das unidades entrevistadas revela predominância de arranjos domésticos reduzidos (Figura 8). A maior parte das residências (41,7%) abriga apenas dois moradores, seguida por 16,7% com apenas um morador e 16,7% com três moradores. Apenas 8,3% das unidades apresentam mais de cinco residentes, indicando que famílias numerosas são exceção no conjunto analisado.

Em relação à distribuição das atividades registradas nos diferentes ambientes, verificam-se a necessidade da multifuncionalidade da unidade habitacional e a necessidade de adequação dos espaços às práticas cotidianas das famílias (figura 9). A sala de estar/jantar apresenta a maior diversidade de usos, concentrando atividades de convívio familiar (13 ocorrências), repouso (6), alimentação (6), estudo (3), manutenção doméstica (3), brincar (3) e até trabalho (1). Essa sobreposição revela que o ambiente, originalmente projetado para convívio e refeições, é utilizado de forma ampliada, funcionando como espaço polivalente e suprindo carências de outras áreas da casa, mas com baixa qualidade, principalmente em relação ao tamanho, afetando principalmente a questão da privacidade e concentração nos casos de repouso e estudo.

Na cozinha, predominam as atividades de alimentação (11) e armazenamento (3), indicando uso compatível com sua função projetada, porém a dimensão e forma impactam na funcionalidade, pois muitos moradores não conseguem distribuir os equipamentos domésticos somente neste ambiente, assim como o armazenamento,

Figura 6- Gráfico Renda Familiar. Fonte: Autoras, 2024. Figura 7 - Gráfico de moradores. Fonte: Autoras, 2024.

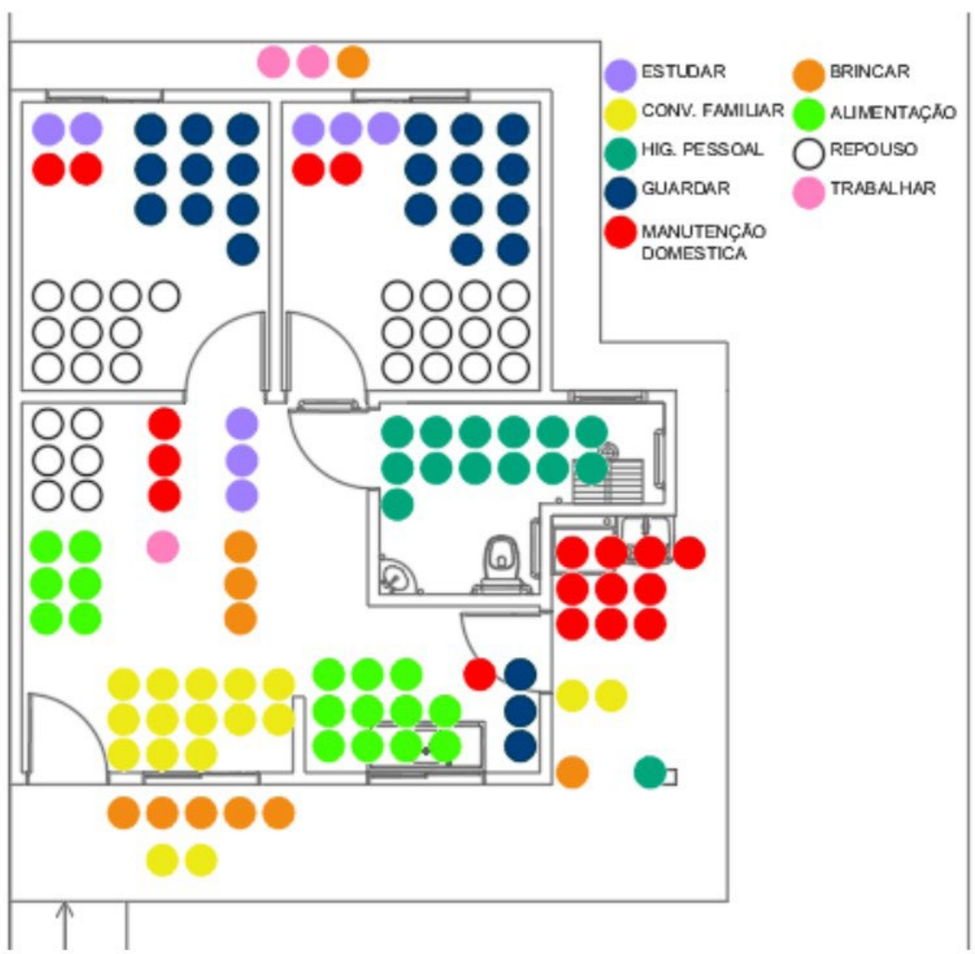


Figura 8- Esquema gráfico com o resultado da entrevista com maquete e cartas ilustrativas. Fonte: Autoras, 2024.

que acaba por ser insuficiente. Já os dormitórios, tanto o 1 quanto o 2, cumprem majoritariamente as funções de repouso e guardar pertences (10 a 12 registros cada), mas também abrigam tarefas de estudo e manutenção doméstica, sugerindo adaptações a necessidades individuais e restrições espaciais.

Os ambientes de serviço, banheiro e área de serviço apresentam usos coerentes com suas funções, embora a área de serviço também apareça como espaço de convívio (2), brincar (1) e trabalho (1), demonstrando novamente a falta de áreas alternativas. Por fim, os espaços externos (rua e pátio) são empregados para brincar, convívio e trabalho, evidenciando a importância da flexibilidade da moradia para além da unidade construída.

De modo geral, os dados indicam forte tendência à multifuncionalidade, sobretudo em ambientes sociais, revelando que o modelo habitacional, apesar de atender funções básicas, não contempla plenamente a diversidade de atividades realizadas pelos moradores, exigindo apropriações e adaptações cotidianas.

Com base na NBR 15575:2013, Silva (1982), Lei Municipal nº 5528/2008 e NBR 9050:2020, a partir dos desenhos técnicos do projeto da unidade habitacional em questão, é possível concluir alguns aspectos sobre a adequação do espaço construído e os usos destinados a estes. O projeto arquitetônico das unidades, prevê a organização espacial de dois dormitórios, sala de estar/jantar, cozinha, banheiro e área de serviço. Com relação ao projeto desenvolvido para a construção das 20 unidades, para o espaço de sala de estar/jantar foi destinada uma metragem de 12,17m², para o primeiro dormitório 7,58m², e para o segundo dormitório 7,90m², para o banheiro



Figura 9 - delimitação das áreas dos compartimentos.Fonte: Autoras, 2024.

4,56m², para a cozinha 4,25m² e para a área de serviço 3,31m², totalizando 33,77m² de área útil (figura 10). Segundo a Lei Municipal nº 5528/2008, para cada ocupante da unidade devem ser destinados 15 m², segundo o projeto arquitetônico, a residência é projetada para quatro ocupantes, resultando em aproximadamente 8 m², pouco mais da metade do indicado.

Quando aplicado à Lei Municipal nº 5528/2008, na qual é indicado um raio mínimo de 2,70 m para ambientes de ocupação prolongada, na sala de estar/jantar, o projeto atende a esta determinação (figura 11). Porém, Silva (1982) defende que o espaço destinado à sala de estar e jantar deve, além de atender aos membros fixos da residência, comportar os ocupantes transitórios, como visitantes e convidados. Além disso, deve atender ao comportamento social da família que é variável em cada caso. Os diversos usos que são vinculados a estes espaços, especialmente em situações de habitação de interesse social, enfrentam ainda a problemática da metragem reduzida e da privacidade.

Somada à questão da dimensão dos objetos, deve-se levar em consideração o espaço de circulação para que os usos ocorram de forma adequada. Para isso, salienta-se a importância da NBR 15575:2013, que traz indicações sobre as dimensões mínimas dos mobiliários e as circulações para que possam ser utilizados de maneira adequada. Com cruzamento das indicações de Silva (1982), espaço de cada uso e suas circulações, e da NBR 15575:2013, dimensão dos móveis e circulação e as indicações em projeto, a sala de estar/jantar deve, para atender minimamente aos usos implícitos a ele: espaço para atividades familiares e para receber visitantes esporádicos; e comportar mesa de

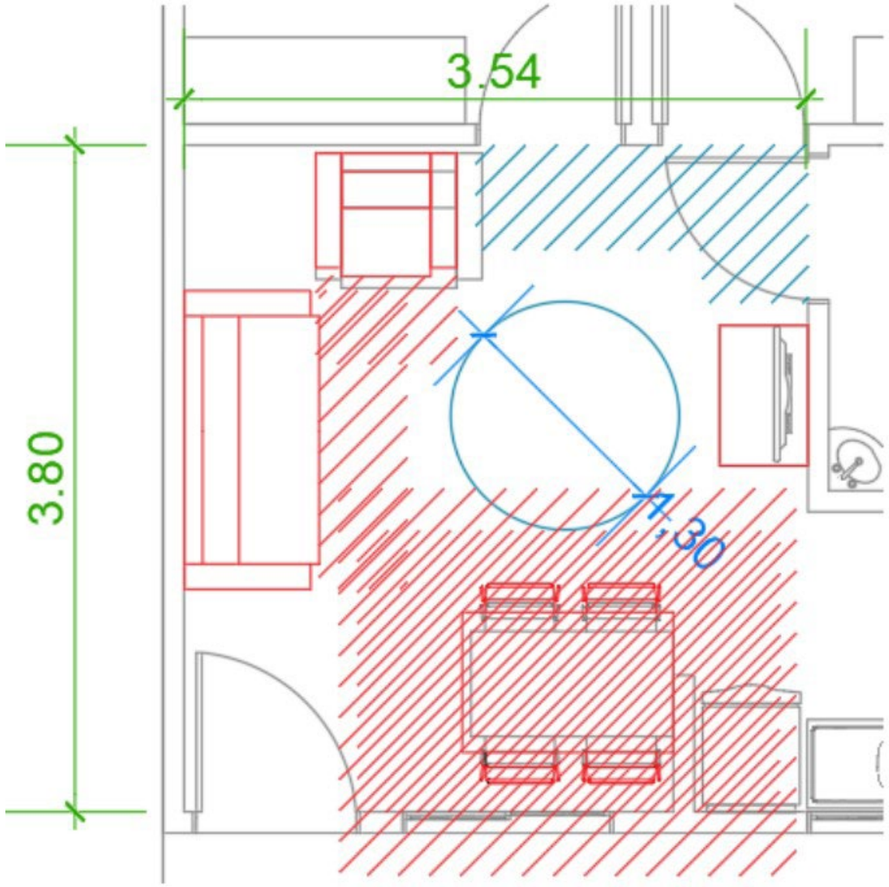


Figura 10 - esquema gráfico com a sobreposição das indicações do referencial teórico. Fonte: Autoras, 2024.

quatro lugares, armário para armazenamento, sofá de três lugares e poltrona. Para o desenvolvimento do estudo, também foram feitos desenhos esquemáticos (figura 11) com os apontamentos encontrados nas referências, sendo o que está representado na cor verde relativo à Lei Municipal nº 5528 (2008), em azul relacionado a Silva(1982) e em vermelho a NBR 15575:2013.

A partir do esquema, percebe-se que apesar das dimensões mínimas serem atendidas, as atividades de convívio familiar na sala de estar que ocorrem no entorno do sofá são atendidas, mas têm sua circulação um pouco sobreposta. Nota-se que o espaço comporta lugares somente para os moradores, sendo assim, o uso de receber amigos, por exemplo, é prejudicado. No que compete ao uso de alimentação, o espaço destinado para jantar é reduzido e não comporta lugares suficientes para receber visitantes, além da circulação que atende ao uso de sentar-se à mesa se sobrepõe a outros espaços, dificultando a dinâmica do ambiente. Apesar de o cômodo atender às especificações das normas, o ambiente não atende às questões de polivalência ou multifuncionalidade que a residência deve comportar e como foi verificado no questionário, é exigida pelos moradores.

Para os dormitórios, a indicação na lei é de que um desses ambientes deve ter diâmetro mínimo de 2,70 m e o segundo 2,50 m. Já Silva(1982) especifica que além das atividades de dormir, relaxar, armazenar roupas e objetos pessoais e outras que demandam privacidade visual e/ou sonora devem ser atendidas quando em dormitórios para casais e quando para os filhos as atividades de estudar e brincar também devem ser levadas em consideração. E deverá, no mínimo, acomodar roupeiro, cama de

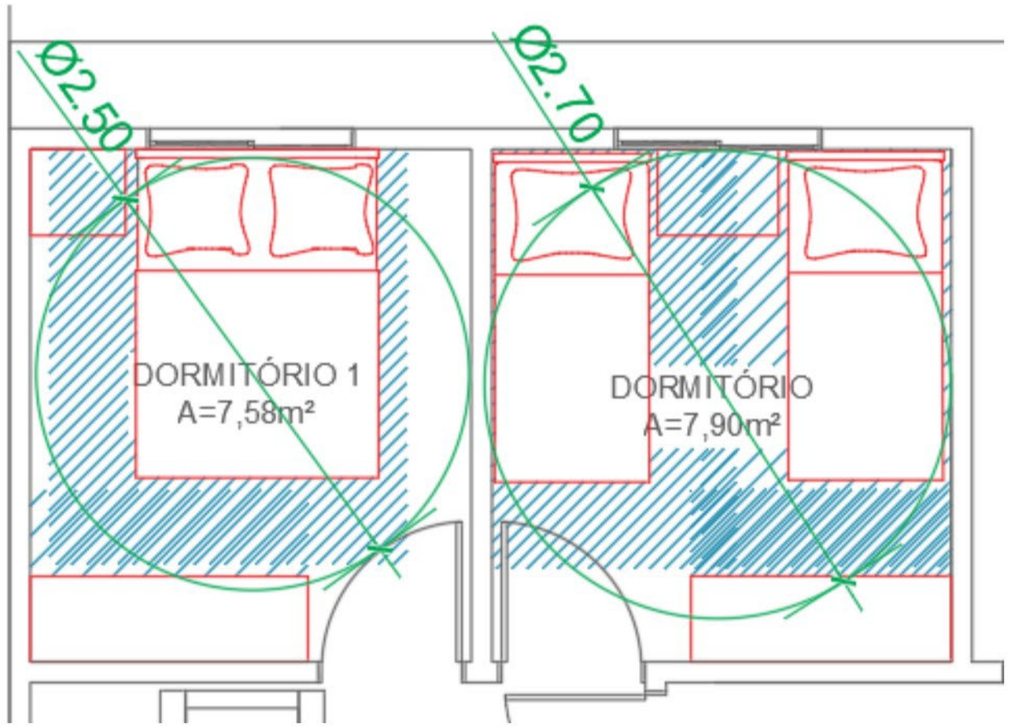


Figura 11 - esquema gráfico com a sobreposição das indicações do referencial teórico. Fonte: Autoras, 2024.

casal ou solteiro e mesa auxiliar, além das circulações pertinentes a cada um. A norma também corrobora essas indicações, adicionando apenas as dimensões de mobiliários.

É possível perceber no esquema gráfico abaixo (figura 12) que, apesar dos diâmetros mínimos estipulados para estes ambientes, as circulações que os mobiliários exigem se sobrepõem, inclusive no espaço de apoio ao roupeiro, para abertura de portas, por exemplo, é diminuto e acaba interferindo nas áreas que atendem às camas. Em especial no dormitório destinado aos filhos, com duas camas de solteiro, não existe espaço para área de estudos, que de acordo com o mapeamento através da entrevista é transferido para o espaço da sala de estar e jantar, prejudicando o aspecto da privacidade e concentração necessários para este momento. Ainda cabe ressaltar que este dormitório não proporciona um espaço para brincar, fato que também foi confirmado através da aplicação da metodologia da maquete e cartões ilustrativos.

Para o ambiente de cozinha (figura 13), a legislação municipal prevê uma metragem mínima de 5m² e sendo a menor dimensão de 1,5m, Lei Municipal (2008), já Silva(1982) indica que a maior questão a ser enfrentada neste espaço, que historicamente vem sofrendo alterações em relação ao tamanho e em especial em situações de habitação de interesse social, seja o armazenamento de mantimentos e utensílios. A norma brasileira indica as dimensões mínimas de cada mobiliário e suas circulações. No que se refere ao ambiente cozinha, a metragem quadrada não foi contemplada, e apesar da dimensão mínima de 1,5m e de permitir a instalação de geladeira, pia e fogão, o ambiente não comporta armários aéreos, dificultando o uso de guardar, fato que pode ser confirmado através do mapeamento de usos na maquete. Dois fatos

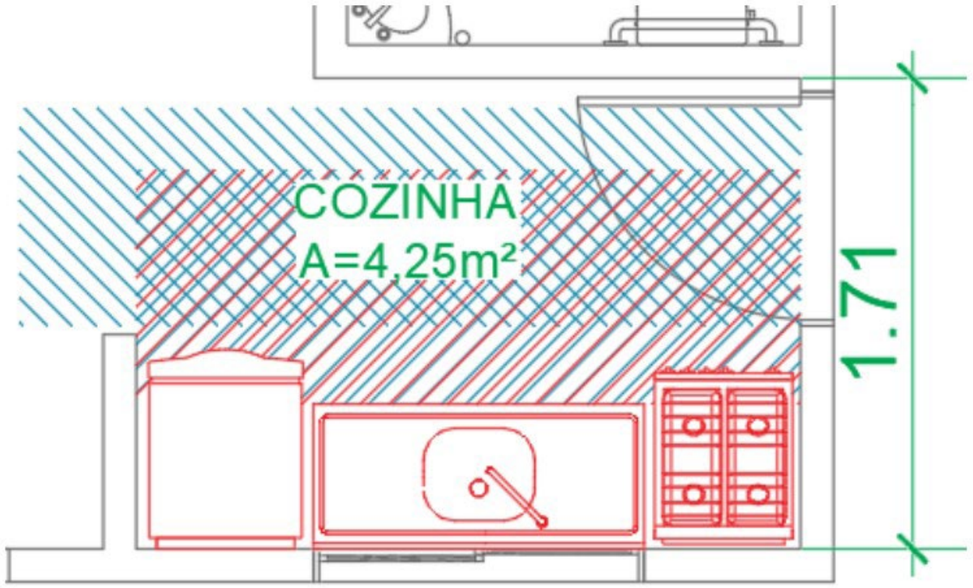
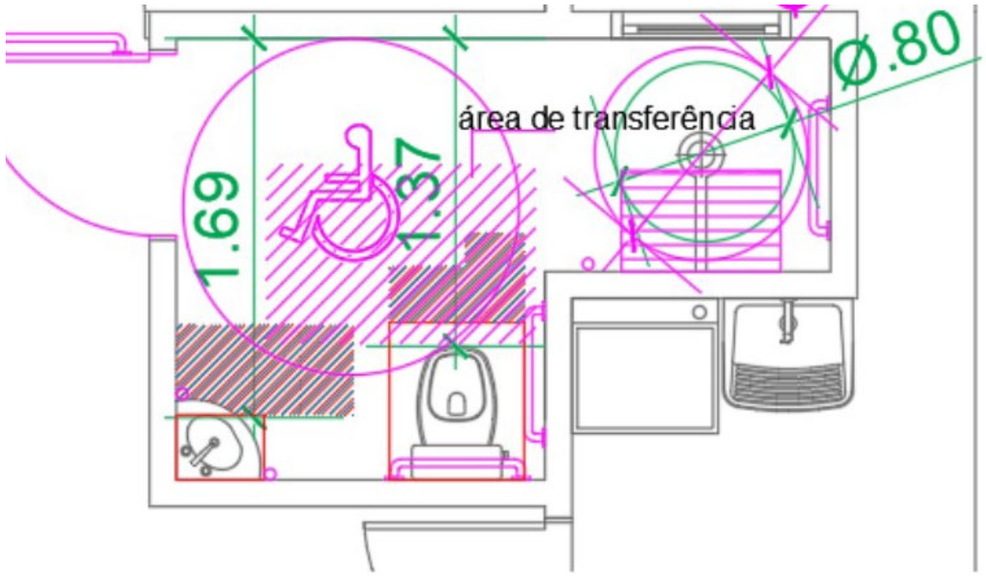


Figura 12 - esquema gráfico com a sobreposição das indicações do referencial teórico.
Fonte: Autoras, 2024.

que possivelmente agravam a questão, a impossibilidade de instalação de armários aéreos, é impedida pela localização da esquadria e suas dimensões. Outro aspecto é a circulação originária pela porta que dá acesso secundário à residência e acesso à área de serviço, que acabam se sobrepondo ao espaço de trabalho da cozinha ao utilizar os equipamentos.

No que se refere ao banheiro, Silva (1982) desenvolve a ideia de que para uma família numerosa, o aumento do número de espaços destinados ao banheiro é mais eficiente que um aumento em sua área, principalmente em momentos da rotina, como a saída para o trabalho ou a escola. Porém, pelo alto custo de execução, tubulações necessárias, equipamentos e acabamento, o banheiro acaba sendo simplificado e diminuto. Fator que inviabiliza inclusive a inserção de mais um módulo sanitário ou ampliá-lo nas residências, principalmente de interesse social. O autor também indica que, na medida do possível, alguns equipamentos possam ser isolados a fim de permitir o uso simultâneo sem a perda da privacidade. Já na Lei Municipal(2008) e na NBR 15575:2013 são indicadas dimensões mínimas de equipamentos e para circulação. O projeto indica que o banheiro atende aos critérios e parâmetros para acessibilidade descritos na NBR 9050:2020, portanto, para a análise deste ambiente as indicações desta norma foram incluídas e serão apresentadas na cor rosa (figura 14). O banheiro projetado, pela sua especificidade de atender às necessidades de acessibilidade, é adequado e não apresenta sobreposição de usos ou atividades.

A área de serviço (figura 15), apesar de se apresentar como um espaço diminuto e secundário, principalmente em projetos de interesse social, deve permitir, além da lavagem de roupas e armazenamento, outras tarefas de manutenção residencial e algumas práticas de higiene e deve estar aberta para o exterior, pelo menos em sua maior dimensão (Silva, 1982). Na NBR 15575:2013 são indicadas as dimensões mínimas de equipamentos e áreas de utilização e circulação, porém na Lei Municipal (2008) não foram encontradas indicações para Áreas de Serviço além das que se



referem à altura de pé-direito e acabamentos, elementos que não serão analisados neste artigo. O espaço da área de serviço comporta a instalação dos equipamentos necessários para sua utilização e usos complementares.

A análise da flexibilidade espacial focou na viabilidade das ampliações futuras (figura 3b), considerando as necessidades evolutivas das famílias. O projeto original prevê uma área de expansão na lateral esquerda da edificação, conectando-se à área de serviço.

A análise desta solução projetual oficial revelou uma patologia funcional grave: ao avançar sobre o recuo lateral, a nova construção acaba por enclausurar a lavanderia existente. Tal configuração bloqueia a ventilação e a iluminação natural de um ambiente úmido, comprometendo a salubridade da edificação.

Paralelamente, as entrevistas detectaram uma demanda reprimida por um terceiro dormitório, especialmente nas famílias com mais de quatro integrantes. A proposta de expansão oficial, ao priorizar a continuidade linear da edificação, não resolve satisfatoriamente essa demanda sem sacrificar a qualidade ambiental da área de serviço.

Diante desse cenário, torna-se necessário explorar alternativas que conciliam o crescimento da unidade com a preservação da qualidade habitacional. Com base nos critérios de privacidade, dimensionamento de áreas, relação com o projeto existente e necessidade funcional dos ambientes, evidencia-se que a simples extensão lateral proposta pelo programa é insuficiente. A investigação sugere que soluções de expansão devem garantir a independência das aberturas de ventilação e considerar o layout interno para permitir a inclusão de novos cômodos (como o terceiro dormitório) sem degradar a funcionalidade dos espaços de serviço pré-existentes.

Figura 13 - esquema gráfico com a sobreposição das indicações do referencial teórico.
Fonte: Autoras, 2024.

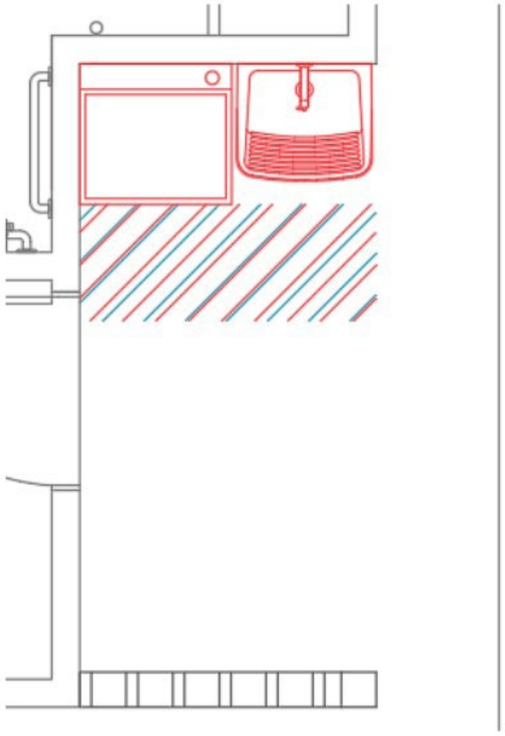


Figura 14 - esquema gráfico com a sobreposição das indicações do referencial teórico. Fonte: Autoras, 2024.

Discussão e Considerações Finais

O estudo realizado na avaliação pós-ocupação (APO) das unidades habitacionais da Vila Farroupilha, em Pelotas/RS, permitiu confrontar as diretrizes projetuais e normativas com a realidade vivida pelas famílias beneficiadas. A análise dos dados revela que, embora a proposta de projeto cumpra os requisitos legais básicos de metragem quadrada estipulados pelo Código de Obras Municipal (Pelotas, 2008) e pela NBR 15575 (ABNT, 2013), existem descompassos significativos entre o mínimo normativo e a habitabilidade funcional necessária às dinâmicas atuais dos moradores.

A Multifuncionalidade e os Conflitos de Privacidade

A investigação evidenciou uma sobrecarga funcional na sala de estar/jantar. Projetada para o convívio e refeições, na prática, ela absorve demandas de dormitório, estudo e lazer infantil. Conforme aponta Silva (1982), a sala deve comportar não apenas os membros fixos, mas também visitantes, o que não se verifica plenamente na unidade analisada.

A análise gráfica demonstrou que, embora as distâncias atendam à legislação municipal, a circulação é prejudicada quando se consideram os mobiliários necessários para a recepção de visitas, comprometendo a sociabilidade da família.

A situação agrava-se ainda nos dormitórios. O segundo quarto, destinado aos filhos, possui dimensões que inviabilizam a coexistência de camas e áreas de estudo, transferindo esta atividade para a sala e prejudicando a privacidade e a concentração. Confirma-se o apontamento de Villa e De Carvalho (2012) de que a produção habitacional restrita a padrões mínimos resulta em unidades pouco adaptáveis e incapazes de responder à complexidade dos modos de morar.

Funcionalidade dos Serviços e a Problemática da Expansão

Na cozinha, a conformidade com a largura mínima de 1,50 m não garantiu a funcionalidade plena do ambiente. A disposição das esquadrias impede a instalação de armários aéreos, gerando um déficit crítico de armazenamento. O que traz a comprovação de que cumprir medidas mínimas de projeto, não garante a qualidade funcional do mesmo.

Em contrapartida, o banheiro apresentou-se adequado devido à obrigatoriedade de atender à NBR 9050 (ABNT, 2020) para acessibilidade universal, isso garantiu áreas de manobra generosas e ausência de conflitos de uso.

Outro ponto crítico identificado, refere-se à flexibilidade e à previsão de ampliações. O projeto sugere uma expansão lateral que, ao ser executada, provoca o enclausuramento da área de serviço. Esta solução contradiz os princípios de salubridade defendidos por Silva (1982), uma vez que bloqueia a ventilação e iluminação natural de um ambiente que lida com umidade e manutenção doméstica. Portanto, a flexibilidade oferecida na proposta mostra-se, na prática, uma solução que pode degradar a qualidade ambiental da edificação.

O Usuário e a Gestão Pós-Ocupação

Os dados sobre o processo participativo indicam que a orientação técnica aos moradores foi insuficiente. Apenas 33% dos entrevistados receberam informações sobre as possibilidades de expansão. Diante da ausência de muros e fechamentos na entrega, a falta de suporte técnico aumenta o risco de autoconstruções irregulares que comprometam a ventilação e a iluminação, perpetuando ciclos de precariedade habitacional mesmo em moradias novas.

Considerações Finais

Conclui-se que o modelo habitacional do programa "A Casa É Sua" representa um avanço quantitativo no acesso à moradia, mas submete-se à lógica do mercado e da produção em massa, resultando em unidades que, apesar de novas, já nascem com déficits funcionais e ambientais. A rigidez do layout e a adesão estrita às métricas mínimas limitam a apropriação do espaço e ignoram a necessidade de adaptação à diversidade de núcleos familiares e também às mudanças no ciclo familiar. A sobreposição de usos nos ambientes projetados e possibilidade de ampliação apresentada para a unidade habitacional, que neste caso, enclausuram a área de serviço, revelam a vulnerabilidade projetual e/ou um descaso com a qualidade do produto ofertado, sendo penalizado o usuário. Além disso, a falta de flexibilidade e a falta de suporte técnico para expansões qualificadas, resultam em movimentos de autoconstrução sem qualidade técnica, podendo comprometer também questões de saneabilidade e conforto como iluminação e ventilação.

Enfim, este estudo reforça que a habitação de interesse social, apesar da lógica de mercado, deve ser desenvolvida dentro de um processo aberto e participativo, e não como um produto acabado e fechado em si. O programa habitacional deve permitir a apropriação e a evolução das unidades, garantindo o direito à moradia em seu significado mais amplo, de modo a abarcar os diversos arranjos socioeconômicos familiares e a resistir à lógica da precariedade programada.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. NBR 15575: Edifícios habitacionais - Desempenho. Rio de Janeiro, 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: Informação e documentação: Citações em documentos. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: Informação e documentação: Referências. Rio de Janeiro, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

BONDUKI, N.G. Uma metodologia de avaliação de programas habitacionais. In: Maria do Carmo. (Org). Avaliação de políticas sociais. São Paulo: Cortez, 2001.

BOUERI FILHO, Jose Jorge. A contribuição da ergonomia na formação do arquiteto: o dimensionamento dos espaços da habitação. 2004. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Acesso em: 29 nov. 2025.

CASTELLO, L. A. Percepção de Lugar: repensando o conceito de lugar em arquitetura e urbanismo. Porto Alegre: PROPAR-UFRGS, 2007. 328 p.

HARVEY, David. O Enigma do Capital. São Paulo: Boitempo. 2011.

JORGE, Liziane de Oliveira. Estratégias de flexibilidade na arquitetura residencial multifamiliar. 2012. Tese (Doutorado em Projeto de Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Acesso em: 2025-11-29.

KENCHIAN, Alexandre. Qualidade funcional no programa e projeto da habitação. 2011. Tese (Doutorado em Projeto de Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

Lei Municipal. LEI Nº 5528, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2008. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/rs/lei-ordinaria-n-16138-2024-rio-grande-do-sul-dispoe-sobre-a-politica-estadual-de-habitacao-de-interesse-social-pehis-institui-programas-habitacionais-altera-a-lei-n-13841-de-5-de-dezembro-de-2011-e-da-outras-providencias. Acesso em: 2025-11-29.

MEDVEDOVSKI, Nirce Saffer; CARRASCO, André de Oliveira Torres; LIMA-SILVA, Fernanda; BAUMGARTEM, Cassius; GALBIATTI, Flávia Pagnoncelli; DUTRA, Janice; RIBEIRO, Rodolfo Barbosa; THELHEIMER, Vinícius; THOFEHRN, Felipe. [Título do capítulo]. In: SILVA, Madianita Nunes da; CARDOSO, Adauto Lucio; DENALDI, Rosana (Org.). Urbanização de favelas no Brasil: trajetórias de políticas municipais. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.

NAVARETE, Rubén Dario Lucas. Habitação e Cidade Informal: Pelotas e o caso da Vila Farroupilha. 2000. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Católica de Pelotas. Pelotas, 2010.

ONO, Rosaria; ORNSTEIN, Sheila Walbe; VILLA, Simone Barbosa; FRANÇA, Ana Judite Galbiatti Limongi (Org.). Avaliação pós-ocupação: na arquitetura, no urbanismo e no design: da teoria à prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2018.

RIBEIRO, Roberto. Prefeitura Municipal de Pelotas. Paula faz a entrega de duas casas na Vila Farroupilha. Pelotas. 2024. Disponível em: https://www.pelotas.com.br/noticia/paula-faz-a-entrega-de-duas-casas-na-vila-farroupilha. Acesso em: 20/11/2025.

RIO GRANDE DO SUL. LEI Nº 16.138, DE 7 DE JUNHO DE 2024. Disponível em: https://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=75343&hTexto=&Hid_IDNorma=75343. Acesso: 25/11/2025.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SILVA, E. Sobre a Renovação do Conceito de Projeto Arquitetônico e sua Didática. In: COMAS, C. E. (Org.). Projeto Arquitetônico: Disciplina em crise, disciplina em renovação. São Paulo: Projeto, 1986. p.15-31.

SILVA, Elvan. Geometria Funcional dos Espaços da Habitação. Contribuição ao estudo da problemática da habitação de interesse social. Porto Alegre, Ed. Universidade, UFRGS, 1982.

VILLA, S. B.; Saramago, R. de C. P. Aplicação em empreendimentos habitacionais. In: Ono, R. [et al] Avaliação pós-ocupação da teoria à prática.

VILLA, Simone Barbosa; CARVALHO, Luiz Gustavo Oliveira de. Funcionalidade do habitar social: metodologias e soluções projetuais para uma melhor qualidade habitacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 14., 2012, Juiz de Fora. Anais [...]. Juiz de Fora: ANTAC, 2012.

Villa, Simone; Ornstein, Sheila Walbe. (orgs.). Qualidade ambiental na habitação - Avaliação pós-ocupação. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

XAVIER, Sinval Cantarelli. O mapeamento geotécnico por meio de geoprocessamento como instrumento de auxílio ao planejamento do uso e ocupação do solo em cidades costeiras: estudo de caso para Pelotas (RS). Dissertação (Mestrado em Engenharia Oceânica). Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande 2010.

CRISES HUMANITÁRIAS E MODOS DE HABITAR EM CABO DELGADO
Continuidades e rupturas no contexto do reassentamento

HUMANITARIAN CRISES AND WAYS OF INHABITING IN CABO DELGADO
Continuities and ruptures in the context of resettlement

Miguel Maria Ribeiro da Silva[1], Clara Luiza Miranda[2], Liziane de Oliveira Jorge[3]

Resumo
Considerando que crise humanitária em Cabo Delgado, marcada pela sobreposição do conflito armado desde 2017 e de eventos climáticos extremos recorrentes, tem provocado deslocamentos massivos e profundas rupturas nos modos de habitar, objetiva-se analisar como esses efeitos combinados reconfiguram a organização espacial, material e cultural das moradias em contextos de reassentamento. Para tanto, adotou-se abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, baseada em revisão bibliográfica, relatórios institucionais, estudos de caso e entrevistas com técnicos envolvidos na reconstrução. Desse modo, os resultados apontam a vulnerabilidade sobreposta como ruptura central, expressa no dilema material e espacial, ao mesmo tempo em que revelam a resiliência cidadã diante da falha estrutural das políticas públicas, o que permite concluir que a reconstrução deve dialogar com a arquitetura vernacular e práticas de design social, promovendo soluções habitacionais culturalmente enraizadas, tecnicamente resilientes e socialmente justas.
Palavras-chave: crises humanitárias; reassentamento; modos de habitar.

Abstract
Considering that the humanitarian crisis in Cabo Delgado, marked by the overlap of armed conflict since 2017 and recurring extreme weather events, has caused massive displacement and profound disruptions in ways of living, the objective is to analyze how these combined effects reconfigure the spatial, material, and cultural organization of housing in resettlement contexts. To this end, a qualitative, exploratory and descriptive approach was adopted, based on a literature review, institutional reports, case studies and interviews with technicians involved in the reconstruction. Thus, the results point to overlapping vulnerability as a central disruption, expressed in the material and spatial dilemma, while revealing citizen resilience in the face of structural failures in public policies. This leads to the conclusion that reconstruction must dialogue with vernacular architecture and social design practices, promoting culturally rooted, technically resilient, and socially just housing solutions.

1 Doutorando em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFES), Mestre em Design e Multimédia (Universidade Pedagógica de Maputo, Moçambique/2018). Email: slayribeiro@gmail.com, ORCID: https://orcid.org/0009-0003-4152-7917.
2 Doutora em Comunicação e Semiótica (PUC-SP/2004). Professora no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e no Departamento de Arquitetura e Urbanismo (UFES). Email: claravix50@gmail.com, ORCID: http://lattes.cnpq.br/9723975125785156.
3 Doutora em Arquitetura e Urbanismo (USP/). Professora no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e no Departamento de Arquitetura e Urbanismo (UFES). Email: lizianej@gmail.com, ORCID: http://lattes.cnpq.br/9337220113834468.

Keywords: humanitarian crises; resettlement; ways of living.

Introdução

A província de Cabo Delgado, em Moçambique, tem sido o epicentro de uma crise humanitária complexa e multifacetada desde outubro de 2017. A violência, protagonizada por grupos armados localmente conhecidos como al-Shabab (International Crisis Group, 2021; Alberdi *et al.*, s.d.), tem raízes profundas em desigualdades socioeconómicas, marginalização da juventude e descontentamento, agravados pela exploração de recursos naturais, como rubis e gás, e pelo tráfico ilícito (Chadreque, 2025; Amaral, 2022; Abellán & Guereña, 2021; Alberdi *et al.*, s.d.). O conflito escalou significativamente em 2019 e 2020, com ataques a aldeias e cidades, culminando na invasão de Palma em março de 2021, que interrompeu projetos de desenvolvimento de gás importantes (International Crisis Group, 2021; Abellán & Guereña, 2021; Alberdi *et al.*, s.d.). Autores como Chadreque (2025); Chaimite (2024); International Crisis Group, (2021); Alberdi *et al.* (s.d.) consideram que essa instabilidade reflete uma problemática histórica no país, onde tensões e exclusões de longa data moldam a dinâmica atual.

A dimensão desta tragédia é evidenciada por dados alarmantes, sendo mais de 4.398 vítimas fatais foram registadas até junho de 2022 (Alberdi *et al.*, s.d.), com cerca de 1 milhão de pessoas deslocadas internamente até o período de um estudo, das quais 46% eram crianças (Almeida, 2024; Elias *et al.*, 2023). A infraestrutura foi devastada, com 39.133 casas destruídas e 13.343 danificadas pelo ciclone Chido em Cabo Delgado (OCHA, 2024; OIM, 2024), além de 27% das unidades de saúde e mais de 107 escolas destruídas (OCHA, 2020). A paralisação de atividades econômicas e a destruição de meios de subsistência levaram aproximadamente 950.000 pessoas à insegurança alimentar aguda (Chadreque, 2025; Abellán & Guereña, 2021; OCHA, 2020; Alberdi *et al.*, s.d.).

A crise em Cabo Delgado vai além de um conflito armado, constituindo uma crise humanitária complexa. A sobreposição da violência com eventos climáticos extremos recorrentes, como ciclones Kenneth em 2019 e Chido em 2024, inundações e secas, tem exacerbado a vulnerabilidade da população, criando uma “dupla crise” que afeta gravemente a segurança alimentar, a saúde, a educação e a habitação (OCHA, 2024; UN-Habitat, 2023; PNUD, 2022). A pressão sobre serviços públicos e recursos naturais é imensa, gerando tensões entre as comunidades deslocadas e as de acolhimento (Malunguisse & Macaringue, 2022; Abellán & Guereña, 2021; OCHA, 2020; Alberdi *et al.*, s.d.).

Embora haja uma literatura considerável sobre a violência e o deslocamento em Cabo Delgado, existe uma lacuna significativa em estudos que se aprofundam nas consequências a longo prazo para o modo de vida e de habitação das comunidades afetadas (Cunha *et al.*, 2024; Alberdi *et al.*, s.d.). Os processos de reassentamento, frequentemente marcados por incertezas sobre o futuro, carecem de políticas de gestão pós-ocupação e trabalho social adequado para facilitar a adaptação (Angst & Machoi, 2023). Esta pesquisa visa preencher essa lacuna, focando na reconfiguração dos modos de habitar.

O conceito de “habitar” transcende a mera posse de um teto e envolve a relação intrínseca do ser humano com o território, a comunidade, a cultura e a identidade (Angst & Machoi, 2023; Mandamule, 2020). O deslocamento involuntário e o reassentamento forçado causam um “desenraizamento” (Silva, 2018; Manuel, 2019 e Azevedo *et al.*, 2018 apud Angst & Machoi, 2023) que provoca grandes transtornos e rupturas profundas nos laços sociais, culturais e espirituais (Angst & Machoi, 2023; Mandamule, 2020). A

descaracterização das habitações tradicionais, a interrupção de práticas culturais e religiosas, e a perda de um sentido de pertença são exemplos dessas rupturas (Angst & Machoi, 2023; Mukadzi, 2021; Alberdi *et al.*, s.d.). A urgência do tema exige medidas abrangentes que reduzam o risco de desastres sem criar novos constrangimentos, dado que os reassentamentos segundo UN-habitat (2018) podem levar ao retorno da população à sua origem devido a novas dificuldades.

Contudo, mesmo em meio a essas adversidades, emergem continuidades e expressões de resiliência. O deslocamento, em muitos casos, é um mecanismo de sobrevivência (Malunguisse & Macaringue, 2022; Alberdi *et al.*, s.d.). As redes sociais de apoio local, baseadas em parentesco, religião e etnia, têm sido pilares fundamentais para a subsistência dos deslocados (Cabo Ligado, 2021; Mukadzi, 2021; Alberdi *et al.*, s.d.). Além disso, de acordo com a UN-habitat (2018) a autoconstrução e as iniciativas de melhoria das habitações por parte das comunidades são exemplos de adaptação e resiliência, demonstrando que é possível envolver a comunidade para adotar práticas melhoradas. Esta pesquisa explora como as comunidades, apesar das rupturas, buscam manter e recriar seus modos de vida, suas práticas culturais e suas redes de solidariedade em novos contextos de reassentamento.
Nesse contexto, a pesquisa centra-se na pergunta: como a sobreposição entre conflito armado e eventos climáticos extremos reconfigura os modos de habitar das comunidades reassentadas em Cabo Delgado, considerando continuidades e rupturas no espaço construído? A partir dessa indagação, busca-se analisar como os efeitos combinados do conflito armado e dos eventos climáticos extremos reconfiguram a organização espacial, material e cultural das moradias nas comunidades reassentadas em Cabo Delgado, destacando continuidades e rupturas nos modos de habitar.

No que concerne ao aspecto metodológico, a pesquisa utiliza abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, para compreender os impactos das crises humanitárias nos modos de habitar das comunidades reassentadas em Cabo Delgado. A coleta de dados combina revisão bibliográfica, relatórios institucionais, estudos de caso e entrevistas com técnicos e fontes secundárias. A análise baseia-se em três dimensões: espaço, materialidade e cultura, permitindo identificar como a organização das moradias, o uso de materiais e as práticas sociais e simbólicas são reconfigurados. A triangulação metodológica busca descrever e interpretar continuidades e rupturas no habitar em contextos de crise.

Crises humanitárias, conflito armado e eventos climáticos extremos

A situação de Moçambique, e em particular de Cabo Delgado, é caracterizada por uma crise multifacetada que segundo Chaimite. (2024) se manifesta nas dimensões socioeconómica, securitária e sanitária. Essa crise não é isolada, para OCHA (2020) é o resultado da interação e sobreposição de vulnerabilidades históricas com choques recentes, como o conflito armado e as alterações climáticas.

A província de Cabo Delgado está mergulhada em violência desde 2017, mas o impacto humanitário da insurreição é profundamente agravado pelos fenómenos meteorológicos extremos que o país enfrenta (Abellán & Guereña, 2021). Para as autoras, Moçambique está entre os países com maior vulnerabilidade às mudanças climáticas, posicionando-se em quinto lugar no índice global de risco climático referente ao período de 2000 a 2019, e UN-Habitat (2023) considera o país africano mais vulnerável no Índice Climático Global 2021.

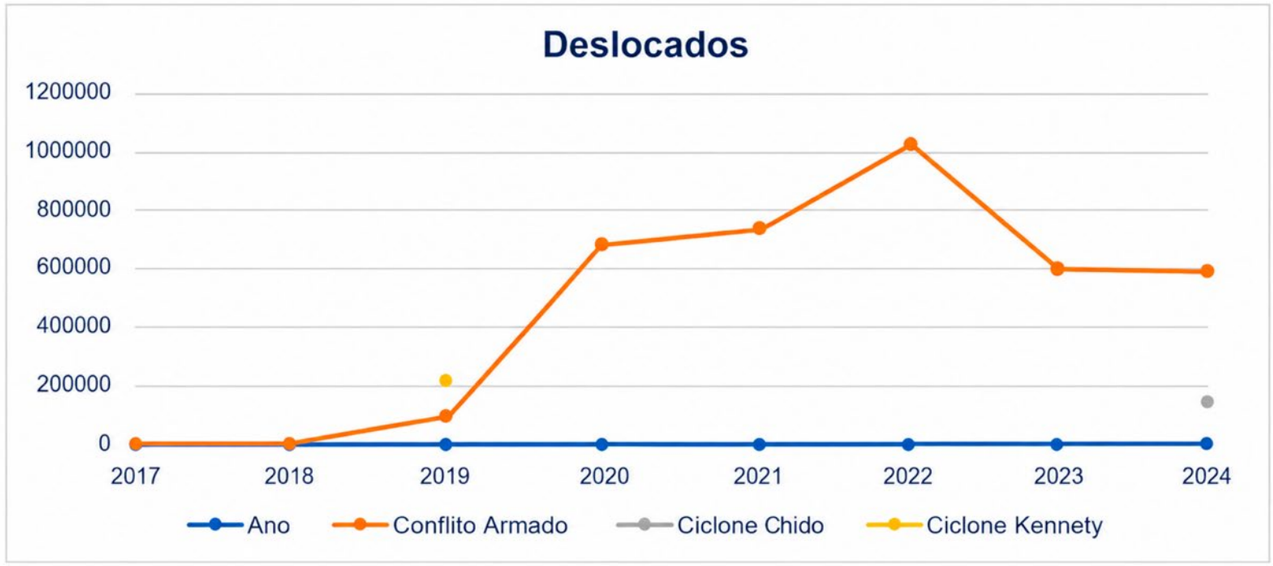


Figura 1 - Número de deslocados provocados pelo conflito militar e pelos ciclones Kenneth (2019) e Chido (2024). Fonte: Autores, 2025.

Portanto, De acordo com UN-Habitat (2023); Abellán & Guereña (2021); OCHA (2020) a pobreza estrutural, o reduzido patamar de desenvolvimento e a recorrente vulnerabilidade frente a fenómenos climáticos extremos, como ciclones e inundações fragilizam os sistemas sociais e económicos. O conflito e o clima exacerbam a insegurança alimentar e a destruição de meios de subsistência. Os eventos climáticos extremos recorrentes (ciclones) destroem casas, comunidades e infraestruturas, diminuindo a possibilidade de uma via não-militarista para a paz e agravando as motivações subjacentes ao conflito (Meek & Nene, 2021 apud Missell, 2024). Para OCHA (2020) a população de Cabo Delgado tem enfrentado a “dupla crise” da insegurança e dos choques climáticos, como o Ciclone Kenneth em 2019 e inundações subsequentes. Com a continuidade dos ataques e a recente devastação do ciclone Chido em dezembro de 2024, dificultam ainda mais a resposta e a recuperação.

O resultado direto da violência organizada e dos eventos climáticos extremos é uma crise humanitária de magnitude drástica (Abellán & Guereña, 2021; International Crisis Group, 2021). A guerra em Cabo Delgado tem levado ao deslocamento forçado em massa e o seu impacto na destruição de infraestruturas é vasto. O número de pessoas deslocadas internamente (PDIs) subiu de 10.000 em 2017 para mais de 1.030.000 em 2024, segundo o gráfico da figura 1, o que representa aproximadamente um terço da população total da província. Mais de 900.000 pessoas fugiram das suas casas devido à escalada de ataques violentos. Até 2021, segundo OCHA apud Abellán & Guereña (2021) cerca de 1,3 milhões de pessoas necessitavam de assistência humanitária e proteção urgentes. Bande, Nhamirre e Cortez (2021) destacam a enorme pressão gerada pela sobre os distritos de acolhimento, onde o número de habitantes pode duplicar ou triplicar num curto espaço de tempo. Segundo PNUD (2022, p.3) “mais de 900.000 pessoas enfrentam fome severa e mais de 1,3 milhão de pessoas precisam de apoio humanitário urgente”.

.

Segundo PNUD (2022) o conflito e os choques climáticos levaram à destruição de infraestruturas essenciais, como escolas e unidades de saúde. Para Malunguisse & Macaringue (2022, p.20) mais de 220 escolas foram atacadas, afetando mais de 123.433 alunos em 2021. Entretanto, a combinação de violência e eventos climáticos extremos, como ventos de alta intensidade e chuvas torrenciais, é para Sekelekane (2021) o principal vetor de destruição de habitações. Um exemplo notável da destruição causada por eventos climáticos extremos de alta intensidade é o Ciclone Tropical Chido (dezembro de 2024), que exacerbou as vulnerabilidades dos deslocados internos e das comunidades de acolhimento (IOM, 2024; OCHA, 2024). Em Cabo Delgado, de acordo com IOM (2024) o ciclone afetou cerca de 54.296 agregados familiares, o

equivalente a 272.382 indivíduos. As avaliações de danos indicaram segundo INGD (apud Rodrigues, 2025, p. 4) que “118.605 casas totalmente destruídas, 1.126 salas de aulas danificadas em 250 escolas afetadas, 52 unidades sanitárias danificadas, 13 casas de culto e postes de energia.”

Arquitetura vernacular e materiais construtivos em contextos de crise

Em Moçambique, de acordo com UN-Habitat (2018) a maioria da população depende da autoconstrução para ter acesso à moradia e, nesse contexto, a arquitetura vernacular representa o modo tradicional de construir e habitar, no qual a casa é erguida com recursos locais (caniço, pau, capim, matope) (Angst & Machoi, 2023; Malunguisse & Macaringue, 2022). Portanto, este modo de construção reflete mais do que uma simples técnica, sendo um sistema de conhecimento e práticas profundamente ligada ao modo de vida e à cultura das comunidades (Souza, 2017). A autora (Souza, 2017) destaca ainda que o ato de habitar está intrinsecamente ligado à conformação do espaço doméstico, que expressa aspectos da vida familiar, práticas sociais e a visão de mundo das pessoas. Neste caso, o lar é percebido como um espaço de enraizamento, reprodução e conservação de modelos e valores passados entre gerações (Segaud, 2016).

A autoconstrução, embora muitas vezes enquadrada no urbanismo como um fenômeno do capitalismo periférico e com conotações de precariedade habitacional (Souza, 2017), é a forma predominante de acesso à moradia. Em Moçambique, cerca de 70% das casas não são feitas de materiais convencionais (UN-habitat, 2018), o que sublinha a importância dos materiais e técnicas locais. As iniciativas de construção de habitação resiliente no país reconhecem a necessidade de modelos que sejam culturalmente apropriados para o contexto local, privilegiando tipologias e modelos construtivos que permitam a apropriação por parte das comunidades (Moçambique, 2021; UN-habitat, 2018).

O foco na arquitetura vernacular e no uso de materiais locais não implica necessariamente a ausência de resiliência. Portanto, UN-habitat (2018) define resiliência habitacional como sendo a capacidade de uma moradia ser um investimento seguro que suporta eventos recorrentes. Com isso, para Moçambique (2019); UN-habitat (2018) as construções podem ser adaptadas através de técnicas melhoradas, como o reforço das estruturas de paredes e cobertura com diagonais, para resistir a ventos fortes. No entanto, a vulnerabilidade física da maioria das habitações para UN-habitat (2023) é agravada pela má qualidade das construções e pela ocupação de zonas de alto risco. Angst & Machoi (2023) apontam o uso de materiais locais, como o pau, caniço e capim, como sendo uma das causas de baixa qualidade em estruturas que, em reassentamentos, podem rapidamente apresentar rachaduras. A destruição massiva causada pelo Ciclone Tropical Chido é um exemplo claro, em que o material de construção precário e a estrutura do assentamento se combinam com a exposição ao risco, resultando em danos catastróficos (Moçambique, 2019).

Portanto, o contexto do deslocamento forçado em Cabo Delgado, seja por conflito ou por desastres, impõe uma ruptura no modo de habitar anterior, forçando uma transição complexa (Mukadzi, 2022; Alberdi *et al.*, s.d.). Para Mukadzi (2022); Sekelekani (2021) as famílias perdem não só os seus lares, mas também os seus meios de subsistência e a familiaridade da vida quotidiana.

No contexto do reassentamento, três dinâmicas se manifestam, sendo a Substituição (Involuntária) como primeira, na qual o deslocamento involuntário força as pessoas a se adaptarem a novos modelos de construções e configurações espaciais (Angst & Machoi, 2023). As habitações construídas nos centros de acolhimento são muitas vezes precárias, feitas com material local (lona, bambu, pau a pique) (Malunguisse & Macaringue, 2022; Abellán & Guereña, 2021). Em reassentamentos planejados por desenvolvimento (fora do contexto de crise humanitária de Cabo Delgado, mas como tendência em Moçambique), a transição pode envolver a descaracterização das casas tradicionais em favor de construções convencionais (Pedro (2011) e Bernardo (2019), apud Angst & Machoi (2023) embora muitas vezes sem a qualidade técnica necessária (Angst & Machoi, 2023).

A segunda dinâmica é a Permanência e Desafio, em que a perda do acesso aos materiais tradicionais e a dificuldade em obter novos recursos para autoconstrução torna a reconstrução do modo de habitar tradicional desafiadora. Por exemplo, grupos vulneráveis, como famílias chefiadas por mulheres, têm maior dificuldade em obter materiais do mato, resultando em abrigos mais precários (Bande, Nhamirre e Cortez, 2021). Além disso, de acordo com Alberdi *et al.* (s.d.) o deslocamento representa uma ruptura dos antigos laços e redes que sustentavam a vida e a identidade, dificultando a reconstrução da vida social.

A última dinâmica é a Hibridização e Adaptação, na qual o reassentamento, embora traumático, é um momento criativo, onde as famílias deslocadas e as comunidades de acolhimento agem como agentes ativos que se adaptam e criam estratégias de sobrevivência (Alberdi *et al.*, s.d.). A falta de acesso a materiais ou a necessidade de adaptação a um novo contexto força a adoção de novas práticas, que resultam num modo de habitar híbrido. Para Alberdi *et al.* (s.d.) as pessoas precisam recomeçar suas vidas noutro lugar, desenvolvendo uma nova rotina. Portanto, a transição do modo de vida, da economia produtiva (agricultura) para uma economia baseada na distribuição de ajuda, também molda a forma como as famílias se restabelecem em novos locais, buscando reconstruir os meios de subsistência junto à habitação (Alberdi *et al.*, s.d.). Por sua vez, para OCHA (2020) as intervenções humanitárias tentam apoiar essa hibridização, fornecendo lonas para cobertura, mas ainda contando com a técnica tradicional de pau-e-pique para as paredes.

Modos de habitar: continuidades e rupturas culturais no reassentamento

O conceito de habitar transcende a mera necessidade funcional de ter um teto, ou seja, de morar em uma estrutura física (Souza, 2017). Segundo Segaud (2016) ato de habitar é um fato antropológico, sendo um “traço fundamental do ser” que diz respeito a toda a espécie humana, enquanto para Brandão (s.d.) o habitar é criar um lugar onde pessoas, famílias, grupos e comunidades reúnem-se para conviver.

A abordagem do habitar como prática social fundamenta-se na fenomenologia, que entende o espaço como o mundo vivido, um local experienciado e subjetivo (Sartorio e Franz, 2023; Souza, 2017). Para Souza (2017) o lar (ou *habitat*) abrange não apenas as dimensões físicas e objetivas, mas também as espirituais, subjetivas, psicológicas e comportamentais. Segundo Brandão (s.d.) criar um lugar para habitar carece de múltiplas dimensões que vão além da materialidade da moradia. Para Souza (2017) significa estabelecer um espaço que garanta proteção, paz e satisfação, ao mesmo tempo em que possibilite, segundo Heidegger (1954) a construção da identidade individual e coletiva e o fortalecimento do sentimento de pertencimento. Segaud (2016) habitar também implica dominar um espaço ou uma sequência de espaços por meio das práticas cotidianas que o estruturam, bem como atribuir significados ao lugar, revelados no uso, na apropriação e nas formas de viver nele.

No contexto moçambicano, a habitação adequada segundo UN-habitat (2018) aquela que de forma holística, engloba não apenas a estrutura física, mas também o acesso a serviços básicos, infraestrutura, espaços públicos e oportunidades socioeconómicas. A arquitetura, mesmo a autoconstruída, é a expressão fundamental da cultura de uma comunidade e de suas relações com o território (CARAFFE, 1999). Portanto, para Angst & Machoi (2023) a destruição ou reconfiguração do espaço de habitar em Cabo Delgado tem um impacto direto na identidade e no modo de vida das comunidades.

O deslocamento forçado, causado por crises humanitárias sobrepostas (conflito e eventos climáticos), implica um processo de ruptura profundo na vida dos afetados, sendo caracterizado pela perda e pelo desenraizamento, levando à destruição do tecido social e político (Silva (2018), Manuel (2019) e Azevedo *et al.* (2018) apud Angst & Machoi (2023); Alberdi *et al.* (s.d.). A perda é multidimensional na medida em que as populações perdem sua base de sustentabilidade, e o peso das mudanças afeta a saúde mental, a identidade e a representação do território (Angst & Machoi, 2023). A perda de identidade está ligada ao enfraquecimento dos laços e mecanismos solidários intracomunitários e à subversão das redes sociais (sociais, políticas e económicas) (Machel (2014) apud Duvane, 2024).

A destruição simbólica e cultural é outra perda, uma vez que o deslocamento forçado, segundo Alberdi *et al.* (s.d.), representa a rotura dos antigos laços e redes que sustentavam a vida das famílias. Em Cabo Delgado, “as dimensões culturais, religiosas e espirituais, extremamente importantes na vida quotidiana das pessoas, foram brutalmente afectadas e interrompidas pelos ataques às aldeias e pela fuga da população” (Mukadzi, 2022, p. 15). Isso inclui a interrupção de rezas e cerimónias tradicionais, o incumprimento de ritos de passagem e a distância de árvores tradicionais e antepassados. Uma outra perda é a de privacidade e coesão, da superpopulação nos lares de acolhimento e a configuração das habitações precárias (muitas vezes abrigos de emergência sem divisões internas) condicionam os conceitos tradicionais de privacidade (Alberdi *et al.*, s.d.). Autores como Malunguisse & Macaringue (2022); Abellán & Guereña (2021) e Alberdi *et al.* (s.d.), apontam que o aumento da pressão sobre recursos escassos leva a tensões e conflitos sociais crescentes entre os deslocados e as comunidades de acolhimento, resultando em quebra de solidariedade, desconfiança e xenofobia.

Portanto, o processo de continuidade e resiliência manifesta-se quando a reconstrução é baseada na memória e tradição, onde o deslocado, segundo Alberdi *et al.* (s.d.), constrói novos mundos de vida a partir da memória, da tradição e das suas capacidades. Afinal, para Mukadzi (2022) as dimensões culturais, religiosas e espirituais são essenciais, pois mantêm os laços com os lugares de origem e promovem um sentido de normalidade. Outra manifestação, é a quando se observam de movimentos locais e relações de solidariedade que, segundo Mukadzi (2022), precisam ser destacados, contrastando com os conflitos. Mukadzi (2022) Aponta o mapeamento de iniciativas locais de solidariedade como referência para a promoção da paz, entreajuda e afeto. Ainda no processo de continuidade e resiliência, a reconstrução da confiança, sob ponto de vista da reconciliação, é essencial para a Paz e o Viver Bem, na medida que, segundo Cunha *et al.* (2024), passa pela recuperação da confiança e reconstrução de laços interpessoais e intergrupais, começando no nível local.

Neste sentido, a reorganização do cotidiano (a busca por um senso de normalidade em meio ao caos) é um processo de adaptação em que as famílias precisam recomeçar suas vidas noutro lugar e desenvolver uma nova rotina (Alberdi *et al.*, s.d.). Para Angst & Machoi (2023) essa reorganização é exigida pela perda dos meios de subsistência e pela necessidade de adaptação às condições encontradas nos novos locais.

Cernea (1977) aponta que a reconstrução dos modos de vida deve assentar no acesso a terras cultiváveis e a trabalho gerador de rendimento, pois para Angst & Machoi (2023) o quotidiano está diretamente ligado à atividade principal de renda. Entretanto, muitos deslocados, especialmente os provenientes de zonas costeiras e urbanas, segundo Bande, Nhamirre e Cortez (2021) não possuem conhecimentos ou experiência em agricultura, o que dificulta a adaptação quando lhes é atribuída apenas terra para cultivo.

O deslocamento forçado por sua vez impôs a adaptação a novas infraestruturas (ou à falta delas), como em bairros onde a população duplicou ou triplicou, sobrecarregando os serviços públicos (Bande, Nhamirre e Cortez, 2021; UN-Habitat, 2021). Alberdi *et al.* (s.d.) destaca a necessidade de apoiar as pessoas na reabilitação de moradias, acesso a materiais de construção, alimentos, utensílios domésticos e, crucialmente, apoio emocional. A busca por um senso de normalidade (voltar a "viver bem") implica recuperar a segurança e retomar a vida anterior (Alberdi *et al.*, s.d.). Portanto, para tal, o processo de reassentamento exige a integração dos deslocados na zona hospedeira, sendo crucial a gestão pós-ocupação e o trabalho social para facilitar a adaptação às novas residências (Angst & Machoi, 2023). Angst & Machoi (2023) Salientam que a reconstrução dos modos de habitar nos reassentamentos envolve frequentemente a hibridização, forçada pela adoção de novos modelos de construção e configurações espaciais.

Apesar dos desafios de incerteza sobre o regresso as comunidades buscam ativamente reestabelecer seus modos de habitar. As interações locais entre diferentes atores, incluindo comunidades e parceiros humanitários, podem moldar as práticas e promover uma adaptação mútua (Sambo & Bußler, 2024). No entanto, o entendimento da transformação social deve focar na reinvenção de um novo sistema de disposições que permita a sobrevivência e o restabelecimento do cotidiano, valorizando as experiências e as propostas dos protagonistas locais (Alberdi *et al.*, s.d.).

Procedimentos metodológicos

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, orientada a compreender os impactos das crises humanitárias nos modos de habitar das comunidades reassentadas em Cabo Delgado.

A coleta de informações será conduzida a partir de múltiplas fontes: (i) revisão bibliográfica de obras clássicas e contemporâneas sobre habitar, lugar, arquitetura vernacular e reassentamento; (ii) análise de relatórios institucionais produzidos por organismos nacionais e internacionais (INGD, OIM, OCHA, PNUD, entre outros), que oferecem dados sobre deslocamento, habitação e impactos humanitários; (iii) estudos de caso de reassentamentos afetados por crises em Cabo Delgado, possibilitando examinar concretamente continuidades e rupturas nos modos de habitar; (iv) entrevistas com técnicos envolvidos nos processos de reconstrução e reassentamento (engenheiros, arquitetos, gestores locais e membros de ONGs), para compreender a dimensão prática e institucional; e (v) entrevistas secundárias (a partir de fontes já publicadas), que complementam a análise ao trazer percepções de atores locais.

Os critérios de análise são organizados em três dimensões: Espaço (organização espacial das moradias e dos assentamentos); Materialidade (uso, adaptação ou substituição de materiais e técnicas construtivas locais) e Cultura (práticas sociais e simbólicas que estruturam a vida cotidiana e o sentimento de pertencimento nos novos contextos de habitar). Essa triangulação metodológica busca não apenas descrever as transformações espaciais e materiais, mas também interpretar os significados culturais

atribuídos ao habitar, assegurando uma análise crítica das continuidades e rupturas vividas pelas comunidades reassentadas em Cabo Delgado.

Impactos das crises sobre a organização espacial das comunidades reassentadas

A transição forçada das comunidades de Cabo Delgado para os locais de reassentamento resultou em uma profunda alteração na organização espacial, trocando a familiaridade cultural das aldeias de origem por configurações muitas vezes inadequadas e perigosas.

O modo de habitar anterior ao conflito, baseado na autoconstrução e adaptado ao contexto local (arquitetura vernacular) (UN-Habitat, 2018; Souza, 2017), conferia significado, identidade e uma forma orgânica de apropriação do espaço (Souza, 2017). Em Moçambique, segundo UN-Habitat (2018) a habitação adequada é vista holisticamente, incluindo acesso a serviços, infraestrutura e oportunidades socioeconómicas. Contudo, de acordo com Alberdi *et al.* (s.d.) a realidade dos locais de reassentamento demonstra uma ruptura drástica da dignidade espacial. Para Elias *et al.* (2023, p. 74) 95% das famílias não têm acomodação condigna (palhotas improvisadas), sendo que a maioria dos deslocados vive em abrigos temporários rudimentares feitos de materiais frágeis, como plástico, lona e bambu (Malunguisse & Macaringue, 2022; Abellán & Guereña, 2021).

Dados das entrevistas apontam para a precariedade habitacional, acarretando riscos à saúde e comprometendo a vida social na medida em que há uma superlotação nas residências, pois segundo OCHA (2020); Alberdi *et al.* (s.d.) mais de 80% dos deslocados vivem em casas superlotadas de parentes ou em assentamentos coletivos. A perda de privacidade também compromete a vida social, uma vez que a maioria dos abrigos de emergência não possui divisões internas, o que condiciona para Alberdi *et al.* (s.d.) os conceitos tradicionais de privacidade e aumenta segundo OCHA (2020) os riscos de proteção, como a violência baseada no género. As entrevistas também apontam que nos centros transitórios, as populações encontram-se aglomeradas em condições desumanas. Uma das arquitetas aponta

> nos centros transitórios há probabilidade de proliferação de doenças, uma vez que se encontram aglomerados, cada família numa tenda com mais ou menos, 3 metros quadrados ($3m^2$) e com distâncias no mínimo de 2 metros (2m) entre eles, usando um sanitário coletivo, o que traz um desconforto (Entrevista, 2025).

Portanto, a área de habitação provisória é extremamente limitada, tornando os abrigos de emergência, de acordo com Alberdi *et al.* (s.d.) muito abaixo do mínimo humanitário recomendado pelo Manual Esfera de 3,5 m² por pessoa.

Por conseguinte, o reassentamento, embora vise a reconstrução da economia e das redes sociais, tem sido frequentemente marcado pela descaracterização das casas tradicionais (Angst & Machoi, 2023). Segundo Souza (2017) o *layout* das aldeias de origem, normalmente tem sido orgânico e reflete práticas culturais e sociais e no caso de Cabo Delgado, para Alberdi *et al.* (s.d.) a resposta de emergência do governo e das Nações Unidas tem sido, por vezes, universal e uniforme, desconsiderando as características geográficas, sociais e culturais das comunidades. Abellán & Guereña (2021) destaca que a padronização não é eficaz, pois a realidade de cada área é diferente, exigindo uma resposta que não é única para todas as comunidades.

Angst & Machoi (2023) defende a necessidade de políticas de gestão pós-ocupação acompanhadas de um trabalho social, pois são urgentes para facilitar a adaptação dos deslocados às novas residências. Para Malunguisse & Macaringue (2022); Alberdi *et al.* (s.d.) a ausência de planeamento sensível ao contexto resulta na criação de tensões e conflitos sociais, uma vez que a pressão sobre os escassos recursos e serviços pré-existentes é elevada.

Portanto, a nova organização espacial em Cabo Delgado, segundo dados da entrevista, não só carece de dignidade, mas falha criticamente em promover a resiliência, pois as crises sobrepostas de conflito e eventos climáticos extremos, segundo OIM (2024) fazem com que os reassentamentos se tornem zonas de risco sobreposto. A passagem do Ciclone Tropical Chido demonstrou a vulnerabilidade extrema das novas configurações espaciais. O distrito de Mecúfi, por exemplo, de acordo OIM (2024) teve 99% das estruturas habitacionais completamente destruídas.

Diante desta destruição causada pelo ciclone Chido, alguns relatórios indicam que a nova organização espacial falha em resiliência, o que leva a destruição de infraestruturas. O ciclone Chido levou à destruição do Centro de Saúde de Naminawe apenas um mês após a sua inauguração, evidenciando a falta de implementação de padrões de construção resilientes (Rodrigues, 2025). De acordo com PNUD (2022) cerca de 60% dos edifícios avaliados em zonas afetadas pelo conflito não foram construídos em conformidade com o código de construção. O PNUD salienta ainda que apenas 9% dos edifícios residenciais tinham telhados reforçados com cintas ciclónicas. No entanto, a ausência de investimentos em infraestruturas resilientes, segundo Rodrigues (2025) institucionaliza vulnerabilidades e perpetua um ciclo vicioso de reconstrução e destruição.

Permanências, adaptações e substituições de materiais e técnicas construtivas

A crise impôs uma transição forçada dos materiais e técnicas construtivas tradicionais, levando a um complexo panorama de fragilidade, mas também de adaptação e agência. A arquitetura vernacular em Moçambique utiliza materiais locais como caniço, pau, capim e outros materiais que a natureza fornece, sendo, segundo UN-Habitat (2018) a forma predominante de construção no país.
Com a mudança forçada e a destruição de bens, o acesso a esses materiais torna-se restrito ou perigoso, conforme relatado pela arquiteta na entrevista.

> Afeta bastante, pois os materiais são adquiridos em áreas distantes, geralmente em zonas de mata onde ocorrem ataques. Isso torna arriscado buscar material. Por exemplo, o PNUD sugeriu selecionar pessoas para cortar estacas e, depois, enviariam um caminhão para recolher. Nós não aceitamos, porque a situação não é segura (Entrevista, 2025).

O conflito militar afeta negativamente a reconstrução, pois também há incertezas para construção de moradias resistentes devido aos ataques, alegando que a qualquer altura as populações podem ser obrigadas a deslocarem para outro local.

Diante destas incertezas, para OCHA (2020) a resposta humanitária imediata baseia-se na substituição forçada por soluções de emergência e kits de Artigos Não Alimentares (NFIs). As habitações improvisadas são construídas com cobertura de plástico, lona e bambu (Abellán & Guereña, 2021; OCHA, 2020). Para estas habitações improvisadas, as entrevistas apontaram que a fragilidade material resulta em casas que, devido à baixa qualidade, rapidamente começam a apresentar deficiências, tornando-as totalmente vulneráveis a ventos fortes e chuvas torrenciais. Para Bande, Nhamirre e Cortez (2021) a situação é particularmente grave para grupos vulneráveis, como as

famílias chefiadas por mulheres, que têm dificuldade em obter materiais do mato e, consequentemente, constroem abrigos mais precários.

Portanto, apesar das condições de emergência, o processo de reconstrução é um momento criativo (Alberdi *et al.*, s.d.), onde as comunidades tentam incorporar o conhecimento construtivo tradicional nas novas estruturas. A hibridização é observada nas soluções temporárias ou definitivas, quando as agências fornecem material para a cobertura (chapas metálicas), as paredes são frequentemente erguidas com a técnica local de taipa de mão (pau-a-pique), conforme mostra a figura 2. Os esforços de construção resiliente, apoiados por parceiros, promovem a melhoria das técnicas vernaculares ou a adoção de técnicas acessíveis, caso do reforço estrutural, quando sugere-se o reforço das estruturas de cobertura com diagonais para resistir a ventos fortes (Moçambique, 2019; UN-Habitat, 2018) e o "uso de cintas metálicas ou varões nas estacas para tornar a estrutura mais resistente" (Entrevista, 2025, e na melhoria do material quando inclui a melhoria das paredes (uso de cimento para o reboco) para garantir maior resistência em caso de chuvas (Entrevista, 2025).

> (...) uma das medidas adotadas consiste no reforço das estacas que funcionam como elementos estruturais de suporte da habitação sendo também recomendada a melhoria das paredes por meio do uso de cimento no reboco a fim de garantir maior resistência diante das chuvas intensas uma vez que com frequência após períodos chuvosos as paredes construídas apenas com terra apresentam grande fragilidade desfazendo-se facilmente (Entrevista, 2025).

As entrevistas quem embora as famílias estivessem acostumadas a técnicas rudimentares e não observassem a questão da resiliência, há abertura para integrar novas tecnologias ou soluções que complementem as práticas tradicionais, desde



Figura 2 - Uso da técnica da taipa da mão. Fonte: adaptado dos entrevistados (Rahanito Antumane e Matilde Salomé), 2025.

que a orientação seja prática e demonstrativa. Segundo o "Guião de Construção de Habitação Resiliente" (Moçambique, 2020) as construções resilientes devem ser adequadas culturalmente e baseadas em custos e tecnologias acessíveis.

Com relação a agência e economia do reconstruir, os deslocados não devem ser vistos apenas como vítimas, mas como agentes ativos (Alberdi *et al.*, s.d.) que, através do jogo de hábito, imaginação e julgamento, segundo Rodrigues (2025) tentam reproduzir e transformar as estruturas. O envolvimento das famílias no processo de construção, através de formação em materiais resilientes, segundo dados das entrevistas, pode promover o empoderamento e a resiliência, ajudando-os no reparo das próprias casas. Portanto, agência dos deslocados manifesta-se no esforço de recomeçar suas vidas e na autoconstrução (Alberdi *et al.*, s.d.). De acordo com Mukadzi (2022) há exemplos de mulheres que demonstraram essa agência ao construir duas salas de aula com material local.

As entrevistas apontam que a reconstrução é também uma oportunidade para desenvolver a economia local. O Plano de Reconstrução de Cabo Delgado (PRCD) (Moçambique, 2021, p. 15) visa promover a construção de casas resilientes (*modelo Marokani*) com uso intensivo da mão-de-obra da população deslocada.

Neste sentido, o relatório-síntese da (Mukadzi, 2022) sublinha a importância de acoplar a melhoria das habitações à geração de renda, recomendando a criação de cooperativas de produção de materiais de construção, envolvendo formas de geração de renda para famílias deslocadas. Esta estratégia, para Alberdi *et al.* (s.d.), liga a habitação à subsistência, permitindo o assentamento sustentável das famílias deslocadas e a superação da dependência da ajuda humanitária.

Práticas culturais e sociais: continuidades e rupturas nos modos de habitar

A violência organizada e o deslocamento forçado não resultam apenas na perda de bens físicos, mas sobretudo na ruptura do tecido social, da identidade e da complexa teia de práticas que constituem o modo de habitar.

Angst & Machoi (2023) o habitar está intrinsecamente ligado à identidade e à representação do território. Em Moçambique, a casa, o bairro ou a aldeia são centros de significados que incluem a atividade de subsistência, sendo a maioria das famílias de Cabo Delgado historicamente dependente da agricultura ou da pesca (Angst & Machoi, 2023; Bande, Nhamirre e Cortez, 2021). Segundo Angst & Machoi (2023) a perda do território de origem significa a destruição da base de sustentabilidade da população. Para Chadreque (2025) a insurreição levou ao colapso da produção agrícola e pesqueira. A ruptura simbólica e material é visceralmente expressa em narrativas como a dos deslocados de guerra, que lamentam: "não tem terra para a gente trabalhar" (Mukadzi, 2022, p. 10).

Este relato sublinha que a casa não é apenas uma estrutura, mas o local de reprodução social e material (Rodrigues, 2025). Por sua vez, a conflito armado teve um impacto devastador na estrutura produtiva dos pescadores provenientes dos distritos costeiros (como Palma e Mocímboa da Praia), reassentados no interior (Bande, Nhamirre e Cortez, 2021), conforme também apontado numa das entrevistas: "(...) os que os provenientes da zona costeira onde o hábito é principalmente a pesca, se sente bastante aflitos com a situação, entretanto tentam se adaptar com a realidade imposta.". Estes homens, acostumados à atividade marítima e que perderam seus barcos e redes de pesca, segundo Malunguisse & Macaringue (2022); Bande, Nhamirre e Cortez (2021) veem-se agora diante de uma incógnita de adaptação à agricultura, sofrendo violência psicológica por não conseguirem desenvolver atividades de rendimento, o que ameaça a sua posição enquanto chefes de família.

Mukadzi (2022); Alberdi *et al.* (s.d.) destacam que a dimensão simbólica é ainda mais agravada pela perda de elementos culturais e espirituais essenciais, como a interrupção de rezas e cerimónias tradicionais diversas e a distância das árvores tradicionais e dos antepassados.

Portanto, apesar da destruição do tecido social, os deslocados internos não são vítimas passivas, mas agentes ativos. A fase de Desenvolvimento Potencial/Adaptação, a terceira fase do reassentamento, segundo Scudder e Colson (1982, apud Angst e Machoi, 2023), corresponde o momento em que se inicia a reconstrução da economia e das redes sociais. Alberdi *et al.* (s.d.) a continuidade da vida social baseia-se fortemente nas redes sociais de apoio local (parentesco, religião, etnia, profissão) que sustentam a maioria das populações deslocadas. Alberdi *et al.* (s.d.) salienta ainda que a fuga de muitas pessoas para Pemba foi motivada precisamente pela presença de familiares, amigos ou conhecidos nas localidades. Contudo, essa dependência das redes sociais não está isenta de tensões. A superlotação em casas de acolhimento gera dificuldades de convivência e pode levar a conflitos sociais crescentes e quebra de solidariedade com o passar do tempo (Alberdi *et al.*, s.d.). Para Abellán & Guereña (2021); Alberdi *et al.* (s.d.) a sobrecarga das comunidades anfitriãs, que já viviam em pobreza estrutural, agrava a sua situação. O estudo revela a importância de mapear e documentar as histórias e iniciativas locais de solidariedade como referências para a promoção da paz (Mukadzi, 2020).

Por sua vez, a crise humanitária em Cabo Delgado serve como um laboratório crítico para os conceitos de habitar e reassentamento. A discussão revela que a perda da capacidade produtiva (pesca/agricultura) é uma ruptura fundamental no Modo de Vida (Angst & Machoi, 2023; Abellán & Guereña, 2021). Como a habitação (e o espaço doméstico) reflete o Modo de Vida (Souza, 2017), a impossibilidade de exercer a atividade econômica primária (como a pesca) inviabiliza a recriação de um Modo de Habitar sustentável e culturalmente apropriado (Bande, Nhamirre e Cortez, 2021). De acordo com Angst & Machoi (2023); Abellán & Guereña (2021); Alberdi *et al.* (s.d.) o reassentamento, ao atribuir terras impróprias ou distantes, ou realocando pescadores em áreas rurais, demonstra uma falha na gestão pós-ocupação que deveria facilitar a adaptação dos atingidos.

A construção de palhotas improvisadas, 95% das famílias (Elias *et al.*, 2023), ilustra uma tentativa desesperada de Habitar na perspectiva do Heidegger, o "traço fundamental do ser" (Heidegger, 1954, p. 13) que busca um lugar de proteção e satisfação (Souza, 2017). Para Brandão (s.d.) essa autoconstrução improvisada é a adaptação precária que tenta estabelecer uma "permanência" no novo local. Contudo, essa permanência é imediatamente ameaçada pela crise sobreposta. A destruição massiva de abrigos pelos ciclones, como o Chido, demonstra que essa permanência improvisada falha em sua função de ser "(...) um investimento seguro que suportará eventos recorrentes que podem afetar sua integridade." (UM-Habitat, 2018, p. 115), sendo constantemente superada pela intensidade dos choques climáticos, evidenciando a quão efêmera e mutável é a realidade habitada (Brandão, s.d.).

Contudo, a pesquisa em Cabo Delgado desafia e reforça a teoria de reassentamento e de crise humanitária de várias maneiras. Primeiro, o reassentamento em Cabo Delgado não decorre primariamente de projetos de desenvolvimento econômico que, idealmente, oferecem compensação e condições superiores (Angst & Machoi, 2023), mas de uma tripla vulnerabilidade de conflito, eventos climáticos extremos e precariedade da resposta humanitária (Rodrigues, 2025). A teoria deve ser revista para dar conta da fragilidade sistémica em que não há restauração das condições de vida anteriores, pelo contrário, há empobrecimento (Angst & Machoi, 2023). As necessidades humanitárias urgentes, como saneamento em 100% de esgotamento (Elias *et al.*, 2023), não são atendidas, o que agrava os riscos sociais e a desconfiança no Estado.

Segundo a exigência de uma Abordagem Descolonizada em que a resposta humanitária e os planos de reconstrução (como o PRCD) são frequentemente criticados por serem universais e uniformes, falhando em respeitar as idiossincrasias e a cultura das pessoas (Alberdi *et al.*, s.d.). A pesquisa reforça a necessidade de adotar abordagens, como a do Viver Bem, que se baseia nas sabedorias comunitárias e rompe com as raízes capitalistas do conceito de desenvolvimento (Rodrigues, 2025). Terceiro, a ênfase na insegurança societal em que o estudo reforça que o terrorismo em Cabo Delgado explora vulnerabilidades sociais subjacentes, e a crise humanitária precária periga a segurança do Estado ao agravar as condições existentes (exclusão, privação relativa) que conduzem ao extremismo violento (Malunguisse & Macaringue, 2022). Autores como Chadreque (2025); Angst & Machoi (2023); Malunguisse & Macaringue (2022) apontam que a desintegração das comunidades e o sentimento de traição por parte do governo e das empresas comprometem a coesão sócio-política e a unidade nacional.

Considerações finais

A pesquisa permite retomar a tese central de que a sobreposição entre conflito armado e eventos climáticos extremos constitui o fator crítico que reconfigura os modos de habitar em Cabo Delgado. Essa vulnerabilidade sobreposta afirma-se como a ruptura central do processo, uma vez que destrói não apenas infraestruturas físicas, mas também laços sociais, culturais e simbólicos. O dilema material e espacial emerge na tensão entre

práticas vernaculares e modelos habitacionais impostos, que frequentemente resultam em moradias precárias, mal adaptadas e incapazes de resistir a choques sucessivos. Ao mesmo tempo, a realidade vivida nos reassentamentos revela o contraste entre a resiliência cidadã, expressa na agência comunitária, na autoconstrução e nas redes de solidariedade, e a falha estrutural das respostas institucionais, marcadas por soluções uniformes e descontextualizadas.

A relevância desta pesquisa insere-se no debate sobre reassentamento e direitos, destacando que habitar não é apenas uma necessidade material, mas um direito humano que envolve identidade, cultura e dignidade. Ao evidenciar como o reassentamento em Cabo Delgado muitas vezes negligencia essas dimensões, o estudo contribui para um reposicionamento das políticas habitacionais, que devem integrar perspectivas de justiça social e respeito à diversidade cultural. Ao mesmo tempo, a discussão sobre arquitetura vernacular e design social oferece uma contribuição fundamental, ao indicar que soluções resilientes só podem ser eficazes se dialogarem com os saberes locais e com práticas de design participativo, capazes de transformar a habitação em espaço de proteção, pertencimento e reconstrução coletiva.

Todavia, é necessário reconhecer algumas limitações. A natureza de crise em curso e o acesso restrito aos territórios afetados limitaram a observação direta, o que levou à dependência de entrevistas e relatórios institucionais. Além disso, o estudo concentrou-se na ruptura do habitar, sem abarcar em profundidade os impactos de longo prazo, como os efeitos psicossociais e econômicos, que exigem mais tempo de acompanhamento para serem plenamente compreendidos.

Nesse sentido, abrem-se caminhos para pesquisas futuras. Primeiramente, são recomendáveis estudos longitudinais que acompanhem a evolução dos modos de habitar à medida que centros de reassentamento transitam para bairros permanentes, permitindo avaliar como continuidades e rupturas se consolidam ou se transformam ao longo do tempo. Em segundo lugar, sugere-se o desenvolvimento de um modelo de construção híbrida, que combine a resiliência da arquitetura tradicional com normas técnicas de resistência a sismos e ciclones, garantindo que o abrigo seja também um lar culturalmente enraizado. Por fim, há necessidade de aprofundar pesquisas sobre governança e geração de renda, avaliando a eficácia das recomendações de subsistência e sua articulação com a reconstrução habitacional, de modo a conectar a moradia à segurança alimentar e económica dos reassentados.

Em suma, o artigo reforça que a reconstrução em Cabo Delgado não pode ser pensada apenas em termos de blocos de terra e cimento, mas como um processo multidimensional que envolve espaço, materialidade e cultura. Ao mesmo tempo em que evidencia as fragilidades institucionais, destaca a força da resiliência comunitária, apontando caminhos para uma abordagem mais justa, participativa e sustentável dos processos de reassentamento em contextos de crise humanitária.

Referências

ABELLÁN, Beatriz; GUEREÑA, Arantxa. *Conflitos armados e deslocações forçadas como condutores de insegurança alimentar:* o caso de Cabo Delgado. [s. l.]: Instituto de Estudos sobre Conflitos e Ação Humanitária – ieacah, Ajuda em Ação, 2021.

ALBERDI, Jokin *et al*. *Guerra, deslocamentos forçados e resposta à crise em Cabo Delgado, Moçambique.* [S. l.]: Ayuda en Acción, [s.d.].

ALMEIDA, Tomás de. *Seven years into the conflict, solutions to displacement in Cabo Delgado remain elusive.* Internal Displacement Monitoring Centre, 2024. Online. Disponível em: https://www.internal-displacement.org/expert-analysis/7-years-into-the-conflict-solutions-to-displacement-in-cabo-delgado-remain-elusive/. Acesso em: 17 set. 2025.

AMARAL, Sílvia. *Conflitos armados e sustentabilidade urbana em Cabo Delgado.* Desafios para Moçambique 2022, [s. l.], p. 55-67, 2022.

ANGST, Felipe André; MACHOI, Hermenegildo Alberto. A problemática dos Reassentamentos: uma revisão de literatura. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 161-177, jul./dez. 2023.

BANDE, Aldemiro; NHAMIRRE, Borges; CORTEZ, Edson. *Gestão dos deslocados de guerra de Cabo Delgado*: Governo falhou no apoio às vítimas do conflito. Maputo: Centro de Integridade Pública (CIP), 2021.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Viver um tempo, habitar um espaço: a visita de um antropólogo à geografia.* [S.l.], [s.d.]. Online. Disponível em: https://apartilhadavida.com.br/wp-content/uploads/escritos/ANTROPOLOGIA/MUNDO%20CAMPON%C3%8AS/VIVER%20UM%20TEMPO,%20HABITAR%20UM%20ESPA%C3%87O%20-%20rosa%20dos%20ventos.pdf. Acesso em: 20 set. 2025.

CABO LIGADO. *Cabo Ligado Mensal:* Março de 2021. Moçambique: Cabo Ligado, 2021.

CARAFFE, Marc de. Charte du patrimoine bâti vernaculaire. *ICOMOS Canada Bulletin,* v. 8, p. 17-18, 1999.

CERNEA, Michael. *The risks and reconstruction model for resettling displaced populations.* World Development, v. 25, n. 10, p. 1569-1587, 1997. DOI: https://doi.org/10.1016/S0305-750X(97)00054-5.

CHADREQUE, Juvenal Laurinda da Silva. Análise multidimensional da insurreição em Cabo Delgado: causas, dinâmicas e impactos sociais, económicos e geopolíticos. *Revista do Ministério Público Militar*, Brasília, v. 52, n. 46, p. 217-276, 1. semestre 2025.

CHAIMITE, Egídio**.** Introdução. In: CHAIMITE, Egídio *et al.* (Org.). *Desafios para Moçambique 2023-2024.* Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos - IESE, 2024. p.19-30.

CUNHA, Teresa *et al.* Conflito armado e crise humana em Cabo Delgado: contribuições para a descolonização dos estudos para a paz e sobre o desenvolvimento. In: CHAIMITE, Egídio *et al.* (Org.). *Desafios para Moçambique 2023-2024.* Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos - IESE, 2024. p.265-280.

DUVANE, Fernando Manuel. Exploração de areias pesadas no distrito de chibuto, uma incubadora de conflitos socioambientais. In: CHAIMITE, Egídio *et al.* (Org.). *Desafios para Moçambique 2023-2024.* Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos - IESE, 2024. p.301-316.

ELIAS, Celso *et al*. O drama humanitário dos deslocados em Moçambique: reflexões sobre a crise em Cabo Delgado. *Revista de Relações Internacionais,* São Paulo, v. 2, n. 4, p. 55-72, dez. 2023.

HEIDEGGER, Martin. *Construir, habitar, pensar [Bauen, Wohnen, Denken].* Tradução de Carlos Botelho. Revisão de Pedro Marques de Abreu. Pfullingen: Günther Neske, 1954. Online. Disponível em: https://pdfcoffee.com/heidegger-construir-habitar-pensar-2-pdf-free.html. Acesso em: 27 set. 2025.

INTERNAL DISPLACEMENT MONITORING CENTRE – IDMC. *7 years into the conflict, solutions to displacement in Cabo Delgado remain elusive***,** 2024. Online. Disponível em: https://www.internal-displacement.org/expert-analysis/7-years-into-the-conflict-solutions-to-displacement-in-cabo-delgado-remain-elusive/. Acesso em 22 set. 2025.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. *Moçambique*: Cabo Delgado – da insurreição à reconciliação? África Report n.º 303, 11 de junho de 2021. Online. Disponível em: https://www.crisisgroup.org/africa/southern-africa/mozambique/303-mozambique-cabo-delgado-insurgency-reconciliation. Acesso em: 13 set. 2025.

MALUNGUISSE, Dércia Alberto; MACARINGUE, Lóide Sambo. Deslocamentos Internos e Extremismo Violento em Cabo Delgado: Que implicações para a Segurança do Estado? *Mensal: Boletim do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais,* Maputo, v. 32, n. 08, p. 17-30, dez. 2022.

MANDAMULE, Uacitissa. *Terra e crises climáticas: percepções de populações deslocadas pelo ciclone Idai no distrito de Nhamatanda.* Observador Rural, n. 87, fev. 2020. Maputo: Observatório do Meio Rural. Online. Disponível em: https://omrmz.org/omrweb/publicacoes/. Acesso em: 31 ago. 2025.

MISSELL, Daniel. A integração socioeconómica das mulheres deslocadas internamente devido ao conflito em Pemba, Cabo Delgado. *Observador Rural.* Maputo: Observatório do Meio Rural, 2024. n. 149.

MOÇAMBIQUE. Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos. Direcção Nacional de Habitação. *Guião de construção de habitação resiliente.* Maputo: Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, Direcção Nacional de Habitação. Maputo, 2020.

MOÇAMBIQUE. *Plano de Reconstrução de Cabo Delgado das zonas afetadas pelo terrorismo (2021-2024).* Maputo: INGD, 2021.

MOÇAMBIQUE. *Programa de alojamento pós-ciclone (PALPOC)*: Promovendo Recuperação Resiliente de Alojamento e Infraestruturas em Comunidades afectadas pelos Ciclones. Dondo: INGD, 2019.

MUKADZI – Colaboratório Feminista. *Passado, presente e futuro na voz das mulheres e raparigas afetadas pelo conflito em Cabo Delgado*: uma análise feminista: relatório-síntese. Maputo: Mukadzi – Colaboratório Feminista, 2022. Disponível em: https://muthiana.com/wp-content/uploads/2022/09/Relatorio-Pesquisa-Cabo-Delgado_ultima-versao-corrigida_26.07.22.pdf. Acesso em: 19 jun. 2025.

OCHA. MOZAMBIQUE - Ciclone Tropical Intenso Chido: Actualização No. 4. *Relatório Humanitário.* Pemba, Moçambique: OCHA, 2024. Online. Disponível em: https://mozambique.un.org/sites/default/files/2024-12/MOZAMBIQUE_Tropical%20Cyclone%20CHIDO_Flash%20Update%234-201224%20FINAL_PT.pdf Acesso em: 14 set. 2025.

OCHA. *Plano de resposta rápido: província de Cabo Delgado, Moçambique.* Maputo, 2020.

OIM. DTM Ciclone Tropical Chido | Moçambique: Actualização Rápida: 31 de Dezembro de 2024. *Relatório da OIM.* Pemba, Moçambique: OIM, 2024. Online. Disponível em: https://dtm.iom.int/sites/g/files/tmzbdl1461/files/reports/Mozambique__Tropical_Storm_CHIDO_Final_Flash_Update_311224_Pt_pt_0_0_0.pdf?iframe=true. Acesso em: 14 set. 2025.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES, PNUD. *Relatório de avaliação do impacto dos desastres em Moçambique.* Maputo, 2022.

RODRIGUES, Mery. Moçambique Preso a um Ciclo Vicioso de Reconstrução e Perdas pós-Ciclones. *Governança Ambiental/Terra,* Maputo, n. 6, maio 2025. Online. Disponível em: https://www.cipmoz.org/. Acesso em: 14 set. 2025.

SAMBO, Michael Godet; BUßLER, Phyllis. Ide como meio de desenvolvimento comunitário? Relações entre negócios e sociedade em torno dos projectos prosavana e wanbao em Moçambique. In: CHAIMITE, Egídio *et al.* (Org.). *Desafios para Moçambique 2023-2024.* Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos - IESE, 2024. p. 355-388.

SARTORIO, Letícia Figueiredo; FRANZ, Juliana Cristina. A interpretação da cultura na geografia: origem, identidades e códigos culturais. *Revista Caminhos de Geografia, Uberlândia***,** Uberlândia, v. 24, n. 93 jun./2023 p. 54-64**,** DOI: https://doi.org/10.14393/RCG249365531.

SEGAUD, Marion. *Antropologia do espaço:* habitar, fundar, distribuir, transformar. Trad. Eric R. R. Heneault. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.

SEKELEKANI. *Deslocados de guerra em Cabo Delgado:* Narração de Sofrimento. Moçambique, Sekelekani, 2021.

SOUZA, Maressa Fonseca e. *Modos de vida e modos de habitar em moradias autoconstruídas: um estudo nos bairros Nova Viçosa e Posses, em Viçosa - MG.* 2017. 163 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017.

UN-HABITAT. *A dimensão territorial dos deslocamentos no norte de Moçambique.* Maputo, 2ª edição. UN-Habitat Moçambique, 2021.

UN-HABITAT. *Moçambique Perfil de Habitação*. Maputo: UN-Habitat Moçambique, 2018.

UN-HABITAT. *Promover a urbanização sustentável em Moçambique como motor de desenvolvimento socioeconómico, da resiliência climática e da paz.* Maputo, 2023. Online. Disponível em: https://unhabitat.org/sites/default/files/2023/07/mocambique_resumo_nacional_pt.pdf. Acesso em: 15 jul. 2024.

ISSN 2526-7310 PIXO n.37, v.10 outono de 2026

CRISE URBANA NAS METRÓPOLES E A URGÊNCIA DE HABITAÇÃO SOCIAL
Perspectivas entre Rio de Janeiro e Nova Iorque

URBAN CRISIS IN METROPOLISES AND THE URGENCY OF SOCIAL HOUSING
Outlines between Rio de Janeiro and New York

Ethel Pinheiro[1] e Maria Lucia Vianna Pecly[2]

Resumo
Entender a complexidade das grandes cidades por meio de seus dilemas prementes é um dos caminhos para a proposição de soluções no campo da arquitetura e urbanismo. O enfoque na questão do aumento da vulnerabilidade socioeconômica, em especial de pessoas em situação de rua, tornou-se o propulsor deste artigo, que tem por objetivo discutir a crise urbana a partir da falta de respostas públicas adequadas quanto à moradia e a partir de direitos inalienáveis de todo ser humano. Por meio de análise bibliográfica e dados angariados em pesquisa de campo realizada no Rio de Janeiro e Nova Iorque em 2024 e 2025, este trabalho demonstra alguns aspectos que permitem evidenciar uma crise urbana metropolitana e ações de baixo para cima, que tem sido realizadas por associações para soluções em habitação, mirando o crescimento democrático e a implementação de justiça social em duas grandes cidades capitalistas ocidentais.
Palavras-chave: população em situação de rua; habitação social; políticas públicas; ativismo.

Abstract
Understanding the complexity of large cities through their pressing dilemmas is one way to propose solutions in the fields of architecture and urban planning. Focusing on the increasing socioeconomic vulnerability, especially among unhoused individuals, has become the driving force behind this article, which aims to discuss the urban crisis based on the lack of adequate public responses regarding housing and the inalienable rights of every human being. Through bibliographic analysis and data collected from field research conducted in Rio de Janeiro and New York in 2024 and 2025, this work demonstrates some aspects that highlight a metropolitan urban crisis and the bottom-up actions that have been carried out by associations for housing solutions, aiming for democratic growth and the implementation of social justice in two major Western capitalist cities.
Keywords: unhoused people; social housing; public policies; activism.

1 Doutora em Arquitetura pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura (PROARQ UFRJ/2010), Mestre em Arquitetura pelo mesmo programa (PROARQ-UFRJ/2004), Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ (FAU UFRJ/2001), docente da FAU/UFRJ e docente permanente do PROARQ/UFRJ, Cientista do Nosso Estado FAPERJ e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - PQC.
2 Doutora em Arquitetura pelo Programa de Pós-graduação em Urbanismo (PROURB UFRJ/2012), Mestre em Arquitetura pelo mesmo programa (PROURB-UFRJ/2004), Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ (FAU UFRJ/1987), docente da FAU/UFRJ e docente permanente do PROARQ/UFRJ.

Introdução

A manutenção da vida cotidiana nas cidades, em especial nas grandes, exige estratégias articuladas entre planejamento urbano-arquitetônico, atenção social, jurídica, política, entre tantas outras ações, de modo a superar as dificuldades e os problemas que acompanharam o desdobramento da Revolução Industrial pelo mundo, as grandes revoluções digitais e suas consequências para o habitar humano.

Alguns dos desdobramentos imediatos da aceleração da produção e das mudanças estruturais urbanas, no contexto de cidades capitalistas, em especial após as grandes guerras mundiais (início e meados do século XX), foram os grandes movimentos reivindicatórios da classe operária, que consequentemente atribuíram reconhecimento dos direitos individuais e demonstraram a necessidade constante de luta por justiça social, diante do crescente número de pessoas vivendo precariamente nas cidades. No conjunto desses grandes movimentos, que até hoje florescem em tipos e variedades de reivindicações, a ideia de cidade se rearticulou após a década de 1960 e – como traço contemporâneo – passou a buscar uma interseção entre o bem-estar social, a vida coletiva e o desenvolvimento econômico e urbanístico, como modelo de um novo Estado, longe do chamado Estado Mínimo.

Nessa estrutura interpretativa das cidades pós-guerras surge também o conceito de Capitaloceno, que permeia todas as discussões deste artigo, uma vez que desloca a análise das crises atuais para os regimes históricos de acumulação capitalista. A questão central, nesse ponto de vista, deixa de ser: *Como o ser humano transformou o Planeta,* para tornar-se: *Quais formas de produção, consumo, exploração e urbanização produziram essa transformação.* A degradação ambiental, as mudanças climáticas e a exaustão dos territórios não são, assim, efeitos colaterais de um desenvolvimento comum, mas componentes estruturais da reprodução capitalista contemporânea.

As cidades contemporâneas deixaram de ser, neste sentido, o palco da acumulação para tornar-se um de seus maiores mecanismos de assimetrias. A financeirização do espaço urbano, a valorização imobiliária, a transformação da moradia em ativo financeiro e a expansão desigual das infraestruturas urbanas fazem da produção do espaço uma condição da reprodução capitalista, que traz à tona o conceito de descartabilidade como base de um capitalismo contemporâneo que produz sujeitos não funcionais aos circuitos hegemônicos de acumulação. Nesse contexto de crescimento urbano desordenado e maquinado, a consequência imediata tem sido o aumento da situação subumana de milhares de pessoas, que por falta de emprego e moradia sobrevivem nas ruas das metrópoles, em espaços físicos sem condições sanitárias básicas ou em áreas de risco, reforçando o racismo ambiental e exacerbando as diferenças sociais.

A falta de moradia digna, no contexto do século XXI é, portanto, um dos maiores dilemas urbanos. Neste sentido, é imperativo colocar a moradia como um direito inalienável, tanto como segurança na posse de algum imóvel, quanto na disponibilidade de serviços, infraestrutura e acessibilidade nas cidades contemporâneas.

A defesa pela moradia digna foi reconhecida e implantada desde 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DDH), sendo um direito social garantido pela Constituição Federal brasileira, especificamente no artigo 6º, que o lista como um dos direitos sociais fundamentais, juntamente com educação, saúde, trabalho e outros. Isso significa que todo cidadão brasileiro tem direito a uma habitação adequada, segura e digna, com condições mínimas de salubridade e conforto. O artigo 25 da DDH estabelece o seguinte:

> Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis. (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948).

Vários tratados internacionais trouxeram aos países a obrigação de promover e proteger o direito à moradia digna, após a DDH, como ação vinculada às propostas de construção de soberania e justiça social. Os direitos sociais, conhecidos como os direitos de segunda geração, foram consagrados como direitos fundamentais na passagem do Estado Liberal para o Estado de Bem-estar social, também conhecido como *Welfare State*, como publicado pelo JusBrasil em 2014.[3]

O Decreto 591 de 06/07/1992[4], que institui o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – PIDESC (1996), traz o reconhecimento do direito de toda pessoa à moradia adequada e torna os Estados comprometidos a tomar medidas apropriadas para assegurar a consecução desse direito:

> Art. 11 - Os Estados Partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa a nível de vida adequado para si próprio e sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como a uma melhoria contínua de suas condições de vida. Os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para assegurar a consecução desse direito, reconhecendo, nesse sentido, a importância essencial da cooperação internacional fundada no livre consentimento. (Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, 1996).

O problema latente de falta de habitação adequada nas metrópoles, portanto, e em especial no Rio de Janeiro e em Nova Iorque – utilizados como quadro de análise comparativa neste artigo, em razão de pesquisas desenvolvidas nos dois estados – é uma resposta direta à ausência de políticas públicas adequadas e de políticas centradas no interesse coletivo, que acabam por negligenciar os direitos de diversas comunidades em situação de vulnerabilidade, assim como evidenciam o cenário atual bastante inóspito para o crescimento adequado das cidades.

Este artigo visa apresentar, portanto, como suporte para a compreensão desse estado de deficiência urbana, os dados coletados no Rio de Janeiro entre 2024 e 2025 por densa pesquisa de campo, realizada com apoio de fomento institucional, e em Nova Iorque, em 2025 – durante o período pós-doutoral de uma das autoras e a participação na Semana do Clima e Justiça Social, em Nova Iorque, por ambas[5].

Para isso, utiliza-se uma abordagem teórico-metodológica sensível, baseada no georreferenciamento de pessoas em situação de rua, em ambas as cidades. A proposta comparativa tem base no projeto de pesquisa intitulado “Cartografias Afetivas de uma Cidade Invisível. Mapeamento sensível dos espaços habitados por corpos de/na rua”, desenvolvida por Pinheiro (2023), com apoio FAPERJ e CNPq, e pela pesquisa “Urban Design Code”, em desenvolvimento desde a defesa da Tese de Pecly (2012), ambas ancoradas na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Comparar e tratar essas duas cidades como situações alinhadas para a compreensão do déficit habitacional e aumento da pobreza é a base que estrutura a ideia central deste artigo: enunciar uma crise proporcionada pelo capitalismo, entre tantas outras questões, e apresentar alguns movimentos civis que tem se encarregado de manter a luta pela moradia como um ideal de vida urbana, nessas metrópoles.

A pesquisa “Cartografias Afetivas de uma Cidade Invisível” tem por meta incrementar o escopo de metodologias para a abordagem de espaços públicos de uso coletivo, buscando delinear e analisar a configuração espacial de espaços intitulados “invisíveis”, uma vez que são fabricados por pessoas em situação de rua. Já a pesquisa “Urban Design Code” tem como objetivo compreender como o processo de codificação pode ser usado como ferramenta na construção de parâmetros de qualidade para a prática e o ensino de projeto de habitação social no Brasil, favorecendo políticas mais justas e democráticas para a habitação social. As duas pesquisas, aqui associadas como base investigativa deste artigo, buscam discutir a existência de uma crise urbana extrapolada pela complexidade dos problemas atuais e, assim, trazem corpo a um debate necessário no campo da arquitetura e urbanismo sobre o papel dos coletivos e das associações para fomentar o movimento *de baixo para cima*, de constante luta pela melhoria das cidades.

Pressupostos à questão da moradia e vulnerabilidade nas cidades

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, ao reconhecer a moradia como um direito social, estabeleceu que a União, os estados e os municípios têm a responsabilidade comum de promover programas de construção de moradias e melhoria das condições de vida e de saneamento básico das populações. Essa garantia foi reforçada pela Emenda Constitucional nº 26/2000[6], que incluiu formalmente a moradia no rol dos direitos sociais. É importante colocar que o direito à moradia reforça a função social da propriedade.

A Lei nº 10.257/2001, que é o Estatuto da Cidade, regulamenta o direito à moradia, permitindo que o poder público adote medidas para garantir o acesso a esta, assim como à desapropriação, usucapião e função social da propriedade urbana. No entanto, mesmo com a proteção jurídica, o desenvolvimento de ações eficazes para a oferta de habitação adequada no Brasil está muito longe do necessário. Carvalho et al. (2025), em recente artigo publicado, reforçam que a financeirização das políticas de habitação tem retirado esse direito básico de milhares de pessoas:

> (...) o Brasil enfrenta um déficit habitacional de aproximadamente 6 milhões de unidades, impactando 17,4 milhões de pessoas. Esta crise é marcada pela falta de responsabilização e transparência na política habitacional, especialmente nas grandes cidades brasileiras. Nesses contextos urbanos, a remoção forçada e o deslocamento são frequentemente disfarçados sob o arcabouço estratégico do desenvolvimento urbano para gentrificar populações que vivem em condições precárias. (Carvalho et al., 2005, s/p, tradução nossa).

As razões para números tão altos de falta de moradia social no Brasil, associado ao aumento vertiginoso da condição de vulnerabilidade humana nas cidades mundiais, tem assento na grande assimetria entre os salários dos trabalhadores de base (e a falta do salário, no caso de pessoas em situação de rua), o alto custo dos aluguéis, a limitação de acesso à assistência médica e outros serviços sociais (que ausentes, prejudicam a qualidade da saúde e, assim, exigem ações extremas de subsistência). A marginalização sistêmica das pessoas, conforme dados da *National Alliance to End*

3 https://www.jusbrasil.com.br/artigos/direitos-sociais-direito-a-moradia/145423551
4 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm
5 https://www.climate.columbia.edu/climate-week
6 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc26.htm

Homelessness[7] é a grande catapulta da crise urbana contemporânea.

A Constituição dos Estados Unidos, por sua vez, não garante explicitamente o direito à moradia, embora os EUA tenham assinado acordos internacionais que reconhecem o direito à moradia adequada. A Constituição Federal dos Estados Unidos, que entrou em vigor em 1789, contudo, protege os direitos de propriedade, e alguns direitos relacionados à moradia são indiretamente abordados por meio de outras vias legais. Franklin Roosevelt, em 1944, antes da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), fez a introdução deste assunto em sua *Second Bill of Rights* (Segunda Declaração de Direitos), reconhecida como a base de todos os direitos civis estadunidenses.[8] A Constituição norte-americana passou por 27 emendas desde a sua criação, sendo a mais recente em 1992, mas, ainda assim, não tornou completamente evidente a obrigatoriedade de respostas para o empenho governamental sobre o direito à habitação.

Nosso recorte social, neste artigo, recai sobre as comunidades mais vulneráveis atualmente – as pessoas em situação de rua, conhecidas como *unhoused people* nos Estados Unidos. O artigo também dá corpo à discussão sobre a falta de moradia e de apoio governamental para a superação do problema habitacional. Em estudo citado na Resolução Nº 605, de 13 de dezembro de 2024, realizado pelo Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua - OBPopRua/POLOS-UFMG (Brasil, 2024), constatou-se que havia um total de 22.922 pessoas em situação de rua em 2013, 242.756 pessoas em dezembro de 2023 e 309.998 em 2024, ou seja, os números cresceram no Brasil mais de 10 vezes nos últimos 10 anos. Dados do estudo mais recente, de 2025, indicam que há mais de 365.000 pessoas em situação de rua no Brasil.

A Lei nº 14.821/2024, que institui a Política Nacional de Trabalho Decente e Cidadania para a População em Situação de Rua (Brasil, 2024a), estabelece em seu artigo 1º o conceito jurídico de População em Situação de Rua (PSR), a saber: "(...) grupo populacional heterogêneo que tem em comum a ausência de moradia e utiliza o espaço público como espaço de moradia e sustento (...)" (Op. cit., 2024a, s/p). Por essa mesma definição, entende-se que a categoria é atualmente muito mais ampla e genérica que em décadas anteriores, englobando diversas pessoas que vivem em abrigos ou amontoadas em casas de outras famílias, ou mesmo aquelas que passam o dia na rua, fornecendo comida por entrega – consolidando a *uberização* dos serviços, o que amplia a interpretação de insegurança e vulnerabilidade nas cidades.

Por esta razão, desde 2023, a pesquisa "Cartografias Afetivas de uma Cidade Invisível" passou a tratar esses dados como condição *sine qua non* para a análise do contexto socioespacial da cidade do Rio de Janeiro, diante do aumento expressivo de pessoas que vivem nas ruas e constroem pequenas cidades invisíveis. Em Nova Iorque, capital usada como estudo comparativo por diversas relações de similitude com o Rio de Janeiro – já que é a quinta maior área metropolitana do planeta, a cidade que mais acumula pessoas em situação de rua nos EUA e também um dos mais importantes centros financeiros – o aumento de pessoas em situação de rua é alarmante, chegando a quase 50 vezes mais que há 10 anos.

Nos Estados Unidos, a contagem do número de pessoas em situação de rua em 2024, realizada pelo *United States Department of Housing and Urban Development* (HUD), foi estimada em torno de 770.000.[9] A falta de moradia social em Nova Iorque, neste mesmo sentido, atingiu níveis críticos, com cerca de 350.000 pessoas vivendo em algum tipo de situação de rua (informações baseadas na Associação *Coalition for the Homeless*). Na cidade de Nova Iorque, é estimado um número em torno de 200.000 pessoas residindo fora de um domicílio formal (os abrigos e casas de parentes entram nessa situação) e 10.000 pessoas residindo diretamente nas ruas.

No Rio de Janeiro, o Censo de População de Rua 2023 da Prefeitura identificou 7.865 pessoas residindo nas ruas, somente na capital, um aumento de 8,5% em relação a 2020, onde 78,6% exerciam alguma atividade para a obtenção de renda informal, 57,7% como catadores de materiais recicláveis, 20,7% camelôs, 3% flanelinhas e 3,5% trabalhavam com carteira assinada. Em 2025, o número estimado de pessoas em situação de rua é de mais de 12.000.

Diferentemente do Rio de Janeiro, Nova Iorque considera seus números por categorias de abrigo, ou seja, apesar dos números serem alarmantes, eles incluem pessoas que podem estar abrigadas em *shelters* ou lares temporários. Em janeiro de 2022, havia 45.343 pessoas em abrigos e, em janeiro de 2024, havia 89.119 pessoas nos abrigos do *NYC Department of Homeless Services* (DHS). No início de 2025, 106.875 pessoas dormiram todas as noites em abrigos na cidade de Nova Iorque, aproximadamente 8.000 ficaram sem abrigo em espaços públicos e mais de 200.000 pessoas dormiram temporariamente acomodadas em casas de outras pessoas, como informado pela *Coalition for the Homeless (CFH)*. Claramente a população abrigada da cidade aumentou significativamente, principalmente devido ao fluxo de pessoas pedindo asilo e ao aumento de imigrantes, além da maior quantidade de despejos ocorridos, por mudanças nas práticas de financiamento da habitação.

De fato, pelo número tão grande de pessoas vivendo nas ruas do Rio de Janeiro e Nova Iorque, pode-se dizer que a invisibilidade dessas é apenas resposta à omissão de atenção ou à falta de importância devida. As discussões sobre este problema chegam ainda de forma branda ao contexto global, mas, já fortemente comandadas por diversos movimentos sociais e grupos de trabalho, secretarias e agentes públicos focados na busca por uma reversão do quadro apresentado, em ambas as cidades. Para favorecer a transparência dessa fotografia, que revela onde as pessoas em situação de rua permanecem nas capitais, tem sido usado o georreferenciamento da localização dessas pessoas, com o apoio de uma pesquisa qualitativa que emprega entrevista semiestruturada e oferta de alimento e acolhimento durante os percursos praticados em saídas noturnas pela equipe de pesquisa no Rio de Janeiro. Em Nova Iorque, a pesquisa foi feita por saídas noturnas apoiadas por pós-graduandos da *Columbia University*, onde a pesquisa se desenvolveu por três meses em 2025.

A equipe que participa da pesquisa busca as informações in situ, em rondas/derivas realizadas por diversos bairros da capital, e assim são levantados os nomes, tempo de permanência nas ruas, os trajetos que essas pessoas realizam durante o dia na cidade, e o seu papel laboral não formalizado – repassado como resposta à pergunta: "O que você diria que faz pelas ruas?". O resultado, ilustrado na Figura 1, apresenta o volume de localizações georreferenciadas demarcadas no MyMaps da Google™ e os dados sensíveis coletados.

7 https://endhomelessness.org/a-shortage-of-affordable-housing/

8 Roosevelt, Franklin D. "The Economic Bill of Rights" (The Second Bill of Rights) (original from 1944). In: https://www.ushistory.org/documents/economic_bill_of_rights.htm?srsltid=AfmBOop_MFQjwGvc_V2BNepIcvfBT69PZzps3zqhBWNr1UqXQXyaiq_D, acessado em 20 de maio de 2025.

9 https://www.msn.com/pt-br/noticias/mundo/por-que-cresce-n%C3%BAmero-de-pessoas-sem-teto-nos-eua-pa%C3%ADs-mais-rico-do-mundo/ar-AA1KsYO2?ocid=msedgntp&pc=U531&cvid=17e5026aa4654352a7cf9ae923c75bea&ei=86

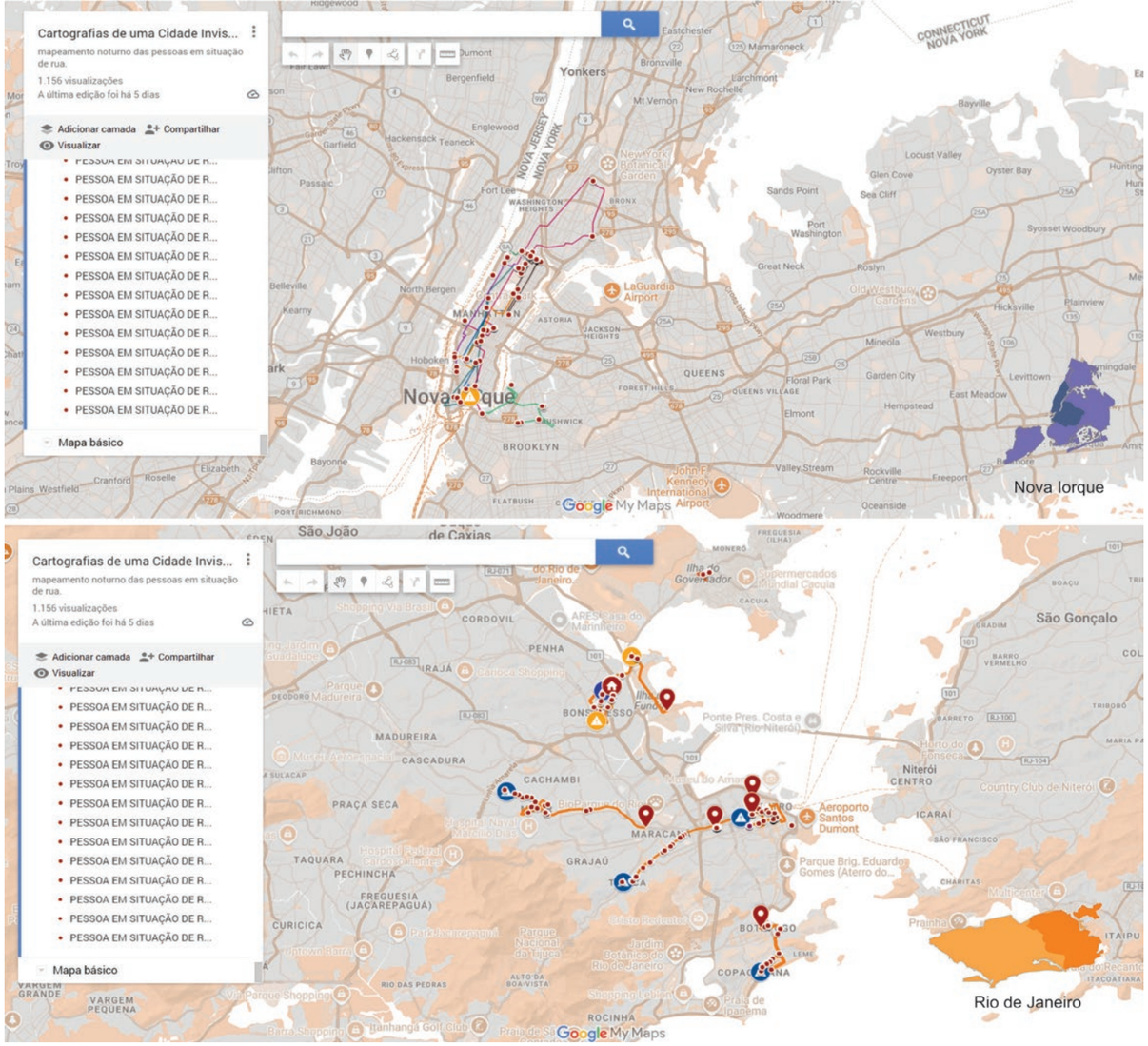


Figura 1 – Base de georreferenciamento MyMaps GoogleTM utilizada durante a pesquisa de campo no Rio de Janeiro e Nova Iorque (sem escala); os pequenos pontos vermelhos são cada uma das pessoas encontradas nos locais de permanência noturna. Fonte: dos autores, 2025.

Se para latino-americanos entender os problemas que levam um conjunto de pessoas a habitar as ruas de uma cidade é algo objetivo – devido aos séculos de colonização, a falta de aportes de verbas públicas em diversos setores de operacionalidade e as assimetrias sociais – para os estadunidenses, cuja nação é comprovadamente a mais rica do globo terrestre, o crescimento dessa população de rua parece incompreensível.

Margot Kuschel, professora de Medicina e chefe da Divisão de Igualdade em Saúde e Sociedade da Universidade da Califórnia, trazendo luz ao problema, disse recentemente à BBC[10] que: "(...) a crise atual está enraizada na enorme escassez de moradia para pessoas que se encontram há muito tempo em situações extremas". Obviamente existem diversos fatores que podem contribuir para a perda de moradia, mas vê-se atualmente que a cidade de Nova Iorque enfrenta a pior crise de acessibilidade à moradia de sua história, e isso tem impulsionado a gentrificação pela ascensão da financeirização dos empreendimentos imobiliários (Carvalho et al., 2025), os despejos, o deslocamento forçado, a segregação e o assédio a inquilinos.[11]

10 https://www.msn.com/pt-br/noticias/mundo/por-que-cresce-n%C3%BAmero-de-pessoas-sem-teto-nos-eua-pa%C3%ADs-mais-rico-do-mundo/ar-AA1KsYO2?ocid=msedgntp&pc=U531&cvid=17e5026aa4654352a7cf9ae923c75bea&ei=86

11 https://edc.nyc/housing-crisis-and-new-york-city

Habitação: os diferentes produtos e a qualidade urbana

A crise da habitação tem sido pauta de debates em diversas rodas de conhecimento. O custo de habitar grandes centros urbanos como Rio de Janeiro, Nova Iorque, ou demais como Londres ou Barcelona – capitais atrativas por seu poder econômico e político, nos faz pensar qual o modelo que poderia dar conta desse problema, cada dia crescente nos grandes centros urbanos. Essa dúvida é ponto pacífico diante da quantidade vultosa de pessoas sem teto pelas grandes metrópoles. Mas, será que existe um modelo único? Será que a fórmula de quantidade em detrimento da qualidade, exaustivamente utilizada em meados do século XX, já não está ultrapassada?

Causas comuns dessa crise habitacional estão no mercado imobiliário aquecido e gentrificado, gerando valorização de áreas centrais e expulsão de populações de baixa renda; no déficit habitacional histórico, com a produção de moradias populares desalinhada do crescimento populacional; na desigualdade socioeconômica, com a precarização do trabalho e baixa renda; e nas crises econômicas, que geram reduções orçamentárias e aumentam a escassez de programas de habitação.

A discussão mais atual no campo da arquitetura e urbanismo pende sobre a densificação dos edifícios habitacionais urbanos como uma solução viável, mas é preciso pensar na qualidade do entorno urbano, de forma a garantir habitabilidade eficaz e vida em comunidade. O mote “valor da vida em comunidade” tem sido uma senda eficaz para paralisar diversos processos de demolição de conjuntos habitacionais ou tentativas de dispersão de pessoas que moram em um mesmo condomínio social, justamente pelos movimentos coletivos no Rio de Janeiro e em Nova Iorque, que constroem caminhos possíveis para a reinterpretação do problema.

O modelo de habitação proposto pelo Movimento Moderno, com torres de apartamentos soltas num terreno, desconectadas da malha urbana, criou ambientes urbanos geralmente sem qualidade, espaços residuais que não proporcionavam a utilização entre os edifícios para áreas de lazer, nem para qualquer outro fim, tornando os espaços inseguros. Esse tema já foi muito balizado em diversos estudos e ensaios, sendo fácil constatar que tal modelo de cidade funcional, com soluções propostas de cima para baixo, não se encaixa mais nos dias de hoje. O princípio básico apontado como possível caminho seria a escuta, o diálogo e as soluções que surgem *de baixo para cima* e, possivelmente, de dentro para fora.

Os dilemas de tal complexidade reforçam que, tanto no Rio de Janeiro quanto em Nova Iorque, há escassez de moradia adequada, além de grande pressão sobre as populações de baixa renda, porém as trajetórias e instrumentos diferem: no Rio predominam políticas de produção de unidades (programas habitacionais, reassentamentos, regularização fundiária) e forte presença de ocupações informais/favelas e movimentos sociais. Em Nova Iorque, além dos movimentos sociais, existe uma infraestrutura pública consolidada pelo *The New York City Housing Authority* (NYCHA)[12], por sistema de *vouchers*[13], leis de proteção ao inquilino (aluguel estabilizado em partes) e programas recentes de acesso à representação jurídica, além de planos municipais estratégicos para habitação.

12 https://www.nyc.gov/site/nycha/about/about-nycha.page

13 Os "vouchers" do NYCHA são um programa de assistência de aluguel chamado *Housing Choice Voucher* (HCV) *Program* ou *Section 8*. Eles funcionam como um subsídio federal que ajuda famílias de baixa renda a pagar uma parte razoável do seu rendimento mensal em aluguer de uma habitação no mercado privado, enquanto o NYCHA paga o restante diretamente ao proprietário.

No Rio de Janeiro, o órgão gestor das questões habitacionais é a Secretaria Municipal de Habitação (SMH), que atua com o Conselho Municipal de Habitação (CMH), sendo esse responsável pela urbanização de favelas, regularização fundiária e reassentamentos. É importante destacar que o Programa Federal *Minha Casa, Minha Vida* (atual *Casa Verde e Amarela*), e o Programa Municipal *Morar Carioca* (versão evoluída do Favela-Bairro) – que envolve urbanização integrada, realização de infraestrutura, realocação das famílias que vivem em favelas, construção de conjuntos habitacionais (Cohabs) e outras ações, atuam e prol das necessidades de habitação, gerando unidades subsidiadas em parceria com o município. Obviamente, as ações são realizadas com práticas comuns, como urbanização in situ e programas de reassentamento, mas dependem do esforço das governanças locais, que tem se alinhado cada vez mais à financeirização da moradia.

> Através da financeirização, o desenvolvimento urbano tem sido estrategicamente utilizado para impulsionar uma colaboração convivial entre o Estado e as empresas privadas, para desenvolver mercados imobiliários que beneficiem os investidores ricos e as elites (Carvalho et al., 2025, s/p).

A Lei Complementar nº 201/2019, que regulamenta o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social da Cidade do Rio de Janeiro, se estabelece nesse cenário como instrumento básico da política habitacional municipal, com participação do CMH em todas as etapas, para garantir fiscalização e controle social. A Lei do SHIS-RJ (Sistema de Habitação de Interesse Social do Estado do Rio de Janeiro), aprovada com mecanismos para acesso à terra urbanizada, subsídios e cotas, é também um outro instrumento que visa garantir acesso à habitação social no Rio de Janeiro.

No entanto, existe um déficit habitacional enorme no Estado do Rio de Janeiro; estimativas apontam cerca de 500 mil moradias em falta.[14] Muitas ocupações no Rio de Janeiro estão sem regularização e, segundo o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), a falta de diálogo municipal com essas ocupações não permite a perspectiva de solução. Além disso, o orçamento público limitado, tanto no município quanto no estado, a competição com outras prioridades (segurança, transporte e saúde, por exemplo), a supervalorização da terra urbana central, próxima de infraestrutura básica, os conflitos legais de propriedade, de desenho urbano, de zoneamento, e a ausência de normas ágeis para lidar com ocupações.

A falta de participação efetiva dos moradores nos projetos, tanto no diagnóstico quanto na fase de projeto ou no acompanhamento da obra social, tem trazido soluções que não se adequam às necessidades locais de durabilidade do edifício, dando descontinuidade a diversos planos já realizados. Um problema ainda maior está na coordenação entre diferentes níveis de governo (município, estado, União) e entre diferentes secretarias/esferas (habitação, infraestrutura, transporte, meio ambiente), que tornam o processo de implantação bastante ineficiente. E, como no caso do *Casa Verde e Amarela*, a dependência de programas federais, cujos orçamentos flutuam, e de subsídios que nem sempre acompanham os custos de terra, infraestruturas ou construção, tem tornado os resultados muito distantes da realidade programada.

Todas essas iniciativas no Rio de Janeiro apontam para um beneficiário com condições mínimas de aporte de renda, bem distante da realidade de pessoas em total situação de vulnerabilidade. Portanto, o quadro de manutenção da vulnerabilidade parece ainda mais consolidado, visto que não há oferta de habitação social ou pública para pessoas nessa condição, muito menos quantidade adequada de abrigos para minimizar o problema da utilização da rua como casa. Em 2024, a Prefeitura do Rio divulgou que o Programa *Seguir em Frente* retirou 840 pessoas das ruas num total de 20 dias. Esse número representa menos de 10% da população mapeada pelos órgãos estatísticos em 2024.

O quadro abaixo resume os diversos programas disponíveis no Rio de Janeiro, os agentes e as características de cada um, montando o cenário mais atual das políticas públicas cariocas.

Nome / Programa	Envolvidos / instância	O que fazem / características principais	Resultados / alcance
Projeto Moradia Cidadã / Plano Ruas Visíveis	Governo Federal + Município do Rio	Política intersetorial para pessoas em situação de rua. Usa a metodologia Housing First, oferecendo moradia imediata com acompanhamento social, saúde, assistência etc.	Fase piloto no RJ incluiu 50 unidades para atender pessoas/famílias em situação de rua.
Lei de Assistência Técnica – ATHIS	Lei Federal 11.888/2008 + Lei Municipal 9.861/2022	Famílias com até 3 salários mínimos recebem assistência técnica gratuita para reformas, ampliações ou regularização fundiária de sua moradia.	Permite intervenções localizadas de melhoria habitacional, aumentando qualidade de vida.
Programa Morar Carioca	Prefeitura do Rio (SMH / Rio-Urbe)	Urbanização de favelas; obras de infraestrutura urbana (água, esgoto, drenagem), iluminação, vias de acesso, lazer, paisagismo, regularização fundiária.	29 áreas contempladas recentemente, beneficiando mais de 80 mil pessoas e 20 mil moradias.
Projeto Casa Carioca	Prefeitura do Rio – Secretaria de Ação Comunitária	Requalificação de imóveis em comunidades vulneráveis, melhorias de fachada, reforma de casas.	Já requalificou cerca de 2.800 imóveis; meta de 20 mil até 2024.
Projeto Na Régua / Casa da Gente	Governo do Estado do RJ	Reformas de conjuntos habitacionais antigos, retomada de obras paralisadas, construção de novas unidades.	Previsto para 18 comunidades, contemplando diferentes regiões do estado.
Minha Casa, Minha Vida (RJ) /Casa Verde e Amarela	Governo Federal + Estado + Municípios	Construção de unidades habitacionais para famílias de baixa renda em várias regiões do estado.	Anunciadas 11.462 novas moradias em áreas como Complexo do Alemão, Jacarezinho, Manguinhos, Petrópolis e outras.

Quadro 1 – Ações públicas voltadas para a habitação social no Rio de Janeiro. Fonte: dos autores, 2025.

14 https://www.caurj.gov.br/a-desigualdade-comeca-em-casa-rj-tem-um-deficit-habitacional-de-500-mil-moradias/?utm_source=chatgpt.com&appgw_azwaf_jsc=akC8SjwSh--YzDELk8LbQvJHXdzcZn93uGExGXYFSqI

Em Nova Iorque, segundo a *Coalition for the Homeless* (CFH), enquanto a cidade de Nova Iorque ostenta a existência de 350.000 milionários, pode-se observar o mesmo número de pessoas sem teto. O alto custo de moradia registra que 1/3 dos inquilinos da cidade gastam mais da metade dos seus ganhos com o aluguel, e mais de 100.000 famílias foram despejadas desde 2016. A organização criou em 2025 um Manual intitulado *Housing is the Solution: a plan to end mass homelessness in NYC*[15] procurando estabelecer metas diretas e práticas para minimizar o problema das pessoas em situação de rua. Dentre as recomendações, fazem parte do escopo a construção de mais casas acessíveis, o tratamento psicológico para moradores com problemas mentais e um programa para evitar despejos. A sugestão de construção de 12.000 novas moradias subsidiadas nos próximos cinco anos, especificamente para moradores de rua, elucida que habitação a preço de mercado não funciona para a população de extrema vulnerabilidade, e que é preciso pensar numa política de subsídios que possa garantir a permanência dessa população em suas casas por um longo tempo.

O grande problema apontado pela CFH são as pessoas com problemas mentais e de saúde, que muitas vezes não se adaptam ou são recusadas nos abrigos. A ajuda como o CityFHELPS, sistema de *vouchers* que auxilia pessoas a pagarem seus alugueis, muitas vezes sofre preconceito por conta dos proprietários, que evitam receber aluguéis desta forma. Outra ação debatida por vários agentes, em Nova Iorque, é a de expandir o programa de prevenção de despejo, aumentando a percentagem de pessoas atendidas pelo programa *Right to Counsel,* que garante a representação gratuita da população em ações penais de despejo. Atualmente, de 84% das famílias que enfrentam processos judiciais de despejo, somente 47% delas tem direito a um advogado da defensoria pública gratuitamente.

Segundo o relatório *Housing Firs*t,[16] em março de 2022 o Prefeito de Nova Iorque, Eric Adams, criou um programa de limpeza urbana com o objetivo de "varrer" os moradores de rua para fora dos espaços públicos da cidade. Foi realizada uma força-tarefa com vários órgãos públicos como o DHS, *New York Police Department* (NYPD) e *Department of Parks and Recreation* (NYC Parks) para recolher esses moradores e levar para abrigos. Somente 5% do montante de pessoas aceitou ficar nos abrigos temporários, 29% das pessoas deixaram o abrigo no mesmo dia que entraram e 3,9% ficaram no abrigo por mais de um dia, sendo que 65% desses que permaneceram no abrigo ficaram menos de seis dias. Os dados de 2023 mostram que apenas 43 pessoas (2% do total inicial) permaneceram no abrigo: menos de um ano depois que foram recolhidas na rua – o que significa que a política pública investida em abrigos não responde à necessidade de dar abrigo à pessoa em vulnerabilidade.

A CFH[17] defende a expansão do *Housing First Program*, que foi criado em NY em 1990 com o objetivo de fornecer habitação social para moradores de rua, mas percebeu a necessidade de reformulações, como a inclusão de serviços de apoio psicológico para pessoas com problemas mentais, tratamento para viciados em drogas e também o treinamento para ajudar as pessoas a conseguir um emprego. Segundo estudos do Gabinete da Controladoria Pública, e com base nas conclusões da auditoria e da revisão das políticas públicas de habitação para população com alta vulnerabilidade, o *Housing First Program* foi a forma mais eficaz de apoio aos que necessitavam e

15 Habitação é a Solução: plano para acabar com a falta de moradia em massa em Nova Iorque (tradução nossa) https://www.coalitionforthehomeless.org/wp-content/uploads/2025/03/Housing-is-the-Solution-A-Plan-to-End-Mass-Homelessness-in-NYC.pdf

16 chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://comptroller.nyc.gov/wp-content/uploads/2023/06/Brief-Report_Housing-First.pdf

17 https://www.coalitionforthehomeless.org/wp-content/uploads/2025/03/Housing-is-the-Solution-A-Plan-to-End-Mass-Homelessness-in-NYC.pdf

Housing First: A Cost-Effective Strategy

	Daily Cost per person	30 day cost per person
Supportive Housing	$68	$2,040
Shelter	$136	$4,080
Incarceration at Rikers Island	$1,414	$42,420
Hospitalization	$3,609	$108,270[4]

A methodology for the above cost analysis is included in the appendix.

Figura 2 – Estudo comparativo de custo de programas de assistência a pessoas em situação de rua. Fonte: https://comptroller.nyc.gov/wp-content/uploads/2023/06/Brief-Report_Housing-First.pdf

também para reduzir a população de moradores de rua. Estudos apontam que entre 70 a 90% dos participantes do Programa se mantiveram em suas casas depois de três anos de alocados.

A cidade de Nova Iorque se comprometeu a construir 15.000 unidades habitacionais até 2031. Em novembro de 2015, o prefeito de Nova Iorque anunciou o compromisso da cidade de desenvolver 15.000 unidades de moradia assistida, nos próximos 15 anos aos nova-iorquinos mais vulneráveis. Moradia assistida é uma moradia acessível com serviços de apoio, incluindo acesso a cuidados de saúde mental e física, conexão com programas de tratamento de álcool e outras substâncias e outros serviços sociais. É uma abordagem comprovada e econômica para atender às necessidades dos nova-iorquinos que lutam contra doenças mentais, falta de moradia e uso de drogas.

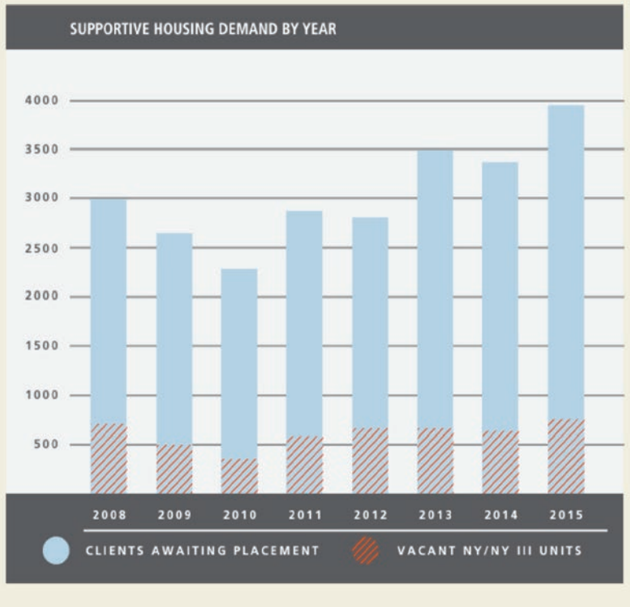
Neste sentido, a Iniciativa *NYC 15/15*[18] reflete as lições aprendidas nos últimos 30 anos e incorpora a sabedoria da moradia assistida. Segundo a CFH,[19] apesar da boa iniciativa, o Programa estacionou e em 2024 apenas 3.853 unidades haviam sido construídas. O termo Habitação Assistida traduz bem a complexidade do problema: não basta apenas providenciar abrigos para a população de rua, é necessário que essas pessoas recebam assistência básica psicológica, atenção de escuta e capacitação, ou o sucesso de um programa habitacional não será alcançado.

Confrontando-se as duas realidades, percebe-se que o Rio de Janeiro aposta em produção de novas unidades habitacionais e que Nova Iorque combina estoque público e subsídios de aluguel. No entanto, ambas esbarram na questão da acessibilidade financeira – praticamente impossível para quem está no mais alto patamar de insegurança social e econômica. O gráfico identificado na Figura 3 mostra como essa demanda por habitação assistida tem um público enorme à espera de sua implementação, em Nova Iorque, e torna claro que um dos grandes entraves à realização da iniciativa é justamente a acessibilidade econômica.

18 chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.nyc.gov/assets/hra/downloads/pdf/services/supportive-housing/Report%20for%20SH%20Task%20Force%20Recommendations.pdf

19 https://www.coalitionforthehomeless.org/wp-content/uploads/2025/03/Housing-is-the-Solution-A-Plan-to-End-Mass-Homelessness-in-NYC.pdf

THE DEMAND FOR SUPPORTIVE HOUSING VASTLY OUTPACES THE SUPPLY, WITH APPROXIMATELY 4 APPROVED APPLICATIONS FOR EVERY AVAILABLE UNIT.[1]



[1] HRA Customized Assistance Services "NY/NY III December 2015 Progress Report" Pp. 10

Figura 3 – Demandas do Programa de Habitação Assistida (Supportive Housing) NY15/15. Fonte: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.nyc.gov/assets/hra/downloads/pdf/services/supportive-housing/Report%20for%20SH%20Task%20Force%20Recommendations.pdf, 2025.

Na habitação acessível de mercado existem vários níveis de acessibilidade financeira, e cada produto precisa atender a uma demanda específica do próprio mercado, mas o acesso ao crédito precisa ser abrangente para que a viabilidade econômica atenda tanto à população vulnerável, quanto permita viabilizar a construção de novas unidades habitacionais. Existe uma tendência mundial a transformar habitação social num produto imobiliário, num *commodity* e privatizar a responsabilidade de provisão de habitação social, não somente durante a construção, mas também durante a manutenção e governança desse estoque de unidades habitacionais.

Respostas imediatas têm vindo de vozes civis, movimentos sociais feitos por grupos de pessoas preocupadas com o aumento da pobreza, a marginalização e a falta de habitação nas cidades. Fica claro, pelas políticas praticadas nas duas cidades, que a assistência jurídica universal contra despejos – adaptação do modelo *Right to Counsel* de Nova Iorque – seria muito importante no Rio de Janeiro. O inventário de terrenos ociosos e a cessão social, como a criação de um banco de terrenos públicos para moradia popular, pleito de movimentos sociais no Rio de Janeiro, poderia funcionar em Nova Iorque. Programas mistos de vouchers e cooperativas, que dão apoio a formas de acesso à terra e moradia, poderiam ser implementados em Nova Iorque, enquanto *a* preservação de estoques existentes, evitando remoções desnecessárias, e investimento em urbanização situada e equiparada às necessidades locais, responderiam a ambas as cidades. Neste sentido, a integração intersetorial para prevenir o retorno à situação de rua – associando habitação a emprego e educação e saúde, as maiores reclamações das pessoas em situação de rua, surge como bandeira para ambas as cidades.

O futuro vislumbrado, portanto, está nos movimentos sociais, em soluções pensadas *de baixo para cima e de dentro para fora*, que visam a qualidade de vida, a dignidade humana e a inserção da população de rua na sociedade através de ações que complementem a ideia do morar como um ato de pertencimento e cidadania, um direito à cidade. As dimensões de qualidade trabalhadas no conceito de sustentabilidade





social (Pecly & Pinheiro, 2023) têm sido foco de estudos sobre habitação acessível, qualidade urbana, oportunidades de trabalho, transporte de qualidade, acesso à educação, esporte e lazer, como o próximo capítulo trará à tona.

Os contornos da crise: a sobrevivência nas ruas das cidades

Para construir um conjunto de dados fiel ao cenário da vulnerabilidade social encontrada atualmente no Rio de Janeiro e em Nova Iorque, e assim permitir entender onde a questão da habitação social é preponderante, a pesquisa sobre pessoas em situação em ambas as cidades foi desenvolvida a partir de um método de abordagem baseado em três etapas: 1) busca direta pela localização de pessoas em situação de rua no Rio de Janeiro e em Nova Iorque, por meio de saídas de campo desenvolvidas com base na cobertura de um ou mais bairros por saída; 2) acolhimento e conversa direta com os interlocutores, com fornecimento de alimentação, quando possível; 3) apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para assinatura; 4) realização de entrevista semiestruturada, visando mapear as estadias noturnas e as deambulações diurnas/tardias, bem como o registro das narrativas pessoais.

A Figura 4 mostra algumas cenas típicas do processo de mapeamento e entrevistas com pessoas em situação de rua no Rio de Janeiro.

Essas quatro ações tem fornecido os dados necessários para a formulação das cartografias, e são colocadas tanto no banco de dados mais acessível em saídas de campo, o MyMaps/Google Maps (conforme Figura 1 apresentada), quanto em banco de dados específico da pesquisa dentro do software Q-GIS, de onde podem ser extraídos diversos gráficos e mapas. Após o georreferenciamento, os dados da entrevista (nome, idade, local de pernoite e rotas de caminhada, bem como uma pergunta específica sobre trabalho de rua e o desejo que desenvolvem pela cidade)

Figura 4 – Montagem com fotografias do trabalho de campo realizado em saídas noturnas, no Rio de Janeiro. Fonte: dos autores, 2025.

são inseridos em uma planilha compartilhada pelo sistema Planilhas Google com toda a equipe, o que garante a manipulação adequada dos dados por diferentes abordagens e pesquisadores. Paralelamente a esse processo, são inseridas fotografias, de modo que cada ponto anotado no mapa tenha uma representação gráfica e uma explicação contextual, garantindo a precisão do levantamento.

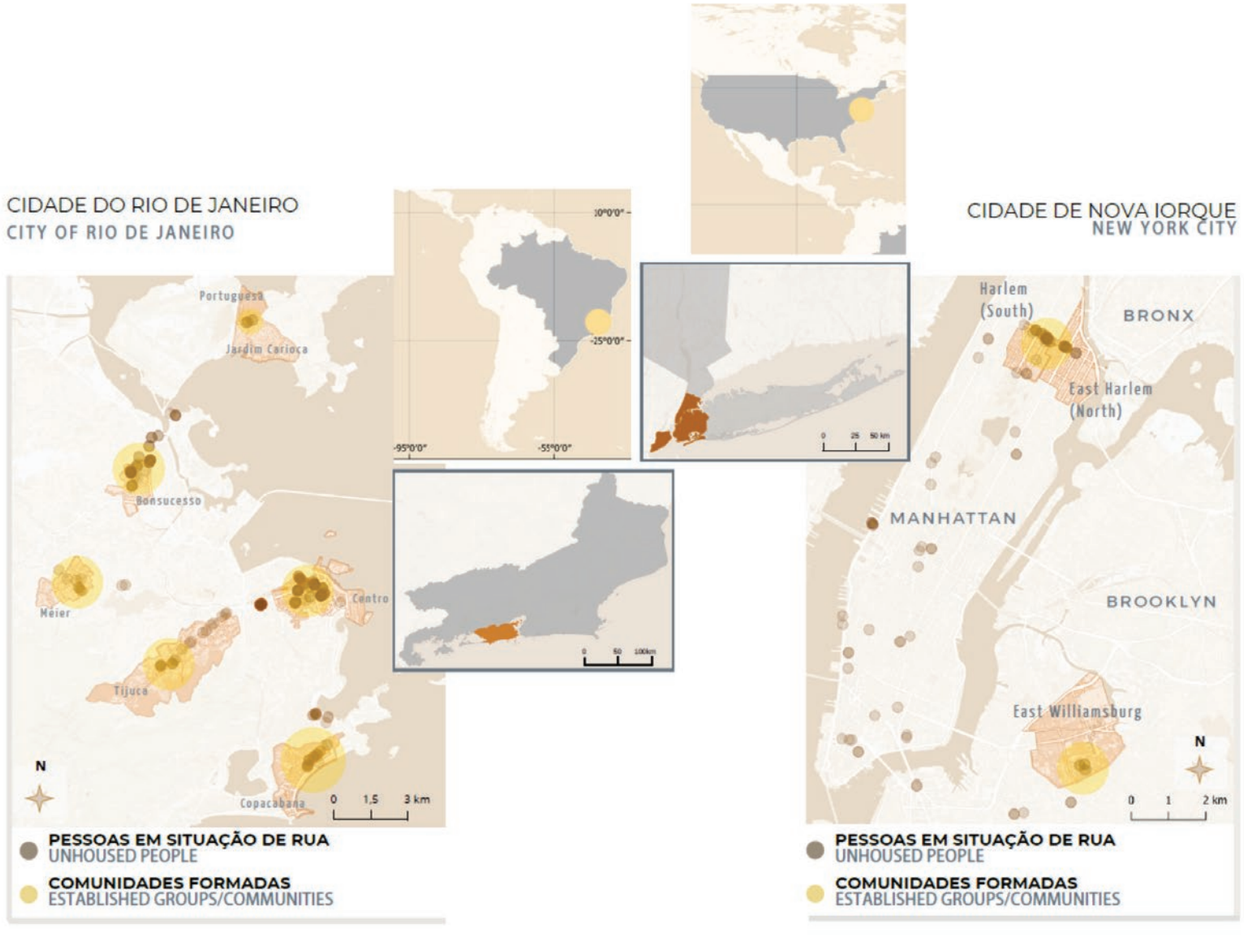
O conjunto apresentado de etapas tem sido utilizado no Rio de Janeiro, onde um grupo de pesquisadores, incluindo a coordenadora da pesquisa, alunos de Iniciação Científica, assistente social e geógrafo, além de assistentes da ONG SOVAMOSRJ[20], circulam em veículo de grande porte (como van ou micro-ônibus), alugado especificamente para esse fim. Em Nova Iorque, como a pesquisa comparativa foi conduzida pela coordenadora do projeto, durante o período de "Visiting Scholar" na *Columbia University*, não foram aplicadas as entrevistas.[21] Vale ressaltar que, no Brasil, a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Rio de Janeiro no início de 2024 e vem seguindo as diretrizes de tratamento ético e comprometido com pessoas em situação de vulnerabilidade, com a devida substituição dos nomes das pessoas entrevistadas e a garantia da idoneidade e do anonimato dos dados. Este mesmo documento foi aprovado pelo setor de Ética da *Columbia University* como documento hábil para garantir a pesquisa em Nova Iorque.

A etapa de entrevistas, não realizada em Nova Iorque, não impediu a comparação de dados, pois o foco principal sempre foi avaliar os aglomerados urbanos de pessoas em situação de rua, em ambas as metrópoles. Em cada cidade, um conjunto de bairros foi selecionado semanalmente, e o número de visitas aos bairros foi suficiente para construir uma análise qualitativa sistêmica das cidades, em vez de uma análise estritamente objetiva ou quantitativa. No Rio de Janeiro, os bairros pesquisados em 2024 e no início de 2025 foram: Centro/Castelo, Cidade Nova, Gamboa, Botafogo, Largo do Machado, Copacabana, Tijuca, Méier, Cachambi, Bonsucesso e Ramos. Por sua vez, em Nova Ioruqe, os bairros pesquisados em julho e agosto de 2025 foram: em Manhattan - East Harlem, Central Harlem, Upper West Side, West Village, Chelsea, Midtown, Lower East Side/Chinatown e no Brooklyn - Dumbo, Astoria, Brooklyn Heights, Bedford Stuyvesant e Bushwick.

No Rio de Janeiro, a análise dos dados permitiu evidenciar que as pessoas em situação de rua passam muito mais noites em áreas movimentadas, e se deslocam para bairros periféricos durante o dia, seja para visitar casas de família (onde muitos moravam antes) ou para negociar o lucro de suas atividades de trabalho. Em Nova Iorque, não foi observada perambulação entre bairros como resultado da atividade de algum trabalho informal nas ruas da cidade (fato presente em todas as respostas no Rio de Janeiro). Em contraste, pessoas fazem uso de calçadas, recostam-se ao lado de postes de luz e perto de áreas comerciais de Manhattan, sendo encontradas várias vezes no mesmo lugar.

O MyMaps de Nova Iorque (vide Figura 1) mostra claramente que a dispersão dos desabrigados pela cidade reflete uma fuga do apoio institucional, devido a doenças mentais que afetam sua relação com a cidade e, por isso, estão sempre sozinhos, como pontos isolados no mapa. De acordo com o *New York City Comptroller Brad Lander*[22] a cidade fornece formas diferentes de abrigo e serviços para quase 120.000

20 https://www.sovamos.org/
21 A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Rio de Janeiro no início de 2024 e vem seguindo as diretrizes de tratamento ético e comprometido com pessoas em situação de vulnerabilidade (CAAE 77880024.2.0000.5582), com a devida substituição dos nomes das pessoas entrevistadas e a garantia da idoneidade e do anonimato dos dados.
22 https://comptroller.nyc.gov/. O chamado Controlador Brad Lander é o Diretor Financeiro da Cidade de Nova Iorque. É um servidor eleito de forma independente, que zela pela saúde fiscal da cidade.



indivíduos a cada noite, e os milhares que permanecem nas ruas têm características alienantes, como diversas doenças mentais. Já no Rio de Janeiro, há uma lacuna enorme na disponibilidade de abrigos e iniciativas efetivas de apoio às pessoas em situação de rua, o que os mantém mais frequentemente agrupados em comunidades nos vários bairros analisados.

Seja de forma isolada ou em comunidade, a invisibilidade dessas pessoas é sempre uma ação engendrada socialmente e espacialmente. A busca por rotas e caminhos que mantenham esta invisibilidade promove rotas de fuga que são *subversões* ao planejamento urbano, criando espaços de armazenamento de material reciclável (por exemplo) e pernoite, usos diferenciados de calçadas e praças e uma série de revisitas aos equipamentos urbanos, que quase nunca estão adequados ao descanso. Essas mudanças também acabam fortalecendo os estigmas sobre a população de rua.

Em Nova Iorque, apesar da ausência de entrevistas, o grande número de indivíduos isolados em várias partes da cidade demonstrou que as políticas de abrigo e a ação de compartilhamento de casas são eficazes. A observação de que tais pessoas não estavam em condições de falar com a pesquisadora, devido aos seus evidentes problemas de saúde mental, foi confirmada por dados fornecidos por agências como o Departamento de Serviços para Pessoas em Situação de Rua (DHS) de Nova Iorque.

Figura 5 – Mapa de concentração de comunidades de pessoas em situação de rua no Rio de Janeiro e Nova Iorque. Fonte: dos autores, 2025.

Percebe-se, pelo mapa geral de concentrações de comunidades de pessoas em situação de rua (Figura 5) que a concentração de comunidades é uma regra de sobrevivência no Rio de Janeiro, especificamente pela falta de abrigos, enquanto que em Nova Iorque se exprime por outra lógica – que é respaldada pela presença de mais apoio comunitário, em bairros que são formados por mais imigrantes e população negra – promovendo, assim, maior acesso a ações civis de apoio alimentar.

Os dados apresentados também aludem à razão porque apenas alguns bairros em Manhattan e Brooklyn, dentro de Nova Iorque, e apenas aqueles com índice de desenvolvimento humano mais baixo (Harlem e Bushwick, por exemplo), concentram comunidades de pessoas em situação de rua em determinados locais, próximos a áreas comerciais: ali, as fontes de assistência alimentar ou escambo de pequenos itens, por comida ou dinheiro, são facilmente realizadas. Nesses lugares onde as manchas amarelas aparecem (indicadores das comunidades de pernoite), as condições para viver nas ruas, tanto em Nova Iorque quanto no Rio de Janeiro, são aquelas que permitem a presença da cidade invisível como parte da malha urbana.

O papel dos Coletivos

No Rio de Janeiro, o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), que articula pessoas em situação de rua em todo o Brasil para reivindicar seus direitos, buscar visibilidade, participar em políticas públicas e proteção contra violência institucional, se posiciona fortemente em eventos nacionais, gerando ações de transparência e articulação com os governos em audiências públicas. A luta por habitação digna e de qualidade é uma das pautas mais alinhadas ao coletivo, que sempre trabalha para representar institucionalmente a população de rua.[23] O Projeto RUAS – Ronda Urbana de Amigos Solidários é uma organização sem fins lucrativos que atua com pessoas em situação de rua no Rio de Janeiro, oferecendo rodas de conversa, orientação sobre direitos humanos e cidadania. Este projeto usa a metodologia *Housing First* de Nova Iorque, e tem conseguido grande projeção nas mídias sociais por sua força articuladora, atendendo mensalmente cerca de 1.200 pessoas pelo Programa.

A Associação Moradia e Cidadania, em defesa de direitos sociais, tem atuação voltada à habitação popular e regularização fundiária, entre outras questões relativas à moradia digna, realizando articulações locais, uma delas com a FASE, Organização Não Governamental que trabalha com mobilização, assessoria e educação política focada nas periferias e favelas. A atuação da FASE se volta para o saneamento básico, habitação, mobilidade urbana, regularização fundiária, integrando em sua agenda de atividades a luta pelos direitos humanos e a justiça ambiental.

Como ações institucionais, mas ainda ligadas ao poder da ação civil, o OPPHUS – Oficina de Pesquisa e Projeto em Habitação e Urbanização Social da Universidade Federal Fluminense (UFF) presta assessoria técnica a famílias e movimentos sociais, apoia projetos participativos de habitação e urbanização social, com foco em práticas sustentáveis, em conforto ambiental e participativo. No mesmo sentido, o AMBEE – grupo de pesquisa e extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) trabalha, por meio da assistência técnica, na melhoria da qualidade de vida da população de vilas residenciais, empenhando-se pela melhoria do espaço interno e externo das habitações em razão de aspectos ligados diretamente ao conforto ambiental e eficiência energética, promovendo assim a requalificação da moradia e o aumento do senso de comunidade, que é tão importante para a manutenção da habitação e a minimização de despejos e desmontes por conta da precarização da construção.

Em Nova Iorque, por sua vez, um coletivo de grande expressão é a *Associação Open Hearts Initiative*[24], com coordenação ativa de William Woods, que saiu da condição de rua em 2020. Os encontros para debates sobre habitação social, chamados *Housing Justice is Racial Justice* (Justiça habitacional é Justiça racial – tradução nossa), sempre baseados em leituras críticas de textos, formulação de propostas e ações práticas de engajamento com políticos e comunidade local, ocorrem todas as semanas em *Upper West Side*, bairro de Manhattan. A Associação tem debatido questões fundamentais sobre a falha dos códigos urbanos e regras edilícias de habitação social, e a falta de flexibilidade desses códigos, evidenciando uma dificuldade política em agenciar a habitação social de forma adequada a pessoas em situação de rua. Um documento de extrema importância para a cidade de Nova Iorque foi construído e apoiado por todos os presentes nas reuniões de junho, julho e agosto de 2025, por meio de assinatura digital de endosso: a cartilha *Housing is the Solution*, já apresentada, cujo material rico e generoso, com propostas para as governanças municipais, pode ser completamente adaptável à situação no Rio de Janeiro.

A revisão dos modelos de abrigos para pessoas em situação de rua, assim como da melhoria do sistema de oferta de habitação social para as pessoas que não dispõem de recursos financeiros suficientes, tem sido pauta da Associação *Care for the Homeless*[25]. Um dos membros, Philip Howard, explicou que, atualmente, a Associação tem mais de 26 unidades espalhadas pela cidade de Nova Iorque, oferecendo assistência médica, serviços humanos e abrigo para indivíduos e famílias sem-teto, assim como defendendo políticas para melhorar, prevenir e acabar com a falta de habitação. Apesar da Associação ser tão operante, como citado por Howard: “When you are vulnerable, you never know how to get help”[26].

Ainda em Nova Iorque, uma Associação muito ativa e relacionada ao incentivo cultural e jurídico para pessoas com diversos problemas de habitação é o *Midtown South Community Council*[27], organização civil que se preocupa com a luta pela justiça social e apoio advocatício a quem perdeu sua habitação ou não tem teto. Preocupados com a iminência da pobreza e da situação de rua, que pode ocorrer a qualquer momento para as pessoas mais vulneráveis, o Midtown South busca construir melhores políticas que protejam os inquilinos e mantenham as pessoas em suas casas, por meio de demanda direta a lideranças governamentais e pela formação jurídica dos apoiadores. O lema da Associação é: “Comunidades precisam de moradias solidárias e inclusivas” – reforçando que o valor de comunidade é essencial para a construção de ações que tenham impacto. Por meio de reuniões festivas (Figura 6), sempre apoiadas pela comunidade artística e pelo *City Club* de Nova Iorque, com engajamento de centenas de pessoas, a rede de conexão social que é construída por diferentes classes sociais, e a construção de uma narrativa baseada na voz da comunidade permite o crescimento do movimento.

23 Enquanto este artigo estava sendo revisado, o MNPR levou para discussão na sede da ONU, em março de 2026, a construção de uma política que evidencia o sujeito de direito que toda pessoa em situação de rua é, tendo conseguido aprovar uma resolução que visa a promoção e proteção de todos os direitos humanos, civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, incluindo o direito ao desenvolvimento da POP RUA.

24 https://openheartsinitiative.org/about-us
25 https://www.careforthehomeless.org/
26 Quando se está vulnerável, você nunca sabe como conseguir ajuda. (tradução nossa).
27 https://midtownsouthcc.org/



Figura 6 – Flyer do evento realizado em setembro de 2025 pelo Midtown South Community Council e entregue, como convite, a diversas pessoas. Fonte: dos autores, 2025.

Portanto, as discussões em torno no papel das associações que funcionam no formato de baixo para cima tem sido, principalmente, ligadas às necessidades mais básicas, como a realização de rodas de conversa, oferta de banhos, banco de alimentos, sistema de troca de roupas e limpeza de roupas, realizando a tarefa de fazer esses serviços serem conhecidos e de fácil acesso às comunidades vulneráveis. Além disso, as discussões realizadas em rodas de debates permitem trazer o direito à moradia como um direito inalienável de toda pessoa, e essencial para a manutenção da saúde de pessoas em situações mais vulneráveis. Na última reunião de setembro do *Care for the Homeless*, foi registrado apoio à maior premissa da Associação *Coalition for the Homeless*, de que habitação social é uma prerrogativa de saúde individual e ambiental. Coletivos, assim, permitem evidenciar o papel da oitiva dos residentes de abrigos, e quais as soluções mais amigáveis para sua permanência nos shelters, entendendo o acesso à moradia como uma consequência direta dessa "reabilitação" promovida pelo período de acolhimento.

Alguns desafios de todos esses movimentos coletivos estão alinhados à dureza da vida urbana em cidades que se baseiam no lucro: a baixa visibilidade de alguns coletivos ou sub-representação em muitos fóruns decisórios estaduais ou municipais; dependência de voluntariado ou doações; resistência institucional, burocracia; estigmatização da população de rua, discriminação, morosidade ou dificuldade no acesso a serviços básicos; e, por fim, a necessidade de articulação ampla (organizações locais + movimentos nacionais + governo) para conseguir escala e sustentação das lutas.

Breves conclusões

As políticas públicas no Rio de Janeiro (e no Brasil), garantidas como valor de sociedade humanista e justa pelo Estatuto da Cidade, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, de diretrizes gerais da política urbana, não chegam perto de consolidar os ajustes sociais e urbanísticos necessários para uma vida integral nas metrópoles. Por sua vez, as políticas públicas em Nova Iorque, relativas ao abrigo e à oferta de habitação social, apesar de mais presentes, não respondem adequadamente aos grandes números (ainda em crescimento) de pessoas em situação de rua. A crise que este artigo sugere é justamente de uma ordem ética e política quanto ao compromisso com o bem comum — compromisso, este, frequentemente fragilizado pela lógica neoliberal que privatiza o espaço público e marginaliza aqueles que não têm poder de consumo nas cidades.

Rio de Janeiro e Nova Iorque enfrentam desafios estruturais semelhantes, mas operam com instrumentos distintos. Há oportunidades de aprendizado mútuo, a partir do que os movimentos coletivos pregam: o Rio de Janeiro pode adotar políticas de prevenção de despejos e preservação do estoque habitacional, com suporte governamental para a criação de abrigos temporários para pessoas em situação de rua, enquanto Nova Iorque pode ampliar iniciativas de urbanização comunitária e participação social, revertendo o quadro de pessoas em situação de rua sem apoio direto, especialmente o apoio para doenças mentais. O fortalecimento do financiamento público, a proteção jurídica dos vulneráveis e a produção contínua de moradias acessíveis são fundamentais para mitigar a crise urbana atual.

Aponta-se, aqui, para a necessidade de repensar as relações entre as esferas pública e privada, seja por instituições governamentais ou agentes civis, a partir de movimentos que instruam um planejamento urbano sensível às diferenças, capaz de incorporar perspectivas afetivas e inclusivas para favorecer o apoio e acolhimento de pessoas em situação de rua como atividade primária, mesmo que paliativa, e a construção/adaptação de habitação social adequada como ação efetiva e duradoura para a dignidade humana-urbana.

Do ponto de vista crítico, é preciso examinar a ambiguidade dessa atividade paliativa de acolhimento, muitas vezes preconizada por agentes civis. Se, por um lado, ela reconhece a urgência de respostas imediatas às populações em vulnerabilidade, por outro pode correr o risco de permitir que soluções temporárias sejam interpretadas como respostas gerais, sem atacar as causas estruturais da exclusão, que são de fato responsabilidade maior do Estado. Nesse sentido, a ênfase na habitação social como ação efetiva é essencial, pois resgata o horizonte de uma cidade que não apenas gerencia a pobreza, mas transforma as condições que a produzem, e reforça o papel dos movimentos para manter esta certeza em constante lapidação, com a força do ativismo. David Harvey (2012) chama isso de "prática insurgente do direito à cidade", algo corroborado por recente fala em mídia social da diretora da Bienal de Arquitetura em Copenhagen, Josephine Michau[28], sobre o momento de inflexão arquitetônica que vivemos: "It's time for activism"[29].

Trata-se de reconhecer que o planejamento urbano não pode ser monopólio do Estado nem do mercado, mas deve incluir movimentos sociais, organizações da sociedade civil e os próprios sujeitos em situação de rua — sob pena de reproduzir políticas paternalistas ou higienistas que apenas deslocam o problema, sem solucioná-lo. Leonie Sandercock (2003) defende a importância de um urbanismo que reconheça a pluralidade de experiências: "Planejar para a diversidade requer uma abertura para diferentes histórias e modos de vida, e para a criação de cidades que abracem a diferença" (Sandercock, 2003, p. 205). Isso significa trazer as vozes das populações em vulnerabilidade para o centro do planejamento, reconhecendo seu direito de permanecer e participar.

28 https://www.dezeen.com/2025/09/18/time-for-activism-copenhagen-architecture-biennial/
29 É hora de ativismo (tradução nossa).

Por fim, os dados deste trabalho não dizem apenas sobre o valor da habitação, mas sobre o poder habitar a cidade de forma plena, com acesso à cultura, ao lazer, à mobilidade e à participação política (Ellin, 2006), que são bases inextricáveis do *Urban Design Code*. Em outras palavras, um planejamento urbano crítico e sensível precisa enfrentar essa negação da cidadania como uma violação coletiva, e não como um desvio individual, para praticar a ideia de que a saúde ambiental global, alinhada à produção de moradia justa para quem não tem direito à voz política, surja como medicina contra toda crise que venha a se apresentar.

Referências

BRASIL. *Política Nacional para a População em Situação de Rua. Decreto Nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009.* Brasília: Diário Oficial da União, 2009a. Online. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em 04 agosto 2023.

BRASIL. *Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades.* Resolução Nº 605, de 13 de dezembro de 2024. Online. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/files/original112651202412176761 5ffbb28e4.pdf. Acesso em: 10 abril 2025.

BRASIL. *Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua (PNTC Pop Rua).* Lei n.º 14.821, de 16 de janeiro de 2024a. Online. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14821.htm. Acesso em: 30 março 2025.

CARVALHO, Thauan et Al. Urban social housing in Brazil, forced removals at Campos Elíseos, and Accounting: A framing through Milton Santos. *The British Accounting Review,* 11 de Agosto de 2025. Online. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.bar.2025.101737. Acesso em: 13 de agosto de 2025.

ELLIN, Nan. *Integral Urbanism.* New York: Routledge Group, 2006.

HARVEY, David. *Cidades Rebeldes*: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HARVEY, David. *A Loucura da Razão Econômica:* Marx e o Capital no Século XXI. São Paulo: Boitempo, 2018.

PECLY, Maria Lucia & PINHEIRO, Ethel. *Sustentabilidade Social:* A experiência do urban design code aplicado na habitação social no Rio de Janeiro. ENCONTRO LATINO-AMERICANO E EUROPEU SOBRE EDIFICAÇÕES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS (euroELECS), v. 5, 2023. Online. Disponível em: https://eventos.antac.org.br/index.php/euroelecs/article/view/3538. Acesso em: 10 de agosto de 2025.

PECLY, Maria Lucia. *Desenho Urbano Vital.* Escalas de Associação no Projeto da Habitação, Tese (Doutorado em Urbanismo) - PROURB, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

PINHEIRO, Ethel. *Cartografias Afetivas de uma Cidade Invisível. Mapeamento sensível dos espaços habitados por corpos de/na rua.* Projeto de pesquisa apoiado pelo Edital FAPERJ E_07/2023 – PROGRAMA DE APOIO À JOVEM CIENTISTA MULHER COM VÍNCULO EM ICTS DO ESTADO DO RJ – 2023. Online. Disponível em: https://lasc.fau.ufrj.br/projetos-de-pesquisa/255/cartografias-afetivas-mapeamento-da-vitalidade-urbana-no-cenario-das-ambiencias-contemporaneas-affective-cartographies-mapping-urban-vitality-in-the-scenario-of-contemporary-environments-umbrella-research. Acesso em: 20 de setembro de 2025.

SANDERCOCK, Leonie. *Cosmopolis II: Mongrel Cities in the 21st Century.* London: Continuum, 2003.

MOBILIDADES FORÇADAS E ALTERNATIVAS URBANAS
Reassentamento e produção do espaço em Cabo Delgado no capitaloceno

FORCED MOBILITY AND URBAN ALTERNATIVES
resettlement and production of space in Cabo Delgado in the capitalocene

Miguel Maria Ribeiro da Silva[1], Clara Luiza Miranda[2] e Liziane de Oliveira Jorge[3]

Resumo
O artigo discute os efeitos das mobilidades forçadas em Cabo Delgado, província do norte de Moçambique, e as contradições entre os modelos oficiais de reassentamento e as práticas comunitárias de produção do espaço no contexto do Capitaloceno. O objetivo é compreender como as comunidades dialogam, resistem ou se contrapõem às políticas públicas de reassentamento. A pesquisa, de caráter qualitativo e exploratório, baseou-se em análise documental, revisão bibliográfica e comparação com experiências do Sul Global. Os resultados mostram que os reassentamentos oficiais, em grande medida, reforçam desigualdades socioespaciais, mas também revelam alternativas urbanas emergentes, como autoconstrução, tecnologias sociais e redes comunitárias. Conclui-se que Cabo Delgado deve ser interpretado não apenas como território de crise, mas como espaço de produção de resistências, onde a luta por justiça territorial e direito à cidade oferece caminhos de transformação diante das pressões do Capitaloceno.
Palavras-chave: reassentamento; mobilidades forçadas; urbanismo de resistência; justiça territorial; Capitaloceno.

Abstract
The article discusses the effects of forced mobility in Cabo Delgado, a province in northern Mozambique, and the contradictions between official resettlement models and community practices of space production in the context of the Capitalocene. The objective is to understand how communities dialogue, resist, or oppose public resettlement policies. The qualitative and exploratory research was based on documentary analysis, bibliographic review, and comparison with experiences in the Global South. The results show that official resettlements largely reinforce socio-spatial inequalities, but also reveal emerging urban alternatives, such as self-construction, social technologies, and community networks. It is concluded that Cabo Delgado should be interpreted not only as a territory in crisis, but as a space to produce resistance, where the struggle for territorial justice and the right to the city offers paths of transformation in the face of the pressures of the Capitalocene.
Keywords: resettlement; forced mobility; urbanism of resistance; territorial justice; Capitalocene.

1 Doutorando em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFES), Mestre em Design e Multimédia (Universidade Pedagógica de Maputo, Moçambique/2018). Email: slayribeiro@gmail.com, ORCID: https://orcid.org/0009-0003-4152-7917.
2 Doutora em Comunicação e Semiótica (PUC-SP/2004). Professora no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e no Departamento de Arquitetura e Urbanismo (UFES). Email: claravix50@gmail.com, ORCID: http://lattes.cnpq.br/9723975125785156.
3 Doutora em Arquitetura e Urbanismo (USP/). Professora no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e no Departamento de Arquitetura e Urbanismo (UFES). Email: lizianej@gmail.com, ORCID: http://lattes.cnpq.br/9337220113834468.

Introdução

A província de Cabo Delgado, do norte de Moçambique (figura 1), tem sido assolada por um conflito armado crescente desde outubro de 2017, resultando em um cenário de violência que afeta a vida de centenas de milhares de pessoas. Como consequências, segundo Alberdi *et al.* (s.d. p.3), mais de 946.508 pessoas foram deslocadas até junho de 2022, com um registro de 4.398 vítimas fatais. Esta violência, para além da perda de vidas humanas, levou à queima de casas, vandalização e destruição de infraestruturas essenciais. Por via disso, de acordo com Centro de Integridade Pública (CIP, 2024) as comunidades enfrentam a dura realidade de viver em ruínas, sem acesso a alimentos, emprego ou condições mínimas de subsistência, dificultando a construção de resiliência. Para PNUD (2022 p. 3), este quadro é agravado por um cenário de subdesenvolvimento crônico, choques climáticos (figura 2) consecutivos e surtos recorrentes de doenças.

Esse cenário de guerra em Cabo Delgado não deve ser interpretado como um evento isolado, mas como um sintoma de forças socioeconômicas e políticas mais amplas, profundamente enraizadas nas dinâmicas globais do Capitaloceno (Amaral, 2022; Barcelos, 2019). Segundo Borinelli et al. (2020), Barcelos (2019) e Gaboardi & Nunes (2021), a perspectiva do Capitaloceno interpreta a atual crise social e ecológica planetária como resultado das dinâmicas do capitalismo, deslocando a responsabilidade de uma noção genérica de ação humana para um sistema histórico e econômico específico. Em Moçambique, o conflito é diretamente conectado ao extrativismo estrangeiro e ao tráfico ilegal de matérias-primas, como rubis, grafite, pedras preciosas e marfim, além dos interesses em torno da exploração de gás na Bacia do Rovuma (Amaral, 2022; Alberdi *et al.*, s.d.). As narrativas oficiais frequentemente obscurecem as causas internas do conflito, como a pobreza generalizada, exclusão política e socioeconômica, desigualdades sociais, expropriação de terras e a frustração das expectativas sociais relacionadas à exploração de recursos naturais (Tavares, 2022; Beula, 2022). O Capitaloceno, segundo Borinelli *et al.* (2020); Gaboardi e Nunes (2021), ao focar na “Natureza Barata” e na desigualdade hidrossocial, oferece uma lente crítica para compreender como a apropriação capitalista da natureza e a externalização de custos afetam desproporcionalmente as populações mais vulneráveis.

Nesse contexto de crise, a reconstrução e o reassentamento emergem como desafios urbanos críticos (Beula, 2022; Muacuveia, 2019). Segundo Amaral (2022) e UN-Habitat (2023), a insegurança tem provocado deslocamentos massivos para áreas urbanas, principalmente para o sul da província, gerando uma rápida urbanização induzida por conflitos que sobrecarrega a habitação, os serviços básicos e os recursos naturais. As cidades moçambicanas, historicamente marcadas por um processo de urbanização dual (cidade do cimento vs. cidade do caniço), ruralidade no urbano e informalidade, veem esses problemas ampliados, com milhares de famílias migrando para periferias carentes de infraestruturas e serviços (Maloa, 2019). As populações deslocadas, muitas vezes dependentes de ajuda humanitária e com dificuldades de integração econômica e social, acabam por gerar novos conflitos por recursos como terra e água com as comunidades acolhedoras (CIP, 2024; Beula, 2022; Alberdi *et al.*, s.d.).



Figura 6 – Flyer do evento realizado em setembro de 2025 pelo Midtown South Community Council e entregue, como convite, a diversas pessoas. Fonte: dos autores, 2025.

Este artigo vai além de uma análise convencional do urbanismo pós-conflito, posicionando-se criticamente em relação às abordagens tecnocráticas e hegemônicas que caracterizam grande parte do planejamento urbano em países em desenvolvimento (Valencio, 2009; Amaral, 2022). Argumentamos que as políticas públicas e os instrumentos de planejamento urbanístico em Moçambique, muitas vezes herdados de modelos coloniais e elaborados "em gabinetes" com pouco conhecimento das realidades locais, têm falhado em responder eficazmente a esses desafios, perpetuando desigualdades e ocupações desordenadas (Amaral, 2022; Muacuveia, 2019; Araújo, 2003). A perspectiva do Capitaloceno nos permite desvelar as raízes históricas e estruturais da vulnerabilidade e das injustiças socioambientais, que são inerentes à forma como o sistema capitalista reorganiza o mundo material e apropria-se da natureza (Borinelli *et al.*, 2020; Gaboardi e Nunes, 2021).

Em meio ao caos da reconstrução e da rápida urbanização, as respostas mais eficazes e sustentáveis não vêm das soluções impostas de cima para baixo, mas sim do “urbanismo de resistência”, enraizado nos saberes vernaculares e nas tecnologias sociais das próprias comunidades (Amaral, 2022; Hernandez, 2022; Oliver, 2006; Baptista, 2014; Alberdi *et al.*, s.d.). Estas alternativas valorizam o conhecimento local, a capacidade de adaptação, a autoconstrução e o uso de materiais e técnicas disponíveis regionalmente, contribuindo para a restauração da dignidade e o fortalecimento da coesão social (Hernandez, 2022; Baptista, 2014). A escuta ativa das aspirações da comunidade é fundamental para desenvolver soluções que promovam a paz participativa e a construção de projetos de vida autodeterminados, como exemplificado pela agroecologia e o conceito de Bem Viver, que se opõem ao modelo desenvolvimentista eurocêntrico (Hernandez, 2022; Alberdi *et al.*, s.d.).

Apesar da crescente atenção aos conflitos e à urbanização em África, a interconexão desses temas com uma crítica explícita ao Capitaloceno e a valorização profunda de saberes vernaculares e tecnologias sociais como pilares do urbanismo de resistência é uma área ainda pouco explorada na literatura (Amaral, 2022). Há uma lacuna na compreensão de como esses saberes e práticas comunitárias interagem ou se contrapõem às políticas públicas existentes, que frequentemente ignoram as dimensões sensoriais, emocionais e vividas das cidades e de seus habitantes (Amaral, 2022). Este estudo busca preencher essa lacuna, contribuindo para uma descolonização

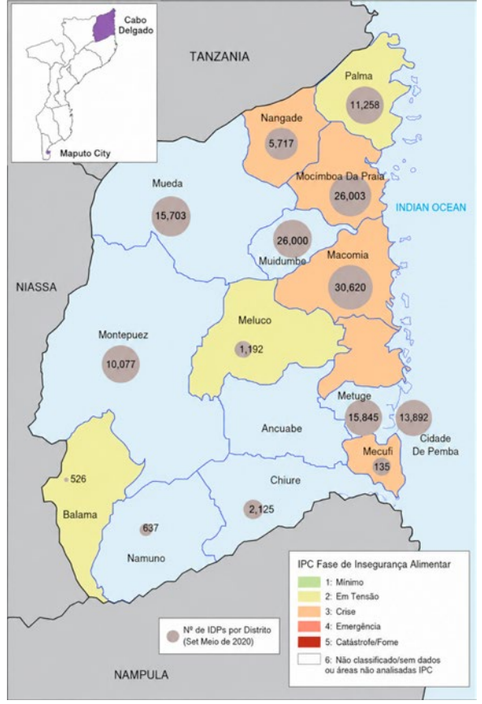


Figura 2 - Níveis de insegurança alimentar provocados pelo ciclone. Fonte: OCHA, 2020.

dos estudos urbanos e para a promoção de um desenvolvimento urbano mais justo e sustentável em Cabo Delgado (Amaral, 2022).

Com o objetivo de analisar de que forma o urbanismo de resistência, apoiado em saberes vernaculares e tecnologias sociais, interage ou se contrapõe às políticas públicas de reassentamento pós-conflito em Cabo Delgado, considerando os desafios e as oportunidades impostos pelas pressões socioeconômicas e ambientais do Capitaloceno, este artigo está estruturado da seguinte forma: a próxima seção apresentará o quadro teórico que sustenta a análise do urbanismo de resistência e do Capitaloceno. Em seguida, detalharemos o contexto de Cabo Delgado, com foco nas políticas de reassentamento e na situação das comunidades. A terceira seção explorará os saberes vernaculares e as tecnologias sociais aplicadas à habitação e à gestão territorial. Por fim, as discussões e conclusões integrarão esses elementos para oferecer insights sobre as interações e conflitos entre as abordagens comunitárias e as políticas públicas, propondo recomendações para uma reconstrução pós-conflito mais inclusiva e resiliente.

Marcos teóricos sobre reassentamentos pós-conflito

Os deslocamentos involuntários de populações e os reassentamentos decorrentes de programas de desenvolvimento tornaram-se fenômenos de relevância global, exigindo soluções orientadas para políticas (Cernea, 1997, p.1569 tradução nossa). Michael Cernea (1997), do Banco Mundial, elaborou um modelo teórico que identifica os principais riscos e processos de empobrecimento inerentes a esses deslocamentos. Ele categoriza esses riscos como: (a) falta de terra; (b) falta de emprego; (c) falta de moradia; (d) marginalização; (e) insegurança alimentar; (f) perda de acesso a recursos de propriedade comum; (g) aumento da morbidade; e (h) desarticulação da comunidade. Para Cernea, a proteção e a reconstrução dos meios de subsistência das pessoas deslocadas são requisitos centrais para programas de reassentamento equitativos.

A política fundamental do Banco Mundial para operações de reassentamento involuntário prevê a prevenção ou redução do reassentamento, a reconstrução dos meios de subsistência e a partilha dos benefícios do projeto pelas populações afetadas, além da alocação de recursos adequados para esses objetivos (Cernea, 1997). Da mesma forma, organizações como a FAO, em suas "Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável da Terra, Pescas e Floresta" estabelecem a responsabilidade dos Estados vulneráveis na proteção dos direitos das pessoas forçadas a abandonar suas residências (FAO, 2012 apud Mandamule, 2020, p. 3). UNDRR (2023) aponta que o "Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres" também enfatiza a necessidade de abordar o risco de deslocamento como parte dos esforços de cooperação e construção de resiliência, incluindo a proteção da terra, propriedade e outros bens produtivos durante o deslocamento.

Apesar da existência desses marcos, de acordo com Cernea (1997), a realidade empírica demonstra que, na maioria das vezes, os riscos de empobrecimento se materializam. As abordagens deficientes à reconstrução e as chamadas "abordagens minimalistas, residualistas ou assistencialistas" (Marsden, apud Cernea, 1997, p. 1569), baseadas no pagamento da menor compensação possível e no abandono das pessoas deslocadas, têm sido um grande fracasso. Para Cernea (1997), o empobrecimento não é uma fatalidade, mas uma "perturbação socialmente causada, não uma catástrofe natural", cujos efeitos perversos podem e devem ser contrabalançados (p. 1570). O autor recorre à metáfora de um "terremoto social" para descrever a desarticulação das comunidades, a perda de laços íntimos, a alienação crescente, o enfraquecimento das estruturas familiares e a interrupção das atividades comunitárias após a deslocação, que são fatores significativos de agravamento da pobreza.

A ausência ou ruptura dos processos de comunicação entre planejadores e grupos afetados é uma das raízes do fracasso do reassentamento, frequentemente resultando em "participação invertida", ou seja, em movimentos de oposição ativa contra os programas de desenvolvimento (Cernea, 1997, p. 1577). O autor salienta ainda que a retenção de informação, muitas vezes justificada para "evitar o pânico", é na verdade enganosa e contraproducente, pois priva o programa da vasta contribuição que a energia dos próprios deslocados poderia dar à reconstrução de seus meios de subsistência. Em Moçambique, a realidade reflete essa crítica, com políticas e planos urbanísticos frequentemente "desenhados em gabinetes" com pouco conhecimento das realidades locais (Myers apud Amaral, 2022, p. 59-60) e uma falta de comunicação entre as instituições e a população (Tavares, 2022). O apoio governamental e humanitário é muitas vezes limitado, desorganizado e não chega a todos, com a ajuda sendo desviada para beneficiar autoridades locais (CIP, 2024). Além disso, autores como CIP (2024); Bande, Nhamirre e Cortez (2021) e Alberdi *et al.* (s.d.), destacam que a ausência do governo em muitas zonas de retorno e a falta de programas de assistência aos retornados evidenciam uma gestão "de cima para baixo" que falha em criar condições básicas para a retomada da vida comunitária.

Estudos sobre reassentamentos em Moçambique e no Sul Global

A urbanização moçambicana é caracterizada por uma "dualidade urbana" herdada do período colonial (cidade do cimento vs. cidade do caniço), onde as periferias crescem de forma desordenada e com infraestruturas deficientes (Maloa, 2019; Veríssimo, 2013; Araújo, 2003). Essa dualidade é intensificada em Cabo Delgado por fatores como o extremismo violento, desastres naturais, que acabam deslocando populações para as periferias dos centros urbanos.

Os reassentamentos em Moçambique, frequentemente causados por grandes projetos de extração de recursos naturais, ilustram a materialização dos riscos de empobrecimento de Cernea. Exemplos incluem o deslocamento de 736 famílias devido a uma mina de carvão em Benga (Tete), 1.000 em Moatize (Tete) em 2009, e mais de 5.000 devido a um novo projeto de gás natural em Palma (Cabo Delgado) (UN-Habitat, 2018). Estes projetos, vistos como essenciais para o desenvolvimento, aprofundam a violência estrutural e cultural contra as populações nativas, que veem seus direitos de uso e usufruto da terra perdidos em benefício de grandes corporações (Alberdi *et al.*, s.d.).

Em Cabo Delgado, o deslocamento forçado levou comunidades de pescadores *mwanis* a serem realocadas para áreas remotas do interior, distantes do mar, ou comunidades agrícolas reassentadas em áreas periurbanas com disponibilidade de terra muito limitada (Alberdi *et al.*, s.d.). Esta desconsideração das características geográficas, culturais e étnicas das comunidades resulta em perda de acesso a terras férteis, desintegração de laços comunitários e a criação de "novos territórios" que não correspondem às necessidades culturais das populações (Alberdi *et al.*, s.d.). Segundo CIP (2024) e UN-Habitat (2018), muitos reassentados acabam retornando às suas comunidades de origem devido a novas dificuldades, como a distância de serviços essenciais e a falta de meios de subsistência. A situação nas zonas de retorno permanece precária, com falta de abrigo digno, alimentação, acesso à saúde e infraestruturas destruídas (CIP, 2024).

Por sua vez, a realidade de Moçambique encontra paralelos em outras regiões do Sul Global. O modelo de Cernea[4], desenvolvido a partir de dados empíricos de diversos países, incluindo a Índia, aponta para padrões semelhantes de empobrecimento e falta de justiça social em processos de reassentamento involuntário. No Brasil, por exemplo, segundo Soriano e Valencio (2009, p. 149) a construção de grandes barragens foi responsável por desalojar de mais de 200 mil famílias, com inundação de terras férteis e florestas, prejudicando comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas. A "territorialização dos pobres é sempre uma territorialização em contestação", onde a remoção é muitas vezes justificada por discursos técnicos que obscurecem os vínculos sociais e as necessidades das comunidades (Valencio, 2009, p. 7). Nesses contextos, as intervenções urbanísticas e de desenvolvimento frequentemente resultam em perdas materiais, morais, físicas e emocionais, levantando questões sobre a sustentabilidade e a equidade do progresso (Valencio, 2009).

Relação entre políticas oficiais, produção do espaço e vulnerabilidades no Capitaloceno

O Capitaloceno é um conceito que se opõe ao de Antropoceno, argumentando que a atual era de crise planetária não é resultado da atividade humana em geral (*Anthropos*), mas sim intrínseca ao sistema capitalista global e à sua busca incessante por acumulação infinita (Moore, 2022). Jason W. Moore (2022) define o Capitaloceno como uma ecologia-mundo, uma civilização que articula capital, poder e natureza como um todo orgânico e instável. Portanto, as crises planetárias (ambientais, sociais e urbanas) são vistas como o resultado da estratégia audaciosa do capitalismo,

4 O modelo de Cernea define oito riscos socioeconómicos de empobrecimento em deslocações involuntárias: falta de terra, desemprego, privação de habitação, marginalização, problemas de saúde, insegurança alimentar, perda de bens comuns e desarticulação social. Esta matriz não visa apenas a compensação financeira, mas a inversão destes riscos através de uma estratégia centrada na reconstrução dos meios de subsistência e no desenvolvimento integrado. Ao antecipar e mitigar tais impactos, a ferramenta atua como uma "profecia autodestrutiva", prevenindo que os danos potenciais se tornem realidades para as populações atingidas.

que desde o “longo” século XVI (Braudel, 1953, apud Moore, 2022) se consolidou sobre a dicotomia Natureza/Humanidade (Moore, 2022). Essa separação simbólica e material permitiu a exclusão da maioria dos humanos (povos indígenas, mulheres e escravizados) da categoria “Humanidade”, tratando-os como parte da Natureza, o que legitimou a violência e a opressão necessárias para a acumulação.

Dentro dessa lógica, a “Natureza Barata” constitui o mecanismo histórico-estrutural do capitalismo, uma lei fundamental de criação de ambiente que permitiu ao capital prosperar (Moore, 2022). Entretanto, o capitalismo floresceu apropriando-se do trabalho e da energia não remunerados de “naturezas globais” obtidas de graça ou a baixo custo. Para o capital, a Natureza é “barata” em dois sentidos: pela precificação reduzida de seus elementos e pela sua desvalorização ética e política (Moore, 2022). Moore (2022) destaca ainda que essa lógica é estruturada em torno das “Quatro Coisas Baratas” (*Four Cheaps*): alimento, energia, matéria-prima e força de trabalho. Para o autor, o sistema capitalista funciona porque paga apenas por um conjunto restrito de custos, mantendo todos os outros, sobretudo os de reprodução socioecológica, fora da contabilidade.

No contexto do Capitaloceno, a racionalidade de “Natureza Barata” reorganiza o mundo material e as relações de poder, produzindo assimetrias de consumo e choques ecológicos que afetam desproporcionalmente as comunidades marginalizadas (Borinelli *et al*., 2021). Essa lógica também se manifesta na transformação das cidades em “objetos de consumo privado”, acessíveis apenas às classes economicamente favorecidas (Santos; Mello, 2020, p. 7). Os “Grandes Projetos Urbanos” (GPUs), como o “Novo Recife” no Brasil, são exemplos de como a lógica empresarial permeia a governança urbana, priorizando competitividade e produtividade em detrimento da participação popular e dos direitos urbanos (Santos; Mello, 2020).

Em Cabo Delgado, o conflito armado e a exploração de recursos minerais e de gás natural representam uma das expressões mais evidentes dessa guerra territorial travada em nome da expansão capitalista (Moore, 2022). As políticas de reassentamento e compensação atuam como ferramentas do *geopoder* do Estado, onde o se comporta como “senhorio final” que controla e entrega os valores de uso da natureza ao capital (Moore, 2022). Segundo Moore (2022) ao simplificar os processos de compensação e ignorar o valor social e cultural do território, essas políticas convertem a terra em “Natureza Social Abstrata”, codificando as naturezas humanas e extra-humanas para fins de acumulação.

Mesmo quando apresentadas como iniciativas de desenvolvimento, as políticas de reassentamento funcionam frequentemente como instrumentos de acumulação por espoliação, conceito fundamental para compreender a relação entre o capitalismo e a crise socioecológica. Em Moçambique, a exploração de recursos por empresas transnacionais tem resultado em despossessões sem precedentes, nas quais o Estado desempenha papel central na regulação e legitimação dos processos de privatização e expropriação (Borinelli *et al*., 2021; Alberdi *et al.*, s.d.).

A produção do espaço nos novos assentamentos, marcada por comunidades planejadas e infraestruturas padronizadas, não garante segurança, mas gera novas formas de vulnerabilidade. O reassentamento involuntário, muitas vezes conduzido por técnicos que desconsideram o contexto social e as necessidades reais dos cadastrados, compromete a permanência no território de origem e rompe redes de sociabilidade (Pontes, 2024).

Nos centros de reassentamento, as populações deslocadas enfrentam múltiplas formas de vulnerabilidade que comprometem sua autonomia e identidade. A perda de saberes tradicionais é um dos efeitos mais imediatos, caso das comunidades de pescadores realocadas longe do mar e agricultores instalados em terras inférteis veem suas práticas e conhecimentos ancestrais desaparecerem (Alberdi *et al.*, s.d.). Além disso, há desarticulação das redes de apoio, uma vez que o deslocamento rompe vínculos familiares e comunitários, dificultando a reconstrução de laços sociais (Alberdi *et al.*, s.d.; Valencio, 2009).

A dependência de sistemas econômicos formais inadequados aprofunda essa fragilidade, já que a ausência de mercados estruturados, o baixo nível de monetização e a limitação de acesso a tecnologias produtivas tornam as comunidades dependentes de ajuda externa, sem estímulo à produtividade ou valorização de suas capacidades (Alberdi *et al.*, s.d.). A vulnerabilidade na posse da terra e da moradia persiste, pois, embora a Constituição moçambicana garanta o direito à habitação adequada, sua aplicação é limitada, resultando em assentamentos informais e insegurança fundiária (Maloa, 2019; UN-HABITAT, 2018).

Essas condições precárias de moradia e o consequente estigma social completam o quadro de desterritorialização extrema: habitações temporárias, sem privacidade e submetidas a normas externas reforçam a perda de identidade e o sentimento de inferioridade imposto pelo rótulo de “desabrigado” (Valencio, 2009). Nesse cenário, o urbanismo de resistência, conforme Moore (2022), emerge como uma resposta à era do Capitaloceno, um chamado por novas formas de riqueza e sociabilidade, forjadas em diálogo com a teia da vida e além dos valores hegemônicos do capital.

Práticas comunitárias de produção do espaço: resistências, adaptações e diálogos

A compreensão de que o espaço não é um pano de fundo neutro, mas uma construção ativa, é fundamental para analisar o urbanismo de resistência. Para Lefebvre (2000), o espaço não é um dado neutro da natureza nem uma categoria filosófica a priori, mas uma realidade produzida historicamente pelas sociedades e pelos modos de produção para garantir sua própria existência e reprodução. Nesse sentido, Pontes (2024) reforça que a análise crítica do espaço deve considerar sua dimensão socialmente construída, e não apenas sua materialidade física. Este espaço é um “misto, um híbrido, um composto de formas-conteúdo” (Santos, 2006, p. 25), que é criado e transformado pela ação humana para responder às suas demandas (Muacuveia, 2019, p. 35). Ele é, em sua essência, social, moldado por relações de poder e interesses.

Lefebvre (2000) propõe uma tríade dialética para analisar a produção do espaço, sendo primeiro o “espaço percebido” (Prática Espacial), que se refere ao espaço da vida cotidiana, do “prático-sensível”, às interações e percursos diários que os indivíduos realizam. É a “prática espacial de uma sociedade” que “secreta seu espaço; ela o põe e o supõe, numa interação dialética: ela o produz lenta e seguramente, dominando-o e dele se apropriando” (*Ibid.*, p. 65). O autor salienta que este espaço conecta o local ao global, abrangendo tanto espaços banalizados quanto privilegiados. Em seguida **o teórico apresenta** o “espaço concebido” (representações do espaço), que corresponde aos conceitos, planos e discursos que os urbanistas, arquitetos, planejadores e o poder político elaboram sobre o espaço (*Ibid.*). São “abstratas”, mas “entram na prática social e política” e possuem um “alcance considerável e uma influência específica na produção do espaço” (*Ibid.* p. 69). Estas representações se tornam instrumentos de saber e poder, capazes de “violentar um espaço existente”, ordenando-o e classificando-o para servir aos interesses do Estado (*Ibid*). Por último,

encontramos o “espaço de representação” (espaços de representação), que é o espaço vivido, carregado de significados simbólicos, afetivos e culturais (*Ibid.*). É onde a imaginação e as “virtualidades, aquelas da obra e da reapropriação” residem (*Ibid.*, p. 473). O autor considera que é o espaço onde a contra-cultura e as alternativas utópicas ao espaço “real” existente podem se expressar. No contexto dos deslocados, este espaço é vital para a afirmação de suas identidades.

Complementando Lefebvre, Santos (2006) oferece uma perspectiva que entende o espaço como uma totalidade indissociável de objetos e ações. Para Santos (apud Pontes, 2024, p. 11), o espaço não é um “termo em si”, mas sim o “território usado”, que ele define como “o chão mais a identidade”. A identidade é compreendida como o “sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”, e o território é o “fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (Santos, apud Pontes, 2024, p. 11). Para Muacuveia (2019) essa visão destaca a interdependência entre a materialidade do espaço e as relações sociais que o produzem e o significam.

Experiências de autoconstrução e auto-organização

A autoconstrução, embora muitas vezes vista como uma solução para o déficit habitacional em países em desenvolvimento (UN-Habitat, 2018), é apresentada não apenas como uma necessidade, mas como um ato político de resistência (Pontes, 2024; Baptista, 2014). Para a maioria dos moçambicanos, a “autoconstrução permanecerá como o principal meio para ter acesso a uma moradia acessível” (UN-habitat, 2018, p. 121). Segundo Pontes (2024) a ocupação de áreas de risco e a formação de loteamentos irregulares são exemplos de como grupos excluídos utilizam a autoconstrução como uma estratégia de sobrevivência e afirmação territorial. De acordo com Baptista (2014) críticos, como John Turner, defendiam a autoconstrução e a autogestão dos recursos, argumentando que os sistemas industriais de grande escala são ineficientes e estimulados por profissionais egoístas. O autor ressalta, entretanto, que, se não acompanhada de mudanças estruturais, a autoconstrução pode reforçar divisões de classe e evidenciar a incapacidade do Estado em responder ao déficit habitacional. Por fim, Baptista (2014) destaca que participação local, baseada no conhecimento dos moradores, é fundamental nos processos de decisão e reconstrução.

Nesse ponto, o debate sobre a autoconstrução se aproxima do conceito de Tecnologias Sociais (TS), compreendidas como “produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que represente efetivas soluções de transformação social” (Dias e Novaes, 2010, p. 158). Segundo Dagnino (2010) elas representam uma alternativa crítica à tecnologia convencional e capitalista. Em Cabo Delgado, a reconstrução pós-conflito não se resume a erguer paredes; ela exige uma abordagem que reconheça e valorize a resiliência comunitária e a capacidade de auto-organização (Alberdi *et al.*, s.d.).

Portanto, as TS partem das necessidades sentidas pelas comunidades, garantindo a participação dos usuários desde a concepção dos artefatos tecnológicos (Dagnino, 2010). A reconstrução em Cabo Delgado, conforme destaca Beula (2022, p. 3) a Estratégia de Resiliência e Desenvolvimento Integrado do Norte de Moçambique (ERDIN), busca reconstruir o “tecido social e económico” e “apoiar as capacidades das comunidades locais para gerir choques climáticos ou de outra natureza”. Para (Alberdi *et al.*, s.d.) isto implica em reconstruir redes de apoio, como os laços sociais e mecanismos solidários que foram enfraquecidos pelos deslocamentos. É necessário “fortalecer as capacidades coletivas visando a melhoria dos meios de subsistência” (Alberdi *et al.*, s.d., p71). Portanto, reconstrução também envolve a criação de novas formas de governança local, pautadas pela participação popular e pelo diálogo (Beula, 2022; Alberdi *et al.*, s.d.) A ideia de “Bem Viver” (Good Living) surge como uma oportunidade para construir coletivamente novas formas de vida, baseadas na confluência natureza(s)-cultura(s) e no cuidado, em oposição à noção eurocêntrica de desenvolvimento (Hernandez, 2022). Para Alberdi *et al.*, (s.d.,) essa abordagem crítica e participativa, que integra os saberes locais e as idiossincrasias culturais, demonstra ser a verdadeira fonte de resiliência, permitindo que as comunidades não apenas se recuperem, mas melhorem suas condições de vida.

Tensões e negociações: diálogos e conflitos

Observa-se um embate constante entre a lógica formal e padronizada dos planos oficiais e a lógica informal e orgânica das comunidades (Maloa, 2019). Os planos oficiais, frequentemente influenciados por um “paradigma moderno de urbanidade” que prioriza o crescimento econômico e o fluxo de capital, são desenvolvidos sem a devida participação popular (Santos e Mello, 2020), resultando em “abordagens minimalistas, residualistas ou assistencialistas” (Marsden apud Cernea, 1997, p. 1579). Em Moçambique, a “cidade de cimento” (formal e ordenada) contrasta com a “cidade do caniço” (periférica e precária), refletindo essa dualidade e segregação socioespacial (Maloa, 2019; Ribeiro, 2019; Veríssimo, 2013).

As políticas de reassentamento, segundo Pontes (2024), muitas vezes estabelecem critérios de atendimento que não consideram o contexto social e as necessidades reais dos deslocados. Para Cernea (1997, p. 1577) a retenção de informação por parte das agências, sob a justificativa de evitar pânico, é "enganosa e autodestrutiva", privando os programas da contribuição dos próprios deslocados. A gestão pública, por vezes, age de maneira arbitrária, priorizando interesses particulares de empresários e políticos em detrimento das leis urbanísticas e da participação popular (Santos e Mello, 2020). Essa lógica é vista como “cega às vontades e necessidades da população e sem respeitar a memória histórica da cidade” (Santos e Mello, 2020, p. 16-17). Os conflitos relacionados à água, por exemplo, são frequentemente despolitizados pelo conhecimento técnico hegemônico, que os trata como "externalidades" ou limitações da natureza, ignorando as causas sociais e políticas (Borinelli *et al*., 2020).

Segundo Pontes (2024) o espaço de reassentamento e de vida das comunidades, especialmente em contextos de vulnerabilidade, torna-se um campo de negociação contínua. As comunidades não são passivas, mas “agentes que respondem com base em formas de ser e estar no mundo herdadas, construídas de forma interativa ao longo da sua experiência, e que agem de maneira criativa” (Alberdi *et al*., s.d., p. 88). Para Siena e Valencio (2009) mesmo em abrigos temporários, os afetados buscam reproduzir seu ambiente privado em espaços públicos, tentando restabelecer suas rotinas e identidades. Segundo Cernea (1997) as comunidades afetadas demonstram interesse em melhorar suas moradias e utilizam recursos próprios para complementar as compensações. O autor salienta haver exemplos de grupos que negociam com os projetos para obter melhores condições de terra.

A autonomia da ação (Santos, 2006) e a capacidade de modificação das casas padronizadas para atender às suas necessidades são manifestações de resistência. De acordo com Baptista (2014) a flexibilidade na arquitetura é crucial para se ajustar às necessidades individuais, permitindo que os usuários influenciem o design e a produção do edifício.

A busca por uma “democracia direta” e a participação social na gestão urbana são centrais para a construção de uma cidade mais humana (Santos e Mello, 2020). A criação de espaços de lazer, de convivência e a ocupação de praças como “bens comuns urbanos” **são formas de reverter a lógica da urbanização capitalista** (Reis e Véras, 2024, p. 556). Ferramentas como a “Maquete Interativa” demonstram como as comunidades podem projetar e manejar cenários, negociando sentidos e visualizando conflitos, promovendo uma autêntica polifonia e superando a assimetria de poder (Valencio, Siena e Marchezini, 2009).

Neste ponto, o “urbanismo de resistência” se manifesta, traduzindo-se na luta pelo “Direito à Cidade” (Santos e Mello, 2020; Reis e Véras, 2024). É a rejeição da cidade como “mercadoria” e a reivindicação de uma cidade como “construção coletiva da sociedade”, reafirmando sua função social e fortalecendo valores comunitários (Santos e Mello, 2020, p. 23). Os autores consideram ser uma luta por “Reforma Urbana” aquela que emerge da crise urbana e busca transformar a cidade para que seja mais justa e humana. Para Pontes (2024) a capacidade dos movimentos sociais organizados de influenciar a apropriação do espaço urbano e mitigar a segregação é uma prova de que a criação do espaço é um processo vivo e dinâmico, constantemente moldado pelas interações e tensões entre os diversos agentes sociais.

Urbanismo de resistência e alternativas urbanas no Capitaloceno

O Urbanismo de Resistência pode ser definido como um conjunto de práticas e estratégias de base, que emergem de comunidades marginalizadas, para construir espaços e modos de vida que desafiam as lógicas destrutivas e predatórias do Capitaloceno (Rotondaro, 2021; Santos, 2006). Segundo Rotondaro (2021) essas práticas frequentemente surgem como resposta a um planejamento hegemônico que acentua a desigualdade social e econômica e mercantiliza as cidades, privilegiando grupos financeiros em detrimento da maioria da população. A autora considera o planejamento hegemônico, elaborado, por maioria das vezes, por um grupo limitado e restringe a participação da sociedade. Em contraste, o Urbanismo de Resistência busca o reconhecimento e o empoderamento de comunidades desfavorecidas, promovendo formas de gestão do território baseadas na autonomia e na autodeterminação (Rotondaro, 2021; Baptista, 2014; Alberdi *et al*., s.d.). Para Baptista (2014) isso pode incluir a autoconstrução e a gestão individual ou comunitária de recursos, rejeitando soluções padronizadas impostas por autoridades e técnicos externos. Segundo Santos e Mello (2020) tais movimentos sociais urbanos contestam a lógica de que o direito à cidade se manifesta apenas pelo acesso a bens e empreendimentos do progresso, enfatizando, em vez disso, a necessidade de maior participação de todas as classes sociais nas decisões e planejamento da cidade.

O urbanismo de resistência não é uma mera resposta a um conflito pontual, mas uma reação à forma como o sistema capitalista tardio, o Capitaloceno, produz violência e desigualdade através da apropriação de territórios e recursos (Borinelli *et al*., 2020). Para os autores, o conceito de Capitaloceno destaca que a atual crise socioecológica planetária é atribuída ao capitalismo, e não a toda a humanidade. Segundo Santos e Mello (2020) a lógica capitalista neoliberal, com sua busca por produtividade e competitividade, tende a transformar a cidade em um objeto de consumo privado, acessível apenas a uma parcela da população economicamente favorecida, gerando um conflito entre o “direito à cidade” e a “cidade mercadoria”. Essa lógica hegemônica de transformar a cidade em um objeto de consumo e de fluxo de capital, material, informação e transporte, muitas vezes, esquece, marginaliza ou exclui a maioria dos indivíduos que vivem nela de espaços públicos, seguros e sistemas habitacionais dignos (Reis e Véras, 2024; Santos e Mello, 2020). A modernização dos espaços urbanos, impulsionada pelo capital, constrói e destrói cidades, gerando um "caldeirão de frustrações" para os habitantes e demandas não atendidas pelo poder público, com a consequente repassagem da responsabilidade pelo planejamento urbano à iniciativa privada, que prioriza o lucro (Santos e Mello, 2020, p. 23).

Tecnologias Sociais, redes comunitárias e inovação urbana em cenários de crise

As Tecnologias Sociais (TS) e as redes comunitárias (sejam elas de apoio mútuo, de produção de alimentos ou de compartilhamento de saberes) são as ferramentas concretas para a produção de inovação em cenários de crise (Novaes e Dias, 2010). A TS é concebida para a inclusão social, diferente da tecnologia convencional (TC) que é funcional para empresas privadas (Dagnino, 2010). Para Dagnino (2010); Novaes e Dias (2010) ela envolve a construção coletiva de conhecimento, incorporando valores, interesses e saberes dos excluídos, em vez de uma mera “oferta” ou “transferência” de conhecimento. Feenberg (apud Dagnino; Brandão e Novaes, 2010) argumenta que a tecnologia não é neutra, mas carregada de valores e interesses, e que o reprojetamento tecnológico deve incorporar a participação democrática no processo de trabalho, critérios ambientais, saúde dos trabalhadores e consumidores, e o desenvolvimento das potencialidades intelectuais. Isso permite um “uso contra-hegemônico do conhecimento e da tecnologia” (Feenberg apud Novaes e Dias, 2010, p. 142). Em cenários de crise, como os de deslocamento, segundo a UN-Habitat (2018) a autoconstrução e o uso de materiais locais, aliados a assistência técnica e o fornecimento de terrenos urbanizados, são destacados como meios para que a maioria da população tenha acesso a moradia acessível e resiliente.

Baptista (2014); Alberdi *et al*. (s.d.) as redes informais de solidariedade desempenham um papel crucial na capacidade das comunidades de responder a crises e reconstruir seus meios de subsistência. Em Moçambique, por exemplo, segundo Bande, Nhamirre e Cortez (2021), o governo inicialmente não criou centros de acolhimento tradicionais para deslocados de conflito armado, levando as pessoas a residirem em casas de familiares, amigos ou conhecidos, formando as chamadas famílias de acolhimento. Para Alberdi *et al*. (s.d.) essa dependência de redes informais ressalta a importância da coesão social e do apoio mútuo, que são desafiados pela escassez de recursos e pela distribuição desigual da ajuda humanitária. De acordo com Santos e Mello (2020) a participação social é vista como essencial para uma cidade mais humana e para a superação de problemas como a crise do sistema democrático que exclui a participação popular. O fortalecimento dessas redes e a valorização das vozes das comunidades são fundamentais para o sucesso de qualquer iniciativa de reconstrução (Alberdi *et al*., s.d.).

Perspectivas de justiça territorial e direito à cidade em Cabo Delgado

Em Cabo Delgado, a justiça territorial é uma questão central devido aos conflitos armados, desigualdades sociais e econômicas, extrativismo estrangeiro e expropriação de terras (Amaral, 2022; Tavares, 2022). O conflito está alterando a ordenação territorial e demográfica, forçando centenas de milhares de pessoas a abandonar seus meios de subsistência (Alberdi *et al*., s.d., p. 63). Para Tavares (2022) os desafios incluem pobreza generalizada, exclusão, marginalização, deficiente capital humano e frustração de expectativas sociais em relação à exploração de recursos naturais. Loureiro e Layrargues (2013) a intervenção de projetos de desenvolvimento muitas vezes falha em abordar a distribuição desigual dos custos e benefícios da apropriação dos bens ambientais. Segundo CIP (2024); Alberdi *et al*. (s.d.) a reconstrução exige uma abordagem que vá além da ajuda humanitária e promova o desenvolvimento

sustentável e a reconciliação comunitária, centrando-se na justiça social com emprego, direitos, educação, serviços públicos, saúde, infraestruturas de mobilidade e comunicação, seguridade social, inclusão e proteção. Para Alberdi *et al*. (s.d.) isso contrasta com o modelo de desenvolvimento preexistente, que apresentava enormes deficiências e desigualdades construídas sobre uma violência histórica lenta.

David Harvey (2008) concebe o Direito à Cidade não apenas como a possibilidade individual de usufruir dos recursos urbanos, mas como a capacidade coletiva de transformar a cidade e, nesse processo, transformar a nós mesmos. O autor argumenta que não se trata meramente do acesso a bens e serviços urbanos, mas da capacidade de reconstruir e reinterpretar a cidade como um corpo político diferente do que existe, sendo este um direito comum que depende do exercício de um poder coletivo para moldar o processo de urbanização. Complementarmente, ele critica as formulações liberais de justiça social por serem insuficientes para combater as desigualdades urbanas, as quais são produtos estruturais do capitalismo que exigem a transformação dos modos de produção, consumo e distribuição (Harvey apud Santos e Mello, 2020; Harvey apud Cunha, 2025).

No contexto de Cabo Delgado, onde o conflito armado levou à destruição de infraestruturas, expropriação de terras e ao deslocamento de centenas de milhares de pessoas de seus meios de subsistência, a reconstrução pós-conflito é, fundamentalmente, uma luta pelo direito de decidir sobre o futuro de suas próprias comunidades e territórios. Isso implica em desafiar a lógica destrutiva e predatória do Capitaloceno (Santos e Mello (2020) e superar um sistema preexistente que já apresentava "enormes deficiências e desigualdades construídas sobre a base de uma violência histórica lenta" (Alberdi *et al.*, s.d., p. 66). A reconstrução em Cabo Delgado deve ser um processo inclusivo, resiliente, informado e transparente, pautado por um amplo diálogo e participação da sociedade civil (Tavares, 2022). Para Alberdi *et al.* (s.d.), é essencial dar voz ativa aos protagonistas locais, valorizando seus conhecimentos e propostas para a construção da paz e do bem-estar. Segundo Rotondaro (2021); Alberdi *et al.* (s.d.) traduz-se na busca por justiça social (incluindo emprego, direitos, educação, serviços públicos, saúde e infraestruturas) e justiça cognitiva, respeitando os imaginários culturais e as aspirações das comunidades, capacitando-as a se autodeterminarem frente a um planejamento que tradicionalmente as marginaliza.

Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, voltada para compreender como as políticas públicas de reassentamento em Cabo Delgado interagem ou entram em conflito com práticas comunitárias de produção do espaço no contexto do Capitaloceno. Esse enquadramento permite interpretar as dinâmicas sociais e territoriais a partir de uma perspectiva crítica, indo além da mensuração de dados e privilegiando a análise das tensões, resistências e alternativas urbanas emergentes.

A escolha por uma perspectiva qualitativa justifica-se pela necessidade de analisar a interação entre políticas oficiais de reassentamento e práticas comunitárias a partir de uma visão crítica e interpretativa. Mais do que mensurar dados quantitativos, busca-se compreender como e por que essas práticas dialogam, resistem ou se contrapõem, considerando o enquadramento teórico do Capitaloceno e do urbanismo de resistência.

Foram utilizadas três principais técnicas de investigação: análise documental, com foco em políticas oficiais de reassentamento (como o *Plano de Reconstrução de Cabo Delgado* e a *Política de Gestão de Deslocados Internos*), relatórios de agências internacionais e documentos de ONGs; revisão bibliográfica, abrangendo autores clássicos e contemporâneos como Lefebvre, Santos, Harvey, além de estudos sobre mobilidades forçadas e urbanismo crítico no Sul Global.

A análise foi estruturada em três etapas: (i) mapeamento das políticas oficiais e de suas implicações socioespaciais; (ii) levantamento das práticas comunitárias de autoconstrução, tecnologias sociais e estratégias de resistência; e (iii) cruzamento interpretativo entre os dois campos à luz das categorias de produção social do espaço, urbanismo de resistência e Capitaloceno. Reconhece-se como limitação a ausência de pesquisa de campo direta, suprida pelo uso de fontes secundárias robustas.

Compatibilidade e conflitos nas políticas de reassentamento

A análise das políticas oficiais de reassentamento em Cabo Delgado revela uma colisão marcante entre o "espaço concebido" e o "espaço vivido" (Lefebvre, 2008). Para o autor, o "espaço concebido" é o produto dos planejadores e das instituições, expresso em documentos, regulamentos e planos que, muitas vezes, desconsideram as realidades e necessidades locais. As deslocações involuntárias de populações e os reassentamentos decorrentes de programas de desenvolvimento, embora ocorram em escala global, frequentemente resultam em soluções insuficientes, como destaca Cernea (1997). Muitas dessas iniciativas são marcadas por "abordagens minimalistas, residualistas ou assistencialistas" (Marsden, apud Cernea, 1997, p. 1579), focadas em compensação de perdas materiais em vez de reconstrução e melhoria dos meios de subsistência (Cernea, 1997).

O modelo de riscos de Cernea (1997) identifica oito processos de empobrecimento nos processos de deslocação: falta de terra, falta de emprego, falta de moradia, marginalização, insegurança alimentar, perda de acesso a recursos de propriedade comum, aumento da morbidade e desarticulação da comunidade. Estes riscos são exacerbados quando as políticas oficiais não alinham o "espaço concebido" com o "espaço vivido" das comunidades. Cernea (1997) a retenção de informação pelas agências, justificada como forma de evitar pânico, é descrita como "enganosa e autodestrutiva", pois priva os programas da contribuição essencial da energia dos deslocados. O autor considera essa disfunção nas relações entre planejadores e grupos afetados como sendo uma das raízes do fracasso do reassentamento, frequentemente gerando "participação invertida" e oposição ativa.

Em Moçambique, a Estratégia de Resiliência e Desenvolvimento Integrado do Norte de Moçambique (ERDIN), embora reconheça causas internas do conflito como pobreza, exclusão, marginalização e expropriação de terras, segundo Tavares (2022), ainda precisa garantir um amplo diálogo e participação da sociedade civil para assegurar uma reconstrução inclusiva e transparente. O autor salienta que existe a possibilidade de conflitos de terras entre as populações deslocadas e locais, tanto nas zonas de reassentamento quanto no retorno às suas origens. Esta possiblidade é vista numa das entrevistas feita a arquiteta que trabalhou no processo de reassentamento, em que relata:

> O reassentamento foi feito um pouco distante da população local, de modo que cada um viva livremente; foram igualmente atribuídas áreas de cultivo aos deslocados. Por serem um número maior, outros recorreram aos locais para obtenção de um pedaço de terra para abertura de machambas a título de empréstimo (Entrevistada, 2025).

Portanto, estas disputas são inerentes à forma como o planejamento urbano é implementado, muitas vezes sem seguir as leis urbanísticas e ritos de participação popular, satisfazendo interesses particulares de empresários e políticos (Santos e Mello, 2020). O projeto “Novo Recife” é um exemplo claro, criticado pelo movimento Direitos Urbanos por agravar problemas como a mobilidade e concentrar poder de decisão em corporações e políticos (Blog Direitos Urbanos apud Santos e Mello, 2020).

As políticas oficiais frequentemente tornam invisíveis os saberes e práticas locais e vernaculares, impondo uma lógica técnica e homogeneizadora. Em Moçambique, a urbanização dual, com a “cidade de cimento” (formal e ordenada) e a “cidade de caniço” (precária, mas consolidada pela autoconstrução), ilustra essa invisibilidade. Segundo Maloa (2019) os planos urbanos são gerados por uma “elite”, enquanto a prática de construção popular se baseia em manuais orais e técnicas simples. Cernea (1997) descreve que a literatura sobre reassentamento raramente estudou em profundidade a contribuição da energia dos deslocados e suas organizações. Para a UN-Habitat (2018) a valorização da cultura em desenvolvimento habitacional em Moçambique, com o envolvimento comunitário adequado, oferece espaço para práticas melhoradas, como o tamanho dos talhões disponibilizados, mas a realidade ainda impõe medidas holísticas para a inclusão de grupos vulneráveis.

A incompatibilidade entre políticas e realidades locais se conecta diretamente à crítica do urbanismo hegemônico. Segundo Henri Lefebvre (2000), a “produção do espaço” é um processo social complexo, onde o “espaço concebido” (ideias de planejadores, cientistas, urbanistas) se choca com o “espaço vivido” (as práticas e representações dos habitantes) e o “espaço percebido” (a materialidade do espaço). Neste preceito, segundo o autor, o urbanismo hegemônico tende a impor um “código” que busca homogeneizar o espaço e subordinar a vida social a interesses de acumulação, resultando em contradições e conflitos.

David Harvey (2008) argumenta que a urbanização, sob o capitalismo, é um fenômeno de classe impulsionado pela absorção do excedente, frequentemente através da “destruição criativa” que impacta desproporcionalmente os pobres. O “direito à cidade” não é apenas o acesso individual a recursos, mas o direito de mudar a si mesmo pela mudança da cidade, um “direito comum antes de individual”, que depende do exercício do poder coletivo para moldar o processo de urbanização (Harvey, 2008, p. 74). Para Santos e Mello (2020) a lógica de gestão empresarial nas cidades, incentivada por instituições como o Banco Mundial, visa produtividade e competitividade, transformando a cidade em um “objeto de consumo privado”, um modelo que o movimento Direitos Urbanos descreve como “insidioso”.

O conceito de Capitaloceno, segundo Gaboardi e Nunes (2021) contextualiza esses conflitos, mostrando como a dominação e exploração da natureza são perpassadas pelas relações políticas e econômicas do capitalismo global. O urbanismo hegemônico, alinhado com essa lógica, ignora as dimensões sensoriais e emocionais das cidades, perdendo de vista seus habitantes (Mbembe e Nuttall, 2004; Simone, 2004, apud Amaral, 2022). Para Cunha (2025) a ineficácia redistributiva das políticas urbanas e a subutilização de instrumentos para combater desigualdades socioespaciais são pontos cegos na regulação urbanística, evidenciando como a agenda progressista pode ser cooptada por interesses de mercado.

Estratégias comunitárias de resistência e adaptação

Em face das lacunas e falhas das políticas oficiais, as comunidades em Cabo Delgado, e em outros contextos de deslocamento forçado, desenvolvem estratégias robustas de autoconstrução e auto-organização como forma de resistência e adaptação. De fato, foi relatado pelos técnicos que a auto-organização das moradias dependia dos proprietários no processo de autoconstrução. Um dos técnicos relata que no reassentamento em que trabalhou “(...) as Cáritas Diocesanas, entravam nos bairros e viam quais famílias são necessitadas e o afastamento da casa em relação a rua, dependia do dono do terreno.” (Entrevistada, 2025).

A experiência moçambicana, onde a "cidade de caniço" se consolidou ao longo das décadas com moradias precárias, mas com um aspecto de permanência, é um testemunho da capacidade das populações de construir seus próprios espaços de habitação, afinal, segundo UN-Habitat (2018), 90% das construções em Moçambique são de autoconstrução. As comunidades deslocadas em Cabo Delgado, agem de maneira criativa, adaptando-se e gerando "estratégias de construção do futuro" com base em suas experiências e formas de ser (Vincent & Sorensen apud Alberdi *et al.*, s.d.).

No Brasil, segundo Novaes e Dias (2010), os mutirões autogeridos por movimentos sociais são exemplos concretos de auto-organização, onde o controle popular se estende desde a identificação de terrenos e escolha dos projetos das casas até a organização do trabalho, contratação e negociação com o governo e empresas. Essa prática não é apenas uma solução para a carência habitacional, mas também um “espaço excepcional para a experimentação do que pode vir a ser um desenho emancipado” (Novaes e Dias, 2010, p. 131). Para Alberdi *et al.* (s.d., p. 52) a ausência de um mercado de trabalho formal, a baixa monetização da economia local e as limitações de acesso a infraestruturas e capital de investimento em Cabo Delgado tornam a atenção aos “mecanismos informais e às realidades económicas locais” fundamental para o sucesso das iniciativas de reconstrução.

As redes comunitárias desempenham um papel crucial na resistência e adaptação. Elas se baseiam em laços familiares, de vizinhança e identidade étnica, e são vitais para a coesão social e a gestão de recursos. Em Cabo Delgado, segundo Alberdi *et al.* (s.d.) a identificação e valorização de lideranças tradicionais, religiosas e comunitárias são essenciais, pois essas figuras podem promover uma maior coesão social e dar voz às propostas das comunidades deslocadas. Cernea (1997) fala da interessante experiência chinesa de reassentamento, que manteve propositadamente as comunidades e valorizou bens comunitários, compensando-os financeiramente para a reconstrução, demonstrou como o fortalecimento dessas redes pode ser institucionalmente apoiado.

Santos e Mello (2020) movimentos sociais como o Direitos Urbanos, em Recife, são exemplares de redes que emergem para denunciar falhas na gestão urbana e propor reformas. Estes movimentos, segundo Santos e Mello (2020), articulam demandas por uma “democracia direta”, participação popular na gestão urbana e crítica à mobilidade centrada no transporte individual. Para os autores, o movimento Direitos Urbanos defende uma reforma urbana pautada em demandas centralizadas, buscando construir uma cidade mais humana, e seu discurso é contra-hegemônico, percebendo o setor privado como antagônico à melhoria das cidades. Para Cernea (1997) a solidariedade comunitária na partilha de perdas, como a terra, e a redistribuição de terras entre agricultores deslocados e não deslocados, são exemplos de práticas de rede que reforçam a resiliência.

As estratégias comunitárias de autoconstrução e auto-organização podem ser compreendidas como manifestações do urbanismo de resistência. Este conceito é central para as lutas pelo "direito à cidade", que, para Harvey (2008) e Lefebvre (2006), transcende a liberdade individual de acesso a recursos, sendo o direito de transformar a si mesmo pela transformação da cidade através do poder coletivo. Para Santos e Mello (2020, p. 6) o direito à cidade é um “slogan significativo para teóricos, planejadores, ativistas e cidadãos” que buscam cidades mais justas e democráticas. Rotondaro (2021) concebe o território não apenas como um dado físico, mas como um produto das relações sociais e de poder, onde as práticas cotidianas dos habitantes o moldam e atribuem significado. A luta pela terra, por exemplo, não é apenas por um recurso, mas pela “manutenção da vida”, envolvendo a reprodução, o meio ambiente, o acesso à água e alimentos saudáveis (Rotondaro, 2021). A autora destaca que territorialidade, para além da apropriação material e funcional, inclui a apropriação cultural-simbólica, onde o lugar imprime sentido à existência.

As Tecnologias Sociais (TS) são ferramentas essenciais nesse urbanismo de resistência. Para Dagnino (2010) elas se contrapõem à tecnologia convencional, que serve à maximização do lucro privado, ao propor soluções desenvolvidas em interação com a comunidade, promovendo a inclusão social e a sustentabilidade. A TS, segundo Dagnino (2010), envolve a construção coletiva de conhecimento e a incorporação dos valores, interesses e saberes dos excluídos. Para Dagnino, Brandão e Novaes (2010) a metáfora do “tecido sem costuras” da sociedade, política e economia reforça que a tecnologia é socialmente construída por “grupos sociais relevantes”. O uso contra-hegemônico do conhecimento e da tecnologia, proposto por Feenberg (apud Dias e Novaes, 2010), sugere que a tecnologia é um espaço de luta social onde projetos políticos alternativos estão em disputa.

Portanto, as comunidades em Cabo Delgado, ao empreenderem a autoconstrução e a auto-organização, e ao fortalecerem suas redes de apoio, estão ativamente engajadas na produção de seu “território usado”, imbuído de um “espaço de representação” que reflete seus saberes vernaculares e a busca pelo direito à cidade. Essas ações, fundamentadas na Teoria da Tecnologia Social e na crítica do urbanismo hegemônico no Capitaloceno, constituem um urbanismo de resistência vital para a reconstrução pós-conflito.

Alternativas urbanas emergentes e potenciais de transformação

O contexto de conflito e deslocamento forçado em Cabo Delgado, embora desafiador, tem estimulado a emergência de alternativas urbanas inovadoras, enraizadas na crise e na necessidade de sobrevivência (International Growth Centre, 2024; Feijó, Maquenzi, Salite, e Kirshner, 2022; Amaral, 2022). A população afetada, muitas vezes desprovida de apoio estatal adequado, desenvolve “práticas de vida autônomas e emancipadas dos modos capitalistas” (Hernandez, 2022, p. 44).

Em Moçambique, a urbanização periférica é marcada pela informalidade e pela utilização de materiais híbridos (industrializados e naturais) na construção, como cimento, chapas de zinco, argila e outros, igual foi relatado nas entrevistas. Uma das arquitetas relata que no reassentamento em que trabalhou, as comunidades “(...) utilizam chapas de zinco, embora a qualidade nem sempre seja das melhores.” A outra entrevista foi de um técnico de construção que relatou “(...) fizemos as salas de aulas com o material local precário, com recurso ao bambu, estacas, madeira e chapas de zinco.” Aliado a esta informação, encontramos uma outra entrevista feita a um engenheiro civil, relata que no reassentamento em que trabalhou, uma das soluções técnicas incorporadas para aumentar a segurança estrutural e a durabilidade das habitações foi:

> (...) adoção de técnicas de reforço das estacas por ser o material de suporte, mas também, melhoria das paredes, isto é, uso de cimento para o reboco das paredes, para garantir mais resistência em caso de chuvas, o que verifica normalmente a parede de pois da chuva ela se desfaz (Entrevista, 2025).

Segundo Baptista (2014) essa adaptação e inovação a partir de recursos locais e conhecimentos tradicionais é uma forma de “saber vernacular” que se manifesta na resiliência das comunidades. Projetos como o de Maxaquene Norte e Polana Caniço demonstram como o envolvimento comunitário na discussão sobre o tamanho dos lotes e a replicação independente de processos podem levar a soluções habitacionais bem-sucedidas, mesmo com intervenção limitada do projeto oficial (UN-Habitat, 2018). Essas práticas se encaixam no espaço percebido de Lefebvre, onde a vida cotidiana e as estratégias de subsistência são forjadas na interação direta com o ambiente e os recursos disponíveis.

A Tecnologia Social, definida como uma abordagem participativa onde os usuários co-constroem as soluções desde a concepção, é crucial nesse cenário (Dagnino, 2010). Em Cabo Delgado, a recuperação dos meios de subsistência das populações deslocadas e de acolhimento exige a consideração de mecanismos informais e das realidades econômicas locais. Isso inclui, segundo Alberdi *et al.* (s.d.), o fortalecimento de capacidades comunitárias, mediações comunitárias e diálogos inter-religiosos/interétnicos para a construção da paz, com a participação efetiva de jovens e mulheres. Para Dagnino (2010) tais iniciativas representam uma inovação social, emergindo da base para enfrentar problemas de habitação popular, alimentação e energia. O movimento Direitos Urbanos no Recife, por exemplo, demonstra como a sociedade civil organizada pode articular uma crítica ao planejamento hegemônico e propor pautas como a preservação do patrimônio histórico, mobilidade urbana de qualidade e sustentabilidade urbana (Santos e Mello, 2020).

As práticas de resistência e inovação em Cabo Delgado ressoam com o Direito à Cidade de David Harvey e Henri Lefebvre, que é “o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade” através de um “poder coletivo”. (Harvey, 2008, p. 74; Lefebvre, 2006) O movimento Direitos Urbanos no Recife exemplifica essa luta por cidades mais justas e democráticas. Complementarmente, o conceito de Bem Viver, originário do Sul Global, oferece uma “proposta epistemológica e prática para ressignificar as noções modernas de desenvolvimento rumo ao progresso ‘custe a quem custar” (Acosta apud Hernandez, 2022, p. 44). O autor argumenta que ele integra a natureza e a cultura, buscando a “confluência natureza(s)-cultura(s), na lógica do sensível e do cuidado, com vistas à sustentabilidade” (Hernandez, 2022, p. 44). Entretanto, tais abordagens contrariam as “abordagens minimalistas, residualistas ou assistencialistas” de reconstrução, visando restaurar e melhorar os meios de subsistência de forma duradoura (Marsden apud Cernea, 1997, p. 1579). Essas alternativas se manifestam no espaço de representação de Lefebvre, criando contra-discursos e imaginários de um urbanismo mais humano e equitativo.

Discussão crítica: Cabo Delgado como caso representativo de desafios urbanos no Capitaloceno

O caso de Cabo Delgado não é um evento isolado, mas podemos associá-lo a um microcosmo dos desafios urbanos enfrentados em todo o Sul Global sob a lógica do Capitaloceno (Borinelli *et al.*, 2021). A crise em Cabo Delgado, enraizada em desigualdades socioeconômicas e exacerbada pelo extrativismo estrangeiro e comércio

ilegal, reflete tendências globais de acumulação de capital e espoliação da natureza (Amaral, 2022; Borinelli *et al.*, 2021).

Borinelli *et al.* (2021) e Barcelos (2019) argumentam que, na perspectiva do Capitaloceno, a crise social e ecológica planetária é atribuída ao capitalismo, e não a uma ação humana genérica. Portanto, os grandes projetos extrativistas em Cabo Delgado, que alteram a ordenação territorial e demográfica, são manifestações claras da "acumulação por espoliação" de David Harvey (2008), onde os desprivilegiados são removidos para abrir caminho à valorização do capital. Isso se alinha com a crítica de Milton Santos (2006) de uma globalização que promove uma territorialização fluida dos capitais enquanto desterritorializa grupos vulneráveis.

A urbanização moçambicana é caracterizada pela dualidade (cidades de cimento e de caniço) e pela informalidade no acesso à terra. Segundo Ribeiro (2019); Baptista (2014) essa realidade é comum no Sul Global, onde o rápido crescimento urbano leva a assentamentos informais e pobreza, sem planejamento adequado e infraestrutura sustentável. Autores como Borinelli *et al.* (2021); Santos e Mello (2020); Maloa (2019), afirmam que por vezes o Estado, atua de forma ineficiente ou subserviente a interesses privados, contribuindo para a segregação e a falta de serviços. Portanto, as políticas oficiais e os planos de desenvolvimento, que representam o espaço concebido de Lefebvre, muitas vezes desconsideram as realidades e necessidades locais, perpetuando a marginalização.

A luta das comunidades em Cabo Delgado é, essencialmente, uma luta por justiça territorial. Segundo Santos e Mello (2020) é uma batalha pelo direito de habitar, usar e transformar o espaço, em oposição a uma lógica global que busca tornar o território uma mera mercadoria. Para Milton Santos (apud Pontes, 2024), o território não é apenas um espaço físico, mas um "território usado" que adquire significado através das relações sociais e da vivência. Para as comunidades deslocadas, o território é abrigo e a base de sua identidade coletiva. A luta das comunidades em Cabo Delgado, portanto, é pelo reconhecimento desses laços e pelo direito de definir o seu próprio espaço. Essa luta das comunidades nesse processo de reassentamento se manifesta no espaço de representação de Lefebvre, onde as comunidades articulam suas demandas e visões de mundo em contraposição às imposições externas (Lefebvre, 2006).

Essa resistência encontra respaldo na crítica à mercantilização de terra, que, para Santo e Mello (2020), constitui um dos principais vetores de conflito devido à pressão da especulação imobiliária e dos grandes projetos. Ao criticar a "cidade mercadoria" e a excessiva concentração do poder decisório em esferas corporativas e modelo de desenvolvimento vigente (Santo e Mello, 2020, p. 17).

É exatamente em contraposição a essa lógica que a luta das comunidades em Cabo Delgado por um espaço condigno para erguerem suas habitações é um exemplo de como as comunidades buscam reverter processos de exclusão. Nessa busca, tais grupos exigem maior controle democrático sobre a produção e a utilização do excedente, articulando uma reforma urbana pautada na justiça social e ambiental (Harvey, 2008, p. 86). Trata-se, portanto, de um chamado por um novo contrato social guiado que transcenda a reprodução da pobreza e da desigualdade, consolidando princípios de equidade fundamentais para a dignidade dessas populações (Alberdi *et al.*, s.d., p. 70).

Nesse contexto, a justiça territorial exige tanto a redistribuição (acesso equitativo à terra, habitação, serviços públicos, emprego) quanto o reconhecimento (respeito às culturas, saberes, expectativas e participação nas decisões) (Cunha, 2025; Alberdi *et al.*, s.d.). A ineficácia redistributiva de políticas que se limitam a conquistas simbólicas é um alerta para que a luta em Cabo Delgado integre plenamente essas dimensões, buscando, segundo Cunha (2025), uma transformação estrutural que vá à raiz das injustiças econômicas e culturais.

Considerações finais

A análise desenvolvida ao longo deste artigo demonstrou que os modelos oficiais de reassentamento em Cabo Delgado frequentemente se distanciam das necessidades e práticas locais, produzindo conflitos socioespaciais e reforçando vulnerabilidades históricas. O problema de pesquisa, a interação ou conflito entre políticas públicas e práticas comunitárias no contexto do Capitaloceno, revelou-se central para compreender como a reconstrução pós-conflito pode tanto perpetuar desigualdades quanto abrir brechas para alternativas urbanas emergentes.

Do ponto de vista teórico, o estudo reforça a relevância do urbanismo de resistência como lente crítica para analisar experiências de mobilidades forçadas. Se por um lado, as contribuições de Lefebvre, Harvey e Santos estabelecem as bases para a compreensão da produção social do espaço e do direito à cidade, o diálogo com outros autores foi fundamental para agrupar estas reflexões. A articulação com estudiosos do contexto moçambicano, como Amaral (2022), Maloa (2019) e Tavres (2022), permitiu situar as tensões territoriais específicas de Cabo Delgado, enquanto as perspectivas sobre tecnologias sociais e habitação vernacular, fundamentadas em autores como Dagnino (2010), Baptista (20140 e Oliver (2006), conferiram densidade empírica às nossas conclusões. Essa base teórica ampliada, somada aos riscos de empobrecimento identificados por Cernea (1997) e à crítica ao Capitaloceno de Moore (2022), permitiu evidenciar que o território, longe de ser um suporte passivo, é um produto de ação cotidiana e coletiva das comunidades, onde saberes locais se afirmam como formas concretas de resistência Capitaloceno.

No plano prático, a pesquisa aponta que as políticas públicas de reassentamento precisam superar lógicas assistencialistas e tecnocráticas, valorizando a participação comunitária e os saberes locais como elementos fundamentais para processos inclusivos e sustentáveis. A experiência de Cabo Delgado mostra que a autoconstrução, as redes comunitárias e as tecnologias sociais não apenas respondem à carência habitacional, mas também fortalecem laços sociais, promovem coesão territorial e ampliam o protagonismo das comunidades.

Quanto às perspectivas futuras, abre-se um campo fértil de investigação sobre como articular os saberes vernaculares com políticas públicas de maneira institucionalizada, sem que isso signifique sua cooptação ou descaracterização. Pesquisas comparativas com outros contextos do Sul Global podem aprofundar a compreensão sobre os limites e potencialidades do urbanismo de resistência. Além disso, investigações que incorporem metodologias participativas, como mapeamento colaborativo e maquetes interativas, podem contribuir para aproximar teoria e prática, ampliando o impacto social das pesquisas.

Contudo, Cabo Delgado não deve ser lido apenas como um espaço de crise, mas como um laboratório vivo de alternativas urbanas, onde a luta por justiça territorial e pelo direito à cidade se expressa como resistência ao Capitaloceno e como possibilidade de construção de futuros mais equitativos e sustentáveis.

Referências

ALBERDI, Jokin *et al*. *Guerra, deslocamentos forçados e resposta à crise em Cabo Delgado, Moçambique.* [S. l.]: Ayuda en Acción, [s.d.].

AMARAL, Sílvia. *Conflitos armados e sustentabilidade urbana em Cabo Delgado.* Desafios para Moçambique 2022, [s. l.], p. 55-67, 2022.

ARAÚJO, Manuel G. Mendes de. Os espaços urbanos em Moçambique. *GEOUSP. Espaço e Tempo,* São Paulo, n. 14, p. 165-182, 2003.

BANDE, Aldemiro; NHAMIRRE, Borges; CORTEZ, Edson. *Gestão dos deslocados de guerra de Cabo Delgado:* Governo falhou no apoio às vítimas do conflito. Maputo: Centro de Integridade Pública (CIP), 2021.

BAPTISTA, Júlio Londrim de Sousa Cruz. *Tecnologia vernacular vs. tecnologia global:* criação de uma metodologia de projeto para países em desenvolvimento: sustentabilidade de estruturas ligeiras e sua aplicação no Sudoeste de Angola. 2014. 248 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.

BARCELOS, Eduardo Álvares da Silva. Antropoceno ou Capitaloceno: da simples disputa semântica à interpretação histórica da crise ecológica global. *Revista Iberoamericana de Economía Ecológica,* Zaragoza, v. 31, n. 1, p. 1-17, 2019. Online. Disponível em: https://redibec.org/ojs. Acesso em: 28 ago. 2025.

BEULA, Emídio. *Finalmente… Governo aprova Programa de Resiliência e Desenvolvimento Integrado do Norte.* Política Moçambicana, Maputo, Ano 4, n. 359, 22 jun. 2022. CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento. Online. Disponível em: http://www.cddmoz.org. Acesso em: 05 ago. 2025.

BORINELLI, Benilson *et al.* Natureza barata e desigualdade hidrossocial no Capitaloceno. *Gestão & Conexões – Management and Connections Journal,* Vitória, v. 9, n. 3, p. 122-146, set./dez. 2020. DOI: https://doi.org/10.47456/regec.2317-5087.2020.9.3.32045.122-146.

CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA. *Análise da situação de segurança e socioeconómica dos retornados em Cabo Delgado.* Maputo: CIP, 2024.

CERNEA, Michael. *The risks and reconstruction model for resettling displaced populations.* World Development, v. 25, n. 10, p. 1569-1587, 1997. DOI: https://doi.org/10.1016/S0305-750X(97)00054-5 .

CUNHA, Tales Fontana Siqueira. A justiça e a cidade: redistribuição e reconhecimento na política urbana brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 20., 2025, Belém. *Anais [...].* Belém: ANPUR, 2023. p. 1-22.

DAGNINO, Renato. Apresentação. In: DAGNINO, R. *Tecnologia Social:* ferramenta para construir outra sociedade. Campinas, 2ª ed. Kamedi, 2010b, p. 7-22.

DAGNINO, Renato; BRANDÃO, Flávio Cruvinel; NOVAES, Henrique Tahan. Sobre o marco analítico-conceitual da Tecnologia Social. In: DAGNINO, R. *Tecnologia Social:* ferramenta para construir outra sociedade. Campinas, 2ª ed. Kamedi, 2010, p. 71-112.

DIAS, Rafael de Brito; NOVAES, Henrique Tahan. Contribuições da economia da inovação para a reflexão acerca da Tecnologia Social. In: DAGNINO, R. *Tecnologia Social:* ferramenta para construir outra sociedade. Campinas, 2ª ed. Kamedi, 2010, p. 155-174.

FEIJÓ, João; MAQUENZI, Jerry; SALITE, Daniela; KIRSHNER, Joshua. Caracterização das condições socioeconómicas dos deslocados internos no Norte de Moçambique ao longo do ano de 2021. *Observador Rural,* Maputo, n. 127, ago. 2022. Observatório do Meio Rural (OMR). Online. Disponível em: http://www.omrmz.org. Acesso em: 31 ago. 2025.

GABOARDI, Shaiane Carla; NUNES, Lauren De Cesaro. Antropoceno, Capitaloceno e Lixoceno: diferentes abordagens sobre as relações sociedade-natureza. *Geomae*, Campo Mourão, v. 12, n. 1, p. 49-65, 2021. DOI: https://doi.org/10.33871/21783306.2021.12.1.49-65.

HARVEY, David. O direito à cidade. *Lutas Sociais,* São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012. Tradução de Jair Pinheiro. Publicado originalmente em New Left Review, n. 53, 2008.

HERNANDEZ, Aline Reis Calvo**.** Memória biocultural: cultura(s)-natureza(s) na contramão do capitaloceno. *Revista Tramas y Redes,* Buenos Aires, n. 3, p. 25-49, dez. 2022. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. DOI: https://doi.org/10.54871/cl4c301a. Online. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=722376205003. Acesso em: 28 ago. 2025.

INTERNATIONAL GROWTH CENTRE (IGC). **G***estão de conflitos e integração social em Moçambique.* Moçambique: International Growth Centre, 2024.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço.* Tradução: Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 4. ed. Paris: Anthropos, 2000.

LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana.* Tradução de Sérgio Martins e revisão técnica de Margarida Maria de Andrade. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008 [1970].

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; LAYRARGUES, Philippe Pomier. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 53-71, jan./abr. 2013. DOI: 10.1590/S1981-77462013000100004.

MALOA, Joaquim Miranda. A urbanização moçambicana contemporânea: sua característica, sua dimensão e seu desafio. *Revista Urbe,* Rev. Bras. Gestão Urbana n. 11. 2019. Online. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180101 Acesso em 27 jul. 2025 1-15.

MANDAMULE, Uacitissa. *Terra e crises climáticas:* percepções de populações deslocadas pelo ciclone Idai no distrito de Nhamatanda*.* Observador Rural, n. 87, fev. 2020. Maputo: Observatório do Meio Rural. Online. Disponível em: https://omrmz.org/omrweb/publicacoes/. Acesso em: 31 ago. 2025.

MOORE, Jason W. Introdução. In: MOORE, Jason W**.** (Org.) *Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e crise do capitalismo.* Tradução de José Marcos Macedo. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2022, p. 12-24.

MOORE, Jason W. Histórias do Capitaloceno: O surgimento da Natureza Barata. In: MOORE, Jason W**.** (Org.) *Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e crise do capitalismo.* Tradução de José Marcos Macedo. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2022, p. 97-138.

MUACUVEIA, Reginaldo Rodrigues Moreno. *Urbanização contemporânea em Moçambique: papel dos instrumentos de planejamento urbano na ocupação do espaço.* 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2019.2002. Acesso em: 30 jul. 2025.

NOVAES, Henrique Tahan; DIAS, Rafael de Brito. Construção do Marco Analítico-conceitual da Tecnologia Social. In: DAGNINO, R. *Tecnologia social:* ferramenta para construir outra sociedade. Campinas, 2ª ed. Kamedi, 2010, p. 113-154.

OCHA. *Plano de resposta rápido:* província de Cabo Delgado, Moçambique. Maputo, 2020.

OLIVER, Paul. *Built meet needs:* cultural issues in vernacular architecture. Oxford, Elsevier, 2006.

PONTES, Ana Fabíola do Nascimento. *O território e suas relações sociais: conflitos e a disputa por interesses na comunidade de Chão de Estrelas, Recife/PE.* 2024. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES, PNUD. *Relatório de avaliação do impacto dos desastres em Moçambique.* Maputo, 2022.

REIS, Eduardo Castellani Gomes dos; VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Desigualdades sociais, territórios da vulnerabilidade e mobilidade urbana. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 26, n. 60, p. 537-560, maio/ago. 2024. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2024-6007.

RIBEIRO, Ester Tomás Natal. Processo de Urbanização em Moçambique - África. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 18., 2019, Natal. *Anais* [...]. Natal: ANPUR, 2019. p. 1-13. Online. Disponível em: http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais. Acesso em: 16 jun. 2025.

ROTONDARO, Tatiana. Comuns, territórios e planejamento contra-hegemônico. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais,* v. 23, n. 1, p. 38-41, 2021. DOI: 10.22296/2317-1529.rbeur.202112.

SANTOS, Jouberte Maria Leandro; MELLO, Sérgio Carvalho Benício de. Hegemonia do planejamento urbano estratégico e o discurso contra-hegemônico do direito à cidade. *Administração Pública e Gestão Social,* Viçosa, v. 12, n. 2, p. 1-21, abr./jun. 2020. DOI: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351562414005.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos; 1). ISBN 9788531409237.

SIENA, Mariana; VALENCIO, Norma. Gênero e desastres: uma perspectiva brasileira sobre o tema. In: VALENCIO, Norma *et al.* (org.). *Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil.* São Carlos: RiMa, 2009. p. 58-68.

SORIANO, Érico; VALENCIO, Norma. Riscos, incertezas e desastres associados às barragens: os riscos referentes à Itaipu Binacional. In: VALENCIO, Norma *et al.* (org.). *Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil.* São Carlos: RiMa, 2009. p. 146-159.

TAVARES, Abdul Gafur Monteiro. *Entre agências, políticas, estratégias, planos e a realidade: que implicações para a reconstrução de Cabo Delgado?* Vozes do Norte de Moçambique, Maputo, Ano 1, n. 10, 15 maio 2022. CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento. Online. Disponível em: http://www.cddmoz.org. Acesso em: 05 ago. 2025.

UN-HABITAT. *Moçambique Perfil de Habitação.* Maputo: UN-Habitat Moçambique, 2018.

UN-HABITAT. *Promover a urbanização sustentável em Moçambique como motor de desenvolvimento socioeconómico, da resiliência climática e da paz.* Maputo, 2023. Online. Disponível em: https://unhabitat.org/sites/default/files/2023/07/mocambique_resumo_nacional_pt.pdf. Acesso em: 15 jul. 2024.

UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION (UNDRR). *Das palavras à ação:* o deslocamento por desastres – como reduzir o risco, abordar os impactos e reforçar a resiliência. Genebra: UNDRR, 2019. Online. Disponível em: https://www.undrr.org. Acesso em: 12 jul. 2025.

VALENCIO, Norma. Da ‘área de risco’ ao abrigo temporário: uma análise dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária. In: VALENCIO, Norma *et al.* (org.). *Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil.* São Carlos: RiMa, 2009. p. 34-47.

VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor. Maquetes interativas: fundamentos teóricos, metodológicos e experiências de aplicação. In: VALENCIO, Norma *et al*. (org.). *Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil.* São Carlos: RiMa, 2009. p. 199-215.

VERÍSSIMO, Celine. A importância do espaço doméstico exterior para um modelo de ecodesenvolvimento de cidades médias. o caso do Dondo, Moçambique. *Revista Crítica de Ciências Sociais,* Coimbra, p.177-212, maio 2013. Online. Disponível em: http://journals.openedition.org/rccs/5277; DOI: 10.4000/rccs.5277.

ISSN 2526-7310 PIXO n.37, v.10 outono de 2026

O PROJETO URBANO COMO INSTRUMENTO MOBILIZADOR
Explorando alternativas à crise urbana

URBAN DESIGN AS A MOBILIZING TOOL
Exploring alternatives to the urban crisis

André de Oliveira Torres Carrasco[1]

Resumo
O artigo desenvolve uma discussão a respeito das potencialidades do projeto urbano enquanto instrumento estruturador de ideias e ações contra-hegemônicas sobre o território. Tomando como pressuposto o reconhecimento do caráter crônico da crise urbana das cidades brasileiras e os limites de seu enfrentamento a partir do planejamento, o trabalho tem como objetivo explorar as potencialidades do projeto urbano enquanto ferramenta capaz de produzir referências visuais e espaciais capazes de mobilizar os setores não hegemônicos da sociedade no enfrentamento das relações de desigualdade e precarização que marcam sua posição em nossa realidade urbana. Para tanto, uma pesquisa de caráter exploratório foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e análise documental, mediante a qual seu conteúdo foi explorado pelo método dialético. O artigo se encerra reforçando a importância do projeto urbano como instrumento de produção de referências para um futuro a ser disputado, distinto daquele determinado pela lógica ultraliberal dominante.
Palavras-chave: projeto urbano; contraprojeto; crise urbana; mobilização

Abstract
The paper develops a discussion regarding the potentialities of urban design as a structuring instrument for counter-hegemonic ideas and actions on the territory. Taking as a premise the recognition of the chronic nature of the urban crisis in Brazilian cities and the limits of tackling it through planning, this work aims to explore the potentialities of urban design as a tool capable of producing visual and spatial references that can mobilize non-hegemonic sectors of society in confronting the relations of inequality and precarization that mark their position in our urban reality. To this end, an exploratory research was developed based on a bibliographical review and document analysis, in which its content was explored using the dialectical method. The paper concludes by reinforcing the importance of urban design as an instrument for producing references for a future to be disputed, distinct from the one determined by the dominant ultraliberal logic.
Keywords: urban design; counter-design; urban crisis; mobilization

1 Doutor em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (FAU USP/2011), Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo mesmo programa (FAU USP/2005) e Arquiteto e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU USP/2000). Professor do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Introdução

O presente trabalho traz algumas reflexões, que podem ser lidas como resultados parciais, decorrentes de uma pesquisa que explora as potencialidades do projeto enquanto instrumento estruturador de ideias e ações contra-hegemônicas sobre o território. Tomando como referência a construção de alternativas para o estado de crise observado em nossas cidades, este artigo tem como objetivo explorar as potencialidades do projeto urbano enquanto ferramenta capaz de produzir referências visuais e espaciais capazes de mobilizar os setores não hegemônicos da sociedade no enfrentamento das relações de desigualdade e precarização que marcam sua posição em nossa realidade urbana. Para tanto, nossa argumentação parte do pressuposto de que a constituição dessa perspectiva exige a superação de formulações críticas excessivamente abstratas, uma recomposição das relações entre a forma e o conteúdo dessas formulações, reaproximando-as dos conflitos e contradições observadas no território e uma revisão crítica das categorias, fundamentos e procedimentos do projeto urbano, visando a uma redefinição mais profunda de seu sentido.

A primeira sessão do artigo traz uma discussão a respeito do processo de produção do espaço urbano nas cidades brasileiras, explorando as contradições decorrentes das formas particulares de sua realização em um contexto marcado por limites históricos determinados por nosso passado colonial. Apresentando, a partir de uma interpretação crítica, os fundamentos das demais questões que serão abordadas ao longo do trabalho, são examinadas as principais características de um processo de urbanização marcado por relações de desigualdade e precarização. O papel do planejamento urbano nesse cenário é analisado de modo a explicitar seus limites diante dos conflitos identificados no território.

Em seguida, orientando as reflexões para o campo do planejamento urbano, o texto aborda as relações entre forma e conteúdo nesse campo de conhecimento e atuação, identificando algumas lacunas presentes nessa relação e explorando sua incidência no modo como o planejamento alcança, ou não, o território. Desse ponto em diante são discutidas alternativas para a recomposição dessa relação a partir da retomada do projeto urbano como instância de reflexão crítica e organização de propostas para a cidade.

O projeto urbano, suas contradições internas e os limites e potencialidades derivados dessa relação são discutidos na sequência. O texto explora a possibilidade de uma revisão crítica de seus pressupostos, categorias e procedimentos, como forma de redefinir seu sentido e sua posição no cenário das disputas em torno de direitos urbanos e ambientais. Em seguida, apresentam-se as considerações finais.

O presente artigo foi produzido mediante uma pesquisa de caráter exploratório, desenvolvida, nesse caso, essencialmente por meio de revisão bibliográfica e análise documental. No entanto, para além dessa abordagem de ordem mais geral, o projeto de pesquisa também se propõe a retomar a dialética como fundamento metodológico do processo de produção do conhecimento sobre as relações de produção e apropriação do espaço urbano.

O movimento dialético, que em nosso caso implica a identificação das contradições e dos aspectos críticos do processo de urbanização, do planejamento e do projeto urbano, visando à sua transformação, fundamenta-se na perspectiva de que um salto qualitativo de um determinado processo passa necessariamente pela sua própria negação. Desse modo, os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa foram desenvolvidos no sentido de produzir os tensionamentos necessários entre as categorias e procedimentos dominantes do pensamento urbanístico vigente, visando

a sistematização e formulação dos termos nos quais o citado salto qualitativo se apresente como possível.

Urbanização e planejamento no Brasil: explorando seus limites críticos

Podemos considerar que as contradições nas possibilidades de realização do planejamento urbano desenvolvem-se dentro de um contexto no qual prevalece uma tendência à homogeneização das relações de produção e apropriação do espaço urbano produzido, funcional para o avanço do capital sobre o meio urbano.

Homogeneização que, por sua vez, deriva de uma lógica de ordenamento do espaço (Lefebvre,1973), componente essencial na configuração da sociabilidade capitalista no meio urbano. Adotando como parâmetro as formas avançadas de reprodução do capital e a morfologia delas decorrente, essa lógica busca assimilar os conflitos inerentes ao processo de produção do espaço urbano, em geral, e aqueles vigentes em contextos de desigualdade, em particular. Enquanto relação social dominante na produção da cidade, a lógica de ordenamento busca impor, ainda que parcialmente, estes parâmetros aos territórios não hegemônicos, apropriando-se, para tanto, do planejamento e do urbanismo.

Nesse ponto podemos avançar sobre uma definição mais precisa dessa categoria de análise, de modo a caracterizar suas implicações sobre os conflitos explorados no presente trabalho. Segundo Henri Lefebvre (1973), o modo de produção capitalista produz um espaço que lhe é próprio. Derivada da relação indissociável entre o processo de modernização capitalista e a intensificação do processo de urbanização (Lefebvre, 2011), a produção do espaço, nesse contexto, só se torna possível se carrega consigo a perspectiva da reprodução ampliada do capital. Nesse cenário, o processo de urbanização também seria o meio através do qual se instaura o processo de reprodução das relações sociais de produção, responsável por constituir e generalizar um modo particular de compreender e relacionar-se com o mundo (Lefebvre, 1973). Este seria "o momento em que o modo de produção domina os resultados da história, deles se apodera, integra a si próprio os sub-sistemas estabelecidos antes do capitalismo [...] sem por isso conseguir constituir-se em sistema coerente, purificado de contradições" (Lefebvre, 1973, p. 9). O processo de produção do espaço apresenta-se, desse modo, como processo de ordenamento do espaço. Segundo Lefebvre (1973)

> [...] ao ordenamento do espaço incumbem, portanto, simultaneamente a reprodução das relações de produção, a reprodução dos meios de produção (força de trabalho, máquinas, etc), a organização do meio ambiente das empresas, que dizer, de toda a sociedade, a construção de um puzzle de regiões e de cidades, o anúncio de uma vida social nova, etc. Através desse esquema tão "positivo" surge a contradição que se agrava – entre as condições da dominação capitalista e as condições de vida social (Lefebvre, 1973, p. 29).

O processo de reprodução das relações sociais de produção depende do ordenamento do espaço para se realizar, ao mesmo tempo em que condiciona e orienta a produção de tal ordenamento. Essa relação resulta da consagração do capital, enquanto relação social, como mediação nas interações sociais e produtivas entre as pessoas, e entre essas e o espaço urbano. O ordenamento do espaço envolveria a produção de um espaço hierarquizado, a cisão do urbano entre centro e periferia, o funcionalismo e a coerção social, no sentido de imposição de uma vida cotidiana funcional para o processo de produção. É um espaço produzido de modo a organizar a sociabilidade a partir de parâmetros definidos pela esfera econômica, no qual o controle do Estado e do mercado age sobre as manifestações de todas as classes sociais. A estrutura resultante da imposição dessa lógica de ordenamento sobre o espaço urbano é tratada por Lefebvre (1973) como espaço instrumental, que teria nos anos 1960 e 1970 do século XX seu momento de consolidação como modelo de organização das cidades.

A lógica de ordenamento trata-se, portanto, de um modo de compreender e produzir a cidade que articula dialeticamente suas variáveis produtivas e sociais. Ainda que traga em sua essência o objetivo de realizar o conceito das relações entre os termos da "[...] trindade constitutiva da sociedade capitalista [...]" (Lefebvre, 1973, p. 7) – capital, terra e trabalho – essa lógica não escapa das contradições internas do sistema, na medida em que "[...] ao mesmo tempo em que realiza o seu conceito, o capitalismo modifica-se e, como tal, desagrega-se [...]" (Lefebvre, 1973, p. 14). Assim, ela orienta a produção de uma cidade funcional ao modo de produção e à sociabilidade dele derivada ao mesmo tempo em que, residualmente, produz transgressões que revelam sua própria crise (Lefebvre, 1973).

Podemos considerar, no entanto, que estas relações irão se desenvolver a partir de aspectos históricos de cada contexto, tornando-se mais complexas. Nesse sentido, é importante recordar que, mesmo preservando sua vigência e pertinência, a elaboração teórica produzida por Lefebvre a respeito da lógica de ordenamento pode não ser suficiente para alcançar as decorrências das formas particulares de desenvolvimento do processo de urbanização em territórios de passado colonial, e, consequentemente, o modo como as relações entre homogeneização, diferenciação e transgressão no e pelo espaço se expressam nessas sociedades.

Fanon (2020), ao analisar os fenômenos que regem as relações entre povos nativos e colonizadores, parte do pressuposto que a exploração colonial, a despeito de seus objetivos econômicos, possui um fundamento essencialmente racista, e nesse sentido, o "[...] racismo colonial não se difere de outros racismos [...]" (Fanon, 2020, p.103.). A racialização dos povos colonizados, e consequentemente sua desumanização, articulados com o complexo de superioridade do homem branco europeu, seriam as bases para um processo de destruição das estruturas sociais e produtivas vigentes nos territórios colonizados, impondo, inclusive, o apagamento da originalidade cultural local e a fragilização de sua identidade (FANON, 2020). Segundo o autor, o desembarque dos bancos europeus nestes territórios provocou "[...] uma ferida absoluta [...]" (Fanon, 2020, p.111), que, entre outras consequências, passou a negar a existência do colonizado enquanto sujeito autônomo, produtor de sua própria história, para situá-lo apenas como objeto em posição de inferioridade em relação ao branco. Nessa situação "[...] a alteridade para o negro não é o negro, mas o branco [...]" (Fanon, 2020, p. 111). Assim, segundo o autor

> Todo povo colonizado – isto é, todo povo em cujo seio se originou um complexo de inferioridade em decorrência do sepultamento da originalidade cultural local – se vê confrontado com a linguagem da nação civilizadora, que dizer, da cultura metropolitana. O colonizado tanto mais se evadirá da própria selva quanto mais adotar os valores culturais da metrópole (Fanon, 2020, p. 32).

O processo de colonização, desse modo, impõe às sociedades colonizadas uma situação sem saída. A fragilização da identidade local, assim como a destruição de estruturas econômicas e sociais vigentes, são normalizadas a partir da imposição das referências (inclusive urbanas) metropolitanas, que por sua vez, como veremos, são essencialmente inalcançáveis.

Nesse sentido, nos aproximando dos termos da economia política, devemos recordar que o processo de modernização capitalista nos territórios de passado colonial não se desenvolveu a partir dos mesmos termos observados nas metrópoles. Nos países centrais, a exploração econômica resultante do modelo colonial foi um dos fundamentos do processo de acumulação primitiva que viabilizaria o desenvolvimento do capitalismo industrial e a consolidação de sua hegemonia. Impedidas de realizar tal acumulação, as antigas colônias ingressam tardiamente no sistema mundial produtor de mercadorias (Kurz, 2004), em um momento no qual o nível de desenvolvimento do mercado mundial e de sua produtividade estavam em um patamar muito elevado, impossibilitando a competição (Kurz, 2004). Considerando tal descompasso, que evidencia como o processo de modernização se realizou sob bases essencialmente desiguais, Kurz parte da noção de não-simultaneidade para argumentar que os países de passado colonial vêm vivenciando um processo de modernização retardatária, pois

> nas condições de um nível de desenvolvimento já relativamente alto do sistema produtor de mercadorias no Ocidente e de uma luta de concorrência já muito avançada no mercado mundial, todo novo impulso de modernização das regiões ainda pouco desenvolvidas tinha de assumir o caráter de um desenvolvimento recuperador, particularmente forçado, em que não apenas se repetia o estatismo dos inícios da época moderna, mas que também se apresentava numa forma muito mais pura, consequente e rigorosa que a dos originais ocidentais esquecidos há muito tempo (Kurz, 2004, p.35).

Ainda segundo o autor, nos países de modernização retardatária

> a industrialização foi apenas seletiva, limitando-se a algumas fábricas isoladas que produzem para o mercado mundial. O setor moderno, com infra-estrutura correspondente, sempre existiu apenas como corpo estranho numa sociedade que já não pôde penetrar inteiramente. A maior parte da sociedade foi apenas modernizada em sentido negativo, isto é, foram destruídas as estruturas tradicionais sem que alguma coisa nova ocupasse seu lugar (Kurz, 2004, p.181).

Portanto, é possível considerar que, se nos países de passado colonial a modernização não se desenvolveu a partir dos termos clássicos, o mesmo vale em relação ao processo de produção do espaço urbano nesses territórios e à própria lógica de ordenamento discutida por Lefebvre.

O caráter negativo do processo de modernização em países de passado colonial também é abordado por Damiani (2004) em sua formulação a respeito da ideia de urbanização crítica. Segundo a autora, a impossibilidade de articular industrialização e urbanização, de acordo com os parâmetros vigentes nos países centrais, não resultou na exclusão de parte da população dos circuitos da economia política urbana, e sim em sua inserção crítica – enquanto expressão de uma crise - nesse universo. Desse modo, o acesso ao trabalho e à cidade não são negados, mas realizam-se principalmente como negatividade: sobretrabalho, superexploração e precariedade material e social (Damiani, 2004).

No caso brasileiro ainda devemos destacar que esses processos são mediados por aquilo que Sodré (2023) define como forma social escravista. Segundo o autor

> A sociedade escravista foi extinta no Brasil pela Lei Áurea (1888), mas a forma social escravista permanece até os dias de hoje. Supomos, portanto, (1) uma diferença entre o conceito de sociedade e o de forma social, sustentando que (2) a forma ultrapassa a materialidade da sociedade escravista, ao mesmo tempo em que mantém culturalmente a sua substância hegemônica, que é a colonialidade (Sodrè, Muniz, 2023, p. 91).

Desse modo, a abolição apenas transferiu as relações de escravização de um sistema definido pela lógica jurídico-política para um sistema organizado em torno de uma forma social total, na qual o racismo se coloca como constitutivo (SODRÉ, 2023). Como consequência desse processo, as pessoas escravizadas recém-libertas, assim como seus descendentes, foram impedidas de acessar o sistema de relações de produção nos mesmos termos concedidos às pessoas brancas e, desse modo, sendo deslocadas a um sistemático desajustamento social. Assim, em uma sociedade organizada em torno de uma forma social escravista, estas pessoas "[...] estariam, portanto, naturalmente destinados a posições subordinadas na reprodução das classes sociais e na distribuição espacial dos agentes produtivos [...]" (Sodrè, 2023, p. 55) dentre os quais devemos destacar o processo de urbanização e a cidade.

Finalmente, podemos estabelecer um interessante contraponto em relação à definição de lógica do ordenamento a partir da noção de urbanização periférica proposta por Caldeira (2024). A autora adota essa classificação "[...] para criar um espaço de problematização que nos permita investigar lógicas de produção do urbano que diferem daquelas do Atlântico Norte" (Caldeira, 2024, p. 4.). Essa modalidade de urbanização se refere a

> [...] a modos de produção do espaço urbano que (a) operam com uma temporalidade e agência específicas, (b) interagem transversalmente com lógicas oficiais, (c) geram novos modos de política por intermédio de práticas que produzem novos tipos de cidadãos, reivindicações, circuitos e contestações [...] (Caldeira, 2024, p.4).

Para além dos três itens listados como definidores da urbanização periférica, Caldeira nos apresenta um quarto, que em parte diverge das formulações de Lefebvre a respeito da tendência à homogeneização do espaço urbano a partir da lógica do ordenamento. A autora afirma que a urbanização periférica produz cidades profundamente desiguais e heterogêneas, consequência da articulação entre temporalidade, interação transversal com as lógicas oficiais e criação de novas práticas políticas (Caldeira, 2024). Segundo a autora

> Evidentemente, as cidades estão sempre se transformando. Porém, as periferias mudam de acordo com uma lógica própria: lenta, progressiva e não uniforme. Por longos períodos, as pessoas habitam espaços claramente precários e inacabados, mas com a expectativa, muitas vezes concretizada, de que eles melhorarão e um dia se parecerão com partes mais ricas da cidade. As paisagens periféricas são marcadas por construções e reformas, resultando em um conjunto de casas e infraestrutura com níveis variados de finalização e aprimoramento. As áreas mais antigas estão em melhor situação; as áreas mais novas são mais precárias em termos de infraestrutura, serviços e características das casas. Como resultado desse padrão, a urbanização periférica produz paisagens bastante heterogêneas (Caldeira, 2024, p.7).

Assim, sendo, observamos que o contexto histórico, produtivo e social dos países de passado colonial adiciona outras camadas de complexidade à elaboração crítica de Lefebvre, tornando-a mais densa e situada em relação aos conflitos da urbanização brasileira.

Conforme já comentado, o processo de modernização, assim como suas contradições internas, não se territorializa de modo totalmente homogêneo, ainda que esse seja seu horizonte. A reprodução do capital apresenta formas particulares de realização, que, por sua vez, dizem respeito a formas particulares de produção de mercadorias. Tomando como referência o espaço urbano, suas partes se identificam como áreas que apresentam diferenças na articulação entre capital, terra e trabalho, na qual o processo de produção de determinadas mercadorias (por exemplo, infraestrutura) ou de sua reprodução (força de trabalho) se realiza também conforme essas particularidades. Desse modo, é possível observar o modo como o sentido geral do processo de modernização e as contradições que o constituem se colocam no processo de produção do espaço urbano, espacializando-se, principalmente, nos termos das relações entre centros (áreas de reprodução avançada do capital) e periferias (áreas de reprodução precarizada do capital).

Refletindo a respeito das particularidades relativas ao processo de produção do espaço urbano nas metrópoles brasileiras, Francisco de Oliveira analisa, em seu livro *Crítica à Razão Dualista* (2003), os termos por meio dos quais se desenvolveria a relação entre a urbanização precária e o processo de industrialização no contexto brasileiro. Segundo o autor, a generalização de uma urbanização marcada pela ocupação de terras desprovidas de infraestrutura, muitas vezes localizadas em áreas ambientalmente frágeis, seguida pela produção de moradias através da autoconstrução, seria uma condição para o desenvolvimento de um processo de industrialização no Brasil, uma vez que essas relações viabilizariam o rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho, resultando em uma competitividade mínima da indústria nacional diante do mercado internacional. Considerando-se que o salário é composto pela cesta de bens necessária para a reprodução da força de trabalho, a partir do momento em que o custo da habitação é subtraído dessa cesta, o trabalhador se vê forçado a produzir sua moradia através de seus próprios meios, transferindo, indiretamente, essa "economia" para o circuito da produção industrial.

Essa interpretação a respeito da articulação entre a urbanização precária e a urbanização hegemônica se fundamenta principalmente nas teorias sobre o fenômeno do desenvolvimento desigual e combinado, que aponta o caráter funcional das relações "arcaicas" de produção (no caso, do espaço) para a viabilização das relações "modernas" de produção e consumo. Segundo o autor, a existência de setores marcados pela reprodução precarizada do capital ao lado de setores de reprodução avançada não seria a responsável pela estagnação econômica do Brasil, ao contrário, essa convivência seria funcional, pois o atraso do primeiro alimentaria os avanços do segundo, em um processo de *integração dialética* (Oliveira, 2003).

Ainda segundo o autor, o planejamento poderia ser caracterizado como uma estratégia de intervenção do Estado sobre as formas como se expressam, nas diferentes escalas do espaço, as contradições derivadas desse processo, sempre tomando como referência as formas mais "avançadas" da reprodução do capital no território. Nessa perspectiva, portanto, planejamento não se configura como um processo de distribuição de recursos, materiais e financeiros, fundamentado na técnica e pautado por questões relativas a necessidades concretas da maioria, na medida em que essa possibilidade será constantemente constrangida pelo cálculo econômico. Desse modo, antes de se caracterizar como um modo racional de distribuição desses recursos, o planejamento se apresenta como o mecanismo a partir do qual se garantiriam as condições para o desenvolvimento da reprodução sempre ampliada do capital no meio urbano.

> Marco de um sistema capitalista de produção, a possibilidade do planejamento é dada pelo caráter mesmo das relações de produção e, portanto, sociais que fundam esse sistema. […] O que o planejamento não pode realizar é a superação da contradição básica do sistema de produção capitalista, que se instala no coração da própria mercadoria […] mas desde que o planejamento no sistema capitalista limite-se a recolocar no início do ciclo produtivo os elementos finais que estão no produto, isto é, limita-se a repor os pressupostos da produção capitalista, sua possibilidade torna-se perfeitamente plausível: em síntese, o planejamento num sistema capitalista não é mais que a racionalização da forma ampliada do capital (Oliveira, 1977, p. 23-24).

Percebe-se que o autor desenvolve sua análise a partir de uma perspectiva na qual consegue visualizar as contradições presentes no papel assumido pelo planejamento no processo de produção. Nesse contexto, excepcionalmente em função de determinados momentos históricos ou contingências sociais, aparentemente coloca-se a possibilidade de o planejamento urbano se desenvolver no sentido de ampliação de alguns direitos, inclusive porque parte de suas atribuições, como veremos, também diz respeito à administração da crise no contexto urbano, como forma de manter as tensões sociais sob controle.

Flávio Villaça (1999) vai desenvolver em *Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil*, uma teoria a respeito da disciplina pautada principalmente por uma abordagem em torno da ideologia que envolve a noção de plano e planejamento no Brasil e sua instrumentalização no sentido de promover e manter o fenômeno que o autor trata como segregação socioespacial.

Seu ponto de partida é a definição de planejamento urbano. Segundo o Villaça, o "conceito dominante de planejamento urbano entre nós tem como especificidade a organização do espaço urbano (embora não possa se limitar a isso) e aplica-se ao plano de uma cidade individualmente" (Villaça, 1999, p. 172). Como exemplo, afirma que, por um lado, a ação estatal nos campos de saneamento, transporte e habitação, nos anos 1970 e 1980, não se inseriam no âmbito do planejamento urbano, pois seus objetivos não se relacionavam com a organização do espaço intraurbano das cidades. Por outro lado, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), por tratar de um estímulo à criação de planos individuais para as cidades, teria se caracterizado como um estímulo ao planejamento urbano no Brasil.

Percebe-se o distanciamento dessa perspectiva em relação às elaborações de Francisco de Oliveira. Mesmo que, no decorrer do seu texto, essas questões sejam relativizadas, é possível afirmar que o ponto de partida de Villaça se fundamenta na positivação do espaço e de sua organização (no sentido de tratar esses elementos como pressupostos, não necessariamente determinados por relações capitalistas de produção), e, por consequência, do planejamento urbano, desconsiderando, aparentemente, as contradições presentes no processo de produção desse espaço, o sentido e a lógica desse processo e as limitações relativas às possibilidades de se organizar ou planejar tal processo.

Flávio Villaça apresenta a seguinte definição de ideologia, base de seus argumentos:

> Entenderemos por ideologia (Chauí, 1981) aquela versão da realidade social dada pela classe dominante tendo em vista facilitar a dominação, pois tende a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais são produzidas. Por intermédio da ideologia, os homens legitimam as condições sociais de exploração e dominação, fazendo com que essas pareçam verdadeiras e justas. A ideologia surge, no seio da classe dominante, através do descolamento das idéias da realidade social (autonomização das idéias) e consiste na transformação do pensamento da classe dominante em pensamentos dominantes (Villaça, 1999, p. 226).

Desse modo, a consolidação e a manutenção, por parte do Estado e das classes dominantes, de um discurso hegemônico que naturaliza e oculta as contradições presentes no espaço urbano, colocar-se-ia como um elemento necessário para a constante reposição das condições que definem os termos da dominação e da segregação espacial observada nas cidades brasileiras. Disso resultaria, entre outras coisas, a sobrevivência da ideia do planejamento, apesar de seus sucessivos fracassos nas tentativas de organizar o espaço intraurbano.

> É ilusório pretender-se, no Brasil, estudar a ação do Estado no urbano por meio dos planos e por meio do discurso dominante sobre planejamento urbano. Isso coloca um problema sério para a própria história do planejamento. Essa história é a manifestação ideológica que a classe dominante e o Estado difundem. […] Desenvolveu-se a idéia dominante de que os problemas urbanos derivavam da falta de planejamento de nossas cidades. A idéia de "caos urbano" tornou-se um lugar comum, e sua causa era a falta de planejamento. Dezenas e dezenas de planos foram elaborados, como vimos, mas eles podem ter conseguido tudo, menos reduzir o caos e os problemas urbanos. Os planos passam a valer por si sós, e não pelos seus resultados […]. Essa autonomização dos planos, seu descolamento da realidade, se insere na produção de um enorme arsenal de idéias sobre a cidade e sobre o planejamento que se alimentam de si próprias, pois não têm nenhuma vinculação com a realidade (Villaça, 1999, p. 223-227).

Os argumentos do autor explicitam as diferenças entre sua definição de planejamento e aquela apresentada por Oliveira, que coloca a disciplina como conjunto de políticas públicas voltadas à regulação da reposição dos pressupostos da reprodução do capital no contexto urbano, e sujeita, portanto, às contradições inerentes a esse processo.

Segundo Flávio Villaça, a ideologia do plano produziria um planejamento urbano "esvaziado de seu conteúdo e reduzido a discurso" (Villaça, 1999, p. 222), ideologia que, sustentada por uma aliança entre classes dominantes e Estado, garantiria a manutenção da segregação e da precarização das periferias. Seria possível deduzir, portanto, que esse "conteúdo" perdido pelo planejamento se apresentaria, portanto, como algo essencialmente positivo, no sentido de viabilizar a superação da segregação criticada. Daí a necessidade de sua supressão e substituição pelo discurso "vazio", processo sem o qual as relações entre dominantes e dominados não poderiam se estabelecer, nas metrópoles brasileiras, nos termos conhecidos atualmente.

Tal conteúdo teria sido suprimido, pela ideologia, em favor do Estado e das classes dominantes. Estes seriam, segundo o autor, os sujeitos do processo de produção do espaço urbano ou, como ele mesmo coloca, seriam os culpados pelos problemas sociais observados nas metrópoles. A segregação socioespacial poderia ser analisada, desse modo, como uma forma particular de expressão da luta de classes no espaço urbano.

O aparente caráter essencialmente positivo do planejamento é algo a ser questionado. Essa abordagem superestima o papel do sujeito à frente do processo e sua aparente autonomia, colocando em um segundo plano o sentido do processo de produção do espaço urbano. Coloca-se, inclusive, certa necessidade teórica de se definir o sujeito de um processo no qual essa figura não se apresenta de forma tão clara e linear, sob o risco de se inviabilizar a crítica. Dessa forma, o planejamento se assemelharia a uma ferramenta que, utilizada por instituições bem-intencionadas, possibilitaria bons resultados. Caso contrário, os resultados seriam negativos.

Nessa perspectiva, o planejamento urbano, enquanto conjunto de políticas públicas voltadas à regulação do processo de produção do espaço urbano, ou mesmo como políticas voltadas à sua organização, seria realmente capaz de efetuar essa regulação ou essa organização, desde que fosse, naturalmente, conduzido pelos sujeitos "corretos" ou que se estabelecesse uma reorganização nos papéis das classes sociais na definição das prioridades desse processo. Novamente, observa-se uma elaboração crítica que se concentra na discussão sobre como se fazer planejamento urbano, e não em uma discussão sobre por que fazê-lo.

Em seu texto *As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias*, de 2000, Ermínia Maricato traça um panorama do planejamento urbano brasileiro das últimas décadas do século XX, enfatizando, criticamente, o papel da disciplina na articulação funcional entre urbanização "formal" e urbanização "informal" (favelas e loteamentos clandestinos).

O planejamento urbano brasileiro, segundo a autora, não teria "comprometimento com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade, apenas". As ideias estariam fora de lugar porque, "pretensamente, a ordem se refere a todos os indivíduos, de acordo com os princípios do modernismo ou da racionalidade burguesa". No entanto, também seria possível afirmar que as ideias estariam no lugar "porque elas se aplicam a uma parcela da sociedade, reafirmando e reproduzindo desigualdades e privilégios". Considerando que para a cidade "informal" não existem planos e a ordem estabelecida é de outra natureza, seria possível afirmar que essa fração significativa das metrópoles brasileiras diz respeito a "um lugar fora das idéias" (Maricato, 2000, p. 122). É importante notar que, se Flávio Villaça (1999) argumenta que o planejamento urbano não teria nenhum comprometimento com a realidade das cidades brasileiras, Ermínia Maricato (2000), ampliando o horizonte de sua crítica, vai além em suas análises, afirmando que existe comprometimento do planejamento com a realidade, mas com apenas parte dela.

Sua interpretação a respeito da articulação entre a urbanização "formal" e a urbanização "informal" se fundamenta principalmente nas teorias, já comentadas, sobre o fenômeno do desenvolvimento desigual e combinado e o movimento de integração dialética entre seus polos (Oliveira, 2003). Desse modo,

> […] a ilegalidade na provisão de grande parte das moradias urbanas (expediente de subsistência e não mercadoria capitalista) é funcional para a manutenção do baixo custo de reprodução da força de trabalho, como também para um mercado imobiliário especulativo (ao qual correspondem relações de trabalho atrasadas na construção), que se sustenta sobre a estrutura fundiária arcaica (Maricato, 2000, p. 147-148).

À legislação urbanística caberia a função de regular, através de leis de parcelamento do solo, zoneamento, códigos de edificações, as formas de produção da cidade “formal”, nos termos apropriados ao desenvolvimento de um mercado imobiliário excludente. A ineficácia das leis seria aparente, na medida em que se constitui como ferramenta para o exercício arbitrário do poder, por parte do Estado e dos agentes econômicos. Assim, sua relação com a realidade se apresentaria de um modo mais contraditório do que como mera ferramenta ideológica.

Tal situação resultaria no fato de que “a invasão de terras urbanas no Brasil é parte intrínseca do processo de urbanização. […] Ela é estrutural e institucionalizada pelo mercado imobiliário excludente e pela ausência de políticas sociais” (Maricato, 2000, p. 152). O processo de urbanização das cidades brasileiras seria marcado, portanto, principalmente pela necessidade de rebaixamento dos custos de reprodução da força de trabalho destinada à industrialização, ao caráter regressivo dos volumes de investimento voltados à gestão urbana e à legislação ambígua ou aplicada arbitrariamente.

Ainda assim, oficialmente, a cidade continua sendo apresentada, pelo Estado e pelos demais grupos econômicos e sociais interessados, segundo sua versão constituída pela urbanização “formal”. “O que se faz em território restrito e limitado ganha foros de universal” (Maricato, 2000, p. 165), mesmo em um processo de consolidação de um cenário no qual a urbanização “informal”, de exceção, transforma-se em regra.

A autora recupera a noção de ideologia desenvolvida por Flávio Villaça para também destacar essa representação ideológica do espaço urbano como instrumento de poder econômico e social. As diferenças entre teoria (plano, legislação) e prática (produção do espaço urbano), entre objetivos e resultados do planejamento urbano no Brasil, principalmente no período do “milagre brasileiro”, tornam-se evidentes quando se verifica que a acentuação das desigualdades entre centro e periferia nas cidades brasileiras ocorreu justamente no período em que o planejamento mais se desenvolveu no país (Maricato, 2000).

Randolph (2007), por sua vez, ao interpretar os termos a partir dos quais se desenvolve, no contexto brasileiro, a separação entre o planejamento e o processo de produção do espaço urbano, nos traz um novo, e importante, aspecto relacionado aos limites de realização da disciplina. Segundo autor, o planejamento urbano estaria inscrito em uma concepção ocidental de racionalidade na qual se observa, simultaneamente, uma contração do tempo presente, resultante de uma concepção particular e limitada de totalidade, e uma expansão indefinida do futuro, derivada de uma apreensão linear do tempo que projeta nesse futuro expectativas essencialmente positivas quando comparadas à situação presente (Randolph, 2007). Capturado por essa lógica, subestimando os conflitos e as experiências sociais vigentes no presente e apostando todas as suas fichas em um futuro indefinido, o planejamento urbano terminaria por se consolidar principalmente como uma coleção de promessas bem-intencionadas e nunca cumpridas, ao menos quando direcionadas aos setores não hegemônicos da sociedade (Randolph, 2007).

Avançando nas considerações a respeito da aparente ineficácia e da visível parcialidade do planejamento urbano no Brasil, Ferreira (2022) propõe uma reflexão que leve em conta “[...] a natureza particular do Estado brasileiro e seu papel em nossa formação social [...]” (Ferreira, 2022, p. 4). Segundo o autor, a maioria das análises históricas e críticas sobre o planejamento urbano no Brasil se concentra sobre a quantidade e qualidade dos planos realizados para, em geral, destacar os obstáculos e adversidades do processo de planejamento e os limites para sua implementação (Ferreira, 2022). Desse modo, as obras situadas nessa tradição “[..] não deixam de mostrar a responsabilidade do Estado, porém não se debruçam sobre a relação específica entre a natureza mesma do Estado brasileiro e a pouca efetividade das políticas de planejamento por ele promovidas [...]” (Ferreira, 2022, p. 5).

Nesse sentido, os limites para a efetivação das políticas e projetos previstos pelo planejamento urbano no Brasil teriam sua origem na incompatibilidade entre o modo como o pensamento urbanístico brasileiro entende o Estado e seu papel e o modo como esse Estado, devido à sua natureza patrimonialista, efetivamente atua sobre o processo de urbanização (Ferreira, 2022). Essa tradição, tomando como referência o Estado de bem-estar social europeu e a urbanização produzida nesses contextos, “[...] inspirou-se em políticas e instrumentos importados de uma outra realidade, sempre enxergando o Estado como o legítimo propositor da política urbana [...]” (Ferreira, 2022, p. 6). Assim,

> As cidades tidas como modelo de democracia e civilidade, que exportam o ideário do planejamento urbano baseado em planos e instrumentos de regulação, são, na verdade, as cidades capitalistas desenvolvidas da social-democracia keynesiana. Inútil insistir no óbvio: não são as cidades do Sul Global (Ferreira, 2022, p. 13).

Por outro lado, o Estado brasileiro atuaria essencialmente como uma instância da sociedade instrumentalizada por setores dominantes, na qual suas ações, que deveriam ser orientadas por interesses públicos, passam a ser orientadas por interesses privados, configurando, desse modo um aparelho estatal-liberal a serviço das elites,

> Uma elite que se apropriou da máquina de Estado para a promoção dos seus interesses, por meio do controle histórico sobre a terra e o trabalho, e que se tornou mais diversa com o tempo, para além da elite agrícola dos grandes latifúndios e dos imigrantes afortunados, ampliando-se para uma elite comercial, industrial e financeira [...] (Ferreira, 2022, p. 17).

Sendo essencialmente urbana e detentora do aparato estatal, essa força hegemônica definirá o alcance do planejamento urbano produzido por esse Estado, buscando algum equilíbrio entre a efetivação plena de seus interesses e a aprovação de algumas concessões.

Em relação à natureza e ao papel do Estado nesses conflitos, o presente trabalho também se alinha à perspectiva de Kurz (1998) quando ele apresenta suas teses sobre a falta de autonomia do Estado e os limites da política na sociedade mundial produtora de mercadorias. Inicialmente, o autor argumenta que, assim como o capital e o trabalho, “[...] o mercado e o Estado, [...] a economia e a política [...], não são, na verdade, alternativas, mas constituem os dois pólos de um mesmo campo histórico da modernidade.” (Kurz, 1998, p. 93). Desse modo, ambos respondem “[...] ao mesmo sistema de referência, isto é, à forma mercadoria total da sociedade. Isso significa que mesmo o planejamento estatal mais extremado somente pode planejar nas formas do mercado, ou seja, nas categorias da mercadoria [...]” (Kurz, 1998, p. 93).

O texto avança discutindo as próprias funções econômicas do Estado moderno (Kurz, 1998). Apontando uma relação recíproca, ele observa que “[...] quanto mais a economia de mercado se expandiu estruturalmente, abrangendo toda a reprodução social [...], tanto mais a atividade do Estado precisava ser expandida (Kurz, 1998, p.96). Essa expansão se materializou historicamente a partir da generalização da submissão das relações sociais à forma abstrata do Direito, da necessidade crescente de intervenção Estatal sobre crises sociais e ambientais geradas pela economia de mercado, da responsabilidade do Estado em produzir infraestruturas funcionais à produção e

finalmente da importância do Estado em utilizar a política para ajustar o processo de produção de mercadorias através disciplinamento jurídico de medidas protecionistas ou desreguladoras (Kurz, 1998).

Além disso, ainda que se constituam como dois polos do mesmo campo histórico que não podem "[...] existir somente para si e pressuponham sempre o polo contrário, eles não são hierarquicamente iguais. [...]" (Kurz, 1998, p. 102) sendo que o modo de produção e sociabilidade impõe "[..] um sobrepeso estrutural do polo econômico [...]" (Kurz, 1998, p. 102). Essa condição deriva do fato de que a sobrevivência do Estado depende totalmente de seu acesso à uma mercadoria bastante específica, o dinheiro, necessária para financiar o poder político por ele exercido. Ocorre que o Estado não produz dinheiro (diferente do papel moeda) e assim depende que a sociedade, organizada pelo polo econômico, produza esses recursos que serão acessados via tributação e endividamento (Kurz, 1998).

Essa relação tem como consequência um último aspecto explorado pelo autor. Dado que o nível civilizatório proporcionado pelo desenvolvimento das forças produtivas não é mais financiável, ao menos no ocidente neoliberal, passa se consolidar o consenso em torno da crítica aos gastos excessivos do Estado, impondo a fragilização do sistema estatal-político de regulação, de distribuição de renda e de mitigação das crises (Kurz, 1998). Assim

> Há certamente alguns headliners da economia de mercado que estão dispostos a liquidar o nível civilizatório para as massas humanas já não mais rentáveis, em virtude de sua falta de "financiabilidade", enviando essas massas à barbárie. Com essa medida, espera-se, provavelmente, poder continuar operando uma reprodução capitalista com ajuda de uma minoria global em "ilhas de normalidade". (Kurz, 1998, p. 109)

Diante do caráter aparentemente desolador da crítica exposta até o momento, é importante recuperar os termos a partir dos quais Lefebvre (1973) desenvolve seus argumentos em torno da caracterização de uma noção de dialética do espaço. Essa abordagem nos ajuda a ampliar a compreensão a respeito das contradições exploradas pelos trabalhos comentados anteriormente e as possibilidades de superação delas derivadas. Lefebvre argumenta que o conhecimento do espaço – do que nele se faz, do que nele se passa e do que dele se serve – retoma a dialética, pois fundamenta-se em uma análise que revela e detecta as contradições produzidas através dessas ações (Lefebvre, 1973). Essa análise, por sua vez, envolve a diferenciação entre a manutenção quanto ao essencial das relações de produção; a transgressão ou regressão dessas mesmas relações e a produção de novas relações sociais e produtivas (Lefebvre, 1973).

Os movimentos de transgressão ou regressão de relações sociais e de produção seriam, nesse contexto, reveladores dos momentos de crise e possibilidade de crítica, uma vez que, segundo o autor, o modo de produção, à medida que realiza seu conceito, também se desagrega, produzindo, desse modo, as regressões e as transgressões que poderão se apresentar como contestação ou subversão de sua lógica geral (Lefebvre, 1973). Apresenta-se, portanto, a necessidade de se observar e identificar no território as formas como esses conflitos se expressam, derivados do choque entre processos pautados pelo pleno desenvolvimento de práticas hegemônicas e aqueles que a elas se contrapõem, evidenciando sua crise. E nas fissuras decorrentes desses choques está o lugar no qual o projeto urbano e o planejamento poderiam se constituir mediante a construção de um novo sentido para seu desenvolvimento.

Desse modo, se o espaço urbano é produzido a partir da racionalidade contraditória do capital, a qual determina que o desenvolvimento dessa produção também determina o desenvolvimento de sua crise e das possibilidades de crítica, é possível considerar que o projeto urbano e o planejamento, instrumentos inseridos nessa lógica, também assumam essa dupla condição. Operando em seu interior e, portanto, por meio de suas categorias, eles também podem se revelar como instrumentos e processos através dos quais os limites internos dessa estrutura produtiva e das relações sociais por ela engendradas poderão ser explicitados e explorados criticamente, assumindo, dessa maneira, um caráter não hegemônico.

O planejamento urbano e seu alcance sobre o território: conteúdo sem forma

A partir dos limites críticos do planejamento urbano discutidos anteriormente, podemos avançar no sentido de explorar uma das formas de expressão de suas contradições, de especial interesse para o presente trabalho. Trata-se da relativa incompatibilidade entre o conteúdo do planejamento, no contexto brasileiro, e os modos pelo quais esse conteúdo toma forma e incide sobre o território (Santos, 2005).

Tomando como referência o arcabouço legal e os principais instrumentos destinados a estruturar a política urbana no Brasil, podemos afirmar que esses dispositivos se orientam principalmente por um conteúdo estruturado em torno de valores como democracia, justiça, direitos humanos, função social da propriedade, preservação ambiental, entre outros. Ou seja, um conteúdo alinhado a uma perspectiva na qual o processo de urbanização deveria se realizar principalmente como um movimento de ampliação de direitos, no qual os interesses coletivos seriam protagonistas diante dos interesses individuais.

O artigo 182 da Constituição Federal de 1988, por exemplo, afirma que "a política de desenvolvimento urbano [...] tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes" (Brasil, [2025], art. 182). Alinhadas a esse objetivo geral, a sequência do texto constitucional ainda traz uma série de determinações relacionadas à função social da propriedade, desapropriação de imóveis subutilizados e regularização fundiária que seriam objetos de regulamentação futura, através do Estatuto da Cidade.

A Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece a mediação necessária entre o marco constitucional e as normativas municipais que deveriam ser revisadas a contar de sua promulgação. Em seu artigo 1º, o texto da lei afirma que o Estatuto da Cidade "estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental" (Brasil, 2001, art. 1º). Em seu artigo 2º, o texto da lei institui que "a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana" (Brasil, 2001, art. 2º) para na sequência apresentar as diretrizes que deveriam orientar essa política, por exemplo, a garantia do direito a cidades sustentáveis, a gestão democrática da cidade, a oferta de equipamentos e serviços públicos qualificados, a promoção de regularização fundiária, entre outras.

Seguindo a mesma orientação geral, o Plano Diretor de Porto Alegre (Plano de Desenvolvimento Urbano e Ambiental) de 2010 (atualmente em processo de revisão) apresenta em seus princípios fundamentais as seguintes determinações:

Art. 1º A promoção do desenvolvimento no Município de Porto Alegre tem como princípio o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, nos termos da Lei Orgânica, garantindo:
I – a gestão democrática, por meio da participação da população e das associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, na execução e no acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
II – a promoção da qualidade de vida e do ambiente, reduzindo as desigualdades e a exclusão social;
III – a integração das ações públicas e privadas através de programas e projetos de atuação;
IV – o enriquecimento cultural da cidade pela diversificação, atratividade e competitividade;
V – o fortalecimento do papel do Poder Público na promoção de estratégias de financiamento que possibilitem o cumprimento dos planos, programas e projetos em condições de máxima eficiência;
VI – a articulação das estratégias de desenvolvimento da cidade no contexto regional metropolitano de Porto Alegre;
VII – o fortalecimento da regulação pública sobre o solo urbano mediante a utilização de instrumentos redistributivos da renda urbana e da terra e controle sobre o uso e ocupação do espaço da cidade;
VIII – a integração horizontal entre os órgãos e Conselhos Municipais, promovendo a atuação coordenada no desenvolvimento e aplicação das estratégias e metas do Plano, programas e projetos.
IX – a defesa, a conservação e a preservação do meio ambiente;
X – a regularização fundiária e a urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda por meio do estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais;
XII – a distribuição dos benefícios e encargos do processo de desenvolvimento da Cidade, inibindo a especulação imobiliária, os vazios urbanos e a excessiva concentração urbana […] (Porto Alegre, 2010, p. 16).

Podemos observar, conforme comentado anteriormente, que em linhas gerais o conteúdo dos dispositivos que orientam o planejamento urbano no Brasil, em geral, e na cidade de Porto Alegre, em particular, se identifica com uma perspectiva progressista, adotando e um enfoque orientado para a ampliação de direitos urbanos e para a construção de uma cidade mais justa. Essa constatação, no entanto, evidencia uma contradição, na medida em que a realidade de nossas cidades e seu estado crônico de crise[2] nos autoriza a afirmar que esse conteúdo não alcança, ou alcança de um modo bastante superficial, os fundamentos e as formas de realização do processo de produção (e apropriação) do espaço urbano no contexto brasileiro.

2 Para ilustrar esse cenário podemos nos apropriar dos dados disponibilizados pelo IBGE (2024) sobre favelas e comunidades urbanas relativos ao censo de 2022. Ainda que o Instituto indique que os números devem ser avaliados tanto como reflexos de uma situação social real quanto como consequência de ajustes metodológicos da pesquisa, os resultados surpreendem. No Brasil, a população residente em favelas aumentou em 43,5% em relação a 2010. No mesmo intervalo, a população residente nesses núcleos saltou de 11,4 milhões (6,0% da população) para 16,4 milhões de pessoas (8,1% da população). O número de favelas alcançou 12.348 comunidades, contra 6.329 identificadas em 2010. Na cidade de Porto Alegre, mesmo com a redução população geral da cidade em 5,45% (dado levantado antes das enchentes de 2024), a população residente em favelas aumentou em 13%, novamente, em relação ao censo de 2010. (IBGE, 2024; 2025).

Alguns dos fundamentos dessa contradição, assim como as formas pelas quais eles se expressam no meio urbano, já foram explorados na seção anterior, onde foram problematizadas as relações do planejamento, e do próprio processo de urbanização, com aspectos típicos da formação econômica e política da sociedade brasileira.

Desse ponto em diante nos interessa explorar outros aspectos desse cenário, relativos à limites do próprio planejamento urbano enquanto campo de conhecimento e atuação. Nesse sentido, é possível inicialmente considerar que o conteúdo progressista do planejamento urbano no Brasil não alcança os fundamentos do processo de urbanização devido a seu caráter excessivamente abstrato. Estruturados essencialmente a partir de um conjunto de documentos técnicos e legais, sua forma de materialização e realização estabelece uma distância, aparentemente difícil de se superar, entre seu conteúdo e o território.

No presente trabalho, ao tratar do caráter abstrato do planejamento urbano adotamos, de um modo geral, a interpretação marxista de abstração, que corresponde a um movimento de separação e alienação entre as partes constitutivas de um fenômeno. Avançando na apropriação do termo a partir da elaboração Lefebvriana, temos, no capitalismo, a separação do espaço social absoluto em espaço concebido e espaço vivido (Oseki, 1996). O primeiro, "[...] produto do saber, um misto de ideologia e conhecimento, o espaço da ciência parcelar, da técnica, do planejamento territorial, do tecno-urbanismo." (Oseki, 1996, p. 110). O segundo "[...] espaço das representações sociais, espaço dos simbolismos complexos, ligados ao subterrâneo, ao labirinto, ao lateral, à clandestinidade da vida social." (Oseki, 1996, p.110-111). Ainda segundo o autor, submetido ao ordenamento geral dominante na sociabilidade vigente, o espaço do vivido quase desaparece (Oseki, 1996). Desse modo, em virtude da incompatibilidade entre suas lógicas, um conteúdo progressista produzido na perspectiva do espaço concebido dificilmente conseguirá se conectar às tensões observadas no território, onde o vivido ainda se manifesta, mesmo que residualmente.

Reforçando essa argumentação, a partir de uma leitura mais operacional, Rolnik (2009) esclarece que

> [...] a mobilização de um vasto aparato normativo formal é parte da estratégia de "privatização" do controle da cidade pelo capital, que se vale de uma epistemologia imperial" para construir seu discurso, desqualificando e humilhando, em nome da ciência e da técnica, o conhecimento dos demais grupos sociais [...] Podemos tomar, entre muitos outros exemplos, a linguagem do planejamento urbano, e mais especificamente do controle do uso e ocupação do solo na cidade, para ilustrar o que acabamos de dizer. Não por acaso, trata-se de um código de grande complexidade e opacidade, estruturado pela lógica da rentabilidade e valorização do investimento imobiliário. Sua opacidade, por si mesma, já seria suficiente para "privatizar" o espaço de interlocução para "técnicos" diretamente envolvidos nas redes de influência do aparato político-burocrático. Considerando que a regulação do uso e ocupação do solo é justamente a norma de atribuição do território a determinados segmentos econômico sociais, a mobilização desta semântica específica tem como uma das principais funções resguardar valores imobiliários, garantindo-os mesmo no contexto de cidades habitadas majoritariamente por pobres. (Rolnik, 2009, p. 39)

No Brasil, todos os municípios com mais de 20 mil habitantes são obrigados a ter um Plano Diretor, Lei Municipal aprovada pela Câmara de Vereadores (Brasil, 2001). Ao Poder Executivo municipal caberia a implementação das diretrizes do plano, ou sua fiscalização, mas, como vimos, estes são movimentos bastante parciais, nitidamente marcados por um recorte de classe e protagonismo político. Nesse sentido, Rolnik (2011) argumenta que

> Tanto para os segmentos empresariais como para os autoconstrutores do habitat popular, a ação dos governos locais, investindo em urbanização ou regulando o território, tem sido decisiva. Para o mercado formal de produção da cidade, a relação com o aparato estatal se dá sobretudo por meio da produção e do fornecimento de bens cujo demandatário é o próprio Estado — é o caso das empreiteiras de obras públicas e de concessionários de serviços urbanos como coleta de lixo, transporte, entre outros. Ocorre também pelo estabelecimento do marco regulatório das transações econômico-jurídicas neste mercado, nas leis e nas normas que afetam a competitividade e a rentabilidade de seus produtos, da política de tributação sobre os imóveis às normas de uso e ocupação do solo (Rolnik, 2011, p. 104).

A autora ainda destaca o fato de que, mesmo com o Estatuto da Cidade atribuindo aos municípios maior poder sobre o processo de urbanização, isso não resultou em transformações significativas nas dinâmicas urbanas vigentes nas cidades brasileiras, na medida em que

> [...] as formas predominantes de regulação — parcelamento do solo e zoneamento — foram pouco modificadas, e o pacto político territorial que permitiria a implementação da função social da propriedade não ocorreu (Rolnik, 2011, p. 105).

Desse modo, a ideia de "falta de vontade política" não seria suficiente para explicar as dificuldades de se implementar as diretrizes de um plano ou mesmo de se fortalecer instâncias de participação, pois

> [...] os governos carecem claramente de incentivos para fazê-lo, já que, como veremos adiante, os processos decisórios sobre os investimentos e o destino da cidade são, no atual modelo federativo e sistema político brasileiros, estruturados sob outra lógica. (Rolnik, 2011, p. 105).

Lógica que, por sua vez, responde a uma

> [...] complexa rede de corretagem política que vai dos altos escalões aos espaços locais intermedeia a transferência de recursos para os municípios, tanto através das emendas como dos convênios e acesso ao crédito (Rolnik, 2009, p. 46).

No entanto, esse cenário torna-se mais complexo e crítico a partir do momento no qual as

> [...] metrópoles e cidades se confrontam com um conjunto de transformações, socioespaciais, relacionadas a um novo ciclo econômico de produção do espaço que está alterando características importantes da sua morfologia urbana (Soares, 2020, p.35).

Ao analisar a importância da articulação entre forças econômicas, políticas e sociais globais na produção do espaço urbano, Soares destaca que a reestruturação da economia fordista teve repercussões profundas no setor imobiliário. Nesse processo, a acumulação baseada na produção industrial clássica foi substituída pela associação entre capital financeiro de base industrial e capital financeiro puro. Somada à consolidação do consenso neoliberal na política, essa mudança impôs ao meio urbano os conflitos derivados dessa nova realidade econômica. (Soares, 2020). A transição da cidade industrial fordista para a cidade de serviços difusa e policêntrica traria uma série de consequências e implicações.

> A metrópole pós-fordista perde a indústria para suas periferias, para a região metropolitana e para os espaços perimetropolitanos, que é substituída pela generalização dos serviços e a valorização do seu espaço interior. A "implosão-explosão" das centralidades também acarreta o crescimento exponencial dos valores do solo urbano. Os negócios imobiliários assumem a dianteira no processo de acumulação urbana. (Soares, 2020, p.39).

Nesse contexto, a cidade se transforma em local privilegiado para os negócios dos grandes proprietários de terra e grandes corporações, que por usa vez passam a ser priorizados pelas gestões municipais. Ao se tornarem os principais motores da economia da cidade, também conquistam poder político, e assim a flexibilização das normativas urbanísticas e da gestão urbana passam a ser instrumentos de promoção da economia municipal (Soares, 2020).

> Os negócios imobiliários não podem sofrer restrições, pois são eles que movimentam a economia da cidade. O caminho é a desregulação, o urbanismo de exceção convertido em norma e regra. (Soares, 2020, p.40).

No caso de Porto Alegre, dois instrumentos previsto pelo Plano Diretor que passam a ser utilizados como meio para a concretização desses negócios. São o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental e os Projetos Especiais.de Impacto Urbano (Porto Alegre, 2010). Segundo o texto da lei, esses projetos têm como um de seus objetivos "[...] do desenvolvimento urbano a partir do interesse público, de forma concertada com o interesse privado." (Porto Alegre, 2010, p. 66). Novamente, temos um conteúdo que ao menos pode ser compreendido como conciliador, mas que, no entanto,

> [...] permite que as grandes incorporadoras e construtoras realizem seus empreendimentos "driblando" a legislação urbanística vigente nos diferentes setores da cidade. O instrumento prevê que, caso um empreendedor deseje construir além do permitido, solicite a admissão do empreendimento como "projeto especial", indicando "compensações" e medidas "mitigadoras" dos impactos causados. Como praticamente todas as solicitações ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (CMDUA), o conselho do Plano Diretor, são aprovadas, a cidade hoje se constrói com base em "projetos especiais", que passam a constituir a normalidade da produção do espaço na metrópole. (Soares, 2020, p. 40)

Diante das formas como se expressam na cidade os termos da relação dialética entre o espaço concebido e o vivido, podemos considerar que é preciso construir alternativas que potencializem o primeiro termo dessa contradição, de modo a confrontar a hegemonia liberal financista vigente. Nesse sentido, como veremos a seguir, a retomada do projeto urbano enquanto principal instância de organização de demandas e formalização de propostas para novas configurações do espaço habitado, em termos concretos, se apresenta como uma importante possibilidade a ser explorada

Reaproximando-se do território: um outro conteúdo para a forma urbana

Em outubro de 2024, em entrevista concedida ao jornalista Leandro Demori, o cineasta Adirley Queirós[3], natural da Ceilândia (DF), ao discorrer sobre as perspectivas de sua produção e seu conteúdo político, desenvolve uma reflexão muito interessante a respeito das relações entre as contradições e limitações observadas em territórios periféricos e as possibilidades de confrontar essa realidade a partir da imaginação.

Seu ponto de partida, tomando como referência o processo de concepção e produção do filme *Branco sai, preto fica*, de 2015, é a percepção de que a periferia foi a grande derrotada no movimento de conciliação nacional que moldou o Brasil contemporâneo. O cinema, por sua vez, ainda segundo o autor, teria a capacidade de produzir imagens que confrontassem essa derrota, apresentando a periferia e as pessoas que ali vivem como vencedoras de um embate reconhecidamente desigual. Segundo o autor,

> O pior sentimento em relação ao cinema é a condescendência. É o pior sentimento que poderia existir. Eu acho que o sentimento mais interessante do cinema pra mim é a possibilidade de a gente estar junto e vencer junto. Pelo menos no cinema a gente tem que vencer [...] não dá mais pra perder na vida (Queirós, 2024, 11 min 55 s).
>
> Eu faço filme há 15 anos. Já tenho vários pensamentos sobre a própria Ceilândia. E todos os filmes são sobre a Ceilândia. Então, em cada momento que eu estou ali, a primeira conversa que a gente tem com os atores é uma conversa sobre isso, o que a gente pensa sobre a Ceilândia. O que nós, homens de 55 anos, mulheres, estamos pensando sobre a Ceilândia hoje? [...] O que essa cidade está nos oferecendo politicamente? Qual o nosso lugar ideológico em relação a isso? [...] Pra nós, o outro lado já existe faz tempo e a gente sofre na pele essa opressão [...] toda história da Ceilândia é uma história de opressão [...] toda memória que se tem da Ceilândia é uma história de opressão. Então essa história já foi contada [...] Nós não temos que estar desse lado, nós temos que exagerar do outro lado pra um dia equilibrar essa balança, porque essa balança está muito desequilibrada em termos de narrativas (Queirós, 2024, 11 min 29 s).

Ainda que produzidas como registros de ficção, estas imagens teriam a potência de apontar um futuro possível, a forma de uma nova realidade a ser disputada. Segundo o autor, seria importante, no diálogo com a periferia, substituir, ou ao menos complementar, uma abordagem excessivamente didática baseada na apresentação de conteúdos por um processo coletivo de produção de imagens revolucionárias.

> Penso que tem toda uma dinâmica de preconceito sobre essas pessoas [...] até a própria conversa que a gente tem nesses lugares ela é didática, ela não é imagética, é só conteúdo… é como se eu tivesse uma enormidade de conteúdo e jogasse em cima de você. Tá, mas me dá uma imagem em troca disso, só uma imagem… preciso só de uma imagem que eu vou atrás dela (Queirós, 2024, 36 min 22 s).

Refletindo sobre as possibilidades de produção dessas imagens em um contexto no qual há um evidente predomínio de imagens reacionárias, o autor afirma que

> [...] enquanto a gente tiver sob esse espírito da técnica... que a técnica é mais importante que uma imagem, não tem. Antes da prática revolucionária, de qualquer revolução que seja, temos que ter uma imagem muito forte, revolucionária... essa imagem não existe. Eu acho que a gente perdeu muito a capacidade de produzir imagens, sabe? Então, nesse sentido, é muito difícil achar que vai existir [...] (Queirós, 2024, 35 min 16 s).

Nesse sentido, uma imagem revolucionária deveria necessariamente confrontar o estabelecido por essa ordem determinada por uma técnica que não é neutra. Desse modo "O barulho seria a revolução. Incomodar seria a revolução. A imagem do lumpen proletariado tomando conta da narrativa clássica do que é uma luta, do que é um enfrentamento [...]" (Queirós, 2024, 37 min 40 s) seria as bases para a produção dessa nova imagem do futuro.

Reforçando essa abordagem, no presente trabalho adotamos uma noção de insurgência que se aproxima das reflexões de Miraftab (2016), em um sentido no qual o projeto urbano, operando dentro da dialética entre espaços de ação convidados e espaços de ação inventados (Miraftab, 2009) possa confrontar o planejamento inclusivo liberal (Miraftab, 2016) transformando-se em instrumento de reinvenção desses espaços através de práticas de rupturas e criação (Miraftab, 2016), as quais devem necessariamente estar vinculadas a um processo de descolonização da imaginação (Miraftab, 2016). Desse modo

> A luta central com que esta geração se defronta é entre a expansão do domínio da imaginação e o seu encerramento. O futuro é inevitável. É aberto e plural. As pessoas necessitam dele como necessitam do ar[...]. Mas o futuro está também vazio; significando que o que o constitui depende de como é imaginado, suscetível de ser reinventado e "aberto por um horizonte de possibilidades". Por causa de sua abertura e pluralidade, o futuro é um objeto de intensa disputa [...]. (Miraftab, 2016, p. 374).

O projeto urbano poderia ser compreendido, desse modo, como um instrumento de colonização do futuro (Miraftab, 2016), um lugar no qual o exercício da imaginação individual ou coletiva possibilitaria a construção de alternativas que desestabilizem as relações de dominação vigentes (Miraftab, 2016). Assim

3 Adirley Queirós é um cineasta (diretor, roteirista e produtor) natural da Ceilândia, cidade satélite da periferia de Brasília (DF). Sua obra, que articula elementos ficcionais e documentais intimamente relacionados com o cotidiano de sua vizinhança, desenvolve uma abordagem crítica, e bastante original, a respeito dos conflitos, limitações e aspirações dos moradores desse território. É o diretor dos seguintes filmes: *Rap, o canto da Ceilândia* (2005), *Dias de greve* (2009), *Fora de campo* (2010), *A cidade é uma só?* (2011), *Branco sai, preto fica* (2014), *Era uma vez Brasília* (2017), *Mato seco em chamas* (2022).



Figura 1 – A forma e o conteúdo da cidade ultraliberal. Fonte: Blanco (2023); Melnick ([2023]).

[...] o futuro que deve ser invocado como a última colônia – o futuro enquanto um território político, um "território" a ser "ocupado" para salvaguardar seu fechamento por imaginações totalitárias e pela aniquilação de alternativas. (Miraftab, 2016, p. 374).

Não seria exagero afirmar que a percepção de um estado de derrota pode ser extrapolada para além dos limites da Ceilândia e de sua comunidade. Desde os anos 1990 do século XX observamos a construção de um consenso em torno da gestão urbana neoliberal (Vainer, 2000), processo que nos últimos anos parece ter consolidado essa perspectiva como sendo a única alternativa legítima para orientar a produção do espaço urbano.

No caso da cidade de Porto Alegre, por exemplo, o processo de revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental evidencia, entre outras questões, a incorporação do ideário ultraliberal que ganhou protagonismo no Brasil a partir de 2016 (Alfonsin *et al*., 2024; Oliveira; Nicolini, 2024), consolidando propostas que notadamente conferem protagonismo aos interesses privados de setores hegemônicos em detrimento dos interesses coletivos em torno de direitos urbanos e ambientais (Alfonsin *et al*., 2024; Oliveira; Nicolini, 2024).

Esse movimento, que transforma o planejamento urbano em uma espécie de cavalo de Tróia, na medida em que os planos diretores se transformam em ferramentas de manutenção de privilégios e produção de desigualdade (Soares, 2020), além de Porto Alegre, também pôde ser observado em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Florianópolis, Natal (Oliveira; Nicolini, 2024), João Pessoa (Nascimento; Araújo; Ricardi, 2025) e Pelotas (Galbiatti; Fagundes; Ribeiro, 2022) (Fig.1).

Importante ressaltar que esse processo de consolidação do consenso em torno de uma cidade ultraliberal foi acompanhado pela disseminação de imagens dessa cidade, essencialmente reacionárias, que cristalizam no senso comum uma perspectiva única do urbano: um espaço privado, ordenado, hierarquizado, artificial, homogêneo e seguindo um padrão estético adequado ao gosto dos setores de rendas médias e altas (Fig. 2).



Por outro lado, podemos afirmar que, mesmo em um contexto no qual existe uma significativa densidade crítica sobre os mais diversos aspectos da crise urbana nas cidades brasileira, em geral, assim como sobre a perspectiva ultraliberal que potencializa essa crise, em particular, é possível considerar que a construção de uma narrativa contra-hegemônica sobre a cidade ainda carece de imagens mobilizadoras, que nos apresentam uma possibilidade de futuro a ser disputado. E nesse sentido, consideramos que no campo do urbanismo, o projeto urbano poderia ser retomado enquanto instrumento de resistência a essa perspectiva hegemônica para, e nos termos de Adirley Queiróz e Faranak Miraftab, produzir imagens revolucionárias a partir de uma narrativa própria dos setores contra-hegemônicos.

Projeto e contraprojeto

A desigualdade urbana, assim como a precarização do espaço habitado destinado às pessoas mais pobres, são fenômenos que resultam da adoção de um projeto, e não de sua ausência. O desequilíbrio na distribuição de investimentos públicos e privados entre determinadas regiões; a arbitrariedade e a parcialidade na aplicação da legislação urbanística; o contraste entre a invisibilidade e a supervalorização de situações e contextos urbanos selecionados; a violência seletiva e a racialização da pobreza urbana seriam, desse modo, resultados de um modo particular – e atualmente hegemônico – de planejar e projetar a cidade.

Desse modo, quando afirmamos que a retomada do projeto urbano como principal instrumento de construção de alternativas para novas configurações das relações de produção e apropriação do espaço urbano pode ser interpretada como uma alternativa para o enfrentamento da crise nas cidades, não nos referimos a qualquer projeto, mas sim a um projeto que se posicione criticamente diante desse cenário de derrota e se proponha construir uma alternativa de futuro na qual ele não seja a única situação possível.

Figura 2 – A racionalidade contraditória do consenso. Fonte: Agência Brasil (2025); Carrano (2024).

Se o espaço urbano é produzido a partir da lógica contraditória do capital, que impulsiona tanto seu desenvolvimento quanto sua crise e crítica, o projeto, inserido nesse contexto, também incorpora essa dualidade. Ao atuar dentro dessa estrutura, ele pode revelar os limites desse modo de produção e da sociabilidade dele derivada. Operando segundo a dialética do espaço (Lefebvre, 1973), constitui-se a possibilidade de uma apropriação crítica de suas categorias e, assim, o desenvolvimento de um projeto transgressor.

Sergio Ferro (2025, p. 205) argumenta que a ideia de projeto traz consigo "a significação de antecipação de uma ação futura, que é seu conceito", que, por sua vez, estaria vinculado a práticas coletivas de produção e apropriação do espaço urbano. Por outro lado, o desenvolvimento histórico das forças produtivas dentro do processo de modernização capitalista impôs ao projeto o sentido de "plano separado, de série de documentos gráficos que, de hábito, contém as prescrições formais do que há que fazer" (Ferro, 2025, p. 205)[4], consagrando-se como meio de subordinação.

Ainda segundo o autor, o processo de generalização de uma sociabilidade dominada por uma determinada lógica de produção resultou na legitimação de um sentido de projeto funcional a seus pressupostos e objetivos (Ferro, 2025). Assim, a compreensão do projeto enquanto instrumento de dominação e alienação consolidou-se como a única possível, mesmo que constituída como uma forma histórica e, portanto, transitória. A forma da dominação submeteu o conteúdo coletivo e emancipador, porém sem destruí-lo completamente.

Nesse sentido, o ele afirma que

> Nossa dificuldade agora é compreender que o projeto, enquanto conceito, provém do trabalhador coletivo, é por ele determinado completamente, mas seu desenho, sua transcrição gráfica, pode ser tarefa da Usina. [...] A mudança das relações de produção mexe, em consonância com transformações práticas, com todo o aparelhamento conceitual adaptado às relações de produção anteriores. Notem bem, se o conceito em sua universalidade (projeto = antecipação de uma ação futura) permanece o mesmo, sua nova particularização muda radicalmente: passa de instrumento de subordinação a meio de autodeterminação (Ferro, 2025, p. 205).

Alinhados a essa perspectiva, Lewkowicz e Sztulwark (2003) afirmam que o processo de projeto pode ser compreendido como um exercício de pré-figuração de uma realidade que ainda não está colocada, ou seja, de uma perspectiva de futuro. Esse processo, por seu turno, sempre estaria situado em uma relação com algum aspecto de indeterminação ou incompletude dessa realidade, observada no presente. Desse modo, fazer um projeto significaria colocar-se diante de uma realidade que está incompleta, fraturada, e propor uma alternativa para sua recomposição (Lewkowicz; Sztulwark, 2003).

Na perspectiva deste trabalho, tais fraturas correspondem às relações de precarização e desigualdade, de ordem social e material, derivadas da integração dialética entre centro e periferia, e essa recomposição, portanto, deve ser balizada pelo enfrentamento das formas pelas quais se expressam, no espaço urbano e nas relações sociais que ele estrutura, os conflitos e as contradições decorrentes tanto da lógica geral do processo de produção do espaço urbano quanto de sua forma particular de realização em um contexto específico.

Esse processo de reconfiguração da realidade urbana, orientado pela necessidade de atribuir um novo significado ao projeto em todas as suas escalas, envolve a subversão das categorias que determinam a produção do espaço urbano, a participação de diferentes atores em seu desenvolvimento e a busca por resultados alternativos à reprodução ampliada do capital imobiliário, à produção de desigualdades e à consolidação de relações de precarização.

Desse modo, considerando o consenso vigente em torno da cidade ultraliberal e do papel do projeto na materialização dessa cidade, tal processo de reconfiguração da realidade urbana teria como ponto de partida a própria reconstituição do sentido desse projeto. Esta seria definida a partir da reformulação de seus pressupostos e objetivos, da revisão crítica de suas categorias e da reorganização de seus métodos e procedimentos. Nesse sentido, seria possível afirmar que nesse processo de reconfiguração do sentido estaríamos construindo e operando, simultaneamente, a partir de uma noção de contraprojeto.

A consolidação de uma perspectiva insurgente, que permita que o projeto se constitua como um contraprojeto, transformando-se em instrumento de formalização de um futuro a ser disputado, e consequentemente em ferramenta de luta política, pode oferecer uma alternativa à realidade urbana imposta pelos poderes hegemônicos.

É importante recordar que a perspectiva hegemônica ultraliberal interpreta a cidade e o urbano como um conjunto de relações coerentes, as quais poderiam ser compreendidas segundo uma unidade de sentido, proporcionando uma totalidade lógica que articula todos os elementos dessa realidade. Desse modo, dentro dessa lógica, faria sentido considerar que essa realidade poderia ser transformada a partir de reflexões produzidas conforme essa ordem e suas categorias.

Nessa forma de compreender o mundo, uma vez apresentados e acatados seus axiomas, seria possível derivar sucessivas deduções e decisões pretensamente corretas, livres de contradições, as quais reforçariam a noção inicial de coerência, mediante as conexões entre seus axiomas e suas consequências (Lewkowicz; Sztulwark, 2003).

Por esse ponto de vista, o projeto, uma vez interpretado e adotado como axioma, vai estabelecer um percurso inflexível de continuidade e linearidade do trabalho projetual, que seguramente alcançaria os resultados corretos desde que assim o sejam as deduções por ele encadeadas. O trabalho projetual se realizaria como uma produção sistemática de respostas, sem as quais o processo não poderia avançar (Lewkowicz; Sztulwark, 2003). Esse seria o projeto domesticado.

> Projetos particulares, restringidos e delimitados para acomodar e desenvolver seus predomínios ideológicos e seus desenvolvimentos comerciais serão permitidos e até exaltados. Mas uma visão projetual capaz de levantar questionamentos sobre o modelo vigente não resulta aceitável; menos ainda uma visão projetual que a partir de uma perspectiva específica possa propor um pensamento e uma prática social diferente; é óbvio que essa posição não é estimulada. Para servir ao modelo da razão hegemônica do Ocidente Central,

4 A interpretação desenvolvida por Sergio Ferro (2025) aproxima-se da abordagem de Henri Lefebvre (2011) quando este discorre sobre a transição entre uma sociedade, pré-capitalista, que compreendia a cidade como obra e outra, já submetida ao processo de modernização, que passa a reconhecê-la apenas como produto. Articulando os dois autores, podemos considerar que a cidade como obra foi construída a partir da incorporação do projeto em seu conceito fundamental e que o urbano como produto incorpora o projeto enquanto instrumento de dominação e alienação.

> no entanto, a prática projetual não é aniquilada, e sim limitada e no possível domesticada[5]. (Doberti, 2008, p. 215, tradução nossa)

Por outro lado, se a realidade a ser transformada pelo projeto é compreendida como um universo fragmentado, permeado por conflitos e contradições próprias da sociabilidade contemporânea, passa a ser razoável pensar o projeto por outras lógicas de consistência (Lewkowicz; Sztulwark, 2003). Se a experiência do mundo deixa de ser aquela pautada por uma idealização de alguma unidade de sentido, a lógica projetual deverá produzir as ferramentas necessárias para compreender e intervir nessa outra ordem, mas não como se ela fosse a degeneração dessa unidade de sentido original, e sim como se fosse a própria experiência do mundo (Lewkowicz; Sztulwark, 2003).

Desse modo, uma lógica que se proponha a organizar o processo de projeto em um mundo em crise deverá necessariamente tomar como pressuposto os conflitos e contradições desse mundo e admitir certa incoerência como parte de si mesma, valorizando ideias e argumentos por sua capacidade tanto de instaurar processos dedutivos, quanto de gerar paradoxos e momentos de decisão, instituindo, desse modo, um percurso que não é progressivo, e sim retroativo, no qual não haveria somente exercícios de dedução, mas também momentos nos quais o projeto constrói hipóteses, assumindo um caráter conjectural (Lewkowicz; Sztulwark, 2003).

A identificação e a caracterização dos conflitos, ou pontos de fratura, presentes na demanda, juntamente com a definição de estratégias de abordagem sobre o tema e a consolidação de uma pauta estabelecida pelas comunidades atendidas, constituem os elementos fundamentais que formam o ponto inicial desse processo de elaboração desse contraprojeto, e das imagens mobilizadoras produzidas a partir dele.

No que diz respeito às pautas centrais do projeto, é necessário considerar a relevância de enfrentar os conflitos urbanos, avançando sobre a agenda ultraliberal estabelecida pelos poderes hegemônicos, apresentando demandas ainda não contempladas. Isso implica um movimento de acirramento das contradições (Oliveira, 2006), apropriando-se, segundo uma perspectiva insurgente, de argumentos, narrativas, meios e procedimentos técnicos que usualmente destinam-se à fragilização ou supressão de direitos de comunidades vulneráveis. Mais uma vez, apresenta-se a necessidade de se negar o sentido original de determinadas narrativas, conferindo-lhes um novo sentido, agora crítico. Apresenta-se, desse modo, a possibilidade de o processo de contraprojeto se converter em um instrumento de organização espacial e visual da crítica e das demandas dela derivada.

Recuperando algumas experiências que se aproximam da perspectiva apresentada, notamos que o projeto assume um novo papel quando se propõe a atuar em áreas não atendidas por programas públicos de urbanização, ou áreas objetos de operações de remoção das comunidades. É possível observar que, a partir de uma situação de emergência, as próprias condições dadas pela realidade impõem uma transformação no sentido de seu desenvolvimento, que pode ser caracterizada, em linhas gerais, pelo fato de que os pressupostos e as demandas que orientam o projeto passam a ser definidos pela base e então disputados junto ao Estado.

5 "*Proyectos particulares, restringidos y acotados para acomodar y desarrollar sus predomínios ideológicos y sus desarrollos comerciales serán permitidos y hasta ensalzados. Pero una visión proyectual capaz de poner em tela de juicio el modelo vigente no resulta aceptable; menos aún una visión proyectual que en tanto visión específica pueda proponer um pensamento y uma práctica social diferente; es obvio que esa posición no es alentada. Para servir al modelo de la razón hegemónica del Occidente Central, sin embargo, la práctica proyectual no es aniquilada, sino limitada y en lo posible domesticada*" (Doberti, 2008, p. 215).



Nesse sentido, podemos tomar como referência experiências como o Plano Popular da Estrada do Engenho (Carrasco *et al.*, 2018) e o Plano Popular do Corredor das Tropas (Carrasco *et al.*, 2024; Galbiatti *et al.*, 2022; Mello, 2022), ambos em Pelotas (RS). Esses planos foram resultado da articulação entre comunidades ameaçadas de remoção, movimentos sociais e grupos de assessoria técnica formados na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas.

Em ambos os casos, diante de ameaças de expulsão e remoção, a saída para essas comunidades foi apropriar-se do processo de projeto e dos seus produtos como ferramenta para dar visibilidade à sua situação, sistematizar suas demandas e pressionar o Poder Público por soluções mais adequadas à sua perspectiva de futuro (Figs. 3 e 4).

A transposição dessas reflexões para um contexto de efetivo desenvolvimento do processo de projeto exigiria a construção de metodologias próprias, que reconheçam as particularidades de um cenário no qual se articulem uma situação urbana específica, uma comunidade reconhecida e seus conflitos particulares. Esse movimento deverá buscar estabelecer as mediações necessárias para que o projeto possa alcançar a realidade a ser transformada em todas as suas dimensões, e especialmente aquelas relacionadas à produção e à apropriação não hegemônica do espaço habitado.

Diante do exposto, é possível considerar que a possibilidade de constituição de um projeto não domesticado, ou de um contraprojeto, seria um importante ponto de partida para a redefinição das relações entre plano e projeto, em favor do protagonismo do segundo. Desse modo, o enfrentamento dos modos como a crise urbana se expressa, em todas as suas escalas, se daria pelo reconhecimento e pela apropriação crítica das especificidades do território, e não por sua abstração.

Figura 3 – Projeto de urbanização/Plano Popular do Corredor das Tropas. Fonte: Galbiatti et al. (2022).

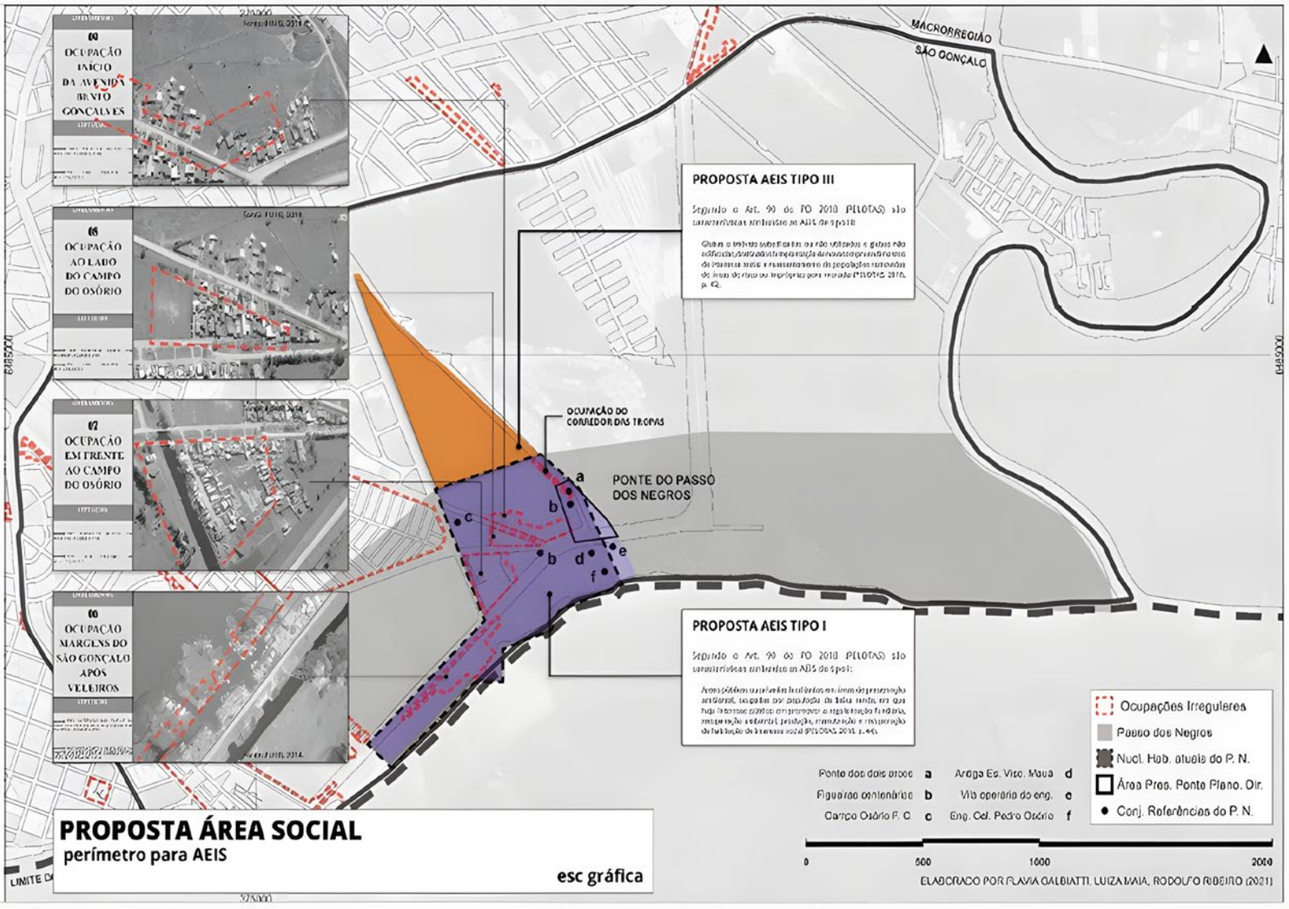


Figura 4 – Plano Popular do Corredor das Tropas. Propostas na escala do planejamento derivadas do Projeto de Urbanização. Fonte: Galbiatti et al. (2022).

Em um novo encadeamento de procedimentos, derivado de uma reorganização de hierarquia e prioridades, o projeto urbano contra-hegemônico determinaria as diretrizes e instrumentos a serem incorporados e consolidados pelo planejamento, potencializando, desse modo, seu conteúdo progressista e diluindo o caráter excessivamente abstrato de sua forma.

A disputa em torno do planejamento não se desenvolveria, desse modo, apenas por meio da confrontação assimétrica entre diferentes narrativas políticas e técnicas, mas também de representações concretas de um futuro possível para a cidade. Essas representações se transformariam em importantes argumentos espaciais e visuais, sem deixar de serem políticas, tensionando o debate e buscando um equilíbrio mínimo entre atores envolvidos.

Considerações finais

Conforme comentado anteriormente, o presente trabalho traz algumas reflexões iniciais de uma pesquisa que busca explorar as potencialidades do projeto urbano enquanto instrumento estruturador de ideias e ações contra-hegemônicas sobre o território. Para tanto, parte do pressuposto de que o consenso em torno da cidade ultraliberal e suas representações já está posto e é vitorioso, o que torna urgente a construção de estratégias que possibilitem estabelecer o contraponto a essa ordem estabelecida.

Desse modo, apresentamos algumas considerações que se apresentam tanto como a consolidação dos argumentos explorados anteriormente quanto pistas para o desenvolvimento de reflexões e ações futuras.

Inicialmente é preciso destacar a importância da retomada do projeto urbano como instrumento de produção de referências concretas para um futuro distinto daquele determinado pela lógica dominante. O processo de projeto, ao colocar-se, simultaneamente, como instância de reflexão e ação, tem o potencial de estabelecer, através de uma linguagem própria, novas configurações da realidade urbana a serem disputadas. No entanto, é preciso ressaltar que esse movimento exige necessariamente a constituição de um novo sentido para o projeto, estabelecido pela revisão crítica de seus pressupostos, categorias e procedimentos, operando a partir de uma compreensão dialética do espaço.

A produção dessas referências, por sua vez, traz consigo a possibilidade de transformar o projeto urbano em um instrumento mobilizador entre os atores envolvidos na disputa por esse futuro alternativo. Sendo assim, ele se apresenta como uma importante ferramenta na busca por um reequilíbrio de forças nos embates políticos e institucionais, pois, nesse cenário, ao espacializar as demandas, dando-lhes uma forma manifesta e articulada a um conteúdo emancipador, estabelece um significativo contraponto às perspectivas hegemônicas.

No âmbito desses embates institucionais, mesmo apontando seus limites críticos, devemos destacar o planejamento urbano enquanto instância relevante. Desse modo, o projeto urbano, alinhado às considerações anteriores, pode tensionar o planejamento, confrontando a hierarquia vigente relativa aos instrumentos de gestão urbana. Estabelece-se, desse modo, a possibilidade de definição de uma nova estratégia, na qual, ao invés de disputar a implementação de novas leis, coloca-se a disputa por novos projetos.

Podemos considerar que, na lógica vigente, as lutas urbanas concentram-se no âmbito do planejamento, sendo atravessadas por embates políticos que se colocam como a mediação necessária à sua transposição para a forma de projeto e, eventualmente, sua efetivação. Contudo, conforme o exposto, não é raro que nesse processo essas demandas sejam fragilizadas, rebaixadas ou até mesmo suprimidas. O que as reflexões aqui desenvolvidas sugerem é a inversão da hierarquia entre o concebido e o vivido, redefinindo o projeto urbano como instrumento organizador das demandas, que por usa vez irão pressionar o campo político e consequentemente as discussões em torno do planejamento e da produção da cidade.

Os argumentos e as possibilidades explorados nesse artigo não trazem consigo a pretensão de cristalizar uma resposta única para as contradições e os conflitos observados no espaço urbano, e do mesmo modo, para a construção de alternativas à crise urbana. Tampouco se apresentam como componentes de uma discussão de se encerra em si mesma, sem aberturas para outras interpretações ou novas abordagens. Antes isso, o presente trabalho busca apresentar alternativas, teóricas e projetuais, que devem ser compreendidas como disparadoras de novos questionamentos sobre o tema, ampliando, assim, as perspectivas de enfrentamento do consenso estabelecido.

Referências bibliográficas

AGÊNCIA BRASIL. Construções em Porto Alegre cresceram mais que a população em 27 anos, diz estudo. *SUL 21*, Porto Alegre, 27 mar. 2025. Disponível em: https://sul21.com.br/noticias/geral/2025/03/construcoes-em-porto-alegre-cresceram-mais-que-a-populacao-em-27-anos-diz-estudo/. Acesso em: 15 nov. 2025.

ALFONSIN, Betania de Moraes; LOS ANGELES, Alice Ravazzoli de; OLIVEIRA, Fernanda Machado de; SEGAT, Flávia; BROILO, Francine Roehe; GURGEL, Giovana Lima; MONTANARI, Vitória. A fragmentação da revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA) de Porto Alegre e as resistências locais. *Revista de Direito da Cidade*, v. 16, n. 4, p. 286-323, 2025. DOI: https://doi.org/10.12957/rdc.2024.78073. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdc/article/view/78073. Acesso em: 15 nov. 2025.

BLANCO, Lidiane. Exceção da lei: Cidade Nilo e Torres do Beira-Rio indicam que nada é impossível em Porto Alegre. *Sul 21*, Porto Alegre, 8 nov. 2023. Disponível em: https://sul21.com.br/especiais/excecao-da-lei-cidade-nilo-e-torres-do-beira-rio-indicam-que-nada-e-impossivel-em-porto-alegre/. Acesso em: 15 nov. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Texto compilado. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 nov. 2025

BRASIL. *Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001*. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 11 nov. 2025

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Urbanização periférica: autoconstrução, lógicas transversais e política em cidades do sul global. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v26, E202436, 2024. DOI: https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202436. Disponível em: https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/7809. Acesso em: 10 jun. 2026.

CARRANO, Pedro. Número de imóveis vazios de Porto Alegre é três vezes maior que demanda de moradia para desabrigados. *Brasil de Fato*, 17 maio 2024. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2024/05/17/numero-de-imoveis-vazios-de-porto-alegre-e-tres-vezes-maior-que-demanda-de-moradia-para-desabrigados/. Acesso em: 15 nov. 2025.

CARRASCO, André de Oliveira T; GALBIATTI, Flávia Pagnoncelli; CASTRO, Nadiane Fontes; RIBEIRO, Rodolfo Barbosa; SILVA, Vinícius Fossati. Limites e contradições do planejamento urbano: a construção de perspectivas superadoras a partir da elaboração do Plano Popular da Estrada do Engenho. *Oculum Ensaios*, v. 15, n. 3, p. 557-579, 2018. DOI: https://doi.org/10.24220/2318-0919v15e2018a4185. Disponível em: https://periodicos.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/4185. Acesso em: 11 nov. 2025.

CARRASCO, André de Oliveira T.; GALBIATTI, Flávia Pagnoncelli; FAGUNDES, Luiza Maia; RIBEIRO, Rodolfo Barbosa. O processo de projeto em contextos periféricos: prática de resistência, experiência de formação. *In*: ALFONSO, Louise Prado; ACACIO, Nina; RODRIGUES, Martha. *Narrativas do Passos dos Negros*: Uma experiência de articulação multidisciplinar entre ensino, pesquisa e extensão. São João do Meriti: Desalinho, 2024. p. 228-255.

DAMIANI, Amelia Luisa. Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo. In: DAMIANI, Amélia Luisa. *Geografias de São Paulo.* Representação e crise da metrópole. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

DOBERTI, Roberto. Proyecto e investigación. *In*: DOBERTI, Roberto. *Espacialidades*. Buenos Aires: Ediciones Infinito, 2008. p. 214-245.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FERREIRA, João Sette Whitaker. A forma urbana patrimonialista: limites da ação estatal na produção do espaço urbano no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 24, n. 1, p. 1-24, 2022. DOI: https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202228pt. Disponível em: https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/7031. Acesso em: 11 nov. 2025.

FERRO, Sergio. Trabalhador coletivo e autonomia. *In*: FERRO, Sérgio. *Arquitetura e trabalho livre II*: De Brasília aos mutirões. São Paulo: Editora 34, 2025. p. 201-209

GALBIATTI, Flávia Pagnoncelli; CARRASCO, André de Oliveira T; FAGUNDES, Luísa Maia; MEDVEDOVSKI, Nirce Saffer; RIBEIRO, Rodolfo Barbosa. Leitura crítica do território em um contexto não metropolitano meridional: Os conflitos em torno da produção do espaço habitado na macrorregião do São Gonçalo em Pelotas/RS. *PIXO - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade*, v. 6, n. 21, p. 460-487, 20 maio 2022. DOI: https://doi.org/10.15210/PIXO.V6I21.22308. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/pixo/article/view/22308. Acesso em: 11 nov. 2025.

GALBIATTI, Flávia Pagnoncelli; FAGUNDES, Luísa Maia; RIBEIRO, Rodolfo Barbosa. *A Construção do Plano Popular do Corredor das Tropas*: um processo de formação e reflexão de assessoria técnica em arquitetura e urbanismo. Pelotas: UFBA/UFPel, 2022. Relatório de trabalho do Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade.

GRESPAN, Jorge Luis da Silva. O Negativo do Capital: O conceito de crise na crítica da Marx à economia política. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1999.

IBGE. *Censo 2022: Brasil tinha 16,4 milhões de pessoas morando em Favelas e Comunidades Urbanas*. Rio de Janeiro, 8 nov. 2024. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41797-censo-2022-brasil-tinha-16-4-milhoes-de-pessoas-morando-em-favelas-e-comunidades-urbanas. Acesso em: 10 jun. 2026.

IBGE. Censo demográfico 2022. Favelas e comunidades urbanas. Resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

KURZ, Robert. A falta de autonomia do Estado e os limites da política: quatro teses sobre a crise da regulação política. In: KURZ, Robert. *Os últimos combates*. Petrópolis: Vozes, 1998, p.91-115.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LEFEBVRE, Henri. *A re-produção das relações de produção*. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro Editora, 2011.

LEWKOWICZ, Ignacio; SZTULWARK, Pablo. *Arquitectura plus de sentido*. Buenos Aires: Altamira, 2003.

MIRAFTAB, Faranak. Insurgent planning: situating radical planning in the Global South. Planning Theory, Vol. 8, N. 1, fev. 2009, p.32-50. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/26165884. Acesso em: 12 jun. 2026.

MIRAFTAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. V. 18, N. 3, set-dez. 2016, p.364-377. DOI: https://doi.org/10.22296/2317-1529.2016v18n3p363. Disponível em: https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5499. Acesso em: 12 jun. 2026.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: Planejamento urbano no Brasil. *In*: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A Cidade do Pensamento Único*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121-192.

MELLO, Bruno César Euphrasio de. Ensaio a partir de uma banca: Plano Popular do Corredor das Tropas (Pelotas-RS). *Projectare*: Revista de Arquitetura e Urbanismo, v. 1, n. 13, 124-135, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Projectare/article/view/27498. Acesso em: 30 out. 2025.

MELNICK. *Enterprise Cidade Nilo*. [2023]. 1 ilustração Disponível em: https://www.melnick.com.br/enterprise/cidade-nilo/#. Acesso em: 15 nov. 2025.

NASCIMENTO, Alexandre; ARAÚJO, Joyce Kelly Chaves de; RICARDI, Letícia Mendes. Empreendedorismo urbano-ambiental e a guinada ultraliberal nas políticas urbana e ambiental da cidade de João Pessoa – PB. *RBDU*: Revista Brasileira de Direito Urbanístico, Belo Horizonte, v. 11, n. 20, p. 321-348, 2025. DOI: 10.52028/RBDU.v11.i20.ART12.PB. Disponível em: https://biblioteca.ibdu.org.br/direitourbanistico/article/view/1088. Acesso em: 27 out. 2025.

OLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma Re(li)gião*: Sudene, Nordeste: planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à Razão Dualista*: O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. O vício da virtude. Autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 74, p. 67-85, mar. 2006. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-33002006000100005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/nec/a/NZdtrpkH99L4r4zfzbTN3Pw/. Acesso em: 27 out. 2025.

OLIVEIRA, Clarice Misoczky de; NICOLINI, Igor. Revisão de Planos Diretores no neoliberalismo avançado: o caso de Porto Alegre/RS. *Cadernos Metrópole*, v. 26, n. 61, e6160374, 2024. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/60374. Acesso em: 27 out. 2025.

OSEKI, Jorge Hajime. O único e o homogêneo na produção do espaço. In: MARTINS, José de Souza (org.). *Henri Lefebvre e o retorno da dialética*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996, p.109-119.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Secretaria do Planejamento Municipal. *Plano Diretor de desenvolvimento urbano e ambiental*. Porto Alegre: SMPG, 2010.

QUEIRÓS, Adirley. Cineasta Adirley Queirós conversa sobre política e cinema. [Entrevista cedida a] Leandro Demori. *Dando Real com Demori*, TV Brasil, Brasília, DF, 8 out. 2024. 1 vídeo (40 min). Disponível em: https://tvbrasil.ebc.com.br/dando-real-com-demori/2024/10/cineasta-adirley-queiros-conversa-sobre-politica-e-cinema. Acesso em: 11 nov. 2025.

RANDOLPH, Rainer. Do planejamento colaborativo ao planejamento “subversivo”: reflexões sobre as limitações e potencialidades de Planos Diretores no Brasil. *Scripta Nova*: Revista Eletrónica de Geografia y Ciencias Sociales, v. XI, n. 245 (17), p.1-12, 2007. Disponível em: https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24517.htm. Acesso em: 11 nov. 2025.

ROLNIK, Raquel. Democracia no fio da navalha. Limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de reforma urbana no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.11, n. 2, nov. 2009. DOI: http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2009v11n2p31. Disponível em: https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/219. Acesso em: 10 jun. 2026

ROLNIK, Raquel. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano. Por que nossas cidades continuam tão precárias? *Novos Estudos*, n.89, março 2011. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-33002011000100006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/nec/a/RVtd8zVwYXXbP74GzMM7tsD/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 10 jun. 2026

SANTOS, Milton. O retorno do território. *Observatorio Social de America Latina*, ano 6. n. 16, p. 255-261, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf. Acesso em: 11 nov. 2025.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Produção do espaço urbano, financeirização e gestão urbana nas metrópoles e cidades na atualidade. *e-metropolis*, n. 40, ano 11, março 2020. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/emetropolis/issue/view/2686/1833. Acessado em 10 jun. 2026.

SODRÉ, Muniz. *O fascismo da cor*. Uma radiografia do racismo nacional. Petrópolis: Vozes, 2023.

VAINER, Carlos. Os liberais também fazem planejamento urbano? *In*: ARANTES, Otília.; VAINER, Carlos.; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 105-120.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição à história do planejamento urbano no Brasil. *In*: DEAK, Csaba, SCHIFFER, Sueli (org.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 170-243.

ISSN 2526-7310 PIXO n.37, v.10 outono de 2026

A MORFOLOGIA PÚBLICA E O ENCLAVE GLOBAL
Notas Sobre Bicocca e Porta Nuova

THE PUBLIC MORPHOLOGY AND GLOBAL ENCLAVE
Notes on Bicocca and Porta Nuova

***Janaina Almeida Stédile*[1]**

Resumo
Este artigo analisa comparativamente as intervenções urbanas de Bicocca e Porta Nuova, em Milão, buscando compreender como diferentes formas de produção do espaço expressam as dinâmicas do capitalismo contemporâneo. A pesquisa articula análise arquitetônica e urbanística, trabalho de campo, levantamento documental e revisão bibliográfica, investigando as relações entre valores e processos de produção do espaço. Os resultados evidenciam que Bicocca constrói centralidade urbana baseada na continuidade espacial, na diversidade funcional e na valorização do espaço público como elemento estruturador da vida coletiva. Em contraste, Porta Nuova, desenvolvida sob forte protagonismo de agentes financeiros internacionais, materializa um modelo de urbanismo neoliberal caracterizado pela verticalização, pela financeirização da terra urbana, pela produção de enclaves e pela transformação da cidade em ativo global. Conclui-se que a preservação e a produção de espaços públicos voltados à convivência, e ao bem comum representam importantes formas de resistência aos processos de privatização e mercantilização do urbano.
Palavras-chave: Bicocca; Porta Nuova; espaço público; financeirização urbana; produção do espaço.

Abstract
This paper comparatively analyzes the urban interventions of Bicocca and Porta Nuova in Milan, seeking to understand how different forms of space production express the dynamics of contemporary capitalism. The research articulates architectural and urban planning analysis, fieldwork, documentary research, and bibliographic review, investigating the relationships between values and processes of space production. The results show that Bicocca constructs urban centrality based on spatial continuity, functional diversity, and the valorization of public space as a structuring element of collective life. In contrast, Porta Nuova, developed under the strong protagonism of international financial agents, materializes a neoliberal urbanism model characterized by verticalization, the financialization of urban land, the production of enclaves, and the transformation of the city into a global asset. It concludes that the preservation and production of public spaces geared towards coexistence and the common good represent important forms of resistance to the processes of privatization and commodification of the urban environment.
Keywords: Bicocca; Porta Nuova; public space; urban financialization; space production.

1 Doutora em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-Mackenzie (2019), Mestre em Arquitetura e Urbanismo da FAU-Mackenzie (2015) e Arquiteta e Urbanista pela FAU-Mackenzie (2003).

Introdução

Este artigo discute, à luz das transformações da atuação do capital nas cidades, duas intervenções urbanas realizadas em bairros originalmente fabris e de moradia operária na cidade de Milão, Itália. Propõe-se uma análise de natureza urbana e arquitetônica — isto é, da conformação dos espaços, dos ambientes e das edificações — articulando essas dimensões com fenômenos estruturantes da urbanização contemporânea, em especial o debate teórico em torno dos projetos de cidade moderna e pós-moderna e sua relação com as condições produtivas do sistema capitalista.

Embora temporalmente próximas — *Bicocca*, na década de 1990, e *Porta Nuova*, nos anos 2000 —, as intervenções distinguem-se de forma significativa, tanto em suas intenções originais quanto em seus desdobramentos arquitetônicos e urbanísticos. *Bicocca* foi concebida como um processo de requalificação de uma extensa área industrial, integrando grandes empresas privadas, moradias, comércios locais e instituições públicas, organizados a partir de espaços públicos que articulam as edificações, que por sua vez são coerentes com a cultura urbana construtiva italiana de edificações horizontais e relação direta com o espaço público de diversas escalas e configurações.

Porta Nuova, por sua vez, expressa um modelo de transformação associado à gentrificação e à espetacularização da cidade, caracterizando-se pela verticalização acentuada, pela indução ao consumo em grandes redes, pela crescente privatização do espaço público e pelo financiamento proveniente do capital investidor do Catar. O próprio nome do bairro — alterado de Isola para *Porta Nuova* — evidencia a intenção de apagar a memória histórica e popular que marcava o território, incorporando a ideia de “novidade” como valor de marketing urbano.

Ainda que ambas as intervenções possam ser enquadradas como expressões do pós-modernismo — em um caso pelo reforço de referências da cidade tradicional, e no outro, pela diversidade formal e linguística dos objetos arquitetônicos —, elas não compartilham um sentido comum que permita agrupá-las sob uma mesma égide teórica ou estética. Ao contrário, distanciam-se na forma, na linguagem, no propósito, no sentido e no conteúdo.

Procura-se debater a forma não em seu conteúdo imediato — isto é, em seu programa arquitetônico —, mas nas dinâmicas que a produzem e que, por sua vez, ela contribui para reproduzir. Como o capitalismo se expressa na paisagem? De que maneira projetos mediados pela esfera pública se materializam no espaço urbano? E quais são os significados e implicações dessas diferentes formas de intervenção para os usos do solo, as transformações cotidianas e a vida dos habitantes?

O texto parte da hipótese de que as dinâmicas capitalistas deixam marcas na paisagem por meio da produção de espaços dotados de determinadas características materiais, portadoras de significados sociais, culturais e políticos. Conforme Scheler (1913–1916), os valores não existem de forma abstrata, mas revelam-se através de objetos, ações e experiências concretas. Nesse sentido, a investigação da materialidade arquitetônica e urbanística constitui um caminho privilegiado para compreender os valores sedimentados na forma urbana. Da mesma maneira, sistemas, práticas e formas de resistência às lógicas capitalistas também se expressam espacialmente, mobilizando diferentes relações sociais e territoriais. Embora a valorização do espaço público não seja frequentemente associada de forma direta às crises climáticas, argumenta-se que o enfraquecimento dos espaços destinados à coletividade constitui uma das manifestações do capitalismo contemporâneo, que tende a produzir ambientes cada vez mais mediados pelo consumo e pela privatização das experiências urbanas.

Nesse contexto, o trabalho propõe uma estrutura metodológica baseada no diálogo entre a análise espacial e o referencial teórico produzido pelos debates acerca da construção da cidade contemporânea. A leitura arquitetônica e urbanística é desenvolvida a partir de trabalhos de campo realizados na cidade de Milão, nos bairros selecionados para análise, bem como da elaboração de peças gráficas e memoriais descritivos baseados em projetos publicados nos sítios eletrônicos de escritórios de arquitetura e em plataformas especializadas. Esses materiais são confrontados com uma ampla bibliografia sobre o urbano, buscando compreender as relações entre teoria e prática, materialidade e representação, bem como entre os processos de produção do espaço e suas expressões na paisagem contemporânea. Desse modo, a pesquisa procura verificar como os referenciais teóricos se materializam na realidade construída e, simultaneamente, como a realidade concreta tensiona, confirma ou reformula os pressupostos que buscam interpretá-la.

A hipótese mais ampla que orienta este trabalho é que espaços produzidos a partir do interesse público, capazes de construir formas e configurações espaciais que reforcem a coexistência, a convivência e a noção de bem comum, constituem uma importante forma de resistência aos processos de privatização promovidos pelo capitalismo. Partindo dessa premissa, inicia-se a discussão explicitando a definição de espaço público que orienta as reflexões desenvolvidas ao longo do texto.

Nesta perspectiva, o artigo continua a revisão bibliográfica com uma análise da história recente da arquitetura, tratando do movimento moderno e o pós-moderno na arquitetura, com o objetivo de situar a absorção das artes pelo sistema capitalista e compreender os desdobramentos da transformação da cidade em ativo e instrumento de reprodução do capital financeirizado.

A revisão bibliográfica não tem a pretensão de preencher lacunas teóricas ou apresentar perspectivas inéditas. Seu propósito metodológico é enunciar o problema e retomar debates que possibilitam construir critérios de compreensão para as análises posteriores dos dois projetos urbanos.

Na sequência, o artigo desenvolve uma análise detalhada das intervenções urbanas em Milão, buscando compreender tanto a trajetória histórica de ocupação dos bairros quanto o caráter arquitetônico de cada projeto. Essa análise visa evidenciar as diferenças de concepção e de abordagem presentes nas intervenções, destacando como elas expressam distintas formas de atuação do Estado, do capital e, consequentemente, diferentes modos de produção do espaço urbano, e como as formas operam essas diferenças.

O espaço da esfera pública

Habermas (2003) estabelece que o conceito de esfera pública é o domínio da vida social no qual a opinião pública pode ser formada e é acessível a todos os cidadãos, distinguindo-se da autoridade estatal (poder público) ou de uma simples multidão.

O autor ressalta que a ideia de coisa pública muda no decorrer da história europeia: nas cidades-Estado gregas, a esfera da pólis, comum aos cidadãos livres, é quem detém o caráter público, na medida **em** que propicia o debate (lexis), colocando-se em oposição à vida privada confinada ao espaço da casa (oikos). No Direito Romano, a coisa pública surge com a *res publica*, ou aquilo que é coisa do povo. Já na Idade Média, os conceitos de público e privado não são obrigatoriamente opostos, e não se pode estabelecer uma esfera pública separada dos interesses privados dos senhores feudais. A essa condição soma-se uma terceira, que seria o que é de uso comunitário, ou aquilo que é das pessoas comuns. Com o advento do Estado-Nação, a esfera pública passa a um domínio institucionalizado, no qual o significado de público refere-se ao funcionamento regulamentado, de acordo com competências de um aparelho munido do monopólio do uso legítimo da força — isto é, aquilo que entendemos como Estado (Habermas, 2003).

Habermas (2003) define espaço público como o espaço em que se permite a existência e a atividade da esfera pública. Outros autores que partem do espaço para definir espaço público trabalham com características como: acessibilidade universal, uso coletivo, fruição pública, ausência de apropriação exclusiva e domínio ou propriedade pública (Lynch, 1999; Gehl, 2013; Lefebvre, 1968).

Entretanto, essas definições esbarram em situações dúbias — como, por exemplo, um edifício público, como uma escola, que não é de acesso irrestrito e universal —, e outras questões emergem a partir dessas ambiguidades. O arquiteto e professor holandês Herman Hertzberger responde a essas questões de maneira mais assertiva.

No livro *Lições de Arquitetura*, Hertzberger (2015) inicia defendendo que a questão central da arquitetura diz respeito **à** relação entre o espaço público e o privado, porém que, nos assentamentos humanos, esses espaços não ocorrem rigidamente demarcados, mas acontecem por meio de espaços de transição. Sugere que, ao invés de pensarmos entre dois polos opostos, poderíamos pensar em espaços de usufruto e responsabilidades coletivas, e espaços de responsabilidades mais individuais, e que essa relação se dá de forma gradual quando se estudam espaços vernaculares ou obras de arquitetura bem-sucedidas.

A ideia central que guia os autores mobilizados é a de que o espaço dedicado ao acontecimento da esfera pública — isto é, o espaço público — não significa apenas o acesso aos serviços básicos urbanos (transporte, saneamento, escolas, postos de saúde, etc.), mas sim o direito dos cidadãos de participar ativamente da produção e da transformação do espaço onde vivem. O espaço público, portanto, deve ser o palco da democracia direta e da apropriação coletiva, e não um espaço higienizado e vigiado pelo Estado ou pelo mercado (Lefebvre, 2001).

Do Modernismo ao Pós-Modernismo e a construção da Cidade Contemporânea

Em 1972, o arquiteto holandês Rem Koolhaas elaborou uma perspectiva inspirada na cidade de Nova York intitulada O projeto da cidade do globo cativo (*The City of the Captive Globe*) (figura 01). Nessa representação, observa-se um conjunto de edifícios, parques e praças distintos e singulares dispostos sobre plataformas elevadas que os separam do nível da rua, criando o térreo em altura que impede a continuidade espacial entre os blocos, tal qual peças exibidas em um museu de arte.

Sobre essas bases negras erguem-se volumes urbanos autônomos, encerrados em si mesmos, mas organizados dentro de uma malha ortogonal rigorosa. O enquadramento do desenho sugere que essa malha se estende infinitamente, configurando uma cidade global composta por elementos autônomos, porém regidos por uma estrutura única e reprodutível.

No centro da composição, enterrado em uma cavidade aberta — de modo a permanecer visível —, encontra-se o globo cativo. Esse globo simboliza o mundo em sua totalidade: tanto o meio que sustenta a vida quanto o conjunto das riquezas materiais e simbólicas passíveis de apropriação.



Figura 1 - Rem Koolhaas, Madelon Vriesendorp. Projeto Cidade do Globo Cativo, Nova Iorque, Axonometria, 1972. Fonte: Museum of Modern Art (Moma). Disponível em: https://www.moma.org/collection/works/104696

Segundo Koolhaas, o projeto celebra a “cultura da congestão”, em que, dentro de uma malha “implacável”, cada quarteirão é concebido a partir de um valor, ideia ou filosofia distintos, incorporando diversos movimentos de vanguarda antes considerados incompatíveis (Fig. 1).

No contexto das discussões teóricas da arquitetura e do urbanismo, Koolhaas realiza o desenho apenas treze anos após o início das críticas ao Movimento Moderno de Arquitetura, formuladas pelo Team X no último Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), em 1959. Insere-se, portanto, na formação do corpo crítico que viria a configurar o movimento pós-moderno na arquitetura.

O pós-modernismo procura distanciar-se da monotonia da visão de mundo positivista, tecnocêntrica e racionalista, que se baseava na crença no progresso linear, na padronização e em interpretações teóricas de larga escala, pretensamente universais (Harvey, 2001).

Nesse sentido, é possível compreender de maneira positiva a ideia exposta de “cidades dentro de cidades”, composta por elementos que não dialogam entre si, mas possuem valores autônomos e singulares. No entanto, a representação de Koolhaas também sintetiza, de forma acurada, o aspecto negativo da cidade contemporânea inserida no circuito global, onde o capital financeiro se reproduz e se faz representar.

Ao passo que eclodem as críticas à abordagem modernista sobre a cidade — e em que se declara sua falência — que parece que suas formas passam a operar com maior vigor. Zukin (2000b) caracteriza as novas cidades pós-modernas pela horizontalidade automobilística, nas quais a leitura dos elementos estruturais e compositivos revela, na realidade, o urbanismo modernista em sua expressão plena: o rodoviarismo e o zoneamento por atividade.

O modelo urbano e territorial proposto pelo capitalismo financeiro, cujos interesses econômicos não têm enraizamento territorial ou cultural, busca não apenas substituir o entorno natural, as áreas históricas, e os espaços públicos — capturando a riqueza

global —mas também reforça as quatro funções essenciais do urbanismo racionalista. A Carta de Atenas implode na teoria, porém se concretiza nos quatro elementos essenciais da cidade global:

> (...) habitação na urbanização fechada, trabalho no centro terciário representativo, entretenimento e consumo em shopping centers e áreas de lazer, e circulação pelas rodovias. A cidade global é mais desconexa e configurada como um objeto do que a própria cidade moderna da Carta de Atenas. (Montaner; Muxí, 2014, p. 124)

O Estilo Internacional, protagonizado por Le Corbusier e pela Bauhaus, reaparece com força, ainda como símbolo de pujança e poder. Dubai, Barcelona, Londres, Milão, São Paulo, Cidade do México, ou Pequim: as altas torres de vidro Miesianas funcionam como ícones que anunciam que aquele território integra as dinâmicas econômicas do capital internacional.

Vive-se nas alturas, com vistas para horizontes distantes, onde o térreo deixa de ser experienciado. A urbe é um mero suporte físico, que alimenta com infraestrutura os edifícios, ou conjuntos de edifícios isolados, pouco interferindo na vida cotidiana daqueles que habitam e trabalham em condomínios isolados, pouco diferentes na linguagem, porém idênticos na sua estruturação e no seu conteúdo:

> (...) torres altas e polidas que voltam suas costas para a rua (...), usando seu virtuosismo técnico para encerrar uma imensa massa de trabalhadores de escritório, turistas e consumidores em uma visão panorâmica do bazar da vida urbana. (Zukin, 2000a, p. 82)

Afirmar que o projeto modernista permanece vivo nas cidades contemporâneas não implica afirmar que as teorias pós-modernas tenham sido superadas ou descartadas. Ao contrário, elas foram incorporadas e ressignificadas nas novas formas de expropriação do solo urbano, coexistindo com a lógica da cidade modernista: funcionalmente separada e orientada pela eficiência de produção, consumo e circulação.

O projeto pós-moderno de cidade parte da concepção de um tecido urbano fragmentado, no qual a cidade é entendida como um conjunto de partes autônomas e relativamente independentes (Harvey, 2001). Por mais que as propostas modernistas tenham fracassado em seu intento de resolver de modo abrangente os problemas decorrentes da industrialização, da concentração populacional e da precariedade habitacional (CIAM, 1933), o pós-modernismo acabou por deslocar o foco disciplinar: “A disciplina foi ampliada e fragilizada – privilegiou a criação de um sistema de objetos ao desenho de espaços urbanos coletivos” (Medrano, 2010).

É importante, contudo, observar que o discurso pós-moderno analisado por Harvey (2001) e Medrano (2010) resulta de um processo de transformações teóricas e críticas que não se iniciou com esse propósito. Na reunião do CIAM de 1951, em Hoddesdon (Inglaterra), surgiram inflexões significativas no debate, que passou a enfatizar o centro das cidades e sua dimensão simbólica e humanística. Nessa ocasião, Van Eyck apresentou estudos sobre aldeias africanas, destacando seus significados antropológicos, enquanto Ernesto Nathan Rogers e os teóricos da Escola de Veneza chamavam atenção para o papel das preexistências — o projeto concebido a partir da história, das formas e dos valores culturais da cidade —, vertente que se tornaria uma das mais influentes e respeitadas do período (Medrano, 2010; Cohen, 2013).

Em 1953, o grupo que mais tarde constituiria o Team X[2] apresentou, no CIAM de Aix-en-Provence, pesquisas sociológicas e etnológicas realizadas no Magreb, com o objetivo de questionar a perspectiva universalista dos congressos anteriores. No ano seguinte, o grupo publicou o Manifesto de Doorn, defendendo a noção de comunidade: as habitações deveriam manter relações entre si e com os demais elementos espaciais da cidade (Cohen, 2013).

> Alguns projetos buscavam a ultravaloração de seus vínculos com a tecnologia, como o experimentalismo tecnológico e utópico de grupos como o Archigram e o Superstudio; outros se aproximaram da cultura popular, ou ao kitsh, como Robert Venturi e sua versão da pós-modernidade. Na Itália, em ambiente próximo às tradições históricas da arquitetura e da cidade, surge a "crítica tipológica", presente nas idéias de Aldo Rossi, Carlo Aymonino, Giorgio Grassi, Guido Canella, Gae Aulenti, Vitorio Gregotti, entre outros. (Medrano, 2010, p.57)

Os dois discursos arquitetônicos supostamente antagônicos — o moderno e o pós-moderno —, ainda que sucessivos no campo teórico, coexistem nas cidades contemporâneas integradas ao circuito do capital global. Contudo, não se pode atribuir exclusivamente às correntes teóricas da arquitetura e do urbanismo que predominaram ao longo do século XX a responsabilidade pelos problemas urbanos atuais.

É necessário, antes, retomar o pensamento de Benjamin (1935-1936)[3], Argan (1968)[4] e Harvey (1989)[5] que analisam as transformações das práticas artísticas em suas condições produtivas, isto é, no interior do sistema econômico capitalista.
A condição produtiva e a produção da cidade contemporânea

Em *A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica*, Benjamin (1994) defende a tese na qual o capitalismo industrial porta uma inflexão do fazer artístico, comparável tal qual ocorreu na pré-história. Embora as obras de arte sempre tenham podido ser reproduzidas, é no capitalismo que a reprodutibilidade e o consumo passam a ter mais importância que a própria obra em si**.**

Nos três textos sobre o projeto do objeto industrial, Argan (2001)[6] aprofunda a compreensão da condição produtiva e é possível fazer paralelos com os desdobramentos na arquitetura contemporânea. O autor argumenta que o problema do design no século XX reside em sua vinculação à lógica industrial, cuja finalidade exclusiva é o consumo — o que suprime outros significados simbólicos e funcionais dos objetos. A indústria, ao apoiar-se em uma profusão de imagens, enfraquece o próprio objeto, transformando-o, ele mesmo, em imagem.

Essa crítica aplica-se de modo direto à arquitetura produzida atualmente. A análise dos anúncios publicitários de empreendimentos imobiliários em São Paulo evidencia que tais produtos não respondem a uma demanda coletiva real, mas a um consumidor movido pelo desejo de novidade e distinção social (Autora, 2019).

2 Os arquitetos Jaap Bakema, Aldo Van Eyck, Georges Candilis, Giancarlo De Carlo e Alison e Peter Smithson
3 Data da publicação.
4 idem
5 idem
6 Os textos A crise do design, O desenho industrial, e Qualidade, função e valor o desenho industrial, foram publicados a primeira vez em 1968.

As propagandas imobiliárias oferecem "diferenciais" que, via de regra, repetem-se em todos os empreendimentos: ambientes de lazer e de convivência que antes pertenciam ao uso coletivo e público da cidade — piscinas, quadras esportivas, salões de festas e de jogos — são agora incorporados ao interior de enclaves privados. Rebatizados em língua inglesa, tais espaços reforçam a aparência cosmopolita e exclusiva do empreendimento. Porém, objetivamente e formalmente não se distinguem um dos outros, como ainda observa Argan (2001), a técnica mecânica da indústria padroniza os objetos, tornando-os idênticos

Essa lógica de homogeneização estende-se à arquitetura quando se propõe concentrar todas as necessidades da vida cotidiana em um único espaço, promovendo uma simplificação da existência.

> É, portanto, evidente que a tarefa criativa do desenho industrial é, definitivamente, uma simplificação e qualificação da existência; é a determinação de um ritmo, estético ao mesmo tempo econômicos, dos atos da vida cotidiana (Argan, 2001, p. 122).

Em *A condição pós-moderna*, Harvey (2001) analisa os movimentos moderno e pós-moderno, buscando identificar as mudanças nas práticas culturais, políticas e econômicas a partir da década de 1970, quando as formas culturais pós-modernas emergem associadas a novos modos de acumulação do capital.

> O que está de fato em jogo aqui, contudo, é uma análise da produção cultural e da formação de juízos estéticos mediante um sistema organizado de produção e consumo mediados por divisões de trabalho, exercícios promocionais e arranjos de marketing sofisticados. E, em nossos dias, o sistema inteiro é dominado pela circulação do capital (com frequência multinacional) (Harvey, 2001, p. 311).

Se, desde a Revolução Industrial, as cidades consolidaram-se como espaços de produção de bens, hoje elas próprias transformaram-se em bens a serem consumidos.

> Embora nenhum critério claro separe as cidades modernas das pós-modernas, percebemos que algo mudou na maneira como organizamos o que vemos: o consumo visual do espaço e do tempo, que está ao mesmo tempo acelerado e abstraído da lógica da produção industrial, obriga à dissolução das identidades espaciais tradicionais e a sua reconstituição sobre novas bases. (...) Consequentemente, o processo social de construção de uma paisagem pós-moderna depende da fragmentação econômica das antigas solidariedades urbanas e de uma reintegração que é fortemente matizada pelas formas de apropriação cultural (Zukin, 2000b, p. 81) .

Essa fragmentação manifesta-se em diversos tipos de enclaves urbanos que extrapolam a segregação residencial: supermercados e magazines erguem-se como monólitos comerciais sem janelas; edifícios corporativos envidraçados são acessados apenas por estacionamentos; e vias automobilísticas interligam esses espaços.

> Na realidade, o novo lugar de consumo traduz perfeitamente a lógica da construção da cidade contemporânea, a sua redução a fragmentos especializados, ao ponto notável da tendência da rua perder seu valor de lugar para transformar-se em canais de ligação entre polos especializados em comércio ou outras funções, a tendência da cidade de perder seu tecido para transformar em um conjunto de enclaves.

(Faravelli; Clereci, 2012, p. 178)

Os centros comerciais — grandes volumes sem aberturas, cercados por extensos estacionamentos — materializam essa lógica. São espaços de controle ambiental total, com iluminação e temperatura reguladas, projetados unicamente para o consumo. Neles, tudo deve ser igual ou suficientemente semelhante. “Os lugares de compra/consumo oferecem o que nenhuma ‘realidade real” externa pode dar: o equilíbrio quase perfeito entre liberdade e segurança. “(Bauman, 2001, p. 116)

A organização espacial, os percursos e os acabamentos são cuidadosamente planejados para estimular o consumo, menos por necessidade do que por desejo — desejo este induzido por estratégias de marketing e pela apropriação simbólica dos produtos (Faravelli;Clereci, 2012). Assim, torres corporativas e condomínios residenciais compartilham uma mesma identidade: variações de um mesmo tema, marcadas pela padronização e pelo controle ambiental.

O papel da arquitetura passa a ser o de oferecer ambientes climatizados e assépticos, desprovidos de desconfortos ou estímulos externos. A pesquisa *Shopping*, da *Harvard Design School*, publicada em *Mutations* (Koolhaas, 2000b), demonstra que o ar-condicionado foi criado para prolongar a permanência dos consumidores nos centros comerciais. A ausência de janelas elimina a percepção do tempo e dos sons exteriores, enquanto as escadas rolantes asseguram um fluxo contínuo e despreocupado (Tae-Wook Cha, 2000).

Essa diretriz repete-se nos edifícios corporativos, cujas janelas não se abrem e cuja operação depende inteiramente do ar-condicionado. Neles, os andares inferiores são ocupados por serviços voltados aos funcionários, dispensando a saída para o espaço público.

A espetacularização dos espaços de consumo torna-se, então, parte essencial da experiência de compra: o cenário em que o consumo ocorre pode ser mais relevante do que o próprio objeto adquirido (Faravelli;Clereci, 2012). Supermercados, lojas de decoração e materiais de construção, bem como as áreas comuns dos condomínios fechados, passam a constituir o novo centro da vida pública.

Diferente de um espaço de uso coletivo, “A tarefa é o consumo, e o consumo é um passatempo absoluta e exclusivamente individual. [...] Por mais cheios que possam estar, os lugares de consumo coletivo não têm nada de ‘coletivo’.” (Bauman 2001, p. 114)

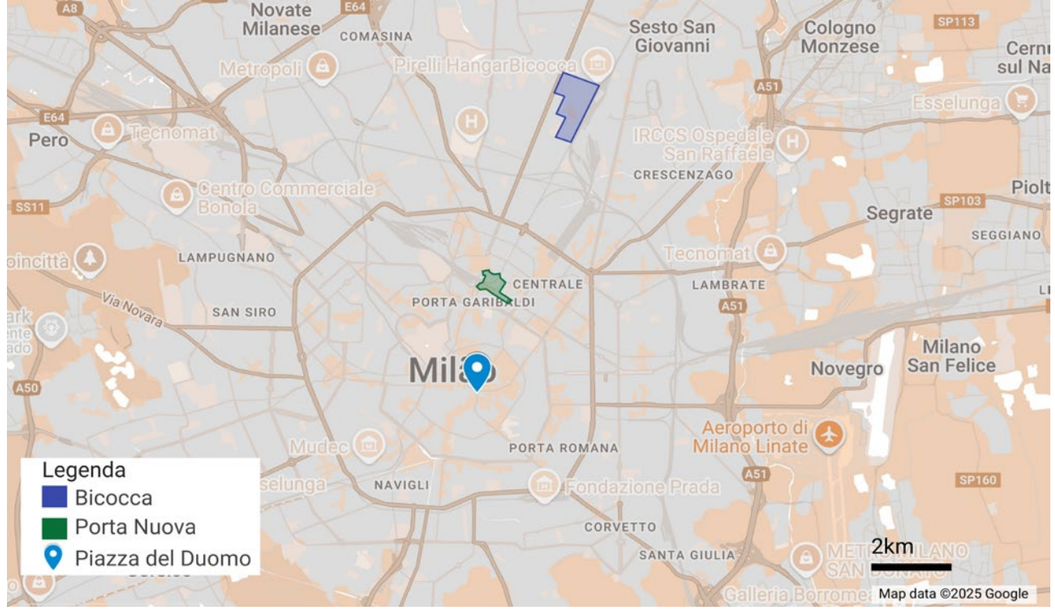
Essa configuração, entretanto, engendra quatro consequências principais:

I. São espaços privados e de controle privado, que não promovem o debate nem o confronto social característicos da vida pública, promovendo destituição do espaço livre da esfera pública;

II. O consumo, sendo uma atividade individual, não pressupõe ação coletiva, reforçando a fragmentação social; promovendo a alienação em relação à realidade urbana e aos processos de dominação política;

III. Concentração das riquezas, através da substituição de negócios familiares são substituídos por grandes corporações, (como se observa nas intervenções urbanas em Milão).

IV. Gentrificação, que expulsa as camadas economicamente mais frágeis de seus territórios originais.



Bicocca e Porta Nuova

Os bairros de *Bicocca* e *Isola* possuem uma trajetória e papéis bastante similares na história da cidade de Milão. Ambas recebem, com espaço de dez anos entre elas, intervenções urbanas requalificação de seus tecidos fabris e de moradia tradicionalmente operária. Ambas ocupam as áreas fabris dos bairros.

A motivação de analisá-las comparativamente está na diferença do caráter das intervenções, que demonstram com clareza as transformações nos ideários de cidade em curto espaço de tempo. Se a primeira recorre a ideia da cidade como um projeto coletivo; a segunda se encontra no conceito da cidade global articulam espaço urbano através da privatização, desregularização do mercado, e abertura das economias nacionais para o capital estrangeiro. (Sassen, 2015)

Isola é a primeira periferia industrial e de residência operária próxima ao centro da cidade, que surge com a implantação da Fábrica da Pirelli em 1872, e recebe este nome porque estava isolada do restante da cidade pela linha férrea ao sul, e pelos muros do cemitério ao norte, já não mais existente, o que lhe davam fisionomia bem definida de ilha. Habitada principalmente por operários oriundos do sul da Itália, sua composição social possuía uma identidade coletiva que se expressava através de ajuda mútua e solidariedade entre os habitantes; e principalmente em alto grau de mobilização social e política, passando a ser um lugar chave do movimento operário em Milão e na resistência antifascista. (Boffi et al., 1975)

Bicocca estava nos arrebaldes da cidade, e não era considerada uma área urbana até 1923, quando já se perfazia a Fábrica da Pirelli ser transferida do bairro de *Isola* (*Porta Nuova)* para lá em 1908. Também está na histórica como palco da organização sindical e posteriormente de movimentos antifascistas.

Bicocca se encontra na periferia norte de Milão, enquanto *Porta Nuova* nas proximidades da área central de Milão (Figura 02). Essa posição também colabora por entendimento da diferença das duas intervenções: *Bicocca* é idealizada para ser um polo tecnológico na periferia, já *Porta Nuova* se propõe a ser o distrito financeiro de Milão, aproveita das proximidades com as áreas ricas da cidade (Fig. 2).

Figura 2 - Mapa da cidade Milão, em destaque o centro da cidade (Piazza del Duomo), em verde Porta Nuova e azul Bicocca.
Elaborado pela autora, com base do Google maps, 2025.





Figura 3 - 01 e 02 Bairro de Isola, na imagem 02 a Torre Unicredit da intervenção Porta Nuova, se destaca entre os edifícios. 03 e 04 apresentam o entorno da intervenção no bairro de Bicocca, na imagem 03 em primeiro plano casas operárias do começo do século e edificação da intervenção ao fundo. Na imagem 04, edificação típica do bairro: residências no pavimento

Em ambos os casos, os entornos imediatos são compostos por conjuntos habitacionais, na sua origem populares. No caso de *Porta Nuova*, o restante do bairro continua nomeado como *Isola* com edificações que datam, em sua maior parte, do final do século XIX e da primeira metade do século XX, enquanto em *Bicocca* observa-se uma mescla de edifícios pertencentes a diferentes períodos históricos. Independentemente da época de construção das edificações do entorno, todas as intervenções estão submetidas ao regramento urbanístico que determina a ocupação do lote em alinhamento com a rua e com as edificações vizinhas, a conformação de pátios internos e a limitação da altura das construções a seis pavimentos, e alguns casos comércio localizados no térreo do edifício. As edificações são dotadas na parte do caso de balcões, que estabelecem uma relação direta da unidade habitacional com a rua (Fig. 3).

Bicocca

A palavra italiana *bicocca* significa “fortificação em posição elevada”. O bairro milanês recebe esse nome em referência à *Bicocca degli Arcimboldi*, primeira edificação do local, construída por volta de 1450 como casa de campo da família nobre Arcimboldi (Murray, 1866) denominação que o bairro conserva até hoje.

A primeira Fábrica da Pirelli, originalmente instalada no bairro Isola, tem sua segunda unidade na cidade instalada em *Bicocca* em 1908, uma região à época de características rurais. A fábrica acaba por atrair outras industrias para a região, transformando- a assim na periferia industrial no norte de Milão. (Fondazione Pirelli, 2020)

Com o deslocamento das atividades industriais da Pirelli para fora da Itália, na primeira metade da década de 1980, a vasta área fabril — cerca de 600 mil metros quadrados — torna-se objeto de um concurso internacional (1984-1988) destinado à sua reconversão. A proposta central era criar, na periferia, uma nova centralidade urbana estruturada por um polo tecnológico de pesquisa.

O programa arquitetônico foi desenvolvido pela municipalidade de Milão a partir da pesquisa acadêmica *Scienza e Tecnologia verso il XXI secolo*. *Scenario per il progetto Pirelli.* comandado por Colombo (1998). A pesquisa sugere que devido as mudanças tecnológicas dinâmicas e seus impactos direto nas pesquisas e na vida cotidiana, era interessante e necessário criar um polo tecnológico na cidade que fosse multidimensional e multifuncional, de forma a criar interconexões entre a universidade e instituições com caráter inovativo. (Puri Negri, 199)

Assim, o programa inclui o desenvolvimento de uma universidade para 30.000 estudantes[7], o *Consiglio Nazionale delle Ricerche*[8] , a sede da Pirelli, 5.000 unidades habitacionais, o Teatro *Degli Arciboldi*, sedes corporativas como Siemens, *Deutsche Bank,* 150.000 m^2 de espaços públicos. (Dell’ Agnese, 2005)

O concurso, promovido em parceria entre a Prefeitura de Milão e a Pirelli, foi vencido pelo escritório italiano Gregotti Associati. Vittorio Gregotti integra o grupo de arquitetos italianos da Escola de Veneza, que, no final dos anos 1950, inaugura críticas ao movimento moderno. Em *Il territorio dell’architettura* (1966), o autor sistematiza suas reflexões sobre a relação entre morfologia urbana, escalas de intervenção, construção da paisagem e tipologia arquitetônica.

Segundo Retto Junior (2021), Gregotti parte do princípio de que o ambiente construído é o vínculo estrutural do ato projetual, articulando dimensões históricas, físicas e existenciais do lugar. A criatividade do arquiteto, nesse sentido, emerge das sugestões que o próprio território oferece.

A força do projeto de *Bicocca* reside justamente na sua releitura da cidade tradicional italiana, sem ser caricata, usando de uma estrutura régia que permite aos edifícios que sejam singulares, porém obedecendo regras para haja dialogo entre eles. A delimitação sutil da intervenção com o restante do território se estabelece pela avenida Piero e Alberto Pirelli, de orientação norte–sul e paralela à avenida Fulvio Testi, responsável pela conexão direta com o centro de Milão.

O projeto está organizado em três faixas, paralelas à linha férrea que delimita a área do projeto. Ao longo desse eixo organiza-se uma sequência de grandes blocos do mesmo tamanho (140x140) atravessáveis por praças públicas internas, totalizando 20 edificações, todas desenhadas por Gregotti, com exceção da sede do Deutsche Bank, construída por Gino Valle entre 1997 e 2005. (Leoni, 2014)

Esses espaços funcionam como uma atualização dos tradicionais pátios italianos: em vez de enclausuramento, produzem continuidade espacial e convidam à circulação. A partir de cada praça interna é possível vislumbrar as subsequentes, constituindo um percurso sequencial de espaços abertos elemento estruturador do projeto (Fig. 4).

7 *Università degli Studi di Milano–Bicocca*
8 Conselho Nacional de Pesquisa



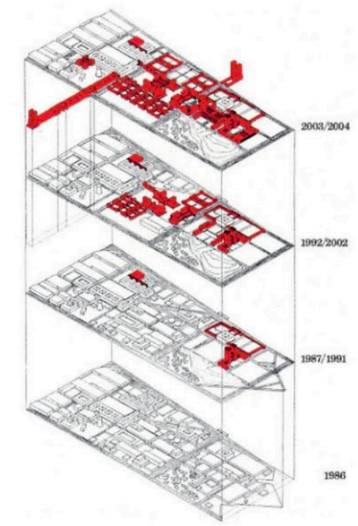
Figura 4 - Vista aérea de Bicocca, destacado em amarelo. Elaborado pela autora, com base do Google Earth, 2025.

Os edifícios, embora distintos na linguagem, compartilham volumetrias que segue o mesmo gabarito de altura e a mesma lógica espacial: praças internas e volumes ora perimetrais, ora deslocados, mas obedecendo a grade da quadra e do projeto, reforçam a relação com a rua e estabelecem um forte senso de conjunto, tanto dentro da intervenção quanto na conexão com a cidade existente.

Os edifícios residenciais que retomam a tipologia da *insula* romana, com térreos comerciais, primeiro pavimento de escritórios e habitação nos pavimentos superiores (figura 05), são todos destinados à classe média, com a forte presença de estudantes. O comércio de *Bicocca* caracteriza-se por estabelecimentos de pequeno porte, numerosos e acessíveis diretamente a partir da rua ou das praças, reforçando a convivialidade e o uso cotidiano do espaço público.

A intervenção distingue-se do entorno principalmente pela idade recente das edificações, pela amplitude generosa dos espaços abertos, pela linguagem contemporânea dada pelos materiais de acabamento e aberturas, e pela quantidade significativa de instituições e empresas, diversas da ocupação fabril ou residencial do entorno. Ainda assim, sem o conhecimento prévio do plano diretor da intervenção, é difícil identificar com precisão onde começa e onde termina a *Bicocca* projetada por Gregotti — um indício da integração desejada pelo arquiteto.

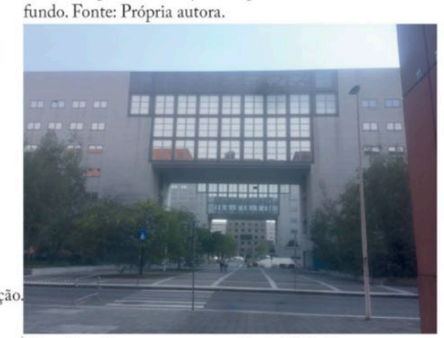
Essas qualidades observáveis na experiência urbana de *Bicocca* são coerentes com o discurso do próprio Gregotti, que explicita sua abordagem em entrevista a Marisa Barda (2000). Ali, ele destaca a intenção de produzir um espaço fluido, visualmente claro e respeitoso da antiga trama industrial; um tecido contínuo capaz de gerar grandes quarteirões estruturados por uma sequência de praças públicas — elemento dominante do conjunto. Gregotti afirma ainda que o esquema poderia se estender para áreas ao norte, então à espera de requalificação, configurando *Bicocca* como modelo replicável.



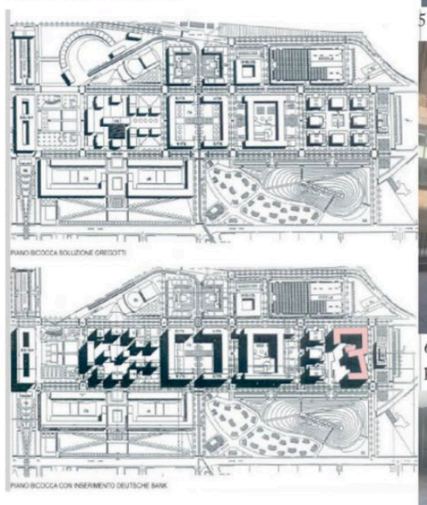
1| Perspectiva axonométrica com os tempos da intervenção. Fonte: Ordine Archetetti



3| Palacete da Família Pirelli, atualmente edifício multiuso Fonte: Própria autora. 4| Casa operária e edifcios novo ao fundo. Fonte: Própria autora.



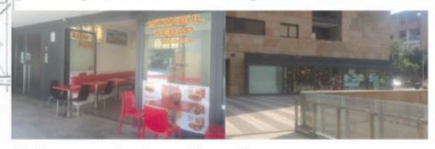
5|Interligações entre as praças. Fonte: Própria autora



2|Comparativo da proposta de Gregotti original e depois com edifício de Deutsche Bank. Fonte: Ordine architetti.



6 |Vista de edifício multisuso-habitação e comércio- a partir de praça interna Fonte: Própria autora



7| Comércios familiares. Fonte: Própria autora

Figura 5 - Quadro resumo da intervenção em Bicocca. Fonte: Própria autora, fotos de 2018.

A figura 5 sintetiza o projeto: a primeira imagem apresenta perspectivas axonométricas evidenciando a evolução da intervenção ao longo do tempo; a segunda compara o projeto original com a implantação posterior do edifício do Deutsche Bank, ilustrando sua flexibilidade; a terceira mostra as antigas moradias operárias da Pirelli preservadas e sua relação com o edifício universitário ao fundo; a quinta registra a conexão entre as praças internas e a rua; a sexta exibe o edifício com comércio no térreo e habitação acima; e, por fim, são apresentadas as dimensões e as características das áreas comerciais.

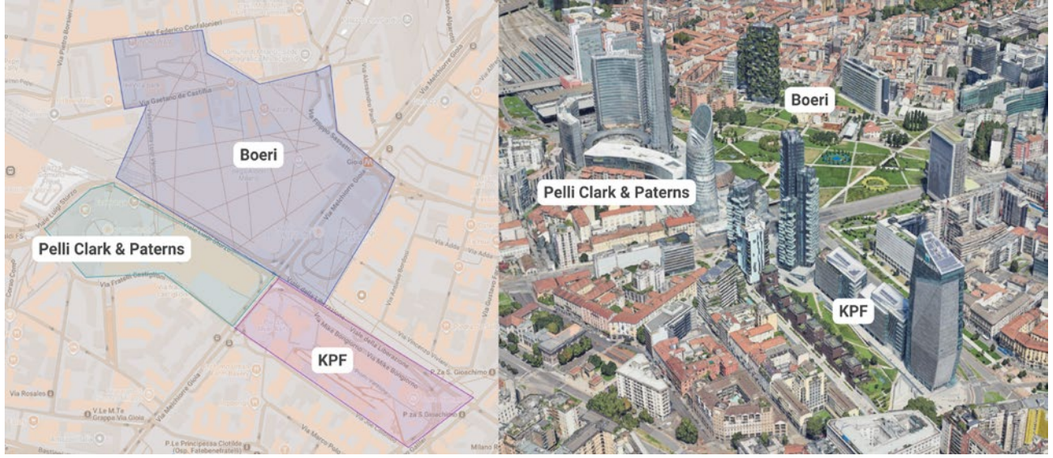


Figura 6 - Imagem 01 mapa identificando as áreas de cada escritório, imagem 02: foto área. Fonte: Elaborado pela autora a partir de Google Maps, 2025 e Google Earth, 2025.

Isola* ou *Porta Nuova

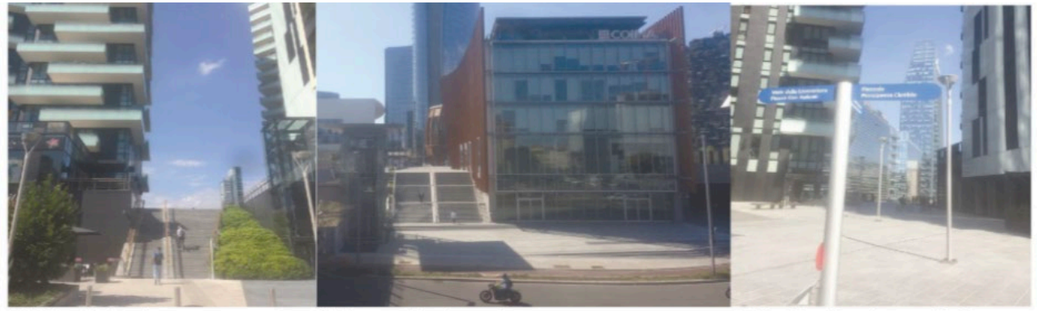
A intervenção *Porta Nuova* pode ser compreendida como um exemplo da produção neoliberal do espaço urbano, na qual o território é reorganizado para viabilizar a circulação e a valorização do capital financeiro em escala global. Em linha com análises de Harvey (2001) sobre a transição para regimes flexíveis de acumulação e com a leitura de Sassen (2014) sobre a formação das cidades globais através da captura do território por coalizões público-privadas orientadas por racionalidades empresariais.

Embora a prefeitura de Milão ensaiasse propostas desde os anos 1970, a inflexão efetiva só ocorre quando atores financeiros internacionais — em especial o desenvolvedor norte-americano Gerald D. Hines, e posteriormente o fundo soberano do Catar — assumem protagonismo. Assim, o que aparece nos sites dos arquitetos como “cliente” é, na verdade, o agente central da financeirização da terra urbana, processo pelo qual o valor do território passa a ser estruturado como ativo global, e não mais como suporte concreto da vida urbana.

A classificação do bairro como “decadente” dada por Hines (Seal, 2016) não descreve uma condição urbana. Uma simples observação do tecido urbano remanescente, ainda habitado por famílias operárias, demonstra que a suposta decadência é retórica — e não diagnóstico.
Encontra-se edifícios tradicionais milaneses, com comércios nas áreas térreas, habitação nos pavimentos superiores, providos balcões com vegetação, e pátios internos. O argumento de Hines cumpre a função política de construir o consenso necessário e se utilizar do *rent gap* de um bairro com grandes áreas disponíveis próximo ao centro de Milão

A entrada do *Qatar Investment Authority*, que ao final torna-se proprietário integral do empreendimento, revela um fenômeno examinado por Sassen (2014) e Harvey (2001): a constituição de carteiras territoriais globais, nas quais edifícios inteiros, e até bairros, transformam-se em instrumentos de investimento. Assim, a espaços que deveria estruturar a vida pública de Milão converte-se em ativo transnacional.

A retórica oficial, presente nos painéis e comunicados institucionais, inscreve *Porta Nuova* na gramática do *city marketing* (Vainer, 2000), mobilizando imagens do *High Line* em Nova York e das *Ramblas* em Barcelona para legitimar uma suposta “internacionalização” da cidade. O próprio nome “*Porta Nuova*” opera simbolicamente ao apagar a história de Isola enquanto comunidade operária e ao associar a intervenção ao imaginário da novidade e do progresso técnico — categorias fundamentais da economia política da obsolescência. (Tae-wook Cha, et al., 2000). O uso da palavra *porta* — que remete às muralhas — convoca também significados de acesso regulado, fronteira e filtragem social (Fig. 7, imagem 04).



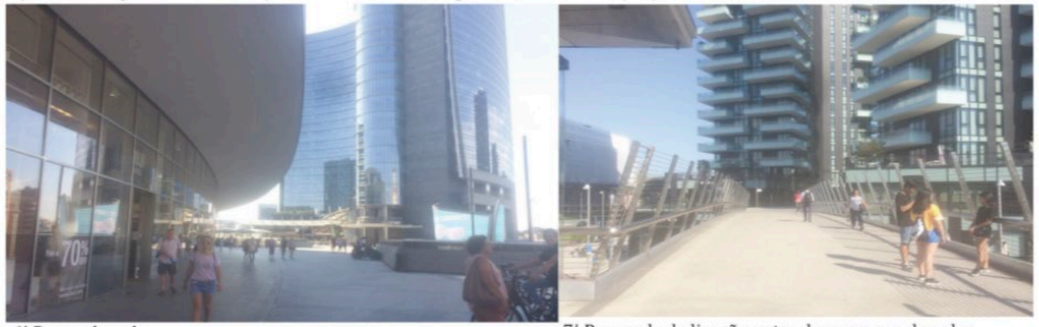
1|2 Escadarias de acesso ao espaço público no primeiropavimento.

3| Sinalização urbana própria.



4| Painel comparando intervenção à outras de caráter global.

5| Loja da Nike



6| Praça elevada

7| Passarela de ligação entre duas praças elevadas.

Do ponto de vista projetual, a fragmentação entre três escritórios (Pelli Clarke & Parterns, KPF e Boeri Studio) evidencia a lógica contemporânea apontada por Koolhaas (1995): cidades produzidas por objetos isolados, independentes entre si e do contexto, como partes de um mercado estético globalizado.

Os três escritórios projetaram áreas distintas (figura 6), que se conectam por passarelas e não segue nenhum tipo linha mestra entre eles, os projetos também são apresentados de maneira independentes nos sites dos arquitetos. A desconexão entre os discursos dos escritórios e os efeitos territoriais concretos indica a crescente distância entre a retórica arquitetônica e a efetiva urbanidade produzida.

A promessa de “reconexão urbana” presente nos discursos de Pelli Clarke e KPF contradiz-se espacialmente na criação de uma esplanada elevada, acessada por elevadores e escadas rolantes, separa fisicamente a área do entorno. Como apontam Graham e Hewitt (2013), essas plataformas criam enclaves verticalizados dotados de governança própria, produzindo infraestruturas de separação e regimes diferenciados de acesso e vigilância. Assim, o espaço apresentado como público opera, de fato, como espaço semi-privado de circulação condicionada, controlado por segurança privada e associado a consumo de alto padrão.

Figura 7- Quadro resumo da intervenção Porta Nuova. Fonte: Própria autora, fotos de 2018.



Figura 8 - Imagem 01 Torre do Banco Unicredit. Fonte: Pelli Clarke & Partens, s.d. Disponível em: https://pcparch.com/work/porta-nuova-garibaldi-and-unicredit-headquarters. Imagem 02: Torre projetada por KPF. Fonte: KPF. Disponível em: https://www.kpf.com/project/porta-nuova-varesine

Em *Porta Nuova* não é diferente a esplanada em plano elevado contém sinalização própria diferente do restante da cidade; segurança privada e diversos painéis de eletrônicos de propaganda; elementos que sugerem o caráter privado e de shopping center.

A presença de marcas globais (a americana Nike e a japonesa Muji, e.g.) e a ausência de comércio local evidenciam o deslocamento das formas de sociabilidade urbana tradicionalmente presentes em Milão. A praça que inicia o percurso na esplanada nomeada em homenagem a Lina Bo Bardi carrega um paradoxo: evoca uma arquiteta cuja obra é marcada pela defesa de espaços públicos democráticos, mas situa-se em um território cuja lógica é essencialmente privatista (Fig. 7).

Ainda que exista este espaço de conexão, os edifícios também não dialogam entre si: estes são ideias isoladas no espaço que lhe foi dado. As arrojadas torres de vidros, e edifícios horizontais singulares, funcionam como as obras de artes em cima de um tablado, tal qual o a ilustração de Koolhaas (Fig.1). Cada um procurando expressão a virtuosidade da forma singular, não há ponto focal, um edifico pensando em distinguir-se por sua importância no conjunto, há apenas uma sequencia de estímulos desconexos entre si.

Ao contrário de *Bicocca* onde as fronteiras são bastante sutis, em *Porta Nuova* se identifica com precisão onde o projeto começa e termina. A começar pelas torres de vidro que podem ser vistas de longe e são absolutamente diferentes do contexto; ainda que sejam idênticas a qualquer centro financeiro de outra cidade no circuito global. (Fig. 9)

Pelli Claker e KPF são escritórios especializados em torres de vidros e confecções de distrito financeiros por todo mundo. É de Pelli as famosas torres Petronas em Koala Lampur, como outras torres que demarcam distritos financeiros pelo mundo: Pelli produz este mesmo tipo de torres de Shangai a São Paulo.

A torre UniCredit em *Porta Nuova*,(Fig. 8, imagem 01) projetada por Pelli com seu pináculo que alude à *Madonnina* da Catedral de Milão (Domus), reitera o argumento de Portelli (2006) e Argan (1995) sobre o papel das torres como emblemas de poder. No capitalismo financeirizado, a altura torna-se signo de autoridade corporativa — um marco territorial que sinaliza não mais o domínio político ou espiritual, mas o poder abstrato do capital global. A imagem divulgada pelo escritório reforça o imaginário da



Figura 9 - As duas torres do Bosco Verticale no alto a esquerda, e parque da intervenção. Fonte: google Earth, 2025.

“cidade acima da cidade”, um plano elevado destinado à elite financeira, em contraste com a materialidade cotidiana do nível da rua (Fig. 8).

No site do escritório de arquitetura KPF o discurso também se coloca frágil com relação a intervenção e é desmobilizado pelas próprias fotos publicadas no site do grupo (figura 08). Segundo eles, os edifícios de variadas alturas e tipos são configurados como uma variação das tipologias prediais milanesas. Na segunda imagem da figura 08 vemos a torre de vidro projetada pelo escritório que anuncia sua altura, a nomeia como um marco na paisagem, como faz Pelli a respeito da torre da Unicredit, e a no primeiro plano a parte do bairro que não sofreu intervenção. É facilmente notável que o projeto não se referencia na cidade preexistente: pela altura, pelo tecido e trama, pelos materiais, etc.

O percurso culmina nas torres *Bosco Verticale*, de Stefano Boeri. Essas torres inauguram uma tipologia replicada em Utrecht, Nanjing e outras cidades. No *Manifesto* do arquiteto, Boeri defende a necessidade de “campanha global de arborização urbana”. Embora a retórica seja sedutora, as ações propostas (parques, telhados verdes etc.) já são amplamente conhecidas — o diferencial do arquiteto é a verticalização das áreas verdes.

Mas, em Porta Nuova, a estratégia revela contradições: as torres estão implantadas diante de um grande parque quase sem árvores (Fig. 9). Qual o sentido de concentrar vegetação em altura — com grande custo material, estrutural e energético — quando o solo, seu lugar natural, permanece árido?

O problema não são as varandas vegetadas, comuns em Milão, mas sim a defesa de uma “florestação” privatizada e inacessível, incorporada ao valor imobiliário de residências de altíssimo padrão, sem qualquer mistura social.

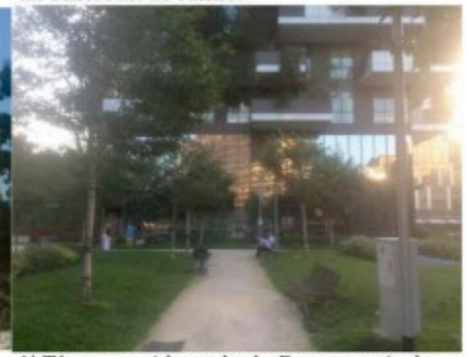


1| Bosco verticale

2| Bosco verticale primeiro plano e edifício da Unicredit ao fundo.



3| Edifício típico de Milão com terraço ajardinado e Bosco verticale ao fundo.



4| Térreo envidraçado do Bosco verticale

Figura 10 - Quadro resumo do Bosco Verticale. Fonte: Própria autora, fotos de 2018.

Em entrevista à TV italiana *Case e Stili*, Boeri afirma que as árvores respondem ao excesso de aquecimento interno causado pelo vidro — ou seja, as torres verdes seriam uma "solução sustentável" para um problema criado pelo próprio partido arquitetônico. Uma contradição estrutural: a sustentabilidade usada como correção simbólica de um erro de origem.

Assim, sua retórica de "florestação urbana" deve ser examinada criticamente. Embora apresentadas como solução ecológica inovadora, as torres respondem mais ao imperativo do *greenwashing* arquitetônico do que à agenda de adaptação climática baseada em ecologia urbana. A vegetação torna-se, assim, componente de valor agregado — um ornamento sustentável que oculta o impacto energético e construtivo de edifícios integralmente revestidos de vidro.

No térreo, o edifício de vidro espelhado evidencia a lógica de desmaterialização das bordas urbanas, produzindo opacidade e dificultando a identificação de usos e acessos. (figura 10, imagem 4) A torre se relaciona com a cidade apenas como ícone; não como infraestrutura social. É a forma do urbanismo corporativo: uma urbanidade reduzida à estética da imagem e ao marketing global.

Assim, *Porta Nuova* não é apenas um conjunto arquitetônico, mas um dispositivo territorial de financeirização, sustentado por narrativas de modernização e sustentabilidade e operado por mecanismos de separação socioespacial. O resultado é a constituição de uma centralidade dissociada, cuja urbanidade é mais simbólica do que vivida, mais consumida do que habitada, mais global do que milanesa.

Há que se pontuar que o térreo do edifício uma caixa de vidro espelhado que dificulta não só ver o que está ali dentro, mas mesmo saber onde é que está a entrada do edifício, isto ele se relaciona com a cidade nas alturas, mas no nível da rua, do espaço público coletivo, ele nega a cidade (Fig.10).

Considerações Finais

A observação aérea das grandes metrópoles globalizadas revela um padrão espacial recorrente: a localização privilegiada do capital financeiro se anuncia pelas torres de vidro que se impõem verticalmente sobre a cidade. Essa arquitetura não é neutra. Ela produz e simboliza um regime de controle, vigilância e consumo que, ao nível do solo, conforma espaços seletivos, regulados e segregantes. A forma urbana contemporânea, nesse caso, não apenas expressa, mas materializa a hegemonia de um urbanismo orientado pelo capital transnacional.

Historicamente, o espaço público — da Ágora grega ao Fórum romano — constituía-se como um vazio estruturador que permitia o encontro entre diferentes e condensava funções civis, religiosas e comerciais. Nos distritos financeiros contemporâneos, esse vazio desaparece. O que se produz é um enclave que concentra exclusivamente o poder econômico e exclui as práticas sociais que sustentam a esfera pública. A pluralidade é substituída pela homogeneidade corporativa.

O deslocamento das centralidades simbólicas também é revelador. Se, em outros períodos, as torres eram templos, catedrais e palácios que representavam o poder político e espiritual, hoje elas são bancos, sedes de empresas multinacionais e investimentos imobiliários capturados por fundos globais. A verticalidade permanece como fetiche de poder: ascender aos céus segue sendo uma metáfora — e uma prática material — de distanciamento do comum, do cotidiano e do público. A referência mítica à Torre de Babel é menos alegoria e mais diagnóstico.

Nesse sentido, *Bicocca* e *Porta Nuova* não representam apenas dois projetos de requalificação urbana distintos, mas dois paradigmas antagônicos de produção da cidade. *Bicocca*, formulada no contexto de reestruturação produtiva milanesa, resultou de uma articulação entre instituições públicas, universidades, centros de pesquisa e atores privados. O projeto urbano emergiu como estratégia coletiva de reconversão de uma grande área industrial, procurando integrar usos, qualificar o espaço público e recompor uma centralidade metropolitana orientada por interesse social mais amplo. A coerência entre discurso, desenho urbano e governança revela a persistência — ainda que limitada e tensionada — de um urbanismo público.

Porta Nuova, por sua vez, constitui o oposto: um enclave do urbanismo financeiro. Concebida por promotores imobiliários e hoje inteiramente controlada por um fundo de investimento do Catar, sua forma urbana deriva da lógica da financeirização, na qual o espaço é tratado como ativo global, desconectado de suas preexistências territoriais e das necessidades urbanas coletivas. Não há participação pública substantiva, não há compromisso com o rés-do-chão como espaço de encontro, e os chamados "espaços semi-públicos" funcionam sob normas privadas que limitam acesso, permanência e usos. Sua estética — torres de vidro, praças reguladas, comércio de luxo — replica

modelos reproduzidos em São Paulo, Londres, Xangai ou Nova York. A diferença local é apagada em nome da padronização global.

Esse contraste evidencia um processo estrutural mais amplo. Como analisa Sassen (2005), a globalização econômica redefine escalas de poder e enfraquece as capacidades do Estado-nação, criando novas articulações espaciais que favorecem a atuação de capitais transnacionais. A cidade, ou melhor, partes estratégicas dela, tornam-se dispositivos de valorização financeira — frequentemente mediante privatização, desregulamentação e regimes especiais de governança. *Porta Nuova* é exemplar dessa condição. *Bicocca*, por outro lado, mostra como ainda é possível construir alternativas urbanas baseadas em interesse público, mesmo em contextos de forte pressão do mercado.

É dessa perspectiva que se deve interpretar o discurso contemporâneo sobre o "público". Projetos como *Porta Nuova* proclamam retoricamente a existência de espaços acessíveis e de convivência, mas negam sistematicamente a esfera pública como domínio de conflito, pluralidade e formação da opinião — conforme formulado por Habermas (2003). O espaço é higienizado, controlado, vigiado, estetizado. Trata-se de uma encenação de urbanidade, não da sua prática.

Por fim, se no século XX discutia-se a oposição entre linguagens arquitetônicas universalistas e expressões locais, no século XXI a disputa se desloca: não se trata apenas da forma, mas da estrutura de poder que produz e regula o espaço urbano. A cidade globalizada, capturada pelo capital financeiro, produz o esvaziamento do rés-do-chão, isto é, da *res publica*, e desloca para as alturas — metáfora e literalidade — a produção de espaços privados desconectados da cidade real.

Porta Nuova e Bicocca, portanto, não são meros projetos distintos, mas expressam duas formas de imaginar e construir a cidade: uma orientada pela valorização financeira, pela padronização global e pela negação da esfera pública; outra guiada por uma visão coletiva, que reconhece as preexistências territoriais, o interesse público e o valor político do espaço comum.

Referências

ARGAN, Giulio Carlo. *Projeto e Destino*. São Paulo: Ática, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*.Rio de Janeiro : Zahar, 2001.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN, Walter.. *Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

BOFFI, M. et al. *Città e conflitto sociale. Inchiesta al Garibaldi-Isola e in alcuni quartieri periferici di Milano*. MIlão: Fetrinelli, 1975.

CASE DESIGN STILI. Stefano Boeri intervista. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Od1lqKU7FY0. Acesso em: 26 nov. 2025.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETURA MODERNA (4. : 1933 : Atenas). Carta de Atenas. Brasília, DF: IPHAN, 1933. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf. Acesso em: 5 nov. 2025.

COHEN, Jean-Louis. *O futuro da arquitetura desde 1889: uma história mundial.* São Paulo: Cosac Naify, 2013.

DELL'AGNESE, Elena. La Bicocca e il suo territorio. Milano: Skira, 2005.

FARAVELLI, Maria Luisa.; CLERECI, Maria Antonietta. Commercio e Gentrification in un quartiere ai margini del centro storico di Milano. Rivista geografica italiana, n. 119, p. 175-204, 2012.

FONDAZIONE PIRELLI. Historical archive Bicocca. Disponível em: https://www.fondazionepirelli.org/archivio-storico/documenti/search/result.html?query=&jsonVal=%7B%22jsonVal%22%3A%7B%22query%22%3A%22Bicocca%22%2C%22startDate%22%3A%22%22%2C%22endDate%22%3A%22%22%2C%22fieldDate%22%3A%22-dataNormal%22%2C%22_perPage%22%3A20%2C%22tesauro_path%22%3A%22%5C%22sedi+e+stabilimenti%5C%22%22%2C%22tesauro_label%22%3A%22Offices+and+factories%22%7D%7D. Acesso em: 26 nov. 2025.

GRAHAM, Stephen; HEWITT, Lucy. Getting off the ground: on the politics of urban verticality. Progress in Human Geography, v. 37, n. 1, p. 72-92, 2013.

GEHL, Jan. Cidades para pessoas. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GREGOTTI, Vittorio. Ponto Estratégico - Entrevista Vittorio Gregotti. Revista AU, n. 91, ago./set. 2000, p. 37-39. Disponível em: https://vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/01.003/3350?page=6. Acesso em: 26 nov. 2025.

HABERMAS, Jürgen. A mudança estrutural da Esfera Pública-Investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa.Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HARVEY David A condição Pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

HERTZBERGER, Herman. Lições de arquitetura. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

KPF. Porta Nuova Varesine. Disponível em: https://www.kpf.com/project/porta-nuova-varesine. Acesso em: 26 nov. 2025.

KOOLHAAS, Rem. et al. Mutaciones. Barcelona: Editorial Actar, 2000b.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001

LEONI, Maria Manuela. Quartiere Bicocca. In: Lombardia beni culturale, 2014. Disponível em: https://www.lombardiabeniculturali.it/architetture900/schede/p4010-00268/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 18 nov. 2025.

MEDRANO, Leandro. Habitação coletiva e cidade: invenção sem ruptura. Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, v. 17, n. 27, jun. 2010.
MOTTA, G. Roma Moderna: il Novecento. Roma: Laterza, 1987.

MONTANER Josep Maria; MUXÍ, Zaida. Arquitetura e Política. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

MURRAY, John. Handbook for Travellers in Northern Italy. 10. ed. London, 1866.

PELLI CLARKE & PARTNERS. Porta Nuova Garibaldi is a symbol of Milan's modern transformation. Disponível em: https://pcparch.com/work/porta-nuova-garibaldi-and-unicredit-headquarters. Acesso em: 26 nov. 2025.

PORTELLI, Stefano. Apuntes de un paseo por Isola Porta Nuova: Milán modelo. Barcelona: El País, out. 2016. Disponível em: https://elpais.com/elpais/2016/10/22/seres_urbanos/1477116000_147711.html. Acesso em: 23 jul. 2018.

PURI NEGRI, Andrea. A New Urban Centrality. In: MOLIVARI, L. (Org.). Progetto Bicocca 1985-1988.

RETTO JUNIOR, Adalberto da Silva. Anotações acerca do legado do arquiteto italiano Vittorio Gregotti: história, contexto e projeto. In: RETTO JUNIOR, A. S. (Org.). Coletânea de textos sobre Urbanismo e a Cidade Contemporânea. 1. ed. Tupã - SP: ANAP, 2021, p. 15-31.

SCHELER, Max. Der Formalismus in der Ethik und die materiale Wertethik: Neuer Versuch der Grundlegung eines ethischen Personalismus. Halle: Max Niemeyer, 1913-1916.

SASSEN, Saskia. The Global City: Introducing a Concept. Brow journal of world affairs, v. XI, n. 2, 2005.

SEAL, Mark. Meet the man who changed the skyline of Milan. Vanity Fair, 2016. Disponível em: <https://www.vanityfair.com/news/2016/09/milan-porta-nuova-gerald-hines>. Acesso em: 14 jun. 2026.

SENNETT, Richard. O declínio do homem público. Rio de Janeiro: Record, 2014.

STÉDILE, Janaina Almeida. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2019.

STEFANO BOERI ARCHETTI. Manifesto. Disponível em: https://www.stefanoboeriarchitetti.net/urban-forestry/. Acesso em: 26 nov. 2025.

TAE-WOOK CHA, et al. Shopping. In: KOOLHAAS, R. Mutaciones. Barcelona: Editorial Actar, 2000.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

ZUKIN, Sharon. Paisagens do século XXI: Notas sobre a mudança social e o espaço urbano. In: ARANTES, A. O espaço da diferença. Campinas: Papirus, 2000a.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, A. O espaço da diferença. Campinas: Papirus, 2000b.

PROJETAR COM A PAISAGEM
Novos paradigmas para o projeto de urbanismo no século XXI

DESIGN WITH THE LANDSCAPE
New paradigms for urban planning in the 21st century

Lauhana Amanda Kern[1], Eric Fassina[2], Daiane Regina Valentini[3] e Renata Franceschet Goettems[4]

Resumo
O artigo buscou compreender as condições sociais, econômicas, culturais e ecológicas de uma zona em estudo, definida como Unidade de Paisagem 9, dentro da zona urbana da cidade de Erechim, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Esse estudo foi realizado para a matéria de Projeto Urbano e Paisagem do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim. Além da compreensão, buscamos também propor diretrizes para a melhoria das condições de infraestrutura a fim de tornar a cidade mais democrática e sustentável, reduzindo a segregação social dos bairros inseridos na UP em análise e mitigando os efeitos dos eventos climáticos atuais. Foram utilizadas três metodologias de análise principais, sendo elas a “Unidades de Paisagem e Estruturas de Paisagem”, de Richard Forman, a “Ordenação dos Espaços Livres” de Raquel Tardin e a metodologia de Análise CDP (Condicionantes, Deficiências e Potencialidades) desenvolvida na Alemanha.
Palavras-chave: paisagem; análise da paisagem; metodologias de análise; capitaloceno; crises climáticas.

Abstract
The article sought to understand the social, economics, culturals and ecologicals conditions of an under study zone, defined as “Unity of Landscape 9”, within the urban zone of the city of Erechim, in the state of Rio Grande do Sul, Brazil. This study was realised for the subject “Projeto Urbano e Paisagem” of the architecture and urbanism course of the Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim campus. Beyond the comprehension, we also sought to propose guidelines for the improvement of infrastructure conditions in order to make the city more democratic and sustainable, reducing social segregation of the neighborhoods included in the UP under analysis and mitigating the nowadays climatics events’ effects. Were used three main analysis methodologies, namely “Unidades de Paisagem e Estruturas de Paisagem”, by Richard Forman, “Ordenação dos Espaços Livres”, by Raquel Tardin and the methodology of CDP analysis (Conditions, Potential and Shortcomings) environed in Germany.
Keywords: landscape; landscape analysis; methodologies of analysis; capitaloceno; climate crises.

1 Universidade Federal da Fronteira Sul. E-mail: lauhana.kern@estudante.uffs.edu.br
2 Universidade Federal da Fronteira Sul. E-mail: ericfassina27@gmail.com
3 Universidade Federal da Fronteira Sul. E-mail: daiane.valentini@uffs.edu.br
4 Universidade Federal da Fronteira Sul. E-mail: renata.goettems@uffs.edu.br

Introdução

As mudanças climáticas são uma das maiores problemáticas das cidades contemporâneas. Para identificar e embasar o entendimento sobre a origem dos recorrentes eventos climáticos extremos que vêm se intensificando, tomamos como fundamento o conceito do Capitaloceno. Segundo este, todos os sistemas e organizações complexas que guiam as interações sociais e explicam, de forma mais consistente, que as mudanças climáticas percebidas não são fruto meramente do ser humano como espécie, mas das organizações sociais, políticas e econômicas que regem as suas interações (Fernandes, Fracalanza, 2025).

Segundo Fernandes e Fracalanza (2025), o Capitaloceno teve seu início em 1450, com a mercantilização da terra e a exploração predatória das Américas, África e Ásia. Teve sua intensificação pós-revolução industrial, quando se aceleraram os processos de produção e consumo e a emissão massiva de poluentes atmosféricos. Deste modo, o Capitaloceno nos permite compreender o papel das cidades capitalistas contemporâneas e entender as suas desigualdades e contradições internas. Nesse contexto, os efeitos do capitalismo e da industrialização tardia e incompleta são, na verdade, bases da urbanização brasileira e agravantes das problemáticas decorrentes dos processos sociais, econômicos e culturais da colonização (Santos, 1994). A segregação socioespacial, a exploração de recursos naturais, o crescimento urbano baseado na expansão do mercado imobiliário e as mazelas ambientais são marcas profundas que se fazem presentes no cotidiano dos grandes centros urbanos brasileiros, e são espelhadas por cidades médias, como Erechim, que reproduzem a lógica de segregação espacial, empurrando a população mais vulnerável para a periferia. Esses fatores, associados aos efeitos das mudanças climáticas, geram novos paradigmas para o futuro das cidades e, sobretudo, para os projetos de urbanismo voltados à necessária transformação das cidades mais democráticas e resilientes.

Este artigo se propõe a refletir: quais as problemáticas envolvidas no processo de urbanização de cidades médias? É possível projetar com a paisagem? É um método válido para promover cidades mais democráticas, dinâmicas e sustentáveis a partir da qualificação do Sistema de Espaços Livres?

Este trabalho tem por objetivo discutir os paradigmas do projeto urbano frente à temática da paisagem urbana no século XXI. O estudo de caso será aplicado a uma área de expansão da borda urbanizada da cidade de Erechim, cidade média com população estimada de 109.609 habitantes, com densidade demográfica de 246,30hab/km² (IBGE, 2022) localizada na mesorregião norte do Rio Grande do Sul.

Para a realização dos estudos e das análises resultantes da metodologia que será apresentada, foram utilizados os estudos da ecologia das paisagens de Forman (1995; 2008; 2014) e a estruturação de um sistema de espaços livres urbanos, de Raquel Tardin (2008) e do Projeto Orla (Brasil, 2002), que tratam de análises das percepções da paisagem, com foco na urbanização planejada de acordo com os paradigmas da cidade no século XXI. O método, proposto em atividades de ensino, pesquisa e extensão (Valentini et al., 2024), se baseia na aplicação de reconhecimento e levantamento das características físicas, sociais e culturais dos espaços urbanos, elaborados em uma base cartográfica georreferenciada em Sistema de Informações Geográficas (SIG) no software livre QGis 3.44. Além do mapeamento foi realizado estudo de campo, onde foi possível reconhecer o território de estudo em sua realidade paisagística. A análise de dados e identificação das dinâmicas naturais e antrópicas que acontecem dentro da área estudada permitem identificar os espaços livres prioritários para aplicação de estratégias projetuais relevantes, baseados em princípio de Soluções Baseadas na Natureza (SBN) e infraestrutura verde.

O estudo que será apresentado neste trabalho define duas escalas para identificação e análise de Unidades de Paisagem (UP). A primeira escala relaciona-se a um estudo no recorte do perímetro urbano do município de Erechim/RS. Nesta etapa, para a definição das UPs foram considerados os aspectos biofísicos (hidrografia, vegetação, formas de relevo, geomorfologia e clinografia) e fatores antrópicos (uso e ocupação do solo, infraestruturas, morfologia urbana, aspectos econômicos e culturais). Resultou em 11 Unidades de Paisagem que foram analisadas em uma aproximação de escala. A segunda escala de análise relacionou-se à identificação dos elementos representativos e subdivisão das Unidades de Paisagem definidas na escala da mancha urbana. A partir dessa aproximação foi possível determinar uma área de intervenção para a proposta que seria desenvolvida ao longo do semestre letivo.

A partir da identificação de áreas homogêneas em cada Unidade de Paisagem, passou-se para uma abordagem relacionada à estrutura da paisagem estudada no campo da ecologia da paisagem. Com esta definição, foram identificados os espaços âncora e referência, para que seja possível entender os espaços com importância ecológica ou antrópica para a criação de espaços significativos para a população. Compreendendo esses espaços, podemos propor ações para acrescentar, demarcar, conectar, adequar, articular e enlaçar, permitindo uma maior qualidade de vida urbana.

Paisagem e o sistema de espaços livres

O conceito de Unidade de Paisagem surge na geografia e se incorpora aos campos de estudo da paisagem e ecologia da paisagem (Silva et al., 2013). No contexto da cidade no século XXI, identifica-se que é necessária uma abordagem que integre a ação humana na realidade biofísica em transição climática. Assim, a Unidade de Paisagem apresenta-se como uma unidade de planejamento territorial fundamental ao desenvolvimento sustentável. A Arquitetura e Urbanismo e o Planejamento Urbano e Regional, ao adotar uma abordagem sistêmica da paisagem, passa a olhar para os espaços não edificados, os espaços livres de edificação (Schlee, et al. 2009), que devem ser resguardados da ocupação urbana. Essa abordagem é inovadora, uma vez que tira o foco das discussões do planejamento e do projeto urbanístico do zoneamento, índices urbanísticos e políticas públicas até então voltadas unicamente às áreas construídas e dá aos espaços livres a relevância necessária. O trabalho de Villela et al (2019) mostra como o método de identificação e análise de UPs pode contribuir para o planejamento territorial de cidades médias.

Segundo o Projeto Orla (Brasil, 2002), a unidade de paisagem pode ser definida a partir da análise espacial de dados biofísicos e culturais. O estudo é estruturado em quatro elementos definidores da paisagem: relevo, estrutura/padrão de drenagem e hidrografia, cobertura vegetal e mancha urbana. Associada a essa perspectiva, avaliam-se também as questões culturais manifestadas no território, tais como uso do solo, distribuição territorial da população e sua renda, infraestrutura urbana e outros aspectos relevantes aos estudos propostos. Baseados em relações de homogeneidade e heterogeneidade para esses fatores, as unidades podem ser novamente analisadas a partir da aproximação da escala de observação e do detalhamento do território analisado, sendo, portanto, adaptáveis a múltiplas escalas de análise. Dessa forma, o território analisado a partir das UPs potencializa a leitura do território em diferentes escalas de trabalho.

A partir da identificação da estrutura da paisagem matriz, manchas e corredores, foi possível partir para outro método de análise da paisagem, a “ordenação de espaços livres”, que traz ações referentes à possibilidade de demarcação, categorização e revitalização das áreas em análise. Segundo Forman (1995), a paisagem é um mosaico heterogêneo caracterizado por três componentes básicos: matriz, mancha ou fragmento e corredor. Matriz é o elemento dominante que envolve as relações da estrutura, desempenhando o principal papel na dinâmica da paisagem. Mancha ou fragmento é definido como uma área homogênea e não linear que se diferencia da matriz, podendo ser um conjunto de espécies de plantas e animais, ou ainda podem ser caracterizadas por elementos não vivos como solo, rochas, pavimento ou edifícios. Estas, podem possuir diversos tamanhos e formas. Por fim, corredores são faixas estreitas de habitat que representam funções de conectividade, facilitando o movimento de organismos entre diferentes fragmentos e fornecem recursos suficientes para manter a continuidade das populações (Forman, 1995). Casimiro (2002) demonstra como a análise da paisagem proposta por Forman permite aprofundar a compreensão dos padrões espaciais e elucida a importância dessa compreensão na comparação entre diferentes paisagens ou mosaicos.

Segundo Raquel Tardin (2008), nas últimas décadas tivemos um crescimento das pesquisas acerca das cidades contemporâneas e as diferentes formas de crescimento urbano, que se mostram muito distintas quando comparadas às cidades antigas, onde era muito mais nítida a separação entre a malha urbana e os demais espaços territoriais livres. Nas cidades contemporâneas, o que temos é um desenvolvimento desigual e descontínuo, que torna muito mais complexa as relações entre os espaços dentro das cidades. O trabalho de Farias et al (2021) e de Engel e Goettems (2021) também evidencia as especificidades das cidades contemporâneas, principalmente as cidades pequenas, quanto às necessidades de gestão da paisagem.

Por isso, a identificação dos espaços a partir de diferentes visões é fundamental para o projeto da paisagem. Os espaços podem apresentar diferentes características, a depender do que se pretende analisar, podendo ter valores ambientais, sociais ou econômicos importantes, além de se tornarem guias de referência para o desenvolvimento urbano e apresentar uma infraestrutura importante dentro da malha urbana. Como apresentado por Tardin (2008), são três as modalidades de classificação: espaços âncora, referência e demais espaços livres.

Os espaços livres identificados como privilegiados e que apresentam características de desenvolvimento biofísico e visual, são denominados de espaços âncora. Os espaços referência são aqueles que apresentam uma avaliação inferior em relação aos espaços âncora, podendo ser espaços acessíveis, que não demonstram riscos para a ocupação urbana, mas que não possuem uma cobertura vegetal significativa ou que não se destacam quanto aos aspectos biofísicos e visuais. Os espaços territoriais que não se encaixam nas duas modalidades anteriores, são denominados de “demais espaços livres” (Tardin, 2008). Estes espaços livres possuem diferentes graus de acessibilidade, não possuem nenhuma característica muito relevante e também não apresentam riscos de ocupação, mas têm a sua importância dentro da ocupação urbana.

A compreensão e diferenciação desses espaços em um projeto, permite propor ações com a finalidade de atingir diferentes objetivos. Para a autora (2008), as ações a serem propostas consideram: acrescentar, demarcar, conectar, adequar, articular e enlaçar os diferentes espaços urbanos buscando conectar a malha de forma coerente e articulada.

A ação de acrescentar, consiste basicamente em adicionar espaços àqueles já sob proteção, podendo ser espaços âncoras. O objetivo é otimizar a proteção destes espaços e criar uma continuidade biofísica mais estruturada. A ação de demarcar possui o mesmo objetivo da anterior, entretanto consiste em demarcar espaços com fortes características biofísicas ou visuais que ainda estejam sem proteção ou fora

do olhar do planejamento urbano. A ação de conectar consiste em dar continuidade a espaços já acrescentados e demarcados, criando eixos com uma continuidade visual e biofísica mais definidos, que podem funcionar como rotas dentro do projeto urbano. A ação de adequar atua sob os espaços referência e os demais espaços livres, a fim de requalificar suas características e trazer a integridade daquele espaço novamente. A penúltima ação, de articular, traz consigo a ideia de conectar espaços da malha urbana que aparentemente estão desconexos, articulando os espaços âncora, referência e os demais espaços livres. Por fim, a ação de enlaçar conecta os espaços referência e os demais espaços livres que se encontram descontínuos, criando lazer nesse percurso de conexão. A autora ressalta que, normalmente, estes espaços estão passíveis de ocupação urbana e necessitam de um planejamento anterior à ocupação, criando assim espaços contínuos e itinerários que criam uma identidade dentro da malha urbana. A intenção dessas ações projetuais nas unidades de paisagem é reintegrar a malha urbana às estruturas da paisagem, sobretudo as estruturas que vêm sendo invisibilizadas ao longo do processo de urbanização brasileira.

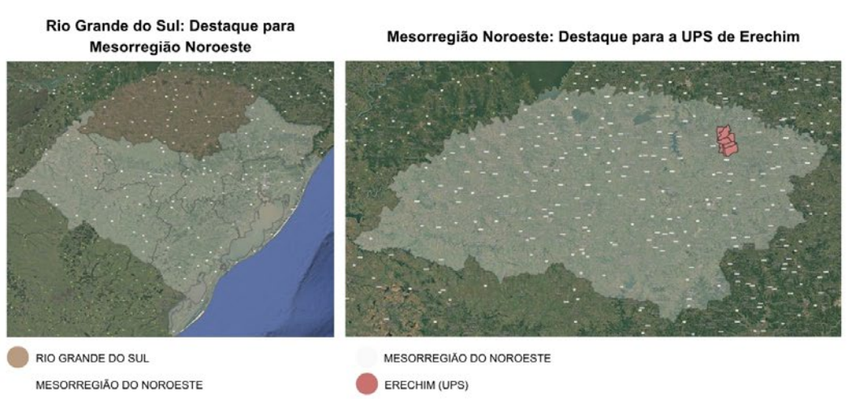
Somada a identificação e caracterização dos espaços livres propostos por Tardin (2008), a metodologia de análise definida pela Matriz de Condicionantes, Deficiências e Potencialidades (CDP) permite organizar, sintetizar e analisar as Unidades de Paisagem. Os condicionantes são aspectos ou elementos existentes no território e que o condicionam, seja porque devem ser mantidos inalterados ou que são protegidos pela legislação. As potencialidades, são elementos existentes com potencial para serem incorporados positivamente no sistema projetado e as deficiências, são problemáticas relevantes do território a serem solucionados, alterados, melhorados ou eliminados (Dias, 2013).

Projetar com a paisagem: um estudo para Erechim/RS

Erechim, município localizado na Mesorregião do Norte Rio-Grandense, Bioma Mata Atlântica, pertencente ao domínio morfoclimático dos planaltos de araucárias (Ab'Saber, 2003). Com clima subtropical, seu território localiza-se no planalto meridional, na região denominada Planalto do Alto Uruguai, na bacia hidrográfica do Rio Uruguai em duas sub-bacias hidrográficas, Apuaê Inhandava e Passo Fundo.

O uso e cobertura da terra para o ano de 2024 (MapBiomas, 2024) mostra a estrutura paisagística com uma matriz agrícola, com cerca de 67,3% do território. As formações florestais são bastante fragmentadas e representam 24,2% e a área urbanizada 8,1%.

Os estudos de Favaretto et al. (2020, p.3) corroboram para a identificação de duas condicionantes geomorfológicas a topografia e a hidrografia: "ao norte, uma paisagem peculiar para o Vale do Rio Dourado, que atua como uma contenção urbana: concentra as maiores declividades, possui ocupações de encostas e de planície aluvial". Nessa porção identificam-se as áreas com maior área e número de fragmentos florestais e propriedades rurais voltadas à agricultura familiar e ao turismo rural. Na porção territorial a sul e sudoeste, o relevo é ondulado, com grande quantidade de nascentes e formações de lagos e banhados. Nesta porção territorial, predominam as áreas de cultivo agrícola voltadas à produção de *commodities*, como a soja, frutos dos incentivos do governo para a mecanização do campo com o predomínio da monocultura de exportação, mesmo em propriedades em que antes predominava a agricultura familiar. Esse processo do capital tem transformado as paisagens da região, desarticulado alguns sistemas ecológicos, modificado os sistemas hídricos e provocado esgotamento dos solos.



Ao estudar a dinâmica da expansão da mancha urbanizada do município, observam-se vetores preponderantes à sudoeste e à leste, reforçando o papel das rodovias na morfologia das cidades médias do sul do país, que ainda estão consolidando o seu processo de urbanização. Essas rodovias, quando próximas da malha urbana (como no caso do estudo), tendem a gerar maior segregação espacial, reforçando a estratificação social e econômica presente nas cidades. A faixa rodoviária atua como barreira física produzida pelo fluxo de capital (que a utiliza para o escoamento de *commodities*) que amplia as desigualdades sociais e o isolamento às áreas com maior infraestrutura de parcela da população. Neste estudo, a área urbanizada e as suas bordas foram reconhecidas como uma unidade de paisagem (UP Urbana) do município, que foi subdividida e estudada neste trabalho (Fig. 1).

Com base em critérios relacionados à realidade ecológica e cultural, a UP Urbana foi subdividida em 11 Unidades de Paisagem (UP) distintas. Dessas, é objeto de estudo a UP 9. Unidade que inclui completamente ou toca parcialmente 10 bairros (Aeroporto, Cristo Rei, Estevam Carraro, Frinape, Petit Village, Presidente Castelo Branco, Progresso, Rio Tigre, São José e Vitória I).

A UP 9, localizada na borda sul da área urbanizada, é uma área de relevo forte-ondulado, com loteamentos regulares no núcleo central e bordas sub urbanizadas nas franjas sul e sudeste. Caracteriza-se por abrigar uma população em situação de vulnerabilidade social e ambiental. Somado a isso, verifica-se assentamentos urbanos precários, com edificações de baixa qualidade construídas de áreas de risco, de preservação permanente (APP) ou sem infraestrutura, características que, inclusive, motivaram a seleção desta UP para o aprofundamento dos estudos. A precária infraestrutura urbana é evidente no sistema viário, repleto de irregularidades, becos e vias sem saída que comprometem a conectividade e a mobilidade entre os bairros e com o centro, que

Figura 1 - Mapas de contextualização da paisagem em estudo. Base de dados: Google Earth, 2025 e IBGE, 2024 Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

oferece a maior estrutura de serviços públicos do município. Essa dinâmica reforça a prática territorializada do capital, onde as áreas com maior infraestrutura e mais conectadas são super valorizadas e servem a uma população já enriquecida, enquanto as franjas urbanas são esmaecidas na malha urbana, enfrentam problemas graves de infraestrutura e tornam-se moradia da população mais vulnerável, reforçando a segregação socioespacial e vulnerabilidade ambiental a que estão expostas.

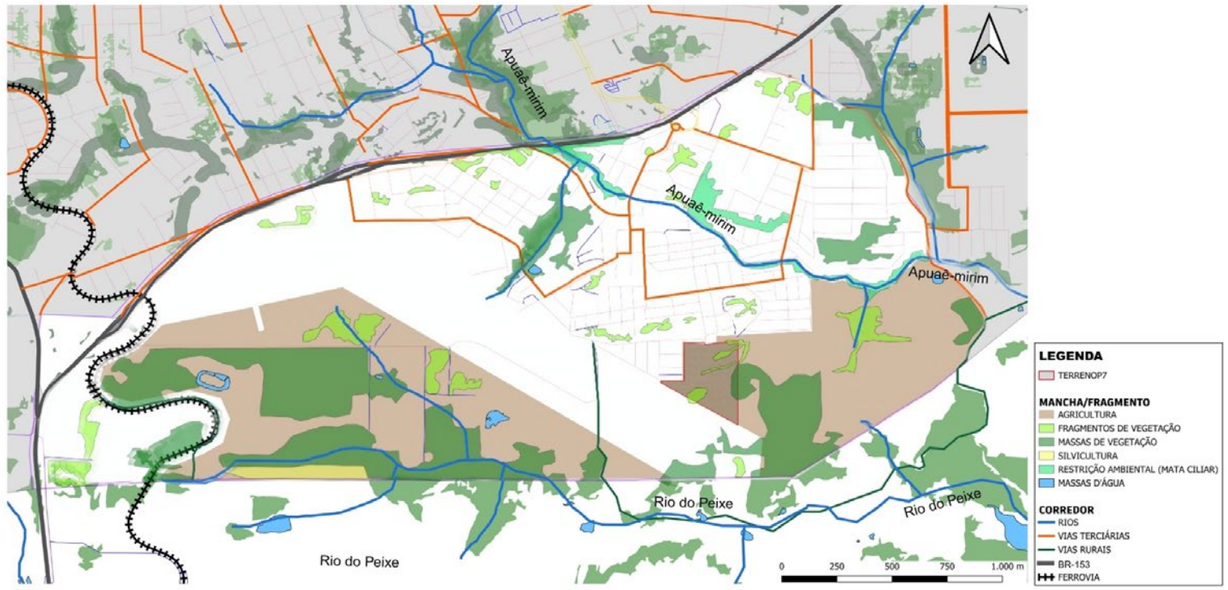
Sob uma perspectiva ecológica, a unidade apresenta relevo suave a suave-ondulado a leste, em contraste com a formação forte-ondulado a oeste. A cobertura vegetal, ainda que significativa, sofre os impactos da ação antrópica, com áreas de supressão principalmente nas bordas com interface com o sistema viário. Os fragmentos de vegetação nativa remanescente concentram-se principalmente às margens do Rio Apuaê Mirim e em áreas de maior declividade, onde a ocupação humana é dificultada. A região é cortada por diversos cursos d'água, os quais, no entanto, exibem claros sinais de degradação ambiental e falta de preservação, evidenciados pelo acúmulo de lixo e lançamento de esgoto a céu aberto, conforme apurado no levantamento de campo. Vale reforçar, no entanto, que tal degradação dos rios e córregos não é fruto exclusivamente de ação individual, mas sim da lógica do Capitaloceno que tende a priorizar o capital e o mercado imobiliário em detrimento do saneamento e da resiliência climática para populações vulneráveis.

Em relação à estrutura da paisagem, foram identificados importantes corredores: a BR-153 é um corredor antrópico que passa às margens da UP e age como um estratificador, separando o centro e os bairros da UP; o segundo corredor é ecológico e diz respeito ao Rio Apuaê-Mirim, um forte elemento natural da paisagem que influencia na conformação das massas vegetativas presentes na UP; no desenho do arruamento e que, entretanto, se encontra em situação de subutilização, estando canalizado em algumas partes, invadido e sem mata ciliar em outras, com a presença de resíduos em suas margens.

Utilizando como base essas metodologias de análise, realizou-se, inicialmente, a identificação dos usos dentro da UP, diferenciando áreas institucionais, habitações e comerciais, além das manchas de vegetação nativa (bosques) e o arruamento, que permitiram compreender as necessidades da área de estudo. A UP conta predominantemente com pequenos estabelecimentos comerciais, o que evidencia uma dupla problemática: a dependência do centro da cidade e, ao mesmo tempo, o difícil acesso a ele, agravado pela barreira física imposta pela BR-153.

A estrutura paisagística é uma área de matriz urbana com a presença de grandes espaços rurais, principalmente de campos de plantação, densas manchas antrópicas de habitações, com uma boa parte em estados precários, e manchas naturais, com massas de vegetação relevantes e fortes corredores antrópicos, dando destaque às vias, principalmente a RS-153; e corredores naturais, tendo como principal representante o Rio Apuaê-Mirim (Figura 2).

A borda sudoeste da UP 9 é uma área potencial de expansão da mancha urbanizada. Apesar de haver um planejamento previsto para uma boa parte da área da UP dentro do Plano Diretor da cidade, identifica-se claramente a não correspondência entre este planejamento e a realidade. Nota-se que é marcante o crescimento desordenado e descontínuo, com poucas ações de preservação ou resguardo de espaços livres relevantes para resiliência urbana. O uso e ocupação do solo urbano demonstram uma dinâmica complexa de relações entre a natureza, áreas agrícolas e a cidade, com manchas de mata nativa e APPs sendo constantemente invadidas e descaracterizadas, ao mesmo tempo em que áreas naturais, principalmente pela topografia, interrompem o crescimento urbano.



O estudo de Favaretto et al. (2020) identificou, analisou e classificou os espaços livres públicos de Erechim em categorias:

> àqueles relacionados à infraestrutura do sistema viário (ruas e avenidas), àqueles de permanência, como praças e parques e, àqueles associados ao caráter ambiental, relacionados à proteção integral ou de uso sustentável, como as áreas de preservação permanente, como banhados, áreas não parceláveis pela declividade, topos de morro, fragmentos de vegetação de interesse municipal (Favaretto et al., 2020, p. 11).

A carência de espaços públicos de lazer, equipamentos comunitários, praças e comércios de maior porte também foi destacada pelo estudo de Favaretto et al. (2020), e evidencia-se aqui fragilidade da UP em estudo quanto a este aspecto, negando oportunidades de lazer a uma população já vulnerável. Somados a estes espaços livres públicos, os espaços livres privados podem ser caracterizados por manchas e fragmentos de vegetação nativa presente na UP.

A análise realizada demonstra uma sensibilidade em relação à morfologia local, adotando uma transição gradual de densidade e inserindo novos edifícios de forma a respeitar a escala do entorno. Com isso, evita-se a geração de impactos visuais abruptos ou desconexos, promovendo uma integração harmônica entre o novo tecido urbano e a paisagem existente, valorizando tanto o aspecto ambiental quanto social da ocupação.

A partir da compreensão global da UP, buscou-se identificar e caracterizar os espaços livres segundo a proposta de Tardin (2008). Assim, identificou-se que os espaços-

Figura 2 - Mapa com esquema de mancha, matriz e corredor, 2025. Base de dados: OSM, 2025. Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

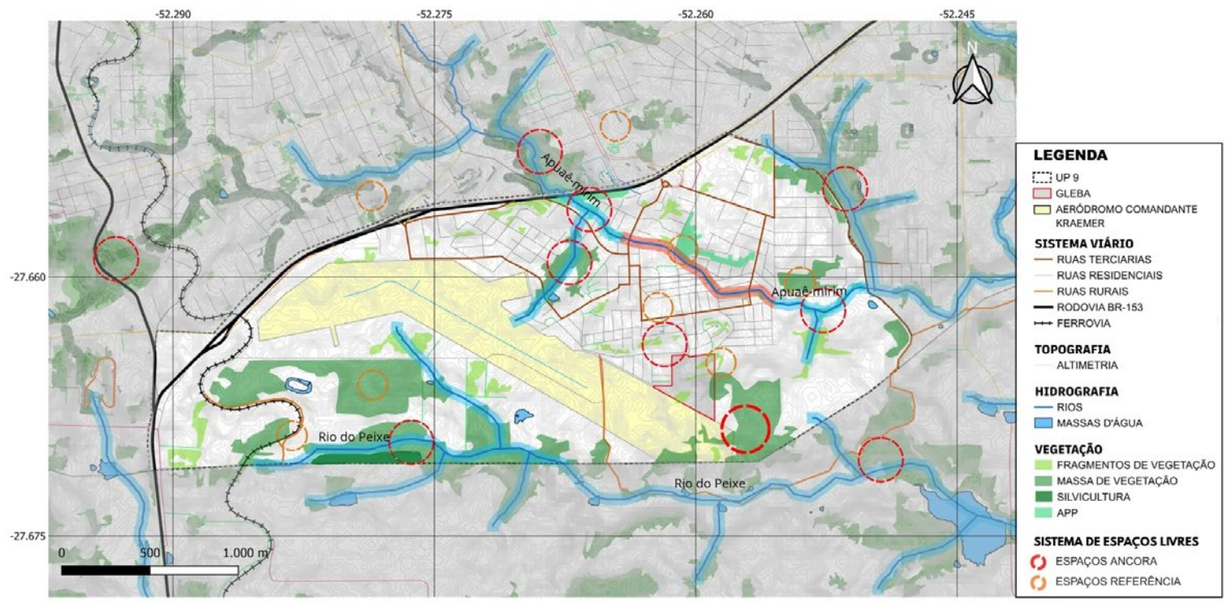
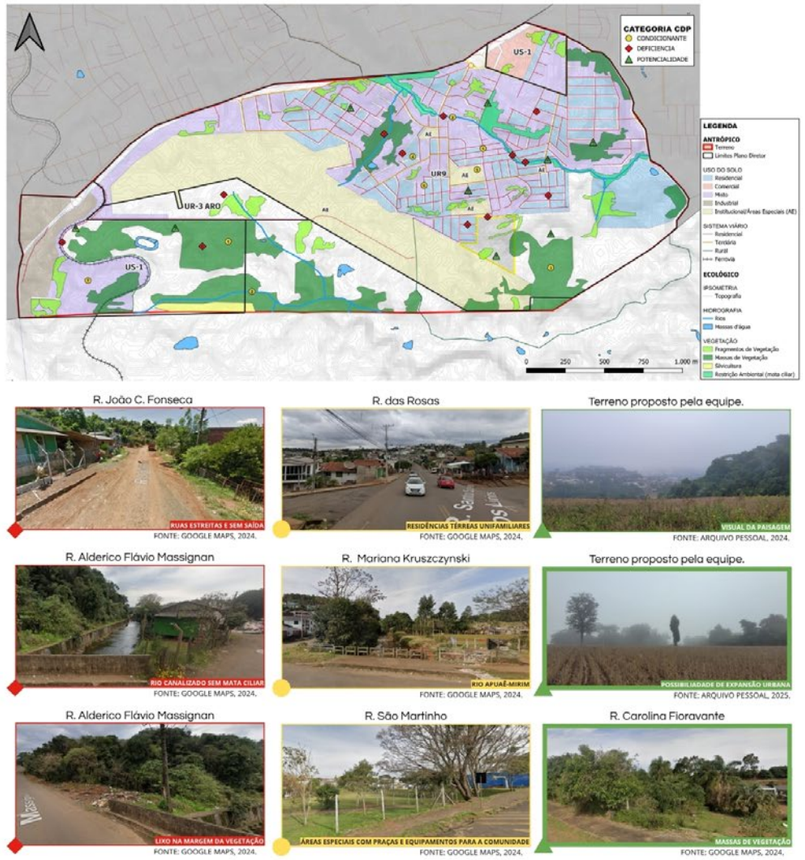


Figura 3 - Mapa de espaços âncora e referência, 2025. Base de dados: Google Maps, 2024.
Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

âncora analisados são áreas com alta ou média-alta relevância ecológica e visual, incluindo a confluência de recursos hídricos, cursos d'água e suas margens, bem como superfícies florestais ainda preservadas. Esses espaços apresentam atributos naturais significativos, sendo ecologicamente sensíveis e visualmente expressivos, o que justifica a necessidade de estratégias de preservação e manejo ambiental. Sua acessibilidade, por vezes elevada, amplia o potencial de uso público (possíveis espaços de oportunidade projetual), reforçando a importância de sua conservação (Figura 3).

Já os espaços de referência, identificados com relevância média ou média-baixa, compõem áreas com suporte biofísico mais limitado, menor cobertura vegetal e menor destaque visual. Exemplos como a praça da UBS, que desempenha função social importante por favorecer o convívio comunitário, e os trilhos ferroviários, que possuem valor histórico e presença de vegetação no entorno, ilustram esse grupo. Apesar de sua menor sensibilidade ecológica, esses espaços apresentam diferentes níveis de acessibilidade e, quando acessíveis, podem integrar futuras propostas de requalificação ou uso urbano compatível.

Na escala da UP 9, é possível observar uma série de estruturas da paisagem que apresentam potencial para a reconexão. Entre elas, destacam-se os fragmentos de vegetação distribuídos principalmente nas porções sul e sudoeste da gleba, em áreas que se sobrepõem às zonas de APP e silvicultura, bem como ao entorno de massas d'água. Os cursos d'água que atravessam a UP 9 nos sentidos leste-oeste e norte-sul também configuram elementos estruturais relevantes, criando eixos naturais que cruzam diferentes áreas do território, passando por áreas urbanizadas, zonas de expansão e manchas de vegetação.



Além disso, os espaços âncora e de referência indicados no mapa, distribuídos em pontos estratégicos tanto no interior quanto nas bordas da gleba, representam locais de concentração de espaços livres com relevância funcional, social e ambiental. Esses elementos — vegetação, hidrografia e espaços livres mapeados — se destacam como componentes importantes para estratégias que visem à reconexão das estruturas da paisagem dentro da UP 9 e sua gleba, considerando sua localização, escala e relação com o tecido urbano e natural ao redor.

A partir do estudo da estrutura da paisagem foi elaborada a Matriz CDP (Figura 4 + Quadro 1), que apontaram fortes características ecológicas — como a hidrografia, a vegetação e o relevo — e evidenciaram carências de infraestrutura urbana nos bairros Progresso e Cristo Rei. Entre os elementos mais marcantes estão o Rio Apuaê-Mirim, áreas vegetadas pouco aproveitadas e zonas alagáveis em regiões de alta declividade. Soma-se a isso a escassez de equipamentos públicos, praças, comércios e formas de ocupação que aproveitem o potencial urbanístico local, especialmente considerando a altura das edificações previstas de até 15 metros no zoneamento do Plano Diretor (Erechim, 2019).

Na análise da UP, identificamos primeiramente os condicionantes presentes, que são principalmente ecológicos ou muito relacionadas às condições ecológicas, como a topografia e a conformação de vias que precisam se adaptar aos declives; a presença de um curso d'água que atravessa a UP, e que se caracteriza como uma APP dentro do plano diretor, junto com algumas massas de vegetação próximas a este rio, que são um terceiro condicionante. Em relação aos condicionantes antrópicos, notamos o gabarito vertical das edificações e a diretriz do Plano Diretor que permite uma altura de gabarito maior em relação ao que se tem construído atualmente. Ao refletir sobre as diretrizes do plano diretor, nota-se um descompasso entre o que é produzido pela

Figura 4 - Mapa de análise CPD com imagens relacionadas, 2025. Base de dados: Fonte: Google Maps, 2024. Elaborado pelos autores, 2025.

população e o que é desejado pela municipalidade e pelo mercado imobiliário. Tal descompasso, por vezes, não considera os fatores sensíveis do local, tais como áreas alagáveis ou possibilidades de conexão de fragmentos de vegetação como suporte ao trânsito de animais. Entende-se que a lógica de produção não é onde preservar primeiro, mas sim, para onde expandir e depois onde preservar.

As deficiências levantadas na área de estudo se relacionam com os condicionantes, sendo que podemos destacar a falta de áreas de lazer e a precariedade de infraestruturas urbanas, como o arruamento muito irregular e a conformação de diversos becos e ruas sem saída que dificultam as conexões dentro do bairro e até com o centro do município, o que conforma uma contradição, já que nota-se a dependência destes bairros com o centro do município para o atendimento de algumas necessidades, além das regiões mais baixas e próximas ao curso d'água apresentarem risco de alagamento. Outras deficiências são a topografia com muita declividade em algumas áreas, que apresentam risco para moradias e a descaracterização da zona de APP que diz respeito ao Rio Apuaê-Mirim e suas dependências.

Como potenciais da área, reconhecemos a possibilidade de otimização do sistema viário, melhorando as ligações internas dos bairros e para com o centro; a recuperação das áreas de APP, surgindo dessa forma a possibilidade de revitalização de um elemento ecológico e a criação de áreas de lazer, além dos visuais da cidade que são criados em algumas áreas de lavoura e que, combinados ao potencial de expansão da região e ao gabarito vertical permitido no Plano Diretor, podem criar zonas de melhor utilização e que valorizam a vida cultural dentro da UP (Fig. 4).

Número associado ao mapa	Aspecto Analisado	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades
1	Relevo	Relevo forte-ondulado configurando condicionante à aplicação de normas específicas de uso e ocupação do solo conforme disposto no Plano Diretor.	Áreas com declividade alta, superando os 30% de inclinação.	A formação de áreas mais elevadas criam visuais amplas.
2	Hidrografia	Rio Apuaê Mirim e seu afluente e as respectivas Áreas de Preservação Permanente.	Áreas alagáveis. Trechos de córrregos canalizados sem proteção de mata ciliar. Presença de lixo e esgoto.	Potencialidades paisagísticas
3	Vegetação	Presença de diversas áreas com vegetação nativa densa e áreas com restrição ambiental.	Áreas de restrição ambiental (mata ciliar) não respeitadas. Presença de lixo e pouca segurança.	Possibilidade da requalificação de áreas de proteção ambiental. Criação de áreas de conservação ambiental.
4	Sistema Viário	Vias com largura reduzida, condicionadas pelas edificações.	Vias não pavimentadas e declivosas que dificultam a mobilidade e acessibilidade. Baixa interligação viária, calçadas em estado precário, com pisos desnivelados, arborização.	Há possibilidades de resolução de problemas através de pequenas intervenções no desenho do perfil e das conexões entre vias.
5	Infraestrutura Urbana	Infraestruturas existentes	Saneamento básico precário; ausência de áreas de lazer como praças ou parques; vias em más condições, calçadas impróprias e iluminação pública deficiente.	A região possui grande potencial de transformação através de melhorias estratégicas na infraestrutura pública.
6	Uso Do Solo e legislação Urbanística	De acordo com a Lei VIII, que estabelece o uso do solo na zona urbana, destacam-se as zonas UR-9 (com Taxa de Ocupação de 60% e gabarito máximo de 15m), US-1 (com TO de 70% e 80% em áreas específicas, gabarito máximo de 15m), S-1 (com os mesmos parâmetros de US-1) e UR-3 ARO (com Taxa de Ocupação acima de 70% e gabarito máximo de 7m).	A área não aproveita os índices máximos de aproveitamento do solo e verticalização (UR-9), assim como na zona UR-3 ARO, que também não utiliza plenamente os índices máximos de aproveitamento do solo, indicando subutilização do potencial construtivo planejado.	Áreas de campo e lavoura para possibilidade de expansão com áreas mistas, residenciais e comerciais, junto de áreas especiais com equipamentos de lazer, educação e saúde para a comunidade.

Quadro 1 - Análise CDP, 2025. Fonte: Autores, 2025.

Projetar com a paisagem: ações para o ordenamento do sistema de espaços livres

Na UP 9, as estruturas da paisagem que apresentam potencial para reconexão incluem os fragmentos de vegetação ao sul e ao norte, os corpos d'água e seus entornos, além dos espaços livres classificados como âncoras e referências. Essas estruturas estão espacialmente distribuídas de maneira fragmentada, mas apresentam forte presença no território e vínculos com áreas urbanas, vias estruturantes e zonas de preservação ambiental. As manchas significativas para reconexão estão concentradas principalmente nas bordas da gleba, em áreas que apresentam vegetação remanescente, presença de nascentes e APPs, além de manchas institucionais e áreas subutilizadas dentro do tecido urbano. A ordenação do sistema de espaços livres pode ser orientada por ações que integrem os aspectos ambientais e sociais da paisagem. Entre essas ações, destaca-se a requalificação das encostas dos rios presentes na UP 9, visando não apenas à contenção e drenagem, mas também à valorização paisagística e à integração com os espaços urbanos (Fig. 5).

Outra medida fundamental é a preservação das nascentes localizadas nas áreas de APP, garantindo a manutenção dos fluxos hídricos e a proteção dos ecossistemas associados. Além disso, há potencial para a requalificação de espaços livres subutilizados para fins de convivência social, com a criação de praças, espaços de lazer e integração comunitária, fortalecendo a rede de espaços livres com funções recreativas, culturais e ecológicas. Essas ações, articuladas com a leitura das manchas e estruturas existentes, contribuem para o fortalecimento de um sistema de espaços livres funcionais e sensíveis às dinâmicas ambientais e sociais da região.

	ENLAÇAR: esta ação está mais atrelada a BR-153, que foi um corredor levantado durante os estudos da equipe. Entretanto, a ação de enlaçar não se coloca paralela a esta via de grande porte que corta a cidade, pois na verdade identificamos a BR como um longo corredor que separa os bairros da UP do restante da cidade. Portanto, seria necessária a ação de enlaçar transversalmente a BR-153, criando conexões viárias e para pedestres que minimizem a estratificação destes bairros periféricos e marginalizados.
	CONECTAR: diretamente ligado à ação de demarcar, o grupo entende a conexão das nascentes ao corpo d'água principal como de grande importância e, ainda, no corpo d'água ao sul, fazer uma conexão mais direta entre algumas nascentes, visto que ele se encontra em uma área ainda ruralizada e diretamente conectada a barragem de água do município. Esta conexão diz respeito a criar e fixar áreas necessárias de preservação para que futuras urbanizações possam respeitá-las, mantendo a integridade da natureza na região.
	DEMARCAR: não desvinculada da ação de acrescentar, seria de grande importância demarcar estas áreas vegetadas de interesse, podendo proteger estes fragmentos restantes no interior do bairro e possibilitando assim uma requalificação das áreas de lazer para os habitantes dos bairros do entorno. Além dessas áreas já citadas no acrescentar, poderíamos levantar algumas áreas fora da UP que poderiam ser demarcadas, como outra região vegetada e costeira à linha férrea e alguns pontos com nascentes e rios, dando destaque ao corpo d'água mais ao sul da UP, que deságua na barragem da cidade e precisa de atenção pois está diretamente atrelado à qualidade da água e à saúde da população que consome este bem.
	ACRESCENTAR: a UP possui urbanização aparente muito marcante ao norte e leste; uma grande mancha destinada ao aeroporto que parece criar uma vazio e alguma área rural mais ao sul, onde é mais notável a presença de massas vegetativas que, no entanto, são vegetações em chácaras e clubes privados, além da silvicultura. Ainda assim, em alguns pontos dos bairros encontram-se algumas massas mais densas que não são demarcadas pelo Plano Diretor. O grupo identificou 4 principais manchas de vegetação, sendo 2 costeiras ao Rio Apuaê-Mirim, 1 próxima à gleba e a outra mais distante, numa área menos urbanizada e próxima aos trilhos. Essas 4 manchas seriam acrescentadas de vegetação, a fim de protegê-las e criar áreas de lazer para a comunidade imediata e para a cidade, como na região dos trilhos.
	ADEQUAR: o aeroporto e a praça da UBS Cristo Rei configuram espaços com potencial, mas que hoje apresentam usos e estruturas que não favorecem o convívio social. O aeroporto, por se tratar de uma grande área aberta dentro da malha urbana, carece de diretrizes mais claras quanto à sua função e integração com o entorno, é necessário definir usos mais claros e funcionais para a área, com foco em atividades esportivas, culturais ou comunitárias. Já a quadra da UBS, apesar de estar localizada em um ponto estratégico, precisa de melhorias em infraestrutura básica para que possa ser efetivamente utilizada pela comunidade. A adequação desses espaços deve considerar a requalificação física e o estímulo a usos coletivos que fortaleçam a permanência e o uso social cotidiano.

Quadro 2 - Ações a partir da ordenação de espaços livres, 2025. Fonte: autores, 2025.

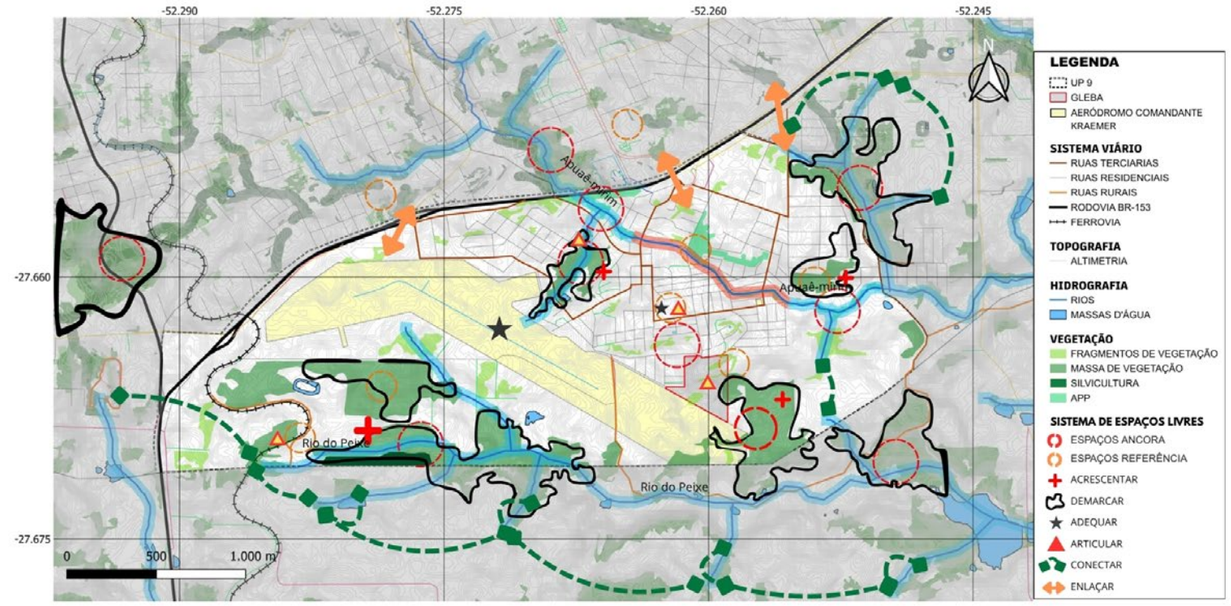


Figura 5- Mapa de ordenação dos espaços livres, 2025. Base de dados: Google Maps, 2024. Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Considerações finais

O estudo do território em unidades de planejamento (UPs) em diversas escalas foi relevante não só para a compreensão da realidade local, sob os aspectos ecológicos, mas também econômico, social e cultural. Foi possível compreender como o reflexo das ações humanas no Capitaloceno, em seu contexto social, a segregação socioespacial, nas contradições internas do sistema sócio-político-econômico capitalista, rege a transformação da paisagem urbana no século XXI.

Com o auxílio das metodologias de análise, como a análise CDP, pudemos fazer esse levantamento da área e desenvolver um olhar crítico em cima das condicionantes, deficiências e potencialidades reconhecidas na UP 9. Os condicionantes, que tendem a ser majoritariamente ecológicas, nos apresentam um relevo marcante, massas de vegetação e um rio relevante dentro do contexto da cidade. As deficiências, majoritariamente um reflexo das relações sociais da região, nos mostram a subutilização do solo, o sistema viário desordenado e desconexo, dando destaque ao estado precário do Rio Apuaê Mirim, que não possui as suas margens respeitadas, com falta de vegetação, que fragiliza o funcionamento pleno deste corredor, além da presença de lixo e a ocupação de risco nas suas bordas. A partir de todos esses condicionantes e deficiências é que surgem as potencialidades para a recuperação dessas áreas de importante caráter ecológico para a cidade, criando áreas verdes íntegras e áreas de lazer mais bem estruturadas, se tornando pontos estratégicos para uma cidade sustentável e democrática. Além da possibilidade de remoção e a realocação das moradias de risco, com uma reorganização das áreas passíveis de melhores traçados viários, que tendem a melhorar a conexão dentro da UP.

A aplicação do método de leitura da paisagem resultou na identificação de 10 espaços âncora e 4 espaços de referência: espaços livres caracterizados por manchas de cobertura vegetal nativa (bosques), comumente associados ao Rio Apuaê-Mirim. Esses espaços livres devem ser protegidos da ocupação urbana e são elementos-chave para a composição de um sistema de espaços livres na escala municipal. A metodologia de ordenação dos espaços livres nos permite agir de forma mais incisiva em cima dessas características abordadas. Com ações como demarcar, conectar e acrescentar, conseguimos compreender o papel de cada zona dentro do bairro e podemos lançar diretrizes mais eficazes para cada uma delas, otimizando o processo de revitalização e recuperação dessas áreas para a sua consolidação.

As principais ações de ordenamento do sistema de espaços livres foram de acrescentar os espaços âncora e alguns espaços referência, além de realizar a sua demarcação. Também foram propostas ações de adequação e articulação em relação a alguns espaços com características relevantes quanto à ocupação e infraestrutura dentro da UP para com os habitantes, como por exemplo a quadra institucional que já possuía uma escola com ginásio, um CRAS e uma Unidade de Saúde, além de áreas com manchas ou fragmentos de vegetação nativa com possibilidade de ampliação. A ação de conectar previa a conexão de extensas áreas vegetadas, junto com a ação de enlaçar, em que foi importante a percepção sobre a necessidade de oferecer melhor infraestrutura de mobilidade da UP com o centro do município.

Por fim, a compreensão da cidade capitalista como um reflexo das ações humanas dentro de um sistema sócio-político-econômico, e também como resultado das instituições desse sistema, nos permite lançar um olhar crítico sobre as relações de segregação e desigualdade presentes no interior da cidade. A presença de áreas mais vulneráveis e, logo, a falta de infraestruturas para o pleno funcionamento desses bairros, sendo elas áreas culturais, de lazer ou ecológicas nos mostra a necessidade de ação sobre essas problemáticas para a criação de uma democracia funcional dentro da cidade, garantindo acesso a essas áreas e condições justas de moradia à toda a população. Logo, a utilização de metodologias é fundamental para a análise, identificação e lançamento de diretrizes para as áreas passíveis de ação, dando a possibilidade de criação de pontos estratégicos para a cidade e o seu funcionamento, garantindo moradias dignas, livre acesso aos direitos garantidos, maior segurança para a população em relação aos eventos climáticos crescentes e, ao mesmo tempo, um contraponto à esse efeito, buscando uma cidade sustentável que apresenta interferências menos agressivas à natureza.

Diante de todas as questões abordadas, a presença de um maior índice de pobreza e vulnerabilidade social, questões ambientais envolvendo o Rio Apuaê-Mirim, a falta de vegetação preservada e de áreas de lazer mostram o nível de carência e falta de acesso a uma cidade democrática. O crescimento das cidades, por qualquer motivo que seja - como o desenvolvimento em algum setor econômico - nos mostra que algumas áreas tendem a se desenvolver de uma forma mais desordenada, e dentro do contexto da cidade capitalista, esse desenvolvimento precário tende a ser pela condição econômica desta população, que busca áreas de menor interesse econômico e faz a ocupação a partir dos recursos próprios, gerando bairros com maior vulnerabilidade aos efeitos dos eventos climáticos extremos, que tendem a aumentar devido às ações do ser humano dentro do sistema político-socioeconômico hegemônico, o capitalismo.

Referências

AB'SABE R, AZIZ NACIB. *Os domínios de natureza no Brasil:* potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Malhas Territoriais: malha municipal. *Malha Municipal*. 2024. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?=&t=downloads. Acesso em: 25 nov. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo 2022: população. *População*. 2022. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/erechim/panorama. Acesso em: 25 nov. 2025.

BRASIL. *PROJETO ORLA*: fundamentos para gestão integrada. Brasília: MMA/SQA; Brasília: MP/SPU. 78p. 2002. Disponível em: https://memoria-spu.gestao.gov.br/publicacoes/projeto-orla-fundamentos-para-gestao-integrada/. Acesso em: 05 out. 2025.

CASIMIRO, P.C. Uso do Solo – Ecologia da Paisagem: Quantificação da Estrutura da Paisagem para Análise de Padrões Espaciais – Concelho de Mértola. In: *Revista GeoInova* – Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional, Nº 4 – 2002, F.C.S.H. – U.N.L., pp. 125-157, 2002. Disponível em: https://novaresearch.unl.pt/en/publications/uso-do-solo-ecologia-da-paisagem-quantifica%C3%A7%C3%A3o-da-estrutura-da-pa/ Acesso em: 10 out. 2025.

ERECHIM (Município). Lei Complementar N.º 009, de 08 de Novembro de 2019: *Plano Diretor do Sistema Viário Urbano de Erechim*. Erechim, RS, 02 dez. 2019. Disponível em: https://www.pmerechim.rs.gov.br/pagina/1108/projefacil. Acesso em: 27 mar. 2025.
ENGEL, E. R. M.; GOETTEMS, R. F. ESPAÇOS LIVRES E DINÂMICAS URBANAS: O caso da orla ferroviária de Carazinho/RS. In: *PIXO - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade*, v. 6, n. 20, 18 nov. 2021.

FARIAS, S.; DA SILVA KLEBERS, L.; AITA PIPPI, L. G.; GOULART DORNELES, V. DIRETRIZES DE PLANEJAMENTO ECOLÓGICO E GESTÃO DA PAISAGEM PARA MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE: O caso de Jaguari/RS. In: *PIXO - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade*, v. 5, n. 19, 10 set. 2021.

FAVARETTO, A.; VALENTINI, D. R.; SAUGO, A.; REGO, A. Q. da S. F. A CONSTITUIÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES NA CIDADE DE ERECHIM-RS, RS, BRASIL E O PLANEJAMENTO DA PAISAGEM. In: *Terr@ Plural*, [S. l.], v. 14, p. 1–23, 2019. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/13313. Acesso em: 30 nov. 2025.

FERNANDES, F.R.O.; P.S. FRACALANZA. O Capitaloceno sob a Lente de Veblen: Uma Análise Institucional da Crise Ambiental. In: *Sociedade Brasileira de Economia Política.* 2025. Disponível em: https://www.sep.org.br/01_sites/01/index.php/enep-2/trabalhos-aprovados. Acesso em: 05 nov. 2025.

FORMAN, R. T.T. *Land Mosaics*. The ecology of landscapes and regions. Cambridge University Press: 1995.

FORMAN, R. T. T. Urban regions: Ecology and planning beyond the city. In: *Urban Regions:* Ecology and Planning Beyond the City. 2008. Disponível em: https://doi.org/10.1017/CBO9780511754982>.

FORMAN, R. Ecologia Urbana e distribuição da natureza nas regiões urbanas. In: MOSTAFAVI, M.; DOHERTY, G. *Urbanismo Ecológico*. Harvard University Graduate school of Design. Editora GG, 2014.

GOOGLE, Inc. *Google Earth*. Rio Grande do Sul: imagem de satélite, 2025. Google Earth. Lat. -30.0346, Long. -51.2177.

GOOGLE, Inc. *Google Maps*: Erechim, Rio Grande do Sul, Brasil. Google Maps, 2024. MAPBIOMAS (Brasil). *Uso e cobertura do solo*: Erechim. 2024. Disponível em: https://brasil.mapbiomas.org/. Acesso em: 25 nov. 2025.

OPENSTREETMAP (OSM). *Mapa da cidade de Erechim*, Rio Grande do Sul. Disponível em: www.openstreetmap.org. Acesso em: 25 nov. 2025.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SILVA, Jonathas Magalhães Pereira; MANETTI, Claudio; TÂNGARI, Vera. Compartilhamentos e Unidades de Paisagem: Método de Leitura da Paisagem Aplicado à Linha Férrea. In: *Paisagem e Ambiente*, São Paulo, Brasil, n. 31, p. 61–80, 2013. DOI: 10.11606/issn.2359-5361.v0i31p61-80. Disponível em: https://revistas.usp.br/paam/article/view/78132. Acesso em: 30 nov. 2025.

SCHLEE, Mônica Bahia; NUNES, Maria Julieta; REGO, Andrea Queiroz; RHEINGANTZ, Paulo; DIAS, Maria Ângela; TANGARI, Vera Regina. Sistema de Espaços Livres nas Cidades Brasileiras – Um Debate conceitual. In: *Paisagem e Ambiente*, São Paulo, Brasil, n. 26, p. 225–247, 2009. DOI: 10.11606/issn.2359-5361.v0i26p225-247. Disponível em: https://revistas.usp.br/paam/article/view/77358.. Acesso em: 30 nov. 2025.

-TARDIN, Raquel. *Espaços livres*: sistema e projeto territorial. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008. 255 p. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/280650841_Espacos_Livres_Sistema_e_Projeto_Territorial. Acesso em: 5 out. 2025.

VALENTINI, Daiane Regina; SAÚGO, Andreia; FAVARETTO, Angela; GOETTEMS, Renata Franceschet; REIS , Bruna Luiza Kronbauer; SANTOS, Alice de Souza; AMBOS, Stefania Hoff; TONIAL, Luiza Dall'Bosco. Interfaces do Método de Leitura da Paisagem e Sistemas de Informações Geográficas (SIG): contribuições do estudo das Unidades de Paisagem para o ensino-aprendizagem no Ateliê de Projeto Urbano. In*: Paisagem e Ambiente*, São Paulo, Brasil, v. 35, n. 53, p. e202946, 2024. DOI: 10.11606/issn.2359-5361.paam.2024.202946. Disponível em: https://revistas.usp.br/paam/article/view/202946. Acesso em: 30 nov. 2025.

VILLELA, A. L. V. et al. A dinâmica espacial da paisagem de Chapecó (SC): interpretação do processo de constituição do mosaico antropizado. In: *Paisagem e Ambiente*, São Paulo, v. 30, n. 43, e146065, 2019. https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.paam.2019.146065.

ISSN 2526-7310 PIXO n.37, v.10 outono de 2026

CAMINHAR NA CIDADE DO CAPITALOCENO
Cartografando uma praça de Belo Horizonte

WALKING IN CAPITALOCENO CITY
Cartographing a square in Belo Horizonte

Vitor Giulianetti Barros[1] e Evandro Fiorin[2]

Resumo
A pesquisa investiga a Praça Raul Soares, no centro de Belo Horizonte, como um território marcado por práticas urbanas, tensões e disputas espaciais. Concebida no início do século XX dentro do projeto moderno da nova capital mineira, a praça passou por transformações que redefiniram seus significados e usos. Fundamentada nas metodologias do caminhar e da cartografia, a investigação compreende o caminhar, parar e cartografar como práticas capazes de revelar dinâmicas cotidianas frequentemente invisibilizadas pela lógica da cidade capitalista. Pela observação sensível dos usos ordinários da praça, como travessias, corridas, pausas e a permanência de pessoas em situação de rua; a pesquisa constrói uma cartografia das relações entre os corpos e o território. Os resultados indicam que a praça constitui um espaço em constante reinvenção, onde algumas apropriações planejadas e não planejadas coexistem e tensionam a produção hegemônica da cidade, configurando um lugar de encontro, confronto e produção de alteridades.
Palavras-chave: caminhada; cartografia; alteridade.

Abstract
The research investigates Raul Soares Square, in downtown Belo Horizonte, as a territory shaped by urban practices, tensions, and spatial disputes. Conceived in the early twentieth century within the modern project of Minas Gerais' new capital, the square underwent transformations that redefined its meanings and uses. Grounded in walking practices and cartographic methodologies, the study understands walking, stopping, and mapping as practices capable of revealing everyday dynamics often rendered invisible by the dominant logic of the capitalist city. Through the sensitive observation of the ordinary uses of the square, such as crossings, running, pauses, and the permanence of people experiencing homelessness, the research develops a cartography of the relationships between bodies and territory. The findings suggest that the square constitutes a space in constant reinvention, where planned and unplanned appropriations coexist and challenge hegemonic forms of urban production. More than a fixed element within the urban landscape, the square emerges as a site of encounter, confrontation, and the production of alterity.
Keywords: walkscape; cartography; alterity.

1 Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UNESP, 2024) e Arquiteto e Urbanista pelo Curso de Arquitetura e Urbanismo (UFSJ, 2022).
2 Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (USP, 2009), Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo(USP, 2003) e Arquiteto e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (UNESP, 1998).

Introdução

Situada no centro da cidade de Belo Horizonte, a Praça Raul Soares é um lugar onde múltiplas práticas urbanas se sobrepõem e se confrontam no espaço público. Desde o início do século XX, a data de sua inauguração é marcada por estigmas e algumas dualidades. Foi concebida como um espaço de circulação, mas, também, de parada. Planejada como parte da paisagem eclética da nova capital, alinhada ao imaginário de modernidade com o qual a cidade foi construída. Ao longo das décadas seguintes, as transformações urbano-espaciais marcaram o seu entorno, desde a verticalização, até o estigma associado ao Conjunto Governador Kubitschek, moldando um complexo campo de relações entre os corpos e o território.

A pesquisa se insere nesse contexto fundamentada em algumas metodologias da prática do caminhar e no método da cartografia. Ao compreender o caminhar e parar como uma tática para subverter a lógica da cidade capitalista baseada no rodoviarismo e o habitar existencial como uma imersão sensível capaz de compreender mais de perto as dinâmicas do espaço, a investigação visa revelar as práticas cotidianas e insurgentes que configuram a praça. Caminhar e parar, observar e ser afetado, permitem registrar a multiplicidade presente nos usos corriqueiros e os mais ordinários: a travessia, a corrida, as pausas e a morada daqueles que vivem em situação de rua. Nesse sentido, nossa cartografia da praça se torna uma maneira de fazer-ver algumas das ações de seus usuários, permitindo outras leituras do lugar, desde o ponto de vista do caminhante, até olho da câmera no sobrevoo de drone, talvez capazes de melhor entendimento desse território urbano.

Ao acompanhar as singularidades dos corpos em produzir espaços, a pesquisa indica essa praça, no coração da capital mineira, como um território em disputa, onde as apropriações planejadas e não planejadas coexistem e tensionam a produção hegemônica da cidade capitalista. A Praça Raul Soares se revela como um espaço em constante reinvenção, mais do que um elemento da paisagem fixa da cidade, oportuniza o confronto e o encontro entre as alteridades.

As Práticas do Caminhar na Cidade do Capitaloceno

Uma praça do início do século XX, construída em estilo eclético carrega consigo como uma marca do tempo, o hábito social de passear a pé, do inglês, *to go on foot*; um caminhar despretensioso pelas ruas, praças e calçadões. (Robba; Macedo, 2003, p. 53). De tal sorte, na prática do caminhar encontramos um modo de vivenciar esse tipo de espaço público tão característico da maioria das nossas cidades. No entanto, essa apropriação assume aqui uma dimensão política sob a ótica do Capitaloceno. A metrópole é sempre moldada para a velocidade e produtividade, com suas vias e artérias de fluxos intensos e funcionais. Logo, a prática do caminhar nos dias de hoje é, justamente, ir contra a lógica desse sistema. Uma força que emerge como recusa ao urbanismo rodoviarista e utilitário.

Ao caminhar conhecemos e compreendemos o lugar; ao parar, registramos e entendemos o percurso realizado (Careri, 2017). Parar de caminhar, portanto, pode ser lido aqui como uma espécie de "caminhar sem sair do lugar" (Fiorin, 2024, p. 242). O ato de parar provoca um desvio na engrenagem da cidade capitalista. Enquanto a lógica produtivista demanda pelo movimento ininterrupto, a pausa deliberada é a subversão dessa função urbana. O corpo que pára reclama para si o uso do espaço, em contraste com o seu valor de troca - sempre espetacularizado. A desaceleração possibilita novas rupturas nos modos de percepção, menos automáticos, em contraponto àqueles que nos foram sendo impostos pela frenética marcha mercantilista, demarcada no início do



Figura 1 – Vista aérea da Praça Raul Soares. Fonte: dos autores, 2024.

processo da debacle mental nas cidades oitocentistas.

Nesse sentido, a prática do caminhar e parar buscou ser recorrente, como maneira de criar uma maior aproximação com a praça que nos propusemos a estudar, sobretudo, as suas práticas cotidianas, mas, também, as irsungentes. Nesse contexto, a caminhografia (Rocha; Santos, 2023) surge como um dos pontos de partida para este trabalho. Sendo assim, nos deixamos afetar pelas situações mais ordinárias presentes no dia a dia e registramos o cotidiano, mas, sobretudo, aquilo que transgride a função planejada do espaço urbano da cidade do Capitaloceno. Além dos elementos físicos, nos ocupamos de relatar algumas das impressões durante o caminho e as paradas, na busca por uma linguagem que seja muito própria daquele que caminha. Buscamos criar atalhos para uma leitura singular da cidade estriada, como já fora descrito na metodologia da prática do caminhar (Rodrigues; Fiorin, 2023, p. 164). Isso significa que, incrementamos as nossas análises aqui, somando leituras encarnadas da permanência no espaço, às perspectivas aéreas proporcionadas pelo sobrevoo de drone.

Essa estratégia assume contornos peculiares, porque olhar de cima é diferente de estar embaixoquando pensamos nos novos nômades urbanos. E aqui, não estamos tratando dos artistas caminhantes, mas, daquelas populações que não tem onde se encaixar no contexto da cidade do capital. Isto porque, para além do uso institucionalizado, a praça que vamos estudar, no centro da cidade de Belo Horizonte, é predominantemente habitada por pessoas em situação de rua. Subjetividades subalternas que tem como sua única regra: perambular pelas ruas e parar nas praças, como os últimos refúgios que não foram tragados pelas dinâmicas excludentes do nosso sistema capitalista. Vivendo na praça, pessoas em situação de rua habitam os seus interstícios produzidos pela própria urbanização atual, apropriando-se de restos, resíduos e espaços sem destinação. Sua presença evidencia as contradições do Capitaloceno urbano, ao mesmo tempo em que produz encontros, confrontos e choques entre alteridades no espaço público.

A Praça Raul Soares em Belo Horizonte

Atualmente a cidade de Belo Horizonte possui cerca de 2,3 milhões de habitantes, mas, inicialmente, foi uma cidade concebida para 200 mil pessoas. Belo Horizonte destaque-se como a primeira grande cidade planejada do período republicano brasileiro, construída para ser a nova capital do estado de Minas Gerais, quando a antiga capital ainda era Ouro Preto (Barreto, 1996). O projeto para a cidade se limitava pela Avenida do Contorno, hoje região central de cidade, que se expandiu muito além do planejado por Aarão Reis.

Situada no encontro de quatro avenidas que cortam a cidade: Amazonas, Bias Fortes, Olegário Maciel e Augusto de Lima, a Praça Raul Soares foi prevista desde o plano inicial para a capital mineira. Inicialmente recebia o nome de 14 de Setembro, definido pelo engenheiro-chefe Aarão Reis em ofício de número 26 (Barreto, 1996, p. 253). Em 1924, tem nome alterado pela Lei Municipal nº 281, em razão da morte do então presidente de Minas Gerais, Raul Soares, em 03 de outubro (IEPHA, 2014, p. 1).

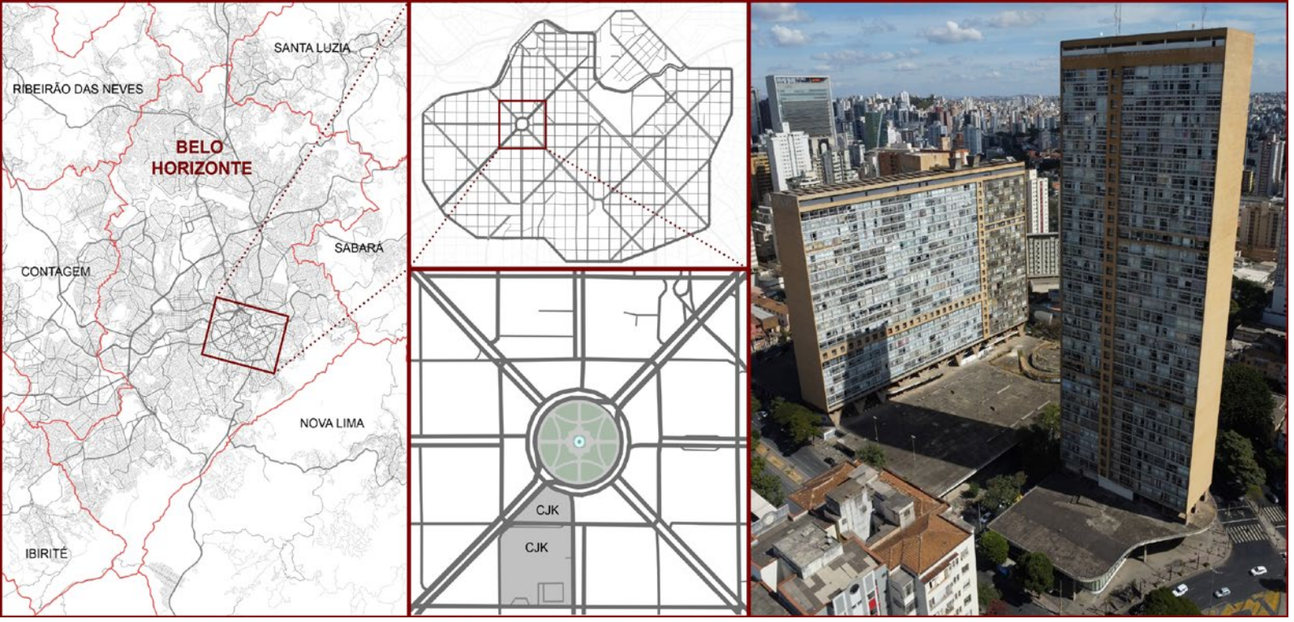


Figura 2 – Localização: Belo Horizonte, plano original, Praça Raul Soares e CJK. Fonte: dos autores, 2024.

Apesar de estar nos planos iniciais, sua construção tem início apenas em 1929, essa demora se comparado com a construção inicial da cidade, em 1894, é devido ao modo de expansão da capital. Sua obra se prolonga até 1936, quando é inaugurada no dia 3 de setembro, durante a realização do II Congresso Eucarístico Nacional realizado no local. Primeiramente foram feitas as movimentações de terra e abertura de vias, enquanto as construções acompanhavam a necessidade de cada região, ou seja, à medida que a população crescia a infraestrutura se expandia. (Barreto, 1996).

Com projeto de Érico de Paula, a praça se inspira nos jardins europeus com desenhos de piso inspirados nas artes dos povos indígenas marajoaras, feito em pedra portuguesa (IEPHA, 2014, p. 3). Essa reunião de referências pode ser entendida como uma "subordinação cultural", segundo Kern (1984, p. 158), essa mistura entre as influências europeias com simbolismos brasileiros foi comum entre modernistas na década de 1920.

Única praça circular no projeto de Aarão Reis, é uma praça eclética, marcada pelo hábito de passear, padrão que se instalou no Brasil por volta da segunda metade do século XIX (Robba; Macedo, 2003, p. 53). Tal estilo é marcado pela tríade clássica, caminhos em cruz que conduzem a um ponto focal, com a presença de um elemento central (fonte) e um passeio perimetral externo (Ibid., p. 56) (Fig.1).

A partir da década de 1940, seu entorno começa a verticalizar. E durante o mandato de Juscelino Kubitschek (JK) como governador, a praça ganha um novo empreendimento, importante para sua história, o Conjunto Governador Kubitschek, projetado por Oscar Niemeyer, comumente chamado de Conjunto Juscelino Kubitschek (CJK), com início das obras em 1953, que só se concluiu no início da década de 1970 (Pimentel, 1989) (Fig. 2).

> O projeto de Niemeyer era a própria modernidade a ser instalada no centro da cidade, e ter ali um apartamento era desejo de boa parte dos moradores que perseguiam hábitos de vida mais modernos, condizentes com o novo tempo que se anunciava (Pimentel, 1989, p. 128-129).

O CJK, inicialmente um símbolo da própria modernidade, viu com o tempo seu imaginário perante a população ruir. Surgiu como uma marca moderna, novamente, fruto da parceria entre JK e Niemeyer e, se tornou uma imagem do abandono, que impactou negativamente todo seu entorno, um estigma que carrega até os dias atuais. "O 'CJK' é exemplo vivo da crise da modernidade. Sua aparência em ruínas [...] denunciam um desejo, mais que uma realidade" (Pimentel, 1989, p. 176).

Desde sua construção a praça não perdeu suas principais características. O processo de tombamento dela se iniciou em 1981 e foi concluído em 1988, com bases fundamentadas na Carta de Florença, com proteção dos jardins históricos (IEPHA, 2014, p. 4). O panorama atual da praça se deve a uma revitalização, feita em 2007, pelo programa Centro Vivo, que reformou os seus elementos degradados com certas melhorias no espaço para os pedestres, com foco na recuperação do piso, iluminação e reforma da fonte luminosa (PBH, 2007; Júnior, Araújo, 2015, 192-193).

Cartografando a Praça Raul Soares em Belo Horizonte

De acordo com uma das pistas do método da cartografia: "cartografar é habitar um território existencial" (Alvarez; Passos, 2009). Uma investigação que preconiza habitar a Praça Raul Soares, tem como cerne, justamente, buscar fazer parte dela, permanecendo em seu lócus para assim compreender suas práticas cotidianas e insurgentes. Buscamos construir uma cartografia que pudesse experienciar o maior número de relações possíveis para, assim, acompanhar algumas das suas dinâmicas.

Nesse sentido, o caminhar e parar pela Praça Raul Soares ocorreu entre março de 2024 e janeiro de 2025, compreendendo um protocolo metodológico de 19 saídas a campo. As observações foram distribuídas estrategicamente entre dias úteis (períodos de maior fluxo), e alguns finais de semana (períodos de maior desaceleração e apropriação de lazer). A caminhografia proposta por Rocha e Santos (2023; 2024) foi nosso ponto de partida. No entanto, os procedimentos para a produção de dados foram sempre tensionados por meio da metodologia da prática do caminhar, proposta por Rodrigues e Fiorin (2023), em duas escalas perceptivas: no nível do pedestre, registrada em diários de campo polissensoriais e fotografias; e no sobrevoo totalizante da praça por drone. A sistematização das informações baseou-se, portanto, no que chamamos aqui de uma cartografia de mão dupla: àquela que se faz por terra, caminhando e parando (uma prática encarnada) e outra, sobrevoando-a, pilotando o drone no solo da praça.

O primeiro contato que temos com a praça é, na verdade, com seu entorno e seu passeio perimetral. Nessa primeira volta pela calçada, temos, separados pelos anéis viários, um lado externo, onde toda uma cidade acontece, e um lado interno, onde a praça se desenrola. Enquanto os veículos circundam a praça, em seu entorno imediato, há um fluxo próprio de pessoas e práticas que se desenvolvem influenciados pela presença de diversos estabelecimentos comerciais. Nesse contexto, bares e restaurantes são mais frequentes, mas também há hotéis, lojas e, nos últimos anos, a presença de uma rede de farmácias e de um estabelecimento de fast food com funcionamento 24 horas. Nesse espaço, as pessoas que não estão vinculadas a algum comércio encontram-se, em sua maioria, em movimento, muitas vezes carregando sacolas ou realizando seus trajetos diários de trabalho (Fig. 3).

Ao voltar nossa atenção para a praça, os jardins são os primeiros elementos que se revelam. Os irrigadores ligados, as flores vermelhas e amarelas sobre a grama verde e os trabalhadores da prefeitura responsáveis pela manutenção da vegetação compõem uma paisagem que contrasta com os edifícios ao fundo e com os grafites realizados pelo CURA (Circuito Urbano de Arte). No passeio perimetral, alguns praticantes do espaço se fazem mais presentes, como os transeuntes e os tutores com seus cachorros, que caminham pela borda da praça com um pouco mais de tempo, ou a utilizam como espaço de transição em seus deslocamentos cotidianos.



Figura 3 – O entorno da praça. Fonte: dos autores, 2024.

A cada passo nosso dado pela praça, diferentes praticantes surgem e se fazem presentes. Cada um habita o espaço à sua maneira, produzindo formas singulares de apropriação e reconfigurando, ainda que momentaneamente, o território ao seu redor. À medida que suas práticas se concretizam, revelam usos diversos do espaço urbano e constituem territorialidades próprias, transformando uma rotatória em um espaço múltiplo, vivido e continuamente produzido pelos corpos que a atravessam e a habitam.

Devido à sua conformação de rotatória, a praça absorve o caráter de passagem conferido pela confluência das quatro avenidas que orientam parte dos fluxos cotidianos da cidade. Essa característica é marcada pelos transeuntes, que a atravessam com passos precisos, guiados inicialmente pelos semáforos para adentrar e deixar a praça e, posteriormente, pelos caminhos desenhados em seu interior. Raramente interrompem o movimento. Ainda assim, as suas práticas, mesmo breves, corporificam-se no espaço, produzindo marcas, memórias e significados que participam continuamente da construção do lugar.

Embora a travessia rápida e eficiente pareça orientar grande parte desses deslocamentos, alguns usos tensionam essa dinâmica. Há visitantes que se aproximam da fonte, observam o lugar, param, conversam e registram fotografias para guardar uma lembrança de sua passagem. Há também crianças que exploram o espaço em outro ritmo e outro tempo, guiadas por uma imaginação que se encanta com pequenos detalhes e descobertas. Para os transeuntes, o tempo parece passar mais rapidamente. Ainda que a praça não seja, para muitos, um lugar de permanência, ela se torna, de alguma maneira, cada vez mais familiar, construída por percepções fragmentadas, mas renovadas a cada travessia cotidiana.

Os transeuntes não são os únicos praticantes da praça. Os corredores e caminhantes, diferentemente dos primeiros, realizam uma apropriação distinta do espaço. Enquanto os transeuntes marcam uma travessia funcional, esses usuários transformam a praça em seu próprio destino, utilizando preferencialmente o passeio perimetral e convertendo-o em uma espécie de pista de cooper. Imprimem uma coreografia no espaço, marcada pela repetição dos gestos e dos passos, em uma velocidade e corporalidade que lhes são específicas e que são moldadas pela prática da atividade física. Aqui, o percurso assume centralidade, reforçando a estrutura cíclica da praça e transformando-a em um território dinâmico, pautado pelo tempo das voltas e pelo ritmo da respiração.



Figura 4 – Transeuntes. Fonte: dos autores, 2024.

Ao fazer da praça um destino, esses praticantes revelam modos distintos de habitar e atribuir significado ao lugar. Trata-se de uma prática cotidiana, mais frequente durante as manhãs e nos finais de semana, que produz uma certa coletividade por meio da repetição de movimentos e da coexistência dos corpos no espaço. O percurso já existia, contudo é pela corporalidade desses praticantes, por meio da repetição dos gestos e da velocidade dos deslocamentos, que ele ganha novos sentidos e se torna mais evidente para quem observa os rastros deixados ao longo do caminho.

Mesmo permanecendo nos limites estabelecidos pelos percursos planejados, há um contraste significativo em relação àqueles que realizam apenas uma passagem fugaz pela praça. Para quem pratica caminhada ou corrida, o lugar onde a atividade se realiza importa. A Praça Raul Soares foi escolhida por essas pessoas como lugar de suas práticas cotidianas e, por isso, adquire relevância em suas rotinas, tornando-se mais do que um espaço de circulação: um território de uso recorrente, reconhecimento e pertencimento (Fig. 4 e 5).

Entretanto, os tutores que passeiam com seus cachorros operam uma pequena subversão da ordem geométrica do espaço. Ao acessarem os jardins com seus animais de estimação, transformam um espaço destinado principalmente à contemplação visual em um lugar de lazer, exploração e, por vezes, de passagem. A transgressão do limite entre a pedra portuguesa e a grama ocorre, muitas vezes, menos pela vontade dos tutores do que pela curiosidade dos próprios animais, que não reconhecem a diferenciação entre os pisos como uma fronteira a ser respeitada.

Nesse momento, os tutores deixam-se conduzir pelos percursos traçados pelos cães, acompanhando seus desvios e explorações. Para esses animais, a grama apresenta-se como um caminho tão legítimo quanto qualquer outro, uma superfície aberta à ocupação e à descoberta. O traçado dos caminhos planejados perde sua centralidade, assim como as intenções projetuais que procuram orientar os usos do espaço público. Seus movimentos revelam outras possibilidades de apropriação da praça, indiferentes às hierarquias estabelecidas entre circulação e permanência, entre o permitido e o não previsto. Ao atravessarem os jardins, os cães produzem percursos que escapam à lógica ordenadora do projeto, evidenciando que o espaço é continuamente reinventado pelas práticas daqueles que o habitam (Fig. 6).

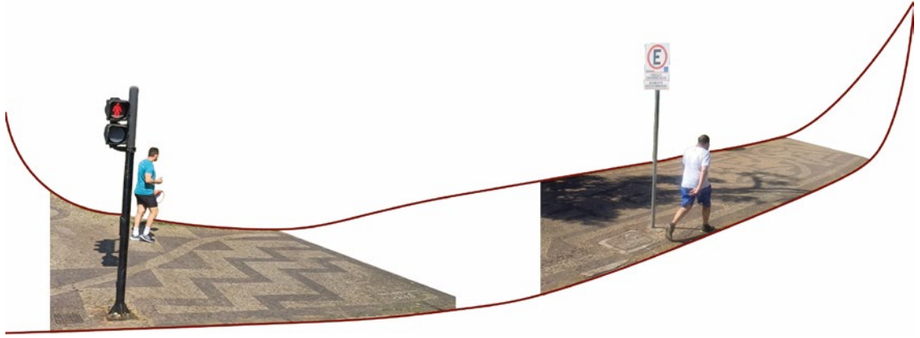


Figura 5 – Corredores e caminhantes. Fonte: dos autores, 2024.

Entre os diversos modos de habitar a praça, há aqueles para os quais a permanência não é temporária. Pessoas em situação de rua transformam esse espaço público em local de moradia, estabelecendo uma relação cotidiana e contínua com o território. Sua presença evidencia algumas das contradições da urbanização contemporânea, marcada pela concentração de riqueza, pela precarização das condições de vida e pela produção contínua de sujeitos excluídos dos circuitos formais de habitação e consumo. Em um contexto que pode ser compreendido a partir do Capitaloceno, a praça torna-se uma das brechas disponíveis para aqueles que foram progressivamente deslocados dos espaços privados da cidade.

Para que a praça se transforme em casa, são necessárias adaptações constantes, realizadas a partir dos elementos disponíveis no próprio espaço. Nesse processo, os arbustos que margeiam os jardins assumem diferentes funções. Além de oferecerem sombra, tornam-se suportes para a construção de abrigos improvisados quando uma cobertura é estendida entre suas ramificações. Em outros momentos, funcionam como varais para secagem de roupas ou como locais para guardar pequenos pertences entre os galhos. Os elementos da paisagem são continuamente ressignificados de acordo com as necessidades daqueles que habitam a praça, revelando formas criativas de apropriação e sobrevivência diante de condições materiais adversas (Fig. 7).

A região central da praça também desempenha um papel importante nessas territorialidades. As árvores oferecem proteção para a guarda de pertences e permitem a realização de atividades cotidianas ligadas à reprodução da vida. O mesmo espaço alterna funções ao longo do dia, transformando-se em cozinha, sala de convivência ou dormitório conforme as necessidades de seus habitantes. A fonte, elemento central da composição da praça, integra igualmente essas práticas. É nela que algumas pessoas realizam parte de sua higiene pessoal, lavam roupas ou tomam banho. Embora tais atividades ocorram sob o olhar público, a fonte oferece condições mínimas para a realização de necessidades fundamentais que deveriam ser garantidas por outras infraestruturas urbanas.

Essas apropriações revelam não apenas diferentes formas de habitar a cidade, mas também as desigualdades produzidas pela própria urbanização capitalista. Na mesma praça convivem aqueles que a utilizam para atravessar, descansar, contemplar ou praticar atividades físicas e aqueles que dependem dela para garantir sua sobrevivência cotidiana. A Praça Raul Soares torna-se, assim, um território onde se materializam as tensões do Capitaloceno urbano: de um lado, os fluxos acelerados da circulação, do

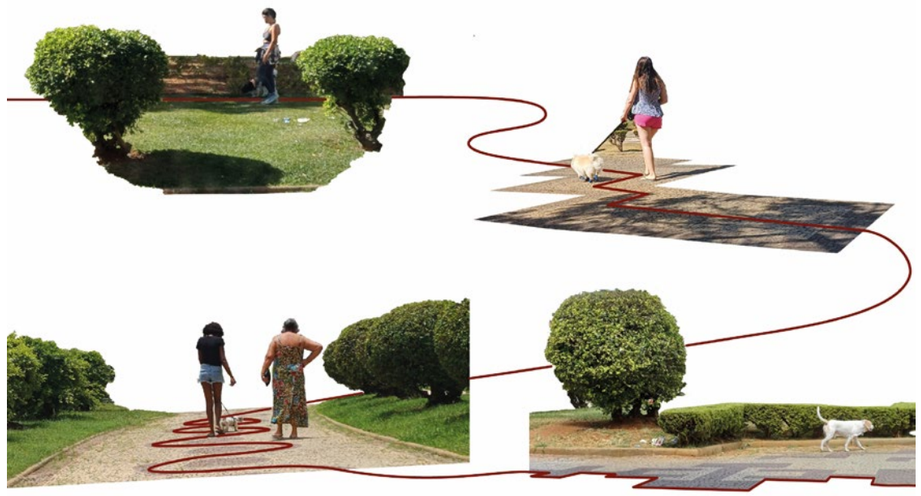


Figura 6 – Tutores. Fonte: dos autores, 2024.

consumo e da valorização da cidade; de outro, sujeitos que habitam suas margens e reinventam, a partir dos resíduos e brechas disponíveis, formas possíveis de existência.

A permanência e a construção cotidiana do espaço promovida por essa população expõem de forma visceral as contradições do Capitaloceno na escala local. Como bem adverte o debate crítico contemporâneo sobre a crise socioambiental urbana, a cidade é a base material onde as assimetrias do capital se tornam forma. Essas subjetividades subalternas não apenas ocupam a praça, elas foram dragadas por um sistema econômico excludente e passam a habitar o que sobrou dos espaços públicos da cidade de Belo Horizonte.

Nesse contexto, no sobrevoo do drone, ampliamos o nosso corpo perceptivo. A visão aérea alcançada expande a leitura dos fluxos que atravessam o espaço público, evidenciando a predominância dos deslocamentos em direção ao centro comercial e a concentração dos percursos ao longo do eixo central da praça. Entretanto, a distância conquistada para a observação, também afasta o pesquisador das práticas encarnadas, apreendidas ao nível do solo por meio da caminhada e da permanência no lugar (Fig. 8).

Nesse sentido, a visão de pássaro permite identificar padrões de circulação e organização espacial, mas pouco revela sobre as experiências cotidianas e os usos produzidos pelos praticantes ordinários da cidade e subjetividades subalternas. Diferentemente do movimento descrito por Certeau (1998, p. 171), que abandona a perspectiva totalizante do alto do arranha-céu para reencontrar a cidade vivida pelos seus usuários, a câmera do drone tende sempre a reforçar a leitura dos fluxos e das estruturas que organizam o espaço da cidade do Capitaloceno.

Ainda assim, as imagens aéreas permitem observar como os percursos se concentram sobre determinados caminhos, tornando-os mais evidentes na paisagem. Alguns desvios pelos jardins escapam à lógica predominante da circulação, enquanto outras pessoas permanecem sentadas, descansando nos poucos bancos existentes ou ocupando os próprios jardins. Em conjunto, essas práticas evidenciam a praça predominantemente como um espaço de passagem, mas, também, revelam as tensões produzidas por aqueles que a utilizam como espaço de permanência e habitação cotidiana.

No fim da tarde, quando o sol começa a se pôr, os usos da praça não diferem significativamente daqueles observados ao longo do dia, mas a frequência de



Figura 7 – Pessoas em situação de rua. Fonte: dos autores, 2024.

cada prática se altera. A utilização da praça como espaço de passagem torna-se menos intensa, enquanto outras formas de apropriação ganham novos praticantes, impulsionadas pelo encerramento da jornada de trabalho e pela chegada da noite. Mais pessoas passeiam com seus cachorros, realizam caminhadas ou ocupam os bancos para descansar antes de retornarem para casa. As pessoas em situação de rua também seguem suas rotinas, mas, nesse período, seus ritmos se transformam. Muitos começam a se preparar para a noite que se aproxima, estendendo cobertores, montando abrigos improvisados entre os arbustos e organizando seus pertences em busca de proteção para a madrugada.

Os diferentes gestos e práticas cotidianas observados na Praça Raul Soares: de passagem, descanso, lazer, exercício físico ou morada; revelam a dinamicidade desse espaço público, onde múltiplos modos de habitar coexistem e se entrelaçam. A cartografia realizada evidencia um território vivo e complexo, que não se apresenta como um lugar fixo ou estático, mas como uma construção contínua produzida pelas relações entre corpos, percursos e experiências. No encontro e, por vezes, no tensionamento entre diferentes práticas existenciais, a praça é constantemente reinventada por aqueles que a habitam (Fig. 9).

Embora seja um importante nó de circulação e distribuição de fluxos na cidade, a Praça Raul Soares não se reduz à condição de rotatória ou de elemento ornamental, tal como foi originalmente concebida. Cada praticante produz sua própria experiência do lugar, atribuindo-lhe significados, memórias e afetos particulares. Mais do que uma infraestrutura urbana, a praça se revela como um espaço de alteridade, onde diferentes formas de viver a cidade tornam-se visíveis e compartilham o mesmo território.

Considerações finais

A cartografia realizada na Praça Raul Soares permitiu compreender que o espaço público não se resume à sua configuração física ou às intenções que orientaram seu projeto original. Ao acompanhar os percursos, permanências e apropriações cotidianas produzidas pelos diferentes praticantes da praça, tornou-se possível revelar um território continuamente construído pelos corpos que o habitam. Mais do que uma rotatória inserida na malha urbana de Belo Horizonte, a praça se apresenta como um espaço vivo, atravessado por múltiplas temporalidades, usos e formas de existência.



Figura 8 – Vista aérea da Praça Raul Soares. Fonte: dos autores, 2024.

O caminhar mostrou-se fundamental para essa compreensão. Ao percorrer os caminhos da praça, parar em seus bancos, observar seus jardins e compartilhar, ainda que momentaneamente, algumas das práticas ali realizadas, a pesquisa aproximou-se das experiências ordinárias que constituem a vida cotidiana do lugar. A cartografia permitiu acompanhar não apenas os fluxos dominantes de circulação, mas também os pequenos desvios, as pausas, os encontros e as formas de habitar que frequentemente escapam às leituras mais convencionais do espaço urbano. Nesse sentido, caminhar revela-se uma prática capaz de tornar visíveis as territorialidades produzidas pelos usuários da praça, evidenciando que o espaço é constantemente reinventado por aqueles que o praticam.

As imagens aéreas obtidas pelo drone acrescentaram outra camada de compreensão. A visão elevada evidenciou a concentração dos fluxos, os percursos predominantes e a centralidade da praça na organização dos deslocamentos urbanos. Contudo, ao mesmo tempo em que ampliou a percepção das estruturas espaciais, essa perspectiva distanciou a observação das práticas encarnadas que acontecem ao nível do solo. Se a vista aérea permite compreender a lógica dos fluxos, a caminhada possibilita compreender as experiências que lhes dão sentido. A articulação entre ambas revelou não perspectivas opostas, mas complementares: uma evidencia a cidade dos movimentos e das infraestruturas; a outra, a cidade dos corpos, dos afetos e das práticas cotidianas.

Ao longo da pesquisa, observou-se que a Praça Raul Soares é marcada por uma coexistência de usos que nem sempre são harmoniosos. Transeuntes, corredores, caminhantes, tutores de animais, visitantes, trabalhadores em pausa e pessoas em situação de rua compartilham o mesmo território, produzindo espacialidades distintas e, por vezes, conflitantes. Essa multiplicidade faz da praça um espaço de alteridade, onde diferentes modos de habitar a cidade se encontram, se observam e se tensionam. As práticas mais ordinárias revelam a vitalidade do espaço público, enquanto algumas apropriações insurgentes evidenciam a capacidade dos usuários de reinterpretar e reinventar os usos previstos para o lugar.

Sob a perspectiva do Capitaloceno, os fluxos observados pelo drone expressam a cidade organizada pela circulação, pela produtividade e pelo consumo. Já as práticas observadas durante a caminhada e nossas paradas revelam os sujeitos que habitam as margens desses mesmos processos. Em especial, a presença de pessoas em

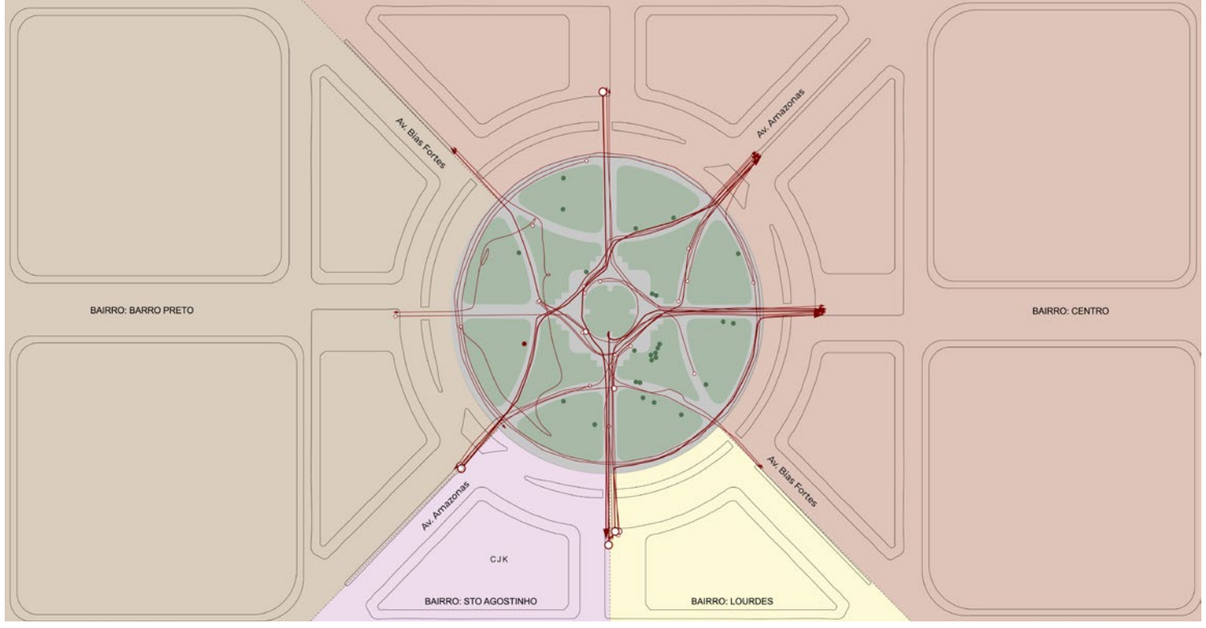


Figura 9 – Fluxos e permanências. Fonte: dos autores, 2024.

situação de rua evidencia as contradições da urbanização contemporânea, na qual a produção de riqueza e infraestrutura convive com formas profundas de desigualdade e exclusão. Ao transformar jardins, arbustos, bancos e fontes em elementos de sobrevivência cotidiana, esses habitantes tornam visíveis as brechas produzidas pela cidade capitalista e demonstram a capacidade de produzir território mesmo em condições de extrema vulnerabilidade.

Por fim, esta cartografia indica que a Praça Raul Soares não pode ser compreendida apenas como um elemento da paisagem urbana ou como um dispositivo de organização dos fluxos da cidade. Ela se constitui como um território relacional, produzido continuamente pelas práticas de seus habitantes. Entre trajetórias planejadas e desvios imprevistos, entre circulação e permanência, entre infraestrutura e existência, a praça revela a complexidade da vida urbana contemporânea. Cartografar esse espaço por meio do caminhar e do sobrevoo permitiu compreender que a cidade não é apenas aquilo que se vê do alto ou aquilo que foi projetado, mas, sobretudo, aquilo que emerge das relações cotidianas entre corpos, territórios e seus modos de habitar.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Referências

ALVAREZ, Johnny; PASSOS, Eduardo. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (org.). *Pistas do método da cartografia*: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 131-149.

BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva - história antiga e história média*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, v. 2, 1996.

CARERI, Francesco. *Caminhar e Parar*. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano – Artes de Fazer*. 3 ed. Editora Vozes: Petrópolis, 1998

FIORIN, Evandro. Parar. In: ROCHA, Eduardo; SANTOS, Tais Beltrame dos. *Verbolário da Caminhografia Urbana*. Pelotas: Editora Caseira, p. 242, 2024.

IEPHA, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. Praça Raul Soares. In: IEPHA, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. *Guia de bens tombados IEPHA/MG*. Belo Horizonte: IEPHA/MG, v. 2, 2014. p. 01-04.

JÚNIOR, Edésio Fernandes; ARAÚJO, Rogério Palhares Zschaber de (org.). *Entre o urbano, o social e o ambiental: a práxis em perspectiva*. Belo Horizonte: Gaia Cultural – Cultura e Meio Ambiente, 2015.

KERN, Maria Lúcia Bastos. Modernidade e Modernismo. *Estudos IberoAmericanos*, v. 10, n. 2, p. 151–160, 1984. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/30448. Acesso em: 4 jun. 2024.

PBH, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. *Plano de Reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte*. 2007. Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/politica-urbana/2018/planejamento-urbano/publicacaoes_plano_reabilita%C3%A7%C3%A3o_hipercentro_bh.pdf Acesso em: 16 jul. 2023.

PIMENTEL, Thaís Velloso Cougo. *A Torre Kubitschek: trajetória de um projeto em 30 anos de Brasil*. 1989. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1989.

ROBBA, Fabio; MACEDO, Silvio Soares. *Praças Brasileiras*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2003.

ROCHA, Eduardo; SANTOS, Tais Beltrame dos. Como é a caminhografia urbana? Registrar, jogar e criar na cidade. *ARQUITEXTOS*, 281.05 cartografia urbana, 24 out. 2023. Disponível em: https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/24.281/8923 Acesso em: 25 jun 2024.

ROCHA, Eduardo; SANTOS, Tais Beltrame dos. *Verbolário da Caminhografia Urbana*. Pelotas: Editora Caseira, 2024.

RODRIGUES, Laís; FIORIN, Evandro. Uma Metodologia Da Prática Do Caminhar. *Revista Poiésis*, v. 24, n. 41, p. 156-168, 30 jun. 2023.

ISSN 2526-7310 PIXO n.37, v.10 outono de 2026

A COMUNIDADE DA BARRA E O DIREITO AO TRANSPORTE EM PELOTAS/RS

THE BARRA COMMUNITY AND THE RIGHT TO TRANSPORTATION IN PELOTAS/RS

Rogério Penna Quintanilha[1], Antônio Gabriel Alves Júnior[2], Thuani Domingues de Souza Moraes[3] e Vinícius Vieira dos Santos[4]

Resumo
Este artigo procura registrar e compreender a demanda dos moradores da Comunidade da Barra, comunidade tradicional pesqueira localizada na cidade de Pelotas - RS, pelo acesso ao sistema de transporte coletivo urbano municipal. A pesquisa, realizada a partir de uma roda de conversa com os moradores da comunidade, evidenciou os diversos processos de apagamento pelos quais seus moradores tem passado ao longo dos anos em diversas ações do planejamento urbano e ambiental, persistindo, porém, a luta política e por direitos constitucionais, como o transporte, também como uma reclamação por reconhecimento de necessidades, saberes, história e existência.
Palavras-chave: direito à cidade; transporte coletivo; comunidade pesqueira.

Abstract
The This article seeks to record and understand the demands of residents of the Barra Community, a traditional fishing community located in the city of Pelotas, Rio Grande do Sul, for access to the municipal urban public transportation system. The research, conducted through a series of discussions with community residents, revealed the various processes of erasure that its residents have experienced over the years through various urban and environmental planning actions. However, the political struggle and fight for constitutional rights, such as transportation, persists, also serving as a demand for recognition of their needs, knowledge, history, and existence.
Keywords: right to the city; public transportation; fishing community



Figura 1 - Ponta da Barra em Pelotas, com principais referências (Google Earth, 2025, alterado pelos autores).

Introdução

A mobilidade urbana é um dos elementos centrais do acesso à cidade, funcionando como mediadora entre as possibilidades de acesso e a efetivação de direitos sociais básicos. De acordo com a Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587/2012), é definido que esses deslocamentos devem ser planejados de forma integrada e justa, indo além da infraestrutura e considerando condições sociais e ambientais. Esse tema se articula diretamente ao direito à cidade, conceito de Lefebvre (1968), que entende a cidade como espaço de uso, participação e pertencimento e retomado por Harvey (2008) que afirma que esse direito envolve transformar o espaço urbano de acordo com as necessidades coletivas. Em comunidades periféricas, limitações de transporte, acessibilidade e infraestrutura evidenciam desigualdades históricas e impactam a vida cotidiana. Discutir mobilidade nesse contexto significa compreender como essas barreiras afetam o exercício pleno do direito à cidade e reconhecer a importância do diálogo com a comunidade para construir soluções mais inclusivas.

O Pontal da Barra (Fig. 1) é uma área localizada no balneário do Laranjal, em Pelotas, entre a Lagoa dos Patos e o Canal São Gonçalo. Trata-se de uma região de banhados e campos inundáveis, considerada de alta importância ambiental por abrigar biodiversidade, funções ecológicas essenciais e áreas de preservação permanente. Ao longo da orla existe uma comunidade tradicional pesqueira, a Comunidade da Barra, onde vivem famílias de pescadores artesanais cuja ocupação está diretamente ligada às condições naturais do local. A área também é marcada por conflitos envolvendo especulação imobiliária, tentativas de loteamento e pressões para transformação do território, o que historicamente coloca em risco a permanência da comunidade e a integridade ambiental da região. Assim, o Pontal da Barra é simultaneamente um espaço de grande valor ecológico, cultural e social e um território vulnerável frente às dinâmicas urbanas e ambientais que o cercam.

A comunidade pesqueira da Barra está no local há pelo menos 70 anos (Fagundes, 2022), e sobrevive de seu trabalho, carregando consigo suas memórias, experiências e conhecimentos locais. Até o dia da realização deste artigo a comunidade não possuía conexão de transporte coletivo regular com o restante da cidade de Pelotas mas apenas um projeto experimental de linha de ônibus contando com dois horários e um ponto de ônibus provisório. Trata-se aqui de uma comunidade tradicional pesqueira, isolada do restante da vida social e política de uma das maiores cidades do Rio Grande do

1 Doutor, Professor Assistente do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPEL. Arquiteto e Urbanista formado pela UEL com especialização em História e Teoria da Arte pela mesma universidade. Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo PGAU da UFSC. Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela FAUUSP. Realizou pesquisa de pós-doutorado na FAUUSP, com bolsa FAPESP, entre 2019 e 2021. Foi professor nos cursos de Arquitetura e Urbanismo na UNOESTE e FCT-UNESP. Atualmente é Professor Assistente no curso de Arquitetura e Urbanismo na FAUrb da UFPEL.
2 Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPEL.
3 Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPEL.
4 Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPEL.

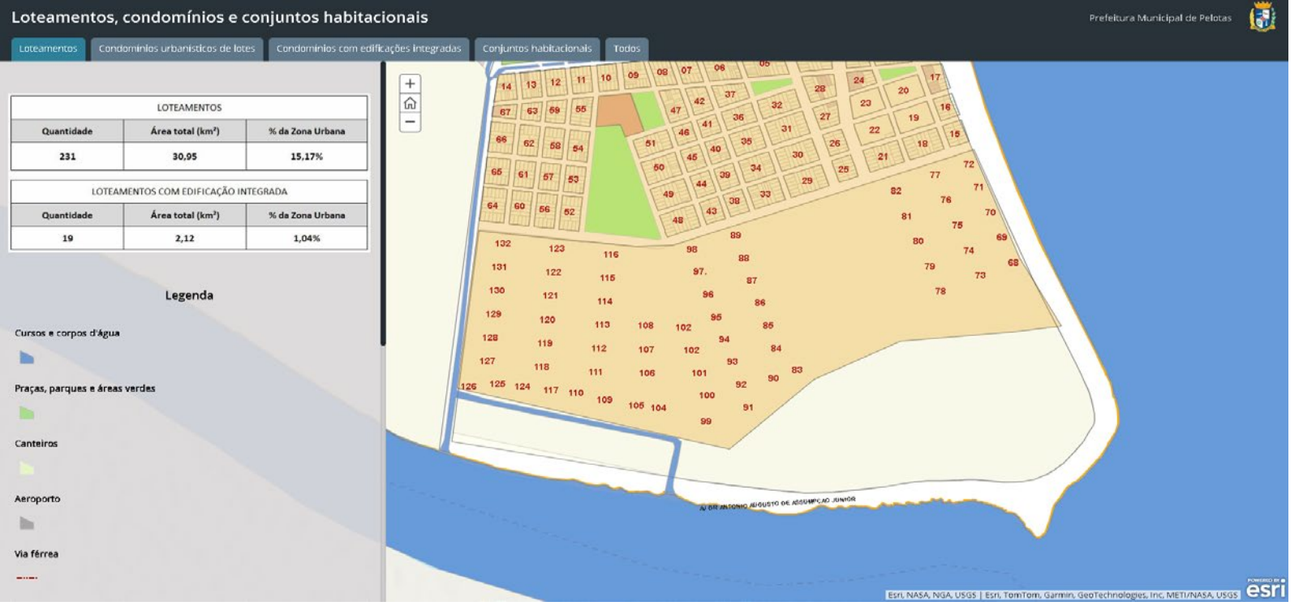


Figura 2 - Captura de tela do Geopelotas sem a presença da comunidade da Barra. Fonte: Geopelotas, 2025.

Sul, que lança mão do perigo encontrado no longo e deserto caminho percorrido para chegar ao ponto de ônibus mais próximo.

Procurando a Comunidade da Barra no planejamento urbano de Pelotas.

No célebre texto *As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias*, Ermínia Maricato (2000, p. 123) atenta para o fato da exclusão urbanística de ocupações ilegais manifestar-se em sua exclusão dos mapas oficiais e, consequentemente, do planejamento urbano e de políticas públicas realizadas a partir deles. Apartadas do ordenamento jurídico, da propriedade fundiária e, logo, do mercado imobiliário, as comunidades permanecem invisíveis ao planejamento urbano. Legisladores e universidades permanecem presos à *conceituação reificada da arquitetura ou da representação ideológica da cidade*, relegando o que não cabe nesta representação ao apagamento e ao esquecimento. Assim, embora a Comunidade da Barra não seja uma ocupação ilegal e nem mesmo irregular, no limite do ordenamento jurídico que a reconhece (Lei Municipal 7.366/2024), seu desenvolvimento alheio ao mercado imobiliário formal de terras a coloca neste lugar de invisibilidade.

A cidade de Pelotas possui uma ferramenta avançada de georreferenciamento das informações de infraestrutura e planejamento urbano, aos moldes do *Geosampa* paulistano ou do *ObservaPOA,* de Porto Alegre, chamada *Geopelotas*. Disponível no site *geo.pelotas.com.br*, a ferramenta inclui dados de parcelamento de solo, redes de infraestrutura, dados censitários, crescimento urbano, plano de mobilidade urbana e outros. Quem acessa o mapa *Plano de Mobilidade Urbana*, por exemplo, é direcionado a uma série de plantas baixas da cidade mostrando o sistema viário, rotas acessíveis, ciclovias, rotas e pontos de transporte coletivo e também propostas futuras de transporte de pessoas e cargas em suas diferentes regiões, *Centro, São Gonçalo, Areal, Fragata, Três Vendas, Barragem* e *Laranjal*, esta última localizada às margens da Lagoa dos Patos e destino preferencial de suas elites. Ao aumentar o *zoom* nesta área, observamos a Avenida Doutor Antônio Augusto de Assumpção Junior, que margeia a lagoa até o final do bairro ao sul, no encontro com a Avenida Roberto Silva Vargas. Seguindo ainda mais para o sul, até o Canal São Gonçalo, seria esperado encontrar no mapa a comunidade da Barra, com seus 113 moradores e 53 casas, sendo 35 *permanentemente ocupadas* (CENSO 2022). Entretanto, segundo o *Geopelotas*, não há ocupação no local (Fig. 2).



Figura 3 - Implantação do Loteamento Residencial Pontal da Barra, demarcando a área efetivamente loteada. Fonte: Meotti, 2021.

Apagada dos mapas, a Comunidade da Barra está no centro de diversas disputas legais, ambientais e imobiliárias na cidade de Pelotas. O *Pontal da Barra*, local onde está a comunidade, é apontado como fundamental para o controle hidrológico e conservação da biodiversidade, abrigo de espécies aquáticas, tanto animais como vegetais, raras ou ameaçadas de extinção, além de ponto de apoio de alimentação e descanso de aves migratórias (Selmo E Asmus, 2006). Também é local de 16 sítios arqueológicos (Milheira, Cerqueira e Alves, 2012), o que levantou debates diante do avanço de projetos imobiliários na região, o Loteamento Residencial Pontal da Barra e o hotel e parque temático Cavalo Verde, que iniciaram o processo de aterro de banhado, construção de dique de contenção e canais de escoamento (Fig. 3). As obras foram consideradas ilegais pois a área estava demarcada como Zona de Preservação Paisagística Natural (ZPPN) e Zona de Preservação Permanente Legal (ZPPL) e os sócios-proprietários do loteamento foram condenados a um ano de prisão em regime aberto acusados de praticar crimes contra o meio ambiente. Ainda assim, a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (FEPAM) expediu a Licença de Instalação para o loteamento e 29,93 hectares da área foram loteados, restando ainda mais duas etapas do loteamento, seguindo em direção ao Canal São Gonçalo (Meotti, 2021). Em 2022, o banhado Pontal da Barra estava demarcado como Unidade de Conservação de Uso Sustentável na categoria Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), e o Canal São Gonçalo uma Área de Preservação Permanente (Fagundes, 2022) (Fig. 3).

A necessária proteção ambiental que, por um lado, dificulta o avanço dos projetos imobiliários, também ameaça a permanência da comunidade pesqueira. Em 2010, foi retirada a comunidade de pescadores do Trapiche, com cerca de 40 famílias, também situada na orla da Lagoa dos Patos, sob o pretexto do impacto ambiental e da identificação do local como área de risco. Parte dos moradores retirados do Trapiche se estabeleceu na Barra pois dependia da proximidade da Lagoa para sobreviver. Assim, os argumentos utilizados para a remoção no Trapiche poderiam ser nova e seletivamente utilizados para a remoção da comunidade da Barra, inclusive de forma associada, utilizando o argumento da preservação ambiental para a remoção das famílias e preparo da área para a posterior exploração pelo mercado imobiliário. Sem dúvida, este processo é também um apagamento da comunidade em suas dimensões

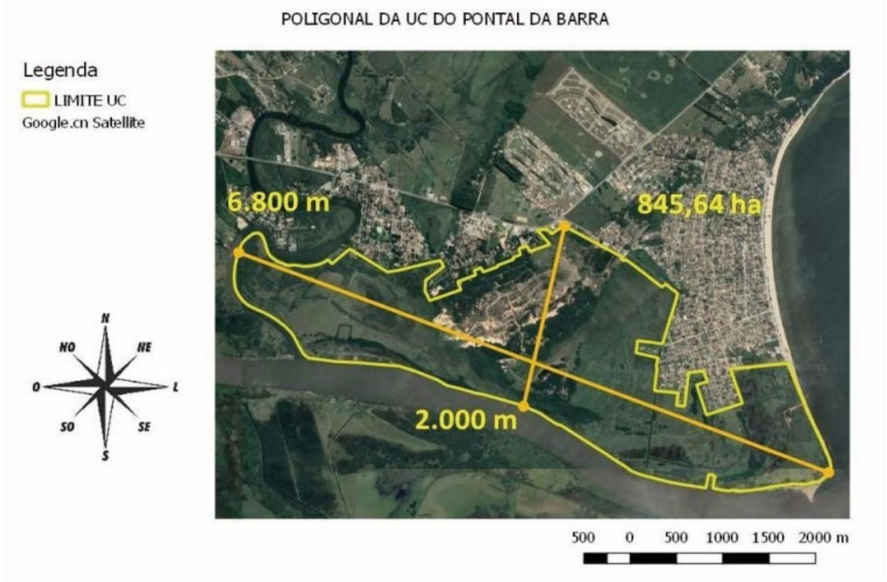
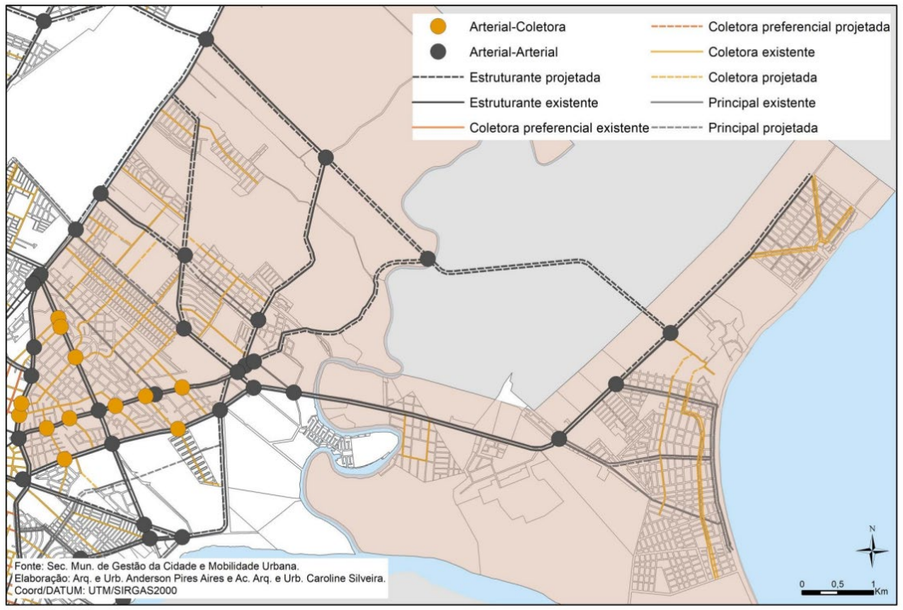
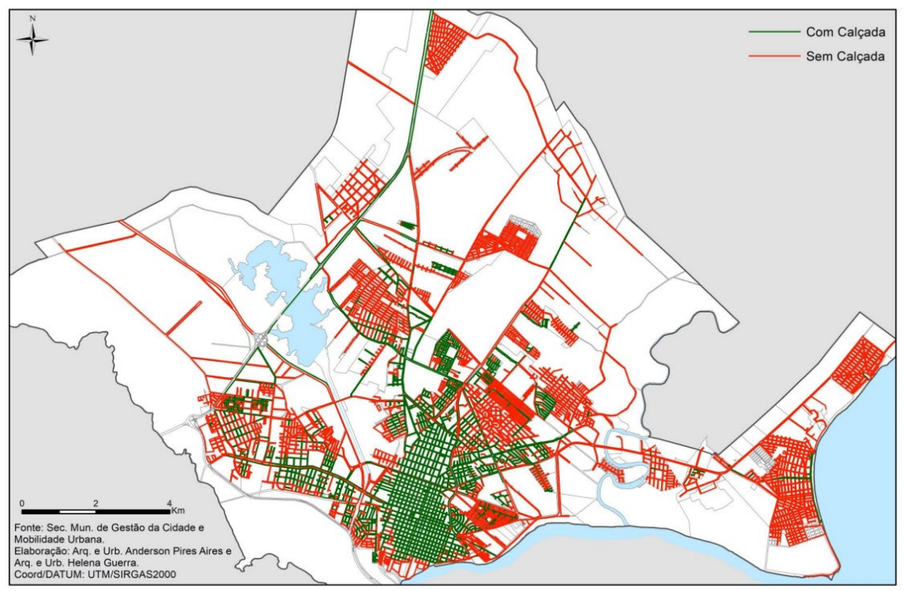


Figura 4 - Polígono da Unidade de Conservação (UC) proposta pelo relatório técnico para a área do Pontal da Barra (Barcellos, 2019). Figura 5 - Mapa do sistema viário da região administrativa do Laranjal, conforme Plano de mobilidade Urbana de Pelotas (PLANMOB, 2019).



históricas, pois ignora a perenidade da ocupação na região, econômicas, pois ignora a dependência da comunidade da atividade pesqueira, e ambientais, pois ignora o papel da comunidade como agente da preservação ambiental. Em 2019, um relatório técnico publicado pela Universidade Federal de Pelotas (BARCELLOS *et. al.*, 2019) propôs a criação de uma Unidade de Conservação de proteção integral municipal na localidade, sugerindo a alteração do *status* de RPPN para Refúgio da Vida Silvestre (REVIS). Segundo Fagundes (2022), este relatório foi elaborado sem o envolvimento, consulta ou participação ativa dos pescadores e pescadoras artesanais. Além disso, ainda segundo Fagundes, o relatório promove uma descrição limitada, incompleta e desatualizada da Comunidade da Barra, sem defini-la como um *povo tradicional*, conforme enquadrada em outras investigações a época e posteriormente pela Lei Municipal 7.366/2024 . O relatório define ainda uma poligonal da Unidade de Conservação (UC) que inclui a área da comunidade, sem esclarecer quais seriam as restrições de uso e acesso decorrentes da demarcação (Fig. 4) e abrindo, portanto, brechas para a remoção dos moradores da área.



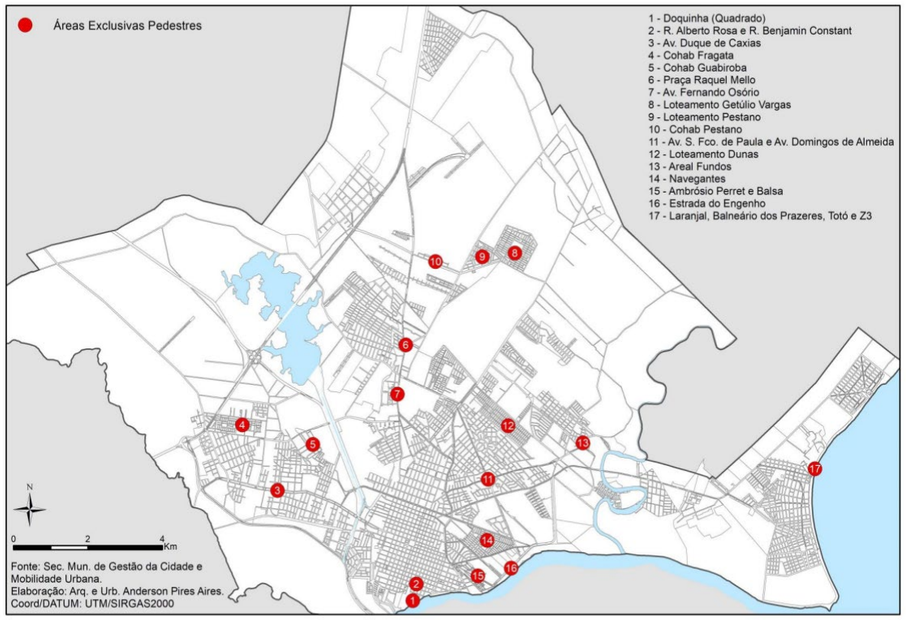


Figura 6 - Mapa de calçamento de vias no município de Pelotas (PLANMOB, 2019. Figura 7 - Mapa de áreas exclusivas para pedestre em centralidades de bairro propostas, incluindo Laranjal, Balneário dos Prazeres, Totó e Z3 - proposta nº 17 (PLANMOB, 2019).

A Comunidade da Barra também está apagada do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Pelotas (PLANMOB, 2019) de maneira que a figura que retrata o sistema viário e as propostas de intervenção para a região do Areial e Laranjal é interrompida ao sul antes de alcançá-la (Fig. 5). Da mesma forma, o mapa de níveis de iluminamento indicado ignoram a existência do prolongamento da Av. Dr. Antônio Augusto de Assunção após o trapiche, trecho que leva à comunidade. Em um dos poucos levantamentos sobre o local, indica-se que este trecho da avenida não possui calçada, havendo previsão de sua construção apenas após 10 anos do início das intervenções (Fig. 6). Áreas qualificadas para pedestres com acessibilidade, iluminação e outros equipamentos, por sua vez, são sugeridas para a ligação do Laranjal com o Balneário dos Prazeres, Totó e Z3, outras comunidades tradicionais ligadas à atividade pesqueira localizadas a norte, mas não até a comunidade da Barra, a sul (Fig. 7).

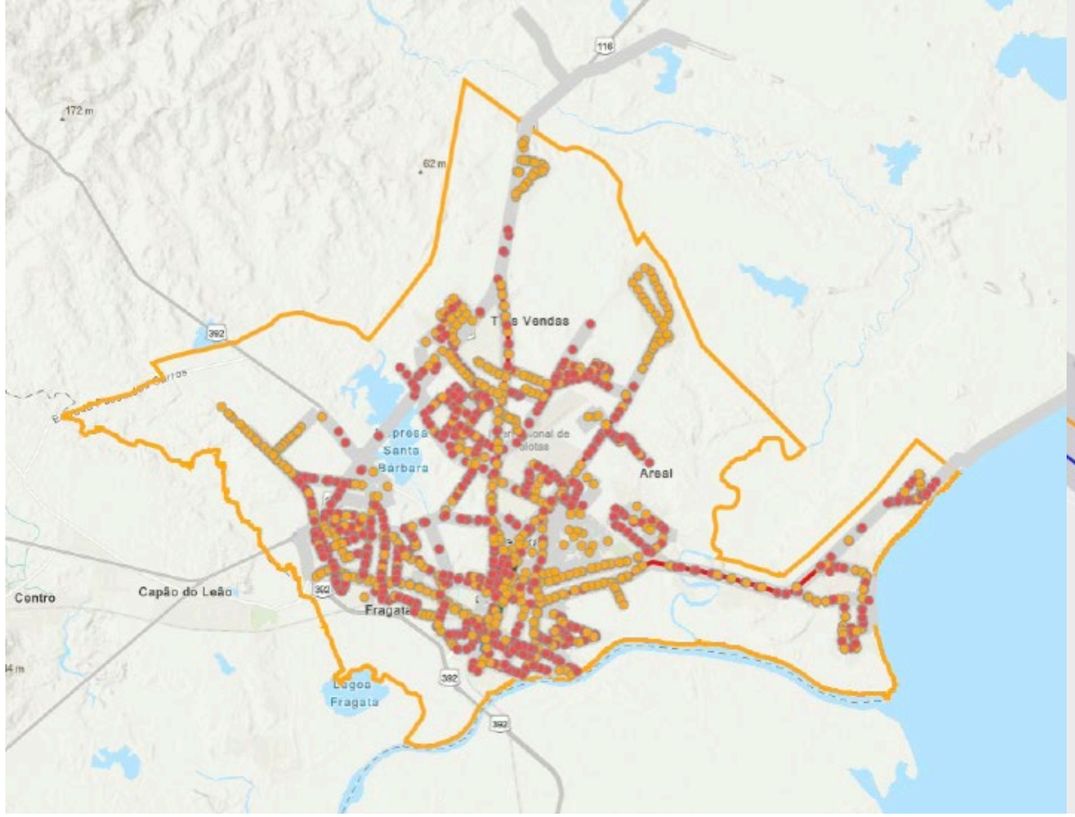


Figura 8 - Localização dos pontos de ônibus com cobertura, em vermelho, e sem cobertura, em amarelo, em Pelotas (GEOPELOTAS, 2025).



Figura 9 - Limites dos setores censitários utilizados no CENSO 2010, em azul, e CENSO 2022, em laranja (IBGE, 2010; IBGE, 2022, alterado pelos autores).

Segundo o plano (PLANMOB, 2019), o sistema de transporte coletivo de Pelotas correspondia, em 2019, a 24,20% do total de viagens na cidade, percentil inferior às viagens por carro (33,53%) e a pé (27,37%). Naquele ano, a região do Laranjal era responsável por 7,30% dos usuários, a menor demanda entre as regiões da cidade. Entretanto, considerando que a região demanda 5,00% das viagens totais da cidade, somando todos os modais, vemos que a demanda pelo transporte coletivo é proporcionalmente relevante para a região.

O desenvolvimento urbano de Pelotas é espraiado, com grande número de vazios urbanos, de modo que sua completa cobertura pelo transporte coletivo é um desafio. O mapa abaixo mostra a localização dos pontos de ônibus na cidade e é notável que, embora algumas áreas estejam insuficientemente atendidas, considerando adequada uma área de raio 300 metros a partir de cada ponto, nenhuma área é tão desassistida quanto a Colônia da Barra que tem o ponto de ônibus mais próximo a aproximadamente 2,5 km de distância (Fig. 8).

Finalmente, a Comunidade da Barra esteve por muito tempo apagada também demograficamente, uma vez que não constituía um setor censitário próprio até 2022, fazendo parte de uma área muito maior que incluía a Comunidade do Trapiche, como dito, retirada em 2010, e partes do loteamento *Balneário Valverde* (Figura 9). Essa indiscrição dificulta a caracterização demográfica, social e de infraestrutura urbana da comunidade e sua evolução temporal (Fig. 9).

Encontrando a Comunidade da Barra.

Aos sucessivos processos de apagamento da Comunidade da Barra resiste a voz de seus moradores. Assim, ainda que tardiamente, a comunidade conquistou o abastecimento de água potável em 2002 e de energia elétrica em 2011 (Fagundes, 2022). A partir de 2022 a Comunidade da Barra aparece como um setor censitário exclusivo, contando com 113 moradores permanentes, sendo 60 homens e 53 mulheres, distribuídos em 35 domicílios, quase a metade deles, 17, com uma mulher como responsável. Todos os domicílios utilizavam a rede geral de abastecimento de água e tem banheiros com chuveiros sendo que 4 deles possuíam 2 banheiros cada. Não havia rede de esgoto e 32 domicílios se utilizavam de fossas rudimentares (não há informação sobre o restante). A comunidade era atendida pelo serviço de coleta de lixo e o rendimento médio dos responsáveis pelos domicílios era de R$1290,03, apenas R$78,03 acima do salário mínimo. Na comunidade havia 21 crianças de até 9 anos (18%), 22 adolescentes entre 10 e 19 anos (19%) e 14 idosos acima de 60 anos (12%), sendo que nenhum com 70 anos ou mais.

Apesar do avanço na instalação da infraestrutura, até 2025 não havia ainda acesso universal ao transporte público, limitado ao micro-ônibus escolar usado para o trânsito de estudantes. Em outubro, a Prefeitura Municipal de Pelotas implantou, em caráter experimental, dois horários diários para passagem do ônibus na localidade sendo um horário pela manhã, extensão da linha Santo Antônio Direita e no final da tarde, extensão da linha Santo Antônio Esquerda, exigindo, porém, baldeação na garagem da empresa para quem desejar ir até a área central de Pelotas.

Alguns dias após o início das operações, em 23 de outubro de 2025, foi realizada uma roda de conversa entre a comunidade e membros do grupo de pesquisa *Desenvolvimento do Transporte Coletivo em Cidades Médias Brasileiras*, ligado ao curso de arquitetura e urbanismo da UFPel. A ação foi solicitada pela comunidade como maneira de contribuir para a construção de uma alternativa que qualifique o seu acesso ao sistema de transporte coletivo urbano. Participaram da roda mais de 20 pessoas entre moradores e pesquisadores e todos tiveram a oportunidade de apresentar-se e manifestar suas experiências, necessidades e expectativas quanto ao transporte.

Entre as experiências dos moradores, foi relatada a dificuldade em vencer os 2,5 km até o ponto de ônibus mais próximo, visto que o trecho Av. Dr. Augusto de Assunção que dá acesso à comunidade é de areia e Pelotas é uma cidade com chuvas, ventos e frio frequentes. Outros problemas como a escuridão e a vista indesejada de casais que costumam parar os carros junto ao trapiche para namorar, incomodando as crianças que passam bem cedo, já a caminho da escola, também foram levantadas. É consenso também que a falta do transporte coletivo na comunidade prejudica direitos básicos como acesso à saúde, ao lazer, à cultura, emprego e todas as oportunidades que acontecem fora dela. Uma moradora relatou que foi levada a estudar em uma universidade fora de Pelotas pois não conseguia transporte para frequentar as aulas e, sendo moradora da cidade, tampouco tinha direito a auxílios como moradia estudantil para se fixar em bairro mais acessível. Por outro lado, a falta de transporte também prejudica, segundo os depoimentos, o acesso externo à comunidade, prejudicando seu potencial turístico e comercial pois há ali estabelecimentos que vendem os pescados. De maneira geral, os moradores consideram que seria adequado uma linha permanente com acesso à localidade, com pelo menos três horários por dia.

Do lado dos pesquisadores, aventou-se a possibilidade de utilizar microônibus para fazer o transporte até a praia do Laranjal, onde os moradores poderiam acessar o sistema de transporte normalmente, mas houve dúvidas sobre a viabilidade dessa proposta. Foi solicitada à Prefeitura Municipal de Pelotas as planilhas de custos do transporte coletivo na cidade (SEPLAG, 2025) e nela verificou-se que o sistema de transporte coletivo de Pelotas demanda a execução de 642.087 km de Quilometragem Produtiva por mês, atendendo a um total de 1.044.409 passageiros no mesmo período. Considerando um acréscimo de 5 km por viagem no caso de desvio da linha Santo Antônio Esquerda até a comunidade e retornando ao seu trajeto original, ainda que esse desvio seja feito também aos sábados e domingos, sempre três vezes ao dia, o atendimento à Comunidade da Barra somaria ao sistema 450 km mensais, ou seja, apenas 0,07% ao montante total. A Tarifa Básica calculada, que atualmente é de R$5,994, sofreria acréscimo de inexpressivos R$0,001, ou um milésimo de real e, de certo modo, considerando que a tarifa praticada na cidade é de R$6,00, é possível afirmar que a mudança já está inclusive sendo paga pelos usuários, bastando determinação política para realizá-la. Finalmente, se considerarmos que a mudança poderá atrair apenas 10 passageiros por dia ao sistema, por exemplo, 5 pessoas da comunidade indo e voltando de ônibus, a tarifa básica calculada segue exatamente a mesma, R$5,994, refutando qualquer argumento de custos para que seja cumprido à comunidade seu direito fundamental.

Considerações Finais

Os processos de invisibilização e resistência da Comunidade da Barra expõem problemas profundos nos métodos de planejamento urbano para além do caso de Pelotas, mas certamente em muitas outras cidades brasileiras: as ideias continuam fora do lugar e o lugar continua fora das ideias. Observar esse fato não deve desvalorizar ou afastar a pertinência do conhecimento técnico dos casos gerais, das teorias e dos saberes científicos, mas antes atentar para a necessidade de que esses se alinhem aos casos concretos, seguindo a participação e o interesse das pessoas diretamente afetadas. Para isso, é vital conhecer as especificidades de cada local de forma que são fundamentais as teses produzidas em diferentes áreas do conhecimento sobre a comunidade, algumas citadas aqui. Também é digno de nota a importância da demarcação da comunidade como um setor censitário próprio, o que permite um desenho mais preciso desta população e das condições em que habitam. Porém, é sobretudo importante que a própria comunidade seja capaz de falar, propôr e liderar soluções para os problemas locais, como o acesso ao transporte, e globais, como a preservação ambiental. Esse papel de autonomia, liderança e decisão, evidentemente informado, sustentado e viabilizado pelos pesquisadores e planejadores urbanos, econômicos e ambientais, não é mais do que o reconhecimento da existência de outros saberes e experiências sem as quais o planejamento resta apenas um fim em si mesmo, suporte ideológico para a exploração capitalista ou exercício de idealismo descompromissado com a prática e com as populações a que deve servir, não tutelar, possibilitar, não excluir, e valorizar, não apagar.

Referências

ÁVILA, Liliane [et. al.]. Pontal da Barra: região de importância ecológica e de confronto de interesses no extremo sul do Brasil. São Paulo: Arche, 2024.

BARCELLOS. Fundamentação técnico-científica para a criação da Unidade de Conservação Pontal da Barra do laranjal, Pelotas, RS. pelotas: UFPel, 2019.

FAGUNDES, Fabiane. Desigualdade Ambiental em comunidades pesqueiras: o caso do Pontal da Barra - Pelotas / RS. Volume III PAINEL HOB - JUSTIÇA AMBIENTAL. 3ed.: , 2022, v. , p. 10-
GOOGLE EARTH. Acesso em 29.11.2025.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

MARICATO. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: ARANTES; VAINER; MARICATO. A Cidade do pensamento único. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MILHEIRA; CERQUEIRA; ALVES. Programa Arqueológico de Diagnóstico e Prospecção na Região do Pontal da Barra, Pelotas - RS. Revista memória em rede. Pelotas, v.2, n.7, Jul./Dez.2012.

MEOTTI, Bruna. Comunidades resilientes a inundações: um estudo sobre a percepção de risco, apego ao luar e senso de comunidade no Pontal da Barra. 2021. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Pelotas.

NEBEL, Gitana. Conflitos ambientais no Pontal da Barra - Pelotas/RS - desde uma perspectiva etnográfica na educação ambiental. 2014. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental; Universidade Federal do Rio Grande / FURG.

PLANMOB. Plano Municipal de Mobilidade Sustentável. Prefeitura Municipal de Pelotas, 2019.

ISSN 2526-7310 PIXO n.37, v.10 outono de 2026

MOBILIDADE A PÉ E ENVELHECIMENTO
A caminhabilidade segundo a perspectiva da pessoa idosa de Belo Horizonte/MG

WALKING MOBILITY AND AGING
Walkability from the perspective of elderly people in Belo Horizonte/MG

Ryane Moreira Barros[1],Carlos Lobo[2] e Leandro Cardoso[3]

Resumo
O cenário atual de envelhecimento populacional, associado ao expressivo volume de pessoas vivendo nas grandes cidades, representa um grande desafio de gestão e planejamento. O espaço urbano, tradicionalmente, não é estruturado considerando as necessidades de todos, como pedestres idosos. O conceito de caminhabilidade e a escuta de populações vulneráveis pode contribuir para cidades mais justas e inclusivas. O objetivo deste trabalho é analisar a percepção de pessoas idosas em Belo Horizonte sobre o ambiente urbano disponível para deslocamentos a pé e identificar áreas prioritárias para favorecer a caminhada. Foram utilizados Grupos Focais para escuta, seguida de Análise de Conteúdo. Aspectos como Conservação do pavimento e Degraus na calçada foram destacados como relevantes e reforçam a importância do espaço físico disponível aos pedestres idosos. Arborização e Iluminação pública também foram destacados e referem-se ao conforto. Tem-se forte relação entre educação no trânsito e saúde com a mobilidade a pé dos idosos.
Palavras-chave: mobilidade urbana; pessoa idosa; caminhabilidade; mobilidade a pé.

Abstract
The current scenario of an aging population, coupled with the significant number of people living in large cities, represents a major management and planning challenge. Urban space is traditionally not structured considering the needs of everyone, including elderly pedestrians. The concept of walkability and listening to vulnerable populations can contribute to more just and inclusive cities. The objective of this work is to analyze the perception of elderly people in Belo Horizonte regarding the urban environment available for walking and identify priority areas to facilitate their walking. Focus groups were used for listening, followed by content analysis. Participants highlighted pavement maintenance and sidewalk steps as critical issues, reinforcing the importance of the physical space available to elderly pedestrians. Tree planting and public lighting were also highlighted and relate to comfort. There is a strong relationship between traffic education and health with the pedestrian mobility of the elderly.
Keywords: urban mobility; elderly; walkability; pedestrian mobility.

1 Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (UFMG/2025), Mestre em Geotecnia e Transportes pelo Mestrado em Geotecnia e Transportes (UFMG/2021) e Engenheira Ambiental pela Escola de Engenharia (UFMG/ 2018).
2 Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia do IGC/UFMG. Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (UFMG/2009), Mestre em Geografia pelo mesmo programa (UFMG/2001) e Geógrafo pelo Instituto de Geociências (UFMG/1999).
3 Professor do Departamento de Engenharia de Transportes e Geotecnia e do Programa de Pós-Graduação em Geotecnia e Transportes da Escola de Engenharia da UFMG. Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (UFMG/2007), Mestre em Geografia pelo mesmo programa (UFMG/2003) e Geógrafo pelo Instituto de Geociências (UFMG/1999).

Introdução

O envelhecimento populacional e a urbanização são tendências que podem ser observadas, de modo geral, ao redor do mundo e juntas são uma das maiores forças que moldam o século XXI (OMS – Organização Mundial da Saúde, 2008). O caso brasileiro não é diferente, visto que a partir de 1970, o país deixou de ser uma sociedade majoritariamente rural (Leone *et al*., 2010). Em paralelo e associado a isso, pode-se notar um número cada vez mais significativo de pessoas com 60 anos ou mais (Vasconcelos e Gomes, 2012). A exemplo disso, tem-se o município de Belo Horizonte, que conta com uma população de idosos de aproximadamente 462.254 pessoas, cerca de 20% da população do município, e uma expectativa de vida de 75,5 anos (IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022).

O atual cenário de envelhecimento populacional pode ser visto como um dos grandes triunfos e ao mesmo tempo um dos grandes desafios a serem enfrentados pela sociedade atual (OMS, 2005). Logo, é natural que o deslocamento dos idosos pela cidade passe a ser um evento cada vez mais complexo e relevante (Correa, 2016). Segundo Dorneles *et al*. (2020), os idosos podem ter dificuldades em algumas atividades por conta do processo de envelhecimento do corpo humano, pode-se citar como exemplo: dificuldade de andar em superfícies irregulares que contenham buracos ou pedras soltas, atravessar rapidamente as ruas, caminhar por longas distâncias ou até mesmo transpor desníveis como degraus. Assim, é preciso que as cidades sejam locais que atendam as demandas associadas ao envelhecimento populacional, de tal maneira que se possa proporcionar segurança e dignidade as pessoas que tenham algum tipo de limitação em seus deslocamentos cotidianos (Souza e Cardoso, 2017). O envelhecimento ativo das pessoas depende de fatores que favoreçam a saúde, a participação e a segurança dos idosos (OMS, 2008), ou seja, está associado ao processo de otimização de oportunidades de saúde, participação e segurança que tendem a melhorar a qualidade de vida das pessoas à medida que estas envelhecem (Agost-felip *et al*., 2021).

Atualmente, o processo de envelhecimento vem se tornando um fenômeno comum para boa parte da população brasileira (Oliveira e Rossi, 2019). Associado a isso, tem-se que um dos grandes desafios da atualidade é (re)planejar cidades, para que estas de fato atendam às necessidades de distintos grupos que ali vivem, como: mulheres, homens, pessoas negras, brancas e outros. De modo geral, as cidades, em alguns casos, podem ser espaços bastante hostis para alguns desses grupos, como os idosos (De Oliveira e Martins, 2022) que ali vivem e circulam. De acordo com Carvalho e Da Costa (2019), observa-se que os idosos ainda não são plenamente considerados no planejamento da cidade, principalmente no que se refere à infraestrutura urbana, acessibilidade e mobilidade. Seja em cidades de países desenvolvidos ou em países em desenvolvimento, muitos idosos usualmente têm a mesma percepção de que o espaço das cidades não foi planejado considerando suas necessidades (OMS, 2008).

Adicionalmente, tem-se também que a divisão do espaço de circulação nas cidades, tradicionalmente, acentua as desigualdades, visto que grupos mais vulneráveis, como pedestres, têm sido preteridos nos seus anseios de mobilidade (Cardoso, 2007). A forma como as cidades foram concebidas contribui para a ocorrência de desigualdades socioambientais, a exemplo do grande investimento em infraestrutura rodoviária, que demonstra a importância e *status* ainda dado ao transporte motorizado individual. Em muitos casos, observa-se que a mobilidade a pé, que é bastante democrática e disponível a todos na cidade, não recebe a mesma atenção, investimento e espaço de qualidade que os automóveis particulares. Importa ressaltar que pedestre é qualquer ser humano que esteja se deslocando a pé, mesmo que apenas em parte do seu trajeto (BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento e MDR – Ministério do

Desenvolvimento Regional, 2020), ou seja, podem ser pessoas que possuam ou não dificuldades de locomoção, incluindo-se aqueles que usam cadeiras de rodas ou outros equipamentos auxiliares (bengala, muleta, carrinho de bebê e outros).

Assim, enfatiza-se a necessidade de debater a cidade na escala do pedestre e de fortalecer o uso de inciativas que buscam transformar a lógica hegemônica de produção do espaço urbano disponível para a mobilidade. A busca por um planejamento alternativo que busque ouvir grupos como de pessoas idosas pedestres pode levar à transformação do espaço das cidades, bem como fortalecer a participação deste grupo na comunidade e planejamento das cidades.

A mobilidade a pé é a forma de deslocamento mais utilizada nas cidades brasileiras. Ainda que este tenha tanta importância nas cidades, é comum notar que a infraestrutura disponível para os deslocamentos a pé nas cidades brasileiras não é adequada para a população (ANTP – Associação Nacional de Transportes Públicos, 2015). De modo geral, para que os pedestres tenham uma boa infraestrutura em seus deslocamentos cotidianos são necessárias melhorias em aspectos como: segurança viária, conforto, conservação das calçadas, iluminação, segurança pública, conectividade, atratividade e acessibilidade. Nesse sentido, o conceito de caminhabilidade pode ser compreendido como uma forma de mensurar e compreender o quanto as características de um determinado espaço podem, ou não, favorecer os deslocamentos a pé em determinada área (ITDP Brasil – Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento, 2018). Assim, tem-se que melhores condições de caminhabilidade representam condições mais favoráveis para a circulação dos pedestres e reforçam a vida na cidade (Gehl, 2010). Destaca-se que trabalhos como este apresentado aqui buscam favorecer uma mobilidade mais limpa e sustentável nas cidades da atualidade, por meio de cidades mais caminháveis segundo a percepção dos pedestres que ali se deslocam.

Associado a isso, tem-se o conceito de vitalidade urbana, que busca compreender quais características específicas podem atrair e manter, em determinada localidade, pessoas com diferentes características (Santana e Pinheiro, 2019). Logo, ao se melhorar as condições disponíveis para os pedestres e para a cidade geralmente tem-se novos padrões de uso na localidade e usualmente observa-se também um espaço urbano com maior vitalidade. Uma vez que ao ofertar um melhor espaço urbano nota-se uma tendência de aumento no uso deste (Gehl, 2010). Sendo assim, tem sido recorrente o uso do conceito de cidades amigas dos idosos, que se refere a uma cidade que "estimula o envelhecimento ativo ao otimizar oportunidades para saúde, participação e segurança, para aumentar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem" (OMS, 2008, p. 7). A mobilidade urbana pode ser uma ferramenta fundamental para o envelhecimento ativo nas cidades, visto que tende a diminuir a incapacidade funcional e auxiliar na manutenção da independência dos idosos (El Saifi e De Castro, 2020), ou seja, contribui para a saúde da pessoa idosa e por isso, na atualidade, existe um crescente interesse por alternativas que visem a sua promoção (Alidoust *et al*., 2018). Assim, a concepção de cidades que possuam infraestrutura suficiente para contribuir positivamente com a mobilidade a pé do idoso podem contribuir para um envelhecimento ativo.

Desse modo, as cidades amigas dos idosos geralmente são boas cidades para todos, visto que o processo de envelhecimento é algo que nos acompanha ao longo de toda a vida. Inclusive a escuta desta parcela da população pode contribuir para a identificação de barreiras ou dificultadores nos deslocamentos a pé dos idosos, auxiliando assim as cidades a avaliarem como poderiam ser mais amigáveis a este grupo e aos demais, ou seja, pode contribuir para a concepção de cidades mais justas e inclusivas. Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa é analisar a percepção de pessoas idosas da cidade de Belo Horizonte (MG) sobre o ambiente urbano disponível para os seus deslocamentos a pé cotidianos, possibilitando assim identificar áreas prioritárias, segundo a percepção deste grupo, para requalificar os espaços urbanos. As estruturas urbanas à disposição, assim como o planejamento do espaço urbano, influenciam fortemente o comportamento humano e como as cidades funcionam (Gehl, 2010). Sendo assim, investigar a caminhabilidade voltada para a pessoa idosa pode ser bastante relevante visto o cenário atual (Da Silva *et al*., 2017).

Metodologia

A metodologia adotada neste estudo é descritiva exploratória de natureza qualitativa. Uma pesquisa descritiva usualmente tem como objetivo descrever a percepção de um sujeito sobre determinada vivência ou experiência. Já os estudos exploratórios são aqueles que se desenvolvem com amostras pouco numerosas e que almejam conhecer aspectos relacionados a uma dada realidade (Faustino *et al*., 2009). E um trabalho de natureza qualitativa ambiciona descrever termos e situações para compreender os indivíduos, contribuindo assim na descrição de determinados problemas e processos dinâmicos que são vivenciados por esses indivíduos e grupos aos quais este está associado. Dessa forma, contribui no processo de mudança, visto que contribui para um maior entendimento das particularidades do comportamento destes indivíduos (Dos Reis e Trad, 2011).

Como primeira etapa metodológica, tem-se a seleção de aspectos relevantes em pesquisas sobre caminhabilidade da pessoa idosa. Para tal, realizou-se uma ampla revisão na literatura, de modo que foram consultadas obras nacionais e internacionais. Tais revisões são detalhadas em Barros *et al*. (2024a) e Barros *et al*. (2024b). Para a revisão internacional, buscou-se trabalhos publicados entre 2002 e 2023 associados a pergunta orientadora "*Quais os principais fatores socioambientais utilizados em pesquisas sobre caminhabilidade de idosos?"* e foi utilizada a base de dados Scopus e as palavras-chave *walkability* AND *elderly*. Neste caso, foram selecionados 105 artigos para serem avaliados, após a identificação dos fatores mais recorrentes na literatura em questão estes foram agrupados por sua similaridade. Já no caso da revisão nacional da literatura realizada, utilizou-se como questão norteadora "*Quais os principais fatores utilizados em pesquisas sobre caminhabilidade de idosos no Brasil entre 2003 e 2023?"*. As palavras-chave utilizadas foram Caminhabilidade + Idosos e o buscador foi o Google Acadêmico. Ao final, foram selecionados 17 artigos para a revisão integrativa, além disso, foram escolhidos os fatores mais recorrentes e posteriormente estes foram agrupados. Destaca-se que os fatores mais recorrentes em pesquisas sobre caminhabilidade da pessoa idosa foram ponto de partida para a próxima etapa metodológica.

Na etapa seguinte, teve-se a execução de Grupos Focais (GF) com pessoas idosas residentes em Belo Horizonte (MG), em que o objetivo principal foi compreender a percepção do idoso sobre o ambiente urbano a sua disposição na cidade de Belo Horizonte, bem como entender o que é preciso mudar nesse espaço para incentivar a mobilidade a pé deste grupo e assim promover um envelhecimento mais ativo e mais saudável por parte destes. Os GF tiveram como principal propósito a escuta de pessoas idosas residentes em Belo Horizonte para compreender como aspectos do espaço urbano podem contribuir ou dificultar a mobilidade a pé deste grupo etário. O uso de uma metodologia qualitativa aqui tem, conforme abordado por Moraes e Galiazzi (2011, p.11), "[...] a intenção é a compreensão, reconstruir conhecimentos existentes sobre os temas investigados".

O GF é uma técnica de coleta de dados que parte da interação de um grupo sobre um tema específico (Backes *et al*., 2011). Trata-se de uma metodologia já utilizada com grupos de pessoas idosas, conforme relatado por De Almeida *et al*. (2016) e Santana e Pinheiro (2019). O Grupo Focal é uma técnica de pesquisa que usa da discussão em sessões grupais sobre um tópico específico (Ressel *et al*., 2008). De modo geral, nos encontros em grupo, os participantes são convidados a falarem sobre os seus pontos de vista sobre determinado tema (Backes *et al*., 2011). Assim, trata-se de grupos de discussão em que se tem o diálogo sobre um determinado tema e, para tal, utiliza-se de estímulos apropriados para o debate (Ressel *et al*., 2008). De acordo com Backes *et al*. (2011, p. 439), o uso de grupos focais está associado a "[...] examinar não somente o que as pessoas pensam, mas como elas pensam e por que pensam assim". Logo, podem possibilitar a compreensão em profundidade do comportamento do grupo pesquisado (Ressel *et al*., 2008).

Um dos aspectos fundamentais para seleção do GF para esta pesquisa foi a possibilidade de emergir uma multiplicidade de pontos de vista, assim como a chance de não apenas coletar informações e relatos sobre a mobilidade a pé de idosos, mas também observar a interação entre o grupo de mesma faixa etária e como concordam ou discordam uns com os outros sobre determinada temática. Logo, buscou-se narrativas interacionais que revelassem as concepções dos idosos sobre a sua mobilidade a pé pela cidade. A realização do Grupo Focal envolveu 5 etapas, assim como apresentado por Bordini e Sperb (2011), sendo estas: Seleção da amostra; Procedimentos prévios à realização; Execução; Transcrição de dados e Análise de dados.

Para a etapa de seleção da amostra definiu-se previamente o número esperado de participantes. Em estudos como Ressel *et al*. (2008), Backes *et al*. (2011) e Mazza *et al*. (2009) segue-se a recomendação de grupos com número de participantes variando entre 6 e 15 pessoas, já autores como Morgado *et al.* (2013), e Alves *et al.* (2023) relataram boas experiências com grupos menores, contendo a partir de 4 participantes. Mazza *et al.* (2009, p. 184), ressalta que "[...] para a determinação da quantidade de participantes se deve considerar os objetivos do estudo", visto que Munaretto *et al*. (2013), afirma que não haver consenso entre os estudiosos sobre o número ideal de participantes em um Grupo Focal. Destaca-se que tamanho do grupo tende a afetar os debates, para um maior aprofundamento de ideias o ideal são grupos menores. De acordo com Munaretto *et al*. (2013), o número de sessões de Grupo Focal pode variar dependendo da necessidade da pesquisa. Autores como Backes *et al*. (2011) sugerem que sejam feitos pelo menos 2 encontros por temática de GF com uma duração variando entre 1:30h e 2:00h. Nesse sentido, estipulou-se que seriam duas sessões de Grupo Focal idênticas, com tempo previsto máximo de duas horas, com grupos de 4 a 10 pessoas idosas.

Normalmente, a seleção do GF busca reunir pessoas que tenham ao menos um critério em comum (Bordini e Sperb, 2011) Assim, para uma melhor organização do grupo focal é necessário que sejam definidos de forma clara quais são os critérios de inclusão de pessoas na pesquisa (Ressel *et al*., 2008). Para esta pesquisa, utilizou-se como critério para seleção da amostra: idade igual 60 anos ou mais; residir em Belo Horizonte (MG); ter se deslocado pela cidade ao menos uma vez no último mês; ser um idoso que consegue compreender e responder as perguntas que lhe foram feitas, ou seja, não ter problemas de comunicação ou déficit cognitivo; aceitar participar da pesquisa. Cabe destacar que os participantes de cada um dos GF foram diversificados, para que se pudesse promover um debate mais rico e maior diversidade de percepção. Utilizou-se algumas estratégias para obtenção da amostra, como: chamada de idosos por meio de mensagens no whatsapp e em redes sociais com uso de imagem convite (Figura 1), indicações de outros idosos e pesquisadores que desenvolveram trabalhos com o público-alvo, bem como convites presenciais em locais de interesse do grupo

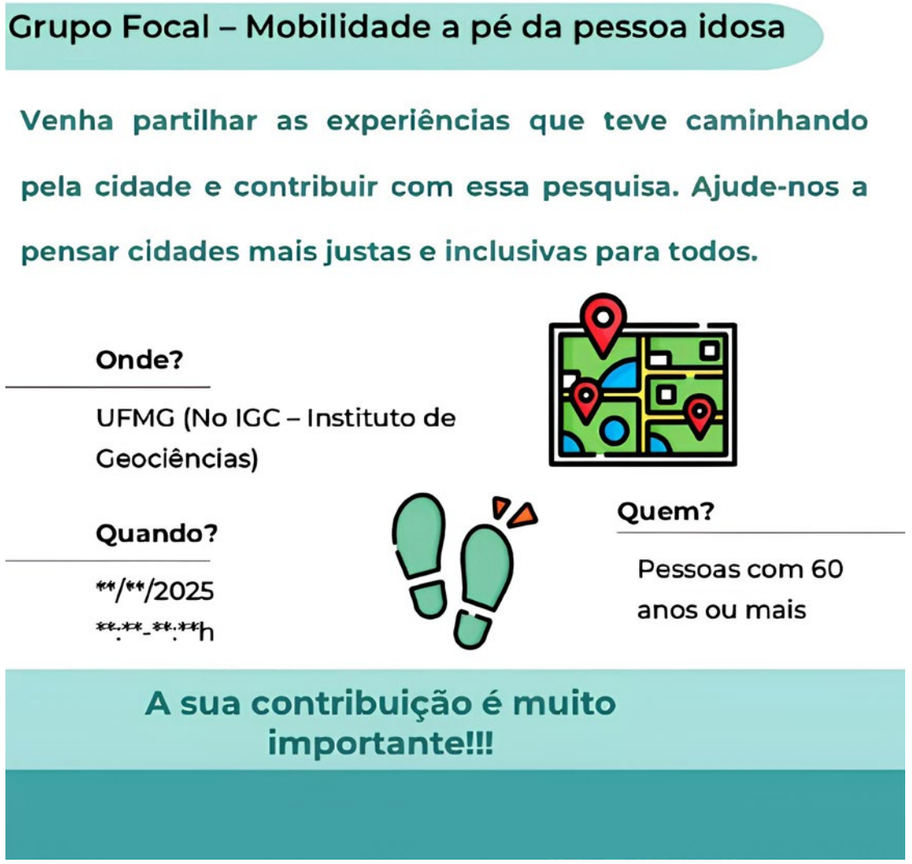


Figura 1 – Convite para participantes do Grupo Focal. Fonte: Barros, 2025.

em estudo na cidade de Belo Horizonte, como templos religiosos e instituições de ensino. Os idosos que se mostravam mais disponíveis a participar dos Grupos Focais ou interessados de modo geral na temática também eram convidados a indicar outras pessoas que poderiam participar dos encontros.

Na etapa de procedimentos prévios à realização do Grupo Focal, tem-se a preparação dos materiais necessários para o GF. Para este, foram preparados os seguintes materiais: Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), Questionário sobre o perfil dos idosos participantes e Roteiro guia para o Grupo Focal. O TCLE, assim como o questionário, foi preenchido presencialmente no dia do grupo focal, em um momento junto com o pesquisador presente no dia, de modo que idosos com dificuldade de leitura não fossem impedidos de participar. Cabe destacar que o TCLE é utilizado para que se obter o consentimento legal do participante. Trata-se de um documento essencial, já que oficializa a participação voluntária, bem como fornece garantias ao participante (Campos e Romualdo, 2010). Assim, o termo garante aos participantes de pesquisas o respeito aos seus direitos, bem como informa sobre a sua decisão de participar da pesquisa (CEP-UFMG – Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais, 2024). Adicionalmente a tais informações, ressalta-se que o TCLE informava e solicitava o aceite dos participantes a gravação das sessões do GF. Esta pesquisa também contou com um questionário inicial que era composto por quatro blocos de perguntas, sendo estes: perfil socioeconômico, com perguntas como idade, cor e local de residência; saúde do idoso, com perguntas sobre autopercepção de saúde e quedas nos últimos 12 meses; cotidiano, com perguntas sobre interações sociais do idoso na última semana e atividade física realizada; e deslocamentos do dia a dia, com perguntas sobre frequência e motivo de deslocamentos.

O roteiro guia a ser usado pelo moderador na condução do GF foi mais um material preparado previamente. Segundo Duarte (2007), o guia é elaborado pelo pesquisador e utilizado pelo moderador para orientar e reorientar de forma sutil a discussão dos grupos focais sobre o tema proposto, destaca-se que este não deve fazer com que a dinâmica das atividades pareça rígidas ou inflexíveis aos participantes. Assim, para a elaboração do roteiro, inicialmente, utilizou-se os atributos selecionados como mais recorrentes na revisão da literatura realizada previamente como temas centrais do roteiro (Quadro 1). As perguntas formuladas a partir dos temas centrais foram organizadas de modo que se pudesse seguir uma sequência dentro de um sentido lógico para os participantes, objetivando-se, assim, obter uma narrativa natural e harmoniosa.

Aspectos mais relevantes (Revisão da literatura)	Temas centrais para Grupo Focal
Acessibilidade de calçadas	Acessibilidade e qualidade de calçadas
Qualidade de calçadas	
Presença de mobiliário	
Uso do solo	Uso do solo
Estética/Poluição	
Arborização	
Segurança no trânsito	Segurança pública e viária
Conectividade das vias	
Segurança pública	
Travessias	
Iluminação pública	

Quadro 1 - Temas centrais para o GF, definidos com base na revisão da literatura sobre o tema. Fonte: Elaborada pelos autores.

No Quadro 2, tem-se as perguntas utilizadas como referência no roteiro para os GF e o intervalo de tempo previsto para cada uma destas. Interessante ressaltar que todos as sessões foram marcadas com duração de 2 horas, de modo a incluir possíveis atrasos, um momento para fala inicial e final, assim como tempo para lanche e socialização ao final. Destaca-se também que na etapa de procedimentos prévios para execução do GF tem-se a submissão da proposta de metodologia junto ao comitê de ética em pesquisa. Assim, a metodologia aqui proposta foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (CEP-UFMG) pelo Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) 55192321.5.0000.5149 (número do parecer 7.851.596).

Identificação perguntas	Perguntas	Tempo estimado
Quebra-gelo	Para começar, gostaríamos de pedir que vocês se apresentassem e nos contassem a idade e onde moram.	10 min
1 (Geral)	Você acha que os seus deslocamentos pela cidade mudaram depois que você fez 60 anos? Quais as principais mudanças que você notou?	10 min
2 (Acessibilidade e qualidade de calçadas)	Vocês acreditam que aspectos associados a acessibilidade e qualidade de calçadas dificultam o seu deslocamento a pé pela cidade?	15 min
3 (Uso do solo)	Quando você precisa se deslocar a pé até algum destino, você escolhe o caminho pensando no que vai encontrar pelo caminho? Se é, por exemplo, uma rua só com casas, ou se tem algum comércio perto, se é um lugar bonito ou com sinais de abandono, se tem árvores ou parques próximos ou até mesmo se tem pouco morro?	15min
4 (Segurança pública e viária)	Quais aspectos do ambiente urbano fazem com que você se sinta inseguro ou com medo nos seus deslocamentos a pé?	15 min
5 (Soluções e novos caminhos)	Gostaria de saber o que você acha que mais afeta a sua escolha de ir a pé ou não a algum lugar da cidade?	10 min
6 (Final)	Há algum outro comentário sobre aspectos da cidade que dificultam ou facilitam os seus deslocamentos a pé que alguém gostaria de fazer?	10min

Quadro 2 - Roteiro para Grupo Focal. Fonte: Elaborada pelos autores.

Na etapa de execução do GF, destaca-se a preparação do local onde acontecerão os encontros. O local para os Grupos Focais deve ser confortável, agradável, transmitir a sensação de segurança aos participantes, para que estes possam partilhar suas percepções (Mazza *et al*., 2009) e precisa ser um ambiente tranquilo (Duarte, 2007). As sessões executadas para esta pesquisa aconteceram no prédio do Instituto de Geociências (IGC) da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (Figura 2), por este ser um local neutro para execução da atividade. Além disso, para a execução de um grupo focal, os participantes devem ser organizados no entorno de uma mesa ou no formato de círculo para que assim se possa promover uma maior interação entre os participantes (Backes *et al*., 2011) e se proporcione um bom contato visual entre todos, reforçando a situação de igualdade entre todos (Mazza *et al*., 2009).

A etapa seguinte refere-se à transcrição dos dados coletados. Para tal, antes de proceder com a análise de conteúdo dos dados coletados, definiu-se pseudônimos para os participantes, de modo a preservar a identidade deles. Assim como em Sales (2024), utilizou-se nomes de árvores nativas do Brasil para se referir a cada um dos participantes, assim como idade e gênero de cada um para identificá-los ao longo da etapa de análise de conteúdo. Para a transcrição utilizou-se a ferramenta Transcrever do *software* Microsoft Word, com ajustes manuais após revisão do material.

Na sequência, procedeu-se com a etapa de Análise de Conteúdo (AC) referente aos dados coletados. Para esta, seguiu-se com os passos propostos por Bardin (2016), sendo estes: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados (Inferência e Interpretação). A pré-análise refere-se a uma fase em que se realiza uma leitura flutuante do material a ser analisado, trata-se de uma leitura intuitiva e aberta a ideias, reflexões e hipóteses (Bardin, 2016). Na fase de Exploração do material, tem-se uma leitura associada a buscar entender o sentido da comunicação (Bardin, 2016), ou seja, busca-se não somente analisar a mensagem emitida pelos



Figura 2 – À esquerda, o primeiro Grupo Focal e, à direita, o segundo Grupo Focal. Fonte: Barros, 2025.

entrevistados, mas também realizar uma análise considerando outras variáveis, como por exemplo: frequência dos termos, vocabulário e outros. Nesta etapa, é de grande importância que se compreenda com clareza o que se analisa e como se analisa. Por fim, tem-se a fase associada ao tratamento dos resultados por meio de interpretações e inferências. Assim, a interpretação vai além do que se tem expressado no documento analisado, ela busca o sentido latente que pode existir por trás do texto, ou seja, busca o significado verdadeiro do discurso anunciado, o que de fato querem dizer (Bardin, 2016). Cabe destacar que em uma análise, a frequência de certos aspectos pode servir de informação para compreender as características do conteúdo, assim como a presença ou ausência de alguns aspectos é considerada (Bardin, 2016).

Destaca-se que para esta pesquisa realizou-se uma codificação aberta em que se incluíam possibilidades de código à medida que apareciam no texto, ou seja, a codificação aplicada ao texto não foi definida previamente e sim foi sendo estabelecida à medida que o material era examinado. Durante a leitura do texto e etapa de codificação, utilizou-se a seguinte pergunta norteadora: "*Quais aspectos afetam a mobilidade a pé da pessoa idosa?"*. Assim, buscava-se notar nas falas quais aspectos eram relatados pelos participantes como importantes na sua mobilidade a pé pela cidade. Após a etapa de codificação, realizou-se uma contagem de com qual frequência cada uma das categorias aparecia ao longo das transcrições. Ressalta-se que os códigos posteriormente foram agrupados em categorias de acordo com a similaridade dos temas. Assim, pode-se proceder com uma análise que considerasse as categorias associadas as falas, bem como os aspectos mais recorrentes nas falas dos idosos.

A percepção da pessoa idosa em Belo Horizonte sobre aspectos de caminhabilidade

Para essa pesquisa, foram realizadas duas sessões de Grupo Focal em setembro de 2025, sendo o primeiro destes em um sábado pela manhã com a presença de 9 idosos e um segundo em uma quinta-feira pela manhã com a participação de 4 pessoas idosas. No quadro 3 tem-se apresentados os perfis dos participantes, destaca-se que o primeiro GF teve média de idade de 73, anos, visto que conseguiu uma maior diversidade de idade dentre os participantes, enquanto o segundo GF teve média de idade de 62,8 anos, uma vez que contou apenas com a participação de pessoas idosas mais jovens.

Notou-se também certa predominância de residentes em bairros das Regionais[4] Pampulha e Venda Nova, em ambos GF, fato este que pode estar associado a maior facilidade de deslocamento destes para o local em que aconteceram as atividades pertinentes aos Grupos Focais, no *campus* Pampulha da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Trata-se de uma limitação deste trabalho, visto que a experiência prévia que o pedestre tem pode influenciar na sua percepção. Sugere-se, no futuro, que sejam incluídos na amostra pessoas idosas que residam em outras áreas da cidade, para diversificar mais ainda o debate durante o GF.

GF	Pseudônimo	Idade	Gênero	Cor	Bairro de residência	Principal forma de deslocamento pela cidade
1º	Manacá da Serra	70	Feminino	Parda	Copacabana	A pé
1º	Jacarandá Mimoso	71	Masculino	Parda	Copacabana	De carro, dirigindo
1º	Ipê Roxo	72	Feminino	Branca	Santa Amélia	De ônibus
1º	Embaúba	82	Feminino	Não sabe/ Não quis responder	Copacabana	De ônibus
1º	Angico Vermelho	63	Masculino	Branca	Liberdade	De carro, dirigindo
1º	Louro-pardo	81	Feminino	Parda	Santa Rosa	De ônibus
1º	Juazeiro	62	Feminino	Branca	Jaraguá	De ônibus
1º	Palmito Juçara	88	Masculino	Branca	Jardim Felicidade	A pé
1º	Nogueira-Comum	70	Feminino	Parda	Pampulha	De carro, dirigindo
2º	Mogno	61	Masculino	Branca	São Luiz	De carro, dirigindo
2º	Cabeludinha	63	Masculino	Parda	Santa Amélia	A pé
2º	Romã	67	Feminino	Parda	Jaraguá	A pé
2º	Jambo	60	Feminino	Branca	Liberdade	De carro, como passageiro

Quadro 3 - Perfil dos participantes do Grupo Focal. Fonte: Elaborada pelos autores.

4 A cidade de Belo Horizonte é composta por 487 bairros, que são agrupados em nove Regionais Administrativas, sendo elas: Barreiro, Centro-Sul, Leste, Nordeste, Noroeste, Norte, Oeste, Pampulha e Venda Nova (Belo Horizonte, 2018a). São áreas e bairros com diferentes realidades no que se refere ao espaço urbano que é ofertado aqueles que moram ou circulam por ali.

Os participantes foram questionados sobre a sua renda individual, observou-se que dentre os que estiveram presentes no primeiro GF 66,7% (6) tem uma renda de até 1 salário-mínimo, 22,2% (2) tem renda entre 3 e 5 salários-mínimos e 11,1% (1) com renda acima de 5 salários-mínimos. Dentre os presentes no segundo GF tem-se que 75,0% (3) dos idosos participantes deste GF possuem renda individual acima de 5 salários-mínimos e 25,0% (1) tem entre 1 e 3 salários-mínimos. Os idosos também foram questionados sobre a sua situação conjugal, de modo que dentre os participantes do primeiro GF 66,7% (6) são casados, 22.2% (2) viúvos e 11,1% (1) mora com companheiro ou tem união estável e notou-se que 55,6% (5) moram com cônjuge e filhos, 22,2% (2) apenas com cônjuge, 11,1% (1) com filhos e 11,1% com outros parentes. E dentre os participantes do segundo GF observou-se que todos os participantes são casados e moram com cônjuge e filhos.

O grupo também respondeu como autoavaliava a sua saúde nos últimos 12 meses. Para o primeiro grupo se obteve que 11,1% (1) a classificou como muito boa, 66,7% (6) Boa e 22,2% (2) intermediária, já dentre os participantes do segundo grupo tem-se que 50,0% (2) avaliou como muito boa, 25,0% (1) como boa e 25,0% (1) como intermediária. Quase todos os participantes do 1º GF (88,9%, 8 idosos) afirmaram poder caminhar 500 metros sem nenhum problema e apenas um dos participantes afirmou não conseguir. Dentre os participantes do 2º GF observou-se 75,0% (3) dos participantes afirmou que consegue caminhar 500 metros sem nenhuma dificuldade e 25,0% (1) consegue com alguma dificuldade. Apenas 1 dos participantes do primeiro grupo afirmou ter sofrido quedas em casa nos últimos 12 meses e nos do segundo grupo duas pessoas (50,0%) afirmaram ter sofrido quedas.

Dentre os participantes do primeiro GF, tem-se que 77,8% (7) tiveram interações sociais pessoalmente todos os dias da semana anterior com pessoas com as quais não vivem, já dentre os idosos do segundo GF 50,0% (2) responderam todos os dias, 25,0% (1) 5 ou 6 dias na semana e 25,0% (1) 1 ou 2 dias na semana. Tem-se que 66,7% (6) dos idosos praticam atividade física regularmente no 1º grupo e no segundo grupo metade dos participantes afirmou praticar atividade física de forma regular.

Eles também foram questionados sobre com que frequência se deslocam a pé pela cidade, observou-se que dentre os participantes do primeiro GF 44,4% (4) caminham pela cidade todos os dias, 11,1% (1) 5 ou 6 dias, mesma quantidade que se desloca na frequência de 3 ou 4 dias, 22,2% (2) 1 ou 2 dias e 11,1% (1) afirmou não se deslocar a pé pela cidade cotidianamente. Já dentre os participantes do segundo grupo observou-se 50,0% (2) se deslocam a pé todos os dias, 25,0% (1) em 5 ou 6 dias e 25,0% (1) apenas quinzenalmente. Por fim, os participantes responderam sobre o principal motivo dos seus deslocamentos a pé, observou-se que se destacam os deslocamentos por trabalho, lazer, esporte, religião e compras. Para essa pergunta era permitido assinalar mais de uma alternativa.

Já para os dados coletados por meio da gravação e posterior transcrição observou-se, após a leitura inicial, que foram identificados 28 códigos para o primeiro Grupo Focal e 29 para o segundo Grupo Focal. Entretanto, destaca-se que não foram os mesmos códigos para ambos. Ainda que o 2º GF tenha tido um número menor de participantes (4 idosos), observou-se que este conseguiu uma diversidade de assuntos próxima da que foi obtida com o 1º GF, que era maior em número de participantes (9 idosos). Tal fato pode estar associado a maior disponibilidade de tempo para as falas e reflexões dos participantes no segundo grupo, por conta do menor número de participantes. No Quadro 4, tem-se apresentados os códigos e seus agrupamentos em categorias, juntamente com as frequências observadas para cada um desses.

Códigos iniciais do 1º Grupo Focal	**Códigos iniciais do 2º Grupo Focal**	**Somatório de frequência dos códigos iniciais em ambos GF**	**Categorias finais**
Conservação do pavimento (3) Degraus na calçada (7) Largura efetiva da calçada (2) Padronização calçadas (5) Material do pavimento da calçada (1)	Conservação do pavimento (12) Degraus na calçada (9) Largura efetiva da calçada (8) Padronização calçadas (5) Limpeza calçadas (9)	Conservação do pavimento (15) Degraus na calçada (16) Largura efetiva da calçada (10) Padronização calçadas (10) Limpeza calçadas (9) Material do pavimento da calçada (1)	Qualidade de calçadas (61)
Obstáculos na calçada (3) Sinalização tátil (1) Rampas e elementos para acessibilidade (2)	Obstáculos na calçada (4) Sinalização tátil (2) Rampas e elementos para acessibilidade (1) Semáforo sonoro (1)	Obstáculos na calçada (7) Sinalização tátil (3) Rampas e elementos para acessibilidade (3) Semáforo sonoro (1)	Acessibilidade de calçadas (14)
Diversidade de uso do solo (4) Arborização (3) Topografia (11) Mobiliário urbano (2) Sombra (6)	Diversidade de uso do solo (6) Arborização (12) Topografia (4)	Diversidade de uso do solo (10) Arborização (15) Topografia (15) Mobiliário urbano (2) Sombra (6)	Uso do solo (48)
Sensação de segurança pública (7) Iluminação pública (4) Horário noturno (4) Ausência de pessoas na rua (1) Policiamento (2) Se deslocar acompanhado (4)	Sensação de segurança pública (10) Iluminação pública (11) Ausência de pessoas na rua (11) Horário noturno (5) Presença de pessoas em situação de rua (6) Se deslocar acompanhado (1) Policiamento (1) Sensação de multidão na calçada (1)	Sensação de segurança pública (17) Iluminação pública (15) Ausência de pessoas na rua (12) Horário noturno (9) Presença de pessoas em situação de rua (6) Se deslocar acompanhado (5) Policiamento (3) Sensação de multidão na calçada (1)	Segurança pública (68)
Travessia e faixa de pedestre (5) Educação no trânsito (13) Pavimento da rua (5)	Travessia e faixa de pedestre (5) Educação no trânsito (14) Sinalização (1)	Travessia e faixa de pedestre (10) Educação no trânsito (27) Pavimento da rua (5) Sinalização (1)	Segurança viária (43)
Saúde (27) Transporte coletivo (8) Vagas para estacionamento (1) Infraestrutura cicloviária (2) Transporte por app e/ou Táxi (3) Distância do deslocamento (1) Tempo de deslocamento (2)	Saúde (4) Transporte coletivo (7) Vagas para estacionamento (8) Infraestrutura cicloviária (3) Transporte por aplicativo e/ou Táxi (1) Distância do deslocamento (1)	Saúde (31) Transporte coletivo (15) Vagas para estacionamento (9) Infraestrutura cicloviária (5) Transporte por app e/ou Táxi (4) Distância do deslocamento (2) Tempo de deslocamento (2)	Outros (68)

Quadro 4 - Códigos iniciais de cada Grupo focal e Categorias finais. Fonte: Elaborada pelos autores.



Figura 3 - Trecho com calçada estreita e ausência de calçada, Regional Barreiro em Belo Horizonte. Fonte: Barros, 2025.

Foi possível observar que alguns códigos foram citados apenas uma vez, como: Material do pavimento da calçada, Sensação de multidão (Calçada muito cheia), Sinalização, Semáforo sonoro. E outros aparecem com maior frequência, como: Saúde (31 ocorrências), Educação no trânsito (27), Segurança pública (17), Degraus na calçada (16), Conservação do pavimento (15), Arborização (15), Topografia (15), Iluminação pública (15) e Transporte coletivo (15). É possível observar, pelo quantitativo de frequência de cada uma das categorias finais, que as que se destacaram na percepção dos idosos foram Qualidade de calçadas e Segurança pública.

Qualidade de calçadas, segundo idosos

A Largura efetiva da calçada se destacou como um dos temas centrais na categoria Qualidade de calçadas. Segundo Barros (2021), a largura efetiva refere-se ao trecho de menor largura na calçada, ou seja, considera o espaço de fato disponível e livre para o caminhar do pedestre na área. Os participantes queixaram-se diretamente da largura da calçada, como em "*O tamanho das calçadas, que seja às vezes muito estreitas*." (Mogno, M, 61 anos, 2º GF)[5], e relataram em diversos momentos preferirem se deslocar pela rua ao invés de os fazer pela calçada nos locais em que se tem calçadas muito estreitas (Figura 3).

Na categoria qualidade de calçadas, o item com maior frequência nas falas dos idosos foi Degraus na calçada. Segundo a NBR 9050,

> Desníveis de qualquer natureza devem ser evitados em rotas acessíveis. Eventuais desníveis no piso de até 5 mm dispensam tratamento especial. Desníveis superiores a 5 mm até 20 mm devem possuir inclinação máxima de 1:2 (50 %) [...]. Desníveis superiores a 20 mm, quando inevitáveis, devem ser considerados degraus [...] (ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2020, p. 53).

5 Os recortes de trechos de falas dos participantes serão acompanhados do pseudônimo de cada um destes, sexo (F – Feminino ou M – Masculino), idade do participante e se esteve presente no primeiro (1º GF) ou segundo (2º GF) Grupo Focal realizado.

Alguns idosos compartilharam a percepção de que, em muitos casos, os degraus nas calçadas estão associados a grande prioridade ainda dada aos veículos para acessarem garagens, como em "[...] *E hoje, parece que o pessoal voltou na cabeça o seguinte, vamos fazer obras, vamos fazer obras. Aí eles fazem numa entrada de garagem e deixam um ressalto alto, que se você vier a noite, às vezes, até mesmo distraído ou com pouca iluminação, você certamente vai tropeçar ali* [...]" (Angico Vermelho, M, 63 anos, 1º GF). Este trecho reforça também a relação clara que os idosos percebem entre a presença de degraus na calçada e o risco de quedas, inclusive dentre os participantes que afirmaram ter sofrido quedas nos últimos 12 meses. Observou-se também uma tendência a evitar locais com grandes desníveis, como pontuado por um dos idosos em "*Talvez então um morro, eu evitaria um caminho por causa de um morro ou ter uma calçada, um degrau muito alto*" (Cabeludinha, M, 63, 2º GF).

Observou-se pela percepção dos idosos que estes associam os desníveis também a descontinuidade das calçadas ou padronização destas, conforme pontuado por um dos participantes em "[...]*É igual eu falei, muito desnível de calçada, de uma casa para a outra.* [...]" (Cabeludinha, M, 63, 2º GF). Importante destacar que no Brasil, em muitos casos, tem-se que a responsabilidade pela execução e manutenção das calçadas é do proprietário (Callejas *et al*., 2015), assim como acontece na cidade de Belo Horizonte. Situação esta que reforça a falta de prioridade da mobilidade a pé nas cidades, visto que as calçadas, na maioria dos casos, são consideradas um assunto privado e não público (Vasconcellos, 2017).

Destaca-se também a relevância da Padronização das calçadas ou a falta de padronização, como em "[...] *em relação ao deslocamento de Belo Horizonte, eu moro aqui, tem 15 anos, que eu voltei pra cá ... 15, 16 anos, eu vejo assim muita irregularidade das calçadas. As calçadas eu preciso falar, não tem um padrão, tipo, o lugar é largo, em alguns lugares tem que dividir com a árvore* [...]" (Angico Vermelho, M, 63 anos, 1º GF). Reforçando assim, o entendimento dos participantes que as calçadas presentes na cidade se assemelham a uma "colcha de retalhos", de modo que cada uma é diferente das demais e são, de modo geral, feitas sem considerar a continuidade para o pedestre. O padrão de passeios[6] (Belo Horizonte, 2024) do município[7] traz regras para adequação de passeios na cidade, incluindo diretrizes, regras de transição para adequação dos passeios e detalhes técnicos. Observou-se que, com frequência, o problema da padronização era associado, nos Grupos Focais, a uma falta de fiscalização por parte da prefeitura do município.

Outro item de bastante relevância foi a Conservação do pavimento (Figura 4). De acordo com o ITDP Brasil (2018), a pavimentação da calçada é importante para que seja possível acontecer uma circulação segura e universal dos pedestres. Em índices de caminhabilidade[8], como o *iCam* 2.0 (ITDP Brasil, 2018), a avaliação de pavimentação está associada a presença de buracos e desníveis. Mais uma vez foi possível observar como esta temática relaciona-se com medo de quedas e questões associadas a saúde do idoso, como em "[...] *É a questão da regularidade desse passeio, às vezes você está tão distraído que cê pode andar pensando, meditando, mas você, hoje em dia não pode mais fazer isso. Porque de repente você cai e você tropeça* [...]" (Nogueira-

6 De acordo com a NBR 9050 (2020, p. 5), o passeio é a "parte da calçada ou da pista de rolamento, neste último caso, separada por pintura ou elemento físico, livre de interferências, destinada à circulação exclusiva de pedestres e, excepcionalmente, de ciclistas.".
7 O padrão de passeios foi elaborado com base nas diretrizes da portaria da Secretaria Municipal de Política Urbana (SMPU) nº 057, de 09 de outubro de 2018 (Belo Horizonte, 2018b).
8 Os índices de caminhabilidade são ferramentas que buscam avaliar o espaço urbano e identificar áreas prioritárias de melhorias em determinadas localidades para fornecer melhores condições aos pedestres (Barros, 2021).



Figura 4 – Calçada com problema na conservação do pavimento, Regional Pampulha em Belo Horizonte. Fonte: Barros, 2025.

Comum, F, 70 anos, 1º GF) ou em "*Se você vai na calçada é arriscado você tropeçar*." (Jambo, F, 60 anos, 2ºGF).

Participantes também relacionaram a conservação do pavimento com a arborização (Figura 5), visto que em diversas localidades observa-se problemas no pavimento da calçada ocasionado pelo crescimento das raízes de árvores. Tais trechos demonstram essa percepção dos idosos, "*Todo cheio de irregular, por causa das raízes*." (Romã, F, 67 anos, 2º GF) e "*As pessoas acabam que não cuidam, tudo estourando.*" (Mogno, M, 61 anos, 2º GF).

Acessibilidade de calçadas, segundo a percepção de idosos

De acordo com a cartilha Calçada Acessível do Ministério Público do Rio Grande do Sul - MPRS (MPRS, 2016), uma calçada acessível precisa de elementos como largura disponível, superfície regular e firme, continuidade, inclinação (transversal e longitudinal) adequada, rebaixo de calçada e sinalização tátil. No índice de caminhabilidade proposto por Barros (2021), tem-se uma categoria voltada para acessibilidade, composta por indicadores como: Largura efetiva do passeio, Conservação do pavimento, Desníveis na calçada, Sinalização tátil e Topografia.

Um dos aspectos incluído na categoria final acessibilidade de calçadas citado nos Grupos Focais foi a presença de obstáculos na calçada (Figura 6). Tais obstáculos, sendo permanentes ou temporários, dificultam a acessibilidade, pois usualmente reduzem a largura efetiva disponível para pedestres nas calçadas e fazem com que seja preciso realizar desvios constantes ao percorrer a área (Figura 7). Vale ressaltar que nos Grupos Focais, observaram-se falas dos participantes relacionando a presença de obstáculos como sacos de lixo na calçada, conforme observa-se em "*Você tem que às vezes entrar no meio da rua para sair do lixo. Às vezes é mais fácil a pessoa colocar o lixo na rua e deixar a calçada ali. Não, mas coloca o lixo na calçada. Aí você tem que desviar do lixo na rua, as calçadas normalmente estreitas.* [...]" (Mogno, M, 61 anos, 2º GF), ou até mesmo entulho ou material de construção na calçada, como em

> *É, tem os momentos e tudo mais. Então eu vejo assim, cada vez mais essa irregularidade ali mesmo, eu estou falando do bairro ali onde eu moro, a questão da acessibilidade também, ali cada vez mais eles estão fazendo a prefeitura exige, eu acho que por causa, não sei do bairro, muito residencial ali, mas assim, tem muita irregularidade, né? Pessoas assim que sabem que não podem botar areia, que vai construir, material de construção, fica tudo ali isso, isso inviabiliza qualquer ser humano de andar*. (Nogueira-Comum, F, 70 anos, 1º GF).



Figura 5 – Problemas na pavimentação decorrente da arborização (À esquerda pavimento irregular por causa de árvore e à direita trecho de calçada com largura efetiva reduzida por conta de arborização, ambos na Regional Pampulha em Belo Horizonte). Fonte: Barros, 2025.

Além de obstáculos temporários na calçada, como os que já foram citados, existiram falas incluindo obstáculos permanentes nas calçadas, como é o caso de postes ou árvores. Conforme pode-se observar na seguinte fala "*No bairro ali onde eu moro, a gente vai andando. Eu prefiro andar na rua do que na calçada. Porque cada calçada que você faz, ou tem um poste ou tem uma árvore no meio da calçada*." (Jambo, F, 60 anos, 2ºGF). Salienta-se que de acordo com o município de Belo Horizonte (2024), tem-se a proibição da existência de obstáculos físicos nos passeios, estes devem ocupar a faixa reservada para a sua instalação sem obstruir o espaço destinado para o trânsito de pedestres.

Interessante salientar que outros aspectos relacionados a acessibilidade de calçadas também foram mencionados, ainda que com menor frequência, como: sinalização tátil, rampas e semáforo sonoro. A sinalização tátil no piso é definida pela NBR 16537[9] (2024, p. 4) como "demarcações no piso por meio de pisos táteis ou de relevos com contraste de luminância em relação ao piso adjacente para auxiliar na orientação e mobilidade das pessoas com deficiência visual.". Já a NBR 9050 (2020, p.4) traz a definição de calçada rebaixada como "rampa construída ou implantada na calçada, destinada a promover a concordância de nível entre estes e o leito carroçável". Nesse sentido, as rampas mencionadas nos GF referem-se a elementos que buscam promover concordância de nível, proporcionando travessia e acesso a calçada. Por fim, salienta-se que os semáforos sonoros são definidos como aqueles que informam às pessoas com deficiência visual sobre a possibilidade de travessia. Para tal, contam com botoeira sonora, ou seja, um dispositivo que emite sinais sonoros, visuais e vibratórios para auxiliar a travessia, conforme estabelecido pela resolução nº 704, de 10 de outubro de 2017, do CONTRAN – Conselho Nacional de Trânsito (Brasil, 2017).

Ressalta-se que temáticas relacionadas a acessibilidade não foram tão recorrentes conforme se esperava nas falas das pessoas idosas que compuseram os GF. Tal fato pode estar associado ao grupo de idosos ser composto por pessoas com melhor

9 A NBR 16537 (2024) trata sobre acessibilidade voltada especificamente para a sinalização tátil no piso, trazendo diretrizes para elaboração de projetos e instalação.





Figura 6 – Obstáculos na calçada (À esquerda calçada com sacos de resíduo sólido (obstáculo temporário) na Regional Pampulha em Belo Horizonte e à direita veículo e moto estacionados na calçada (obstáculo temporário) na Regional Barreiro em Belo Horizonte). Fonte: Barros, 2025.

mobilidade. Isso acabou sendo um viés da pesquisa, uma vez que para participar da mesma os idosos precisavam se deslocar até o *campus* Pampulha da UFMG, o que se imagina que indiretamente tenha dificultado a participação de idosos que tem mais dificuldade de se locomover pela cidade. Entretanto, destaca-se a importância de novos estudos que investiguem de forma mais detalhada a percepção da pessoa idosa acerca da importância de elementos de acessibilidade no espaço urbano.

Uso do solo para pessoa idosa

A categoria final uso do solo incluiu como um dos temas mais recorrentes nas falas do GF a Topografia da cidade. Segundo Sales (2024), a topografia declivosa de Belo Horizonte traz desafios para a mobilidade urbana, especialmente se tratando de pessoas idosas ou com alguma dificuldade de locomoção. A exemplo disso tem-se que índices de caminhabilidade desenvolvidos para a localidade em questão incluem como um dos indicadores a topografia, como observa-se em Carvalho (2018).

Destaca-se, entretanto, que se observou certa divergência entre os participantes sobre o impacto que os morros da cidade têm em seus deslocamentos a pé cotidianos. Alguns participantes afirmaram evitar caminhos com topografia acidentadas, como em "*Talvez então um morro, eu evitaria um caminho por causa de um morro* [...]" (Cabeludinha, M, 63, 2º GF) ou em "*Aaah. Eu, em relação ao morro, eu faço o seguinte. Se não tiver jeito mesmo de descer e subir. Eu vou capengando, mas vou. Mas se tiver jeito de dar a volta, eu prefiro*." (Juazeiro, F, 62 anos, 1º GF). Enquanto outros idosos afirmaram não se importar com a presença destes em seus caminhos, como pode-se ver em "*Você vai deixar de participar de tudo que vai por aí, por causa de morro?*" (Louro-pardo, F, 81 anos, 1º GF), ou em "*Eu vou ficar chorando? Eu vou aproveitar. Eu tenho que subir morro e descer morro, a vizinha me pede um trem, eu vou ali e faço a gente, aí a gente*



outra, eu vou lá e faço a gente, pra que que eu vou ficar sofrendo?" (Manacá da Serra, F, 70 anos, 1º GF), ou até mesmo em "*E quando ao caminho aí, eu não sou muito escolher o caminho mais longo, não, sempre eu vou no mais curto. Mesmo que seja mais um íngreme, eu vou nele*." (Angico Vermelho, M, 63 anos, 1º GF).

Outro tópico bastante recorrente foi a Arborização. Porém, destaca-se que novamente não houve consenso entre os participantes sobre o tema (Figura 8), visto que algumas falas associaram a presença de árvores a obstáculos na calçada, a casos de má conservação do pavimento por conta das raízes, até mesmo a obstrução da iluminação, como em "[...] *a prefeitura precisa ter esse cuidado das árvores que crescem muito, que ainda atrapalha a iluminação* [...]" (Romã, F, 67 anos, 2º GF), ou ao medo de pessoas escondidas atrás das árvores, como em "*Ali na porta da casa dele, tem uma árvore lá, que, de vez em quando a gente até reclamava, dá até medo de passar ali. Porque podia até uma pessoa esconder atrás daquela árvore e render a gente ali*." (Jambo, F, 60 anos, 2ºGF).

Em outros momentos, principalmente com os participantes do 1º GF, alguns idosos viram como bastante positiva a presença das árvores, pois estas fornecem sombra aos pedestres, como em "*A questão de árvore e essas coisas, influencia na minha decisão sim, quando eu tenho que me deslocar a pé, eu procuro sempre lugar que tenha mais árvore, alguma coisa assim, até mesmo no fato do sol*." (Angico Vermelho, M, 63 anos, 1º GF). Ou nesse exemplo:

> *Quer ver? Outra aberração, outro desconforto [...] Ponto de ônibus. Aqui o sol escaldante aqui em cima. Aqui do lado uma árvore estrondosa. Esse ponto que eu me fixo nele, no verão, um momento de sol mais forte, o pessoal fica em pé debaixo da sombra da árvore aqui e não fica esperando o ônibus ali onde ele tinha que esperar,*

Figura 7 - Pedestre com dificuldade de locomoção se deslocando ela rua na Regional Barreiro em Belo Horizonte. Fonte: Barros, 2025.



Figura 8 – Arborização em Belo Horizonte (À esquerda árvore prejudicando a conservação do pavimento da calçada na Regional Pampulha em Belo Horizonte e à direita calçada com sombra fornecida por árvores na Regional Centro-Sul em Belo Horizonte). Fonte: Barros, 2025.

porque não tem condição, como é que vai sentar no banco? (Palmito Juçara, M, 88 anos, 1º GF).

A diversidade de uso do solo também recebeu destaque nas falas dos idosos. Foi possível perceber que locais com baixa diversidade do uso do solo acabam incentivando deslocamentos por transporte motorizado individual ou transporte coletivo, conforme pode-se observar em "[...] *como eu moro na região da Pampulha e que as coisas são muito longe, meu deslocamento às vezes para ir no sacolão, para vir aqui na universidade que eu faço nos cursos na Associação dos Aposentados, é de carro* [...] (Nogueira-Comum, F, 70 anos, 1º GF) ou em *"[...] Eu moro no bairro São Luiz. Infelizmente tudo é longe para mim, no caso prefiro ir de carro, não tem muito assim... até mesmo o ônibus, a gente tem que andar um pouco para mais. Então assim, tudo é de carro, supermercado de carro* [...]" (Mogno, M, 61 anos, 2º GF). Durante o 2º Grupo Focal, notou-se também a preferência de alguns para se deslocar a pé em locais como o centro da cidade, que abriga uma grande diversidade de usos a distâncias menores, como percebe-se na seguinte fala "[...] *eu gosto de ir no centro, tudo que eu puder fazer, resolver as coisas, se eu tenho como fazer alguma compra de roupa, eu prefiro ir no centro que no bairro* [...]" (Romã, F, 67 anos, 2º GF).

Segurança pública para idosos em seus deslocamentos a pé

Na categoria Segurança pública, um dos temas mais recorrentes nas falas dos participantes do GF foi a própria percepção de segurança pública dos participantes. De modo geral, estas falas estavam associadas ao medo de sofrer um assalto se deslocando por determinada área, conforme pode-se perceber em "*Assalto, a gente tá sempre com medo*." (Manacá da Serra, F, 70 anos, 1º GF) ou quando este participante estava falando sobre o que é importante na sua escolha de ir a pé a determinado local, "*Para mim, a insegurança realmente é um fator decisivo, principalmente à noite* [...]" (Angico Vermelho, M, 63 anos, 1º GF). Interessante destacar que em ambos os grupos ao menos um participante partilhou um relato sobre uma situação em que foi assaltado enquanto se deslocava pela cidade como pedestre. A vivência desse tipo de situação contribui para o aumento da sensação de insegurança por parte deste grupo e pode contribuir para uma redução nos deslocamentos que estes fazem desacompanhados pela cidade.

Foi possível notar também que em diversos momentos a sensação de insegurança estava associada ao período do dia, como pode ser visto em "[...]*Então, a segurança pública é uma coisa que impede a gente sair de casa à noite. Durante o dia eu até que eu não tenho medo*." (Cabeludinha, M, 63, 2º GF). Inclusive o horário noturno apareceu de forma recorrente na fala dos participantes como um dos aspectos que contribui para a sua insegurança em se deslocar a pé. Como, por exemplo, nessa fala de uma das participantes ao ser questionada sobre o que mais contribuía para que sentisse medo ao se deslocar a pé, "*Horário. Depois das 6:00h, eu não saio mais*." (Manacá da Serra, F, 70 anos, 1º GF).

A iluminação também se destacou como uma temática relevante associada a segurança pública. Os relatos relacionaram-se à visibilidade ficar comprometida em áreas com problema na iluminação pública, assim como a relação desta com a ocorrência de quedas ou assaltos. Como pode-se perceber em

> *E à noite é a iluminação. Então, à noite, dependendo sair à noite, igual, por exemplo, Ali se eu vou na igreja à noite, eu prefiro dar a volta, passar lá perto do EPA, porque ali tem a base da polícia do que passar ali perto da casa das irmãs, que ali é muito isolado na rua... Às vezes é melhor o trajeto mais longo. Mais longo, mais trânsito, do que a rua muito isolada. A vinda do posto de saúde ali, aquela rua ali é muito deserto*. (Romã, F, 67 anos, 2º GF).

Adicionalmente, pode-se notar na fala anterior outro tema recorrente desta categoria que é o deslocamento em áreas desertas ou locais onde não se tem a presença de outros pedestres. Conforme nota-se nas seguintes falas "*É isso que eu falei né, deserto, horário. Dependendo também não vou*.[...]" (Juazeiro, F, 62 anos, 1º GF) e "*E esse detalhe que ela falou é importante. Pra mudar de trajeto, por causa é uma rua muito parada à noite*." (Cabeludinha, M, 63, 2º GF). Jacobs (2011), em Morte e vida de grandes cidades, traz o conceito de "Olhos da rua", como sendo as pessoas que ocupam e observam esse espaço, fazendo assim com que se tenha uma certa vigilância natural se aumente a segurança na localidade. A fala dos idosos nos GF reflete a sensação de mais segurança que se tem ao observar outras pessoas ocupando aquele espaço. Inclusive destaca-se que o fluxo de pedestres no período diurno e noturno é um dos indicadores que compõe o índice de caminhabilidade iCam 2.0, proposto pelo ITDP Brasil (2018) e amplamente utilizado no contexto brasileiro.

Segurança viária para pessoa idosa

Um dos temas mais recorrentes associados a categoria Segurança viária nas falas do GF foi a Educação no trânsito. Em vários momentos, os idosos relataram situações em que sentem medo por conta do desrespeito dos motoristas da cidade com os pedestres, como em: "[...] *Meu Deus, tem lugar que você chega e não tem condição, você tem que descer do passeio e caminhar na beirada da rua. Aí sempre passa alguém de cara e fala: Quer morrer, velho?*" (Louro-pardo, F, 81 anos, 1º GF) ou em "*Agora você pode também colocar uma observação aí a questão de os motoristas não respeitar a*

faixa do pedestre. Se puder atropela e vai embora. Eles não respeitam." (Cabeludinha, M, 63, 2º GF). Os relatos sobre Educação no trânsito também estavam associados a situações de desrespeito no transporte coletivo, como situações dentro do próprio coletivo entre passageiros e associadas aos motoristas dos veículos. Na seguinte fala tem-se um exemplo *"Fora o medo que a gente tem que pegar o ônibus e o motorista sair muito rápido e o motorista jogar a gente no chão*." (Manacá da Serra, F, 70 anos, 1º GF).

Durante o 2º GF, observou-se que os participantes ressaltaram a importância de campanhas educativas. Na ocasião destacaram também a importância dessa temática ser abordada em sala de aula, visto que as crianças têm grande potencial de disseminar o que foi aprendido, levando para família o aprendizado e até mesmo cobrando uma mudança de postura dos mais velhos. Como nota-se em "É*, eu acho que aí vai levando isso para os pais, se a escola começar a trabalhar com a criança, aí ela vai chamando a atenção do pai e o pai, se você tiver... ela vai ficar com vergonha, vai.*" (Romã, F, 67 anos, 2º GF).

As Travessias e faixas de pedestres também se destacaram como assuntos recorrentes nas falas das pessoas idosas participantes da atividade. As falas dos idosos associadas a essa temática estavam associadas em sua maioria a localização destas, ao desrespeito dos motoristas em não parar para que o pedestre atravesse e a bons exemplos de cidade em que se tem um maior respeito a travessia dos pedestres.

Outros aspectos que influenciam na percepção de caminhabilidade dos idosos

Na categoria "Outros" estão os demais assuntos que se relacionavam com a mobilidade a pé do idoso e não se enquadravam diretamente com as demais categorias. Dentre estes, o que teve maior destaque foram questões associadas a Saúde. Durante os GF foram percebidas falas associadas ao medo de quedas durante os deslocamentos, como em "*Porque eu sei que se eu cair, não conserta mais.*" (Nogueira-Comum, F, 70 anos, 1º GF) ou em "[...] *O que mais me incomoda. É porque igual eu brinquei lá com ele, brinco ela. Véi, não pode cair, gente. Se cair, a gente não conserta mesmo não. A gente, não é novo*. [...]" (Juazeiro, F, 62 anos, 1º GF). O medo de queda pode impactar diretamente na autonomia e independência dos deslocamentos a pé dos idosos, como nota-se em "[...] *mas eu ultimamente ando com medo de sair de casa porque eu tenho caído de vez em quando, sabe? Então essas calçadas aqui não ajudam, a gente não tem coragem não. Aí eu tenho dependido bem de companhias pra me levar e me buscar, porque fica difícil*. [...]" (Jambo, F, 60 anos, 2ºGF).

Percebeu-se também que falas associadas a saúde destacavam a importância das interações sociais para a saúde mental da pessoa idosa, como tem-se em "*O idoso tem muita necessidade do outro, do outro*. [...]" (Embaúba, F, 82 anos, 1º GF). Ou até mesmo em "*Mas eu não sei se vocês concordam. Na verdade, é bom a gente da nossa idade conviver com pessoas mais novas, com todas as idades*." (Louro-pardo, F, 81 anos, 1º GF). Em alguns momentos, os participantes também ressaltaram a relação existente entre a mobilidade a pé e a qualidade de vida, conforme nota-se em "[...]*A gente tem que viver bem. E cadê a nossa qualidade de vida?*" (Louro-pardo, F, 81 anos, 1º GF) ou em "[...]. *E o andar a pé é uma coisa que me dá uma alegria e que eu não sei explicar o porquê.* [...]" (Louro-pardo, F, 81 anos, 1º GF).

Outro aspecto relevante para os participantes foi o transporte coletivo. Algumas falas destacaram a dificuldade que estes têm para acessar os ônibus da cidade, como em "[...] *Como eu ando muito de ônibus, o degrau do ônibus está muito alto. Então a gente que é baixinho, está tendo uma dificuldade muito grande para ir para a rua* [...]" (Ipê Roxo, F, 72 anos, 1º GF). Ou em "[...] *Outro dia eu peguei o ônibus para ir lá de Santa Efigênia, no bairro Santa Efigênia, no hospital que precisava de ir, a dificuldade pra pessoa subir o ônibus, a pessoa que, às vezes a pessoa tem uma idade, não aparenta a idade que tem, mas ela também tem comorbidades, né?* [...]" (Nogueira-Comum, F, 70 anos, 1º GF). Conforme já mencionado, foram observadas falas relacionadas ao desrespeito sofrido pelos idosos no transporte coletivo também. Comentou-se também sobre a gratuidade do transporte coletivo para os idosos, como em "*Vai de ônibus, não paga ônibus, gente*." (Romã, F, 67 anos, 2º GF). Em Belo Horizonte, o benefício da gratuidade no transporte coletivo, ou seja, o direito de usar este serviço sem ter a necessidade de pagar a tarifa é disponibilizado às pessoas idosas a partir dos 65 anos (Belo Horizonte, 2025d). Ressalta-se que este direito à gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos está de acordo com o que é estabelecido pelo Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 (Brasil, 2003).

Considerações finais

O atual cenário de envelhecimento populacional observado tanto ao redor do mundo, como no contexto brasileiro, reforça como é relevante atender as necessidades e anseios desse grupo. Assim, percebe-se a importância de pensar a mobilidade da pessoa idosa no contexto urbano, uma vez que esta tende a ser uma ferramenta crucial para possibilitar que estes tenham autonomia e independência em seus deslocamentos cotidianos por mais tempo, contribuindo assim para o seu acesso a equipamentos urbanos, bem como melhores condições de saúde mental e mais possibilidade de interação social. As pessoas idosas, especialmente enquanto pedestres, necessitam de uma infraestrutura adequada e que os ofereça apoio e compense as alterações físicas que sofrem por conta do processo natural de envelhecimento do corpo humano. Dessa forma, o presente trabalho teve como objetivo analisar a percepção de pessoas idosas da cidade de Belo Horizonte (MG) para refletir sobre quais aspectos do espaço dificultam a mobilidade a pé de pessoas idosas em Belo Horizonte (MG), utilizando como base uma metodologia participativa de escuta aos idosos. Adicionalmente, ressalta-se que a promoção da escuta da população por meio de metodologias participativas pode possibilitar uma maior valorização do conhecimento local, visto que são as pessoas que ali vivem e que de fato conhecem os desafios e potencialidades da localidade, possibilitando também a cocriação de soluções, como a formulação de políticas públicas que sejam baseadas não só em dados técnicos, mas também em experiências reais.

Por meio da execução de Grupos Focais com pessoas idosas foi possível observar a relevância de aspectos como Degraus na calçada, Conservação do pavimento, Largura efetiva da calçada e Padronização de calçadas na promoção de melhores condições de caminhabilidade para a pessoa idosa. Tais aspectos relacionam-se diretamente com a Qualidade de calçadas, principalmente no que se refere a estrutura física destas, destacando assim a importância para os idosos do espaço físico disponível para os pedestres em seus deslocamentos cotidianos.

Outros aspectos que se destacaram como relevantes, segundo os idosos do GF, foram: Arborização, Topografia e Diversidade de uso do solo. Aspectos associados a características intrínsecas das cidades e que em boa parte dos casos não podem ser alterados integralmente com facilidade. Também se destacaram os seguintes aspectos Iluminação pública, ausência de pessoas na rua e o horário noturno para deslocamentos a pé, reforçando assim a importância da segurança pública na promoção de mais deslocamentos a pé no cotidiano das pessoas idosas.

Por fim, destaca-se a relevância de que sejam concebidas cidades mais justas, sustentáveis e inclusivas em que se tenha um acesso equitativo à cidade como, por exemplo, um espaço urbano que tenha boas condições de caminhabilidade para todos os pedestres. Logo, espera-se que a produção do espaço passe a acontecer considerando principalmente as necessidades daqueles que ali vivem e se deslocam e não se tenha apenas uma produção do espaço orientada pelo capitalismo, fortemente dependente do transporte motorizado e que perpetua desigualdades socioambientais.

Agradecimentos

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do projeto de pesquisa “Mobilidade espacial da população idosa no Brasil: seletividades por sexo e desigualdades regionais”, financiado pelo CNPq, e do projeto de extensão/pesquisa “Indicadores e Diretrizes para o Desenvolvimento de uma Política de Acessibilidade e Mobilidade Urbana Inclusiva e Sustentável para a População Idosa na Região Metropolitana de Belo Horizonte”, financiado pela FAPEMIG.

Referências

AGOST-FELIP, Raquel; RUÁ, María José; KOUIDMI, Faitha. *An Inclusive Model for Assessing Age-Friendly Urban Environments in Vulnerable Areas*. Sustainability, v. 13, n. 15, 2021. DOI: https://doi.org/10.3390/su13158352.

ALIDOUST, Sara. *Talking while walking: na investigation of perceived neighbourhood walkability and its implications for the social life o folder people.* Journal of housing and the build environment, v. 33, p. 133-150, 2018.

ALVES, José Gerfeson; BRAGA, Lorena Pinheiro; SOUZA, Carolaine da Silva; PEREIRA, Emanuelly Vieira; MENDONÇA, Glícia Uchôa Gomes; DE OLIVEIRA, Camila Almeida Neves; COSTA, Edmara Chaves; DE SOUSA, Leilane Barbosa. *Grupo focal on-line para a coleta de dados de pesquisas qualitativas: relato de experiência*. Escola Anna Nery, v. 27, p. 1-8, 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 16537: *Acessibilidade – Sinalização tátil no piso – Diretrizes para elaboração de projetos e instalação*. 2024. Rio de Janeiro: ABNT, 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 9050: *Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. 2020. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTE PÚBLICO - ANTP. *A trajetória de uma política de mobilidade a pé*. In: ASSOCIAÇAO NACIONAL DE TRANSPORTES PÚBLICOS - ANTP. 2015. Série cadernos técnicos – Cidades a pé. Disponível em:http://www.antp.org.br/biblioteca-vitrine/cadernos-tecnicos.html. Acesso em: 05 de maio de 2019.

BACKES, Dirce Stein; COLOMÉ, Juliana Silveira; ERDMANN, Rolf Herdmann; LUNARDI, Valéria Lerch. *Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas*. O mundo da saúde, v. 34, n. 4, 438-442, 2011.

BANCO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO - BID; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR. Mobilidade a pé. Editora IABS, 113 p, 2020.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Edições 70, São Paulo, 3ª reimp, 279 p, 2016.

BARROS, Ryane Moreira. *A mobilidade a pé e a caminhabilidade da população idosa em Belo Horizonte (MG)*. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2025.

BARROS, Ryane Moreira. *A infância e o pedestrianismo: Um estudo exploratório da percepção de crianças sobre indicadores de caminhabilidade*. Dissertação (Mestrado em Geotecnia e Transportes) – Escola de Engenharia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

BARROS, Ryane Moreira; CARDOSO, Leandro; LOBO, Carlos; BARROS, Maryna Moreira. *A caminhabilidade da pessoa idosa no Brasil: uma revisão integrativa dos principais fatores de pesquisa*. 2024b. In: 38º ANPET - Congresso Nacional de Ensino e Pesquisa em Transportes, 2024, Florianópolis.

BARROS, Ryane Moreira; CARDOSO, Leandro; LOBO, Carlos; BOCATTO, Isabelle.; MENDES, L. S. R.; RHOSSARD, Surya M.; CHAVES, Gabriel M.; SILVA, M. G. *Fatores socioambientais associados à caminhabilidade da pessoa idosa: uma revisão da literatura*. 2024a. In: 10º Congresso PLURIS'24 Cidades e territórios em transição, 2024, Guimarães.

BELO HORIZONTE (Município). 2018a. *Prodabel detalha tamanho e número de bairros das regionais*. Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/prodabel-detalha-tamanho-e-numero-de-bairros-das-regionais. Acesso em: 07 de maio de 2025.

BELO HORIZONTE (Município). 2018b. *Portaria SMPU (Secretaria Municipal de Política Urbana) nº 057*. Belo Horizonte, 2018. Disponível em:< https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/449216>. Acesso em: 17 de outubro de 2025.

BELO HORIZONTE (Município). *Cartilha ilustrativa do Padrão de Passeios da Prefeitura de Belo Horizonte*. 2024. Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/politica-urbana/2024/cartilha_padrao_passeios_2024-07-16.pdf. Acesso em: 12 de novembro de 2025.

BORDINI, Gabriela Sagebin; SPERB, Tania Mara. *O uso dos grupos focais on-line síncronos em pesquisa qualitativa*. Psicologia em Estudo, v. 16, n. 3, p. 437-445, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN. *Resolução nº 704, de 10 de outubro de 2017, Estabelece critérios para a elaboração de projetos de calçadas nos municípios*. 2017. Disponível em: https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/transito/conteudo-contran/resolucoes/resolucao7042017.pdf. Acesso em: 21 de outubro de 2025.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. *Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências*. Brasília, DF, 2003.

CALLEJAS, Anna Gabriela Hoverter; BASILE, Rafaella; LEVY, Ramiro. *Shaping the Sidewalk Experience: o processo de elaboração de um manual sobre calçadas*. In: ANTP – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES PÚBLICOS. Série Cadernos Técnicos – Cidades a pé (Volume 16). São Paulo: ANTP, 2015. Disponível em: < https://

files-server.antp.org.br/_5dotSystem/download/dcmDocument/2015/11/27/A0850675-28AD-46DC-9B57-664DF1BA766A.pdf>. Acesso em: 21 de outubro de 2025.

CAMPOS, Graziela Ribeiro; ROMUALDO, Vanderson Assis. *Principais falhas na elaboração do TCLE dos projetos tramitados no CEP-FHEMIG nos últimos 24 meses*. Revista Médica de Minas Gerais, v. 20, n. 3, p. 89-93, 2010.

CARDOSO, Leandro. *Transporte Público, Acessibilidade Urbana e Desigualdades Socioespaciais na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

CARVALHO, Izabela Ribas Vianna de. *Caminhabilidade como instrumento de mobilidade urbana: um estudo de caso em Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado em Geotecnia e Transportes) – Escola de Engenharia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

CARVALHO, Jefferson da Silva; DA COSTA, Aline Couto. *Caminhabilidade e Acessibilidade Urbana para a População Idosa: Uma análise em Campos dos Goytacazes-RJ*. Perspectivas Online: Humanas & Sociais Aplicadas, v. 9, n.24, p. 14-30, 2019.

CEP-UFMG – COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *TCLE/TALE*. 2024. Disponível em: https://www.ufmg.br/bioetica/cep/tale/. Acesso em: 28 de maio de 2025.

CORREA, Mariele Rodrigues. *Envelhecer na cidade*. Revista Espaço Acadêmico, v. 16, n. 184, p. 35-46, 2016.

DA SILVA, Antônio Nélson Rodrigues; DA SILVA, Denise Capasso; PROVIDELO, Janice Kirner. 2017. *Caminhabilidade em um cenário de envelhecimento populacional*. In: ANDRADE, Victor; LINKE, Clarisse Cunha (Orgs). 2017. Cidades de pedestres. Rio de Janeiro: Babilonia Cultural Editorial.

DE ALMEIDA, Maria Helena Morgani; CAROMANO, Fátima Aparecida RIBEIRO, Sara Soares; BATISTA, Marina Picazzio Perez. 2016. *Programa de orientação com ênfase em práticas de autocuidado para motoristas idosos.* Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, v. 19, n. 2, p. 303-311. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1809-98232016019.140192

DE OLIVEIRA, Weliomar Antonio; MARTINS, Islane Cristina. *Envelhecimento, saúde e direito à Cidade*. A percepção do idoso quanto a acessibilidade e mobilidade no espaço urbano: uma revisão. Revista Longeviver, v. IV, n. 13, p. 51-61, 2022.

DORNELES, Vanessa Goulart; VIELMO, Giovana; ELY, Vera Helena Moro Bins. *Envelhecimento e arquitetura: As necessidades espaciais dos idosos em espaços abertos*. Pixo – Revista de arquitetura, cidade e contemporaneidade, v. 4, n. 13, p. 148-167, 2020. DOI: https://doi.org/10.15210/pixo.v4i13.18483

DOS REIS, Luciana Araújo; TRAD, Leny Alves Bonfim. *Suporte familiar ao idoso com comprometimento da funcionalidade: a perspectiva da família*. Revista Psicologia: Teoria e Prática, v. 17, n. 3, p. 28-41, 2011. DOI: https://doi.org/10.5935/1980-6906/psicologia.v17n3p28-41

DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal. *Grupo focal online e offline como técnica de coleta de dados*. Revista Informação e Sociedade, v. 17, n. 1, p. 75-85, 2007.
EL SAIFI, Andressa Maira Fernandes; DE CASTRO, Renata Reis Matutino. *Mobilidade urbana do idoso na condição de pedestre: revisão de literatura*. 2020. Disponível em: http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/prefix/3042. Acesso em: 09 de janeiro de 2023.

FAUSTINO, Antônio José D.; FALCÃO, Maria Regina G. Freire; DA SILVA, P. M.; GASPAR, Joana Filipe; MENDES, Joana Maria Gaspar; MATIAS, Luciana dos Santos. *Caracterização das rotinas de vida diária de idosos de Castelo Branco rotinas de vida diária de uma idosa de 81 anos movida pela fé...* Intervenção social, n. 35, p. 275-296, 2009.

GEHL, Jan. *Cidades para pessoas*. São Paulo: Perspectiva, 2. Ed, 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2022. *Censo Demográfico 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO DE POLÍTICAS DE TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO - ITDP Brasil. 2018. *Índice de caminhabilidade – Ferramenta – Versão 2.0*. 2018. Disponível em:< https://itdpbrasil.org/wp-content/uploads/2018/01/ITDP_TA_CAMINHABILIDADE_V2_ABRIL_2018.pdf>. Acesso em: 02 de julho de 2025.

LEONE, Eugenio Troncoso, MAIA Alexandre Gori, BALTAR Paulo Eduardo. *Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil*. Economia e Sociedade, v. 19, n.1, p. 59-77, 2010.

MAZZA, Verônica de Azevedo; MELO, Norma Suely Falcão de Oliveira; CHIESA, Anna Maria. *O grupo focal como técnica de coleta de dados na pesquisa qualitativa: relato de experiência*. Cogitare Enfermagem, v. 14, n. 1, p. 183-188, 2009.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - MPRS. *Cartilha URBE: calçada acessível*. Porto Alegre: MPRS, 2016. Disponível em: http://calcadaacessivel.mprs.mp.br/default_arquivos/URBE-Cartilha-at.pdf. Acesso em: 21 de outubro de 2025.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise Textual Discursiva. Editora Unijui, 2ª edição, 224p, 2011.

MORGADO, Fabiane Frota da Rocha; CAMPANA, Angela Nogueira Neves Betanho; TAVARES, Maria da Consolação Gomes Cunha Fernandes. *Aplicabilidade do Grupo Focal com Pessoas Cegas*. Revista IBC, 2013.

MUNARETTO, Lorimar Francisco; CORRÊA, Halmiton Luiz; DA CUNHA, Júlio Araújo Carneiro. *Um estudo sobre as características do método Delphi e de grupo focal, como técnicas na obtenção de dados em pesquisas exploratórias*. Revista de Administração – UFSM, v. 6, n. 1, p. 09-24, 2013. DOI: 10.5902/198346596243.

OLIVEIRA, Anderson Silva; ROSSI, Elaine Cristina. 2019. *Envelhecimento populacional, segmento mais idoso e as atividades básicas da vida diária como indicador de velhice autônoma e ativa*. Geosul, v. 34, n. 73, p. 358-377. DOI: http://doi.org/10.5007/1982-5153.2019v34n73p358.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. *Envelhecimento ativo: uma política de saúde*. Brasília, DF: OPAS, 60 p, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. *Guia Global: Cidade Amiga do Idoso*. 2008. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/Brasil_Amigo_Pessoa_Idosa/publicacao/guia-global-oms.pdf. Acesso em: 04 de agosto de 2023.

RESSEL, Lúcia Beatriz; BECK, Lúcia Colomé; GUALDA, Dulce Maria Rosa, HOFFMANN, Izabel Cristina; DA SILVA, Rosângela Marion; SEHNEM, Graciela Dutra. *O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa*. Texto & Contexto – Enfermagem, v. 17, n. 4, p. 779-786, 2008.

SALES, Denise Marques. *Mosaicos da vida urbana: envelhecer(es) em Belo Horizonte e suas iniquidades intraurbanas*. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024.

SANTANA, Daniel Borges; PINHEIRO, Francisco Alves. *Percepção de idosos ativos sobre a qualidade dos espaços exteriores e edifícios públicos para a promoção do envelhecimento ativo*. Revista Multidisciplinar e de Psicologia, v. 13, n. 45, p. 49-69, 2019.

SOUZA, Eduardo de Souza; CARDOSO, Ana Lucia Brunetta. *A efetivação dos direitos inerentes à mobilidade da pessoa idosa nos espaços urbanos*. Revista da Defensoria Pública RS, v. 19, p. 11-49, 2017.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara de. *Andar nas cidades do Brasil*. 2017. In: Andrade, Victor.; Linke, Clarisse Cunha (Org) Cidades de pedestres. Rio de Janeiro: Babilônia Cultural Editorial, 2017.

VASCONCELOS Ana Maria Nogales, GOMES Marília Miranda Forte. *Transição demográfica: a experiência brasileira*. Epidemiologia Serviços de Saúde, v. 21, n. 4, p. 539-48, 2012.

parede

Foto: Gustavo Negib.

AS IMAGENS E A IMPOTÊNCIA DA IMAGINAÇÃO
O Parque do Ingá como canteiro de obras

Amanda Cari Fahur[1] e Luciano Bernardino da Costa[2]

"(...) Sentem-se irresistivelmente atraídas pelo resíduo que surge na construção,
no trabalho de jardinagem ou doméstico, na costura ou na marcenaria.
Em produtos residuais reconhecem o rosto que o mundo
das coisas volta exatamente para elas, e para elas unicamente."

Walter Benjamin, "Canteiro de Obras", Rua de Mão Única,
Editora Brasiliense, 1987, pg. 18.

As transformações pelas quais passam equipamentos urbanos, como parques públicos, por exemplo, convidam por vezes seus usuários e visitantes ao reencontro com memórias e imagens afetivas, nem sempre ressonantes no espaço experienciado. Em certa medida, ocorre uma sutil cisão àqueles que vivenciam e se lembram, condicionada não apenas pelos contextos históricos e adequações esporádicas a que estes equipamentos possam estar sujeitos, mas também pelas sensibilidades e imaginários ressignificados no tempo. Portanto, através das fotografias apresentadas neste ensaio, nos perguntamos sobre a imobilização do Parque do Ingá (Maringá – PR) entre transformações espaciais que, não apenas conceitualmente, mas fisicamente interferem em suas características por meio de estreitamentos, impedimentos de percursos e limitações de aberturas. Assim, à semelhança do "Canteiro de Obras" (1928) de Walter Benjamin, utilizamos do canteiro como metáfora, adentrando o Parque buscando estabelecer novas relações a partir, tanto de fragmentos, como dos resíduos encontrados. Nesse sentido, o canteiro ainda nos aparece como possibilidade de aproximação com o Ingá, visualizada e descoberta em seu interior, em que o próprio parque se apresenta como canteiro de obras dentro da cidade de Maringá.



Figura 1 – Percurso no interior do Parque do Ingá, dia 27/03/2025. Marca dos pneus no barro de um dos veículos encontrados dentro dos limites do Parque neste dia, em um dos percursos anteriormente trilhados com paralelepípedos. Dos autores.



Figura 2 – Percurso no interior do Parque do Ingá, dia 28/03/2025. Faixas impedem uma das trilhas internas do Parque, posicionadas em frente a estátua de tucano. Dos autores.

1 Artista visual e Mestra em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU/USP), na linha de pesquisa "Cidade, arte e cultura". No instituto, é pesquisadora do Núcleo de Estudos de Espacialidades Contemporâneas (NEC/USP), no eixo "Imagem, espaço e paisagem urbana". Em 2024 recebeu o Prêmio Paulo Gustavo de Desenvolvimento Artístico, participou da Residência Artística Domo Damo, ocupando estúdio na casa Gaetano Miani do arquiteto Paulo Mendes da Rocha. Possui obras nos acervos públicos do Gabinete de Desenhos e Estampas da UNICAMP, da Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP), e do Museu Municipal Dr. Hélenton Borba Cortes.

2 Professor Doutor do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP São Carlos (IAU/USP). Desenvolve pesquisas problematizando as relações entre corpo, paisagem, representação visual e urbanidade, tendo artigos e ensaios teóricos-fotográficos publicados nas revistas SOPHIA (PRT), ASTRÁGALO (ESP), ARA, RISCO, STUDIUM e em Anais dos Seminários ENANPARQ, CORPOCIDADE, ENEIMAGEM, entre outros. Possui trabalho incluso no acervo da BIENAL de Arquitetura e Urbanismo (2016). É parecerista dos periódicos científicos: RISCO (IAU-USP), VIRUS (IAU-USP), ARA (USP). Realizou no IMS Poços de Caldas a exposição individual de fotografias "Estados da Paisagem" (2014). Atuou como professor e curador de exposições fotográficas no IMS Poços de Caldas de 2010 a 2017. Doutor pela FAU-USP (2010), na área de Projeto, Espaço e Cultura.

Figura 4 – Percurso no interior do Parque do Ingá, dia 28/03/2025. Monte de areia e caminhão em um dos percursos/trilhas internas do Parque. Dos autores.



Figura 3 – Percurso no interior do Parque do Ingá, dia 28/03/2025. Tapumes impedindo um dos percursos e trilhas internas do Parque. Dos autores.





Figura 6 – Percurso no interior do Parque do Ingá, dia 28/03/2025. Tapume impedindo percurso/trilha interna do Parque, indicando seguir pela trilha metálica ao lado (percurso em frente impedido). Dos autores.



Figura 5 – Percurso no interior do Parque do Ingá, dia 28/03/2025. Placas indicando obras e tratores em meio a um percurso/trilha interna do Parque. Dos autores.

Figura 8 – Percurso no interior do Parque do Ingá, dia 26/11/2025. Faixas, cerca e placas impedindo o percurso para dentro do canteiro de obras do Jardim Japonês do Parque. Dos autores.



Figura 7 – Percurso no interior do Parque do Ingá, dia 18/11/2025. Faixas impedindo uma das trilhas internas do Parque, posicionada em meio a uma das trilhas/percursos internos do Parque. Dos autores.





Figura 10 – Percurso no interior do Parque do Ingá, dia 26/11/2025. Placa de obras e caçamba de lixo referentes a obra do Jardim Japonês do Parque. Dos autores.



Figura 9 – Percurso no interior do Parque do Ingá, dia 26/11/2025. Monte de terra impedindo percurso em trilha interna do Parque, tratando da trilha como um canteiro aberto. Dos autores.

Referências

BENJAMIN, Walter. *Rua de Mão única: infância berlinense - 1900.* Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: Rua de mão única.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

FAHUR, Amanda Cari. *Entre essas terras resgatadas ao esquecimento: as imagens, os caminhos, o parque.* 2026. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2026. doi:10.11606/D.102.2026.tde-07052026-111646. Acesso em: 2026-07-03.

TRAVESSIAS QUE FAZEM PAISAGEM

***Gabriela Kehrwald*[1]**

Este ensaio nasceu no caminho.

As fotografias que o compõem foram feitas durante as idas e vindas do processo de estudos para o Trabalho Final de Graduação, quando caminhei, atravessei, observei e permaneci em diferentes partes da cidade de Rondonópolis–MT.

As imagens deste ensaio foram registradas com a câmera Samsung NX30, que acompanhou minhas caminhadas como uma extensão do meu próprio corpo. Fotografar, nesse processo, foi perceber. Essa metodologia visual, guiada mais pela sensibilidade do que por protocolos rígidos, permitiu construir um olhar atento às escalas do território, aos gestos cotidianos e às formas pelas quais a paisagem nos atravessa enquanto nós a atravessamos.

Com o tempo, percebi que as travessias — a pé, sobre pontes, nos corpos d'água, no Cerrado, sob e sobre viadutos, nas brincadeiras — constituíam uma narrativa própria. Mostravam como a infraestrutura corta, como o verde resiste, como a cidade expande feridas e como, apesar disso, a vida insiste em continuar.

Caminhar pela cidade é atravessar paisagens que guardam marcas do tempo, das escolhas que a moldaram. As vias anunciam uma cidade que se estende entre prédios



Figura 1 — Motociclista atravessando viaduto suspenso, gesto cotidiano moldado pelo concreto. Fotografias, 2025. Fonte: da Autora.

A travessia muda quando chega às águas.
Há quem ande de barco, há quem pare na ponte para ver o tempo e a água correndo, há quem reme sozinho.



Figura 2 — Travessia de barco no rio Vermelho, corpo e água desenhando outro modo de movimento. Fotografias, 2025. Fonte: da Autora.

1 Arquiteta e Urbanista formada pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Ao longo da graduação, desenvolveu atividades de pesquisa, monitoria e projetos acadêmicos voltados ao estudo do ambiente construído e das dinâmicas urbanas. Atua nas áreas de projetos de arquitetura hospitalar, conforto ambiental, paisagem e infraestrutura verde, com ênfase em análises microclimáticas, metodologias de campo e leitura sensível do território. Possui experiência em projetos de extensão, produção técnica e participação em grupos de estudo relacionados à arquitetura e ao urbanismo. Interessa-se pelas relações entre natureza, cidade e percepção ambiental, bem como pelas formas de representar, projetar e compreender o espaço urbano contemporâneo.

O rio é o caminho mais antigo.
Ele reata o que o concreto separa.



Figura 3 — Pessoas observando o Rio Vermelho sobre a ponte, pausa rara em meio ao fluxo urbano. Fotografias, 2025. Fonte: da Autora.

Aprendi a olhar o tempo com calma,
vendo o pôr do sol pintar de laranja os telhados do Casario
e fazer cintilar as águas do Rio Vermelho como nunca já se viu.



Figura 4 — Remador solitário no Rio Vermelho, gesto silencioso que resiste ao ritmo da cidade. Fotografias, 2025. Fonte: da Autora.

No Cerrado, a travessia é sempre dupla: ferida e de re(existência).
As estradas que rasgam a terra vermelha. A ferrovia que atravessa os limites de proteção.
A rodovia que empurra ruídos para a mata.



Figura 5 — Caminho aberto no Cerrado dentro de Unidade de Conservação, entre ferida e rebrota. Fotografias, 2025. Fonte: da Autora.

Cresci com o cheiro da terra úmida durante a chuva,
com o estalo das folhas caídas no chão durante a seca,
com o som dos animais



Figura 6 — Passagem ferroviária elevada cruzando Unidade de Conservação e rodovia — infraestruturas sobrepostas. Fotografias, 2025. Fonte: da Autora.

Na cidade, o rio corre, mas a ponte corta.
A ponte conduz, mas também separa.
Os prédios ao fundo avançam como quem disputa espaço com o horizonte.
Debaixo das pontes, a luz não chega. A travessia vira sobrevivência.



Figura 7 — Ponte sobre o rio com prédios ao fundo, encontro entre paisagem natural e expansão urbana. Fotografias, 2025. Fonte: da Autora.



Figura 8 — Travessia sob ponte, onde a sombra redefine a escala da cidade. Fotografias, 2025. Fonte: da Autora.

Aqui, no Bosque, a travessia diminui de escala.
Vira passo, vira infância, vira chão.
No brinquedo de madeira quebrado, vejo um rastro de vidas que passaram; no caminho entre as árvores, uma pausa que a cidade não sabe produzir.



Figura 9 — Brinquedo de madeira no Bosque, vestígio de infâncias que atravessaram o lugar. Fotografias, 2025. Fonte: da Autora.



Figura 10 — Caminhos sinuosos do Horto Municipal, o 'Bosque', trilhas de memória, pausa e refúgio. Fotografias, 2025. Fonte: da Autora.

Voltar às fotografias, aos percursos, às águas e ao Cerrado é ir para casa com outros olhos.
As travessias que registrei não são apenas deslocamentos. Também são revelações. São as formas pelas quais o território me atravessa e é atravessado.

CIDADE
CONTEMPORANEIDADE

ISSN 2526-7310

